

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Fábio Adorno Espósito

“Desalinhados”: Brasil, Iugoslávia e Suécia na ONU, 1961-1964

**Departamento de História
Programa de pós-graduação em História Social
Doutorado em História Social**

**São Paulo
2024**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Fábio Adorno Espósito

“Desalinhados”: Brasil, Iugoslávia e Suécia na ONU, 1961-1964

Doutorado em História Social

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de DOUTOR em História Social, sob a orientação da Profa. Dra. Carla Reis Longhi.

São Paulo
2024

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Carla Reis Longhi (PUC-SP)

Profa. Dr. Luiz Antonio Dias (PUC-SP)

Prof. Dr. Antonio Pedro Tota (PUC-SP)

Prof. Dr. Gilberto Maringoni de Oliveira (UFABC)

Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini (UFRGS)

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001. Número do processo: 88887.473806/2020-00. Sem a concessão desta bolsa, este doutorado teria sido impossível.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001. File number: 88887.473806/2020-00. Without the grant of this scholarship, this doctorate degree would have been impossible.

Aos meus enteados, Luan e Sabrina, meus sobrinhos Francisquinho, Jihad, Juan e Khadija, e minha afilhada Letícia, que tanto me estimulam a olhar para frente, para o futuro, e manter-me fazendo coisas que tornem as tarefas deles, de fazer esse mundo um lugar melhor, menos difícil.

Ao meu sobrinho Apollo, que nasceu no período em que eu entregava o projeto de pesquisa, e só me conhece enquanto doutorando. Por ser o mais novo, me estimula ainda mais.

Ao sr. Nino, um mestre em História e histórias, honoris causa,

A todos aqueles que lutaram, lutam e lutarão pela paz,

À minha Van, meu amor, pelas infinitas inspirações, e pela luz que ilumina tudo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço minha orientadora e professora, Prof. Dra. Carla Reis Longhi, por sua personalidade enquanto professora e intelectual, que não apenas aceitou me orientar no Doutorado, novamente diante do desafio de receber na História alguém vindo originalmente da Geografia, após um laborioso trabalho de Mestrado, como ainda, também novamente, ofereceu sugestões inteligentes, leituras generosas e atentas, uma paciência admirável, tudo fundamental para o desenvolvimento deste trabalho. Agradeço as aulas que tivemos durante a pandemia do COVID-19, e, sobretudo, a liberdade e a confiança uma vez mais depositadas em mim e no trabalho, desde a primeira versão do projeto até a entrega do texto final.

Também agradeço ao Prof. Dr. Luiz Antonio Dias, pelas aulas também durante a pandemia, pela leitura e comentários na banca de qualificação, ambas, aulas e comentários, sempre inteligentes e precisos, que somaram sobremaneira no resultado final. E ao Prof. Dr. Gilberto Maringoni de Oliveira, também pela leitura e comentários na banca, pela postura inspiradora enquanto intelectual e artista, e pela generosa amizade que desenvolvemos.

Agradeço ao Prof. Diogo Araújo, grande amigo, responsável direto por alimentar em mim, lá em 2016, a possibilidade de realização de um mestrado na PUC-SP, tirando-me de meu “exílio autoimposto” da academia e, literalmente, me colocando dentro da PUC, me apontando os limites e as possibilidades, me estimulando e me ensinando. Um elo sem o qual este trabalho agora, quase uma década depois, não existiria.

Aos meus amigos e companheiros do grupo “Amigos do Robespierre”, Anderson Bernardo, Bruno Baronetti, Marco Antônio Gomes, Rafael Arruda (além do discretíssimo Daniel Burgos) e Vanessa (que falarei mais adiante), justamente pela amizade e companheirismo, real e virtual, e pela capacidade de me manter informado, seja por notícias, seja por piadas.

Aos responsáveis pelos arquivos da Organização das Nações Unidas, e de suas bibliotecas, cuja organização, digitalização, motores de busca e filtros, demonstraram grande qualidade e eficiência, permitindo que este trabalho pudesse ter muitas de suas principais características. E aos criadores dos sites de “tradução”, como o “Google Tradutor”, sem os quais manejar textos em inglês, sueco, servo-croata, russo, francês, e outras, teria sido ainda mais difícil.

Agradeço ainda, de modo um tanto inusitado, algo típico e sintomático de nosso tempo: alguns comunicadores populares, jornalistas, intelectuais presentes na plataforma de vídeos “Youtube”. Ao pessoal do “programa” (!) “Conexão Xangai”, os professores Paulo Gala, Uallace Moreira, Elias Jabbour e André Roncaglia, que junto com os professores e intelectuais Juliane Furno, Eduardo Costa Pinto, e Paulo Nogueira Batista Jr., me deram verdadeiras aulas de Economia, me ensinando sobre esta ciência e me permitindo ir além, construindo meu próprio conhecimento sobre o tema – e, até lecionar sobre. Aos intelectuais (e professores) Sabrina Fernandes, Jones Manoel, João Carvalho, e Alysson Mascaro que, ao compartilharem seus conhecimentos sobre as matrizes de pensamento que ajudaram a configurar o Bloco Socialista, contribuíram para o aprimoramento do meu próprio conhecimento. Ao pessoal do IELA (Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal de Santa Catarina), especialmente nas figuras dos professores (e intelectuais) Nildo Ouriques e Waldir Rampinelli, que me ofereceram grandes aulas de Economia e de História, entre outros assuntos. Ao pessoal por trás do canal “TUTAMÉIA”, especialmente os jornalistas Eleonora e Rodolfo Lucena, que com suas entrevistas inteligentes, com gente inteligente, me informou e me inspirou. E ao pessoal por trás do canal “Opera Mundi”, que acompanhava já há anos pelo *site*, mas que me aproximei ainda mais pelos vídeos, especialmente na figura do inteligente e corajoso Breno Altman, que além de ajudar a manter-me informado, apresentou-me, “despretensiosamente”, um conceito que desconhecia e que passou a atravessar a reflexão subjacente deste trabalho: a “teoria campista” (em seus termos) de Zhdanov. Quis registrar as influências destes todos, pois me parecia injusto se não o fizesse.

Também agradeço, assim como fiz no Mestrado, a dois “historiadores indiretos”, meu avô materno, Francisco Ferreira Adorno (*in memoriam*), e meu “avô posticho”, Francisco Zanetich, que com suas memórias excepcionais, suas múltiplas inteligências, suas palavras experientes, me inspiraram (mesmo sem que eu percebesse) a entender e estudar História – especialmente a história do período abordado neste trabalho. Ao Sr. Adorno, além da saudade, o lamento de não ter conseguido conversar com ele ao longo desta pesquisa. Ao Sr. Zanetich, o agradecimento das constantes e inestimáveis conversas que inspiraram muitos caminhos da reflexão, para este trabalho e além. Não dá para expressar em palavras a importância que suas memórias precisas, do tempo em que viveu na

Iugoslávia socialista, entre 1948 e 1953, suas análises diferenciadas, interpretações agudas ajudaram a tornar este trabalho o que ele é, e eu a pessoa que sou.

Aos meus familiares, amigos, e colegas de trabalho, pelo apoio (mesmo que distante) e pela paciência de eventuais ausências. À Jackeline, minha irmã, por conversas e massagens no corpo, e, através dela, à Jurema e à Tia Anita pelas conversas e massagens na alma. Às minhas avós, Benedita e Elisa, por serem fonte de inspiração humana e constante, e por me alimentarem – literalmente. À minha mãe, Elizabete, cujo interesse em História também agiu indiretamente sobre mim, sobretudo na infância. Aos meus enteados Sabrina e Luan, por testemunharem *in loco* as alegrias e agruras de uma pesquisa acadêmica (e que talvez sintam-se inspirados de algum modo). Especialmente ao Luan, que quando comecei meu mestrado era apenas um adolescente de 14 anos, bastante interessado em videogames, e que na segunda metade do doutorado, já como um universitário da área de Sistemas de Informação, foi de fundamental ajuda para a reflexão sobre a parte do trabalho concernente à organização e consulta de dados. Mesmo que nos momentos que escrevo essas linhas ele esteja momentaneamente na distante Austrália – e eu esteja usando sua mesa para a escrita – um abraço e um agradecimento realmente especiais. Também ao gato Panda: parceiro atuante nas várias horas seguidas diante do computador – ele, inclusive muitas vezes sobre mim, ou sobre a máquina, ou sobre os inúmeros livros.

Agradeço muitíssimo à Vanessa Zanetich, pelo apoio dado não só ao doutorado, mas durante a vida, pelas intensas e imensas trocas de ideias, pelos comentários sábios, pela imensa e estelar luz que irradia, e pela paciência de minhas “ausências” e “semi-presenças”, por me ouvir contar detalhes da pesquisa (tanto do processo, quanto do conteúdo e dos objetos de estudo) que, apesar do meu entusiasmo em contar, provavelmente não fossem tão interessantes assim. Obrigado. Eu te amo.

Todas estas e todos estes são corresponsáveis diretos ou indiretos pelas eventuais virtudes das próximas páginas. Quanto aos eventuais problemas, assumo-os inteiramente.

Por fim, algumas considerações de caráter pessoal, mas muito representativas, que não sei se em “agradecimentos” seria o local mais oportuno, mas foi onde me senti mais à vontade em expressar. Primeiramente, a parte inicial desta tese foi realizada durante a pandemia de Covid-19. Isso merece e precisa ser

lembrado sempre. Todos que a viveram, especialmente no Brasil, têm e terão esta experiência marcada pelo resto de suas vidas. Os impactos psicológicos e sociológicos da pandemia ainda estão por serem mais bem explicitados, mas eu decidi expor e registrar isso porque eu sobrevivi a ela, assim como a maioria dos meus familiares mais próximos (mas não todos), e muitos dos futuros leitores destas linhas. E isso é um fato que desejo registrar sempre que possível, e é uma premissa que julgo que devemos ter.

Parcialmente vinculada à primeira consideração está a segunda: essa tese foi feita por um brasileiro, no Brasil, durante a mescla de variados acontecimentos: crise política, ascensão de um tipo protofascismo ao poder em variadas instâncias (no Brasil mas também no mundo), crise econômica (com um acréscimo do PIB brasileiro acumulado, na última década, inferior a 6%, ou seja, menos de 0,6% ao ano), um fortíssimo ataque ao patrimônio ambiental do país e, sobretudo, ao genocídio promovido pelo governo militarizado de Jair Bolsonaro. Sobrevivi ao genocídio, eu e eventuais leitores destas linhas, mas jamais se deve esquecer um genocídio – especialmente pois eles podem acontecer novamente. O fascismo e suas variantes e assemelhados são inimigos respeitáveis (esse trabalho chega a tocar um pouco sobre isso), e, se Walter Benjamin estiver certo (e ele está), “se o inimigo vencer, nem mesmo os mortos estarão a salvo dele.” Devemos estar atentos e fortes quanto a isso, e derrotá-los dentro de nossas possibilidades.

A terceira consideração é um desabafo. Uma das perguntas que mais me atravessaram durante a produção da tese é inspirada pelo ótimo título do livro “Pode o Subalterno Falar?”, da autora indiana Gayatri Spivak. O título pode ser colocado provocativamente, por exemplo, na análise de como os “países e povos subalternizados do mundo” podiam e podem falar e agir na política internacional e em seus foros. Isso, por si, me inspirou durante a pesquisa, ainda que eu não tenha explicitado tanto. Mas meu desabafo se dá pela minha paráfrase do título: “pode um trabalhador pesquisar?” Eu já tinha essa dúvida durante a pesquisa do mestrado. Mas, durante o doutorado, essa dúvida emergiu com muito mais força.

A trajetória dessa pesquisa reforça a questão retórica. Quando submeti esse projeto de pesquisa a uma certa banca de um certo programa de pós-graduação, fui reprovado na última fase, na “entrevista”, e o motivo me pareceu claro e evidente: eu parecia, para a banca, “trabalhador demais” para conseguir realizar um doutorado. Logo, a resposta a essa pergunta havia sido dada: não, um trabalhador não pode

pesquisar. Submeti também o projeto à minha querida PUC-SP, onde fui novamente aceito, e mudando a resposta: um trabalhador pode pesquisar sim. Consegui uma bolsa CAPES, sem a qual não teria estudado um único mês (“sim, pode”, foi reforçado). Durante a pandemia perdi o emprego que tinha, após uma perseguição no ambiente de trabalho (perseguição um tanto fascistizada, um tanto fascistizante, e me lembrando que um “subalterno não pode falar”), e caí por meses no subemprego, situação tão característica de nossa crise estrutural e múltipla brasileira (“não pode pesquisar não!”).

Superei essa fase, recuperei a condição de empregado. Assumi uma carga horária, uma jornada de trabalho, bastante extensa: tentava a todo custo compensar com mais trabalho individual a deterioração das condições econômicas e sociais do país nos últimos anos. Tenho sido parcialmente bem-sucedido nesse aspecto. Porém, com mais tempo trabalhando, tive menos tempo para pesquisar e escrever. E assim se deu a tese, sobretudo em sua metade final: praticamente todo o tempo não trabalhado foi dedicado à pesquisa, sacrificando, assim, o clássico e antigo tríptico de Robert Owen quanto a horas de lazer e de descanso. Muitas horas de trabalho, poucas horas de pesquisa e escrita, pouquíssimas horas de descanso, lazer realmente rarefeito.

Mas fiz a pesquisa, lendo em outras línguas, e escrevendo um trabalho que fosse o mais científico, rigoroso, correto, preciso e útil possível. Espero ter dado conta. Penso representar uma resposta afirmativa: sim, um trabalhador, uma trabalhadora pode pesquisar. Na realidade, deve pesquisar, pois isso é bom para ele/ela, e é bom para o conhecimento humano. Porém, tem que se estar ciente dos sacrifícios, que não são poucos, sacrifícios de recursos, mas sobretudo de vida, vida vivida, sobretudo num país periférico, subdesenvolvido. Um trabalhador pode pesquisar. Eu pesquisei e escrevi. E espero que o resultado deste trabalho seja útil e tenha valido a pena.

NÓS, OS POVOS DAS NAÇÕES UNIDAS, RESOLVIDOS a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que por duas vezes, no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade, e a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direito dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, e a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do direito internacional possam ser mantidos, e a promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade ampla. E PARA TAIS FINS, praticar a tolerância e viver em paz, uns com os outros, como bons vizinhos, e unir as nossas forças para manter a paz e a segurança internacionais, e a garantir, pela aceitação de princípios e a instituição dos métodos, que a força armada não será usada a não ser no interesse comum, a empregar um mecanismo internacional para promover o progresso econômico e social de todos os povos.

*RESOLVEMOS CONJUGAR NOSSOS ESFORÇOS PARA A CONSECUÇÃO
DESSES OBJETIVOS.*

Preâmbulo da Carta das Nações Unidas

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar as ações de Brasil, Iugoslávia e Suécia no âmbito das Nações Unidas entre os anos de 1961 e 1964, relacionando ações e discursos destes três países entre si e entre os dois blocos que caracterizavam aquele contexto de Guerra Fria (GF), durante os anos em que vigorou no Brasil a “Política Externa Independente” (PEI). Pretendemos investigar as semelhanças e diferenças, aproximações e distanciamentos, entre a PEI elaborada pelo Brasil no período em questão, a política de “não-alinhamento” então construída e aplicada pela Iugoslávia, e a política de “neutralidade” exercida pela Suécia, visando ampliar o entendimento do mundo e da GF para além do sistema bipolar bastante vinculado às perspectivas e interesses das superpotências de então – Estados Unidos e União Soviética – e seus respectivos blocos, colaborando para a construção de uma perspectiva teórica e historiográfica do período que atenda às perspectivas e interesses do Brasil e do chamado “Sul Global”. A escolha destes três países se fundamenta no entendimento de que há certas intersecções em suas propostas de política externa, como certa busca, naquele momento, de um posicionamento no mundo relevante e incomum de não vinculação, tampouco subordinação, às superpotências. Entendemos ser importante abordar estas três experiências de política externa, tantas vezes relegadas a um segundo plano pelas políticas externas e pesquisas levadas a cabo pelos integrantes alinhados aos blocos Capitalista ou Socialista, contribuindo para uma maior compreensão das teorias, práticas e atores, visto que a lógica bipolar, ao mesmo tempo em que tornava Estados Unidos e União Soviética protagonistas principais no cenário internacional, relegava a certa penumbra países considerados “coadjuvantes”.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil, Suécia, Iugoslávia, Política Externa, ONU, Guerra Fria

ABSTRACT

This work aims to analyze the actions of Brazil, Yugoslavia and Sweden within the scope of the United Nations between the years 1961 and 1964, relating actions and speeches of these three countries to each other and between the two blocs that characterized that Cold War context (CW), during the years in which the “Política Externa Independente” (PEI, “Independent Foreign Policy”) was in force in Brazil. We intend to investigate the similarities and differences, approximations and distances, between the PEI drawn up by Brazil in the period in question, the “non-alignment” policy then constructed and applied by Yugoslavia, and the “neutrality” policy exercised by Sweden, aiming to expand the understanding of the world and the CW beyond the bipolar system closely linked to the perspectives and interests of the superpowers of the time - the United States and the Soviet Union - and their respective blocs, contributing to the construction of a theoretical and historiographical perspective of the period that meets the perspectives and interests of Brazil and the so-called “Global South”. The choice of these three countries is based on the understanding that there are certain intersections in their foreign policy proposals, such as a certain search, at that time, for a relevant and unusual position in the world of non-binding, nor subordination, to the superpowers. We believe it is important to address these three foreign policy experiences, so often relegated to a secondary level by foreign policies and research carried out by members aligned with the Capitalist or Socialist blocs, contributing to a greater understanding of theories, practices and actors, since the Bipolar logic, while making the United States and the Soviet Union main protagonists on the international scene, relegated countries considered “supporting” to a certain shadow.

KEYWORDS: Brazil, Sweden, Yugoslavia, Foreign Policy, UN, Cold War

LISTA DE ABREVIATURAS

AGNU	Assembleia Geral das Nações Unidas
ALALC	Associação Latino-Americana de Livre-Comércio
ALPRO	Aliança para o Progresso
ANZUS	<i>Australia, New Zealand, United States Security Treaty</i> (Tratado de Segurança Austrália, Nova Zelândia, Estados Unidos)
CE	Comunidade Europeia
CEE	Comunidade Econômica Europeia
CENTO	<i>Central Treaty Organization</i> (Organização do Tratado Central)
CIA	<i>Central Intelligence Agency</i> (Agência Central de Inteligência)
COMECON	<i>Council for Mutual Economic Assistance</i> (Conselho para Assistência Econômica Mútua)
Cominform	<i>Communist Information Bureau</i> (Escritório de Informação dos Partidos Comunistas e Operários)
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
ECOSOC	<i>Economic and Social Council</i> (Conselho Econômico e Social das Nações Unidas)
EUA	Estados Unidos da América
JNA	Exército Popular Iugoslavo (<i>Jugoslovenska narodna armija</i>)
KGB	<i>Komitet Gosudarstvennoy Bezopasnosti</i> (Comitê para a Segurança de Estado)
KPJ / PCY	Partido Comunista da Iugoslávia (<i>Komunistička partija Jugoslavije</i>)
MCE	Mercado Comum Europeu
MNA	Movimento dos Países Não-Alinhados (em inglês NAM, <i>Non-Aligned Movement</i> , e em espanhol MNOAL, <i>Movimiento de Países No Alineados</i>).
OEA	Organização dos Estados Americanos
OESP	Jornal O Estado de S. Paulo
ONU	Organização das Nações Unidas (em inglês UN, <i>United Nations</i>)
OPA	Operação Panamericana
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte (em inglês NATO, <i>North Atlantic Treaty Organization</i>)
PCUS	Partido Comunista da União Soviética

RAU	República Árabe Unida
RDA	República Democrática Alemã
RDC	República Democrática do Congo
RFA	República Federal da Alemanha
RoC	República da China
RPC	República Popular da China
SAP	Partido Social-Democrata dos Trabalhadores da Suécia (<i>Sveriges socialdemokratiska arbetareparti</i>)
SEATO	<i>Southwest Asia Treaty Organization</i> (Organização do Tratado do Sudeste da Ásia)
SI	Sistema Internacional
SKJ / LCY	Liga dos Comunistas da Iugoslávia (<i>Savez komunista Jugoslavije</i>)
TIAR	Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
UNCTAD	<i>United Nations Conference on Trade and Development</i> (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento)
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	20
1 A FORMAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA “NEUTRA” NA SUÉCIA	45
1.1 O NASCIMENTO DA NEUTRALIDADE SUECA E DA SUÉCIA-NORUEGA: 1809-1814.....	48
1.2 A CONSOLIDAÇÃO DA NEUTRALIDADE SUECA E A PRODUÇÃO DA SUÉCIA MODERNA: 1814-1905.....	52
1.3 A CONSOLIDAÇÃO DA SUÉCIA MODERNA: TESTES PARA A NEUTRALIDADE SUECA E A ASCENSÃO DA SOCIAL-DEMOCRACIA: 1905-1939.....	57
1.4 A NEUTRALIDADE SUECA NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: 1939-1945	63
1.5 A NEUTRALIDADE SUECA NO INÍCIO DA GUERRA FRIA: 1945-1955	71
1.6 A NEUTRALIDADE SUECA ENTRE 1955 E 1960.....	81
2 A FORMAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA “NÃO-ALINHADA” DA IUGOSLÁVIA	93
2.1 A FORMAÇÃO DA IUGOSLÁVIA	93
2.2 A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E A FORMAÇÃO DA NOVA IUGOSLÁVIA....	95
2.3 POLÍTICA EXTERNA DA IUGOSLÁVIA SOCIALISTA ENTRE 1945 E 1948	98
2.3.1 Trieste e Caríntia	101
2.3.2 Grécia.....	104
2.3.3 Albânia	106
2.3.4 Bulgária.....	107
2.3.5 Outros Casos.....	109
2.4 A POLÍTICA EXTERNA IUGOSLAVA ENTRE 1948 E 1955.....	110
2.4.1 Cominform	111
2.4.2 O contexto do “Cisma Tito-Stálin” e a saída da Iugoslávia do Bloco Socialista.....	113
2.4.3 O “Período Informbirô” (1948-1955): a Iugoslávia fora do Bloco Socialista e os acenos ao Bloco Capitalista	116
2.4.4 Entre desconfianças e contatos, os germens da política de não- alinhamento da Iugoslávia	126
2.5 O NÃO-ALINHAMENTO IUGOSLAVO ENTRE 1956 E 1960	132
2.5.1 O discurso de Tito na AGNU e seus encontros em Nova York: 20 de setembro a 4 de outubro de 1960	146
2.5.2 As relações da Iugoslávia com outros países “Neutros da Europa” e algumas consequências econômicas e culturais do não-alinhamento Iugoslavo	158
2.5.2.1 As relações da Iugoslávia com outros países “Neutros da Europa”	158

2.5.2.2 Algumas consequências econômicas e culturais do não-alinhamento iugoslavo.....	168
3 FORMAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE DO BRASIL.....	174
3.1 OS ANOS DE CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO E DO TERRITÓRIO BRASILEIROS (1822-1930).....	176
3.2 A REVOLUÇÃO DE 30 E A “ERA VARGAS”: CAPITALISMO MODERNO E A NAÇÃO (1930-1945).....	179
3.3 RETROCESSO E ALINHAMENTO DO GOVERNO DUTRA (1946-1950).....	188
3.4 O SEGUNDO GOVERNO VARGAS: O NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO E NOVAS SEMENTES PARA A PEI.....	191
3.5 RETROCESSO E REALINHAMENTO DE 1954-1956: CAFÉ FILHO E OUTROS	203
3.6 GOVERNO JK (1956-1961): DA ESPERANÇA SUBJETIVA COM O CAPITAL INTERNACIONAL À DESILUSÃO OBJETIVA COM OS EUA.	207
4 INDEPENDÊNCIA, NÃO-ALINHAMENTO E NEUTRALIDADE: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS DAS POLÍTICAS EXTERNAS DE BRASIL, IUGOSLÁVIA E SUÉCIA, 1961-1964	225
4.1 1961: NEUTRALIDADE, NÃO-ALINHAMENTO, INDEPENDÊNCIA E DESALINHAMENTO NA GUERRA FRIA	231
4.1.1 O Nascimento da Política Externa Independente	233
4.1.2 Não-Alinhamento e Independência em atividade	251
4.1.3. A Conferência Preparatória do Cairo – 5 a 13 de Junho e aproximações entre Brasil e Iugoslávia.....	255
4.1.4. À Caminho da Conferência de Belgrado	271
4.1.5 Setembro de 1961: Manutenção da PEI Brasileira.....	276
4.1.6 Setembro de 1961: a expansão do não-alinhamento iugoslavo	282
4.1.7 Pós-Conferência de Belgrado e a XVI Sessão da AGNU	292
4.2 1962: GUERRA FRIA/GUERRA QUENTE, NUCLEARIZAÇÃO/ DESNUCLEARIZAÇÃO, ALINHAMENTO/DESALINHAMENTO	304
4.2.1 Março de 1962 - Conferência do Desarmamento de Genebra.....	306
4.2.2 Outros desenvolvimentos políticos de 1962	315
4.3 1963: DESARMAMENTO, DESENVOLVIMENTO, DESCOLONIZAÇÃO, DESALINHAMENTO	330
4.3.1 – A viagem de Tito ao Brasil e à América Latina e um breve panorama das relações iugoslavas-brasileiras	339
4.3.2 – O “Discurso dos Três Ds” do Brasil na XVIII AGNU	350
4.3.3 – Os Discursos Sueco e Iugoslavos na XVIII AGNU	358
4.4 1964: DESALINHAMENTO E O FIM DA POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE DO BRASIL	373

4.4.1 Março de 1964	374
4.4.2 A PEI dissolvida.....	381
4.5 UM BREVE BALANÇO DOS DISCURSOS DE SUÉCIA, IUGOSLÁVIA E BRASIL ENTRE 1961 E 1964	388
5 INDEPENDÊNCIA, NÃO-ALINHAMENTO E NEUTRALIDADE NA PRÁTICA: BRASIL, IUGOSLÁVIA E SUÉCIA NAS VOTAÇÕES DA AGNU	391
5.1 AS SESSÕES ANUAIS DA AGNU E SUAS RESOLUÇÕES	395
5.2 VOTAÇÃO.....	401
5.3 AS RESOLUÇÕES DA AGNU ENTRE 1961 E 1964	404
5.4 DESALINHADOS?: ANALISANDO AS VOTAÇÕES DE BRASIL, SUÉCIA E IUGOSLÁVIA NA AGNU.....	406
5.4.1 Visão geral das votações em números: 1961 a 1963	406
5.4.1.1. 1961	410
5.4.1.2 1962.....	414
5.4.1.3 1963.....	420
5.4.1.4 <i>Visão geral dos dados agregados: 1961 a 1963.....</i>	<i>425</i>
5.4.2 Análise de características e tendências das votações: 1961-1963.....	441
5.4.2.1 <i>Votos “sim”, “não” e “abstenções” dos países selecionados.....</i>	<i>442</i>
5.4.2.2 <i>Os votos “não” de Brasil, Suécia e Iugoslávia</i>	<i>447</i>
5.4.2.3 <i>As principais tendências das votações entre 1961 e 1963</i>	<i>457</i>
5.4.2.3.1 Os 3 alinhados com os EUA e diferentes da URSS.....	469
5.4.2.3.2 Os 3 alinhados com a URSS e diferentes dos EUA.....	481
5.4.2.3.3 Os 3 votaram alinhados com os EUA e contra a URSS.....	488
5.4.2.3.4 Os 3 votaram alinhados entre si, diferentes dos EUA e contra a URSS ..	499
5.4.2.3.5 – Os 3 votaram alinhados entre si, “sim”, e diferentes das superpotências.....	510
5.4.2.3.6 – Os 3 votaram alinhados entre si, “sim”, e contra as potências	516
5.4.2.4 – <i>Outros dados interessantes.....</i>	<i>521</i>
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	525
BIBLIOGRAFIA	540
APÊNDICE 01 – TABELAS RELEVANTES.....	567
APÊNDICE 02 – ONU: NÚMERO DE MEMBROS ENTRE 1945 E 1965.....	570
APÊNDICE 03 - PANORAMA SOBRE O FUNCIONAMENTO DA AGNU E DO CSNU.....	572
APÊNDICE 04 – O CSNU NO PERÍODO 1946-1965	579
APÊNDICE 05 – DADOS GERAIS DE BRASIL, SUÉCIA, IUGOSLÁVIA, EM 1960 E 1965.....	582

APÊNDICE 06 – AS SESSÕES DA AGNU ANALISADAS NESTE TRABALHO ..	583
APÊNDICE 07 – UM BREVE PANORAMA SOBRE A INSTABILIDADE POLÍTICA DO BRASIL ENTRE 1961 E 1964	585
APÊNDICE 08 – EMBAIXADORES DE BRASIL, SUÉCIA E IUGOSLÁVIA	591
ANEXO 01 – MAPAS E SÍMBOLOS NACIONAIS DA SUÉCIA	592
ANEXO 02 – MAPAS E SÍMBOLOS NACIONAIS DA IUGOSLÁVIA	595
ANEXO 03 – MAPAS E SÍMBOLOS NACIONAIS DO BRASIL	598
ANEXO 04 – MAPAS GEOPOLÍTICOS VARIADOS	603

INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem por objetivo analisar as ações de Brasil, Iugoslávia e Suécia no âmbito das Nações Unidas entre os anos de 1961 e 1964, relacionando a postura destes três países entre si e entre os dois blocos¹ que caracterizavam aquele contexto de Guerra Fria (GF), durante os anos em que vigorou no Brasil a Política Externa Independente (PEI).

No período de análise proposto, o Brasil colocava em prática a sua PEI, a Iugoslávia sediava a primeira Conferência de Cúpula dos Países Não Alinhados², sendo sua liderança entre estes países bastante destacada, e a Suécia permanecia em sua já então centenária política de neutralidade³, inclusive com o sueco Dag Hammarskjöld na Secretaria-geral da ONU, mesmo num momento de acirramento da política dos Blocos com a incorporação, poucos anos antes, da Alemanha Ocidental à OTAN (OTAN, s/d) no campo capitalista, e da criação, logo à seguir, do Pacto de Varsóvia no campo socialista (UNITED STATES, 1957).

A escolha do tema geral se deu pela aparente proximidade, em termos de formulação de política externa, observada (especialmente durante nossa pesquisa de mestrado) entre as propostas de “independência” do Brasil, de “neutralidade” da Suécia e de “não-alinhamento” da Iugoslávia num momento capital do desenvolvimento da GF, caracterizada pela coexistência dos dois blocos de países subordinados a duas superpotências: o Bloco Capitalista, liderado pelos Estados Unidos (EUA), e o Bloco Socialista, liderado pela União Soviética (URSS).

A escolha destes três países, especificamente, se dá pela original posição que cada um ocupava no Sistema Internacional (SI) de então: o Brasil, localizado no

¹ Segundo Bonanate (1998, p. 113), “O termo blocos reporta a um particular período histórico: a política dos Blocos nasce após a Segunda Guerra Mundial como consequência da estrutura específica assumida pelo sistema político internacional. Ao término da guerra se impõem no cenário político mundial dois Estados, de longe mais poderosos do que os outros (Estados Unidos e União Soviética), que passam, nas relações entre si, de uma posição de colaboração contingente para uma posição de oposição total, como campeões de dois sistemas ideológicos opostos e inconciliáveis.”

² Sobre o MNA (e a Conferência de Belgrado), Osmańczyk (2003, p.1620, em tradução livre) diz ser um “Grupo estabelecido em Belgrado em setembro de 1961, na primeira conferência de chefes de estado ou de governo de 25 países que então declaravam neutralidade no conflito Leste-Oeste e sua recusa em participar no grupo de países ocidentais que consistiam os membros da OTAN e seus simpatizantes ou no bloco de países encabeçado pela URSS.”

³ Segundo a OTAN (NATO, s/d), a “Suécia baseia sua política de neutralidade na tradição e não em um tratado internacional. [...] A neutralidade foi formalmente proclamada pelo rei Gustavo XIV, em 1834. A Suécia era há muito tempo uma forte potência militar, mas adaptava a política de neutralidade a seus próprios interesses políticos. Em 1941, permitiu que as forças alemãs transitassem pelo território sueco até a frente finlandesa e, ao mesmo tempo, protegessem os refugiados do nazismo. Depois de 1945, a Suécia optou por preservar seu status neutro.”

chamado “Terceiro Mundo”⁴ da América, porém, ainda que integrando o chamado “sistema interamericano”⁵, naquele momento buscava uma posição de maior independência em relação aos EUA⁶; a Iugoslávia, localizada no chamado “Segundo Mundo” porém “não-alinhada” à URSS⁷, como muitos de seus “integrantes”, e, pelo contrário, naquele momento organizando uma nova frente política, a saber, o MNA⁸; e a Suécia, localizada no chamado “Primeiro Mundo”, porém não apenas não alinhada aos EUA, como muitos de seus integrantes, bem como preservando sua política de “neutralidade”.

Entendemos que a escolha de países de realidades e configurações tão díspares (nos dizeres mais afeitos à época: de “mundos” diferentes), mas que, naquele período, propunham uma política externa que julgamos ousada de certa equidistância das duas superpotências hegemônicas, pode nos oferecer não apenas uma visão mais completa das políticas externas de cada um, mas também de suas possíveis relações – ora mais aproximadas, ora mais distanciadas - entre si e de suas relações com as superpotências e seus blocos.

Este último tipo de relação pode, acreditamos, oferecer um fértil quadro prospectivo sobre como se desenvolveu cada uma dessas políticas externas menos alinhadas às superpotências, seja no frágil e efêmero caso brasileiro, no intenso (e

⁴ Segundo Lacoste (1966, p.13-14) a expressão “Terceiro Mundo” foi: “forjada por A. Sauvy, à imitação do ‘Terceiro Estado’ de 1789, que, maioria da nação, era formado por diversas classes e grupos sociais que reivindicavam os direitos até então confiscados pelos dois outros ‘Estados’, a Nobreza e o Clero. [...] Assim como o Terceiro Estado de 1789 era uma formação política ambígua, formada de classes sociais que, apesar de aliadas naquele momento, não eram menos antagônicas (burguesia, começo de proletariado operário, camponeses) o Terceiro Mundo é uma realidade ambígua, formada de exploradores e explorados. O termo Terceiro Mundo tem, além disso, uma outra significação profunda que dispensa referências à história da França: o Terceiro Mundo é um terceiro conjunto de países; o primeiro a se constituir historicamente foi o dos países desenvolvidos capitalistas; o segundo, o grupo de países desenvolvidos socialistas.”

⁵ Afinal, o Brasil integra tanto o TIAR (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca) celebrado em 1947 na cidade do Rio de Janeiro entre a maior parte dos países americanos, e encabeçado pelos EUA; quanto a OEA (Organização dos Estados Americanos), criada em 1948, com sede em Washington (Estados Unidos).

⁶ Segundo Cervo & Bueno (2011, p.310) a PEI “partia de uma visão universal, embora sem descurar do regional; possuía um caráter pragmatista, pois buscava os interesses do país sem preconceitos ideológicos; e, para melhor consecução desses objetivos, adotava uma postura independente em face de outras nações [...]”, e que era uma política de “não realinhamento aos Estados Unidos”, “sem compromissos” e “que procurava obter vantagens para o país em um mundo dividido em dois blocos.”

⁷ Podemos entender que a Iugoslávia era alinhada ao bloco socialista até a ruptura Tito-Stalin de 1949 (RUBINSTEIN, 1970, p.3), e depois não mais alinhada ao bloco socialista liderado pela URSS, porém ainda socialista.

⁸ Rubinstein (1970, p.39-53) argumenta uma construção da política externa iugoslava, num primeiro momento “entre um desalinhamento e um não-alinhamento (em tradução livre)”, suas possíveis “ligações com Ásia e África (em tradução livre)” e as “origens da credibilidade iugoslava no Terceiro Mundo (em tradução livre).

depois sangrento destino) do caso iugoslavo ou, ainda, na perenidade do caso sueco.

O recorte temporal se justifica e se estabelece, inclusive, pelo caso brasileiro. A curta e importante experiência da PEI, formalmente implementada em 1961 (mesmo ano do estabelecimento formal do MNA) e derrubada junto com Jango, em 1964, nos fornece uma delimitação factível para nossa pesquisa. O período também compreende a realização das duas primeiras cúpulas do MNA, em Belgrado (1961) e no Cairo (1964) (IFA, 2011), nas quais vai construindo-se e espraiando-se o “não-alinhamento” com expressivo protagonismo do governo iugoslavo, e a entrada em vigor da nova constituição do país balcânico, em 1963, que fez importantes alterações e definições, sobretudo quanto a autogestão e auto-organização (CURTIS, 1992, p.175). Há ainda a projeção sueca no plano internacional, na qual destacamos não apenas Dag Hammarskjöld, como secretário-geral da ONU, como também o envolvimento do país em operações da ONU, como a “Operação das Nações Unidas no Congo” (HASKIN, 2005, p.25; TULLBERG, 2012, p. 74; NILSSON & PERSSON, s/d, p.10) e o “Plano Undén” acerca do desarmamento e da desnuclearização.

Por fim, utilizar a ONU, especialmente as votações ocorridas no âmbito de sua Assembleia Geral (AGNU), como o “campo de ação” das políticas externas dos três países, nos ajuda a delimitar e expor, de forma possivelmente mais clara, alguns dos temas mais prementes do período, num fórum (e arena) que nos permite observar com certa exatidão, os principais posicionamentos, argumentos, aproximações, distanciamentos, alinhamentos e antagonismos dos países. A postura destes três Estados-Membros em relação aos temas de então, em relação às superpotências e seus blocos, e em relação a eles mesmos, tendem a emergir com maior nitidez nesse espaço dedicado – em tese – justamente ao diálogo e aos posicionamentos claros.

O percurso que nos conduziu à seleção destes temas e atores foi interessante. Em nossa dissertação de mestrado, intitulada “‘Não comprometidos’: o Movimento dos Países Não-Alinhados nas páginas do jornal O Estado de S. Paulo em 1961”, buscamos compreender como o jornal O Estado de S. Paulo (OESP) abordou o Movimento dos Países Não-Alinhados em 1961, considerando o contexto histórico daquele período da GF, as configurações do MNA e do OESP de então,

bem como fazer uma análise de como o jornal abordou o Movimento no referido ano, com suas principais características, abordagens e críticas.

Durante nossas pesquisas para este trabalho, enquanto buscávamos compreender e caracterizar tanto o MNA (sua estrutura, seus antecedentes principais, atores importantes) e o Sistema Internacional da época (os processos de descolonização e libertação nacional, a constituição e “emergência” do Terceiro Mundo, as crises, os novos países, os papéis desempenhados pela ONU etc.), percebemos que, tanto nos âmbitos dos estudos da História, quanto nos da Geografia e das Relações Internacionais, salvo honrosas exceções, parecia haver uma certa lacuna quanto às relações internacionais do Brasil com outras nações fora dos âmbitos latino-americano e da OTAN, especialmente quando abarcamos o período da GF.

Bibliografias que, por exemplo, coloquem em relevo o Brasil, num contexto mais amplo do Terceiro Mundo, e/ou de iniciativas internacionais para além do antagonismo “OTAN-Pacto de Varsóvia”, como aparentemente são os casos de Iugoslávia e Suécia, também não são tão frequentes.

No percurso de nossa pesquisa sobre certa percepção brasileira do MNA, passamos a entender como valorosas e corajosas as iniciativas de políticas externas que fugissem do esquema bipolar tantas vezes imposto. As iniciativas de “independência” por parte do Brasil, de “não-alinhamento” por parte da Iugoslávia e de “neutralidade” por parte da Suécia pareceram, portanto, merecer mais atenção, mais pesquisa e, no limite, mais produção bibliográfica brasileira.

Acreditamos que podemos contribuir de algum modo com o preenchimento dessa hipotética lacuna, aprimorando um olhar brasileiro (e, por que não, do sul global/terceiro-mundista) para a Guerra Fria, especialmente desse período tão efervescente quanto os anos de 1961 a 1964, e para iniciativas “extra-OTAN”, mas não necessariamente “pró-soviéticas”.

Enfim, no meio destas e outras reflexões, leituras e pesquisas, apareciam – sempre muito “lateralmente”, é certo – relances de semelhanças entre as políticas externas de Brasil, Suécia e Iugoslávia. Apareciam lateralmente, pois focávamos em outros aspectos e assuntos, mas frequentemente. Então decidimos explorar e investigar tanto essa “frequência”, mas também essa aparente e possível “semelhança”.

Surge, assim, uma problemática que, cremos, deve-se prestar a atenção: há (ou houve) alguma relação, teórica e/ou prática, entre a Política Externa Independente praticada pelo Brasil entre 1961 e 1964, a política de não-alinhamento praticada pela Iugoslávia no mesmo período, e a política de neutralidade há muito implementada pela Suécia?

A hipótese aqui sugerida é, portanto, que há certa proximidade na formulação dessas políticas externas de países tão diferentes. Aprofundadas pesquisas e investigações em documentos e livros, bem como a verificação das práticas e posicionamentos destes países nos debates da ONU e, sobretudo, suas votações na AGNU, entre 1961 e 1964, tenderiam a confirmar ou não essa proximidade.

Portanto, nosso objetivo geral é analisar as ações e os posicionamentos de Brasil, Suécia e Iugoslávia no âmbito das Nações Unidas entre os anos de 1961 e 1964, sobretudo no âmbito das votações das resoluções da AGNU, relacionando a postura destes três países, entre si, e entre os dois blocos que caracterizavam aquele contexto de Guerra Fria, durante os anos em que vigorou no Brasil a Política Externa Independente, e apontando convergências e divergências teóricas, ideológicas e práticas.

Derivados deste objetivo geral, emergiram objetivos mais específicos para que déssemos conta da realização a contento deste trabalho. Vimo-nos, ora premidos, ora estimulados, a, por exemplo, compreender e analisar as políticas externas teorizadas e praticadas pelos governos brasileiro, iugoslavo e sueco entre os anos de 1961 e 1964. Para isso, realizamos uma detida pesquisa, análise e exposição histórica do que chamamos de “formação da política externa” de cada um dos três países, buscando seus principais antecedentes e marcos relevantes, para a “neutralidade” sueca, o “não-alinhamento” iugoslavo, e a “independência” brasileira, identificando personagens e momentos chave para o surgimento e evolução das políticas externas destes países, e de suas possíveis relações, e apresentando compreensões e entendimentos, acerca dos conceitos de “independência”, “não-alinhamento” e “neutralidade. Também tentamos evidenciar e analisar aproximações e distanciamentos destes países entre si, em relação aos blocos capitalista e socialista, bem como suas respectivas superpotências, e o papel destes três países na conformação e na configuração de organizações como a ONU e o MNA, entre outras. E para a consecução destes objetivos específicos – bem como, auxiliando neles - organizamos quadros que evidenciem as posições destes países no âmbito

das votações na AGNU, correlacionando essa “prática” com suas propostas teóricas e discursos de política externa.

Nosso trabalho envolveu um expressivo aprofundamento acerca do que já conhecíamos e tivemos contato durante nossa pesquisa para o mestrado, quanto à História e historiografia do período, bem como de certas experiências de política externa do Brasil e de outros países, variando no que entendemos ser três tipos principais de análise bibliográfica: uma bibliografia mais “clássica”, envolvendo desde obras publicadas mais ou menos no período abordado ou anos depois, e também obras e autores que, apesar de mais recentes, são bastante difundidos na academia; uma bibliografia mais “moderna”, com publicações de anos e autores mais recentes, e até mesmo por esse motivo, não tão difundidos; e, por fim, um extensivo uso de fontes primárias e documentação “oficial”, publicada, por exemplo, pelos próprios países estudados e/ou organizações e autores pertinentes.

Quanto ao primeiro grupo, destacamos sobretudo obras concernentes à PEI brasileira. Textos dos próprios personagens fundamentais, como Jânio Quadros⁹ e San Tiago Dantas¹⁰, além de obras e autores já bastante conceituados como o caso de obras de Paulo Vinentini¹¹ e de livros já considerados clássicos sobre a história da política externa brasileira¹², além de outros que entendemos trazer com grande abrangência e capacidade de síntese os contextos políticos internos e externos, sobretudo no Brasil¹³, mas não apenas. Livros sobre uma história mais “geral” de Suécia¹⁴ e Iugoslávia¹⁵ foram também amplamente utilizados, bem como variados

⁹ Por exemplo, seu artigo para a revista *Foreign Affairs*, também publicado, no Brasil pela Revista Brasileira de Política Internacional (FRANCO, 2007).

¹⁰ Por exemplo, seu livro “Política externa independente” (DANTAS, 2011).

¹¹ Dentre as quais destacamos o didático “Relações internacionais do Brasil: de Vargas a Lula” (2008), “Relações internacionais e desenvolvimento: o nacionalismo e a política externa independente (1951-1964)” (1995), sua introdução ao volume 2 de “Documentos da Política Externa Independente” (2008) entre outros.

¹² Dentre as quais destacamos “Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)” (ALBUQUERQUE, 1996-2000) e “História da política exterior do Brasil” (CERVO & BUENO, 2011).

¹³ Tais como obras que cobrem os governos Jânio Quadros e João Goulart: “O governo Jânio Quadros” (BENEVIDES, 1981), “O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil – 1961-1964” (BANDEIRA, 2010); “O governo Goulart e o golpe de 64” (TOLEDO, 1983); “1964, a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe” (DREYFUSS, 1981); “Brasil: de Getúlio a Castello” (SKIDMORE, 1975), oferecem um bom panorama inicial.

¹⁴ Destacamos, entre outros, “*Historical Dictionary of Sweden*” (SCOBIE, 2006), “*A Concise History of Sweden*” (KENT, 2008), “*The social construction of Swedish neutrality: Challenges to Swedish identity and sovereignty*” (AGIUS, 2006), “*Scandinavia since 1500*” (NORDSTROM, 2002), “*The Golden Age of Swedish model*” (ERIXON, 1997), “*Economic History of Sweden*” (MAGNUSSON, 2000), “*Creating Social Democracy: A Century of the Social Democratic Labor Party in Sweden*” (MOLIN, AMARK, MISGELD, 2000) etc.

artigos científicos e capítulos de livros que abordassem mais precisamente suas políticas exteriores.

Nesse grupo temos, ainda, obras que abordam, por exemplo, a conformação do Terceiro Mundo¹⁶, especialmente com os processos de descolonização da África e da Ásia, e algo da relação do Brasil com esse “mundo”¹⁷. Algumas obras consideradas algo mais abrangentes e livros de referência¹⁸ também serão utilizados.

Já quanto ao segundo grupo, destacamos obras bastante recentes, geralmente em inglês, que trazem alguns aportes teóricos¹⁹ e que aprofundam ou jogam novas luzes no período da Guerra Fria, dentre os quais destacamos, entre outros, números pertinentes da *“The International History Review”*²⁰, do *“Journal of Cold War Studies”*²¹, além da série de livros *“Cold War History”* da editora *Routledge*, que possui várias publicações bastante relevantes para nossa pesquisa²².

Por fim, quanto ao terceiro grupo, sobre documentos de caráter mais oficial, o levantamento foi feito, sempre que possível, diretamente junto aos órgãos/atores responsáveis, como fontes primárias (caso da ONU e suas bibliotecas, bibliotecas dos ministérios das relações exteriores e arquivos nacionais dos países pesquisados, o *“Avalon Project”* da Yale, entre outros), ou em obras que agruparam e organizaram esses materiais (FRANCO, 2007; OSMAŃCZYK, 2003).

¹⁵ Tais como: *“A History of Yugoslavia”* (CALIC, 2019); *“Yugoslavia from a historical perspective”* (HELSINKI COMMITTEE FOR HUMAN RIGHTS IN SERBIA, 2017); *“Yugoslavia and the Non-Aligned World”* (RUBINSTEIN, 1970), *“With Stalin against Tito: Cominformist Splits in Yugoslav Communism”* (BANAC, 1988), *“Yugoslavia as History: Twice there was a Country”* (LAMPE, 2000), *“The Balkans since 1453”* (STAVRIANOS, 1958), *“Yugoslav-soviet relations 1953-57: normalization, comradeship, confrontation”* (RAJAK, 2011), *“Socialist Unemployment: The Political Economy of Yugoslavia, 1945-1990”* (WOODWARD, 1995), *“Tito and the Rise and Fall of Yugoslavia”* (WEST,), *“The Balkans in the Cold War”* (RAJAK et. al., eds., 2017) etc.

¹⁶ Como *“Geografia do subdesenvolvimento”* (1966) e *“Os países subdesenvolvidos”* (1983) de Yves Lacoste, e *“Terceiro Mundo (Conceito e História)”* (1990) de Tullo Vigevani.

¹⁷ Destacamos, por exemplo, *“Ásia, África e a política independente do Brasil”* (1961) e *“Subdesenvolvimento e política internacional”* (1963) de Adolpho Bezerra de Menezes.

¹⁸ No primeiro grupo, destacamos *“A Era dos Extremos”* de Eric Hobsbawm; no segundo, o *“Dicionário de política”* (1998, organizado por Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino) e a *“Encyclopedia of the United Nations and International Agreements”* (2003) de Edmund Jan Osmańczyk.

¹⁹ Destacamos, entre outras fontes, *“Notions of Neutralities”*, editado por Pascal Lottaz e Herbert R. Reginbogin.

²⁰ Como o interessante número 5, volume 37, de 2015, dedicado ao tema *“Beyond and Between the Cold War Blocs”*.

²¹ No qual destacamos o número 4, volume 18, de 2016, dedicado ao tema *“Neutrality and Nonalignment in World Politics during the Cold War”*.

²² Dentre os quais destacamos *“Neutrality and Neutralism in the Global Cold War: Between or Within the blocs?”*, editado por Sandra Bott, Jussi M. Hanhimäki, Janick Schaufelbuehl e Marco Wyss; sobretudo o capítulo 9: *“Neutrality unbound: Sweden, foreign aid and the rise of the non-aligned Third World”*, de Nikolas Glover.

Os procedimentos de pesquisa incluíram, portanto, a análise e síntese bibliográfica de livros, artigos, monografias e documentos oficiais que versam mormente sobre as políticas externas de Brasil, Suécia e Iugoslávia no período; aos governos dos presidentes Jânio Quadros e João Goulart (e principais antecedentes), sobretudo no que tange à Política Externa Independente e a seus formuladores; aos governos de Tage Fritjof Erlander (Suécia) e Josip Broz Tito (Iugoslávia), responsáveis políticos por seus respectivos países no período; e às relações internacionais e o cenário internacional do período, especialmente nos contextos de Guerra Fria, descolonização e “terceiro-mundismo”;

Na parte da pesquisa mais calcada em leituras e análises bibliográficas, tivemos alguns suportes e horizontes teóricos importantes, dentre os quais destacamos, para um plano mais geral, o materialismo histórico-dialético, por meio do qual, como argumenta Lefebvre (2010, p.30) sobre o marxismo e seu método: distinguimos “os aspectos ou os elementos contraditórios, sem negligenciar seus liames, sem esquecer que se tratava de uma única realidade.”. Buscamos assim, caracterizar os elementos que compõem nosso tema, tais como os citados nos tópicos acima, e no contexto de um mundo dito bipolarizado, da Guerra Fria.

Seguindo por um desdobramento desse pensamento, segundo Benjamin (1994, p. 225), o materialista histórico “Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo”. Entendemos que nosso tema tem um pouco essa noção de uma “história a contrapelo”, de uma história de um ponto de vista que não seja necessariamente o ponto de vista dos “grandes atores” (que no caso seriam, por exemplo do período histórico abordado, as superpotências e/ou seus blocos), mas de outros atores considerados “menores”. Também num desdobramento semelhante, inspira-nos a ideia de Thompson, na qual este propõe adotar a perspectiva de uma “história vista de baixo (*history from below*)” (LUCA, 2007, p.113).

Ou seja, em termos de perspectiva teórica, que nos ajudou a construir este trabalho, e que pode ser útil para uma melhor compreensão do mesmo, estão esses conceitos que agem, de certo modo, como valores. Intentamos, ainda que modestamente, propor uma “história vista de baixo” quando selecionamos, no contexto de uma Guerra Fria tão caracterizada por um confronto de blocos, três

países que alegavam estar fora destes blocos, e que se consideravam, cada um ao seu modo, países “subdesenvolvidos”, e/ou “países pequenos” etc.

Intentamos também uma “história à contrapelo” ao não focar exatamente (ou preferencialmente) os aspetos bipolares da Guerra Fria, e sim outros aspectos. Nesse sentido, o leitor também observará que, na medida do possível, durante o texto, tentamos fugir de certos “termos” típicos da análise de Guerra Fria que julgamos, além de imprecisos conceitualmente, frequentemente vetores de ideologia, propaganda e assemelhados. Logo, evitamos (exceto quando em citação literal) termos como “ocidente”, “bloco ocidental”, “bloco soviético”, “satélites soviéticos”, “império soviético”, entre outros realmente comuns, bem como perspectivas teóricas que tratassem de um personalismo excessivo (“stalinismo”, “titoísmo”, “cisma Tito-Stálin” etc.), ou, ainda, uma eventual “equivalência” simplista entre OTAN e Pacto de Varsóvia, entre intervenções estadunidenses e soviéticas etc.

Inclusive, uma nota: um dos maiores desafios deste trabalho (maior até que os desafios de língua) foi tentar evitar, ou pelo menos contornar, verdadeiras propagandas e artefatos altamente ideológicos, ora travestidos de textos científicos, ora meramente enxertados no meio destes. Não foram poucos os trabalhos que, ao decorrer da leitura, ao lado de uma narrativa fluente e de notas e referências realmente consistentes, numa análise ampla constituíam (ou integravam) na verdade um elemento de propaganda ou contrapropaganda. Especialmente propaganda pró-EUA/Capitalismo e/ou anti-URSS/Socialismo (inclusive em textos produzidos após o fim da Guerra Fria). Foi realmente uma constante desagradável e extenuante, o que vai ajudar a justificar a escolha, por nós realizada, de, em muitos tópicos nos alongarmos mais do que o aparentemente necessário. Recusamos, o máximo que conseguimos, passar adiante, por este trabalho, várias “ideias” que estão muito mais no campo da propaganda do que no campo da ciência, no que esperamos ter sido ao menos parcialmente bem-sucedidos.

Outra ideia que insistimos é a do materialismo histórico-dialético. Ela explica não apenas nossa frequente escolha em traçar os antecedentes dos fatos e acontecimentos, ou nossa abertura para a característica dialética, portanto mutável e contraditória, da História humana. Ela também explica a divisão e a organização geral da tese.

Admitimos o materialismo histórico-dialético, de acordo com Lefebvre (p. 26-28, p. 62-76), como um método que propõe um duplo movimento para a apreensão de um objeto complexo: sua decomposição em elementos simples, sua análise, e, depois, sua reconstituição em movimento. Tentamos fazer algo semelhante em nosso trabalho.

Para estudarmos como Brasil, Suécia e Iugoslávia agiram em termos de política externa na ONU entre 1961 e 1964 fizemos o seguinte procedimento: analisamos a formação da política externa “neutra” da Suécia, e seus principais desenvolvimentos desde a sua origem, sobretudo após 1814, até 1960; analisamos a formação da política externa “não-alinhada” da Iugoslávia, e seus principais desenvolvimentos desde a sua origem, sobretudo após 1948, até 1960; e analisamos a formação da política externa “independente” do Brasil, e seus principais desenvolvimentos até 1960, porém antes de sua definição como tal (que se daria em 1961).

Em seguida, com estes elementos razoavelmente analisados, colocamos eles em relação, prática, mas sobretudo teórica discursiva, entre os anos de 1961 e 1964, anos em que os suecos passaram a uma maior “atividade”, os iugoslavos articulavam um não-alinhamento internacional e multilateral, e o Brasil criava efetivamente sua PEI.

Após isso, colocamos estes mesmos elementos em movimento, agora sobretudo no plano “prático”, pois em relação diretamente com seus votos na AGNU, na qual, após a compreensão dos elementos, podemos vê-los em ação. Uma ação, inclusive também, histórica e dialética.

Deste tipo de perspectiva, destacamos outras ideias que foram úteis na produção desta tese e são úteis em sua leitura. Parcialmente derivado do materialismo histórico-dialético, aceitamos a existência do “imperialismo”, especialmente do modo formulado por Lênin²³, mas também em um de seus desdobramentos, como a ideia de “dois campos” atribuída a Zhdanov²⁴. Ao primeiro, relacionamos a nossa percepção de que as grandes potências capitalistas podem

²³ Sobre tudo quando em sua obra “Imperialismo, estágio superior do capitalismo” (LÊNIN, 2021), ele analisa “a exportação de capital”, “a partilha do mundo entre as associações capitalistas” e, sobretudo, “a partilha do mundo entre as grandes potências”.

²⁴ Presente na formulação constituinte de seu “Discurso na Reunião de Fundação do Cominform”, “A situação internacional”, em 1947, no qual ele advoga “O novo alinhamento das forças políticas no pós-guerra e a formação de dois campos: o campo imperialista e antidemocrático e o campo anti-imperialista e democrático”.

ser inexorável e incorrigivelmente violentas, belicistas, exploratórias, (neo)colonialistas. Do segundo partimos para uma abordagem um pouco mais crítica e matizada do conceito, amplamente utilizado por nós neste trabalho, de “Política de Blocos” e seus respectivos “Bloco Capitalista” e “Bloco Socialista”. Esse entendimento nos permite não apenas aceitar o subtítulo “o desafio socialista à ordem americana” do livro “A Guerra Fria”, de Paulo Vinentini (2004), como expandir para a hipótese de uma Guerra Fria como “contenção” e liquidação, por parte do Bloco Capitalista, de seu “desafiante” Bloco Socialista – e do qual a Doutrina Truman e as alianças militares capitalistas, em volta da URSS, são exemplos eloquentes.

Em famosa passagem, o filósofo húngaro György Lukács diz que “Em matéria de marxismo, a ortodoxia se refere antes e exclusivamente ao método” (LUKÁCS, 2003, p. 64). A relação “ortodoxia” e “marxismo” é bastante polêmica. Contudo, faço essa citação para uma ressalva: este trabalho certamente utiliza o “marxismo” como ferramenta, especialmente seu “método”, mas não o faz com a “ortodoxia” muitas vezes esperada. Por exemplo: nas próximas páginas teremos um foco maior na “política” que na “economia”, muitas vezes daremos maior relevo aos indivíduos do que às suas classes, não poupamos foco em “líderes” e “grandes acontecimentos políticos”, tudo isso podendo desagradar uma grande quantidade de “marxistas”. Também temos como premissas teóricas, ainda, ideias que nem sempre são bem aceitas por correntes historiográficas mais (pós) modernas: valorizamos a “cronologia” e a “política” (até como “ossatura” da História), e trabalhamos com a possibilidade da existência de “fatos históricos” e da História como ciência.

Contudo, um valor recorrente em nossa tese é o “respeito”. Na medida do possível, tentamos manifestar o máximo respeito por variadas figuras políticas, ações, ideias e acontecimentos. Dizemos isso para citar uma outra luta silenciosa e ardilosa na produção deste trabalho, que foi evitar impulsos altamente emocionais, julgamentos superficiais, tomar partidos explícitos e apaixonados, fazer piada ou expressar indignação. Foram inúmeros os momentos em que desejamos escrever como se estivéssemos gritando, ou sorrindo, ou chorando, ou comemorando etc. Mas tentamos ao máximo manter o equilíbrio, e uma certa razão fria e asséptica, para que nossas interpretações não corressem o risco de suplantarem certos fatos que podem ter uma miríade de outras interpretações.

Voltando aos nossos procedimentos, estes também incluíram a já aludida análise documental, com decretos, leis, acordos, e demais documentos oficiais dos

envolvidos, especialmente os concernentes às votações e resoluções da AGNU, sobretudo as concernentes às 16^a²⁵, 17^a, 18^a e 19^a, além da 4^a Especial, ocorridas entre 1961 e 1964²⁶. Estes documentos obtivemos através dos próprios órgãos oficiais, bem como de obras de referência, como a *Encyclopedia of the United Nations and International* (OSMAŃCZYK, 2003), os dados mais ou menos brutos da própria ONU, e de outras fontes como projetos universitários, fundações etc.

Nosso foco na análise documental, para entendermos e analisarmos o comportamento político, em termos de política internacional, dos três países que estamos focando, se deram especialmente sobre as resoluções²⁷ realizadas nas plenárias²⁸ da AGNU, que tiveram votação, nos 4 anos em que vigorou a PEI. Em termos de massa documental, e a título de exemplo, a 16^a AGNU (1961-1962) produziu 123 resoluções (desde a resolução A/RES/1623(XVI) de 27/09/1961 até a A/RES/1747(XVI) de 28/06/1962). O tamanho dos textos dessas resoluções varia, em média, de poucos parágrafos a duas páginas, o que nos permite estimar em algo de 50 páginas de texto das resoluções. Mas tão importante quanto os textos aprovados é, certamente, a planilha de votação de cada uma destas resoluções – que acreditamos revelar importantes posicionamentos. Já estas planilhas possuem muitos dados.

Para trabalhar especificamente com essa massa de dados advindos das votações no âmbito da ONU, usamos certos métodos quantitativos e analíticos para selecionar, filtrar e relacionar os dados corretos, muitas vezes inspirados pela “Ciência da Informação” e áreas correlatas. Descreveremos melhor esses procedimentos, a seguir, quando falarmos do capítulo 5. Mas, antes, vamos então falar da estrutura geral da tese.

Este trabalho está dividido em cinco capítulos. O capítulo 1, “A formação da política externa ‘neutra’ da Suécia”, se propõe a expor o percurso histórico e político

²⁵ A 16^a Sessão da Assembleia Geral teve, por exemplo, 158 resoluções, dentre as quais 77 com votações, de acordo com os dados disponíveis na “*United Nations Digital Library*”.

²⁶ Estruturamos nosso banco de dados, contendo, entre outros, os “*Yearbooks*”, textos integrais das resoluções e dados quanto às votações (especialmente no âmbito das Assembleias Gerais) à partir das páginas oficiais da ONU, dentre as quais destacamos as das bibliotecas “*Dag Hammarskjöld Library*” e “*United Nations Digital Library*”.

²⁷ “As resoluções – votadas e aprovadas – da Assembleia Geral funcionam como recomendações e não são obrigatórias.” (ONU, s/d).

²⁸ “Toda conferência [da AGNU] tem uma plenária (ou seja, a reunião da conferência como um todo), mas muitas conferências têm tanto trabalho que nunca poderiam concluir suas agendas no prazo estipulado, a menos que alocassem parte do trabalho a comitês ou outros órgãos subsidiários. Também foi considerado mais eficiente e capaz de produzir melhores resultados se determinadas partes do trabalho forem alocadas a essas entidades.” (UN, s/d, em tradução livre).

da política externa de “neutralidade” do país, desde seus últimos conflitos bélicos, ainda no contexto das guerras napoleônicas e seus rescaldos, a efetivação da neutralidade, passando pela união e desunião com a Noruega, a ascensão da social-democracia sueca e sua consolidação no poder, a manutenção da “neutralidade” nas guerras mundiais, até chegarmos nos anos 1960, no contexto da Guerra Fria.

O capítulo 2, “A formação da política externa “não-alinhada” da Iugoslávia”, se propõe a expor o percurso histórico e político da política externa de “não-alinhamento” do país. Comentando brevemente a formação do país no pós-Primeira Guerra Mundial, sua destruição parcial durante a Segunda Guerra Mundial, a resistência vitoriosa dos partizans e sua ascensão ao poder no país, transformando a antiga monarquia capitalista em uma república socialista, o foco do capítulo se dará mesmo no pós-Segunda Guerra. Os partizans, organizados no Partido Comunista da Iugoslávia (depois Liga dos Comunistas) irão, após um período de grande proximidade com a URSS, se afastar à partir de 1948 do incipiente Bloco Socialista, e, entre distanciamentos e aproximações do país balcânico em relação aos blocos Capitalista e Socialista, entre fins dos anos 1940 e início dos anos 1950, a Iugoslávia passará a desenvolver uma política de “não-alinhamento” bastante ativo, internacional e multilateral, com destaque para o empenho pessoal de seu líder, Marechal Tito. O capítulo também se encerra em 1960, há menos de um ano da Primeira Cúpula dos Países Não-Alinhados, a ser realizada na capital iugoslava.

No capítulo 3, “A formação da política externa ‘independente’ do Brasil”, temos um breve panorama histórico dos períodos monárquico e republicano do país, até 1930, onde identificamos de modo mais claro e consistente, alguns dos elementos que serão condensados na PEI. Entre avanços e retrocessos de uma política externa que ora está mais alinhada aos EUA (e seu bloco) e ora está mais “independente”, este capítulo, diferente dos demais, não traz a política externa do Brasil “formada”: apesar das inflexões dos governos Vargas (1951-1954) e JK (após a proposição da OPA), a “formação da política externa independente do Brasil” estará concluída apenas no próximo capítulo, à partir do governo Jânio Quadros em 1961, sendo que este capítulo, assim como os dois anteriores, também se encerra em 1960.

O capítulo 4, “Independência, Não-Alinhamento e Neutralidade: semelhanças e diferenças das políticas externas de Brasil, Iugoslávia e Suécia, 1961-1964”, traz,

simultaneamente, os principais acontecimentos em termos de política externa dos três países durante os referidos anos, bem como apontamentos sobre “semelhanças e diferenças”, “aproximações e distanciamentos” entre elas.

E o último capítulo, capítulo 5, “Independência, Não-Alinhamento e Neutralidade na prática: Brasil, Iugoslávia e Suécia nas votações da AGNU”, traz uma análise dos três países selecionados em ação. Num tipo de ação que, pela forma que se dá, nos permitiu uma rica e intrincada análise das políticas externas dos três países, e algumas conclusões e percepções bastante interessantes. Por isso nos deteremos mais sobre este capítulo, explicando inclusive nossas metodologias para sua construção.

Especificamente quanto às votações na AGNU, e como aludido anteriormente, dentre as possibilidades existentes, elegemos como nosso “laboratório”, como local onde poderíamos observar as “ideias” formuladas em uma “prática” política dos países selecionados, as votações das resoluções apresentadas na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (AGNU).

Entendemos que utilizarmos a ONU, especialmente as votações ocorridas no âmbito de sua Assembleia Geral, nos ajuda a delimitar e expor de forma possivelmente mais clara, como dito acima. A postura destes três Estados-Membros, Brasil, Iugoslávia e Suécia, em relação aos temas de então, em relação às superpotências e seus blocos, e em relação a eles próprios entre si, tendem a emergir com maior nitidez nesse espaço dedicado – em tese – justamente ao diálogo e a posicionamentos claros.

A fim de um esclarecimento metodológico preliminar, ainda que nosso objetivo explícito seja analisar as votações realizadas na AGNU entre os anos de 1961 e 1964, chegamos a decidir incluir mais dois anos em nosso escopo expositivo, mas declinamos parcialmente da ideia. A inclusão se daria por motivos práticos, mas também teóricos. Do ponto de vista prático, salientamos que as “Sessões da Assembleia Geral da ONU” costumam iniciar-se em setembro²⁹ de um ano e apenas terminar em meados do ano seguinte³⁰. Ou seja, as resoluções votadas e/ou

²⁹ A Assembleia Geral reúne-se anualmente em sessão regular, intensivamente de setembro a dezembro, e recomeça em janeiro até que todas as questões da agenda sejam abordadas – o que muitas vezes ocorre pouco antes do início da próxima sessão (SWITZERLAND, 2017, p. 14-15 e 39-44).

³⁰ Oficialmente as sessões se encerram no dia anterior ao início da próxima sessão (SWITZERLAND, 2017, p. 84). Contudo, as sessões que tratamos, isto é, entre a 15ª e a 19ª sessões, temos como datas das últimas reuniões plenárias, com divulgações de resoluções, as seguintes, respectivamente:

adotadas durante a primeira metade de 1961 estavam inseridas ainda no contexto da 15ª Sessão, iniciada em 20 de setembro de 1960. Isso, associado ao nosso entendimento de que muito das ideias e políticas levadas a cabo por nossos países objetos de estudo, durante o período de análise proposto, já estavam em variados graus de amadurecimento em 1960, nos estimulava a “alargar” o escopo cronológico em direção a este ano.

Motivo semelhante nos estimulou a avançar nossa abrangência um pouco além de 1964, isto é, a ideia de que a 19ª Sessão, iniciada em 1964 encerrou-se apenas em 1965. Porém esta sessão foi, especificamente, incomum. Nas palavras da própria ONU:

“A 19ª sessão (1964-1965) da Assembleia Geral foi incomum em muitos aspectos. A Assembleia reuniu apenas em plenário, não foram eleitos vice-presidentes nem presidentes das comissões principais, não foi aprovada nenhuma ordem do dia, **não foram realizadas votações** [grifo nosso], foram realizadas relativamente poucas reuniões (46, A/PV.1286 - A/ PV.1331), e relativamente poucas resoluções foram aprovadas (14, A/RES/1994(XIX) - A/RES/2007(XIX)).” (DAG, 2022. <https://ask.un.org/faq/268504> , em tradução livre)

Ou seja, de certo modo, para nossa infelicidade, o último ano de nosso “escopo original”, acabou por ser um dos mais atípicos da história da AGNU, tolhendo nosso principal material de análise, visto que nesta sessão “não foram realizadas votações”. Assim, a fim de permitir, ao menos panoramicamente, um breve vislumbre das possíveis consequências de fatos ocorridos no ano de 1964 e que julgamos importantes para a atuação da política externa dos países estudados (especialmente o golpe militar no Brasil em abril e a realização da segunda cúpula dos Países Não-Alinhados, liderados pela Iugoslávia, no Cairo, em outubro), chegamos a pensar em estender um pouco mais os dados coletados para o ano de 1966, a fim de abrangermos também a 20ª Sessão em sua totalidade. Contudo, esta também foi um tanto atípica, tendo suas votações iniciadas e encerradas no próprio ano de 1965, poupando-nos, portanto, de avançarmos até 1966. Ou seja, em resumo, ainda que nosso objetivo original tenha sido preservado (a análise dos votos realizados entre 1961 e 1964), estendemos a coleta de dados, afinal, para os

995ª reunião plenária, 21 de abril de 1961 (ODS, 1961); 1121ª reunião plenária, 28 de junho de 1962 (ODS, 1962); 1202ª reunião plenária, 20 de dezembro de 1962 (ODS, 1963); 1285ª reunião plenária, 17 de dezembro de 1963 (ODS, 1964); 1330ª reunião plenária, 18 de fevereiro de 1965 (ODS, 1965); 1408ª reunião plenária, 21 de dezembro de 1965 (ODS, 1966).

anos de 1960 e 1965³¹, contudo a análise, a interpretação e a exposição mais detalhadas estão circunscritas aos anos de 1961, 1962 e 1963.

Para uma melhor compreensão da AGNU entre 1961 e 1964, tão relevante para este trabalho, faremos uma série de considerações. A Organização das Nações Unidas pode ser compreendida como uma organização internacional surgida dos esforços realizados durante a Segunda Guerra Mundial entre os países ditos “Aliados”, especialmente URSS, Reino Unido e Estados Unidos, contra os países do chamado “Eixo”: Alemanha, Itália e Japão.

Após a batalha de Stalingrado, e com a vitória dos Aliados cada vez mais possível e, de certo modo, irreversível, uma série de “conferências” internacionais passam a ser realizadas. Destacam-se, entre outras, as realizadas pelos principais aliados, como as conferências de Yalta e Potsdam, mas também se destaca uma de maior abrangência: a “Conferência de São Francisco”.

Realizada na cidade estadunidense de mesmo nome, entre abril e junho de 1945, a “Conferência das Nações Unidas sobre Organização Internacional” reuniu delegados de 50³² “nações aliadas” visando, entre outras atividades, revisar e reescrever os acordos de Dumbarton Oaks do ano anterior, ampliando os escopos e participações (visto que em Dumbarton Oaks participaram representantes apenas de URSS, EUA, Reino Unido e China). Também havia a intenção de estabelecer uma organização internacional “geral”, visando cumprir o parágrafo 4 da “Declaração de Moscou de 1943”³³, que reconhecia a necessidade de uma organização internacional do pós-guerra para suceder a, em vários níveis malsucedida, Liga das Nações.

³¹ A 1408ª reunião plenária ocorreu em 21 de dezembro de 1965.

³² “Quarenta e seis nações, incluindo os quatro patrocinadores, foram inicialmente convidadas para a Conferência de São Francisco. Estas foram as nações que declararam guerra à Alemanha e ao Japão e assinaram a Declaração das Nações Unidas. Uma dessas nações - a Polônia - não enviou um representante porque a composição de seu novo governo só foi anunciada tarde demais para a conferência. Assim, foi deixado um espaço para a assinatura da Polónia, um dos signatários originais da Declaração das Nações Unidas. Na época da conferência não havia um governo polonês geralmente reconhecido, mas em 28 de junho tal governo foi anunciado e em 15 de outubro de 1945, a Polónia assinou a Carta, tornando-se assim um dos 51 membros originais. A própria conferência convidou quatro outros estados - a República Socialista Soviética da Bielorrússia, a República Socialista Soviética da Ucrânia, a recém-libertada Dinamarca e Argentina. Assim, delegados de cinquenta nações ao todo reuniram-se na Conferência de São Francisco em abril de 1945.” (UN, s/d, s/p. Tradução Livre).

³³ “4. Que eles [URSS, EUA, Reino Unido e China] reconhecem a necessidade de estabelecer o mais cedo possível uma organização internacional geral, baseada no princípio da igualdade soberana de todos os Estados amantes da paz e aberta à adesão de todos esses Estados, grandes ou pequenos, para a manutenção da paz internacional e segurança;” (THE ROYAL INSTITUTE OF INTERNATIONAL AFFAIRS, 1946, p.13).

Esse mesmo parágrafo já orientava não apenas para o caráter “geral” dessa organização como também para o “princípio da igualdade soberana de todos os Estados amantes da paz e aberta à adesão de todos esses Estados, grandes ou pequenos” e, muito importante, “para a manutenção da paz internacional e segurança” (THE ROYAL INSTITUTE OF INTERNATIONAL AFFAIRS, 1946, p.13).

A “Conferência de São Francisco” resultou na elaboração da “Carta das Nações Unidas”, que foi “aberta para assinatura” em 26 de junho de 1945, último dia da conferência. E é esse documento, a “Carta das Nações Unidas” o principal documento da organização, base até hoje para toda a estruturação da mesma.

Na introdução de Frederique Mestre-Lafay em seu didático “*L’Organisation des Nations Unies*” (série “*Que sais-je?*”), podemos ler que:

A Organização das Nações Unidas é uma organização internacional, definida como uma associação de estados soberanos, constituída por um tratado internacional para atender um conjunto de interesses comuns. [...] Ela é dotada de uma constituição e dos órgãos comuns que exprimem a vontade própria da organização. [...] foi criada por uma conferência internacional reunida em São Francisco de 25 de abril a 26 de junho de 1945. Seu tratado constitutivo é a Carta das Nações Unidas assinada em 26 de junho de 1945 e que entrou em vigor em 24 de outubro de 1945 (MESTRE-LAFAY, 2003, p.05. Tradução livre).

Mais adiante, temos um bom resumo da carta em si:

A carta das Nações Unidas comporta 111 artigos, bem como um anexo de 70 artigos que formam o estatuto da Corte Internacional de Justiça, que ‘faz parte integrante’ da Carta. – Seu preâmbulo afirma, de uma maneira solene, um certo número de intenções sobre a paz e o progresso social atribuídos aos povos das nações unidas. – Um primeiro capítulo enuncia os objetivos e princípios da Organização; - o segundo enumera as condições de participação na Organização; - os capítulos III a V, X, XIII, XIV e XV regulamentam os **órgãos principais: Assembleia Geral, Conselho de Segurança**, Conselho Econômico e Social, Conselho de Tutela, Corte Internacional de Justiça, Secretariado (MESTRE-LAFAY, 2003, p. 9-10. Tradução livre. Grifos nossos.)

Como a citação sugere, é possível, ainda que de forma extraoficial, hierarquizarmos esses órgãos principais da ONU colocando a Assembleia Geral e o Conselho de Segurança como sensivelmente mais importantes que os demais. A Assembleia por permitir uma igualdade – ainda que sobretudo formal – entre os membros (“estados grandes ou pequenos”, como já prenunciava a declaração de

Moscou), e o Conselho de Segurança por, além de garantir “teoricamente”, a segurança (papel fundamental da organização internacional desde quando delineada em 1943), também representar, “na prática”, a correlação de forças representada em Dumbarton Oaks (URSS, EUA, Reino Unido e China) mais a França como “membros superiores”, visto que estes cinco possuem as únicas cadeiras “permanentes” no conselho, bem como, também são os únicos que possuem o “poder de veto” em votações.

De acordo com Mestre-Lafay (2003, p. 25), a estrutura da ONU é relativamente complexa, tendo numerosos e extremamente variados órgãos compondo a sua estrutura interna. Nos termos estritos da Carta (art. 7), a ONU comporta órgãos “principais” (criados pela própria Carta) e órgãos “subsidiários”, criados a partir das necessidades da própria organização no exercício de suas competências. O período entre 1961 e 1964 é marcado por algumas mudanças importantes na ONU. Dentre elas destacamos o relativamente vertiginoso aumento do número de Estados-Membros e as mudanças institucionais e normativas das mais relevantes. Estes e outros detalhes podem ser conferidos tanto nos apêndices dedicados à ONU como perpassando por todo o trabalho.

É esta ONU e sua Assembleia Geral quem vai nos fornecer a principal massa documental e de dados que nós analisamos. Tendo delimitado os principais documentos que servirão de base para as análises que realizamos sobre as votações de Brasil, Iugoslávia e Suécia na AGNU entre os anos de 1961 e 1964, agora vamos expor a metodologia utilizada para a análise destes dados, na qual praticamente “medimos” os alinhamentos dos países selecionados. Primeiramente falaremos sobre a obtenção e organização dos principais dados e informações.

Todos os principais dados e informações foram obtidos através da própria ONU, especialmente através dos arquivos e documentos digitais disponibilizados pela “*United Nations Digital Library*” e pela “*United Nations Dag Hammarskjöld Library*”. A “*United Nations Digital Library*” pode ser definida como:

O catálogo online de documentos e publicações da ONU. A Biblioteca Digital inclui documentos da ONU, dados de votação, discursos, mapas e publicações de acesso aberto. A plataforma fornece acesso a materiais produzidos pela ONU em formato digital e registros bibliográficos para documentos impressos da ONU a partir de 1979. Os recursos do sistema incluem dados vinculados entre documentação relacionada, como resoluções, registros de reuniões e

votações e refinamento de pesquisas por órgão, agência ou tipo de documento da ONU (DAG, s/d, s/p³⁴, em tradução livre).

Já a “*United Nations Dag Hammarskjöld Library*”, que, de certo modo, abriga a “*United Nations Digital Library*”, é definida como fornecendo “pesquisa de informação profissional para delegados e funcionários da ONU, bem como pesquisa limitada para bibliotecários, pesquisadores e público em geral”, “acesso a milhares de recursos impressos e digitais, incluindo livros, jornais, revistas eletrônicas e livros eletrônicos que abrangem todas as regiões geográficas e vários idiomas”, e um “programa de treinamento prático” que “ensina aos participantes como acessar documentos oficiais da ONU, bem como usar os recursos da Biblioteca de forma mais eficaz”, tamanha a complexidade e abundância documental da Biblioteca (DAG, s/d, s/p)³⁵.

A “*United Nations Dag Hammarskjöld Library*” ainda fornece “acesso ao conhecimento institucional da ONU”, coletando “cópias impressas e digitais de documentos da ONU, publicações e uma variedade de outros materiais produzidos pela Organização, como mapas e comunicados à imprensa.” Possui também um “programa de digitalização” que visa preservar “documentos históricos frágeis” e permitir que estes “sejam acessados online por muitos usuários sem danificar o registro original”, e “cataloga e indexa milhões de itens que ajudam a formar a memória institucional da Organização.” (Idem).

Está “localizada na sede da ONU em Nova York”, e, após 1959, quando “a Fundação Ford deu um prêmio de \$ 6,2 milhões às Nações Unidas para a construção de um novo prédio da Biblioteca em Nova York para substituir o espaço inadequado da Biblioteca”, passou, em “16 de novembro de 1961, logo após a morte do secretário-geral Dag Hammarskjöld” a nomear “o edifício recém-concluído” de “Biblioteca Dag Hammarskjöld em homenagem ao seu compromisso com a criação de um espaço bonito e moderno para a Biblioteca” (DAG, s/d, s/p)³⁶.

Identificados os principais repositórios de documentos, o próximo passo foi selecionar a documentação principal. E ela se localiza, basicamente, nos

³⁴ “UN Resources & Documents”. Disponível em: <https://www.un.org/en/library/page/un-resources-documents>. Acesso em 30 jul. 2023.

³⁵ “Our Activities”. Disponível em: <https://www.un.org/en/library/page/our-activities>. Acesso em 30 jul. 2023.

³⁶ “Our Mandate & History”. Disponível em: <https://www.un.org/en/library/page/our-mandate-history>.

“Yearbooks” completos de cada ano³⁷, nas listas de resoluções adotadas em cada Sessão da AGNU, nos documentos específicos das resoluções³⁸, nos “documentos avulsos” de cada resolução (disponibilizados virtualmente)³⁹, e nas votações de cada membro da AGNU quando essa informação estivesse disponível⁴⁰. De posse desses documentos, criamos uma série de tabelas no programa de criação de planilhas Microsoft Excel para a organização desses dados.

Uma primeira tabela trazia todas as resoluções adotadas pelas sessões 15^a, 16^a, 17^a, 18^a e 19^a⁴¹. Essa tabela possuía 18 colunas (de “A” a “R”), organizada da seguinte forma: Coluna A chamada “ID”, numerando sequencialmente todas as resoluções reunidas para a pesquisa; Coluna B chamada “ID 2”, numerando sequencialmente todas as resoluções por ano específico; Coluna C chamada “ID 3”, numerando sequencialmente todas as resoluções por Sessão da AGNU; Coluna D chamada “DATA”, apresentando a data em que a respectiva resolução foi adotada; Coluna E chamada “RESOLUÇÃO”, trazendo o código específico que a ONU atribui a cada resolução; Coluna F chamada “TÍTULO”, trazendo o título específico, em inglês, atribuído a cada resolução; as colunas G (“SIM”), H (“NÃO”), I (“ABSTENÇÃO”) e J (“NÃO-VOTANTES”) trazendo as quantidades de votos “SIM”,

³⁷ Foram obtidos, na íntegra, os “Yearbooks” referentes aos anos de 1960, 1961, 1962, 1963, 1964 e 1965.

³⁸ Foram obtidos, na íntegra, os seguintes documentos: “Resolutions adopted by the General Assembly during its 15th session. Volume 1, 20 September-20 December 1960” (disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/228940?ln=en>) posteriormente descartada por fugir ao nosso escopo, “Resolutions adopted by the General Assembly during its 15th session. Volume 2, 7 March-21 April 1961” (disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/229844?ln=en>), “Resolutions adopted by the General Assembly during its 16th session. Volume 1, 19 September 1961- 23 February 1962” (disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/229274?ln=en>), “Resolutions adopted by the General Assembly during its 16th session. Volume 2, 7-28 June 1962” (disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/229845?ln=en>), “Resolutions adopted by the General Assembly during its 17th session, 18 September-20 December 1962” (disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/229275?ln=en>), “Resolutions adopted by the General Assembly during its 18th session, 17 September-17 December 1963” (disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/229276?ln=en>), e “Resolutions adopted by the General Assembly during its 19th session, 1 December 1964-September 1965” (disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/228917?ln=en>), também posteriormente descartada por fugir ao nosso escopo.

³⁹ Disponíveis em “UN General Assembly Resolutions Tables” da “Dag Hammarskjöld Library”. As resoluções adotadas, por exemplo, durante a 16^a Sessão, entre 1961 e 1962 está disponível em: <https://research.un.org/en/docs/ga/quick/regular/16>.

⁴⁰ Por exemplo, a 16^a Sessão, entre 1961 e 1962, teve 134 resoluções adotadas, sendo 128 em 1961 e 6 em 1962, e destas 134, 71 resoluções foram adotadas “sem votação” (“without vote” no original) e 63 resoluções foram adotadas após votações. Dados disponíveis em: https://digitallibrary.un.org/search?ln=en&cc=Voting%20Data&p=791%3A%5BA16%5D&f=&rm=&sf=d&ocumentsymbol&so=a&rq=100&c=Voting%20Data&c=&of=hb&fti=0&fct_2=General%20Assembly&fti=0

⁴¹ Havia também uma versão com os dados da 20^a Sessão, para eventuais comparações, mas que também foi descartada.

“NÃO”, “ABSTENÇÃO”, e “NÃO-VOTANTES”, respectivamente; as colunas K (“totais”) e L (“TOTAL DE MEMBROS VOTANTES”), trazendo respectivamente, a soma aritmética de membros que votaram e não votaram, e a quantidade de membros que a ONU reconhecia para votar determinada resolução – a coincidência dos dois valores agia como controle de que nenhum voto estaria sendo desconsiderado; as colunas M (“BRASIL”), N (“SUÉCIA”), O (“IUGOSLÁVIA”) traziam respectivamente (quando possível) as votações de Brasil, Suécia e Iugoslávia, em cada uma das resoluções, e variando em “Y” para quando votaram “sim”, “N” para quando votaram “não” e “A” quando se “abstiveram” – importante observar que nenhum dos três países se ausentaram de nenhuma das votações realizadas no período; as colunas P (“EUA”) e Q (“URSS”), também traziam respectivamente (quando possível) as votações de EUA e URSS, em cada uma das resoluções, e variando em “Y” para quando votaram “sim”, “N” para quando votaram “não” e “A” quando se “abstiveram” – também nenhuma das duas superpotências se ausentaram de nenhuma das votações realizadas no período; e, por fim, a coluna R (OBSERVAÇÕES”) que, como o nome sugere, era um espaço aberto para que colocássemos quaisquer informações que julgássemos úteis, sobretudo se tínhamos ou não disponibilizados a votação de cada resolução detalhada por países, isto é, se a votação era *“NON-RECORDED based on [...] No machine generated vote”* ou não.

Foi a partir desta tabela mais geral, organizada já em forma de “banco de dados” que iniciamos uma série de filtros classificatórios e consultas. A partir desta tabela, identificamos e filtramos as resoluções de acordo com as nossas necessidades de pesquisa, primeiro selecionando apenas as resoluções adotadas com o registro de votos (isto é, detalhados por país), e depois separando mais formalmente por sessão e, sobretudo, por ano. E, assim, chegamos a uma tabela final composta por 18 colunas (nos moldes explicados acima, de “A” a “R”) e 79 linhas contendo as 78 resoluções votadas no período: 74 resoluções nas sessões regulares 15, 16, 17 e 18 entre os anos de 1961 e 1963, além das 4 resoluções votadas na 3ª e 4ª Sessões Especiais.

Com a tabela final se constituindo como nosso principal banco de dados para nossas análises, explicaremos a seguir como pensamos em trabalhar esses dados.

A princípio, selecionamos os três países-membros que constituem essencialmente nosso objeto de pesquisa, Brasil, Iugoslávia e Suécia, e, para uma

espécie de “controle”, também selecionamos EUA e URSS. Esse controle se mostrou importante diante do contexto histórico vigente. Isto é: se entendemos o período abordado da Guerra Fria como caracterizado pela existência de 2 blocos, o Bloco Capitalista e o Bloco Socialista, e entendemos esses blocos como sendo polarizados por duas superpotências, os EUA e a URSS respectivamente, logo nos pareceu salutar termos, como exemplos da ação política na AGNU em um “mundo bipolar” a votação desses dois países. Especialmente se considerarmos que Brasil, Iugoslávia e Suécia, no período, propunham políticas externas “independentes”, “não-alinhadas” e/ou “neutras” precisamente em relação a estes blocos e, conseqüentemente, aos seus “líderes”.

Ou seja, de forma menos restrita e mais contextual, analisamos as votações de 5 países: Brasil, Iugoslávia e Suécia (essencialmente nosso objeto de pesquisa), EUA (entendido como “líder do Bloco Capitalista” e, portanto, de um lado específico da “bipolaridade” de então, conseqüentemente “não-independente”, “não-neutro” e “não-não-alinhado”) e URSS (entendida como “líder do Bloco Socialista” e, portanto, também de um lado específico da “bipolaridade” de então, conseqüentemente “não-independente”, “não-neutra” e “não-não-alinhada”).

Diante disto, existem dois tipos possíveis de status iniciais dos países membros da AGNU: “presente” ou “ausente” na votação. Priorizamos os membros “presentes”, visto que apenas estes votam, e observamos que os 5 países estiveram presentes em todas as votações do período.

Em seguida, consideramos os três tipos possíveis de votos de um país presente na AGNU (“Sim”, “Não” e “Abstenções”) e desenvolvemos uma aplicação para nos ajudar no estabelecimento de relações entre estes tipos de votos. Primeiro criamos um banco de dados a partir das planilhas do Excel no software livre “pgAdmin”, em “linguagem SQL”, convertendo as planilhas efetivamente em banco de dados. Então fizemos as consultas adequadas para selecionar apenas os dados desejados, e as tabelas que resultaram das consultas nós convertimos novamente em planilhas de Excel. Em seguida fizemos um processo semelhante, porém sem a aplicação automática, cotejando os dados um a um, para simples conferência.

Para realizarmos essa análise e as consultas, classificamos e dividimos os votos em três tipos de relação entre si. Isto é, para nossa análise, argumentamos que os votos podem ter, entre si, três tipos de relação: “votos iguais” entre si, “votos diferentes” entre si, e “votos contrários” entre si.

Consideramos “votos iguais” quando os votos entre os membros da AGNU são realmente “iguais”. Por exemplo (e em linguagem aproximada à “linguagem de programação”): se “voto de” Brasil = “Sim” e “voto de” Iugoslávia = “Sim” para determinada resolução apresentada na AGNU, logo temos “votos iguais” entre si; se “voto de” Brasil = “Não” e “voto de” Iugoslávia = “Não”, logo “votos iguais” entre si; se “voto de” Brasil = “Abstenção” e “voto de” Iugoslávia = “Abstenção”, logo temos também “votos iguais” entre si. E assim sucessivamente entre os demais membros analisados.

Consideramos “votos diferentes” quando um ator vota “Sim” ou “Não” e um ou mais dos outros se abstém. Por exemplo: se “voto de” Brasil = “Sim” e “voto de” Iugoslávia = “Abstenção”, logo temos “votos diferentes” entre si; se “voto de” Brasil = “Não” e “voto de” Iugoslávia = “Abstenção”, logo “votos diferentes” entre si; se “voto de” Brasil = “Abstenção” e “voto de” Iugoslávia = “Sim”, logo “votos diferentes” entre si; e se “voto de” Brasil = “Abstenção” e “voto de” Iugoslávia = “Não”, logo “votos diferentes” entre si.

Finalmente, consideramos votos “contrários” quando um membro vota “Sim” e outro vota “Não” (ou vice-versa). Por exemplo: se “voto de” Brasil = “Sim” e “voto de” Iugoslávia = “Não”, logo temos “votos contrários” entre si; se “voto de” Brasil = “Não” e “voto de” Iugoslávia = “Sim”, logo “votos contrários” entre si.

Portanto, teremos “votos diferentes” quando são “diferentes”, porém não “contrários”; e “votos contrários” que ocorrem quando um ator vota “Sim” e outro vota “Não”, e vice-versa.

Estabelecemos também uma “hierarquia de proximidade” e, no limite, de “alinhamento” dos votos. Isto é, um voto “igual” entre dois atores indica, em nossa análise, uma “menor distância prática” entre as políticas externas daqueles atores naquela resolução, e um certo “alinhamento”. Um voto “contrário” entre dois atores indica uma “maior distância” das políticas externas daqueles atores naquela resolução, ou seja, uma discordância mais enfática. Já nos casos de votos “diferentes” entre dois atores, ou seja, quando pelo menos um deles se “abstém”, a relação “proximidade x distanciamento” fica bastante turva. Uma abstenção pode, dependendo do caso e do contexto específico, indicar uma grande (porém não total) “proximidade”, indicar um grande (porém não total) “distanciamento”, ou ainda uma posição “mais ou menos intermediária”, entre as políticas externas daqueles atores naquela resolução.

Para ilustrarmos, com um exemplo contemporâneo a escrita desta tese, as dificuldades e nuances relacionados ao voto de “abstenção” na ONU, temos a resolução A/RES/ES-11/6 sobre *“Principles of the Charter of the United Nations underlying a comprehensive, just and lasting peace in Ukraine”* (“Princípios da Carta das Nações Unidas subjacentes a uma paz abrangente, justa e duradoura na Ucrânia”, em tradução livre), votada em 23 de fevereiro de 2023 durante a *“11th Emergency Special Session (resumed session) – Ukraine”*, no contexto do conflito entre Rússia e Ucrânia agravado à partir de fevereiro de 2022. Nessa votação, tivemos 141 votos “sim”, 7 votos “não”, 32 “abstenções” e 13 “não votantes”. Parte da grande mídia corporativa veiculou o acontecimento como uma “derrota” para a Rússia, considerando esses 141 votos “sim” como votos de “oposição” ao país, e os 7 votos “não” (incluindo o da própria Rússia) como votos de “apoio”. Porém queremos destacar as abstenções, e dentre elas, uma especificamente: a da China⁴². A China, que integra uma série de organizações multilaterais junto à Rússia⁴³, um ano antes de se abster na resolução, havia anunciado uma “parceria sem limites” com o país⁴⁴, e menos de um mês depois afirmou (através de seu líder, Xi Jinping) que “China e Rússia consideram suas relações bilaterais uma das principais prioridades de sua diplomacia” e fez alusão a uma “amizade eterna” entre os dois países. Pode-se entender termos como “parceria sem limites” e “amizade eterna” como sinais bastante expressivos de proximidade política, especialmente se levarmos em consideração a típica linguagem diplomática, frequentemente menos incisiva. Ou seja, levando em consideração o contexto específico, a “abstenção” da China na A/RES/ES-11/6 possivelmente mais “esconde” uma “proximidade” com a Rússia do que talvez revele um maior “distanciamento” entre ambos os membros.

Sendo assim decidimos que o principal foco de nossas análises e interpretações tenderão a recair mais sobre os votos “iguais” e “contrários”, que julgamos de maior capacidade elucidativa e exemplificava quanto às eventuais

⁴² Inclusive a própria página de “notícias” da ONU também destaca a abstenção da China em pleno subtítulo: “Na véspera da invasão da Ucrânia pela Rússia completar um ano, 141 Estados-membros da ONU endossam texto requerendo uma paz ‘justa e duradoura’; entre as sete [sic] abstenções estão China, Índia, Moçambique e Angola.” (Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2023/02/1810387> . Acesso em 27 jun. 2023). Corrigindo esse fragmento de texto da própria ONU, foram 32 “abstenções”, e não apenas 7.

⁴³ Tais como BRICS e a Organização para Cooperação de Xangai.

⁴⁴ “Putin visita Xi Jinping: China e Rússia anunciam parceria ‘sem limites’”. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/02/04/xi-jinping-recebe-putin-e-diz-que-china-e-russia-se-apoiarao-na-defesa-de-interesses-centrais.qhtml> . Acesso em 27 jun. 2023.

“proximidades e distanciamentos”, “alinhamentos e desalinhamentos”, que os votos “diferentes”, tendo estes um destaque menor. E foi assim que fomos às análises das votações de Brasil, Suécia e Iugoslávia na AGNU entre 1961 e 1963.

1 A FORMAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA “NEUTRA” NA SUÉCIA

“Du gamla, Du fria, Du fjällhöga nord
Du tysta, Du glädjrika sköna!
Jag hälsar Dig, vänaste land uppå jord,
Din sol, Din himmel, Dina ängder gröna.”

Trecho do hino nacional da Suécia

Neste capítulo abordaremos a formação da Política Externa da Suécia, aqui chamada especificamente de “política de neutralidade”, diferenciando das políticas externas do Brasil (que no trabalho temos chamado de “independente”) e da Iugoslávia (“não-alinhada”).

Dentre os três países analisados em nosso trabalho, a Suécia não apenas tem o Estado mais longo como, também, a política externa também mais longa (em termos de características gerais) bem como mais estável.

Alguns pontos importantes no que tange à política externa sueca e que merecem atenção remontam ao século XIX, em três momentos que julgamos principais: a mudança de dinastia no trono sueco, com a ascensão de Jean Bernadotte ao poder em 1810 (consolidada com sua coroação em 1818) (SCOBIE, 2006, p. 149; KENT, 2008, p. 154); a última guerra em que a Suécia participou em 1814 (SCOBIE, 2006, p.100, 188; MÜLLER, 2019, p. 88.) no contexto ainda das Guerras Napoleônicas (e portanto no período pré-Conferência de Viena) e, finalmente, na ascensão e confirmação da política de neutralidade do país, no pós-Congresso de Viena - em quase concomitância com a Suíça.

Desde então as políticas interna e externa suecas seguiram uma linha mais ou menos consistente de afastamento da família real quanto às decisões de estado, aumento do poder civil nas decisões políticas e neutralidade internacional (KENT, 2008, p.173-176; p. 216; GRIMBERG, 1935, p. 343-355, 387-389).

Em termos de fronteiras, a Suécia tem uma estabilidade razoável desde a pacífica "secessão" da Noruega em 1905 (GRIMBERG, 1935, 387-389; KENT, 2008, p.177-178). A partir de então, mesmo nas guerras mundiais do século XX, a Suécia se manteve numa importante neutralidade - ainda que não necessariamente "total" e/ou "absoluta", mas, talvez possamos dizer, manteve-se numa “neutralidade suficiente”.

Isto é, mesmo em alguns momentos podendo ser acusada de certos "colaboracionismos", como nos casos de permitir transportes de pessoas e materiais por seu território, entre e a Noruega ocupada pelos nazistas e a nazificada Finlândia (MÜLLER, 2019, p. 135-144; HOPPER, 1945 p. 441-446), bem como com certa permissividade à circulação de guerrilheiros também, parece ser fato incontestado a não entrada oficial da Suécia em nenhum conflito de monta desde as Guerras Napoleônicas. Incluindo os conflitos da Guerra Fria. E, para entendermos a participação da neutralidade sueca na Guerra Fria levantaremos alguns pontos importantes.

Primeiro, a complexa relação histórica entre Suécia e Rússia. A história da relação entre russos e suecos renderia, certamente, um capítulo à parte, sendo possível encontrar, por exemplo, interseções que remontam aos vikings escandinavos e a fundação do Rus de Kiev (HOPPER, 1945, p. 438). Porém, mais modernamente, e já falando em Estado Moderno, estão entre algumas disputas entre as monarquias sueca e russa sobre variados temas, em especial o domínio e/ou influência sobre áreas do entorno do Mar Báltico: Alemanha, Polônia, Lituânia, Letônia, Estônia e, sobretudo, Finlândia (HOPPER, 1945, p. 438; GRIMBERG, 1935, p. 217-240).

Logo, uma relação de desconfiança pairou entre as monarquias estabelecidas em Estocolmo e Moscou/Petrogrado. Foi assim no período monárquico russo, continuou assim no período em que Moscou tornou-se o centro de poder da União Soviética.

De certo modo, podemos entender que a Suécia tinha uma percepção de afastamento da Rússia: de seu alfabeto cirílico (a Suécia usa o latino), de sua língua eslava (a da Suécia tem raízes germânicas) e de seu cristianismo Ortodoxo (a Suécia é, oficialmente, Luterana)⁴⁵. Mesmo a progressiva laicidade da Suécia não se identificava exatamente como a do tipo de estado laico que emergiu da revolução de Outubro na Rússia.

Dos 46 anos de Guerra Fria a Suécia se notabilizou por uma relevante (talvez até impressionante) estabilidade política. Desses 46 anos, 30 foram sob governos liderados pelo Partido Social Democrata dos Trabalhadores da Suécia (KENT, 2008,

⁴⁵ Contraditoriamente, argumenta-se que um dos aspectos fundadores do estado "Rus de Kiev" (e, consequentemente das formações estatais posteriores do que seriam "as Rússias") seriam justamente os "varangianos": vikings, em sua maioria suecos, que exploravam as áreas entre o mar báltico e o mar Negro (ZHDAN, 1988, s/p; MARTIN, 2002, p. 2).

p. 240; SCOBIE, 2006 p.194-199). E é a política social-democrata um dos principais ingredientes da neutralidade específica da Suécia em nosso período de estudo.

Se a neutralidade sueca remonta ao século XIX quando foi imposta, de certo modo, pelo rei Carlos XIII (mas já sob forte influência de Jean Bernadotte) (KENT, 2008, p. 152-156), ela foi sustentada pelos governos democraticamente eleitos durante o século XX. E sustentada na *sui generis* combinação "social-democracia" e "Monarquia" (LEUCHTENBURG, p.301) que perdurou desde o pré-Segunda Guerra, durante a guerra, e no pós-guerra. A social-democracia sueca que tomou o poder em 1932 irá atravessar toda a complexa década de 1930, a Segunda Guerra Mundial e boa parte da Guerra Fria baseada numa mistura bastante heterodoxa de "respeito institucional" e "reformas democráticas e democratizantes" – estas, no limite, socialistas.

Em alguns momentos é possível dizer que a Social-Democracia só não era mais "socialista" devido a sua tolerância incomum - e para outros tipos de socialismo, inaceitável - com o regime monárquico. Também é possível a crítica quanto ao tipo de protagonismo político dos trabalhadores. Afinal, no que convencionou-se chamar de "Modelo Nórdico" (BRANDAL, BRATBERG, THORSEN, 2013, p.36; ANDERSEN, Torben M. et al., 2007, p.13; KAUTTO & KUITTO, 2021, p. 803) pode ser compreendido como um protagonismo tríplice de trabalhadores (especialmente sindicatos), empresários e Estado (MAGNUSSON, 2003, p. 232). Esse modelo é bem exemplificado pelo "acordo de Saltsjöbad", assinado em 1938 (MAGNUSSON, 2003, p. 233). Numa contraposição com o socialismo soviético, não há necessariamente trabalhadores no poder, "poder aos sindicatos", expropriações ou – evidentemente - regicídio.

A política externa de neutralidade da Suécia será então suportada por uma espécie de "terceira via" tolerante com os sindicatos, tolerante com os empresários, tolerante com a monarquia, e, no limite, tolerante com o socialismo e com o capitalismo.

A Suécia entre 1961 e 1964 seria produto dessa neutralidade em duas guerras mundiais associada a uma social-democracia estável, certamente socialista, porém, se não "anticomunista", quase certamente "não comunista" (e certamente "não soviético"). Ainda que vislumbasse em certa medida o poder dos trabalhadores

na economia⁴⁶, não parecia haver a intenção do fim da monarquia, muito menos do fim da sociedade de classes ou, no limite, do Estado.

1.1 O NASCIMENTO DA NEUTRALIDADE SUECA E DA SUÉCIA-NORUEGA: 1809-1814

A definição do nascimento, das origens do que podemos chamar de um “estado sueco moderno” pode variar entre datas tão díspares quanto 1523 (fim da União Kalmar, então marcada pela união dos “três reinos escandinavos”, Dinamarca, Noruega e Suécia, além de suas “possessões”, tais como Finlândia, Islândia e Groenlândia) ou 1905 (fim da união Suécia-Noruega, e estabelecimento da Suécia com as fronteiras atuais)⁴⁷. Logo, qualquer periodização da História da Suécia em geral, e de sua política externa em específico, mostra-se bastante desafiadora. Porém algumas datas e pessoas-chave acabaram emergindo em nossa pesquisa, e acabamos por fazer algumas escolhas que julgamos pertinentes para o entendimento do nascimento e desenvolvimento da política de neutralidade sueca.

Após a União de Kalmar e a eleição de Gustavo Vasa como rei sueco, a Suécia dará início a uma época de expansão e consolidação do país⁴⁸, e “na época de sua morte em 1560, ele havia transformado a Suécia em um estado luterano independente e bem organizado, com uma economia estável” (SCOBIE, 2006, p. xxxiv). A partir do século XVII a Suécia terá um período como grande potência mundial, protagonizando conflitos de grande expressão e experiências coloniais ultramarinas. Esse período, comumente situado entre 1611 e 1718 recebe nomes como “Era da Grandeza” (SCOBIE, 2006, p. xxxv) ou “Era da Grande Potência” (NE, s/d, s/p), e abarca a participação da Suécia na “Guerra dos Trinta Anos” (1618-1648), sua expansão colonial na América e na África, até o desfecho da “Grande

⁴⁶ Ver, por exemplo, o ambicioso “Plano Meidner” ou “proposta dos fundos de assalariados” (de 1975, com versão final – mais modesta - apresentada pelo partido social-democrata sueco em 1983), levantava a questão da propriedade e do poder econômico nas maiores empresas suecas, e propunha uma transição gradual do controle do capital social nessas empresas a fundos assalariados especialmente constituídos e controlados pelos sindicatos (VIKTOROV, 2009 p.1).

⁴⁷ Neil Kent nomeia o capítulo 2 de sua “*A Concise History of Sweden*” como “*The formation and growth of the Swedish state*”, atribuindo papel central à consolidação do cristianismo na Suécia, nos primeiros vinte e cinco anos do século XII, ao estabelecimento do “sistema de estados” (fins do século XIII) e as interações entre a Suécia e a Liga Hanseática (século XIV) (KENT, 2008, p.16-31).

⁴⁸ O mesmo autor nomeia o capítulo 3 de sua obra citada como “*The territorial consolidation of Sweden*”, tendo essa iniciado precisamente com a “*Failure of the Nordic Union and the rise of Gustaf Vasa*” (KENT, 2008, p.49-60).

Guerra do Norte” (1700-1721), no qual uma coalizão anti-Suécia liderada pelo Czarado da Rússia impõe uma grande derrota e perdas territoriais ao país. Essa derrota é importante tanto para a compreensão de certa decadência sueca, quanto de certa ascensão russa⁴⁹, bem como para as relações de aproximação e distanciamento entre os dois países desde então. Esse período também será marcado pelo envolvimento da Suécia em variados conflitos, reforçando certas rivalidades e ou alianças com outros atores, como Dinamarca, Polônia, Holanda, os Habsburgos, alguns estados alemães etc. (SCOBIE, 2006, p. xxxvi-xxxvii; KENT, 2008, p. 275-277).

Seguindo a periodização proposta por Scobbie (2006), entre os anos de 1718 e 1772 a Suécia vive a chamada “Era da Liberdade”, marcada por uma importante redução no poder dos monarcas e pelo aumento do poder do Riksdag⁵⁰ através da nova constituição, da rivalidade política interna, e certo florescimento cultural (vide a atuação de figuras importantes como Carl von Linné⁵¹ e Anders Celsius). Entre 1772 e 1809 o país retrocedeu em certos termos de liberdade política (mas não necessariamente em outras liberdades) tanto sob Gustav III, que governará até ser assassinado em 1792 (SCOBIE, 2006, p. xxxvi-xxxvii; KENT, 2008, p. 276-277; GRIMBERG, 1935, p.279-299) quanto sob seu filho, Gustav IV Adolf.

Gustav IV Adolf será o último rei antes da atual dinastia Bernadotte (se relevamos o controverso “governo” de seu tio, Charles III, entre 1809 e 1818). Governando durante os anos imediatos da Revolução Francesa e dos primeiros anos das chamadas “Guerras Napoleônicas”, o rei, de 1803 em diante, apoiou a Grã-Bretanha contra a França, “mesmo após o Tratado de Tilsit em 1807, quando a Rússia, inimiga natural da Suécia, chegou a um acordo com Napoleão. O czar Alexandre invadiu a Finlândia em 1808, e em 1809 atingiu as fronteiras do norte da própria Suécia” (SCOBIE, 2006, p. xxxviii, tradução livre). No mesmo ano, partes do alto escalão do exército sueco armaram um golpe e prenderam o rei, que foi deposto e enviado para o exílio. Os termos de paz russos foram duros e a Suécia perdeu a Finlândia, que se tornou parte do Império Russo (SCOBIE, 2006, p.

⁴⁹ Por exemplo: o “Tratado de Nysted”, encerrando a “Grande Guerra do Norte” foi assinado entre Suécia e Rússia em 10 de setembro de 1721, e o “Império Russo” é proclamado menos de dois meses depois, em 2 de novembro do mesmo ano.

⁵⁰ Parlamento sueco.

⁵¹ Com variadas grafias, como Carolus Linnaeus até simplesmente – e amplamente utilizado – Lineu, pai da taxonomia moderna.

xxxviii), através do “Tratado de Fredrikshamn” de 17 de Setembro de 1809⁵².

Com a deposição do Rei Gustav IV Adolf, uma nova constituição é promulgada e o absolutismo é abolido, ainda que mantendo os “quatro estados” (SCOBIE, 2006, p. xx e p. xxxviii; KENT, 2008, p. 278). O tio do rei deposto (irmão de Gustav III), foi eleito rei Charles XIII. Porém, o mesmo estava idoso e com uma série de debilidades, e não tinha herdeiro, o que estimulou a escolha de um “príncipe herdeiro” e “regente”. E o escolhido foi um marechal de Napoleão: Jean-Baptiste Bernadotte. (SCOBIE, 2006, p. xxxiii-xxxix; KENT, 2008, p. 278; GRIMBERG, 1935, p. 312-323).

Eleito príncipe herdeiro em 1810, Bernadotte exercerá o governo *de facto* até a morte de Charles XIII e sua própria ascensão ao trono, como Karl XIV Johan, em 1818. Aceita-se que seus apoiadores haviam presumido que um experiente soldado francês poderia garantir de algum modo a reconquista da Finlândia junto à Rússia, seja por suas relações com Napoleão, seja de outras formas (BROMMESSON, EKENGREN, MICHALSKI, 2022, p.288; SCOBIE, 2006, p. xxxviii-xxxix).

No entanto, Bernadotte age diferente. Ao executar a chamada “política de 1812”, a Suécia passa a promover uma inusitada aliança com o czar Alexandre contra Napoleão, em troca de ajuda para forçar a Dinamarca (então aliada francesa) a ceder a Noruega à Suécia (SCOBIE, 2006, p. xxxviii-xxxix). A “política de 1812” optava por uma abordagem um tanto cautelosa em relação à Rússia e à causa finlandesa, argumentando que a Suécia deveria ficar fora de grandes conflitos e não tentar trazer a Finlândia de volta para a Suécia (BROMMESSON, EKENGREN, MICHALSKI, 2022, p. 288). De acordo com Brommesson, Ekengren, Michalski (2022, p. 288), haveria algumas razões para a decisão de Bernadotte, tais como: a ideia de que uma reconciliação com a Rússia garantiria a estabilidade no lado oriental; e uma maior preocupação com as “fronteiras ocidentais”, entendendo a península escandinava como uma “unidade geográfica natural” (seguindo as noções então dominantes de “fronteiras”).

Depois que a Suécia se juntou à coalizão liderada pela Rússia contra Napoleão em 1812 e terminou no lado vencedor em 1814 (da abdicação de

⁵² Conhecido como “Tratado de Fredrikshamn” (em sueco “*Freden i Fredrikshamn*” e em russo “*Фридрихсгамский мирный договор*”), em finlandês o tratado receberia o nome de “*Haminan rauha*”, ou “Tratado de Hamina”. Ainda que as bibliografias tragam frequentemente os dois nomes, nossos acessos aos tratados nas línguas dos signatários (sueco e russo), e em francês, trazem o nome como “Tratado de Fredrikshamn”.

Napoleão e dos tratados de Fontainebleau e de Paris), poderia forçar a Dinamarca (aliada da França e, portanto, do lado perdedor) para desistir da Noruega em favor da Suécia, enquanto a Suécia cederia para a Dinamarca, em troca, a Pomerânia sueca e Rügen (BROMMESSON, EKENGREN, MICHALSKI, 2022, p.288; SCOBIE, 2006, p. xxxviii-xxxix; KENT, 2008, p. 152-153; NORDSTROM, 2000, p. 180). E assim foi: após Karl Johan liderar as tropas suecas contra seu ex-comandante francês, sob os termos da “Paz de Kiel”⁵³, forçou a Dinamarca a ceder a Noruega em troca da Pomerânia sueca, única posse remanescente da Suécia no norte da Alemanha - o que também reduziu eventuais atritos nessa região conturbada.

Num balanço geopolítico superficial, porém ilustrativo, nos cinco anos que separam 1809 (perda da Finlândia) e 1814 (anexação da Noruega), as “posses” suecas na Europa permaneceram praticamente as mesmas – baseando-nos nas áreas territoriais das modernas Finlândia (338.455 km²) e Noruega (385.207 km²) – ainda que o domínio sueco sobre a Finlândia fosse mais antigo, longo e consistente do que sobre a Noruega.

Os noruegueses, em 1814, haviam promulgado uma constituição, declarado sua independência e só aceitaram a união com a Suécia após uma intervenção militar. (SCOBIE, 2006, p. xxxviii-xxxix). Segundo Nordstrom (2000, p. 184):

Karl Johan respondeu aos acontecimentos na Noruega com uma demonstração contida de força. No final de julho, ele invadiu a Noruega com uma força sueca superior. Nenhum dos lados se destacou na chamada Guerra dos Gatos. Nenhuma batalha real foi travada. As principais preocupações de Karl Johan eram acabar com a guerra o mais rápido possível, remover Christian Frederik e estabelecer um acordo com os noruegueses rapidamente (NORDSTROM 2000, p. 184, em tradução livre)

E, de acordo com Scobbie (2006, p.147) “os noruegueses se opuseram com força suficiente para oferecer resistência armada [à união com a Suécia] em 1814, e Karl Johan impôs a eles pela força a Convenção de Moss e a união da Suécia com a Noruega.” Logo, o que acabou ocorrendo após a Convenção de Moss foi algo como uma “União das Coroas”, ou, mais precisamente, uma “união pessoal” dos reinos sob um monarca comum, que permitia aos noruegueses que mantivessem sua nova

⁵³ A “Paz de Kiel”, ou “Tratado de Kiel” (em sueco “*Freden i Kiel*”, “Paz de Kiel”) foi concluída em 14 de janeiro de 1814 em Kiel, entre a Suécia, por um lado, e a Dinamarca, por outro, e foi o início formal da união sueco-norueguesa que existiu entre 1814 e 1905.

constituição e uma virtual independência em assuntos internos, mas a política externa era submetida a Estocolmo. Esse papel subordinado causou animosidade norueguesa desde o início e, embora a união tenha durado até 1905, muitas vezes causou atrito entre os dois países. (SCOOBIE, 2006, p.xxxviii-xxxix; GIMBERG, 1935, p. 323; p. 387-388).

Segundo Ottosen (2015, s/p, em tradução livre), a Convenção de Moss teria sido, afinal, o ponto de partida para as negociações entre a Noruega e a Suécia no outono de 1814, sendo que “no acordo, a Suécia reconheceu a Constituição e o Storting⁵⁴ pela primeira vez”, encerrando a guerra entre a Noruega e a Suécia em 1814, a última guerra entre os países escandinavos.” E, mais precisamente, teria sido também o ponto de partida, efetivamente, para o ciclo de “política de neutralidade” da Suécia, afinal, após 1814, a Suécia nunca mais entrou oficialmente em uma guerra.

1.2 A CONSOLIDAÇÃO DA NEUTRALIDADE SUECA E A PRODUÇÃO DA SUÉCIA MODERNA: 1814-1905

Podemos entender que o ano de 1814 marca, simultaneamente, o início prático da política de neutralidade da Suécia bem como o início, de certo modo, de um novo país: a Suécia-Noruega (ou, oficialmente, Reinos Unidos da Suécia e Noruega – do sueco *Förenade Konungarikena Sverige och Norge*), um país que existirá por quase um século, terá sua política externa fundamentalmente planejada e executada por Estocolmo (reiterando a primazia sueca na união) e irá inovar as práticas políticas de neutralidade durante sua existência.

Sendo o príncipe regente da Suécia e, a partir de 1814 também da Noruega (caracterizando a acima referida “união pessoal”), e assumindo o trono em 1818, Karl XIV Johan pôde começar seu governo a partir de uma “favorável situação geopolítica com fronteiras seguras à oeste e uma relação mais estável com a Rússia, o inimigo histórico” (Carlsson and Höjer, 1954, p. 230 *apud* BROMMESSON, EKENGREN, MICHALSKI, 2022, p. 288).

Como rei de 1818 a 1844 (GRIMBERG, 1935, p. 324; KENT, 2008, p.283), Bernadotte conseguiu manter a Suécia fora de guerras e com as fronteiras mais ou

⁵⁴ O parlamento norueguês.

menos seguras, defendendo que o país se mantivesse, de certo modo, “passivo” face aos grandes conflitos entre as potências (BROMMESSON, EKENGREN, MICHALSKI, 2022, p.288). Segundo Barton (1930, p. 360 apud AGIUS, 2006, p.61), as “palavras de ordem” do rei eram “paz, neutralidade e não-intervenção”. Estas palavras, em maior ou menor grau, irão fundamentar boa parte da política externa sueca a partir de então.

Ainda que nós consideremos, de forma mais ampla, o início dessa política já a partir de 1814, isso não é exatamente um consenso. Nos dizeres de Agius (2006, p.86), haveria um “grau leve” de contestação, visto que “outros consideram sua origem posterior, em 1834, quando o memorando de Karl Johan aos governos russo e britânico declarou a neutralidade sueca em relação à crise do Oriente Próximo” (AGIUS, 2006, p.86).

Outros autores, como Elgström (2000, p. 243-247) trazem como uma data tão importante quanto 1834, para a política de neutralidade sueca, a data de 1853. Elgstrom (2000, p. 252) argumenta que a década de 1820 teria sido uma década pacífica, na qual as grandes potências “cooperaram no espírito do Congresso de Viena”. Em 1833-4, no entanto, no contexto do que ele chama de “decadência da Turquia”, teria se criado “um perigoso vácuo de poder no Oriente”, no qual eventuais ambições russas na área pudessem ameaçar interesses britânicos, podendo inclusive gerar um conflito entre as grandes potências que pudesse se espalhar até o Mar Báltico. A Suécia, segundo o autor, “enfrentou assim o primeiro desafio sério à sua situação pacífica desde que Charles John ascendeu ao trono” (ELGSTRÖM, 2000, p. 252). E é nesse contexto que “confrontado com a necessidade de se posicionar, o rei sueco tomou uma decisão da maior importância para o futuro da política externa sueca, ou seja, a decisão de declarar a neutralidade do país” (ELGSTRÖM, 2000, p. 252). No entanto, “a declaração unilateral de neutralidade foi tendenciosa a favor da Grã-Bretanha”, visto que “as autoridades russas teriam preferido um fechamento total do Mar Báltico” (ELGSTRÖM, 2000, p. 252). Ou seja, já nesses anos de “formação” da política externa de neutralidade sueca, percebemos que o país nem sempre foi estritamente neutro, e às vezes acabou favorecendo mais a um lado ou outro em diferentes conflitos. Isso se repetiria algumas vezes.

Nesse sentido, de acordo com Berdah (2008, p. 71) “a ameaça de um grande conflito europeu obrigou Carlos XIV João a tomar posição e a antecipar uma

resposta oficial, que se traduziu numa declaração de neutralidade emitida a 4 de Janeiro de 1834”. Este documento teria estabelecido de fato:

a base intelectual para a eventual política externa de neutralidade da Suécia”, explicando que seu país ‘abandonou todas as ilusões que poderiam pôr em perigo sua paz doméstica ou sua existência como um estado’ e que ‘seus compatriotas queriam ficar de fora de qualquer conflito entre a Rússia e a Inglaterra, as duas potências mais importantes para eles’. No entanto, a importante decisão de autorizar um número limitado de navios nos portos suecos pode ser considerada uma vantagem implícita dada à Grã-Bretanha [...] (BERDAH, 2008, p. 71, em tradução livre.)

Segundo Kent (2008, p.172), a “metade do século XIX” seria um “período em que a industrialização e a capitalização da Suécia sofreram uma aceleração dramática” mesmo “em um cenário de confronto militar pan-europeu” com “a eclosão da Guerra da Criméia em 1853, entre a Grã-Bretanha, a França e o Império Otomano, por um lado, e a Rússia, por outro”, e este teria sido, de fato, “o primeiro grande teste da neutralidade sueca” (KENT, 2008, p.172).

Em 1853, nessa “nova crise oriental” representada pela Guerra da Crimeia, a Suécia – agora sob o filho de Karl XVI Johan, Oscar I - voltou a ponderar sobre a sua política de neutralidade, com razões semelhantes à 1834: entender-se como premida pelas hostilidades entre Rússia e Grã-Bretanha e a possibilidade de um conflito entre as duas potências alcançar o Báltico (ELGSTRÖM, 2000, p. 252). Uma nova declaração sueca de neutralidade foi feita, semelhante à emitida 19 anos antes, com princípios também semelhantes, ainda que, novamente, pudesse esconder certa “inclinação britânica” (ELGSTRÖM, 2000, p. 252). Ainda que ao longo de 1854 esforços realizados por Grã Bretanha e França tentaram atrair a Suécia para uma posição “pró coalização ocidental”, Oscar decidiu por uma política de ‘esperar para ver’; a neutralidade trazia muitas vantagens, enquanto seu abandono implicava considerável incerteza.” (ELGSTRÖM, 2000, p. 252)

Novamente de acordo com Kent (2008, p.172), a Suécia declarou-se neutra, mas “logo o rei Oscar I, com seus conselheiros, começou a ver a possibilidade de uma reaquisição da Finlândia em caso de vitória dos Aliados”, em “um afastamento abrupto da ‘política de 1812’, lançada por seu pai, o rei Karl Johan, e o czar Alexandre I”. Em 1855, “a Suécia confirmou o Acordo de novembro, com a Grã-Bretanha e seus aliados, estabelecendo a disposição da Suécia de resistir à Rússia em troca do apoio militar dos Aliados” (KENT, 2008, p. 172). De qualquer forma, o

fim da Guerra da Criméia no ano seguinte mudou o cenário político antes que a Suécia pudesse participar. Ou, nas palavras de Elgström (2000, p.244), diante de seu incômodo com a questão de “por que os tomadores de decisão suecos em 1855, apenas dois anos após sua declaração de neutralidade, consideraram seriamente e planejaram a participação na Guerra da Crimeia”, reforça que “a Suécia não entrou na guerra; um tratado de paz foi concluído entre a Rússia e os aliados ocidentais e a Suécia, portanto, 'conseguiu' ficar fora da guerra” mantendo, então, “40 anos de neutralidade bem-sucedida.” (ELGSTRÖM, 2000, p. 244)

Os demais anos da segunda metade do século XIX serão marcados por uma postura cada vez mais discreta da Suécia em termos de política externa, e os eventos que consideramos de maior importância entendemos ter ocorrido dentro de suas fronteiras. Após o reinado de Oscar I, a Suécia-Noruega terá apenas mais dois monarcas: Carlos XV de 1859 a 1872 e Oscar II de 1872 a 1907 (na Noruega até 1905) (SCOBIE, 2006, p. xxi; KENT, 2008, p. 283; GRIMBERG, 1935, p. 330-333).

Possivelmente o grande teste para a neutralidade sueca, no pós-guerra da Crimeia no século XIX, tenha sido a recusa, por parte da Suécia, em intervir na “Guerra Dano-Prussiana”, e o seu consequente impacto no questionamento do chamado “Movimento Pan-escandinavo.” (SCOBIE, 2006, p. xxi)

Segundo Kent (2008, p. 193-194), “as raízes do movimento pan-escandinavo, apesar das memórias romantizadas da União de Kalmar, eram fracas”, incluindo a pouca simpatia que o rei dinamarquês, Christian VIII (reinando entre 1839 e 1848), tinha por ele. O “verdadeiro teste da viabilidade do movimento” teria vindo quando “a guerra estourou entre a Dinamarca e uma Prússia em expansão territorial, primeiro em 1848 e depois em 1864” (KENT, 2008, p. 193-194). Se, no primeiro conflito, cerca de 4.500 suecos e noruegueses se ofereceram para apoiar seus companheiros escandinavos na batalha⁵⁵, no segundo a “ajuda” foi “muito mais limitada”. Kent (2008, p. 193-194) considera “a sentença de morte final⁵⁶” do

⁵⁵ Esse tipo de “voluntariado” sueco (talvez, até, voluntarismo) de viés um tanto “pan-escandinavo” seria visto novamente, por exemplo, na Segunda Guerra Mundial, no contexto dos voluntários suecos que lutaram na Finlândia, como veremos adiante.

⁵⁶ O autor dramatiza ainda mais, também apontando para os acontecimentos da Segunda Guerra Mundial: “Não pela última vez, como a Segunda Guerra Mundial demonstraria, as armas alemãs silenciaram o Pan-escandinavismo, e cada um dos países nórdicos seguiu seu próprio caminho” (KENT, 2008, p. 193-194). No entanto, como o próprio autor finaliza, o movimento pan-escandinavo teria tido certo sucesso em trazer “uma consciência dos valores culturais escandinavos comuns para uma ampla gama da população em geral”, sendo parte “de um movimento mais amplo de educação, cultural e cívica” que teria se espalhado “em todos os segmentos da população, ajudando a moldar uma identidade étnica e nacional mais unificada”. Logo, podemos entender como um poderoso fator

movimento o que ele chama de “silêncio sonoro do rei sueco-norueguês e seus governos, não querendo antagonizar a Prússia”, com seus ministros recusando “qualquer contribuição oficial ao esforço de guerra dinamarquês” (KENT, 2008, p. 193-194). E prossegue, explicando o desfecho das hostilidades: “fraca e sozinha, a Dinamarca perdeu Schleswig e Holstein para a agressividade do vizinho do sul, com a parte norte dos territórios a ser devolvida apenas por referendo após a Primeira Guerra Mundial.” (KENT, 2008, p. 193-194)

No plano político interno, alguns acontecimentos do terço final do século XIX merecem menção, pois ajudarão a determinar as políticas interna e externa suecas no século XX. Um desses acontecimentos é, entre 1865 e 1866, a substituição do Riksdag de “quatro estados”, tão ao gosto do “*Ancien Régime*”, por um sistema bicameral, mais afeito ao que seria uma “monarquia moderna”. Dez anos depois, e ainda seguindo o que seria essa tendência mais “modernizante”, em 1876, o gabinete do primeiro-ministro (*Statsminister*) é instituído, com Louis De Geer como primeiro titular (SCOBIE, 2006, p. Xxi).

Em 1889 é fundado o “Partido Social Democrata” sueco (formalmente “Partido Social Democrata dos Trabalhadores da Suécia” ou, em sueco, “*Sveriges socialdemokratiska arbetareparti*” – SAP), que vai dominar o panorama político da Suécia no século seguinte. Mostrando força já em sua primeira década, oito anos depois, em 1897, o primeiro social-democrata (e futuro primeiro-ministro), Hjalmar Branting, toma assento no Riksdag. No ano seguinte, 1898, é fundada a influente “Confederação Nacional de Sindicatos” da Suécia (ou, em tradução mais estrita do sueco “*Landsorganisationen*” – LO -, “A Organização Nacional da Suécia”). Mais quatro anos se passam e, em 1902, é fundada a “Associação Sueca de Empregadores” (“*Svenska Arbetsgivareföreningen*” – SAF). Ou seja, no intervalo de treze anos, entre 1889 e 1902, são criadas o que podemos entender como três dos mais poderosos e influentes atores políticos suecos do século XX: o SAP, a LO (profundamente ligado ao SAP) e o SAF (MOLIN, 1992, p. Xii-xiii; xxv-xvi).

Se podemos confirmar os delineamentos políticos internos da Suécia na virada do século XIX para o XX, a primeira década do novo século trará uma grande mudança em termos de geopolítica, projeção e relações internacionais: em 1905 a união com a Noruega é dissolvida. Noventa e seis anos após perder a Finlândia para

de identificação regional, que torna possível, ainda nos dias de hoje, certa visão de conjuntos sobre os chamados “países nórdicos”.

a Rússia, noventa e um anos depois de “compensar” essa importante perda territorial através da união com a Noruega, a Suécia se vê no século XX com sua extensão territorial inferior a 450 mil km², porém uma “unidade étnico-linguística” um pouco mais homogênea – se comparado aos períodos anteriores de domínio sobre finlandeses e noruegueses. 1905 consolida a Suécia em suas dimensões mais modernas, que atravessará os demais anos do século XX.

1.3 A CONSOLIDAÇÃO DA SUÉCIA MODERNA: TESTES PARA A NEUTRALIDADE SUECA E A ASCENSÃO DA SOCIAL-DEMOCRACIA: 1905-1939

Entre os anos de 1905 e 1939 haverá o que entendemos ser a consolidação de uma Suécia moderna, ou, talvez mais apropriadamente, uma Suécia contemporânea. Com o fim da união com a Noruega, eventuais tensões políticas e/ou práticas análogas ao colonialismo diminuem no contexto sueco, inaugurando o país com as fronteiras e a bandeira que conhecemos hoje. Além disso, o período será marcado por um duplo teste da neutralidade sueca, representados pela Primeira Guerra Mundial e pelos antecedentes da Segunda Guerra Mundial. Também é no mesmo período que vamos ter a ascensão da maior força política da Suécia do século XX, especialmente após a Primeira Guerra: o poder do Partido Social Democrata Sueco.

Esse poder que fora fortemente calcado na organização sindical dos trabalhadores, e vice-versa, constituindo um caso político bastante peculiar. Segundo Therborn (1992, p. 9), “Em 1907, a Suécia tinha, juntamente com a Dinamarca, a organização sindical mais abrangente do mundo”, que permitiu uma ampla e ousada (ainda que fracassada) greve geral em 1909 (THERBORN, 1992, p. 9, em tradução livre)⁵⁷.

Em termos específicos da formação da Neutralidade Sueca no século XX, Brommesson, Ekengren e Michalski (p.289, 2022, em tradução livre) fornecem uma “evolução da neutralidade institucionalizada” sueca em “quatro instantâneos”, que “cobrem a Primeira Guerra Mundial, a Segunda Guerra Mundial, a Guerra Fria e a

⁵⁷ Goran Therborn. *A Unique Chapter in the History of Democracy: The Social Democrats In Sweden*. In: Edited by Klaus Misgeld, Karl Molin and Kias Amark. *CREATING SOCIAL DEMOCRACY A Century of the Social Democratic Labor Party in Sweden*. THE PENNSYLVANIA STATE UNIVERSITY PRESS University Park, Pennsylvania. 1992.

fase pós-1989, de ‘pós-neutralidade’”⁵⁸. Nessa parte do nosso trabalho temos a Primeira Guerra Mundial (e o entreguerras), adiante teremos a Segunda Guerra Mundial e, o nosso maior foco, a Guerra Fria. De acordo com a nossa periodização, não abordaremos os aspectos da Guerra Fria pós 1964 e, tampouco, o que os autores chamam de “fase pós-1989, de ‘pós-neutralidade’”.

A década de 1910 se inicia de forma auspiciosa para as relações internacionais da Suécia, com a realização na capital do país do “V Jogos Olímpicos de Verão”. No mesmo ano de 1912, já nos antecedentes da guerra que irromperá em 1914, “um grupo de social-democratas apresentou uma moção sobre a neutralização permanente da Suécia”, prevendo “uma neutralidade conjunta de todos os três países escandinavos”, e, “Embora a moção tenha sido rejeitada pela maioria dos conservadores e liberais”, a mesma teria ajudado “a consolidar a política de neutralidade estabelecida” (MALMBORG, 2001, p. 104). Ainda segundo Malmborg (2001, p. 104), a moção “Deu ao [então] ministro dos Negócios Estrangeiros, Ehrensvärd, uma razão para rejeitar todas as especulações sobre uma aliança pendente com qualquer grande potência” naquele contexto de “pré-guerra mundial” e, “Mais tarde naquele mesmo ano, os três países escandinavos, por iniciativa sueca, negociaram uma plataforma conjunta e emitiram uma declaração comum de neutralidade”⁵⁹.

Também de acordo com Malmborg (2001, p. 104-110), havia uma importante percepção de que a principal ameaça à Suécia no período era a Rússia, tanto nos membros mais à direita do país, representado “pelo tribunal, e as elites militares e administrativas” que “simpatizavam forte e abertamente com a Alemanha” (p. 110-111), e as alas mais à esquerda, os “liberais e social-democratas”, que tendiam a apoiar a Entente (Grã-Bretanha, França e Rússia).

De acordo com Scobbie (2006, p. 148, em tradução livre), “à medida que a Primeira Guerra Mundial se aproximava, em 1914, a política de neutralidade da Suécia estava totalmente formada”. Embora o país passasse por uma certa tensão devido a uma questão de defesa, ao menos desde 1911, quando o então primeiro-ministro liberal Karl Staaff se recusou a sancionar a construção do “navio F”,

⁵⁸ Douglas Brommesson, Ann-Marie Ekengren and Anna Michalski. *Sweden's Policy of Neutrality: Success Through Flexibility?* In: de la Porte, Caroline, and others (eds), *Successful Public Policy in the Nordic Countries: Cases, Lessons, Challenges* (Oxford, 2022; online edn, Oxford Academic, 20 Oct. 2022), <https://doi.org/10.1093/oso/9780192856296.001.0001>, accessed 2 Oct. 2023.

⁵⁹ Mikael af Malmborg *Neutrality and State-Building in Sweden*. PALGRAVE Houndmills, Basingstoke, Hampshire RG21 6XS and 175 Fifth Avenue, New York, N. Y. 10010. 2001.

querendo, em vez disso, canalizar dinheiro para o seu programa de reforma social (SCOBIE, 2006, p.149). Nessa questão, o primeiro-ministro foi apoiado pelos sociais-democratas, porém a decisão deu início a uma onda de oposição no país. Segundo Scobbie (2006, p. 201):

As subscrições públicas atingiram rapidamente 15 milhões de coroas suecas para a construção do navio F, e cerca de 30 mil manifestantes marcharam até o Pátio do Palácio Real em protesto contra Staaff. Gustav V dirigiu-se a eles sem consultar previamente o seu primeiro-ministro e simpatizou publicamente com os manifestantes. Staaff transformou isso em uma questão constitucional, insistindo que o rei promettesse não fazer pronunciamentos políticos sem consulta. Gustav recusou e Staaff renunciou novamente (SCOBIE, 2006, p. 201, em tradução livre).

O governo conservador de Hjalmar Hammarskjöld, que sucedeu Staaff, declarou a neutralidade da Suécia, apoiado pelo Riksdag. Em novembro de 1914, com a Primeira Guerra Mundial já em curso, os três reis escandinavos (Suécia, Noruega e Dinamarca) reuniram-se em Malmö para reafirmar sua “neutralidade combinada” (SCOBIE, 2006, p.148, em tradução livre). Em conformidade com o afirmado acima, Scobbie (2006, p.148, em tradução livre) “havia sentimentos pró e anti-alemães na Suécia – o rei Gustav V (que se casou com uma alemã), os conservadores, os militares e altos funcionários públicos” eram a favor da Alemanha, e “os liberais e sociais-democratas” simpatizavam com a entente. Mesmo assim Hammarskjöld “observou estrita neutralidade de acordo com o direito internacional”.

A recusa de Hammarskjöld em aderir a qualquer bloqueio comercial contra a Alemanha levou a uma redução do comércio com os países da Entente e, “como consequência, a Suécia sofreu uma escassez aguda de produtos alimentares essenciais e de petróleo” (SCOBIE, 2006, p.148, em tradução livre). Isso fez com que Hammarskjöld perdesse popularidade e, em 1917, ele renunciasse em favor do também conservador Carl Swartz.

As eleições que se seguiram em 1917 conduziram ao governo a “coligação liberal-social-democrata de Nils Edén–Hjalmar Branting”, que levou os social-democratas ao governo pela primeira vez, e alcançou um acordo comercial com a Entente, assegurando os suprimentos necessários (SCOBIE, 2006, p.xxiii; 148, em tradução livre). Esse governo também manterá a neutralidade quando a guerra civil eclodiu na Finlândia em 1917, com “as simpatias dentro da coligação” estando “divididas de forma bastante equitativa entre as facções Vermelha [pró-soviética] e

Branca [antissoviética].” (SCOBIE, 2006, p. 148, em tradução livre)

O período 1918–1921 na Suécia é marcado por uma série de avanços, como a introdução do “Sufrágio universal” e do “sistema parlamentar democrático”, pelo ingresso do país na Liga das Nações em 1920 e, no mesmo ano, pela formação do primeiro governo liderado por um primeiro-ministro social-democrata: o governo Branting. (SCOBIE, 2006, p. xxii-xxii)

Hjalmar Branting governará, de forma mais ou menos intermitente (alternando com líderes de outros partidos políticos) até um mês antes de sua morte, em janeiro de 1925. Será substituído pelo também Social-democrata Rickard Sandler, que governará até junho de 1926. Ou seja, a primeira experiência de governos social-democratas foi marcada por governos curtos, intermitentes, que entre junho de 1921 e junho de 1926, não chegou a completar um total de 4 anos. A verdade é que desde o início do século XX, até então, apenas um governante havia ficado 4 anos ou mais no poder: Arvid Lindman, da “Associação Geral dos Eleitores” (atual partido Moderado, de direita), entre maio de 1906 e outubro de 1911.

Nos seis anos seguintes a 1926 a Suécia será atingida pela depressão internacional e testemunhará a “Greve de Ådalen” em 1931. De acordo com Scobbie (2006, p.1-2), a “agitação trabalhista” atingiu “o auge em 1931”, quando, durante as “manifestações, alimentadas por agitadores comunistas, o exército foi chamado e abriu fogo”, matando cinco civis. O incidente causou comoção no país e “ajudou a provocar a queda do governo minoritário liberal de Carl Gustaf Ekman nas eleições que se seguiram em 1932.”

E é nesse contexto, de crise econômica e tensões sociais que “O Partido Social Democrata ganhou então o poder e continuou a formar o governo durante os 40 anos seguintes” (SCOBIE, 2006, p. 2). Mais precisamente pelos próximos 44 anos, descontando o breve governo de 101 dias de Axel Pehrsson-Bramstorp (do “União dos Agricultores”, atual “Partido do Centro”) em 1936. E o líder desse primeiro grande ciclo de governo social-democrata será Per Albin Hansson, que governará de 1932 até sua morte em 1946.

A crise econômica parcialmente desencadeada e simbolizada pela quebra da bolsa de Nova York em 1929 vai ser um dos fundamentos de várias iniciativas econômicas diferenciadas ao redor do mundo. Apenas nos cinco países que mais nos debruçamos neste trabalho, teremos o prosseguimento relativamente exitoso dos planos quinquenais na URSS governada por Stálin, o estabelecimento do “New

Deal” nos EUA governados por Roosevelt, e as várias iniciativas de valorização do café e diversificação institucional e econômica no Brasil durante os governos de Getúlio Vargas. Mas um dos mais ousados desdobramentos se deu justamente na Suécia.

O governo social-democrata na Suécia irá promover tantas e tão importantes reformas que o país será alvo de alcunhas tais como “Modelo Sueco” (muitas vezes como exemplo ou sinônimo de “Modelo Nórdico”⁶⁰) e “*The Middle Way*”, isto é, um tipo de “caminho do meio” entre o capitalismo anglo-americano e o socialismo soviético. Inclusive será com essa ideia que o jornalista estadunidense Marquis Childs irá publicar em 1936 o livro “*Sweden: The Middle Way*” (“Suécia: O Caminho do Meio” em tradução livre), descrevendo as políticas de reforma do Partido Social-Democrata Sueco com base em suas visitas ao país.

Um exemplo relevante, tanto do impacto do livro quanto do que a obra buscava retratar, se deu com o presidente dos EUA, Franklin Roosevelt, que em junho de 1936 enviou uma comissão à Europa para estudar o uso de cooperativas na Suécia. Numa conferência de imprensa, de acordo com Woodward (1997, p.302), Roosevelt teria dito a repórteres:

Fiquei bastante interessado no desenvolvimento cooperativo em países estrangeiros, especialmente na Suécia. Um livro muito interessante foi lançado há alguns meses – *The Middle Way*. Fiquei tremendamente interessado no que eles haviam feito na Escandinávia nesse sentido. Na Suécia, por exemplo, temos uma família real, um **governo socialista e um sistema capitalista**, todos trabalhando alegremente lado a lado. É claro que é um país menor que o nosso; mas eles conduziram alguns experimentos muito interessantes e, até agora, muito bem-sucedidos. Eles têm esses movimentos cooperativos existindo felizes e com sucesso ao lado da indústria privada e de distribuições de vários tipos, ambos ganhando dinheiro. Achei que pelo menos merecia ser estudado do nosso ponto de vista (WOODWARD, 1997, p. 302, em tradução livre e com grifos nossos)⁶¹.

E nesse contexto a Suécia promove o “Acordo de Saltsjöbaden” de 1938 (SCOBIE, 2006, p. xxiii), que visaria a facilitação de negociações coletivas e as relações de trabalho entre trabalhadores e empresários. O Acordo de Saltsjöbaden

⁶⁰ Ver “*The Nordic Model: Embracing globalization and sharing risks*” de Andersen et. al.; o livro “*The Golden Age of Swedish model*” e o artigo “*The Rehn-Meidner model in Sweden: its rise, challenges and survival*” de Erixon; “*The Nordic Model: Scandinavia since 1945*” de Mary Hilson; e o artigo “O Modelo Sueco – uma Narrativa Histórica” de Sylvio Kappes.

⁶¹ Woodward, C. Vann. (1997). *The Comparative Approach to American History*. Oxford, Pg. 302. ISBN 0-19-511260-1

foi assinado entre a “*Landsorganisationen*” (LO, “Confederação Sindical Sueca”) e a “*Svenska arbetsgivareföreningen*” (SAF, “Associação Sueca de Empregadores”) em 20 de dezembro de 1938, e tornou-se um modelo para outros acordos a partir de então. As regras sobre ações coletivas passaram a ser consideradas quase como princípios jurídicos gerais de mediação entre as forças do mercado de trabalho – ou, numa outra interpretação possível, entre as classes sociais. O acordo consolidou uma espécie de norma social sueca em que os dois lados deveriam concluir acordos sem interferência do governo⁶².

Se nos anos 1930 a Suécia já despontava como um hipotético “Middle Way”, esse acordo reforçará essa “forma” política e econômica do país, na qual trabalhadores e empresários, ou no limite, “proletários e proprietários” chegassem a um tipo de acordo de relativo mútuo benefício, e fornecerá um estável arcabouço jurídico para a manutenção de certos tipos de relações de classe. Inclusive, essa relação entre movimentos dos trabalhadores, empresários e governos (via de regra social-democratas), importante para a criação dos chamados “Estados de bem-estar social” nos países da Europa Setentrional, e cujo exemplo sueco nós tratamos, mas que também podem ser verificados de formas bastante semelhantes em outros países da região, estão entre os pilares fundamentais do que convencionou-se chamar de “modelo nórdico”⁶³.

No plano externo, embora o governo de Edén-Branting (1917-1920) desaprovasse a forma como a Liga das Nações estava se estruturando no pós-guerra, a Suécia juntou-se ao órgão em 1920, com o social-democrata Branting comandando as relações exteriores. O governo sueco apoiava a organização, especialmente em suas tentativas de estabelecer justiça internacional e uma paz duradoura. Nos períodos de 1922-1926 e 1936-1939, a Suécia teve assento no

⁶² Para uma descrição sumária recomendamos o verbete “*Saltsjöbadsavtalet*” da “NE”: <https://www.ne.se/uppslagsverk/encyklopedi/l%C3%A5ng/saltsj%C3%B6badsavtalet>. A ideia de que não haveria uma “interferência do governo” é altamente contestável visto a proximidade, quase simbiótica, entre o partido no poder, o SAP, e a LO. A partir dos anos 1950, quando o “Modelo Sueco” desenvolvido pelo governo foi altamente fundamentado pelo “modelo de Rehn-Meidner”, essas linhas de influência ficarão ainda mais interessantes, visto que tanto Rudolf Meidner quanto Gösta Rehn, os economistas por trás do modelo, eram muito vinculados ao LO. (Lennart Erixon. *The Rehn-Meidner model in Sweden: its rise, challenges and survival*.; Sylvio Kappes. O Modelo Sueco – uma Narrativa Histórica).

⁶³ Para maiores detalhes sobre o que seria o “modelo nórdico”, indicamos “*The Nordic Model: embracing globalization and sharing risks*” de Andersen et al. (2007), especialmente o subcapítulo “1.1 A nordic model exists”, e as obras citas na nota 16.

Conselho⁶⁴ e “protegeu os interesses dos pequenos estados contra as grandes potências, trabalhando sempre pelo desarmamento internacional.” (SCOBIE, 2006, p. 149, em tradução livre.)

De acordo com Scobbie (2006, p. 149), com o passar dos anos, à medida que a confiança na Liga das Nações começou a diminuir, os suecos interessaram-se por “associações escandinavas”, visando algum tipo de segurança coletiva. Contudo, não seria nem a primeira vez, tampouco a última, que os interesses dos vários países escandinavos os levariam para direções (geo)politicamente diferentes: a relação conflituosa da Finlândia com a Rússia/URSS, os temores da Dinamarca em relação à Alemanha, os temores da Suécia em relação ambos, e a Noruega, que “desfrutando de uma falsa sensação de segurança, não temia nenhum dos dois”, podem ter sido aspectos decisivos para que nenhum acordo específico fosse alcançado entre os quatro. (SCOBIE, 2006, p. 149)

1.4 A NEUTRALIDADE SUECA NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: 1939-1945

A magnitude da Segunda Guerra Mundial a qualifica como um dos principais testes à neutralidade sueca – senão o principal. Com o início da Segunda Guerra Mundial, a Suécia declarou a sua neutralidade e reforçou as defesas. (SCOBIE, 2006, p. 149) Quando a União Soviética ameaçou a Finlândia, os finlandeses pediram ajuda militar à Suécia, mas os suecos recusaram-se a envolver-se no conflito, prometendo apenas assistência diplomática.

Após a eclosão da Guerra de Inverno em novembro de 1939 entre os finlandeses e os soviéticos, a intervenção direta sueca foi novamente recusada (SCOBIE, 2006, p. Xxiii; p. 258). Nesse contexto, a Suécia declarou-se “não beligerante” em vez de “neutra”, e permitiu que “ajuda humanitária” e “voluntários suecos” fossem para a Finlândia. Um pedido franco-britânico de março de 1940 para permitir que uma força-tarefa chegasse à Finlândia via Narvik e Kiruna também foi rejeitado por motivos de neutralidade. Naquele mesmo mês, a Suécia ajudou a mediar a paz entre a Finlândia e a URSS. (SCOBIE, 2006, p. 149; 258)

⁶⁴ Os três principais órgãos da Liga das Nações eram o Conselho, o Secretariado e a Assembleia. O Conselho era composto por membros permanentes e membros não permanentes. Os membros permanentes eram, basicamente, Reino Unido e França (entre 1920 e 1946), Itália (entre 1920 e 1937) e Japão (entre 1920 e 1933). Também chegaram a integrar o Conselho como membros permanentes a Alemanha (entre 1926 e 1933) e a URSS (1934 e 1939). Brasil, Suécia e Iugoslávia chegaram a compor o Conselho na condição de membros não-permanentes.

Nesse contexto é formado um “Governo de coalizão nacional” sob o governo de Hansson, ou, à rigor, o terceiro gabinete de Per Albin Hansson, que vai governar de dezembro de 1939 a julho de 1945. Uma das mudanças mais significativas foi a saída do ministro das relações exteriores social-democrata Rickard Sandler e a entrada do “independente” Christian Günther – que exercerá sua função nos piores anos da guerra. De acordo com Scobbie (2006, p. 258):

Quando a Rússia atacou a Finlândia em Novembro de 1939, muitos suecos quiseram sair em defesa da Finlândia. Um governo de coalizão nacional foi criado em Dezembro de 1939 sob Per Albin Hansson, com Ernst Wigforss como ministro das Finanças e o diplomata de carreira Christian Günther como ministro dos Negócios Estrangeiros. O antigo ministro dos Negócios Estrangeiros, Rickard Sandler, demitiu-se devido ao que considerava uma traição da Suécia à Finlândia, mas Wigforss, ansioso por construir o Estado de Bem-estar Social, opôs-se aos esforços de Sandler para se desviar da neutralidade estrita. Apesar do forte sentimento pró-Finlândia no país, o governo optou pela não beligerância, enviando dinheiro e armas para a Finlândia, conseguindo crédito para isso e permitindo que voluntários suecos lutassem pela Finlândia, mas não entrando oficialmente na guerra. Lutando contra todas as adversidades na Guerra de Inverno, os finlandeses acabaram por ter de pedir a paz e, com a ajuda da mediação sueca, a Paz de Moscou foi assinada pela Rússia e pela Finlândia em Março de 1940 (SCOBIE, 2006, p. 258, em tradução livre).

O ataque da Alemanha à Dinamarca e à Noruega, em 9 de abril de 1940, e a subsequente queda de ambas, colocou a Suécia novamente em uma situação difícil, e o país declarou novamente a sua neutralidade. A invasão alemã tinha como um de seus objetivos assegurar o fornecimento de minério de ferro⁶⁵, fundamental para a indústria de guerra alemã, do norte da Suécia através do porto norueguês de Narvik (SCOBIE, 2006, p.258-259). Uma espada de Dâmocles pairava na cabeça das lideranças suecas. Manter ou não manter o comércio com o vizinho agressivo?

⁶⁵ “A Alemanha tinha sido o parceiro comercial mais importante da Suécia, especialmente quando os bloqueios de guerra estavam em vigor. Apesar da guerra, minério, produtos de madeira e produtos de engenharia encontraram mercado na Alemanha. Além disso, a necessidade de importação de carvão e outras matérias-primas vitais foi satisfeita através da Alemanha, pelo menos até 1943.” (MAGNUSSON, Lars. *An Economic History of Sweden*, p.202 em tradução livre.) “Durante todo o período 1933-43, em média, mais de 40 por cento do consumo total alemão de minério de ferro teve origem em minas nacionais. As maiores rubricas individuais nas estatísticas de importação, relativas à Suécia e à França, representaram durante o mesmo período uma média de 27 por cento e 18 por cento, respectivamente, das necessidades totais da Alemanha. Os «valores líquidos» citados no Quadro 9 a-b (calculados de acordo com o teor de ferro) fazem com que a contribuição sueca pese ainda mais. Os valores correspondentes aos citados no parágrafo anterior para a década 1933-43 dão as seguintes percentagens médias quando somados: Suécia 43,0; Produção nacional 28,2; França 12,9” (p.69-70 - Rolf Karlbohm (1965) *Sweden's iron ore exports to Germany, 1933–1944, Scandinavian Economic History Review*, 13:1, 65-93, DOI: 10.1080/03585522.1965.10414365)

Sustentar passivamente sua neutralidade ou declarar guerra aos nazistas? Confiar que Hitler iria respeitar a neutralidade sueca à despeito do mesmo ter desrespeitado as neutralidades declaradas dos vizinhos nórdicos Dinamarca e Noruega (bem como de Bélgica e Países Baixos), ou romper a neutralidade e se aliar a um dos lados beligerantes?

De acordo com Scobbie (2006, p. 259) e outros autores, há evidências de que teriam sido preparados planos para a Alemanha invadir o norte da Suécia, se necessário, contudo, “uma carta pessoal de Gustav V garantindo a Hitler a estrita neutralidade no conflito com a Noruega parece tê-lo tranquilizado.” (SCOBIE, 2006, p. 259). Uma relação bem próxima de certa elite sueca e da monarquia do país com a Alemanha já era identificada desde início do século. Apenas para três exemplos sintéticos: a língua sueca se encaixa no ramo das “línguas germânicas”, assim como o alemão, fornecendo um passado comum e uma cultura aproximada⁶⁶; a rainha da Suécia (até 1930, quando de sua morte), Vitória de Baden, era alemã – e prima do Kaiser Guilherme II; por fim o proeminente geógrafo e político sueco Rudolf Kjellén, criador de termos importantes, tais como “geopolítica”⁶⁷ e “*folkhemmet*” (a noção de uma Suécia que fosse a “casa do povo, depois aproveitada, ampliada e aprofundada pelos governos social-democratas⁶⁸) era tido como um germanófilo⁶⁹, e apoiador da entrada da Suécia ao lado da Alemanha na Primeira Guerra Mundial⁷⁰. Todos esses fatos concorrem para uma compreensão dos desenvolvimentos políticos entre Suécia e Alemanha ao longo da Segunda Guerra, como já havia sido ao longo da

⁶⁶ De acordo com o “*Institutet för språk och folkminnen*” (Isof, “O Instituto de Línguas e Folclore”), autoridade governamental responsável por “coletar, construir e divulgar conhecimento sobre a língua e a cultura na Suécia”: “O sueco é uma língua germânica e intimamente relacionada com as outras línguas nórdicas: dinamarquês, norueguês, islandês e feroês [...]. O sueco também está mais distantemente relacionado com línguas como o inglês, o alemão e o holandês e, em última análise, com outras línguas indo-europeias, um grupo linguístico ao qual pertencem muitas línguas europeias.” (Em tradução livre. Disponível em: <https://www.isof.se/lar-dig-mer/kunskapsbanker/lar-dig-mer-om-svenska-spraket/om-svenska-spraket> . Acesso em: 10 out. 2023).

⁶⁷ COSTA, Wanderley Messias. Geografia Política e Geopolítica: Discursos Sobre o Território e o Poder. 0000, p. 18.

⁶⁸ Ainda que o conceito de “casa do povo” a ser levado a cabo pelos social-democratas tenha muito mais a ver com as ideias de Enerst Wigforss e Gustav Möller, inicialmente implantado pelos governos de Per Albin Hansson. (ESPING-ANDERSEN, Gosta. *The Making of a Social Democratic Welfare State*, p. 44-45. In: MISGELD, Klaus et al (ed.). *Creating Social Democracy: A Century of the Social Democratic Labor Party in Sweden*.)

⁶⁹ Essa alcunha, que nos parece apropriada, é usada por Demétrio Magnoli na p. 84 de seu – aparentemente renegado – livro “O que é Geopolítica” (MAGNOLI, p. 84. In: “o que é política – geopolítica – poder”.)

⁷⁰ Kjellén é um dos autores de “*Sveriges utrikespolitik i världskrigets belysning*” (“A política externa da Suécia à luz da Guerra Mundial), que advogava a entrada da Suécia na Primeira Guerra, ao lado da Alemanha.

Primeira Guerra e do período Entreguerras.

A Suécia esteve sob constante pressão para se desviar da neutralidade durante a guerra, primeiramente, de modo mais ostensivo, para o lado da Alemanha e depois para o lado da Grã-Bretanha e de seus aliados (SCOBIE, 2006, p. 259). E muitos foram os pequenos e grandes eventos que se sucediam, exigindo decisões delicadas dos suecos. Em seu capítulo sobre a Suécia, na obra *“European Neutrals and Non-Belligerents During The Second World War”*, Paul Levine, ao nomear seu texto, já expõe uma questão importante: “Neutralidade sueca durante a Segunda Guerra Mundial: sucesso tático ou compromisso moral?” (LEVINE, 2002, p.304, em tradução livre). E muitas foram as ponderações “táticas” e “morais”.

Por exemplo, durante a invasão alemã da Noruega, o rei Haakon, o príncipe herdeiro Olav e os membros do governo norueguês solicitaram permissão para circular livremente na Suécia e regressar à Noruega quando as circunstâncias o permitissem. O governo sueco temeu que isso pudesse provocar uma invasão alemã e recusou, induzindo o governo norueguês exilado a fugir para a Inglaterra (SCOBIE, 2006, p.259). Novamente um misto de medo e prudência acabou por guiar a apolítica externa sueca.

Enquanto os noruegueses mantinham uma resistência organizada aos invasores alemães, a Suécia recusou-se a permitir o trânsito de tropas alemãs através da Suécia para a Noruega (SCOBIE, 2006, p. 259), também sob o signo de sua alegada neutralidade. Mas, sob crescente pressão alemã, acabou por permitir que o transporte “humanitário” (pessoal médico e suprimentos) passasse pela Suécia para as tropas alemãs em Narvik, e 800 marinheiros alemães, civis e soldados feridos regressassem à Alemanha por essa rota via Suécia.

Em junho, quando a Noruega, a Dinamarca, a França, a Holanda e a Bélgica já estavam em mãos alemãs, a Alemanha intensificou suas exigências de permissão para enviar tropas e suprimentos para a Noruega através da Suécia, e desta vez houve pouca resistência (SCOBIE, 2006, p. 259). O famoso (ou nos dizeres de Scobbie, “infame”) *“Permittenttrafiken”* sueco (algo como “tráfego autorizado”) para os alemães começou e durou três anos. Munições e um fluxo contínuo de soldados alemães uniformizados (ainda que desarmados), viajaram de trem pela Suécia em direção à Noruega.

O *“Permittenttrafiken”* é um dos momentos de maior controvérsia quanto à real “neutralidade sueca” na Segunda Guerra Mundial, mas não o único. Outros

momentos que merecem menção pela forma reiterada que é trazido nos textos sobre o período, e sobre o assunto, envolvem o contínuo comércio entre Suécia e Alemanha, especialmente de dois produtos tidos como fundamentais para a máquina de guerra alemã: o já citado minério de ferro, e os rolamentos⁷¹ especialmente os da empresa sueca SKF⁷². Também podemos citar (ainda que pouco explorado pela bibliografia pesquisada) o fato de que durante o governo de coalizão de Hansson, o Partido Comunista foi o único partido⁷³ com representação parlamentar que foi mantido deliberadamente fora do governo.

No verão de 1941 (do hemisfério norte), no contexto da invasão alemã contra a URSS, os finlandeses procuraram a ajuda da Alemanha para recuperar o território perdido na Guerra de Inverno, bem como ajuda sueca. Voluntários suecos foram para a Finlândia, mas o “entusiasmo genuíno pela causa finlandesa nesta fase da guerra”, pode ser questionável devido a um certo “sentimento sueco antinazi” talvez ainda mais forte (SCOBIE, 2006, p. 259)⁷⁴.

Em 1941 a Alemanha fez novas exigências à Suécia, solicitando (com apoio da Finlândia) que a “Divisão *Engelbrecht*” (18.000 homens armados estacionados na Noruega), fosse autorizada a transitar para a Finlândia através da Suécia. Dentro do gabinete sueco, quatro ministros social-democratas, incluindo Wigforss, queriam recusar a permissão, enquanto outros, incluindo o primeiro-ministro Hansson e o ministro das Relações Exteriores Günther, argumentavam que a Suécia não tinha escolha. O resultado do impasse foi a decisão de que “a permissão seria concedida, mas no estrito entendimento de que seria apenas para uma ocasião” (SCOBIE, 2006, p. 260). Se o “*Permittenttrafiken*” em geral já causava (e ainda causa) um certo desconforto quanto à “neutralidade” sueca na Segunda Guerra, a permissão

⁷¹ Em inglês “*ball bearings*” e, informalmente em português, “rolimã”.

⁷² Esse assunto é especialmente relevante, como denota, dentre outros, o artigo com o provocativo título “*Did Swedish Ball Bearings Keep the Second World War Going? Re-evaluating Neutral Sweden’s Role*” (“Os rolamentos de esferas suecos mantiveram a Segunda Guerra Mundial? Reavaliando o papel da Suécia neutra”, em tradução livre) de Eric B. Golson. (Disponível em: <https://files.ehs.org.uk/wp-content/uploads/2020/11/29060808/GolsonFullPaper.pdf>. Acesso em 09 out. 2022).

⁷³ Em fins de 1939 eram dois os partidos com representação parlamentar e que não foram integrados pelo gabinete de Hansson: o SKP (*Sveriges kommunistiska parti*, ou Partido Comunista da Suécia), que apoiava a URSS, e o Partido Socialista, dissidência do SKP que acabou transitando ideologicamente para a extrema direita, e que perdeu a representação parlamentar nas eleições de 1940. Nas mesmas eleições os comunistas viram sua representação parlamentar cair de 5/230 para 3/230.

⁷⁴ Certos críticos às políticas de neutralidade da Suécia identificam nesses “voluntários” uma clara participação do país pró-eixo e contra a URSS, ainda que oficialmente o governo sueco não tenha liderado o processo.

para o transporte da “Divisão *Engelbrecht*”, com inequívoco objetivo bélico e “pró-Eixo” pode ser considerado o ponto mais tênue entre a “neutralidade” e uma postura “pró-Eixo”.

Após a vitória soviética em Stalingrado, em fevereiro de 1943, muitas posições políticas mundo afora foram alteradas, e o mesmo se deu na Suécia. Nesse ano há a criação de campos de treinamento para refugiados da Noruega e da Dinamarca (SCOBIE, 2006, p. xxiii) visando a libertação destes países.

Em agosto de 1943, o “*Permittenttrafiken*” foi cancelado. No início de 1944, os Estados Unidos exigiram que a Suécia fosse mais longe e cessasse o comércio com a Alemanha, e apesar de carta resistência, “o comércio entre a Suécia e a Alemanha foi reduzido durante a segunda metade de 1944 e cessou completamente no início de 1945” (SCOBIE, 2006, p. 260)

Em termos populares, a neutralidade sueca durante a Segunda Guerra Mundial certamente “vergou”, contudo, uma das interpretações possíveis, é que “vergou, mas não quebrou”. O misto de um medo “teórico” de uma “Rússia”⁷⁵, agora em sua versão soviética, do medo “real” de uma Alemanha que se (re)armou rapidamente e cercou a Suécia, literalmente, por todos os lados (associado a um filo-germanismo de parte dos Suecos), a noção de que a Suécia não era grande o suficiente (“*small state*”) e tampouco havia se armado o suficiente desde a Primeira Guerra, fez do pragmatismo sueco algo excessivamente próximo (ainda que não declaradamente próximo) da Alemanha Nazista e seus aliados do Eixo. Então, podemos entender que a neutralidade sueca entre 1939 e 1943 é uma neutralidade mais pró-Alemanha e “anti-URSS” do que “pró-Aliados” ou “puramente neutra”.

As mudanças globais causadas pela vitória soviética em Stalingrado, pelo relativo enfraquecimento alemão e pela mais decisiva participação dos EUA na Guerra, tensionaram a neutralidade sueca para “vergar” para o outro lado. Um exemplo foi que, através da diplomacia sueca⁷⁶, foi arranjado um armistício separado entre Helsinque e Moscou, em Setembro de 1944, para o encerramento da

⁷⁵ Documentos como o “*Harmed overlamnans utredningens rapport ‘Fred och sakerhet’*” (SOU 2002:108) (“relatório da investigação ‘Paz e segurança’” em tradução livre), produzido a partir de um pedido do governo sueco, por uma equipe liderada pelos embaixadores Rolf Ekéus, Mathias Mossberg e pela chanceler Birgitta Arvidsson, traz, em vários trechos, a referência de uma Rússia/URSS como adversária, ameaça e/ou inimiga. Destacamos, por exemplo, o capítulo “3 A ameaça do leste”, especialmente o subcapítulo “3.4.2 A Rússia/União Soviética como uma ameaça tradicional para a Suécia”.

⁷⁶ Ainda que isso seja dito particularmente em fontes suecas, como em Scobbie (0000, p.65), não encontramos evidências claras em textos de outras origens.

“Guerra de Continuação”.

De acordo com Scobbie (2006, p. 261), a “Suécia neutra tornou-se um refúgio seguro para milhares de refugiados durante a guerra, especialmente nas suas últimas fases”. Ainda segundo a autora:

Quando os judeus dinamarqueses foram deportados para a Alemanha, a maioria deles fugiu para a Suécia. Em 1945, cerca de 15 mil dinamarqueses e 36 mil noruegueses encontraram refúgio ali. Em 1944, quando os russos avançavam, 55 mil finlandeses fugiram para a Suécia e, quando os russos marcharam para os Estados Bálticos, mais de 30 mil refugiados dessas nações encontraram o caminho para a Suécia. Atormentada até ao fim por questões jurídicas de neutralidade, a Suécia foi convidada a devolver 167 refugiados do Báltico à URSS no final da guerra. Ao contrário dos outros, estes detidos chegaram com uniformes alemães e tiveram de ser entregues. O governo honrou o direito internacional e entregou-os aos russos, apesar das greves de fome, de um suicídio e de um protesto nacional e internacional (SCOBIE, 2006, p. 261).

Terminada a guerra na Europa, o governo sueco de coligação foi dissolvido e, no final de julho de 1945, foi formado um governo puramente social-democrata novamente sob Hansson. Assim também termina um dos testes mais importantes para a política de neutralidade da Suécia. E há grande polémica na avaliação do quanto essa política foi realmente “neutra”. Numa postura mais rígida contra os suecos, que partilha identidade com a popular (e de origem incerta) frase que argumenta que “Se há dez pessoas numa mesa, um nazista chega e se senta, e nenhuma pessoa se levanta, então existem onze nazistas numa mesa”, as inclinações pró-Alemanha e anticomunistas/antissoviéticas entre os anos de 1939 e 1943 podem ser consideradas como violações severas dessa neutralidade.

Contudo, também nos parece nítido que os países que realmente aderiram à aliança com a Alemanha não apenas não ficaram em meras “inclinações” comerciais e ideológicas, ou com meras permissões de transporte, como aderiram muito materialmente às ofensivas anticomunistas e antissoviéticas, bem como em iniciativas racistas/antisemitas. O engajamento entusiasmado de países como Hungria, Romênia, Finlândia, bem como as ocupadas e colaboracionistas Croácia, França e (no limite) Noruega, com milhares de homens envolvidos⁷⁷, inúmeros casos

⁷⁷ Só na “Operação Barbarossa”, além dos exércitos alemães, havia ao menos dois exércitos romenos, um norueguês (na verdade, possivelmente mais alemão que norueguês), um finlandês, além da “*División Azul*” da Espanha, “*Légion des volontaires français contre le bolchévisme*” da França, e do “*369. pojačana pješačka pukovnija*” da Croácia.

de violações de comunistas e judeus, contrasta fortemente com as atitudes suecas mais “extremas”: algumas centenas de voluntários para a Finlândia, o isolamento parlamentar do SKP, permissões de tráfego para os nazistas e o contínuo comércio com a Alemanha. Sendo assim, levando em consideração os contextos e as possibilidades, apesar de atitudes circunstancialmente mais condenáveis, é possível admitir que embora não tenha havido uma “neutralidade pura” e “ideal”, houve ao menos uma neutralidade “suficiente” para que a alcunha fosse mantida. Provações de complexidade semelhante serão impostas também no período que se seguirá: a Guerra Fria.

Nesse período de fins da Segunda Guerra Mundial e início da Guerra Fria, três figuras suecas passam a se destacar na diplomacia internacional, e merecem menção: Raoul Wallenberg, conde Folke Bernadotte e Dag Hammarskjöld⁷⁸. Nos dizeres de Scobbie (2006, p. 243):

Tal como o conde Folke Bernadotte e Dag Hammarskjöld, Wallenberg ganhou destaque durante e imediatamente após a Segunda Guerra Mundial como um sueco neutro que provou ser o homem certo no momento certo; também como eles, ele sacrificou sua própria vida para ajudar os outros (SCOBIE, 2006, p. 243).

Quanto, especificamente a Raoul Wallenberg, ele foi enviado para a Hungria ocupada pelos nazistas para estabelecer um plano de resgate de alguns judeus. Ele teria salvado a vida de milhares de judeus – com estimativas entre 30.000 e 100.000 – até desaparecer em Budapeste, em 1945, no contexto da libertação da cidade pelos soviéticos (SCOBIE, 2006, p.244). Quanto às ações de Bernadotte e Hammarskjöld, abordaremos adiante.

⁷⁸ Salientamos os sobrenomes dessas três figuras: Wallenberg, Bernadotte e Hammarskjöld. Wallenberg é talvez a família mais poderosa da Suécia, proprietária, entre outras empresas da Investor AB. Como vemos no site da própria empresa: “A Investor foi criada pela família Wallenberg em Estocolmo em 1916, quando a nova legislação sueca tornou mais difícil para os bancos deterem ações de empresas industriais a longo prazo.” (*Investor. The early Years*. Disponível em: <https://www.investorab.com/about-investor/investor-s-history/1916-1929/>. Acesso em: 16 out. 2023). Na parte de “our companies”, isto é, empresas em que eles têm participações, destacamos, entre outras: AstraZeneca, Ericsson, Nasdaq, Saab e Electrolux (Disponível em: <https://www.investorab.com/our-investments/?category=listed-companies>. Acesso em: 16 out. 2023). A família Bernadotte é a família real sueca. E a família Hammarskjöld é uma família nobre sueca, com vários de seus membros ocupando cargos importantes, como o pai de Dag, Hjalmar, que foi primeiro-ministro durante a Primeira Guerra, e Carl Gustaf, irmão de Hjalma, que chegou a ser Secretário de Defesa da Suécia.

1.5 A NEUTRALIDADE SUECA NO INÍCIO DA GUERRA FRIA: 1945-1955

Entre 1945 e 1946 há importantes mudanças nas lideranças políticas de países relevantes, incluindo os que mais abordamos em nosso trabalho. Ainda no contexto da Guerra temos a mudança na liderança dos EUA (com a morte de Franklin Roosevelt em abril de 1945, e a consequente posse de Harry Truman) e do Reino Unido (com a derrota dos Conservadores ante aos Trabalhistas em julho de 1945 e a consequente substituição de Winston Churchill por Clement Attlee)⁷⁹. No imediato pós-Guerra, mudam-se os líderes da Iugoslávia (com a efetivação de Josip Broz Tito como líder incontestado do país em novembro de 1945), e do Brasil (com a renúncia/deposição de Getúlio Vargas em outubro e a posterior posse de Dutra em janeiro de 1946). A Suécia terá sua liderança governamental alterada em outubro de 1946, com a morte inesperada de Per Albin Hansson e a posse de Tage Erlander. Os anos de relativa instabilidade política no primeiro terço do século XX foram sucedidos por 14 anos de governo social-democrata sob Hansson. E Hansson será sucedido pelo mais longo dos primeiros-ministros da história da Suécia, afinal Tage Erlander governará o país por 23 anos - incluindo, portanto, os anos de 1961 a 1964 – até sua renúncia em 1969.

O mesmo ano de 1946, ainda sob o governo de Hansson, a Suécia, nos dizeres de Norbert Götz, transita “da neutralidade à adesão” às Nações Unidas (GÖTZ, 2016, p. 75)⁸⁰. Sendo esse o título de um de seus artigos (“*From Neutrality to Membership: Sweden and the United Nations, 1941 to 1946*”), esse tipo de ideia faz mais sentido quando lembramos que a criação da Organização das Nações Unidas em 1945 está intimamente ligada à “Declaração das Nações Unidas”⁸¹ assinada em 1º. de janeiro de 1942, e que é basicamente o documento de formalização dos “Aliados” enquanto entidade em guerra contra o “Eixo”. Logo, é

⁷⁹ Como podemos perceber nas fotos que retratam Roosevelt, Churchill e Stálin na Conferência de Yalta, e depois as fotos que retratam Truman, Attlee e Stálin na Conferência de Potsdam.

⁸⁰ Norbert Götz. “*From Neutrality to Membership: Sweden and the United Nations, 1941 to 1946*.” *Contemporary European History* 25 (2016) 1: 75–95. DOI: <http://dx.doi.org/10.1017/S096077731500048X>.

⁸¹ Conforme argumentado na nota 109 de nossa dissertação de mestrado (ESPÓSITO, 2019, p. 103): na própria Declaração das Nações Unidas, de primeiro de janeiro de 1942, já fica explícito a oposição ao Eixo, argumentando que “Cada Governo se compromete a empregar todos os seus recursos, militares ou econômicos, contra os membros do Pacto Tripartite [o Eixo, no caso] e seus adeptos [...]. Cada Governo se compromete a cooperar com os Governos signatários e não fazer um armistício separado ou a paz com os inimigos. A declaração anterior pode ser adotada por outras nações que são, ou que podem ser, prestando assistência e contribuições materiais na luta pela vitória sobre o **hitlerismo** [grifo nosso].” (UN, 1947, p. 01, em tradução livre).

compreensível que um país que defende uma política de neutralidade tenha resistências em aderir a uma organização surgida no âmbito de uma declaração explícita de guerra. O próprio Götz faz semelhante observação quando diz que seu artigo “acompanha a relação sueca com as Nações Unidas no período entre 1941, quando o organismo mundial emergiu como uma aliança anti-Hitler, até 1946, quando a Suécia aderiu ao que naquela altura se tinha tornado uma organização internacional.” (GOTZ, 2016, p. 76, em tradução livre). Um processo que vai, inclusive, expor a “discrepância entre a reputação de neutralidade sueca e o apoio entusiástico à ONU versus os debates internos e as decisões políticas do país em década de 1940” e viabilizar, por parte da Suécia, a utilização das “Nações Unidas como uma arena para manifestar a sua indiferença ao alinhamento da segurança e o seu excepcionalismo nos assuntos mundiais” (GOTZ, 2016, p.75, em tradução livre).

Essa opção da Suécia em entrar para a ONU, e sua conciliação com sua política de neutralidade, também nos evoca a afirmação de Ostellino (1998) quando este diz que:

A criação de forças de paz das Nações Unidas e a própria Carta da ONU — que torna difícil a neutralidade clássica (com as cláusulas relativas à intervenção da organização nas controvérsias internacionais, aos poderes do Conselho de Segurança, etc.) mas que parece favorecer o Não alinhamento — conferiram, a propósito, um papel positivo e autônomo aos pequenos Estados assim como aos países neutralistas (OSTELLINO, 1998, p. 812).

O ingresso da Suécia na ONU teve variados níveis de apoio interno e externo. Por exemplo, os representantes de França e Reino Unido na ONU pareciam interessados no ingresso de países neutros na organização, inclusive a Suécia, antes mesmo da primeira Sessão da AGNU, enquanto os representantes da URSS defendiam maior cautela. (GOTZ, 2016, p. 83-84)

Em todo caso, a Suécia teve sua candidatura analisada pelo CSNU em fins de agosto de 1946, quando: “os delegados dos EUA, Reino Unido, China, Países Baixos, Brasil, França e Polônia endossaram o pedido de adesão da Suécia às Nações Unidas, sublinhando as relações longas e pacíficas que os seus governos mantinham com” a Suécia, bem como “suas instituições democráticas e a ajuda humanitária prestada pela Suécia aos refugiados durante a guerra” (GÖTZ, 2016, p.90). Segundo o documento citado por Götz (2016, p. 90), “A candidatura foi apoiada pelos delegados dos EUA, México, Reino Unido, Brasil, China, França,

Holanda, Polónia e URSS.”, além do voto “sim” também do Egito e da abstenção da Austrália.

Nesse mesmo contexto, o CSNU aprovou as candidaturas do Afeganistão e da Islândia, e reprovou as candidaturas de Albânia, Mongólia, Jordânia, Irlanda e Portugal. Em 9 de novembro a Assembleia Geral aprovou por unanimidade as recomendações positivas do Conselho de Segurança e admitiu o Afeganistão, a Islândia e a Suécia como membros da ONU. (GOTZ, 2016, p. 22)

Os anos que se sucederam à Segunda Guerra Mundial também são os anos de formação da Guerra Fria. E, especialmente, da consolidação dos blocos que vão encarná-la. Pelo lado capitalista, com o estabelecimento da chamada “Doutrina Truman”, os EUA (e em menor medida o Reino Unido) começam a estruturar as alianças políticas e econômicas para a contenção da URSS. Em 1947 temos o TIAR⁸², que junto com a OEA, criada em 1948⁸³, vai estruturar um “sistema americano” de defesa parcialmente apartado da ONU. O binômio “Plano Marshall” e “OTAN” será estabelecido pelos EUA sobre a Europa em 1948⁸⁴ e 1949⁸⁵ respectivamente. Do lado socialista, em reação aos ataques capitalistas, se forma o Cominform em 1947⁸⁶, e o COMECON em 1949⁸⁷ – o Pacto de Varsóvia surgirá

⁸² O TIAR (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca) é um tratado de defesa mútua celebrado em 1947 na cidade do Rio de Janeiro entre a maior parte dos países americanos, encabeçado pelos EUA. O princípio central do acordo é que um ataque contra um dos membros será considerado como um ataque contra todos. O Canadá nunca fez parte. O México saiu em 2004, Cuba, Venezuela, Equador, Bolívia e Nicarágua saíram em 2012.

⁸³ A OEA (Organização dos Estados Americanos) é uma organização internacional criada em 1948, com sede em Washington (Estados Unidos), cujos membros são as 35 nações independentes do continente americano – apesar do complexo status de Cuba na organização. Adotamos o ano de 1948 o ano inicial da OEA pois é nesse ano que “A Nona Conferência Internacional Americana, que se reuniu em Bogotá (Colômbia), com a participação de 21 Estados, adotou a Carta da Organização dos Estados Americanos, o Tratado Americano sobre Soluções Pacíficas (“Pacto de Bogotá”) e a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem.” (OEA, s/d, s/p. Nossa História. Disponível em: https://www.oas.org/pt/sobre/nossa_historia.asp. Acesso em: 16 out. 2023). Contudo, a própria OEA argumenta, no texto “Nossa História” em seu site oficial, eventuais outras origens, como “Congresso do Panamá, convocado por Simón Bolívar em 1826”, a “Primeira Conferência Internacional Americana foi realizada em Washington, D.C., de outubro de 1889 a abril de 1890” e outros momentos. Porém, a data da adoção da Carta da OEA nos pareceu o mais consistente.

⁸⁴ O “*Economic Cooperation Act of 1948*”, a “Lei” que sustentou o chamado “Plano Marshall”, foi aprovado como “*Public Law*” pela segunda sessão do 80º Congresso em 3 de abril de 1948. (Disponível em: <https://fraser.stlouisfed.org/title/foreign-assistance-act-1948-economic-cooperation-act-1948-1298>. Acesso em: 16 out. 2023).

⁸⁵ O “*The North Atlantic Treaty*” foi assinado em Washington D.C., em 4 de abril de 1949. (Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_17120.htm. Acesso em: 16 out. 2023).

⁸⁶ O Bureau (ou Gabinete) de Informação Comunista (Cominform) – foi uma organização internacional liderada pelo Partido Comunista da União Soviética (PCUS), criada em 1947 para exercer funções de ligação e propaganda, promover o intercâmbio de informações e coordenar as ações dos vários partidos comunistas da Europa. Incluiu como membros os partidos comunistas da Albânia, Bulgária, Tchecoslováquia, França, Hungria, Itália, Romênia, União Soviética. O Cominform, que de certo serviria como instrumento de política externa da URSS, expulsou a Iugoslávia como membro em

apenas em 1955⁸⁸.

Nesse contexto de formação de blocos, alianças de “cooperação econômica” e “alianças de Defesa mútua”, os países nórdicos, sob liderança da Suécia, começaram a elaborar uma estratégia, ou até mesmo uma organização de defesa nórdica, que se fiasse na neutralidade. Em paralelo a isso, “os estados escandinavos, com a significativa exceção da Finlândia, se reuniram com os outros doze em Paris, em Março de 1948, para organizar a distribuição da ajuda econômica americana” (DERRY, 1979, p. 357), isto é, Suécia e a maioria de seus vizinhos aceitaram o Plano Marshall. Portanto, de certo modo, a Suécia passava a buscar, nos albores da Guerra Fria, uma certa autonomia política, através de sua política de neutralidade e da proposta de criação de uma espécie de “aliança neutralista” entre os países nórdicos, porém estava se integrando economicamente ao bloco capitalista⁸⁹ ao aceitar receber ajuda do Plano Marshall.

Contudo, já em 1948 as negociações de uma defesa nórdica mútua entre Suécia, Dinamarca, Noruega e Finlândia começam a dar sinais de fraqueza:

“Quando os estados escandinavos, com a significativa exceção da Finlândia, se reuniram com os outros doze em Paris, em Março de 1948, para organizar a distribuição da ajuda econômica americana, Lange [Ministro das Relações Exteriores da Noruega] soube por Bevin [secretário de Relações Exteriores do Reino Unido] da possibilidade de a ajuda militar americana também poder ser disponibilizada através do sistema que mais tarde será chamado de Pacto Atlântico.” (DERRY, 1979, p. 357)

Entre maio e setembro de 1948 os governos de Suécia, Dinamarca e Noruega

junho de 1948 por “desvio ideológico”. Com o degelo nas relações entre a União Soviética e a Iugoslávia em 1955 e 1956, a União Soviética dissolveu formalmente o Cominform como um gesto para os iugoslavos. (KEEFE, 1991, p. 415). Interessante observar que, aparentemente, o Cominform é suprimido de certas correntes historiográficas soviéticas (URSS, 1960)

⁸⁷ Curiosamente só conseguimos encontrar uma versão do documento fundante da COMECON, o “Protocolo sobre a criação de um Conselho de Ajuda Econômica Mútua entre os governos da URSS, da República da Polônia, da República da Tchecoslováquia, da República Popular Romena, da República Húngara e da República da Bulgária, Assinado em 18 de Janeiro de 1949, em Moscou”, numa versão em alemão (*Protokoll Über Die Gründung Eines Rates Für Gegenseitige Wirtschaftshilfe Zwischen Den Regierungen Der Udssr, Der Republik Polen, Der Tschechoslowakischen Republik, Der Rumänischen Volksrepublik, Der Ungarischen Republik Und Der Republik Bulgarien, Unterzeichnet Am 18. Januar 1949 In Moskau*), disponível no acervo online do “Instituto Húngaro Munique” (*Ungarisches Institut München*). (Disponível em: <http://www.forost.ungarisches-institut.de/pdf/19490118-1.pdf>. Acesso em 16 out. 2023).

⁸⁸ Steven Popper, em *paper* para a Rand Corporation, e divulgado pelo departamento de Defesa dos EUA, é um dos que apontam para essa vinculação entre Comecon e o Pacto de Varsóvia (POPPER, 1988).

⁸⁹ Importante notar que a Suécia não se envolveu na “United Nations Monetary and Financial Conference” realizada em Bretton Woods, New Hampshire entre 1 e 22 de julho de 1944, a famosa “Conferência de Bretton Woods”.

se movimentam na direção da criação dessa aliança de defesa mútua, gozando de relativo apoio tanto em seus parlamentos (com exceção dos comunistas na Dinamarca e na Suécia) quanto da chamada opinião pública: seria preferível “uma ligação de defesa com um escandinavo do que com qualquer outro grupo de potências.” (DERRY, 1979, p. 357).

Contudo em janeiro de 1949, quando ministros e representantes de todos os partidos não-comunistas nas três legislaturas se reuniram em Copenhague, “na mais abrangente assembleia escandinava desde os tempos da União de Kalmar” (DERRY, 1979, p. 357) as negociações confirmaram o fracasso da iniciativa. A Suécia estava decidida a compartilhar/impor à aliança seu tipo de neutralidade, armada e, em sua perspectiva, suficientemente forte para resistir política e militarmente a eventuais assédios das superpotências. A Noruega, por outro lado, insistia “que nenhuma aliança deveria ser formada em termos que pudessem tornar indisponíveis os fornecimentos militares americanos numa emergência” (DERRY, 1979, p. 358). A Noruega, assim, e em seguida, declinava da proposta sueca e da neutralidade, e se alinharia aos EUA na OTAN, assinando como membro fundador o “Tratado do Atlântico Norte” em 4 de abril de 1949.

A Dinamarca, desde o início mais alinhada às ideias suecas do que norueguesas, ao perceber a desistência norueguesa, temeu por ter um fardo político, militar e econômico demasiado grande para compartilhar apenas com a Suécia, também seguiu o caminho norueguês de alinhamento ao bloco capitalista (DERRY, 1979, p. 358). Por fim, a Finlândia já havia ratificado, em 28 de abril de 1948, o “Acordo de Amizade, Cooperação e Assistência Mútua”⁹⁰ com a URSS. Apesar de compartilhar semelhanças com os acordos firmados entre a URSS tanto com a Romênia quanto com a Hungria (DERRY, 1979, p. 358), o acordo na realidade manteve a neutralidade finlandesa⁹¹. Assim, a Escandinávia ficou dividida entre os três aderentes à OTAN, a Suécia neutralista e uma Finlândia neutra/neutralizada. (DERRY, 1979, p. 356)

Ainda nesse período, outro dos já citados expoentes suecos no que tange a

⁹⁰ “Tratado de Amizade, Cooperação e Assistência Mútua entre a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e a República da Finlândia” foi “Feito em Moscou, em 6 de abril de 1948, em dois exemplares, cada um nas línguas russa e finlandesa, sendo ambos os termos igualmente válidos”. A versão que usamos é a disponível em inglês em “2. Finland: A. Treaty of Friendship, Cooperation and Mutual Assistance between the Union of Soviet Socialist Republics and the Republic of Finland. (1972). *Cooperation and Conflict*, 7(1), 170-177. <https://doi.org/10.1177/001083677200700117>”

⁹¹ Críticos ao acordo costumam classificar que o que houve foi uma neutralização forçada da Finlândia, criando inclusive o neologismo “finlandização”.

política internacional irá morrer: o Conde Folke Bernadotte. Sobrinho do rei Gustav V, Folke Bernadotte passou parte da vida ligado às causas humanitárias. Na Segunda Guerra Mundial, “Bernadotte conseguiu estabelecer algum tipo de relacionamento com Heinrich Himmler, o líder da SS, e através da Cruz Vermelha Sueca, da qual era delegado”, Bernadotte teria conseguido “salvar cerca de 30 mil pessoas, incluindo 19 mil escandinavos, dos campos de concentração” (SCOBIE, 2006, p.14). Ele também teria desempenhado “papel ativo na organização da retirada pacífica das forças de ocupação alemãs da Noruega em 1945” e, em 1948, foi convidado pelas Nações Unidas para “mediar” na Palestina, e elaborou “um plano de partição, mas foi assassinado em Jerusalém naquele ano por terroristas judeus.” (SCOBIE, 2006, p. 14)

Para todos os efeitos, e apesar do envolvimento com a ONU, e os contatos cada vez mais próximos com o Bloco Capitalista em consolidação, o discurso oficial da Suécia permaneceu o da neutralidade. Segundo Elgström (2000, 243-244):

[...] a neutralidade – mesmo que em teoria apenas uma estratégia de guerra – gradualmente tornou-se cada vez mais associada a uma política de neutralidade também em tempos de paz. De fato, assistimos a uma transformação no significado e na prática da neutralidade, de uma orientação ad hoc na primeira metade do século XIX para uma política de princípios a partir do final da década de 1860. Essa institucionalização da neutralidade continuou, tornando-a uma 'vaca sagrada' na política externa sueca nas décadas de 1950 a 1980, sendo ameaçada apenas pelo fim da Guerra Fria (ELGSTRÖM, 2000, 243-244)

Contudo, se publicamente a política de neutralidade foi mantida, fortes laços “não oficiais” com os Estados Unidos foram mantidos. A Suécia, por exemplo, cooperou com a inteligência dos EUA, estabelecendo laços muito estreitos com a OTAN e o governo dos EUA no final dos anos 1940 e início dos anos 1950, e esteve envolvida em operações de espionagem da Guerra Fria⁹². A título de exemplo, documentos da NSA dos Estados Unidos, vazados pelo Edward Snowden em 2013,

⁹² Durante a pesquisa encontramos, em vários momentos e materiais, menções a cooperações entre Suécia e EUA e entre Suécia e Reino Unido em ações “contra” a URSS, porém nem sempre claramente documentadas. Destacamos nessa temática os livros “*Om kriget kommit... Förberedelser för mottagande av militärt bistånd 1949-1969*” (“Se a guerra chegasse... Preparativos para receber ajuda militar 1949-1969” em tradução livre), publicado como um “*Betänkande av Neutralitetspolitikkommisionen*” (“Relatório da Comissão de Política de Neutralidade” em tradução livre), publicado em Estocolmo em 1994. Especialmente os capítulos 4, “Atitude americana em relação à Suécia”, 5, “Contatos pacíficos com as potências ocidentais” e 6, “Preparativos para receber ajuda”.

revelam que a Suécia, através de seu serviço de inteligência de sinais⁹³, tinha um “relacionamento” estabelecido com a NSA “em 1954 sob o UKUSA Agreement⁹⁴”⁹⁵. Nos dizeres da matéria publicada pela SVT (televisão estatal da Suécia) à época:

Num documento interno e ultrassecreto datado de 18 de Abril deste ano, a NSA resume as suas relações com a Suécia. O documento afirma que desde 1954 a Suécia faz parte de uma colaboração de inteligência com o que é frequentemente chamado de ‘The Five Eyes’, UKUSA, que se refere aos EUA, Reino Unido, Canadá, Austrália e Nova Zelândia. Isto apesar do fato de a Suécia ser oficialmente neutra, uma imagem que tem sido mantida externamente durante décadas por vários governos de diferentes convicções políticas. O documento também afirma que o contrato UKUSA foi descontinuado em 2004 e substituído por acordos bilaterais para inteligência de sinais e escutas telefônicas. A partir de 2011, a FRA sueca [*Försvarets radioanstalt*] fornece ao seu parceiro americano amplo acesso aos dados da sua coleção de cabos (SVT, 2013, s/p, em tradução livre)⁹⁶.

Ou seja, a década de 1950 se inicia novamente com a neutralidade sueca colocada novamente sob teste, ainda que a Guerra Fria não se apresentasse como uma guerra efetivamente declarada. E essa tensão irá não apenas atravessar toda a Guerra Fria, como adentrará no século XXI.

Avançando em vários aspectos de sua política externa, o ano de 1953 será de grande importância para a Suécia. Apesar de formado em 1952 por Dinamarca, Islândia, Noruega e Suécia (a Finlândia entraria em 1955), o “Conselho Nórdico” tem sua primeira sessão em 13 de fevereiro de 1953, se estabelecendo como um órgão consultivo dos parlamentos dos países nórdicos (NORDEN.ORG, 2022, s/p⁹⁷; SCOBIE, 2006, p. 157). Há muitas características entre o Conselho Nórdico e certos tipos de blocos, sobretudo os econômicos, como áreas de livre comércio,

⁹³ *Försvarets radioanstalt*, FRA, ou “Estabelecimento Nacional de Rádio Defesa da Suécia”, em tradução livre.

⁹⁴ O “Acordo UKUSA” é um acordo multilateral de cooperação em inteligência de sinais entre Reino Unido, Estados Unidos, Austrália, Canadá e Nova Zelândia. A aliança de operações de inteligência também é conhecida como “Five Eyes” (Cinco Olhos, em tradução livre). Nas marcações de classificação, é abreviado como “FVEY”.

⁹⁵ Ver o próprio documento disponibilizado “TOP SECRET//COMINT//NOFORN National Security Agency/Central Security Service Information Paper (S//REL to USA, FVEY) Subject: NSA Intelligence Relationship with Sweden” de 18 de abril de 2013 (Disponível em: <https://www.documentcloud.org/documents/894384-nsa-internal-pm-on-fra-and-sweden-relations.html>. Acesso em: 13 out. 2023).

⁹⁶ Disponível em: <https://www.svt.se/nyheter/granskning/ug/read-the-snowden-documents-from-the-nsa>. Acesso em 13 out. 2023).

⁹⁷ “Norden.org is the website of official Nordic co-operation”. NORDEN.ORG, *Nordic co-operation. 70 years of the Nordic Council – still delivering Nordic synergies*. Disponível em: <https://www.norden.org/en/news/70-years-nordic-council-still-delivering-nordic-synergies>. Acesso em: 13 out. 2023).

uniões aduaneiras e mercados comuns, dentre as quais destacamos várias de “harmonizações jurídicas”, em variados campos do direito civil, das “frentes laborais e sociais”, iniciativas culturais, “controle aduaneiro” e o fato de que desde 1954 “os escandinavos podiam cruzar as fronteiras nórdicas sem passaportes” (SCOBIE, 2006, p. 158)⁹⁸.

Esse tipo de relação estabelecida pelo Conselho Nórdico não apenas se assemelhará em alguns aspectos com iniciativas típicas de países do Bloco Capitalista, como o “Benelux”⁹⁹, como envolverá de forma bastante prática as neutras Suécia e Finlândia com as altamente comprometidas com o Bloco Capitalista (via OTAN) Noruega, Dinamarca e Islândia. Um tipo de envolvimento que, sobretudo a Suécia, não tinha necessariamente com outros neutros (exceto a Finlândia) ou países do Bloco Socialista. E que prejudica ainda a qualidade da neutralidade sueca.

Em 10 de abril de 1953, o terceiro dos suecos anteriormente citados como muito relevantes, o sr. Dag Hammarskjöld torna-se o segundo Secretário-Geral das Nações Unidas, sucedendo o norueguês Trygve Lie, que renunciara em novembro de 1952. Dag Hammarskjöld foi o quarto filho de Hjalmar Hammarskjöld, primeiro-ministro da Suécia durante a Primeira Guerra Mundial, e, apesar de nunca ter integrado oficialmente nenhum partido político (embora seu pai tivesse sido um primeiro-ministro de características conservadoras¹⁰⁰) serviu em diversos cargos na estrutura governamental sueca durante a hegemonia social-democrata. Ele foi delegado na “Conferência de Paris” em 1947, evento chave no lançamento do Plano Marshall, principal delegado sueco na “Conferência de Paris de 1948” da

⁹⁸ No preâmbulo do “Tratado de Helsinque” de 1962, que estabeleceu formalmente o quadro para a cooperação nórdica no Conselho Nórdico, temos, entre outras coisas, a intenção de promover “a comunidade estreita que existe entre os povos nórdicos na cultura, bem como na lei e na sociedade”; “implementar leis uniformes nos países nórdicos de todas as maneiras possíveis” e “renovar e desenvolver a cooperação nórdica à luz da maior participação dos países nórdicos na cooperação europeia” (*NORDISK MINISTERRÅD. Helsingforsaftalen Samarbejdsoverenskomst mellem Danmark, Finland, Island, Norge og Sverige*. Disponível em: <https://norden.diva-portal.org/smash/get/diva2:1250811/FULLTEXT01.pdf> . Acesso em 12 out. 2023).

⁹⁹ Em 1944, representantes dos governos exilados de Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo assinaram a “Convenção Aduaneira de Londres”, o tratado que estabeleceu a União Aduaneira do Benelux. Ratificado em 1947, o tratado vigorou a partir de 1948. A forma inicial de cooperação econômica expandiu-se de forma constante ao longo do tempo, levando à assinatura do tratado que institui a União Econômica do Benelux, em 3 de Fevereiro de 1958 em Haia, e que entrou em vigor em 1 de Novembro de 1960. Os três países do Benelux se beneficiaram do Plano Marshall e são membros fundadores da OTAN.

¹⁰⁰ Foi Hjalmar Hammarskjöld quem sucedeu o primeiro-ministro liberal Karl Staaf, no contexto dos apelos dos conservadores por uma política militar mais aguda, e foi indicado diretamente pelo rei Gustav V com apoio de parlamentares conservadores.

Organização para a Cooperação Econômica Europeia (OCEE), atuando mais tarde, como vice-presidente do Comitê Executivo da OCEE. (UN, United Nations. Dag Hammarskjöld: the UN Years)¹⁰¹

De acordo com sua biografia reduzida disponibilizada no site da ONU:

Hammarskjöld foi nomeado por unanimidade Secretário-Geral das Nações Unidas pela Assembleia Geral em 7 de abril de 1953, por recomendação do Conselho de Segurança (os Estados-Membros que na altura o viam como um candidato apolítico de compromisso teriam mais tarde motivos para rever a sua posição). Em 10 de abril de 1953, prestou juramento como Secretário-Geral das Nações Unidas por um mandato de cinco anos. Ele foi renomeado por unanimidade para outro mandato de cinco anos em setembro de 1957 – mais de seis meses antes do final de seu primeiro mandato.” (UN, United Nations. Dag Hammarskjöld: the UN Years, em tradução livre).

Uma interpretação possível de sua indicação para secretário-geral da ONU e de seus anos de atuação é de uma tripla conquista para os variados campos políticos em questão durante a Guerra Fria: a Suécia, ao ter um nacional liderando a principal organização internacional do mundo poderia não apenas, de certo modo, projetar poder e prestígio, bem como podia, talvez, incorporar à ONU um caráter cada vez mais “neutro” e menos ligado aos “Aliados” da Segunda Guerra Mundial, o que poderia ser benéfico para sua imagem e poderia assegurar a ampliação da organização através do ingresso de países que não participaram expressamente do conflito (ou que participaram do lado do Eixo); a URSS manifestava certa simpatia pela ascensão de Dag, especialmente porque era preferível ter no secretariado da ONU um sueco nominalmente “neutro” do que um norueguês “comprometido com o bloco capitalista” – afinal, quando Lie se tornou o primeiro secretário-geral da ONU em 1946, a Noruega tinha aspirações de neutralidade que seriam afogadas com sua adesão à OTAN; e os EUA teriam um representante de um país que, para todos os efeitos, era um “potencial” (senão “real”) aliado, certamente “não-comunista” e, a julgar por inúmeras atitudes do estado sueco, potencialmente “anticomunista” e, sobretudo, “antissoviético”.

O início da década de 1950 é também marcado por um dos mais mortíferos conflitos da Guerra Fria, a Guerra da Coreia. E após 3 anos de conflito aberto, em 27 de julho de 1953 é assinado o “Acordo de Armistício” Coreano. Nesse armistício é estabelecida a “*Neutral Nations Supervisory Commission*” (NNSC, ou “Comissão de

¹⁰¹ Disponível em: <https://www.un.org/depts/dhl/dag/bio.htm> Acesso em: 13 out. 2023.

Supervisão das Nações Neutras”¹⁰² em tradução livre). A NNSC faz, juntamente com a Comissão de Armistício Militar¹⁰³, parte do mecanismo que regula as relações entre a República Popular Democrática da Coreia (RPDC, Coreia do Norte) e a República da Coreia (RoK, Coreia do Sul). De acordo com o estabelecido no item “C” do “Artigo II” do armistício, intitulada precisamente “*C. Comision de Naciones Neutrales para la Vigilancia del Cumplimiento del Armisticio*” (PEACEMAKER, 1953, p.35)¹⁰⁴, a missão do NNSC era realizar inspeções e investigações para garantir a implementação dos subparágrafos 13 (c) e 13 (d) do Armistício, que deveriam evitar que reforços fossem trazidos para a Coreia, seja pessoal militar adicional ou novas armas, exceto a substituição de equipamentos danificados ou desgastados. Segundo o Armistício:

La Comisión de Naciones Neutrales para la Vigilancia del Cumplimiento del Armisticio se compondrá de cuatro (4) oficiales superiores, dos (2) de los cuales serán designados por las Naciones Neutrales propuestas por el Comandante en Jefe de las Fuerzas de las Naciones Unidas, a saber, SUECIA y SUIZA, y los otros dos (2) serán designados por las Naciones Neutrales propuestas conjuntamente por el Comandante Supremo del Ejército Popular de Corea y el Comandante de los Voluntarios del Pueblo de China, a saber, POLONIA y CHECOESLOVAQUIA, el término “naciones neutrales”, tal como se emplea en el presente documento, define aquellas naciones cuyas fuerzas combatientes no han participado en las hostilidades de Corea”. (PEACEMAKER, 1953, p.35, grifos nossos).

Gostaríamos de destacar dois aspectos da criação da NNSC. Primeiramente os esforços da política externa sueca em 1953. A participação na NNSC, e seus envolvimento diplomáticos e militares, no mesmo ano em que o Conselho Nórdico entra em funcionamento e que um sueco assume como secretário-geral da ONU é digno de nota, especialmente se levarmos em consideração a ideia de que a Suécia seria apenas um “*small state*”.

¹⁰² O nome completo da comissão, que consta no documento oficial da ONU em espanhol, é “*Comisión de Naciones Neutrales para la Vigilancia del Cumplimiento del Armisticio*”. Contudo o nome “reduzido” e seu acrônimo NNSC aparecem com frequência em variados textos, como, por exemplo, no site das forças armadas da Suécia.

¹⁰³ “*La Comisión de Armisticio Militar estará compuesta de diez (10) oficiales superiores: cinco (5) de ellos nombradas por el Comandante en Jefe de las Fuerzas de las Naciones Unidas y los otros cinco (5) nombrados conjuntamente por el Comandante Supremo del Ejército Popular de Corea y por el Comandante de los Voluntarios del Pueblo de China*”. (PEACEMAKER, 1953, p.31).

¹⁰⁴ PEACEMAKER, United Nations. *Acuerdo de Armisticio Volumen I Texto del Acuerdo*. Disponível em: https://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/KP%20KR_530727_AgreementConcerningMilitaryArmistice%28esp%29.pdf. Acesso em: 13 out. 2023.

Em segundo lugar, a participação sueca, junto da suíça, e pelo lado do “bloco capitalista”, o que reforça a potencial “parcialidade pró-bloco capitalista” da Suécia durante a Guerra Fria. Por fim, uma explanação sobre o trecho que grifamos acima. Para todos os efeitos, mais do que “*naciones cuyas fuerzas combatientes no han participado en las hostilidades de Corea*”, Suécia, Suíça, Polônia e Tchecoslováquia eram, em tese, em 1953, efetivamente neutras. Afinal, Suécia e Suíça mantinham e propagavam uma política externa de neutralidade há muitos anos, inclusive nas duas guerras mundiais, e Polônia e Tchecoslováquia, renascidas no pós-Segunda Guerra Mundial como países socialistas, não faziam parte de nenhuma aliança formal, visto que só ingressarão no Pacto de Varsóvia com a criação deste em 1955.

E em 1955 as condições do sistema mundial vão alterar-se significativamente com o Pacto de Varsóvia que, surgido como uma reação do ingresso da Alemanha Ocidental na OTAN, vai dar uma forma ainda mais consistente ao antagonismo dos “blocos” e ao que conhecemos como Guerra Fria.

1.6 A NEUTRALIDADE SUECA ENTRE 1955 E 1960

Um dos principais assuntos da política externa e de segurança da Suécia, durante a Guerra Fria, envolve suas ambições quanto às pesquisas sobre usos e posse de energia e armas nucleares. Autores como Lars van Dassen e, especialmente, Thomas Jonter se debruçaram sobre o tema, tendo este último, inclusive, em artigo, argumentado que os suecos tinham planos de construir armas nucleares durante o período entre 1945 e 1968, quando o país chegou a ter em funcionamento um programa nuclear capaz de produzir armas nucleares dentro de alguns anos, mas que, por uma combinação de razões (entre elas a crescente oposição da opinião pública às armas nucleares, a política dos EUA para desencorajar os suecos de construir a bomba, e o fortalecimento das normas internacionais de não-proliferação) o programa foi abandonado em 1968, quando a Suécia aderiu ao Tratado de Não-Proliferação. (JONTER, 2010, p. 61-82)

O mesmo autor diz que “Os planos para o desenvolvimento de armas nucleares na Suécia começaram a ser discutidos abertamente em meados da década de 1950” e que, antes disso, a questão estava “confinada a um pequeno círculo de políticos, oficiais militares e cientistas” (JONTER, 2010, p. 67-68). Em 1954 entra em funcionamento o primeiro reator nuclear sueco, o R-1, e em 1955 um

importante estudo da “*Swedish National Defence Research Institute*” (FOA, na sigla em sueco) detalhou melhor as possibilidades da Suécia quanto aos usos civis e militares da energia nuclear. (JONTER, 2010, p. 68)

“Em 1956, os Estados Unidos e a Suécia assinaram um acordo sobre cooperação civil em energia nuclear”, ainda que “a política dos Estados Unidos desde o início foi orientada para impedir a Suécia de adquirir armas nucleares” (JONTER, 2010, p. 70, grifos nossos). Enquanto isso, o assunto era alvo de controvérsias entre os partidos do parlamento sueco, inclusive entre os social-democratas, e seu líder, Tage Erlander. (JONTER, 2010, p. 72-74)

“A investigação relacionada com armas nucleares deu grandes passos durante este período”, e “Três grandes estudos de armas nucleares foram realizados, em 1953, **1955 e 1957**” (idem, grifos nossos). “A forma básica de um dispositivo sueco já havia sido amplamente decidida em 1953”, e “A natureza do projeto era que o programa militar de armas nucleares fazia parte do desenvolvimento de energia nuclear civil.” Por fim, “A água pesada”, importante moderador, “seria importada da Noruega” (JONTER, 2001, p. 47). O citado acordo com os EUA, líder máximo da OTAN e do Bloco Capitalista, bem como as intenções de compra de insumos junto à Noruega, também subordinada à OTAN, apontam aspectos da neutralidade sueca frementemente pendente aos EUA¹⁰⁵. Inclusive, o período que vai entre os anos de 1954 e 1960 é tratado por Dassen (1998, p. 11-15) como sendo de “indecisão” e de “construção de um denominador comum” no que tange à política externa sueca.

Se as relações com os EUA eram muitas vezes próximas, o mesmo não podemos dizer em relação à URSS. Uma aproximação parcial foi esboçada, por exemplo, “quando o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Gromyko, parou inesperadamente em Estocolmo, em Março de 1953, para fazer uma visita de cortesia ao ministro dos Negócios Estrangeiros sueco, Undén” e, “No verão de 1954”, Undén, “foi passar férias particulares em Moscou” (CARLBÄCK & MOLIN, 2010, p. 12-13). “Dois anos depois, em 1956, o primeiro-ministro Tage Erlander

¹⁰⁵ Ainda que não faça análises de política internacional muito agudas, Jonter (2001, p. 61) chega a indicar que a proximidade das relações entre Suécia e EUA quanto à energia nuclear se dá, inclusive, por iniciativas mais globais e abrangentes dos próprios EUA, como o programa “Átomos pela Paz” e por uma substancial queda dos preços de venda de urânio enriquecido (muito provavelmente um *dumping*), visando não apenas desincentivar economicamente as pesquisas de enriquecimento de urânio realizadas de forma independente por alguns países (como a Suécia), como ainda, ao garantir economicamente a compra de urânio estadunidense, este país ganhasse o direito de realizar inspeções políticas nos países clientes.

chefiou uma delegação do governo sueco para uma visita oficial à União Soviética”, na qual, no “comunicado emitido no final da visita, ambas as partes sublinharam o seu interesse em tentar ‘contribuir para uma maior flexibilização internacional e para o desenvolvimento da **cooperação pacífica entre todos os povos, com base nos princípios previstos na Carta das Nações Unidas.**’ (idem, grifos nossos.)

Um outro destaque dado à visita seria o interesse da URSS em estimular a “neutralidade” de todos os países nórdicos, da qual a Suécia não era apenas o mais importante, mas o único restante no momento – ao lado da Finlândia – visto o ingresso de Islândia, Dinamarca e Noruega na OTAN. Um importante jornal estadunidense chegou a manchetar, em 30 de março de 1956: “Premier sueco chega à Soviética; **Moscou exalta neutralidade** para países nórdicos enquanto visitante não promete alianças.” (grifos nossos.)¹⁰⁶

Essas aproximações visavam, de certo modo, superar, ao menos em parte, os antigos receios suecos quanto aos russos, a pressão interna da direita sueca sobre os social-democratas, bem como os complexos casos do desaparecimento de Raoul Wallenberg, em 1945, e do “Catalina”, em 1952. (CARLBÄCK & MOLIN, 2010, p. 13-14)

Nesse contexto, o vizinho de ambos, a Finlândia, tornou-se membro do Conselho Nórdico em 1955 (NORDEN, s/d, sp)¹⁰⁷, se aproximando politicamente da neutra Suécia e das “comprometidas” Noruega, Dinamarca e Islândia, e “recuperou” a base naval de Porkkala, “arrendada” à União Soviética em 1944 por 50 anos no “Armistício de Moscou”, entre 1955 e 1956¹⁰⁸. Esses movimentos finlandeses podiam ser considerados exemplos bastante práticos da natureza pacífica da política externa soviética, o que poderia tranquilizar os suecos eventualmente mais histéricos.

Contudo, essas iniciativas de aproximação entre Suécia e União Soviética foram parcialmente abaladas com os acontecimentos na Hungria em outubro de 1956 (CARLBÄCK & MOLIN, 2010, p. 14). No discurso de Osten Undén na AGNU daquele ano podemos ver palavras pouco diplomáticas contra a URSS, com o sueco

¹⁰⁶ Disponível em: <https://www.nytimes.com/1956/03/30/archives/swedish-premier-arrives-in-soviet-moscow-extols-neutrality-for.html>. Acesso em: 04 fev. 2024.

¹⁰⁷ <https://www.norden.org/en/information/history-nordic-council>

¹⁰⁸ Ver o “Armistice Agreement between the Union of Soviet Socialist Republics and the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland, on the one hand, and Finland on the other”, e seus anexos, de 19 de setembro de 1944. (Disponível em: http://heninen.net/sopimus/1944_e.htm. Acesso em: 03 fev. 2024)

esposando muitas ideias facilmente mais identificáveis com algum emissário dos EUA, como a interpretação de que “a Hungria, do ponto de vista soviético, é considerada parte da zona de segurança que a União Soviética considera ter formado através da **imposição de regimes comunistas** aos Estados fronteiriços” (UNDÉN, 1956, grifos nossos)¹⁰⁹. O representante sueco prossegue lamentando que a URSS aceite o “Titoísmo” na Iugoslávia e o “Golmukismo” (!) na Polônia, mas não tolere o afastamento de “mais alguns passos do [que seria o] único verdadeiro regime Comunista” protagonizado por Nagy na Hungria, chegando a rotular os soviéticos de “falsos”. Inclusive Undén compara as iniciativas húngaras “às democracias da Áustria, da Finlândia, da Suécia e de outros países escandinavos”, e que o governo sueco manifestava “o seu interesse e simpatia relativamente” ao programa de **neutralidade húngara** proposta por Nagy – o que implicava na saída da Hungria do Pacto de Varsóvia: “Continuamos a defender a opinião de que a Hungria, neutralizada como a Áustria, seria um fator de segurança na Europa.” (idem).

Na Suécia, o impacto das ações soviéticas na crise húngara foi particularmente grande na oposição aos social-democratas. Os grupos céticos à ideia de que o governo Kruchev representava uma “distensão” da Guerra Fria pelo lado soviético alegaram que sempre estiveram certos na desconfiança (CARLBÄCK & MOLIN, 2010, p. 14). O fato de a razão para a intervenção soviética ter sido, entre outros, a decisão húngara de abandonar o Pacto de Varsóvia e assumir uma posição neutra foi especialmente impactante do ponto de vista da já neutra Suécia (idem). A decisão húngara, explicou o Primeiro-Ministro Erlander, não implicava um perigo que tivesse de ser evitado. Pelo contrário, argumentou ele, uma Hungria neutra teria sido “um baluarte da paz”. O Ministro dos Negócios Estrangeiros Undén concordou: uma Hungria neutra teria sido “um fator de segurança na Europa” (idem).

A reação sueca aos acontecimentos na Hungria foi um tanto dura, mas de modesta duração. Ainda durante sua estada em Moscou entre março e abril de 1956 (sete meses antes da crise), Erlander convidou Krushev para visitar a Suécia, pretendendo que o secretário-geral soviético visitasse três capitais nórdicas: Estocolmo, Oslo e Copenhague. No Outono de 1958 (dois anos depois da crise), o

109

Disponível

em:

<https://documents.un.org/doc/undoc/gen/nl5/704/37/pdf/nl570437.pdf?token=wxcoCRkAWwALsZpbJw&fe=true>. Acesso em: 04 fev. 2024.

governo sueco, em acordo com os seus homólogos norueguês e dinamarquês, informou o público que uma visita soviética às capitais escandinavas aconteceria no próximo verão. (CARLBÄCK & MOLIN, 2010, p. 14)

Parte da reação pública a esta informação foi bastante controversa tendo, inclusive, os líderes dos partidos políticos mais reacionários se manifestando com veemência contra a visita, alguns dos principais jornais liberais e conservadores exigindo o cancelamento da visita. Alguns protestos e manifestações foram organizados, até que, em 19 de julho de 1959, o Ministério das Relações Exteriores soviético declarou que Krushev cancelara a visita por causa das manifestações antissoviéticas. (CARLBÄCK & MOLIN, 2010, p. 14). Só no verão de 1964 é que a viagem de Krushev à Escandinávia foi concretizada (idem).

Um dos mais ferozes críticos à visita foi Jarl Hjalmarson, do Partido Direitista. O debate chegou a um nível em que, em 27 de julho 1959, o governo sueco anunciou, possivelmente para um aceno à URSS, que não aceitaria a proposta (até então aceita) de enviar Hjalmarson como delegado da Suécia na ONU, no que ficou conhecido como *“Hjalmarsonaffären”* (“Caso Hjalmarson”, em tradução livre). Também num possível aceno aos soviéticos, em 24 de novembro, o primeiro-ministro Erlander, no Riksdag, rejeitou uma maior cooperação de defesa com outros países: “Os preparativos e deliberações para a cooperação militar com membros de uma grande aliança de poder estão, portanto, completamente fora de questão, se quisermos **preservar a confiança na nossa política externa e de defesa**”¹¹⁰ (ERLANDER, 1959, s/p, grifos nossos). Em retrospectiva, contudo, a declaração de Erlander pode ser considerada um tanto enganosa, visto que a Suécia já estava com estreitos contatos com a Noruega, a Dinamarca, a Grã-Bretanha e os EUA relativamente à cooperação militar e/ou à recepção de ajuda em caso de guerra. (SOU 1994:11, p. 307-308)¹¹¹

Sobre as palavras de Erlander no Riksdag em novembro de 1959, destacadas acima, alguns autores as consideram como fundamentais para a compreensão da política externa sueca no período. De certo modo, contra uma formulação clássica da política de neutralidade sueca, baseada numa espécie de liberdade de aliança na paz visando a neutralidade na guerra, as palavras de Erlander chegam a ganhar o

¹¹⁰ Disponível em: https://www.riksdagen.se/sv/dokument-och-lagar/dokument/protokoll/1959---andra-kammaren---nr-27_ek9p27/html/. Acesso em: 05 fev. 2024.

¹¹¹ Disponível em: https://weburn.kb.se/metadata/282/SOU_7265282.htm. Acesso em 10 nov. 2023.

status de uma “fórmula”, “a fórmula de 1959”, de acordo com Robert Dalsjö. (2002, p. 94)

É possível compreender que a confluência de dois assuntos acabou por gerar essa espécie de sintetização da política externa sueca: os já citados “caso Hjalmarson” e o debate sobre a armas nucleares. Contudo, essa ambiguidade entre o esforço em construir uma imagem internacional de “neutralidade e confiança”, presentes no discurso, e as práticas secretas “sobre os preparativos secretos suecos do pós-guerra para a cooperação militar com as potências ocidentais em caso de guerra” (DALSJÖ, 2002, p. 91, tradução livre) é chamada por Dalsjö (2002, p. 92) de “doutrina declaratória”¹¹². Em outro texto Dalsjö (2007, s/p) é mais enfático quanto à “fórmula de 1959”:

Há cerca de 15 anos, foi revelado que a Suécia ostensivamente **neutra ou não-alinhada** não baseou apenas partes da sua política de segurança da Guerra Fria na expectativa de que as potências ocidentais forneceria assistência militar no caso de um ataque soviético. Além disso, o gabinete também autorizou secretamente as autoridades militares a realizarem os preparativos para este evento, e uma série de medidas foram tomadas. Relatórios sensacionais, mas credíveis, neste sentido, feitos por investigadores e jornalistas, desencadearam a nomeação de uma comissão oficial, a Comissão de Política de Neutralidade (CNP). O relatório do CNP confirmou e ampliou muitas das conclusões iniciais. Mostrou que, tal como um castelo medieval, a **fortaleza da neutralidade tinha de fato uma passagem secreta para o exterior**, como uma opção alternativa no caso de a neutralidade falhar. A principal tarefa das forças armadas suecas, caso a Suécia tivesse sido atacada pela União Soviética, teria sido resistir até a chegada de ajuda. As autoridades suecas, com a aprovação do gabinete, empreenderam preparativos para facilitar a recepção de tal assistência e mantiveram laços militares secretos com os seus homólogos ocidentais. [...] Com a Noruega e a Dinamarca, também foram elaborados planos combinados para a coordenação da vigilância aérea em tempo de guerra e para a utilização de sinais e cifras, entre outras coisas.

[...]

A análise da doutrina [de política externa sueca] mostra que o governo [sueco] em 1949 e 1950 fez declarações públicas que pareciam excluir qualquer forma de preparação para a cooperação militar com membros de uma aliança militar de grande potência. [...] a doutrina da década de 1950 pode ser caracterizada como “**não-alinhamento pragmático**”, com o objetivo de manter o país – se possível – fora de uma nova guerra entre as grandes potências. [...]

Em 1959, durante uma disputa política interna sobre a política externa

¹¹² O mesmo autor usa o termo “doutrina declaratória” para nomear dois capítulos de seu livro “*Life-line Lost: The Rise and Fall of 'neutral' Sweden's Secret Reserve Option of Wartime Help from the West*”: o capítulo “3. declaratory doctrine 1949–1969” e o capítulo “4. declaratory doctrine 1970–1989”.

e de segurança, que foi chamada de “caso Hjalmarson”, o governo tornou a doutrina mais restritiva em vários pontos. Não foi apenas o fato de Erlander, em três grandes discursos e num panfleto, ter excluído categoricamente ‘[p]reparações e consultas para cooperação militar com membros de uma aliança militar de grande potência’ como **incompatíveis com a política de neutralidade. A exclusão de tais medidas fez parte de uma transformação mais ampla de uma política pragmática de não-alinhamento para uma política de neutralidade mais programática (alguns poderiam dizer dogmática).** Garantir às potências externas (na realidade, a URSS) que a Suécia aplicaria uma neutralidade estrita em caso de guerra, e manter a ‘credibilidade’ da neutralidade, foram elevados à supremacia¹¹³ (DALSJÖ, 2007, s/p, tradução livre, grifos nossos.)

Por fim, o famoso relatório de 1994 “*OM KRIGET KOMMIT... Förberedelser för mottagande av militärt bistånd 1949-1969*” afirma que em 1960, os EUA planejavam fornecer à Suécia uma garantia de segurança militar (ainda que esta fosse uma discussão mais “interna” aos EUA, de certo modo unilateral e secreta, ou seja, formalmente desconhecida pela Suécia): no caso de um possível ataque soviético, a Suécia seria assistida com meios militares pela OTAN. (SOU, 1994, p. 114)¹¹⁴

Para além destes desenvolvimentos políticos entre os anos de 1955 e 1960, julgamos que outros também mereçam atenção. Um exemplo importante foi o intenso debate sobre o “esquema *Allmän Tilläggspension*” (ou “esquema ATP”, pensão complementar geral, em tradução livre). De acordo com Magnusson (2000, p. 243) “As décadas de 1950 e 1960 representam uma era de ouro da segurança social administrada pelo governo” com o “‘Estado de bem-estar social’ desenvolvido na Suécia” prezando por “um nível mínimo de rendimento, nutrição, saúde, habitação e educação, protegido pelo Estado, que deveria ser garantido a todos [...] como um direito e não como uma questão de caridade.” Várias reformas e iniciativas foram realizadas nesses âmbitos¹¹⁵, inclusive no que tange a direitos trabalhistas, como redução de jornada e aumento de férias, sendo introduzidas “com amplo apoio parlamentar” (MAGNUSSON, 2000, p. 243-244). De acordo com Scobbie (2006, p. xxiv) o “esquema ATP” passa por um referendo em 1957 e é aceito pelo Riksdag, em 1959, por uma “pequena margem”. Assim detalha a autora:

A maioria dos trabalhadores de colarinho branco e profissionais

¹¹³ https://phpisn.ethz.ch/lory1.ethz.ch/collections/coll_sweden/introduction6b9f.html?navinfo=29456

¹¹⁴ https://weburn.kb.se/metadata/282/SOU_7265282.htm

¹¹⁵ “Em 1955”, por exemplo, “foram introduzidos o seguro de saúde obrigatório e uma cobertura de seguro mais abrangente para acidentes de trabalho”. (MAGNUSSON, 2000, p. 243-244; KENT, 2008, p. 279).

subscreveu regimes privados de pensões para complementar a pensão básica fixa do Estado estabelecida em 1947. No início da década de 1950, o Partido Social-Democrata decidiu introduzir um regime complementar obrigatório nacional com fundos de pensões centrais administrados pelo Estado. Isto causou a dissolução da coligação Social-Democrata-Agrária [que durou de outubro de 1951 a outubro de 1957], pois os Agrários opuseram-se ao elemento obrigatório da proposta. Os outros partidos políticos não-socialistas temiam o poder econômico que um fundo central colocaria nas mãos do governo. Um referendo nacional sobre a questão realizado em 1957 foi indeciso, dando ao regime social-democrata apenas 46 por cento dos votos. A Segunda Câmara do Riksdag foi dissolvida e, após as eleições que se seguiram, a Câmara ficou exatamente equilibrada entre os partidos socialistas e não-socialistas. Quando o primeiro-ministro Tage Erlander propôs o seu regime de pensões ligeiramente alterado, um membro do Partido Liberal desertou e a proposta foi aceita (SCOBIE, 2006, p. 6-7)

Para Magnusson (2000, p. 244-245):

Contudo, a proposta sobre pensões complementares (ATP) constituiu um apelo à batalha. Os social-democratas queriam aplicar também aqui a linha da política de bem-estar geral. No entanto, os não-socialistas pressionaram por uma política voluntária em matéria de pensões. Após longas discussões e um referendo em 1957, a proposta apoiada pelo Partido Social-Democrata e pela LO foi finalmente aprovada por um único voto [de diferença]. *O resultado deste conflito sobre as pensões complementares parecia resolver a questão de uma escolha entre uma política de bem-estar seletiva e uma política geral de bem-estar.* A Suécia continuou a aplicar uma política geral de bem-estar até a década de 1970 – pelo menos oficialmente (MAGNUSSON, 2000, p. 244-245)

O tema do “esquema ATP” certamente foi um dos mais conturbados da política externa sueca, encerrando um período de 6 anos de coligação do SAP com o “União dos Agricultores¹¹⁶”, e reiniciando um período em que os social-democratas governaram sem coalização até 1976 (até 1969 com Erlander, e depois com Palme). Também pode ser entendido como um exemplo de política socialista de âmbito interno, tanto pelo que garantia e a quem se direcionava, quanto pelo tipo e nível de oposição que enfrentou.

Também em 1957, mesmo ano do referendo, temos “Em 2 de julho” a constituição da “Scania-Vabis do Brasil S. A.” (SCANIA, 2022, s/p). Como veremos com mais detalhes no capítulo sobre a política externa brasileira, em 1958 é

¹¹⁶ O nome do partido em sueco, *Bondeförbundet*, tem essa tradução um tanto controversa de “União” ou “Liga” ou mesmo “Sindicato dos Agricultores” podendo ser também, dos “Fazendeiros”. No mesmo ano de 1957.

“montado o primeiro Scania de fabricação nacional”, em 1960, “passa a produzir integralmente seus caminhões e ônibus” e, mais adiante, é inaugurada “a fábrica da Scania em São Bernardo (SP) [...] **a primeira unidade industrial para a produção de caminhões, ônibus e motores da Scania fora da Suécia.**” (SCANIA, 2022, s/p, grifos nossos).

Uma interpretação possível para esses fatos é uma curiosa postura tipicamente socialista no âmbito de sua política interna, aumentando os direitos e a qualidade de vida geral dos trabalhadores, criando meios de universalização de pautas antigas dos movimentos sindicais, tudo isso associado a uma postura tipicamente capitalista no âmbito de sua política externa, seguindo, por exemplo, a clássica teoria leninista de que, em certa fase do capitalismo, os países se notabilizam, para além das exportações de mercadorias, para as exportações de capitais. (LENIN, 2021, p. 85)¹¹⁷

Na esteira de iniciativas no âmbito das relações econômicas multilaterais, que já haviam criado a CEE em 1957¹¹⁸ (e que, de certo modo, verá a criação da ALALC em 1960¹¹⁹), a Suécia participa e patrocina a criação da “*European Free Trade Association*” (EFTA, Associação Europeia de Comércio Livre) através da assinatura da “Convenção de Estocolmo”. Segundo o próprio site da EFTA: “A Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA) foi criada por uma Convenção assinada em Estocolmo em 4 de Janeiro de 1960” com o “principal objetivo” de “liberalizar o comércio entre os seus Estados-Membros” (EFTA, s/d, s/p, em tradução livre)¹²⁰. Extraído do próprio texto oficial (atualizado) da convenção, temos:

Convenção que cria a Associação Europeia de Livre-Comércio

A República da Islândia, o Principado do Liechtenstein, o Reino da Noruega e a Confederação Suíça (a seguir designados por “Estados-Membros”);

Tendo em conta a celebração, em 4 de Janeiro de 1960, entre a República da Áustria, o Reino da Dinamarca, o Reino da Noruega, a

¹¹⁷ O capítulo IV de “Imperialismo, estágio superior do capitalismo”, intitulado “A exportação de capital”, se inicia com o célebre parágrafo: “Para o antigo capitalismo, com o pleno domínio da livre concorrência, era típica a exportação de *mercadorias*. Para o capitalismo mais recente, com o domínio do monopólio, tornou-se típica a exportação de *capital*.” (LENIN, 2021, p.85, grifos no original).

¹¹⁸ A Comunidade Econômica Europeia (CEE) foi criada pelo Tratado de Roma, assinado em 25 de março de 1957 e que entrou em vigor em 1 de janeiro de 1958.

¹¹⁹ Uma interpretação que corrobora essa ideia pode ser encontrada em Araújo & Ferrari Filho (2015, p. 101-105).

¹²⁰ Disponível em: <https://www.efta.int/legal-texts/efta-convention/detailed-overview-of-the-ifta-convention>. Acesso em: 08 fev. 2024.

República Portuguesa, o **Reino da Suécia**, a Confederação Suíça e o Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte, da Convenção que cria a Associação Europeia de Comércio Livre (doravante designada por “Convenção”);

Tendo em conta a associação com a República da Finlândia e a sua subsequente adesão em 1 de Janeiro de 1986¹²¹, e as adesões da República da Islândia em 1 de Março de 1970 e do Principado do Liechtenstein em 1 de Setembro de 1991;

Tendo em conta as sucessivas retiradas da Convenção pelo Reino da Dinamarca e pelo Reino Unido em 1 de Janeiro de 1973; a República de Portugal em 1 de Janeiro de 1986; a República da Áustria, a República da Finlândia e **o Reino da Suécia em 1 de Janeiro de 1995** (EFTA, 2021, p.3, tradução livre e grifos nossos).

Entendemos que, no contexto de sua criação, a EFTA apresentava algumas implicações importantes quanto à política externa sueca. Primeiramente, o reforço dos laços econômicos com dois países do “Conselho Nórdico”, Dinamarca e Noruega. Também um reforço de sua aproximação com países integrantes da OTAN: além dos nórdicos mencionados, o Reino Unido e Portugal – este, inclusive, ainda sob o jugo salazarista. Fatos que aproximavam demasiadamente a Suécia do Bloco Capitalista.

Por outro lado, a mesma EFTA pode ser interpretada como uma aproximação também com países que seguiam duas consistentes políticas de neutralidade: a Suíça, de neutralidade praticamente tão antiga quanto a da Suécia, e a Áustria, “neutralizada” no bojo da assinatura do “Tratado do Estado Austríaco”, de 15 de maio de 1955¹²².

Porém, a criação da EFTA, com a Suécia cedendo inclusive o local para a assinatura de sua convenção, pode ser interpretada (com certa contradição) também como um distanciamento do Bloco Capitalista, pois a associação se apresentava como uma objetiva alternativa/recusa à CEE, esta sim muito mais comprometida com o Bloco Capitalista, e intimamente vinculada com a OTAN. Autores como Robert Aman (s/d, p. 08-09)¹²³ chegam a considerar que uma “medida de fortalecimento da confiança da União Soviética por parte da Suécia foi distanciar-se do Ocidente”, “principalmente, [...] rejeitando a ideia de adesão” à CEE.

¹²¹ A Finlândia se tornou “associada” à EFTA em julho de 1961.

¹²² A neutralidade austríaca não está no texto original do tratado, mas foi declarada pelo parlamento em 26 de outubro de 1955, sob o título “*Bundesverfassungsgesetz vom 26. Oktober 1955 über die Neutralität Österreichs.*”. Disponível em: https://www.ris.bka.gv.at/Dokumente/BgblPdf/1955_211_0/1955_211_0.pdf. Acesso em 08 fev. 2024.

¹²³ Disponível em: <https://www.diva-portal.org/smash/get/diva2:6192/FULLTEXT01.pdf>. Acesso em 05 fev. 2024.

A EFTA foi, naquele momento, um dos dois blocos comerciais dominantes que incluíam países declaradamente capitalistas, sendo de certo modo um bloco comercial alternativo para os estados europeus que não podiam e/ou não queriam aderir à CE. Inclusive algumas fontes propõem um “contraste” (às vezes até “oposição”) entre os “*Inner Six*”, da CEE (Bélgica, Países Baixos, Luxemburgo, Itália, França e Alemanha Ocidental) e os “*Outer Seven*” da EFTA (Suécia, Noruega, Dinamarca, Reino Unido, Portugal, Áustria e Suíça).¹²⁴ Ainda que há muita explicitude sobre no que exatamente estes países estariam “dentro” (“*inner*”) ou fora (“*outer*”), uma interpretação possível é o quanto estes países estariam “mais” submissos política e economicamente aos EUA (os “*inners*”) ou menos (os “*outers*”).

Sinteticamente, as relações políticas da Suécia nos primeiros quinze anos pós-Segunda Guerra Mundial sempre pareceram mais próximas dos EUA do que da URSS, e oscilando numa neutralidade que variava entre uma equidistância firme e um apoio envergonhado aos EUA – fosse um apoio aberto e/ou mútuo, fossem ataques à URSS em linha com os ataques promovidos pelos EUA e outros países capitalistas. Parece-nos que a tolerância dos EUA com regimes monárquicos pode ser uma peça importante; a antiga e histórica rivalidade entre suecos e russos outra. Pode não ser desprezível, ainda, o rompimento político causado pela revolução russa no seio dos partidos social-democratas na Europa, progressivamente afastando, por exemplo, os social-democratas suecos, e os bolcheviques russos/soviéticos. Há aspectos relevantes também de certos apoios que os EUA forneciam aos partidos social-democratas europeus, visando coibir eventuais fortalecimentos de Partidos Comunistas – e que a Finlândia é um eloquente exemplo, sendo muito próxima politicamente da URSS, realizando inúmeras reformas típicas dos sociais-democratas, porém governada a maior parte do tempo pelo partido opositor local dos social-democratas, a “Liga Agrária”¹²⁵.

A Suécia também se comportou, sobretudo a partir dos anos 1950, como um

¹²⁴ “Em Dezembro de 1959, a Associação Europeia de Comércio Livre foi criada em Estocolmo e, assim, os esforços do pós-guerra para unir a Europa Ocidental conduziram a uma nova divisão significativa no seu seio: duas áreas distintas de comércio livre estão sendo criadas, praticamente ao mesmo tempo, os “*Inner Six*” centraram-se na França e na Alemanha, os “*Outer Seven*” na Grã-Bretanha e na Escandinávia.” (KITZINGER, 1960, p. 20).

¹²⁵ Membros da Liga Agrária serviram como Primeiros-ministros da Finlândia por quase todos os anos entre 1950 e 1966, e o país teve Urho Kekkonen, do mesmo partido, como presidente do país nos 26 anos entre 1956 e 1982.

típico país capitalista desenvolvido para fora de suas fronteiras¹²⁶, exportando capitais em forma de multinacionais, para países subdesenvolvidos – cujo Brasil talvez seja o mais eloquente dos exemplos.

Porém a Suécia manteve o que julgamos ser uma notável neutralidade, ainda que muitas vezes mais “declaratória” do que exatamente sincera, seja tanto no relativamente modesto recebimento de dinheiro do Plano Marshall (347 milhões de dólares)¹²⁷ (CARRASCO-GALLEGO, 2012, p. 95), quanto em seu não ingresso na OTAN, nem em seu início em 1949, tampouco em suas sucessivas expansões¹²⁸. Ou seja, apresentava-se neutra na teoria e na prática, *de jure* e *de facto*. Se o seu não ingresso na CEE, bem como seu papel na criação da EFTA, merecem notas, também merecem notas os momentos mais ou menos amistosos entre Suécia e URSS, sua relação econômica distante com os países socialistas do COMECON, e seu relativo alheamento às iniciativas de “neutralidade/não-alinhamento” expressamente socialistas e/ou de fora da Europa.

¹²⁶ Outro aspecto tipicamente capitalista da economia sueca é o imenso peso que uma única família, os Wallenberg, teve (e tem) na economia do país ao longo dos anos. Informações apontam que, na década de 1970, as empresas familiares Wallenberg empregavam 40% da força de trabalho industrial da Suécia e representavam 40% do valor total do mercado de ações de Estocolmo (THE ECONOMIST, 2016, s/p). Destacamos ainda que, apesar de grandes empresas privadas, no período por nós analisado, percebe-se que setores econômicos estratégicos como telecomunicações, energia e mineração eram completamente estatais (sendo que estes dois últimos continuam sendo, basicamente).

¹²⁷ Ainda que tenha recebido apenas uma fração dos recursos destinados ao Reino Unido (3297), França (2296), Itália (1204) e Alemanha Ocidental (1448), a Suécia, que permaneceu neutra e “não invadida” na Segunda Guerra Mundial, recebeu apenas um pouco menos recursos que seus vizinhos invadidos Dinamarca (385) e Noruega (372), e bastante mais que a invadida e parcialmente destruída Grécia (366).

¹²⁸ Quando escrevo essas linhas, em fevereiro de 2024, a Suécia e 30 dos 31 membros da OTAN já haviam aprovado o recuo da histórica neutralidade sueca e o ingresso do país na OTAN. Com a Turquia, recém-aprovando esse ingresso, o último país relutante é a Hungria.

2 A FORMAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA “NÃO-ALINHADA” DA IUGOSLÁVIA

“Нек' се сада и над нама
 Буром све разнесе
 Ст[и]јена пуца, дуб се лама,
 Земља нек' се тресе
 Ми стојимо постојано
 Кано клисурине,
 Проклет био издајица
 Своје домовине!”

Trecho do hino nacional da Iugoslávia

A Iugoslávia socialista¹²⁹, às vezes referida como “segunda Iugoslávia”, teve seu surgimento marcado pelas injunções da Segunda Guerra Mundial, e praticamente toda sua existência compelida nos sabores e dissabores das Guerra Fria. Em poucos lugares do mundo as tensões entre os blocos capitalista e socialista foram mais geograficamente didáticas e explícitas que neste país. Em termos sintéticos, a Iugoslávia chegou a fazer fronteira com quatro países integrantes do Pacto de Varsóvia (Albânia¹³⁰, Bulgária, Hungria e Romênia), dois países integrantes da OTAN (Grécia e Itália) e um país neutro (Áustria) (Ver em anexo). E, para uma melhor compreensão da formação da política externa da Iugoslávia adotada entre 1961 e 1964, que nomearemos aqui como “não-alinhada”, abordaremos um pouco os principais processos de sua formação.

2.1 A FORMAÇÃO DA IUGOSLÁVIA

Ainda que a ideia de uma Iugoslávia já tivesse alguma força com os nacionalismos do século XIX, a mesma ganhará a forma de Estado independente apenas no século XX. O que passou a ser amplamente considerado Iugoslávia no século XX iniciou-se, como estado soberano, como o Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos, criado no rescaldo da Primeira Guerra Mundial sob a influência das ideias nacionalistas anteriormente citadas e apoiadas pelas ideias de

¹²⁹ A Iugoslávia socialista possuiu dois nomes oficiais, a “República Popular Federal da Iugoslávia” entre 1945 e 1963, e “República Socialista Federativa da Iugoslávia” entre 1963 e 1992.

¹³⁰ Depois dos “cismas” entre Albânia e URSS em 1961 e 1968, a primeira deixou “formalmente” o bloco socialista liderado pela URSS, saindo tanto do Pacto de Varsóvia quanto do COMECON.

“autodeterminação dos povos” presentes nos “Quatorze Pontos” do presidente dos Estados Unidos Woodrow Wilson e pela política de “cordão sanitário” contra a então Rússia soviética.

O novo país, parcialmente produto da dissolução dos impérios Austro-húngaro e Otomano, se organizou fortemente em torno do Reino da Sérvia, surgindo com uma capital sérvia (Belgrado) e com uma família real sérvia (os Karadjordjević¹³¹). Ao longo da história da Iugoslávia uma das questões mais prementes foi justamente o tamanho e a qualidade da influência dos sérvios no país como um todo.

Em 1929 o rei Alexandre dá um golpe de Estado (o golpe de 6 de janeiro) e muda o nome do país para Reino da Iugoslávia. Para além da tensão citada acerca da influência sérvia especificamente, outras tensões que marcaram sua história foram, ao menos, duas: maior ou menor “centralização” do Estado, e, portanto, menor ou maior independência para as unidades políticas que compunham o país (no caso do Reino da Iugoslávia, as províncias); e maior ou menor sentimento “iugoslavo” como nação, e, portanto, menor ou maior relevância das nacionalidades integrantes do país (sérvios, croatas, eslovenos, bósnios, montenegrinos, macedônicos principalmente, mas também húngaros, albaneses etc.).

O golpe do Rei Alexandre, marcado por um momento de maior centralização do poder e intenções “supranacionais” (como atesta a mudança do nome oficial do país, de uma citação “extensiva” das nacionalidades para a “nova” nacionalidade comum iugoslava) veio seguido se um momento de menor centralização ao decorrer dos anos 1930. Porém, julgamos importante frisarmos a data: é a partir de 1929 que o país passa a ser oficialmente a Iugoslávia.

Durante os anos 1930 o país será governado por forças de direita, inclusive pelo partido fascista local, o “União Iugoslava Radical” (JRZ no original de “*Jugoslovenska radikalna zajednica*”). Após as instabilidades do início dos anos 1940, que resultarão em momentos como a assinatura do “Pacto Tripartite” entre a Iugoslávia e as potências do Eixo em 25 de março de 1941, como o golpe de estado de dois dias depois em 27 de março 1941 que depôs o então príncipe regente Paulo¹³², têm-se a assinatura do pacto de não-agressão com a URSS em 5 de abril de 1941, e, finalmente, a invasão do país por parte do Eixo em 6 de abril de 1941.

¹³¹ Karađorđević em alfabeto latino, com os diacríticos específicos, e Карађорђевић em cirílico.

¹³² Uma curiosidade histórica: a Iugoslávia também realizou um “golpe da maioria” contra um regime regencial para entronizar um Pedro II filho de um Pedro “primeiro”. Dentre as diferenças entre

Essa invasão é, para efeitos práticos, o fim do Reino da Iugoslávia, cujo governo e a família real irão para o exílio, e o território será ocupado e dividido entre os invasores (Alemanha, Itália e Hungria) passando a abrigar estados fantoche pró-Eixo.

2.2 A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E A FORMAÇÃO DA NOVA IUGOSLÁVIA

Grosso modo podemos afirmar que se sobressaem, após a invasão do Eixo e a fuga do governo, basicamente três grandes forças políticas no território iugoslavo: os colaboracionistas (com destaque para os Ustachas¹³³ croatas, cuja figura de destaque será Ante Pavelich), a resistência pró-monarquista e circunstancialmente colaboracionista (com destaque para os Chetniks, cuja figura de destaque será Draza Mihailovich) e a resistência republicana e comunista (com destaque para os Partisans, cuja figura de destaque será Josip Broz Tito).

Enquanto os Ustachas receberam do Eixo um estado croata próprio, o “Estado Independente da Croácia” (em croata *Nezavisna Država Hrvatska*, NDH), a resistência entre Chetniks e Partizans foi renhida. Enquanto os Chetniks eram compostos basicamente por sérvios ligados ao exército real derrotado, os Partisans tinham origem variada (ainda que Tito fosse croata) e uma importante experiência de guerrilha, tendo alguns nomes recebido treinamento na URSS e/ou participado da Guerra Civil espanhola.

Os Partisans eram basicamente o braço armado do Partido Comunista da Iugoslávia (KPJ, do croata “Komunistička partija Jugoslavije”) e suas ações iniciaram, efetivamente, após a invasão da Alemanha contra a União Soviética em junho de 1941.

À medida que o tempo foi passando e os Partisans foram emendando vitórias militares e fortalecimento político, os mesmos foram ganhando primazia sobre os Chetniks tanto interna quanto externamente.

Em 26 de novembro de 1942, na cidade de Bihac (Bósnia e Herzegovina), foi estabelecido o “Conselho Antifascista para a Libertação Nacional da Iugoslávia” (AVNOJ do croata “*Antifašističko vijeće/veće narodnog oslobođenja Jugoslavije*”),

o caso iugoslavo e brasileiro está a idade do adolescente considerado maior: Pedro II Karadjordjević tinha 17 anos, não 15.

¹³³ “*Ustaše*” originalmente.

órgão político de caráter mais legislativo, com 77 assentos e presidido por Ivan Ribar, que começa a se formar no seio da luta militar Partisan.

O AVNOJ se reuniria novamente na cidade Jajce (também na Bósnia) em 29 de novembro 1943 (com 303 assentos), e em Belgrado entre 7 e 26 de agosto 1945, logo após o fim da guerra na Europa (com 357 assentos). Entre essas duas últimas sessões, e eleito pela segunda, funcionou seu órgão executivo provisório, chamado Comitê Nacional para a Libertação da Iugoslávia (NKOJ, de “*Nacionalni komitet oslobođenja Jugoslavije*”). O NKOJ recebia autoridade normalmente exercida por “gabinetes” e, enquanto Tito era o presidente do comitê, as presidências das sessões do AVNOJ foram de Ivan Ribar. A segunda sessão do AVNOJ é considerada um verdadeiro marco (ao ponto de ter sua data expressa no “brasão de armas” do país após a Segunda Guerra) (ver em anexo) e, além de proclamar-se o novo corpo legislativo da Iugoslávia, decidiu que a mesma deveria ser um estado federal multiétnico e renomeou o país, agora chamado Iugoslávia Federal Democrática (*Demokratska Federativna Jugoslavija*).

Se havia dúvidas, especialmente entre os aliados anglófonos, entre quais das duas resistências apoiar na Iugoslávia, os Chetniks ou os Partisans, as vitórias militares e a organização política dos Partisans tinham desfeito-as após a segunda sessão do AVNOJ. Apenas alguns dias após a segunda sessão, os Aliados reconheceram, na Conferência de Teerã, os Partisans como a principal resistência, a Iugoslávia Federal Democrática como uma força aliada, e o AVNOJ como seu órgão deliberativo, e diminuindo a ajuda aos Chetniks¹³⁴.

Churchill tinha forte ascendência sobre o governo iugoslavo no exílio. Por insistência do primeiro-ministro britânico, o governo no exílio liderado por Ivan Šubašić e o NKOJ liderado por Tito assinaram o Tratado de Vis em 16 de junho de 1944. Neste momento o governo no exílio reconheceu o AVNOJ em troca da promessa do NKOJ de adiar, até depois da guerra, a decisão sobre a constituição da Iugoslávia, especialmente quanto às questões relativas ao “estado unitário ou federal” e, sobretudo, se o país seria “monarquia ou república”.

Belgrado, a capital da Iugoslávia, foi libertada com a ajuda do Exército Vermelho Soviético em outubro de 1944, e a formação de um novo governo iugoslavo foi adiada até 2 de novembro de 1944, após Tito e Šubašić concluírem

¹³⁴ Importante frisar que já havia certa desconfiança dos aliados com os Chetniks em função de reiterados episódios de colaboracionismo.

outro acordo, em 1 de novembro na própria Belgrado, com este último confirmando o AVNOJ como órgão legislativo da Iugoslávia e concordando em formar um novo governo provisório de 18 pessoas: seis dos membros viriam do governo no exílio e doze seriam membros do NKOJ. Os acordos também previam as eventuais eleições do pós-guerra que determinariam o futuro sistema de governo e a economia do Estado.

Esses dois acordos entre Tito e Šubašić, assinados em Vis e em Belgrado em 1944, tiveram como desfecho o estabelecimento do “Governo Provisório da Iugoslávia Federal Democrática” em 7 de março de 1945, fundindo o governo no exílio e o NKOJ, com Tito tornando-se assim o primeiro-ministro e Šubašić o Ministro das Relações Exteriores (RAMET, 2006, p. 158). Notemos que o nome então em uso, Iugoslávia Federal Democrática, já informa o caráter “federal” e “democrático” no “novo” país, mas deixa em aberto o caráter monárquico ou republicano.

Em reconhecimento ao novo governo iugoslavo, embaixadores britânicos, soviéticos e estadunidenses foram enviados a Belgrado na segunda quinzena de março de 1945 (ROBERTS, 1973, p. 317-318).

A terceira sessão do AVNOJ foi realizada em Belgrado entre 7 e 26 de agosto de 1945 como parte da preparação para a Assembleia Constituinte. A eleição parlamentar foi realizada em 11 de novembro e a Assembleia Constituinte foi convocada em 29 de novembro de 1945. A Assembleia passou a ratificar as decisões anteriormente tomadas pelo AVNOJ.

Ao decorrer do ano de 1945, com o grande prestígio dos comunistas no pós-guerra, a “ala não comunista” do governo, foi saindo do mesmo. Três dos principais nomes, Šubašić, Juraj Šutej (ministro sem pasta) e Milan Grol (vice-primeiro-ministro), renunciaram de seus cargos entre agosto (Grol) em outubro (os demais). (CALIC, 2019, p. 162-163; ROBERTS, 1973, p. 317).

As eleições de 11 de novembro permitiram a “Frente Popular¹³⁵” governante, dominada pelo Partido Comunista da Iugoslávia, conquistar oficialmente 90,48% dos

¹³⁵ A Frente Unitária de Libertação Nacional (em servo-croata *Jedinstveni narodnooslobodilački front*, JNOF) também referida como Frente de Libertação Nacional ou Frente de Libertação Popular protagonizou o movimento antifascista na Iugoslávia durante a guerra. Era liderada pelo Partido Comunista da Iugoslávia e unia os partidos políticos e indivíduos do espectro político republicano, federalista e de esquerda durante a ocupação pelo eixo. A Frente servia de apoio político aos Partisans iugoslavos. Em 1945, com os Partisans vencendo a guerra, a Frente Unitária de Libertação Popular foi reorganizada e renomeada como Frente Popular da Iugoslávia (*Narodni Front*, NOF). Sob este nome, a Frente venceu as eleições pós-guerra, após o que logo foi renomeada para Aliança Socialista dos Trabalhadores da Iugoslávia (*Socijalistički savez radnog naroda Jugoslavije*, SSRNJ).

votos, com participação de 88,57% dos eleitores (BANAC, 1988, p.18) e reforçar o domínio político dos comunistas no país.

Em 29 de novembro de 1945, no segundo aniversário da Segunda Sessão do AVNOJ, a Assembleia Constituinte da Iugoslávia aboliu formalmente a monarquia e declarou o estado uma república. O nome oficial do país tornou-se “República Popular Federal¹³⁶ da Iugoslávia” (RPF Iugoslávia, ou RPFI), constituído por seis estados federados, que também se tornaram “Repúblicas Populares” (RAMET, 2006, p.; LAMPE, 2000, p. 233). Eram esses estados federados a Sérvia, a Croácia, a Eslovênia, a Bósnia-Herzegovina, a Macedônia e o Montenegro. Ainda compunham a federação, porém num status inferior e subordinado à Sérvia, as Províncias Autônomas da Voivodna e do Kosovo.

2.3 POLÍTICA EXTERNA DA IUGOSLÁVIA SOCIALISTA ENTRE 1945 E 1948

Aceitando a data da segunda sessão da AVNOJ, em 29 de novembro de 1943, como início dessa nova Iugoslávia, democrática e federal (e, por que não, republicana e socialista, vide os desdobramentos políticos), teremos à partir de então uma política externa bastante protagonizada pela figura de Tito. É Tito quem já articulava guerrilheiros iugoslavos para a Guerra Civil Espanhola em 1936, e também é Tito quem já fazia articulações internacionais entre a Comintern, o PCUS e o KPJ.

Já durante a guerra, além de liderar a guerrilha Partisan, Tito chega a se encontrar pessoalmente com Stálin e com Churchill¹³⁷. E nesses encontros, além de negociar apoio dos aliados aos guerrilheiros, Tito já inicia as articulações do novo Estado. É nesse contexto que ele, como líder do NKOJ, se encontra com Šubašić, líder do governo no exílio, para formalizarem os “reconhecimentos recíprocos” entre si e sob os auspícios dos aliados.

Como já exposto, é nesse contexto que se forma um governo provisório em março de 1945, com Tito como chefe de governo e Šubašić como ministro das

¹³⁶ Há uma questão importante quanto à nomenclatura oficial do país neste momento e em momento posterior. O primeiro nome republicano da Iugoslávia em servo-croata é “*Federativna Narodna Republika Jugoslavija*”. Porém as traduções para o termo “*Federativna*” variam entre “Federal” e “Federativa”. Seguindo uma convenção um tanto precária e não escrita, porém razoável, utilizaremos o termo Federal quando nos referirmos à “República Popular” e “Federativa” quando nos referirmos à “República Socialista”.

¹³⁷ Tito, inclusive, está presente na URSS durante a “Quarta Conferência de Moscou”, realizada de 9 a 19 de outubro de 1944, entre Stálin e Churchill.

relações exteriores¹³⁸. Mas, à medida que os comunistas se mostram hegemônicos não apenas na própria Iugoslávia (como demonstram a vitória militar dos Partisans e a vitória eleitoral nas eleições de novembro) e em todos os países vizinhos (com maior ou menor grau de auxílio do Exército Vermelho) as condições para os não comunistas ficam complicadas e Šubašić deixa o governo em 8 de outubro.

Após um intervalo de quatro meses, em que Tito acumula o cargo de primeiro-ministro e de ministro das relações exteriores, um novo governo assume em 2 de fevereiro de 1946, desta vez com Stanoje Simich como ministro das relações exteriores. Com experiência como embaixador na URSS (entre 1943 e 1945) e nos EUA (entre 1945 e 1946), e tendo assinado a carta da ONU em nome da Iugoslávia, Simich ficará no cargo até 31 de agosto de 1948.

Nesse período, entre 1945 e 1948, na Europa em geral, nos Balcãs em particular e na Iugoslávia especialmente, há a consolidação das linhas políticas, econômicas e ideológicas que irão conformar a Guerra Fria. Teremos os estabelecimentos das divisões de Alemanha e Áustria, dos blocos “ocidental” de governos capitalistas, “oriental” de governos socialistas, e a Guerra Civil Grega nessa encruzilhada.

A “Constituição da República Popular Federal da Iugoslávia” é adotada pela Assembleia Constituinte da Iugoslávia, eleita em 11 de novembro de 1945, e entra em vigor a partir de sua promulgação, em 31 de janeiro de 1946. Essa constituição – bastante inspirada na constituição da URSS de 1936 -, a proximidade política entre o KPJ e o PCUS, a proximidade pessoal entre Tito e Stalin, e alguns dos primeiros atos do governo Tito, tornam este um período que pode ser qualificado como de forte proximidade entre Iugoslávia e URSS. Portanto, percebe-se certa “harmonia” entre as políticas externas de Iugoslávia e URSS como, de certo modo – especialmente por iniciativa da URSS – uma certa harmonia em todas as políticas externas das chamadas “Nações Unidas”, recentemente reunidas na organização homônima.

Como exemplos dessa proximidade entre KPJ e PCUS, está tanto a assinatura do “Tratado de Amizade e Cooperação” entre Iugoslávia e URSS ainda em 11 de abril de 1945¹³⁹, quanto o relativamente rápido reconhecimento da nova

¹³⁸ Ver gabinete.

¹³⁹ A Iugoslávia, no imediato pós-guerra, assinou “tratados de amizade e assistência mútua” com quase todos os estados do Leste Europeu.

Iugoslávia socialista pela União Soviética em 19 de dezembro de 1945. Citamos ainda a criação do "Escritório de Informação dos Partidos Comunistas e Operários" (também chamado de Cominform) em conjunto com outros sete partidos comunistas europeus¹⁴⁰, entre setembro e outubro de 1947¹⁴¹, após os desenvolvimentos das discussões acerca do Plano Marshall, bem como a escolha de Belgrado para a sede do Cominform¹⁴².

Do ponto de vista mais interno, tivemos nos primeiros anos do pós-guerra a implementação de um plano quinquenal um tanto ao "estilo soviético", com a eletrificação do campo e o desenvolvimento da indústria de base, a "nacionalização" de fábricas e a reconstrução do país por meio de trabalho voluntário em massa. A economia passava a ser organizada com aspectos de uma economia socialista planejada e de um tipo de "economia socialista de mercado", especialmente quando, anos depois, se estabelecerá ainda mais firmemente a chamada "autogestão socialista" das empresas.

Porém, globalmente, essa espécie de "harmonia internacional" que apontamos anteriormente passa a se desfazer por ações de ingleses e estadunidenses. A sequência frenética simbolizada pelo "longo Telegrama" de George Kennan (22 de fevereiro de 1946), pelo discurso de Churchill em Fulton (5 de março de 1946), propondo a "cortina de ferro", o discurso de Harry Truman no Congresso em 12 de março de 1947 inaugurando a "Doutrina Truman", a publicação na Foreign Affairs do "Artigo X", novamente por Kennan (em julho de 1947), os desenvolvimentos do conflito grego, e o Plano Marshall (3 de abril de 1948) serão escaladas na destruição de qualquer harmonia possível, e a declaração de uma guerra mundial praticamente eminente. Inclusive, uma "guerra quente", porém que terminará por ser "fria", especialmente pela conjunção entre a exagerada temperança dos líderes soviéticos (especialmente Stálin) e o teste bem-sucedido da primeira bomba atômica soviética em 29 de agosto de 1949.

Especificamente entre URSS e Iugoslávia alguns eventos denotam também certa "desarmonia", já indicando que a ideia de um "bloco socialista monolítico" oscilava entre o engano e a inverdade.

¹⁴⁰ Partido Comunista Búlgaro, Partido Comunista da Tchecoslováquia, Partido Comunista Húngaro, Partido dos Trabalhadores Poloneses, Partido Comunista Romeno, Partido Comunista Francês e Partido Comunista Italiano.

¹⁴¹ O Cominform foi oficialmente estabelecido em 5 de outubro de 1947.

¹⁴² Vojin Majstorović chegou a considerar esse período como o "zênite das relações iugoslavo-soviéticas" (MAJSTOROVIC, 2010, p. 145).

De forma geral, nos dois primeiros anos que se seguiram à guerra, as relações entre a liderança iugoslava e a liderança soviética (esta última, que durante esse período, procurava “acomodar” as demandas dos aliados ocidentais da URSS na Europa) não estavam totalmente livres de divergências em várias questões, como: as reivindicações territoriais da Iugoslávia sobre o “Território Livre de Trieste” em face a Itália e a parte da Caríntia da Áustria povoada por “eslovenos da Caríntia”; os esforços de Tito para desempenhar um papel de liderança nos Balcãs (especialmente nas relações com a Albânia e com a Bulgária), bem como sobre a relutância de Stalin em apoiar decisivamente os comunistas gregos na Guerra Civil Grega, que eram ativamente apoiados por Iugoslávia, Bulgária e Albânia.

Ou seja, podem-se destacar cinco pontos principais da formação da política externa da Iugoslávia e de tensão entre Iugoslávia e URSS: os interesses territoriais iugoslavos acerca da Caríntia (em face a Áustria) e de Trieste (em face a Itália); as relações intensas entre Iugoslávia e Albânia (visando, talvez, uma incorporação desta como ente federado daquela); as possibilidades de federação entre Iugoslávia e Bulgária; e, talvez sobretudo, o apoio da Iugoslávia aos comunistas na guerra civil grega.

2.3.1 Trieste e Caríntia

Após a guerra, a Iugoslávia teve problemas de fronteiras não resolvidos com a Itália e com a Áustria, inclusive unidades do exército iugoslavo entraram em território austríaco, do qual tiveram que se retirar posteriormente. Ambas as questões envolviam o delicado equilíbrio que a URSS tentava estabelecer junto ao Reino Unido e aos EUA, respeitando acordos e entendimentos estabelecidos nas conferências de Teerã, Moscou, Ialta e Potsdam – mas nem sempre endossados pelo novo governo iugoslavo.

Alguns primeiros desentendimentos entre Stalin e Tito começaram antes do fim da Segunda Guerra Mundial. Em 10 de janeiro de 1945, Stalin teria chamado a política externa da Iugoslávia de irracional por causa de suas reivindicações territoriais contra seus vizinhos, incluindo Hungria, e sobretudo Áustria e o “Território Livre de Trieste”, que havia sido criado no território italiano de pré-guerra. Tito então fez, em 27 de maio, um discurso criticando a URSS por não apoiar suas demandas territoriais (RAMET, 2006, p.176):

“Nosso objetivo é que cada homem seja o mestre em sua própria casa. Não vamos pagar o saldo da conta alheia, não vamos servir de mesada no câmbio de ninguém. Não vamos permitir que nos enredemos em esferas de interesse político. Por que se deve acusar nossos povos de quererem ser completamente independentes? E por que essa autonomia deveria ser restringida, ou objeto de disputa? Nós nunca mais seremos dependentes de ninguém (RAMET, 2006, p.176, em tradução livre).

O fato é que de 1 a 2 de maio de 1945, o exército iugoslavo, durante batalhas bem-sucedidas na costa do Adriático, conseguiu capturar a cidade de Trieste. A situação que surgiu poderia levar a um confronto militar entre os iugoslavos e as tropas anglo-americanas que também avançavam para a região. A situação era complicada também pelo fato de que a URSS e a Iugoslávia já estavam vinculadas pelo acordo de amizade, cooperação e assistência mútua de 11 de abril.

As diplomacias inglesa e estadunidense tentaram negociar com os iugoslavos a retirada de suas tropas da zona ocupada, incluindo Trieste. Estes últimos, no entanto, estavam prontos para dar aos aliados apenas o porto de Trieste e algumas comunicações, não querendo retirar seu exército e sua administração da região.

Não conseguindo alcançar um resultado vantajoso para eles, estadunidenses e ingleses passaram a agir diretamente em nível de governo. Uma nota foi enviada ao governo iugoslavo, que não falava necessariamente da retirada das tropas de Trieste, mas da cooperação das tropas iugoslavas com o comando aliado na organização do controle sob a liderança dos anglo-americanos. Ao mesmo tempo, os Estados Unidos e o Reino Unido informaram a URSS de suas notas, deixando claro que consideravam a URSS como uma espécie de "patrono" dos líderes iugoslavos. Tito respondeu negativamente à nota dos Aliados, afirmando, em particular, ao secretário da embaixada soviética em Belgrado, que não desistiria de Trieste em nenhuma circunstância.

Em resposta a isso, uma diretiva de Moscou argumentava com a liderança iugoslava em um compromisso com os aliados ocidentais. Em particular, Stalin chamou a atenção de Tito argumentando que os iugoslavos deveriam fazer concessões: concordar com o estabelecimento do controle pelos aliados em Trieste e no território adjacente à cidade, mas sujeito à preservação da presença militar iugoslava na zona disputada. Sob pressão de Moscou, Tito teria decidido fazer concessões.

No entanto, naquela época, Stalin ainda explicitava para os governos dos Estados Unidos e do Reino Unido que estava apoiando os iugoslavos. Em carta a Truman, ele observou que estes últimos teriam direito legítimo a reivindicações territoriais, dada a contribuição que deram para a derrota da Alemanha nazista.

Como resultado, em 9 de junho de 1945, um acordo foi assinado em Belgrado pelos embaixadores dos Estados Unidos, Reino Unido e o Ministro das Relações Exteriores da Iugoslávia. Este acordo implicou condições ainda mais rigorosas para a divisão em zonas de ocupação de Trieste. A parte ocidental deste território passou sob o controle total da administração militar aliada, e os iugoslavos permaneceram apenas na zona oriental. Assim, a URSS, evitando entrar em conflito com o Ocidente, mas não condenando totalmente as reivindicações territoriais de Belgrado à Itália, evitou um agravamento da situação.

Porém teria preocupado os soviéticos a recusa da liderança iugoslava em assinar um tratado de paz com a Itália, segundo o qual a Iugoslávia receberia o território da chamada “Veneza Julia”, o que não satisfazia os requisitos dos iugoslavos para dividir o território ocupado da região de Trieste. Moscou, no início de fevereiro de 1947, informou a Belgrado que se os líderes iugoslavos se recusassem a assinar um tratado de paz, isso poderia ser usado pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido para prolongar a presença de suas tropas na Itália, e que os territórios pertencentes à Iugoslávia poderiam ser saqueados.

Como resultado, os iugoslavos, sob pressão de Moscou, em 10 de fevereiro de 1947, juntamente com as potências aliadas, assinaram “Tratado de Paz com a Itália” (um dos “Tratados de Paz de Paris”). O tratado estabeleceu o “Território Livre de Trieste”, que existiu até 1954, quando foi dissolvido, tendo parte de seu território (incluindo a cidade portuária de Trieste) sendo absorvida pela Itália, e outra parte (a maior) pela Iugoslávia. As possibilidades da Iugoslávia obter Trieste se enfraqueceram muito após o “Cisma Tito-Stalin”, quando a URSS deixou de apoiar a Iugoslávia, abrindo caminho para a incorporação de Trieste à Itália.

Da mesma forma, de acordo com seus eventuais próprios interesses e acordos com as potências ocidentais, a URSS se comportou em relação a outras reivindicações territoriais da Iugoslávia aos países vizinhos. A Iugoslávia também expressava o desejo de incorporar parte da província austríaca da Caríntia, cuja população era predominantemente eslovena. A região chegou a pertencer à

Iugoslávia após a Primeira Guerra Mundial, mas depois de um plebiscito realizado lá, passou para a Áustria.

Em princípio, a URSS estava possivelmente interessada em manter certa influência no sul da Áustria ocupada, entendendo ser vantajoso estar mais diretamente próxima da Iugoslávia do que os britânicos e estadunidenses. No entanto, estavam nos planos de Londres para a ocupação da Áustria tanto a Estíria quanto a Caríntia, que eram territórios economicamente desenvolvidos. Por isso, como no caso de Trieste, os aliados anglófonos se manifestaram categoricamente contra qualquer presença iugoslava em território austríaco e ameaçaram medidas bastante extremas caso as tropas iugoslavas ocupassem no território da Caríntia. A URSS, por sua vez, reconhecia as reivindicações da Iugoslávia ao território do sul da Áustria, mas excluía “métodos militares” para resolver o problema.

No verão europeu de 1947, os iugoslavos iniciaram negociações independentes com os britânicos sobre a questão da Caríntia – um tanto a contragosto de Moscou. Aproveitando-se da independência da Iugoslávia para resolver o problema da anexação da região austríaca como desculpa, Moscou anunciou que não continuaria a apoiar as demandas iugoslavas na Caríntia. Essa questão também sofreu os efeitos do “Cisma Tito-Stálin” e, com o “Tratado do Estado Austríaco” de 1955, a Áustria foi desocupada e reunificada, permanecendo com toda a Caríntia.

2.3.2 Grécia

A situação grega pós-guerra é bastante *sui generis*. O país, que teve um governo exilado, e que foi libertado da ocupação nazista fundamentalmente pelos guerrilheiros comunistas, estava sob a ameaça do retorno do governo no exílio e da família real – que se efetivaria em outubro de 1944. Enquanto seus vizinhos ao norte se convertiam em repúblicas lideradas por partidos comunistas, a Grécia estava em vias de não compartilhar o mesmo destino. E as forças em disputa entraram em uma guerra civil, que já se anunciava entre 1943 e 1944, mas ganha contornos ainda mais intensos em 1946, considerado amplamente o início da chamada “Guerra Civil Grega”.

Os britânicos e os estadunidenses estavam particularmente envolvidos com a situação tanto antes quanto após a eclosão. Temendo a crescente influência sobre a situação na Grécia (assistência aos guerrilheiros comunistas do Exército Democrático da Grécia) da Albânia, Bulgária e Iugoslávia, bem como a pressão da diplomacia soviética sobre o regime dominante na Turquia, Harry Truman dirigiu-se ao Congresso dos EUA com um programa para alocar fundos para apoiar os regimes governantes grego e turco. As principais teses desse programa foram chamadas de “Doutrina Truman”, segundo a qual os Estados Unidos poderiam interferir nos assuntos internos de qualquer país para “ajudar os países livres a se livrarem da influência dos regimes totalitários em suas políticas”.

Conforme anunciado pelo presidente dos EUA ao Congresso de seu país em março de 1947, o Reino Unido não podia mais garantir o que se entendia por estabilidade econômica e segurança militar e política da Grécia e da Turquia. O Reino Unido pretendia se retirar também da Birmânia, Índia, Egito e Palestina. A Doutrina Truman, portanto, pode também ser compreendida como uma resposta estadunidense às decisões britânicas e de certo modo associada à atividade da política externa iugoslava auxiliando os guerrilheiros comunistas na Grécia.

No outono europeu de 1947, os Estados Unidos e o Reino Unido permaneciam amedrontados com a assistência ativa da Iugoslávia (com armas, recursos e pessoal) aos comunistas gregos. A criação de um “Governo Democrático Provisório” (PDK¹⁴³) comunista da Grécia, contando com seu reconhecimento por Belgrado, Tirana, Sofia e, possivelmente, Moscou, e o anúncio disso no rádio em Belgrado foi percebido em Washington como uma ameaça de intervenção militar da Iugoslávia ao lado dos guerrilheiros gregos.

Os Estados Unidos condenaram na ONU a criação do PDK, iniciando também a consideração no Congresso para a participação de suas forças armadas ao lado do governo grego e uma possível reação a tais medidas em Moscou. Os estadunidenses consideravam a Iugoslávia a principal culpada da crise nos Balcãs. Washington também parecia estar preocupada com a criação, na Europa Oriental, de uma aliança de estados com regimes “pró-soviéticos”, especialmente

¹⁴³ Do grego “Προσωρινή Δημοκρατική Κυβέρνηση”, transliterado como “Prosoriní Dimokratikí Kyvérnisi”.

após o “Acordo de Bled”¹⁴⁴ de 1 de agosto de 1947 e o discurso de Dimitrov em 17 de janeiro de 1948 sobre a criação de uma federação de países da Europa Central e do Sudeste, com a inclusão das potências balcânicas e do Danúbio, bem como da Polônia, Tchecoslováquia e Grécia (VUCINICH, p. 208).

O apoio iugoslavo aos guerrilheiros gregos também sofrerá com o “Cisma Tito-Stalin” (SERVICE, 2007, p. 266-268), que não apenas gerou certa confusão ideológica entre os comunistas gregos como, a Iugoslávia, rompida com seus principais parceiros políticos e econômicos, acabou se virando para suas novas necessidades. A Guerra Civil, sem o apoio decidido da URSS ou da Iugoslávia aos comunistas, mas com permanente e crescente apoio dos EUA aos monarquistas, chegou ao fim em outubro de 1949 com a vitória destes últimos.

2.3.3 Albânia

As relações entre a Albânia e a Iugoslávia, ainda que tenham tido períodos ocasionais de relações amistosas ou de esforços para melhorar essas relações, se mantiveram predominantemente frias ou abertamente hostis. O período de relações mais estreitas se deu logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, quando a Iugoslávia chegou a articular certa integração socioeconômica com a Albânia, envolvendo inclusive a questão do Kosovo, região iugoslava com grande contingente albanês.

Segundo Zickel e Iwaskiw (1994, p.40-41):

Em julho de 1946, a Iugoslávia e a Albânia assinaram um tratado de amizade e cooperação que foi rapidamente seguido por uma série de acordos técnicos e econômicos que estabeleceram as bases para a integração das economias albanesa e iugoslava. Os pactos previam a coordenação dos planos econômicos de ambos os estados, padronizando seus sistemas monetários e criando um sistema comum de preços e uma união aduaneira. Tão próximo era o relacionamento iugoslavo-albanês que o servo-croata se tornou uma disciplina

¹⁴⁴ “A Embaixada concorda que a Federação dos Bálcãs sob dominação comunista há muito tempo é o conceito comunista internacional de organização política nessa área, particularmente após a formulação concreta desse conceito no Quinto Congresso Comintern de 1924. [...] Em 27 de novembro de 1947, o marechal Tito e o primeiro-ministro búlgaro Dimitrov assinaram um Tratado Iugoslavo-Búlgaro de Amizade, Cooperação e Assistência Mútua em Evksinograd (Euxinograd) perto de Varna, Bulgária. O tratado formalizou os termos de um acordo alcançado na conferência Tito-Dimitrov em Bled, Iugoslávia, em agosto de 1947. A imprensa iugoslava e búlgara indicou que o tratado foi um precursor de uma federação dos dois países. Tratados semelhantes de amizade, cooperação e assistência mútua foram concluídos em janeiro de 1948 entre a Bulgária e a Romênia e entre a Romênia e a Hungria.” (SMITH, 1948, s/p, em tradução livre).

obrigatória nas escolas secundárias albanesas. [...] Tirana estava desesperada por ajuda externa, e cerca de 20.000 toneladas de grãos iugoslavos ajudaram a evitar a fome (ZICKEL & IWASKIW, 1994, p.40-41, em tradução livre).

A proximidade geográfica se tornou também proximidade econômica, com incremento das relações comerciais entre os dois países e vários investimentos iugoslavos na Albânia em minas, fábricas e infraestruturas. A Iugoslávia também representou a Albânia durante sua presença no Cominform, e ambos, vizinhos da Grécia, forneciam ajuda e retaguarda aos comunistas gregos durante a Guerra Civil.

Talvez o auge dessa relação se deu entre fevereiro e março de 1948, quando se ventilou fortemente a ideia de fusão das economias e das forças armadas albanesas e iugoslavas, chegando-se até propor-se a admissão da Albânia como uma sétima república iugoslava.

Porém essa relação se transformou em forte antagonismo após o cisma Tito-Stalin de 1948. Três dias depois de o Cominform expulsar a Iugoslávia, em 28 de junho de 1948, Tirana deu aos conselheiros iugoslavos na Albânia quarenta e oito horas para deixar o país, rescindiu todos os acordos econômicos bilaterais com seu vizinho e lançou uma forte propaganda anti-iugoslava e anti-Tito (ZICKEL & IWASKIW, 1994, p.42).

2.3.4 Bulgária

A ideia de uma “Federação Balcânica” já era bastante antiga, como observa L. S. Stavrianos em seu *“Balkan Federation. A History of the Movement Toward Balkan Unity in Modern Time”* já em 1942, e buscando suas raízes ainda no século XIX. Do ponto de vista específico das relações entre Iugoslávia e Bulgária chama a atenção que a Bulgária era a única das nações consideradas “eslavas do sul” a não integrar a Iugoslávia. Aproveitando-nos da dedicatória de Stavrianos na obra (1942, p. iii), que argumenta sobre os *“Peoples of the Balkans who In fighting facism today Make possible their federation tomorrow”*, não seria a hora então, depois de vencido o fascismo pelos comunistas, realizar essa união?

Como afirmado anteriormente, Stalin tinha preocupações com uma eventual imprudência das medidas de política externa da liderança iugoslava em relação aos territórios disputados com a Itália e a Áustria, especialmente após o estabelecimento

do monopólio nuclear norte-americano em maio de 1945, após o grande esforço militar das ofensivas finais da guerra por parte dos soviéticos, e pela seriedade com a qual os comunistas interpretavam os acordos entre os aliados firmados nas conferências dos meses anteriores. Tudo isso pode ter influído decisivamente na consecução, por parte da URSS, de uma política de compromisso com seus aliados capitalistas no período entre 1945 e 1947, buscando assegurar as negociações de paz.

A própria União Soviética aceitava a ideia de criar uma “União Balcânica” de caráter político-militar, com a participação da Iugoslávia e da Bulgária. Porém existiam certas divergências, inclusive entre o PC Iugoslavo e o PC Búlgaro sobre, por exemplo, o status da Bulgária numa futura entidade política. Dimitrov tenderia a ver a criação de um novo estado sob os princípios de uma confederação, enquanto Tito talvez não se opusesse à Bulgária juntando-se a uma Iugoslávia já estabelecida com os mesmos direitos que outros povos da Federação - sérvios, croatas, macedônios, eslovenos e montenegrinos.

A URSS, talvez já receosa pela política da Iugoslávia também em relação à Albânia, embora em palavras apoiasse a reaproximação iugoslavo-albanesa, os eventos subsequentes mostraram que os soviéticos não concordavam totalmente com as ações iugoslavas nessa questão. Tal política da URSS não era completamente consistente, dada a guerra civil na Grécia e a possível criação de um poderoso bloco pró-soviético em suas fronteiras.

Teria sido a aproximação dos três países - Iugoslávia, Albânia e Bulgária - e o papel prioritário nessa aproximação dos iugoslavos que causou uma reação negativa de Moscou, que insistia na precaução e entendia ocupar uma importante posição hierárquica nas relações dentro do campo socialista, inclusive na coordenação das relações entre os países da região.

Em 7 de agosto de 1947, publicou-se um comunicado sobre os acordos alcançados nas negociações búlgaro-iugoslavas de Bled¹⁴⁵ (Iugoslávia), em 1 de agosto, e sobre os princípios básicos da assinatura entre Belgrado e Sófia do futuro Tratado de Amizade e Assistência Mútua. EUA e Reino Unido reagiram a tal evento

¹⁴⁵ O “acordo de Bled”, também conhecido como “tratado de Tito-Dimitrov”, assinado em 1 de agosto de 1947 por Dimitrov e Tito tinha potencial de abrir caminhos para uma futura unificação entre os estados e também previa a unificação da “Macedônia do Vardar” (então na Iugoslávia) e da “Macedônia do Pirin” (na Bulgária) e o retorno das “Terras Distantes Ocidentais” à Bulgária. O acordo aboliu os vistos e permitiu uma união aduaneira.

como se fosse uma ameaça à paz nos Balcãs e condenou os passos da Bulgária e da Iugoslávia. A URSS acabou por também condenar a divulgação do texto do comunicado, acreditando que a manifestação dos princípios do Tratado implicaria interferência nas relações iugoslavas-búlgaras entre os Estados Unidos e o Reino Unido.

De acordo com a liderança soviética, Iugoslávia e Bulgária teriam cometido um erro em divulgar esse tipo de comunicado sem uma articulação prévia com os demais países do campo socialista. Tinha-se a impressão de que as forças reacionárias capitalistas aproveitariam a publicação do comunicado, intensificando a intervenção na Grécia e a presença militar na Turquia. Após um "pedido de desculpas" de Dimitrov e certa pressão sobre Tito para anular esse ato, o líder iugoslavo assegurou a Moscou que não tinha intenção de apresentar a Stalin qualquer ação mais aguda como um fato consumado, sem debates mais amplos, e a tensão foi temporariamente diminuída. Menos de quatro meses depois, em 27 de novembro de 1947, em Euxinograd (Bulgária), foi concluído o Tratado de Amizade e Cooperação Búlgaro-Iugoslava, por um período de 20 anos.

Porém essa é mais uma questão internacional que será dramaticamente alterada após o Cisma Tito-Stalin. Dimitrov, muito próximo ao PCUS, ex-secretário-geral do Comintern, e no poder devido a uma influência decisiva da URSS na libertação da Bulgária, também promoverá forte rompimento com a Iugoslávia. Em 1 de outubro de 1949 eliminou-se o Tratado de Amizade, Cooperação e Assistência Mútua e todos os acordos promovidos em Bled, e, portanto, quaisquer perspectivas de uma união regional.

2.3.5 Outros Casos

Ainda que a Iugoslávia estivesse direta e profundamente envolvida nos decisivos acontecimentos internos de sua vizinhança imediata e de seu campo político entre os anos de 1945 e 1948, como vimos até agora, achamos importante pontuar alguns outros acontecimentos que vão contribuir para a formação da política externa da República Popular Federal da Iugoslávia.

As relações entre a Iugoslávia e os principais Aliados guardavam certas contradições. Especialmente quando pensamos nos EUA e, especialmente, no Reino Unido. Para além de inúmeras especificidades e (sobretudo quanto a este

último) experiências históricas nem sempre positivas, entendermos ser útil a exposição de alguns acontecimentos do período com esses e outros países.

Por exemplo, no verão europeu de 1946, aviões de combate iugoslavos derrubaram um avião militar americano (DUNBABIN, 2008, p. 129) que havia invadido seu espaço aéreo, gerando tensões com o governo Truman. Iugoslavos provavelmente também estiveram envolvidos no “incidente no Canal de Corfu” de 1946, entre Reino Unido e Albânia, com marinheiros britânicos mortos e embarcações britânicas destruídas (DUNBABIN, 2008, p. 163). As provocações de EUA e Reino Unido serão frequentes ao longo do tempo em todo o campo socialista.

Contudo isso não significa que diplomatas e políticos em Belgrado não observavam também desenvolvimentos políticos e econômicos em outras partes do mundo, como Ásia e África. Por exemplo, Ešref Badnjević, comunista do pré-guerra e aliado de Tito, chegou a ser acusado de manter contatos com grupos comunistas proibidos no Egito, onde tinha sido recém-nomeado chefe da legação iugoslava. Em 1947, o Governo Real do Egito pediu-lhe que deixasse o Cairo.

As relações da Iugoslávia com o Egito só melhoraram após sua revolução em 1952, quando o embaixador iugoslavo era Nijaz Dizdarević, e através do qual foram estabelecidas ótimas relações com o Egito, logo após a derrubada do rei mas, sobretudo, com a ascensão ao poder de Nasser. Em alguns outros casos, como a Etiópia, o imperador não representava um problema, como se verá adiante.

Quanto a Ásia, já em 1947 Belgrado recebeu comunistas indianos, birmaneses e chineses que vieram ver e estudar o desenvolvimento da Iugoslávia. Em janeiro de 1948, Belgrado reconheceu a Índia e o Paquistão, renunciando relações que serão incomumente próximas ao longo dos anos que virão.

2.4 A POLÍTICA EXTERNA IUGOSLAVA ENTRE 1948 E 1955

O período entre 1948 e 1955 pode ser entendido como um dos períodos em que mais houve experimentações políticas e econômicas na Iugoslávia. Ele será primordialmente marcado pelo afastamento de Belgrado em relação a Moscou (e um tipo de “banimento” do país em relação ao Bloco Socialista), de variados tipos de aproximações entre a Iugoslávia e o Bloco Capitalista, de esboços da política

externa de não-alinhamento, além de substanciais mudanças políticas e econômicas no âmbito interno.

2.4.1 Cominform

O ano de 1947 é particularmente importante quando pensamos no contexto da Guerra Fria, e ganha contornos ainda mais agudos no caso da Iugoslávia. É em 1947 que temos, por exemplo, tanto o discurso de Harry Truman no Congresso dos EUA, anunciando a “Doutrina Truman”¹⁴⁶, quanto duas de suas principais consequências: o início das discussões acerca do “Plano Marshall” e a criação, no âmbito do Bloco Socialista, do “Escritório de Informação dos Partidos Comunistas e Operários” (Cominform)¹⁴⁷.

O Cominform teve sua primeira conferência realizada entre 22 e 28 de setembro de 1947 na Polônia¹⁴⁸ visando, de certa forma, coordenar as ações entre alguns partidos comunistas europeus¹⁴⁹ com especial atuação da União Soviética. O Cominform não pretendia ser exatamente um “substituto do Comintern”, a “Internacional Comunista” dissolvida em 1943, mas foi considerado um tipo de sucessor¹⁵⁰, e alegava ter como objetivo “organizar uma troca de experiências e,

¹⁴⁶ Segundo a página do “*National Archives*” dos EUA dedicada à “Doutrina Truman”: “Em 12 de março de 1947, o presidente Harry S. Truman apresentou este discurso perante uma sessão conjunta do Congresso. A sua mensagem, conhecida como Doutrina Truman, pedia ao Congresso 400 milhões de dólares em assistência militar e econômica para a Turquia e a Grécia. [...] Esta doutrina e a correspondente ‘teoria do domínio’ orientariam a política externa dos EUA em todo o mundo durante os próximos 40 anos.” (em tradução livre. Disponível em: <https://www.archives.gov/milestone-documents/truman-doctrine>. Acesso em: 19/10/2023). Interessante observar que esse discurso, tão importante e decisivo para a Guerra Fria e a história mundial no século XX não apenas dizia respeito, explicitamente a um vizinho da Iugoslávia, como envolvia um conflito (a Guerra Civil Grega) que a Iugoslávia estava bastante implicada.

¹⁴⁷ O Cominform é a forma reduzida de “*Informatsionnoye byuro kommunisticheskikh i rabochikh partiy*” em russo transliterado (*Информационное бюро коммунистических и рабочих партий*, em cirílico). A tradução para o português do nome completo, especialmente do termo “byuro” é controversa. Optamos pelo termo “Escritório”, mas outros termos como “Gabinete”, “Birô”, “Bureau” e “Burô” podem ser encontrados em trabalhos acadêmicos, na imprensa, e até no “Dicionário Político” do “Arquivo Marxista na Internet” – onde, inclusive, aparece como “Bureau de Informação dos Partidos Comunistas e Operários”.

¹⁴⁸ FONDAZIONE GIANGIACOMO FELTRINELLI. *The Cominform: Minutes of the Three Conferences, 1947/1948/1949*. Milano: Feltrinelli Editore, 1994.

¹⁴⁹ “the All Union Communist Party (Bolsheviks), the Polish Workers' Party, the Communist Party of France, the Communist Party of Italy, the Communist Party of Yugoslavia, the Communist Party of Czechoslovakia, the Bulgarian Worker's Party (Communists), the Communist Party of Romania and the Communist Party of Hungary”. (FONDAZIONE GIANGIACOMO FELTRINELLI, 1994, p. 37).

¹⁵⁰ Ainda que essa interpretação possa ser considerada, aparentemente, mais para fins didáticos, visto que até um relatório da CIA da época desencorajava essa interpretação: “*The Belgrade Cominform is not a revived ‘Comintern’ and, whatever additional parties may affiliate will most likely*

quando necessário, coordenar a atividade dos partidos comunistas, com base no acordo mútuo"¹⁵¹.

O Cominform foi inicialmente localizado em Belgrado, mas depois dos desentendimentos entre o KPJ e o PCUS, que comentaremos melhor adiante, os iugoslavos acabaram expulsos em junho de 1948, e a sede foi transferida para Bucareste, Romênia. Oficialmente, a Iugoslávia foi expulsa por “políticas incorretas”, “atitudes antissoviéticas”, ausência de “democracia interna” no KPJ, e acusações de “desvio do marxismo-leninismo” entre outros¹⁵². O jornal do Cominform, que também era originalmente impresso em Belgrado, foi transferido para Bucareste após a expulsão da Iugoslávia.

Como o Cominform tinha “objetivos” bastante modestos e o Bloco Capitalista passava a se estruturar de modo cada vez mais agressivo, os países europeus do Bloco Socialista gradualmente desenvolverão alternativas de alinhamento, para além do Cominform, como o Conselho de Assistência Econômica Mútua (COMECON)¹⁵³ em 1949 e o Pacto de Varsóvia em 1955¹⁵⁴. O Cominform seria dissolvido oficialmente (e um tanto discretamente) em 17 de abril de 1956¹⁵⁵, bastante

never be developed into a International working organization at all similar to the old Comintern” (grifo no original). In: The Cominform September 1947-April 1948, p.2.

¹⁵¹ “The task of the Information Bureau will be to organize interchange of experience among the Parties, and, if need be, to coordinate their activities on the basis of mutual agreement.” COMMUNIQUE On The Informative Conference of Representatives of a Number of Communist Parties. In: “For a Lasting Peace, For a People’s Democracy: Full and complete Reports submitted to the Nine Communist Parties’ Conference held at Warsaw in September 1947”, PEOPLE’S PUBLISHING HOUSE, LTD. Bombay, 1948.

¹⁵² Ou, na síntese estabelecida nos parágrafos finais do “COMINFORM COMMUNIQUE: Resolution of the Information Bureau Concerning the Communist Party of Yugoslavia” de 28 de Junho de 1948 : “The Information Bureau unanimously concludes that by their anti-Party and anti-Soviet views, incompatible with Marxism-Leninism, by their whole attitude and their refusal to attend the meeting of the Information Bureau, the leaders of the Communist Party of Yugoslavia have placed themselves in opposition to the Communist Parties affiliated to the Information Bureau, have taken the path of seceding from the united socialist front against imperialism, have taken the path of betraying the cause of international solidarity of the working people, and have taken up a position of nationalism.”

¹⁵³ A fundação do Comecon data de um acordo de 1949, estabelecido entre União Soviética, Bulgária, Tchecoslováquia, Hungria, Polônia e Romênia (BURANT, 1988, p. 297). Segundo Keefe (1991, p. 601), também era objetivo da Comecon “contra-atacar boicotes comerciais impostos após a Segunda Guerra Mundial pelos Estados Unidos e pela Grã-Bretanha e outros países da Europa Ocidental” à URSS e demais países socialistas

¹⁵⁴ Steven Popper, em *paper* para a Rand Corporation, e divulgado pelo departamento de Defesa dos EUA, é um dos que apontam para essa vinculação entre Comecon e o Pacto de Varsóvia (POPPER, 1988).

¹⁵⁵ For a Lasting Peace, For a People’s Democracy, Bucareste, no. 16 (389), 17 Abril de 1956, p.1. Oficialmente, no jornal, declarou-se que o Cominform “*had fulfilled its function, in view of which they unanimously agreed to dissolve it*”, e que reconhecia-se que cada partido comunista e dos trabalhadores de cada país, dada as diferentes condições de cada país, poderiam buscar suas próprias formas de luta pelos interesses da classe trabalhadora.

motivado pela reaproximação soviética com a Iugoslávia, pelo processo de “desestalinização” após a ascensão de Nikita Khrushchev como sucessor de Stalin, e as iniciativas de uma “coexistência pacífica” entre os países socialistas e capitalistas.

2.4.2 O contexto do “Cisma Tito-Stálin” e a saída da Iugoslávia do Bloco Socialista

Desde os laços político-militares no final da guerra entre a URSS e a Iugoslávia (tais como o armamento dos Partisans fornecido pelo Exército Vermelho, operações conjuntas para libertar o país, sobretudo em Belgrado etc.), até a participação da URSS na (re)construção pós-guerra da Iugoslávia, nas esferas militar e civil, pode-se dizer que havia uma grande proximidade entre os dois países, inclusive entre os seus respectivos líderes¹⁵⁶.

Parecia haver interesse em Moscou na existência de uma Iugoslávia forte no sentido político-militar, ainda que a URSS nem sempre visse como prudente a política já bastante independente de Belgrado nas relações com os países vizinhos da Iugoslávia - como a perspectiva de assinatura de um tratado albanês-iugoslavo de amizade e assistência mútua que poderiam, segundo o PCUS, levar a sérias contradições entre os aliados dos Balcãs e o Reino Unido; ou as iniciativas iugoslavas junto aos comunistas gregos; ou ainda a proposta de federação com a Bulgária. Mas ainda sim parecia haver esforços em coordenar os passos da política externa de Belgrado com Moscou.

Como exemplo de insatisfações mútuas entre Iugoslávia e URSS no que tange a um possível fortalecimento das posições da Iugoslávia na Albânia se dá, por exemplo, em 19 de janeiro de 1948, quando Tito envia uma oferta ao líder albanês Enver Hoxha a fim de que fosse fornecida uma base no sul da Albânia para a implantação de uma divisão iugoslava, de acordo com o perigo de uma possível

¹⁵⁶ As referências sobre as proximidades entre URSS e Iugoslávia e Tito e Stálin no imediato pós-guerra é verificável em títulos de capítulos e subcapítulos escritos por Vojislav G. Pavlović, “*Stalinism without Stalin: The Soviet origins of Tito’s Yugoslavia 1937–1948*” (PAVLOVIĆ, 2011, p. 11), por Dennison Rusinow, “*Yugoslav Stalinism*” (RUSINOW, 1977/1978, p.13), por Tvrtko Jakovina, “*The Same as the Soviet Union*” (JAKOVINA, 2017, p. 463), e na descrição de Richard West, na qual ele argumenta que “*The [west] editorial writers called Tito a slavish puppet of Stalin, and Yugoslavia the ‘Satellite Number One’.*” (WEST, 2012, p.219)

invasão grega da Albânia com o apoio dos britânicos e estadunidenses¹⁵⁷. E isso se inscrevendo num contexto marcado pelas intenções de aproximação entre Iugoslávia e Bulgária e de contínuo apoio iugoslavo às guerrilhas comunistas na Guerra Civil Grega.

A fim de aprimorar a coordenação entre os países e os partidos da Iugoslávia e da Bulgária, a URSS convidou os líderes desses países para conversas realizadas em Moscou, em 10 de fevereiro de 1948. Do lado soviético, Stalin, Molotov, Zhdanov, Malenkov, Suslov participaram; do búlgaro, Dimitrov, Kostov, Kolarov; e dos iugoslavos, Kardel, Djilas, Bakarić. Nas negociações, o lado soviético apontou que tinha sido prematuro anunciar um tratado búlgaro-iugoslavo, especialmente um considerado “indefinido” (PEROVIC, 2007, p. 34-36; p. 52-55). Os iugoslavos também foram criticados por suas ações perante a Albânia, o que poderia causar a intervenção de países ocidentais, uma vez que a Albânia, ainda não admitida na ONU, e não reconhecida pelos EUA e Reino Unido, não havia pedido à Iugoslávia que destacasse forças para seu território - o que poderia ser interpretado por esses países anglófonos como uma agressão por parte da Iugoslávia. A URSS também levantou a questão da conveniência de ajudar os guerrilheiros gregos, uma vez que os soviéticos já, provavelmente, estavam pensando em reduzir a guerra civil ali, diante das contradições agravadas com EUA e Reino Unido nesse início de Guerra Fria (PEROVIC, 2007, p. 42-47).

A virada para uma política de maior confronto com a Iugoslávia por parte da liderança da URSS ocorreu depois de duas reuniões do Politburo do Comitê Central do KPJ. Em 19 de fevereiro de 1948, onde a delegação iugoslava relatou sua viagem a Moscou e quando foi decidido pela não formação da federação com a Bulgária – como aconselhara o Kremlin (PEROVIC, 2007, p.55). Em 1º de março do mesmo ano, a maioria dos líderes iugoslavos se posicionou sobre a defesa de uma postura mais independente – em relação à URSS - no desenvolvimento econômico da Iugoslávia e na construção do poder armado do país (PEROVIC, 2007, p.57).

Em 18 de Março de 1948, a URSS retirou os seus conselheiros militares da Iugoslávia, e 12 dias depois Stalin e Molotov enviaram uma primeira carta aos líderes iugoslavos, acusando-os de uma posição antissoviética e anti-Marxista-

¹⁵⁷ Dentre as fontes analisadas destacamos uma que, apesar de ser expressa (e talvez excessivamente) crítica, é bastante detalhada e pode nos fornecer uma perspectiva bastante interessante: “*Los Titistas: apuntes históricos*” do líder albanês Enver Hoxha, especialmente os capítulos V e VIII (HOXHA, 1982, p. 305-360; p. 427-506).

Leninista. Quando Tito rejeitou as acusações de Moscou, Stálin e Molotov enviaram uma cópia da carta no final de Abril de 1948 a outros líderes da Europa Oriental. (PEROVIC, 2007, p. 58). Com isso se esboçava um esforço em unir o campo socialista contra a Iugoslávia e preparava-se para a condenação (e posterior expulsão) dos iugoslavos do Cominform em junho.

Uma relativamente intensa troca de cartas se dará entre soviéticos e iugoslavos (incluindo cartas com assinaturas de Stálin e Tito) ¹⁵⁸ ao longo dos próximos meses, com a URSS fazendo acusações contra a Iugoslávia, e a Iugoslávia se defendendo das acusações, ora reconhecendo alguns “erros”, ora rejeitando as teses de hostilidade.¹⁵⁹

E um dos desfechos desses acontecimentos, possivelmente o principal, se dará durante a reunião do Cominform realizada entre 19 e 23 de junho de 1948, perto de Bucareste, Romênia. A recusa dos iugoslavos em admitir seus supostos erros e desvios bem como a não participação destes na reunião (o KPJ se recusou a enviar uma delegação) foi percebida como desacordo com a linha comum da instituição, o que levou à expulsão do KPJ do Cominform e, de certo modo, a expulsão da Iugoslávia do Bloco Socialista em formação (BANAC, 1988, p. 125).

O resultado da reunião em si foi a conhecida resolução do Bureau de Informações "Sobre o Partido Comunista da Iugoslávia", de 28 de junho de 1948¹⁶⁰. Neste documento, os líderes iugoslavos foram acusados de se afastarem do marxismo-leninismo, mudando para posições nacionalistas, de anti-sovietismo e erros ideológicos, falta de democracia no partido e incapacidade de aceitar críticas. Além disso, o Cominform acusou o KPJ de se opor aos partidos dentro da organização, de se separar da frente socialista única e de trair a solidariedade internacional dos trabalhadores¹⁶¹. Finalmente, o KPJ foi declarado fora do

¹⁵⁸ Tito enviaria uma carta em 20 de março, onde ele não teria mostrado arrependimento, e, pelo contrário, em rejeitava as acusações de hostilidade para com a URSS, pedindo razões mais convincentes para a retirada dos especialistas da URSS. Em 27 de março de 1948 uma carta de resposta, enviada a Tito e ao Comitê Central do KPJ em nome do Comitê Central do PCUS e assinada por Stalin e Molotov citava algumas ações das autoridades iugoslavas consideradas hostis.

¹⁵⁹ Uma ótima exposição dessa troca de cartas pode ser encontrada em *“With Stalin against Tito: Cominformist Splits in Yugoslav Communism”* de Ivo Banac, especialmente entre as páginas 117 e 126.

¹⁶⁰ “COMINFORM COMMUNIQUE: Resolution of the Information Bureau Concerning the Communist Party of Yugoslavia, June 28, 1948”. Disponível em: <https://sourcebooks.fordham.edu/mod/1948cominform-yugo1.asp>. Acesso em: 02 nov. 2023.

¹⁶¹ A resolução afirmava que havia membros “saudáveis” do KPJ cuja lealdade seria medida por sua prontidão para derrubar Tito e sua liderança. O PCUS talvez esperasse que o KPJ recuasse e sacrificasse os “marxistas duvidosos” (BANAC, 1988, p. 125-126).

Cominform – e, ato contínuo, a Iugoslávia passaria a ter dificuldades com os demais países do Bloco Socialista em consolidação.

2.4.3 O “Período Informbirô” (1948-1955): a Iugoslávia fora do Bloco Socialista e os acenos ao Bloco Capitalista

Após a expulsão do KPJ do Cominform, registra-se o que podemos chamar de “Período Informbirô”¹⁶². Informbirô é uma das formas reduzidas de Cominform (“birô de informação”), e o Período Informbirô é considerado como aqueles anos entre a expulsão do KPJ do Comintern em junho de 1948 até a assinatura da “Declaração de Belgrado” de junho de 1955, que promoveria uma certa reconciliação entre URSS e Iugoslávia, a posterior dissolução do próprio Cominform em abril de 1956 e a assinatura da “Declaração de Moscou” entre Tito e Kruchev¹⁶³.

O período será marcado por intensa troca de acusações, ofensas, insultos, propaganda (e contrapropaganda), perseguições políticas etc., de ambos os lados, ou seja, tanto da Iugoslávia quanto dos governos e partidos vinculados ao Cominform. No período, por exemplo, será cunhado o termo “Titoísmo” (ou “Titismo”), a princípio como um tipo de ofensa desqualificadora (como a URSS já havia promovido com o “Trotskismo”), e muitos comunistas serão, mundo afora,

¹⁶² Em algumas referências mais informais, como as entrevistas que fizemos nos últimos anos com um ex-morador da Iugoslávia no período de 1948 a 1952, esse “conceito” de “Período Informbirô” é bastante usado – especialmente com “Informbirô” como uma designação um tanto ofensiva aos “russos” e seus eventuais apoiadores. Segundo West (2012, p. 231), aqueles leais a Stálin eram chamados, na Iugoslávia do período, de “*Cominformists (informburovci)*”. Já segundo Banac (1988, p. x) o termo utilizado na Iugoslávia para aqueles que mesmo depois da expulsão do KPJ do Cominform continuava apoiando o Cominform seria “*ibeovci*”, baseando-se nas iniciais IB de “*Informburo*”. Até verbetes com esse termo, “Período Informbirô” são encontrados nas versões de língua inglesa e servo-croata da Wikipédia. Contudo, quando investigamos fontes mais formais, como livros e artigos, o termo ou é pouco utilizado, ou é utilizado de forma *en passant*, ou sequer é utilizado. Para o mesmo período (ou aproximado), temos outras nomenclaturas fornecidas por outros autores, como por exemplo: “*The uncertain Years, 1948-1952*” (RUBINSTEIN, 1970, p.3); “*Tito’s socialismo (1948 to 1964)*” (CALIC, 2019, p.176); “*To the ‘Yugoslav Road’ and ‘Market Socialism’ and ‘Socialist Democracy’*” (RUSINOW, 1977/78; p. 47 e 62); “*Towards Self-Management Socialism And Yugoslav Unity, 1948-1958*” (HAUG, 2012, p. 133); “*Leaning Towards the West, the Search for New Paths*” (JAKOVINA, 2017, p. 468) etc. Uma grande quantidade de fontes refere-se ao “acontecimento”, isto é, à saída da Iugoslávia do Cominform e seus desdobramentos como “*Tito-Stalin Split*” ou “*Soviet-Yugoslav Split*” (algo como “cisão” ou “cisma” entre Tito e Stálin e/ou entre a URSS e a Iugoslávia), sem uma determinação específica para o período subsequente. Nós optamos por utilizar aqui, até como uma modesta homenagem às pessoas comuns que se referiam e se referem ao período como “Período Informbirô” justamente esse termo: “Período Informbirô”.

¹⁶³ De forma aproximada e nos baseando em Rajak (2011, p. 66 e 109) o período entre a morte de Stálin em 1953, e a Declaração de Belgrado é considerado como de “normalização” das relações entre URSS e Iugoslávia, e o período entre a Declaração de Belgrado e a Declaração de Moscou, de junho de 1956 pode ser considerado um período de maior aproximação entre os dois países (ou “camaradagem”, nos dizeres de Rajak).

“desqualificados” como “titoístas” ¹⁶⁴. Na Iugoslávia a desqualificação daqueles que pretendiam ainda seguir Stálin e/ou o PCUS foi muito frequente também, com direito a expulsões do KPJ e prisões de alguns membros¹⁶⁵.

A pressão sobre a Iugoslávia assumiu as mais diversas formas, especialmente um tipo de bloqueio econômico e alegadas ameaças militares. A URSS interrompeu o fornecimento militar e econômico para a Iugoslávia, prejudicando sensivelmente a economia iugoslava, e influenciando na ausência do país no COMECON, criado em janeiro 1949 – o que contrariava os tratados de amizade e cooperação celebrados anteriormente entre a Iugoslávia e os países socialistas. Como resultado do bloqueio econômico, o déficit comercial da Iugoslávia aumentou e os países capitalistas rapidamente buscaram se aproveitar do vácuo comercial criado¹⁶⁶. A internacionalização do conflito resultou no surgimento de uma espécie de triângulo dos principais atores: Iugoslávia, URSS e os Estados Unidos, onde estes últimos também tinham suas próprias visões e intenções sobre os desenvolvimentos da situação na região dos Balcãs em geral, isto é, Iugoslávia e seus vizinhos, especialmente a Grécia.

A ajuda aos guerrilheiros gregos foi interrompida devido ao congelamento da ajuda iugoslava, que àquela altura, era o principal ator pró-guerrilheiros. Isso tornou mais fácil para a URSS reduzir a resistência comunista na Grécia e seguir uma política de compromisso com os países capitalistas na região, especialmente com o Reino Unido, que advogava influência nos destinos gregos. Uma série de reuniões em Nova York em abril e maio de 1949, nas quais o então Vice-Ministro das Relações Exteriores da URSS Andrei Gromyko e o Secretário de Estado Adjunto dos EUA Dean Rusk participaram, foi decidido o cessar-fogo na guerra civil e realização de eleições parlamentares na Grécia com a participação de todos os partidos políticos, incluindo os comunistas (HOWARD, 1966, p. 11-14).

Moscú também procurou participar em pé de igualdade com as potências ocidentais no desenvolvimento de planos para estabilizar a situação política interna

¹⁶⁴ Todo o livro *“With Stalin against Tito: Cominformist Splits in Yugoslav Communism”* de Ivo Banac traz informações interessantes, especialmente o capítulo 3 “Leap Year” (BANAC, 1988, p. 117-144).

¹⁶⁵ Para números detalhados, ver as tabelas disponibilizadas por Banac (1988, p.149-150).

¹⁶⁶ Dados da CIA (1952, p.2) informam, por exemplo, que as importações iugoslavas de seus dois principais parceiros socialistas, URSS e Tchecoslováquia, caíram, entre 1948 e 1949, de 10,7% e 17,5%, para 1,6% e 6,2%, respectivamente. Quanto aos seus dois principais parceiros capitalistas, Itália e Reino Unido, no período, os números variaram de 10,7% e 4,6% para 11,7% e 12,8%. Quanto às exportações, no mesmo período e para os mesmos países, tivemos a seguinte variação: 15% e 16% para 4,9% e 4,5% entre os socialistas; 8,2% e 6,3% para 10,3% e 19,4% entre os capitalistas.

na Grécia (idem). Ao mesmo tempo, em julho de 1949, a Iugoslávia fechou a fronteira com a Grécia (STEFANIDIS, 1986, p.322), o que pode ser considerada uma das principais razões para a derrota dos partisanos gregos em agosto daquele ano. Isso foi aproveitado por Moscou, permitindo jogar a responsabilidade na Iugoslávia pela derrota dos rebeldes gregos, embora a própria URSS, ao menos desde 1947, estivesse na prática advogando pelo fim da guerra civil na Grécia.

A incitação de contradições “nacionais” e territoriais entre a Iugoslávia e os países vizinhos foi encorajada no período, incluindo as questões referentes à Macedônia, visando intensificar o confronto da Iugoslávia com a Bulgária e a Grécia. Falando na IV Sessão da AGNU, o Ministro das Relações Exteriores da Iugoslávia Edvard Kardelj anunciou 219 incidentes armados em várias seções da fronteira da Iugoslávia, de 1º de julho de 1948 a 1º de setembro de 1949, envolvendo o uso de armas e provocado por Albânia, Bulgária, Romênia e Hungria.¹⁶⁷

Ao longo de 1949 o governo soviético declarou que o embaixador iugoslavo em Moscou era *persona non grata*, e apesar da preservação formal de relações diplomáticas, importantes laços entre a URSS e a Iugoslávia foram interrompidos. O exemplo da URSS foi seguido por outros países socialistas, que romperam com os tratados de amizade, cooperação e assistência mútua que mantinham com a Iugoslávia (HASAN, 1981, p. 90).

Todo esse conflito logo começou a ser visto nos Estados Unidos sob o ponto de vista do que seria um confronto global entre EUA-URSS e de seu uso para fortalecer o Bloco Capitalista, especialmente no Atlântico Norte. Mesmo com a eventual preservação do caráter socialista do governo e do Estado liderados por Tito, havia interesse do Bloco Capitalista na retirada da Iugoslávia da proximidade da URSS e dos países socialistas. Do ponto de vista militar, a Iugoslávia “isolada” não exerceria mais pressão na fronteira com a Itália e na questão de Trieste, e o exército iugoslavo poderia ser excluído da contabilidade geral de forças militares do Bloco Socialista. Isto é, num eventual conflito armado, o JNA não estaria (ao menos prontamente) integrado aos exércitos socialistas. Os círculos dirigentes das potências capitalistas chegaram à conclusão de que o caminho socialista e “autônomo” de desenvolvimento da Iugoslávia não poderia ser interrompido pela

¹⁶⁷ Discurso de Kardelj no “228th plenary meeting”, da IV Sessão da AGNU, em 26 de setembro de 1949. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/726669?ln=en>. Acesso em: 9 nov. 2023.

força, e uma linha possível da política dos capitalistas em relação à Iugoslávia poderia ser o uso da situação em seu próprio interesse, como a prestação de assistência econômica ao país com a expectativa de obter concessões na esfera da política externa¹⁶⁸.

Nessa aproximação com o Bloco Capitalista, a Iugoslávia solicitou assistência dos EUA no verão de 1948 (LEES, 1978, p. 411). Em dezembro de 1948, Tito anunciou que matérias-primas estratégicas seriam enviadas para o Ocidente em troca do aumento do comércio (LEES, 1978, p. 413). Em fevereiro de 1949, os EUA decidiram fornecer assistência econômica a Tito e, em troca, os EUA exigiam a cessação da ajuda iugoslava aos guerrilheiros gregos (LEES, 1978, p. 413). Dean Acheson teria assumido a posição de que o plano quinquenal iugoslavo teria que ser bem-sucedido para fortalecer a posição da Iugoslávia ante os demais países socialistas, argumentando, também, que apoiar a Iugoslávia seria do interesse dos EUA, apesar do socialismo. (LEES, 1978, p. 417-18).

A ajuda americana auxiliou a Iugoslávia a superar as más colheitas de 1948, 1949 e 1950, (AUTY 1969, p. 169) mas não haveria quase nenhum crescimento econômico expressivo antes de 1952 (EGLIN 1982, p. 126.). Belgrado também recebeu apoio dos EUA na oferta bem-sucedida de 1949 da Iugoslávia para um assento no CSNU (WOODWARD, 1995, p. 145), apesar da oposição soviética. (AUTY 1969, p. 169). Ainda em 1949, os Estados Unidos concederam empréstimos à Iugoslávia e, em 1950, os empréstimos foram aumentados e seguidos por doações e ajuda militar.¹⁶⁹

De acordo com Rajak (2004, p. 8)

A angústia de Agosto de 1949 e dos meses seguintes forçou a liderança iugoslava a aceitar ofertas de ajuda ocidentais. Secretamente, a princípio, negociou-se a aquisição de ajuda militar dos EUA. O primeiro acordo formal e público de assistência militar entre a Iugoslávia e os EUA foi assinado em 14 de Novembro de 1951. Por esta altura, a Iugoslávia e a sua liderança, os mais leais dos discípulos de Stalin até 1948, tinham-se tornado não apenas um dos mais importantes ativos de propaganda do Ocidente na guerra ideológica contra os soviéticos, mas também um componente

¹⁶⁸ De acordo com Hasan (1981, p.93), *"Informally, American aid to Yugoslavia was described as a policy of 'keeping Tito afloat'"*. Este termo, *"Keeping Tito Afloat"* ("Mantendo Tito à tona", em tradução livre), é ainda o título de um livro de Lorraine Lees sobre *"The United States, Yugoslavia, and the Cold War"*.

¹⁶⁹ Um panorama dessa aproximação e desses auxílios podem ser encontrados no artigo de Henry W. Brands Jr. *"Redefining the Cold War: American Policy toward Yugoslavia, 1948-60"*, especialmente entre as páginas 41 e 47.

estratégico vital da aliança ocidental. Como tal, entre 1949-1950 e 1955, a Iugoslávia recebeu aproximadamente 1,5 bilhões de dólares em ajuda econômica e militar ocidental (principalmente americana). Isto foi mais do que muitos países membros da OTAN receberam (RAJAK, 2004, p.08).

Em 29 de dezembro, o Congresso dos EUA aprovou a "Lei de Alívio de Emergência para a Iugoslávia" e a alocação de US\$ 50 milhões para a Iugoslávia de fundos do Plano Marshall (USA, 1951, p.1)¹⁷⁰. No entanto, a Iugoslávia continuou a evitar a cooperação político-militar direta com os países capitalistas e a inclusão no sistema da OTAN.

A Iugoslávia iniciou uma série de reformas fundamentais no início da década de 1950, trazendo mudanças em três direções principais: uma certa liberalização e descentralização do sistema político do país, a instituição de um novo e único sistema econômico e uma política diplomática de não-alinhamento. A Iugoslávia, assim, reafirmava seu distanciamento do Bloco Socialista, enquanto se mantinha socialista e se recusando a participar da OTAN e outras iniciativas capitalistas, já amadurecendo sua posição neutra/não-alinhada na Guerra Fria em conformação.

Inclusive, um fato que julgamos de grande importância, mas que não observamos com frequência em nossas fontes consultadas¹⁷¹, merece especial atenção. É nesse contexto que o CSNU adota, em 27 de junho de 1950, sua famosa "Resolução 83"¹⁷². Essa resolução dizia que, "Tendo determinado que o ataque armado à República da Coreia por forças da Coreia do Norte constitui uma violação da paz" e "apelado à cessação imediata das hostilidades" bem como "às autoridades da Coreia do Norte para que retirassem imediatamente as suas forças armadas para o paralelo 38", observava que eram "necessárias medidas militares urgentes para restaurar a paz e a segurança internacionais", registrando "o apelo da República da Coreia às Nações Unidas para que" fossem tomadas "medidas imediatas e eficazes para garantir a paz e a segurança". A Resolução se encerra recomendando "que os Membros das Nações Unidas" fornecessem "à República da Coreia a assistência necessária para repelir o ataque armado e restaurar a paz e a segurança internacionais na área."

¹⁷⁰ Disponível em: https://www.govinfo.gov/content/pkg/SERIALSET-11525_00_00-047-0112-0000/pdf/SERIALSET-11525_00_00-047-0112-0000.pdf. Acesso em: 15 nov. 2023

¹⁷¹ Exceção notável é o subcapítulo "*The Impact of the Korean War*", do livro "*Yugoslavia and the Nonaligned World*" de Alvin Rubinstein (Rubinstein, 1970, p.27-36).

¹⁷² Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/112026?ln=en>. Acesso em: 15 nov. 2023.

Ou seja, a Resolução 83 do CSNU pode ser considerada, para todos os efeitos, a resolução responsável pelo início de Guerra da Coreia. A resolução é aprovada com 7 votos “sim”: os países capitalistas EUA, Reino Unido, França, os então caudatários dos EUA, Cuba e Equador, além da integrante da OTAN, Noruega, e do assento da China, ainda ocupado pelos derrotados da revolução socialista de nove meses antes. Três integrantes do CSNU não votaram: URSS, que vinha se ausentando das reuniões do CSNU em protesto à ausência dos representantes da China socialista, além de Índia e Egito. O único voto “não” foi da Iugoslávia. E esse é um ponto importante por dois motivos. Primeiro que, mesmo em meio a uma condição de isolamento em relação aos demais países socialistas, e num momento de maior proximidade com os países capitalistas (e tendo os EUA, como afirmado acima, apoiado seu ingresso no CSNU), a Iugoslávia manteve certa altivez e votou contra os países capitalistas¹⁷³. Em segundo lugar, os “não voto” de Egito e Índia já podem indicar um certo caminho que levará os três, Iugoslávia, Egito¹⁷⁴ e Índia, junto à Indonésia, a liderarem o processo de criação do Movimento dos Países Não-Alinhados onze anos depois.

No plano interno, relevantes reformas econômicas começaram com a introdução da autogestão operária em junho de 1950. Nesse sistema, os lucros eram divididos entre os próprios trabalhadores enquanto os conselhos operários controlavam a produção e os lucros.¹⁷⁵ Em 2 de novembro de 1952, o Sexto Congresso do Partido Comunista da Iugoslávia introduziu a “Lei Básica”, que enfatizava a “liberdade pessoal e os direitos do homem” e a liberdade de “livre associação dos trabalhadores” (HORVAT, 1969, p. 72-73; CALIC, 2019, p. 179-180). O Partido Comunista da Iugoslávia (KPJ) mudou seu nome neste momento para Liga dos Comunistas da Iugoslávia (SKJ), reforçando o afastamento ideológico com a URSS e seu PCUS.

¹⁷³ Entretanto o país teve uma atuação menos incisiva, abstendo-se nas duas Resoluções seguintes, a 84 e 85, que autorizavam a formação do “Comando das Nações Unidas” para fornecer “apoio militar à Coreia do Sul”, sob comando dos EUA, ainda que sob bandeira da ONU.

¹⁷⁴ Ressaltamos, contudo, que em 1950 o Egito era ainda uma monarquia com laços muito profundos (para não dizer efetivamente coloniais) com o Reino Unido. O Egito que irá fundar o MNA em 1961 já é, pós “Revolução Egípcia” de 23 de julho de 1952, um país republicano, liderado por Gamal Abdel Nasser e, em união com a Síria, sob o nome de República Árabe Unida.

¹⁷⁵ Detalhes importantes (ainda que as interpretações não sejam necessariamente as mais adequadas) podem ser encontradas no “Chapter 2 Tilting West: Self-management in the Service of the Market, 1948—53”, do “The Economic Struggle for Power in Tito’s Yugoslavia: From World War II to Non-Alignment”, de Vladimir Unkovski-Korica. Uma visão mais abrangente e com interpretações um pouco mais sofisticadas podem ser encontradas no livro “An essay on Yugoslav Society” do renomado economista Branko Horvat.

Pode-se afirmar que o Bloco Capitalista seguiu consistentemente uma política de atração da Iugoslávia, ainda que indiretamente, para suas influências econômicas e político-militares. Podemos observar isso tanto com o “*Military Assistance Agreement Between the United States and Yugoslavia*” de 14 de Novembro de 1951¹⁷⁶, celebrado diretamente com os EUA, como na ideia de criar uma certa “união regional” de três países balcânicos: Iugoslávia e os capitalistas Grécia e Turquia. Nesse sentido um tratado seria assinado entre os três países em Ancara, em 28 de fevereiro de 1953: o “*Treaty of Friendship and Collaboration Between the Turkish Republic, The Kingdom of Greece, and the Federal People's Republic of Yugoslavia*”¹⁷⁷. Esse acordo, já delineando um “Pacto Balcânico” (“*Balkan Pact*”)¹⁷⁸, iria culminar com o tratado militar assinado em Bled, em 9 agosto de 1954: o “*Treaty of Alliance, Political Cooperation, and Mutual Assistance Between the Turkish Republic, the Kingdom of Greece, and the Federal People's Republic of Yugoslavia (Balkan Pact)*”¹⁷⁹. Quanto a este tratado, os 14 artigos incluíam a resolução de disputas internacionais sem força, assistência militar para cada país caso um dos membros fosse atacado e a manutenção e o fortalecimento da capacidade defensiva dos membros.

De certo modo, tanto o acordo com os EUA, mas sobretudo os acordos assinados por Grécia, Turquia e Iugoslávia (os dois primeiros membros da OTAN desde 1952), vinculou a Iugoslávia, ainda que indiretamente, à OTAN até 1956, quando as relações com a URSS, e com alguns países do Terceiro Mundo tiveram grande avanço e, simultaneamente, as relações da Grécia e da Turquia se deterioraram, especialmente em função da questão do Chipre à partir de 1955 (GALLAGHER, 2001, p. 195-198; COOK & STEVENSON, 2005, p. 282).

Podemos entender dois anos como de grande importância para a formação da política externa da Iugoslávia socialista durante o “Período Informbirô”: 1948 e 1953. Se em 1948 o rompimento do KPJ com o Cominform e o consequente afastamento da Iugoslávia dos demais países socialistas é o fato de maior

¹⁷⁶ Disponível em: https://avalon.law.yale.edu/20th_century/yugo001.asp#1. Acesso em 13 nov. 2023. Interessante lembrar que 4 meses antes, em 19 de julho de 1951, fora estabelecida a “Comissão Mista Brasil-Estados Unidos” (CMBEU, 2008, p. 279), e 4 meses depois, em 15 de março de 1952 seria assinado o “Acordo de Assistência Militar entre a República dos Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da América” (BRASIL, 1953, s/p.)

¹⁷⁷ Disponível em: https://avalon.law.yale.edu/20th_century/eu001.asp. Acesso em 13 nov. 2023.

¹⁷⁸ Não confundir com o “*Balkan Pact*” de 1934, “Entente dos Balcãs”, que foi um tratado assinado por Grécia, Romênia, Turquia e Iugoslávia em 9 de fevereiro de 1934, em Atenas.

¹⁷⁹ Disponível em: https://avalon.law.yale.edu/20th_century/eu002.asp#1. Acesso em 13 nov. 2023.

magnitude, iniciando efetivamente o período, o ano de 1953 reúne uma série de acontecimentos que merecem menção. Dentre estes acontecimentos podemos citar, por exemplo, o falecimento de Stálin em 5 de março de 1953 e a “crise de Trieste”.

Se em 1948 a Iugoslávia se vê mundialmente isolada, a partir sobretudo de 1949 o país realiza esforços para aproximações com os países capitalistas e com países do então emergente Terceiro Mundo. À medida que o país vai recebendo ajuda e investimento estrangeiros, resistindo a assédios soviéticos e de outros países socialistas, e entrando em contato com variados atores internacionais, também realiza relevantes mudanças internas. Vai se conformando o “caminho iugoslavo” do Socialismo, em concomitância com o distanciamento dos modelos e exemplos soviéticos. A autogestão vai também ganhando formas práticas e teóricas, e tudo isso ganhará ainda mais força com a realização do 6º. Congresso do KPJ em fins de 1952 e a posterior reforma constitucional de 1953. Sobre o 6º Congresso, BANAC (2017, p. 579) afirma:

O processo de dessovietização parecia irreversível no Sexto Congresso do KPJ (1952), quando o partido se renomeou Liga dos Comunistas da Iugoslávia (*Savez komunista Jugoslavije*, SKJ) e proclamou que não era mais “o líder operacional direto e capataz na vida econômica, estatal e social, mas agiria... principalmente pela persuasão, em todas as organizações, órgãos e instituições (BANAC, 2017, p. 579, em tradução livre).

E prossegue:

O Sexto Congresso, que marcou sem dúvida o ponto mais alto da liberalização no período de Tito, é por vezes referido como o congresso de (Milovan) Djilas. [...] Tito criticou o imperialismo soviético e o chauvinismo russo, deixando poucas dúvidas de que via a prática iugoslava como o modelo para o desenvolvimento do comunismo internacional. Ao contrário do exemplo soviético, afirmou Tito, ‘seguimos pelo verdadeiro caminho socialista, pelo caminho da descentralização e da gestão democrática da economia e, em geral, pelo caminho do enfraquecimento das funções do Estado (BANAC, 2017, p. 579, em tradução livre).

A morte de Stálin em março de 1953 resultou no início de um período destacado de distensão entre Iugoslávia e URSS. Meses depois suspendeu-se novas reformas na SKJ, defendidas com maior veemência, naquele momento, por Milovan Djilas. A expulsão de Djilas da SKJ no início de 1954, após sua série de 18 artigos críticos no jornal Borba, foi vista como um desenvolvimento favorável pela

nova liderança soviética (BANAC, 1988, p. 141; BANAC, 2017, p. 580). Como sinal de normalização das relações mútuas, a URSS e a Iugoslávia trocaram embaixadores em julho de 1953 (RAJAK, 2011, p.47-48), reforçando a reaproximação.

Já a “crise de Trieste” foi uma continuação das disputas iugoslavas-italianas do pós-guerra sobre o status da península da Ístria e a cidade portuária de Trieste. Em uma conferência em Londres, em outubro de 1953, EUA e Reino Unido decidiram transferir parte de Trieste - zona "A" – para o controle da Itália. A insatisfação da Iugoslávia foi grande, e o conflito, que já se avolumava nos meses anteriores, ganhou contornos ainda mais dramáticos em 8 de outubro de 1953, com reportagens na imprensa, manifestações na Iugoslávia e intensas movimentações militares¹⁸⁰.

No entanto o conflito acabou não escalando para uma guerra aberta e, em uma conferência posterior também em Londres, em outubro de 1954, foi decidido transferir completamente Trieste para o controle da administração italiana, com exceção de uma pequena zona - 11,5 km com 3,5 mil pessoas - que permaneceu sob a jurisdição da Iugoslávia. Interessante que o documento que sela esse acordo, o *“Memorandum of Understanding (with annexes and Exchange of notes) regarding the Free Territory of Trieste. Signed at London, on 5 October 1954”*¹⁸¹ tem, acima de seu “título”, o nome dos participantes/signatários do “memorandum”: *“United States of America, United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland, Italy and Yugoslavia”*. Com isso, para além da exposição dos atores diretamente envolvidos no conflito, o acordo também expõe, de forma bastante clara, um aspecto da Guerra Fria de então: de um lado o “núcleo” da OTAN, com EUA, Reino Unido e, como sócio menor (mas a única real e diretamente envolvida na questão) Itália, e de outro uma solitária, porém (ou por isso) independente Iugoslávia.

Aparentemente, a perda quase total de Trieste e seus pormenores contribuiu para a decisão em Belgrado de enfraquecer a dependência e a confiança do

¹⁸⁰ Para uma descrição bastante detalhada da “Crise de Trieste de 1953” recomendamos o ótimo (e curto) *“The Trieste Crisis 1953: the first Cold War Confrontation in Europe”*, de Bojan Dimitrijević. Ainda que basicamente focado nos aspectos militares da crise, o trabalho enxuto, sintético, bem documentado e amplamente ilustrado é uma boa fonte.

¹⁸¹ “No. 3297 UNITED STATES OF AMERICA, UNITED KINGDOM OF GREAT BRITAIN AND NORTHERN IRELAND, ITALY and YUGOSLAVIA Memorandum of Understanding (with annexes and exchange of notes) regarding the Free Territory of Trieste. Signed at London, on 5 October 1954”. Disponível em: <https://treaties.un.org/doc/Publication/UNTS/Volume%20235/v235.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2023.

Iugoslávia em relação ao Bloco Capitalista e a tentar restabelecer contatos mais próximos com o Bloco Socialista, bem como persistir também em outras direções. Apesar disso, dois meses antes, em 9 de agosto de 1954, como dito acima, a Iugoslávia havia assinado/reafirmado o Pacto Balcânico com as capitalistas (e membros da OTAN) Grécia e a Turquia.

No que tange especificamente à reaproximação com o Bloco Socialista, vimos que em meados de 1953 iugoslavos e soviéticos concordaram em trocar embaixadores. Em junho de 1954, o Comitê Central do PCUS enviou uma carta ao Comitê Central da SKJ com uma proposta para normalizar totalmente as relações, inclusive propondo a realização de uma cúpula soviético-iugoslava (RAJAK, 2011, p.68-70). Em 26 de novembro de 1954, o Plenário do Comitê Central do SKJ aprovou a proposta de reaproximação de Moscou (RAJAK, 2011, p. 88-89). No entanto, a Iugoslávia não iria voltar/alinhar-se exatamente ao Bloco Socialista, ao mesmo tempo, também não se afastaria radicalmente do Bloco Capitalista. (RAJAK, 2011, p. 90-92).

Podemos entender como um ponto alto da reaproximação entre Iugoslávia e a URSS a “Declaração de Belgrado” de 2 de junho de 1955¹⁸², assinada por Tito e por Krushev ao fim da visita iniciada pelo soviético em 26 de maio (RAJAK, 2011, p.109). A Declaração garantia que as relações soviético-iugoslavas deveriam se basear nos princípios de plena igualdade, não ingerência nos assuntos internos, independência e soberania, integridade territorial e fim da propaganda que favoreceria a desconfiança e dificultaria a cooperação internacional, além de legitimar o direito de se interpretar outras formas de desenvolvimento socialista em diferentes países.

Algumas das consequências políticas que podem ser derivadas da “Declaração de Belgrado” foi, em direção ao Bloco Capitalista, o progressivo enfraquecimento do Pacto Balcânico, e, com isso, um distanciamento mais efetivo da OTAN, para além da decepção iugoslava com os capitalistas na Crise de Trieste. Em direção ao Bloco Socialista, a Declaração viabilizou a visita recíproca de Tito à

¹⁸² Em russo “*Белградская декларация*” e em servo-croata “*Beogradska deklaracija, Београдска декларација*”. Disponível em russo como “*Декларация правительств Союза Советских Социалистических Республик и Федеративной Народной Республики Югославии. Белград. 2 июня 1955 года*” (“Declaração dos Governos da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e da República Popular Federal da Iugoslávia. Belgrado. 2 de junho de 1955” em tradução livre) em: <http://docs.historyrussia.org/ru/nodes/136214-deklaratsiya-pravitelstv-soyuza-sovetskih-sotsialisticheskikh-respublik-i-federativnoy-narodnoy-respubliki-yugoslavii-belgrad-2-iyunya-1955-goda#mode/inspect/page/1/zoom/4>. Acesso em 15 nov. 2023.

URSS entre 2 e 23 de junho de 1956, dez anos depois de sua última visita ao país, bem como encerramento do Cominform (e, com isso, do “Período Informbirô” propriamente dito) dois meses antes da visita, em 18 de abril de 1956, e a demissão, um dia antes da chegada de Tito a Moscou, de Molotov do cargo de Ministro das Relações Exteriores (lembrando que Molotov fora importante para a expulsão iugoslava do Cominform em 1948, juntamente com Stálin) (RAJAK, 2011, p. 152).

2.4.4 Entre desconfianças e contatos, os gérmenes da política de não-alinhamento da Iugoslávia

É nesse contexto de constantes aproximações e afastamentos, dúvidas e desconfianças quanto aos comportamentos dos membros (sobretudo dos líderes) do Bloco Capitalista e do Bloco Socialista, que a liderança iugoslava começou a tentar se adaptar à política existente nas relações entre os dois blocos, desenvolvendo os principais contornos de uma política de equidistância e independência entre os dois. Aqui temos os gérmenes da política de “não-alinhamento”.

As origens do não-alinhamento iugoslavo então podem ser entendidas como produto da dupla desconfiança e desconforto das lideranças iugoslavas tanto com o Bloco Socialista quanto com o Bloco Capitalista. Uma das primeiras reações de Belgrado ao cisma soviético-iugoslavo de 1948, no que Rubinstein (1970, p. 3) chama de “*The Uncertain Years, 1948-1952*”, foi entre o final da década de 1940 e início da década de 1950, começar a estabelecer contatos na ONU com representantes dos países da Ásia e da África que estavam se libertando ou que já haviam se libertado recentemente da dependência colonial, e buscar boas relações com os “esquerdistas” que não eram próximos dos soviéticos e aqueles regimes que fossem “mais semelhantes”, como os social-democratas da Escandinávia¹⁸³ e/ou aqueles partidos comunistas que ainda não haviam se alinhado com a URSS em sua condenação da Iugoslávia (JAKOVINA, 2011, p. 465-466).

Belgrado passou a apoiar cada vez mais abertamente os movimentos de emancipação e a luta contra o colonialismo e o racismo (JAKOVINA, 2011, p.

¹⁸³ Uma boa exposição dessas aproximações pode ser encontrada no livro de Rinna Kullaa “*Non-Alignment and its Origins in Cold War Europe: Yugoslavia, Finland and the Soviet Challenge*”, especialmente os capítulos 2 e 4.

466). Assim, a política de não-alinhamento¹⁸⁴ passaria a envolver regiões até então um tanto inimagináveis, bastante distantes (geograficamente e em variados outros sentidos), e laços com aqueles cujos nomes provavelmente mal podiam ser pronunciados, tornou-se talvez a parte mais original e mais importante da política externa iugoslava. Não necessariamente porque o país estivesse negligenciando suas relações com qualquer superpotência (inclusive bem ao contrário), mas porque essa política passaria a exercer influência em todas as outras políticas e relações bilaterais da Iugoslávia socialista por meio de seu papel no Terceiro Mundo.

Denotando os esforços de uma política externa “além-blocos”, especialmente direcionada ao Terceiro Mundo, o primeiro chefe de Estado estrangeiro que fez uma visita oficial à Iugoslávia após sua “separação” com a União Soviética foi o imperador da Etiópia Haile Selassie - as relações diplomáticas entre os dois países seriam estabelecidas no início de 1952 (JAKOVINA, 2017, p. 468). A Iugoslávia estabeleceu relações diplomáticas plenas com a Índia ainda em 1948, em 5 de dezembro – a abertura da embaixada em Nova Delhi se dará no início de 1950 (JAKOVINA, 2017, p. 466). Também no início dos anos 1950 Ivo Vejvoda foi enviado ao Brasil (ele também foi credenciado na Venezuela) com a clara visão “global” de uma nova política externa iugoslava que abrangesse também a América do Sul (JAKOVINA, 2017, p. 467).

Também na Ásia, as relações com a Birmânia, que já estavam se estreitando ao menos desde 1947 (RUBINSTEIN, 1970, p. 25), teriam sido, segundo Jakovina (2017, p. 467) “ajudadas por Tito através do fornecimento de armas e da experiência em frustrar uma rebelião” e “estavam se desenvolvendo em ritmo acelerado”, com os iugoslavos vendendo armas para o país, num contexto de conflito, especialmente após abril de 1948.

Focando no “Período Informbirô” de 1948 a 1955, esses três países citados, Etiópia, Índia e Birmânia (bem como o Egito) ganham destaque, tanto se levarmos em consideração estritamente alguns fatos, tais como a presença destes quatro países tanto na Conferência Afro-Asiática de Bandung em 1955 quanto, seis anos depois, na Conferência dos Não-Alinhados de Belgrado em 1961, quanto em certas interpretações.

¹⁸⁴ Interessante e ilustrativo o “trocadilho” que Rubinstein (p.35) faz em seu capítulo sobre o período: “*Between Unalignment and Nonalignment*” - que, inclusive, dialoga fortemente com o título de nossa tese.

Por exemplo, Rubinstein (1970) subdivide o período em duas partes: “Os Anos Incertos”, entre 1948 e 1952 (RUBINSTEIN, 1970, p. 3), e “Entre Desalinhamento e Não-alinhamento” entre 1952 e 1954 (RUBINSTEIN, 1970, p. 39). Em ambas as partes o autor detalha, em subcapítulos, as “Primeiras Interações com Países em Desenvolvimento” (RUBINSTEIN, 1970, p. 24), e “ligações” com países da “Afro-Ásia” (RUBINSTEIN, 1970, p. 43), destacando especificamente Etiópia, Índia e Birmânia, detalhando as viagens de Tito a estes dois últimos (RUBINSTEIN, 1970, p. 53-61) entre dezembro de 1954 e janeiro de 1955, e incluindo seu encontro com Nasser, no Egito, já em fevereiro de 1955 (RUBINSTEIN, 1970, p. 60). E tudo isso a poucos meses da Conferência de Bandung, que se realizaria em abril de 1955.

Já a relação com o Egito, para este autor seria tão importante, que ele dedicou todo um capítulo apresentando a relação entre a Iugoslávia e o país africano, chamado “*Yugoslavia and the United Arab Republic*”¹⁸⁵: *A study of the evolution of interdependence* (“Iugoslávia e a República Árabe Unida: Um estudo da evolução da interdependência” em tradução livre) (RUBINSTEIN, 1970, p. 229-283).

A longa viagem internacional de Tito a bordo do Galeb¹⁸⁶, entre o final de 1954 e o início de 1955 reforçou as relações iugoslavas com os países do sul da Ásia, tendo sido o líder iugoslavo “muito bem recebido” por seus anfitriões Nehru (Índia) e U-Nu (Birmânia) – por exemplo, Tito foi o primeiro estadista europeu a visitar a Índia desde a Proclamação da Independência (JAKOVINA, 2017, p. 468). Ainda segundo Jakovina (2017, p. 468), “A coexistência pacífica e ativa, que aceita a luta pela paz, pela independência e pela igualdade” era uma das principais ideias que uniam os três países. E, conforme Espósito (2019, p.105-106) a noção de coexistência pacífica¹⁸⁷, inclusive a presente no “Acordo (com troca de notas) sobre

¹⁸⁵ Lembrando que o Egito, no período entre 1958 e 1971 atendia pelo nome de República Árabe Unida.

¹⁸⁶ Do servo-croata “Gaivota”, o Galeb foi uma embarcação usada como iate oficial pelo Presidente da Iugoslávia, Marechal Josip Broz Tito.

¹⁸⁷ Uma curiosidade sobre o termo “coexistência pacífica” pode ser encontrado em Mišković, Fischer-Tiné & Boškowska (2014, p. 5): “In 1954, Chinese Prime Minister Zhou En-Lai visited New Delhi. He and Nehru signed an agreement on Indo-Chinese cooperation, which formulated five principles of peaceful coexistence under the header ‘Panchsheela’. This term alludes to the Buddhist philosophy on how to live a good life, similar to the ten commandments of the Old Testament. Ahmed Sukarno had used it in 1945 (as Pantjasila) to formulate the goals of the new Indonesian constitution, in his endeavour to transform this archipelago into a nation- state despite its ethnical, religious and ideological diversity. These three Asian leaders, Nehru, Zhou and Sukarno, were all influenced by Marxist ideology and yet were at the same time ardent nationalists. Zhou and Nehru were very aware that the term ‘**peaceful coexistence**’ originated in the socialist discourse; Nehru broodingly

Comércio e Relações entre a Região Tibetana da China e a Índia", também conhecido como "Acordo de Panchsheel"¹⁸⁸, foi fundamental para a constituição do MNA e, conseqüentemente, de uma noção mais consistente de não-alinhamento, inclusive por parte da Iugoslávia. Por fim, a passagem pelo Egito na volta à Europa também marcou o início de "uma das amizades mais sinceras da história da Guerra Fria", a amizade entre Tito e o presidente Nasser, tão importante para a posterior criação do MNA (JAKOVINA, 2017, p. 469).

Se do ponto de vista das superpotências, o período a partir de 1953 é marcado por tentativas soviéticas de reaproximação com a Iugoslávia, Jakovina (2017, p.469) argumenta que os estadunidenses "observavam a busca da Iugoslávia por um 'caminho do meio' com insatisfação, mas ainda estavam convencidos de que ela permaneceria orientada para o Ocidente caso surgissem tensões mais sérias". Ainda segundo Jakovina (2017, p. 468-469), tanto o embaixador dos EUA em Nova Délhi, George Allen, que serviu em Belgrado (1949-1953) e era especialista em Iugoslávia, quanto o secretário de Estado norte-americano John Foster Dulles (1953-1959), não consideravam o fato de a Iugoslávia difundir ideias de neutralidade/não-alinhamento entre os indianos "particularmente aceitável". Entretanto, outros representantes dos EUA sustentavam que Tito era, naquele momento, "um excelente exemplo de comunista aberto à cooperação e não próximo de Pequim ou Moscou" (JAKOVINA, 2017, p. 468-469), e deveria ser mantido (ou tolerado) pelos EUA como parte de sua política antissoviética.

recorded in his Bandung notebook that it had first been introduced by Stalin in 1926: 'Co-existence – this a communist phrase especially 'peaceful co-existence'. first time used by Stalin in 1926. Inescapable conclusion: that communists mean something different. . . . Why use this phrase then? suggest a new phrase?' By linking the notion of peaceful coexistence with the Buddhist concept of Panchsheela, they tried to give the former a specific Asian flavour. This goal is best expressed in the final communiqué of the Bandung Conference in April 1955, which ended with the Panchsheela, extended to ten rules and conjoined with an invocation of the Charter of the United Nations, under the title Declaration on the Promotion of World Peace and Cooperation." (grifos nossos).

¹⁸⁸ O "Acordo (com troca de notas) sobre Comércio e Relações entre Região Tibetana da China e a Índia", também conhecido como "O Tratado de Panchsheel" foi um acordo firmado entre a Índia e a República Popular da China (RPC), assinado em Pequim, em 29 de abril de 1954 (UN, 1958). Implicitamente inspirado em aspectos da filosofia budista, O Tratado de Panchsheel tem como sua contribuição mais relevante os chamados "Os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica", que acabaram se tornando uma espécie de conjunto de princípios para governar relações entre estados. Os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica foram enunciados no preâmbulo do acordo, sendo eles: "[...](1) Respeito mútuo pela integridade territorial e soberania de cada um. (2) Não agressão mútua. (3) Não-interferência mútua nos assuntos internos de cada um. (4) Igualdade e cooperação para benefício mútuo. (5) Coexistência pacífica." (UN, 1958, p. 70, em tradução livre). (ESPÓSITO, 2019, p. 106).

E assim a política de não-alinhamento vai se formando, tanto nacionalmente, na Iugoslávia, quanto, e simultaneamente, internacionalmente, com a Iugoslávia projetando essas ideias no mundo. Ainda durante a sessão da AGNU de 1950, o então Ministro das Relações Exteriores iugoslavo Edvard Kardelj já afirmara que "a Iugoslávia não pode aceitar que a humanidade deva escolher entre a dominação por um ou outro poder"¹⁸⁹, assim enunciando o ponto de vista iugoslavo acerca da conformação da Guerra Fria e da política de blocos, bem como expondo parte das bases ideológicas do não-alinhamento. Rubinstein (1970, p. 29) também localiza nesse discurso de Kardelj uma "antecipação" de "temas que se tornariam a marca do não-alinhamento", quando, por exemplo, há apelos "à cooperação entre nações com diferentes estruturas sociais e políticas", "à oposição à hegemonia das Grandes Potências" e a "um papel independente e alargado para as pequenas nações". E segue Rubinstein (1970, p. 29) argumentando que "Implícitos na sua rejeição do compromisso permanente com qualquer um dos blocos e na sua insistência na igualdade entre pequenos e grandes estados estão os fundamentos conceituais do não-alinhamento".

O mesmo autor (RUBINSTEIN, 1970, p.33) argumenta que a Guerra da Coreia em geral, e a interação de Iugoslávia, Índia e Egito, então no CSNU, em específico, foram fundamentais tanto para a consolidação do não-alinhamento enquanto ideia política quanto do grupo que será o núcleo do MNA, conforme também argumentamos anteriormente. Inclusive, "No final de Março de 1951, Sir Benegal Rau [delegado da Índia no CSNU] disse ao Dr. Ales Bebler [delegado da Iugoslávia no CSNU] que o Primeiro-Ministro Nehru, falando no Parlamento Indiano, tinha apelado a uma política **desalinhada**." (RUBINSTEIN, 1970, p. 34, em tradução livre e grifo nosso.). Entendemos ser essas ideias, e esse "desalinhamento" partes fundantes do não-alinhamento iugoslavo e internacional.

Em 22 de dezembro de 1954, reunidos em Nova Délhi durante a acima mencionada viagem de Tito, Nehru e o presidente da Iugoslávia assinaram o "*Joint Statement by the President of the Federal People's Republic of Yugoslavia and the Prime Minister of the Government of the Republic of India*" ("Declaração Conjunta do Presidente da República Popular Federal da Iugoslávia e do Primeiro Ministro do

¹⁸⁹ Discurso de Edvard Kardelj (traduzido do russo para o inglês no documento, e do inglês para o português por nós), p. 69, §26. Porém o discurso todo é interessante pois também ilustra o nível de relação da Iugoslávia com os blocos, especialmente com o Bloco Socialista (sobretudo entre os §50 e 73). Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/735602?ln=en>. Acesso em: 13 nov. 2023.

Governo da República da Índia”, em tradução livre), possivelmente o primeiro documento oficial que consta o termo “*non-alignment*” (não-alinhamento). No parágrafo 4 da declaração temos que:

5. O Presidente e o Primeiro-Ministro desejam proclamar que a **política de não-alinhamento** adotada e seguida pelos seus respectivos países não é ‘neutralidade’ ou ‘neutralismo’ e, portanto, passividade, como por vezes alegado, mas é uma política positiva, ativa e construtiva que procura conduzir à paz coletiva, somente sobre a qual a segurança coletiva pode realmente assentar-se.¹⁹⁰

Gostaríamos de destacar também outros dois parágrafos, pois trazem temas e ideias que constam tanto na Carta da ONU e no “Acordo Panchsheel”, quanto, e sobretudo, nas Declarações de Bandung de 1955 e de Belgrado de 1961:

8. O Presidente e o Primeiro-Ministro desejam afirmar, conforme a sua opinião, que as relações dos seus dois países e Governos são, e devem continuar a ser, baseadas nos princípios do reconhecimento da **soberania, independência e integridade de cada um, da não agressão, da igualdade, do respeito mútuo e da não interferência nos assuntos internos uns dos outros ou de outros países**, e na promoção, tanto para si como para o mundo, da abordagem e condições de **coexistência pacífica**. Esta concepção básica deverá reger as relações internacionais e ser o elemento principal na política e no trabalho das Nações Unidas.

9. Segue-se, portanto, que a política dos seus dois países e a sua abordagem à paz mundial **não podem basear-se na força ou na acumulação de armamentos** como instrumento de negociação ou de solução de conflitos. O Presidente e o Primeiro-Ministro **repudiam**, portanto, a concepção errônea, que se tornou predominante em alguns círculos, de um ‘**terceiro bloco**’ ou ‘**terceira força**’ de países **não alinhados**. Isto é uma contradição em termos porque tal bloco os envolveria no próprio sistema de alinhamentos que consideram indesejáveis (Tradução livre, grifos nossos).

O líder da Birmânia, U Nu, visitou a Iugoslávia em junho de 1955, apenas alguns dias após a histórica visita de Nikita Kruchev a Belgrado em maio de 1955, e teve como objetivo enfatizar a unidade dos dois povos e uma política de paz comum; poucos dias após a visita do U Nu, as cidades de Belgrado, Zagreb e Ljubljana foram visitadas pelo primeiro-ministro indiano Nehru (JAKOVINA, 2017, p.470). E, no final de 1955, o *Galeb* partiu para o Egito e a Etiópia. A política de não-alinhamento parecia, portanto, estar efetivamente formada.

¹⁹⁰ Em tradução livre. Disponível em: https://www.rsdebate.nic.in/bitstream/123456789/583787/2/ID_08_23121954_23_p3192_p3195_3.pdf. Acesso em 20 nov. 2023.

2.5 O NÃO-ALINHAMENTO IUGOSLAVO ENTRE 1956 E 1960

Um dos aspectos mais impressionantes do período de 1956 a 1960 é a intensa atividade política e diplomática do presidente da Iugoslávia, Josip Broz Tito, em torno da construção e do fortalecimento das relações bilaterais e multilaterais da Iugoslávia e da construção, teórica e prática, do não-alinhamento como política externa possível.

Analizando as visitas realizadas por Tito ao exterior, desde que este assumiu o poder na Iugoslávia, alguns dados saltam aos olhos. Entre 1945 e 1947 Tito fez sete viagens internacionais a seis países diferentes, todos estes em processo de construção do socialismo: duas vezes à URSS (1945 e 1946), à Polônia e Tchecoslováquia (1946), Bulgária, Hungria e Romênia (1947) (ZDUNIC, 1980, p. 399).

Tito, no contexto do período Informbirô, interrompe suas visitas internacionais a partir de 1948, até, talvez sintomaticamente, realizar uma visita ao Reino Unido em março de 1953 (ZDUNIC, 1980, p. 399). Em 1954 realiza três visitas internacionais bastante paradigmáticas: à Turquia em abril e à Grécia em junho, no contexto de suas circunstanciais aproximações políticas e militares ao Bloco Capitalista, e à Índia em dezembro (idem), não apenas reforçando os esboços de não-alinhamento bem como dando impulso a uma agenda internacional que será realmente frenética nos períodos que seguirão.

Em 1955 Tito viaja à Birmânia, novamente à Índia (ambos em janeiro), ao Egito (fevereiro), à Etiópia, e novamente ao Egito (ambos em dezembro) (ZDUNIC, 1980, p. 399), todos estes países participantes da Conferência de Bandung realizada em abril e futuros participantes da Conferência de Belgrado seis anos depois. Ou seja, entre os anos de 1945 e 1955, Tito realiza 16 viagens internacionais, visitando 13 países diferentes, com predominância dos países socialistas antes de 1948, e com predominância dos países subdesenvolvidos à partir de 1954¹⁹¹.

¹⁹¹ Para inúmeros autores, nos anos 1950, países Europeus como Grécia e Turquia integravam o grupo de países subdesenvolvidos – assim como a maioria dos países socialistas. “Estes países subdesenvolvidos da Europa formam dois grupos diferentes”, sendo a “Europa Meridional” composta por Portugal, Espanha, “Itália do Sul”, Grécia e Turquia, e a “Europa oriental (Iugoslávia, Romênia,

O período entre 1956 e 1960 terá uma Iugoslávia, sobretudo na figura de seu presidente, ainda mais ativa em termos de visitas internacionais. Se foram 16 viagens a 13 países nos dez anos entre 1945 e 1955, serão outras 16 viagens de Tito, a 12 países em menos de 5 anos entre 1956 e 1960 (ZDUNIC, 1980, p. 399). E, como veremos, serão viagens que, somadas às visitas que receberá, vão constituir alguns dos principais passos para a inserção internacional da Iugoslávia, reforçando as iniciativas de não-alinhamento e se esforçando para normalizar as relações com os demais países socialistas sem prejudicar eventuais relações com os países capitalistas.

Se o ano de 1955 se encerra com a viagem de praticamente um mês de Tito para a Etiópia (entre 11 e 24 de dezembro) e para o Egito (entre 28 de dezembro e 6 de janeiro de 1956) (ZDUNIC, 1980, p. 399), o ano de 1956 se iniciará com aproximações maiores ao Bloco Socialista. Quanto a este item, por exemplo, destacamos a chegada, em Moscou, do novo embaixador da Iugoslávia na URSS, V. Michunovic, em 24 de março de 1956, assim, restabelecendo totalmente as relações diplomáticas entre Belgrado e Moscou. Em meados do mesmo ano, foi tomada a decisão, basicamente pelo PCUS, de dissolver o Cominform, assim encerrando – ao menos em seus principais caracteres – o período Informbirô.

O relacionamento da URSS com a Iugoslávia continuou a melhorar nos meses seguintes, como resultado do discurso ostensivamente 'secreto' de Khrushchev no Vigésimo Congresso do PCUS, em fevereiro de 1956, no qual ele condenou explicitamente a política de Stalin em relação à Iugoslávia, descrevendo-a como 'arbitrária' e 'equivocada'. Um resumo do Discurso Secreto, juntamente com comentários altamente favoráveis, foi publicado no principal diário iugoslavo, *Borba*, em 20 de Março. No mês seguinte, Khrushchev concordou em dissolver o Bureau de Informação Comunista (Cominform), a organização dominada pelos soviéticos da qual a Iugoslávia havia sido expulsa por Stalin em junho de 1948. Embora o Cominform tenha se tornado principalmente uma entidade de proa após a expulsão da Iugoslávia, o desmantelamento dele visava claramente aliviar as preocupações dos líderes iugoslavos sobre 'futuras excomunhões'. Quando Tito fez uma longa visita recíproca à União Soviética em Junho de 1956 (uma visita que Khrushchev tinha avidamente procurado), a reconciliação tinha progredido o suficiente para que os dois lados pudessem emitir um comunicado conjunto elogiando a 'diversidade de formas de desenvolvimento socialista' e afirmando o 'direito de diferentes

Bulgária, Albânia e, dentro de certa medida, grande parte da Polónia e da Hungria)" (LACOSTE, 1973, p.96).

países de seguirem diferentes caminhos de desenvolvimento socialista'. O comunicado repudiou o legado stalinista ao indicar que nenhum dos países iria 'tentar impor as suas próprias opiniões sobre o desenvolvimento socialista do outro lado' (KRAMER, 2017, p. 145, em tradução livre)

No entanto, embora as relações tenham sido retomadas, a Iugoslávia não assumiu nenhum compromisso maior com relação ao Bloco Socialista, para satisfação dos EUA (ZARKOVIC, 2015, s/p). Para os EUA, a Iugoslávia continuou a desempenhar um papel importante na política anticomunista então aplicada, enxergando-a como um ator de papel desintegrador no Bloco Socialista (idem).

Entre 7 e 12 de abril de 1956 Tito faz uma visita oficial à França e, entre 1 e 22 de maio, faz uma longa visita à URSS conforme supracitado, sendo sua primeira visita ao país desde 1946 (ZDUNIC, 1980, p. 399). Em junho faz sua primeira visita à Romênia pós-1948, último país que visitou antes do período Informbirô (idem), reforçando as normalizações com o Bloco Socialista.

O mês de julho de 1956 será um dos mais importantes para a história do não-alinhamento iugoslavo. Em 18 de julho Tito recebe na ilha de Brioni, na então República Popular da Croácia constituinte da Iugoslávia, o primeiro-ministro da Índia, Jawaharlal Nehru, e o presidente do Egito, Gamal Abdel Nasser (ZDUNIC, 1980, p. 399). No dia seguinte, em 19 de julho, será emitida a “Declaração de Brioni”, peça fundamental para a posterior constituição do MNA¹⁹².

No encontro “Os três Chefes de Governo analisaram a evolução na esfera internacional desde que se reuniram separadamente há doze meses.” (TITO, NASSER & NEHRU, 1956, p. 516). E ao lembrarem que “A Conferência de Bandung realizada no ano passado estabeleceu certos princípios que deverão reger as relações internacionais” os três “reafirmam estes dez princípios”. Ainda “Compreendem que os conflitos e as tensões no mundo de hoje levaram a medos e apreensões no presente e no futuro” e que “Enquanto estes medos e apreensões dominarem o mundo, não será possível estabelecer uma base sólida para a paz.”

¹⁹² “Após a criação do Movimento dos Não-Alinhados no início dos anos 1960, políticos e cientistas políticos iugoslavos tentaram provar que **a reunião dos Três Grandes nas Ilhas Brijuni em 1956 foi a primeira, ou pelo menos a reunião zero que foi crucial para o movimento futuro**. A reunião dos três líderes da Europa, Ásia e África foi bastante simbólica, diferente de reuniões semelhantes de líderes africanos, ou africanos e asiáticos, algo que não ocorria com frequência nas relações internacionais naquele período. Foi uma das iniciativas importantes, mas não decisivas, que abriram caminho para a conferência que aconteceu cinco anos depois.” (JAKOVINA, 2017, p. 474, em tradução livre, grifos nossos).

Afirmam ainda que “A divisão atual do mundo em poderosos blocos de nações tende a perpetuar estes receios” e que “A paz não deve ser procurada através de divisões, mas visando a segurança coletiva em nível mundial, alargando a esfera da liberdade e pondo fim à dominação de um país sobre outro.” Argumentam que “O progresso no sentido do desarmamento é essencial para diminuir os receios de conflito” e que “Este progresso deve ser feito principalmente no âmbito das Nações Unidas e incluir armas nucleares e termonucleares e armamentos convencionais, e uma supervisão adequada da execução dos acordos celebrados.” (TITO, NASSER & NEHRU, 1956, p. 516).

Pedem a suspensão das “explosões de armas de destruição em massa, mesmo para fins experimentais”, “pois envolvem um possível perigo para a humanidade, uma poluição da atmosfera, afetando outros países [...] e constituem uma violação da moralidade internacional.” Defendem que “Os materiais cindíveis deverão, no futuro, ser utilizados apenas para fins pacíficos e a sua posterior utilização para fins bélicos deverá ser proibida” e mostram-se “profundamente interessados na cooperação plena e igualitária entre as nações no domínio das utilizações pacíficas da energia atômica”, sendo que “Essa cooperação deverá ser organizada no âmbito das Nações Unidas e a agência internacional proposta deverá ser representativa de todas as nações.” (TITO, NASSER & NEHRU, 1956, p. 516-517).

Outro aspecto que foi discutido no encontro envolvia “A intensificação dos esforços para acelerar o desenvolvimento das áreas subdesenvolvidas do mundo” pois isso constituiria “uma das principais tarefas na criação de uma paz permanente e estável entre as nações” (TITO, NASSER & NEHRU, 1956, p. 517):

Neste contexto, os três Chefes de Governo reconhecem a importância da cooperação econômica e financeira internacional e consideram que é necessário e desejável que o proposto Fundo Especial das Nações Unidas para o Desenvolvimento Econômico seja constituído e possa funcionar eficazmente.

Tito, Nasser e Nehru “ênfatizaram a grande importância da remoção de embargos e obstáculos ao fluxo normal e à extensão do comércio internacional” e reconheceram que “As três principais áreas de tensão e possível conflito são a Europa Central, o Extremo Oriente da Ásia e a região do Médio Oriente entre a Europa e a Ásia.” Para eles “Os problemas do Extremo Oriente não podem ser

resolvidos de forma adequada sem a plena cooperação da República Popular da China” e manifestaram a “convicção de que a República Popular da China deve estar representada nas Nações Unidas”, assim como os “países que se candidataram à adesão e estão qualificados de acordo com a Carta, deveriam ser admitidos nas Nações Unidas.” (TITO, NASSER & NEHRU, 1956, p. 517)

“No Médio Oriente”, segundo os líderes, “os interesses contraditórios das grandes potências agravaram as dificuldades da situação”, sendo a “situação na Palestina particularmente perigosa para a paz mundial”, e, nesse sentido, “apoiam a resolução da Conferência de Bandung a este respeito.”

Ainda:

Os três Chefes de Governo analisaram a situação na Argélia, que [...] não só é de grande importância, mas requer atenção urgente, tanto do ponto de vista dos direitos básicos do povo argelino como da consolidação da paz naquela parte do mundo. Acreditando que a dominação colonial é totalmente indesejável e prejudicial tanto para aqueles que governam como para aqueles que são governados, devem expressar a sua simpatia pelo desejo de liberdade do povo da Argélia. [...] Apoiam calorosamente todos os esforços dirigidos para encontrar uma solução pacífica e justa e, em particular, para a cessação dos conflitos violentos nessa área e das negociações. (TITO, NASSER & NEHRU, 1956, p. 517)

Nossa fonte traz como término do texto, o seguinte trecho:

Os três Chefes de Governo reconhecem que os problemas do mundo não podem ser resolvidos de uma só vez e que é necessário perseverar com paciência e boa vontade nas tentativas de encontrar soluções. É essencial, no entanto, que sejam feitos todos os esforços para criar um clima de paz e agir de acordo com os princípios básicos estabelecidos na Carta das Nações Unidas (TITO, NASSER & NEHRU, 1956, p. 517).

Após essa longa exposição do que foi discutido em Brioni¹⁹³, destacamos os seguintes pontos que serão verdadeiras referências e constâncias para a política externa de não-alinhamento¹⁹⁴ da Iugoslávia nos próximos anos: respeito, referência e endosso aos dez princípios da coexistência pacífica de Bandung; busca praticamente obsessiva pela paz; rechaço à política de blocos; desarmamento e

¹⁹³ Como curiosidade, “Nehru e Nasser deixaram as Ilhas Brijuni para o Cairo juntos. Enquanto o avião ainda estava no aeroporto de Pula, estavam em andamento os preparativos para a chegada do príncipe cambojano Norodom Sihanouk, outro proponente ativo da cooperação no Terceiro Mundo.” (JAKOVINA, 2017, p. 474).

¹⁹⁴ “A Declaração de Brioni é geralmente considerada como o início do Movimento dos Não-Alinhados, e a imagem dos três signatários tornou-se um ícone, um símbolo do movimento.” (MIŠKOVIĆ, 2014, p. 120)

desnuclearização; fortalecimento da ONU; cooperação econômica visando a superação do subdesenvolvimento; fortalecimento da luta anticolonial, anti-imperialista e pela autodeterminação dos povos – com grande atenção à causa argelina.

Disto, chamamos a atenção para três tópicos, sendo um constante dessa nossa “lista”, e dois que ficaram de fora dela. Do que listamos, chamamos atenção aos laços que a Iugoslávia vai estabelecer com o povo argelino, desde reconhecimento e apoio político, até cooperações econômicas, técnicas e científicas¹⁹⁵.

Outro ponto que aparece na “Declaração de Brioni”, que gostaríamos de destacar, é o interesse pelo reconhecimento da República Popular da China na ONU. Assunto muito em voga nas discussões políticas da época, com seguidas resoluções sendo apresentadas nas sessões da AGNU, a China Popular vai participar da Conferência de Bandung porém não estará na conferência de Belgrado. Inclusive, entre fins da década de 1950 e início da de 1960, o país asiático vai progressivamente se afastar da URSS¹⁹⁶, manter uma postura bastante crítica ao socialismo da Iugoslávia¹⁹⁷ e entrar em guerra contra a Índia¹⁹⁸.

Por fim, um ponto exposto de Declaração de Brioni e que vai ter grandes implicações internacionais em 1956 é a questão do Oriente Médio, que no contexto dos problemas da Palestina, vai se desenvolver a crise de Suez entre 29 de outubro

¹⁹⁵ Nesse sentido, para além de eventuais livros e documentos, gostaríamos de indicar dois documentários da cineasta Mila Turajlić: “Não Alinhados: Cenas dos Rolos de Labudović”, enfocando a relação da Iugoslávia, e de Tito, com os variados países presentes na Conferência de Belgrado, incluindo a Argélia, e “Cine-Guerrilhas: Cenas dos Rolos de Labudović”, mais focado na relação deste importante *cameraman* com o país da África Setentrional.

¹⁹⁶ O afastamento entre URSS e China foi gradual. Ainda que alguns autores remontem já a 1956 e as iniciativas soviéticas pós-XX Congresso do PCUS, Danhui Li e Yafeng Xia identificam como as fases iniciais desse afastamento “lutas abertas e tréguas temporárias” entre 1959 e 1961, e “o colapso das relações partidárias e a deterioração das relações estatais” entre “outubro de 1961 e julho de 1964” (LI & XIA, 2018, p. v).

¹⁹⁷ São inúmeros os exemplos dos ataques chineses ao socialismo iugoslavo, como quando se cola à experiência iugoslava a pecha de “revisionista” (termo bastante ofensivo em certas tradições socialistas), e associa a Iugoslávia a grupos “imperialistas” e “reacionários”. Como exemplo eloquente temos o Editorial do “Renmin Ribao” (“Diário do Povo”, órgão oficial do PC chinês) de 27 de janeiro de 1963, intitulado “Vamos nos unir com base na Declaração de Moscou e na Proclamação de Moscou.”. Disponível em: <https://www.marxists.org/history/international/comintern/sino-soviet-split/cpc/unite.htm>. Acesso em: 11 fev. 2024. Diríamos até que um certo ponto de aproximação entre as boas relações cultivadas, por certo tempo, entre a Albânia e a China, era justamente a implicância destes – não totalmente injustificada - com a Iugoslávia.

¹⁹⁸ China e Índia iriam, inclusive, entrar em guerra, em outubro de 1962, a chamada “Guerra Sino-Indiana de 1962”.

e 7 de novembro de 1956. De acordo com Nataša Mišković (2014, p. 114) em eloquente parágrafo:

1956 foi um ano chave da Guerra Fria. Em Fevereiro, Nikita Khrushchev proferiu o seu famoso Discurso Secreto no Vigésimo Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Em Junho, as revoltas nos estados satélites soviéticos da Polónia e da Hungria atingiram o primeiro clímax. Em 19 de Julho, na ilha de Brioni, no Adriático, o presidente da Iugoslávia, Josip Broz Tito, o primeiro-ministro da Índia, Jawaharlal Nehru, e o presidente do Egipto, Gamal Abdel Nasser, assinaram uma declaração conjunta ‘sobre os princípios que devem reger as relações internacionais’, muitas vezes referida como o documento fundador da o Movimento dos Não-Alinhados (MNA)¹⁹⁹. Uma semana depois, Nasser nacionalizou o Canal de Suez sem informar os seus dois mentores políticos, Tito e Nehru. Em Outubro, tropas israelenses, britânicas e francesas atacaram o Egipto em retaliação, enquanto o Exército Vermelho ocupava a Hungria, reprimindo a revolta popular liderada por Imre Nagy. Ambas as invasões militares desafiaram os signatários da declaração de Brioni de uma forma particular. Nasser precisava do apoio de Nehru e Tito na crise de Suez, e Tito esteve envolvido nos acontecimentos húngaros. Na sua tentativa de reintegrar a Iugoslávia no campo socialista, Khrushchev tornou Tito cúmplice na segunda invasão, mas, ao mesmo tempo, Imre Nagy procurou asilo na embaixada iugoslava em Budapeste. A credibilidade dos três promotores do não alinhamento estava em jogo (MIŠKOVIĆ, 2014, p. 114).

Focando primeiramente nos eventos ocorridos no Egipto, este pode ser entendido como “um divisor de águas no início da Guerra Fria que sinalizou o fim da hegemonia britânica e francesa no Médio Oriente”, levando a uma curiosa “cooperação de curto prazo entre as duas superpotências, uma vez que os Estados Unidos não só permitiram, mas também ajudaram a União Soviética a pressionar a Grã-Bretanha, a França e Israel a retirarem-se do solo egípcio”. (SCIARCON, 2008, p. 866). Mišković (2014, p. 120) detalha que:

¹⁹⁹ Um outro ponto de vista pode ser encontrado em Jakovina (2017, p. 473): “Tito, Nasser e Nehru reuniram-se em 17 de julho de 1956. Esse encontro, muitas vezes descrito mais tarde como crucial para a formação do Movimento dos Não-Alinhados, foi interpretado de forma diferente nesses três países. Todos os lados tinham ideias diferentes. O primeiro-ministro indiano Nehru ficou insatisfeito porque Tito e Nasser decidiram organizar uma grande conferência de imprensa, de modo que esta reunião informal de repente assumiu dimensões excessivas. Ao mesmo tempo, tanto Tito quanto Nehru tentavam conter o impaciente árabe que se tornava agressivo sempre que falava sobre a guerra na Argélia. Sem dúvida, a reunião trilateral aumentou consideravelmente a reputação de Tito. Alguns observadores ocidentais sustentaram que 9 dos 13 itens da Declaração Final, que foi proclamada simultaneamente nas três capitais, tinham tom pró-Kremlin. Outros comentaram que tudo foi escrito de acordo com as expectativas e foi satisfatório. A imprensa soviética ignorou o evento e o publicou apenas como notícia da agência. Se os principais diplomatas ocidentais em Belgrado entenderam que a plataforma da reunião dos Três Grandes, que mais tarde evoluiu para o Movimento dos Não-Alinhados, não era pró-soviética, o Kremlin estava ainda mais ciente desse fato.”

As primeiras dificuldades [após o encontro em Brioni] em manter o equilíbrio entre os blocos surgiram quase imediatamente, na viagem de Brioni para casa. Nasser, que levou Nehru consigo até o Cairo, recebeu uma resposta há muito esperada de Washington relativamente ao seu projeto da barragem de Aswan, a peça central do seu programa de industrialização. Foi negativo: os americanos, que já se tinham recusado a fornecer armas ao Egito, recusaram-se a financiar este projeto altamente ambicioso e arriscado. Nasser, tenso, tomou uma decisão rápida, sem informar nem Tito nem Nehru: em 26 de julho de 1956, nacionalizou o Canal de Suez num golpe surpresa, a fim de fornecer os fundos para o seu programa, apropriando-se do rentável canal em solo egípcio das mãos da maioria dos proprietários britânicos, uma ação popular que o tornaria o herói dos árabes.

Dois dias depois, Nehru escreveu a Tito que aquela era uma “situação difícil e embaraçosa que provavelmente aumentará as tensões internacionais”, ao que Tito respondeu apelando à calma, qualificando “a questão, embora muito séria, não é tão dramática” (idem). De acordo com Sciarcon (2008, p. 867) “A Grã-Bretanha, a França e Israel reuniram-se formalmente em Sèvres, na França, de 22 a 24 de Outubro” e “Durante a reunião, as três partes finalizaram oficialmente, embora secretamente, os seus planos de guerra.” E prossegue o autor:

Israel iniciou as hostilidades em 29 de outubro de 1956, com o ultimato [visando um “cessar-fogo” ensaiado com Israel] britânico-francês no dia 30, o que de fato evocou uma recusa egípcia [planejada pelos agressores]. Não obstante, em 31 de outubro, a Grã-Bretanha e a França começaram a atacar as posições egípcias, provocando protestos internacionais. Embora Israel tenha conseguido capturar toda a Península do Sinai e a Zona do Canal, todas as três partes logo ficaram sob pressão conjunta americana e soviética para se retirarem de todo o território egípcio.

Um dos principais saldos da Crise de Suez foi que “Tal como temiam os americanos, a guerra transformou Nasser num herói regional que enfrentou antigas potências coloniais” tornando-o “uma celebridade instantânea e o herói das lutas nacionalistas árabes” (SCIARCON, 2008, p. 867-868). Essa postura de uma “neutralidade mais ativa” e corajosa é um dos elementos que ajudam a explicar a proximidade de Nasser e Tito, e que além de se qualificarem como dois dos principais fundadores do Movimento dos Países Não-Alinhados, ajuda a compreender o fato de Tito ter visitado Nasser 5 vezes nos 6 anos que se seguiram (ZDUNIC, 1980, p. 399).

Praticamente ao mesmo tempo em que a crise em Suez se agudiza com os ataques coordenados de Reino Unido, França e Israel contra o Egito, ocorria outra

grande crise internacional, desta vez na vizinha ao norte da Iugoslávia, Hungria, sobretudo entre os dias 23 de outubro e 4 de novembro. Autores como Mišković (2014, p. 122) atribuem a Tito e ao desenvolvimento socialista na Iugoslávia um papel bastante proeminente na formação, desenvolvimento e desfecho da crise. Dedicando um subcapítulo inteiro aos “Envolvimentos iugoslavos” na crise Húngara, Mišković (2014, p. 122) contextualiza:

Com o pedido de desculpas de Khrushchev pela expulsão da Iugoslávia em 1948, em 1955, a propaganda anti-iugoslava nos meios de comunicação social comunistas foi imediatamente substituída por reportagens sobre a ‘Terceira Via’ iugoslava. Estes relatos foram recebidos com grande interesse pelos círculos reformistas, especialmente na Hungria, que rapidamente estabeleceram relações amistosas com intelectuais e diplomatas iugoslavos. Na sua visita à União Soviética em Junho de 1956, Tito conseguiu que a sua própria versão da declaração conjunta fosse assinada, afirmando que o PCUS e a Liga dos Comunistas iugoslavos eram iguais, e que a Iugoslávia era um país socialista, mesmo que fora do campo socialista. Ele voltou para casa muito seguro de si para encontrar Nasser e Nehru em Brioni, mas Khrushchev não ficou feliz com os resultados desta visita. Numa reunião fechada com os líderes do campo socialista, convocada logo após a partida de Tito, ele chamou a Declaração de Moscou com Tito de um mero movimento tático. Svetozar Rajak vê um ponto de inflexão, onde a reconciliação nas relações soviético-iugoslavas mais uma vez se transformou em confronto.

A autora prossegue argumentando que “Belgrado impôs apoio explícito aos movimentos de oposição na Polónia e na Hungria através de seus meios de comunicação estatais”, mas que Kruchev, na realidade, mais do que respeitar as iniciativas iugoslavas (e também polonesas e húngaras), desejaria submetê-las – inclusive associando a segunda visita de Tito à URSS em fins de setembro a essa tentativa de submissão (MIŠKOVIĆ, 2014, p. 123).

De todo modo:

A invasão soviética [à Hungria] de 24 de Outubro foi duramente censurada pela liderança iugoslava, que ofereceu ajuda a Budapeste. Esta atitude só mudou quando Nagy anunciou o fim do sistema de partido único, em 30 de Outubro, e a sua intenção de abandonar o Pacto de Varsóvia, em 1 de Novembro. Para Tito, um sistema multipartidário equivalia ao abandono do caminho para o socialismo. Ele também recebia relatos sobre ataques anticomunistas e antijudaicos, até mesmo linchamentos, e sobre exilados de extrema direita que foram presos após terem atravessado ilegalmente a fronteira. Tito concluiu que Nagy não conseguia controlar a situação e que estava sendo usado por círculos que visavam a contrarrevolução. Ele estava preocupado com a longa fronteira da Iugoslávia com a

Hungria e com a grande minoria húngara do país na Voivodina. Consequentemente, alertou o Exército Popular Iugoslavo e saudou o anúncio de Khrushchev de uma [...] visita noturna secreta de Khrushchev e Georgy Malenkov a Brioni entre 2 e 3 de novembro de 1956. [...]; Veljko Mićunović foi o único presente, além dos dois russos, Tito, e dos colaboradores próximos de Tito, Edvard Kardelj e Aleksandar Ranković. [...] Ele [Khrushchev] imediatamente começou a falar sobre as atrocidades cometidas pelos contrarrevolucionários na Hungria, afirmando que os tchecos, romenos, búlgaros e chineses sancionaram as intervenções, mas que nenhuma decisão resultou das conversações com os poloneses. Tito sugeriu que os conselhos de trabalhadores húngaros deveriam ser encorajados a assumir responsabilidades, mas Khrushchev insistiu numa ação decisiva, tanto por razões externas como internas. Os Iugoslavos perceberam que a liderança do exército estava pressionando Khrushchev e que a ação militar era iminente, embora não lhes fosse dito quando exatamente. [...]

Khrushchev [...] falou sobre a composição do futuro governo húngaro. Dada a escolha entre János Kádár e Ferenc Münnich, os Iugoslavos sugeriram que Kádár era o mais aceitável para o público húngaro. Um último tópico importante foi Nagy e o que seria dele. Ambas as partes concordaram que ele tinha de ser isolado e a reviravolta contrarrevolucionária dos acontecimentos denunciada, a fim de reduzir a resistência. Os Iugoslavos concordaram em exercer influência sobre Nagy e outros membros do gabinete em contato com Belgrado. [...]

Edvard Kardelj informou imediatamente o embaixador soviético sobre a fuga de Nagy para a embaixada Iugoslava em Budapeste, confirmando a promessa para tentar persuadir Nagy a renunciar. As reações soviéticas foram duras. A embaixada Iugoslava em Budapeste foi colocada sob vigilância; as negociações foram recusadas. Moscou exigiu que Nagy e os seus seguidores na embaixada fossem entregues imediatamente às autoridades militares soviéticas. Um dia depois, Khrushchev telegrafou eufórico a Tito que a contrarrevolução na Hungria estava subjugada e que Moscou esperava a cooperação de Belgrado. Na sua resposta, Tito pediu autorização para transferir Nagy e o seu grupo ilesos para a Iugoslávia. Naquele dia, um tanque disparou contra a embaixada Iugoslava em Budapeste, matando o terceiro secretário Milenko Milovanov. Os Iugoslavos ficaram chocados e acreditaram que se tratava de um aviso de Moscou. Durante os dias seguintes, a situação ficou ainda mais tensa quando a aliança britânico-franco-israelense atacou o Egito e o presidente soviético Bulganin, em resposta, ameaçou usar a bomba atômica. Em 7 de novembro, Khrushchev disse a Tito para extraditar Nagy e seu grupo imediatamente; caso contrário, Moscou assumiria que os Iugoslavos eram contra-revolucionários (Mišković, 2014, p. 123-124).

O desfecho não foi bom para a política externa Iugoslava. Em:

22 de novembro, culminou o caso Nagy. Após várias rodadas de negociações entre 19 e 21 de Novembro, o enviado especial Iugoslavo Dobrivoje Vidić obteve uma garantia do governo de Kádár de que Nagy e os seus seguidores na embaixada Iugoslava estavam livres para ir para casa. Mas o carro que transportava o grupo húngaro para as suas casas em 22 de Novembro foi apreendido pelo Serviço Secreto Soviético e Nagy e os seus seguidores foram presos e

deportados para a Romênia. [...] Tito sentiu-se totalmente enganado e desacreditado (Mišković, 2014, p. 130).

Em todo caso, o ano de 1956 termina com uma maior desconfiança da Iugoslávia tanto em relação às potências capitalistas, como os EUA²⁰⁰, mas especialmente Reino Unido e França, envolvidas na Crise de Suez, quanto em relação à principal potência socialista, a URSS, que, de certo modo, atropelou as posições e ações iugoslavas quanto ao caso Nagy. Dois fatos que potencialmente impulsionaram o não-alinhamento, cada vez mais estruturado. Associado a isso, um parceiro político cada vez mais próximo, Nasser do Egito, saiu bastante fortalecido da Crise de Suez, e Tito se viu também mais próximo de Nehru, pois “Durante as crises húngara e de Suez, Nehru e Tito estiveram em contato constante” (Mišković, 2014, p. 126).

O ano de 1957 será caracterizado por uma agenda internacional menos intensa por parte de Tito, constando, por exemplo, como viagens internacionais apenas uma: para a Romênia entre 1 e 2 de agosto, onde manteve conversações com a delegação do PCUS e do governo da URSS (ZDUNIK, 1980, p. 389). Nessa métrica, este foi o ano menos intenso de Tito desde que o mesmo retomou suas viagens internacionais em 1953. Contudo, destacamos um fato interessante: se em julho de 1956 Brioni havia sido palco de uma estrondosa reunião, reunindo verdadeiros símbolos da nova ordem mundial pós-guerra, em julho do ano seguinte a mesma ilha recebe o que seria um quase oposto: o “casal real grego” (RISTOVIĆ, 2020, p. 266). Dizemos oposto pois parte fundamental da formação da Iugoslávia socialista em si, e de sua política externa, se deu justamente no apoio aos guerrilheiros comunistas gregos que ambicionavam, entre outras coisas, abolir a monarquia no país.

Contudo as relações entre Iugoslávia e sua vizinha meridional havia mudado sobremaneira desde aquelas iniciativas dos anos 1940, chegando inclusive ao já

²⁰⁰ “Em abril de 1956, na reunião do Comitê Central do Partido Comunista da Iugoslávia (CC CPY), o mais alto órgão do partido, o marechal Josip Broz Tito disse: **‘Acho que devemos cancelar a ajuda militar dos EUA. Foi apenas simbólico, mas a questão que se impõe agora é contra quem estamos nos armando.’** Josip Broz Tito concluiu que a reputação da Iugoslávia exigia uma ação e atividade de política externa mais forte. Disse ainda que a política de desarmamento não foi suficientemente ativa e que as relações com a Índia, Birmânia e, em parte, com o Egito não foram suficientemente utilizadas na luta pela paz, o que seria mutuamente benéfico.” (JAKOVINA, 2017, p.471, grifos nossos).

menção do pacto dos dois países com a Turquia. Sobre essa relação, Ristović (2020, p. 266) resume:

A intensidade e o elevado nível das relações entre Belgrado e Atenas são evidenciados pela cronologia de visitas e encontros entre as principais figuras dos dois países. No final de maio de 1954, Josip Broz Tito fez uma visita oficial à Grécia; o casal real grego retribuiu a visita no início de setembro de 1955. Em 1956, Tito encontrou o rei Paulo e o primeiro-ministro Karamanlis em Corfu. Em setembro do mesmo ano, recebeu uma delegação da Igreja Ortodoxa Grega chefiada pelo Arcebispo Dorotheos. No início de novembro, o Primeiro Ministro Karamanlis e o Ministro Evangelos Averoff fizeram uma visita oficial à Iugoslávia. Em julho de 1957, o casal real grego chegou à ilha de Brioni; em 1958, o presidente do Parlamento grego, Rodopoulos, visitou Belgrado; e no início de março de 1959, Tito viajou para Rodas. Karamanlis voltou à Iugoslávia no final de maio de 1960.

Se em 1957 Tito ficou praticamente o ano todo na Iugoslávia, e mantendo uma agenda, mesmo em termos de política interna, menos intensa (com direito a quase dois meses em sua querida Brioni, em abril e agosto)(ZDUNIC, 1980, p. 389), o ano de 1958 será muito diferente.

Em 19 de abril “Tito [é] reeleito Presidente da República” e, entre 22 e 26 de abril “em Liubliana, dirigiu os trabalhos do VII Congresso da SKJ” e “foi reeleito secretário-geral da SKJ” (ZDUNIC, 1980, p. 389). De acordo com Jakovina (2017, p. 476-477):

O novo programa da Liga dos Comunistas da Iugoslávia (LCY) foi apresentado em seu congresso em Ljubljana em 1958. Tito abriu a reunião. Seu discurso veio após um forte ataque à União Soviética feito por Aleksandar Ranković (o segundo ou terceiro homem mais poderoso da Iugoslávia). Todos os delegados dos países comunistas europeus – chineses, albaneses e tchecos não compareceram ao congresso – se levantaram naquele momento e deixaram o salão. A única exceção foi o delegado polonês que adormeceu. O programa estava longe de ser muito (contra)revolucionário. O novo documento básico do partido governante iugoslavo **criticava os ‘imperialistas e capitalistas’ e sua política agressiva contra ‘o comunismo e os países socialistas’.** O neocolonialismo era a nova maneira pela qual os ricos exploravam os pobres. Havia um número crescente de bases militares ocidentais. Portanto, a LCY se esforçaria por um mundo onde as nações estivessem mais intimamente ligadas umas às outras e orientadas umas para as outras, mas também fossem **‘independentes’ e capazes de decidir sobre seus próprios interesses e as coalizões que lhes fossem úteis.** As novas nações representavam ‘forças positivas’ tendentes à paz. Se fossem independentes, poderiam contribuir para a **paz mundial, que era o objetivo da diplomacia iugoslava.** Uma verdadeira política de paz implicava a coexistência ativa, incluindo o pleno entendimento de

independência, soberania, igualdade, integridade territorial, não ingerência nos assuntos internos de outros países ou nações e não filiação a nenhum bloco. As economias de todos os países devem estar interligadas. A Iugoslávia agora se obrigava a seguir tal linha nas relações internacionais por meio da organização mundial, visando torná-la universal.

O novo programa do partido provocou uma nova ruptura nas relações entre Moscou e Belgrado, mas não tão grave quanto a de 1948 (JAKOVINA, 2017, p. 476-477, grifos nossos)

Vemos, então, que a partir de 1958, as principais ideias do não-alinhamento iugoslavo, formuladas sobretudo a partir de 1948, com a expulsão do então KPJ do Cominform, e amadurecidas ao longo de 10 anos de aproximações e distanciamentos em relação aos Blocos Capitalista e Socialista, bem como com contatos cada vez mais intensos com o Terceiro Mundo, passam a integrar formalmente os documentos da SKJ, como vemos nas partes grifadas do excerto acima. Inclusive, os trechos destacados também apontam para ideias políticas que estão amadurecendo do outro lado do Atlântico, no Brasil, e que vão contribuir as bases da Política Externa Independente a partir de 1961 no país americano.

A partir do segundo semestre de 1958 Tito irá retomar mais fortemente suas iniciativas internacionais. Na primeira quinzena de julho recebe na Iugoslávia o presidente egípcio Nasser, com quem realiza algumas viagens pelo país e conversações (ZDUNIK, 1980, p.389-390). E em 3 de dezembro, Tito zarpa de Dubrovnik, a bordo do Galeb, com destino ao país-sede da Conferência de Bandung, Indonésia, onde terá reuniões com Sukarno, o quarto principal fundador do MNA²⁰¹ (ZDUNIK, 1980, p. 390; JAKOVINA, 2017, p. 477).

Numa longa viagem de três meses, Tito irá se encontrar novamente com Nasser, em Port-Said (cidade agora pertencente a um país maior chamado República Árabe Unida, composto por Egito e Síria) em 5 de dezembro de 1958 e chegará na Indonésia em 23 de dezembro (ZDUNIK, 1980, p. 390). Ficará no país asiático até primeiro de janeiro de 1959, de onde partirá para a Birmânia (onde ficará de 8 a 10 de janeiro) (idem). Também visitará a Índia (13 a 19), o Ceilão (21 a 26), Etiópia (2 a 12 de fevereiro), Sudão (12 a 18), e novamente República Árabe Unida (Egito entre 20 e 22, e Síria entre 22 e 28) (ZDUNIK, 1980, p. 390;

²⁰¹ A definição sobre quais seriam os principais atores responsáveis pela criação do MNA é um tanto controversa. Especialistas e estudiosos oscilam entre quatro (Tito, Nehru, Nasser e Sukarno) ou cinco (adicionando Kwame Nkrumah, de Gana).

JAKOVINA, 2017, p. 477). De volta à Europa, e ainda antes de retornar à Iugoslávia, Tito visita a Grécia (entre 2 e 6 de março) (ZDUNIK, 1980, p. 390; RISTOVIĆ, 2020, p. 266)²⁰². Importante salientar que, com exceção da Grécia, todos os países visitados integravam o chamado Terceiro Mundo e iriam ser membros participantes da Conferência de Belgrado em 1961.

No período, para além de Tito, outros integrantes do governo iugoslavo também conduziam contatos no âmbito da política externa não-alinhada. Por exemplo, sobre um outro país que também estaria na Conferência de Belgrado em 1961:

Em outubro de 1959, Koča Popović, Secretário de Estado das Relações Exteriores, foi a Cuba após a sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU). Embora sua visita tenha sido anunciada como notícia de última hora, ele não se encontrou com o presidente Dorticos; não houve coletiva de imprensa conjunta ou encontro breve com o líder da revolução, Fidel Castro. O órgão do partido, *Hoy*, ‘ignorou completamente’ a visita de Popović, bem como as visitas de outros altos funcionários iugoslavos. Embora o mal-entendido estivesse apenas parcialmente ligado à sua diferente interpretação do marxismo e se devesse em grande parte a uma crise interna na ilha, foi significativo e provou ser o primeiro nas relações entre os dois países (JAKOVINA, 2017, 477-478)²⁰³.

Chegando ao último ano de nosso recorte histórico para este capítulo, temos o ano de 1960. Em 1960 Tito fará apenas uma única viagem internacional, para os EUA, entre os dias 20 de setembro e 4 de outubro (ZDUNIK, 1980, p. 390)²⁰⁴. Essa viagem será importante por três motivos principais. Um deles é que essa é a primeira viagem de Tito aos EUA. O outro, e principal, é que ele faz essa viagem no contexto da abertura da 15ª AGNU. Os dias de “debate geral” de alto nível, reunindo alguns dos mais relevantes chefes de Estado e de Governo da época (e de todo o século XX), estão inscritos entre os mais importantes da

²⁰² “Durante os 18 meses seguintes, [a Iugoslávia] recebeu um número sem precedentes de visitantes, desde chefes de estado ou estadistas proeminentes, como Nasser, Selassie, Sukarno, Sihanouk, William Tubman da Libéria, Raul Roa Garcia e Che Guevara de Cuba, e Paz Estenssoro da Bolívia, a numerosas delegações parlamentares, comerciais e militares ou missões de boa vontade da Ásia, África e América Latina.” (RAJAK, 2016, p.80)

²⁰³ Ainda que o autor não tenha nuançado – talvez de propósito - julgamos ser importante lembrar que em 1959 quaisquer que fossem as “interpretações do marxismo” em questão, elas possivelmente tinham muito menos peso ou relevância do que teriam dois anos depois, quando Cuba adota oficialmente o sistema socialista.

²⁰⁴ Ainda que na volta ele tenha visitado Nápoles, na Itália (ZDUNIK, 1980, p. 390).

história da organização. Por fim, além de um expressivo discurso da AGNU, Tito realizará importantes reuniões à margem do evento.

2.5.1 O discurso de Tito na AGNU e seus encontros em Nova York: 20 de setembro a 4 de outubro de 1960

Nos detendo à 15^a. Sessão da AGNU, presidida pelo irlandês Frederick H. Bolan, sob a então contestada secretaria-geral do sueco Dag Hammarskjöld, esta destaca-se por ocorrer no rescaldo do caso de espionagem dos EUA sobre a URSS, o “incidente U-2”²⁰⁵, e pelo número de chefes de estado ou de governo presentes: 32, o maior número da história das Nações Unidas. Entre outros, os líderes incluíam, além de Tito, Eisenhower dos EUA, Kruchev da URSS, Harold Macmillan do Reino Unido, Nasser do Egito, Nehru da Índia, Fidel Castro de Cuba, Sukarno da Indonésia, Gomulka da Polônia, Kwame Nkrumah do Gana, Ahmed Sékou Touré de Guiné, John Diefenbaker do Canadá, Robert Menzies da Austrália, Kadar da Hungria, rei Hussein I da Jordânia, Rei Frederico IX da Dinamarca e Príncipe (mais tarde Rei) Sihanouk do Camboja.

Uma das principais questões discutidas durante a 15^a Sessão da AGNU foi a independência de numerosos países africanos²⁰⁶, à medida que se libertavam de seus antigos governantes coloniais, e a independência do “Congo Belga” (atual República Democrática do Congo) em particular²⁰⁷.

A AGNU adotaria a resolução 1514(XV) “Declaração sobre a Concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais” em 14 de dezembro de 1960²⁰⁸, que garantia que os países e povos coloniais em nações independentes seriam reconhecidos pelas Nações Unidas. Este documento, um marco no processo de descolonização, foi aprovado pela maioria dos líderes mundiais, com 89 votos

²⁰⁵ Em 1º de maio de 1960, um avião espião U-2 dos EUA foi abatido pelas Forças de Defesa Aérea Soviéticas enquanto realizava um reconhecimento aéreo fotográfico do território soviético. Pilotada pelo piloto estadunidense Francis Gary Powers, a aeronave havia decolado de Peshawar, no Paquistão, e caiu perto de Sverdlovsk (atual Ekaterinburgo), após ser atingida por um míssil terra-ar. O incidente ocorreu cerca de duas semanas antes de uma reunião de cúpula que ocorreria entre Eisenhower e Kruchev em Paris, França, e que foi cancelada.

²⁰⁶ Inclusive a 15^a. Sessão da AGNU é marcada como a sendo de maior expansão de membros da história da organização, com 17 novos países integrantes (ESPÓSITO, 2019, p. 321).

²⁰⁷ A 15^a. Sessão da AGNU começou em 20 de setembro de 1961, no dia seguinte ao término da “4^a. Sessão Especial de Emergência”, realizada entre os dias 17 e 19 de setembro, justamente sobre a “Situação do Congo”.

²⁰⁸ O tema foi inicialmente proposto para inclusão na agenda por Kruchev, durante o seu discurso à AGNU em 23 de setembro de 1960.

“sim”, e com a notável exceção das potências coloniais e imperialistas, que apesar não votarem “não”, se abstiveram²⁰⁹.

Essa Sessão também foi marcada por uma série de discurso históricos, a começar pelos três primeiros, de Horácio Lafer (Brasil), Eisenhower (EUA) e Tito (Iugoslávia). Mas também merecem destaque, literalmente por sua amplitude, os discursos de Kruchev, Fidel, Touré e Sukarno. Para além do longuíssimo discurso do indiano VK Krishna Menon em 1957 (aproximadamente oito horas de duração, sobre a Caxemira²¹⁰), os quatro discursos mais longos da história da AGNU foram proferidos na sessão de 1960. Em ordem de duração, estes foram o discurso de 269 minutos de Castro, o de Touré que durou 144 minutos, o de Krushev de 140 minutos²¹¹, e o de Sukarno de 121 minutos²¹².

Quanto, especificamente, ao discurso do Tito, procederemos uma breve análise, pois o mesmo age como uma forte síntese e expressão da política externa iugoslava e dos desdobramentos teóricos e práticos dos últimos anos, como na Declaração de Brioni. Primeiramente analisaremos sua forma. O discurso de Tito, o terceiro realizado no dia 22 de setembro, após Brasil e EUA, foi também longo. A título de comparação, nas transcrições oficiais da ONU, o discurso de Horácio Lafer se estendeu por 14 parágrafos entre as páginas 43 e 45²¹³. O discurso de Eisenhower foi maior, se estendendo por 70 parágrafos, entre as páginas 45 e 50. O discurso de Tito se estendeu por 80 parágrafos, entre as páginas 50 e 58. Contudo, os três ficaram bastante aquém do supracitado discurso de Castro, realizado dia 26 de setembro, e que se estendeu por 177 parágrafos, entre as páginas 117 e 136²¹⁴.

²⁰⁹ Se abstiveram: Bélgica, França, Portugal, Espanha, África do Sul, Reino Unido, Estados Unidos e, curiosamente, a República Dominicana. Daomé não compareceu. (Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/662085>).

²¹⁰ “O discurso mais longo já proferido na ONU foi feito em 1957 pelo político indiano VK Krishna Menon, que falou durante quase oito horas enquanto defendia a posição da Índia na Caxemira.” (Disponível em: <https://www.guinnessworldrecords.com/world-records/longest-un-speech>; <https://ask.un.org/faq/37127>).

²¹¹ A participação de Kruchev também foi marcada pelo insólito episódio no qual o líder soviético teria dado sapatadas na mesa.

²¹² Disponível em: <https://ask.un.org/faq/37127>.

²¹³ Neste documento encontramos os três discursos, disponível em: <https://documents.un.org/doc/undoc/gen/nl6/006/97/pdf/nl600697.pdf?token=tcrX4O89Mbg9S68gB9&f e=true>. Acesso em: 20 fev. 2024.

²¹⁴ Disponível em: <https://documents.un.org/doc/undoc/gen/nl6/007/00/pdf/nl600700.pdf?token=rB50b8ysUvqLINcYAf&f e=true>. Acesso em: 20 fev. 2024.

O discurso de Tito pode ser dividido, grosso modo, em 5 partes: uma parte introdutória mais geral, uma parte de críticas ao colonialismo e de apoio à descolonização, uma parte dedicada ao problema do desarmamento, uma parte dedicada à “coexistência pacífica”, e uma parte final, resumindo e sintetizando os principais pontos e argumentos do discurso.

A introdução vai dos parágrafos 89 ao 105, no qual ele declara satisfação pelo ingresso de novos membros na ONU, e pela independência destes países ingressantes, especialmente os africanos, e já esboça suas preocupações com a “paz” e a “Estabilização mundial”. Também condiciona a “universalidade real” da ONU à “independência de todos os povos” sob o “domínio colonial” e à representação da China Popular na ONU. Aponta que o período seria o mais incerto desde o fim da guerra, critica os constantes usos de “posições de força” para resolver os problemas internacionais e defende que todos os países, grandes ou pequenos, devem usar a ONU para resolver pendências.

Tito inicia uma defesa das lutas por independência e pelo desenvolvimento, critica o que ele considera o fim do ambiente gerado pelas sessões em Camp David em 1959²¹⁵, bem como “o fracasso da Conferência de Chefes de Estado” em Paris, “o fracasso das conversações de Genebra sobre o desarmamento” e “os contínuos adiamentos do acordo básico para proibir os testes de armas nucleares e termonucleares”, apontando para o reaparecimento da “guerra fria”. Também mostra-se preocupado com o “recente pedido de autorização para equipar a ‘Bundeswehr’ com armas nucleares,” e com “o ressurgimento do militarismo na República Federal da Alemanha”

A segunda parte do discurso vai, aproximadamente, dos parágrafos 106 ao 129. Aqui Tito vai efetuar críticas às “potências coloniais” e “Outras potências que as apoiam” pela “guerra na Argélia”, e “outros conflitos e crises, como é o caso do Congo, de Cuba, do Laos e do Irián ocidental e ameaçam gravemente a paz mundial”. Esboça já a ideia de que o “desarmamento” é um dos “principais problemas do mundo” e relaciona “descolonização” e “progresso econômico” como necessários para o derramamento e a “coexistência pacífica”.

²¹⁵ As conversas em Camp David ocorreram entre os dias 25 e 27 de setembro, e resultou em uma “Declaração Conjunta” disponível em: <https://www.presidency.ucsb.edu/documents/joint-statement-following-discussions-with-chairman-khrushchev-camp-david>. Acesso em: 20 fev. 2024.

No discurso, Tito considera a descolonização como uma “evolução histórica inevitável” e que os países coloniais e desenvolvidos estão resistindo. Cita de novo a guerra na Argélia, a situação do Congo, menciona “acontecimentos na África do Sul” e faz uma defesa do “governo revolucionário” de Cuba. Manifesta o receio de a guerra fria se espalhar pelos novos países independentes e transformá-los em “semeadores de luta e perigo bélico”. Também faz uma íntima relação entre “domínio colonial” e “menor desenvolvimento”. Culpa sobretudo a Bélgica e seus “interesses egoístas” pela crise no Congo, descrevendo os processos pelos quais isso acontece, e culpa também “aqueles que apoiam ou toleram essa situação”, além de criticar a ONU por “omissões” e “deficiências” sobre o caso, lembrando que a Iugoslávia fez um “pedido de convocação do Conselho de Segurança de 8 de setembro de 1960” para o tema.

O presidente detalha a guerra da Argélia, defendendo a luta do povo argelino por “liberdade, paz, independência e igualdade” e criticando a França por seus métodos. Ainda sobre a África, qualifica as políticas “de discriminação e opressão racial seguida pelo Governo da União da África do Sul” como “anti-históricas”, e insta a ONU a prestar uma atenção “maior e mais efetiva a este problema”.

A partir do parágrafo 122 Tito inicia uma análise sobre os problemas das relações coloniais e pós-coloniais entre (ex-)metrópoles e (ex-)colônias, a natureza exploratória e desigual, e como isso pode, além de acentuar as diferenças entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, como pode ser um fermento para conflitos atuais e futuros. Também analisa a evolução dos territórios sob jugo colonial para países independentes e o papel da ONU para isso nos últimos 15 anos.

No parágrafo 124 Tito aponta para a relação entre a “existência de uma grande disparidade entre os países subdesenvolvidos e as regiões mais desenvolvidas do mundo” e conceitua que:

Esta disparidade e atraso nas suas mais diversas formas, a fragilidade econômica e a dependência de alguns países e regiões são o que necessariamente dão origem a condições que se prestam a interferências externas, a tentativas de estabelecimento e redistribuição das chamadas esferas de influência. Como todos sabemos, tudo isto conduz a conflitos políticos e dificulta a estabilização política e econômica.

Achamos interessante trazer esse parágrafo completo pois julgamos que ele oferece indiretamente uma análise muito aguda do momento político da América Latina com os EUA na época, inclusive as consequências de política interna e externa para o Brasil.

O presidente iugoslavo prossegue sugerindo que a ONU forneça diretamente, ajuda econômica aos países, para evitar problemas já vistos anteriormente em momentos em que a “ajuda” se deu de formas problemáticas entre um país mais forte e outro mais fraco. Aqui também fazemos uma ponte com o contexto latino-americano, pois, de certo modo, essa proposta vai teoricamente contra tanto a proposta da “Operação Pan-americana” promovida por JK junto ao Eisenhower em 1958²¹⁶, quanto à proposta da “Aliança para o Progresso” promovida por Kennedy em 1961.

Tito critica ainda o fato de que os países ricos não colocam na ONU recursos suficientes para uma ajuda desse nível, e termina aceitando que os países subdesenvolvidos aceitem ajuda de terceiros, desde que essas ajudas não estejam sujeitas “a [pré]condições políticas, econômicas ou outras”. E prossegue com a crítica sobre:

a situação absurda de que os países mais desenvolvidos gastam em armamentos uma soma igual à produção total dos países subdesenvolvidos, e que um décimo da produção do nosso planeta é convertido em fundos destinados à destruição e à devastação em vez de serem destinados ao avanço e progresso da humanidade.

Nessa citação percebemos alguns elementos das iniciativas discursivas e políticas que vão pedir que o dinheiro poupado pela corrida armamentista seja convertido em auxílio econômico para os países subdesenvolvidos.

Encerrando essa parte do discurso, o presidente incita a ONU a uma ação de grande escala de ajuda econômica aos novos países da África para que possam “consolidar sua independência” e progredir, inclusive afirmando que a Iugoslávia:

está pront[a] para examinar, juntamente com outros países, a possibilidade de aumentar a assistência aos países recentemente libertados de África, sob a forma de peritos, materiais e fundos. Ao mesmo tempo, o meu país está pronto a desistir, em favor dos novos países africanos, a uma parte considerável da assistência

²¹⁶ Ver mais de detalhes no capítulo sobre a formação da política externa brasileira.

que tem recebido até agora através do programa de assistência técnica das Nações Unidas.

Tito ainda amplia a análise para a Ásia e América Latina, opinando que **“Os problemas da América Latina devem ser resolvidos sobretudo através da industrialização acelerada”** (grifos nossos), pois “As novas condições econômicas que prevalecem no mundo exigem uma diversificação das economias nacionais.”, e critica como anormal “que muitos produtos latino-americanos estão à mercê do chamado livre jogo da oferta e da procura nos mercados mundiais.” Ainda que cite Cuba como um caso em que há forças de resistência a esse processo, percebemos aqui uma ligação com a política externa do Brasil então praticada, e que vai se desenvolver ainda mais na PEI²¹⁷. Quanto à Ásia, o discurso basicamente elogia a industrialização do continente e a formação de técnicos, apesar da “falta de recursos financeiros”.

A terceira parte do discurso vai, aproximadamente, dos parágrafos 130 ao 150. Nessa parte Tito vai explorar com bastante ênfase o interesse iugoslavo pelo desarmamento, como “um dos problemas fundamentais da guerra e da paz”, criticando a falta de ações práticas nesse sentido e argumentando que “o desarmamento” é de “extrema urgência” e desempenha “um papel [...] talvez mais vital do que nunca.”.

Em longos trechos temos críticas incisivas aos gastos excessivos, às políticas insuficientes de “equilíbrio” e “controle”, pedidos pela “proibição de testes de armas nucleares”, e análises de variados contextos e dos desenvolvimentos políticos mais recentes (especialmente entre as “Grandes Potências”), fazendo inclusive críticas mais ou menos veladas.²¹⁸ Vemos também uma grande insistência no “desarmamento geral e completo”, não como “ilusório”, mas sim como “a única solução possível e duradoura”, inclusive citando o apoio dado pelo país à iniciativa da URSS anunciada “perante a Assembleia Geral em 18 de setembro de 1959, bem como outras propostas soviéticas subsequentes que se concentraram ampla e diretamente em verdadeiras medidas de desarmamento.”

Finalizando essa parte, o presidente ainda insiste na necessidade de se realizar, ainda na 15ª. Sessão, acordos, procedimentos, organismos e

²¹⁷ Também conferir no capítulo específico sobre a política externa brasileira.

²¹⁸ Destacamos a “crítica” aos EUA no “caso U-2” ao dizer, no parágrafo 140, que “não se pode presumir que seja possível, ao mesmo tempo, manter negociações e violar a soberania e as fronteiras nacionais da outra parte”.

encaminhamentos objetivos e mais eficientes dos que eventualmente tentados anteriormente, instando especialmente as “grandes potências, e colocando a Iugoslávia como completamente disponível para auxiliar em eventuais avanços”.

A quarta parte do discurso vai, aproximadamente, dos parágrafos 151 ao 161. Nessa parte Tito vai explorar as noções e práticas da “coexistência pacífica”, tão importante para a estruturação da política de não-alinhamento da Iugoslávia, e de suas aproximações com os países participantes da Conferência de Bandung, especialmente a Índia.

Tito já inicia essa parte estabelecendo um fortíssimo vínculo entre “a paz”, o “futuro da humanidade” e a “coexistência pacífica”:

Para que o mundo moderno possa enfrentar com sucesso os problemas que acabo de mencionar e todos aqueles dos quais dependem a paz e o futuro da humanidade, é essencial que todos os povos, sem exceção, aceitem os princípios da coexistência e, mesmo mais, aplicá-los nas suas relações mútuas com todos os países do mundo e em todas as ocasiões.

E explica:

O princípio da coexistência, tal como o entendemos, é que a existência de diversos regimes sociais não deve ser motivo para conflitos bélicos ou opor-se à cooperação pacífica entre Estados e povos. O segundo princípio fundamental da coexistência pacífica é que as controvérsias devem ser resolvidas pacificamente e que a força e a guerra devem ser proibidas nas relações internacionais. O terceiro princípio fundamental consiste em cumprir a obrigação de não ingerência nos assuntos internos de outros povos e Estados e reconhecer o direito de cada povo de organizar o seu próprio desenvolvimento interno e a sua própria vida.

Em seguida Tito lamenta as “obstruções” que percebe à coexistência pacífica, listando uma série de ações e “elementos que se opõem ao desenvolvimento adequado das relações e da cooperação internacionais”, e atrela a paz à “igualdade entre Estados e nações, grandes e pequenas,” criticando, novamente, a disparidade entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, “a corrida armamentista” e “a continuação da guerra fria” além da “política de força”.

O líder iugoslavo também defende que “nas atuais circunstâncias” a coexistência pacífica não seria “apenas como uma necessidade prática, mas também [...] um imperativo” pois “Sem ela só poderemos viver num estado de

‘guerra fria’ quase constante, ou marchar ‘à beira da guerra’, para finalmente cair numa guerra antiga, que implicaria a destruição total, que todos devemos evitar.”

E argumenta sobre a íntima proximidade dos princípios da “política de coexistência pacífica” e os princípios da Carta da ONU:

Os princípios fundamentais da coexistência são verdadeiramente uma interpretação viva e criadora do espírito e dos princípios da Carta da nossa Organização. Ao tornarmos-nos Membros das Nações Unidas, comprometemo-nos a observar e aplicar estes princípios e, portanto, também a prosseguir uma política internacional que seja plenamente consistente com os conceitos e práticas de coexistência entre as nações, **independentemente das suas diferenças raciais, ideológicas** ou não. Por esta razão, é totalmente incompatível com os princípios da coexistência e, portanto, com os princípios da Carta das Nações Unidas, não só defender e aplicar uma política de força e o direito dos mais fortes, mas também defender e aplicar discriminação racial, intervindo nos assuntos internos de outros povos com pretextos ideológicos e políticos, exercendo pressão econômica e discriminação dos mais fortes contra os mais fracos ou aplicando qualquer método de pressão moral e política (grifos nossos).

Finalizando essa parte, e após argumentar o compromisso da coexistência pacífica com a descolonização, com a paz e com a estabilidade mundial, Tito diz que a Iugoslávia:

tem procurado, desde o seu início, estabelecer nesta base relações com países de diferentes partes do mundo. Portanto, pensamos que o nosso país serviu não apenas aos seus próprios interesses e aspirações nacionais, mas também a causa geral do mundo. **Como país totalmente independente, atua com a convicção de que segue um rumo que, no mundo de hoje, é o mais seguro para conduzir à paz e à cooperação internacional ativa.** Seguindo este caminho, o meu país estabeleceu relações benéficas com todas as nações que estavam dispostas a cooperar com base no respeito mútuo, na igualdade e na não intervenção. Por outro lado, a Iugoslávia encontrou neste caminho um certo número de países e povos de todos os continentes que, **guiados pelas mesmas aspirações**, constituíram uma força benéfica para a paz nos tempos da guerra fria. Na atual evolução da situação internacional, estes países e povos têm sido os que têm desenvolvido os esforços mais constantes para alcançar a coexistência no mundo, para garantir a paz baseada no progresso e na igualdade de direitos. Por esta razão, estes países independentes recorreram, em primeiro lugar, à nossa Organização, vendo nela e na sua Carta um instrumento poderoso para realizar as suas próprias aspirações, bem como os desejos gerais da humanidade. Cabe-nos, portanto, hoje mais do que nunca, demonstrar nesta sessão da Assembleia, através das decisões que adotamos, que a sua confiança na nossa Organização foi justificada (grifos nossos).

Após essa eloquente defesa das características da política externa iugoslava, da coexistência pacífica e de suas aproximações com o Terceiro Mundo, Tito se encaminha para o final de seu discurso, advogando o desejo de que os povos “avancem em direção a um futuro melhor”, e que os “princípios que constituem a base de toda a nossa política externa [...] consistem simplesmente na aplicação das declarações da Carta das Nações Unidas.”

A quinta e última parte do discurso vai, aproximadamente, dos parágrafos 162 ao 169. Como o próprio Tito promete “resumir os nossos pontos de vista”, e julgamos que ele foi muito bem-sucedido na proposta, transcrevemos na íntegra os parágrafos finais do discurso:

163. Acreditamos e afirmamos que no mundo de hoje e de amanhã não há outra solução senão a coexistência ativa e pacífica. Por ela entendemos a possibilidade e a necessidade de desenvolver uma cooperação duradoura entre os países com distintos regimes sociais e políticos.

164. No que diz respeito à questão transcendental do desarmamento, encontramos-nos diante de uma contradição aparentemente insolúvel. Por um lado, a guerra tornou-se cada vez mais absurda devido ao tremendo poder destrutivo das armas atuais. Por outro lado, a acumulação destas armas cada vez mais destrutivas conduz, por si só, à guerra. É evidente que a única solução é impedir a acumulação contínua destas armas, ou seja, o desarmamento. A este respeito, insistimos que as conversações sobre o desarmamento, num quadro adequado, sejam retomadas o mais rapidamente possível. Se por ora não for alcançado um acordo sobre o desarmamento geral, estamos prontos a aceitar um acordo parcial. Assim que aceitarmos a ideia de um acordo parcial, teremos de aceitar o fato de que tal acordo não será perfeito. Mas é evidente que os riscos que isto acarreta serão muito inferiores aos que acarretam o atual rearmamento desenfreado.

165. Este critério determina também a nossa atitude face a certas tendências que podem levar a uma divisão geral do mundo e que constituem evidentemente um dos fatos e fatores negativos básicos da vida internacional contemporânea e uma das principais causas da chamada guerra fria. Consequentemente, qualquer prolongamento e agravamento desta luta conduz necessariamente à intensificação da guerra fria, a campanhas de propaganda, a atitudes extremas e excludentes e à adoção dessas atitudes por todos os países, com o que se deformam e tornam ainda mais tensas as relações internacionais e se intensificam e se agravam as disputas pendentes, o que provoca novos conflitos e torna mais difícil um acordo.

166. Sempre procuramos, especialmente em situações de tensão, falar sobre as diversas propostas e iniciativas baseadas, não na sua origem, mas nas possibilidades que oferecem para a consolidação da paz. Por exemplo, demos o nosso total apoio à

proposta da União Soviética de desarmamento geral e completo, e voltamos a fazê-lo hoje. **Daremos continuidade a esta linha de conduta no futuro e daremos o nosso apoio a qualquer iniciativa - independentemente da sua origem - que, em nossa opinião, contribua para a consolidação da paz.**

167. De tudo o que foi dito, conclui-se que **não pensamos que a forma de salvar a perigosa situação em que o mundo se encontra atualmente consiste em juntar-se a um lado ou a outro e, muito menos, em agravar a luta entre eles.** Estamos convencidos de que a solução consiste em superar progressivamente os obstáculos que esta luta traz consigo²¹⁹ e em substituir e eliminar gradualmente as alianças militares existentes. Por exemplo, é evidente que a coexistência num ambiente de corrida armamentista não pode de forma alguma servir de base para uma paz duradoura e estável. Pelo contrário, a única forma de garantir e consolidar a paz é promover uma ampla cooperação em todas as questões²²⁰ de interesse geral e lutar decididamente pelo desarmamento e pela abolição das relações desiguais.

168. Finalmente, acreditamos e afirmamos que a guerra já não é inevitável, ou melhor, que existem perspectivas reais para uma eliminação permanente da guerra como instrumento de política e meio de resolução de controvérsias internacionais. Esta nossa convicção baseia-se no cálculo de que as forças do mundo que estão inclinadas para a guerra para atingir os seus objetivos e que, conseqüentemente, se preparam para a guerra, podem ser isoladas e tornadas inofensivas através de uma política de paz adequada. Por outras palavras, acreditamos que a esmagadora maioria da humanidade se opõe à guerra, que as condições materiais, sociais e políticas favoráveis à manutenção da paz se tornam cada dia mais concretas e que as forças que se opõem à guerra são atualmente suficientemente fortes e capaz de impedir que ela exploda.

169. Estes são os princípios básicos em que se inspira a política externa da Iugoslávia. Espero que as explicações que acabo de dar contribuam para uma melhor compreensão destes princípios e de toda a nossa política externa. Estou convencido de que neste quadro se esclarecerá porquê e em que sentido atribuímos especial atenção à participação dos chamados países não comprometidos na melhoria das relações internacionais, e ao grande papel que eles podem e devem desempenhar as Nações Unidas a este respeito (grifos nossos)

²¹⁹ Em vários momentos fomos tentados a fazer uma análise mais detalhada do discurso do Tito, mas por restrições de espaço, tempo e escopo, optamos por não fazer. Contudo não resistimos em apontar essa passagem que consideramos altamente “idealista” vinda de alguém, em tese, interessado no “materialismo histórico-dialético”. Nos parece que, numa eventual análise pautada pelo “materialismo histórico-dialético”, seria muito mais provável chegar à conclusão que “superar progressivamente os obstáculos que esta luta traz consigo” não teria maior possibilidade de sucesso através da instituição ONU do que empregando outros métodos, como o fim do capitalismo e/ou o espalhamento e triunfo de uma revolução mundial.

²²⁰ No mesmo sentido da nota anterior, uma afirmação como essa não é muito convergente com o conceito de marxista de imperialismo, por exemplo, no qual o capitalismo tende, de certo modo e inerentemente, a promover a exploração de um país por outro. Inclusive, coincidentemente ou não, Tito não usa o termo “imperialismo” nenhuma vez nesse discurso. Curiosamente, Eisenhower usa o termo “imperialista” em seu discurso.

Em nosso entendimento, os trechos acima trazem muito do que podemos considerar sobre a política externa da Iugoslávia, com talvez a exceção quanto às críticas ao mundo bipolarizado em dois blocos principais. Se o desarmamento, o anticolonialismo e a coexistência pacífica estão bem discutidos, uma oposição mais clara aos blocos Capitalista e Socialista aparece de forma bem mais sutil.

Essa viagem de Tito para os EUA também será marcada pela reunião, à margem da AGNU, mas de certo modo concomitante a ela, do líder iugoslavo com mais quatro outros líderes não-alinhados (isto é, nesse momento, não formalmente integrado aos blocos, e em breve, formalmente descritos como não-alinhados): Sukarno, Nehru, Nasser e Nkrumah. Nos dizeres de Jakovina (2017, p. 478-479):

Em 1960, os líderes de cinco países do Terceiro Mundo, Indonésia, Índia, Egito, Gana e Iugoslávia, reuniram-se nas dependências da Missão Iugoslava nas Nações Unidas, à margem do jubiloso 15º aniversário da Assembleia Geral das Nações Unidas. A reunião ocorreu sob o impacto do incidente do avião espião U-2 e do fracasso da reunião do presidente dos EUA Dwight Eisenhower e Nikita Khrushchev em Paris, enquanto a crise de Berlim se aprofundava. A cidade tunisina de Bizerta ainda estava sob ocupação francesa. As tensões entre os Estados Unidos e a Cuba de Castro estavam aumentando e a guerra estava sendo travada em Angola, Argélia e Vietnã. Tito e seus convidados escreveram uma carta à Assembleia Geral das Nações Unidas. A iniciativa dos cinco líderes foi intencionalmente ambiciosa e irrealista. Pedia a retomada imediata das negociações entre a Casa Branca e o Kremlin, o que mostrava que os países participantes do Terceiro Mundo também estavam prontos para agir globalmente. A preocupação com o mundo não deve ser deixada apenas para as grandes nações.

Essa reunião, que envolveu os cinco principais membros do futuro estabelecimento do Movimento dos Países Não-Alinhados²²¹, a partir da Conferência de Belgrado no ano seguinte, teve algumas implicações importantes, para além dessa aproximação ainda maior dos cinco líderes, gerando uma intensa atividade diplomática, com um rascunho de resolução²²² e cartas²²³ assinadas pelo cinco

²²¹ “Os carismáticos ‘pais fundadores’ do movimento – nomeadamente Jawaharlal Nehru, Gamal Abdel Nasser, Kwame Nkrumah, Sukarno e Josip Broz Tito – dotaram os não-alinhados de relevância política.” (LÜTHI, 2016, p. 108)

²²² “Ghana, India, Indonesia, United Arab Republic and Yugoslavia. Letter dated 29 Sep 1960 transmitting draft resolution calling for the renewal of contacts between the President of the USA and the Chairman of the Council of Ministers of the USSR. A/4522 (revised by A/L.317)” (Disponível em: https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/2020/06/a15-emergency_special_sess-4_1.pdf)

circulando pelos corpos diplomáticos reunidos em Nova York. Na descrição de Rubinstein (1970, p. 104-105):

Em 1º de outubro de 1960, na sessão da Assembleia Geral, a Índia, a U.A.R., Gana, Indonésia e Iugoslávia tentaram patrocinar uma reunião entre o primeiro-ministro Khrushchev e o presidente Eisenhower. Os líderes dos cinco estados não-alinhados solicitaram aos Estados Unidos e à União Soviética que ‘renovassem os seus contatos, interrompidos recentemente, para que a sua vontade declarada de encontrar soluções para os problemas pendentes através da negociação pudesse ser progressivamente implementada’. Com uma indiferença hipócrita e insensível aos sentimentos dos não-alinhados que caracterizaram a política externa americana durante esse período, os Estados Unidos recusaram, um erro agravado pela sua tentativa desajeitada de fazer com que a Austrália organizasse uma reunião das quatro grandes potências. (em vez dos Dois Grandes), o que evocou um raro insulto em Nehru: ‘Não quero que uma potência, ou duas potências, ou quatro, ou seis, finalizem qualquer coisa para o resto de nós. Nenhum grupo de potências, por maior que seja, pode decidir o destino do mundo.

Na interpretação de Rajak (2016, p. 85-86):

Embora em última análise sem sucesso, o projeto de resolução apresentado por Nehru, Tito, Nasser, Sukarno e Nkrumah, e particularmente a forma como foi preparado, demonstraram um elevado nível de coordenação e vontade de agir conjuntamente. Pela primeira vez, os líderes não empenhados agiram como um grupo, declarando a sua intenção de se tornarem uma força diplomática a ser reconhecida na ONU, bem como a sua determinação em fazer da sua Assembleia Geral um fórum para abordar questões globais.

²²³ Nós conseguimos encontrar a “*Letter From Certain Heads of State to the President*”, assinada por Nkrumah, Nehru, Sukarno, Nasser e Tito e destinada a Eisenhower (Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1958-60v02/d197>. Acesso em: 20 fev. 2024), e que entendemos que deva haver uma de igual teor endereçada a Kruchev (essa mesma prática, de enviar uma carta de igual teor aos líderes das superpotências, foi adotada no ano seguinte pelos líderes reunidos em Belgrado; e há, no documento da ONU disponível no link acima, além de uma menção a uma resposta de Eisenhower à carta, datada de 3 de outubro, também uma menção a uma resposta de Kruchev datada de 5 de outubro); e duas discussões sobre as cartas endereçadas ao “Presidente da Assembleia Geral”, intitulada “*LETTER DATED 29 SEPTEMBER 1960 FROM THE PRESIDENT OF GHANA, THE PRIME MINISTER OF INDIA, THE PRESIDENT OF INDONESIA, THE PRESIDENT OF THE UNITED ARAB REPUBLIC AND THE PRESIDENT OF YUGOSLAVIA ADDRESSED TO THE PRESIDENT OF THE GENERAL ASSEMBLY (A/4522)*” disponível nos “*Official Records*” do “*883rd Plenary Meeting*” de 3 de outubro (Disponível em: <https://www.un.org/depts/dhl/dag/docs/apv883e.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2024), e do “*887rd Plenary Meeting*” de 5 de outubro. No primeiro texto temos uma cobrança curta por parte do presidente da AGNU para um posicionamento da mesma quanto à apreciação do “*draft resolution*” apresentado pelos cinco e com proposta de alteração da Austrália, seguido por comentários de representantes de Argentina, Grécia, Guiné e El Salvador. No segundo texto, o presidente da AGNU chama de novo atenção ao tema da carta, com o rascunho da resolução, e os debates seguem com representantes do Egito, Austrália, Gana e Nepal.

Em todo caso, nos parece mais um importante “tijolo” no “muro” do não-alinhamento em geral, e do não-alinhamento iugoslavo em particular.

2.5.2 As relações da Iugoslávia com outros países “Neutros da Europa” e algumas consequências econômicas e culturais do não-alinhamento iugoslavo

Terminado esse ciclo de 1955 a 1960 que julgamos fundamental para a estruturação da política de não-alinhamento da Iugoslávia, que envolve uma aproximação cautelosa com os blocos Capitalista e Socialista e uma aproximação bastante importante com os países do Terceiro Mundo – especialmente com aqueles que em breve, junto com o país europeu, irão construir o MNA – agora intentamos dar um breve panorama de dois assuntos que nos parecem importantes: as relações da Iugoslávia com outros países “neutros” na Europa e algumas das consequências econômicas e culturais do não-alinhamento iugoslavo no período por nós estudado.

2.5.2.1 As relações da Iugoslávia com outros países “Neutros da Europa”

Quanto ao primeiro tema, após os anos de pesquisa, não temos certeza se a análise é simples ou complexa. Se for simples, as relações entre a Iugoslávia e os demais países neutros da Europa foram muito aquém do que poderiam e/ou do que seria esperado, visto as aparentes convergências e semelhanças entre “não-alinhamento” e “neutralidade”. Se for complexa, as relações estiveram num nível de tamanha sutileza e/ou segredo que não conseguimos qualificar como relações intensas e/ou construtivas.

A Europa, em fins dos anos 1950 e início dos 1960, contava com cinco países que se diziam “neutros”, além da Iugoslávia: Suécia e Suíça, reconhecidamente neutros desde o século XIX, Finlândia e Áustria, “neutralizadas” no pós-Segunda Guerra Mundial, e Irlanda (ESPÓSITO, 2019, p. 322)²²⁴.

Se considerarmos como critério as viagens internacionais de Tito como líder da Iugoslávia, no longo período de 1945 a 1980, temos uma evidência interessante. Tito visitou a Finlândia duas vezes, entre 1 e 6 de junho de 1964, e entre 29 de julho

²²⁴ “Vários outros pequenos e microestados da Europa Ocidental adotaram políticas de neutralidade ou podem ser vistos como neutros no sentido de que permanecem fora da OTAN. Chipre (ou seja, a República Grega de Chipre, na metade sul da ilha dividida) e Malta declararam políticas de neutralidade. Andorra, a Santa Sé (Cidade do Vaticano), Liechtenstein e São Marino são microestados que são membros da OSCE, mas estão fora da OTAN.” (COTTEY, 2018, p. 5).

a 3 de agosto de 1975 (no contexto Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa - CSCE); a Áustria também duas vezes, entre 13 e 17 de fevereiro de 1967, e em 12 de outubro de 1969; a Suécia uma vez, entre 30 de março a 1 de abril de 1976; e a Irlanda, uma vez, de passagem, no contexto da viagem aos EUA em março de 1978 (ZDUNIK, 1980, p. 399). Ele nunca visitou a Suíça²²⁵. Para um grande contraste, no mesmo período, Tito visitou o Egito 14 vezes.

Inúmeros autores postulam e tentam explicar, com maior ou menor sucesso, a aparente cisão entre a Iugoslávia não-alinhada e os demais países “Neutros Europeus”. Um dos principais e mais recorrentes pontos, ainda que certamente não o único, é que o não-alinhamento iugoslavo seria mais “ativo”, e as demais neutralidades europeias seriam mais “passivas”:

Áustria e Suíça, pelo direito internacional, e a Suécia, por tradição, são hoje considerados estados neutros. Eles se abstêm de participar de conflitos e assumem uma posição neutra ou intermediária entre os dois blocos. **O não-alinhamento difere da neutralidade clássica principalmente porque é uma política ativa e não passiva.** Países não-alinhados não assumem uma posição intermediária nas disputas, mas sim tentam julgar o problema objetivamente e encontrar uma solução equitativa. **Assim, um país não alinhado pode concordar ou discordar de um determinado bloco dependendo da questão específica.** Este julgamento é feito, pelo menos em princípio, independentemente da ideologia ou do sistema político, mas isso não implica uma posição neutra em relação à ideologia ou ao sistema político no seu valor intrínseco. No entanto, ambos os grupos partilham uma não adesão a grupos político-militares e a luta pela paz (CONNORS, 1972, p. 61-62, grifos nossos)

Outra passagem que vai em sentido semelhante:

Os estrategistas do Subsecretário Permanente do Ministério das Relações Exteriores produziram uma análise sobre o papel que os países neutros desempenhavam na Guerra Fria muito antes do anúncio de Tito. O seu confiante relatório, datado de 30 de Janeiro de 1961, **distinguiu entre países neutros e neutralistas. Utilizaram a primeira categoria, mais ampla, para países como a Suécia, a Irlanda e a Indonésia, que não pertenciam oficialmente a nenhum dos blocos de superpotências (estados neutros), enquanto os países economicamente subdesenvolvidos, muitas vezes com antecedentes coloniais, pertenciam ao outro bloco, categoria mais restrita (estados neutralistas)** (VUKMAN, 2012, p. 43).

²²⁵ Sob o aspecto estritamente formal, o Vaticano também era um país neutro, e Tito o visitou em 29 de março de 1971.

Em livros abrangentes como o *“The European Neutrals and NATO: Non-alignment, Partnership, Membership?”*, editado por Andrew Cottey, traz-se um capítulo para cada um dos países “neutros” da Europa, mas nenhum dedicado à Iugoslávia – ou a Sérvia. Quando o próprio Cottey trata a Iugoslávia no bojo dos países neutros, tende a focar mais nas diferenças entre “todos”²²⁶ e a Iugoslávia, do que nas semelhanças que poderiam uni-los²²⁷.

Agora procederemos uma breve análise das relações iugoslavas com cada um desses países neutros da Europa. Quanto à Áustria, a relação desta com a Iugoslávia possuía nuances e uma historicidade muito próprias. Primeiro pois,

²²⁶ “Embora a Áustria, a Finlândia, a Irlanda, a Suécia, a Suíça e a Iugoslávia partilhassem a característica comum de serem neutrais, havia variedades significativas de neutralidade dentro do grupo. **A Áustria, a Irlanda, a Finlândia, a Suécia e a Suíça eram todas democracias e economias de mercado e, portanto, em certo sentido, Estados ocidentais, enquanto a Iugoslávia era um Estado comunista.** A política da Finlândia centrou-se na abordagem de potenciais preocupações de segurança soviética, a fim de criar o espaço no qual uma Finlândia democrática independente pudesse sobreviver. A Áustria e a Suíça prosseguiram políticas de neutralidade relativamente rigorosas, procurando garantir que não pudessem ser vistas como alinhadas com o Oriente ou com o Ocidente. A Suécia e a Iugoslávia receberam um apoio importante do Ocidente, a Suécia através da cooperação militar secreta com membros da NATO, a Iugoslávia através da assistência econômica dos EUA. A neutralidade da Irlanda resultou mais da sua difícil relação histórica com a Grã-Bretanha do que da dinâmica da Guerra Fria e a posição geoestratégica do país distanciou-o do centro do conflito Leste-Oeste.” (COTTEY, 2018, p. 34-35, grifos nossos). “Os membros do MNA não eram neutros em termos jurídicos internacionais, mas consideravam-se não alinhados com nenhum dos lados da Guerra Fria – daí a utilização do termo movimento não alinhado. O MNA foi estabelecido numa conferência em Belgrado em 1961 e a Iugoslávia desempenhou um papel proeminente no MNA. Os outros estados neutros europeus, no entanto, nunca se tornaram membros do MNA e permaneceram politicamente distantes do MNA. **A Áustria, a Irlanda, a Finlândia, a Suécia e a Suíça eram todos países desenvolvidos e, portanto, não se enquadravam no MNA amplamente terceiro mundo. O MNA também foi muitas vezes fortemente crítico dos Estados Unidos e do Ocidente, o que fez com que os estados neutros europeus ficassem receosos de perder o apoio no Ocidente e/ou minar sua credibilidade como construtores de pontes e mediadores entre Leste e Oeste se eles fossem associados com o MNA.**” (COTTEY, 2018, p. 34-35, grifos nossos). Os trechos trazidos, e especialmente as partes destacadas, informam muito sobre os conceitos e preconceitos aplicados sobre os países neutros da Europa.

²²⁷ “Estes seis estados – Suécia, Suíça, Irlanda, Finlândia, Áustria e Iugoslávia – foram geralmente reconhecidos como estados neutros no contexto europeu da Guerra Fria e, ao longo do tempo, passaram a ser vistos como um grupo distinto.” (COTTEY, 2018, p. 5). “Em primeiro lugar, embora estes Estados partilhassem o ponto comum básico da neutralidade ou do não-alinhamento no contexto da Guerra Fria, havia uma diversidade significativa nas circunstâncias nacionais e internacionais que resultaram na sua neutralidade e nas formas como procuraram manter e projetar a sua neutralidade. Em segundo lugar, para os países europeus neutros e, em particular, aqueles na linha da frente geográfica da Guerra Fria ou perto dela (Áustria, Finlândia, Suécia e Iugoslávia), a neutralidade era um ato de equilíbrio contínuo para manter a sua política externa e independência interna, evitando ao mesmo tempo antagonizar a União Soviética. Terceiro, os países neutros europeus procuraram atuar como mediadores e mantenedores da paz: esta era uma política que refletia tanto um interesse nacional em neutralizar ou reduzir as tensões Leste-Oeste como um compromisso normativo com os ideais de paz e cooperação internacionais.” (COTTEY, 2018, p. 8). “A Áustria, a Finlândia, a Suécia, a Suíça e a Iugoslávia prosseguiram políticas de neutralidade armada (baseadas na defesa territorial e no recrutamento) com vários graus de empenho, enquanto a Irlanda manteve apenas um pequeno exército profissional. Todos os países neutros europeus da Guerra Fria, no entanto, partilhavam uma certa antipatia em relação ao conflito das superpotências e às duas alianças opostas.” (COTTEY, 2018, p. 35).

objetivamente, para uma parte considerável dos iugoslavos, a Áustria (sobretudo em sua forma de Áustria-Hungria) havia sido uma potência colonizadora e/ou imperialista. Depois, em função de ser um vizinho imediato e dos problemas fronteiriços com a Caríntia, não resolvidos da melhor maneira pela ótica de Belgrado. Sobre essa relação West (2012, p. 280) afirma que “Sendo um país neutro fora do Pacto de Varsóvia e da OTAN, a Áustria queria naturalmente manter boas relações com o seu vizinho neutro, a Iugoslávia”, mas o autor não avança muito²²⁸.

Já Phyllis Auty (1969, p. 154) argumenta que:

Após a ruptura com o Cominform, as relações da Iugoslávia com todos os seus estados vizinhos mudaram: com os estados não-comunistas, Grécia, Áustria (depois de 1954) e Itália, melhoraram; com os estados comunistas, Bulgária, Romênia, Hungria, sob influência soviética, permaneceram frios durante muito tempo. Com a distensão comunista na Europa Oriental na década de 1960, as relações da Iugoslávia com todos os seus vizinhos (com exceção da Albânia) tornaram-se mais cautelosamente amigáveis e economicamente bem sucedidas do que nunca.

Nesse mesmo sentido:

De uma forma mais imediata, a crise do Cominform intensificou os esforços da Iugoslávia para procurar uma reconciliação com os seus vizinhos pró-Occidente – Grécia, Itália e Áustria. Após a guerra, o Partido Comunista da Iugoslávia fez reivindicações territoriais contra estes países que, se persistissem, teriam envenenado as relações durante décadas. No interesse da segurança, a Iugoslávia fez compromissos que favoreceram os seus vizinhos pró-ocidentais. Estas soluções pacíficas de disputas fronteiriças, motivadas pela necessidade nacional, foram mais tarde transformadas numa virtude e num princípio fundamental da coexistência pacífica, a essência ideológica do não-alinhamento (RUBINSTEIN, 1970, p. 38)

Quanto às relações entre Iugoslávia e Finlândia, temos variados pontos. Uma autora bastante afeita ao tema, Rinna Kullaa (2012) em seu livro *“Non-Alignment and Its Origins in Cold War Europe: Yugoslavia, Finland and the Soviet Challenge”*, apontou alguns aspectos em que a formulação de uma política de neutralidade pela Finlândia poderia ter inspirado o neutralismo e o papel da Iugoslávia na formação do MNA.

²²⁸ Segundo ele “O Partido Socialista Austríaco, que ainda mantinha algumas das suas características marxistas, estava ideologicamente próximo do agora revisionista Partido Comunista Iugoslavo. As suas diferenças em relação à Caríntia desapareceram quando a Áustria se envolveu numa disputa muito pior com a Itália por causa do Tirol.” (WEST, 2012, p.280).

Em outro texto, de temática semelhante, a autora investiga a evolução e as interligações das políticas externas da Finlândia e da Iugoslávia no rescaldo da Segunda Guerra Mundial²²⁹, interpretando como ambos os países evitaram com “sucesso” a “absorção” no “bloco soviético”, gerindo “estrategicamente” as suas relações econômicas internacionais para reforçar as suas escolhas de política externa, e “preservando a sua independência” (KULLAA, 2016, p. 33-48).

Sobre alguns aspectos das relações entre os dois países, diz Kulla (2016, p. 38-40):

A Finlândia e a Iugoslávia encontravam-se ambas geograficamente próximas da expansão e solidificação da influência soviética na Europa Oriental. Ambos os estados foram liderados por fortes parcerias políticas em Paasikivi e Kekkonen, e em Tito e Edvard Kardelj (que se tornou Ministro dos Negócios Estrangeiros após expulsão do Cominform), que orientaram os seus quadros políticos nacionais na determinação do curso das suas relações externas com a União Soviética. [...] Os intercâmbios finlandês-soviético e iugoslavo-soviético partilhados entre Belgrado e Helsínquia ao longo da década de 1950 representaram uma característica única da Europa da Guerra Fria e forneceram outra lente para a Europa ver o neutralismo como uma política externa.

[...]

Em resposta à morte de Stalin, as relações entre a Finlândia e a Iugoslávia continuaram a se solidificar depois que isso abriu o caminho para a Iugoslávia chegar a um acordo com a União Soviética em um caminho que era agora mais comparável à política finlandesa do neutralismo”.

Kullaa, além de examinar algumas interações fino-iugoslavas, se propõe a analisar a “lógica” por detrás da decisão da Iugoslávia de não seguir o “exemplo finlandês” de neutralismo, mas de construir/aderir ao MNA.:

A história anterior de relações bilaterais entre os Estados europeus não pertencentes aos blocos mais próximos, a Finlândia e a Iugoslávia, pode ser melhor descrita como o desenvolvimento de duas abordagens diferentes à política externa fora dos blocos de superpotências. Simultaneamente, a política externa iugoslava ao longo da década de 1950 esteve mais centrada na Europa e envolveu-se mais com países neutros europeus, como a Finlândia, do que anteriormente se acreditava (KULLAA, 2016, p. 47-48).

E:

²²⁹ “As conversas entre os diplomatas finlandeses e iugoslavos tornaram-se mais frequentes após a expulsão da Iugoslávia do Cominform. A partir de julho de 1948, Ivo Vejvoda, então servindo como Chefe de Seção responsável pela Escandinávia, estabeleceu contatos regulares com Niskanen em Belgrado. Eram bastante informais e amigáveis, e duraram até ao final do mandato de Niskanen em 1953. (KULLAA, 2016, p. 38)

O Movimento dos Não-Alinhados seguiu políticas externas de neutralidade iniciais, como a da Finlândia, mas a sua construção precedeu o conceito ocidental de ajuda ao desenvolvimento e de políticas de desenvolvimento propriamente ditas, por exemplo, bem como a transnacionalização de agendas políticas que surgiram globalmente na década de 1970 (KULLAA, 2016, p. 42).

Por fim, Auty (1969, p. 192-193, grifo nosso) nos lembra que a segunda conferência MNA, no Cairo, em 1964, teve uma participação “muito maior” do que a primeira, “com observadores de seis países sul-americanos, **da Finlândia** e dos comunistas do México”²³⁰, apontando que as linhas de neutralidade/neutralismo da Iugoslávia e da Finlândia não eram tão distantes.

Se quanto às relações entre Iugoslávia e Irlanda realmente não conseguimos reunir material minimamente interessante, algo semelhante acontece com as relações entre o país balcânico e a Suíça. Numa demonstração singela, Rubinstein cita a Suíça duas vezes em sua obra clássica “*Yugoslavia and the Nonaligned World*”, mas sempre trazendo uma oposição entre Iugoslávia e Suíça, como nesta passagem:

É evidente que os líderes iugoslavos não estavam interessados num ‘isolamento esplêndido’, em tornar o seu país ‘a Suíça dos Balcãs’. Procuraram um papel para o seu país que transcendesse a lógica da sua localização geográfica, tamanho e riqueza (RUBINSTEIN, 1970, p. 73)

E, em direção semelhante, nesta outra:

Noutras ocasiões, Tito apelou à expansão e não à contração dos compromissos econômicos com os países em desenvolvimento, para que a Iugoslávia fosse um exemplo de igualdade, fiabilidade e envolvimento desinteressado no fortalecimento do socialismo e dos laços mútuos entre Estados e povos. Estas opiniões foram repetidas por outros comunistas da geração e do temperamento de Tito. Um proeminente escritor político rejeita os argumentos econômicos contra o aumento da ajuda ao Terceiro Mundo, afirmando que ‘Os iugoslavos não são apenas comerciantes.’ Ele ‘odiaría ver a Iugoslávia tornar-se a Suíça dos Balcãs: próspera, presunçosa, insular’ (RUBINSTEIN, 1970, p. 221-222)

²³⁰ “*Observers at Belgrade were representatives of the provisional Algerian government, and from Bolivia and Ecuador. Observers at Cairo were from Argentina, Bolivia, Brazil, Chile, and Finland; also Jamaica, Mexico, Trinidad and Tobago, Uruguay, and Venezuela*” (AUTY, 1969, p. 388). Importante destacar que, na realidade, o “Governo Provisório” da Argélia foi considerado um membro da Conferência de Belgrado, e não meramente um observador. E que, além de Bolívia e Equador, o Brasil esteve na reunião de cúpula, com o status de observador.

Por último, mas não menos importante, temos as relações entre Iugoslávia e Suécia. Numa citação breve, porém eloquente, sobre o período pré-1961²³¹, temos:

Para concretizar o objetivo da coexistência pacífica e ativa, deve haver uma codificação das normas elaboradas pelas quais os Estados devem moldar o seu comportamento, e estas devem fazer parte do direito internacional.

A partir do Outono de 1957, **quando a Assembleia Geral aprovou uma Declaração conjunta Iugoslava-Indiana-Sueca sobre a Coexistência Pacífica, a questão tornou-se uma constante na agenda de prioridades Iugoslavas**. Após seis anos de disputas na Associação de Direito Internacional e na ONU, a Assembleia Geral estabeleceu uma Comissão Especial sobre Princípios de Direito Internacional relativos às relações amistosas e à cooperação entre os Estados. A ausência do termo ‘coexistência’ é deliberada – o resultado de compromisso de vários anos de discussões acirradas na Sexta Comissão. Para obter consenso na Assembleia Geral, a fórmula ‘relações amistosas e cooperação entre Estados’ foi substituída por “coexistência pacífica”, que para os não-marxistas tinha uma conotação excessivamente marxista [porém o nome oficial da Comissão permaneceu o mesmo]” (RUBINSTEIN, 1970, p.133)

Dois pontos nos chamaram a atenção durante a pesquisa e que se relacionam com o trecho acima. O primeiro é a “história” por trás dessa “Declaração conjunta Iugoslava-Indiana-Sueca sobre a Coexistência Pacífica”. Após muitas dificuldades de se encontrar material primário ou secundário acerca dela, conseguimos achar um pequeno livreto virtual indiano, disponibilizado pelo próprio Ministério de Relações Exteriores da Índia, intitulado “Panchsheel” e que traz a seguinte passagem:

Esta visão despertou a imaginação dos povos da Ásia e do mundo. Panchsheel foi incorporado aos Dez Princípios de Paz e Cooperação Internacional enunciados na Declaração emitida pela Conferência de Bandung de abril de 1955 de 29 países afro-asiáticos. **A relevância universal do Panchsheel foi enfatizada quando os seus princípios foram incorporados numa resolução sobre a coexistência pacífica apresentada pela Índia, Iugoslávia e Suécia, e adotada por unanimidade em 11 de Dezembro de 1957, pela Assembleia Geral das Nações Unidas**. Em 1961, a Conferência das Nações Não Alinhadas em Belgrado aceitou Panchsheel como o núcleo de princípios do Movimento Não-Alinhado (INDIA, s/d, p. 2-3, grifos nossos)²³²

²³¹ Outras interações relevantes podem, eventualmente, ser encontradas ao longo do trabalho.

²³² Disponível em: https://www.mea.gov.in/Uploads/PublicationDocs/191_panchsheel.pdf. Acesso em: 16 fev. 2024.

“Sabendo” a data e o título aproximado da resolução, fomos atrás da própria resolução nos arquivos da ONU. E descobrimos que não apenas não existe uma resolução com esse termo “coexistência pacífica” aprovada em todo o ano de 1957, como a resolução realmente aprovada com base no “*draft resolution*” da “Declaração” dos três países, tem outro nome e outra data de aprovação: é a resolução “A/RES/1236(XII) *Peaceful and neighbourly relations among States*”²³³ (“Relações pacíficas e de boa vizinhança entre os Estados”, em tradução livre), aprovada em 14 de dezembro de 1957.

A história específica da resolução, desde sua concepção, mereceria ser detalhada. Mas resumiremos com base no documento “*Declaration concerning the Peaceful Co-existence of States: report of the 1st Committee*”²³⁴, “*report*” oficial da ONU que “narra” a trajetória. De acordo com o “*Rapporteur*” austríaco Dr. Franz Matsch, responsável pelo *report*, a resolução se inicia com uma “carta datada de 20 de setembro de 1957”, na qual a URSS solicitava “a inclusão do item ‘*Declaração relativa à coexistência pacífica dos Estados*’” na agenda da 12ª. Sessão da AGNU (em tradução livre, grifos nossos).

Anexado à carta estava um memorando explicativo [...] e um projeto de resolução. Na exposição de motivos, foi expressa a opinião de que a proclamação, nos últimos anos, e particularmente na Conferência de Bandung, de certos princípios de coexistência pacífica (enumerados no projeto de resolução abaixo descrito), exerceu uma influência favorável no desenvolvimento das relações entre os países que reconheceram tais princípios. Na opinião do Governo da URSS, um apelo da Assembleia Geral aos Membros das Nações Unidas para que se orientem nas suas relações mútuas por estes princípios produziria uma melhoria acentuada na situação internacional, reforçaria as forças de paz e ajudaria a converter as Nações Unidas num instrumento eficaz para a consolidação da paz.

E prossegue o “*report*”:

O projeto de resolução que foi anexado à carta da URSS faria com que a Assembleia Geral notasse com satisfação que muitos Estados começaram recentemente a basear as suas relações entre si nos seguintes princípios: respeito mútuo pela integridade territorial e soberania de cada um, não-agressão, a não intervenção nos assuntos internos uns dos outros por quaisquer motivos econômicos, políticos ou ideológicos, a igualdade e o benefício mútuo, e a coexistência pacífica, reconhecem que a sua aplicação nas relações entre todos os

²³³ Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/207248?ln=en>. Acesso em: 16 fev. 2024.

²³⁴ Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/840579?ln=en>. Acesso em: 16 fev. 2024.

Estados seria de excepcional importância na redução da tensão internacional e alargar a cooperação internacional e apelar aos Estados para que se orientem por eles nas suas relações mútuas e resolvam os litígios entre eles exclusivamente por meios pacíficos.

“Na sua 696ª reunião plenária em 1 de outubro de 1957, a Assembleia Geral decidiu incluir o item na ordem do dia e encaminhou-o à Primeira Comissão,” que considerou o item nas suas reuniões 935ª a 940ª, realizadas entre 12 dezembro e 14 de dezembro de 1957. Ou seja, até aqui, ao que parece, os desenvolvimentos se davam com base na iniciativa, nos argumentos e no “*draft*” da URSS.

Contudo “O Comitê tinha diante de si, além do projeto de resolução da URSS (A/3673), um projeto de resolução (A/C.1/L.198) **patrocinado pela Índia, Suécia e Iugoslávia**, que tinha circulado em 11 de dezembro” (grifos nossos). Após a exposição completa do “*draft*” desses três país (e que é praticamente transformado em sua íntegra na resolução 1236 (XII)), Matsch reporta que “Na 940ª reunião, em 14 de dezembro de 1957, o representante da URSS, em resposta a um pedido do representante da Índia para que concordasse que o projeto de resolução conjunta fosse votado primeiro, declarou que não tinha objeções a que fosse dada prioridade ao projeto de resolução conjunto”.

O projeto foi aprovado por 75 votos a zero, com a abstenção da China. Após essa votação no comitê, a URSS informou que não submeteria mais o seu próprio projeto, em nosso entender, reconhecendo o valor e a similaridade que o projeto aprovado tinha em relação aos objetivos do seu. Assim a “Primeira Comissão” recomendou à “Assembleia Geral a adoção da seguinte resolução: DECLARAÇÃO RELATIVA À COEXISTÊNCIA PACÍFICA DOS ESTADOS Relações pacíficas e de vizinhança entre os Estados”. Contudo, como vimos, o título completo da resolução acabou sendo alterado, suprimindo-se “coexistência pacífica” e ficando apenas “Relações pacíficas e de boa vizinhança entre os Estados.” – talvez por seu “excesso de marxismo”, numa derivação da afirmação de Rubinstein acima. A resolução afinal foi aprovada pelo placar acima mencionado, 75 a zero, com abstenção da China. Quatro países não votaram: Cuba e Líbano, que depois aprovaram²³⁵, Marrocos, e África do Sul – este último, como veremos adiante, sempre bastante refratário a resoluções de teor semelhante.

²³⁵ De acordo com a nota de rodapé 2 da p. 624 do documento disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/698479?ln=en>. Acesso em: 16 fev. 2024.

Quanto ao conteúdo da resolução aprovada, temos nela, basicamente, a consideração sobre “a urgência e a importância de fortalecer a paz internacional e de fomentar as relações pacíficas e de boa vizinhança entre os Estados, quaisquer que sejam suas divergências ou o grau relativo e o caráter de seu desenvolvimento político, econômico e social”, a menção de “que entre os objetivos fundamentais da Carta das Nações Unidas figuram a manutenção da paz e segurança internacionais e a cooperação amistosa entre os Estados”, a promoção do “respeito e benefício mútuos,” “não agressão,” “respeito mútuo da soberania, igualdade e integridade territorial” e “não intervenção nos respectivos assuntos internos”, além da crença de que “cooperação internacional” pode “reduzir a tensão e resolver as diferenças e controvérsias entre os Estados por meios pacíficos”. Por fim, a resolução “Exorta a todos os Estados a fazer o que está ao seu alcance para fortalecer a paz internacional, fomentar relações de amizade e cooperação, e resolver suas controvérsias por meios pacíficos”. Ou seja, temas que já nos soam bastante recorrentes quando analisamos as ações, ideias e pretensões da política externa iugoslava.

O segundo ponto que deriva parcialmente do acima exposto é que em período concomitante ao da aprovação desta resolução, Suécia e Iugoslávia compunham o grupo de 10 países que integravam a “*First United Nations Emergency Force (UNEF I)*”. Os 8 demais países eram Brasil, Canadá, Colômbia, Dinamarca, Finlândia, Índia, Indonésia e Noruega²³⁶.

UNEF I – a primeira força de manutenção da paz das Nações Unidas – foi criada pela primeira sessão especial de emergência da Assembleia Geral, realizada de 1 a 10 de novembro de 1956. O mandato da Força era garantir e supervisionar a cessação das hostilidades, incluindo a retirada das forças armadas de França, de Israel e do Reino Unido do território egípcio e, após a retirada, servir de tampão entre as forças egípcias e israelenses e fornecer supervisão imparcial do cessar-fogo. A UNEF foi retirada em maio-junho de 1967, a pedido do Egito.²³⁷

Nos chamou realmente a atenção que essas duas colaborações próximas e articuladas de Suécia e Iugoslávia, e que não nos parecem simples ou triviais, não tenham aparecido de forma mais conjugada e/ou destacada nos materiais que

²³⁶ Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/mission/past/unef1facts.html>. Acesso em: 16 fev. 2024.

²³⁷ Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/mission/past/unef1mandate.html>. Acesso em: 16 fev. 2024.

consultamos em nossa pesquisa. Inclusive, considerando os estudos sobre as relações internacionais entre os dois países, nos parece haver muitas lacunas. Num rápido exemplo, mesmo um livro com o interessante título “*Sweden – Serbia and Europe: Periphery or Not?*”, editado por Thomas Lundén, não cobre tão bem o tema das relações entre os dois países (ou o “Estado antecessor” da Sérvia) – ao contrário de temas como literatura no século XVII ou a relação entre os dois países no século XIX, presentes e bem explicitados na obra.

2.5.2.2 Algumas consequências econômicas e culturais do não-alinhamento iugoslavo

Não é raro que aproximações políticas entre dois ou mais países gerem também aproximações econômicas, e vice-versa. Inclusive o interesse pela expansão das relações comerciais costuma integrar parte expressiva das iniciativas de ampliação e melhoria das relações políticas – como veremos adiante no caso brasileiro. E o desenvolvimento da política de não-alinhamento pela Iugoslávia oferece interessantes exemplos de como precisamente essa política, e seus esforços em construí-la interna e externamente, tiveram consequências econômicas nada desprezíveis: “O comércio com os países não alinhados”, cujos contatos com a Iugoslávia aumentaram exponencialmente entre 1954 e 1960, “também mostrou um aumento constante de 1961 a 1965.” (AUTY, 1969, p. 192), ainda que expressiva parte das consequências econômicas se deram no período posterior ao escopo desta tese.

Por exemplo, empresas iugoslavas realizaram a construção de vários grandes projetos industriais e de infraestrutura na África, Europa e Ásia. Muitos desses projetos foram realizados pela Energoprojekt, uma empresa de engenharia e construção iugoslava fundada em 1951 para reconstruir a infraestrutura devastada pela guerra no país. No início dos anos 1980, a Energoprojekt era a 16ª maior empresa de engenharia e construção do mundo, empregando 7.000 pessoas.²³⁸ A empresa realizou grandes projetos de construção na Líbia, Kuwait, Zâmbia²³⁹ e Guiné, e no final da década de 1960, a empresa competia nos mercados europeus

²³⁸ <https://www.nytimes.com/1983/03/28/business/how-a-yugoslav-company-built-an-international-market.html>

²³⁹ Algumas fontes apontam inclusive para a construção do emblemático edifício “FINDECO House”, projetado por iugoslavos e até hoje o maior do país africano.

na Alemanha Ocidental, Tchecoslováquia e Alemanha Oriental.²⁴⁰ Muitos projetos de infraestrutura na África e na Ásia continham expressivos aspectos de acordos políticos, feitos talvez mais por motivos de prestígio e que incluíam elementos de ajuda externa, ao invés de serem o resultado de cálculos econômicos mais rigorosos ao estilo capitalista. Além dos países já citados, a Iugoslávia esteve envolvida em projetos no Iraque, Uganda, Nigéria, Etiópia, e na “Kirirom 1 Hydropower Dam” no Camboja.²⁴¹ Um excelente panorama desses e outros aspectos podem ser encontrado no subcapítulo “*The Economics of Influencebuilding*”, do livro de Alvin Z. Rubinstein (1970, p. 209-226).

Três interpretações nos ajudam a compreender um pouco melhor essas relações econômicas da Iugoslávia e alguns enlaces com sua política externa. Uma delas, é a de Rajak (2016, p. 74-75), especialmente completa e elucidativa, articulando bastante os esforços de Tito e algumas de suas consequências econômicas:

O Presidente iugoslavo também ofereceria [aos povos do Terceiro Mundo] uma lição de história sobre a guerra de **libertação da Iugoslávia** durante a Segunda Guerra Mundial. Isto sublinhou o vínculo comum com os seus anfitriões que, quase sem exceção, **lideraram movimentos de independência** no seu próprio país. **Tito passaria muito tempo a descrever o sucesso da Iugoslávia na construção de uma economia relativamente industrializada contra um legado agrícola atrasado e herdado.** O extraordinário crescimento econômico do seu país desde 1957 apenas acrescentou credibilidade à sua afirmação das vantagens do “modelo iugoslavo”. Tito compreendeu que o seu sucesso aumentaria ainda mais o prestígio da Iugoslávia no Terceiro Mundo. Os seus anfitriões estavam ansiosos por **encontrar um modelo para acelerar o desenvolvimento socioeconômico do seu país a partir do atraso colonial.** Os iugoslavos estavam particularmente ansiosos por defender a **cooperação econômica e a assistência entre os países não comprometidos.** Tito estava convencido de que tal cooperação era essencial para que os países recentemente libertados conseguissem alcançar a verdadeira independência dos seus ex-senhores coloniais. Na sua opinião, a dependência econômica de qualquer um dos blocos minava o verdadeiro descompromisso²⁴². **Tito salientava aos seus anfitriões que a ajuda soviética e chinesa, como a do Ocidente, sempre vinha com condições. Além disso, a cooperação econômica e a assistência entre os países não**

²⁴⁰ <https://web.archive.org/web/20171001214749/http://osaarchivum.org/files/holdings/300/8/3/text/79-2-87.shtml>

²⁴¹ “Com base em empréstimos de longo prazo, a central hidroelétrica ‘Kirirom’ no valor de 9 milhões de dólares foi construída em Camboja em 1969 com o envolvimento da Iugoslávia.” (GAŠPERT, 2018, p. 3).

²⁴² Lembrando que, entre os anos 1950 e 1960, termos como “neutros”, “neutralistas”, “não-comprometidos”, “não-compromissados”, “descompromissados”, “descomprometidos” e “não-alinhados” eram fortemente intercambiados.

comprometidos reforçavam os laços entre eles, algo que ele estava interessado em promover. Acordos concretos de assistência comercial e técnica, acordados durante a viagem, ofereceram um modelo para a cooperação econômica entre os não comprometidos. Os pedidos feitos pelos seus anfitriões de assistência e cooperação comercial, militar e técnica iugoslava também demonstraram como a **proximidade política poderia trazer ganhos econômicos para a Iugoslávia.** Os indonésios solicitaram empréstimos para comprar armas iugoslavas. Em troca, ofereceram-se para fazer do porto iugoslavo de Rijeka o centro das suas exportações europeias, eliminando assim a sua dependência dos portos holandeses. O Ceilão estava interessado em construir uma frota de navios comerciais e barcos de patrulha nos estaleiros iugoslavos. O Primeiro-Ministro Bandaranaike também convidou os iugoslavos a participarem na construção do novo porto marítimo de Colombo. Haile Selassie queria que os iugoslavos construíssem vários projetos de capital, tais como fábricas de cimento e de transformação de carne, uma barragem no sul da Etiópia e ferrovias entre Adis Abeba, Asmara e Assab. Ele também insistiu que os peritos iugoslavos deveriam continuar a elaborar e supervisionar a implementação dos planos de desenvolvimento da Etiópia. Embora a cooperação econômica entre a Iugoslávia e a Índia já fosse substancial, Tito e Nehru concordaram em impulsioná-la ainda mais. O Sudão pediu consultores técnicos e navios mercantes. Nasser queria que a já respeitável cooperação iugoslava-egípcia aumentasse dramaticamente, incluindo o investimento conjunto na indústria de armamentos da Iugoslávia. Os anfitriões de Tito solicitaram repetidamente a formação das elites políticas, técnicas e militares na Iugoslávia como uma das suas principais prioridades. Em troca, a Iugoslávia receberia concessões no comércio de mercadorias, no investimento e na construção de capital. Tito reconheceu o potencial estratégico e os benefícios a longo prazo da formação de novas elites do Terceiro Mundo (grifos nossos).

Outros dois trechos que julgamos também esclarecedores, ainda que em alguns pontos relativamente contaminados por certo “pessimismo” (quando não “anticomunismo”), são o de Rubinstein (1970, p. 73-74) que, por exemplo, argumenta que:

“Economicamente, o não-alinhamento coincidiu com as crescentes pressões das empresas iugoslavas para uma expansão do comércio com as nações subdesenvolvidas. Mesmo antes de as apostas politicamente dispendiosas de reconhecer a Alemanha Oriental e concordar em participar na Conferência de Moscou em Novembro de 1957 terem enfraquecido a credibilidade da Iugoslávia no Ocidente, os líderes iugoslavos foram instados por muitas das suas mais importantes empresas econômicas a expandir as relações econômicas com o Terceiro Mundo. Quando Moscou renegou um crédito de 300 milhões de dólares para financiar o crescimento industrial e o comércio externo iugoslavo, os comerciantes e economistas iugoslavos pressionaram para alargar os laços com o mundo não-comunista. O espírito vingativo de Moscou causou uma profunda impressão nos iugoslavos responsáveis pela criação de um sistema econômico viável;

reforçou a convicção de que a esperança de solvência econômica da Iugoslávia a longo prazo dependia de uma posição competitiva nos mercados mundiais. E a ideia de que os países subdesenvolvidos estavam assumindo uma importância econômica crescente devido aos seus 'imensos recursos materiais, humanos e vastas possibilidades estratégicas', de que, como valiosa reserva estratégica, estavam prestes a atrair a atenção intensiva e a concorrência implacável dos dois blocos, apareceram com mais frequência em jornais iugoslavos sérios."

E Singleton (1989, p. 244), que afirma que:

Os iugoslavos esperavam que o seu patrocínio ao movimento não-alinhado conduzisse a um aumento dos laços econômicos com o Terceiro Mundo, mas isso não aconteceu em grande medida. Em 1965, o comércio com os países não alinhados ascendeu a 15 por cento, e houve uma série de projetos em África e na Ásia envolvendo empresas de construção iugoslavas, que continham um elemento de ajuda externa.²⁴³

Ou seja, houve uma relevante ligação entre os desenvolvimentos políticos e econômicos da Iugoslávia não-alinhada, tanto em função de seu aspecto mais "inspirador" de eventuais sucessos na superação de "atrasos" e na industrialização, como em função dos esforços da diplomacia iugoslava em geral, e de Tito em específico, de alargar mundialmente suas relações políticas e econômicas com o máximo de países do mundo, especialmente os do chamado Terceiro Mundo.

E entendemos que essa expansão e esses contatos foram, econômica e politicamente, muito bem-sucedidos, quantitativa e qualitativamente, para os países envolvidos, e que os resultados não foram ainda maiores em função, sobretudo, das instabilidades políticas causadas pelo Bloco Capitalista sobre (e contra) muitos dos parceiros iugoslavos. Os golpes que derrubaram os governos de Nkrumah em 1966, em Gana, e de Sukarno, em 1966/67 na Indonésia, parceiros importantes, são demonstrativos eloquentes.

Por fim, ainda que a economia iugoslava tenha tido, no período por nós analisado, expressivos aumentos no tamanho, na escala, no alcance, na diversificação, e na complexidade, um aspecto nos chamou a atenção em algumas leituras, e nos pareceu interessante compartilhar, especialmente por sua ligação

²⁴³ Informações semelhantes dizem que: "Embora o comércio com os países em desenvolvimento tenha crescido de forma constante, de menos de 2 por cento do comércio externo total em 1954 para cerca de 15 a 16 por cento em 1967, ficou aquém das expectativas iniciais e não forneceu a resposta aos problemas econômicos iugoslavos." (RUBINSTEIN, 1970, p.210)

(ainda que talvez não necessariamente direta) com o tipo de política externa iugoslava. Nos referimos aos “*Gastarbeiter*” iugoslavos, ou os “trabalhadores convidados”²⁴⁴ que saíram da Iugoslávia (assim como de outros países) em direção a países de economias em processo de maior expansão durante os “*Trente Glorieuses*”.

A saída de iugoslavos em busca de empregos em outras economias começou na década de 1950, quando alguns indivíduos começaram a cruzar a fronteira ilegalmente. Em meados da década de 1960, a Iugoslávia suspendeu as restrições à emigração e o número de emigrantes, incluindo indivíduos instruídos e altamente qualificados, aumentou rapidamente, especialmente para a Alemanha Ocidental. O interesse era tão expressivo que Iugoslávia e Alemanha Ocidental chegaram a assinar um acordo bilateral para esse tipo de “recrutamento”²⁴⁵.

Outros países, para além da Alemanha Ocidental, tiveram atitudes semelhantes, como a Alemanha Oriental, Suíça, Países Baixos, Bélgica, Dinamarca, Noruega e Suécia. Inclusive, sobre a relação entre suecos e iugoslavos nesse sentido:

Durante as décadas de 1950 e 1960, a Suécia teve uma imigração laboral significativa, principalmente da Finlândia, mas também de outros países nórdicos e de países como a Itália e a Iugoslávia. [...] A imigração para a Suécia da ex-Iugoslávia (e mais tarde de países dos Balcãs) ocorreu desde a década de 1960. Contudo, no período anterior às guerras na ex-Iugoslávia, tratava-se principalmente de uma questão de imigração laboral e numa extensão relativamente limitada (LILJEBERG, ROMAN & ÅSLUND, 2023, p. 6)²⁴⁶

A principal conexão que fazemos entre a política externa adotada pela Iugoslávia e esse fluxo de trabalhadores para o estrangeiro é que, em nossas pesquisas, a Iugoslávia figura como único país assumidamente socialista que se integrou a iniciativas desse tipo, o que nos parece ser em virtude de sua política externa não-alinhada. Pois essa política, e sua forma de inserção internacional, permitiria maior facilidade para as elites econômicas e políticas dos países

²⁴⁴ O termo vem do alemão e se aplica sobretudo aos “trabalhadores convidados” (ou “à convite”), imigrantes que afluíam para a aquecida economia da Alemanha Ocidental, sobretudo entre os anos 1950 e 1970, vindos de países como Itália, Espanha, Grécia, Turquia, Marrocos, Coreia do Sul, Portugal, Tunísia e Iugoslávia.

²⁴⁵ De 1961 a 1971, o número de “trabalhadores convidados” da Iugoslávia na Alemanha Ocidental teria aumentado de aproximadamente 16.000 para aproximadamente 410.000.

²⁴⁶ Disponível em: <https://www.ifau.se/globalassets/pdf/se/2023/2023-12-langsiktig-integration-bland-flyktingbarn.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2024.

(mormente capitalistas) que necessitavam de trabalhadores em justificar, simultaneamente, o “medo dos comunistas” (típicos do “*Red Scare*” tão propagado no Bloco Capitalista) e a vinda para os países capitalistas de “comunistas iugoslavos”. Afinal, eles não seriam “comunistas alinhados à URSS”, e sim “comunistas não-alinhados”, “independentes”, logo, possivelmente, mais “aceitáveis” e menos “perigosos”.

3 FORMAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE DO BRASIL

“Brasil, um sonho intenso, um raio vívido
De amor e de esperança, à terra desce
Se em teu formoso céu, risonho e límpido
A imagem do Cruzeiro resplandece”

Trecho do hino nacional do Brasil

Após abordarmos panoramicamente as origens e desenvolvimentos da política de neutralidade da Suécia, e a política de Não-Alinhamento da Iugoslávia, é chegado o momento de fazermos o mesmo com a Política Externa Independente do Brasil.

Intentamos que este capítulo seja consideravelmente menor que os outros dois em virtude de dois principais motivos: há um expressivo maior conhecimento e divulgação, no Brasil, de ótimas análises, interpretações, descrições e explicações acerca tanto da Política Externa Independente quanto do período em que a mesma vigorou; e o autor tem um grau de concordância bastante grande com parte dos mais reconhecidos destes trabalhos.

Escrever sobre a Política Externa Independente e sua formação, portanto, nos fornece uma espécie de segurança e tranquilidade que, certamente, não estavam presentes nos outros dois capítulos, tanto em virtude das dificuldades em si dos temas abordados, como em virtude de certo desconhecimento mais geral do assunto, especialmente por parte do autor.

Sendo assim, iniciamos com uma delimitação mais geral do tema. É comum em certa tradição da História Diplomática, da História da Política Externa e de História Geral do Brasil retroceder bastante no tempo para explicar as origens e fundamentos de nossa política externa, às vezes discutindo-se com desenvoltura os tratados de Tordesilhas (1494)²⁴⁷, ou de Madri (1750)²⁴⁸ e de Santo Idelfonso (1777).

²⁴⁷ Como exemplo temos a ótima publicação da exposição “De Tordesilhas ao Mercosul: uma exposição da História Diplomática Brasileira”, realizada com o apoio do Ministério das Relações Exteriores e com o patrocínio da Petrobras, que inicia exatamente com os “Tratados de Limites” (MEMÓRIA BRASIL, s/d). Também podemos nos referir a “Uma História Diplomática do Brasil (1531-1945)”, obra póstuma de José Honório Rodrigues (e que veio à luz pelos esforços de Leda Boechat Rodrigues e Ricardo A. S. Seitenfus), que, como o título sugere, remonta ao menos 300 anos antes da independência.

²⁴⁸ Um exemplo da relevância que esse período pré-independência exerce sobre a História Diplomática e História da Política Externa do Brasil é que a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), “fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores” e “que tem como objetivos básicos”, dentre outros, “realizar e promover estudos e pesquisas sobre problemas

Como nos alerta e auxilia o professor Paulo Vizontini (1995, p.18), sobre uma macroperiodização da história da política externa brasileira proposta por José Luiz Werneck da Silva, em uma das obras em que nós mais nos apoiamos para a escrita deste capítulo:

Esse autor [José Luiz Werneck da Silva] identifica três grandes fases na história da política externa brasileira. A primeira abarca desde o Tratado de Tordesilhas até a Gestão do Chanceler Barão do Rio Branco, no início do século XX. Este longo período caracteriza-se pela problemática dominante da definição do espaço territorial e pela dependência, primeiramente, em relação ao mercantilismo português e, posteriormente, ao capital industrial inglês, em expansão, de viés liberal concorrencial (VIZENTINI, 1995, p.18).

Este nosso capítulo sobre a formação da Política Externa Independente do Brasil tem um caráter bastante panorâmico e sintético, porém, mesmo se não o fosse, recusaríamos um passado tão longínquo para nossa análise. Os marcos de que tratam nosso entendimento de política externa brasileira pressupõe fortemente a existência do Brasil como país independente. Logo, evitaremos ao máximo referências, por exemplo, ao “Brasil” no período pré-1822. Então, nosso primeiro marco é justamente a independência do Brasil.

Para pensarmos os demais marcos que julgamos importantes para nosso trabalho, para além do proposto por Werneck da Silva (citado por Vizontini acima), também levaremos em consideração quatro outras obras que utilizamos de base para este capítulo: “História das Relações Internacionais do Brasil”, de Francisco Doratioto e Carlos Eduardo Vidigal; “Política externa brasileira: história e historiografia”, organizada por Gelson Fonseca Junior; “Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990)”, sob coordenação de José Augusto Guilhaon Albuquerque, Ricardo Seitenfus e Sergio Henrique Nabuco de Castro; e, especialmente e sobretudo, “História da política exterior do Brasil”, de Amado Cervo e Clodoaldo Bueno.

3.1 OS ANOS DE CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO E DO TERRITÓRIO BRASILEIROS (1822-1930)

Tanto Cervo & Bueno (2015, p. 18-19) com “Parte I A conquista e o exercício da soberania (1822-1889); A política externa à época da Independência²⁴⁹”, quanto Vidigal & Doratioto (2014, p. 19) com “Capítulo 1 Independência e definição do Estado Nacional (1822-1845)” têm, como início portanto, o ano de 1822, no que, logo, concordamos como adequado marco inicial aqui também em nosso trabalho. E também concordamos que, de certo modo, os anos da política externa do Brasil entre a independência e o final do século XIX e início do século XX será fortemente marcado “pela problemática dominante da definição do espaço territorial e pela dependência [...] em relação [...] ao capital industrial inglês”, nos dizeres expostos anteriormente.

Contudo se Werneck da Silva aponta o fim dessa primeira fase com a ascensão de Rio Branco à chancelaria, Vidigal & Doratioto e Cervo & Bueno realizam periodizações um tanto diferentes. Para Vidigal & Doratioto haveria um período mormente “monárquico”, subdividido em dois: um marcado mais estritamente pela “Independência e definição do Estado Nacional (1822-1845)” (VIDIGAL & DORATIOTO, 2014, p.19-36) e em seguida um período marcado por “Soberania, Intervencionismo e Pragmatismo (1845-1889)” (VIDIGAL & DORATIOTO, 2014, p.37-58). Já Cervo & Bueno tratam o período de “conquista e o exercício da soberania (1822-1889)²⁵⁰” como um macroperíodo que vai ser subdividido mais em “temas” (tais como “A política externa à época da Independência” (p. 19) ou “o controle do Prata” (p.117)) do que em clivagens cronologicamente mais explícitas. Em todo caso, o Brasil Império merece sua menção pois essa é a primeira fase do país enquanto ator político suficientemente independente e soberano, e que vai, com seus erros e acertos, consolidar soberania e independência suficientes para a criação da PEI no século seguinte.

O período republicano do país mostra outra diferença importante em termos de periodização. Se Vidigal & Doratioto trata os anos que vão da Proclamação da República em 1889 à Revolução de 1930 de forma mais ou menos homogênea,

²⁴⁹ Ainda que o autor faça referências a períodos imediatamente anteriores, como o contexto do Congresso de Viena em 1815.

²⁵⁰ Mais precisamente: “Parte I A conquista e o exercícios da soberania (1822-1889)”.

considerando-o um período de “Americanismo, Ativismo e Frustração (1889-1930)”; Cervo & Bueno considera a próxima etapa um tanto mais dilatada (que os autores alcunham como “Parte II Da agroexportação ao desenvolvimentismo (1889-1964)), e atribuindo maiores nuances na periodização em capítulos com recortes cronológicos mais claros.

Contudo, tanto para Vidigal & Doratioto quanto para Cervo & Bueno, destacam-se, entre 1889 e 1930, três subperíodos diferentes: “O americanismo ingênuo”, “O ativismo do período Rio Branco (1902-1912)”, “Voluntarismo e Frustração” (VIDIGAL & DORATIOTO, 2014, p.61-85); “A política exterior da República (1889-1902)”, “Rio Branco: prestígio, soberania e definição do território (1902-1912)”, “Do apogeu ao declínio da Primeira República: a ilusão do poder (1912-1930)” (CERVO & BUENO, 2015, p.163-250).

Com essa breve exposição temos alguns pontos e datas que consideramos chaves para um entendimento superficial e sintético da história da política externa brasileira, e que parece ter amparo nas obras e autores citados. Primeiramente, 1822, ano da Proclamação da Independência do Brasil e, portanto, do surgimento do país como um ator formalmente soberano (em que pese a certa lentidão do amplo conhecimento internacional e a grande dependência econômica com a Inglaterra, além do peculiar vínculo político com a antiga metrópole através da mesma família real). Em seguida temos a Proclamação da República, em 1889, que causou grande impacto, especialmente com o apego aos Estados Unidos – bem demonstrados na adoção do novo nome do país, Estados Unidos do Brasil, bem como na bandeira republicana provisória, com 13 listras verde-e-amarelo, e estrelas brancas num retângulo azul.

O terceiro momento-chave é a gestão, no Ministério das Relações Exteriores, de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, entre 1902 e 1912. Ela é destacada não apenas em Werneck da Silva citado por Vizontini, bem como por Cervo & e Bueno, por Vidigal & Doratioto, e por inúmeros outros. Até no “Manual do Candidato” de “Política Internacional”, editado pela FUNAG e dedicado “a matérias tradicionalmente **exigidas no Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata**” (LAMAZIERE in PECEQUILO, 2012, p. 9, grifo nosso) a gestão de Rio Branco é valorizada: o primeiro subcapítulo, dedicado às “Relações Internacionais do Brasil” no manual intitula-se “As tradições da Política Externa Brasileira (1902/1989). Isto é, de certo modo, para a autora (e, no limite, para parte importante

da diplomacia brasileira) a ascensão de Rio Branco em 1902 é um marco de grande estatura para nossa política externa, semelhante à proclamação da própria república.

Para além das muitas páginas de interpretações, descrições, comentários e homenagens dedicadas a Rio Branco, nós também vamos destacar sua gestão entre 1902 e 1912. Porém de forma mais sumária e utilizando paralelismos pontuais que julgamos úteis para nosso trabalho.

Dois dos mais importantes pontos que julgamos fundamentais para concordarmos com essa proeminência de Rio Branco na política externa brasileira são seu papel na consolidação das fronteiras do Brasil, dando a “forma atual” do país e, conseqüentemente, aprimorando os espaços referentes às políticas interna e externa; e seu papel na consolidação da aproximação do Brasil com os EUA. De acordo com Cervo & Bueno, sobre este último ponto (2015, p.191):

As grandes linhas da política externa do patrono da diplomacia brasileira foram: a busca de uma supremacia compartilhada na área sul-americana, restauração do prestígio internacional do país, intangibilidade de sua soberania, defesa da agroexportação e, sobretudo, a solução de problemas lindeiros.

[...] Rio Branco, em continuidade com o que fora inaugurado pela República (1889), desenvolveu uma política que tinha como um dos seus principais componentes a **íntima aproximação aos Estados Unidos**. [...] Embora a amizade brasileiro-norte-americana remonte ao período colonial, a gestão de Rio Branco representou um marco (CERVO & BUENO, 2015, p. 191, grifos nossos)

Inclusive, segundo os mesmos autores, a gestão Rio Branco “Foi o momento decisivo de um processo que, mais tarde, levaria o Brasil – em virtude da posterior bipolarização mundial – a integrar-se no subsistema liderado pelos Estados Unidos”. (CERVO & BUENO, 2015, p. 191).

Quanto ao primeiro ponto, referente à consolidação de nosso território, tão ou mais fundamental, Rio Branco foi diretamente responsável pela delimitação praticamente total e final das fronteiras brasileiras. Entre 1902 e 1912 Rio Branco fixou limites com a Colômbia, Peru, Uruguai e Guiana Holandesa (CERVO & BUENO, 2015, p. 212), além de ter resolvido a chamada “questão do Acre”, através do Tratado de Petrópolis (17 de novembro de 1903) responsável pela última realmente grande transformação no desenho de nossas fronteiras. Com esse tratado:

[...] o Brasil fez permuta, conforme estava previsto no tratado de 1867, de territórios com a Bolívia, cedendo-lhe cerca de 3.200 quilômetros quadrados e a indenização de 2 milhões de libras-ouro (em duas prestações), em troca de 191 mil quilômetros quadrados (CERVO & BUENO, 2015, p. 208).

Num paralelo temático breve porém oportuno, no mesmo período em que o Brasil assumia sua forma territorial atual na gestão de Rio Branco, o mesmo acontecia com a Suécia, a partir da secessão da Noruega em 1905. Já a Iugoslávia, ainda que não existisse formalmente, também tinha territórios (que futuramente seriam incorporados no país) que passavam momentos importantes: uma Bósnia que estava testemunhando não apenas o enfraquecimento progressivo da Turquia Otomana e a sanha colonial da Áustria-Hungria, e uma Sérvia independente em vias de estar no epicentro das duas Guerras Balcânicas (entre 1912 e 1913) e, sobretudo, da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) – vitais para o desaparecimento dos impérios acima citados e pelo surgimento posterior da Iugoslávia como Estado Soberano.

Os anos seguintes à gestão de Rio Branco, entre 1912 e 1930, vão, em suma, assistir a manutenção do alinhamento com os EUA e a “defesa das exportações” brasileiras (CERVO & BUENO, 2015, p. 235-239) – especialmente do café – ainda que mereçam menções especiais a participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial, à partir de 1917 (ao lado da Tríplice Entente, e, conseqüentemente, dos EUA), e a “ilusão e frustração” com a “participação e retirada” do Brasil da Liga das Nações (CERVO & BUENO, 2015, p. 239-246). Porém os anos de 1929 e 1930 vão ser extremamente impactantes para as políticas interna e externa do Brasil.

3.2 A REVOLUÇÃO DE 30 E A “ERA VARGAS”: CAPITALISMO MODERNO E A NAÇÃO (1930-1945)

A ascensão de Getúlio Vargas ao poder em outubro de 1930 é um dos momentos definidores da história do Brasil em geral, e da nossa política externa em particular. Não à toa o momento é, por muitos, considerado uma verdadeira revolução: a “Revolução de 30”. Autores tão díspares quanto Hélio Silva (autor do

volumoso “Ciclo de Vargas”)²⁵¹, Boris Fausto (autor, entre outros, de uma nacional e internacionalmente difundida “História do Brasil”)²⁵², Thomas Skidmore (autor de “Brasil: Getúlio a Castelo”), Nelson Werneck Sodré (autor, entre outros, de “Formação Histórica do Brasil”) ou mesmo A. Karavaev (autor da obra soviética “Brasil: passado e presente do ‘capitalismo periférico’”)²⁵³ têm nos acontecimentos da, e posteriores à, Revolução de 30 (e frequentemente até a queda de Vargas em 1945) um marco decisivo para o Brasil.

A partir de 1930 teremos, nos dizeres de Vidigal & Doratioto o início de uma fase, em nossa política externa, de um foco maior no “Desenvolvimento, Autodeterminação e Latino-Americanismo (1930-1961)” (VIDIGAL & DORATIOTO, 2014, p.87). Nos termos de Cervo & Bueno temos uma “Transição do Período Vargas (1930-1945): nova percepção do interesse nacional” (CERVO & BUENO, 2015, p.251). O ano de 1930 também marca o início do escopo analítico de uma importante obra em 4 volumes, “Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)”, que, em uma de suas páginas iniciais, traz uma interpretação e periodização interessantes e elucidativas, por parte do ex-Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Luiz Felipe Lampreia:

Por razões que não caberia analisar aqui, a história diplomática brasileira, não tem podido contar com manuais ou estudos abrangentes que cubram, factual ou analiticamente, **o período da diplomacia brasileira [pós-1930], que acertadamente tem sido chamado de “diplomacia do desenvolvimento”**, em contraste com a diplomacia de afirmação da independência, do período do Império, e com a diplomacia da afirmação territorial, de que o Barão do Rio Branco foi o expoente máximo (LAMPREIA, 2006, p.19, grifos nossos).

²⁵¹ Ou, nos dizeres dos editores de “1964: Golpe ou contragolpe”: a “consagração [de Hélio Silva] foi justamente a publicação – em colaboração com Maria Cecília Ribas Carneiro – da monumental série ‘O Ciclo de Vargas’, em dezesseis volumes, com uma média de quatrocentas páginas cada um” (SILVA, 2014, p. 5).

²⁵² Boris Fausto nos parece um dos mais ciosos em utilizar o termo “revolução” aos acontecimentos de 1930, ainda que o capítulo 7 de sua “História do Brasil”, “O Estado Getulista” (e capítulo 4 de “*A Concise History of Brazil*”, “*The Vargas State*”) tenha centralidade no período 1930 a 1945 e nos acontecimentos peculiares nele ocorridos. Os volumes 10 e 11 de “História Geral da Civilização Brasileira”, então sob sua direção, também oferecem como um recorte temporal analítico o período iniciado em 1930, aqui se estendendo até 1964. Por fim, destacamos que outra obra célebre do também célebre historiador se chama precisamente “A Revolução de 1930: historiografia e história”.

²⁵³ Apesar de certa polêmica que existe na qualificação do que ocorreu em 1930 no movimento simbolizado por Getúlio Vargas, achamos interessante que um autor de um país que passou por uma revolução tão impactante quanto inconteste em seu caráter revolucionário, como a Revolução Russa de 1917, considere os fatos ocorridos em 1930 também como uma “revolução” (KAMANEV, 1987, p.96). Nos dizeres do autor: “Apesar dos acontecimentos de Outubro de 1930 se assemelharem a um golpe de Estado, eles tiveram, dadas as suas consequências políticas e sociais, um certo valor revolucionário”. (idem, p. 101)

No plano interno, 1930 também é considerado um marco importante. Entendemos ser bons exemplos alguns dos termos utilizados por Skidmore para se referir ao período de 1930 a 1945, tais como “novas forças políticas” (SKIDMORE, 1975, p. 32), “novos padrões de governo” (idem, p.55) e, sobretudo, “novas direções econômicas” (idem, p.64). Nos dizeres de Kamanaev, a “revolução de 1930” seria marcada por “mudanças na estrutura do poder político, [e] novo papel do Estado” (KAMENAEV, 1987, p. 96), inclusive com uma “reorientação do desenvolvimento para o mercado interno” e a “aceleração da industrialização”.²⁵⁴

Os processos que ensejam a revolução, bem como os processos por ela ensejados são realmente dignos de nota. Aliado à desvalorização do então principal produto de exportação nacional, o café, será dado início a uma forma mais consistente de uma industrialização por substituição de importações²⁵⁵. Se o início da primeira fase do Governo Vargas será marcado pela desesperada “queima do café”, o final de sua terceira fase²⁵⁶, o Estado Novo terá como dois importantes marcos a constituição da Companhia Vale do Rio Doce e, sobretudo, da primeira siderúrgica do país, a Companhia Siderúrgica Nacional²⁵⁷. É uma sintética demonstração da mudança qualitativa do país no período.

²⁵⁴ Ainda que um livro fundamental para a compreensão da história econômica do Brasil como “Formação Econômica do Brasil”, de Celso Furtado, não faça uma referência explícita à Revolução de 30, um outro clássico da área como “A Ordem do Progresso”, dedica um capítulo inteiro ao período iniciado em 1930 e encerrado em 1945 (“Capítulo 3 – Crise, Crescimento e Modernização Autoritária: 1930-1945”) (ABREU, 1992, p. 73). Uma obra recente do mesmo tema, história econômica do Brasil, tem como corte inicial de sua exposição justamente a ascensão de Vargas: “A economia brasileira de Getúlio a Dilma – novas interpretações”, organizado por Araujo & Mattos (2021). O livro já citado de Werneck Sodré, considerado por alguns um tanto “economicista”, também ressalta a importância da Revolução de 30 com um subcapítulo de mesmo nome (SODRÉ, 1970, p.314).

²⁵⁵ “Após cair 9% entre 1928 e 1930, e permanecer praticamente estagnado em 1931-32, o produto industrial cresceu 10% ao ano entre 1932 e 1939. A participação das importações na oferta total (a preços de 1939) caiu de 45% em 1928, para 25% entre 1931, e 20% em 1939. Exceto no caso de bens de capital, consumo durável e intermediários do gênero elétrico, a produção doméstica correspondia, em 1939, a mais da metade da oferta; no caso de bens de consumo não duráveis, a mais de 90% da oferta”. (ABREU, 1992, p.82)

²⁵⁶ Consideramos o período entre 1930 e 1945 como caracterizado por três fases: a do Governo Provisório (1930-34), a do Governo Constitucional (1934-37) e o Estado Novo (1937-45).

²⁵⁷ “O aproveitamento das ricas jazidas de minério de ferro por uma usina siderúrgica instalada no território brasileiro era, à época, visto como um dos magnos problemas de cuja resolução dependia o desenvolvimento econômico nacional. A aspiração nacional tornou-se realidade durante o período Vargas, que tirou partido da conjuntura criada pela Segunda Guerra Mundial.

[...] Oswaldo Aranha enviou aos Estados Unidos, em 25 de setembro [de 1940], uma delegação que concluiu acordo entre os dois países, pelo qual os norte-americanos concediam ajuda financeira (por intermédio do *Eximbank*) e tecnológica para a construção de uma usina siderúrgica no Brasil”. (CERVO & BUENO, 2015, p.278-280)

Em termos mais específicos de política externa, gostaríamos de destacar três dos aspectos que consideramos mais marcantes no período, e que parcialmente irão fundamentar a política exterior brasileira nos períodos subsequentes, especialmente a PEI: a possibilidade e eventual prática de uma “política de barganha” com as potências”, a (nos dizeres de Cervo & Bueno) “nova percepção do interesse nacional” e, por último, mas definitivamente não menos importante, a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial.

Quanto à política de barganha, essa se deu basicamente com o comportamento do Brasil entre duas potências relevantes da época: EUA e Alemanha. Se o Brasil a partir de fins do século XIX e, especialmente, depois da gestão de Rio Branco, foi progressivamente se afastando da Inglaterra e se aproximando (e se vinculando) aos EUA, a partir dos anos 1930, após a crise de 1929 que se abateu sobre os países capitalistas e as mudanças políticas no Brasil, o horizonte de relações exteriores se alteraram.

O panorama poderia ser resumido da seguinte forma: o Brasil se interessando em diversificar suas relações comerciais (CERVO & BUENO, 2015, p. 256-257); vários países capitalistas numa diminuição do interesse pelo liberalismo econômico e pelas relações comerciais internacionais²⁵⁸, com o consequente aumento do protecionismo²⁵⁹; e, especialmente a partir de 1933, com os interesses e práticas de recuperação econômica de EUA e Alemanha. 1933 é ano da posse de Franklin Roosevelt como presidente dos EUA (em 4 de março) e de Adolf Hitler como chanceler da Alemanha (um pouco mais de um mês antes, em 30 de janeiro). Ambos os líderes irão implementar ações econômicas visando minorar suas respectivas crises econômicas, enquanto o Brasil fazia o mesmo – ainda que todos por caminhos não necessariamente iguais.

Contudo, à medida que as condições da Alemanha se agudizavam, com sua expressiva melhora econômica²⁶⁰ e agressividade política, as relações dos demais

²⁵⁸ “A severidade do impacto da ‘grande depressão’ sobre a economia mundial resultou em importante diminuição da importância relativa dos fluxos comerciais e financeiros [...]. Não há dúvidas que tais países se ‘voltaram para dentro’ [...]”. (ABREU, 1992, p. 73).

²⁵⁹ “A crise, como foi dito, atingiu os países capitalistas em intensidade proporcional à sua integração no mercado mundial. O protecionismo comercial decorrente da Grande Depressão aprofundou a diferenciação das potências capitalistas em dois grupos: o primeiro deles, graças aos recursos de seus impérios coloniais ou do próprio território, manteve-se razoavelmente em meio à crescente autarquia (Grã-Bretanha, França e EUA); o segundo, sem dispor dos mesmos meios, foi mais duramente atingido pela crise (Alemanha, Itália e Japão).” (VIZENTINI, 1995, p.27)

²⁶⁰ “Durante a década de 1930, o Brasil foi alvo de disputa comercial entre a Alemanha e os Estados Unidos. No período de 1934-1938, a posição norte-americana no Brasil foi ameaçada, e mesmo

países do mundo e suas principais forças políticas passavam a ir tomando lados mais ou menos pró-Alemanha. No Brasil isso vai se desdobrar até em termos de política interna, com os homens mais próximos a Getúlio muitas vezes sendo classificados como mais “pró-EUA” ou mais “pró-Alemanha”. Talvez o mais associado ao primeiro “grupo” seja o de Oswaldo Aranha²⁶¹, ex-embaixador do Brasil em Washington (1934-37), e então ministro das relações exteriores do Brasil (1938-44) – além de futuro representante do país na ONU. Mais associado ao segundo grupo estariam figuras como Filinto Muller, Góes Monteiro e Eurico Dutra (VIGEVANI, 2006, p. 85; NETO, 2013, p. 357).

O interesse no desenvolvimento econômico do Brasil, sobretudo através de sua industrialização, associado ao interesse de parte das Forças Armadas em modernizar-se com novos equipamentos, se expressou no interesse do Brasil em construir sua primeira usina siderúrgica (CERVO & BUENO, 2015, p. 278-279), e a busca por parceiros que fossem capazes de fornecer financiamentos e/ou assessoria técnica, foi um exemplo lapidar de como o Brasil, durante esses anos, teve interlocuções com Alemanha e EUA. E, à medida que a situação internacional se agudizava, com as crescentes violências internas e externas na e da Alemanha, essas interlocuções foram ganhando aspectos de “barganha”. E essa barganha logo gerou, nos dizeres de Gerson Moura, uma “equidistância pragmática” entre EUA e Alemanha. Conforme Cervo & Bueno (2015, p. 269):

O período compreendido entre 1935 e 1941 na história da política externa brasileira foi sintetizado por Gerson Moura (1980) como ‘equidistância pragmática’, pelo fato de o Brasil ter procurado tirar proveito da disputa então existente entre os dois blocos de poder, vale dizer, Estados Unidos e Alemanha (CERVO & BUENO, 2015, p. 269).

À medida que a Segunda Guerra Mundial se avizinhava, e que a política externa do governo Roosevelt, conhecida como “Política da Boa Vizinhança” se estruturava²⁶², o Brasil voltaria a pender mais para as relações com os EUA do que

suplantada pela de sua concorrente, em 1936, 1937 e 1938, no referente ao valor das importações brasileiras.” (CERVO & BUENO, 2015, p.273)

²⁶¹ “A ambiguidade do governo Vargas às vésperas do início do conflito na Europa refletia a divisão existente na própria cúpula do sistema político, entre pró-Eixo e pró-aliados. Aranha era o principal representante da segunda posição.” (CERVO & BUENO, 2015, p. 269)

²⁶² “[...] nesse contexto, Roosevelt adota a *Política da Boa Vizinhança* como estratégia para alinhar o continente à sua diplomacia. As *Conferências Pan-Americanas* foram os instrumentos para a consecução de tal objetivo. [...] Não apenas as intervenções militares são abandonadas, como é criado o EXIMBANK (Export-Import Bank). O pan-americanismo tem a vantagem, para Washington,

com a Alemanha e, “o início das hostilidades, em 1939, levou a um estreitamento econômico maior entre o Brasil e os Estados Unidos” (CERVO & BUENO, 2015, p. 277). Com o irrompimento da guerra, a partir de setembro de 1939, o Brasil declara uma “neutralidade” (CERVO & BUENO, 2015, p.268), mantendo o comércio com ambos, Alemanha e EUA – inclusive porque os EUA só entrariam na guerra formalmente em 1941 – mas com a relação com a Alemanha perdendo intensidade, inclusive em função do bloqueio marítimo britânico imposto aos nazistas. De acordo com Cervo & Bueno (2015, p. 277):

A presença comercial alemã, significativa no período 1936-1938, retraiu-se. Com efeito, o percentual de 25,0% das importações brasileiras detido pela Alemanha em 1938 desceu para 19,4% em 1939 e 1,8% em 1940. Enquanto isso, os Estados Unidos elevaram os 24,2% das importações brasileiras em 1938 para 33,4% em 1939 e 51,9% em 1940 (CERVO & BUENO, 2015, p. 277)

Os desenvolvimentos da guerra e o envolvimento dos EUA na mesma, bem como fortes pressões destes ao Brasil e as agressões oriundas da Alemanha, foram conformando a entrada brasileira do lado Aliado. Em 1942 o Brasil abandona a “neutralidade”, bem como qualquer expectativa de “barganha” ou “equidistância pragmática”, e se envolve diretamente no conflito. Um envolvimento que teve como fundamentos o envio de matérias-primas sensíveis aos aliados (especialmente aos EUA), o cancelamento do comércio com o Eixo, a instalação de uma base aérea aliada no estado do Rio Grande do Norte, e o compromisso dos EUA em nos auxiliar com a siderúrgica.

Quando o Brasil declara guerra ao Eixo, alguns outros países americanos já o haviam feito, sobretudo em virtude de pressões de Washington. Contudo a declaração brasileira merece destaque especialmente pelas condições em que essa aliança se deu: o Brasil não apenas obteve ganhos muito concretos com a participação, especialmente a CSN²⁶³, mas também foi o único país do continente a enviar tropas para o teatro de guerra. Isso era especialmente importante, pois não apenas nos diferenciava qualitativamente dos demais aliados americanos como nos opunha fortemente ao nosso tradicional rival regional: a Argentina. A Argentina que

de encobrir sua hegemonia, disfarçando-a como cooperação e solidariedade [...]” (VIZENTINI, 1995, p. 34, grifos no original)

²⁶³ Como nos alerta Vizontini (1995, p.36-37): “O EXIMBANK assegurou financiamento para a instalação de uma siderúrgica em Volta Redonda, **fato inédito no relacionamento econômico Estados Unidos-América Latina.**” (VIZENTINI, 1995, p. 36-37, grifos nossos)

não apenas se recusava a declarar guerra ao Eixo²⁶⁴ como tinha nacionais muitíssimo afeitos aos países do Eixo – o que vai dificultar posteriormente a entrada do país na ONU, bem como vai facilitar uma grande emigração de nazistas e ustashas para o país ao fim da guerra²⁶⁵.

Era o alinhamento formal do Brasil aos EUA, ainda que mais amplamente fosse um alinhamento aos “Aliados” em geral²⁶⁶, o que incluía necessariamente todos os demais signatários da “Declaração das Nações Unidas”²⁶⁷ e, sobretudo, Inglaterra e URSS. Contudo, um alinhamento com benefícios concretos e vistosos para o Brasil, que estava lucrando materialmente²⁶⁸, e se posicionando moral e politicamente do lado que julgamos “certo da história”, contra a barbárie nazifascista.

Ou seja, ainda que o Brasil estivesse formalmente subordinado aos EUA na aliança, visto que a Força Expedicionária Brasileira se integrou ao Exército dos EUA e não o contrário, armas e suprimentos eram dados pelos estadunidenses aos brasileiros e não ao contrário, e a potência estrangeira havia instalado uma base militar em nosso território, e não o contrário, essa subordinação tinha tido ganhos tão relevantes que acabavam se integrando aos mais genuínos dos interesses nacionais.

Logo, entendemos o período de 1930 a 1945 como marcado pela “barganha pragmática” com as potências”, com uma renovação da relação do Brasil com os

²⁶⁴ “A ruptura de relações foi anunciada no último dia daquela conferência [Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores do continente americano, realizada no Rio de Janeiro, em janeiro de 1942], cumprindo, assim, o recomendado pela sua XXIII Resolução. Argentina e Chile adotaram posição divergente da brasileira na conferência e não romperam com o Eixo.” (CERVO & BUENO, 2015, p. 282)

²⁶⁵ Para maiores detalhes quanto aos nazistas na Argentina recomendamos o bom artigo “Operação Odessa: a fuga dos criminosos de guerra nazistas para a América Latina após a Segunda Guerra Mundial e os caçadores de nazistas”, de Marcos Eduardo Meinerz. Para maiores detalhes quanto aos ustashas especificamente, destacamos o capítulo 5 da parte 3 do livro “*Nationalism and Terror: Ante Pavelić and Ustasha Terrorism from Fascism to the Cold War*”, intitulado “*The Ustasha in Argentina*”. Inclusive o principal líder Ustasha, Ante Pavelić, se refugiou na Argentina no pós-guerra.

²⁶⁶ De acordo com Ricupero (2006, p.53): “A Segunda Guerra Mundial marca o fim da fase de hesitações neutralistas e de aparente disponibilidade. Volta com força o projeto do paradigma original” da diplomacia brasileira, de “convergência” com os EUA, fundada por Rio Branco.

²⁶⁷ “A 9 de abril, munido dos necessários Plenos Poderes, assinou o Embaixador Carlos Martins Pereira e Souza a Declaração das Nações Unidas, em nome do Brasil, em solenidade realizada no Departamento de Estado, na presença do Secretário de Estado norte-americano, que exprimiu a satisfação dos Estados Unidos da América e das demais Nações Unidas por essa adesão.” (BRASIL, 1944, p. 9)

²⁶⁸ “O engajamento do país é concreto e significativo: tropas, bases, produtos estratégicos. Como compensação, o reequipamento e treinamento das forças armadas, a colaboração para o início da implantação da indústria pesada em Volta Redonda.” (2006, p.54)

EUA²⁶⁹, com a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos aliados, e com uma nova percepção do interesse nacional.

Mas, quanto a este último ponto, que percepção seria essa? José Honório Rodrigues, em seu “Interesse Nacional e Política Externa” vai definir esse “Interesse Nacional” como resultado do “somatório de aspirações permanentes e atuais que se criam e se desenvolvem no processo histórico e dependem muito das características do povo e das etapas do desenvolvimento econômico” (1966, p.76), além de ser produtor de política externa. E o mesmo segue:

Como uma filha legítima, a política externa nasce dos interesses nacionais, isto é, dos interesses do povo e da União, acrescidos de **princípios ou propósitos como os da segurança, da não intervenção, da autodeterminação, do anticolonialismo**, da proteção ao comércio externo e da paz, todos harmônicos e coesos com o interesse nacional. O interesse nacional é este e só este. E aqueles princípios foram definidos desde o nosso nascimento como Nação e se formularam ao correr do processo histórico e da formação de nossa personalidade nacional (RODRIGUES, 1966, p. 82, grifos nossos).

Ainda que Rodrigues argumente que “o interesse nacional em política externa envolve, desde 1822, propósitos bem definidos” e envolvesse “muitos propósitos e ideias, tais como: a segurança e a prosperidade, a glória e a honra nacionais, a felicidade, o sentido da dignidade, a soberania, a paz, o comércio livre, o anticolonialismo, a não intervenção, a autodeterminação” (RODRIGUES, 1966, p.81), entendemos que esses interesses só chegarão à maturidade, no Brasil, com a PEI a partir de 1961. E que até essa maturidade alegada, passos foram sendo dados pelos governos. E, especialmente com o primeiro governo Getúlio Vargas, entendemos que possa somar-se a estes “propósitos e ideias” sumarizados por Rodrigues, e que culminará na PEI, a noção de “desenvolvimento econômico” e, como importante vetor deste, a industrialização.

Interessante observar que os nossos três países analisados com maior minúcia neste trabalho, Suécia, Iugoslávia e Brasil, tiveram participações importantes e marcantes na Segunda Guerra Mundial. Porém, se fosse possível hierarquizar essa importância, o Brasil estaria na posição mais baixa, não apenas porque estava geograficamente distante dos principais teatros da guerra, mas

²⁶⁹ “A aliança político-militar durante a guerra vai gerar o mito da ‘relação especial.’” (RICUPERO, 2006, p. 54).

porque teve a economia menos danificada dos três, e ameaças reais ao seu território consideravelmente menores. Porém, importante frisar que o Brasil rompeu a neutralidade na guerra, enviando soldados para o combate contra o eixo (ao contrário da Suécia)²⁷⁰, ainda que não tenha tido necessariamente o heroísmo militar dos iugoslavos – dos Partizans, particularmente.

O Brasil, assim como a Iugoslávia, e diferentemente da Suécia, participará, nos estertores da Guerra, da “Conferência das Nações Unidas para a Organização Internacional”²⁷¹ ou, mais comumente chamada, “Conferência de São Francisco” que criará a “Organização das Nações Unidas” (ONU). De acordo com Moura (2012, p. 182):

O Brasil participou da organização da ONU desde o começo. Havia um delegado brasileiro na Conferência sobre Alimentação e Agricultura, e na fundação da Administração das Nações Unidas para o Auxílio e Restabelecimento (UNRRA), ambas em 1943. Apesar de o Brasil ter assumido responsabilidades de membro efetivo em ambas as reuniões, deve ter ficado claro que a reconstrução pós-guerra seria primariamente um assunto para as Grandes Potências. Apesar da posição independente assumida por Eurico Pentead, o representante brasileiro em ambas as conferências, **o Brasil e outros países latino-americanos só podiam aprovar as propostas dos Estados Unidos nas reuniões.** O Brasil esteve também envolvido nas atividades do Comitê Executivo e do Conselho de Segurança em Londres em 1945, bem como no Comitê Preparatório e nas Assembleias Gerais a partir de 1946. **Esta participação seguiu a regra de estrita adesão à política internacional estadunidense** (MOURA, 2012, p. 182, grifos nossos.)

De acordo com a própria ONU (s/d, s/p)²⁷²:

Delegados de cinquenta nações reuniram-se em São Francisco, Califórnia, EUA, entre 25 de abril e 26 de junho de 1945, na Conferência das Nações Unidas sobre Organização Internacional. Trabalhando nas propostas de Dumbarton Oaks, no Acordo de Yalta e nas alterações propostas por vários governos, a Conferência chegou a

²⁷⁰ Essa é, sem dúvida, uma das passagens mais interessantes da História do Brasil, em nossa opinião: Getúlio Vargas, visto por muitos, não apenas como “o ditador do Estado Novo” mas um verdadeiro exemplar “fascista”, posicionando oficialmente seu governo e enviando tropas objetivamente contra o nazifascismo. Nos parece um caso ímpar em termos mundiais, inclusive.

²⁷¹ Interessante observar que dois documentos brasileiros importantes sobre a Conferência de São Francisco, “Conferência de Organização Internacional das Nações Unidas – Instruções à Delegação do Brasil” e “Relatório da Delegação do Brasil à Conferência das Nações Unidas para a Organização Internacional” (FONTOURA, MORAES & UZIEL, 2015, p. 25 e 53) trazem o “nome oficial” da Conferência com os termos em ordem trocada.

²⁷² “The San Francisco Conference”. Disponível em: <https://www.un.org/en/about-us/history-of-the-un/san-francisco-conference>. Acesso em 09 jan. 2024.

acordo sobre a Carta das Nações Unidas e o Estatuto do novo Tribunal Internacional de Justiça.

Quarenta e seis nações, incluindo os quatro patrocinadores, foram originalmente convidadas para a Conferência de São Francisco. Estas foram as nações que declararam guerra à Alemanha e ao Japão e subscreveram a Declaração das Nações Unidas. Uma destas nações – a Polónia – não enviou um representante porque a composição do seu novo governo só foi anunciada tarde demais para a conferência. Portanto, foi deixado espaço para a assinatura da Polónia, um dos signatários originais da Declaração das Nações Unidas. Na altura da conferência não existia um governo polaco geralmente reconhecido, mas em 28 de junho tal governo foi anunciado e em 15 de Outubro de 1945, a Polónia assinou a Carta, tornando-se assim um dos 51 membros originais. A própria conferência convidou quatro outros estados - a República Socialista Soviética da Bielorrússia, a República Socialista Soviética da Ucrânia, a recém-libertada Dinamarca e a Argentina. Assim, delegados de cinquenta nações ao todo reuniram-se na Conferência de São Francisco, em abril de 1945 (ONU, s/d, s/p).

Apesar de muitas esperanças e expectativas, o Brasil acabou ficando sem seu desejado assento permanente no Conselho de Segurança da ONU (CS-ONU) (MOURA, 2012, p. 163-166).

A Segunda Guerra Mundial acaba formalmente em setembro de 1945 e, menos de dois meses depois, Getúlio Vargas seria derrubado, entre outros, por militares como Dutra e Góes Monteiro antes seus aliados – e elementos “pró-Eixo” do governo -, e agora seus opositores – e aliados dos EUA.

3.3 RETROCESSO E ALINHAMENTO DO GOVERNO DUTRA (1946-1950)

Eleições ocorrem no Brasil em dezembro de 1945 e elegem o ex-aliado - e ex-elemento pró-Eixo - Eurico Gaspar Dutra. Ainda que tanto Amado & Cerro quanto Vizontini sejam bastante elegantes ao chamar o período do governo Dutra de “Dutra e o alinhamento na Guerra Fria” (AMADO & CERRO, p. 289; VIZENTINI, p. 40), entendemos que o período tenha sido marcado por um profundo retrocesso em termo de política externa – justamente em função desse alinhamento.

O oficial do exército e ex-ministro do governo Vargas assume o poder no Brasil como ostensivo aliado dos EUA. E, no surgimento da Guerra Fria, vai liderar o alinhamento do Brasil precisamente aos EUA. Entendemos ser um retrocesso pois entendemos que a PEI foi, até o Golpe de 1964, o período mais avançado de nossa política externa e que, numa linearidade temática, teria sido produzida pela seguinte

sucessão de acontecimentos: o Brasil como subordinado à Portugal (afinal, uma colônia), posteriormente alinhado/subordinado à Inglaterra (sobretudo no período imperial), em seguida alinhado aos EUA (especialmente via Rio Branco), em aliança/barganha pragmática com os EUA (durante o governo Vargas), e em direção a uma progressiva maior autonomia política internacional do Brasil, o governo Dutra retrocede, alinhando novamente o Brasil aos EUA, num nível que pode ser entendido como real subordinação.

Ainda que o interesse multilateral fosse razoavelmente bem representado pelas iniciativas do Brasil na estruturação da ONU, as relações bilaterais do Brasil com os EUA no período vão se destacar - e a vinculação das relações multilaterais brasileiras às suas relações com os EUA, *idem*²⁷³. Na Guerra Fria então nascente, o Brasil não vai buscar uma equidistância pragmática entre as potências capitalistas (que, com exceção dos EUA, muito fortalecidos pelo conflito, estão em condições bastante precárias), nem entre as superpotências capitalista e socialista (EUA e URSS), tampouco uma neutralidade com algum nível de maquiagem pragmática.

O Brasil vai se subordinar aos interesses dos EUA – o que, por consequência, rompe a relação direta entre interesse nacional brasileiro e política externa brasileira. Dutra irá estabelecer relações econômicas o bastante “liberais” possíveis, nos moldes dos interesses dos EUA (VIZENTINI, 1995, p. 44). Mas o destaque certamente será para as subordinações políticas.

Nesse sentido, o Brasil vai, sucessivamente, em 7 de maio de 1947 cassar o registro do PCB²⁷⁴, e em 07 de janeiro de 1948, os mandatos dos candidatos eleitos pelo partido no pleito de 1945²⁷⁵. Ainda em 1947 o Brasil assinará em 2 de setembro, no Rio de Janeiro, o “Tratado Interamericano De Assistência Recíproca”

²⁷³ Por exemplo: “Uma análise das posições do Brasil durante os primeiros anos da ONU sugere que três atitudes principais guiaram sua política externa. A primeira foi votar junto com os Estados Unidos em todas as questões importantes; no caso de questões cruciais para o Reino Unido, a orientação era seguir a votação do governo de Sua Majestade, já que este não se opunha aos Estados Unidos. A segunda atitude envolvia a oposição sistemática às iniciativas identificadas como comunistas e aos regimes identificados com a União Soviética.” (MOURA, 2012, p. 183 -184).

²⁷⁴ BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Resolução nº 1841. Processo nº 411/412/DF. Disponível em: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-resolucao-1841-cancelamento-do-registro-do-pcb>.

Acesso em: 9 jan. 2024.

²⁷⁵ A Lei nº 211, de 7 de Janeiro de 1948, “Regula os casos de extinção de mandatos dos membros dos corpos Legislativos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios”, e, em seu item “e” do “Art. 1º”, diz que “Extingue-se o mandato dos membros dos Corpos Legislativos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, eleitos ou não sob legendas partidárias” por uma série de motivos, dentre os quais “pela cassação do registro do respectivo partido, quando incidir no § 13 do artigo 141, da Constituição Federal”. Ou seja, a lei cassava, oficialmente, todos os mandatos daqueles parlamentares eleitos pelo PCB, e cassados no ano anterior.

(TIAR)²⁷⁶ e, no mês seguinte, em 21 de outubro, irá romper relações diplomáticas com a URSS. A capa do jornal “Diário de Notícias” do dia seguinte, 22 de outubro²⁷⁷, dava como manchete principal: “Cessaram as relações diplomáticas entre o Brasil e a Rússia / Representará os interesses de nosso país em Moscou a Embaixada dos Estados Unidos que, a esse respeito, já fez a necessária comunicação ao governo soviético”²⁷⁸.

O ano de 1947 pode ser entendido como “o ano em que o Brasil foi mais realista que o rei”, nos termos oportunos de Rezende (2006, título da dissertação), com o fechamento do PCB, o rompimento das relações Brasil-União Soviética, e a assinatura do TIAR, tratado este que entendemos ser uma espécie de rascunho do que viria ser o Tratado do Atlântico Norte (assinado em 04 de abril de 1949) e sua respectiva Organização, a OTAN, e outros tratados/organizações em que os EUA (e/ou o Reino Unido) foram estruturando o Bloco Capitalista em seu cerco ao Bloco Socialista. Ato contínuo, vimos que em 1948, o Brasil cassa os parlamentares comunistas em janeiro e, em 30 de abril de 1948, vai assinar “a Carta da Organização dos Estados Americanos”, na IX Conferência Internacional Americana, realizada em Bogotá, Colômbia. O tratado entrou em vigor em 13 de dezembro de 1951, criando oficialmente a OEA e vinculando ainda mais os países americanos aos EUA – OEA, inclusive, ridicularizada popularmente como não sendo uma “organização internacional” e sim, nos dizeres de Fidel Castro, o “Ministério das Colônias dos EUA”²⁷⁹.

²⁷⁶ “No. 324 a). Tratado Interamericano De Assistência Recíproca. Assinado no Rio de Janeiro, aos 2 de Setembro de 1947”. Disponível em: <https://treaties.un.org/doc/Publication/UNTS/Volume%2021/v21.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2024. Assinaram o Tratado, nessa data, 19 países americanos que, na época, tinham algum nível de independência. Nicarágua e Equador assinaram depois, em 15/10/1948 e 10/11/1949, respectivamente. Trinidad & Tobago e Bahamas irão ingressar muitos anos depois. O Canadá nunca ingressou. Dos países signatários, Cuba foi suspensa em 1962; Bolívia, Equador, México e Nicarágua saíram; Peru e Uruguai saíram por breves períodos, mas retornaram – o que de certo modo ocorreu também com a Venezuela.

²⁷⁷ Diário de Notícias. Rio de Janeiro, Quarta-feira, 22 de Outubro de 1947. Disponível em: https://memoria.bn.br/pdf/093718/per093718_1947_07667.pdf. Acesso em: 9 jan. 2024.

²⁷⁸ A mesma capa trazia ainda que “Tambem o Chile rompeu com a URSS e a Tchecoslovaquia / Encarregar-se-á a Argentina dos interesses chilenos naqueles dois países”.

²⁷⁹ CASTRO, Fidel. Discurso do Comandante-em-chefe Fidel Castro Ruz na Segunda Assembleia Nacional do Povo de Cuba, realizada na Praça da Revolução, a 4 de fevereiro de 1962. Disponível em: <http://www.fidelcastro.cu/pt-pt/discursos/discurso-do-comandante-em-chefe-fidel-castro-ruz-na-segunda-assembleia-nacional-do-povo-de>. Acesso em 9 jan. 2024.

Com essa série de ações pode-se entender que o Brasil tomava lado na Guerra Fria que se estruturava fortemente²⁸⁰, ao lado dos EUA, abdicando de qualquer política de barganha, de equidistância, de neutralidade ou de independência. Foi um período em que o Brasil abdicou parcialmente de seus interesses nacionais em prol de um “americanismo” com fortes aspectos de submissão. Muitos julgaram essa atitude como produto de uma impressão de que o Brasil, ao ter sido um aliado tão prestimoso dos EUA na Segunda Guerra Mundial, e ter conseguido resultados positivos da aliança, poderia vir a ser considerado pelos EUA como um “parceiro privilegiado”. É o “mito da ‘relação especial’” (RICUPERO, 2006, p. 54) explicitado. Expectativa completamente frustrada²⁸¹ – como já havia acontecido antes, como alguns analistas já reconheciam que aconteceria, e que voltaria sistematicamente a acontecer.

3.4 O SEGUNDO GOVERNO VARGAS: O NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO E NOVAS SEMENTES PARA A PEI

A eleição presidencial de 1950 colocará o “retrato do velho outra vez no mesmo lugar”²⁸², isto é, colocará Getúlio Vargas como líder do Brasil mais uma vez. E o retorno do Getúlio trará também um certo (mas não total) rompimento com a política levada a cabo por Dutra, bem como também trará um certo (mas não total) retorno de algumas práticas de política externa e interna que caracterizaram o período de 1930 a 1945.

Ainda que o governo Vargas, de certo modo, não tivesse mais a ambição de qualquer tipo de equidistância pragmática no então mundo bipolar, isto é, não buscasse de forma mais ativa uma relação de barganha com a URSS, ele também

²⁸⁰ O ano de 1947 é também o ano em que Truman faz seu discurso no Congresso dos EUA, em 12 de março, “recomendando assistência à Grécia e à Turquia” e com isso inaugurando a “Doutrina Truman”; em julho é publicado, na revista *Foreign Affairs* o artigo “The Sources of Soviet Conduct” de George Kennan, que expande seu “Longo Telegrama” do ano anterior, e defende a contenção da URSS; ainda em 1947 é rascunhado o “Plano Marshall”, que entrará em vigor em 1948.

²⁸¹ Termos inspirados nas palavras utilizadas por Pedro Malan no subtítulo “O Governo Dutra (1946-1950): as expectativas frustradas”, de seu capítulo “Relações econômicas internacionais do Brasil (1945-1964)” da obra “História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III O Brasil republicano, volume 11: economia e cultura (1930-1964)”.

²⁸² Referência à marchinha “Retrato do Velho” composta por Haroldo Lobo e Marino Pinto, e interpretada por Francisco Alves, gravada em 1950.

abandonou um alinhamento mais automático com os EUA²⁸³, tanto em aspectos práticos quanto discursivos. Se Vargas insistia discursivamente num Brasil democrático, ocidental e americano²⁸⁴, e vai levar a cabo algumas ações com os EUA como a Comissão Mista Brasil-EUA e o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, também veremos o governo acenar para os países latino-americanos e, em discursos, atacar verdadeiros fundamentos do capitalismo internacional, como o imperialismo²⁸⁵, o intercâmbio desigual, os oligopólios, a divisão internacional do trabalho e as remessas de lucros – ainda que, naquele momento, nem todos esses termos fossem enunciados exatamente dessa forma.

Símbolos desse fim do alinhamento automático podem ser encontrados, por exemplo, na recusa do Brasil em mandar tropas para a Guerra da Coreia, que ainda que sob bandeira da ONU era um empreendimento claramente dos EUA. Como observa Ricupero (2006, p.56):

É significativo, por exemplo, que o mesmo Getúlio Vargas da aliança militar da Segunda Guerra, se esquivará, no seu segundo Governo, de enviar mesmo um contingente simbólico à Coréia, atitude, aliás, imitada pelos demais latino-americanos com exceção da Colômbia. (RICUPERO, 2006, p.56)

Nos dizeres de Vizontini (1995, p. 66), “as questões econômicas foram o principal ponto de discórdia entre o Rio de Janeiro e Washington durante o segundo governo Vargas”. Entendemos que foram pontos altos dessa “discórdia” a criação de

²⁸³ Vizontini qualifica a política do Chanceler de Dutra, Raul Fernandes, como de “alinhamento automático em relação aos EUA na Guerra Fria e na política hemisférica”. (VIZENTINI, 1995, p. 50)

²⁸⁴ A “Mensagem ao Congresso Nacional” de 1951 explicita que: “O Governo encara as perspectivas internacionais dentro dos mesmos princípios de **solidariedade às nações democráticas e da fidelidade aos ideais da civilização cristã**, que sempre inspiraram e orientaram a nossa política externa. **O bloco regional americano tem hoje no Tratado do Rio de Janeiro o instrumento eficaz pelo qual pautará suas atitudes e pronunciamentos**, quer diante de uma agressão partida do próprio hemisfério, quer diante de uma agressão partida do exterior.” (VARGAS, 1951, p. 20, grifos nossos)

²⁸⁵ No mesmo documento, parágrafos antes, temos: “**A era do imperialismo econômico**, caracterizado pela exploração dos países atrasados em proveito da economia dos que se achavam altamente industrializados, pode ser considerada ultrapassada, senão nos fatos, pelo menos nos princípios que formam hoje a vida internacional.” (VARGAS, 1951, p. 19, grifos nossos). Outra citação que achamos merecedora de atenção, especialmente por seu tino quase humorístico, e também, por ser eloquente quanto a certa fragilidade “teórica” do trabalhismo brasileiro, é a seguinte: “Vargas chegou a declarar, em 7 de setembro de 1953, que ‘o imperialismo era a falta de investimentos dos países ricos nos pobres, impedindo o desenvolvimento’ (exatamente o contrário do conceito leninista!)”. (VIZENTINI, 2008, p. 18-19)

uma empresa estatal de petróleo, a Petrobras, em 3 de outubro de 1953²⁸⁶, numa objetiva afronta ao “cartel das Sete Irmãs”²⁸⁷ (e no mesmo ano de 1953, marcado pela queda do primeiro-ministro iraniano Mossadegh, orquestrada por EUA e Reino Unido, após aquele ter nacionalizado o petróleo do país), a tentativa de se criar uma defesa dos preços do café, os discursos de rejeição ao imperialismo e as críticas às remessas de lucros. Inclusive estes são elementos constantes da “Carta Testamento” escrita por Vargas quando de seu suicídio em 1954.

Dois conceitos que parecem ser fundamentais para esse segundo governo Vargas, quando pensamos em política externa, são “nacionalismo” e “desenvolvimento”. Não à toa, o capítulo dedicado ao período de 1946-1964 da obra de Cervo & Bueno intitula-se “Alinhamento e **Desenvolvimento** associado (1946-1964)” (grifo nosso), e seu segundo subcapítulo tem por título “O segundo governo Vargas e a pressão **nacionalista**” (grifo nosso). Também vale citar o subcapítulo “4.3 **Desenvolvimento** versus Sistema interamericano” (grifo nosso) da obra de Vidigal & Doratioto, e, sobretudo, o título completo da obra de Vizontini: “Relações Internacionais e **Desenvolvimento**: o **nacionalismo** e a política externa independente 1951-1964” (grifo nosso).

Entendemos que o livro de Vizontini, produto de sua tese de doutorado, exprime com bastante identidade também nossas reflexões e interpretações, não apenas do segundo governo Vargas, mas como dos governos subsequentes até o Golpe de 64 e, especialmente, nosso entendimento dos processos de formação da PEI.

Então podemos sintetizar que a partir de 1951 as preocupações com o desenvolvimento brasileiro serão decisivas, assim como a formação e a “pressão” de um pensamento tido como “nacionalista”. Inclusive, uma outra obra de Vizontini, a enxuta e esclarecedora “Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula”,

²⁸⁶ “LEI Nº 2.004, DE 3 DE OUTUBRO DE 1953 - Dispõe sobre a Política Nacional do Petróleo e define as atribuições do Conselho Nacional do Petróleo, institui a Sociedade por ações Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima, e dá outras providências”. (BRASIL, 1953, s/p).

²⁸⁷ “A expressão Sete Irmãs foi aplicada em muitos contextos diferentes, e foi usada já em 1913 em conexão com as Leis Corporativas de Nova Jersey. Foi somente com o advento de Enrico Mattei, na década de 1950 [...] [executivo da companhia petrolífera estatal italiana (Eni)], que “*le sette sorelle*” [“as sete irmãs” em italiano] se tornou amplamente utilizado para as empresas petrolíferas” (SAMPSON, 1991, p. 75, nota 1, em tradução livre). A história desse termo remonta às sete empresas petrolíferas que formaram o cartel “Consórcio para o Irã” e dominaram a indústria petrolífera mundial entre meados da década de 1940 e a década de 1970. As Sete Irmãs eram: Anglo-Iranian Oil Company (BP), Shell, Texaco, Gulf Oil, Standard Oil of New Jersey (Esso), Standard Oil of New York (Mobil) e Standard Oil of California (Chevron). (SAMPSON, 1991, p. 159)

sintetiza bem essas questões do período no título do primeiro capítulo: “Nacionalistas x ‘entreguistas’: Do **desenvolvimento** à Política Externa Independente” (VIZENTINI, 2008, grifo nosso).

Essa tensão entre “nacionalistas” e “entreguistas” é, em nosso julgamento, fundamental para os desenvolvimentos políticos, internos e externos, do Brasil desde então. Essa mesma tensão também pode ser identificada, por exemplo, ainda que de forma um tanto vulgarizada, nas relações políticas entre “Os de Dentro” e o “Os de Fora” nos termos de Skidmore (1975, p. 80-89; p. 185-188), que seriam, de certa forma e respectivamente, os “nacionalistas” e os “entreguistas”²⁸⁸.

Ou, ainda, podemos encontrar certa identificação nos tributários da “controvérsia Simonsen-Gudin”, controvérsia esta explicitada na obra “A controvérsia do planejamento na economia brasileira” (SIMONSEN & GUDIN, 2010) e “comentada” por Teixeira, Maringoni e Gentil em “**Desenvolvimento: O debate pioneiro de 1944-1945**” – inclusive o capítulo dedicado a Roberto Simonsen recebe o título de “O planejador – Roberto Simonsen, **indústria e desenvolvimento**” (TEIXEIRA, MARINGONI & GENTIL, p. 35, grifos nossos). Especialmente se levarmos em consideração a centralidade que “industrialização”, “desenvolvimento” e “planejamento econômico” terão nos discursos e práticas dos atores políticos mais vinculados ao “nacionalismo”; e o papel de Eugênio Gudin e partidários de suas ideias terão nos governos tipicamente “entreguistas” de Café Filho²⁸⁹ e Castelo Branco²⁹⁰.

²⁸⁸ Ainda que Skidmore associe mais os “de Dentro” aos esquemas de poder propostos e influenciados por Vargas, e os “de Fora” como uma espécie de oposição organizada e liberal, compreendemos essa associação dos “de Dentro” e “de Fora” com “nacionalistas” e “entreguistas”, além de didática, algo poética.

²⁸⁹ Gudin será ministro da Fazenda de Café Filho entre 25 de agosto de 1954 a 13 de abril de 1955.

²⁹⁰ Em um pequeno texto, Sérgio Quintella não apenas nos lembra do peculiar fato de que Eugênio Gudin (e Octavio Gouvêa de Bulhões, outro “entreguista”) foram “de maior relevância na criação da Fundação **Getúlio Vargas**” (QUINTELLA, 2006, p. 54, grifos nossos), como faz uma didática oposição entre “conceitos na área de economia radicalmente opostos”. “De um lado [...] o pensamento econômico de esquerda, em que se destacava Celso Furtado [...] que tinha uma visão do Brasil com **vocação para o planejamento**”, “**auxiliar do presidente João Goulart**”, “um homem ligado à economia do desenvolvimento” e que “fazia parte do grupo dos ‘cepalinos’, denominação proveniente de Cepal (Comissão Econômica para a América Latina), instituto de economia vinculado a ONU que funciona no Chile e que representava na época o pensamento não-liberal no campo da economia”. “Já Bulhões, Roberto Campos e Eugênio Gudin eram os expoentes da outra ala, a não-intervencionista, **contrária ao planejamento e favorável à economia liberal, à abertura da economia, à competição internacional, à inserção brasileira no mercado internacional. Eram pensamentos opostos.**” (QUINTELLA, 2006, p. 54, grifos nossos). Oposição que julgamos ser uma das facetas a oposição “nacionalistas x entreguistas”.

Se no período de 1930-45 já tínhamos esses elementos políticos referentes ao desenvolvimento econômico, à industrialização, ao nacionalismo/interesse nacional, no período de 1951-54 esses elementos irão, de certo modo, amadurecer, ao ponto de ser possível ver a consolidação de um termo que sintetize isso: o “nacional-desenvolvimentismo”²⁹¹. Uma análise econômica mais crítica ao liberalismo econômico também passa a vir de fora, através da CEPAL, fundada em 1949 em Santiago do Chile, vinculada à ONU e dirigida pelo argentino Raul Prebisch, e que vai contribuir também com a consolidação do “nacional-desenvolvimentismo” e nos legar, entre outras reflexões, a famosa “deterioração dos termos de troca” existente nas relações comerciais entre economias produtoras e exportadoras de matérias-primas e economias produtoras e exportadoras de produtos industrializados. É nesse mesmo período que vai se conformar, ainda, o IBESP²⁹² (basicamente sucessor do “Grupo de Itatiaia”²⁹³ e antecessor do ISEB²⁹⁴), instituição que parece também resumir alguns desses principais elementos políticos supracitados²⁹⁵.

²⁹¹ Na concisa definição de Gonçalves (2011, p.1): “O Nacional-desenvolvimentismo (ND) pode ser conceituado, de forma simplificada, como o projeto de desenvolvimento econômico assentado no trinômio: industrialização substitutiva de importações, intervencionismo estatal e nacionalismo.” Para uma discussão interessante do conceito, e bem aprofundada sobre “desenvolvimentismo” especialmente, ver Fonseca (2014): “Desenvolvimentismo: a construção do conceito”.

²⁹² Em 1953 o grupo remanescente das reuniões em Itatiaia cria o IBESP (Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política) e passa a editar os textos das discussões sob o nome de “Cadernos de Nosso Tempo” – publicados entre 1953 e 1956, totalizando 5 volumes. Colaboraram nos Cadernos: Alberto Guerreiro Ramos, Cândido Mendes de Almeida, Carlos Luís Andrade, Ewaldo Correia Lima, Fábio Breves, Heitor Lima Rocha, Helio Jaguaribe, Hermes Lima, Ignácio Rangel, João Paulo de Almeida Magalhães, José Ribeiro de Lira, Jorge Abelardo Ramos, Moacir Félix de Oliveira e Oscar Lorenzo Fernandes (SCHWARTZMAN, 1979, p. 3).

²⁹³ “Em agosto de 1952, um grupo de estudiosos começou a se reunir, periodicamente, para discutir os grandes problemas da época. Da agenda constava ‘o esclarecimento de problemas relacionados com a interpretação econômica, sociológica, política e cultural de nossa época, com a análise, em particular, das idéias e dos fenômenos políticos contemporâneos e com o **estudo histórico e sistemático do Brasil, encarado, igualmente, do ponto de vista econômico, sociológico, político e cultural**’. O Parque Nacional de Itatiaia, entre Rio de Janeiro e São Paulo, serviu de ponto de encontro, com acomodações cedidas pelo Ministério da Agricultura. Daí a denominação de ‘Grupo de Itatiaia,’ pela qual o grupo ficou conhecido.” (SCHWARTZMAN, 1979, p. 3, grifos nossos).

²⁹⁴ “Pouco tempo depois de constituído, o IBESP estabelece um convênio com a CAPES, liderada então por Anísio Teixeira, para a realização de uma série de seminários sobre os “problemas de nossa época”, e começou, assim, o percurso que o levaria a se transformar em órgão permanente do Ministério da Educação, como Instituto Superior de Estudos Brasileiros. O impacto e as vicissitudes do ISEB não poderiam ser vistos aqui. Basta lembrar que o ISEB foi, essencialmente, uma tentativa de levar à frente os ideais do IBESP.” (Schwartzman, 1979, p. 3).

²⁹⁵ “A preocupação com o **subdesenvolvimento** brasileiro, a **busca de uma posição internacional de não alinhamento** e de “terceira força”, um **nacionalismo** em relação aos recursos naturais do país, uma racionalização maior da gestão pública, maior participação de setores populares na vida política, tais eram, em poucas palavras, os valores que pareciam unificar a todos [os intelectuais do IBESP].” (SCHWARTZMAN, 1979, p. 3, grifos nossos).

Contudo, as perspectivas brasileiras de desenvolvimento econômico, industrialização e interesse nacional pareciam, para muitos, estar intimamente ligadas à nossa principal relação bilateral, com os EUA. Uma ideia francamente difundida na época (e no início dos anos 2020 também) é a de que os EUA poderiam ser nossos principais e melhores parceiros para as duas primeiras questões (desenvolvimento econômico e industrialização) e que aceitariam e apoiariam nosso interesse nacional. Logo, uma barganha pragmática com os EUA não seria apenas possível, como também desejável.

Um exemplo dessa “esperança/desejo” está nos seguintes excertos. Vargas mandou quatro “Mensagens ao Congresso” em seu segundo período, em 1951, 1952, 1953 e 1954, e nas quatro o governo expressa essa esperança. Vejamos:

Em segundo lugar, o **Governo dos Estados Unidos da América, cômico das responsabilidades** que lhe advêm do grau superior de desenvolvimento econômico do seu país, **tomou a si importantes tarefas de auxílio**, levando recursos técnicos e econômicos às áreas devastadas, e também, ainda que em escala menor, às áreas subdesenvolvidas do mundo. Nasceu, dêsse modo, um novo conceito da cooperação entre os povos, que se traduziu, no tocante ao grupo de países de que fazemos parte, na doutrina exposta pelo Presidente dos Estados Unidos no chamado <Ponto IV>, e consubstanciada na Lei nº 535 do 81º Congresso Norte-Americano sobre o desenvolvimento econômico internacional.” (VARGAS, 1951, p. 17, grifos nossos)

“A capacidade para arcar com êsses compromissos [defesa da Pátria, de sua integridade territorial, defesa do continente americano, fortalecer a ordem internacional etc.] só poderá ser assegurada pelo desenvolvimento de um **arcabouço econômico e industrial suficientemente poderoso**; o Govêrno dedica a sua melhor atenção a êsse **desenvolvimento, que abrange tôdas as indústrias e atividades de interesse militar, e muito especialmente a indústria pesada**, as vias de comunicação, os transportes marítimos e as fontes de energia. Decidido a cumprir integralmente os seus compromissos, o **Brasil espera, no entanto, que os seus aliados e consórcios de ontem e de amanhã, e muito especialmente os Estados Unidos da América, país a que sempre estivemos ligados** na paz e na guerra por laços de amizade e no qual prestamos sempre a mais decidida e leal colaboração, **compreendam o seu desejo de alcançar o grau de desenvolvimento econômico e industrial** necessário para que possa prestar, nos casos previstos pelos Tratados e pela Carta das Nações Unidas, uma cooperação condizente com o seu potencial econômico e demográfico (VARGAS, 1952, p. 26, grifos nossos).

Na Mensagem ao Congresso de 1953, a esperança/desejo é ainda mais laudatória, e o desejo de ser visto como parte do Bloco Capitalista liderado pelos EUA, já explícitos nas outras duas mensagens anteriores, ganha um outro nível:

Côncios de que só a forma democrática de govêrno poderá proporcionar aos povos uma feição de viver condizente com a dignidade humana, **prossequimos em nossa linha política de apoio às Nações do bloco democrático**, na sua luta contra as ameaças de um regime totalitário, que não encontra raízes na nossa formação histórica de povo sempre ufano de suas liberdades. **Procuramos estreitar os nossos laços internacionais com os países do mundo livre e particularmente com os Estados Unidos da América**, a que incumbem as mais graves responsabilidades no esforço comum pela **preservação dos padrões da civilização cristã**.

Estamos seguros de que a nova Administração dos Estados Unidos da América — integrada por estadistas experimentados nas vicissitudes da guerra - **saberá medir todo o significado do fortalecimento econômico e industrial do Brasil**, como contribuição para a política de segurança continental.

O Govêrno concentrou o melhor de sua capacidade técnica na elaboração de projetos susceptíveis de aceitação, para financiamento pelas entidades bancárias previstas nos **acordos de cooperação econômica assinados em Washington**. **Nesse desiderato, vem contando com a colaboração eficiente da Secção Americana da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos**. É de esperar que se alcance maior rapidez no exame e decisão final sôbre o **financiamento de tais projetos**.

As declarações do Presidente Eisenhower e do Secretário de Estado John Foster Dulles sôbre a necessidade de intensificar a cooperação com a América Latina **deixam-nos a impressão de que os problemas das relações econômicas entre os nossos dois países serão encarados com perfeito realismo e compreensão** (VARGAS, 1953, p. 16-17, grifos nossos).

Até chegar na “Mensagem ao Congresso” de 1954, última do governo Vargas:

É por isso que o Brasil, fiel às suas tradições cristãs de paz, de liberdade política e de liberdade civil, **continua a prestar decidido apoio às nações do chamado bloco ocidental**, manifestando seu assentimento às medidas que possam contribuir para a restauração integral da paz e o restabelecimento da convivência pacífica entre todos os povos.

[...]

Animados pelo **desejo** de serem ampliadas, dentro de um espírito de compreensão recíproca e de mútua cooperação, **nossas tradicionais relações de amizade com os Estados Unidos da América vêm sendo mantidas**, constituindo o objeto de constantes contatos entre os dois Governos.

A nova Administração norte-americana, sob a chefia do Senhor Dwight D. Eisenhower, o supremo comandante das fôrças aliadas na guerra e **hoje um dos supremos chefes da luta universal pela paz**, trouxe algumas alterações de ordem técnica no intercâmbio dos nossos países, em conseqüência da nova política, que adotou, de predominância da iniciativa privada nas relações econômicas internacionais, política a que obedeceu, sem dúvida, **a extinção da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para Desenvolvimento Econômico**, que tão relevantes serviços vinha prestando.

Mas semelhante situação tende a transformar-se, buscando soluções mais amplas, segundo fazem prever incisivas declarações oficiais (VARGAS, 1954, p. 22-23, grifos nossos).

Era, assim, o governo brasileiro, de certo modo, seguindo com sua ambiguidade, tanto no plano externo, quanto no plano interno. Se no plano interno, Getúlio teve como primeiro chanceler João Neves da Fontoura, “um elemento pró-americano e comprometido com os interesses econômicos estrangeiros” e que “possuía uma visão semelhante as de Raul Fernandes (Chanceler de Dutra)” (VIZENTINI, 1995, p.67), ou seja, um tipo facilmente classificável como “entreguista”, teve como ministro do Trabalho João Goulart, frequentemente caracterizado como “nacionalista” e que, entre outras ações, dobrou o salário-mínimo. E, reforçando o caráter ambíguo, ato contínuo, não apenas Vargas manteve o aumento salarial, chancelando-o, como demitiu Goulart, punindo-o.

Na política externa também havia essa ambiguidade, frequentemente tida como pragmatismo. Se nosso chanceler era “entreguista”, Vargas frequentemente se colocava como “nacionalista”. Nas palavras de Vizentini (1995, p. 67):

Paralelamente, o próprio Vargas adotava, alternativamente, um discurso independente e contestatório, e outras vezes um tom conciliador ou o puro e simples acatamento das demandas americanas, muitas vezes secretamente. As próprias fontes oficiais expressam claramente as duas faces da política externa de Vargas, duas faces de uma mesma estratégia”. (VIZENTINI, 1995, p. 67).

O segundo período Vargas então pode ser caracterizado como “nacional-desenvolvimentista”, buscando um desenvolvimento econômico nacional através sobretudo da industrialização, e que utilizava a política exterior como um instrumento para esse desenvolvimento industrial, tentando barganhas com os EUA, na ideia de que o Brasil ofereceria apoio estratégico (como forte alinhamento político-ideológico dentro e fora da ONU, apesar de o Brasil não ter enviado contingente para o conflito na península coreana) em troca de forte e consistente (e, porque não, utópico) apoio econômico.

Contudo, factualmente, as ilusões com os EUA vão claramente desmoronando no período, e certas atitudes mais “nacionalistas” são tomadas pelo governo – ainda que sempre moderadas pela “ambiguidade” supracitada. Em 3 de janeiro de 1952 Vargas havia assinado o Decreto 30.363, regulamentando a

remessa de lucros para o exterior, uma medida tida como “nacionalista”. E, de acordo com o MRE (1953, p. 169):

No decorrer do ano de 1952 foram examinadas as bases de intercâmbios comerciais e assinados Acordos com a Espanha, Grécia, Islândia, Itália, Iugoslávia, Japão e Polônia. Igualmente foram então negociadas novas listas de mercadorias, que passaram a fazer parte integrante dos Ajustes comerciais firmados com a Áustria, Portugal, Tchecoslováquia e França (MRE, 1953, p. 169).

Ou seja, o Brasil passa a apresentar um esforço mais explícito na multilateralização de suas relações econômicas, abarcando desde países ainda fascistas (Espanha, Portugal), passando por países capitalistas integrantes da OTAN (Itália, França), até países socialistas, sejam mais distantes da URSS (Iugoslávia) ou mais próximos (Polônia, Tchecoslováquia). Ainda, quanto à Iugoslávia, o ano de 1952 é marcado pela “elevação à categoria de embaixada” da missão diplomática do Brasil em Belgrado, por iniciativa do próprio governo iugoslavo (MRE, 1953, p. 36). Em 31 de julho de 1953 há o encerramento dos estudos técnicos da Comissão Mista Brasil-EUA, iniciada em 19 de julho de 1951, e em 31 de dezembro de 1953 encerrou-se oficialmente suas atividades (CMBEU, 2008, p. 284). Com seu encerramento unilateral por parte dos EUA, e, em que pese suas importantes indicações técnicas, com os poucos recursos recebidos pelo Brasil, mais tijolo foi colocado no grande muro das desilusões brasileiras com as promessas de “auxílio” por parte dos EUA.

Em 1953 missões econômicas do Brasil visitam tanto a Europa Ocidental quanto a Oriental, também visando a ampliação da “área comercial” do país, e com o “Ministro João Alberto, Chefe do Departamento Econômico do Itamarati” vocalizando, em algumas oportunidades, “a importância das relações comerciais com os países socialistas” (VIZENTINI, 1995, p. 102-103). Em 15 de junho há a promulgação do polêmico Acordo Militar Brasil-Estados Unidos²⁹⁶, assinado em 15 de março de 1952, e que “estabeleceu basicamente o fornecimento de material norte-americano para o Exército brasileiro em troca de minerais estratégicos” (D’ARAÚJO, 2009, s/p). Ainda de acordo com D’Araújo (2009, s/p):

²⁹⁶ “DECRETO Nº 33.044, DE 15 DE JUNHO DE 1953. Promulgo o acôrdo de Assistência Militar entre os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da América, firmado no Rio de Janeiro, a 15 de março de 1952.” Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D33044.htm. Acesso em: 14 jan. 2024.

O texto do acordo, composto de 12 artigos, declarava, entre outras coisas, que o governo norte-americano se comprometia a fornecer equipamentos, materiais e serviços ao **Brasil, o qual, por seu lado, deveria fornecer aos EUA materiais básicos e estratégicos (art. 8º), especialmente urânio e areias monazíticas.**

O acordo foi bastante combatido pelos nacionalistas, chegando a influir na demissão do ministro da Guerra, o general Newton Estillac Leal. As principais críticas referiam-se a seu **caráter antinacionalista e a seu favorecimento dos interesses econômicos e militares norte-americanos, em detrimento da soberania brasileira.** Para seus adversários, o acordo selava o alinhamento automático do Brasil aos EUA e aos interesses desse país no chamado ‘mundo livre’, alimentando, assim, o conflito ideológico da guerra fria e acalentando os planos hegemônicos do governo norte-americano no continente. Outro ponto relevante era que os termos do acordo entravam em choque com os estudos elaborados pelo grupo técnico brasileiro encarregado do programa nuclear nacional, cujo principal mentor era o almirante Álvaro Alberto da Mota e Silva, presidente do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq). Esse grupo não fora ouvido, tendo sido totalmente marginalizado das negociações (D’ARAÚJO, 2009, s/p).

Era novamente o Brasil expressando esperanças numa “relação especial” com os EUA, para regozijo dos “entreguistas” e lamento dos “nacionalistas”. Esperanças as quais vimos frustradas com o desfecho da CMBEU, por exemplo. Em 9 outubro de 1953 institui-se a Instrução 70 da SUMOC²⁹⁷ que, ao encarecer as manufaturas importadas, acaba por estimular a indústria nacional (VIANNA, 1992, p. 139-142), seis dias depois de Vargas sancionar a lei 2.004 criando a Petrobras (e menos de dois meses da queda de Mossadegh no Irã, por motivos semelhantes, em 19 de agosto).

Em 5 janeiro de 1954 Vargas lança mão do decreto 34.893²⁹⁸, que restringe capital estrangeiro, provocando “descontentamento do capital estrangeiro, especialmente o norte-americano” e causando “protesto do Departamento de Estado” (CERVO & BUENO, 2015, p. 304). Em 8 de fevereiro, após todos esses acontecimentos, oficiais do exército “apresentaram um longo memorial ao Ministro da Guerra” (SKIDMORE, 1975, p. 163) criticando o governo Vargas, se avolumando assim a campanha contra este. Era o “Manifesto dos Coronéis”, resultado de uma

²⁹⁷ Superintendência da Moeda e do Crédito. Instrução nº 70. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/acessoinformacao/instrucoesumoc/SUMOCINST70-instrucao070.pdf>. Acesso em 14 jan. 2024.

²⁹⁸ “DECRETO Nº 34.893, DE 5 DE JANEIRO DE 1954. Regulamenta a execução da Lei nº 2.145, de 29 de dezembro de 1953, que institui Carteira de Comércio Exterior, dispõe sobre o intercâmbio comercial com o exterior e dá outras providências”. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-34893-5-janeiro-1954-331436-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 14 jan. 2024.

série de motivações e “assinado por 42 coronéis e 39 tenente-coronéis”, que entre outras coisas, contribuiu para a derrubada do Ministro do Exército, General Espírito Santo Cardoso, e do Ministro do Trabalho, João Goulart (SKIDMORE, 1975, p. 163-167).

Entre 1 e 28 de março de 1954 realiza-se a X Conferência Interamericana em Caracas, Venezuela, aprovando (incluindo o voto brasileiro) uma resolução anticomunista²⁹⁹, dirigida basicamente contra o governo nacionalista (e, como de costume, visto como “potencialmente” comunista - quando não “efetivamente comunista”) de Jacobo Árbenz na Guatemala – Árbenz seria derrubado, basicamente pelos EUA, três meses depois.

Poucos dias depois:

Em 4 de abril uma nova oportunidade apresentou-se à oposição [de Vargas]. João Neves da Fontoura, que fora Ministro das Relações Exteriores desde 1951 até a época da reforma ministerial ocorrida em junho-julho de 1953, deu uma entrevista de grande repercussão na imprensa do Rio. [...] [Ele] **acusava Getúlio** de ter estado negociando, secretamente, com o Presidente Perón, da Argentina, a assinatura de um **pacto entre os governos ABC (Argentina, Brasil e Chile)** a fim de formar um bloco contra os Estados Unidos, no hemisfério ocidental. Essas negociações, alegava o ex-Ministro, tinham sido levadas a efeito por Getúlio e Jango, sem o conhecimento do Ministério das Relações Exteriores. [...].

Esta era a deixa ideal para os antigetulistas. O próprio ex-Ministro do Exterior de Getúlio fornecia novos elementos para consubstanciar a **acusação de que o presidente alimentava esperanças de formar um estado “sindicalista” inspirado na linha peronista**. Além disso, **as acusações de João Neves da Fontoura reavivaram, sob outro ângulo, a questão ideológica da política externa do Brasil**. O

²⁹⁹ Um dos principais resultados da Conferência foi a “*Declaración de solidaridad para la preservación de la integridad política de los Estados Americanos contra la intervención del comunismo internacional* (Décima Conferencia Interamericana, Caracas – 1954)” (grifos nossos). Para essa declaração a Guatemala votou contra, México e Argentina se abstiveram. Interessante a dificuldade de encontrar os documentos dessa Conferência. No site da OEA só há as três convenções aprovadas, mas não as 117 resoluções nem a “Acta final”. Encontramos a “Acta Final” no “Vol. 7, Nº1, 1954” da “*Revista Española de Derecho Internacional*”, mas não as resoluções. Encontramos a resolução da “*Declaración de solidaridad* [...]” em dois lugares distintos: no “Anexo 4” do livro “*Checoslovaquia, Guatemala y México en el Período de la Revolución Guatemalteca*” de Lukáš Perutka (2014, p. 164 e 165), e em uma nota de rodapé do artigo “*Algunos comentarios sobre la ‘Declaración de Solidaridad para la preservación de la integridad política de los Estados Americanos contra la intervención del Comunismo Internacional’, en la Décima Conferencia Norteamericana*”, de Humberto Otárola Aqueveque na “*Revista de Derecho*” da *Universidad de Concepción*, Nº96, año XXIV (Abr-Jun, 1956). O único lugar em que encontramos de forma fácil e organizada tanto a “Acta Final”, quanto as três convenções e as 117 resoluções adotadas foi no site “*Derecho Internacional*” (disponível em <https://www.dipublico.org/conferencias-diplomaticas-naciones-unidas/conferencias-inter-americanas/conf-inter-amer-1945-1954/decima-conferencia-interamericana-caracas-1-28-de-marzo-1954/>). Ao cotejarmos com as fontes anteriores, o site pareceu sério e confiável. Contudo, não está clara a origem do site nem quem o mantém, por isso ficamos receosos de considerá-lo uma fonte.

antiamericanismo existente no alegado pacto ABC enfureceu aqueles antigetulistas que identificavam os destinos do Brasil com o prudente acatamento da liderança dos Estados Unidos em matéria de política externa. Tal ponto-de-vista era típico, por exemplo, do General Cordeiro de Farias e dos oficiais da Cruzada Democrática que se tinham oposto tão vigorosamente à facção nacionalista (SKIDMORE, 1975, p.169-170, grifos nossos.)

Os militares e demais forças oposicionistas “entreguistas” temiam, além do “comunismo”, também o “nacionalismo”, e quaisquer forças que fossem mais ou menos anti-imperialistas (frequentemente “antiamericanas”) e próximas aos trabalhadores e/ou sindicatos. Perón, como portador de alguns destes signos, era também um espantalho importante para os oposicionistas de Vargas. De acordo com Hirst (2006, p. 312-313):

A partir da campanha eleitoral de 1950, entretanto, surgem no Brasil as primeiras especulações em torno de uma articulação política mais estreita entre Vargas e Perón. Já no início de 1950 Vargas mandou emissários pessoais a Perón para discutir as perspectivas de um futuro relacionamento. O envio do jovem trabalhista João Goulart a Buenos Aires criou certa expectativa para Perón quanto à possibilidade da adesão do Brasil a um esforço comum de unificação latino-americana. O líder justicialista já vinha dando clara evidência de seu interesse em promover uma aproximação entre os países latino-americanos.

Tanto Vargas quanto Péron pareciam perceber a coincidência de seus mandatos como um momento privilegiado para tal empreendimento. O empenho do presidente argentino nesta direção foi favorecido por uma particular conjuntura na América que, por um curto período, se tornou um terreno fértil para democracias populistas. **Além da presença de Vargas no Brasil, Perón se sentiu acompanhado por outras presenças políticas no continente, tais como: Ibañez, no Chile; Paz Estensoro, na Bolívia; e Ibarra, no Equador. Deve-se ainda mencionar o crescimento de forças partidárias como, por exemplo: os Autênticos em Cuba, a Ação Democrática na Venezuela, o Apra no Peru e os socialistas na Guatemala. [...]** Perón postulava que a unificação da região deveria ser precedida por uma unidade econômica, cujo eixo principal seria uma aliança entre a Argentina, o Brasil e o Chile (**O Pacto ABC**).

Não obstante a identificação política produzida, as posições internacionais de Perón e Vargas guardavam diferenças de conteúdo e estilo. A política externa do governante brasileiro impunha, automaticamente, uma série de obstáculos ao envolvimento do Brasil na formação de um bloco latino-americano, fosse econômico ou político. Durante todo o seu segundo governo, no entanto, Vargas agiu de forma a evitar que fechassem definitivamente as portas para um engajamento desta natureza. **As afinidades naturais entre o justicialismo e o trabalhismo, os componentes nacionalistas de seus programas de governo e o desgaste sistemático de seus entendimentos com os Estados Unidos, contribuíram**

enormemente neste sentido. Vargas não punha lenha na fogueira, mas tampouco, deixava que esta se apagasse (HISRT, 2006, p. 312-313, grifos nossos.)

Os “entreguistas” brasileiros eram contra quaisquer políticas internas e/ou externas de Vargas que apontassem para qualquer tipo de anti-imperialismo, não submissão aos EUA, integração regional autônoma, fortalecimento dos direitos dos trabalhadores mais pobres (como aumento salarial, reforma agrária) etc. Entre abril e agosto, Vargas vai aumentar o salário-mínimo em 100% (VIANN, 1992, p. 144-145; SKIDMORE, 1975, p. 168-173), sofrer uma tentativa de impeachment³⁰⁰, tentar implantar um alto “valor mínimo” para o café brasileiro no mercado externo, sofrendo forte boicote norte-americano (VIANNA, 1992, p. 145-148), e se ver envolvido num “ataque” e “assassinato” na rua Toneleros, envolvendo um vocal e renitente adversário político e ideológico: Carlos Lacerda. (SKIDMORE, 1975, p. 173-180)

Premido por pressões internas e externas, o último governo Vargas se encerra em 24 de agosto de 1954, com o suicídio do presidente no Palácio do Catete. Uma vitória parcial e circunstancial do “entreguismo”.

3.5 RETROCESSO E REALINHAMENTO DE 1954-1956: CAFÉ FILHO E OUTROS

A nova retirada de Vargas da presidência, desta vez de forma definitiva e irreversível, vai, assim como aconteceu em 1946, promover um importante retrocesso da política externa brasileira, associada ao alinhamento irrestrito aos EUA. Nos dizeres de Skidmore (1975, p. 181-182):

O Vice-Presidente Café Filho prestou juramento como Presidente da República, imediatamente após o suicídio de Vargas. [...] Organizou um novo gabinete que incluía diversos líderes identificados com a UDN. O Ministro da Fazenda era Eugênio Gudin [...]. Nos últimos anos do Estado Novo, Gudin combateu vivamente as propostas de industrialização de Roberto Simonsen. Vários outros ministros civis eram eminentes figuras públicas de visão moderadamente conservadora, como Cândido Mota Filho, o novo ministro das Educação, e Raul Fernandes, conhecido e veterano político da UDN, o

³⁰⁰ “Em junho, Vargas enfrentou o teste de impeachment, encaminhado ao Congresso por Afonso Arinos, líder da UDN e da oposição parlamentar (UDN-PL-PR-PDC). Para justificar o pedido, a oposição alegou, fundamentalmente, razões de ordem política e pessoal contra Vargas — corrupção, conivência com atos criminosos e imoralidade. Em 16 de junho, a moção de impedimento foi derrotada por 136 votos contra 35. Afonso Arinos revelou posteriormente que agira sob a instância do brigadeiro Eduardo Gomes, que considerava o pedido de impedimento como ‘necessário à consolidação de certa frente militar avançada’.” (BRANDI, s/d, s/p).

novo Ministro das Relações Exteriores³⁰¹. Os Ministérios da Aeronáutica e da Marinha foram para destacados antigetulistas, Brigadeiro Eduardo Gomes e Almirante Amorim do Vale. Ambos haviam sido líderes na conspiração para forçar a renúncia de Vargas (SKIDMORE, 1975, p. 181-182)

Era a vitória política e a ascensão dos “entreguistas”, com importantes consequências políticas e econômicas para o Brasil. Nos termos de Vizentini (1995, p. 120), foram tempos de “retrocesso Diplomático”, “Realinhamento político” e “Internacionalização econômica”. No mesmo diapasão “entreguista”, para a SUMOC fora indicado Octávio Gouvêa de Bulhões, que em 17 de janeiro de 1955 baixa a famigerada “Instrução 113”³⁰², basicamente favorável ao capital estrangeiro e contrária à Instrução 70 do governo Vargas.

De forma sucinta, de acordo com Cervo & Bueno (2015, p. 308) “O hiato representado pelo governo Café Filho significou, em termo de política exterior, principalmente no que tange a relações com os Estados Unidos, um retorno ao período Dutra.” Para esses autores “O que chamou a atenção na política exterior” do período “foi referente à cooperação dos Estados Unidos na área de energia atômica” (CERVO & BUENO, 2015, p. 306). No âmbito da política “Átomos para a Paz”³⁰³ de Eisenhower, o governo Café Filho esteve no meio das disputas entre “nacionalistas” e “entreguistas” sobre os destinos do programa nuclear brasileiro: se mais autônomo (soberano e “nacionalista”) ou mais vinculado aos EUA (CERVO & BUENO, 2015, p. 306-307). Ao fim, como esperado, “O governo Café Filho foi acusado de ter alterado a política atômica brasileira e de **ter feito os ajustes em função dos interesses norte-americanos.**” (CERVO & BUENO, 2015, p. 307, grifos nossos.)

Em contrapartida a essas ofensivas entreguistas, em 14 de julho de 1955, é criado pelo Decreto nº 37.608, uma “Instituição cultural” de muita relevância para os

³⁰¹ Assumindo novamente o ministério que liderou durante o Governo Dutra.

³⁰² Disponível

em:

<https://www.bcb.gov.br/content/acessoinformacao/instrucoessumoc/SUMOCINST113-instrucao113.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2024.

³⁰³ “Átomos para a Paz” foi o título de um discurso proferido pelo presidente dos EUA, Dwight D. Eisenhower, na Assembleia Geral da ONU na cidade de Nova Iorque, em 8 de dezembro de 1953 (oficialmente “*Address Before the General Assembly of the United Nations on Peaceful Uses of Atomic Energy*”). Nesse espírito, os EUA lançaram então um programa “Átomos para a Paz” que forneceu equipamentos e informações a escolas, hospitais e instituições de investigação nos EUA e em todo o mundo. Inclusive: “O reator nuclear de pesquisas IEA-R1 [foi] doado pelos Estados Unidos dentro do programa Átomos para a Paz, que permitia a outros países ingressarem na energia atômica, foi inaugurado em 1958 pelo presidente Juscelino Kubitschek e pelo governador paulista Jânio Quadros. Dois anos antes, um convênio entre a Universidade de São Paulo (USP) e o então Conselho Nacional de Pesquisas (atual CNPq) criava o Instituto de Energia Atômica (IEA), um órgão nacional para pesquisas na área nuclear.” (MARCOLIN, 2006, p. 10).

“nacionalistas”, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura: Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). O ISEB “Destinava-se ao estudo, ensino e divulgação das ciências sociais, cujos dados e categorias seriam aplicados à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira para permitir o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional” (CPDOC, s/d, s/p). Ainda, **“O ISEB foi um dos centros mais importantes de elaboração teórica do projeto ‘nacional-desenvolvimentista’”**, tendo iniciado “suas atividades quando Juscelino Kubitschek assumiu a presidência da República” (idem, grifos nossos). “Dentro do ISEB, os principais formuladores do projeto de desenvolvimento nacional foram Hélio Jaguaribe, Guerreiro Ramos, Cândido Mendes de Almeida, Álvaro Vieira Pinto e Nelson Werneck Sodré” (idem).

Mas, no mês seguinte, em agosto de 1955, o Brasil adere à “Área de Convertibilidade Limitada”, promovendo a “reintegração parcial do comércio brasileiro com a Europa Ocidental aos mecanismos sugeridos pelo FMI e GATT” e que “limitava as formas de ação heterodoxa do Brasil nesse campo, vinculando-se mais estreitamente às regras definidas pelos norte-americanos” (VIZENTINI, 1995, p. 124). Mais uma “conquista entreguista”.

De modo geral, de acordo com Vizontini (1995, p. 120-121), a política externa promovida pelo Chanceler Raul Fernandes foi de alinhamento automático com os Estados Unidos, na perspectiva de “segurança e desenvolvimento” da ESG, abandonando a “barganha nacionalista” de Vargas. O projeto da ESG, altamente anticomunista, ainda nos dizeres de Vizontini (p.128-130), veria o desenvolvimento como decorrência da aliança com os EUA, e consideraria a Guerra Fria o elemento central das Relações Internacionais.

Esse anticomunismo e esse alinhamento automático terão marcos importantes, que serão, ao menos parcialmente, desafiados pela PEI no futuro. Por exemplo, “no campo político-diplomático o Brasil manteve um baixo perfil, para não dizer **hostilidade e frieza, no tocante ao campo socialista**” (Vizontini, 1995, p.125, grifos nossos). No período o Brasil comunicou à AGNU “que aceitava a imigração dos prisioneiros de guerra norte-coreanos que não desejassem ser repatriados”, “passou a apoiar ativamente a posição ocidental ao pedido da RFA de não reconhecimento da RDA”, bem como votar contra a República Popular da China (idem).

Quanto ao Leste Europeu, “Apesar de certos meios empresariais desejarem estabelecer laços comerciais com os países socialistas, seguindo a política externa que havia sido esboçada na segunda metade do governo Vargas, a receptividade do governo foi fria.” (VIZENTINI, 1995, p.124). Como exemplo do “entreguismo” e alinhamento com EUA podemos citar que, em fins de 1954 a URSS encaminhou ao Brasil uma “proposta comercial, oferecendo **grandes vantagens**”, mas, “uma semana depois, a CACEX rejeitava a proposta” alegando algumas technicalidades um tanto fúteis. Café Filho chegou a responder a uma “comissão de deputados ligados à indústria e à agricultura paulistas”, que havia pedido ao presidente “que autorizasse **o comércio brasileiro com todas as nações, inclusive a URSS**”, que ele, Café Filho era “por princípio, favorável a ideia”, mas achava-a “inviável, devido à orientação e aos compromissos adotados pelo comércio externos brasileiro” (VIZENTINI, 1995, p. 125, grifos nossos). Definitivamente não havia grandes mostras de “barganha”, “equidistância” ou “interesse nacional”. Mas sim o alinhamento.

O período entre 1954 e 1956, em termos internacionais, é indelévelmente marcado pela “Conferência Afro-asiática”³⁰⁴, também conhecida como “Conferência de Bandung”, realizada na cidade indonésia de mesmo nome, entre 18 e 24 de abril de 1955. Essa conferência será extremamente importante para as reflexões e ações efetivas acerca da descolonização, da emergência do chamado “Terceiro Mundo” e, ao ser considerada um dos marcos da criação do Movimento dos Países Não-Alinhados (ESPÓSITO, 2019, p. 106-109), para a reflexão sobre o que é ser “neutro”, “não alinhado” e/ou “independente” em termos de política externa na Guerra Fria³⁰⁵.

Porém, também em relação ao Terceiro Mundo, a posição do Brasil era de certa “hostilidade e frieza”, nos dizeres de Vizentini (1995, p. 125-126):

³⁰⁴ À rigor, possivelmente a melhor tradução do indonésio “*Konferensi Asia–Afrika*” seria “Conferência Ásia–África”, ou “Conferência Ásio-Africana”, ou mesmo “Conferência Asiático-Africana”. Mas a mesma tem aparecido com mais frequência na literatura especializada como “Conferência Afro-Asiática”.

³⁰⁵ “O contexto mundial na metade dos anos 50 diferenciava-se progressivamente do existente no início da década [...]. O principal elemento de transformação do cenário mundial era representado pela emergência do *nacionalismo* e do *neutralismo* na esteira da descolonização afro-asiática. [...]

Apesar de suas limitações e ambiguidades, a Conferência de Bandung marcou o primeiro passo na irrupção do Terceiro Mundo.” (VIZENTINI, 1995, p. 131-132, grifos no original)

As relações de alinhamento automático com os EUA praticamente anulavam as tentativas de aproximação com a América Latina, incrementadas no final do governo Vargas. [...] A dimensão regional passava antes **pelas necessidades das relações diretas com Washington** e pela concepção de segurança e desenvolvimento. [...] A ausência da dimensão Latino-americana da política externa brasileira foi acompanhada pela do próprio movimento descolonizatório terceiro mundista. O Relatório 1955 do MRE, já em seu preâmbulo, assinala que cabia ao Itamarati, graças ao ‘caráter tradicional desta Chancelaria, governar-se pelas altas conveniências nacionais, *repelindo os termos de falsos nacionalismos.*’ [grifo no original]. [...] demonstrava com clareza o enfoque brasileiro, o qual também se vangloriava de sua atuação ‘**eqüidistante dos Estados colonialistas e anticolonialistas**’ [...]. Fiel a seus vínculos com o colonialismo português, o Brasil aceitou proteger os interesses de Lisboa junto à Índia, depois da ruptura diplomática entre ambos devido à questão das colônias lusitanas naquele país (VIZENTINI, 1995, p. 126, grifos nossos, exceto quando indicado).

Esse breve período de 1954 a 1956 encerra-se de modo conturbado no Brasil. Em outubro de 1955 os candidatos Juscelino Kubitschek (PSD) e João Goulart (PTB) são eleitos presidente e vice-presidente da República, respectivamente. Seria o “Retorno dos de Dentro”, nos dizeres de Skidmore (1975, p. 185). Em meio a tentativas de golpe(s), patrocinado(s) pela UDN derrotada, setores militares, Carlos Lacerda e demais “entreguistas”, e a licença médica de Café Filho, Carlos Luz (presidente da Câmara dos Deputados) assume a presidência em 8 de novembro, sendo derrubado pelo Ministro do Exército, Henrique Teixeira Lott, dia 11, numa espécie de “contragolpe preventivo”. Nereu Ramos, vice-presidente do Senado é empossado e transmitirá o cargo para JK em 31 de janeiro de 1956.

3.6 GOVERNO JK (1956-1961): DA ESPERANÇA SUBJETIVA COM O CAPITAL INTERNACIONAL À DESILUSÃO OBJETIVA COM OS EUA.

Talvez o governo Juscelino Kubitschek seja o melhor e mais bem acabado exemplo do “desenvolvimentismo” brasileiro. Não apenas porque colocou em prática seus princípios fundamentais, como expôs seus limites e contradições. Mas, sobretudo, porque não apenas foi um governo com um plano econômico claro e até mesmo nomeado, o Plano de Metas, como foi um governo que foi eleito e governou seu mandato completo de cinco anos – e ainda transmitiu pacificamente o cargo para um sucessor eleito, acontecimentos pouco usuais no Brasil. Nestes termos,

chama a atenção uma obra clássica sobre o período, que parece sintetizar bem essa interpretação: “O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política”, de Maria Victória Benevides.

De um ponto de vista da política interna, podemos concordar parcialmente com Skidmore que a eleição e posse de JK foi um “retorno dos ‘De Dentro’” (SKIDMORE, 1975, p. 185-188) e que os anos de seu governo foram “Anos de Confiança” (*idem*, p. 203). Contudo, alguns desses aspectos podem ser questionados. Por exemplo, não apenas o governo JK foi de certa forma, viabilizado por um contragolpe militar, o que atinge essa alegada “confiança”, como alguns conflitos internos estavam um tanto exacerbados no país. Segundo Vizentini (1995, p. 134), “A clivagem entre nacionalistas e entreguistas extrapolava gradativamente o plano das relações exteriores, invadindo a dimensão social doméstica, passando a identificar as forças de esquerda e direita”.

Importante contextualizar que JK não era do PTB, o partido político mais vinculado ao nacional-desenvolvimentismo, e aos “De Dentro”, e sim do PSD, com inúmeros quadros conservadores e entreguistas, e que o mineiro assumiu o governo com certas fragilidades, como seu relativamente baixo percentual de votação (35,68%), as tentativas de impedirem sua posse, o “contragolpe preventivo” de Lott etc. Nesse contexto, boa parte do governo JK vai misturar tanto elementos mais ligados aos nacional-desenvolvimentistas, como o fortalecimento do planejamento econômico através do Plano de Metas e das iniciativas na área de infraestrutura (nas quais a criação de Brasília e os investimentos em rodovias são centrais), quanto elementos ligados aos “entreguistas”, especialmente a permissividade e o incentivo da penetração de capitais multinacionais.

Do ponto de vista da política externa, enquanto Cervo & Bueno (2015, p. 308) cravam, de forma mais ampla, “Juscelino Kubitschek: rumo à diplomacia brasileira contemporânea”, Vizentini (1995) é mais cauteloso e detalhista, de certa forma dividindo o governo JK em duas fases: uma fase de maior continuação do alinhamento com os EUA, que ele vai caracterizar no subcapítulo “JK e a política externa do desenvolvimentismo-associado” (VIZENTINI, 1995, p. 133), e uma fase de revisão desse alinhamento, explanada no capítulo “Kubitschek e a OPA: o retorno da barganha nacionalista / 1958-61” (VIZENTINI, 1995, p. 143)³⁰⁶. Não nos parece à

³⁰⁶ Em outra obra, num capítulo em que analisa especificamente “A política externa do governo JK (1956-61)”, Vizentini subdivide, em termos cronológicos, esse período em três: “a política externa do

toa que Cervo & Bueno, em seu subcapítulo específico da política externa de JK detenham-se, basicamente ao período pós 1958, sendo poucas as referências da “primeira fase” do governo: o continuísmo e alinhamento dos anos 1956-58 se contrasta com as inovações e certa independência dos anos 1958-1961.

Essa primeira fase inicia-se, de certo modo, após a eleição de 1955, com a visita do candidato eleito JK aos EUA e a países da Europa, podendo ser encarada como importante fato para um substantivo aumento de “atrações de capitais estrangeiros, nos anos de 1956 e 1957 em comparação a, por exemplo, 1955 (VIZENTINI, 1995, p. 135-136). E, em 31 de janeiro de 1956, temos a posse de JK como presidente, indicando José Carlos de Macedo Soares para o MRE.

Para Cervo & Amado (2015, p. 309) “o nacional-desenvolvimentismo, nítido a partir da gestão de JK, passou a informar e a ser, portanto, a chave para a compreensão das relações internacionais do Brasil”. Contudo, esse nacional-desenvolvimentismo, para Vizentini (1995, p.135), devido a sua “estreita associação com o capital estrangeiro e num alinhamento automático com os EUA no âmbito estratégico” seria, na verdade, “muito mais um *desenvolvimentismo associado*” (grifo no original). E esse desenvolvimentismo associado de JK visava retomar a industrialização através do estímulo à produção de bens de consumo duráveis, em associação com o capital e as empresas estrangeiras, como veremos adiante.

Dois marcos importantes, no plano interno, em 1956, foram a “Revolta de Jacareacanga”, protagonizada em fevereiro por “Um grupo de oficiais direitistas da Força Aérea” (SKIDMORE, 1975, p. 212), e a criação da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap), em 19 de setembro, com a finalidade “de gerenciar e coordenar a construção da nova Capital do Brasil” (NOVACAP, 2018, s/p).

No plano externo, podemos destacar os posicionamentos do Brasil nas questões de Suez e da Hungria. Quanto ao primeiro caso, “Buscando estreitar a colaboração com os EUA e a ONU, ao mesmo tempo em que procurava se destacar como ‘grande nação do bloco ocidental’, o Brasil atendeu à solicitação do Conselho de Segurança e enviou um contingente militar a Suez, sob bandeira das Nações

desenvolvimento-associado (1956-1958)”, “A Operação Pan-Americana (1958-1959)”, e “A questão cubana e as relações hemisféricas (1959-1961)” (VIZENTINI, 2006, p. 324-349)

Unidas” (VIZENTINI, 1995, p. 137-138)³⁰⁷. A resolução da AGNU sobre o tema é de 7 de novembro de 1956, e o “Decreto legislativo nº 61, de 1956 / [que] Autoriza o Presidente da República a contribuir com um contingente militar para formação ou integração da Força Internacional de Emergência, e dá outras providências.” é de 22 de novembro³⁰⁸. Essa “Força Internacional de Emergência” ficará conhecida como UNEF I (*First United Nations Emergency Force*) e:

[...] foi criada pela primeira sessão especial de emergência da Assembleia Geral, realizada de 1 a 10 de novembro de 1956. O mandato da Força era garantir e supervisionar a cessação das hostilidades, incluindo a retirada das forças armadas de França, de Israel e do Reino Unido do território egípcio e, após a retirada, servir de tampão entre as forças egípcias e israelenses e fornecer supervisão imparcial do cessar-fogo. A UNEF foi retirada em maio-junho de 1967, a pedido do Egito (DPI, 2003a, s/p, em tradução livre).

A UNEF I se destaca por duas informações interessantes. Primeiro, ela foi a primeira vez que o Brasil envia tropas militares, sob bandeira da ONU, visto que Vargas havia recusado enviar tropas para a Guerra da Coreia – em que pese a amplíssima maior legitimidade deste caso, em que EUA e URSS estavam, em suma, unidos protegendo um país agredido, ao contrário da aventura basicamente estadunidense de agressão na península coreana. Em segundo lugar³⁰⁹, mas não menos importante, nessa empreitada o Brasil terá a companhia de nove outros países, incluindo Suécia e Iugoslávia³¹⁰ (DPI, 2003b, s/p).

Logo no primeiro mês de 1957 o governo brasileiro, num gesto tipicamente entreguista, aceita a “construção, na Ilha de Fernando de Noronha, de instalações, especialmente de natureza eletrônica, relacionadas com o acompanhamento de

³⁰⁷ Da documentação usada por Vizentini, a saber o Relatório de 1956 do MRE, destacamos a seguinte passagem: “Diante do apelo que lhe foi dirigido, como Estado membro das Nações Unidas, a fim de contribuir para a formação da Força de Emergência, **julgou o Governo brasileiro que não poderia fugir à responsabilidade que deriva de sua incontestável importância no cenário mundial.**” (MRE, 1957, p. 63, grifos nossos).

³⁰⁸ “DECRETO LEGISLATIVO Nº 61, DE 1956”. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/1950-1959/decretolegislativo-61-22-novembro-1956-350654-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 18 jan. 2024.

³⁰⁹ Duas outras informações que julgamos interessantes é que o Brasil chegou a comandar a UNEF I, entre janeiro de 1964 e janeiro de 1966, com Carlos F. Paiva Chaves (entre janeiro e agosto de 1964) e Syseno Sarmento (entre janeiro de 1965 e janeiro de 1966), intercalados provisoriamente pelo iugoslavo Lazar Musicki (DPI, 2003b, s/p); e que, na retirada da UNEF I, no contexto das hostilidades israelenses contra o Egito, 15 soldados foram mortos, sendo eles 14 indianos e um brasileiro, o sargento Adalberto Ilha de Macedo (UN, 1967, s/p).

³¹⁰ Compuseram a UNEF I: Brasil, Canadá, Colômbia, Dinamarca, Finlândia, Índia, Indonésia, Noruega, Suécia e Iugoslávia (DPI, 2003b, s/p).

projéteis teleguiados [foguetes]”, através de “troca de notas efetuada em 21 de janeiro” (MRE, 1958, p. 38). Nos termos de Vizentini (2006, p. 329), no período:

Na política hemisférica o destaque é cooperação com os EUA. O Acordo Átomos para a Paz continua vigente³¹¹ e, apesar de algumas reações dos grupos nacionalistas, prossegue a exportação de minerais estratégicos. Mais polêmica e significativa, entretanto, foi a instalação de uma base americana para rastreamento de foguetes em Fernando de Noronha, em troca do fornecimento de equipamentos militares no valor de US\$ 100 milhões. [...] O Ajuste [posterior do acordo] e a instalação da base americana causaram grande polêmica.

Porém, em outubro de 1957, o governo JK esboça uma atitude um tanto menos entreguista. Segundo Cervo & Bueno (2015, p. 319-320):

Ainda no referente ao comércio de produtos primários, cabe registrar que o governo brasileiro reagiu apreensivamente à formação do Mercado Comum Europeu (MCE), em razão da concorrência desigual que ele geraria entre as exportações do país e as oriundas dos então chamados territórios não-autônomos. Na reunião do GATT, realizada em outubro de 1957, Castro Vianna, membro da delegação brasileira, leu discurso vigoroso e claro de José Maria Alkmin, Ministro da Fazenda, fixando a posição de seu governo em relação ao MCE. [...] O MCE, assim, beneficiava as nações que a ele pertenciam e as respectivas colônias, pois as vantagens comerciais eram tais que redundariam em prejuízo para as nações de economia primária.

Era novamente o Brasil presenciando, de forma bastante clara, a atuação em bloco dos países ditos “ocidentais” (e excluindo o Brasil dessas conversações, e conseqüentemente, deste “bloco ocidental”) bem como a prática comum de um ideal (e prática) de “mercado livre” altamente distorcido e parcial, na qual, um grupo de países elabora uma série de regras, privilegiando seus interesses em detrimento dos interesses alheios, bem como de um eventual “interesse geral” ou “internacional”. É certo que esse tipo de lição parece ser difícil de aprender por parte dos brasileiros, mas merecem sempre ser destacadas.

O ano de 1957 é ainda marcado por dois fatos importantes, bastante ligados às características de “industrialização” e atração de capitais estrangeiros do governo JK, com a instalação de multinacionais produtoras de bens duráveis. Se por um lado

³¹¹ Nesse assunto, Cervo & Bueno destacam que “cabe mencionar o acordo de cooperação para usos civis da energia atômica, assinado pelos dois governos, em Washington, em 31 de julho de 1957”, lembrando também que “acordo com o mesmo título fora assinado entre os dois países em 3 de agosto de 1955, no Rio de Janeiro” (CERVO & BUENO, 2015, p. 319)

temos a alardeada vinda da multinacional da Alemanha Ocidental Volkswagen³¹², por outro, mais afeito ao nosso trabalho, temos “Em 2 de julho de 1957” a constituição da “Scania-Vabis do Brasil S. A.” (SCANIA, 2022, s/p):

³¹² Entendemos que essa relação entre a empresa alemã e alguns marcos da industrialização do Brasil, bastante propagada, mereça uma discussão um pouco maior. De acordo com Limoncic (1997, p. 90): “Oito empresas já montavam carros e caminhões no Brasil: Ford Motor do Brasil, desde 1920; General Motors, desde 1925; International Harvester, desde 1926; Vemag, desde 1945; FNM, desde 1951; Willys Overland do Brasil, desde 1952; Volkswagen do Brasil, desde 1953 e a Mercedes Benz do Brasil, desde 1953.” Porém, segundo o autor, “De fato, não era a VW, mas a Ford, a empresa pela qual o presidente [JK] tinha a preferência para instalar fábricas de carros no Brasil. [...] No entanto, de início, a Ford não queria sequer montar caminhões no Brasil, só vindo a apresentar projetos neste sentido em função da decisão da GM de fazê-lo.” (LIMONCIC, 1997, p. 122).

“Também com relação à Volkswagen, JK, por preocupações de ordem eminentemente política, buscou viabilizar a fabricação, no Brasil, de automóveis de passageiros. Inicialmente, a fábrica alemã pretendia produzir no País somente Kombis e, neste sentido, submeteu seu projeto em novembro de 1956 ao GEIA [Grupo Executivo da Indústria Automobilística]. No entanto, já antes da divulgação do plano automotivo para automóveis de passageiros, em fevereiro de 1957, JK começou a pedir, à VW, um projeto para a fabricação de carros. [...] A VW divide-se quanto à oportunidade de fabricar carros no Brasil. Em abril, Heinrich Nordhoff, diretor da empresa nomeado pela Inglaterra depois da Guerra e que a transformou no símbolo do milagre alemão, escreve para Shultz-Wenk, diretor da subsidiária brasileira, defensor da fabricação de carros no Brasil e introdutor, no País, do Fusca, afirmando querer o governo brasileiro um carro da VW por razões políticas e que a VW era a favorita do presidente apenas porque todas as outras firmas, referindo-se às americanas, tinham se negado a fabricar carros no Brasil. Apesar da oposição pessoal de Nordhoff, a VW apresentou, em outubro de 1957, uma proposta para a fabricação do Fusca, que acabou se tornando o carro mais popular do País e símbolo da industrialização automobilística brasileira no período JK.” Ou seja, 1957 aparece na história da indústria automobilística brasileira, e da Volkswagen, como o ano em que a empresa alemã apresentou ao governo brasileiro o projeto do Fusca. Na “Linha do Tempo” da ANFAVEA, 1957 é tido como o ano da inauguração da fábrica da Volkswagen em São Bernardo do Campo e do início da produção da Kombi (ANFAVEA, 2023, sp.). Contudo, o próprio site da montadora diz que “Tudo começou com uma garagem alugada na rua do Manifesto, na cidade de São Paulo em 1953. O local funcionou como primeiro escritório da VW no Brasil e serviu para lançar as primeiras versões do Fusca e da Kombi no país. Alguns anos depois, em 18 de novembro de 1959, a marca abriu a Fábrica Anchieta, a primeira de muitas que surgiram, com a presença dos presidentes da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira, e da Volkswagen alemã, Heinrich Nordhoff.” (VOLKSWAGEN, 2023, sp.). Por fim, duas matérias jornalísticas são interessantes. Uma da Folha de S. Paulo, diz que “A empresa decidiu que o país deveria abrigar sua primeira fábrica fora da Alemanha em 1949. A Volkswagen do Brasil só nasceu em 1953, quando começou a produzir os primeiros Fuscas em um armazém alugado no bairro do Ipiranga (São Paulo). Nessa época, os veículos utilizavam apenas peças importadas. Até 1957, 2.820 unidades foram montadas no Ipiranga (2.268 Fuscas Sedan 1.200cc e 552 Kombi). Durante o governo de Juscelino Kubitschek, a Volks percebeu que estavam sendo criadas as condições para a instalação de uma montadora de veículos no Brasil com peças nacionais. A escolha de São Bernardo do Campo (SP) para abrigar a fábrica ocorreu em 1956. No ano seguinte, o primeiro veículo com 50% de peças nacionais era produzido na unidade, uma Kombi. A fábrica só foi oficialmente inaugurada em 18 de novembro de 1959 com a presença de JK.” (FOLHA ONLINE, 2006, sp.). A outra matéria, da também alemã DW, diz que: “A história da Volkswagen no Brasil já começou com um grande sucesso: os 30 primeiros Fuscas que chegaram ao porto de Santos, em setembro de 1950, logo foram comercializados – e pelo triplo do preço de avaliação. O modelo importado era o ‘Brezel’ ou ‘Split Window’, com vidro traseiro dividido. Três anos mais tarde, em 23 de março de 1953, a Volkswagen do Brasil se instalava, com apenas 12 funcionários, num pequeno armazém alugado no bairro do Ipiranga, em São Paulo. Dali saíram, de 1953 a 1957, os primeiros Fuscas e Kombis com peças importadas da Alemanha, que foram aos poucos substituídas por componentes nacionais. [...] O dia 16 de junho de 1956 é considerado um marco da indústria automotiva nacional. Nesse dia, o governo brasileiro criou o Grupo Executivo da Indústria Automobilística (Geia), que estabeleceu condições para instalar a indústria automobilística no Brasil e fixou a base do rápido desenvolvimento do setor. Naquele ano, foi instalada a Mercedes-Benz do Brasil e a fabricante Vermag produziu a primeira camioneta DKW. A VW decidiu então

Os veículos vinham desmontados da Suécia, e a montagem ficou sob responsabilidade da Vemag, que comercializava os veículos da marca em São Paulo. [A partir de 1958] É montado o primeiro Scania de fabricação nacional, um modelo L 75. O veículo atendia rigorosamente às exigências do governo³¹³, de 35% de nacionalização. [Em 1959] A Scania inaugura sua fábrica de motores, no bairro do Ipiranga, em São Paulo (SP), no dia 29 de maio de 1959. [Em 1960] A Scania passa a produzir integralmente seus caminhões e ônibus, em junho de 1960, nas instalações do Ipiranga. Antes, alguns componentes eram importados e montados pela Vemag. Cabe à concessionária gaúcha Brasdiesel receber os três primeiros caminhões produzidos diretamente pela Scania no Brasil. As três primeiras notas fiscais são de 15 de junho de 1960. [E, em 1962] É inaugurada, em 8 de dezembro, a fábrica da Scania em São Bernardo (SP), pólo da industrialização nacional. **A fábrica do ABC paulista foi a primeira unidade industrial para a produção de caminhões, ônibus e motores da Scania fora da Suécia** (SCANIA, 2022, s/p, grifos nossos)

Contudo, algumas coisas mudariam a partir de 1958. De acordo com Vizentini (2006, p. 330):

“O primeiro impulso de industrialização do desenvolvimento associado de JK começou a desacelerar-se em 1958, com a queda da taxa de crescimento do PNB³¹⁴. A rápida expansão econômica dos anos 1956-1957 evidenciava agora suas conseqüências negativas: **inflação**, aumento do custo de vida, greves, **acentuados endividamentos externos** e recessão. O otimismo despertado pelas expectativas dos

construir uma primeira fábrica na rodovia Anchieta, em São Bernardo do Campo (SP) – **a primeira unidade da VW fora da Alemanha. Em 2 de setembro de 1957, saía desta linha de produção o primeiro veículo produzido pela marca no Brasil: a Kombi, com 50% dos seus componentes já fabricados no país.** Em 1959, o então presidente Juscelino Kubitschek assistiu ao lançamento do primeiro Fusca nacional, passeando pela fábrica de São Bernardo a bordo de um Fusca conversível.” (ALBUQUERQUE, 2013, s/p, grifos nossos).

³¹³ Através especialmente do GEIA (Grupo Executivo da Indústria Automobilística) e dos “Planos Nacionais Automobilísticos”. Contudo, vale salientar que “O processo de nacionalização dos veículos havia sido, desde a Guerra, e graças aos Avisos 288 e 311 da Cexim, portanto já antes do governo JK, contínuo. Assim, a Mercedes Benz anunciava a fundição do primeiro bloco de motor a diesel em série no Brasil para o dia 21.12.1955, a ser realizada pela Sofunge, empresa nacional de peças e cujo presidente, Eduardo Simonsen, era filho de Roberto Simonsen. Mas antes disto, já em 1953, a empresa CAIO começara a fabricar chassis integrais para ônibus, importando motores e eixos. Em média, em 1955, a indústria nacional havia atingido cerca de 30% de índice médio de nacionalização dos veículos. A FNM já produzia cerca de 56% do peso de um caminhão pesado, com uma produção entre 4 e 5 mil veículos/ano, enquanto a Mercedes Benz havia obtido um índice de nacionalização de 40% do peso total de seu caminhão. Os fabricantes de autopeças, por seu lado, eram capazes de produzir quase 60% do peso de um caminhão médio”. (LIMONCIC, 1997, p. 90).

³¹⁴ Curiosamente, em termos de PIB, de acordo com planilha baseada em “Fundação Getúlio Vargas - Centro de Contas Nacionais - diversas publicações, período 1947 a 1989; IBGE. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de Contas Nacionais”, após um relativo baixo crescimento do PIB em 1956, de 2,6% (até então o mais baixo da série iniciada em 1947), houve uma grande expansão de 7,7% em 1957, e uma expansão ainda maior de 10,8% em 1958 (a maior expansão da série até então, e a quarta maior expansão do PIB até hoje, 2023, superada apenas pelos resultados do triênio 1971-73) (IBGE, 2017, tabela). Porém, fatores como pressões cambiais e inflacionárias pudessem afetar não apenas a percepção dessa expansão como seu real impacto na sociedade, bem como o cálculo do PNB.

‘50 anos em 5’ é ameaçado com a redução do ritmo ou mesmo com a possibilidade de interrupção do Plano de Metas, justamente quando o governo intensificava a construção de Brasília.” (grifos nossos).

A forte entrada de capitais estrangeiros, a fuga de capitais e remessas de lucros, associados à queda dos preços do café causavam um impacto relevante em toda a economia:

“O endividamento externo agravava-se de forma preocupante devido à queda das receitas das exportações brasileiras. O caso mais grave era o do café. O declínio dos preços, que já vinha ocorrendo a algum tempo, intensificou-se. Apesar da maximização das receitas cambiais continuar sendo a tônica da política cafeeira, **o governo partiu para uma ofensiva diplomática que buscava acercar-se dos demais países produtores**, visando reduzir oferta mundial e sustentar os preços. [...] O resultado desta política foi a realização da Conferência Internacional do Café, o Convênio Cafeeiro Geral e a criação da Organização Internacional do Café. A sustentação do preço do café, entretanto, vai fracassar devido às divergências entre os produtores africanos e latino-americanos, e à superprodução brasileira a partir de 1958.” (VIZENTINI, 2006, p. 330, grifos nossos).

Entendemos que essa iniciativa política internacional brasileira em relação ao café merece destaque, pois evidencia uma tônica de tentativa de organização política dos países produtores e exportadores de produtos primários, países “mais fracos”, “subdesenvolvidos” e/ou “de Terceiro Mundo”, visando uma organização política em termos internacionais que buscasse a proteção dos interesses econômicos destes países ante os países “mais fortes”, “desenvolvidos” e/ou “de Primeiro Mundo” – e, aqui, partimos do princípio que as relações econômicas com os países socialistas do “Segundo Mundo”, quando existiam e/ou eram permitidas pelos países capitalistas mais ricos, operavam em outra lógica.

Esse tipo de iniciativa dos países produtores de matérias-primas, e que vai legar como principal exemplo a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (criada três anos depois, em 1961), tem no exemplo da Organização Internacional do Café vários de seus principais caracteres, bem como vislumbres de seus limites e possibilidades efetivas na vigência do capitalismo. Por isso insistimos nesse tema, e enxergamos que aqui também reside germens importantes da concepção da PEI brasileira, especialmente em seus elementos mais “independentes” e de “enfrentamento” às práticas imperialistas. De acordo com Cervo & Bueno (2015, p. 321):

Com referência especificamente ao café, cumpre mencionar a convocação feita pelo governo brasileiro pra uma Conferência Internacional do Café, que se reuniu – com a presença do secretário-geral da OEA, José A. Mora – no período de 20 a 27 de janeiro de 1958, no Rio de Janeiro. Segundo o ministro da Fazenda, José Maria Alkmin, o Brasil pretendia, ‘com a racionalização das relações de comércio, prevenir os males advindos das flutuações bruscas’. Ao final dos trabalhos, foi firmado o ‘Convênio Constitutivo da Organização Internacional do Café’ e criada a ‘Comissão Preparatória da Organização Internacional do Café’.

A queda nas receitas com as exportações e a inflação serão pressões internas a que serão somadas às pressões externas. De acordo com Vizentini (2006, p. 331), “O Fundo Monetário Internacional exigia o saneamento da economia do Brasil para liberar novos empréstimos” e “Em março de 1958 uma missão do FMI veio ao país e exigiu medidas drásticas de JK, como a contenção dos salários, o desaquecimento da economia, cortes significativos nos gastos públicos” e, talvez o mais difícil, “a redução da inflação para 6% ao ano, como contrapartida da liberação de um empréstimo de 300 milhões de dólares.”: “JK mergulha no dilema estabilização ou desenvolvimento”.

Esse contexto vai contribuir para que JK formule o principal marco de sua gestão em termos de política externa: a Operação Pan-Americana. Para Vizentini (2006, p. 334):

O início do segundo mandato do Republicano Eisenhower aprofundava um perfil de subordinação da América Latina aos EUA, percebido pela primeira como ‘descaso.’ [...] a crise do desenvolvimento latino-americano havia se acentuado, e a exaltação nacionalista e antiamericana crescia com a radicalização de regimes e movimentos populistas.

Em meio à crescente hostilidade de amplos setores da opinião pública do continente, o governo dos Estados Unidos envia o Vice-Presidente Richard Nixon em maio de 1958 à posse do Presidente Frondizi na Argentina, aproveitando a oportunidade para visitar vários países da América do Sul. Nixon foi alvo de violentas manifestações antiamericanas em Lima e em Caracas, onde chegou a temer por sua segurança face à agressividade da multidão que cercou o carro oficial. [...]

Aproveitando o momento favorável, Juscelino tenta capitalizar o descontentamento para com a política norte-americana.”³¹⁵

³¹⁵ Aqui coloca-se em evidência dois personagens importantes da década seguinte. Richard Nixon, que será eleito presidente dos EUA em 1968, na esteira dos assassinatos de John Kennedy em 1963 (que ganhou a eleição de 1960 do próprio Nixon), do irmão deste e possível adversário no pleito de 1968, Robert Kennedy, e de Martin Luther King (estes dois últimos assassinados no próprio ano de 1968). E Arturo Frondizi, empossado presidente da Argentina em 1º. de maio de 1958, será derrubado por um golpe de Estado em 29 de março de 1962, com evidente participação dos EUA.

De acordo com Cervo & Bueno (2015, p. 311), “O quadro externo ensejou a JK o lançamento da Operação Panamericana”, sendo esta “uma proposta de cooperação internacional de âmbito hemisférico”, que “insistia na tese de que o desenvolvimento e o fim da miséria seriam as maneiras mais eficazes de evitar a penetração de ideologias exóticas e antidemocráticas que se apresentavam como soluções para os países atrasados”. Isto é, havia a necessidade de uma ampla cooperação técnica e financeira dos EUA, uma espécie de Plano Marshall para as Américas, para que, através do desenvolvimento da região, a mesma fosse menos suscetível ao comunismo.³¹⁶ Ainda segundo os autores, “A OPA foi lançada [...] imediatamente após a mal sucedida viagem do então vice presidente Nixon à América Latina”, numa “oportunidade em que o antiamericanismo dos sul-americanos ficou sobejamente evidenciado nos incidentes de Lima e Caracas”. (CERVO & BUENO, 2015, p. 311)

Cervo & Bueno (2015, p. 312) prosseguem:

A OPA teve início pela troca de cartas pessoais entre JK e o presidente Eisenhower, em 28 de maio e 5 de junho de 1958. Juscelino propôs ao colega norte-americano o restabelecimento e a revisão do ideal pan-americanista e, assim, uma tradução econômica para a solidariedade política [...].

O balanço sobre o significado e o impacto da OPA é relativamente controverso. Uns consideraram o governo JK, com essa proposta, algo ingênuo, uma ilusão, uma fantasia, ou mesmo um erro, como exposto por Vizentini (2006, p. 333)³¹⁷. Por outro lado, Cervo & Bueno (2015, p. 314), consideram como “resultado concreto” da OPA, ou ao menos a ela relacionada, o Banco Interamericano de

³¹⁶ “O presidente brasileiro situava a OPA no contexto da luta do Novo Mundo para a defesa de suas ideias e, assim, erguia-se ‘contra a ameaça materialista e antidemocrática do bloco soviético’. [...] ‘um gesto nascido de sincera vontade de colaborar, de agir, de valorizar a causa do Ocidente’ [...]. [...] pois ‘desejamos formar ao lado do Ocidente, mas não desejamos constituir o *seu proletariado*’”. (CERVO & BUENO, 2015, p. 312, grifo no original).

³¹⁷ “José Luís Werneck da Silva sustenta, por outro lado, que ‘a OPA foi uma ilusão de JK, porque os EUA mostraram claramente que não admitiriam nenhuma inserção nossa no sistema interamericano e no sistema mundial que não fosse a partir da dependência à política externa norte-americana, cuja estratégia não admitia a superação do associado, inclusive com base na ideologia da segurança nacional antiesquerdista’. [...] Interessante, neste contexto, foi a posição de Oswaldo Aranha. O ex-chanceler critica as limitações da OPA: ‘Não acho que a OPA venha resolver os problemas do Brasil mediante a obtenção de empréstimos norte-americanos. **Nenhum país se faz por meio de empréstimos**’”. (VIZENTINI, 2006, p. 333-339, grifos nossos).

Desenvolvimento (BID), a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) e a “Aliança para o Progresso do presidente Kennedy”.

Em julho de 1958 Francisco Negrão de Lima assume o MRE, substituindo Macedo Soares, e em agosto o Secretário de Estado dos EUA, John Foster Dulles, encontra-se com JK no Rio de Janeiro, muito mais focado em “anticomunismo” do que em quaisquer das esperanças simbolizadas pela OPA – ainda que, ao final do encontro, o Brasil tenha conseguido algumas concessões à sua proposta (VIZENTINI, 2006, p. 338).

Em novembro de 1958 JK defende o sempre polêmico “restabelecimento de relações comerciais com a URSS” e demais países socialistas, inclusive, “O Itamaraty anunciou na ocasião a formação de uma comissão especial para estudar a questão”, ainda que, “Concretamente, o governo brasileiro estabeleceu relações bilaterais de comércio” apenas “com a Romênia, Iugoslávia e República Democrática Alemã” (VIZENTINI, 2006, p. 338-339).

O ano de 1959 começa, literalmente, com o triunfo da revolução Cubana em 1º. de janeiro e, ato contínuo, com uma progressiva pressão dos EUA contra quaisquer iniciativas que possam fugir da tradicional subalternidade da América Latina e Caribe em geral, e da América Central, especialmente Cuba, em específico. Numerosos autores vão colocar a revolução cubana como um dos principais marcos (se não o principal) da Guerra Fria no hemisfério ocidental. Inclusive, no já citado capítulo de Vizontini (2006) sobre a política externa de JK na obra organizada por Albuquerque, Seitenfus & Castro (2006), uma das periodizações propostas pelo autor, que vai intitular um subcapítulo, é justamente “A questão cubana e as relações hemisféricas (1959-1961)”.

Prosseguindo com as mudanças em sua política externa, JK vai, nos termos de Vizontini (2006, p. 342), “Pressionado pelas crescentes clivagens internas [entre “nacionalistas” e “entreguistas”] a propósito da política externa, respaldadas pelos problemas econômicos” realizar “o gesto mais espetacular de seu governo, rompendo com o FMI em junho de 1959”. Para esse gesto, “O presidente revestiu a medida de cores nacionalistas e granjeou um forte apoio, que abarcava uma ampla gama de tendências, desde empresários até o líder comunista Luís Carlos Prestes, passando por militares, sindicatos, políticos, estudantes e a FIESP.” (VIZENTINI, 2006, p. 342). E prossegue o autor: “JK aproveitou a situação para reformular o ministério, afastando os ‘entreguistas’ da área econômica e abandonando o plano de

estabilização de Lucas Lopes. Para o Ministério das Relações Exteriores foi nomeado Horácio Lafer” (idem).

O lançamento da OPA, o rompimento com o FMI e a reforma ministerial, ocorridos num prazo de aproximadamente 14 meses, pode ser entendido como uma simultânea guinada nacionalista e desejo de maior autonomia, senão independência, bem como uma forma de superar variados constrangimentos econômicos para que o governo JK salvasse seu projeto econômico.

Nesse sentido, o governo brasileiro esboçava uma certa multilateralização da política exterior, talvez a mais ampla até então, que mistura o reforço e ampliação de relações econômicas com a América Latina, Europa, países socialistas, Ásia e África. Quanto à América Latina³¹⁸ temos, no âmbito da OPA, “as relações com os EUA e com a América Latina”, porém numa “perspectiva multilateral, em que além das relações com os Estados Unidos, ativam-se os vínculos com os países latino-americanos”, numa política de barganha diferente da de Vargas, na qual “o alinhamento [brasileiro com os EUA] era negociado em troca do apoio econômico em bases bilaterais” (VIZENTINI, 2006, p. 351).³¹⁹

Quanto aos países socialistas, destacamos as aproximações com o mais poderoso deles, a URSS:

A existência de estoques excedentes de café, a carência de petróleo e o início da coexistência pacífica entre as duas superpotências mundiais levaram a uma aproximação comercial do Brasil com a União Soviética, implementada pelo chanceler Horácio Lafer. As relações comerciais foram restabelecidas com o envio de missão comercial àquele país, em 1959. Após a assinatura, em Moscou, do acordo comercial de compensação, em 9 de dezembro, em abril/maio do ano seguinte o governo brasileiro recebeu a Comissão Executiva Soviética de Intercâmbio com o Brasil. Além de um ajuste bancário, os contratos firmados previram a venda de café contra a compra de trigo, petróleo bruto e óleo diesel.

As relações comerciais com a União Soviética colocaram em pauta o restabelecimento das relações diplomáticas, interrompidas desde 1947 [...].

³¹⁸ No período, e nas relações regionais, merecem destaque também, “pela celeuma que então se levantou, os instrumentos internacionais firmados com a Bolívia, em 1958, conhecidos como acordos de Roboré” (CERVO & BUENO, 2015, p. 323). Porém, apesar de relevantes numa análise mais geral, julgamos não ser tão pertinente para o nosso foco temático.

³¹⁹ Um dado importante: na edição de 2006 de “Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990) - Volume 1” que utilizamos, temos que “o alinhamento era negociado em troca do apoio econômico em bases multilaterais (sic).” Porém, ao cotejarmos com a primeira edição desta mesma obra, de 1996, a passagem aparece de forma correta, como empregamos na citação, isto é: “o alinhamento era negociado em troca do apoio econômico em bases **bilaterais**.” (grifo nosso).

As relações diplomáticas com a União Soviética mantiveram-se interrompidas, mas a discussão sobre as vantagens de seu restabelecimento permaneceu latente. Foi colocada com intensidade por ocasião da Política Externa Independente nas gestões de Jânio Quadros e João Goulart (CERVO & BUENO, 2015, p. 321-322)

Quanto à Europa não-socialista, destaca-se, além da consolidação dos investimentos multinacionais já ensejados (como no caso da indústria automobilística), a “Declaração de São Paulo” com acordos entre Brasil e Itália (VIZENTINI, 2006, p. 340), e, sobretudo à apreensão brasileira “à formação do Mercado Comum Europeu (MCE)”³²⁰ e à Comunidade Econômica Europeia, ao ponto do Brasil pleitear a “liberalização de intercâmbio e redução de direitos aduaneiros entre a América Latina e os seis Estados da CEE”. (CERVO & BUENO, 2015, p.319-321)

Por fim, quanto a Ásia e África, áreas em franco processo de descolonização e de reestruturação política e econômica, entendemos que o resumo apresentado por Vizontini (2006) é suficientemente preciso. Para além de uma aproximação progressiva com o Japão (VIZENTINI, 2006, p. 340), diz o autor:

Entre 1958 e 1960 o Brasil reconheceu os países recentemente independentizados, sempre que esta política emancipatória fosse feita de acordo com as ex-metrópoles. O governo JK apenas acompanhava os acontecimentos em compasso com outros países, sem tomar iniciativa mais profunda e se antecipar ao processo. Nenhuma referência de apoio era feita aos movimentos de libertação nacional que ainda não haviam chegado ao poder, especialmente das colônias portuguesas, **onde JK acompanhava as posições de Lisboa.** Mesmo assim, várias Embaixadas e representações diplomáticas foram abertas na Ásia e, em menor medida, na África: Ceilão, Coreia do Sul, Tailândia, Malásia, Filipinas, Vietname do Sul, Gana e nas colônias portuguesas de Angola e Moçambique. Além disso, várias missões de observação foram enviadas à Ásia. O Brasil, por sua vez, foi visitado por várias missões e autoridades afro-asiáticas, mas manteve os contatos num nível modesto, especialmente no tocante à África. Apesar de repudiar o Apartheid e o massacre de Sharpeville na África do Sul, o governo JK não tomou nenhuma atitude contra aquele país (VIZENTINI, 2006, p. 341, grifos nossos)

Alguns dos temas e atores acima apontados terão grande centralidade nas relações internacionais nos anos seguintes, especialmente no âmbito da ONU, com destaque para a descolonização em geral, e o papel de Portugal no processo, bem

³²⁰ “[...] em razão da concorrência desigual que ele geraria entre as exportações do país e as oriundas dos então chamados territórios não autônomos.” Pois, “Apesar de fundado em bons princípios, o MCE só beneficiaria a um grupo de nações adiantadas.” (CERVO & BUENO, 2015, p.319-320)

como a discriminação racial na África do Sul. De forma complementar ao exposto por Vizontini, também destacamos o que dizem Cervo & Bueno (2015, p. 322-323) especialmente quanto à África:

A política exterior de JK sofreu reparos no referente à África Negra. [...] Todavia, não obstante a adoção do princípio da autodeterminação, a política exterior de JK não assumiu uma atitude de veemente condenação do colonialismo. Em relação a Portugal, desenvolveu-se, em razão de laços especiais que ligavam os dois países, uma política de aproximação e favorável a esse país na ONU.

No âmbito político interno, o final do ano de 1959 ainda será marcado pelo lançamento das candidaturas presidenciais para as eleições de 1960 do Marechal Henrique Teixeira Lott (para tentar “reeleger” a coligação PSD-PTB, com João Goulart de vice) e Jânio Quadros numa aliança peculiar entre PTN, UDN e PDC (SKIDMORE, 1975, p. 234-235), além da “Revolta de Aragarças, segunda rebelião enfrentada pelo governo Juscelino Kubitschek”, que objetivava “iniciar um ‘movimento revolucionário’ para afastar o grupo que controlava o poder, cujos integrantes, segundo os conspiradores, seriam corruptos e comprometidos com o comunismo internacional.” (CPDOC, 2002, s/p).

O ano de 1960 será marcado por algumas das consequências, diretas e/ou indiretas, da OPA:

No último ano de seu governo, JK – que havia rompido com o FMI em junho de 1959 – obteve um empréstimo de 47,7 milhões de dólares. Mas nessa altura, o rumo que tomava a revolução cubana fazia com que as autoridades norte-americanas alterassem a sua maneira de ver a cooperação com os países da América Latina. Tal conjuntura contribuiu para que o Brasil obtivesse empréstimo mesmo sem ter feito ajuste na economia nos padrões preconizados por aquele organismo internacional (CERVO & BUENO, 2015, p. 318-319).

É nesse contexto que se insere a visita ao Brasil do presidente dos EUA, também em último ano de governo, Dwight D. Eisenhower:

Em fevereiro de 1960, Eisenhower visita Brasília (que será inaugurada em 21 de abril deste ano), Rio de Janeiro e São Paulo, e mantém conversações com Kubitschek. Os Estados Unidos tentavam conter os efeitos da Revolução Cubana sobre as relações hemisféricas, e tratavam de fazer algumas concessões. O governo americano oferece condições melhores para uma negociação com o FMI, a qual será aceita por JK (VIZENTINI, 2006, p. 345-346).

Também em fevereiro de 1960, no dia 28, foi assinado o “Tratado de Montevideo” por “Brasil, Argentina, Chile, México, Paraguai e Uruguai (a Bolívia iria também subscrever)” que criava “a ALALC, cujos objetivos eram a estabilidade e a ampliação do intercâmbio comercial, desenvolvimento de novas atividades, aumento da produção e substituição das importações de países não membros”; esta efetivaria “seu funcionamento a partir de 1º. De julho de 1961” (CERVO & BUENO, 2015, p. 315).

Em 21 de abril JK inaugura Brasília, um de seus mais palpáveis e simbólicos legados, e com isso inicia-se a necessidade prática de transferência dos poderes políticos e diplomáticos do Rio de Janeiro para a nova capital. Essa é uma etapa que julgamos interessante das relações exteriores do Brasil, visto a importância peculiar que a cidade capital tem nos desenvolvimentos das relações internacionais, muitas vezes sendo a capital, o próprio símbolo do país³²¹.

Quanto ao pessoal “interno”, isto é, ao Itamaraty, por exemplo, a transferência se deu com certo vagar. De acordo com Castro (2009), “O plano geral de mudança do Itamaraty para Brasília” foi “elaborado, de acordo com as diretrizes traçadas pela Comissão de Transferência da Secretaria de Estado e do Corpo Diplomático, criada pelo Decreto nº 6, de 22 de setembro de 1961” (p. 487), com a conservação do nome “Itamaraty”, “tradição de um nome, que de longa data deixara de identificar-se apenas com o do antigo imóvel para servir de designação, já consagrada internacionalmente, da Chancelaria brasileira”. Nesse sentido têm-se “o Decreto nº 60.502, de 14 de março de 1967” que “dispôs que o prédio do Ministro das Relações Exteriores em Brasília fosse oficialmente denominado Palácio Itamaraty” (p. 502). Contudo, apenas em 20 de abril de 1970 seria inaugurada “oficialmente, as novas instalações da Secretaria de Estado no Palácio do Itamaraty, em Brasília” (p. 538).

Quanto ao “pessoal estrangeiro”, isto é, as mudanças das embaixadas dos demais países do Rio de Janeiro para Brasília, as mudanças seguiram vagar semelhante. De acordo com Vinhote (2019, s/p):

Um dos acontecimentos importantes na história da construção de Brasília é a vinda das embaixadas para o Cerrado. O corpo diplomático estava instalado no Rio de Janeiro, até então a capital da República. Como toda a mudança, a transferência das representações estrangeiras não foi amplamente aceita, mas vingou.

³²¹ Exemplo notável é que a aliança entre Itália, Alemanha e Japão na Segunda Guerra Mundial, as “potências do Eixo” são também chamadas de “Eixo Roma-Berlim-Tóquio”, suas respectivas capitais.

[...]

Engana-se quem pensa que a mudança aconteceu de pronto. **Após muitas idas e vindas, as embaixadas só terminaram de ser transferidas para a nova capital em 1973.** Antes, o Palácio do Itamaraty, juntamente com o Ministério das Relações Exteriores, precisava ser instalado. Em 1969 o prédio do Itamaraty estava pronto e, durante a cerimônia de entrega, a informação foi de que o ministério estaria completo até 28 de fevereiro de 1970 (grifos nossos)

Contrariando parcialmente as informações disponibilizadas pelo site da embaixada dos EUA de que “Os Estados Unidos foram o primeiro país a estabelecer uma Embaixada em Brasília”³²² (EUA, s/d, s/p), Vinhote (2019, s/p, grifos nossos) esclarece que **“a Iugoslávia [...] foi o primeiro país a se instalar completamente na Avenida das Nações”**, ainda que “Os Estados Unidos foram os pioneiros nas obras, mas o projeto final só foi finalizado na década de 1970”³²³.

O ano de 1960 se encaminhará com o agravamento das relações entre EUA e Cuba, e com as consequências diretas e indiretas para toda a América. As iniciativas para um bloqueio econômico contra a ilha caribenha já se esboçam em 1959, e ganha contornos mais dramáticos em 1960, com verdadeiras sabotagens, inclusive nas relações econômicas envolvendo açúcar, petróleo e níquel, visando, nas palavras de um funcionário do Departamento de Estado dos EUA, *“descontento y el desaliento basados en la insatisfacción y las dificultades económicas”* (COLABORADORES DE ECURED, 2023a, s/p).

O encaminhamento político e econômico de Cuba, incluindo o avanço de suas reformas sociais, nos termos de Vizentini (2006, p. 342-347), “logo indispuseram o

³²² “O terreno da Embaixada, doado pelo governo brasileiro, foi oficialmente escolhido pelo então Secretário de Estado John Foster Dulles, em visita à Brasília em 1958 na companhia do Presidente Juscelino Kubitschek. O terreno foi inicialmente ocupado por um trailer em 1960. O Presidente Eisenhower lançou a pedra fundamental da Chancelaria da Embaixada em sua visita ao Brasil no dia 23 de fevereiro de 1960. A Embaixada iniciou suas funções oficialmente em Brasília no início de 1960 no Brasília Palace Hotel, mudando-se para a Chancelaria “provisória” em março de 1961. Oficialmente inaugurada em abril de 1961, a Chancelaria foi projetada pela empresa americana McLeod and Ferrera. A construção da expansão do edifício da Chancelaria foi iniciada em 1972.”

³²³ As informações sobre a embaixada da Iugoslávia são um tanto inconsistentes. Ficher (2014, s/p) diz que “Localizado nos Setores de Embaixadas Sul e Norte, neles se encontram principalmente legações nacionais, das quais a primeira a ser concluída foi a da Iugoslávia, inaugurada já em 1965” e “projetada por Alexander Brezovski” sendo “representativa da estética de formas ortogonais do modernismo dos primeiros anos da cidade.” Já segundo Niebyl (2022, s/p), *“Unveiled in 1963, the designer of the project was Macedonian architect Slavko Brezoski, who was the creator of some of the most significant buildings in Skopje, such as the Orthodox Cathedral of St. Clement of Ohrid.”*. Contudo uma fonte talvez mais interessante, pois mais vinculada a arquivos diplomáticos, diz que *“The seat of the [Yugoslav] Embassy has been relocated from Rio de Janeiro to Brasília, the new Brazilian capital, in September 1972”* (TEODOSIĆ, 2019, p. 50).

governo americano, e levaram ao aprofundamento da Revolução Cubana” levando a “um endurecimento político [por parte dos EUA] visando ao isolamento de Cuba.”

Essa dinâmica política internacional tem reflexos na dinâmica política nacional brasileira, envolvendo não apenas o governo JK, mas os principais candidatos da eleição vindoura e, observamos hoje, alguns dos primeiros passos de Jânio Quadros na elaboração de sua política externa:

A reaproximação com o leste europeu e a questão cubana punham problemas que JK não poderia resolver dentro da correlação de forças do bloco de poder que lhe dava sustentação. **Enquanto o presidente protelava** as necessárias atitudes, ou as tomava timidamente, o candidato **Jânio Quadros, antes e depois de eleito, já implementava sua própria política externa.** O candidato do PTB, Marechal Henrique Lott, defendia uma postura nacionalista, mas era contrário ao reatamento diplomático com a URSS. **Jânio, que será eleito pela UDN em 1960, ao mesmo tempo em que não se opõe ao capital estrangeiro, elogia Cuba, se diz favorável ao reatamento com a URSS e acusa durante a campanha eleitoral a Hanna Minning de ameaçar o ferro brasileiro.** Em julho de 1959, em uma excursão internacional, Jânio conferenciou 45 minutos com Krushov em Moscou, e em março de 1960 visitou Cuba como convidado oficial, acompanhado da UDN. A Revolução Cubana tinha então grande ressonância popular, e o próprio Fidel Castro estivera no Brasil de passagem, em maio de 1959 (VIZENTINI, 2006, p. 345, grifos nossos)³²⁴.

Se em 1960 Cuba protagonizava numerosas ações de expropriação e nacionalização de propriedades estrangeiras (destacadamente atingindo empresas como *United Fruit Company*, *Texaco*, *Esso* e *Shell*) (COLABORADORES DE ECURED, 2023b, s/p), já em 1959 o Brasil passava a usar o recurso, à partir da ação do então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, contra a “corporação internacional Bond & Share”, e numa “época [que] nem mesmo Cuba, já

³²⁴ Ainda em 1959, além da visita à URSS, Jânio “Tem encontro com Nasser no Egito” e “é recebido pelo Papa João XXIII” (ARAÚJO, 2006, p. 362). Quanto à viagem a Cuba, em 1960: “Em março de 1960 aceita o convite de Fidel Castro para visitar Cuba. Naquele momento a diplomacia cubana se esforçava para obter apoio dos governos latino-americanos à sua política de autodeterminação. O convite tinha sido inicialmente dirigido ao Marechal Lott, candidato da aliança PSD/PTB com apoio dos comunistas. A recusa de Lott de visitar um país ‘dominado pelos comunistas’ é um prato cheio para a campanha publicitária de Jânio Quadros, que vai habilmente explorar a viagem para confundir e dividir seus adversários. [...] Para aplacar as desconfianças conservadoras da UDN, Jânio Quadros convida para acompanhá-lo a Cuba um dos intelectuais mais brilhantes do partido, Afonso Arinos de Mello Franco, mais tarde seu ministro das Relações Exteriores [...]. [...] Preocupado em manter um certo equilíbrio de suas posições, volta ao Brasil passando por Caracas e se encontra com Romulo Bittencourt, um dos mais agressivos adversários de Fidel Castro. Na mesma ocasião entrevista-se com o Capitão Galvão, liderança da oposição portuguesa ao regime de Salazar e responsável pelo rumoroso “caso do Santa Maria” [...]” (ARAÚJO, 2006, p. 362-363).

sob o governo de Fidel Castro, havia adotado atitude semelhante” (BANDEIRA, 1979, p. 61-62). Para Vizontini (2006, p. 346-347, grifos nossos.):

Um problema que se agravava paralelamente foi o das encampações de empresas estrangeiras. Este tema das nacionalizações havia sido encaminhado durante o governo Vargas, mas a reação dos Estados Unidos e dos setores político-econômicos que no Brasil defendiam uma associação mais estreita com o capital estrangeiro foi enorme. A questão fora deixada de lado durante o interregno Café Filho e a primeira parte do governo Juscelino Kubitschek. A crescente crise, o estrangulamento de determinados ramos da economia e a ascensão de alguns governadores representantes da ala radical do trabalhismo, reascendera o problema. O caso mais marcante foi o de Leonel Brizola, desde 1959 no governo do Estado do Rio Grande do Sul. O governador gaúcho resolveu atacar ousadamente a questão da encampação de determinadas empresas estrangeiras, causando grande repercussão internacional. [...] O problema é que estas remetiam seus lucros para o exterior sem se preocupar em investir na ampliação e melhoria dos serviços. **A polêmica, iniciada no final do governo JK, atingirá níveis de grave tensão na fase seguinte.**

O ano de 1960 encerra-se com dois resultados eleitorais importantes para a América: a do Brasil em outubro e a dos EUA no mês seguinte. Em 3 de outubro de 1960, Jânio Quadros vence a eleição presidencial no Brasil, “obtendo 44,8% dos votos contra 30,6% atribuídos ao Marechal Lott e 17,4% a Adhemar de Barros” (ARAÚJO, 2006, p. 364). “Para a vice-presidência elege-se João Goulart com 36,1% dos votos contra os 33,7% de Milton Campos e os 17% atribuídos a Fernando Ferrari.” (ARAÚJO, 2006, p. 365). Nos EUA, na eleição realizada em 8 de novembro, John F. Kennedy foi eleito em uma disputa contra o então vice-presidente Richard Nixon.

O governo JK se encerrará em 31 de janeiro de 1961, quando este transmitirá o cargo ao presidente eleito Jânio Quadros. E a política externa do Brasil estará a ponto de uma mudança bastante significativa. Nos termos de Vizontini (1995, p. 303) “Não podendo também agir além do que lhe permitiam suas bases de sustentação política, a diplomacia de JK permanecerá no meio do caminho, empurrando para seus sucessores decisões que não podia ou não estava disposto a tomar.” E o mesmo autor, em outra obra, completa: “Entretanto, inegavelmente, **abria-se o caminho para uma nova fase da política externa brasileira, a de âmbito mundial e multilateral, o que viria a concretizar-se com a política externa independente.**” (VIZENTINI, 2006, p. 352, grifos nossos).

4 INDEPENDÊNCIA, NÃO-ALINHAMENTO E NEUTRALIDADE: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS DAS POLÍTICAS EXTERNAS DE BRASIL, IUGOSLÁVIA E SUÉCIA, 1961-1964

“Se paro e me pergunto, será que existe alguma razão
Pra viver assim se não estamos de verdade juntos
Procuramos independência
Acreditamos na distância entre nós”

Capital Inicial - Independência

Esse capítulo visa apresentar os desenvolvimentos das políticas externas de Brasil, Suécia e Iugoslávia entre os anos de 1961 e 1964, em seus aspectos mais teóricos e retóricos, ainda que levando em consideração também alguns aspectos práticos. Primeiramente vamos expor um breve panorama dos três países do ponto de vista geográfico e econômico, e em seguida algumas de suas características e aproximações políticas.

O Brasil chega em 1961 como o maior dos três países tanto do ponto de vista territorial quanto populacional. O Brasil apresenta, em 1961, os 8,5 milhões de km², que tanto o caracterizam, praticamente inalterados desde o Tratado de Petrópolis de 1902, e uma população de aproximadamente 66 milhões de pessoas³²⁵. A Suécia apresenta um território de 450 mil km², praticamente inalterados desde a dissolução da Suécia-Noruega em 1906, e aproximadamente 7,5 milhões de habitantes. Por fim a Iugoslávia, com 256 mil km², então recentemente estabilizados com a vitória sobre os invasores nazifascistas e colaboracionistas internos, com os fracassados dos projetos de uma “Federação Balcânica” que incluísse a Bulgária (e talvez a Albânia), com as “resoluções” das questões da Macedônia, junto à Bulgária, Grécia e Albânia, e, sobretudo, das questões da Caríntia, junto à Áustria, e da Ístria e Trieste junto à Itália. A Iugoslávia apresentava em 1961 aproximadamente 18,7 milhões de habitantes.

Do ponto de vista econômico, a obtenção de dados do PIB e de eventuais ranqueamentos do mesmo foram difíceis de se encontrar com dados realmente coerentes e consolidados. Então trabalhamos com os dados disponíveis pelo

³²⁵ Os dados de área territorial e população provêm do “APENNDIX I”, “ROSTER OF THE UNITED NATIONS”, “As of 31 December 1960”, o “United Nations Yearbook 1960”, disponível em: https://cdn.un.org/unyearbook/yun/chapter_pdf/1960YUN/1960_APPENDICES.pdf. Acesso em 22 mar. 2023.

prestigiado “*Maddison Project*”³²⁶, em aproximados de 223 bilhões de dólares³²⁷ para o Brasil (3.617 per capita), 134 bilhões para a Suécia (17.239 per capita) e 98 bilhões para a Iugoslávia (4.981 per capita). Do ponto de vista do que se entendia amplamente por “desenvolvimento” na época, isto é, industrialização, a Suécia era o país mais industrializado, com um amplo esforço de industrialização desde pelo menos fins do século XIX, sendo para todos os efeitos considerado “desenvolvido”, e o Brasil o país menos industrializado (ainda que em franco e agressivo processo de industrialização), um grande produtor e exportador de matérias-primas tipicamente subdesenvolvido. Entre eles, a Iugoslávia, um país de industrialização tardia (mais como o Brasil do que como a Suécia), mas que, no processo de reconstrução do pós-guerra, e a adoção de certos procedimentos e técnicas soviéticas (associado com algumas iniciativas que adivinham da colonização austro-húngara, e dos primeiros anos da Iugoslávia independente e monárquica), se industrializou com certa consistência. Contudo, ainda “se via” e “era vista” como país subdesenvolvido.

Politicamente os países chegam em 1961 com diferenças consideráveis. A Suécia é dos três países o de maior longevidade política enquanto Estado, vindo de uma forma mais ou menos coerente desde o fim da União Kalmar no século XVI, e com a capital política sendo em Estocolmo. O Brasil, após a experiência colonial portuguesa, se apresenta como Estado de forma ininterrupta desde sua independência em 1822. E a Iugoslávia, a despeito da independência de partes de seus povos e territórios dos jugos coloniais da Áustria-Hungria e da Turquia Otomana ainda no século XIX, a Iugoslávia como Estado soberano e independente só vai ser formado mesmo no pós-I Guerra Mundial.

Do ponto de vista da política interna, Suécia e Iugoslávia apresentam, já em 1961 uma estabilidade muitíssimo maior que o Brasil, e isso ficará ainda mais evidente ao longo dos anos seguintes. Estabilidade política não era exatamente o ponto mais forte da Quarta República inaugurada pelo governo Dutra, e o que se

³²⁶ Uma nota sobre as dificuldades quanto aos dados do PIB. Primeiramente havia, nos anos 1960, disputas técnicas e ideológicas quanto às metodologias de contabilidade econômica e social, inclusive (mas não apenas) entre países capitalistas e socialistas. Isso já nos traz uma dificuldade. Outra dificuldade é que muitos dados disponibilizados pela ONU vinham em valores da moeda local de cada país. Também nos pareceu muito menos difícil conseguir dados de países que “ainda existem”, como Brasil, Suécia e EUA, do que países “extintos” como Iugoslávia e URSS. Portanto, decidimos utilizar os dados do “*Maddison Project*”, que é bastante utilizado e referenciado mundo afora, ainda que, olhando de modo *en passant* encontramos algumas possíveis inconsistências.

³²⁷ Importante: “*This data is adjusted for inflation and for differences in the cost of living between countries*” e “*This data is expressed in international-\$ at 2011 prices.*”

veria entre os anos de 1961 e 1964 seria algo realmente estonteante. Se a monarquia parlamentarista sueca tinha atravessado décadas com poucos sobressaltos, e com uma progressiva democratização promovida no então último quarto de século pelo SAP e seus líderes, mantendo grande estabilidade política e de políticas; se a república popular iugoslava avançava por sua segunda década de existência sob a firme liderança do KPJ/SKJ, também promovendo uma progressiva democratização, e desenvolvendo grande estabilidade política e de políticas; o Brasil, à partir de 1961 seria, no mínimo, instável, com sucessivas mudanças de regime político e de chefes de Estado e de Governo³²⁸.

Finalmente, a questão específica da política externa. Para além de ser, de certo modo, uma projeção da política interna, a política externa também pode ser (e frequentemente é) algo com relativa autonomia e com formações mais particulares e específicas, ora sendo parcialmente determinada pela política interna, ora parcialmente determinando-a. Brasil, Iugoslávia e Suécia também chegam em 1961 em condições um tanto desiguais quanto à formulação de sua política externa. Como analisamos em maior detalhe nos três capítulos anteriores, o país com a política externa mais longa e estável dos três é a Suécia, que em 1961 já gozava de uma reconhecida política de neutralidade há quase 150 anos. Uma política que passou por ponderáveis testes de resistência, como os variados conflitos europeus no século XIX, e as duas imensas “provas de fogo” que foram a Primeira e Segunda Guerras Mundiais - mesmo que não tenha saído exata e completamente incólume. No décimo sexto ano pós-Guerra, e sob muitos aspectos semelhante período de Guerra Fria, a Suécia, para todos os efeitos, mantinha essa mesma política externa: “não alinhamento em tempos de paz, neutralidade em tempos de guerra”³²⁹.

A Iugoslávia, literalmente ressurgida das cinzas do pós-guerra, após breve período de grande proximidade ao Bloco Socialista então em formação, entre 1945 e 1948, e de parcial flerte com o Bloco Capitalista entre 1948 e 1954, vinha de pelo menos meia década de consistente construção de uma política externa firmemente não-alinhada a nenhum dos blocos nem às suas superpotências líderes. As relações críticas, mas não totalmente hostis, com o Bloco Capitalista, as iniciativas de reaproximações com o Bloco Socialista, e sobretudo os inúmeros contatos com

³²⁸ Ver Apêndice.

³²⁹ Ideia muito recorrente quando se fala sobre a neutralidade sueca, como podemos ver até no “*Statement of Government Policy Following Sweden’s Accession to NATO*”, de 20 de março de 2024.

variados países do Terceiro Mundo que vão ocorrer nos anos 1950 irão culminar justamente em 1961: é neste ano que a Iugoslávia vai sediar e promover a Primeira Cúpula dos Países Não-Alinhados, que falaremos mais adiante. Ou seja, será o ano em que as políticas externas forjadas pelas rusgas com o Bloco Socialista a partir de 1948, pela persistente desconfiança com o Bloco Capitalista, pelas sucessivas incorporações dos Princípios de Bandung e suas operacionalizações, irão não apenas se cristalizar na política externa iugoslava, mas vão se espalhar, inspirar e coligar numa iniciativa com outros 24 países. A política externa não-alinhada da Iugoslávia se apresentará ao mundo não apenas como uma política externa nacional consistente e viável, mas também se apresentará como uma política externa multi e internacional, dando origem e dinamismo a um movimento de amplos espectros.

Já a política externa brasileira em 1961, em sua forma assumidamente “independente”, após longa maturação desde ao menos os anos 1930 e, certamente desde a OPA, irá finalmente ser expressa como tal: independente. E isso é uma sensível mudança de patamar.

Logo, o que veremos entre 1961 e 1964 é o prolongamento da Política de Neutralidade da Suécia iniciada no século XIX após as chamadas “Guerras Napoleônicas”, o fortalecimento e auge da Política de Não-Alinhamento da Iugoslávia, e o nascimento efetivo (após a longa gestação aludida), o desenvolvimento e cancelamento da Política Externa Independente do Brasil.

Isto tudo dito, uma pergunta muito lícita pode estar pairando sobre estas páginas: diante de tamanhas diferenças, por que estamos tratando estes três países em conjunto? A resposta possui múltiplas camadas, mas podemos propor uma fórmula que chamaremos de “4 Ds”: Desarmamento, Desenvolvimento, Descolonização e Desalinhamento. Inspirados pelo famoso discurso dos 3 Ds, realizado pelo chanceler brasileiro Araújo Castro, na abertura da XVIII Sessão da AGNU em 18 de setembro de 1963, no qual o mesmo fez uma defesa dos temas e processos atinentes ao Desarmamento, ao Desenvolvimento Econômico e à Descolonização (além de uma crítica ao que ele chama de “veto invisível” existente na AGNU e um apelo ao fortalecimento da ONU), e que discutiremos com um pouco mais vagar adiante, adicionamos um quarto “D”, de “Desalinhamento”. Esse “Desalinhamento” seria a ação política internacional que alguns países como Suécia, Iugoslávia e Brasil demonstraram durante momentos da Guerra Fria e no qual não havia alinhamento explícito – ainda que eventualmente houvesse implícito – entre

estes países e os dois blocos liderados por EUA e URSS. Cada país, ao seu modo, contribuiu, perseguiu e executou políticas nesse sentido de “não se comprometer”. A Suécia o fez, por variados motivos, através de sua então secular, bem estabelecida e razoavelmente respeitável e respeitada Neutralidade. A Iugoslávia construindo e proclamando uma política que se propunha para além de uma eventual neutralidade passiva, e sim uma neutralidade ativa, atuante, um Não-Alinhamento autoproclamado – e internacionalmente propagado e propagandeado. E o Brasil, com experiências razoavelmente bem-sucedidas de “barganha política internacional” e consideravelmente frustrado com os resultados de períodos e ações marcadas pelo alinhamento automático aos EUA, construindo uma política externa nova, com laivos de pragmatismo e interesse nacional, e notadamente Independente dos Blocos (nesse caso, em muito um mero eufemismo para independente dos EUA).

A Suécia, apesar de inúmeras iniciativas de seus vizinhos europeus no período, firmará uma posição “desalinhada”, isto é, não comprometida aberta e objetivamente com o Bloco Capitalista e suas organizações (especialmente a OTAN). A Iugoslávia vai seguir na trajetória de conversas relativamente francas (e desconfiadas) com ambos os Blocos, uma distância convicta entre eles, num desalinhamento explícito e, até, orgulhoso, e numa aproximação com os países subdesenvolvidos e de suas iniciativas. O Brasil vai voltar a temperar seu alinhamento automático antinacional com barganhas diplomáticas, iniciativas regionais e atitudes nacionalistas, um desalinhamento modesto, tímido, mas com certa dignidade e altivez. Suécia e Iugoslávia seguirão suas trajetórias de modo mais ou menos brando, sem grandes sobressaltos ou retrocessos no fortalecimento, reconhecimento e espraio de suas posições, muito em função de suas estabilidades políticas internas e da competência de suas elites dirigentes. O Brasil terá os solavancos e zigue-zagues anteriormente comentados. Mas entre 1951 e 1954 bem como entre 1958 e 1960, posturas efetivamente desalinhadas, isto é, em razoável discordância com o Bloco Capitalista (leia-se EUA) foram sustentadas. Logo, estes três países já demonstravam, em maior ou menor grau, nos anos 1950, “desalinhamentos” em relação aos blocos, demonstrados, por exemplo, na Guerra da Coreia (e no seu pós-armistício), na Crise Húngara e na Crise do Suez (e na UNEF que se seguiu a esta). Suécia e Iugoslávia “desalinhados” mais fortes e convictos; Brasil, um desalinhado mais fragilizado e tímido, mas ainda com laivos importantes de “desalinhamento”.

Exploramos o nosso “quarto D”, de “desalinhamento”. Mas também os três países já vinham, ao longo dos anos 1950, dando mostras de grandes interesses internacionais nos temas caracterizados pelos outros 3Ds. A Iugoslávia mantinha grande empenho do tema do Desarmamento em geral, típico dos socialistas. O tema vai progressivamente ganhando a adesão de Suécia (que historicamente mantém uma postura de “neutralidade armada”, mas, além de não ter coesão interna suficiente para escalar a pesquisa e produção de artefatos nucleares, sofre assédios dos EUA e teme genuinamente os efeitos ambientais dos testes soviéticos realizados nas vizinhanças, o que a impele a engajar-se na luta pelo desarmamento em geral, e pelo desarmamento nuclear em específico. E a adesão do Brasil, à medida que se estabelece a ideia de que existe uma corrida armamentista demasiada custosa, e que parte desses recursos “poderiam” ir para o desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos.

O tema do Desenvolvimento Econômico, luta constante da Iugoslávia em seu “caminho nacional para a construção do socialismo”³³⁰, também tem grande influência em parte das elites políticas e intelectuais do Brasil. A Suécia, neste quesito, já estava bastante desenvolvida no que se entendia por desenvolvimento econômico em geral, inclusive e especialmente no desenvolvimento industrial, e na construção de sua “*Folkhemmet*”. Se a Suécia não fosse exata e explicitamente a favor, ao menos não parecia ser contra essa pauta do desenvolvimento, e inclusive “compartilhava” (ainda que de modo flagrantemente capitalista) alguns dos frutos desse desenvolvimento com a expansão de suas multinacionais (como no caso do Brasil) e com a incorporação em sua economia de “trabalhadores a convite” (como no caso dos iugoslavos).

Por fim, o tema da Descolonização traz, novamente à proa, a Iugoslávia socialista, com seus fortes aspectos anti-imperialistas. A Suécia nesse momento tem uma postura um tanto “morna”, talvez com exceção aos acontecimentos na África do Sul e do Sudoeste Africano. Um dos países europeus industrializados com menor dedicação colonialista (ainda que as antigas experiências africanas e americanas, bem como as relações entre suecos e finlandeses e suecos e noruegueses possa merecer um olhar mais atento e profundo), a Suécia vai ter um papel mais engajado

³³⁰Termos amplamente utilizados por especialistas, defensores e detratores do Socialismo. Por exemplo “*The National Road to Socialism*” é o título do primeiro capítulo do interessante livro “*Socialism across the Iron Curtain: Socialist Parties in East and West and the Reconstruction of Europe after 1945*”, de Jan de Graaf.

nos temas afeitos à descolonização a partir da segunda metade dos anos 1960, já fora do escopo desse trabalho³³¹. E o Brasil, país com trágica experiência colonial, vai mostrar-se titubeante em vários momentos dos anos 1950 quanto a este tema, especialmente no que tange às colônias portuguesas na África e às relações estranhamente amistosas entre o país e Portugal salazarista.

Contudo, no geral, é possível asseverar que interesses, posturas e ações de Suécia, Iugoslávia e Brasil tinham muitas convergências na trajetória destes países do pós-Segunda Guerra até o início dos anos 1960. E, como veremos, essas convergências terão momentos relevantes entre 1961 e 1964. Argumentamos, então, que quatro temas podem servir de pontos de interseção entre três países tão diferentes entre si que eram, durante a Guerra Fria, localizados em “três mundos diferentes”. Assuntos afeitos ao Desarmamento, ao Desenvolvimento, à Descolonização e ao “Desalinhamento” podem ser pontos de interseção entre um país neutro do primeiro mundo, um país não-alinhado do segundo mundo, e um país (tentando ser) independente do terceiro mundo.

4.1 1961: NEUTRALIDADE, NÃO-ALINHAMENTO, INDEPENDÊNCIA E DESALINHAMENTO NA GUERRA FRIA

O ano de 1961 foi um dos mais interessantes e frenéticos anos da Guerra Fria, marcado por vários fatos que se converteram em verdadeiros símbolos do período. Foi o ano de acontecimentos como a invasão contrarrevolucionária da Baía

³³¹ “Durante a primeira metade da década de 1960, a ‘ajuda do estrangeiro’ foi afastada da doutrina declaratória pela ‘doutrina da marginalidade’. Durante a segunda metade da década de 1960 surgiu a **‘política externa ativa’**, que transformou a imagem pública da política de neutralidade e da posição internacional da Suécia. Foi dada à política uma dimensão moral-ideológica que até então lhe faltava, e a **neutralidade passou a ser vista como um bem de mérito e como parte da identidade nacional**. A distância política em relação às potências ocidentais aumentou, especialmente no que diz respeito a questões como a guerra e a paz. Estes anos também testemunharam mudanças significativas no padrão de preparação. **Os meados da década de 1960 constituem uma espécie de divisor de águas**, no sentido de que não há indicações, nos anos seguintes, de terem sido tomadas novas medidas preparatórias significativas. O assunto também foi considerado mais delicado do que antes, tornou-se mais difícil falar sobre ele e o círculo de pessoas envolvidas ou informadas diminuiu. Concomitantemente, a gestão dos preparativos e dos contatos confidenciais tornou-se cada vez mais irregular e personalizada. Esta tendência continuou durante a década de 1970, quando o clima político se tornou ainda mais difícil. Nas forças armadas, apenas um punhado de oficiais esteve envolvido e o fator ocidental desapareceu dos jogos de guerra e das discussões estratégicas. **Relatos de oficiais que uma vez lidaram com estes assuntos indicam que na década de 1950 era possível escrever sobre a ajuda do Ocidente, na década de 1960 era possível falar sobre isso, mas durante a década de 1970 tornou-se proibido até mesmo pensar nisso**. Do lado político, Palme evidentemente considerou o assunto tão delicado que decidiu não informar o seu sucessor como primeiro-ministro sobre as medidas tomadas para salvaguardar a sobrevivência da nação numa emergência.” (DALSJÖ, 2016, s/p., grifos nossos.)

dos Porcos/Praia Girón em Cuba, da construção do muro de Berlim, da ida do primeiro homem ao espaço e da detonação da maior bomba já criada pela humanidade (esses dois últimos feitos realizados especificamente pelos soviéticos). Por essas e outras que em nossa dissertação de mestrado não apenas focamos apenas em um ano, justamente em 1961, e dedicamos um subcapítulo inteiro na tentativa de expor e explicar alguns dos fatos mais relevantes deste ano³³².

O ano de 1961 também foi especialmente importante para os contextos das políticas externas de Brasil, Suécia e Iugoslávia, tanto em seus aspectos específicos quanto em suas relações regionais e internacionais. Num exemplo panorâmico, é o ano do surgimento efetivo da PEI brasileira com o governo Jânio Quadros, é o ano em que o não-alinhamento iugoslavo ganha representatividade e impacto indubitavelmente mundiais com a reunião, em Belgrado, da Primeira Conferência de Cúpula dos Países Não-Alinhados, e é o ano em que dois suecos terão grande destaque nas relações internacionais, pois é o ano da morte do secretário-geral da ONU, no contexto da crise no Congo, o sueco Dag Hammarskjöld, e é o ano em que o ministro das Relações Exteriores da Suécia, Östen Undén, vai propor na ONU o que ficará conhecido como “Plano Undén”.

Logo em janeiro a América já é palco de três importantes acontecimentos: em 3 de janeiro os EUA rompem relações com Cuba, agravando ainda mais as relações políticas entre ambos países e em todo continente; em 15 de janeiro o democrata John Fitzgerald Kennedy toma posse como presidente dos EUA, substituindo o republicano Dwight Eisenhower; e em 31 de janeiro Jânio Quadros assume a presidência do Brasil, colocando como ministro de Relações Exteriores o político e escritor mineiro Afonso Arinos de Melo Franco. (GARCIA, 2005, p.183-184).

Essas duas posses causam expectativas quando pensadas em termos de relações internacionais, especialmente nos círculos brasileiros e latino-americanos. Sobre Kennedy recai uma espécie de esperança de que “agora vai” e os EUA passarão a considerar uma política hemisférica mais “Boa Vizinhança” e menos “Doutrina Truman”, e, quem sabe, dando ouvidos à OPA de Kubitschek, pois, temendo o surgimento de “novas Cubas”, o governo estadunidense liberasse recursos para reformas e processos estruturantes na América Latina.

³³² Para uma exposição mais detalhada, recomendamos o subcapítulo “1.3. Alguns acontecimentos relevantes no plano externo em 1961” (ESPÓSITO, 2019, p. 37-56).

Já sobre Jânio Quadro, recaíam dúvidas. Ele, como um “De Fora”, eleito com apoio de destacados “entreguistas”, estaria mais disposto a romper com o estilo de política externa mais afeita aos “de dentro” e “nacionalistas”, que vinha vigorando desde a proposição da OPA, ou, pelo contrário, seria um presidente do tipo do candidato que visitou Cuba, URSS e manifestava apreço por figuras como Nasser, De Gaulle e Tito³³³? Jânio irá propor um modelo *sui generis*: uma política interna bem afeita à direita com a adoção de medidas “ortodoxas” na economia e intenções expressas de modificar a política cambial; e uma política externa mais semelhante à esquerda, já preconizando uma Política Externa Independente (PEI), e pedindo diligências ao Itamarati para restabelecer as relações com a URSS – inclusive prosseguindo o processo de multilateralização da política externa brasileira que já havia, dias antes da posse de Quadros, elevado a embaixadas as legações do Brasil na Polônia (em 18 de janeiro) e no Irã (em 25 de janeiro). (GARCIA, 2005, p.184). É nesse espírito, por exemplo, que Quadros recebe “friamente” o enviado especial do governo estadunidense, Adolf Berle Jr., que tinha ido a Brasília para conversar sobre a questão Cubana, e que o “Brasil se opõe a todo e qualquer tipo de intervenção estrangeira em Cuba”. (GARCIA, 2005, p.183).

4.1.1 O Nascimento da Política Externa Independente

Falar especificamente da Política Externa Independente (PEI) é um desafio por alguns motivos, dentre os quais destacamos a razoável quantidade de trabalhos de ótima qualidade sobre o tema. Após lermos muitos trabalhos descritivos, interpretativos e de reuniões de documentos, associados às bibliografias já citadas que cobrem o período, é muito difícil sentir-se à vontade em escrever algo que seja realmente inovador e bom. Sendo assim, tentaremos nas próximas linhas expor uma visão que julgamos ao mesmo tempo suficientemente sintética e suficientemente elucidativa para o nosso tema.

Primeiramente gostaríamos de falar do termo em si. De acordo com Álvaro da Costa Franco, em sua apresentação do volume 1 da excelente reunião de “Documentos da Política Externa Independente”, “A denominação política externa

³³³ “A primeira fase da Política Externa Independente abarcou o governo Jânio Quadros, e nela **esse enigmático simpatizante de De Gaulle, Nasser e Tito apoiou-se numa espécie de neutralismo temperado**, visando obter uma posição importante para o Brasil no cenário mundial.” (VIZENTINI, 1995, p. 194, grifos nossos).

independente foi cunhada por San Tiago Dantas, quando ministro das Relações Exteriores sob a presidência João Goulart.” (FRANCO, 2007, p. 11). Sobre Dantas, que fora o segundo dos ministros de Relações Exteriores entre 1961 e 1964, o autor argumenta que:

No prefácio ao livro em que, sob este título [Política Externa Independente], reuniu os principais documentos oficiais de sua gestão [...] que sua política, que assim denominava, era o desdobramento da que encontrara iniciada, ao assumir o Itamaraty, e que procurara ‘desenvolver e sistematizar’. Afirma, a seguir, que não fora ‘concebida como doutrina ou projetada como plano, antes de ser vertida para a realidade. Os fatos precederam as idéias (FRANCO, 2007, p. 11).

Ou seja, ao assumir o Itamaraty das mãos de Afonso Arinos, ministro de Jânio Quadros, San Tiago Dantas mais “desenvolveu e sistematizou” do que “inovou”. Essa inovação teria estado a cargo, mais de Jânio Quadros e Arinos, que teriam “abandonado a prática depois chamada de ‘alinhamento automático’, que tendia a prevalecer desde 1942” (FRANCO, 2007, p.12).

Ainda que em nossa interpretação, a PEI seja mais um elevado grau do desenvolvimento de perspectivas políticas iniciadas depois da Revolução de 1930, e que com idas e vindas, sobretudo oscilando entre um “alinhamento automático entreguista” e uma “política independente nacionalista”, culminou na PEI, reconhecemos que os discursos e atitudes de Jânio Quadros ao longo de seus 7 meses de governo (e alguns discursos e atitudes que ocorreram nos dois anos anteriores) foram realmente um expressivo ponto de inflexão em nossa política externa.

Ainda para Franco (2007, p. 12) a visão particular de Quadros quanto ao espaço que o Brasil deveria ocupar, os interesses nacionais do país, a “liberdade de diálogo e desenvolvimento das relações comerciais com todos os países, independentemente de suas posturas ideológicas”, certa noção de “solidariedade com os países em desenvolvimento” e “com os novos Estados que emergiam [...] [da] descolonização”, sua inusitada “postura anti-colonialista”, e a capacidade de Arinos para suas tentativas de execução, são dignas de realce. E concordamos ainda mais com esta visão quando lembramos que ambos eram quadros apoiados pela UDN, e que vários dos pontos acima expressos eram frequentemente combatidos pelo partido. Uma dentre tantas contradições de Quadros, a PEI era

uma política externa com fortíssimos laivos de “nacionalismo” pensada e iniciada por um presidente eleito pela máquina política do “entreguismo”.

No texto “introdutório/explicativo” que precede a reprodução do discurso que Afonso Arinos faz na abertura da XVI AGNU de 1961, Luiz Felipe de Seixas Corrêa afirma que:

É nesse contexto que, ao assumir o Poder em janeiro de 1961, o Presidente Jânio Quadros buscava utilizar a política externa como elemento essencial da transformação do Brasil. Com a ‘política externa independente’, abre-se um período das relações exteriores do Brasil que se caracterizaria fundamentalmente pelo **‘des-alinhamento’ com os EUA e pela busca de associações com os países do Terceiro Mundo** (CORRÊA, 2007, p. 147, grifos nossos).

E prossegue Corrêa (2007, p. 147-148)

As linhas gerais da nova política externa do Brasil seriam expostas em artigo assinado pelo Presidente Jânio Quadros na revista ‘Foreign Affairs’. O Presidente deixa claro que o Brasil, **sem renunciar à sua inscrição no mundo ocidental**, passaria a enfatizar também os componentes que o aproximavam do mundo subdesenvolvido. [...] E conclui reafirmando que o Brasil, **ao não formar parte de qualquer Bloco, preservaria absoluta liberdade para tomar suas decisões**. Configurava-se, sem dúvida, um rompimento com a conduta diplomática até então observada pelo Brasil, que, embora apontasse as desigualdades internacionais e resistisse ao alinhamento apriorístico, identificava-se essencialmente com a causa ocidental e a liderança dos EUA (CORRÊA, 2007, p. 147-148, grifos nossos).

Esses dois trechos ressaltam alguns pontos que julgamos importantes para o trabalho: primeiramente a convergência com nossa interpretação, até no termo “des-alinhado”, sobre como a PEI agia, ao menos na teoria e no discurso, em relação aos blocos em geral, e ao Bloco Capitalista em específico. Em seguida duas assertivas que são enfaticamente repetidas em inúmeros documentos e pronunciamentos referentes a PEI, quase de maneira obsessiva: a ideia de que ela “não renuncia à sua inscrição no mundo ocidental” e de que o Brasil não fazia “parte de qualquer Bloco, preservaria absoluta liberdade [e/ou independência] para tomar suas decisões”.

Inclusive, o texto citado por Corrêa, o artigo de Quadros para a Foreign Affairs, constitui o que julgo um de oito documentos fundamentais da PEI, que são realmente elucidativos e representativos da mesma. Os outros sete seriam: o Discurso de Quadros veiculado pela Voz do Brasil, em 1 de fevereiro de 1961, o

discurso de posse de Afonso Arinos como ministro, no mesmo dia, a Mensagem Presidencial ao Congresso Nacional, em 20 de março, o Programa de Governo anunciado por San Tiago Dantas/Tancredo Neves em 28 de setembro, o prefácio de San Tiago Dantas ao seu livro “Política Externa Independente”, datado de agosto de 1962, o Discurso dos “3 Ds” de Araújo Castro na abertura da XVIII AGNU em 17 de setembro de 1963, e a Mensagem Presidencial ao Congresso de João Goulart, em 15 de março 1964.

Os quatro primeiros porque revelam o que o governo Quadros, ao assumir o poder, entendia da situação política e econômica nacional e internacional, e já esboçava os principais pontos a serem perseguidos e elaborados pela PEI, também já indicando seus variados limites e possibilidades.

O quinto revela que apesar das substantivas mudanças ocorridas no plano político interno do Brasil, com direito a mudanças expressivas nas chefias de governo, de Estado, e nos ministérios, a política externa do governo demissionário seria basicamente continuada e aprofundada. Completamente diferente, por exemplo, do ocorrido em 1954 com a substituição de Vargas por Café Filho, bem como também completamente diferente do que ocorrerá na substituição de Goulart por Castello Branco, como veremos.

O sexto documento seria um texto mais “acadêmico” do que “político”, ainda que escrito por um dos principais artífices da PEI, nomeando-a, explicando-a e reafirmando-a em suas linhas gerais. O sétimo documento traz o que foi um dos momentos mais altos da PEI, com outro de seus importantes formuladores (e executores). O discurso de Araújo Castro sintetiza bem as principais ideias que constituíam a PEI, inclusive seus limites em termos políticos e ideológicos, e é praticamente um discurso de encerramento da PEI, visto que os próximos meses seriam de desconstituição das políticas interna e externa do Brasil, até o Golpe de 1964. O último dos textos é, praticamente, um réquiem do Brasil como um país de “Política Externa Independente”, no qual João Goulart expõe os avanços da política externa brasileira em 1963, faz alguns retrospectos desde 1961, e aponta para os caminhos que seriam trilhados em 1964. Logo, temos, nessa “seleção” proposta, a primeira das Mensagens ao Congresso sob inspiração da PEI, e a última, afinal, apenas 16 dias depois o governo é derrubado, e a PEI praticamente acaba, como veremos adiante. Inclusive, para um complemento, e até um contraste, me parece recomendável os eloquentes textos do discurso de Vasco Leitão da Cunha na XIX

AGNU, e a Mensagem ao Congresso Nacional de 1965, nos quais o novo governo brasileiro confessa o fim da PEI.

Contudo, especificamente quanto à formulação da PEI, é importante apontarmos as supracitadas “Linhas gerais”, “principais ideias” e coisas do tipo. Primeiramente afirmamos de certo modo categoricamente: para todos os efeitos a PEI começa com a posse de Jânio Quadros em janeiro de 1961, após as evoluções da política externa de JK especialmente no período entre 1958 e 1960, e será encerrada com a derrubada de Jango em abril de 1964. Essa é, inclusive como já citado, a base para o principal recorte temporal de nosso trabalho. Alguns laivos e desdobramentos posteriores, como a participação brasileira na I Conferência da UNCTAD são por nós considerados, porém mais como exemplo do fim da PEI do que outra coisa. Em segundo lugar, ressaltamos que a PEI permaneceu impressionantemente forte, coesa e relativamente inabalada ao longo de seus três anos e três meses, suportando praticamente a mesma forma mesmo através dos sucessivos governos e ministros, bem como aos estonteantes acontecimentos internacionais.

A PEI seguiu através de um governo presidencialista liderado por Quadros, o primeiro hiato Mazzilli, um governo parlamentarista com Jango como chefe de Estado, e um governo presidencialista liderado por Jango. No período parlamentarista sob Jango, a PEI prosseguiu por três gabinetes diferentes (Tancredo Neves, Brochado da Rocha e Hermes Lima), e por 3 ministros das relações exteriores. No Total a PEI atravessou 3 presidentes, 3 primeiros-ministros e 6 gestões ministeriais diferentes, comandada por 5 ministros também diferentes (sendo Afonso Arinos ministro em dois períodos).

Mas o início se deu inusitadamente com Quadros e Arinos, e a senda aberta por eles (ou as fundações por eles estabelecidas) vai permitir a San Tiago Dantas “dar continuidade à política iniciada por seu antecessor, batizá-la e desenvolvê-la” (FRANCO, 2007, p. 13). Por isso, nessa parte de nosso trabalho vamos focar nesses 4 documentos que julgamos fundacionais: o discurso de Quadros na Voz do Brasil, o Discurso de posse de Arinos e a Mensagem do Congresso constituem, em nosso entender, três claros exemplos do posicionamento do governo sobre uma série de temas, e quais seriam as perspectivas para os próximos meses e anos. O quarto documento, o prefácio de San Tiago Dantas, nos parece ilustrativo não apenas da sistematização e síntese realizada e confessada, com certo orgulho, pelo

autor, como também nos permite inferir, pelo discurso e pela prática do mesmo, que a PEI não seria apenas uma “política de governo” e sim passava a se inscrever como uma “política de Estado” – o que é evidenciado pela sua permanência através das sucessões de governo e sua interrupção através de um Golpe de Estado.

No discurso de Quadros veiculado pela Voz do Brasil em 1 de fevereiro de 1961, ele vai relembrar de sua campanha, e prometer “exatidão, compostura e integridade” (FRANCO, 2007, p. 22) durante seu governo, e inicia uma ampla exposição do que ele considera uma “terrível [...] situação financeira do Brasil”. Expõe a expansão monetária do governo JK, a expansão da dívida externa – o montante que o governo dele teria que pagar, o endividamento interno, as imensas quedas dos preços do café durante os anos anteriores, os déficits orçamentários e de balança comercial, a inflação. Promete um governo “áspero” e austero, que pagará os imensos passivos deixados pelas iniciativas do governo anterior (FRANCO, 2007, p. 22-26). Critica o “imperialismo”, os “superados [...] termos do liberalismo ortodoxo”, e manifesta o interesse de “proporcionar ao Brasil a posição a que faz jus no concerto das nações”, com uma “política soberana”, e confiança nas “Antilhas conturbadas” (Cuba, basicamente) e no “novo governo norte-americano” (Kennedy) (FRANCO, 2007, p. 26-27.)

Alude ao “sofrido Nordeste” e a ideias de que o “bem-estar nacional [pensamento típico à social-democracia], resultará de **crescimento harmonioso da nossa economia, do seu planejamento** [pensamento típico ao socialismo soviético], **de gestão governamental proba e eficiente** [pensamento típico ao liberalismo e ao conservadorismo]” (FRANCO, 2007, p. 28, grifos nossos.). Também argumenta que “Somos um povo tenaz e tranqüilo, impermeável a preconceitos de raça, de cor, de credo, que realizou o milagre de sua unidade cimentada nos séculos e que começa a erigir uma civilização sem rival nestes paralelos” (FRANCO, 2007, p. 30), misturando um tipo de “democracia racial” muito ao gosto de Gilberto Freyre, com a ideia de “Brasil como uma Nova Roma, uma nova civilização” de Darcy Ribeiro. E finaliza criticando o colonialismo, e afirmando que:

Abrimos nossos braços a todos os países do continente. Abrimo-los, também, às velhas coletividades européias e asiáticas, sem prevenções político-filosóficas. Os nossos portos agasalharão todos os que conosco queiram comerciar. Somos uma comunhão sem rancores ou temores. Temos plena consciência da nossa pujança para que nos arreceemos de tratar com quem quer que seja (FRANCO, 2007, p. 31).

Ou seja, nessa mensagem já temos indícios das seguintes ideias gerais que permearão a PEI até 1964: profunda e inabalável confiança nos EUA, e de que o país, em algum momento, tomará medidas que auxiliem o desenvolvimento econômico do Brasil e da América Latina; certa tolerância com Cuba – que vai se desdobrar em alardeadas defesas à “não intervenção em assuntos internos” dos países, à “autonomia dos povos” e, no limite, “à coexistência pacífica”; intolerância – ao menos discursiva e relativa - ao colonialismo e ao imperialismo; necessidade de aumentos dos intercâmbios comerciais (especialmente das exportações) em quaisquer mercados possíveis para a própria sobrevivência da economia brasileira; tolerância a diferenças “políticos-filosóficas”, isto é, desejo de manter contatos econômicos (e, conseqüentemente, políticos) com os países socialistas.

No discurso de sua posse, no mesmo dia 1, Afonso Arinos amplia e desdobra essas ideias, citando “Deus” (FRANCO, 2007, p. 32) – Quadros já havia citado também em sua mensagem, além de outras alusões explicitamente religiosas – “interesse nacional”, “independência nacional”, “soberania” (FRANCO, 2007, p. 33) e, ainda que fazendo afirmações muito peculiares sobre a democracia no Brasil Império, anuncia o “tríptico de valores que devem presidir ao planejamento da política internacional do nosso país: soberania, democracia, paz.” (FRANCO, 2007, p. 33). Esse “tríptico” terá conseqüências sobre o “trinômio” “Desenvolvimento, Desarmamento e Descolonização” e Araujo Castro mais adiante. Faz ainda uma leve crítica à multinacionais que atrapalham o desenvolvimento brasileiro, reforça que “indiscutivelmente pertencemos” ao “mundo cristão-democrático” (ideia estranha que será reiterada muitas vezes ao longo da vigência da PEI), e busca se colocar como “elo [...] de união entre o mundo afro-asiático e as grandes potências ocidentais”. (FRANCO, 2007, p. 34), ao defender nossa origem “miscigenada” e nossa “democracia racial” (FRANCO, 2007, p. 34-35). Arinos se atenta para a defesa da “livre determinação dos povos” e para o “progresso das áreas e povos subdesenvolvidos” (FRANCO, 2007, p. 35), mas não sem fazer loas ao “nosso amadurecimento institucional” que ele julga “admirável” e à “esmagadora vitória de Jânio Quadros” como símbolo de uma repulsa nacional por “ditaduras de qualquer tipo, personalistas, caudilhistas, de classe ou de partido”.

Reforça que a “política internacional do Brasil” é a de um “país anticolonialista, anti-racista e convicto da necessidade do desenvolvimento como base da democracia.” e que:

É pensamento do presidente Jânio Quadros que o seu governo entre em relações diplomáticas e comerciais com todos os Estados do mundo, que manifestem desejo de conosco manterem intercâmbio pacífico, com o respeito da nossa organização jurídica e social.” (FRANCO, 2007, p. 36).

Na parte final de seu discurso, Arinos argumenta “A continuidade da política brasileira”, considerando “a chamada Operação Pan-Americana, do presidente Kubitschek” uma “iniciativa acertada” que “veio chamar a atenção do continente para as estreitas relações entre o subdesenvolvimento e os riscos que assaltam a democracia”, reforçando nossa interpretação de certa evolução da PEI a partir da OPA, bem como as preocupações da PEI com o subdesenvolvimento e com a “democracia” (FRANCO, 2007, p. 38). O discurso também se refere às reformas quer seriam realizadas no Itamarati, inclusive extinguindo “qualquer preconceito de raça, franco ou disfarçado” no órgão, e lembrando ser “filho, irmão e pai” de diplomatas. (FRANCO, 2007, p. 39).

O terceiro documento que consideramos “formador” da PEI foi a Mensagem ao Congresso Nacional, do presidente da república, em março. Nessa mensagem novamente podemos observar uma série de ideias e tônicas que irão perpassar a trajetória da PEI. Já no primeiro parágrafo do Capítulo IV, relativo à “Política Externa do Brasil” já temos o reforço de que o Brasil é “um país democrático”, de que há “democracia racial” e “ausência de preconceitos” e a ideia de que a política externa do Brasil seria “a projeção, no mundo, do que ele é intrinsecamente” (FRANCO, 2007, p.49). No mesmo parágrafo fala-se em “vencer o subdesenvolvimento”, ser “livre de compromissos externos”, e faz-se apelos à paz, à justiça social, ao desenvolvimento econômico e a autodeterminação dos povos (FRANCO, 2007, p. 50).

Em seguida temos reiteradas as ideias de que o Brasil é cristão, democrático (novamente) e que “somos membros natos do mundo livre e jamais perdemos consciência dessa circunstância.” (FRANCO, 2007, p. 50). Já admite que o governo vai “assumir uma posição internacional mais afirmativa e **independente**, sem desconhecer compromissos assumidos”, emulando um certo conteúdo nacionalista e

acenando mais ao mundo não-capitalista, ainda que em seguida afirme que “A posição ideológica do Brasil é ocidental e não variará.”, satisfazendo aos entreguistas e alinhados ao Bloco Capitalista, ponderando que “sua causa ideológica [é] condicionada por seu caráter nacional e seus interesses legítimos” (FRANCO, 2007, p. 50, grifo nosso). Ou seja, constituindo a PEI, desde seus primeiros dias, como uma iniciativa brasileira independente das formalidades dos blocos (porém próxima, mas não subordinada, ao bloco capitalista e tampouco simpática ao socialista), calcada no “interesse nacional” e disposta a desempenhar um papel amplo e livre na política internacional.

Coloca como “o grande interesse brasileiro” “vencer a pobreza” e se desenvolver, argumentando que o desenvolvimento econômico seria um interesse “comum à maior parte da humanidade”, chegando a citar, inclusive um eventual conflito entre o norte e o sul do globo – demonstrando uma sensibilidade e inteligência política bastante atinadas. Em seguida demonstra o exato oposto ao defender que o conflito norte-sul, “ao contrário daquele [Leste-Oeste, capitalismo-socialismo]”, “Não encontrara grandes entraves para ser anulad[o]” (FRANCO, 2007, p. 50-51). Ou seja, uma concepção bastante complicada do que era a Guerra Fria, especialmente uma concepção do que fosse o capitalismo e do papel dos EUA na política internacional, que vai (como causa e/ou como consequência) contaminar boa parte das perspectivas da PEI. Por exemplo, o texto da mensagem traz que o conflito Leste-Oeste seria “neutralizado” caso resolvesse-se o conflito “norte-sul”, ignorando, por exemplo, a possibilidade de que o conflito “norte-sul”, ainda que em outro contexto, fora um dos responsáveis pelo nascimento do conflito “Leste-Oeste”, e que somente uma vitória “do leste sobre o oeste” poderia ser capaz de resolver o conflito “norte-sul”.

A primeira parte dessa mensagem se encerra com o Brasil tentando se inserir no mundo, argumentando que:

‘O problema da paz não é responsabilidade de poucos e, sim, de todos’, colocando o Brasil entre esses ‘todos’, e já anunciando ‘a convicção de que o estabelecimento de contatos proveitosos entre os países de ideologias divergentes é possível e se impõe ao Brasil, quer por seus interesses comerciais, quer como colaboração necessária à redução das tensões internacionais e ao progressivo afiançamento da paz. [...] a política de convivência sincera, de coexistência leal’ (FRANCO, 2007, p. 51).

Multilateralismo, tolerância (ainda que crítica) ao socialismo, expectativas comerciais, busca pela paz e pela coexistência – e, por que não, pela “coexistência pacífica”³³⁴. A segunda parte da mensagem segue as ideias de “fortalecimento da ONU”, comércio com todos e a falta de “compromisso” do país com os Blocos. Já a terceira parte, dedicada aos “Países socialistas” é pequena, porém muito pertinente para nosso trabalho, especialmente quando analisamos eventuais convergências entre o Brasil e a Iugoslávia socialista, bem como os receios brasileiros de melindrarem os EUA e/ou a facção entreguista da política nacional.

O trecho diz expressamente que “O Brasil não pode ignorar, sem limitar-se injustamente, a realidade, a vitalidade e o dinamismo dos Estados socialistas” articulando a isso as “providências para o estabelecimento das relações diplomáticas com a Hungria, a Romênia e a Bulgária”, e o prosseguimento dos “estudos para normalizar nossas relações com todos os países.” (FRANCO, 2007, p. 52). Diante do anticomunismo atávico de certa parte da população da época, isso já era uma espécie de ousadia, ou até um insulto. Contudo a mensagem prossegue com mais ênfase (ainda que escudando-se no interesse de “ampliação de nossos mercados”):

Convicto de que o continuado desconhecimento de uma situação política e jurídica estável não propicia a redução das tensões internacionais, determinou o governo que a delegação do Brasil à Assembleia Geral das Nações Unidas vote, na primeira oportunidade que se apresentar, pela aceitação plena das credenciais dos representantes da República Popular da Hungria e pela inclusão, na ordem do dia, da questão da representação da **República Popular da China**” (FRANCO, 2007, p. 52-53, grifos nossos).

Destacamos esse trecho, e nele a China socialista, pois o tema era uma espécie de anátema. Além de estar em discussão em praticamente todas as Sessões da AGNU desde 1950, vai estar vinculado diretamente à Guerra da Coreia, à tentativa de golpe contra Jango em 1961 e a campanha da legalidade etc. E lembramos, a China socialista só será aceita na ONU – em substituição da China capitalista (Taiwan) – em fins de 1971, através da resolução “A/RES/2758(XXVI)

³³⁴ De acordo com Corrêa (2007, p. 140) “Lafer chega a empregar a expressão ‘coexistência pacífica’ não obstante a sua conotação soviética” já em seu discurso à XVIII AGNU, seis meses antes, em 22 de setembro de 1960.

Restoration of the lawful rights of the People's Republic of China in the United Nations”³³⁵, a qual o Brasil votou contra, já sob a ditadura.

Quatro ideias nos chamam a atenção na parte da mensagem dedicada à “Europa”. O interesse de que os blocos normalizem suas relações em sua “fronteira mais viva” (à saber, a Europa); a reiteração, que não vemos ser frequente em posteriores discursos da PEI, da Alemanha capitalista (RFA) como “verdadeira expressão política da Alemanha”; o “vínculo perene com o povo português”, que vai tantas vezes justificar vacilos na execução de uma política que se propõe anticolonial; a esperança de que pudesse vir da Europa Capitalista qualquer apoio “decisivo ao desenvolvimento econômico do Brasil e da América Latina”, inclusive através de uma aludida complementaridade entre os “interesses europeus” e brasileiros. Particularmente essa esperança vai, ao longo da execução da PEI, dando lugar a alegados incômodos em relação à política comercial da CEE, que desde o tratado de Roma de 1957 vinha aprofundando a “deterioração dos termos de troca” e prejudicando o comércio brasileiro (FRANCO, 2007, p. 52-54).

Os dois maiores tópicos da Mensagem se referem ao “mundo afro-asiático” e à “Política continental”. Quanto ao primeiro, expressa-se como “Não menos importantes, (..), do que os laços e pontos que nos ligam à Europa, são os interesses, aspirações e pontos de contato entre o Brasil e os povos da África e da Ásia.”, associando que “Com todos eles, praticamente, estamos irmanados na luta pelo desenvolvimento econômico, pela defesa dos produtos de base, pela industrialização, pela incorporação à vida nacional de todas as camadas da população” (FRANCO, 2007, p. 54). Em seguida alude novamente, de forma implícita, à uma democracia racial brasileira e coloca-se como anticolonialista, anti-imperialista e pró-descolonização, citando inclusive o caso argelino (FRANCO, 2007, p. 55). Há também menção à “imensa dívida que o Brasil tem para com o povo africano”, como uma das razões para a “aproximação com a África” (FRANCO, 2007, p. 55). Essa parte do discurso ainda alude à crise no Congo, contudo, muito mais para registrar que “O Brasil não vê por que deixar de confiar na inteireza e na capacidade do secretariado da organização [ONU], seu órgão permanente de

³³⁵ O pedido para que a questão fosse incluída na agenda veio de 17 países, alguns destacadamente membros do MNA: Albânia, Argélia, Congo, Cuba, Guiné, Iraque, Mali, Mauritânia, Iêmen do Norte, Romênia, Somália, Iêmen do Sul, Sudão, Síria, Tanzânia, Iugoslávia e Zâmbia.

contatos e execução”, isto é, para defender a atuação do então secretário-geral, o sueco Dag Hammarskjöld.

O último dos tópicos vai trazer mais uma série de fundamentos da PEI, já abrindo com o seguinte parágrafo: “As possibilidades de ação e, portanto, as responsabilidades do Brasil no **hemisfério ocidental são, evidentemente**, maiores de que em qualquer outra região.” (FRANCO, 2007, p. 56, grifos nossos). Em seguida faz uma alusão implícita à Cuba, sobretudo para defender o conceito de “autodeterminação”, declara-se “fiel ao sistema interamericano”, alude à OPA, e manifesta novas esperanças junto aos EUA e ao sistema capitalista, especialmente agora que “A disposição atual do governo norte-americano **parece ser a melhor possível**” (FRANCO, 2007, p. 57, grifos nossos).

A mensagem se encerra com um alegado interesse pela ALALC e por melhores relações políticas e econômicas entre os países da “família continental”, e com 15 “pontos” que resumem “a política exterior que o governo se propõe adotar” (FRANCO, 2007, p. 58), que reproduzimos abaixo:

1. respeito aos compromissos e à posição tradicional do Brasil no mundo livre;
2. ampliação dos contatos com todos os países, inclusive os do mundo socialista;
3. contribuição constante e objetiva à redução das tensões internacionais, quer no plano regional, quer no mundial;
4. expansão do comércio externo brasileiro;
5. apoio decidido ao anticolonialismo;
6. luta contra o subdesenvolvimento econômico;
7. incremento das relações com a Europa, em todos os planos;
8. reconhecimento e atribuição da devida importância aos interesses e aspirações comuns ao Brasil e às nações da África e da Ásia;
9. estabelecimento e estreitamento de relações com os Estados africanos;
10. fidelidade ao sistema interamericano;
11. continuidade e intensificação da Operação Pan-Americana;
12. apoio constante ao programa de Associação do Livre Comércio Latino-Americano;
13. a mais íntima e completa cooperação com as repúblicas irmãs da América Latina, em todos os planos;
14. relações de sincera colaboração com os Estados Unidos, em defesa do progresso democrático e social das Américas;
15. apoio decidido e ativo à Organização das Nações Unidas para que ela constitua a garantia efetiva e incontestável da paz internacional e da justiça econômica (FRANCO, 2007, p. 58-59).

Destes 15 pontos, além deles reiterarem parcialmente o que já havíamos apontado e que realmente serão ideias perenes na PEI ao longo dos três anos

seguintes, gostaríamos de chamar atenção para o ponto 7, visto a ênfase que o Brasil passará a dar às críticas às práticas comerciais dos europeus, para o ponto 11, que traz a OPA como base importante da PEI e a coloca também, em certo sentido, num nível de “política de Estado”, e o ponto 14, ao trazer o único país citado nominalmente nesse pretenso “resumo”, os EUA.

Finalmente falaremos deste que consideramos o quarto desses documentos um tanto “seminais” da PEI, o prefácio do San Tiago Dantas, que praticamente batiza a PEI. Esse texto é realmente muito interessante, mas fugiremos à tentação latente de fazer uma análise mais aprofundada das destacadas virtudes e dos vícios do mesmo e de seu autor, tentando focar mais nos aspectos que o tornam fundante, desenvolvedor e revelador da PEI. Conforme alertado por Franco (2007, p. 11), Dantas inicia o texto chamando para si o aspecto sistematizador e desenvolvedor da PEI. E, ao longo do próprio texto, também faz isso: sistematiza e desenvolve, como quando vaticina que o Brasil, naquele tempo, “aspira (I) ao desenvolvimento e à emancipação econômica e (II) à conciliação histórica entre o regime democrático representativo e uma reforma social capaz de suprimir a opressão da classe trabalhadora pela classe proprietária.” (DANTAS, 2011, p.9). Duas premissas agudas, no mínimo.

Em seguida ele argumenta que se levantaram, contra “essa posição política”, que “correspondia a interesses e aspirações permanentes da nacionalidade”, “a incompreensão de alguns, os interesses contrariados de muitos, e o zelo exagerado daqueles que temem, nessas circunstâncias, desgostar amigos poderosos, em geral mais compreensivos do que eles diante das posições brasileiras.” (DANTAS, 2011, p.9-10). Ou seja: argumenta que contra uma PEI nacionalista estavam basicamente os “entreguistas” e demais vinculados ao Bloco Capitalista e sua liderança. Em defesa da PEI, Dantas (2011, p.10) diz que “O povo a aplaudiu, entretanto, e rapidamente a assimilou, incorporando-a a seu ideário político, nela se apoiando para formular, na área de política interna, reivindicações paralelas ou complementares.”

Se acima trouxemos a tentativa da dupla Quadros-Arinos em sintetizar a PEI em 15 pontos, abaixo transcrevemos o esforço de Dantas no mesmo sentido, mas

em 4 pontos (ou talvez 5)³³⁶, quase um ano e meio depois da mensagem ao congresso de março de 1961, e já tendo colhido experiências práticas:

Creio que esse sistema - ainda hoje em pleno crescimento e em vias de enriquecer-se com novas experiências, que lhe serão acrescentadas na gestão do meu ilustre sucessor - ordenou-se dos seguintes pontos:

- A. contribuição à preservação de paz, através, da prática da coexistência e do apoio ao desarmamento geral e progressivo;
- B. reafirmação e fortalecimento dos princípios de não intervenção e autodeterminação dos povos;
- C. ampliação do mercado externo brasileiro mediante o desarmamento tarifário da América Latina e a intensificação das relações comerciais com todos os países, inclusive os socialistas;
- D. apoio à emancipação dos territórios não autônomos, seja qual for a forma jurídica utilizada para sua rejeição à metrópole (DANTAS, 2011, p. 10).

À partir dessa síntese inicial, Dantas irá desdobrar cada um desses pontos, com destaque para o ponto A, que é o que tem o desdobramentos mais amplos. Segundo o autor:

(A) A política de preservação da paz e da coexistência exprimiu-se, em primeiro lugar, no reatamento de relações diplomáticas com a União Soviética, em seguida, na atitude do Brasil contrária ao isolamento de Cuba no hemisfério, e à sua expulsão da OEA; e finalmente em iniciativas na Conferência do Desarmamento em Genebra **a que comparecemos como nação não alinhada**, por definição das próprias potências responsáveis pela escolha dos membros da Comissão especial (DANTAS, 2011, p. 10-11, grifos nossos).

Dantas argumenta que “Para o reatamento das relações com a URSS tinha o Brasil razões de ordem econômica e política”, sendo as primeiras relacionadas à “política de ampliação dos nossos mercados”, e as segundas à “opção feita em favor da coexistência como único comportamento condizente com a preservação da paz mundial.” E, propondo que “À coexistência se contrapõe o isolamento” defende a curiosa tese de que “O Brasil se mantinha isolado da URSS, por motivos mais de ordem interna que externa”, atacando sutilmente os entreguistas, e que “[o Brasil] não sentia os inconvenientes dessa atitude por não aspirar a uma participação mais

³³⁶ De acordo com Dantas, para além dos 4 pontos que transcrevemos acima, “se deva acrescentar um quinto, que não chegou a alcançar expressão plena nos meses de minha gestão, mas que se materializou no convênio assinado com os Estados Unidos para auxílio econômico ao desenvolvimento do nordeste brasileiro. Refiro-me à política de autoformulação dos planos de desenvolvimento econômico e de prestação e aceitação de ajuda internacional.” (DANTAS, 2011, p. 10)

ativa nas responsabilidades da vida internacional.” (DANTAS, 2011, p. 11), novamente atacando os entreguistas e, em particular a política externa do governo Dutra. Após argumentar seus pontos de vista sobre a “coexistência” e seu histórico, vaticina:

Há, assim, razões de ordem política internacional e razões de ordem político-social, que amparam a tese da coexistência. Nela é que se fundou o reatamento das relações entre o Brasil e União Soviética, iniciado, no terreno comercial, durante a gestão do Sr. Horácio Lafer, e no terreno político, durante a primeira gestão do Sr. Afonso Arinos. Coube-me convertê-lo em realidade, vencendo a resistência obstinada de alguns setores conservadores apegados à atitude isolacionista (DANTAS, 2011, p. 12).

O reatamento das relações com a URSS foi um dos pontos mais importantes dos meses de Dantas no Itamaraty, inclusive com seu memorável “Discurso pronunciado na Câmara dos Deputados em 23 de novembro de 1961” (DANTAS, 2011, p. 45-99), no qual é inúmeras vezes interpelado por variados congressistas brasileiros, e sobre o qual Vizentini (1995, p.237) faz comentário lapidar:

O longo discurso transformou-se num áspero debate, onde o brilhantismo, a complexidade e a profundidade [e devemos acrescentar, uma épica polidez] da argumentação de Dantas tiveram de rebater pontos de vista basicamente apoiados num anticomunismo arcaico e obscurantista, cujo primarismo deixa o leitor perplexo.

Voltando ao Prefácio de Dantas, o mesmo sustenta que:

A coexistência está igualmente na raiz das atitudes do Brasil na Conferência do Desarmamento, em Genebra. A posição em que ali nos colocamos, desde os meus primeiros pronunciamentos, a que se seguiram os do Embaixador Afonso Arinos e os do Embaixador Araújo Castro, foi de cooperação ativa, para que as grandes potências nucleares se movimentassem no sentido do desarmamento progressivo e geral (DANTAS, 2011, p.13).

Se no desdobramento de seu ponto “B”, Dantas faz uma análise enxuta, ainda que possivelmente muito suave, sobre a relação da “autodeterminação dos povos”, o caso de Cuba e o “Tratado do Rio de Janeiro” (nesse caso, basicamente, a relação entre a PEI, Cuba e o sistema TIAR-OEA), o desdobramento do ponto “C” é maior e mais interessante.

Após uma exposição de dados, Dantas explicita “dever ser a conquista de mercados a tônica de nossa política econômica exterior”, chamando a atenção que

“Nossa política voltou-se para a América Latina, em primeiro lugar, e, em seguida, para os países socialistas, sem desprezo das possibilidades de incremento de comércio com os Estados Unidos e com a Europa Ocidental.” (DANTAS, 2011, p.15). E, após mencionar que o Brasil deu “apoio irrestrito” à ALALC, vai focar em dois dos principais tópicos brasileiros quanto ao comércio exterior: suas relações com os países socialistas e com a Europa capitalista.

Com relação aos países socialistas, o Ministério das Relações Exteriores fez tudo que se achava ao seu alcance para criar uma linha de intercâmbio, que deve adaptar-se, para lograr pleno êxito, ao tipo de transações característico dos sistemas de economia centralmente planificada. Nenhuma possibilidade de crescimento existe nessa área se o Brasil desejar esquivar-se às regras do comércio bilateral, planejando com as autoridades dos países socialistas, ao mesmo tempo, a compra e a venda de seus respectivos produtos. Haverá, porém, um horizonte promissor se nos decidirmos a tais transações, pois o comércio dos países socialistas é, juntamente com o do Mercado Comum Europeu, o que apresenta, nos dias de hoje, taxa de expansão mais elevada.

Com relação ao Mercado Comum Europeu, o Ministério desenvolveu ação múltipla para eliminar a situação desvantajosa, o que nos conduz a aplicação das normas do Tratado de Roma, de favorecimento aduaneiro dos chamados ‘países e territórios associados’. Os resultados estão sendo colhidos, ainda incompletos, mas já inequívocos, em algumas decisões que indicam a transitoriedade da discriminação (DANTAS, 2011, p.15-16)

No diminuto desdobramento do ponto “D”, de apenas três parágrafos, Dantas novamente defende a tese de que o Brasil tem uma política anticolonialista (e que “sempre teve implícita”) e a “autodeterminação dos povos”. Contudo assume com certa coragem que “Na linha anticolonialista do Brasil houve pequenos desvios de atitude”, mas estes teriam sido “apenas pelo desejo de dar a nações tradicionalmente amigas do nosso país oportunidades para que definissem, por movimento próprio, uma posição evolutiva em relação a territórios não autônomos confinados à sua administração”, se referindo básica e implicitamente a Portugal, mas também possivelmente à França e África do Sul. E sustenta que “Esses desvios foram, porém, superados e retificados na XVI Assembleia Geral das Nações Unidas” (DANTAS, 2011, p. 16) – no que nós, pessoal e parcialmente, discordamos. E discordamos na linha da argumentação que o próprio Dantas faz a seguir:

Cumpre notar que **no caso de Angola jamais o Brasil olvidou os laços de solidariedade histórica que o unem a Portugal**. Pelo contrário, o que tememos, ainda hoje, é que uma posição política

demasiado rígida comprometa o **papel que a cultura portuguesa** pode representar na África a longo prazo, e tornar difícil, senão impossível, a transformação dos vínculos atuais em outros, de caráter comunitário, **cuja preservação seria útil** a todos os povos de língua portuguesa e **manteria Angola e Moçambique no quadro cultural e político do Ocidente** (DANTAS, 2011, p. 16, grifos nossos).

Parece-nos que Dantas não consegue superar certa afeição a Portugal, nem dimensionar exatamente o que foi o impacto da colonização portuguesa sobre Angola e Moçambique, mas ao menos percebe a possibilidade de ocorrer algo como uma revolução socialista nos dois países, que os retirariam do “quadro cultural e político do Ocidente” (quadro que, para nós, seria precisamente o quadro em que se encontravam, de jugo colonial/imperialista, mas pelos textos típicos da PEI, esse “quadro” seria algo “cristão, livre, democrático” e coisas do tipo), o que de fato ocorreria menos de 15 anos depois.

Finalizando seu texto, Dantas ainda vai desdobrar um (anteriormente hipotetizado) ponto “E”, no qual ele propõe dizer “algo sobre a Aliança para o Progresso”, porém se limitando a:

acentuar que a política externa independente viu na Aliança uma forma avançada e construtiva de americanismo, desde que a prestação de auxílio técnico e econômico vá ao encontro - como, aliás, recomenda a Carta de Punta del Este - de planos formulados pelos próprios países e aplicados por seus órgãos nacionais (DANTAS, 2011, p. 17).

O Prefácio se encerra com mais algumas considerações e agradecimentos, para além do registro salutar do autor de que “Não seria possível deixar de concluir este prefácio com uma referência à obra de aproximação e entendimento entre os Estados Unidos e o Brasil”, que tão mal envelheceram.

Dedicamos essa parte de nosso trabalho ao que entendemos ser uma espécie de “nascimento” da PEI. No capítulo anterior pretendíamos trazer a “Formação da Política Externa Independente do Brasil”, em linha com o que havíamos feito com Suécia e Iugoslávia, até o ano de 1960. Contudo, se a política de neutralidade sueca e de não-alinhamento iugoslava já chegavam em 1961 “formadas” e em execução, o mesmo não aconteceu com a PEI. Digamos, numa analogia biológica e maternal, que nos capítulos sobre Suécia e Iugoslávia tentamos trazer a “concepção”, a “gestação”, o “nascimento” e alguns dos principais passos da neutralidade da primeira e do não-alinhamento da segunda. Porém, nessa mesma analogia, o capítulo sobre a formação da PEI brasileira acabou ficando mais na sua

“concepção” e “gestação”, até 1960. E nessa parte, que ora findamos, tentamos trazer seu “nascimento”. A seguir acompanharemos alguns de seus primeiros e principais passos.

Passos que entendemos baseados, a partir do que lemos, compreendemos, e escrevemos acima, e inspirados pelos autores analisados, serem guiados pelos seguintes pontos:

- a) “respeito aos compromissos e à posição tradicional do Brasil no mundo livre” isto é, compromisso com o “sistema interamericano” TIAR/OEA, e garantia de uma tendência inicial a posições pró-EUA, através de uma “fidelidade ao sistema interamericano”;
- b) Sensação de “pertencimento” ao “mundo cristão, democrático, livre e/ou ocidental”, ainda que não se explicita exatamente o que isso significaria;
- c) crença abnegada na possibilidade de uma real “colaboração com os Estados Unidos” e com demais países do Bloco Capitalista “em defesa do progresso democrático e social das Américas” e no mundo;
- d) “defesa da paz, da coexistência pacífica e do desarmamento geral”;
- e) “luta contra o subdesenvolvimento econômico” com “autonomia na formulação de projetos de desenvolvimento econômico e na implementação de ajuda internacional”;
- f) “o apoio aos princípios de não-intervenção e autodeterminação dos povos, dentro da estrita obediência ao direito internacional”, inclusive em casos polêmicos que afrontem aliados, como Cuba (que afrontava os EUA e os entreguistas brasileiros) e as colônias portuguesas na África (que afrontava Portugal);
- g) o apoio à emancipação dos territórios ainda não autônomos, sob qualquer designação jurídica;
- h) “a ampliação dos contatos em geral, e dos mercados externos em específico, para a produção brasileira, através de facilidades alfandegárias em relação à América Latina (como o fortalecimento da ALALC) e da intensificação do comércio com todos os países, inclusive os da comunidade socialista”
- i) “apoio decidido e ativo à Organização das Nações Unidas e seu fortalecimento”

Em suma, os nove pontos por nós explicitados acima constituem, para além de uma mescla dos 15 pontos de Quadros-Arinos da Mensagem para o Congresso,

e dos 4 pontos de San Tiago Dantas em seu prefácio (inclusive à partir das precisas “alterações” realizadas por Vizentini (2008, p.20)), uma síntese de ideias e temas que permeiam inúmeros dos discursos da PEI entre 1961 e 1964, desde seu “nascimento” até sua “morte”.

4.1.2 Não-Alinhamento e Independência em atividade

É comum em documentos e comentários sobre a neutralidade sueca, o não-alinhamento iugoslavo e a PEI brasileira a persistência da palavra “ativa”. Em vários momentos esses três países descrevem suas próprias políticas externas utilizando-se desse adjetivo, e o mesmo fazem estudiosos e comentadores. Alguns argumentam que o “Não-alinhamento iugoslavo” seria, por exemplo e precisamente, uma “neutralidade ativa”, isto é, diferenciado de outros tipos de neutralidade justamente por sua atividade³³⁷. Outros argumentam que a PEI brasileira não seria nem “neutralismo” nem “não-alinhamento”, mas seria ativa³³⁸. Outros, ainda dividem os momentos da política externa sueca em níveis de atividade, especialmente durante o governo de Olof Palme (1969-1976), quando esta teria sido muito ativa³³⁹.

Nesse sentido, e levando em conta documentos e obras analisadas, percebemos que em nosso período de estudo, as políticas externas iugoslava e brasileira foram, de certo modo, mais ativas que a sueca. E isso poderá ser percebido nas próximas páginas onde, inclusive pela maior abundância de fatos e documentos, parecerá ao leitor um maior enfoque às políticas externas iugoslava e brasileira do que à sueca.

Insistimos que uma das grandes mostras da vitalidade e da atividade da política externa iugoslava eram as longas e de certo modo frequentes viagens internacionais do líder do país, Marechal Tito. No ano de 1961 ele fez sua viagem mais longa de todas, uma viagem de 72 dias pela África, a partir de fins de fevereiro (JAKOVINA, 2017, p. 479). De acordo com Jakovina (idem), “Ficou claro

³³⁷ A relação entre o termo “atividade/ativa” e a política de não-alinhamento da Iugoslávia é muito recorrente, desde comentadores dela, como Calic (2019, p. 213) e Jakovina (2017, p. 461-509), até de verdadeiros partícipes como Leo Mates (1972, p. 76, especialmente a nota de rodapé 81).

³³⁸ Como em passagem do relatório de Araújo Castro sobre a conferência preparatória do Cairo, na qual ele afirma “a posição ativa e independente que o presidente Jânio Quadros vem procurando assumir.” (FRANCO, 2007, p. 112).

³³⁹ “Durante a primeira metade da década de 1960, a ‘ajuda do estrangeiro’ foi afastada da doutrina declaratória pela ‘doutrina da marginalidade’. Durante a segunda metade da década de 1960 surgiu a **‘política externa ativa’**, que transformou a imagem pública da política de neutralidade e da posição internacional da Suécia”. (DALSJÖ, 2016, s/p. grifos nossos)

que no ‘Ano da África’ Belgrado estava tentando desenvolver sua própria ‘política africana’ que não caberia em nenhum molde existente.”

O Galeb³⁴⁰ zarpou escoltado por quatro navios militares com 1.200 marinheiros, três aviões especiais e mais de 100 oficiais, para essa viagem de 72 dias, aportando em Gana (28 de fevereiro a 4 de março), Togo (4 a 7 de março), Libéria (13 a 18 de março), Guiné (20 a 24 de março), Mali (25 e 26 de março), Marrocos (1 a 6 de abril), Tunísia (9 a 14 de abril, e onde recebeu uma delegação do “Governo Provisório da República Argelina”, GPRA, dia 12) e RAU (17 a 22 de abril). (JAKOVINA, 2017, p. 479; ZDUNIC, 1980, p. 399).

Será uma marca importante das políticas externas sueca, iugoslava e brasileira uma aproximação com a África e variados níveis de apoios e iniciativas, sendo a Suécia com uma maior discrição, o Brasil com uma retórica mais pronunciada, mas ainda mais no discurso do que exatamente na prática³⁴¹, e a Iugoslávia com várias medidas, tanto teóricas quanto práticas.

De acordo com Jakovina (2017, p. 479-480), “a comitiva de Tito mal havia saído do Adriático quando a notícia do assassinato do presidente congolês Patrice Lumumba chocou o mundo”, reforçando a então crise congoleza, e, “Enquanto navegava ao longo da costa da África Ocidental, Tito propôs a organização de uma conferência de países do Terceiro Mundo.” Segue o autor:

Telegrafistas iugoslavos enviaram as mensagens ao primeiro-ministro Nehru, ao presidente ganês Nkrumah e ao líder indonésio Sukarno, expressando seu interesse na ideia. Sukarno aceitou. Nehru aceitou com alguma hesitação. Com Nasser, o colega mais próximo de Tito, ele conversava sobre tudo enquanto cruzava o Nilo até Helwan. A aprovação de Nasser e Nehru foi crucial para a mobilização dos países do Oriente Próximo, da Ásia e da África (Jakovina, 2017, p. 480).

No Brasil o governo Quadros, executando um programa parcialmente anunciado em sua campanha e em seu discurso veiculado pela Voz do Brasil, adota medidas austeras de estabilização econômica, como a suspensão de subsídios à gasolina, ao trigo e ao papel de imprensa importados e a desvalorização do cruzeiro em 100% para estimular as exportações, com a famosa adoção da instrução 204 da SUMOC em 13 de março (GARCIA, 2005, p. 183-185).

³⁴⁰ Navio presidencial da Iugoslávia.

³⁴¹ Isso perdurará por toda a PEI, como nos aponta, em um exemplo, a mensagem presidencial ao congresso brasileiro de 1963 (VIZENTINI, 1995, p. 278-279).

Para reforçar a satisfação das frações mais ligadas ao “entreguismo brasileiro”, no mesmo dia o presidente estadunidense, John Kennedy, anuncia a Aliança para o Progresso (ALPRO), basicamente um programa de assistência ao desenvolvimento para América Latina (exceto Cuba) criado em resposta à iniciativa brasileira da OPA³⁴² (GARCIA, 2005, p. 184).

Na política externa a PEI vai avançar em direção às relações com o Bloco Socialista e com os países africanos. Em 22 de março o Brasil cancela as credenciais dos representantes da Lituânia, Letônia e Estônia (FRANCO, 2007, p.60), reconhecendo os países como efetivamente integrados à URSS, e em 28 de março se restabelece as relações diplomáticas com a Hungria, Romênia e Bulgária³⁴³ (FRANCO, 2007, p.63), interrompidas desde a Segunda Guerra Mundial, e estabelece-se relações com a Albânia em 4 de abril³⁴⁴. Em seguida o jornalista João Dantas vai em uma missão especial à Europa Oriental para densificação das relações comerciais, culturais e científicas com os países socialistas, incluindo uma visita à Alemanha Oriental (RDA) (entre abril e junho) (GARCIA, 2005, p. 184).

Ainda em março, o Chanceler Afonso Arinos visita Senegal para as comemorações pela independência desse país, e o “escritor negro Raimundo de Souza Dantas é nomeado embaixador em Accra, Gana” no dia 28 (GARCIA, 2005, p. 184). Inclusive, a partir dos resultados de grupo de trabalho criado pelo Itamaraty, o Brasil abrirá uma série de novas Embaixadas na África, como em Senegal (26 de abril), Costa do Marfim (17 de maio), Nigéria (16 de agosto) e Etiópia³⁴⁵. O Brasil se esforça, assim, para se apresentar como uma efetiva “ponte entre África e o Ocidente”, para além do mero discurso.

³⁴² Algumas fontes, como Garcia (2005, p. 184), fazem uma associação, mesmo que contextual, entre o estabelecimento da ALPRO e mudanças realizadas pelos EUA no âmbito da “Escola das Américas” (então “*United States Army Caribbean School*”, renomeada em 1963), no Panamá, para o treinamento de militares latino-americanos em “guerra interna e revolucionária”.

³⁴³ De acordo com Garcia (2005, p. 184), as legações do Brasil em Sofia, Bulgária, e Tirana, Albânia, serão criadas apenas em 6/10 e 9/11, respectivamente.

³⁴⁴ Embaixada do Brasil em Tirana - Relatório de Gestão - Embaixador Francisco Carlos Ramalho de Carvalho Chagas.

³⁴⁵ As informações sobre a data exata da abertura da embaixada são difíceis de encontrar. No site do ministério das Relações Exteriores, por exemplo, na página dedicada às relações do Brasil com a “República Democrática Federal da Etiópia” o primeiro parágrafo se restringe a: “Brasil e Etiópia estabeleceram relações diplomáticas em 1951. A Embaixada do Brasil em Adis Abeba foi aberta nos anos 1960, mas desativada poucos anos depois, sendo reaberta em 2005. A Etiópia, por sua vez, estabeleceu embaixada residente no Brasil em 2011, a primeira do país na América do Sul.” (Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/republica-democratica-federal-da-etiofia#:~:text=Brasil%20e%20Eti%C3%B3pia%20estabeleceram%20rela%C3%A7%C3%B5es,pa%C3%ADs%20na%20Am%C3%A9rica%20do%20Sul..> Acesso em 01 mar. 2024).

Em 17 de abril ocorre (e fracassa) em Cuba o ataque anticastrista na Baía dos Porcos (*Playa Girón*), apoiado pelos EUA, pelo qual Brasil declara sua “profunda apreensão” (GARCIA, 2005, p. 184). Esse ataque, um mês depois da declaração da ALPRO, traz prejuízos à confiabilidade dos EUA como um parceiro americano, e pode ser entendido como um precipitador da declaração de Cuba como “República Democrática Socialista” em 1 de maio.

Esse ataque também terá repercussões para além da América:

A fracassada invasão de emigrantes cubanos na Baía dos Porcos, que ocorreu no mesmo dia em que Tito chegou a Alexandria (17 de agosto de 1961) [sic]³⁴⁶, na qual os dois políticos [Tito e Nasser] emitiram uma declaração conjunta, foi usada para enfatizar a necessidade de organizar aqueles países que não pertenciam a nenhum bloco. A fracassada invasão de Cuba contribuiu para dar ao novo presidente americano, JF Kennedy, uma má imagem no início de seu mandato. Além disso, nesse período, a noção de um estado imperialista pronto para interferir nos assuntos internos de outros países foi reforçada, enquanto a noção positiva da União Soviética foi fortalecida (JAKOVINA, 2017, p. 480-481)

Abril se encerra com o “Encontro de Uruguaiana” entre os presidentes Jânio Quadros e Arturo Frondizi, da Argentina, dia 22, onde se firma um Convênio de Amizade e Consulta entre os dois países, aberto à adesão de outros países do continente (GARCIA, 2005, p. 185). Os presidentes concordam em retirar tropas presentes na fronteira e iniciar esforços para superar a rivalidade bilateral (idem), em mais um aspecto de multilateralização de nossa política externa e de acercamento de nossos vizinhos latino-americanos promovidos pela PEI.

Em maio dois acontecimentos impactam as relações políticas e econômicas do Brasil: uma missão comercial visita Moscou, e há o “reescalonamento da dívida brasileira”, incluindo acordos com o Eximbank, com o Tesouro dos EUA, com a ALPRO e com o FMI, em valores superiores a US\$ 200 milhões³⁴⁷ (ARAÚJO, 1996,

³⁴⁶ Aqui o autor se equivoca, pois a data correta é 17 de abril.

³⁴⁷ “A operação foi realizada em quatro níveis. Primeiro, entre o governo americano e o brasileiro: aumento do prazo para o pagamento do principal (220 milhões de dólares) devido ao Eximbank até o final do 1º semestre de 1963. Esta medida é parte da prorrogação por um período de 20 anos de 305 milhões do total de 530 milhões de dólares devidos ao Eximbank. Estão previstos novos créditos ao Brasil através do Eximbank (168 milhões), Fundo de Estabilização do Tesouro (70 milhões) e ALPRO (100 milhões). Em segundo lugar, através do FMI, reescalonamento da dívida brasileira de 140 milhões de dólares e possibilidade de abertura de um crédito stand by. Efetivamente o Brasil recebeu 47,7 milhões de dólares em 1961 e 160 milhões em 1962, como resultado dessas negociações (FMI – ANNUAL REPORT 1961, 1962). Em terceiro lugar, negociações com os bancos privados americanos para prorrogação das dívidas no valor de 114 milhões de dólares.” (ARAÚJO, 1996, p. 279).

p. 279; GARCIA, 2005, 185). No mesmo mês, o embaixador Roberto Campos visita países da Europa Ocidental em busca de crédito nos bancos europeus. (GARCIA, 2005, p. 185).

Na Suécia sairá a terceira edição³⁴⁸ do “*Om Kriget Kommer*”³⁴⁹ (“Se a Guerra Vier”, em tradução livre), um didático manual ilustrado do que fazer sob variadas formas de ataques hipotéticos à Suécia. O manual “esclarece” desde os preparativos já realizados pelo governo sueco, até formas variadas de ataque (incluindo nuclear), e o que fazer, como e para onde fugir, onde e como se abrigar etc. Ainda que não seja nada explícito, certos sentimentos antirussos latentes na Suécia, associados às conexões reveladas entre Suécia e EUA, nos permitem deduzir com boa margem de segurança que se tratava de um panfleto “anti-URSS” – contudo salientamos que não há menções à URSS no panfleto, mantendo de certo modo a perspectiva de neutralidade.

4.1.3. A Conferência Preparatória do Cairo – 5 a 13 de Junho e aproximações entre Brasil e Iugoslávia

Se um dos principais acontecimentos de 1961 foi a Conferência de Cúpula dos Países Não-Alinhados realizada em Belgrado, em setembro, merece destaque também a “Reunião Preliminar da Conferência de Chefes de Estado e Governo de Países Não-Alinhados”, ocorrida no Cairo entre 5 e 13 de junho, e para qual, inclusive, o Brasil mandou João Augusto de Araújo Castro como observador.

Desde o início, a Iugoslávia desempenhou um papel crucial na organização da Primeira Conferência do Movimento dos Não-Alinhados (JAKOVINA, 2017, p. 481) e, para além de esperados momentos de convergência, também houve momentos de divergência e até tensão, na Conferência do Cairo, que reuniu entre outros países, além da citada Iugoslávia, Indonésia, Índia, Gana e o anfitrião, Egito.

³⁴⁸ As outras duas haviam sido publicadas em 1943, no contexto da Segunda Guerra Mundial, e em 1952.

³⁴⁹ Disponível em: <https://www.forsvarsmakten.se/siteassets/6-information-och-fakta/historia/psykforsvarets-historia/om-kriget-kommer-1961.komprimerad.pdf>. Acesso em 06/09/2023.

De acordo com Jakovina (2017, p. 482), por exemplo, algumas ideias apresentadas pelo presidente indonésio Sukarno seriam “muito radicais” e, portanto, dificilmente aceitáveis para vários líderes asiáticos. Especialmente para os indianos, que, no momento, desejavam ser anfitriões da vindoura conferência de cúpula – ainda sem local definido (idem). Os indianos estariam ainda, constantemente, “tentando expandir a lista [de convidados] de países neutros pró-ocidentais”, como no caso da Nigéria, que “foi convidada por insistência da Índia, mas [...] recusou o convite”, e da Venezuela que “também rejeitou o convite para participar” (idem). Inclusive:

A princípio, Nehru não estaria disposto a participar da conferência, sustentando que seria apenas uma reunião ampliada dos Cinco Grandes, como a realizada em Nova York um ano antes. Nova Délhi esperava que a reunião transcorresse sem ataques abertos ao Leste ou ao Oeste, que questões delicadas, envolvendo Berlim, Mauritânia, Pashtunistão e Israel, fossem omitidas e que o debate se concentrasse em questões globais (JAKOVINA, 2017, p. 482).

Para além de certos desconfortos indianos, a definição do local da realização da Conferência de Cúpula foi particularmente interessante, como inclusive irá notar o enviado brasileiro, como abordaremos adiante. Segundo Jakovina (2017, p. 483), Budimir Lončar, então conselheiro de Koča Popović em 1961, teria recebido a tarefa de garantir, na reunião preparatória, Belgrado como cidade anfitriã. A Etiópia, entendida pelo autor como “importante como país pró-ocidental da África”, seria claramente a favor da Iugoslávia, bem como um número considerável de outros países (idem). Cuba teria sido o único país a se opor à candidatura da “Iugoslávia até o fim” (idem):

‘O presidente cubano até ameaçou que os cubanos não participariam se a Conferência fosse realizada na Iugoslávia’, disse o próprio Tito ao presidente indonésio Sukarno. A insistência de Cuba na ‘liquidação do capitalismo’ e a pressão sobre uma grande potência era inaceitável. Por outro lado, os americanos estavam interessados em manter os países ‘descomprometidos’ juntos, sem aprofundar a divisão em blocos pró-ocidental e pró-oriental, o que lhes seria prejudicial. O embaixador de Kennedy em Belgrado, o famoso George Kennan, escreveu que achava que os iugoslavos tinham poder suficiente para lidar com as outras nações no Cairo, a fim de evitar tal desenvolvimento e que esperavam que algo assim não acontecesse (JAKOVINA, 2017, p. 483).

Como dito acima, o Brasil participou na condição de “país observador” da Conferência do Cairo, enviando o futuro ministro das Relações Exteriores Araújo Castro. E ele produziu um relativamente grande (e um tanto ácido) relatório, que na versão da obra organizada por Franco (2007), possui 20 páginas, e que oferece uma interessantíssima visão brasileira não só da Conferência do Cairo em si, como da noção de não alinhamento, de alguns dos países lá reunidos, e de aspectos da política internacional. Oferece, sobretudo, algumas das visões da PEI diante das iniciativas não-alinhadas de variados países subdesenvolvidos que, em tese, poderiam ter muitas convergências com o Brasil, e que entendemos como particularmente reveladoras da própria PEI.

O relatório de Araújo Castro sobre a conferência é realmente muito elucidativo também sobre o seu próprio pensamento (o que tem certa relevância em si, visto que o mesmo será o último dos ministros das relações exteriores da PEI), sobre a própria PEI e sobre como o Brasil via tanto o não-alinhamento em si quanto suas possíveis convergências e interfaces com a “nova política externa do Brasil”³⁵⁰, ainda que entremeado por críticas nem sempre implícitas sobre o funcionamento teórico e prático/burocrático dessa política. E por isso dedicaremos algumas linhas a este documento.

O relatório, tem, já em seu início, a ideia de que seria conveniente que o Itamaraty, com base no relatório, “fizesse um levantamento de posições assumidas pelos diferentes países em relação à política de não-alinhamento” advertindo que esta, “pela operação de um curioso processo semântico, não deve confundir-se com uma política de neutralidade” (FRANCO, 2007, p. 94, grifos no original).

Em seguida Araújo Castro realiza uma mistura de leitura crítica do conceito de não-alinhamento, com historicização do evento de acordo com sua perspectiva e qual o tipo de política que o Brasil estaria desempenhando:

Ninguém sabia, a rigor, o que fosse o não-alinhamento, quando, em 26 de abril de 1961, os presidentes Tito e Nasser sugeriram, em princípio, a realização de uma Conferência de Chefes de Estado dos Países Não-Alinhados, com a ‘finalidade de discutir problemas mundiais que prejudicam a cooperação internacional e constituem ameaça para a paz’. Evitava-se cuidadosamente a introdução do conceito de ‘neutralismo’, ‘neutralidade’, ou mesmo ‘neutralidade ativa’. A comunicação conjunta referia-se à ‘necessidade de uma atividade mais eficiente e mais bem coordenada de todos os países que se

³⁵⁰ Nos aproveitando aqui do título de Quadros para seu artigo para a Foreign Affairs.

esforçam no sentido da melhoria da situação internacional e do abandono da política de força, com vistas à solução construtiva das pendências e conflitos mundiais à preservação da paz'. O não-alinhamento não significaria, assim, indiferença ou alheamento aos problemas que contribuem para a caracterização da crise mundial; existe, pelo contrário, subentendida, a premissa, um tanto farisaica, de que somente os países não-alinhados, equidistantes dos dois blocos de potências, estavam em condições de contribuir para a gradual consolidação da paz. É verdade, entretanto, que os países não-alinhados têm seus problemas de paz e de guerra no plano bilateral. A RAU, por exemplo, ainda se considera tecnicamente em estado de guerra com Israel e impede a passagem de seus navios pelo Suez; a Índia tem uma pendência aberta com a China no tocante a uma faixa de suas fronteiras; a Indonésia tudo faz para forçar os Países Baixos a uma solução do problema da Nova Guiné Ocidental; a Iugoslávia sofre o impacto de problemas de convivência com alguns satélites soviéticos. O mundo é cheio de problemas e perigos de guerra, mesmo para os neutralistas e para os não-alinhados. Por isso mesmo, parecem eles tentados a alinhar um pouco mais as suas forças. Como tentamos definir, na breve declaração que fomos chamados a fazer no âmbito da Conferência do Cairo [...], 'nenhum país ou bloco de países, alinhados ou não-alinhados, tem um monopólio sobre a verdade, um monopólio sobre princípios ou monopólio sobre a independência'. E deve ser dito que, decorridos quase dois meses de intensíssima atividade diplomática, continua extremamente vago e difuso o conceito de não-alinhamento. Que é alinhamento? O Brasil é um país alinhado? Sabemos que não é neutro, que ideologicamente é parte do Ocidente. Podemos, entretanto, dizer com segurança que pertença ao 'bloco ocidental'? Na realidade, nenhum ato jurídico internacional nos vincula à 'defesa' do Ocidente. Não somos parte do Pacto do Atlântico Norte e o Tratado do Rio de Janeiro não nos obriga a agir militarmente senão na hipótese de atos de agressão cometidos dentro da faixa de segurança do hemisfério. Por isso mesmo, não creio que tenhamos grandes vantagens políticas em repetir que pertencemos ao bloco ocidental, porque uma rígida identificação com o moderno conceito político de Ocidente, caracterizado como aliança de países altamente industrializados, poderá dificultar nossos contatos com o mundo do subdesenvolvimento, onde poderemos encontrar excelente campo de ação para a dinamização da política exterior do Brasil. São, entretanto, claros e iniludíveis nossos compromissos no sistema interamericano. Juridicamente, não poderíamos a ele fugir e, politicamente, o seu abandono enfraqueceria consideravelmente o Brasil dentro do continente em que terá de viver. Por isso, sua reafirmação é indispensável, cada vez que sejamos chamados a explorar novos caminhos na vida da comunidade das nações. Talvez fosse mais certo dizer que o Brasil não está alinhado contra ninguém, mas alinhado na defesa do hemisfério, em virtude de obrigações claras e insofismáveis. (FRANCO, 2007, p. 94-96, grifos no original).

Ou seja, nessa longa porém reveladora citação, vemos aspectos dos limites e possibilidades da PEI como uma crítica, às vezes com laivos arrogantes, ao "não-alinhamento", apontando suas eventuais imprecisões e contradições, e um certo interesse em ser realmente independente na política internacional, ao se dizer não

pertencentes ao “bloco ocidental” (inclusive aludindo a eventuais ganhos econômicos e políticos nessa afirmação), mas admitindo fazer parte de um “sistema interamericano” sem perceber – ou ao menos, sem demonstrar que percebe – que esse “sistema” é ainda mais “polarizado” e submetido pela potência capitalista hegemônica, os EUA, do que o que se considera “Bloco Ocidental”.

O autor prossegue dizendo que o “convite de 18 de maio de 1961” havia sido “também firmado por Sukarno” e de uma forma “relutante” por Nehru, “para uma reunião preliminar no Cairo, a partir de 5 de junho corrente”, o que foi aceito por 20 países, que “assim parecem ter anuído à sua caracterização como não-alinhados: 1) Afeganistão; 2) Birmânia; 3) Camboja; 4) Ceilão; 5) Cuba; 6) Etiópia; 7) Gana; 8) Guiné; 9) Índia; 10) Indonésia; 11) Iraque; 12) Mali; 13) Marrocos; 14) Nepal; 15) Arábia Saudita; 16) Somália; 17) Sudão; 18) República Árabe Unida; 19) Iêmen; 20) Iugoslávia.” (FRANCO, 2007, p. 96).

Lembra que Venezuela e México foram convidados, mas não compareceram: a primeira alegando motivos que a excluiriam do “não-alinhamento”; e o segundo, “possivelmente interessado em conservar as portas abertas e um alto grau de mobilidade diplomática, limitou-se a alegar razões adjetivas (atrasos do recebimento do convite, impossibilidade de tomar-se decisão tão importante a prazo tão curto, etc.)” (FRANCO, 2007, p. 96).

Em seguida reforça que o Brasil, “**sem aceitar qualquer caracterização de neutralismo ou não-alinhamento**, resolveu enviar um observador”, lembrando que “Nenhum outro país enviou ‘observador’ ao Cairo”, e conjecturando que “A única explicação plausível para nossa atitude, aos olhos das chancelarias” seria que “a nova política exterior do Brasil desejava precisar em que consistia o não-alinhamento, a fim de determinar se era ou não possível, dentro do quadro de seus compromissos internacionais, examinar a possibilidade de seu comparecimento à conferência de cúpula”. (FRANCO, 2007, p. 96-97, grifos nossos).

O relatório prossegue atentando-se para o fato de “que a reunião preliminar do Cairo era de caráter processual, destinada a fixar data, lugar, agenda e ‘composição’ da conferência de cúpula” e que “A participação do Brasil, ainda que na qualidade de observador”, poderia ser interpretada como iniciativa de que não excluíamos a possibilidade do comparecimento do presidente da República “à reunião proposta pelos presidentes Nasser e Tito” (FRANCO, 2007, p. 97):

Tendo enviado ao Cairo um observador, não poderíamos repelir *in limine* um convite que possivelmente nos seria feito, sem que dêssemos a impressão de ter considerado atentamente o problema, já que havíamos admitido a possibilidade de virmos a ser considerados um país não-alinhado, embora não necessariamente um país neutro (FRANCO, 2007, p. 97)

Araújo Castro, vindo do Japão para a RAU “de última hora”, comenta que “No Japão, ainda nitidamente ‘alinhado’ ao lado dos Estados Unidos, vinculado a um Pacto de Segurança Mútua”, a Reunião do Cairo “fora objeto de tratamento muito discreto e parcimonioso nos jornais.” (FRANCO, 2007, p. 97). Também alude a um telegrama um tanto aleatório “em que a Secretaria de Estado excluía, de maneira total e absoluta a possibilidade de um comparecimento do presidente Jânio Quadros à Conferência de Cúpula” para formar sua posição diante da reunião, visto que não tinha instruções realmente oficiais, o que também motivou sua “atuação na conferência, dentro da mais absoluta discrição.” (FRANCO, 2007, p. 97-98).

De acordo com o observador brasileiro, seus contatos com os representantes da RAU, Iugoslávia e Cuba “insinuavam existir, da parte do presidente Jânio Quadros, uma atitude francamente afirmativa no que toca à possibilidade de seu comparecimento à Conferência de Cúpula”, o que contrastaria “com a recusa categórica, que se anunciara no telegrama do Itamaraty”. Para essas insinuações, frisou “aos três interlocutores que o Brasil não havia tomado posição quanto ao problema e, somente assim, se explicava o envio de um ‘observador’” (FRANCO, 2007, p. 98-99).

À medida que o documento avança, Araújo Castro passa a demonstrar uma certa antipatia por “Raul Roa, chanceler de Cuba” e algumas de suas intervenções, especialmente porque este insistia que tinha o conhecimento de que o Brasil compareceria sim como participante da cúpula, e meio que lamentando a postura atual do país de mero observador. O autor ainda diz que Roa “propusera a cidade de Havana como sede da Conferência de Cúpula”, surpreendeu-o “com a declaração de que somente a ausência do [então] embaixador [brasileiro em Cuba, e primeiro ministro das Relações Exteriores da Ditadura] Vasco Leitão da Cunha o fizera ‘optar pela capital cubana’”, pois haveria uma “instrução de Fidel Castro” para “tentar convencer o governo brasileiro da conveniência do oferecimento de Brasília ou Rio de Janeiro como sede da conferência” (FRANCO, 2007, p. 99). A importância do Brasil pode ser aquilatada, por exemplo, quando Araújo Castro se dizia “Interrogado

por todos os lados sobre a posição brasileira”, numa espécie de ansiedade e interesse de outros países por nossas posições.

Tentando abranger a postura dos demais representantes, o brasileiro relata que “percebia-se claramente que a Índia era muito pouco entusiasta da idéia da Conferência de Cúpula”, citando Nehru, que teria dito “que a Índia não se opunha, ‘em princípio, à realização de uma conferência’, mas era totalmente avessa à idéia da constituição de um novo bloco” – na interpretação de Araujo Castro, **“não se deviam alinhar demasiadamente as nações não-alinhadas.”** (FRANCO, 2007, p. 100, grifos nossos). Para ele a Índia “desejava a adoção de critério mais amplo e liberal nos convites a serem formulados”, o que oporia a posição do país a “Gana, Mali e Guiné (que falavam em Argélia, Congo e Angola)” e “desejavam que a agenda a ser fixada somente contivesse problemas de ordem muito geral, como o desarmamento, colonialismo, discriminação racial”. Na sua visão “A Índia queria ‘temas’ e não ‘problemas’”. (idem).

E prossegue dizendo que “Na reunião preliminar do Cairo, a Índia foi a direita conservadora, em contraposição à esquerda revolucionária de Cuba e Guiné”, visto que:

Nehru fez restrições a que se convidassem o governo provisório da Argélia (convidado para o Cairo e para Iugoslávia) e o governo Gizenga, do Congo (convidado para a Iugoslávia); Guiné, Mali e Cuba pareceram favoráveis a que na agenda da Conferência de Cúpula se incluíssem questões específicas como Angola, sendo que o chanceler Raul Roa desejava que o novo agrupamento político fosse aberto a todos os que praticassem ou professassem praticar a doutrina da ‘coexistência pacífica’. Ficou patente que Cuba, com sua ênfase na coexistência e desejosa de apenas excluir os ‘imperialistas’, estava consideravelmente à esquerda deste agrupamento de países não-alinhados (FRANCO, 2007, p. 101, grifos no original).

Tentando se desvencilhar da “impressão de que Cuba, ao proclamar aos quatro ventos sua identidade de vistas com o Brasil”, Araujo Castro interpreta que “A Iugoslávia e a República Árabe Unida não pareciam felizes diante da tese hindu” e que “Nasser e Tito visavam seguramente à organização de uma ‘terceira força’ no terreno político-diplomático, embora não necessariamente no terreno militar”, considerando ser “possível mesmo que visassem apenas a uma arregimentação de

tipo eleitoral, numérico, com especial reflexo no tratamento de algumas questões em certos órgãos internacionais” (FRANCO, 2007, p. 101)³⁵¹.

O relatório segue argumentando sobre os impasses entre “o ponto de vista da Índia, que desejava congrega em Bled o maior número possível de países”, e o “ponto de vista do ‘grupo de Casablanca’, que receava uma diluição do conteúdo político do novo ‘agrupamento’ de potências”, com Cuba sendo “favorável a um critério restritivo, que limitasse a participação aos ‘verdadeiros países neutralistas’”, mas insistindo “no sentido da formulação do convite ao México, Bolívia, Equador e Brasil”. Esse impasse sobre a “composição” atrasou “o encerramento dos trabalhos” da Conferência em mais de quatro dias, e esse assunto que “era o tema central da reunião preliminar”, “deixou de ser resolvido no Cairo” (FRANCO, 2007, p. 102).

Em seguida, em uma espécie de ato falho (ou não), Araujo Castro demonstraria o que julgamos uma das fragilidades da PEI, a falta de coragem, ao dizer que “Acertara eu com a Secretaria de Estado **a tática de fugir a todo e qualquer tipo de declaração**, enquanto não se houvessem votado todos os assuntos de substância da Reunião Preliminar.” (FRANCO, 2007, p. 102, grifos nossos). Nosso representante parecia estar confortável que, mesmo diante países em muitos aspectos menores e mais fracos que o Brasil, e também diante temas dos mais relevantes no mundo inteiro, fosse uma boa ideia “a tática de fugir a todo e qualquer tipo de declaração”.

O relatório traz um Roa um tanto impertinente, que teria insistido “no sentido de que o convite fosse formulado ao Brasil, México, Bolívia e Equador”, pois “Sendo Cuba o único país latino-americano habilitado a exprimir seu ponto de vista, já que o Brasil estava representado por um mero ‘observador’”, Roa anunciaria que Quadros “estava em condições de participar da conferência, caso fosse à mesma convidado”. Teria dito também “ser bastante provável que o Equador comparecesse”, que o “México deixara a ‘porta aberta’”, e que a “Bolívia compareceria, ‘caso o Brasil e Equador comparecessem’”³⁵². Um tanto indignado e contrariado, Araujo Castro acabou pedindo a palavra para uma manifestação formal desmentindo Roa quanto a posição brasileira (FRANCO, 2007, p. 102-103).

³⁵¹ A esta altura do relatório, Castro revela que a “Conferência de Cúpula”, se reuniria “na Iugoslávia (Bled, possivelmente) em 1º de setembro de 1961”. Como sabemos, a mesma será em Belgrado, capital do país.

³⁵² Cabe lembrar que Bolívia, Brasil e Equador irão comparecer a Belgrado, porém na condição de países observadores. O México não irá.

Caracterizando ainda mais a opção brasileira de “fugir a todo e qualquer tipo de declaração”, o relatório sublinha, literalmente, no fim de seu parágrafo 17 que, afinal, os convites para a Conferência de Cúpula seriam “formulados pelo governo de Belgrado, em nome dos países que participaram efetivamente da reunião preparatória do Cairo. (Entre esses países não está incluído o Brasil).” (FRANCO, 2007, p. 105, grifos no original).

Após expor os cinco “critérios de não-alinhamento” que guiariam “os convites a serem formulados”, Araujo Castro chega à conclusão que:

[...] esses cinco critérios conjugados, propostos pela Índia, autorizariam a inclusão de praticamente todo e qualquer país cujo comparecimento fosse julgado desejável pelos sócios fundadores do novo agrupamento político. **As únicas exceções se prenderiam, a rigor, à integração no Pacto de Varsóvia, no Pacto do Atlântico Norte, no Pacto de Bagdá, SEATO, etc. Prevalece claramente a intenção de não considerar-se o Tratado do Rio de Janeiro como tendo sido concluído ‘em função do conflito entre as grandes potências’. Esse é, entretanto, um ponto sujeito a discussão.**” (FRANCO, 2007, p.105, grifos nossos)

E alerta:

É praticamente certo que fortes apelos serão dirigidos ao Brasil, cuja posição estará aberta. Devemos tomar claramente a posição de que o Brasil não participa do comitê de representantes diplomáticos, mesmo a título de observador. No curso dos trabalhos da reunião preliminar, o nome do Brasil foi sugerido, em primeiro lugar, pelo Iraque e, posteriormente, com muita ênfase, por Cuba. Vários outros países foram lembrados, entre os quais, México, Equador, Venezuela, Suécia, Líbano, Libéria, Tunísia. Ficou claramente entendido que o comitê apreciaria os nomes de todos esses países (FRANCO, 2007, p.106, grifos no original e nossos)

Após explicitar qual seria a agenda da reunião de Cúpula³⁵³, Araujo Castro tece alguns comentários sobre o processo de escolha da sede para a mesma. A escolha teria oscilado “entre Cairo e Belgrado” e “A proposta de Havana (Roa transmitira oferecimento de Fidel Castro no sentido de que pagaria todas as despesas) não obteve qualquer receptividade.” Apesar de certas esperanças da RAU pela escolha do Cairo, o representante do país teria “habilmente” procurado

³⁵³ Que Araujo Castro interpreta como uma “agenda de caráter tão geral, que parece reproduzir os temários das duas comissões políticas da Assembléia Geral da ONU” e que “a Índia conseguiu, também neste particular, impor seu ponto de vista, com a implícita ameaça de não-participação, em caso de não aceitação.” (FRANCO, 2007, p. 107)

“disfarçar sua derrota com o forte endosso da Iugoslávia”, pois teria corrido “fortemente nos bastidores que uma das razões para o abandono do Cairo” residia “na convicção de que Negus da Etiópia se recusaria a ir à capital da RAU, caso fosse ela a sede da Conferência de Cúpula.” (FRANCO, 2007, p.107)

Em seguida o representante brasileiro diz ter procurado “com especial interesse, os representantes dos novos Estados africanos, que ora interessam, tão de perto, à ação internacional do Brasil.” Mas, apesar de ter encontrado neles “grande curiosidade por nossas coisas e pelos rumos de nossa política exterior independente” frisou “que todos têm consciência de nosso péssimo record na ONU em matéria de colonialismo” (FRANCO, 2007, p. 107-108).

Disseram-me que estão muito alentados com as enfáticas declarações anticolonialistas do presidente Jânio Quadros e com as novas posições brasileiras. Disseram-me, entretanto, muito claramente, que o ‘banco de prova’ de nossas intenções residiam nos casos de Angola, Congo e Argélia, na eventualidade de fracassarem as negociações que ora se processam em Evian. É, certamente, de notar-se o apoio dado ao governo Gizenga. Ninguém na reunião preliminar, nem mesmo a Índia e Camboja, que reservaram sua posição, ousou mencionar o nome de Kasavubu (FRANCO, 2007, p. 108)

Após elogios à “maturidade política e seriedade de propósitos com que os Estados africanos recém-constituídos se aproximam dos problemas internacionais” e ao fato de que “Seus representantes diplomáticos ficaram possuídos por uma idéia muito clara e muito direta do que desejavam no campo internacional”, defende que: “Se temos interesse em cultivá-los, devemos caminhar para o abandono definitivo de nossas posições antigas de compreensão dos interesses franceses e portugueses.” (FRANCO, 2007, p. 108). Ou seja, “pareceram, todos eles, ainda muito reservados em relação a nós, até que nossa posição melhor se firme no setor anticolonialismo”. Em outras palavras, que o Brasil deveria melhorar não apenas o discurso, mas, e sobretudo, suas práticas políticas.

Reforçando aspectos que consideramos um tipo de covardia, Araujo Castro reitera em seu relatório que ele aproveitou para, nas Atas oficiais:

reiterar os dois pontos fundamentais de minhas declarações: 1) o Brasil reservava totalmente sua posição no tocante aos resultados, conclusões e deliberações da Reunião Preliminar do Cairo; 2) **o Brasil reafirmava todos os seus compromissos diante do sistema interamericano, ao qual se conservaria fiel** (FRANCO, 2007, p. 109, grifos nossos).

Se encaminhando para o final de seu relatório, Araujo Castro relata uma “violenta campanha da imprensa soviética, desencadeada contra Nasser e a política exterior da RAU, no momento exato em que se reuniam no Cairo os países não-alinhados”, que viria “revelar que aos interesses de Moscou não favorece a configuração desse novo agrupamento político, que privaria o Kremlin da liderança no movimento anticolonialista, nota tônica de todas as declarações dos países não-alinhados³⁵⁴ (FRANCO, 2007, p. 110)

E, finalizando, Araujo Castro escreve uma “Conclusão” do relatório, onde registra suas “impressões pessoais” em 10 pontos. O primeiro já merece destaque pela eloquência e tipo de racionalidade expostas:

1. A aceitação, por parte do Brasil, de um convite de comparecimento à Conferência de Cúpula não implicaria necessariamente uma atitude neutralista ou de alheamento à sorte do Ocidente, ao qual estamos ideologicamente vinculados. **Reafirmamos no Cairo todos os nossos compromissos dentro do sistema interamericano** e dissemos que aos mesmos deveríamos conservar-nos fiéis. Se o convite agora for feito, se a nossa presença for agora solicitada, isso se fará com plena ciência de **nossa posição, que exclui o neutralismo**. Ninguém sabe precisamente em que consiste o não-alinhamento e os termos amplos da definição da Índia nos permitiriam a mais ampla liberdade de manobra. **O Brasil reafirmaria sua posição quanto à defesa do hemisfério, repeliria o neutralismo, mas não definiria formalmente sua posição como povo alinhado ou não-alinhado**. Surgiria, entretanto, toda uma série de especulações sobre os rumos de nossa política exterior, com graves reflexos sobre nossa ação diplomática no continente. O México, particularmente, não deixaria de explorar, a fundo, junto às chancelarias do hemisfério, as brechas que se ofereceriam com o delineamento de uma ‘nova’ posição brasileira. E é extremamente duvidoso que, pelos motivos que abaixo anotei, esses inconvenientes sejam compensados pelas vantagens políticas de nossa participação (FRANCO, 2007, p. 110-111, grifos nossos).

Ou seja, novamente as noções de não ser neutralistas, de estar ideologicamente vinculado ao “Ocidente”, de não se compreender o que seria o “não-alinhamento”. Mas com dois aspectos até então não explicitados: uma posição

³⁵⁴ E completa, num trecho que trazemos apenas para ilustrar a atmosfera ideológica da época: “Não parece procedente a suspeita de que a campanha de propaganda seja produto de um entendimento tático entre a URSS e a RAU, com o objetivo de tranquilizar alguns países ainda indecisos e recalcitrantes em relação à política de não-alinhamento.” (FRANCO, 2007, p. 110) Ou seja, ao que parece, havia a difusão, muito provavelmente por parte do Bloco Capitalista, de que “a campanha de propaganda” fosse “produto de um entendimento tático entre a URSS e a RAU”. Provavelmente um típico ancestral das atuais “Fake News”.

esquisita do Brasil em relação ao México e já uma insinuação de que talvez fosse mais vantajoso para o Brasil não participar da cúpula.

Em seguida o relatório prossegue advertindo que nossa participação numa conferência realizada num país socialista como a Iugoslávia seria “controvertida”, assim como participar numa reunião em que estivessem o GPRA e Gizenga devido à “nossa posição em relação ao reconhecimento de ambos os governos.” (FRANCO, 2007, p. 111).

Araujo Castro interpreta que “O novo alinhamento de nações não-alinhadas” seria “claramente orientado, no nível diplomático, por Tito e por Nasser, com vistas a fortalecerem a posição diplomática de seus países” e que “O agrupamento compreende grande parte da África, talvez sua parte mais atuante, mas não toda a África”, revelando que “Os países do ‘Grupo de Monróvia’”, que “procuram conservar sua ligação com as metrópoles, embora em base de igualdade [sic]”, pareçam “relutantes em aceitar qualquer identificação com este agrupamento” (FRANCO, 2007, p. 111). E conclui que “A identificação com uma das correntes africanas poderia assim, prejudicar nossa ação diplomática de aproximação” – ainda que desconsiderando a hipótese de que países recém-independentes que desejassem manter contatos com suas ex-metrópoles talvez não desejassem uma “ação diplomática de aproximação” de um país como o Brasil.

Num exercício de futurologia nosso futuro ministro assevera:

5. Coisa muito mais importante: o teor das declarações, proclamações e resoluções a serem formuladas na Iugoslávia terá um cunho de radicalismo anticolonialista, que estaremos dificilmente em condições de aceitar, sem reservas. Muito embora sejam muito amplos e gerais os termos da agenda, tudo indica que a França e Portugal, principalmente o último, receberão a mais forte e contundente condenação; tudo indica, outrossim, que uma posição muito firme será tomada na questão de bases militares estrangeiras (FRANCO, 2007, p. 111)

E que comparecer à Cúpula “e reservar nossa posição em face de todos estes problemas se traduziria em apreciável desgaste diplomático para o Brasil.” Explicando essa interpretação, Araujo Castro argumenta, com alguma razão, que “Em confronto com a de países muito mais radicais, nossa posição pareceria tímida e indecisa, em contraste com a posição ativa e independente que o presidente Jânio Quadros vem procurando assumir.” Logo, em seu entender, seria “preferível ser o

elemento mais avançado de uma corrente de conservadores a ser o elemento mais tímido e reacionário numa assembléia de radicais.” (FRANCO, 2007, p. 112)

Contudo o diplomata expressa a conveniência de se manter próximo aos países não-alinhados, “com vistas à conservação de nossa mobilidade diplomática” e prescreve algumas recomendações a Quadros, como mandar telegramas aos líderes não-alinhados com mensagens anódinas, porém simpáticas, de apoio. Também sugere o comparecimento do presidente na próxima AGNU “onde encontraria os chefes de Estado não-alinhados, em terreno nosso, onde temos experiência e onde teríamos, principalmente na área latino-americana, outros elementos de apoio.” E chama a atenção: “Nessa hipótese, teríamos, entretanto, de assentar meticulosamente, desde já, as bases de nossa atuação frente aos grandes problemas mundiais, de maneira a mais perfeitamente definir as bases de **nossa política exterior independente, não-alinhada contra ninguém, mas alinhada em favor da paz**” (FRANCO, 2007, p. 112, grifos nossos).

Em outra chamada de atenção, assevera que “o Brasil nunca desenvolveu uma ação política na Assembléia Geral da ONU; nunca compareceu à Nova York com plano de ação articulado, limitando-se quase sempre a uma reiteração de princípios e posições” e que “as Nações Unidas constituíram o melhor foro para uma mais perfeita caracterização de nossa nova política exterior, em bases de completa independência” (FRANCO, 2007, p. 112). E finaliza:

10. Tenho o entendimento de que a intenção do governo brasileiro é seguir a política mais independente possível, dentro do quadro de nossos compromissos e obrigações internacionais. Esse deveria ser o roteiro de nossa atuação no ONU. Sem problemas internacionais de caráter político, o Brasil possui, como nenhum outro país, uma perfeita mobilidade e uma potencialidade ilimitada de expansão diplomática. Dentro de uma linha de independência, poderemos aproximar-nos de todos os países do mundo, procurando novos campos de ação e de presença (Ásia e África), sem desprezar os antigos (América Latina e Europa). Nada, porém, será atingido sem planejamento político e sem flexibilidade diplomática e, sobretudo, sem o mais perfeito entrosamento entre os setores de formulação e definição e os setores de execução, porque estamos diante de um trabalho de paciência e de precisão, de nuances e de ênfase, num momento extremamente delicado da crise internacional e num momento em que, pela primeira vez, tentamos situar o Brasil no mundo e definir um linha política brasileira em função e dentro do contexto da política das nações. Estamos diante de um problema novo. Pela primeira vez se coloca, entre nós, o problema da política exterior e a colocação do problema não poderia ser feita sem divergências e controvérsias (FRANCO, 2007, p. 102-113, grifos no original)

Apesar de o relatório de Araujo Castro não enfocar tanto as possibilidades de relação entre Brasil e Iugoslávia, por exemplo, apesar de alguns comentários amistosos sobre os representantes do país³⁵⁵, um outro documento, mais atinente à historicização dessas relações merece ser mencionado. Lançado em 2019 por iniciativa do governo da Sérvia, “*Belgrade – Brasília, 80 years of diplomatic relations*” poderia ser considerado um “livreto” que acompanhou uma exposição sobre o tema realizada em Belgrado, pela ação conjunta dos “Arquivos da Iugoslávia”, do “Ministério das Relações Exteriores da República da Sérvia” e da “Embaixada da República Federativa do Brasil na República da Sérvia”, na comemoração da efeméride dos 80 anos de relações diplomáticas entre Brasil e Iugoslávia/Sérvia. Contudo constitui um documento de grande riqueza para um melhor entendimento sobre as relações destes dois países que entendemos, no período entre 1961 e 1964, estivessem mais próximos do que distantes em termos de política internacional.

Por exemplo, na introdução do livreto, realizada de forma muito competente por Dragan Bogetić, temos já uma contribuição em direção à nossa hipótese, quando o autor vaticina que:

Os tempos de mais próxima cooperação entre Iugoslávia e Brasil ocorreu durante o período imediatamente anterior e posterior à tomada do poder no Brasil pelo presidente Jânio Quadros e pelo seu sucessor político e partidário[?] João Goulart, ou seja, no período 1959-1964 (BOGETIĆ, 2019, p. 24).

Inclusive, como veremos a seguir, foi “Nesse período”, por exemplo, que “o Presidente Tito visitou o Brasil e foi a primeira, última e única visita do líder de um desses dois países em toda a história das relações iugoslavo-Brasileiras.”

De acordo com Bogetić (2019, p. 24), ao longo dos anos 1950, quando Brasil e a Iugoslávia socialista estabelecem relações³⁵⁶, apesar de certas intenções e iniciativas, “havia um considerável desinteresse mútuo em qualquer tipo de atuação

³⁵⁵ Como vemos na seguinte passagem do relatório, após as rusgas entre os representantes de Brasil e Cuba: “À saída, enquanto esperávamos nossos automóveis, o embaixador iugoslavo Rato Dugonjic batendo-me amistosamente nas costas, disse: ‘*Dans les mêmes circonstances, j’aurais fait la même chose et prononcé les mêmes paroles. Nous voulons savoir ce que pense le Brésil mais nous voulons le savoir du Brésil*’.” (FRANCO, 2007, p. 104, grifo no original).

³⁵⁶ Talvez o mais correto seja “restabelecer” relações, afinal, o Brasil já tinha algum nível de relações com o Reino da Iugoslávia desde 1929, fortemente comprometidas pela Segunda Guerra Mundial e as condições iugoslavas de país ocupado com um governo no exílio.

conjunta significativa na esfera das relações políticas internacionais, exceto ocasionalmente na Organização das Nações Unidas e em fóruns econômicos internacionais.”

Do ponto de vista comercial, a Iugoslávia estaria “interessada principalmente na penetração econômica no enorme mercado brasileiro para comercializar seus produtos industriais (especialmente na área de engenharia mecânica, construção naval, indústria elétrica e construção de pontes)” (BOGETIĆ, 2019, p. 24).

Ainda de acordo com Bogetić (2019, p. 24), essa cooperação terá perspectivas de melhora com a visita de Quadros à Iugoslávia em 1959, na qual foi recebido como “deputado e candidato presidencial e foi convidado da Assembleia Nacional”, tendo encontros com os “mais altos funcionários iugoslavos”³⁵⁷. Na interpretação do historiador sérvio “Pela primeira vez” foi discutido “de forma muito explícita a possibilidade de cooperação entre a Iugoslávia e o Brasil no contexto de uma atuação conjunta mais organizada **dos países não-alinhados da América do Sul** no âmbito da ONU e na esfera mais ampla das relações internacionais.” (Idem, grifos nossos).

E prossegue:

Até então, esse tipo de ideia, do lado brasileiro, era tratada como algo incompatível com **as obrigações do Brasil para com os EUA** no âmbito da Organização dos Estados Americanos. Também desta vez foi dada grande atenção ao imperativo de melhorar o comércio bilateral e a cooperação econômica. Contrariamente à posição do ainda atual governo brasileiro [JK], Quadros concordou com seus anfitriões que era necessário concluir um novo acordo bilateral para resolver os problemas relativos ao atual sistema de pagamentos e à fixação de listas de mercadorias mais aceitáveis, o que dificultava seriamente o desenvolvimento do intercâmbio comercial e da cooperação econômica da Iugoslávia e do Brasil (BOGETIĆ, 2019, p. 24, grifos nossos).

Bogetić (2019, p. 24-25) ainda apreende corretamente que “após a chegada de Jânio Quadros ao poder [...] ocorreram mudanças significativas na orientação da política externa do Brasil”, “no sentido de uma maior emancipação política e econômica dos EUA e de esforços para melhorar as relações com os países da Europa de Leste e com um grupo de países não alinhados”: “houve uma

³⁵⁷ “Presidente Tito, Presidente da Assembleia Federal Edvard Kardelj, Ministro dos Negócios Estrangeiros Koča Popović, Presidente da Comissão de Política Externa da Assembleia Nacional Aleš Bebler e Secretário Geral do Presidente da República Leo Mates.” (BOGETIĆ, 2019, p. 24),

convergência significativa das opiniões dos governos iugoslavo e brasileiro e uma manifestação significativa de maior interesse na melhoria da cooperação política e econômica bilateral.”

No contexto dos desenvolvimentos iniciais da PEI, e dos movimentos do Brasil tanto em sua ampliação dos fluxos e parceiros comerciais como de sua multilateralização em termos de política externa, o autor argumenta que:

No espírito dessa política estava a visita da delegação brasileira à Iugoslávia, em 25 de abril de 1961, liderada [...] [por] João Ribeiro Dantas, que resultou na assinatura do Acordo Econômico entre a Iugoslávia e o Brasil. Este acordo criou um quadro jurídico favorável para a eliminação de restrições graves de pagamento e liquidação, que até então tinham dificultado seriamente a expansão adicional do volume e da qualidade da bolsa de mercadorias. Previa que o intercâmbio regular de mercadorias com o Brasil ao longo de cinco anos, ou seja, de 1962 a 1966, seria da ordem de 240 milhões de dólares em ambos os sentidos. Além disso, foram determinadas listas de mercadorias a serem trocadas, bem como sua quantidade e valor. **Durante conversa com Tito, Dantas expressou a disposição do Brasil em participar da próxima conferência de líderes de países não alinhados como participante pleno e, nesse sentido, propôs que a cúpula fosse realizada na capital do Brasil - Brasília** (BOGETIĆ, 2019, p. 25, grifos nossos).

Em nossas pesquisas não conseguimos encontrar outras fontes que corroborem mais fortemente com o trecho acima destacado, nem sobre a conversa Tito-Dantas, tampouco a “disposição do Brasil em participar da próxima conferência de líderes de países não alinhados como participante pleno”, nem que haveria uma proposta de a cúpula fosse realizada em Brasília. Contudo chama a atenção, ao confrontarmos esse texto com o relatório de Araujo Castro, que há uma grande convergência entre o que está escrito acima e as posições que Araujo Castro julgou improcedentes vindas do chanceler cubano Roa na Conferência do Cairo. Numa interpretação preliminar, entendemos que dois fatores podem ter levado a esse conflito de versões: a “personalidade” de Quadros, tantas vezes tida como instável; e/ou a personalidade de Vasco Cunha, embaixador brasileiro em Havana, em quem Roa mostrava bastante confiança, mas que com o passar dos anos revelou-se alguém não tão digno dessa confiança.

De todo modo, nos parece nítido que os primeiros meses de ação da PEI foram marcados por reais convergências, aos menos discursivas e no campo das intenções, entre os distantes Brasil e Iugoslávia.

4.1.4. À Caminho da Conferência de Belgrado

Após a participação do Brasil como observador, e a não recusa (tampouco o aceite) da participação do país em Belgrado, o mês de julho de 1961 é fortemente marcado nas relações internacionais brasileiras por dois fatos: pela ampla reforma da estrutura administrativa do Ministério das Relações Exteriores, que cria divisões geográficas na Secretaria de Estado, e pela chegada ao Brasil Missão Soviética de Boa Vontade (GARCIA, 2005, p. 185).

Na Iugoslávia, reverberava os acontecimentos da Conferência do Cairo e iniciava-se os preparativos para a Cúpula de setembro. Esses fatos, envolvendo ambos os países, também reverberavam entre as lideranças dos EUA. Segundo Jakovina (2017, p. 483) o embaixador dos EUA em Belgrado, “o famoso George Kennan”:

[...] visitou Tito em Brijuni junto com o subsecretário Bowles em 30 de julho de 1961. O caso do Brasil, outro país que decidiu não participar da conferência como membro pleno, não foi discutido. A Iugoslávia culpou os Estados Unidos por isso por causa da pressão exercida, o que ficou evidente em uma carta enviada pelo embaixador norte-americano John Cabot ao governo brasileiro na recém-construída Brasília. Seria embaraçoso se Cuba fosse o único país latino-americano a participar da conferência de Belgrado, disse Tito, mostrando claramente mais uma vez que as relações entre Belgrado e Havana estão tensas.

Para o autor “não parecia problemático para Belgrado que alguns outros países europeus neutros não fossem convidados” para a cúpula, enquanto “Os americanos não estavam muito preocupados” com o fato de que, ainda segundo Jakovina “a Conferência de Belgrado seria o maior encontro de nações antiamericanas e antiocidentais, excluindo aquelas pertencentes ao campo comunista” (JAKOVINA, 2017, 483-484). Por seu lado, “os britânicos pressionaram entre os países neutros moderados a favor da participação na conferência”, esperando que “esses países, juntamente com a Iugoslávia, garantissem um curso mais moderado na conferência” (JAKOVINA, 2017, 484).

Em um memorando ao presidente Kennedy, “George Kennan escreveu que não havia muito que pudesse ser feito” contra a Cúpula, e que se devia “esperar pelo processo natural de desintegração”, sendo “sensato enviar jornalistas,

especialmente ‘jornalistas negros’, que testemunhariam a diversidade americana.” (JAKOVINA, 2017, 484).

De acordo com Jakovina (2017, p. 484-485) existia um “evidente antiamericanismo iugoslavo”, “reflexo de uma profunda e franca discordância sobre a sensatez de certas ações nas relações internacionais”, e que “a propaganda da mídia iugoslava foi muito mais dura e muito mais negativa do que as declarações privadas de Tito.” Para o autor “Os analistas da CIA” estariam “cientes da ambição da Iugoslávia”, que estaria “aspirando a uma liderança mais ampla” e também – contrariamente às principais afirmações contidas nos discursos de Tito e em documentos oficiais – “à criação de um bloco de países”³⁵⁸ que concordariam com “os princípios gerais de política externa e podem expressar suas opiniões ‘coletivamente’.” E prossegue afirmando que enquanto houvesse “tensões entre a União Soviética e os Estados Unidos”, haveria “uma oportunidade de ouro para países pequenos, como a Iugoslávia, pescarem em águas barrentas, escreveram diplomatas americanos.”

Acontecimentos definidores irão ocorrer na política brasileira entre fins de julho e fins de agosto de 1961. O ex-assessor de imprensa de Goulart, Raul Ryff, relatou a José Aparecido de Oliveira, secretário de Quadros, que o vice-presidente tinha recebido um convite oficial para visitar a República Popular da China, sugerindo que o presidente integrasse Jango na delegação econômica que seria enviada ao Leste Europeu e ao Oriente, inclusive Pequim (FERREIRA, 2023, s.p). E prossegue a autora:

Jânio aceitou a idéia e, em 5 de julho, a Câmara dos Deputados aprovou o projeto que autorizava a viagem de Goulart, iniciada no dia 28 seguinte. Em Paris, ele se juntou aos demais integrantes da missão: quatro representantes do Congresso (os senadores Franco Montoro e Antônio de Barros Carvalho, e os deputados Dix-Huit Rosado e Gabriel Hermes), além de Evandro Lins, Dirceu de Pasca, João Etcheverry, Raul Ryff e os componentes da missão comercial.

³⁵⁸ Como afirmamos acima, e demonstramos em nossa dissertação de mestrado, são numerosas as afirmações de Tito e em documentos oficiais tanto do governo Iugoslavo quanto do MNA que as iniciativas dos países não-alinhados não visavam a criação de um “terceiro bloco”. Isso está presente, por exemplo, no discurso de abertura da Conferência de Belgrado, que abordaremos à frente. Contudo, Jakovina (2017, p. 485) insiste que: “Os países membros do Movimento dos Não-Alinhados não puderam criar um terceiro bloco por falta de disciplina, coerência e interdependência econômica, enquanto alguns de seus líderes também careciam de maturidade. Às vezes, havia ainda menos laços políticos entre eles, mas o denominador comum era tão amplo que podia satisfazer a todos os participantes. Isso provou ser suficiente para manter todos os países do MNA juntos.”

Depois de percorrer os países previstos no programa, a comitiva chegou à China, onde visitou Hanchow, Cantão e Pequim, e foi recebida pessoalmente por Mao Tsé-Tung (FERREIRA, 2023, s.p)

A PEI estava em ação em direção aos países socialistas, mas também estaria, em agosto, em ação no próprio “hemisfério”. Em 5 de agosto se inicia a Conferência de Ministros de Finanças do Hemisfério Ocidental, em Punta del Este, que adota formalmente, no dia 17, a Carta da Aliança para o Progresso (GARCIA, 2005, p. 185). O tom “anti-Cuba” é marcante, e a presença, na América do Sul, do revolucionário argentino Che Guevara, homem tido como tão fundamental para as mudanças políticas e econômicas realizadas na ilha caribenha, causa uma série de celeumas, particularmente por seu encontro (às escondidas) com o presidente de seu país natal, Arturo Frondizi, e com o presidente do maior país da região, o brasileiro Jânio Quadros: “Durante sua volta da conferência, Ernesto Che Guevara, líder revolucionário de Cuba, é condecorado em Brasília por Jânio Quadros com a Grã Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul, a mais alta condecoração do governo brasileiro” em 19 de agosto (GARCIA, 2005, p. 185). A medida provoca uma certa histeria nas Forças Armadas e vários militares devolvem suas condecorações, além de demais manifestações negativas em vários setores da sociedade (VIZENTINI, 1995, p.221; CERVO & BUENO, 2015, p. 346; ARAÚJO, 1996, p. 281).

Frondizi seria derrubado, por fortes pressões da direita local, menos de 8 meses após o encontro, e Jânio, alegando sentir-se pressionado por “forças terríveis”, renuncia menos de uma semana depois do encontro, tendo permanecido menos de sete meses no cargo. O “entreguismo” latino-americano mostrava uma prontidão notável.

O encontro com Che parece ter reforçado a repulsa dos “entreguistas” brasileiros com a PEI, que seu representante levava à cabo. A pressão, por exemplo, contra a presença do vice-presidente João Goulart na China socialista e contra a posição do Brasil em Punta del Leste são ponderáveis. A partir da renúncia de Jânio, se inicia um tortuoso processo de sucessão. De acordo com Ferreira (2023, s/p):

A linha sucessória definida pela Constituição de 1946 previa a investidura do vice-presidente como primeira alternativa e na ausência ou impossibilidade deste, a do presidente da Câmara dos Deputados. Assim, Pascoal Ranieri Mazzilli assumiu interinamente o poder no próprio dia 25 de agosto. Entretanto, a perspectiva da volta de Goulart

abriu uma profunda crise no país, pois os ministros militares — marechal Odílio Denis, almirante Sílvio Heck e brigadeiro Gabriel Grün Moss formaram uma junta e, contando com o apoio de importante parcela das forças armadas e de um grupo de civis visceralmente antigetulistas, vetaram a posse do vice-presidente sob a alegação de que ela significaria grande ameaça à ordem e às instituições, colocando o país no rumo de uma guerra civil.

Por outro lado (outro lado do mundo, inclusive), no mesmo 25 de agosto da renúncia, a comitiva chefiada por Jango chegou “a Cingapura, onde João Etcheverry recebeu um telegrama da Associated Press informando sobre a renúncia do presidente Jânio Quadros na manhã daquele dia e solicitando a volta do vice-presidente ao Brasil (FERREIRA, 2023, s.p).

Segundo Ferreira (2023, s.p), “Nos dias seguintes, a conjuntura política nacional foi polarizada pela luta entre os partidários do veto e os defensores da legalidade, chegando a haver reais possibilidades de confronto militar entre os dois lados.”. Os militares tentam impedir a posse do presidente, mas enfrentam a resistência da Campanha da Legalidade, desencadeada pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, defendendo a posse constitucional de Goulart (GARCIA, 2005, p. 185-186). Se adota o regime parlamentarista como “solução de compromisso” em 2 de setembro e, depois de uma longuíssima viagem de retorno de sua missão aos países socialistas, e à China, em especial, João Goulart assume o governo em 7 de setembro, com Tancredo Neves como primeiro-ministro e o advogado e político carioca Francisco Clementino de San Tiago Dantas como ministro das Relações Exteriores (GARCIA, 2005, p. 186).

Três dias antes da renúncia do presidente brasileiro, o líder sueco faz um importante discurso, o “*metallta*” (ou “discurso do metal”, em tradução livre). O discurso foi proferido pelo primeiro-ministro Tage Erlander em 22 de agosto de 1961, perante o congresso do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica (AMAN, s/d, p. 5), e tinha, entre outros, um caráter de afirmação da política externa de neutralidade da Suécia. De acordo com o autor:

O primeiro-ministro sueco, Tage Erlander, fez um discurso em 22 de agosto de 1961 no qual rejeitou as especulações de que a Suécia procurava abandonar a **sua posição neutra e de não alinhamento na política externa** com vista a solicitar a adesão à Comunidade Econômica Europeia. A razão era que a CEE deveria ter uma parte política onde deveria existir uma ligação com a OTAN. Este discurso levou a uma discussão interna que foi **considerada o debate mais**

intenso sobre relações exteriores da história recente (AMAN, s/d, p.3, grifos nossos).

Aman (s/d, p.3) ainda argumenta que ele considera que três “interesses do Estado” em geral “estiveram presentes no discurso de Erlander”: “a sobrevivência física, a autonomia e o bem-estar econômico” do Estado sueco. E, numa análise da política interna do país, diz que “o Partido do Centro (*Centerpartiet*) estava de acordo com a posição de Erlander e coincidiu que era impossível conciliar a adesão à CEE com a posição neutra do Estado” e que “Tanto os social-democratas (*Socialdemokraterna*) como o Partido do Centro davam prioridade ao interesse da autonomia sobre o bem-estar econômico” – aqui o autor parece considerar coincidentes “bem-estar econômico” com “adesão à CEE”. E prossegue:

No entanto, havia aspectos do interesse da sobrevivência física nas opiniões dos social-democratas, que podem estar relacionados com o seu papel como partido do governo e, portanto, com a responsabilidade final. Os maiores críticos foram os partidos não socialistas: o Partido Liberal (*Folkpartiet*) e o Partido Conservador (*Högerpartiet*). Os dois últimos acreditavam que o país deveria procurar a oportunidade de abrir uma exceção à posição neutra quando se candidatasse à adesão e depois avaliar se seria possível reconciliá-la com o não alinhamento. Ambos tinham o bem-estar econômico como o seu principal interesse (AMAN, s/d, p.3).

Não nos parece muito equivocado estabelecer uma associação entre o Partido Liberal e o Partido Conservador suecos com os “entreguistas” brasileiros, aparentemente dispostos a sacrificar posições políticas mais soberanas em troca de uma eventual melhora econômica advinda de sua interligação/subordinação ao Bloco Capitalista (da qual a CEE era uma espécie de sócio majoritário, junto ao Reino Unido e ao grande líder do Bloco, os EUA).

Por outro lado, Aman (s/d, p. 3) lembra que “Outras críticas vieram do Partido Comunista (*Kommunistpartiet*), que se opunha a qualquer aspecto da cooperação europeia”, e que o partido teria também incluído “interesses de sobrevivência física e autonomia na sua argumentação”. Interessante também uma analogia do PC sueco com o PCB na época, de realizar críticas e oposições à política oficial pelo lado mais atrelado ao “nacionalismo” de cada país. De todo modo, o discurso de Erlander, e sua subsequente prática, sublinhará – ao menos do ponto de vista oficial – a política externa de neutralidade do país, com este permanecendo na EFTA e aderindo à substituta da CEE, União Europeia, apenas pouco mais de 3 anos após o fim da

Guerra Fria, em 1995, junto a outros dois neutros europeus que ainda não haviam integrado ao pacto econômico europeu: Áustria e Finlândia.

4.1.5 Setembro de 1961: Manutenção da PEI Brasileira

Em setembro os ânimos políticos no Brasil e na Iugoslávia estavam exaltados, ainda que por motivos inteiramente díspares. No Brasil se operava um golpe de Estado, liderado por militares e demais entreguistas, que se arrastava desde a renúncia de Jânio dia 25 de agosto, e que era inviabilizado pela Campanha da Legalidade de Brizola e por negociações entre lideranças políticas nacionais. Na Iugoslávia se iniciava, no próprio dia primeiro, a Conferência de Belgrado.

No Brasil temos os frenéticos eventos do desembarque de João Goulart, em Porto Alegre em 1º de setembro, da inusitada Emenda Constitucional nº. 4, instituindo o parlamentarismo no país no dia seguinte, o aceite pelos militares da posse de Jango no dia 5, e sua posse como presidente no dia 7 de setembro, com Tancredo Neves como primeiro-ministro (FERREIRA, 2023, s.p.). San Tiago Dantas, ao assumir como ministro das Relações Exteriores em 11 de setembro, vai se tornar um dos idealizadores (talvez o principal e mais reconhecido) da “Política Externa Independente”, iniciada no governo de Jânio Quadros.

Já em seu discurso de posse, Dantas assume que “No campo da política externa, a atitude do novo governo não pode deixar de exprimir a continuidade perfeita com aquilo que se vinha praticando, por meio desta Secretaria de Estado” (FRANCO, 2007, p. 161). E, argumentando quanto a esta continuidade, Dantas viria tocar em vários dos preceitos da PEI: uma “consciência do papel internacional reservado ao nosso país”; uma política externa “animada pelo objetivo nacional” de “assegurar, por todos os meios, o nosso desenvolvimento econômico, o nosso progresso social e a estabilidade das instituições democráticas em nosso país”; a “causa da paz [...] [que as] nações, grandes, médias e pequenas, são igualmente responsáveis”. Também reforça, em uma espécie de aceno a certos setores mais conservadores da sociedade, ser:

O nosso país [...] uma nação independente, [...] fiel aos princípios democráticos em que se funda a sua ordem interna, fiel aos seus compromissos internacionais, assumidos com a aprovação do Congresso Nacional [...].
[...]

[...] reafirmar a continuidade da sua linha política dentro da melhor tradição da democracia brasileira, fiel aos nossos ideais, às nossas tradições cristãs, a todos esses valores que formaram a nossa civilização e em defesa dos quais desejamos participar da vida internacional, provocando-os, defendendo-os, levando-os a todos os povos pelo valor intrínseco que neles se contém (FRANCO, 2007, p. 161-162)

Contudo não deixa de afirmar também que o Brasil seria:

fiel à grande causa – da emancipação e do desenvolvimento econômico de todos os povos – que nos levou a, com eles, nos solidarizarmos e a tomarmos, em todas as assembléias de que fazemos parte e em todas as ações diplomáticas que empreendemos, uma atitude, uma linha de conduta coerente e uniforme, em defesa da emancipação dos povos e pela abolição dos resíduos do colonialismo no mundo. Não podemos, também, deixar de ser nação decididamente empenhada na preservação e na aplicação do princípio de não-intervenção na vida dos povos. [...] temos sido e continuaremos a ser os defensores infatigáveis do princípio de não-intervenção e da autodeterminação dos povos em todas aquelas circunstâncias e momentos em que eles devem ser aplicados. E aspiramos [...] a uma dilatação cada vez maior das relações e dos contatos com todos os povos, não só porque desse modo nos habilitamos melhor para levar a nossa cooperação à grande obra da paz, como também porque sabemos que o nosso país, nos seus desígnios de desenvolvimento econômico, necessita cada vez mais de grandes mercados, pois o crescimento da nossa renda social exigirá inevitavelmente que importemos sempre mais e mais, e se temos de importar, temos de exportar e, por conseguinte, não podemos colocar limites às nossas necessidades de expansão comercial (FRANCO, 2007, p.161).

Pouco mais de duas semanas depois, na parte de “Política internacional” do “Programa de governo” que foi “Apresentado à Câmara dos Deputados pelo presidente do Conselho de Ministros, dr. Tancredo Neves, em 28 de setembro de 1961” temos a reconfirmação, através destes e outros aspectos, de que o Brasil permanecerá com a PEI como sua política externa. O documento vai destacar que “Não só neste, mas em qualquer outro regime, a continuidade é requisito indispensável a toda política exterior”, defende nossa “atitude de independência em relação a blocos político-militares”, ainda que afirmando que esta “não pode ser confundida com outras atitudes comumente designadas como neutralismo ou terceira posição, e que”, também, “não nos desvincula dos princípios democrático e cristão, nos quais foi moldada a nossa formação política.”

Ou seja: uma “Independência” que permita “que procuremos, diante de cada problema ou questão internacional, a linha de conduta mais consentânea” com

nossos objetivos “sem a prévia vinculação a blocos de nações ou compromisso de ação conjunta”, ressaltando “os compromissos regionais contidos na Carta da OEA e no Tratado do Rio de Janeiro”, e “sem prevenção sistemática em relação a quaisquer outras, de formação política ou ideológica diferente.” (FRANCO, 2007, p. 170-171).

O documento também reforça “a preservação da paz mundial” como “finalidade suprema e comum da ação internacional de todos os povos”, a “promoção do desenvolvimento econômico” com uma “rápida eliminação da desigualdade econômica entre os povos”, relacionando esse com a “promoção de um nível mais elevado de bem-estar para a humanidade,” e com a “preservação da ordem democrática e das instituições livres”, e associando “liberdade política” com justiça social e pela igualdade econômica. (FRANCO, 2007, p. 171).

Dantas alerta que “o pan-americanismo” correria “o risco de perder o sentido progressista que o animou desde as primeiras conferências interamericanas, se não se tornar um instrumento de luta pela emancipação econômica e social das nações deste hemisfério” (FRANCO, 2007, p. 172), chamando a atenção para uma certa urgência da aplicação da ALPRO de forma mais rápida e concreta. E prossegue dividindo o panamericanismo em 4 fases distintas, sendo uma “primeira fase [...] essencialmente jurídica e política” e a fase³⁵⁹ que “agora atravessamos” que:

há de ser predominantemente econômica e social, pois as nações americanas necessitam estimular e institucionalizar a sua colaboração recíproca para vencer os problemas de estrutura de sua economia e os problemas de elevação do nível de vida e de cultura de suas populações, sem intervir, contudo, em questões de ordem interna das nações, nem impor limites à autodeterminação dos povos (FRANCO, 2007, p. 172-173)

E reforçando suas esperanças nessa “quarta fase”, Dantas diz que ela é:

materializada na ‘Aliança para o Progresso’ e na Carta de Punta del Este, não favorece apenas o financiamento de projetos de caráter técnico e econômico, mas de programas sociais, transferindo para os países subdesenvolvidos recursos formados nos desenvolvidos e acelerando, desse modo, o processo geral de expansão econômica e de desenvolvimento social (FRANCO, 2007, p. 173).

³⁵⁹ Para Dantas, a segunda fase seria a de acordos bilaterais, na qual a CMBEU seria um exemplo, e a terceira fase seria caracterizada pela substituição dos acordos bilaterais pelos acordos multilaterais, e da qual a OPA seria um exemplo. (FRANCO, 2007, p. 172-173).

O documento ainda afirma, no contexto hemisférico, que se manterá contrário “aos blocos, às discriminações e às preferências” e “adotará uma política aberta, simultaneamente ao entendimento e à cooperação com todos os países deste hemisfério, numa base de absoluta igualdade.” Alude à ALALC e a uma maior aproximação com a Argentina e “Com relação a Cuba [...] manterá uma atitude de defesa intransigente do princípio de não-intervenção, por considerar indevida a ingerência de qualquer outro Estado, seja sob que pretexto for, nos seus negócios internos” (FRANCO, 2007, p. 173-174). Relembra as “causas profundas da revolução cubana e os desajustamentos sociais e políticos de que ela dá testemunho”, e argumenta que:

A instabilidade das instituições democráticas no hemisfério, a intermitência com que se reapresentam regimes ditatoriais, tem sua origem no subdesenvolvimento econômico, nas desigualdades sociais e no interesse egoístico de um certo tipo de empresas de âmbito internacional, que perturbam o funcionamento normal dos regimes e, muitas vezes, alimentam as sedições (FRANCO, 2007, p. 174).

Preconizando:

Se quisermos acautelar a democracia americana dos riscos políticos que a ameaçam, nossas atenções terão de concentrar-se em medidas de promoção do desenvolvimento e da emancipação econômica e social, únicas capazes de fortalecer a estrutura política desses países (FRANCO, 2007, p. 174).

Em parte dedicada ao Colonialismo, Dantas afirma “a posição de crescente solidariedade do Brasil com os povos que aspiram à independência”, através de três argumentos: “solidariedade moral” com os oprimidos pelo colonialismo; eliminação das “condições de prestação de trabalho e de operação econômica” que colocam os países colonizados, concorrentes com Brasil em certos produtos primários, “em posição artificial de concorrência no mercado internacional”; e a ideia de que “a eliminação do colonialismo se tornou indispensável à preservação da paz” (FRANCO, 2007, p. 175).

Duas das partes mais importantes do documento são as dedicadas às Nações Unidas e aos países socialistas. Na primeira destas, Dantas reforça a “defesa dos povos subdesenvolvidos” e nossa “responsabilidade política” pela paz e segurança mundial. Também reafirma que “manterá a posição de independência em relação aos diversos blocos em que se dividem os Estados-membros e votará, em

cada caso, tendo em vista os objetivos permanentes de nossa política internacional e a defesa dos interesses do Brasil.” (FRANCO, 2007, p. 176). Nos “temas que se transformaram em focos de tensão internacional” buscaremos não “reforçar posições”, mas sim “contribuir para a conciliação e o superamento de antagonismos”. Tanto no caso “do problema alemão”, atuando em prol de “medidas que visem a criar um ambiente profícuo à negociação e ao mútuo ajustamento entre os Estados diretamente responsáveis”, e de “encontrar soluções de equilíbrio, suscetíveis de aceitação pelas partes interessadas”, quanto nos casos “da China” e da “organização estrutural do secretariado”, apoiando “aquilo que melhor traduzir a realidade da vida internacional contemporânea”, rejeitando “qualquer artifício sustentado pela força ou pela inércia” que não podem contribuir “duradouramente para a manutenção da paz”. (Idem) Também afirma que “A política multilateral do desarmamento contará com o nosso decidido apoio e com a nossa ativa colaboração”, e que defendemos “a suspensão imediata das experiências realizadas com armas termonucleares”, “a limitação e a inspeção na produção de armas de destruição indiscriminada” e que “favoreceremos todas as medidas de desarmamento gradual que preencham o requisito da exeqüibilidade.” (Idem).

Quanto aos países socialistas, temos o tradicional argumento da PEI sobre a necessidade que o Brasil tinha de, em função de nossas “perspectivas de desenvolvimento econômico”, que exigiriam “um aumento considerável do volume de nossas importações”, “desenvolver paralelamente as exportações, o que nos obriga a procurar, com agressividade, colocação para os nossos produtos em todos os mercados estrangeiros” (FRANCO, 2007, p. 177), e nesse caso, inclusive os socialistas. Dantas sustenta que “Qualquer limitação ou abdicação, nesse particular, seria insustentável e redundaria, mais cedo ou mais tarde, em prejuízo do processo de nossa emancipação econômica”, o que torna definitivamente racional e necessária nossa aproximação econômica com os países socialistas.

Também comenta uma aproximação de caráter mais político, ao dizer que a posição do Brasil “no concerto das nações, especialmente entre os Estados-membros da Organização das Nações Unidas, não tolera as limitações e obstáculos à nossa ação internacional, que decorre da falta de relações normais com outros Estados-membros da mesma organização” (FRANCO, 2007, p. 177). Após defender “Essa normalização”, acena aos entreguistas pró-EUA, reiterando que ela “não tem qualquer significação ideológica, nem implica simpatia, ou mesmo tolerância, em

relação a regimes que se inspiram em princípios diversos dos que informam o sistema democrático representativo, que praticamos”, e que:

estão ao nosso alcance medidas [...] eficazes para impedir que, à sombra de relações comerciais ou diplomáticas mantidas com esses Estados, se favoreçam movimentos de infiltração ou de propaganda política, contrários à índole de nosso regime e às características de nossa civilização (FRANCO, 2007, p. 177).

Na penúltima parte do documento, Dantas dedica algumas palavras na direção de, “resguardada a linha de absoluta independência”, “As bases em que tradicionalmente assenta a nossa política, em relação aos Estados Unidos da América e às demais potências ocidentais, não sofrerão alterações” (FRANCO, 2007, p. 177) – o que é uma contradição flagrante, visto que ser “independente” em relação aos EUA “e às demais potências ocidentais” é precisamente a maior das alterações da PEI. E expressa uma certa esperança no papel dos EUA e na ALPRO, com possíveis inovações em sua política externa, e no papel da Europa como credora do Brasil.

E finaliza com um breve comentário sobre a “Reestruturação administrativa do serviço exterior”, sobretudo sobre a “a Lei n. 3.917, de 15 de julho de 1961, que deu nova organização à Secretaria de Estado, aos quadros de pessoal e ao regime de promoções” (FRANCO, 2007, p. 178), também nutrindo boas expectativas quanto a isso.

Ou seja, ao contrário do que era possível esperar, ao amplo desarranjo político que seguiu à renúncia de Quadros, semanas depois a política exterior do Brasil já estava suficientemente restabelecida e aprimorada, especialmente para o preparo da participação brasileira na XVI Sessão da AGNU, a qual o Brasil abriria em 22 de setembro.

Abordado os acontecimentos políticos brasileiros entre agosto e setembro, gostaríamos de destacar também os acontecimentos iugoslavos no mesmo período, especialmente a realização da Conferência de Belgrado. Nesse sentido destacamos um interessante ponto de vista sobre o período e os acontecimentos. De acordo com Bogetić (2019, p. 25, grifos nossos):

Embora o novo governo brasileiro [Jânio Quadros] planejasse participar ativamente da primeira cúpula dos países não-alinhados, devido à forte pressão dos Estados Unidos da América e ao seu esforço determinado para impedir a inclusão dos países

latino-americanos nas ações conjuntas dos países não-alinhados, a todo custo, o Brasil, na Conferência de Belgrado, em setembro de 1961, participou apenas como observador. Essa reviravolta influenciou adicionalmente a decisão de Jânio Quadros de renunciar ao cargo de Presidente do Brasil. Ele tomou essa decisão pouco antes da cúpula de Belgrado, chamando a atenção para o fato desta ação ter sido forçada pela influência de ‘forças obscuras do exterior’.

Apesar desta citação divergir em parte dos discursos que fornecemos anteriormente, sobretudo o relatório do observador brasileiro no Cairo, essa visão não deixa de ser interessante, especialmente por ser, de certo modo, consonante com o que o representante cubano no Cairo defendia, bem como com o que Cuba irá defender em Belgrado. Como apresentamos em nossa dissertação de mestrado, entre os cubanos teria circulado a interpretação de que Quadros havia sido deposto por forças reacionárias sob influência dos EUA, que o então governo brasileiro era ilegítimo, e que, portanto, o observador brasileiro enviado com o status de observador não deveria ser admitido (ESPÓSITO, 2019, p. 202). Apesar de o governo brasileiro, durante a cúpula, entre 1 e 6 de setembro, ser o de Ranieri Mazzilli – enquanto decidia-se sobre a posse ou não de Goulart – e, portanto, realmente carecer de certa legitimidade, o enviado brasileiro acabou sendo aceito na Conferência. Conferência agora sobre a qual vamos nos debruçar um pouco.

4.1.6 Setembro de 1961: a expansão do não-alinhamento iugoslavo

Em nosso entendimento, a Conferência de Cúpula de Chefes de Estado ou de Governo dos Países Não-Alinhados realizada em Belgrado entre 1 e 6 de setembro de 1961, tem imensa significação, sendo um dos mais reluzentes e importantes momentos não apenas a política externa não-alinhada iugoslava, mas de todas as iniciativas políticas realizadas por povos oprimidos, subalternos e/ou explorados em todo o mundo e em toda a História. Não à toa dedicamos uma parte expressiva de nossa dissertação de mestrado a ela³⁶⁰. E por isso tentaremos, em função de respeitar prazos, espaços e escopo, oferecer uma visão que seja suficientemente adequada do que foi tal evento, e buscando uma perspectiva diferente da já por nós apresentada em outro trabalho.

Sobre o país anfitrião, naquele momento histórico, diz Calic (2019, p. 192):

³⁶⁰ “3.6. A primeira Cúpula e a Declaração de Belgrado” (ESPÓSITO, 2019, p. 109-138), e “4.4. O MNA no OESP durante a Conferência de Belgrado” (ESPÓSITO, 2019, p. 184-266).

Em nenhum outro momento da sua história a Iugoslávia mudou tanto como nos vinte anos que se seguiram a 1945. A transformação socialista completou a profunda remodelação industrial das condições sociais que tinha começado antes da Segunda Guerra Mundial. Não deixou nenhuma área intocada. Tudo mudou: estruturas sociais e ocupacionais, ambiente urbano e arquitetura, estruturas familiares e papéis de gênero, atitudes, normas e costumes. A década de 1960 marcou uma fase de transição em que a sociedade já não podia ser caracterizada como rural-tradicional, mas ao mesmo tempo ainda não se tinha tornado totalmente urbano-industrial. [...] O milagre econômico, as maiores liberdades intelectuais e o intercâmbio internacional desencadearam um apogeu impressionante na arte, na cultura e no consumo e abriram oportunidades sem precedentes na vida de um grande segmento da população, razão pela qual este período foi mais tarde conhecido como ‘os anos dourados’.

E prossegue a autora:

Os iugoslavos definitivamente tinham mais dinheiro nos bolsos na década de 1960 do que nunca antes. Entre 1950 e 1965, o rendimento real cresceu cerca de 80% e a disparidade de riqueza em relação às nações industriais ocidentais diminuiu. Enquanto o rendimento nacional per capita na Alemanha Ocidental, Grã-Bretanha e França em 1955 ainda era quatro a cinco vezes maior do que na Iugoslávia, dez anos mais tarde a disparidade tinha diminuído para ser apenas três vezes maior (CALIC, 2019, p. 208).

Nos dizeres de Calic (2019, p. 193) os anos 1960 foram os anos da “transição para uma sociedade industrial”, com vários aspectos de “Uma sociedade industrial, finalmente!”, protagonista de um “Milagre Econômico” (2019, p. 208), portanto, nos termos da época, praticamente desenvolvida. E, levando isso em conta, associado aos esforços políticos e diplomáticos de Tito em direção aos países do Terceiro Mundo, a Iugoslávia poderia ser vista como um verdadeiro farol de possibilidades para variados povos do mundo, especialmente os descontentes com o capitalismo das potências imperialistas e desconfiados do / ou desconfortáveis com o socialismo soviético e similares.

É nesse contexto nacional que às 10 horas da manhã do dia 1 de setembro de 1961, em Belgrado, Tito abre a “Conferência de Chefes de Estado e de Governo dos Países Não Alinhados” (ZDUNIC, 1980, p. 399). Frequentemente referida como “Conferência de Belgrado”, foi a primeira conferência oficial do que viria a ser chamado Movimento dos Não-Alinhados. (ESPÓSITO, 2019, p. 81-82).

Um dos mais importantes fatores que contribuíram para a organização da conferência foi o processo de descolonização de vários países africanos e asiáticos

no pós Segunda Guerra, e que após muitos de seus principais líderes se reunirem em Bandung em 1955, ganham novo tipo de projeção em Belgrado em 1961.

Nesse sentido, articulando o surgimento desses novos países com a “Política de Blocos” da Guerra Fria, Kullaa (2016, p. 43) oferece o seguinte panorama:

O número de estados recentemente independentes cresceu exponencialmente após o fim da Segunda Guerra Mundial. Embora as Nações Unidas originalmente em 1945 tivessem 51 Estados-membros, esse número cresceu para 110 em 1961 e era cada vez maior. Entre os Estados recentemente independentes, grandes potências como a Índia, liderada por Jawaharlal Nehru, procuravam então os seus papéis como líderes nos assuntos mundiais. **O bloco ocidental em 1961 incluía provavelmente cerca de 25 estados (estados membros da OTAN, CENTO e SEATO juntamente com Taiwan, Japão, Israel, Espanha e África do Sul). O bloco oriental consistia nos oito estados do Pacto de Varsóvia e na Mongólia. Fora disto restavam quatro estados europeus neutros (Finlândia, Suécia, Áustria e Irlanda), 25 estados latino-americanos, 25 estados fora do bloco que não participaram na conferência de Belgrado e 25 estados que participaram na conferência inaugural do Movimento dos Não-Alinhados.** Um simples esboço mostra que o número de estados fora do sistema de bloco em 1961 ultrapassava facilmente os 78. A ideia de que, através dos números, estes estados poderiam um dia formar o seu próprio Terceiro Bloco não era completamente inimaginável, embora a principal preocupação entre os Estados Unidos e a União Soviética era estar alerta para evitar que se juntassem ao alinhamento oposto. **A própria Conferência de Belgrado atraiu tantos participantes quantos eram os países do bloco ocidental e,** assim, a sua organização atraiu a atenção da Casa Branca e do Kremlin já há cerca de quatro meses antes de ser realizada (KULLAA, 2016, p. 43, grifos nossos).

Foram vinte e cinco os países que participaram da Conferência de Belgrado: Afeganistão, Argélia, Birmânia, Etiópia, Gana, Guiné, Índia, Indonésia, Iraque, Iêmen, Iugoslávia, Camboja, Chipre, Tunísia, República Árabe Unida e Ceilão; enquanto três países, Bolívia, Brasil e Equador, foram observadores (ESPÓSITO, 2019, p. 117).

Como podemos ver, os estados europeus que exerciam uma política externa de neutralismo ou eram considerados neutros, Finlândia, Suécia, Áustria, e Irlanda³⁶¹, não participaram da Conferência de Belgrado em 1961. De acordo com Kulla (2016, p. 46-47), a ausência da Suécia em Belgrado se deu porque o país:

³⁶¹ Devemos incluir também a Suíça, como importante Estado neutro, porém desconsiderado pela autora em sua análise.

opôs-se veementemente a chamar a reunião de conferência de países neutros ou não-alinhados. Estava preparado para apoiar qualquer conferência empenhada em resolver problemas políticos internacionais e estava pronto para clarificar as suas próprias posições em assuntos internacionais, mas opôs-se a que a conferência de Belgrado fosse considerada neutra, pois, na sua opinião, claramente muitos dos seus participantes não eram. A Suécia também se opôs veementemente à formação de um terceiro bloco de qualquer tipo.

Ainda seguindo a autora (KULLAA, 2016, p. 46-47), “a Iugoslávia abordou e sondou a Áustria sobre a sua possível participação”, mas o país, ainda que não tenha condenado “a conferência, mas também não participou nela”.

Quanto à Finlândia:

Dos quatro estados, o que talvez estivesse mais disposto em relação à Iugoslávia e com relações bilaterais bem desenvolvidas era a Finlândia. [...] Falava-se muito em 1961 sobre a necessidade de as políticas externas do neutralismo europeu ‘se tornarem [mais] ativas’, mas este conceito permaneceu ‘vago e indefinido’, na melhor das hipóteses. À política externa finlandesa, que foi construída em resposta à União Soviética, ainda em 1961 faltava uma apreciação pelos assuntos internacionais mais amplos. Tuomioja [importante agente finlandês, que era o contato entre os governos finlandês e iugoslavo] explicou isso aos iugoslavos, mas levou o assunto diretamente a Kekkonen [presidente da Finlândia], que demonstrou um interesse surpreendente na conferência e discutiu o assunto várias vezes com Tuomioja. Kekkonen estava interessado em saber se os austríacos também foram convidados. Como foi dito, a participação da Finlândia, no entanto, permaneceu dependente da participação da Suécia e tornou-se, portanto, impossível. A explicação oficial foi que ‘seria prematuro para a Finlândia participar numa iniciativa tão grande’ e o adendo não oficial foi que a única oportunidade de participar na conferência ‘seria se a Áustria aceitasse o convite e a Suécia mudasse a sua posição’ (KULLAA, 2016, p. 46-47)

Os estados neutros europeus não seguiram a Iugoslávia no não-alinhamento em 1961 ou depois. Para Kullaa (2016, p. 46-47) “A conferência de Belgrado serviu como um momento em que a Finlândia se associou mais estreitamente à Suécia, Áustria e Irlanda e permaneceu focada na Europa.”³⁶² Em todo caso, para a autora havia ficado claro, “pelas muitas aberturas e convites feitos aos quatro países neutros europeus pelo gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros da

³⁶² Ainda, para Kullaa (2016, p. 47), além da recusa da Suécia e outros elementos, havia “também algumas diferenças básicas” entre as políticas externas de Iugoslávia e Finlândia, especialmente porque, o “neutralismo” para esta baseava-se “na compreensão de que, para evitar a invasão, a Finlândia tinha de demonstrar um compromisso de minimizar os riscos de segurança para a União Soviética”. Ou seja, provavelmente manter um perfil político mais baixo e passivo diminuísse muito qualquer tipo de possível má interpretação por parte dos soviéticos.

Iugoslávia, Koča Popović, e por toda a rede diplomática da Iugoslávia” que a sua política de não-alinhamento “ainda gostaria de incluir e associar a estes Estados europeus”, contudo “Isto tornou-se cada vez mais improvável após a formação do Movimento dos Não-Alinhados.” (Idem)³⁶³.

Ainda quanto à composição dos presentes, merece menção à divisão dos países recém-independentes sobre a crise do Congo, o que levou a uma cisão no seio das nações africanas e à criação dos “conservadores” (entreguistas?) Grupos de Brazzaville e Monróvia e do “nacionalista” Grupo de Casablanca (ESPÓSITO, 2019, p. 159). Todos os membros do Grupo de Casablanca participaram da conferência de Belgrado, incluindo Argélia, Gana, Guiné, Mali, Marrocos e República Árabe Unida, enquanto nenhum do Grupo de Brazzaville estava presente, e menos da metade do Grupo de Monróvia (apenas Etiópia, Somália e Tunísia) (idem).

Para Jakovina (2017, p. 485), “Tito foi um excelente anfitrião da conferência” e “Os convidados da África e do Oriente Próximo ficaram impressionados com a administração eficiente e vitalidade econômica e política de um país que vive seus anos mais brilhantes.” A todos os participantes da conferência foram fornecidas excelentes acomodações, políticos negros “foram recebidos com verdadeiro entusiasmo, o que parecia um milagre para países que haviam conquistado a independência apenas alguns meses antes” (idem).

A cúpula foi realizada pouco antes da XVI Sessão da AGNU, a fim de aprimorar a mensagem a ser enviada dela (JAKOVINA, 2017, p. 485). Já em seu discurso de abertura, Tito se manifestou contra os blocos e conflitos, e a favor “que os países que não pertencem a nenhum bloco” devessem se posicionar em questões de interesse geral para a paz e a humanidade.

O discurso de Tito na abertura da cúpula foi bastante lapidar, tanto no que tange ao não-alinhamento em geral, como no que tange ao não-alinhamento como política externa da Iugoslávia. Logo no início ele expõe a urgência de que os “países que não pertencem a nenhum bloco expressassem as suas opiniões sobre os problemas que preocupam o mundo inteiro” da forma mais “clara e inequívoca possível”, visto que estávamos, segundo ele, “à beira do maior desastre” da História (ZDUNIC, 1980, p. 249). Em seguida ele argumenta que esses países devem

³⁶³ “Embora o conteúdo do Movimento como tal não tenha sido bem definido, os seus temas não deixaram nenhuma região do globo intocada a partir de 1961 e, em comparação com as políticas externas europeias de neutralismo, era global e mais transnacional também já a partir de 1961.” (KULLAA, 2016, p. 48)

participar “nos acontecimentos internacionais” e que todos, e não apenas as grandes potências, têm “responsabilidade pelo futuro da humanidade”. (Idem)

Logo, lembra que a “Conferência de Bandung e os princípios que nela foram adotados, após a adoção da Carta da ONU” foi “a primeira manifestação forte da compreensão moderna das relações internacionais”, e que não foi “por acaso que estes princípios foram adotados” na Ásia, e por representantes afro-asiáticos, “em cujo solo” dos países “vive o maior número de habitantes do nosso planeta, que foram escravizados, privados de direitos e discriminados durante séculos” (ZDUNIC, 1980, p. 249). Também menciona a “Conferência de Casablanca” e seu “caráter” de autodeterminação dos povos africanos e de “não tolerar mais qualquer tipo de colonialismo” (idem).

Em seguida reforça (contra variadas impressões que corriam mundo afora na época) que:

tal como a conferência de Bandung e outras semelhantes depois dela não tiveram o objetivo de criar um bloco, **esta Conferência também não tem esse objetivo, pelo contrário - deveria expressar uma atitude negativa em relação à exclusividade do bloco, que não representa apenas um perigo para a paz no mundo**, mas ao mesmo tempo impede que outros países participem plenamente e de forma igual na resolução de problemas internacionais controversos (ZDUNIC, 1980, p. 249, grifos nossos)

Após esclarecer que os não-alinhados ali reunidos não ambicionavam criar um bloco, e expressar forte crítica a este tipo de política, Tito cobra as superpotências, argumentando que a “a maioria do mundo rejeita decididamente o uso da força como forma de resolver várias questões importantes”, afirmando que “os países que estão representados nesta Conferência, e muitos outros que não pertencem a nenhum agrupamento, representam a grande maioria da opinião pública mundial. Eles representam **a consciência da humanidade**” (ZDUNIC, 1980, p. 249, grifos nossos).

Tito segue lamentando a ilusão que ele alega ter existido, por muito tempo, de que as “grandes potências encontrariam um caminho para uma solução pacífica” e que “os países pequenos [...] não são competentes” para resolver os “problemas internacionais”, deixando-os à cargo das “grandes potências”. Admitindo que a “situação atual” é perigosa demais para continuar, seria “necessário concentrar

todos os esforços e forças amantes da paz do mundo, a fim de contribuir para a vitória da paz com ações enérgicas.” (ZDUNIC, 1980, p. 249)

Sustenta que os “países não alinhados” seguem uma “política pacífica”, “objetiva” e “construtiva”, que contam “não apenas com os” próprios povos, “mas também com as forças amantes da paz em todo o mundo, incluindo os povos dos países dos blocos”, e que ficariam felizes se conseguissem melhorar a “situação internacional” (ZDUNIC, 1980, p. 249)

Em seguida Tito diz que focará no que ele considera as “cinco questões mais importantes, que hoje ocupam cada vez mais não apenas os líderes do mundo, mas também todas as nações em geral”: “**o desarmamento geral**, a crise atual em torno de Berlim, **o colonialismo, os problemas econômicos e a ajuda aos países subdesenvolvidos**, e o que chamamos de coexistência ativa e pacífica” (ZDUNIC, 1980, p. 249, grifos nossos).

Quanto à “coexistência pacífica”, além de adicionar o adjetivo “ativa”, Tito critica a ideia de que a Guerra Fria (e seus blocos) seja uma coisa permanente, bem como “a política [...] conduzida a partir de uma posição de poder” que “ao mesmo tempo” defende “a coexistência”, alertando que estas “duas políticas [...] se excluem”. Nessa última parte revela-se uma crítica implícita a certas atitudes da URSS, que, apesar de costumeiramente sustentar posições em prol de uma “coexistência pacífica”, muitas vezes teria usado sua força (e se esforçado para aumentá-la) para manter sua posição na política internacional. E o iugoslavo avança, dizendo que “a coexistência” não seria “apenas uma das bases para a cooperação entre Estados e povos” e sim, “nas condições atuais”, “a única base sobre a qual a cooperação positiva pode ocorrer” e para a resolução dos “problemas contemporâneos”. Reforça que “No mundo não existem apenas [os] dois blocos”, e que “a maioria dos países que estão fora dos blocos [...] aceitam a coexistência pacífica e ativa como a única solução para evitar a catástrofe da guerra.” Portanto a “questão da coexistência” pacífica deve ser colocada em escala internacional, ser “não apenas entre países e povos com sistemas sociais diferentes, mas também entre países e povos com sistemas semelhantes” – aqui identificamos novamente uma crítica à URSS, visto o que a Iugoslávia passou durante o Período Informbirô e em alguns momentos posteriores. E vaticina: “A paz no mundo é indivisível” e as guerras são perigosas, sejam entre países com disposições internas diferentes ou “entre países com o mesmo sistema social ou semelhante”. (ZDUNIC, 1980, p. 249)

Tito explica que “a essência da coexistência pacífica e ativa” é o oposto da “guerra armada, como meio de ajuste de contas mútuo” e da “guerra fria, em todas as suas variantes”. Em outro momento que julgamos direcionado ao Bloco Socialista, temos que “Diversas informações erradas, propaganda falsa e hostil em geral, discriminação nas relações entre países e tolices semelhantes envenenam constantemente a atmosfera internacional e criam um fosso entre os povos.” Em seguida, já contra as superpotências em geral, considera “a corrida armamentista e a constante ameaça de resolução violenta, ou seja, armada, de questões controversas é o elemento mais importante da Guerra Fria”, mas que “não devemos perder de vista as várias formas de preparação psicológica, que mesmo a prática que mencionei acima baseia-se em elementos falsos, inventados e ofensivos da propaganda da Guerra Fria.” Para Tito, tudo isso também é contrário à “essência da coexistência pacífica e ativa”, e que “Remover esses elementos negativos da Guerra Fria da prática nas relações internacionais criaria condições sólidas para uma cooperação construtiva e versátil entre as nações (ZDUNIC, 1980, p. 249-250)

Se encaminhando para o final, Tito reconhece a “honra de sediar a Primeira Conferência de Chefes e Governos de Países Não Alinhados, que deu uma contribuição significativa para a melhoria da situação internacional”, e que haviam mais países em Belgrado do que houveram no Cairo, concluindo com isso que haveria uma “crescente afirmação da política dos países não alinhados” e apontaria “para mudanças significativas e novas condições que surgiram no mundo, para o aumento da força e influência da política de paz e de coexistência pacífica ativa.” (ZDUNIC, 1980, p. 250). Menciona a importância para “os objetivos que almejamos” a independência recente de inúmeros países africanos e o “seu envolvimento ativo nas relações internacionais” (idem). Por fim, relaciona o grande número de países participantes à força da ação de realizar a conferência, e revela-se convencido “da política vivificante que defende relações justas entre Estados e povos” e “que o crescimento da sua influência era inevitável”, pois:

esta política não tem fronteiras geográficas nem preconceitos raciais, e que não é prejudicada pelas diferenças nos sistemas sociais, mas que, retirando a sua força das mudanças progressivas ocorridas, encontra hoje um apoio cada vez mais amplo (ZDUNIC, 1980, p. 249).

Um dos motivos de o discurso de Tito, para além de sua intenção geral bastante internacionalista, ter tido momentos tão críticos à URSS se deveu, muito

provavelmente, ao reinício dos testes nucleares atmosféricos por parte dos soviéticos no dia anterior à abertura da cúpula³⁶⁴. Contudo, parte expressiva de representantes do Bloco Capitalista esperavam maior contundência da parte de Tito, talvez até uma certa beligerância, e ficaram um tanto frustrados³⁶⁵.

Na conferência, o príncipe Daoud, primeiro-ministro do Afeganistão, em uma afronta ponderável ao Bloco Capitalista, “elevou o clima [...] anunciando que o governo de Cabul reconheceria os revolucionários argelinos como os representantes legais da Argélia; Gana, Camboja e Iugoslávia fizeram o mesmo alguns dias depois” (JAKOVINA, 2017, p. 486).

Ainda de acordo com Jakovina (2017, p. 486) a Conferência “foi uma demonstração de um padrão de comportamento emocional anticolonial e antiocidental, em parte em conformidade com a visão soviética.” Contudo, certamente não é possível dizer que a Conferência tinha laços muito concretos com a URSS ou com o Bloco Socialista. Por exemplo, embora tenha havido tentativas de apelar pelo reconhecimento de dois estados alemães, tal declaração não foi incluída no documento final, o que pode ser entendido como “um golpe tanto para o líder da República Democrática Alemã (RDA), Walter Ulbricht, quanto para todo o bloco soviético” (JAKOVINA, 2017, p. 487).

Também nesse sentido, os países não-alinhados se recusaram a apoiar a iniciativa soviética da “Troika”, que visava incluir um país capitalista, um país socialista e um país não-alinhado com poder de veto, em vez de ter um único secretário-geral da ONU. (JAKOVINA, 2017, p. 487-488). Os países não alinhados também se recusaram a apoiar as propostas soviéticas relativas ao desarmamento e à proibição de testes nucleares; contudo “os soviéticos não foram criticados durante a conferência, enquanto o Ocidente, especialmente Portugal e França, foram constantemente atacados” (JAKOVINA, 2017, p. 488).

De um ponto de vista mais geral, alguns países foram considerados “pró-ocidentais, particularmente Ceilão, Afeganistão, Nepal, Camboja, Birmânia, Sudão e

³⁶⁴ “A questão que permanece sem resposta é se essa ação soviética, que ocorreu no primeiro dia da Conferência de Belgrado, foi motivada pela Cúpula dos Não-Alinhados ou para ofuscar as críticas à construção do Muro de Berlim algumas semanas antes.” (JAKOVINA, 2017, p. 486).

³⁶⁵ “Seja qual for o motivo, o embaixador americano Kennan ficou enojado com o discurso de Tito, embora muitos diplomatas americanos não concordassem com a reação cáustica de seu superior.” (JAKOVINA, 2017, p. 486).

Etiópia”, enquanto a Índia teria demonstrado uma posição “intermediária”³⁶⁶ - embora o primeiro-ministro indiano Nehru e o presidente ganês Nkrumah tenham sido selecionados para viajar a Moscou para apresentar a “Declaração sobre o Perigo da Guerra e Apelo pela Paz”, que foi adotada pelos participantes da conferência ao final desta (JAKOVINA, 2017, p. 488; ESPÓSITO, p. 134-137)³⁶⁷.

O líder indonésio Sukarno e Modibo Keita, do Mali, levaram a mesma carta a Washington (ESPÓSITO, p. 134-137). Para Jakovina (2017, p. 489) esta teria sido “uma oportunidade de ouro para o Mali”, pois Keita, “que era muito mais introvertido que Sukarno” e que havia sido “persuadido por Tito a participar da conferência durante a viagem deste pela África”, estava “Agora, cerca de um ano após a proclamação da independência do Mali” sendo recebido pelo presidente dos EUA “como representante de 25 estados”. Por isso que, para este autor, “o não alinhamento produziu resultados quase instantaneamente para as nações mais pobres, que se tornaram mais visíveis e encontraram proteção sob o teto do Grupo Não Alinhado.”

Na interpretação de Jakovina (2017, p. 491, grifos nossos):

A Conferência MNA aumentou o prestígio da Iugoslávia no mundo, ao mesmo tempo em que melhorou sua situação econômica. De certa forma, o não alinhamento tornou-se o caminho para a salvação da Iugoslávia e de Tito pessoalmente. O isolamento da Iugoslávia do Ocidente e do Oriente foi sério e genuíno. Tito poderia agora desempenhar o papel de líder. **O caminho buscado desde o início da década de 1950 foi finalmente encontrado.** Alinhar-se com qualquer aliança era errado e lutar contra tais políticas valia o esforço. **A Iugoslávia apoiou a revolução anticolonial, a verdadeira independência e a não interferência nos assuntos internos de outros países.** Como comentou George Kennan, isto praticamente significava que a política de qualquer país ocidental ou dos Estados Unidos em relação a qualquer pequeno país não pertencente à OTAN poderia ser criticada. [...] No Terceiro Mundo, os iugoslavos comercializavam ideias, muitas vezes abundantes. O Foreign Office concluiu em 1961, pouco antes da conferência, que do seu ponto de vista a influência iugoslava na África era mais positiva do que negativa. Embora os iugoslavos fossem marxistas, eles eram vistos como ‘hereges revisionistas’ e suas atividades não levavam à ‘inclusão de países africanos no bloco soviético-chinês’. Belgrado foi muitas

³⁶⁶ “O embaixador dos EUA na Índia, John Kenneth Galbright, informou ao Departamento de Estado que J. Nehru não estava nada satisfeito com o discurso de Tito na conferência” (JAKOVINA, 2017, p. 488).

³⁶⁷ “A visita de Nehru a Moscou foi acordada após a conferência de Belgrado. No início, ele era contra o papel de ‘carteiro’. No entanto, em 5 de setembro, Nehru confirmou aos jornalistas americanos que ele e Nkrumah pediriam uma nova reunião Khrushchev-Kennedy em nome do Movimento dos Não-Alinhados.” (JAKOVINA, 2017, p. 488-498).

vezes excessivamente ardente onde a crítica ao neocolonialismo estava envolvida e isso não era bom do ponto de vista dos interesses econômicos ocidentais. Segundo os britânicos, os iugoslavos apoiavam o 'verdadeiro neutralismo'. De qualquer forma, em países como Gana e Guiné, que já estavam perdidos para o Ocidente, isso representava muito menos perigo do que para os chineses ou soviéticos.

Jakovina (2017, p. 502-503) ainda pondera que a Conferência de Belgrado “é uma boa ilustração de todos os problemas importantes enfrentados pela Iugoslávia como líder informal, porém real, desse movimento”, contudo sustenta que “Toda a ideia não poderia ter tido sucesso sem a participação da Índia, um país que era maior do que todos os países membros do MNA juntos.” De fato, é difícil estabelecer uma liderança “real” para o MNA (ESPÓSITO, 2019, p. 83-86). Porém o destaque para a Iugoslávia é grande, dado os esforços políticos realizados por Tito pessoalmente e pelos responsáveis pela política exterior do país (Koca Popovic, por exemplo) bem como seu desenvolvimento econômico. Isso ajuda a explicar uma eventual preeminência se comparados a Índia de Nehru (grande territorialmente, imensa populacionalmente, e talvez demasiadamente moderada politicamente), à Indonésia de Sukarno (também gigante territorial e populacionalmente, relativamente arrojada em termos de política externa, mas talvez não suficientemente forte em termos de política interna) e ao Egito (recorrentemente envolvido com o problema israelense, e sem conseguir consolidar seu projeto de uma “República Árabe Unida” a contento).

Quanto aos resultados da Conferência, gostaríamos de destacar, além das cartas, de igual teor, enviadas para Krushev e para Kennedy, a própria declaração de Belgrado, que vai reiterar os princípios de Bandung e propor uma atividade maior para os países que operam fora dos blocos.

4.1.7 Pós-Conferência de Belgrado e a XVI Sessão da AGNU

Sob o impacto uma série de acontecimentos políticos de grande magnitude, dentre estes a Conferência de Belgrado, em 21 de setembro terá início a XVI Sessão da AGNU. Ainda que a XVI Sessão da AGNU não tenha o prestígio da XV, a mesma se encaminhava para sua realização na terceira semana de setembro com

ao menos quatro problemas considerados muito graves³⁶⁸: a questão alemã, agora algo escalada com a construção do Muro de Berlim na primeira quinzena de agosto; a retomada, pelos soviéticos, dos testes atômicos na atmosfera em fins de agosto; os desenvolvimentos da libertação argelina; e, sobretudo, a Crise no Congo.

Se essa crise havia ganhado um outro patamar com o assassinato de Patrice Lumumba no começo do ano e os desenvolvimentos políticos na região de Katanga, a crise se internacionalizaria ainda mais em setembro. No contexto de uma viagem pessoal do secretário-geral da ONU, o sueco Dag Hammarskjöld, para a região conflituosa, o avião em que ele voava é abatido, com a morte de todos os passageiros. É 18 de setembro, 4 dias antes da abertura oficial da XVI Sessão da AGNU, e agora a própria ONU encontra-se “acéfala” em função do conflito.

Nós objetivávamos fazer uma breve correlação entre os discursos de Brasil, Iugoslávia e Suécia no “debate geral” da XVI AGNU, porém isso não foi possível pois não houve declaração de nenhum representante sueco no contexto do debate geral da sessão iniciada em 1961. Para usarmos como uma espécie de comparativo do nível de atividade da política externa desses três países os seus discursos na AGNU, os números podem ser reveladores: nas 19 sessões que existiram entre a primeira, realizada em 1946, até o fim de nosso período estudado, a problemática XIX Sessão de 1964/1965, o Brasil realizou 19 discursos, inclusive, no período, instituindo a tradição de abrir o debate geral, mas nunca com um chefe de Estado ou de Governo; a Iugoslávia realizou 20 discursos, sendo 18 por enviados importantes como Edvard Kardelj, Koca Popovic e Vladimir Popovic, e dois pelo próprio Marechal Tito – inclusive em 1963, quando a Iugoslávia anotou dois discursos em dois momentos diferentes; e a Suécia, que só participou como membro da ONU à partir da segunda Sessão, de 1947, realizou apenas 10 discursos (descontando uma pequena intervenção de Agda Rossel, em resposta à África do Sul em 1960), os 8 primeiros por Osten Undén e os dois últimos por Torsten Nilsson.

³⁶⁸ O Koca Popovic, em seu discurso na XVI Sessão considera mais: “4. Tem havido um agravamento das relações entre o Oriente e o Ocidente, que se revelou nomeadamente em relação ao problema alemão e, mais particularmente, ao problema de Berlim. A corrida armamentista continuou e tem sido constantemente intensificada, sem que haja qualquer esperança de um acordo rápido. A União Soviética pôs fim à moratória que a França não respeitou sobre os testes nucleares, e os Estados Unidos, por sua vez, procederam a testes subterrâneos. Ao mesmo tempo, as conversações de Genebra foram suspensas. A guerra continua na Argélia, da qual a França é culpada. Em Angola, a luta pela libertação, face à repressão brutal por parte de Portugal, torna-se cada vez mais acirrada. A crise do Laos não foi resolvida devido à interferência estrangeira. Pela mesma razão, tem sido impossível normalizar a situação no Congo, sendo o alegado problema de Katanga apenas um instrumento de subversão nas mãos de colonizadores estrangeiros.”

Logo, percebe-se que, apesar de o secretário-geral da ONU ser um sueco desde 1953, a presença da Suécia, no que tange especificamente ao relevo político propiciado por discursos na AGNU, não era muito ativa. Contudo, para alguns elementos de comparação, selecionamos algumas das principais ideias expostas no discurso de 1960 de Undén³⁶⁹. Nesse discurso, o sueco basicamente reforça que “a Suécia não se considera pertencente a um bloco neutro” (p. 659), e dedica boa parte de seu tempo para “a crise no Congo”, defendendo o papel e as ações do secretário-geral (p.658-659), criticando implicitamente eventuais falas sobre uma possível tendência de Hammarskjöld favorecer o Bloco Capitalista no Congo, e julgando que “esta visão é uma expressão de um conceito dogmático, agora um tanto antiquado, da doutrina comunista sobre a luta entre as classes.” (p. 659)

Undén ainda defende as ações da ONUC em geral, apesar de eventuais falhas (p. 659-660) e argumenta que a presença da Suécia nela possui “total coerência com a política de neutralidade” do país. O restante do discurso é de análises e sugestões acerca do desarmamento, inclusive abordando três pontos para sua realização, e focando em aspectos técnicos e legais (p.660-661). Não nos parece despropositado supor que as ideias da Suécia não mudaram fundamentalmente de uma Sessão a outra, especialmente porque o governo manteve-se intacto no período.

O Brasil, como de costume, fez o primeiro discurso da XVI Sessão da AGNU. De acordo com uma análise de Corrêa (2007, p. 149-150):

A política externa independente, porém, seria reafirmada [...] duas semanas após a posse do Presidente Goulart e do Gabinete presidido por Tancredo Neves. Trata-se de discurso de notável clareza e de singular riqueza de conceitos, em que se expressa a determinação do Brasil de suplantare as disjuntivas empobrecedoras da confrontação ideológica e **assumir uma posição independente no cenário internacional**. [...] afirma a validade dos direitos humanos e dos direitos sociais; reclama ação solidária em prol do desenvolvimento e do desarmamento; proclama, sem os qualificativos e as ambigüidades anteriores, a adesão do Brasil ao processo de autodeterminação e a orientação anticolonialista e anti-racista da política externa brasileira; solicita autodeterminação expressamente para a Argélia e para Angola; pede respeito à soberania de Cuba e ao princípio da não-intervenção; e ressalta o direito do Brasil de manter relações com qualquer país, independentemente de sua ideologia ou regime político. **E de observar-se, porém, que, não obstante todas essas afirmações de independência no plano internacional, o Governo**

³⁶⁹ Disponível em: <http://undocs.org/en/APV.901>. Acesso em: 24 fev. 2024.

brasileiro declinaria integrar-se ao Movimento Não Alinhado, cuja primeira reunião de cúpula se celebrou em 1961 (grifos nossos).

Expandindo um pouco essa análise, gostaríamos de destacar que, de nossos três países estudados, apenas o Brasil manifestou, no debate geral da XVI AGNU um maior pêsame pela recente morte de Hammarskjöld, saudando sua memória e elogiando-o abertamente (CORRÊA, 2007, p.151). Sobre o mesmo tema, o discurso de Popovic³⁷⁰ apenas comenta que “Os trabalhos da décima sexta sessão avançam numa situação repleta de dificuldades e incertezas” e que “Esta situação foi fortemente marcada pelo trágico desaparecimento” de Hammarskjöld. (p. 81).

O discurso brasileiro feito por Afonso Arinos qualifica como “O problema principal é o da consolidação da paz” e lamenta “a guerra fria”, “não só pelas despesas da corrida armamentista, como pela insegurança universal”, em mais uma das convergências com os discursos iugoslavos e de certo modo com os suecos no período – ainda que a palavra “paz”, forte tônica dos discursos suecos, só apareça uma vez no discurso sueco em 1960, e ainda em uma citação literal de outra pessoa.

Também convergem com os discurso da Iugoslávia as críticas brasileiras à “intransigência” das grandes potências, o medo de uma “catástrofe para todos”, o desejo de que as nações menos armadas também influam nas decisões internacionais, o fortalecimento da ONU, a crítica da ideia soviética de substituição do “secretário-geral” pela “Troika” (ainda que, ao contrário dos iugoslavos, não cite a palavra)³⁷¹, uma maior intransigência em defesa do anticolonialismo, do antirracismo, da autodeterminação dos povos – inclusive com o destaque da questão de Cuba -, da liberdade de um país poder se relacionar com quaisquer outros independente de seus “sistemas”, e do desarmamento mundial – aqui também em forte convergência com a Suécia, sobretudo quanto a críticas aos testes nucleares em geral, e ao soviético em específico.³⁷² O parágrafo dedicado a este último tema, por exemplo, reforça essa convergência com a Iugoslávia:

³⁷⁰

Disponível

em:

<https://documents.un.org/doc/undoc/gen/nl6/204/79/pdf/nl620479.pdf?token=0GeKHQH3am9lr2AmLB&fe=true>. Acesso em: 24 fev. 2024.

³⁷¹ Para os iugoslavos a proposta da “Troika” seria “absurda”. (p.82)

³⁷² Ao contrário do Brasil, que foca mais no reinício dos testes pelos soviéticos, o discurso de Koca Popovic lembra que: “A União Soviética pôs fim à moratória que a França não respeitou sobre os testes nucleares, e os Estados Unidos, por sua vez, procederam a testes subterrâneos.”(p.81)

“defenderemos, sempre, o desarmamento mundial, mesmo em momentos, como o atual, em que ele pareça utópico. O Brasil sustenta que as Nações Unidas devem ser o órgão de debate e de controle do desarmamento mundial. **As economias feitas com o desarmamento poderão resolver o problema do subdesenvolvimento dos povos atrasados, o que muito contribuirá para a consolidação da paz.**” (CORRÊA, 2007, p. 155, grifos nossos).

Porém o discurso brasileiro traz vários exemplos de acenos aos EUA (e aos “entreguistas” brasileiros, dos quais, em muitos aspectos, o próprio Arinos não estava muito distante), de um idealismo exagerado e de um desconhecimento sobre o sistema capitalista. Exemplos dessas afirmações podem ser encontrados, quando Arinos (re)afirma que “O Brasil não desvirtua os elementos cristãos e democráticos da sua personalidade nacional, nem esquecerá no futuro – como jamais esqueceu no passado – a palavra que empenhou nos atos internacionais” (CORRÊA, 2007, p. 152). Outro exemplos aparecem quando Arinos diz que “países como o nosso podem ser fortes instrumentos de paz, embora desarmados para a guerra”, quando defende ser possível “universalizar, em todos os tipos de governo, as leis garantidoras da liberdade e da dignidade humanas”, quando, após argumentar sobre a existência de uma grande diferença Norte-Sul, diz que essa diferença “só será alcançada planejadamente, através do auxílio eficaz dos países desenvolvidos do Norte aos povos subdesenvolvidos do Sul”, desconsiderando que o principal motivo do avanço do “Norte” capitalista é, precisamente sua exploração – e impedimento de ascensão – do “Sul”.

Ademais faz uma boa citação do caso cubano (ainda muito permeada pela ideia de que, em algum momento, iria, na ilha, “prevalecer os ideais e princípios democráticos” que norteariam “o pan-americanismo”). Idealismo exagerado também encontramos quando Arinos, após fazer uma boa afirmação ao dizer que “O Brasil, antiga colônia, está construindo uma nova civilização, em território largamente tropical, habitado por homens de todas as raças” e que “Seu destino lhe impõe, assim, uma conduta firmemente anti-colonialista e anti-racista.” (CORRÊA, 2007, p. 154), emenda uma outra sobre “Nossas relações fraternais com Portugal e nossa amizade tradicional com a França” – ainda que, de certa forma, avisando-as que a partir de então seríamos mais “claros” em nossa posição anticolonialista.

Em seguida, após uma boa apreciação das questões específicas de Angola e Argélia, decide associar essas “lutas de libertação nacional” à “questão alemã”,

especialmente ao caso de Berlim dentro da Alemanha Oriental. Aqui temos uma divergência importante com a Iugoslávia: enquanto o Brasil advoga a existência de “um Estado uno” alemão (CORRÊA, 2007, p. 154), a Iugoslávia defende a aceitação da realidade *de facto* e o reconhecimento das duas Alemanhas.

Em outra relativa divergência com a política externa iugoslava (e numa aproximação com a política externa sueca), diz Arinos que: “A filosofia política do Brasil é a democrática. **Não somos neutralistas, no sentido de que não pertencemos a uma terceira posição, embora muitas vezes estejamos de acordo com o grupo de nações assim chamadas**” (CORRÊA, 2007, p. 155, grifos nossos).

Por fim, após uma crítica ao racismo da África do Sul, faz uma análise que entendemos altamente equivocada, de que “A luta entre o Ocidente e o Oriente é principalmente ideológica” que “Não são antagonismos econômicos nem conquistas de mercados que hoje separam os Estados Unidos e a União Soviética”, ocultando, por exemplo, o claro interesse dos EUA em impedir que vários países do mundo – inclusive o Brasil – realizem trocas econômicas com os países socialistas.

No sentido da (re)aproximação do Brasil com os países socialistas, cara à PEI, o discurso brasileiro faz uma crítica à ONU, dizendo que “favorecemos a discussão da questão da representação chinesa que, apesar de sua indiscutível importância, vem sendo evitada há muitas sessões”, e afirmando:

O Brasil tem uma posição ideológica definida, mas procura sempre, nas suas relações internacionais, inspirar-se no dispositivo do Artigo Primeiro, parágrafo 2, da Carta, que indica como objetivo desta Organização o de ‘desenvolver entre as nações relações amistosas fundadas no respeito ao princípio de igualdade dos direitos dos povos e de seu direito de autodeterminação, e tomar todas as demais medidas necessárias para consolidar a paz do mundo’. **Em consequência, as diferenças ideológicas não impedirão, por si mesmas, que o Brasil mantenha relações com outros Estados** (CORRÊA, 2007, p. 155, grifos nossos).

E encerra com alguns acenos à América Latina, reiterando vários pontos do discurso como a autodeterminação dos povos, o anticolonialismo, o antirracismo, “o progresso social e o desenvolvimento dos países atrasados”, a “liberdade democrática”, a “coexistência” e a “paz”, tudo isso sob uma peculiar “proteção de Deus.” (CORREA, 2007, p. 156).

Quanto ao discurso de Koca Popovic³⁷³, realizado 4 dias depois do brasileiro, em 26 de setembro, e para além dos comentários realizados acima, juntamente com o discurso de Arinos, destacamos alguns pontos em que se demonstra com mais clareza o perfil da política externa iugoslava. Logo em sua parte inicial, Koca, após argumentar panoramicamente a difícil situação internacional no período, nos diz:

5. Quais são, na nossa opinião, as razões para o desenvolvimento negativo das relações internacionais? Acharmos que existem duas causas fundamentais em ação. No primeiro plano, as potências coloniais, auxiliadas em vários graus pelos seus aliados no mesmo bloco, procuram de várias maneiras manter durante tanto tempo quanto possível a sua posição em África e noutros lugares. A segunda causa reside na tendência cada vez mais inflexível das grandes potências dos dois blocos para demonstrar e aplicar uma política de força, o que na verdade equivale a uma política de colocar o mundo à beira da guerra. O entrelaçamento destes dois fatores complica ainda mais a situação e impede que as verdadeiras causas das disputas e crises sejam identificadas (p. 81)

Se do mesmo modo que o Brasil, pondera sobre a “intransigência” e/ou “inflexibilidade” das grandes potências, a Iugoslávia, mais que o Brasil, culpabiliza com maior ênfase o Bloco Capitalista e suas práticas coloniais – ainda que não de uma maneira exatamente direta e explícita.

Em seguida Koca argumenta sobre a “poderosa declaração de posição por parte dos chamados países ‘não alinhados’”, do “grande número dos altos representantes destes países [que] reuniram-se na Conferência de Belgrado”, e na expressão “clara e detalhada” de “seus julgamentos e opiniões sobre a situação internacional e os principais problemas mundiais”, reclamando também das “censuras”, que, por variados e diversos motivos, sofreram os não-alinhados por essas ações.

Entre os parágrafos 9 e 11 de seu discurso, Koca desfia uma série de argumentos semelhantes à PEI, quando diz, por exemplo não considerar, a priori, “que um determinado ponto de vista seja pernicioso ou deva ser rejeitado simplesmente porque é endossado pela União Soviética ou pelos Estados Unidos”, inclusive alegando um “sincero prazer quando o número de tais posições comuns aumenta”. Também quando sustenta que “países que defendem uma política de

³⁷³ Disponível em:

<https://documents.un.org/doc/undoc/gen/nl6/204/79/pdf/nl620479.pdf?token=kAWFd4bKGROVQVAQOw&fe=true>. Acesso em: 24 fev. 2024.

não-alinhamento” devem definir e aplicar “as suas próprias políticas”, pois, “Caso contrário - isto é, se adotássemos o critério dos blocos - consideraríamos impossível prosseguir uma política genuinamente independente.” (p.81). Interessante essa passagem, sobretudo, pois demonstra um dos principais argumentos de Suécia e Brasil em não participarem da Conferência de Belgrado: uma espécie de receio de os não-alinhados transformarem-se em um outro Bloco.

Também se aproxima da PEI o reforço do anticolonialismo, da paz mundial, e de que cada povo tem o direito de escolher livremente a sua própria ideologia ou sistema social. Em seguida Koca relembra que a Declaração de Belgrado, produto da Conferência de Cúpula, traz a questão da paz, da redução da “área de antagonismo entre os blocos”, e de vários pontos da opinião da Iugoslávia “sobre os principais problemas internacionais” bem como as posições comuns dos países não-alinhados. Ainda comenta sobre a carta para Kennedy e Kruchev “pedindo-lhes que reatassem o contato”, negociassem, evitassem “um agravamento adicional da situação internacional” e encontrassem “uma saída para a crise”.

A seguir, pondera sobre desarmamento e a corrida armamentista e sobre as possibilidades e limitações da “Declaração Conjunta sobre o desarmamento feita pelos Estados Unidos da América e pela União Soviética” em 20 de setembro. E passa a advogar mais explicitamente a paz e o desarmamento, propondo a composição de um “órgão de negociação” (num apelo semelhante ao feito pela Suécia, em 1960) para esse fim, e “que esse órgão inclua representantes de países que não pertencem a nenhum bloco”, pois “A experiência dos últimos anos demonstrou amplamente que os blocos não podem, por si só, chegar a qualquer solução.” Ainda que acredite que “as negociações de desarmamento devem ser conduzidas exclusivamente sob os auspícios das Nações Unidas”, insiste “que uma sessão especial da Assembleia Geral, ou uma conferência mundial especial, seja convocada para considerar a questão do desarmamento, tal como proposto na Declaração de Belgrado”, e que estão de acordo sobre o princípio do desarmamento geral e completo, acompanhado de um rigoroso controle internacional” (p.82-83) – com este item também em forte convergência com o discurso sueco do ano anterior.

Em forte convergência com parte do discurso de Arinos, e da PEI em geral (e em continuidade com o discurso de Tito na AGNU anterior), os iugoslavos afirmam que apresentam:

“novamente aqui a proposta urgente de que se chegue a um acordo o mais rápido possível para congelar os orçamentos militares a um nível fixado por consenso comum e reservar, como garantia, uma percentagem fixa dos fundos assim obtidos para fins internacionais especiais, de preferência, com toda a probabilidade, para a criação de um fundo de ajuda aos países menos desenvolvidos. Não devemos esquecer que o mundo gasta cerca de 14 milhões de dólares em armamentos por hora – o que representa 336 milhões de dólares por dia e 120 bilhões de dólares por ano (p. 83).

Apresentando uma postura bastante “independente” e “não-alinhada” sobre a “questão alemã”, Koca aponta para a anormal “situação de Berlim”, para a existência de “dois Estados alemães, incorporados mutuamente em alianças conflitantes” e para “a fronteira Oder-Neisse” como “definitiva” – em divergência com a posição brasileira de uma Alemanha única. Em contradição com a posição do Bloco Socialista, reconhece “que um acordo deve garantir o acesso mais livre possível dos países ocidentais a Berlim Ocidental, bem como o direito da população de Berlim Ocidental de escolher o seu próprio sistema político e social” (p. 83)³⁷⁴.

Ainda tendo em tela a “questão alemã”, mas contextualizando-a no âmbito internacional – e em conformidade com nossa interpretação pessoal exposta anteriormente -, diz Koca Popovic:

30. O fato de sermos levados a perguntar-nos como encontraremos uma saída para a atual situação de Berlim prova que o problema existe. No entanto, pensamos que a principal razão pela qual assumiu a atual importância e agudeza é que os interesses das duas grandes potências em conflito estão diretamente comprometidos ali. **E isto pode prejudicar uma avaliação adequada da importância de outras situações, não menos graves, fora da Europa.**

31. **Digo isto como representante de um país europeu para o qual, geográfica e politicamente, este problema não é nem remoto nem sem importância. Parece-nos, no entanto, que, objetivamente, pelo seu conteúdo real e peso específico - isto é, pela forma como que dizem respeito aos interesses básicos dos povos comprometidos com a independência e a liberdade - problemas como os da Argélia, de Angola, do Congo, do Laos e de Cuba são certamente mais graves** (p. 83, grifos nossos).

Em seguida o iugoslavo aponta sutilmente a hipocrisia daqueles que defendem a “autodeterminação” do “povo alemão” com grande ênfase, mas não o fazem do mesmo modo para “todos os continentes”, reforçando que a Iugoslávia é “a

³⁷⁴ Em uma crítica que consideramos um tanto apócrifa, Koca ainda afirma que “Consideramos também anormal que ainda não tenha sido assinado um tratado de paz com a Alemanha”.

favor da autodeterminação para todos os povos e, conseqüentemente, para o povo alemão”.

Encerrando seu discurso, Koca ainda comenta as sugestões para o processo de sucessão do secretário-geral da ONU, advogando por uma solução, ainda que provisória (mas preferencialmente definitiva), pela escolha de “uma pessoa qualificada escolhida entre os países não alinhados”³⁷⁵, e as recomendações da “Declaração de Belgrado” para uma:

uma série de medidas destinadas a fortalecer esta Organização e, especialmente, a adaptar a sua estrutura e aspecto às mudanças positivas que ocorreram no cenário internacional e, portanto, na composição numérica da Organização, para que os vínculos que unem o mundo possam, através das Nações Unidas, ser fortalecidos (p.84).

Ainda que a Suécia não tenha realizado um discurso no relevante debate geral da XVI AGNU³⁷⁶, a mesma não estava exatamente alheia aos problemas internacionais mais candentes. Ao contrário: de acordo com Jonter (2024, p. 116) Osten Undén, vinha passando “a desempenhar um papel ativo” para uma “estratégia de desarmamento que visava desviar a Suécia do caminho das armas nucleares”, e havia proposto a criação de um “Atom-Free Club,” visando “convencer os estados que não possuíam armas nucleares a se comprometerem ainda mais a se abster de desenvolver, adquirir ou armazenar tais armas”.

Intentando “pressionar as potências nucleares existentes a entrar em negociações sobre um Tratado de Proibição de Testes Nucleares, que ele considerava um primeiro passo importante no caminho para o desarmamento nuclear completo”, “Em 1961, Undén intensificou os esforços de desarmamento da Suécia, pedindo a Alva Myrdal [...] para investigar a possibilidade de desenvolver um programa sueco de desarmamento.” (JONTER, 2024, p. 116). De acordo com esse autor, a opinião de Undén de que “os pequenos estados, especialmente os estados não alinhados, não podiam evitar assumir a responsabilidade dada a sua posição

³⁷⁵ De certo modo é isso que acaba ocorrendo, quando o Birmanês U-Nu assume o cargo.

³⁷⁶ Contraditoriamente, apesar de na “Dag Hammarkjöld Library” da ONU não constar nenhum discurso sueco na XVI Sessão, Jonter (2024, p. 116) diz que: “Quando a Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) se reuniu em Outubro de 1961, o Ministro dos Negócios Estrangeiros Undén abriu o seu discurso afirmando: ‘Nenhuma questão na agenda da Assembleia Geral é de maior importância do que o desarmamento.’”. Entendemos, pois, que este discurso fora realizado já fora do chamado “debate geral”.

entre os blocos oriental e ocidental” se tronou “um pilar essencial na emergente **política externa ativa sueca**” (Idem, grifos nossos):

A política de neutralidade tradicional e mais rigorosa começou a dar lugar a uma política externa não alinhada mais empenhada. Quando a Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) se reuniu em Outubro de 1961, o Ministro dos Negócios Estrangeiros Undén abriu o seu discurso afirmando: ‘Nenhuma questão na agenda da Assembleia Geral é de maior importância do que o desarmamento. Embora muitos dos aliados ocidentais se opusessem ao que passou a ser chamado de Plano Undén, a AGNU adotou uma resolução baseada em sua proposta em 4 de dezembro de 1961 (JONTER, 2024, p. 116, grifos nossos).

A resolução “1664 (XVI). *Question of disarmament*”, às vezes chamada de “*Undénplanen*”³⁷⁷ (ou “Plano Undén”) que defende, em suma “impedir novos testes de armas nucleares e impedir a maior disseminação de armas nucleares”, foi aprovada pela AGNU em 4 de dezembro de 1961 e tem uma história interessante. Os documentos da ONU trazem que a mesma foi aprovada por 58 votos “sim”, 10 votos “não”, 23 “abstenções” e 12 ausências, dentre os 103 membros votantes, contudo nós não temos os registros dessas votações disponibilizados.³⁷⁸ Buscado os documentos anteriores e “*drafts*” da resolução, chegamos ao documento “A/4980/Add.1 - Addendum. Agenda item 19 (XVI). (Part II) - QUESTION OF DISARMAMENT - Report of the First Committee (Part II)”³⁷⁹ cujo “Rapporteur” foi o Sr. Ralph Enckell, da Finlândia. Especificamente esse documento diz que o projeto da resolução havia sido apresentado em 17 de novembro de 1961 por “Austrália, Ceilão, Etiópia, Líbia, Sudão e **Suécia** (A/C.1/L.297), posteriormente co-patrocinado pela Tunísia (Add.1) e. Camboja (Add.2)”(grifo nosso). E que “Em sua 1208ª reunião em 30 de Novembro de 1961, o comitê adotou o projeto de resolução das oito potências” por “57 a 12, com 32 abstenções” – esta votação têm-se os registros. Observando a semelhança dos números entre a adoção do projeto de resolução em 30 de novembro e da própria resolução em 4 de dezembro (que em termos de forma e conteúdo praticamente em nada diferem), e deduzindo que não houve mudanças substanciais nas orientações dos países, o que percebemos é que a maior parte dos que votaram “a favor” dela foram os países pertencentes ao Bloco Socialista (URSS

³⁷⁷ A frequência da associação entre essa resolução e o ministro sueco é maior em fontes suecas, tais como o livro de Annika Norlin “*Undénplanen. Ett lyckat misslyckande [The Undén plan, a successful failure]*” (Göteborg: Statsvetenskapliga institutionen 1998).

³⁷⁸ Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/662129?ln=en>. Acesso em: 24 fev. 2024.

³⁷⁹ Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/841434?ln=en>. Acesso em: 24 fev. 2024.

inclusive), os países não-alinhados (Iugoslávia inclusive) e os países neutros (como a Suécia). Votaram “contra” basicamente os países da OTAN (EUA inclusive), e se abstiveram basicamente “os países latino-americanos” (mas não o Brasil, que votou a favor). Ou seja, podemos observar como o desarmamento (sobretudo o nuclear) realmente era uma convergência entre as políticas externas de Brasil, Suécia e Iugoslávia.

Na visão de Jonter (2024, p. 116-117, grifos nossos):

O Plano Undén deve ser entendido como parte de uma estratégia mais ambiciosa que visa o desarmamento nuclear completo e abrangente. Após a adoção da resolução por maioria de votos na AGNU, esta foi enviada de volta a todos os governos da ONU para uma resposta escrita. A iniciativa encontrou forte oposição dos Estados Unidos e membros da OTAN (com exceção do Canadá, Dinamarca e Noruega), fazendo-a perder impulso. No entanto, 58 estados votaram a favor da proposta, entre eles os **países nórdicos**, Áustria, **Brasil**, Irlanda, Israel, Japão, México e **os estados da Europa Oriental**. [...] A iniciativa foi tomada com o objetivo de pressionar os Estados com Armas Nucleares (NWS) a iniciarem negociações sobre um Tratado de Proibição de Testes e **colocar a Suécia como um ator importante na discussão**. Na opinião de Undén, ao combinar os compromissos dos NWS com medidas que limitariam a liberdade de ação dos NWS, mesmo os pequenos estados poderiam ter um impacto. Esta estratégia tornar-se-ia um pilar central do envolvimento subsequente da Suécia e foi rapidamente reforçada quando, em 20 de Junho de 1961, os Estados Unidos propuseram **que a Suécia fosse um dos estados não alinhados a ser incluído na Conferência alargada de Desarmamento em Genebra**.

O intenso ano de 1961 vai chegando ao fim. No Brasil o ano se encerra com a polêmico e aguardado reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética em 23 de novembro de 1961, relações interrompidas desde 1947, e ao qual o governo brasileiro se vê coagido a destacar que a ação “não implica ‘simpatia ideológica’ pelo regime soviético”. (FRANCO, 2007, p. 199; GARCIA, 2005, p.186). Além disso são criadas legações do Brasil em Sófia, Bulgária (em 6 de outubro) e Tirana, Albânia (em 9 de novembro) (GARCIA, 2005, p. 184), enquanto, no plano interno, em 29 de novembro é fundado o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, IPES, patrocinado por empresários anti-janguistas, e em 14 de dezembro é criada a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, SUDENE pela Lei 3995.

Em 8 de dezembro é lançado o “Comunicado Conjunto Brasil-Uruguai”, no qual os dois países “Reafirmam o respeito aos princípios básicos do americanismo e, em especial, aos de não intervenção e de autodeterminação dos povos”,

defendem “a democracia”, a “coerência” do “sistema americano” e a OEA (DANTAS, 2011, p. 255-256). Também defendem a elevação do “nível de vida de seus povos” eliminando “no continente, as desigualdades sociais”, a ALALC, e um regime de consultas bilaterais. Apenas o parágrafo final traz algo para além do hemisfério, quando proclamam:

a necessidade de um desarmamento progressivo que diminua a tensão internacional e permita melhor aproveitamento dos recursos naturais para fins pacíficos, condenando as experiências nucleares que possam contaminar a biosfera, e a utilização da energia atômica com propósitos bélicos (DANTAS, 2011, p. 256).

Na Iugoslávia, Tito ainda abre espaço para mais um compromisso internacional, quando vai ao Egito, a convite de Nasser, entre os dias 17 e 20 de novembro (ZDUNIC, 1980, p. 399).

Por esse resumo do ano de 1961, e pelo que abordaremos, já se percebem algumas convergências e algumas divergências entre Suécia, Brasil e Iugoslávia. As principais convergências revelam-se na confiança na ONU enquanto instituição e ator da política internacional, nos benefícios e até necessidade premente de medidas que impeçam a corrida armamentista, e na preocupação específica com a Crise no Congo. Quanto as divergências, estas repousam, sobretudo, no tipo de política não vinculada aos blocos que se pode, se quer e/ou se deve seguir. Enquanto Brasil e Suécia optam por um perfil menos ativo e articulado, com o Brasil tomando muitíssimas precauções para não desagradar aos EUA, e a Suécia bastante zelosa de seu tipo de neutralidade, a Iugoslávia defende um perfil mais ativo e articulado, buscando ações conjuntas com várias nações que tenham objetivos semelhantes, e, inclusive, sendo mais explícita, abrangente e contundente quando aborda as grandes potências. Algumas dessas linhas e tendências terão desenvolvimentos importantes nos próximos períodos.

4.2 1962: GUERRA FRIA/GUERRA QUENTE, NUCLEARIZAÇÃO/DESNUCLEARIZAÇÃO, ALINHAMENTO/DESALINHAMENTO

Novamente Cuba é assunto central das relações internacionais e, particularmente, hemisféricas no começo do ano, com implicações no Brasil. Enquanto o governo Neves/Goulart vai tocando uma política interna com momentos

importantes para os “nacionalistas”, como a criação da Eletrobrás em 13 de janeiro³⁸⁰, a PEI continua apavorando os “entreguistas” e alguns mais moderados. Marcada para fins de janeiro a “VIII Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores da OEA Punta del Este”, na qual entre outras coisas, estaria em disputa alguns aspectos do destino de Cuba, dia 17, quatro ex-chanceleres publicam uma nota a favor da exclusão de Cuba da OEA (GARCIA, 2005, p.186). Dia 24 o ministro San Tiago Dantas faz seu discurso na reunião de Punta del Este. Um discurso que pode ser entendido como altamente pró-EUA e Bloco Capitalista, a partir da enunciação de “Três objetivos” que:

orientam o nosso comportamento na presente reunião: primeiro, o de preservar a unidade do sistema, fortalecendo-o em benefício do Ocidente; segundo, o de defender os princípios jurídicos em que ele se baseia, contribuindo para que não se desfigurem no momento em que são chamados à aplicação; terceiro, o de robustecer a democracia representativa em sua competição com o comunismo internacional.” (FRANCO, 2007, p. 275).

O discurso é longo, defendendo a “democracia” no continente americano, e antagonizando essa “democracia” contra o “comunismo internacional, e, após várias elocubrações, Dantas não entrega o que os EUA (e variados “entreguistas” brasileiros e latino-americanos) desejavam: a condenação total de Cuba e o pedido de sua expulsão. Ou seja, a PEI, em Punta del Este é quase totalmente pró-EUA, mas ainda sustenta aspectos de respeito à “autodeterminação dos povos” e mostra que não é, ao menos 100%, submissa aos EUA. Se prolongado por dias “A VIII Reunião dos Ministros de Relações Exteriores Americanos, em Punta del Este, decide por 14 votos a expulsão de Cuba da OEA” em 31 de janeiro. (GARCIA, 2005, p. 186). Nos termos deste autor:

Apesar das pressões domésticas e do governo estadunidense, o Brasil, representado por San Tiago *Dantas*, **defende uma posição conciliadora, baseada no princípio da não-intervenção e se abstém na votação final, junto com Argentina, Bolívia, Chile, Equador e México (chamados outer six)**. A participação brasileira em Punta del Este suscita grandes debates no país e a PEI enfrenta uma forte oposição interna. San Tiago Dantas sustenta que a política externa deve basear-se no desenvolvimento econômico, na reforma social, na busca de novos mercados e na ‘consideração exclusiva do

³⁸⁰ Ainda num contexto de ações políticas e econômicas mais afeitas aos “nacionalistas” destacamos que nesse mesmo mês Brizola inicia encampação da Cia Telefonía do RS, subsidiária da ITT (VIZENTINI, 1995), e “O Brasil inetar, em Abidjan, a Aliança dos Países Produtores de Caxaú (20/1)”. (GARCIA, 2005)

interesse nacional'. O Brasil, ainda que pertença histórica e culturalmente ao Ocidente, 'não integra blocos' (neutralismo) e preconiza uma maior **autonomia** e liberdade de atuação, sem prejuízos ideológicos (pragmatismo) (GARCIA, 2005, p. 186-187, grifos nossos)

Em fevereiro de 1962 a Guerra Fria fica progressivamente mais “quente” na América Latina, com a instauração do embargo econômico, comercial e financeiro contra Cuba, pelos Estados Unidos, em 3 de fevereiro, e o Golpe militar – pró-Bloco Capitalista - na Argentina que derruba o governo de Frondizi em 28 de fevereiro. Do outro lado do Atlântico, Tito realiza mais duas viagens: novamente para a RAU entre 15 e 16, e entre 18 e 21 de fevereiro, intercalada com uma visita ao Sudão, entre os dias 15 e 18 (ZDUNIC, 1980, p. 399).

4.2.1 Março de 1962 - Conferência do Desarmamento de Genebra

Um dos principais acontecimentos em termos de política internacional do ano de 1962 se deu no mês de março: a Conferência do Desarmamento de Genebra. Formada a partir da resolução “1722 (XVI). *Question of disarmament*” de 20 de dezembro de 1961, foi composta pelos seguintes 18 países, de acordo com a resolução: Brasil, Bulgária, Birmânia, Canadá, Tchecoslováquia, Etiópia, França, Índia, Itália, México, Nigéria, Polônia, Romênia, Suécia, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, República Árabe Unida, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e Estados Unidos da América. Isto é, basicamente 5 representantes do Bloco Capitalista (Canadá, França, Itália, Reino Unido e EUA), 5 representantes do Bloco Socialista (Bulgária, Tchecoslováquia, Polônia, Romênia e URSS) e uma maioria de 8 representantes de países recorrentemente chamados de “não-alinhados” (Brasil, Birmânia, Etiópia, Índia, México, Nigéria, Suécia e RAU). Dentre estes últimos destaca-se simultaneamente a presença de Brasil e Suécia, bem como a ausência do maior líder mundial do não-alinhamento, que havia recém hospedado uma conferência sobre o assunto, a Iugoslávia. Também destacamos que dentre os 8 países tido como “não-alinhados” praticamente todos operavam uma política que guardava algum tipo de proximidade e/ou subordinação ao Bloco Capitalista e/ou algum tipo de refração à URSS.

Na ausência da Iugoslávia, nos debruçamos sobre Suécia e Brasil. Para muitos, o ano de 1962 é um ano de inflexão na política externa sueca, e um exemplo

é a saída de Undén do cargo de ministro das relações exteriores em setembro. Mas é corrente a interpretação de que neste início dos anos 1960, a Suécia começa a assumir uma posição ativa nas negociações internacionais sobre não proliferação, como é justamente o caso da Conferência do Desarmamento.

Como demonstram alguns estudos e documentos suecos, existe inclusive um paradoxo nesse período, pois enquanto a política externa sueca fica mais ativa, também há consistentes aproximações entre EUA e Suécia. Particularmente sobre a maior atividade da política externa sueca, destaca Glover (2016, p. 161-162, grifos nossos):

Os acadêmicos analisaram a emergência, o volume e a direção da ajuda externa da Suécia, tendo sido destacada a discrepância entre os padrões comerciais e os fluxos de ajuda. Estas análises têm vários aspectos em comum. Tendem a tomar como **ponto de partida o primeiro grande projeto de lei governamental sobre ajuda externa, em 1962, e concentram-se na era a partir de 1968, quando os fundos aumentaram vertiginosamente**, quando o parlamento se comprometeu com um calendário para a implementação do objetivo de 1% acordado internacionalmente. **A ideologia subjacente do ‘internacionalismo reformista’ e a influência social-democrata na direção da ajuda sueca foram detalhadas, bem como a politização da ajuda na década de 1970, quando foi usada para apoiar os regimes socialistas no Chile, Vietnã do Norte e Cuba. A generosa política de solidariedade com o Terceiro Mundo tem estado ligada ao fato de que, nas tensões internacionais relaxadas durante a détente, o governo sueco, tal como os governos de outros países neutros, encontrou possibilidades crescentes de prosseguir uma abordagem ‘ativa’ política de neutralidade. No caso sueco, isto significou assumir vários papéis de ‘crítico’, ‘mediador’ e ‘construtor de pontes’ nos assuntos internacionais. A influência de Olof Palme por volta de 1965 e a radicalização da social-democracia em resposta à pressão da Nova Esquerda foi identificada como uma explicação interna significativa para esta direção na política externa oficial.**

E prossegue o autor, aprofundando sobre o período e fornecendo elementos para nossa compreensão do caráter da neutralidade sueca:

Em primeiro lugar, de que forma, durante aproximadamente o período de uma década (1955-65), a neutralidade estava presente quando as políticas comerciais e de ajuda suecas em relação ao Terceiro Mundo surgiram e foram institucionalizadas? E em segundo lugar, como podem as novas interpretações da neutralidade sueca ser ligadas à mobilização política inicial dos países em desenvolvimento durante

este período – o que tem sido chamado de ‘sindicalização’³⁸¹ do Terceiro Mundo’ (ca. 1961-64)?³⁸² Estas questões realçam a mudança dos limites econômicos da neutralidade numa época em que os neutros europeus se encontravam cada vez mais posicionados no campo ‘ocidental’ da política internacional, como consequência da ascensão do Terceiro Mundo não-alinhado (GLOVER, 2016, p. 162).

Por fim, ainda mais especificamente em 1962:

[...] o governo apresentou o seu projeto de lei histórico do Parlamento, Proposição 1962:100. Comumente referido como Biståndsbibeln, ‘a Bíblia da Ajuda’, o projeto de lei moldaria significativamente as políticas oficiais de ajuda externa durante o meio século seguinte. Sinalizou que o que até então tinha sido uma área de iniciativas públicas e privadas ad hoc, passaria agora a ser dominada por **fundos públicos e políticas governamentais. O projeto de lei deixava claro que a neutralidade sueca não deveria ser usada como meio para obter lucro comercial ou ganhos políticos**: a ajuda era explicitamente distinguida do comércio, e o projeto de lei afirmava inabalavelmente que a ajuda sueca ‘não era evidentemente motivada por quaisquer objetivos estratégicos’ (GLOVER, 2016, p. 164-165, grifos nossos).

E, em consequência:

À medida que **a ajuda externa se expandiu a partir de 1962 e se tornou uma dimensão oficial e institucionalizada da política externa**, a legitimação da política com argumentos econômicos tornou-se mais sensível. Agora que o Terceiro Mundo sindicalizado estava presente nas mesmas arenas políticas que as superpotências, manter diferentes interpretações de neutralidade era claramente prejudicial à sua credibilidade. A noção de que a ajuda externa da Suécia era completamente isenta de objetivos estratégicos foi consequentemente declarada na Bíblia da Ajuda, e o dualismo econômico-político foi introduzido até mesmo no orçamento da ajuda (GLOVER, 2016, p. 170, grifos nosso.)

Para além dessas iniciativas mais arrojadas da “neutralidade” sueca temos também ações que têm o potencial de comprometer essa mesma neutralidade. De acordo com o disponível no “*Fred och säkerhet - säkerhetspolitiska utredningen* -

³⁸¹ O termo em inglês no texto original é “unionization”, isto é, numa referência às “unions” de trabalhadores no mundo anglófono, seus sindicatos, daí nossa tradução por “sindicalização”. É interessante porque essa analogia recupera outras, como a ideia de “Terceiro-Mundo/Terceiro-Estado” e de que os “Países Subdesenvolvidos são países proletários”, daí sua necessidade de sindicatos. E também é interessante, ainda que não estritamente correto, pois acaba considerando o MNA, no limite, como uma espécie de “sindicato” destes países.

³⁸² Nesse sentido essa expressão “(ca. 1961-64)” posiciona a “sindicalização do Terceiro Mundo” precisamente entre os anos da primeira e da segunda Conferência dos Países Não-Alinhados.

*SOU 2002:108*³⁸³, a atitude dos EUA em relação à neutralidade sueca especula que no caso de um ataque militar soviético contra a Suécia, os EUA se comprometeriam a ajudar o país escandinavo (EKÉUS, MOSSBERG & ARVIDSSON, 2002, p. 221-234). No caso de uma grande guerra europeia contra a URSS, os EUA esperavam que a Suécia, se não lutasse contra os soviéticos, permanecesse neutra; e se houvesse um ataque soviético à Finlândia, seria provável que a Suécia reconsiderasse a sua política neutra/não-alinhada e os EUA encorajassem então a Suécia a tornar-se membro da OTAN (idem). No mesmo documento, é explicado que a política de neutralidade da Suécia era valiosa para os Estados Unidos na medida em que funcionava como um amortecedor contra o suposto expansionismo soviético.

Essas impressões, em nosso entender, colaboram para a compreensão da presença da Suécia como “observadora neutra escolhida pelos EUA” no armistício coreano, bem como a presença sueca em Genebra. Os EUA também, eventualmente, apreciavam a ideia, que ganhava força na política sueca, de que o país ao invés de tentar desenvolver seus próprios arsenais atômicos, passasse a advogar pelo fim de todos estes. De acordo com Jonter (2024, p. 177):

Uma das razões para a proposta dos EUA foi que o envolvimento da Suécia a nível internacional fortaleceria as forças do país que trabalham contra a aquisição de armas nucleares. Os Estados Unidos temiam que a Suécia pudesse, de outra forma, embarcar num programa e tornar-se o quinto Estado com armas nucleares do mundo. Estocolmo aceitou o convite [para a Conferência de Genebra] em Março de 1962, vendo-o como uma oportunidade para ter um maior impacto nas negociações atuais e futuras. Na verdade, a Suécia tornou-se o único país ocidental não alinhado incluído no Comitê de Desarmamento das Dezoito Nações (CDDN), em Genebra. Alva Myrdal, que chefiou a delegação sueca, também foi nomeada ministra do desarmamento, o que demonstrou que o desarmamento era uma área altamente prioritária da política externa sueca na época (JONTER, 2024, p. 177).

Ou seja, de uma forma ou de outra, a participação sueca no CDDN em Genebra articulava-se consistentemente com sua política externa, não apenas a tradicionalmente constituída até então, mas também os incrementos que o país vinha incluindo nela. Agora, antes de expor alguns aspectos da participação brasileira em Genebra, nos parece pertinente mais alguns comentários sobre o

³⁸³ <https://www.regeringen.se/rattsliga-dokument/statens-offentliga-utredningar/2001/12/sou-2002108/>

porquê da realização dessa Conferência. Segundo Lüthi (2016, p. 92-93, grifos nossos):

Em 29 de Janeiro de 1962, as conversações trilaterais [entre EUA, Reino Unido e URSS] fracassaram, em grande parte porque a União Soviética recusou-se a concordar com qualquer regime de controle de proibição de testes.

No entanto, quinze dias depois, Khrushchev propôs uma cúpula em Genebra que reuniria todos os chefes de governo do Comitê de Desarmamento de 18 Nações, que incluía cinco membros da OTAN, cinco países socialistas e oito países que não eram aliados de nenhum dos campos para discutir a questão do desarmamento nuclear. A súbita proposta de Khrushchev foi provavelmente concebida para antecipar uma decisão americana de retomar os testes, mas também para restabelecer boas relações com os Não-Alinhados após o seu anúncio [de reinício dos testes nucleares] inoportuno de 31 de Agosto [um dia antes da Conferência de Belgrado]. **No entanto, entre os oito membros do comitê que não estavam formalmente aliados de nenhum dos blocos, apenas quatro eram Não-Alinhados: Índia, Egito, Birmânia e Etiópia. Dos outros quatro “neutralistas” – Nigéria, Suécia, México e Brasil – apenas o país sul-americano participou na conferência de Belgrado como observador**³⁸⁴. No início de Março, a administração Kennedy anunciou o reinício dos testes para o final de Abril, a menos que Khrushchev estivesse disposto a concordar com um tratado de proibição de testes ‘à prova de trapaça’. A União Soviética rejeitou a proposta porque considerava qualquer regime de inspeção ‘um sistema de espionagem’.

E prossegue o autor, abordando a Conferência em si:

As chamadas conversações sobre a proibição de testes nucleares entre 18 países começaram em Genebra, em 14 de Março, sob circunstâncias desfavoráveis – não só devido ao anúncio americano de retomar os testes, mas também devido à decisão da França de se manter afastada³⁸⁵. O problema das inspeções rapidamente emergiu como o maior obstáculo. Sob a liderança do representante indiano, V.K. Krishna Menon, que era o confidente de Nehru, os oito membros não-alinhados e neutralistas do comitê tentaram impedir a retomada dos testes americanos e dos ameaçados contra-testes soviéticos. Menon também tentou convencer os americanos a concordarem em substituir a exigência de inspeções com um esquema de monitoramento administrado pelos Não-Alinhados. Embora as duas potências nucleares ocidentais estivessem dispostas a aceitar a ideia, com a condição de que os Não-Alinhados fossem tecnologicamente proficientes para fazê-lo, a delegação soviética suspeitava que até mesmo os inspetores ‘neutros’ fossem espiões em potencial. **À medida que se aproximava a data da retomada dos testes nucleares pelos EUA, o Brasil propôs uma proibição de testes com um regime de inspeção fraco dirigido por cientistas de**

³⁸⁴ Contudo, Brasil e México haviam votado a favor do “Plano Undén”.

³⁸⁵ O papel crítico da França sobre o retorno dos testes nucleares, após 3 anos de moratória, e como aventado por Koca Popovic na XVI AGNU, parece ser bastante subestimado pela literatura em geral.

países não formalmente aliados na Guerra Fria. Nesse contexto, Brejnev viajou para a Iugoslávia para conversações com Tito, na esperança de que o líder iugoslavo influenciasse as posições não-alinhadas em Genebra nos moldes soviéticos. **Em 19 de abril, a delegação soviética aceitou a proposta brasileira em princípio, mas insistiu na necessidade de mais testes.** No entanto, a concessão era muito pequena e tarde demais.

Em 25 de abril, os Estados Unidos retomaram os testes. Os membros Não-Alinhados e neutralistas do comitê em Genebra ficaram compreensivelmente desapontados. Washington declarou publicamente que os testes eram necessários para evitar que Moscou avançasse no desenvolvimento da bomba nuclear, mas instou os Não-Alinhados e os neutralistas a continuarem a pressionar pela proibição dos testes com um regime de controle. Ao mesmo tempo, a União Soviética regressou à sua rejeição anterior de todos os esquemas de inspeção (LÜTHI, 2016, p. 93, grifos nossos).

O Brasil desempenhou um interessante papel na Conferência de Genebra, e três documentos reunidos por Franco (2007)³⁸⁶ merecem particular menção por ilustrar as ideias apresentadas e representadas pelo Brasil na reunião: o “Discurso do chanceler San Tiago Dantas na Conferência do Desarmamento Genebra, 16 de março de 1962” (FRANCO, 2007, p. 314; DANTAS, 2011, p. 199), a “Declaração do ministro San Tiago Dantas em sessão plenária da Conferência do Desarmamento, em 23 de março de 1962” (FRANCO, 2007, p. 331; DANTAS, 2011, p. 211), e a “Declaração do senador Afonso Arinos, chefe da delegação do Brasil à Conferência do Desarmamento, contra as explosões atômicas, em nome das oito potências não-alinhadas Genebra, 1962”³⁸⁷ (FRANCO, 2007, p. 331; DANTAS, 2011, p. 213).

No primeiro documento vemos um San Tiago Dantas expressando opiniões bastante particulares sobre o que seria a Guerra Fria, atribuindo responsabilidades “pela preservação da paz mundial” de “forma preponderante, às potências nucleares, que são as únicas a disporem dos meios de destruí-la” mas também aos “povos não armados” pela eliminação das tensões internacionais, críticas à “política de poder” e a percepção de que o “problema do desarmamento” seria “o campo predileto da Guerra Fria” (DANTAS, 2011, p. 199-200). E emenda uma boa frase, ainda que um tanto subversiva: “Se queremos a paz, é a paz e não a guerra o que devemos preparar; e, para isso, estão igualmente aptos e são igualmente

³⁸⁶ Usaremos também os mesmos textos reunidos na edição de 2011 de “Política Externa Independente”, do próprio San Tiago Dantas.

³⁸⁷ Na obra de San Tiago Dantas, o título do texto aparece como “Declaração das oito Potências ‘Não Alinhadas’ contra as Explosões Atômicas, apresentada em Genebra pelo Delegado do Brasil, Senador Afonso Arinos”.

responsáveis tanto os Estados armados, quanto os não armados”. (DANTAS, 2011, p. 200).

Em seguida, reiterando vários dos princípios da PEI, posiciona o Brasil como:

uma nação integrada política e culturalmente no Ocidente, que procura resolver os seus problemas econômicos e sociais nos quadros da democracia representativa, mas que não faz parte de qualquer bloco político-militar, ressalvada sua vinculação aos tratados de assistência recíproca para defesa do hemisfério americano contra agressões oriundas do próprio hemisfério ou de potências extracontinentais (DANTAS, 2011, p. 201).

Alega desejar “trazer ao desarmamento uma contribuição correspondente à primazia que invariavelmente atribuímos à paz em nossa política externa”, preservando:

a independência de nosso pronunciamento e a autoridade de nossa voz, para empenhá-la em tudo que possa favorecer ao desarmamento efetivo e imediato, e recusá-la a tudo que apenas vise a reforçar polémicas, sublinhar antagonismos, impressionar a opinião pública ou protelar resoluções (DANTAS, 2011, p. 201).

Diz que “O Brasil compreende e aprecia os esforços que tanto os Estados Unidos como a União Soviética têm envidado para alcançar” o “desarmamento por etapas” e “uma inspeção internacional eficaz”, porém defende uma “reconversão de uma economia largamente influenciada pela produção de armas, como é hoje a das potências nucleares, a objetivos de ordem social e econômica no interesse exclusivo da paz.” (DANTAS, 2011, p. 201).

E vaticina:

É indispensável que se planeje a conversão de uma economia armamentista numa economia pacifista e que os imensos recursos hoje mobilizados em nome de uma causa mundial, que é a da segurança, sejam encaminhados através de uma organização internacional que reúna todos os fundos liberados nos países em que se processe o desarmamento, à solução de outro problema mundial, que é a eliminação, a curto prazo, da miséria dos povos e da excessiva desigualdade econômica entre os Estados (DANTAS, 2011, p. 201).

Em seguida Dantas rememora o tratado que proibiu que na Antártida “se realizassem explosões nucleares, ou depósitos de material radioativo”, a resolução da ONU “que considera o continente africano zona desnuclearizada”, a reprovação aos testes nucleares soviéticos de outubro de 1961 e “a esperança de que os EUA”

não reiniciassem suas experiências (DANTAS, 2011, p. 202-203). E finaliza lamentando a ausência de representantes franceses à Conferência, argumentando – em francês – que “Não há desarmamento sem controle; não há controle sem desarmamento; mas todo o desarmamento pode ser controlado”, e expressa o interesse do Brasil em colaborar com as discussões para “o desarmamento geral e completo” e para a “adoção de processos seguros de solução pacífica de conflitos internacionais e de manutenção da paz dentro dos princípios da Carta das Nações Unidas” (DANTAS, 2011, p. 203-204).

Se o tom que predomina na declaração de 16 de março tem um certo otimismo, o que vemos na declaração de uma semana depois, em 23 de março, beira mais ao pessimismo. Nela, Dantas registra “Aos eminentes colegas e, especialmente, aos senhores representantes da União Soviética, dos Estados Unidos e do Reino Unido”, “a inquietação e a decepção” do governo brasileiro “diante do relatório provisório” que fora “apresentado pela Subcomissão do Desarmamento” (DANTAS, 2011, p. 211). Uma decepção que provinha “do fato de que, após dez dias de sucessivas reuniões, não só não foi registrado qualquer progresso no encaminhamento do problema do desarmamento”, como parecia ter havido uma regressão (Idem). Reitera que no “ponto de vista brasileiro”, “no problema do desarmamento, devemos evitar o impasse ditado pela conservação de posições polêmicas por parte das potências nucleares” (Idem). Reitera também que “A ideia de desarmamento sem inspeção é tão inadmissível quanto a ideia de inspeção sem desarmamento”, que “as potências ‘não alinhadas’ podem trazer a sua contribuição construtiva”, e, antes de finalizar apelando para a continuação dos trabalhos, desabafa:

Quando os Estados Unidos e União Soviética propuseram a criação de uma Comissão de Desarmamento de 18 Estados, certamente que não pretenderam apenas obter testemunhas para seus esforços de entendimento mas reconheceram a essas potências **um papel ativo**, que elas estão em condições de desempenhar, levando sua contribuição de boa-fé à eliminação dos pontos de controvérsia que não representam obstáculos essenciais (DANTAS, 2011, p.212, grifos nossos).

Por fim, a “Declaração das oito Potências ‘Não Alinhadas’ contra as Explosões Atômicas, apresentada em Genebra pelo Delegado do Brasil, Senador Afonso

Arinos” traz um tom semelhante de certo pessimismo. Já em seu primeiro parágrafo diz que:

As delegações do Brasil, Birmânia, Etiópia, Índia, México, Nigéria, República Árabe Unida e Suécia na Conferência do Desarmamento, lamentando profundamente que não se tenha ainda chegado a nenhum acordo sobre a suspensão de experiências nucleares, dirigem sincero apelo às potências nucleares para que prossigam em seus esforços no sentido de alcançar, o mais cedo possível, um acordo que proíba para sempre os testes nucleares. As oito delegações estão convencidas de que, ao fazer esse apelo, não falam somente em nome de seus países, mas também em nome da grande maioria da opinião pública mundial, já que as bombas nucleares preocupam todos os povos e todas as nações (DANTAS, 2011, p. 213).

E prossegue no segundo parágrafo, um pouco mais esperançoso:

As delegações notam que, a despeito das divergências existentes, dentro do subcomitê sobre um tratado para a proscrição de testes nucleares, há também algumas áreas de acordo. Elas esperam que essas áreas de entendimento sejam mais exploradas e alargadas e, neste contexto, submetem à consideração das potências nucleares as seguintes sugestões e ideias (DANTAS, 2011, p.213)

Os “não alinhados” sugerem um peculiar “sistema de observação permanente e de controle efetivo em bases **puramente científicas e apolíticas**” para “descoberta e identificação de explosões provocadas pelo homem”, e a constituição de “uma comissão internacional composta de [...] cientistas altamente qualificados, possivelmente oriundos de países não alinhados” para “o processamento de todos os dados recebidos do sistema convencionado” e a comunicação de “qualquer explosão nuclear ou acontecimento suspeito após **completo e objetivo** exame de todas as informações disponíveis.” (DANTAS, p.214, grifos nossos).

Após outras breves considerações, finaliza dizendo que as delegações dos 8 países “não alinhados” “concitam as potências nucleares a estudar as sugestões aqui apresentadas, bem como quaisquer outras possíveis, **de maneira a salvar a humanidade dos males dos testes nucleares**” (DANTAS, 2011, p. 215, grifos nossos).

Uma visão dos desenvolvimentos posteriores da Conferência de Genebra nos é dada por Lüthi (2016, p. 93):

À medida que as conversações de Genebra entravam no limbo durante a maior parte do verão, vários desenvolvimentos não

relacionados fundiram-se e acabaram por levar a conversações sobre a proibição de testes entre EUA, Reino Unido e União Soviética, em Moscou, um ano depois. Em Maio, a União Soviética decidiu, sem o conhecimento de todos, enviar mísseis nucleares de curto alcance para Cuba. Em Agosto, os Estados Unidos propuseram novas medidas para reiniciar as conversações trilaterais. Mesmo que a pressão neutra tenha ajudado a estimular a decisão, Washington estava, de fato, mais preocupado com o projeto nuclear de Pequim, embora ainda não tivesse descoberto o projeto de Moscou para Cuba. Em Agosto, a Casa Branca enviou duas propostas – uma sobre a proibição total de testes e outra sobre uma proibição parcial de testes que permitia apenas testes subterrâneos ambientalmente menos problemáticos – ao Kremlin. Khrushchev rejeitou ambas as propostas, mas concordou em conversar – obviamente para camuflar a sua operação cubana. A atitude soviética negativa consternou os neutros que esperavam a proibição de pelo menos testes atmosféricos, a fim de evitar novas consequências nucleares globais. Mas, após o fracasso das conversações entre as 18 nações, apoiaram a continuação das negociações numa base trilateral.

4.2.2 Outros desenvolvimentos políticos de 1962

Em abril de 1962, o foco da política externa brasileira será a América. Entre os dias 3 e 9 o presidente Joao Goulart visita os EUA, reunindo-se com Kennedy e tentando superar certas rugas, mas a visita tem poucos resultados e não afasta certas críticas de “antiamericanismo” atribuídas ao governo brasileiro (GARCIA, 2005, p. 187).

No “Discurso do Presidente João Goulart perante o Congresso dos Estados Unidos, em 4 de abril de 1962”, Jango foca na ideia de que Brasil e EUA têm boas e históricas “relações de amizade”, possuem “consciência democrática”, ainda que uma “profunda diversidade de condições socioeconômicas” (DANTAS, 2011, p. 221-222). Alude às tentativas brasileiras de “vencer o atraso e o subdesenvolvimento”, bem como “corrigir desequilíbrios regionais”, critica “desajustamentos permanentes no sistema de relações comerciais entre países” ricos e pobres, com prejuízo para estes últimos, e que isso poderia ser “eliminado ou pelo menos” atenuado “através de convênios e acordos, na **base de entendimentos amistosos e de fórmulas realistas.**” (DANTAS, 2011, p. 222, grifos nossos).

Faz uma boa revisão histórica panorâmica dos desenvolvimentos econômicos da Europa, dos EUA e da América Latina no pós-guerra, e traz argumentos típicos da CEPAL em pleno Congresso dos EUA:

A história da deterioração crescente dos termos de troca entre produtos primários e manufaturas é bem conhecida de todos. De ano para ano, o mesmo número de sacas de café, ou de cacau, ou de algodão, compra menor quantidade do mesmo tipo de equipamentos e produtos manufaturados (DANTAS, 2011, p. 223).

Argumenta em prol “de reformas estruturais, entre as quais avulta a reforma agrária”, “da contribuição estrangeira no processo de nosso desenvolvimento”, do “capital externo”, da “colaboração técnica dos países mais adiantados” e da “iniciativa privada estrangeira que queira **lealmente cooperar** para o seu desenvolvimento” (DANTAS, 2011, p. 223, grifos nossos).

Comenta os atritos quanto aos “serviços de utilidade pública” (caso das encampações realizadas no Brasil ligadas à AMFORP e à ITT), a “confiança que o Brasil recebeu a notícia da nova política dos Estados Unidos para a América Latina, expressa pelo presidente Kennedy na Aliança para o Progresso”, atentando que dentre os “marcos históricos faz parte a iniciativa brasileira da Operação Pan-Americana”, e vendo na ALPRO:

a formulação de um plano de cooperação global, que a América Latina espera desde o fim da II Guerra Mundial e que deverá ter, para o nosso hemisfério, uma vez executado, as proporções e a significação do Plano Marshall para os países da Europa Ocidental (DANTAS, 2011, p. 224).

Ainda reconhece na ALPRO “o mérito de conceituar o problema da América Latina em seus aspectos econômicos e também sociais, o que lhe dá excepcional dimensão política, dela fazendo um programa de fortalecimento da democracia”, sem esconder seus “receios quanto às dificuldades de execução” (DANTAS, 2011, p. 224).

Como uma espécie de praxe da PEI, o presidente reafirma “a identificação do meu país com os princípios democráticos que unem os povos do Ocidente” e a afirmação de que “O Brasil não integra nenhum bloco político-militar, mas respeita os seus compromissos internacionais livremente assumidos”, com uma “ação internacional” que objetiva “favorecer [...] a preservação e o fortalecimento da paz”, além da crença de que existe um “conflito ideológico entre o Ocidente e o Oriente” e que o mesmo “não poderá e não deverá ser resolvido militarmente” (Idem).

Se encaminhando para o final, Jango diz que “O Brasil entende que a convivência entre o mundo democrático e o mundo socialista poderá ser benéfica ao

conhecimento e à integração das experiências comuns”, que tem esperança “que esses contatos evidenciem que a democracia representativa é a mais perfeita das formas de governo e a mais compatível com a proteção do homem e a preservação de sua liberdade”, rememora a relação entre Vargas e Roosevelt, e, de modo talvez subversivo – e até contraditório - demais, encerra:

Ponho minha **confiança em Deus** e estou certo de que poderei contribuir para a paz e felicidade do mundo, **eliminando a servidão econômica**, o despotismo e o medo, e **garantindo as liberdades populares** e a segurança pessoal, dentro de um sistema político democrático e representativo. Senhor Presidente, muito obrigado (DANTAS, 2011, p. 225, grifos nossos).

No “Comunicado Goulart-Kennedy: Comunicado Conjunto do Presidente dos Estados Unidos do Brasil e dos Estados Unidos da América [sic]”, dias depois, temos reafirmadas a “tradicional amizade entre Brasil e Estados Unidos”, a “democracia representativa”, o “progresso social”, e as causas “da paz e da liberdade”. Os presidentes defenderam a atuação de ambos os países na Conferência de Genebra, e a ideia (aparentemente sobretudo brasileira) de que “Os recursos liberados como resultados desse desarmamento devem ser usados para propósitos pacíficos, que beneficiarão todos os povos.” (DANTAS, 2011, p. 227-228).

Os presidentes, num tom estranhamente progressista, “acentuaram o papel importante que os sindicatos, atuando dentro de princípios democráticos, devem desempenhar na consecução dos objetivos da Aliança para o Progresso”, e:

Concordaram na necessidade de uma rápida execução das medidas necessárias para tornar efetiva a Aliança para o Progresso:

- planejamento nacional para a concentração de recursos em objetivos altamente prioritários de progresso econômico e social;
- reformas institucionais, inclusive reformas da estrutura agrária, a reforma tributária e outras mudanças exigidas para assegurar uma ampla distribuição dos frutos do desenvolvimento por todos os setores da comunidade e assistência internacional financeira;
- técnica para acelerar a realização de programas nacionais de desenvolvimento (DANTAS, 2011, p. 228).

Após citarem o “acordo para cooperação em larga escala dos Estados Unidos ao programa do governo brasileiro para o desenvolvimento do nordeste do Brasil”, “O presidente do Brasil manifestou a intenção de seu governo de manter condições

de segurança que permitirão ao capital privado desempenhar o seu papel vital no desenvolvimento da economia brasileira”, e, em clara submissão aos EUA:

declarou que nos entendimentos com as companhias para a transferência das empresas de utilidade pública para a propriedade do Brasil será mantido o princípio de justa compensação com reinvestimento em outros setores importantes para o desenvolvimento econômico do Brasil (DANTAS, 2011, p. 229).

Por fim, expressaram apoio à ALALC, às negociações com a CEE para melhorar o acesso dos países latino-americanos àqueles mercados, e, após Kennedy reafirmar “o compromisso de seu país de cooperar com o governo do Brasil no seu esforço de atender às aspirações do povo brasileiro de progresso econômico e justiça social”, ambos “reafirmaram a sua convicção de que o destino do hemisfério repousa na colaboração de nações unidas pela fé na liberdade individual, nas instituições livres e na dignidade humana”. (DANTAS, 2011, p. 229-230).

Na sequência da viagem aos EUA, Goulart visita o México entre 9 e 11 de abril, e firma, dia 10, uma declaração conjunta com o presidente Lopez Mateos, a qual reitera a “unidade de vistas” entre os dois países no campo da política externa: preservação da paz; desarmamento geral; democracia representativa; não intervenção e autodeterminação; e independência dos Estados³⁸⁸ (GARCIA, 2005, p. 187).

Se a “Declaração Conjunta Brasil-México, em 10 de abril de 1962”, apesar de dedicar grande parte de sua atenção ao continente americano, possui também ambições mais globais (inclusive porque ambos países faziam parte do Comitê de Desarmamento), o “Comunicado Conjunto Brasil-Bolívia 25-28 de abril de 1962” relembra o feito junto ao Uruguai, por seu provincianismo continental – mesmo ambos países tendo sido países observadores na Conferência de Belgrado e estreitado certos laços. Para além de considerações bilaterais de pequena monta, o comunicado diz que “No campo internacional [...] os pontos de vistas dos seus governos coincidem em relação aos problemas mundiais e interamericanos” pois “empenhados em levar adiante uma política externa de defesa e consolidação da paz”. Além disso:

³⁸⁸ Inclusive: “[Os presidentes] Declararam que a política externa do Brasil e do México é uma política independente, que lhes permite considerar com absoluta isenção e sob responsabilidade própria todas as questões internacionais, sem vinculação com quaisquer blocos políticos militares.” (DANTAS, 2011, p. 236).

Reafirmaram a **fidelidade inquebrantável** da Bolívia e do Brasil aos princípios da democracia representativa e aos compromissos internacionais livremente assumidos por ambos os países, notadamente aos que resguardam a unidade e a cooperação entre os povos americanos e manifestaram a convicção comum [...] que a democracia, na América Latina, está vinculada intimamente à transformação da estrutura social e econômica de cada país para completar a integração social das classes populares, tanto rurais como urbanas, e eliminar progressiva e rapidamente as desigualdades econômicas pela melhor distribuição social da riqueza e pela elevação dos níveis de educação, saúde, segurança e bem-estar (DANTAS, 2011, p. 243, grifos nossos).

Em maio temos um outro “Comunicado Conjunto” do Brasil, este ainda mais afeito ao nosso trabalho: o “Comunicado Conjunto Brasil-Iugoslávia” de 11 de maio de 1962, no âmbito da visita de Koca Popovic ao Brasil. De acordo com Bogetić (2019, p. 25) “apesar da renúncia de Quadros, o forte crescimento da cooperação iugoslava-brasileira continuou a ganhar intensidade e qualidade” sendo “enriquecido pela visita ao Brasil do Ministro das Relações Exteriores da Iugoslávia, Koča Popović, em 1962, e depois, em setembro do ano seguinte, pela visita do Presidente Tito.” E prossegue:

Koča Popović foi o primeiro ministro das Relações Exteriores da Iugoslávia, e Tito o primeiro presidente iugoslavo a visitar oficialmente o Brasil durante toda a história das relações iugoslava-brasileiras. Ao mesmo tempo, **são os primeiros altos funcionários de um Estado socialista a serem convidados do governo brasileiro**. Nas conversas cordiais de Koča Popović, e mais tarde de Tito, com o novo líder brasileiro João Goulart, **a semelhança de pontos de vista sobre quase todos os problemas internacionais importantes e medidas que deveriam ser tomadas na esfera das relações internacionais, a fim de melhorar a cooperação e melhor posicionamento dos países em desenvolvimento veio à tona** (BOGETIĆ, 2019, p. 25, grifos nossos).

O “Comunicado Conjunto” em si traz ótimos pontos, e merece ser abordado em maior detalhe. De acordo com ele:

A convite do governo brasileiro, Sua Excelência, o senhor Kotcha Popovitch, Secretário de Estado das Relações Exteriores da República Popular Federativa da Iugoslávia, visitou oficialmente o Brasil de 8 a 13 de maio de 1962. Durante sua permanência no Brasil, o Secretário de Estado Kotcha Popovitch foi recebido por Sua Excelência o doutor João Belchior Marques Goulart, Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, a quem entregou mensagem de Sua Excelência o senhor Marechal Josip Broz Tito, Presidente da República Popular Federativa da Iugoslávia. Foi também recebido pelo Presidente do

Conselho de Ministros, Sua Excelência o doutor Tancredo de Almeida Neves, e manteve diversas conversações com o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Doutor Francisco Clementino de San Tiago Dantas (DANTAS, 2011, p. 245).

O comunicado prossegue fazendo a menção de várias pessoas que participaram, tanto do lado brasileiro quanto do iugoslavo, das conversações, que foram “francas e animadas do espírito de mútua compreensão que informa as amistosas relações entre os dois países” e que “abrangeram não só a esfera da colaboração recíproca, com aspectos da atual conjuntura política internacional”, com “os dois Ministros, das Relações Exteriores” expressando “satisfação pelo favorável desenvolvimento que vêm tendo as relações iugoslavo-brasileiras.” (DANTAS, 2011, p. 245-246).

Expressaram-se, em relação ao “panorama da situação política internacional”, concordâncias quanto “a preservação da paz” enquanto “principal tarefa da humanidade” e “na qual se empenha um número crescente de países”, e também quanto a “princípios de convivência competitiva e colaboração entre todos os países do mundo, independentemente de diferenças de ordem política, social e econômica internas”. Os países também expressaram que:

se vêm empenhando **ativamente** pela manutenção da paz e continuarão, dentro de suas possibilidades, a fazê-lo no futuro, através de medidas que contribuam para abrandar a perigosa tensão internacional e assegurar à humanidade relações amistosas baseadas na autodeterminação, na igualdade de direitos e na cooperação construtiva.” (DANTAS, 2011, p. 246, grifos nossos).

Reconhecendo semelhanças entre as respectivas políticas externas, afirmam que **“Como países de política externa independente, o Brasil e a Iugoslávia** estão convencidos de que, ao lado de outras nações, poderão trazer decisiva contribuição à busca de soluções pacíficas para as atuais divergências políticas internacionais” (DANTAS, 2011, p. 246, grifos nossos).

Os dois Ministros ainda “atribuíram particular importância à questão do desarmamento completo e geral,” “certos de que a solução, pelo menos parcial, desse problema constitui contribuição essencial para o abrandamento da tensão internacional” (DANTAS, 2011, p. 246):

A esse respeito, manifestaram a esperança de que as atuais conversações em Genebra contribuirão decisivamente para a solução

almejada, possibilitando, destarte, que vultosos recursos gastos presentemente em armamento possam ser utilizados em favor do rápido desenvolvimento econômico de grande número de países, com o que se obviaria, ao mesmo tempo, outra séria causa de instabilidade e inquietação do mundo, qual seja, o subdesenvolvimento (DANTAS, 2011, p. 246).

San Tiago e Koca ainda “expressaram preocupação pela realização de quaisquer experiências atômicas para fins bélicos, as quais não só agravam a corrida armamentista, mas também ameaçam a vida humana” e colocaram-se empenhados “pela conclusão de um acordo para cessação de tais experiências”. Também concordaram “que o desenvolvimento econômico é um objetivo comum da humanidade, que deve ser procurado pela ação conjunta de todos os países, inclusive através da colaboração econômica em bases amplas, sem condições ou limitações políticas”; “Examinaram [...] a situação criada pelo aparecimento de blocos de integração econômica e as sérias consequências que tal fato acarreta às economias dos países em desenvolvimento”; e expressaram a convicção da importância “que os países interessados envidem” esforços com o objetivo de assegurar “a colaboração econômica internacional em base de igualdade de direito e isenta de qualquer forma de discriminação”, expressando também “a disposição de seus governos de [...] colaborarem também com outros países interessados” (DANTAS, 2011, p. 246-247).

Argumentaram pelo “desaparecimento do colonialismo no mundo”, saudaram “o surgimento de um número crescente de países emancipados”, se afirmando como “membros atuantes da comunidade internacional”, e reconheceram que à ONU “na qualidade de foro universal de países soberanos de iguais direitos, cabe relevante papel na solução desses e de outros problemas internacionais.”, expressando “o firme propósito de seus governos de continuarem contribuindo para a consecução dos elevados objetivos da organização internacional” (DANTAS, 2011, p. 247).

Os dois Ministros, ainda, “decidiram [sic.] particular atenção às relações bilaterais entre o Brasil e a Iugoslávia”, verificando “com satisfação, os bons resultados das visitas recíprocas de estadistas e de autoridades ligadas ao comércio exterior dos dois países” e da “proveitosa colaboração do Brasil e da Iugoslávia na ONU e em outros organismos internacionais” (DANTAS, 2011, p. 247). Também verificaram:

que, não obstante os resultados até agora alcançados, existem ainda, amplas possibilidades de incremento da colaboração mútua em vários domínios. O intercâmbio comercial e a colaboração econômica, conforme foi verificado ao curso das conversações, poderão ainda ser sensivelmente incrementados, de maneira a coadunarem-se com as reais potencialidades e necessidades dos dois países (DANTAS, 2011, p. 247).

Ainda “ficou decidido que uma delegação econômica brasileira visitará a Iugoslávia, a fim de estudar os meios e modos de incrementar o intercâmbio comercial e a colaboração econômica recíproca”, que serão “envidados esforços, no sentido do conhecimento recíproco da criação cultural, artística e científica” e, para isso, “foram firmados o ‘Convênio Cultural Brasil-Iugoslávia’ e o ‘Acordo Básico de Cooperação Técnica Brasil-Iugoslávia’” (DANTAS, 2011, p. 248).

Por fim “O senhor Kotcha Popovitch transmitiu ao senhor Presidente João Goulart convite do senhor Presidente Josip Broz Tito para, em caráter oficial, visitar a Iugoslávia e fez igual convite ao senhor Ministro San Tiago Dantas; ambos os convites foram aceitos com satisfação” (DANTAS, 2011, p. 248).

Dos comunicados reunidos por Dantas em seu livro, o realizado conjuntamente por Brasil e Iugoslávia é o mais amplo e abrangente, tanto em tamanho quanto em escopo, apenas comparado com o realizado com os EUA. E é, possivelmente, o comunicado mais realmente “independente” e “equidistante” dos Blocos dentre os realizados pelo Brasil e que tivemos acesso, mais focado em problemas de “desenvolvimento”, “desarmamento” e “descolonização”, e menos focado em “democracia” em abstrato, ocidentalismo vago e citações religiosas aleatórias.

Outro comunicado do período que chama atenção, por ser, inclusive, o único que tivemos acesso do Brasil com um país do Bloco Socialista, é o “Comunicado Conjunto Brasil-Polônia” de 17 de maio de 1962. Achamos interessante citá-lo pois dá uma boa percepção da diferença de certas ideias da PEI de acordo com o interlocutor. Ao contrário dos comunicados com os países americanos, cheios das citadas “democracia” em abstrato, ocidentalismo vago e citações religiosas aleatórias, o comunicado com a Polônia tem bastante abrangência temática e é o mais detalhado de todos os disponibilizados no livro de Dantas em termos de dados e de ações concretas a serem tomadas.

Por exemplo, o comunicado, feito durante a visita oficial de San Tiago à Polônia de 14 a 17 de maio de 1962, diz que os dois ministros, do Brasil e da Polônia, concordaram sobre “as relações de coexistência e cooperação entre Estados” baseadas “no respeito ao sistema social, ideológico, político e econômico de cada um deles e no mais amplo desenvolvimento da cooperação internacional”, defenderam os princípios do “respeito à soberania e à não intervenção nos negócios internos dos Estados; extinção do colonialismo sob todas as suas formas; solução das divergências através das negociações e dos meios pacíficos.” (DANTAS, 2011, p. 249-250)

Também defenderam “o desarmamento completo e geral, sob controle eficaz, para assegurar a preservação da paz”, a transferência de recursos da corrida armamentista para o “desenvolvimento dos países subdesenvolvidos”, e a conclusão de “um acordo de cessação definitiva das experiências de armas nucleares e termonucleares.” Criticaram a “aceleração da corrida aos armamentos atômicos” como “o mais grave perigo para a humanidade”, a “disseminação de armas de destruição em massa”, e defenderam a “criação de zonas desatomizadas”. Expressaram confiança acerca das negociações “sobre o problema alemão” e esperança de que “através dos trabalhos da Comissão dos 18 em Genebra, serão alcançados progressos substanciais em matéria de desarmamento” (DANTAS, 2011, p. 250-251)

Após citarem a ideia de que “se concluir um pacto de não agressão entre os países signatários da OTAN e do Tratado de Varsóvia contribuiria para a eliminação da tensão internacional”, San Tiago:

manifestou o aplauso de seu governo pelos esforços coroados de êxito levados a efeito pela Polônia na **reconstrução** de seu país destruído pela guerra, no **desenvolvimento de sua economia nacional** e de sua vida cultural, bem como nos **propósitos pacifistas** que têm inspirado as iniciativas do governo polonês em favor **da coexistência e do desarmamento** (DANTAS, 2011, p. 251, grifos nossos).

Por sua vez:

O Ministro de Negócios Estrangeiros da Polônia exprimiu o apreço de seu governo pelos **esforços impressionantes que o Brasil vem realizando para desenvolver a sua economia nacional** e pelo progresso já alcançado no sentido de aumentar e diversificar suas relações com todos os Estados de acordo com a posição internacional que corresponde às justas aspirações do povo brasileiro, contribuindo

assim para a preservação da paz na América e no mundo (DANTAS, 2011, p. 251, grifos nossos)

O comunicado se encerra com uma série informações sobre as relações entre os dois países em variados âmbitos, citando vários dados e estimativas econômicas, tais como “as possibilidades completas de expandir as trocas entre os dois países, tendo por objetivo atingir no mais breve prazo um nível efetivo de comércio de cerca de 70 milhões de dólares”, e trazendo cinco pontos em que poderiam se incrementar essas relações econômicas, dentre os quais selecionamos, por exemplo, os dois primeiros, por serem bastante reveladores, inclusive, do nível econômico de ambos países (e das vantagens que o Brasil auferiria ao expandir suas trocas comerciais com os países socialistas):

- a) proceder ao fornecimento de consideráveis bens de equipamentos poloneses para o Brasil, tais como: uma estação termoelétrica de 200.000 KW; equipamento para minas de carvão assim como para beneficiamento de carvão; uma fábrica de montagem de tratores e outra de montagem de máquinas agrícolas; preparação de estudos técnicos ‘engeneering’; fornecimento de equipamentos e montagem de uma fábrica de ácido sulfúrico à base de pirita, com capacidade de produção de 150 toneladas por dia;
- b) proceder ao aumento através de contratos a longo termo de fornecimento de produtos brasileiros agrícolas e minerais, tais como café, cacau, arroz, algodão, minérios de ferro, sisal e produtos oleaginosos, etc.; (DANTAS, 2011, p. 251-252).

Se entre junho e setembro de 1962 temos como acontecimento relevante em termos de política externa a visita ao Brasil, em 8 de agosto, do Secretário-Geral da ONU, U-Thant, com direito a almoço no Palácio da Alvorada (MARCELINO, 2009, p. 43-45), teremos alguns fatos muito importantes na política interna do país. De acordo com Vizontini (1995, 254-255):

A crise social e a radicalização política acentuaram-se. O Gabinete Tancredo Neves não tinha forças para enfrentar a situação e caiu em julho. Amplas mobilizações nacionalistas e esquerdistas defendiam a posse de um Gabinete chefiado por Dantas, mas a direita do Congresso recusa o nome do Chanceler devido à sua posição em Punta del Este. A instabilidade é geral e Auro de Moura Andrade, o nome indicado, renuncia antes de assumir. Quem toma posse é Francisco Brochado da Rocha (PSD/RS), que ocupará o cargo de Primeiro-Ministro por apenas 2 meses (16 de julho a 17 de setembro). Durante o Gabinete Brochado da Rocha, Afonso Arinos voltou a ocupar o ministério das Relações Exteriores, mantendo a linha básica da PEI, enquanto Walter Moreira Salles continuava como Ministro da Fazenda. A instabilidade permanece, bem como a oposição da direita,

e Brochado renuncia para permitir a antecipação de um plebiscito sobre a questão do parlamentarismo versus presidencialismo, e, como consequência, habilitar o governo a promover as reformas de base.

Em 18 de setembro, depois de duas quedas de gabinetes, o político da Bahia Hermes Lima é indicado como primeiro-ministro, passando a exercer de forma cumulativa o cargo de Ministro das Relações Exteriores (GARCIA, 2005, p. 187; VIZENTNI, 1995, p. 256). Nesse meio tempo, em 3 de setembro é promulgada a Lei 4.131, a “Lei do Capital Estrangeiro”, estabelecendo uma taxa progressiva sobre a remessa de lucros, e visando o estímulo ao reinvestimento no país e desestímulo ao repatriamento. Também trazia o Regulamento para a transferência de tecnologia, pagamento de royalties e demais direitos sobre patentes³⁸⁹ e assistência técnica, sendo uma orientação básica de evitar a evasão de divisas. Era novamente o tema das “remessas de lucros” em tela, depois da experiência com Vargas, e a lei é considerada uma “vitória para os elementos nacionalistas, enquanto recrudescia a luta em torno da convocação de um plebiscito” e teria levado “o Embaixador [dos EUA] Lincoln Gordon a considerar que o Brasil dera uma ‘guinada para a esquerda’” (VIZENTINI, 1995, p. 256-257).

Após a criação, no penúltimo dia de setembro, da Organização Internacional do Café (OIC), com sede em Londres (GARCIA, 2005, p. 187) e de particular – porém pouco explorado – interesse do Brasil, o mês de outubro iria trazer um dos mais interessantes (e amplamente considerado um dos mais perigosos, se não o mais perigoso) momentos da Guerra Fria: a chamada “Crise dos mísseis em Cuba”.

A URSS, em um dos lances mais “quentes” da Guerra Fria, em resposta à instalação de mísseis nucleares estadunidenses na Turquia e à tentativa de invasão de Cuba no ano anterior, resolvera, também, instalar seus próprios mísseis nas proximidades dos Estados Unidos, na ilha caribenha. Em 14 de outubro, o governo dos EUA divulga fotos aéreas de cerca de 40 silos para abrigarem mísseis

³⁸⁹ No documento “Minuta de relatório sobre a política externa do Brasil a partir do estabelecimento do governo parlamentar até março de 1962, preparado por Dário Moreira de Castro Alves”, vemos que a PEI tinha uma certa sensibilidade quanto ao tema dos royalties patentes: “Apresentou o Brasil, na Assembleia Geral da ONU, um projeto pelo qual a organização internacional vai proceder a um exaustivo estudo do **problema das patentes internacionais de invenção, com o fim de estabelecer um regime que melhor atenda às necessidades dos países subdesenvolvidos, cujos balanços de pagamento são, às vezes, pesadamente onerados com o pagamento de regalias**. A tese brasileira de que o problema das patentes internacionais deve ser considerado não somente em seu aspecto jurídico, como também em seu aspecto econômico e social, foi amplamente aceita, tendo o projeto brasileiro sido aprovado por grande maioria.” (FRANCO, 2007, p. 310-311, grifos nossos).

instalados em Cuba, declarando considerar aquilo inaceitável e considerando o ocorrido, praticamente, um ato de guerra. “Em 22 de outubro Kennedy anunciava o bloqueio naval de Cuba e exigia a retirada imediata dos foguetes” (VIZENTINI, 1995, p. 258).

Uma grande tensão se espalha pelo mundo e a iminência de uma guerra nuclear parece real. “Os Estados latino-americanos, instados pela OEA, aprovaram unanimemente o bloqueio naval para evitar o afluxo de armas”, inclusive o Brasil, que ao menos não deu “seu assentimento ao dispositivo do projeto de resolução que autorizava o emprego de forças armadas para medidas que impliquem na intervenção em território cubano” (VIZENTINI, 1995, p. 258). Depois de aproximadamente 13 dias a URSS resolve recuar, em função de intrincadas negociações com os EUA (e suas armas na Europa, especialmente na Turquia) e, no dia 28 de outubro, dá ordens para o desmantelamento das armas e seu retorno à URSS, enquanto os EUA retiram seus mísseis da Turquia, teoricamente encerrando a crise.

Para Vizentini (1995, p. 259), “A crise dos mísseis representava um elemento altamente negativo para a Política Externa Independente”, inclusive porque o Brasil, mesmo tentando “manter seus princípios diplomáticos” fora “obrigado a ceder [aos EUA] em alguns pontos”. Esse tipo de atitude, contudo, não apenas enfraquecia a PEI como, e bem ao estilo político dos EUA, “não alterava a percepção americana da posição brasileira como pró-cubana” (Idem). Durante a crise, inclusive, o chefe da Casa Militar da Presidência do Brasil, general Albino Silva, viaja a Cuba para oferecer a Fidel Castro os “bons ofícios do governo brasileiro no conflito” (GARCIA, 2005, p. 187).

Por outro lado, no contexto da crise, em 26 de outubro, o Marechal Tito manda uma carta a Jango³⁹⁰, comentando sobre os acontecimentos. A carta, que não é exatamente longa, vai reconfirmar uma percepção que tivemos na declaração conjunta Brasil-Iugoslávia, sobre semelhanças e convergências entre as políticas externas “não-alinhada” de um e “independente” de outro, agora, de certo modo, pelas palavras do próprio Tito:

Na minha opinião, no grave momento atual, seria muito útil que os líderes dos **países que não pertencem a blocos e que são**

³⁹⁰ Disponível em: <https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/letter-yugoslav-president-tito-brazilian-president-goulart>. Acesso em: 24 fev. 2024.

independentes afirmassem a sua influência pessoal através de mensagens dirigidas aos Presidentes do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral. No que me diz respeito, tenho a intenção de o fazer o mais rapidamente possível.

Peço-lhe que me desculpe pela liberdade que tomei e pela brevidade desta mensagem, que é consequência da gravidade da situação e do seu carácter urgente.

De minha parte, ficaria muito grato em receber qualquer uma de suas sugestões ou opiniões a respeito do significado e conteúdo de qualquer ação subsequente (TITO, 1962, grifos nossos).

Do outro lado do planeta, um dos países não-alinhados e um dos países socialistas (ainda que não exatamente pertencente ao Bloco Socialista, e cada vez mais distante deste) se vê envolvido num conflito armado: um ataque de forças chinesas, em 20 de outubro, exacerba relações hostis que vinham desde pelo menos o aceite da Índia em oferecer asilo ao líder tibetano Dalai Lama, e conduz a um conflito fronteiriço entre Índia e China (GARCIA, 2005, p. 188).

Enquanto, na Europa, Tito visita a URSS entre 3 e 20 de dezembro, passando brevemente por Budapeste dia 21 (BOGETIĆ, 1980, p. 399), o ano se encerra com um importante acontecimento no Brasil e duas ações em direção aos países socialistas. Em 15 de dezembro, o secretário de Justiça estadunidense (e irmão do presidente) Robert Kennedy se encontra com Goulart em Brasília, para discutir indenizações nos casos da AMFORP e da subsidiária da ITT, expropriadas pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola (GARCIA, 2005, p. 188). Também no Brasil, se cria a Comissão de Coordenação do Comércio com os Países Socialistas da Europa Oriental (COLESTE), um órgão interministerial com sede no Itamaraty e se firma, ainda, um acordo de Comércio com a China socialista (Idem).

Em seu discurso, na instalação do COLESTE, em 27 de dezembro de 1962, o ministro Hermes Lima diz que “O COLESTE, tal como previsto no decreto 1.880, visa a promover essa coordenação”, e explicitando que:

A idéia de um órgão dinamizador do intercâmbio comercial com a área socialista não é nova. Baseia-se no reconhecimento de dois fatos:

- 1) que o mundo socialista, por ser a área que apresenta a maior taxa de crescimento econômico contínuo, oferece um mercado de alta potencialidade, capaz não só de consumir quantidades crescentes de produtos primários tradicionais da nossa pauta de exportação, mas também de absorver bens industriais fabricados no Brasil; e
- 2) que, em virtude de diferenças estruturais, as relações comerciais com os países de economia centralmente planificada oferecem dificuldades operacionais que demandam coordenação rápida e

estreita dos órgãos governamentais interessados no problema e desses com os setores da produção (FRANCO, 2008, p. 71).

O discurso prossegue tocando em assuntos como “dificuldades no balanço de pagamentos, custo despropositadamente oneroso da acumulação de estoques de café e, acima de tudo, o desastroso impacto das flutuações nas relações de troca” e que esses problemas “poderiam ser, em parte, anulados por um esforço de expansão do nosso comércio com a área socialista.” (FRANCO, 2008, p. 72). Após reiterar “que esse esforço não se destinava a substituir ou deslocar áreas de comércio tradicional brasileiro”, e sustentar com vários dados “as perdas de divisas resultantes da queda dos preços de nossos produtos de exportação”, paga o tipo de pedágio ideológico do período, ao também reiterar que:

Essa missão será cumprida sobre **bases friamente técnicas e em obediência, exclusivamente, aos superiores interesses nacionais.** A expansão do intercâmbio com a área socialista é objetivo de política comercial. Assim sendo, **não tem e nem poderia ter qualquer motivação de natureza política ou ideológica.** Não envolve simpatias, preferências ou inclinações. É ato de soberania fundado em razões de ordem econômica e comercial e somente como tal deve ser entendida (FRANCO, 2008, p. 73, grifos nossos).

E esclarece:

Por outro lado, a intensificação desse intercâmbio não deve ser encarada como uma simples relação de trocas estipuladas pelo governo. Somos movidos, nesse caso, pela **necessidade de incrementar**, dentro de um critério geral, **as nossas exportações** – que vêm diminuindo sensivelmente de valor, como é sabido – **a fim de podermos importar desses mercados as matérias-primas, os alimentos, os produtos químicos, os bens de capital que nos permitam atender às imperiosas necessidades do desenvolvimento econômico do país** (FRANCO, 2008, p. 73, grifos nossos).

No dia seguinte, dia 28, o Brasil também acerta o acima referido “Acordo de Comércio com a República Popular China” (GARCIA, 2005, p. 188). E nesse mesmo dia, um outro acontecimento internacional de relevo, do outro lado do Atlântico, parcialmente envolvendo Brasil, Iugoslávia e Suécia, ocorre. As forças integrantes da ONU se vêem num verdadeiro conflito “quente”: a “A Operação Grandslam”.

A ONU foi criada pela resolução 143 (1960) do Conselho de Segurança de 14 de julho de 1960 “para fornecer ao Governo do Congo a assistência militar que

possa ser necessária até que [...] as forças de segurança nacionais possam ser capazes, na opinião do Governo, de cumprir plenamente as suas tarefas". O mandato inicial da ONUC era assegurar a retirada das forças belgas da República do Congo, ajudar o Governo na manutenção da lei e da ordem e fornecer assistência técnica. A função da ONUC foi posteriormente modificada para incluir a manutenção da integridade territorial e da independência política do Congo, evitando a ocorrência de guerra civil e garantindo a remoção do Congo de todo o pessoal militar, paramilitar e consultivo estrangeiro que não esteja sob o Comando das Nações Unidas, e de todos os mercenários (ONUC, s/d, s/p³⁹¹; FAGANELLO, 2013, p. 62). Trinta países³⁹² enviaram contingentes militares, incluindo Brasil³⁹³, Iugoslávia, e, sobretudo, Suécia, que chegou a fornecer inclusive o primeiro líder civil (Sture Linner) e o primeiro líder militar (Carl C. von Horn) da operação (ONUC, s/d, s/p³⁹⁴).

Na implementação do seu mandato, a ONUC foi autorizada a usar a força, se necessário. Se pela resolução 161 de 21 de fevereiro de 1961, o CSNU instou que as Nações Unidas "tomassem imediatamente todas as medidas apropriadas para prevenir a ocorrência de guerra civil no Congo, incluindo [...] o uso da força, se necessário, em último recurso", na resolução 169, de 24 de novembro de 1961, o CSNU autorizou o Secretário-Geral "a tomar medidas vigorosas, incluindo o uso da medida de força necessária, se necessário, para a apreensão imediata, detenção enquanto se aguarda ação legal e/ou deportação de todo o pessoal militar e paramilitar estrangeiro e conselheiros políticos que não estejam sob o Comando das

³⁹¹ Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/past/onucM.htm>. Acesso em: 24 fev. 2024.

³⁹² "CONTRIBUTORS OF MILITARY PERSONNEL: Argentina, Austria, **Brazil**, Burma, Canada, Ceylon, Denmark, Ethiopia, Ghana, Guinea, India, Indonesia, Iran, Ireland, Italy, Liberia, Malaya, Federation of Mali, Morocco, Netherlands, Nigeria, Norway, Pakistan, Philippines, Sierra Leone, Sudan, **Sweden**, Tunisia, United Arab Republic and **Yugoslavia**" (grifos nossos). Gostaríamos de destacar a grande presença, na ONUC, dos países presentes na Conferência de Belgrado.

³⁹³ Durante a vigência da PEI, o Brasil participou de três operações de paz da ONU: a UNEF I (I Força de Emergência das Nações Unidas, Canal de Suez-Sinai-Faixa de Gaza, 1956-1967), a ONUC (Operações das Nações Unidas no Congo, Congo, 1960-1964) e a UNSF (Força de Segurança das Nações Unidas na Nova Guiné Ocidental, Nova Guiné Ocidental, 1962) (OLIVEIRA JUNIOR & GÓES, 2010, p. 44). Sobre a ONUC: "Nos países africanos, com alguns aspectos mais próximos da cultura brasileira, como no Congo, o Brasil enviou, pela missão United Nations Operation in the Congo (ONUC), um contingente relativamente alto de tropa, quase 200 militares. Até então, esse havia sido o maior contingente de tropa brasileira enviado para uma operação de paz." (OLIVEIRA JUNIOR & GÓES, 2010, p.19).

³⁹⁴ Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/past/onucF.html>. Acesso em: 24 fev. 2024.

Nações Unidas, e mercenários”. (ONUC, s/d, s/p; AKSU, 2003, p.119; FAGANELLO, 2013, p. 62)

Foi nesse espírito da última resolução que foi deflagrada a “Operação Grandslam”³⁹⁵, ofensiva empreendida pelas forças de paz da ONU entre 28 de dezembro de 1962 a 15 de janeiro de 1963 contra as forças do Estado de Katanga, estado separatista que se rebelou contra a então República do Congo. As forças de Katanga foram derrotadas de forma decisiva e o território foi reintegrado à força ao Congo (BOULDEN, 2001, p. 39-40; DORN, 2013, p. 1414-1415; AKSU, 2003, p. 119).

Em fevereiro de 1963, após a reintegração de Katanga no território nacional do Congo, foi iniciada uma eliminação progressiva da ONUC, visando a sua extinção até ao final desse ano. A pedido do Governo congolês, porém, a Assembleia Geral autorizou a permanência de um número reduzido de tropas por mais seis meses. A ONUC foi completamente retirada em 30 de junho de 1964. (ONUC, s/d, s/p; AKSU, 2003, p. 119; DORN, 2013, p. 1417-1418; BOULDEN, 2001, p. 40).

4.3 1963: DESARMAMENTO, DESENVOLVIMENTO, DESCOLONIZAÇÃO, DESALINHAMENTO

Enquanto a ONUC empreende a maior ação militar até então realizada pela ONU, visando o fim do separatismo de Katanga no Congo e a expulsão dos belgas, em nome de uma maior estabilidade no país africano, do lado de cá do Atlântico os brasileiros também tomavam atitudes – ainda que muitíssimo mais moderadas – para também conseguir uma maior estabilidade. Dia 6 de janeiro é realizado um referendo acerca da manutenção do parlamentarismo ou da possibilidade da volta da presidencialismo, e este último vence, ampliando/restaurando os poderes de Goulart (GARCIA, 2005, p. 188). Ato contínuo, Celso Furtado elabora o Plano Trienal de Desenvolvimento com ajuda de uma equipe ligada à CEPAL, San Tiago Dantas é

³⁹⁵ Algumas fontes trazem que os países participantes da operação foram Etiópia, Gana, Índia, Irlanda, **Suécia** e Tunísia (além de apoio dos EUA, e eventuais participações de Malásia, Nigéria e Noruega). Contudo Estrada (2021, p. 37) alude a um contingente brasileiro que foi para o Congo justamente no contexto da operação: “O novo grupo começou a seguir para o Congo a partir de dezembro de 1962, sob o comando do Ten Cel Av Hélio Langsch Keller. Diante da resistência de Katanga, ficou evidente que a ONU precisava de um número maior de militares em suas frentes de batalha. Atendendo ao pedido, a FAB enviou, no Quarto Contingente, um total de 27 oficiais e 42 suboficiais, sargentos e cabos, que só se retiraram definitivamente do Congo no primeiro trimestre de 1964.”

indicado para a pasta da Fazenda (ficará de 24 de janeiro a 20 de junho de 1963), e Hermes Lima, aliado do cargo de Primeiro-Ministro, permanecerá como ministro das Relações Exteriores (até 18 de junho) (GARCIA, 2005, p. 188; VIZENTINI, 1995, p. 263-264).

Neste período o Brasil passa a se preparar, diplomaticamente, para a vindoura “Conferência Internacional de Comércio e Desenvolvimento” (que ocorrerá em 1964). Documentos contendo “Trecho do relatório preparado pelo ministro Miguel Álvaro Osório de Almeida, sobre os trabalhos da segunda comissão, item 36 da agenda, da XVII sessão da Assembléia Geral da ONU: Conferência Internacional de Comércio e Desenvolvimento” e “Instruções à delegação do Brasil à primeira reunião da comissão preparatória da Conferência sobre Comércio e Desenvolvimento”, são disponibilizados em 22 e 23 de janeiro de 1963. Nesses documentos reaparecem, ainda mais focados nas temáticas econômicas, algumas das marcas da PEI: a necessidade do Brasil ampliar mercados para seus produtos primários, tanto nos mercados capitalistas (e pedindo maior liberdade para fazê-lo, com menos restrições), quanto nos mercados socialistas (implicitamente desejando paz para fazê-lo), para obter um crescimento econômico que garanta não apenas o cumprimento de seus compromissos (dívidas) como aumentos suficientes da renda per capita; abertura maior dos mercados capitalistas desenvolvidos para os produtos industrializados e semi-industrializados brasileiros (também desejando menos restrições); uma espécie de “permissão” para importar produtos deste tipo dos países socialistas; aprimorar o GATT (deixando-o menos injusto, menos pró-países desenvolvidos) e as condições para um “comércio para o desenvolvimento”; tentar impedir a deterioração dos termos de troca; evitar polêmicas e divergências; etc. (FRANCO, 2008, p. 89-98).

Em meio a estes acontecimentos, em 31 de janeiro há a apreensão, por parte da Marinha brasileira, de três barcos de pesca franceses que capturavam lagostas sem autorização nas costas do Nordeste (GARCIA, 2005, p. 188). O mês de fevereiro será marcado pela França enviando “o contratorpedeiro Tartu para a região e, como resposta, o Brasil mobilizando navios de guerra (22 de fevereiro) no episódio conhecido como ‘**guerra da lagosta**’”. (GARCIA, 2005, grifos no original).

O mês de março de 1963 terá dois acontecimentos importantes. No começo do mês, dia 2, Goulart decreta a Lei nº 4.214 que dispõe sobre o “Estatuto do Trabalhador Rural”, visando, entre outras coisas, a extensão dos mesmos direitos

dos trabalhadores urbanos aos rurais (em 4 de agosto o avanço será refreado quando a Câmara dos Deputados rejeita o Estatuto da Terra). Essa conquista dos trabalhadores brasileiros durante o governo presidencialista de Goulart soma-se a de meses antes quando a Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, instituiu a “Gratificação de Natal para os Trabalhadores” (ou, popularmente, o 13º salário). Essas conquistas trabalhistas no Brasil acompanhavam, de certo modo, outros avanços no mundo. Por exemplo, no mesmo ano de 1963 são introduzidas, na Suécia, quatro semanas de férias remuneradas³⁹⁶ (SCOBIE, 2006, p. xxiv), e, na Iugoslávia, a jornada de trabalho oficial que era de 48 horas, foi reduzida para 42 horas³⁹⁷ (WOODWARD, 1995, p. 272).

Em fins de março, San Tiago Dantas, agora como ministro da Fazenda, visita os EUA a fim de obter apoio financeiro para o Plano Trienal e firma, no dia 25, o chamado “Acordo Bell-Dantas” com a Agência para o Desenvolvimento Internacional dos EUA (USAID), condicionando a solução dos casos AMFORP e ITT, e do cumprimento das metas do FMI (GARCIA, 2005, p. 188; VIZENTINI, 1995, p.269). Na recorrente ambiguidade do período, a solução dos casos AMFORP e ITT nos moldes desejados pelos EUA, bem como o cumprimento das metas do FMI, tidas como etapas para se conseguir recursos para o Plano Trienal, são, precisamente, alguns dos principais elementos com potencial de inviabilizar o próprio Plano Trienal.

Decisões importantes são tomadas em abril. No dia 7 entra em vigor a “Constituição Iugoslava de 1963”, a segunda constituição da Iugoslávia Socialista, substituindo a de 1946 (garantindo as profundas alterações introduzidas pelas emendas de 1953, inclusive aprofundando e fortalecendo muitas destas, como no caso da Autogestão). A Assembleia Federal parlamentar do país (Skupština) foi dividida em cinco câmaras diferentes, uma câmara geral, a Câmara Federal, e quatro câmaras com responsabilidades burocráticas específicas³⁹⁸. (CURTIS, 1992, p. 174-175).

O presidente Josip Broz Tito manteve o cargo de presidente do SKJ, mas renunciou ao cargo de presidente do Conselho Executivo Federal, uma mudança

³⁹⁶ No Brasil a legislação garantia, por exemplo, 15 dias úteis de férias para cada 12 meses trabalhados.

³⁹⁷ A jornada Iugoslava seria ainda reduzida para 40 horas (mais uma hora extra permitida) em 1965 e para 36 (mais uma) em 1970.

³⁹⁸ A constituição determinava que as seis repúblicas individuais fossem representadas apenas na Câmara das Nacionalidades, uma parte da Câmara Federal, que em 1967 se tornaria uma câmara separada, a sexta câmara da Assembleia.

que separou ainda mais as funções do partido e do Estado. A constituição de 1963 também introduziu o conceito de rotação, que proibia a permanência em cargos executivos de nível superior ou inferior por mais de dois mandatos de quatro anos. Além disso, ampliou os direitos humanos e civis e estabeleceu procedimentos judiciais constitucionalmente garantidos (CURTIS, 1992, p. 174-175).

Porém, talvez a mais explícita mudança realizada pela constituição foi a mudança do nome do país, deixando este de ser a “República Popular Federativa da Iugoslávia” e passando a ser a “República Socialista Federativa da Iugoslávia”. Dois pontos chamam a atenção na mudança do nome do país. A primeira é a manutenção do adjetivo “Federativa”, reforçando o caráter federal – portanto não unitário – da República Socialista, prestigiando assim, de certo modo, algumas das forças nacionalistas no seio de cada uma das seis repúblicas constituintes do país. Ainda quanto a esse adjetivo, chama a atenção, conforme aventado anteriormente, que em servo-croata o termo é “*Federativna*”, que pode ser traduzido para o português como “Federativo” mesmo, porém em inglês esse adjetivo costuma aparecer como “Federal”, o que poderia permitir – e às vezes acontece – a tradução para “Federal” também em português, para o nome do país, no estilo da “República Federal da Alemanha”. Por fim esse adjetivo, “Federativa” vai anteceder em 6 anos seu uso também pelo Brasil, após as mudanças constitucionais de 1967/1969, que mudarão o nome do país de Estados Unidos do Brasil para República Federativa do Brasil. O segundo ponto que gostaríamos de abordar sobre a mudança do nome da Iugoslávia é a supressão do adjetivo “Popular”, tão caro a vários países socialistas de então, como nos casos das Repúblicas Populares da Polônia, da Hungria, da Bulgária e da China. Alguns países mudarão parcialmente de nome ao estilo iugoslavo: a Romênia em 1965 passará também de uma República Popular para uma República Socialista, e a Albânia que passará de uma República Popular para uma República Popular Socialista da Albânia em 1976.

Abril de 1963 também será o mês no qual, no dia 20, o Brasil e a URSS concluem diversos acordos de comércio e pagamentos, em vista do aumento do intercâmbio bilateral, que já se havia duplicado desde o reestabelecimento das relações. Os acordos preveem a abertura de um escritório comercial brasileiro na URSS e uma representação comercial soviética no Brasil (GARCIA, 2005, 189), fortalecendo o acalentado objetivo da PEI em incrementar nossos intercâmbios comerciais.

Buscando aproximar-se da América Latina, o presidente Goulart visita o Chile, dia 22, na primeira visita oficial de um chefe de estado brasileiro a esse país (GARCIA, 2005, p. 189). De acordo com Garcia (2005, p. 189), “no plano hemisférico o governo brasileiro intenta preservar um espaço de autonomia político-econômica em um contexto de pressões estadunidenses em aumento”, pressões estas que Vizentini (1995, p. 259-260) diz ter aumentado, progressivamente, desde a crise dos mísseis em Cuba.

Uma semana depois, em 29 de abril, os presidentes da Bolívia, Brasil, Chile, Equador e México firmam uma declaração conjunta sobre desnuclearização da América Latina, comprometendo-se a não fabricar, receber, armazenar nem testar armas nucleares (GARCIA, 2005, p. 189). Dependendo da ótica de “nacionalismo” e “soberania” que se olhe essa declaração, as interpretações sobre ela podem ser várias, inclusive de que a mesma fere gravemente o “nacionalismo” e a “soberania” dos países envolvidos e do Brasil em particular.

Contudo a declaração segue com certa consistência o que havia sido a PEI até então, bem como possivelmente agradou ambas as superpotências e alinhou ainda mais a política externa expressa pelo Brasil com as expressas pela Suécia (especialmente desde o “Plano Undén”) e pela Iugoslávia (especialmente desde a Declaração de Belgrado). No “Documento 15” da coletânea de Franco (2008), intitulado “Declaração conjunta dos presidentes da Bolívia, Brasil, Chile, Equador e México sobre desnuclearização da América Latina. Mensagens trocadas entre os presidentes João Goulart, do Brasil, e Adolfo López Mateos, do México Circular n. 4.675, de 30 de maio de 1963” (FRANCO, 2008, p. 109), destacamos algumas partes importantes.

Primeiramente que a delegação do Brasil já havia apresentado à XVII Assembléia Geral das Nações Unidas, em 29 de outubro de 1962, um projeto de resolução sobre a desnuclearização da América Latina com praticamente os mesmos itens da Declaração, projeto este que recebeu posteriormente a assinatura da Bolívia, Chile e Equador (FRANCO, 2008, p. 109). Entre 21 de março e 8 de abril de 1963, Lopez Mateos e Jango trocaram cartas sobre o assunto (FRANCO, 2008, p. 110-115). Até que temos, amplamente inspirada e baseada no projeto de resolução brasileiro, já apoiado por Bolívia, Chile, Equador, o acréscimo da presença

do México para a “Declaração conjunta, de 30 de abril de 1963, dos presidentes do Brasil, Bolívia, Chile, Equador e México”³⁹⁹.

O mês de maio será marcado, internacionalmente, pela Criação da Organização da Unidade Africana (OUA) em Adis-Abeba, no dia 28, um acontecimento ao qual Garcia (2005, p. 189) emenda que “a política brasileira para a África ainda se limita a retórica, pois o Brasil se mantém em uma posição ambígua em relação às províncias ultramarinas portuguesas e à África do Sul.” Ou, como constará na “Declaração do representante do Brasil no Conselho de Segurança, sobre a situação dos territórios sob dominação portuguesa” de 24 de julho de 1963, apesar do Brasil ser defensor da descolonização e da autodeterminação dos povos, e crítico do “não-cumprimento, por Portugal, dos princípios da Carta e das resoluções da Assembléia Geral”, o país se orgulha de pertencer à “comunidade luso-brasiera”, e, sem “deixar de apoiar a independência de Angola, Moçambique e outros territórios”, “não abdica da esperança de uma ação radicalmente nova e altamente construtiva de Portugal nesta matéria e coloca, desde já, sua diplomacia a serviço dessa esperança.” (FRANCO, 2008, p.155-160).

No Brasil, uma instabilidade interna se pronuncia. De acordo com Vizentini (1995, p. 269) os estadunidenses haviam feito “toda sorte de imposições” no Acordo Bell-Dantas:

San Tiago Dantas cedeu o quanto pode e autorizou o Embaixador Campos a assinar um memorandum (22 de abril de 1963) [nos EUA], pelo qual o governo brasileiro de comprometeria a assinar o contrato de compra da AMFORP até 1º de julho daquele ano” (VIZENTINI, 1995, p. 260).

A reação a esse e a outros acontecimentos, por parte dos “nacionalistas” brasileiros, não demorou e, no mesmo dia da criação da OUA, 28 de maio, “Brizola denuncia em cadeia de Rádio e TV as medidas tomadas por San Tiago Dantas como ‘negociata e crime de lesa-pátria’” (VIZENTINI, 1995, p. 270). Menos de um mês depois há uma reforma ministerial, para tentar fazer frente à situação desfavorável geral. Saem San Tiago Dantas e Hermes Lima (sendo que este vai para o STF), e assumem Carvalho Pinto e o político e jurista piauiense Evandro Cavalcanti Lins e

³⁹⁹ Não nos parece uma mera coincidência que os três países observadores da Conferência de Belgrado foram, justamente, Brasil, Bolívia e Equador. O México será um observador na II Cúpula dos não-alinhados, no Cairo, em outubro de 1964.

Silva, ligado ao governo Goulart, para os ministérios da Fazenda e das Relações Exteriores, respectivamente (VIZENTINI, 1995, p. 270; GARCIA, 2005, p. 189).

Em junho, na Iugoslávia, Tito recebe a visita do líder indonésio Sukarno, dia 12, e é reeleito Presidente da República Socialista Federativa da Iugoslávia, dia 30 (BOGETIĆ, 1980, p. 399). Um mês depois, em 27 de julho, Tito estará em visita à Skopje, capital da República Socialista da Macedônia “destruída por um terremoto catastrófico”⁴⁰⁰ (Idem).

O mês de agosto se inicia com a assinatura, dia 5, do “Tratado de Moscou” (oficialmente “*Treaty Banning Nuclear Weapon Tests in the Atmosphere, in Outer Space and Under Water*”)⁴⁰¹, por EUA, URSS e Reino Unido, fora das iniciativas da ONU (incluindo a Conferência de Genebra, da qual Brasil e Suécia faziam parte) e que promove a proscrição das experiências com armas nucleares na atmosfera, no espaço cósmico e sob a água. Sobre o tema, temos a “Declaração do presidente João Goulart sobre a assinatura, por parte do Brasil, do tratado que proíbe as experiências nucleares”, na qual diz que o presidente instruiu os “embaixadores do Brasil em Londres, Moscou e Washington, para assinar ad referendum do Congresso Nacional” esse Tratado – o Brasil assinará em Londres e Washington, em 8 de agosto de 1963, e em Moscou, a 9 de agosto de 1963 (FRANCO, 2008, p. 164).

A declaração ainda lembra que “Em Genebra, no âmbito da Conferência de Dezoito Nações sobre o Desarmamento” o Brasil já havia proposto “a assinatura de um tratado de proscrição das experiências nucleares na atmosfera, no espaço cósmico e sob a água”, exaltou a eventual contribuição da “diplomacia brasileira” para o Tratado, e manifestou “a decisão do povo brasileiro de prosseguir na luta por um mundo desarmado e desnuclearizado”, e que “Hoje, mais do que nunca, a luta

⁴⁰⁰ A destruição de Skopje propiciou um acontecimento interessante: sua reconstrução, através do “Plano para Skopje 1963”. Esse foi o plano urbano e arquitetônico apresentado para reconstruir a cidade após o terremoto, tendo sido organizado entre 1963 e 1966 pelo governo da Iugoslávia e pelas Nações Unidas. A reconstrução da cidade atraiu grande atenção internacional, o que levou ao envolvimento de um grande número de arquitetos renomados. A ONU convidou Kenzo Tange e sua equipe para participar num concurso internacional para o desenho urbano do centro da cidade em 1965, junto com várias equipes de arquitetura iugoslavas e internacionais, no qual os japoneses acabaram vencendo. Envolvendo os estilos “Metabolismo”, “Brutalismo” e a Arquitetura da Iugoslávia em geral, é considerado culturalmente relevante devido à atenção e colaboração internacional apoiada pela ONU e um raro exemplo de união efetivamente internacional durante a Guerra Fria. Parte importante das construções do período têm sido reformadas e/ou destruídas pelo projeto “Skopje 2014”, que, na esteira das contrarrevoluções dos anos 1990 e da ascensão da extrema-direita mundial nos anos 2010, tem focado em tornar a cidade mais ao estilo “neoclássico” (para alguns, “kitsch” até) e menos “modernista/brutalista”.

⁴⁰¹ Disponível em: <https://www.docsteach.org/documents/document/test-ban-treaty>. Acesso em: 24 fev. 2024.

pela paz e pelo desarmamento se confunde com a luta pelo desenvolvimento econômico e social” (FRANCO, 2008, p. 164-165).

Dias depois, João Augusto de Araújo Castro substitui Evandro Cavalcante Lins e Silva no Ministério das Relações Exteriores (GARCIA, 2005, p. 189). Araújo Castro, em seu “Discurso de posse” como ministro, dia 22 de agosto de 1963, após render elogios a Lins e Silva, que, a exemplo de Hermes Lima, também fora indicado ao STF, pede “Aos alarmados e aos descrentes, onde quer que eles se encontrem – no centro, à direita ou à esquerda –, [...] que tenham um pouco mais de confiança em nosso país e no Itamaraty.”, frisando que “que nunca estivemos tão presentes nem tão atuantes no cenário internacional” (FRANCO, 2008, p. 175-176). E já antecipa a ideia de que “Em Nova York e em Genebra, em todo e qualquer foro internacional, a diplomacia brasileira não deixará de bater-se pelos grandes temas **do desarmamento, do desenvolvimento econômico e da descolonização.**”, e que estes “são temas e objetivos arrolados na Carta das Nações Unidas.” (FRANCO, 2008, p. 177, grifos nossos). Também relembra que o Brasil já tinha tido “em Genebra, a responsabilidade da iniciativa da proposta de um tratado parcial sobre proscrição de experiências nucleares na atmosfera, sob a água e no espaço cósmico”, defendendo que a assinatura do tratado “veio abrir novas e grandes perspectivas para a causa da paz e do desarmamento.” (Idem).

E prossegue:

No tocante ao segundo ponto, o Brasil terá de realizar grandes esforços, no sentido de obter dos órgãos internacionais um reconhecimento da estreita correlação existente entre a estrutura do comércio internacional e o problema do desenvolvimento econômico. É por isso que nos temos batido e continuaremos a nos bater pelo estabelecimento de uma organização internacional de comércio, que venha a corrigir os efeitos nocivos das vigentes distorções que determinam e condicionam a ruínosa deterioração de preços de matérias primas e produtos básicos no mercado internacional. Visamos a um sistema de segurança coletiva no campo econômico, paralelo àquele que temos ajudado a construir no campo político e de segurança (FRANCO, 2008, p. 178).

Cita a ALPRO, “formulada, precisamente, há dois anos”, e a ALALC, sendo que esta “em virtude de instruções pessoais e diretas do presidente João Goulart, constitui um dos objetivos imediatos da diplomacia brasileira.” (FRANCO, 2008, p. 178). Argumenta desejar ver a descolonização “realizada num clima de compreensão recíproca” e afirma, categoricamente que “**O Brasil não pertence a**

blocos. O Brasil integra um sistema, ou mais precisamente, o sistema interamericano, o sistema que para nós significa um instrumento de trabalho em prol da paz e do entendimento entre as nações.” (FRANCO, 2008, p. 179, grifos nossos), seguindo por um tom crítico aos discursos e atitudes realizados no âmbito da OEA.

Comenta sobre a “necessidade de expansão de nosso comércio exterior, diversificação de nossa pauta de exportação e defesa intransigente da posição de nossos produtos no mercado internacional”, referindo-se “especificamente à situação do café, dada a importância fundamental desse produto em nossas receitas cambiais.” (FRANCO, 2008, p. 179). Finaliza lembrando que trabalha “há 23 anos” no Itamaraty e que acredita que este “continuará a dar execução a esta política externa independente – de afirmação brasileira, fraternidade continental e vocação universal – que será em toda linha preservada e que situa o Brasil no mundo em que terá de viver” (FRANCO, 2008, p. 180).

Ainda antes do fim do mês de agosto tem-se um “Trecho do relatório, preparado pelo secretário Eduardo Moreira Hosanah, sobre o Pacto Multilateral de Não-Agressão, no âmbito da Conferência do Comitê das Dezoito Potências sobre Desarmamento”, no qual revela-se que “O discurso pronunciado, em 22 de agosto, pelo embaixador Josué de Castro, [...] foi um dos fatos importantes do período recém-encerrado da Conferência do Desarmamento” e que “A idéia da elaboração de um tratado multilateral de não-agressão despertou reações oficiosas altamente favoráveis” entre diplomatas e imprensa, apesar da oposição da “delegação italiana, porta-voz da ala mais conservadora do bloco ocidental” contra um “pacto de não-agressão OTAN-Varsóvia”, que era o cerne da ideia brasileira (FRANCO, 2011, p. 181) – ainda que a crítica italiana, sobre as limitações continentais de um tratado desse tipo fosse pertinente, sobretudo porque, em nosso ponto de vista, em tese, seria justamente a “ONU” esse “tratado” de “não-agressão”, e que, ao fim e ao cabo, a OTAN tenha sido criada justamente para inviabilizar a paz prometida pela constituição da ONU.

O mês de setembro trará dois momentos cruciais para o nosso trabalho: a visita de Tito à América Latina (e ao Brasil, especialmente) e o já citado Discurso dos Três Ds, de Araújo Castro na AGNU, ambos na segunda quinzena do mês. Contudo, antes disso, o Brasil passará por dois momentos relevantes. Em 4 de setembro, “por discordar da orientação do governo, frequentemente acusado de ‘esquerdismo’,

Roberto Campos, embaixador em Washington, apresenta sua demissão do cargo, mas permanece a pedido de Goulart” (GARCIA, 2005, p. 190), numa atitude que desagradou certos setores “nacionalistas”, inclusive aqueles que apelidavam Campos, por sua verve “entreguista” e antinacionalista, de “Bob Fields”. Premido pela diminuição dos “investimentos estrangeiros no país e a ajuda financeira estadunidense ao Brasil” entre 1962 e 1963 (GARCIA, 2005, p. 190), Jango considerava Campos um interlocutor que, por ser tido em alta conta pelos EUA, poderia ajudar a reverter esse processo de algum modo. O que não deixa de ser uma verdade, ainda que deformada, visto seu papel durante a ditadura que se seguiria. Em outro momento de instabilidade interna, tem-se em 12 de setembro a “Revolta dos sargentos”, contra a decisão do STF de reafirmar a inelegibilidade dos sargentos para os órgãos do Poder Legislativo, prevista na Constituição de 1946.

Contudo, dias depois, parte as atenções nacionais estariam voltadas para um fato inédito. Após a visita do Ministro das Relações Exteriores da Iugoslávia, Koča Popović, em 1962, em setembro de 1963, é a vez da visita do Presidente Tito. Se Koča Popović foi o primeiro ministro das Relações Exteriores da Iugoslávia, a visitar oficialmente o Brasil durante toda a história das relações iugoslava-brasileiras, Tito seria o primeiro presidente a fazer o mesmo. Ao mesmo tempo, ambos foram “os primeiros altos funcionários de um Estado socialista a serem convidados do governo brasileiro” (BOGETIĆ, 2019, p. 25).

4.3.1 – A viagem de Tito ao Brasil e à América Latina e um breve panorama das relações iugoslavas-brasileiras

Em fins de agosto Tito volta a se envolver mais direta e pessoalmente com os assuntos de política internacional, e visita, em 30 de agosto, à cidade eslovena de Velenje com Khrushchev (ZDUNIC, 1980, p. 399). Dia 3 de setembro é noticiado que “A Iugoslávia terá acesso ao COMECON como observador” (OESP, 4/9/1963, capa), e, em fins de setembro, Tito iniciará outra turnê mundial, com destaque para os países subdesenvolvidos. Após grandes viagens pela Ásia e pela África, era chegada a vez da América Latina.

Após uma breve passagem pela África, onde esteve em 18 de setembro na Libéria, Tito atravessa o Atlântico em direção à América do Sul. Visitando o Brasil entre 18 e 23 de setembro, o Chile entre 23 e 28 do mesmo mês, e passando pela

Bolívia, Tito ainda visitará o México entre 2 e 6 de outubro (ZDUNIC, 1980, p. 399). Na segunda quinzena de outubro, Tito ainda realizará uma segunda visita aos EUA, entre os dias 17 e 25 (Idem), onde fará um discurso na AGNU – ainda que já fora do “debate geral” – no dia 22 de outubro.

Não julgamos ser coincidência que três das mais longas viagens da carreira de Tito tenham sido para os três (sub)continentes do subdesenvolvimento, como assinalará anos depois a OSPAAAL e a Tricontinental: Ásia, África e América Latina. Tampouco julgamos ser coincidência que, na América Latina, ele tenha visitado ao menos 4 dos 5 signatários da “Declaração conjunta dos presidentes da Bolívia, Brasil, Chile, Equador e México sobre desnuclearização da América Latina” – não obtivemos a informação se Tito chegou a visitar o Equador entre a viagem à Bolívia e ao México. Ao contrário, parece demonstrar o interesse consistente de Tito nas pautas do desarmamento/desnuclearização (tema da Declaração) e do desenvolvimento (tema da OPA e, ao menos de certa forma, da ALPRO).

Contudo, iremos nos ater sobretudo à viagem de Tito ao Brasil. Já foi dito que o período entre 1959 e 1964 pode ser considerado como o melhor período entre as relações iugoslavas-brasileiras, e as visitas de Koca Popovic em 1962 e de Tito em 1963 comprovam e reafirmam. De acordo com Bogetić (2019, p. 25, grifos nossos):

Nas conversas cordiais de Koča Popović, e mais tarde de Tito, com o novo líder brasileiro João Goulart, **a semelhança de pontos de vista sobre quase todos os problemas internacionais importantes e medidas que deveriam ser tomadas na esfera das relações internacionais, a fim de melhorar a cooperação e melhor posicionamento dos países em desenvolvimento veio à tona.**

E prossegue o autor:

As autoridades iugoslavas ficaram particularmente impressionadas com as explicações de seus anfitriões de que o Brasil quer reduzir a sua dependência da ajuda econômica dos EUA e, portanto, defende a abertura mais ampla possível do seu país a todas as partes do mundo e a todos os atores para cooperação comercial e financeira multilateral equitativa e institucionalizada, desprovida de quaisquer elementos de discriminação econômica (BOGETIĆ, 2019, p. 25).

E isso tudo, além de realmente ser reiterado pelo discurso da PEI brasileira, era particularmente presente nos discursos e práticas políticas iugoslavas. Para além das convergências quanto à “descolonização” e ao “desarmamento”, havia

grande convergência e especial complementaridade quanto ao “desenvolvimento”. A Iugoslávia parecia um parceiro ideal tanto para a penetração de nossos produtos primários e, quiçá, alguns produtos industrializados e “Bens culturais” (particularmente música, cinema, arquitetura e esporte, que naqueles anos projetavam particularmente o Brasil no exterior), como a Iugoslávia poderia ampliar nosso leque de possibilidade para adquirirmos variados produtos industrializados, especialmente máquinas, equipamentos e veículos. Ainda que a Iugoslávia tivesse apenas 1/3 da população brasileira, devido a aspectos de sua economia, como a igualdade econômica típica do socialismo e sua relativamente alta renda per capita, garantiria um mercado efetivo para nossos produtos talvez de tamanho semelhante ao nosso próprio.

Numa breve recapitulação das relações entre a Iugoslávia socialista e o Brasil, lembramos que o então vice-presidente do Brasil, o Café Filho, visitou a Iugoslávia, ainda em agosto de 1951, tendo sido recebido por Tito em Bled, no dia 22, e recebido, inclusive, a “Ordem da Bandeira Iugoslava, 1ª Classe” dia 25 (TEODOSIĆ, 2019, p. 71). No ano seguinte, em 1952, lembrando que estávamos no contexto do Período Informbirô e no qual a Iugoslávia estava particularmente próxima dos EUA e de seus subordinados, as representações diplomáticas dos governos liderados por Tito e Vargas são elevadas a Embaixadas.

Um segundo contato interessante é a visita à Iugoslávia, entre 18 e 24 de maio de 1956, já no governo JK, de uma delegação parlamentar brasileira chefiada por Ivete Vargas⁴⁰² (TEODOSIĆ, 2019, p. 72). A delegação manteve conversações com representantes da Assembleia Nacional da Iugoslávia, depositou uma coroa de flores no monumento ao Herói Desconhecido em Avala e visitou as instalações da fábrica “IMR” em Rakovica, “Litostroj” em Ljubljana, a central hidroelétrica “Medvode” e o estaleiro em Rijeka, além de também ser recebida por Tito no dia 21 (TEODOSIĆ, 2019, p. 72-73).

Em 1º de abril de 1958 fora assinado o já citado “Acordo sobre Comércio e Pagamentos”, e em julho de 1959, o então deputado federal e (futuro) candidato à presidência do Brasil, Jânio Quadros, faz sua visita oficial à Iugoslávia, reunindo-se em Brioni com Tito e Ljubo Babić, presidente da Comissão de Comércio Exterior.

⁴⁰² De acordo com Almino Afonso, em entrevista realizada ao canal “Tutaméia TV”, Ivete era a única parlamentar mulher quando ele iniciou sua carreira no Congresso. “Entrevista com Almino Afonso abre série sobre os sessenta anos do golpe militar”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Pij8R37iuKM>. Acesso em: 4 mar. 2024.

Ainda antes da posse de Quadros como presidente, portanto nos estertores do governo JK, temos um interessante símbolo de aproximação cultural entre os dois países com a abertura da exposição de obras de pintores brasileiros no Mali Kalemegdan, na presença do embaixador brasileiro Ruy Ribeiro Couto e do pintor iugoslavo Aleksa Čelebonović, dia 10 de janeiro de 1961, em Belgrado (TEODOSIĆ, 2019, p. 83).

Já na vigência do governo Quadros, em 21 de fevereiro de 1961, e nos primeiros momentos da PEI, Leo Mates, então Secretário Geral da Presidência da República da Iugoslávia, informa Koča Popović, já Secretário de Estado das Relações Exteriores, que o presidente Tito “aceitou o convite do Presidente brasileiro Jânio Quadros para visitar o Brasil” (TEODOSIĆ, 2019, p. 74). Este informe, inclusive, é o primeiro parágrafo da parte do livro *“Belgrade – Brasília, 80 years of diplomatic relations”* (que estamos usando extensivamente) dedicada a “Visita do Presidente da RSFI, Josip Broz Tito, ao Brasil, 18–23 de Setembro de 1963”. Em fins de abril de 1961 a Missão liderada por João Dantas se encontrará com Tito em Belgrado, no dia 29, e, no mesmo dia, Tomas Granfil e João Dantas, chefes das delegações iugoslava e brasileira assinam o “Protocolo Dantas” que altera o Acordo sobre Comércio e Pagamentos de 1º de abril de 1958 (TEODOSIĆ, 2019, p. 79).

Em julho, Tito efetiva o convite a Jânio Quadros, para participar da “Primeira Conferência de Países Não Alinhados em Belgrado”, (TEODOSIĆ, 2019, p. 67) confirmando certos temores expressos semanas antes por Araújo Castro em seu relatório. E “Na primeira Conferência de Estados ou Governos de Países Não Alinhados, de 1º a 6 de setembro de 1961, em Belgrado, a Delegação Brasileira, chefiada pelo Embaixador do Brasil na Suíça [Afrânio] De Mello Franco Filho”, participou como observador (Idem).

No mesmo mês de setembro de 1961, temos o “Relatório de Aleksa Čelebonović sobre a próxima participação da RPFI na 6ª Bienal de São Paulo” (TEODOSIĆ, 2019, p. 83), no dia 21, e a “Mensagem de Tancredo Neves, Presidente do Conselho de Ministros dos Estados Unidos do Brasil” a Tito, “sobre a difícil situação política no mundo e a posição do Brasil sobre o assunto”, no dia 27 (TEODOSIĆ, 2019, p. 68), revelando o interesse de certa proximidade política do novo governo brasileiro, e sustentando a PEI iniciada por Quadros.

No mês seguinte, em 9 de outubro, temos a “Nota do Departamento V da Secretaria de Estado das Relações Exteriores da RPFI sobre a necessidade de

marcação de nova data para a visita de Josip Broz Tito, Presidente da RPFI ao Brasil devido à crise política ali existente” (TEODOSIĆ, 2019, p. 75), em virtude do conturbado período brasileiro entre a renúncia de Quadros em 25 de agosto e a confirmação de que o novo governo (apoiado numa precária fórmula parlamentarista) não cairia e/ou manteria uma orientação semelhante à PEI, especialmente com sua abertura política e econômica aos países socialistas.

Até que em maio de 1962 Koča Popović realiza a já citada visita oficial ao Brasil, durante a qual foram assinados a “Convenção sobre Cooperação Cultural” e o “Acordo de Cooperação Científico-Técnica entre os Estados Unidos do Brasil e a RSFI”, no Rio de Janeiro (TEODOSIĆ, 2019, p. 74). Cinco meses depois têm-se a também já citada “Mensagem de Josip Broz Tito, Presidente da RPFI, a João Goulart, Presidente do Brasil, sobre a crise cubana e a necessidade de engajar os chefes dos países não-blocos e independentes, enviando mensagens aos presidentes do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral da ONU”, seguida da “resposta de João Goulart, Presidente dos Estados Unidos do Brasil - a Josip Broz Tito, Presidente da RPFI sobre sua mensagem sobre a crise cubana de 26 de outubro” (TEODOSIĆ, 2019, p. 68). Esse ciclo de correspondências se encerrará com uma carta de Tito a Jango, de 15 de janeiro de 1963, “expressando sua satisfação com a resolução da crise cubana, sua simpatia pela política do Brasil e de seu presidente durante aquela crise, e seu desejo de visitar o Brasil”, e a resposta de Jango a Tito, dia 5 de fevereiro, “sobre a situação política internacional e a possibilidade da visita de Tito ao Brasil” (TEODOSIĆ, 2019, p. 82-83).

Se em 12 de agosto de 1963 temos o “Acordo de princípio sobre entendimento e nota sobre discussões entre a Comunidade das Empresas Portuárias de Rijeka e a Empresa Brasileira de Produção e Exportação de Minério de Ferro⁴⁰³”, talvez o momento mais explícito de uma intenção de relações econômicas e estratégicas entre os dois países, no mês seguinte teremos o que foi o momento máximo de proximidade política: a “visita do Presidente da RSFI, Josip Broz Tito, ao Brasil, 18–23 de Setembro de 1963” (TEODOSIĆ, 2019, p. 74).

⁴⁰³ Traduzir esse acordo foi um desafio. A tradução que utilizamos foi a direta de “Начелни споразум о разумевању и забелешка о разговорима између Заједнице лучких подuzeћа Ријека и Бразилске компаније за производњу и извоз гвоздене руде”. Para uma comparação, em inglês, na obra bilingue, aparece como “Principal Understanding Agreement and Record of talks between the Community of Port Companies of Rijeka and the Brazilian Iron Ore Company”. Como veremos a seguir, a parte brasileira era apenas a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) mesmo.

Esta será uma visita relativamente longa, na qual teremos a assinatura de uma declaração conjunta, além de outros tipos de documentos como acordos e protocolos. Em fontes oficiais fora difícil encontrar esses documentos, inclusive a declaração. O fato de o acervo da Revista Brasileira de Política Internacional não estar mais disponível na internet para anos anteriores a 1997 também foi um impedimento. O que nos restou foi a investigação na imprensa da época, para encontrarmos ao menos vestígios e fragmentos. A declaração conjunta encontramos numa edição do Jornal o Estado de S. Paulo (OESP), de 21 de setembro de 1963, na página 7. Entretanto a leitura foi muito dificultosa em virtude de aparentes problemas de impressão, conservação e/ou digitalização da página. Contudo, cremos que conseguimos extrair algo. Outrossim, gostaríamos de destacar também o caráter predominante da cobertura do OESP da viagem de Tito ao Brasil e de seus antecedentes imediatos.

Entre 1 e 30 de setembro de 1963 identificamos, nos arquivos do OESP, aproximadamente 42 matérias associadas à visita de Tito à América, especialmente à América Latina, e, mais especialmente ainda, ao Brasil⁴⁰⁴. Dessas 42, 24 matérias são dedicadas a críticas e protestos contra a visita de Tito ao Brasil⁴⁰⁵, vindas de políticos, “movimentos femininos” aleatórios e, sobretudo, de católicos, com destaque para membros da Igreja. Três matérias são dedicadas a protestos contra a visita de Tito ao Chile (2) e ao México (1). As demais 15 matérias enfocam notícias digamos mais “noticiosas” sobre a viagem de Tito à América, e sobretudo suas atividades no Brasil.

Destas últimas destacamos, por exemplo, a matéria com o relativamente simpático título de “Tito caixeiro viajante do neutralismo”, da agência “AP” de “Santiago do Chile”, e publicada na capa da edição de 7 de setembro de 1963. O texto diz que a visita de Tito traria a esse “hemisfério” “dois transcendentais elementos políticos relativamente novos nessa zona: o neutralismo e o comunismo ‘independente’, como bases para a coexistência pacífica internacional”. Segue argumentando que o itinerário parecia ter sido escolhido deliberadamente para oferecer esses “produtos”, porque os países escolhidos para a viagem – **“o Brasil, o**

⁴⁰⁴ Ver a lista das notícias nos Apêndices.

⁴⁰⁵ Interessante notar que, enquanto um representante da grande imprensa nacional, como o OESP, vocalizava fortemente as críticas e os protestos contra Tito, o governo federal em si parecia demonstrar satisfação com a presença do ilustre convidado. Ao ponto de “Por ocasião da visita de Josip Broz Tito, presidente da RSFI ao Brasil, os Correios brasileiros emitiram um selo postal comemorativo com sua imagem” (TEODOSIĆ, 2019, p. 75).

Chile, a Bolívia e o México – distinguem-se frequentemente de seus vizinhos latino americanos por determinadas atitudes de sua política exterior” (grifos nossos).

Considerando Tito, Nasser e Nehru como os três principais líderes neutralistas do mundo, e que Tito é o primeiro (e único dos três?) a visitar a América Latina, relembra que “Sukarno, outro dirigente importante do mundo neutralista, esteve no Hemisfério há dois anos, mas em uma viagem sem maiores alcances políticos”. Citando o embaixador iugoslavo no Chile sobre a viagem de Tito, afirma que: “A coexistência pacífica de nações com sistemas sociais e políticos diferentes será um dos temas principais que o presidente Tito desejará discutir com os dirigentes latino-americanos”. E finaliza com a seguinte citação apócrifa:

Tito é duas coisas: o criador de uma forma de comunismo independente, a qual queria atrair os partidos comunistas, socialistas e outros grupos de esquerda de qualquer parte; é também um dos principais dirigentes neutralistas do mundo. Em sua viagem procurará obter apoio seja para sua doutrina privada⁴⁰⁶ de comunismo independente de Moscou e de Pequim, seja para o movimento neutralista, que compartilha com a Índia, a República Árabe Unida, a Indonésia, Ghana e outras muitas nações afro-asiáticas.⁴⁰⁷

A visita de Tito ao Brasil se dará entre os dias 18 e 23 de setembro, e legará, entre outras coisas, a “Assinatura da Declaração Conjunta sobre as Conversações entre Josip Broz Tito, Presidente da RSFI e João Goulart, Presidente do Brasil” em “Brasília, 20 de setembro de 1963.” (TEODOSIĆ, 2019, p. 75). Sobre a declaração, que, como afirmamos acima, só tivemos contato com a publicada pelo OESP em 21 de setembro, abordaremos abaixo, juntamente com outras matérias, que julgamos importantes, publicadas sobre a viagem.

A declaração conjunta, além de “expor os resultados das conversas mantidas entre ambos”, revela que Goulart aceitou o convite de Tito para visitar a Iugoslávia. Numa síntese do próprio OESP, na matéria “Goulart aceita convite para ir à Iugoslávia”:

Entre outras coisas o documento assinala que a preservação da paz continua sendo a principal tarefa dos Estados, expressa a esperança

⁴⁰⁶ Apontamos que nos pareceu um tanto ofensivo e desrespeitoso atribuir a uma figura como Tito uma “doutrina privada de comunismo”, inclusive pelo significado que a palavra “privada” tem entre os comunistas.

⁴⁰⁷ Notamos a ausência de Cuba, tanto numa citação direta quanto no escopo.

de que a iniciativa do recente acordo de proscrição parcial das provas nucleares será seguida de outras medidas concretas nesse terreno, consigna satisfação pelo progresso já alcançado na luta contra o colonialismo e verifica 'com satisfação que as relações econômicas entres os dois países se desenvolvem favoravelmente e que existem amplas possibilidades para ulterior fortalecimento da colaboração mútua nesse domínio (OESP, 21/09/1963, p. 7).

Tocando no texto em si da declaração, publicada, segundo o próprio jornal, na íntegra pelo OESP (e sob a mesma manchete citada acima), a declaração toca nos temas do aumento da “importância internacional” dos dois países, da paz, do desarmamento, e que ambas as políticas externas apoiam “quaisquer medidas tendentes a promover a harmonia, a cooperação e a solidariedade entre todos os países, quaisquer que sejam seus regimes políticos, tipos de organização social e graus de desenvolvimento econômico” (OESP, 21/09/1963, p.7). Também defende o “estabelecimento de zonas desnuclearizadas”, uma “eliminação mais rápida da discriminação racial”, e elogiaram a atuação da ONU “nesse e noutros aspectos, como a constante reafirmação do direito de autodeterminação dos povos, de respeito mútuo e igualdade, e de não-intervenção nos assuntos internos de cada país”. Consideraram “grave” o “problema de desnível entre os países industrializados e os países em processo de desenvolvimento”, criticaram as “atuais normas e princípios que regem as relações econômicas internacionais”, numa análise, típica da época, de que o comércio mundial (inclusive com e entre os países capitalistas) devesse ou pudesse ser “instrumento para a sustentação e aceleração do crescimento econômico dos países em desenvolvimento”, citando, inclusive, a “contínua deterioração das relações de troca”, reafirmando o apoio à vindoura UNCTAD e aludindo que esta deveria ser realizada no “espírito de cooperação internacional e determinação política” da Carta de São Francisco (Idem). Também expressaram a concordância com a “declaração dos países em desenvolvimento” elaborada “ao término da segunda sessão do Comitê preparativo, e assinada por representantes dos **17 países subdesenvolvidos que integram esse comitê, dentre os quais o Brasil e a Iugoslávia**”. (Idem, grifos nossos)

Além da declaração, temos, na matéria “Instituído o grupo misto de cooperação industrial” (OESP, 21/09/1963, p.7), que os presidentes assinaram um “acordo sobre a cooperação industrial”, que instituiu um “grupo misto de cooperação industrial” entre os dois países, e um “protocolo sobre as conversações

econômicas”, visando o aumento do intercâmbio e da cooperação econômica além de acelerar as transações comerciais.

Embora inicialmente se tivesse anunciado que seriam assinados quatro acordos – sobre facilidades para passaportes, cartas rogatórias, assistência jurídica gratuita do Estado aos cidadãos dos dois países e cooperação industrial – somente o último ficou pronto (OESP, 21/09/1963, p. 7).

E segue a matéria:

As duas delegações assinalaram com especial agrado a assinatura, durante a estadia do presidente Josip Broz Tito no Brasil, de dois importantes documentos incorporando novas e dinâmicas possibilidades de cooperação econômica entre o Brasil e a Iugoslávia: o ‘Acordo sobre a criação do Grupo Misto de Cooperação Industrial’ e o contrato de cooperação econômica entre a Associação do Porto de Rijeka e a Companhia Vale do Rio Doce⁴⁰⁸. No primeiro caso, esperava-se, entre outras coisas, também uma ‘atuação conjunta de indústrias’ dos dois países ‘no mercado internacional importador de máquinas e equipamentos’ (OESP, 21/9, p. 7).

Para além dos diálogos de cúpula, também tivemos discussões econômicas de assessores, como sobre a possibilidade de o Brasil importar tratores da Iugoslávia, com condições de juros e prazos vantajosas para o Brasil, e a Iugoslávia ampliar (triplicar) a importação de produtos brasileiros. O Brasil inclusive decidiu participar da Feira de Zagreb em 1964, com seus produtos industriais.

Na mesma página 7 temos uma detalhada cobertura, intitulada “Lacerda recebe moções de apoio por ter ficado contra a visita [de Tito]”, das críticas à vinda do “ditador comunista e excomungado Tito” ao “católico e democrático Brasil”, e moções de apoio a Carlos Lacerda, governador da Guanabara que se recusou a se encontrar com Tito.⁴⁰⁹ E temos também uma interessante matéria, “O mal. Tito elogia Brasília no encontro com líderes sindicais”, sobre o encontro que Tito teve alguns líderes sindicais brasileiros, estes elogiosos a Tito e críticos a Lacerda, e matéria na qual Tito qualifica sua visita como uma “visita de paz” (OESP, 21/09/1963, p.7).

⁴⁰⁸ Complementando nota anterior, essa “tradução” do acordo, veiculado pelo OESP, nos parece mesmo melhor.

⁴⁰⁹ Também na mesma página tem-se um grande quadro dedicado, de forma elogiosa, às falas antissindicalistas do General Pery Beviláqua, com fortes elogios a este, e com fortíssimas críticas aos sindicalistas brasileiros organizados. Citada como sendo publicada, no dia anterior, no Jornal do Brasil, a nota é um eloquente e sintético exemplo do “clima político” do Brasil pré-Golpe.

Na página seguinte, a 8 da mesma edição de 21/09/1963, o OESP dedica um grande espaço à matéria “Goulart e Tito reafirmam plena coincidência das suas posições”. Inicia-se relatando o discurso de abertura de Goulart para a reunião das delegações técnicas brasileira e iugoslava, no qual o mesmo apoia o tratado de proscrição dos testes nucleares, considerando-o apenas “um primeiro passo no sentido do desarmamento”. Em seguida o texto procede críticas sutis mas explícitas ao discurso “de improviso” de Tito, e, adiante, transcreve o que o jornal diz ser o discurso de Goulart na ocasião. Além de tocar no tema do desarmamento nuclear, o discurso também aborda a descolonização⁴¹⁰, endossando que a ONU se esforce para eliminar “os últimos resíduos” que ainda restariam do “regime colonial”, porém de “forma pacífica”, incorrendo a ideia típica de que seria do “próprio interesse das potências colonizadoras assistir os povos independentes no caminho da emancipação” e coisas do tipo, sobretudo no que tange à conciliação. Argumenta que a presença das “novas nações” na ONU contribui para os temas **“do desarmamento, da descolonização e das medidas para o desenvolvimento”** (grifos nossos). Goulart ainda defendeu o aumento do número de membros do CSNU e do ECOSOC “para uma representação mais adequada dessas novas nações ingressantes”.

Em seguida temos o discurso de Tito, no qual o líder iugoslavo já abre dizendo estar **“absolutamente de acordo”** (grifos nossos) com Goulart, mencionando o Tratado de Moscou e defendendo algumas ideias suas a respeito de “como dar prosseguimento a esse processo que está em curso”, dizendo que percebeu em seu encontro com Kruchev um interesse em prosseguir no caminho da “solução pacífica para os problemas pendentes”, e que tinha impressão semelhante em relação aos EUA, inclusive citando sua vindoura troca de ideias com Kennedy.

Tito também tematiza a “Descolonização”, novamente concordando com Goulart, porém criticando os “ouvidos moucos” de Portugal/Angola e África do Sul, e argumentando que esse processo “contribuirá para a diminuição das tensões” mundiais. E prossegue dizendo que acha “que **entre os pontos de vista dos governos brasileiro e iugoslavo não há diferenças na essência**”, aludindo também às “questões econômicas” e “da necessidade urgente do desenvolvimento dos países subdesenvolvidos”, conectando o desarmamento com o desenvolvimento

⁴¹⁰ Curiosamente, na subdivisão temática do discurso, proposta pelo OESP, toda a fala de Goulart sobre “descolonização” foi reunida sob o subtítulo “autodeterminação”.

através da transferência de recursos das armas para os países subdesenvolvidos, e o possível papel da ONU nesse processo (grifos nossos). Tito ainda advoga em favor do “Desarmamento”, mesmo que de forma “progressiva” e “paulatina”, e diz que a URSS também parece concordar, em seguida considerando “a formulação de blocos oriental e ocidental” “uma coisa superada”, e que “a questão do sistema social hoje em dia é secundária”, enquanto “o que importa é a questão da guerra e da paz.”

Em seguida Tito diz que também “países não engajados⁴¹¹” seria uma “expressão hoje em dia” superada, pois “a questão se apresenta de forma mais ampla”. Comenta que “hoje” é maior que os 25 participantes da Conferência de Belgrado o número de países defensores da “solução pacífica dos problemas”, da “coexistência pacífica entre países com sistemas sociais diferentes”, e que ainda não encontrou “uma nova expressão para definir o panorama”⁴¹². Após defender que essa “coexistência pacífica” fosse codificada pela ONU, Tito diz olhar com seus “colaboradores” os processos então em andamento de forma mais otimista que dois anos antes, inclusive pelo reconhecimento, por parte das superpotências, dos não-alinhados (e outros países) como “amantes da paz”, e que a coexistência é cada vez mais “universal” e tida como “única alternativa para a salvação da paz”. Finalizando, cita a questão de Berlim, e reitera a solução pacífica das questões, bem como a preservação da paz.⁴¹³

Após esses acontecimentos, Tito seguiu viagem para Chile, Bolívia, México e EUA. Enquanto isso Goulart lidava com a persistente e amplificada instabilidade interna. Concomitantemente à visita de Tito ao Brasil ocorria em Nova York o início da XVIII Sessão da AGNU. E numa sessão em que temos dois registros de discursos iugoslavos, do enviado Vladimir Popovic durante o “debate geral” em setembro mesmo, e do próprio Tito no mês seguinte, temos ainda a abertura da mesma com um dos maiores e mais emblemáticos discursos brasileiros de todos os

⁴¹¹ Em nossa dissertação de mestrado argumentamos que na quase totalidade das oportunidades o OESP não se referia aos países não-alinhados com este termo, e sim com outros, tais como “não comprometidos” e/ou “não compromissados”. Nessa parte da matéria, abrigado sob o subtítulo “Não Alinhados”, o OESP usou o termo “não engajados”, o qual temos grande desconfiança deste ter sido realmente usado por Tito, como dá a entender o texto.

⁴¹² Treze meses depois, no Cairo, seria reunida a II Conferência de Cúpula dos Países Não-Alinhados, com este termo mesmo, “não-alinhados”.

⁴¹³ Os dois últimos parágrafos da matéria, dedicados às “palavras finais” de Goulart, inclusive direcionadas a Tito, estão, infelizmente, ilegíveis.

tempos na AGNU: o Discurso dos 3Ds, proferido por Araújo Castro em 17 de setembro de 1963.

4.3.2 – O “Discurso dos Três Ds” do Brasil na XVIII AGNU

Na abertura da XVIII AGNU, em Nova York, o chanceler Araújo Castro pronuncia o que se tem chamado de “discurso dos três D” (desarmamento, descolonização e desenvolvimento econômico), no qual, de acordo com Garcia (2005, p. 190), “critica a corrida armamentista, condena o colonialismo e defende o conceito de ‘segurança econômica coletiva’”. Em nossa perspectiva esse discurso é realmente simbólico pois sintetiza os limites e as possibilidades da PEI brasileira, bem como expressa o momento de máximo amadurecimento e exposição internacional da mesma, visto que nos meses seguintes não teremos substanciais mudanças de discursos ou de práticas, e que menos de sete meses depois a PEI estaria liquidada pelo Golpe de 1964.

Primeiramente, sobre o autor, Vizontini (1995, p. 272) diz que a escolha de Araújo Castro para chanceler “muito mais que a nomeação de um novo Chanceler, entre os tantos que se sucediam num curto lapso de tempo, tratava-se da consolidação de uma estratégia diplomática”. Fazendo um breve histórico das ideias do diplomata, inclusive articulando-as com o pensamento de Hélio Jaguaribe, Vizontini (1995, p. 273) diz que, “como Ministro, Araújo Castro põe em prática suas teses, explicitadas madura e claramente no famoso discurso ‘Desarmamento, Descolonização e Desenvolvimento’ (os 3Ds)”. E analisa que “Nesta ocasião o neutralismo é formalmente deixado de lado, enfatizando-se exclusivamente a pauta econômica” (Idem), ainda que em vários momentos nós tenhamos visto o Brasil renegando, em discursos oficiais, essa pecha de “neutralismo”.

O discurso em si de Araújo Castro é formalmente composto por 50 parágrafos e dividido em 7 partes: uma espécie de introdução geral não intitulada e mais focada na ONU, uma parte intitulada “Perspectiva política das Nações Unidas” que avança em reflexões sobre a organização e o não-alinhamento, outra intitulada “O veto invisível”, seguida pelas três partes que tornam célebre o discurso, “Desarmamento”, “Desenvolvimento”, e “Descolonização”, finalizando com propostas de “Fortalecimento das Nações Unidas” (FRANCO, 2008, p. 188-211).

A primeira parte é dedicada a uma explanação sobre a ONU como lugar de diversidade de ideias e concepções, e manifesta-se os temores de uma catástrofe atômica. Na segunda parte, alude a algumas mudanças passadas na ONU, como o grande ingresso de novos países africanos e asiáticos, tenta transcender o chamado conflito “Leste-Oeste” e teoriza um pouco, de forma crítica, sobre “neutralismo” e “não alinhamento”, em conexão com a análise de Vizentini acima. Diz o discurso:

O neutralismo ou o não-alinhamento vão perdendo sua solidez e sua consistência à medida que se tornam menos rígidos os pólos que os sustentavam. Não podemos perder de vista que o mundo mudou, do último outubro pra cá, e não podemos deixar de explorar ao máximo as possibilidades de negociação que se abriram com a assinatura do recente tratado parcial sobre experiências nucleares (FRANCO, 2008, p. 189-190).

O parágrafo acima reflete, mesmo que um pouco, as ideias expressas também por Tito em Brasília, sobre a atualidade e validade do termo “não alinhamento” em 1963. A seguir, prossegue-se, num amálgama de crítica desconstrutiva do “não alinhamento” com um real esforço em transferir as disputas de uma arena mais política (e ideológica, e militar) para uma mais eminentemente econômica, num esforço teórico e discursivo até de eventualmente aproximar EUA e URSS entre si, e afastar, de ambos, eventuais terceiros países:

7. Assistimos, no mundo contemporâneo e nas Nações Unidas, à emergência não de blocos neutros ou ‘não-alinhados’, ou de uma terceira força política ou ideológica, mas de afinidades: afinidades talvez menos estáveis, porém, mais atuantes em termos de objetivos táticos, configurados na base de reivindicações comuns. **O que estamos aqui presenciando é a emergência de uma articulação parlamentar no seio das Nações Unidas e uma articulação parlamentar de pequenas e médias potências que se unem, fora ou à margem das ideologias e das polarizações militares, numa luta continuada em torno de três temas fundamentais: Desarmamento, Desenvolvimento econômico e Descolonização.** É fácil precisar o sentido de cada um dos termos desse trinômio. A luta pelo desarmamento é a própria luta pela paz e pela igualdade jurídica de Estados que desejam colocar-se a salvo do medo e da intimidação. A luta pelo desenvolvimento é a própria luta pela emancipação econômica e pela justiça social. A luta pela descolonização, em seu conceito mais amplo, é a própria luta pela emancipação política, pela liberdade e pelos direitos humanos. É esse, Senhores Delegados, o grande movimento que aqui se delineia: movimento de médias e pequenas potências, que, considerando superado o velho esquema maniqueísta de apenas há alguns anos, desejam que as Nações Unidas se adaptem ao mundo de 1963, ao mundo em que terão de viver, debaixo de grandes perigos e no limiar de grandes perspectivas.

Esta articulação parlamentar, ainda não perfeitamente caracterizada, transcende os termos da antiga divisão do mundo em Ocidente, Oriente e mundo “não-alinhado”. Esse movimento, iniciado sob o signo dos três “Ds” mencionados – **Desarmamento, Desenvolvimento econômico e Descolonização** –, não faz senão exigir o cumprimento das promessas já contidas na Carta de São Francisco (FRANCO, 2008, p. 190-191, grifos nossos e no original.)

É possível ver, de certo modo, nas palavras do chanceler brasileiro, uma espécie de germen teórico, um esboço, do que viria a ser o G77, a ser criado no ano seguinte, no âmbito da UNCTAD. Em seguida, volta à reiterada tônica brasileira de rejeitar o “neutralismo” e se localizar no “sistema americano”, contudo, ao invés de prosseguir com a ladainha de que estamos no ocidente, posiciona o Brasil ao lado das “nações latino-americanas e afro-asiáticas”.

8. Cada nação, grande ou pequena, será sempre o melhor juiz de suas necessidades de segurança e defesa. **Meu país, por exemplo, nunca aceitou a designação de neutralismo para sua política externa independente.** O Brasil não pertence a blocos, mas integra um sistema, o sistema interamericano, que concebemos como um instrumento de paz e de entendimento entre todos o [sic] membros da comunidade das nações. O Brasil, como a generalidade das nações latino-americanas e afro-asiáticas, não poderia, entretanto, estar alheio a essa articulação parlamentar, que certamente constitui a ampla maioria dos 111 membros desta organização mundial e impulsiona a sua renovação (FRANCO, 2008, p. 191, grifos nossos e no original).

Na parte de “O veto invisível”, o chanceler brasileiro faz contundentes críticas ao capitalismo, sem citar (ou perceber) que está fazendo isso, ao criticar a corrida armamentista, a pobreza, a opressão colonial, criticando ainda um veto “invisível” basicamente em abstrato, talvez criticando EUA e URSS, ainda que, em nosso entender, a carapuça sirva melhor aos americanos que aos euroasiáticos.

Em seguida temos dez parágrafos dedicados ao “Desarmamento”, no qual o autor cita o “Comitê de Dezoito Nações sobre o Desarmamento” de Genebra, que o Brasil integra, diz que “A presente corrida armamentista [...] prossegue em um ritmo insensato” e seria “a principal responsável pela carência de recursos para as grandes tarefas do desenvolvimento econômico” (FRANCO, 2008, p. 192). Alude às responsabilidades diplomáticas dos “oito países mediadores de Genebra”, frisando que esses países não teriam atuado “como um bloco político, mas como um grupo diplomático, que, num mandato de mediação, procura tenazmente ampliar as tênues áreas de acordo entre os dois blocos de potências”, “em nome da opinião pública

mundial”, e considerando “o Tratado de Proscrição de Ensaios Nucleares na Atmosfera, no Espaço Cósmico e Sob as Águas” como contribuição decisiva da Conferência. Também relembra algumas ações específicas do Brasil na mesma, destacando o “entusiasmo” do governo brasileiro com o tratado bem como sua celeridade em firmá-lo (FRANCO, 2008, p. 193-194).

Após lamentar que o tratado tenha sido conduzido “fora do âmbito da Conferência”, e questionar com certa veemência os motivos disso, também questiona com certa veemência os motivos pelos quais não se tem avançado ainda mais nas negociações sobre o tema (FRANCO, 2008, p. 194-195). E finaliza enfatizando a iniciativa de Brasil, Bolívia, Chile, Equador e México pela “desnuclearização da América Latina”, e a proposta brasileira, realizada em Genebra, de um pacto de não-agressão entre OTAN e Pacto de Varsóvia (FRANCO, 2008, p. 195-196).

O “Desenvolvimento” merecerá 11 longos parágrafos de Araújo Castro, que iniciam relacionando a urgência do “desenvolvimento econômico, pela conjuntura demográfica e econômica mundial” como igual à urgência “do desarmamento”, diferenciando apenas o prazo e a pressa: enquanto o segunda seria forçosamente de resolução lenta, a primeira deveria ser rápida (FRANCO, 2008, p. 197). E dessa relação, cria o seguinte conceito:

Se somos, hoje em dia, inevitavelmente levados a associar a segurança coletiva à noção de desarmamento geral e completo sob controle internacional, somos, de outro lado, levados a associar, iniludivelmente, a noção de segurança coletiva a outra segurança: **a segurança econômica coletiva** (FRANCO, 2008, p. 197-198, grifos nossos)

Ainda que esse conceito já viesse sendo de certo modo trabalhado desde pelo menos o lançamento da OPA, quando se tentava relacionar o subdesenvolvimento da América Latina a uma condição de suscetibilidade ao “perigo comunista”, e que estaríamos mais “seguros” quanto a esse “perigo” se houvesse uma espécie de segurança econômica coletiva advinda de ajuda e financiamentos dos EUA, aqui ele atinge um patamar mais multilateral, internacional e global, inclusive apelando à ONU como organização e aos seus membros.

Após uma série de considerações estruturais e conjunturais da demografia e da economia (mas não da política) internacionais, diz o chanceler: “As atividades

das Nações Unidas no campo do desenvolvimento devem, no entender do meu governo, atender a **três áreas prioritárias: a industrialização, a mobilização de capital para o desenvolvimento e o comércio internacional.**” (FRANCO, 2008, p. 198, grifos nossos). E prossegue, de forma um tanto irrealista:

A doutrina clássica da especialização internacional do trabalho, que condenava os chamados países periféricos à posição imutável de fornecedores de produtos primários, já entrou definitivamente em descrédito e foi substituída por uma teoria econômica mais compatível com as realidades do mundo contemporâneo (FRANCO, 2008, p. 199).

Em seguida o brasileiro chama a atenção que as “Nações Unidas durante muito tempo ocupou-se apenas residualmente do setor industrial, dando ênfase quase exclusiva a setores como a agricultura e a saúde pública”, mas que era hora de avançar também para o “campo da industrialização” (FRANCO, 2008, p. 199). Também defende “a mobilização de capitais para os países subdesenvolvidos, provenientes dos países desenvolvidos, em que esses capitais são abundantes”, chama a atenção para o cuidado que se deve ter com a possibilidade de aumentos de dívidas externas dos países, e exorta à possibilidade de auxílios econômicos que não tivessem condicionamentos políticos embutidos, aludindo inclusive à possibilidade da própria ONU de organizar esses eventuais fluxos de assistência financeira (FRANCO, 2008, p. 200). Nesse sentido também exorta (como já havia sido feito em discursos anteriores de Brasil e Iugoslávia) o “desvio” dos recursos financeiros destinados à corrida armamentista para o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, agora incluindo a ONU como uma possível intermediadora (FRANCO, 2008, p. 201).

Araujo Castro finaliza sua argumentação considerando o tema “do comércio internacional” (o “mais importante”), citando a “deterioração das relações de troca”, criticando o “empobrecimento relativo dos países subdesenvolvidos” e o “agravamento dos desníveis de rendas entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos.”, e depositando expectativas na UNCTAD vindoura em “modificar as tendências do comércio internacional, que operam num sentido desfavorável aos interesses dos países subdesenvolvidos.” (FRANCO, 2008, p. 201). Ou seja: mais críticas contundentes ao sistema capitalista em geral, mas sem citá-lo.

Quanto especificamente à UNCTAD, o chanceler chega a nutrir a esperança que a mesma emita, ao seu final, “uma declaração para a consecução e manutenção da segurança econômica coletiva”, capaz de “ocupar um lugar de relevo ao lado das duas outras declarações de que tanto podemos orgulhar-nos: a Declaração dos Direitos Humanos e a Declaração de Outorga de Independência aos Países e Povos Coloniais.” (FRANCO, 2008, p. 202). E encerra essa parte com digressões acerca de que “o alto estágio do desenvolvimento atingido por um pequeno número de países do mundo não deve, necessariamente, implicar a persistência do subdesenvolvimento dos outros países”, de “que a segurança econômica e social atingida por alguns está em risco, se essa segurança econômica e social não for atingida por todos”, e de que “Assim como a paz é indivisível – pois a paz implica um nexo de interdependência cuja consolidação requer a cooperação das soberanias –, assim também é indivisível o desenvolvimento econômico e social, condição e expressão dessa paz.” (FRANCO, 2008, p. 204).

A parte dedicada à “Descolonização” tem seis parágrafos e inicia asseverando enfaticamente “que a humanidade atingiu a fase final do processo colonial” dos “cinco últimos séculos”, e reconhecendo “que o processo colonial é um arcaísmo histórico e sociológico, cujos resíduos perdurantes são focos de tensões e atritos políticos no mundo contemporâneo, que podem e devem ser, finalmente, erradicados e liquidados.” (FRANCO, 2008, p. 204). Aponta a colonização como “o principal obstáculo ao desenvolvimento das antigas colônias tornadas Estados soberanos”, e que “as teses anticoloniais têm todos os fundamentos – éticos, econômicos, demográficos, sociais, políticos – a seu favor.” (FRANCO, 2008, p. 204-205).

Em seguida, procede-se um breve histórico da descolonização no contexto da ONU, “Desde, pelo menos, a VIII sessão (1953) da Assembléia Geral”, e cita os trabalhos do “Comitê dos 24 para a Descolonização” que “tem atuado de maneira que merece o apoio da grande maioria das Nações Unidas” (FRANCO, 2008, p. 206) – comitê inclusive que a Iugoslávia fazia parte desde sua criação⁴¹⁴. E finaliza essa

⁴¹⁴ O Comitê Especial das Nações Unidas sobre a Situação Relativa à Implementação da Declaração sobre a Concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais, ou Comitê Especial sobre Descolonização (C-24), é um comitê da AGNU criado em 1961 e dedica-se à questão da descolonização. Em 27 de Novembro de 1961, a AGNU criou o precursor da Comissão Especial pela Resolução 1654 (XVI), que estabeleceu uma Comissão Especial de 17 estados membros para examinar a aplicação da Declaração e fazer recomendações sobre como melhor implementá-la. Em 7 de dezembro de 1962, a AGNU, através da Resolução 1810 (XVII), acrescentou sete assentos ao

parte posicionando o Brasil como anticolonial e exortando à ONU a prestar atenção ao “neocolonialismo”:

38. Para o Brasil, a luta pela descolonização abrange todos os aspectos da luta secular pela liberdade e pelos direitos humanos. O Brasil é contra toda forma de colonialismo: político, econômico ou policial. Por esse motivo, o Brasil vê com extremo cuidado a emergência de formas sucedâneas do colonialismo político, formas já consagradas sob a expressão de neocolonialismo. Será, assim, de desejar que os mesmos órgãos das Nações Unidas que ora cuidam da descolonização dentro das Nações Unidas principiemos a voltar as suas vistas para esse novo fenômeno do mundo moderno – cuja periculosidade me dispense de ressaltar (FRANCO, 2008, p. 206).

A parte final do Discurso é dedicada novamente à ONU, mas sobretudo ao seu “fortalecimento”. Após argumentar que a ONU seria “um malogro a mais e o mais doloroso, na longa história de esperança da raça humana” se não enfrentasse com urgência os 3Ds, elogia com veemência o secretário-geral U Thant, considera o saldo da organização como, até então, positivo, e inicia uma série de questionamentos críticos quanto aos motivos de a ONU não ter aplicado uma série relativamente extensa de artigos e capítulos constantes de sua Carta fundadora (FRANCO, 2008, p. 206-208). Ao que, novamente no esforço de aproximar simbolicamente EUA (e por extensão, Reino Unido e França) e URSS, e afastá-los dos propósitos da ONU, vaticina: “A implementação efetiva da Carta esbarra no diretório efetivo exercido pelos grandes. A ação destes, entretanto, seria positiva, se se circunscrevesse aos limites reais e literais da própria Carta.” (FRANCO, 2008, p.208).

O discurso prossegue arguindo por atualizações à Carta da ONU, pela expansão do ECOSOC, pela “criação eventual de novos conselhos e fortalecimento” do CSNU, pela “instrumentação da capacidade de operações efetivas de manutenção da paz”, e, um tanto indignado, pergunta retoricamente sobre a efetividade da ONU “nos mais importantes atos diplomáticos contemporâneos”: “Pois, não é verdade que o Acordo de Proscrição, recém-concertado em Moscou, o foi fora do quadro das Nações Unidas?” (FRANCO, 2008, p. 208). E aponta: “Não há

comitê, elevando o número total de estados membros para 24. Os Estados membros eram os seguintes: “Australia, Bulgária, Cambódia, Chile, Denmark, Ethiopia, India, Iran, Iraq, Italy, Ivory Coast, Madagascar, Mali, Poland, Sierra Leone, Syria, Tanganyika, Tunisia, Union of Soviet Socialist Republics, United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland, United States of America, Uruguay, Venezuela and Yugoslavia.”

dúvida de que, se o círculo vicioso não for superado e o veto invisível não for vencido, com a boa-vontade inclusive das grandes potências, a Carta, de vocação dinâmica, tenderá a imobilizar-se.” (Idem).

Após usar tanto argumentos típicos de um discurso socialista quanto capitalista, como “É necessário que possamos derrubar todas as barreiras que se opõem ao progresso e à liberdade humana” e “Porque, em nosso caminho para o progresso, não pretendemos abdicar da liberdade”, propõe “vitalizar a Carta” de acordo com os seguintes três “fatos” (FRANCO, 2008, p.209-210): de que “O conceito de segurança está hoje indissolivelmente ligado ao conceito de paz”, criticando as armas nucleares e propondo que “o conceito de segurança é realmente coletivo e condicionado ao da paz desarmada coletiva”, logo, a Carta deveria ser atualizada nesses termos e “refletir a nova realidade termonuclear”; de que “Os conceitos econômicos” deveriam estar atualizados na Carta em termos menos generalizados, para auxiliar o desenvolvimento econômico internacional; e que “O conceito de libertação colonial e autodeterminação dos povos, inscrito na Carta, é uma realidade hoje de tal modo indisputável, que sua implementação prática tem de ser precipitada”, abrindo a própria Carta, inclusive, a atualizações que transcendam o texto aceito “pelos 51 Estados-membros fundadores” e possa incorporar sugestões e pontos de vista “dos 60 Estados, admitidos desde 1945”.

E encerra o discurso, após insistir em eventuais revisões à Carta (incluindo propondo um prazo de revisões sistemáticas a cada 5 anos), novamente fazendo uma mescla de “objetivos socialistas” (ainda que inconfessados, e possivelmente impercebidos como tais) e “recursos retorcidos capitalistas”, defendendo os 3Ds e a “liberdade” – que nesse final ganha uma expressiva centralidade:

Na base dessas consultas e diálogos, a delegação do Brasil reserva-se o direito de, conjunta[sic] ou individualmente, apresentar alguns projetos de resolução que possam dar corpo a essas idéias, ligadas a uma nova conceituação das Nações Unidas – as Nações Unidas de 1963. Não é em vão, repito, que se vivem 18 anos de história. E de história na era nuclear. **Desarmamento, Desenvolvimento e Descolonização são as únicas alternativas à morte, à fome e à escravidão.** Porque, em tudo e acima de tudo, o essencial é assegurar a liberdade humana. O homem nada terá obtido de definitivo, se tiver perdido sua liberdade: liberdade de viver, de pensar e de agir. Pelo progresso e pelo desenvolvimento econômico, meu país fará todos os sacrifícios, mas não fará sacrifícios de liberdade. Nenhuma idéia será aceitável para nós, se trouxer consigo a supressão da liberdade humana. **Como a segurança está hoje vinculada à paz, o conceito de liberdade passa a estar vinculado**

ao conceito de progresso social e desenvolvimento econômico. O que queremos é dar alguns passos à frente no caminho da liberdade. E devemos caminhar rápido. Porque o tempo se está tornando curto, tanto para as Nações Unidas quanto para a humanidade (FRANCO, 2008, p. 210-211, grifos nossos e no original).

O discurso dos 3Ds então aponta, como já afirmamos, os limites e as possibilidades de uma PEI que, também expressando contradições da política interna brasileira, postula vários tipos de objetivos tipicamente socialistas (paz, liberdade para os povos, desenvolvimento econômico de todos os países, justiça social, anticolonialismo, antirracismo etc.), tentando realizá-lo por dentro de discurso e práticas tipicamente capitalistas (progresso, “liberdade humana” individual etc.), premido pela necessidade econômica de se ampliar mercados de forma muito mais multilateralizada, especialmente em direção às então muito dinâmicas (e complementares a nossa) economias socialistas, mas sem melindrar o Bloco Capitalista, especialmente EUA e Portugal.

4.3.3 – Os Discursos Sueco e iugoslavos na XVIII AGNU

Na mesma XVIII Sessão da AGNU nós tivemos pela primeira vez um discurso por parte da Suécia desde 1960 (e o primeiro discurso sueco pós-gestão Undén), e dois discursos da Iugoslávia: um do representante do governo iugoslavo, Vladimir Popovic, em 23 de setembro, e outro do próprio marechal Tito, em 22 de outubro.

Quanto aos discursos iugoslavos, trataremos panoramicamente de ambos, iniciando pelo de Popovic⁴¹⁵. Demonstrando certa esperança pelas relações internacionais no momento, após as tensões da crise dos mísseis e a melhoria da situação após o Tratado de Moscou, entendendo-o, também, como passível de “permitir novas medidas concretas no sentido do desarmamento geral e completo.” É, dos discursos que nós lemos, o primeiro a expressar, literalmente, as “perspectivas mais amplas de ‘détente’”, lembrando que a Iugoslávia sempre apoiou iniciativas desse tipo e considerando a melhora na situação internacional como “nosso próprio sucesso, bem como uma conquista geral” (p. 14).

⁴¹⁵ “Speech by Mr. Popovic (Yugoslavia)”. Disponível em: <https://documents.un.org/doc/undoc/gen/nl6/302/92/pdf/nl630292.pdf?token=Y6beVXeikMKIOndpu0&e=true>. Acesso em: 25 fev. 2024.

Sempre defendemos o método de negociação e a política de coexistência em palavras e atos como a única política realista e a única forma realista de sair do impasse a que a guerra fria e a corrida armamentista conduziram o mundo. [...] Também resulta do que parece ser um consenso geral que os governos responsáveis estão a perseguir na prática, e com um espírito realista, uma política de coexistência pacífica (p. 14).

Em seguida, citando Tito, aproxima os “países recentemente independentes” e os “países em desenvolvimento” à luta “pela paz e por uma política de coexistência pacífica”, estabelece uma relação entre “Bandung”, “Belgrado” e a conferência de Adis Abeba na “aceitação comum da política de não-alinhamento e da necessidade de uma atividade crescente por parte dos países africanos na luta pelo fortalecimento da paz e pelo triunfo da política de coexistência pacífica.” (p.14). E afirma:

A era atômica - e já não deve haver qualquer dúvida a este respeito - exige uma mudança dos próprios fundamentos sobre os quais as relações internacionais têm assentado até agora. **Devido a isto, muitos países, independentemente das suas diferenças, desenvolvem opiniões semelhantes ou mesmo idênticas sobre os principais problemas internacionais** (p. 14, grifos nossos).

Na sequência, Popovic questiona o significado da guerra nessa era atômica, e exorta ao “desarmamento geral e completo”, à “resolução de todas as disputas por negociação”, e a “acabar com o colonialismo em todos os seus aspectos” para “garantir o respeito pela independência, pela liberdade” e pelo “desenvolvimento irrestrito de todos os países e povos”. Isto é, de certo modo, os mesmos 3Ds expressos também por Araujo Castro.

Também exorta a “isolar e tornar impotentes as forças que se opõem às atuais tendências favoráveis, os proponentes da guerra fria e da política de força, onde quer que estejam e independentemente do disfarce ou pretexto sob os quais possam defender esta política.” E se colocando como um “país fraco” – de forma semelhante ao recorrente conceito sueco de “países menores” - , diz que “não temos a razão nem o direito de nos mantermos distantes de um caminho que tanto nos esforçamos para iniciar” e relaciona uma “paz duradoura baseada na liberdade, na independência e na igualdade de todos os povos e países” (p. 15).

Com um argumento que vemos tanto no discurso brasileiro como no discurso sueco, Popovic associa a necessidade de “pôr fim à corrida armamentista [...] que

consome enormes recursos financeiros dos países altamente desenvolvidos” com a ideia de usar esses recursos para “tornar possível à humanidade alcançar rapidamente o bem-estar e a prosperidade.” Também há a defesa de se tomar “medidas para impedir a disseminação de armas nucleares e para estabelecer zonas desnuclearizadas”, ao que a “Iugoslávia apoia firmemente tanto as propostas para o estabelecimento de zonas livres de átomos na África e na América Latina”. Diz esperar que “o Comitê de Desarmamento de Dezoito Nações” após o “Acordo de Moscou”, avance no desarmamento “como um todo”, e, ainda em convergência com Suécia – e sobretudo - Brasil, considera “os esforços para concretizar a ideia de um pacto de não agressão entre os membros da OTAN e os signatários do Tratado de Varsóvia e outras iniciativas semelhantes devem ser bem-vindos e apoiados” (p. 15-16).

O iugoslavo também relaciona “o problema do colonialismo” ao “do desenvolvimento econômico” e que “Os esforços para encontrar soluções para esses problemas são parte integrante da luta geral para preservar e fortalecer a paz.” O discurso defende a erradicação imediata dos ‘restos do colonialismo na África e em outros lugares”, por ser este “um problema que afeta diretamente a paz e a segurança internacionais”, citando os problemas nos “territórios sob domínio português”, na “Rodésia do Sul, onde vários milhões de habitantes foram abandonados à mercê da minoria branca”, e “a odiosa política de apartheid na República da África do Sul”, pois “vão contra o curso da história e constituem um desafio para a consciência da humanidade. Constituem uma violação grosseira da Carta das Nações Unidas, da Declaração Universal dos Direitos Humanos e da Declaração sobre a concessão de independência aos países e povos coloniais” (p. 16).

Também defende medidas mais enérgicas contra a discriminação racial e contra a “desigualdade” e a “discriminação nas relações econômicas e comerciais internacionais”, que também causam “instabilidade no campo mais amplo das relações internacionais.” e verifica “um inquietante agravamento da desproporção no grau de desenvolvimento, no poder econômico e na riqueza de certos povos e países.” Nesse sentido, e convergindo com o ponto de vista brasileiro, critica os “países industrializados” e “suas organizações econômicas fechadas” que estão impedindo, em “um ritmo alarmante, o crescimento normal destas forças de produção”, aumentando “o fosso entre os países desenvolvidos e os

subdesenvolvidos, criando assim fontes de complicações políticas internacionais”, além de pôr “em perigo a independência destes países”, opondo “nação a nação” e minando “os próprios alicerces da comunidade mundial e da paz.” (p. 16-17).

Sustenta que “uma das características permanentes e essenciais da política externa e das atividades internacionais da Iugoslávia são os esforços para acelerar o desenvolvimento econômico dos países em desenvolvimento”, e que “Isto explica por que razão assumimos o nosso lugar entre os proponentes e iniciadores de uma Conferência Econômica Mundial sobre Comércio e Desenvolvimento.”, tendo tal ideia sido “apresentada nas reuniões históricas dos países não alinhados e dos países em desenvolvimento em Belgrado e no Cairo” (p. 17). E afirma:

Os países em desenvolvimento deixaram claro na sua declaração conjunta no Comitê Preparatório da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento que esperam que a Conferência proporcione a oportunidade para uma demonstração, no domínio do comércio e do desenvolvimento, daquela determinação política que levou à adoção da Carta das Nações Unidas em São Francisco e à criação das Nações Unidas (p. 17).

Em seguida Popovic emenda uma série manifestações de esperança quanto à UNCTAD, muitas delas emulando um certo socialismo utópico, tais como “sublinhar os princípios das relações de igualdade na economia mundial”, “adotar um programa de ações internacionais práticas”, “preparar o caminho para novas relações na cooperação econômica e comercial mundial”, deixar essa “cooperação internacional mais eficaz” (como se ela já não fosse bastante eficaz para os países desenvolvidos), “remover obstáculos às exportações dos países em desenvolvimento para os mercados dos países industrializados”, “estabilizar seus intercâmbios de produtos primários”, “promover as suas exportações industriais”, “aumentar o financiamento internacional do desenvolvimento”, estabelecer “fundos de assistência” “a partir de contribuições proporcionais ao rendimento nacional e de poupanças resultantes do congelamento dos orçamentos militares e do desarmamento” etc (p. 17). E emenda com dados um tanto alarmantes:

A experiência da última década mostrou que cada dólar de financiamento internacional permite mobilizar aproximadamente quatro dólares de investimentos nacionais nos países em desenvolvimento. No entanto, para cada cem dólares do rendimento nacional dos países industrializados, ainda são gastos dez dólares em armamentos e menos de um dólar para o desenvolvimento econômico das áreas subdesenvolvidas (p. 17).

O discurso finaliza abordando a necessidade de “expandir os principais órgãos das Nações Unidas” para deixar a ONU mais “democrática” e (re)afirmando:

A esmagadora maioria dos povos e países declarou-se a favor da política e dos princípios da coexistência pacífica. As Nações Unidas devem continuar a reafirmar esta política e a sancionar os princípios da coexistência como normas vinculativas entre Estados e nações (p. 18).

Após a fala de Popovic, o então presidente da AGNU, o venezuelano Carlos Sosa Rodriguez fez uma interessante fala que traz um acontecimento da época, já mencionado anteriormente:

PRESIDENTE: Os membros das delegações observaram sem dúvida que foi distribuído um documento (AI 5552) solicitando a inserção de um item adicional intitulado 'Medidas relacionadas com o terremoto de Skopje, Iugoslávia'. Gostaria de pedir aos membros da Comissão Geral que compareçam às 14h40, amanhã, na sala do Conselho de Tutela, para uma breve reunião para discutir a inclusão e alocação deste item na agenda da décima oitava sessão da Assembleia Geral (p. 18, grifos nossos).

Praticamente um mês depois, em 22 de outubro, foi a vez de Tito, pela segunda vez em sua vida, se dirigir à AGNU, no segundo discurso iugoslavo da XVIII AGNU⁴¹⁶. E ele abre seu discurso lembrando o nascimento da ONU, defendendo que “O chefe da delegação iugoslava” já havia explicado “os pontos de vista da delegação iugoslava sobre as diversas questões da sua agenda” e que ele “Gostaria, portanto” de limitar-se “a alguns problemas que considero de especial importância na atual fase do desenvolvimento das relações internacionais” (p. 01).

Após essa espécie de preâmbulo, Tito reforça a visão positiva e otimista marcada pelo Tratado de Moscou, coloca a excepcionalidade dos perigos nucleares, e advoga que, aparentemente, “Há uma consciência crescente em todo o mundo de que a guerra se tornou um absurdo”, “bem como a política de negociação a partir de posições de força”, e que essa consciência também se expandiu sobre as vantagens da paz. Também emulando uma espécie de socialismo utópico, Tito segue o discurso praticamente renegando o eventual caráter bélico do sistema capitalista (e a perseguição dos EUA contra países que ousavam uma política próxima à

⁴¹⁶ “Address by Mr. Tito, President of the Socialist Federal Republic of Yugoslavia”. Disponível em: <https://documents.un.org/doc/undoc/gen/nl6/303/31/pdf/nl630331.pdf?token=YpRyhlv4RWOCtt3ZoZ&fe=true> . Acesso em: 25 fev. 2024.

“coexistência pacífica”), esperando “que os principais estadistas das grandes potências nucleares reconheçam cada vez mais o princípio da cooperação pacífica, independentemente das diferenças nos sistemas sociais”. E prossegue nessa linha interpretativa e discursiva, vislumbrando, após o Tratado de Moscou, e de uma possível “cessação da corrida armamentista”, a “possibilidade de aumento do emprego, de maiores investimentos, de um crescimento no poder de compra dos cidadãos e de um aumento geral no padrão de vida” (p. 01-02).

Tito defende o fim dos “atrasos na conclusão do processo de descolonização” e “a existência de diferentes sistemas sociais”, bem como “a necessidade de [se] estabelecer, entre povos e países com diferentes sistemas sociais, relações baseadas nos princípios da coexistência pacífica”, e que, no que acreditamos ser uma alusão aos novos países africanos e a Cuba, os povos têm o direito de “estabelecer a ordem social que desejam se estiverem firmemente determinadas a fazê-lo e se essa for a sua necessidade histórica e social” (p. 02).

O que tenho em mente são relações internacionais que, sem dramatizar as diferenças, tornariam possíveis cooperações e contatos úteis em todas as áreas onde existam interesses comuns. **Este é o rumo permanente em que a Iugoslávia socialista está empenhada e figura de forma proeminente na nossa nova Constituição** (p. 02, grifos nossos).

E sustenta que “as importantes conquistas científicas e técnicas da humanidade têm uma influência mais decisiva do que nunca num movimento, e isto inclui o avanço, nas mais diversas formas, rumo a relações e sistemas sociais mais progressistas.” Reforçando sua defesa ao “cumprimento consistente da política de não ingerência nos assuntos internos de outros países”, Tito, mais realisticamente, aponta que:

A pressão e a interferência continuam ainda sob vários pretextos e sob vários disfarces, através dos quais as dificuldades econômicas e outras de alguns dos países independentes são exploradas e são invocados todos os tipos de justificações ideológicas, políticas e outras. **Os países menores, os países em desenvolvimento e os países recentemente independentes** estão especialmente expostos a tais formas de interferência, porque ainda não foram capazes de construir a sua força econômica e alcançar a estabilidade política. O que tenho em mente aqui não são apenas os restos do colonialismo que devem ser eliminadas com urgência, mas **também as manifestações do neocolonialismo. Atribuo, portanto, grande valor à sugestão recentemente apresentada pelo Presidente do**

México, Sr. Adolfo López Mateos, de que as Nações Unidas deveriam tomar a iniciativa para a conclusão de um acordo de todos os Estados sobre não ingerência e não intervenção (p. 02, grifos nossos).

Muito interessante essa citação nominal ao México e ao Mateos, um país e um presidente que manifestavam, na época, várias aproximações com a PEI brasileira, conforme já exposto anteriormente, e com quem tanto Jango, quanto Tito, haviam se encontrado – e, com este último, apenas uns dias antes do discurso.

Tito prossegue com a ideia (posteriormente contrariada pelos acontecimentos) de que “O acordo de Moscou e as outras medidas que foram tomadas recentemente” seriam “uma prova viva das tendências existentes no sentido da superação da divisão que até agora dividiu o mundo em grupos militares e políticos.”, e que a Iugoslávia sempre considerou “que tal divisão do mundo, qualquer que seja a sua explicação histórica, não é inevitável nem permanente” (p. 02), e que é:

precisamente aí que reside o vasto significado histórico da política de não-alinhamento e da atividade dos países não-alinhados, que através da sua política pacífica agiram, entre outras coisas, para impedir a divisão completa do mundo em agrupamentos hostis. Nas novas condições, a sua atividade adquire uma base mais ampla e uma importância acrescida.

17. Nas atuais condições melhoradas, quando as forças da paz foram vitalmente reforçadas, vemos que as políticas são hoje avaliadas acima de tudo de acordo com a sua relação com os processos e mudanças contemporâneos, ou seja, com a coexistência pacífica. As pessoas e os países do mundo de hoje posicionam-se cada vez mais em relação a esta questão fundamental, e cada vez menos de acordo com a sua adesão formal a um lado ou a outro na guerra fria, que está a diminuir lenta mas gradualmente e à qual deve ser posto termo o mais rapidamente possível (p. 03).

Após essas exposições otimistas, Tito faz uma série de considerações sobre o não-alinhamento:

19. Nesta nova fase da evolução das relações internacionais, as condições sob as quais a política de não-alinhamento surgiu também estão mudando. **Já no passado já tínhamos sublinhado que esta política não implicava uma atitude passiva face aos acontecimentos internacionais, muito menos uma tentativa de estabelecer qualquer tipo de terceiro bloco.** Nem os países não alinhados se arrogaram o papel de únicos protetores da paz. Tendo em conta a mudança da situação internacional, pode dizer-se que o

termo não-alinhamento foi, de certa forma, substituído pela nova e positiva evolução das relações internacionais.

20. A questão do não-alinhamento coloca-se hoje num sentido muito mais amplo, tendo em conta o número crescente de Estados e povos que participam na **luta ativa pela paz**. A polarização das forças da paz, por um lado, e das forças da guerra fria, por outro, está ocorrendo em um ritmo acelerado, praticamente em todos os países do mundo, com as forças da paz em ascensão. **O não-alinhamento está, portanto, mudando, tanto em termos quantitativos como qualitativos, e está transformando-se num movimento geral pela paz e pela descoberta de meios pacíficos e construtivos para a resolução de vários problemas entre as nações. O 'não-alinhamento' ativo está assim tornando-se uma participação cada vez mais ampla e ativa na luta pelo triunfo dos princípios da Carta das Nações Unidas**, como foi tão poderosamente expresso pelos Chefes de Estado ou de Governo de vinte e cinco países na Conferência de Cúpula de Belgrado, em Setembro de 1961. Estes princípios são endossados pela esmagadora maioria das nações (p. 03, grifos nossos).

Tito ainda critica aqueles que consideram o não-alinhamento como algo ingênuo, aqueles que seriam os defensores da Guerra Fria, argumenta que “A humanidade avançou porque as massas populares e os indivíduos olharam para frente, porque não se reconciliaram com as suas dificuldades e infortúnios.”, e que os partizans na Iugoslávia, durante a invasão alemã, também eram considerados “ingênuos” (p. 03).

O discurso também toca na “necessidade urgente” de abrir “novos caminhos no desenvolvimento das relações econômicas internacionais”, com a “consecução da igualdade econômica” e da “garantia de condições para o progresso desenfreado de todos os países e povos constituem a base material da coexistência e a sua substância social e econômica essencial”. E assevera: “A política de coexistência, na verdade, pressupõe o desenvolvimento de uma cooperação internacional tão ampla quanto irrestrita no domínio econômico” (p. 03). Aqui identificamos certa semelhança com a ideia, de Araújo Castro, de “segurança econômica coletiva”.

Tito expõe dados da desigualdade mundial, defende “O desenvolvimento mais rápido dessas áreas [subdesenvolvidas] e a sua participação mais plena na produção e nas trocas mundiais” pois isto abriria “possibilidades inéditas de cooperação econômica no mundo, das quais tanto os países subdesenvolvidos como os desenvolvidos obteriam um benefício direto” – aqui novamente confrontando-se com a ideia de que o principal benefício dos países desenvolvidos

viriam muito da exploração sobre os países subdesenvolvidos (p. 03). Nesse sentido, bastante ideológico, Tito ainda considera existir:

uma obrigação internacional geral, bem como um interesse em ajudar os países subdesenvolvidos e os países em desenvolvimento a desenvolverem rapidamente os seus potenciais recursos materiais e as suas forças económicas. Ao ajudar o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, será possível uma cooperação com base na igualdade e no benefício mútuo (p. 03-04).

E ilustra, parcialmente ocultando o caráter socialista do próprio país:

Na sua cooperação com vários países em desenvolvimento, a Iugoslávia, dentro dos limites das suas possibilidades, guia-se precisamente por esses princípios. Isto provou ser benéfico para ambos os lados. Por isso, não vemos essa ajuda como um ato de altruísmo ou de filantropia, porque é também uma clara vantagem para os países que prestam a assistência. É da maior importância na prossecução de uma política de desenvolvimento económico no mundo eliminar da esfera económica os resquícios da guerra fria, que aparecem na forma de embargos ou outras medidas discriminatórias (p. 04).

Assim como já visto anteriormente, e como veremos no caso sueco, Tito deposita esperanças na UNCTAD para a “solução desta questão”. Se encaminhando para o final, há um retorno ao tema da coexistência pacífica, localizando seus germens no próprio início da ONU quando “entre cujos principais fundadores estavam Estados com diferentes sistemas sociais e em diferentes níveis de desenvolvimento” e que seria o momento “de as Nações Unidas tomarem tanto a iniciativa principal como a responsabilidade de traduzir estes princípios de coexistência em realidade”, inclusive elaborando uma “codificação dos princípios da coexistência” (p. 04):

Isto daria ainda mais poder à política de paz e à proibição do uso da força; os princípios da não interferência; o direito dos povos à autodeterminação e o seu direito de se desenvolverem de acordo com as linhas que escolherem; o princípio da responsabilidade internacional pelo desenvolvimento económico acelerado dos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, e assim por diante. O que procuramos é uma consagração da política de coexistência pacífica e ativa que não signifique apenas a ausência do perigo de guerra e da própria guerra, mas que signifique também o fim das relações baseadas no direito do mais forte, seja na política, na economia ou em qualquer outra esfera da vida humana (p. 04).

Num enfático libelo da coexistência pacífica, diz estar convencido:

de que, no nosso tempo, a aplicação dos princípios da coexistência é viável e realista. Não consideramos isto apenas como a forma mais satisfatória de regular as relações entre Estados e nações; consideramos também que, ao pôr em prática estes princípios, os ideais mais nobres e mais humanos da humanidade e as suas realizações mais valiosas receberiam uma expressão mais plena. Estamos convencidos de que, quando tais condições prevalecerem na vida da comunidade das nações, todos os valores humanos serão mais plenamente realizados e a personalidade humana poderá expressar-se mais livremente (p. 04).

E conclui com o seguinte agradecimento:

Para concluir, sinto que é meu dever transmitir-vos daqui, em nome dos povos da Iugoslávia, a nossa profunda gratidão pela sincera expressão da simpatia humana e pela generosa assistência que recebemos em relação ao desastroso terremoto que destruiu recentemente Skopje, a capital da nossa República Socialista da Macedônia. Estamos particularmente gratos pela nobre iniciativa que foi tomada aqui nas Nações Unidas. Sentimos que esta ampla demonstração de solidariedade internacional também refletiu o desejo da esmagadora maioria dos povos em todo o mundo de evitar a catástrofe muito maior que uma guerra nuclear traria à humanidade. Ao mesmo tempo, esta demonstração de solidariedade exprimiu, à sua maneira, os esforços no sentido de novas relações mais humanas no mundo, de relações em que o bem-estar de cada nação fosse do interesse da comunidade mundial como um todo (p. 04).

Entre os discursos iugoslavos de Popovic em 23 setembro e de Tito 22 em outubro, a XVIII AGNU registrou o discurso do ministro sueco das Relações Exteriores Torsten Nilsson no dia 1 de outubro⁴¹⁷. E este inicia seu discurso argumentando sobre a oportunidade que o “debate geral [...] dá aos Governos de todos os **Estados-Membros, grandes e pequenos**, [...] de apresentarem os seus pontos de vista sobre o estado do mundo e sobre os problemas específicos que lhes parecem ser assuntos de especial preocupação para a comunidade mundial.” (p. 12, grifos nossos). Inclusive uma ideia que será recorrente no discurso é precisamente a de “estados pequenos” e de sua inserção internacional. Por isso, logo no segundo parágrafo, temos que:

⁴¹⁷ “Speech by Mr. Nilsson (Sweden)”. Disponível em: <https://documents.un.org/doc/undoc/gen/nl6/303/03/pdf/nl630303.pdf?token=oP382sfjFmA6GFnzKF&e=true>. Acesso em 25 fev. 2024.

Os países menores, cujas políticas externas estão orientadas, em primeiro lugar, para lidar com questões de paz e bem-estar nas suas respectivas regiões geográficas, são induzidos, no debate geral, a ver os seus problemas numa perspectiva global. São levados a considerar as implicações práticas da crescente interdependência entre todos os povos do mundo. São sensibilizados para as suas responsabilidades especiais no trabalho que deve ser realizado para evitar conflitos armados, para aliviar a miséria humana e para a salvaguarda dos direitos humanos fundamentais em todo o mundo (p. 12, grifos nossos).

Esse parágrafo traz outra ideia que também reaparece no decorrer do discurso: a importância que os suecos atribuem ao âmbito regional, como na parte que se segue, em que se alega que apesar da universalidade da Carta, “Há, de fato, muitos problemas econômicos e políticos que são mais bem resolvidos pelos países diretamente envolvidos”, em âmbito regional. Nesse sentido, Nilsson elogia “As comissões econômicas regionais” da ONU e emenda também um peculiar elogio aos “Os agrupamentos econômicos na Europa”, tais como o (criticado pelo Brasil) MCE e o integrado pela Suécia, o EFTA, defendendo que estes “visam a melhoria econômica, não apenas para benefício dos seus próprios membros, mas também para o alargamento do comércio com países e outros continentes” (p. 12).

Em seguida atrai para essa defesa da “cooperação regional” a “Conferência de Cúpula de Estados Africanos Independentes realizada em Adis Abeba no início deste ano”, elogiando o trabalho realizado na Etiópia pelos estadistas do continente. E, em consonância com a cara temática sueca da desnuclearização, expande os elogios para as iniciativas africanas e latino-americanas de se criar zonas desnuclearizadas – e das quais o Brasil é um importante porta-voz – reiterando o “realismo” dessas iniciativas e sua viabilidade por ser mais “regional” que geral (p. 12). Parece, inclusive, haver um esforço discursivo sueco em abandonar perspectivas mais gerais e mundiais para focar em perspectivas e ações mais regionais.

Nilsson também afirma a consonância dessas iniciativas com a resolução 1664 (XVI), o “Plano Undén” (que o discurso não se refere assim, mantendo certa impessoalidade), tão focado na abstenção dos países que não possuem armas atômicas em não as possuir, argumenta que essa “sugestão” era também uma forma de inserção internacional das “nações menores”, de “fazer a sua parte pela causa do desarmamento sem esperar por acordos mundiais.” Reconhece o mérito do Tratado de Moscou em abrir espaço para que os “Estados menores” pudessem aderi-lo e,

assim, também “partilharem uma responsabilidade internacional”, incitando que em todas as iniciativas concernentes ao desarmamento os “países menores” fossem chamados a participar, alargando assim “o círculo de governos com responsabilidades especiais e concretas” – e colocando a Suécia numa espécie de prontidão e disposição a “fazê-lo” (p. 12-13).

Após detalhar suas ideias quanto às possibilidades práticas de participação dos “menores países” no desarmamento em geral, afirma:

Na Suécia, é nossa intenção expandir e melhorar as nossas capacidades de detecção e identificação de eventos sísmicos onde quer que ocorram. Quanto mais países fizerem o mesmo, maiores serão as probabilidades de a comunidade mundial acompanhar o que está realmente acontecendo através dos testes nucleares, e mais cedo será possível incluir também os testes subterrâneos, pelo menos acima de um certo rendimento, sob um tratado de proibição de testes.

É um parágrafo que, em nosso entender, expressa além de uma postura mais ativa (e “mais ativa” parece ser algo recorrente, implícita ou explicitamente, nos discursos de Brasil, Iugoslávia e Suécia no período), de maior iniciativa da Suécia, uma implícita crítica à URSS, visto que, no enfoque que privilegie ações mais regionais, a URSS estava efetivamente na região da Suécia, partilhando inclusive o Mar Báltico; já o mesmo não poderia ser dito sobre os EUA. Logo, quaisquer dessas medidas de “detecção e identificação de eventos sísmicos” tenderiam a atingir primeiramente a URSS, visto que, inclusive, estão na mesma placa tectônica, a Eurasiática⁴¹⁸.

Sobre a “Conferência de Genebra”, da qual o Brasil também fazia parte, o sueco diz acreditar que “o seu trabalho deve ser realizado ao longo de ambas as vias principais, ou seja, a preparação de um projeto de tratado sobre o desarmamento geral e completo”, concentrando “a sua atenção na obtenção de um plano prático e realista”, e “a programação de uma variedade de medidas colaterais”. Quanto a estas, lembra que “um dos objetivos de tais medidas parciais é construir a confiança mútua entre as nações”, e, em conjunto com as demais medidas, “fornecer um campo de prática para os muitos problemas que o mundo enfrentará quando começar no caminho desconhecido rumo ao desarmamento” (p. 13).

⁴¹⁸ Mais detalhadamente, Suécia e parte noroeste da URSS ainda compartilhavam, do ponto de vista geográfico e geológico, o chamado “Escudo Fenoscandiano”, de semelhanças geológicas ainda mais pronunciadas.

O discurso sueco prossegue defendendo que o “Comitê de Dezoito Nações para o Desarmamento” foque mais em resoluções gerais, que não melindrem os participantes, do que em propostas muito específicas que eventualmente gerem uma recusa diplomática imediata de algum dos participantes, e sugere que o Comitê dedique “energia construtiva tanto à questão do desarmamento geral e completo como às medidas colaterais” e procedendo “a uma penetração técnica mais intensiva em esquemas que pareçam promissores” (p. 13).

Nilsson revela que a Suécia teria se interessado pela proposta feita por Gromyko, da URSS, para uma conferência de cúpula dos Estados Membros do Comitê das Dezoito Nações, colocando o primeiro-ministro sueco à disposição do comparecimento em tal evento, reconhecendo ainda que “Como meio de chamar a atenção mundial para a questão do desarmamento, uma conferência do tipo sugerido poderá, em algum momento, revelar-se-ia de grande valor” (p. 13).

O discurso prossegue sobre uma carta enviada por Erlander ao Primeiro-Ministro chinês em virtude da “sugestão feita pela República Popular da China de que uma conferência dos Chefes de Governo de todos os países para discutir o desarmamento”. Enfatizando satisfação pelo Tratado de Moscou, “expressa então o seu pesar pelo fato de a República Popular da China não estar, neste momento, em condições de participar na discussão sobre o desarmamento nas Nações Unidas.” Diz ter esperança de que a China “tenha a oportunidade de assumir o seu papel adequado no trabalho global das Nações Unidas, incluindo no domínio do desarmamento”, mas conclui argumentando que essa conferência internacional de desarmamento envolvendo a China “não seria suscetível, neste momento, de obter uma resposta mundial que permitisse uma conferência deste tipo para dar uma contribuição significativa para a solução do problema do desarmamento” (p. 13).

Em seguida, após lembrar que a própria Carta da ONU “no seu artigo 26.º, prescreve ‘o estabelecimento de um sistema de regulamentação de armamentos’”, aponta que ela “também estabelece a obrigação de trabalhar para alcançar padrões de vida mais elevados e para o progresso econômico em geral.” E afirma, de forma bastante consonante aos discursos de Brasil e Iugoslávia até então:

Esses dois objetivos estão inter-relacionados. Sabemos que mesmo uma redução muito pequena das quantias astronômicas de dinheiro atualmente gastas em armamentos libertaria enormes recursos econômicos e tornaria possível a assistência aos países em desenvolvimento numa escala não prevista até agora. Mas mesmo na

ausência de progressos substanciais no desarmamento, a assistência deve ser aumentada, no interesse dos seres humanos envolvidos e no interesse da paz (p. 13).

Também em certa consonância com Brasil e Iugoslávia, Nilsson comenta sobre a UNCTAD, depositando esperanças de que seria “sem dúvida um acontecimento notável na história da economia internacional. Em particular, a consecução, mesmo das modestas metas da Década do Desenvolvimento, pode depender das decisões concretas tomadas na Conferência e da sua implementação efetiva” (p. 14).

Sustenta que “Os países em desenvolvimento esperam que a Conferência os ajude a atingir uma fase de crescimento auto-sustentável e a aumentar e estabilizar os rendimentos que obtêm da exportação.”, e que “Todos os países [inclusive a Suécia] têm um interesse comum no crescimento integrado da economia mundial como um todo.” E explicita: **“Para alcançar uma ordem mundial mais estável, teremos de continuar o nosso trabalho em matéria de desarmamento e desenvolvimento”** (p. 14, grifos nossos).

Apontando a ONU como um instrumento da paz, o representante sueco comenta de forma positiva e orgulhosa a ONUC, que em sua visão estaria chegando ao fim, com aspectos militares cumpridos, com a possibilidade do “Governo congolês assumir total responsabilidade pela manutenção da lei e da ordem em todo o Congo e pela salvaguarda da segurança nacional.”, e considerando-a uma “grande e inovadora experiência de cooperação internacional.” E sugere tanto “um estudo sistemático das operações de manutenção da paz que foram empreendidas até agora”, visando permitir que a ONU atue “de forma rápida e eficiente, caso sejam necessárias novas ações.”, quanto iniciativas para a “formação de forças nacionais em estado de alerta, a fim de serem colocadas à disposição das Nações Unidas quando necessário”, apontando que “Vários Estados, entre eles os países nórdicos, já elaboraram acordos neste sentido.”, e propondo mudanças procedimentais na própria ONU para organizar essas operações, inclusive “um pequeno estado-maior militar de oficiais à disposição” do secretário-geral. O assunto ONUC é encerrado exortando a todos os países a pagarem “as contribuições fixadas de acordo com as regras”, argumentando que até os países africanos, reunidos na Etiópia, o fariam (p. 14-15).

O próximo tópico abordado por Nilsson foi o Apartheid na África do Sul, no qual formula uma crítica pesada, inclusive classificando essa política como baseada “numa **repugnante filosofia** das relações humanas que pertence ao passado e que, quando aplicada no nosso tempo, só pode conduzir ao desastre.”, e exortando a ONU a aumentar a pressão sobre o país (p. 15, grifos nossos). Após uma relativamente longa digressão sobre eventuais desdobramentos do fim do apartheid, Nilsson rejeita “como infundada a alegação de que a escolha na África do Sul é entre a dominação branca e o fim da comunidade branca” acrescentando “que os nossos esforços deveriam visar demonstrar a falsidade dessa tese.” E vaticina: “A maré que flui em direção à liberdade e à igualdade não pode ser revertida. As tentativas de pará-la são vãs e levarão ao caos e à miséria” (p. 15).

O ministro ainda publiciza que “os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos países nórdicos foram convidados pelo Governo Sul-africano a visitar a África do Sul” e que deram “uma resposta negativa.”, pois a viagem poderia até “ser prejudicial, enquanto o Governo sul-africano não mostrasse qualquer sinal de vontade de mudar as suas políticas e de iniciar um novo rumo em colaboração com as Nações Unidas” (p. 15).

Nilsson finaliza seu discurso citando também o “Sudoeste Africano” e dizendo que a Suécia poderia disponibilizar bolsas de estudo de ensino superior para ajudar os países a chegarem na “democracia plena”. Também cita o discurso de Kennedy realizado dias antes na AGNU, e exorta aos membros a buscarem:

progresso no sentido de dar um novo impulso às conversações de desarmamento, na preparação do terreno para as operações das Nações Unidas para manter a paz no futuro e na organização de uma ação eficaz das Nações Unidas para a proteção dos direitos humanos na África do Sul (p. 15).

A XVIII AGNU é a última AGNU em que o Brasil participa sob influência e inspiração da PEI. Vimos que nela existiram vários pontos de convergência entre Brasil, Suécia e Iugoslávia que, mesmo não sendo citados explicitamente como convergentes entre si, revelam convergências aparentes, sobretudo nos “3 Ds” destacados no discurso feito por Araújo Castro, ou, nos “4 Ds” que ora postulamos: Brasil, Suécia e Iugoslávia pareciam convergir suficientemente, em 1963, para uma defesa, na ONU, do desarmamento, da descolonização, do desenvolvimento e, no limite, de um certo desalinhamento, no contexto da Guerra Fria – apesar da forte

esperança de que o Acordo de Moscou mudasse o caráter da Guerra Fria, e a que a noção de alinhamento e não alinhamento estivesse, no segundo semestre de 1963, particular e pontualmente em discussão.

O fim do ano de 1963 ainda guardaria alguns acontecimentos relevantes. Dentre eles destacamos dois: o assassinato de Kennedy em Dallas, dia 22 de novembro; e a expansão do CSNU em 15 de dezembro. Sobre o primeiro, Garcia (2005, p. 190) afirma que “Com o assassinato do presidente Kennedy em Dallas (22 NOV), o vice-presidente Lyndon Johnson assume o governo estadunidense” e, “no Brasil a CIA realiza atividades secretas de desestabilização coordenadas por Vernon Walters, adido militar da Embaixada estadunidense.” Sobre o segundo acontecimento, o mesmo autor diz que “O Conselho de Segurança da ONU é ampliado a 15 membros com o aumento da quantidade de membros não permanentes de seis a dez” (GARCIA, 2005, p. 190), o que atende em parte os reclamos de parte dos Estados-Membros, sobretudo Iugoslávia, Brasil e (em menor medida) Suécia⁴¹⁹.

4.4 1964: DESALINHAMENTO E O FIM DA POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE DO BRASIL

A política interna no Brasil terá dois acontecimentos impactantes já em janeiro de 1964, e que podem ser interpretados como ideologicamente opostos: em 20 de janeiro João Goulart avança em direção a uma política mais “nacionalista” ao promulgar a extremamente polêmica e sensível (especialmente para os setores “entreguistas” e/ou vinculados aos líderes do Bloco Capitalista) “Lei de Remessa de Lucros” (FRANCO, 2008, p. 255); em 30 de janeiro “É renovado o Tratado de Assistência Militar de 1952 entre o Brasil e os EUA através do intercâmbio de notas entre o Itamaraty e a Embaixada estadunidense” (GARCIA, 2005, p. 190), contudo, essa renovação acontece “à revelia de Goulart” (BANDEIRA, 2010, p. 293-299).

Entre 24 de fevereiro e 6 de março há a “reunião de Alta Gracia”, na qual “A Comissão Especial de Coordenação Latino-Americana (CECLA)”, “criada pela II

⁴¹⁹ A mudança entraria em vigor em 1966. Em dezembro de 1963 a composição do CSNU era: URSS, EUA, Reino Unido, França e China (capitalista), como membros permanentes; Venezuela, Brasil, Gana, Filipinas, Marrocos e Noruega, como membros rotativos. Em 1964 mantidos os membros permanentes, os membros rotativos serão: Bolívia, Brasil, Costa do Marfim, Tchecoslováquia, Marrocos e Noruega.

Reunião Anual do CIES em nível ministerial, realizada em São Paulo no mês de outubro de 1963”, se reuniu na cidade Argentina para “estabelecer as bases definitivas de coordenação dos países da América Latina, com vistas a uma atuação conjunta na Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, a se iniciar em Genebra a 23 de março”. (FRANCO, 2008, p.295). Um dos destaques dessa reunião foi a participação, “na qualidade de observadores, representantes dos Estados Unidos, Índia, **Iugoslávia**, Senegal, Nigéria, Paquistão, Tunísia e República Árabe Unida” (Idem, grifo nosso), ou seja, como vemos, uma presença importante dos países não-alinhados junto aos países latino-americanos, com aqueles perfazendo metade dos observadores (além das peculiares presenças dos EUA e do Paquistão, ambos países também presentes em mais de uma das alianças militares capitalistas).

4.4.1 Março de 1964

Mas será março o mês decisivo para João Goulart, seu governo, a PEI, o trabalhismo (e outras tendências “nacionalistas” e “de esquerda”), a democracia e o desenvolvimento no Brasil. Vários acontecimentos se precipitam nesse mês, e apesar de já terem sido bem descritos em variadas obras, em nossa opinião deveriam ser sempre rememoradas. Contudo, pelas restrições cabíveis aos nossos espaço e escopo, podemos ficar com os subtítulos dos “Capítulos 13” e “14” da clássica obra de Moniz Bandeira “O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil – 1961-1964”, que oferece um bom panorama dos acontecimentos: “As reformas de Goulart – A proposta de reforma agrária – As Marchas da Família – O papel de Castelo Branco – A CIA⁴²⁰, o papel do cabo Anselmo e o motim dos marinheiros – O levante de Minas Gerais” (BANDEIRA, 2010, p. 313) e “A Operação Brother Sam – Plano de contingência dos Estados Unidos para invadir o Brasil – Pressões contra o CGT – Tentativas de resistência – O colapso militar, fracasso da greve geral e queda do governo” (BANDEIRA, 2010, p. 331). No meio desses processos um grande e fundamental acontecimento, bem sintetizado em um subtítulo do “Capítulo VIII” da obra de Skidmore (1975, p. 344): “Destino de Jango; Sexta-Feira, 13”.

⁴²⁰ Para além da CIA, o Embaixador estadunidense, Lincoln Gordon, descreve os militares brasileiros, em um informe confidencial, como um “fator essencial na estratégia para conter os excessos de esquerda do governo Goulart”. (GARCIA, 2005)

É na sexta-feira, 13 de março de 1964, que Jango realizará um dos mais importantes discursos de sua carreira e da História do Brasil, no chamado “Comício da Central do Brasil”. Realizado basicamente para defender as Reformas de Base, divulgar o Decreto da Superintendência da Reforma Agrária (Supra) e apresentar ideias de mudanças na tributação e ampliação do direito de votar, merece destaque particular o discurso de João Goulart no evento. Reunido sob o título de “Discurso de 13 de março” (GOULART, 2006, p. 37-45) o discurso será basicamente focado no plano político interno, fazendo certas análises conjunturais, defendendo e aludindo a “democracia”, o “povo”, os “trabalhadores”, o “cristianismo” e, sobretudo, a reforma agrária (inclusive citando as experiências de Japão, México e Índia) e à “encampação de todas as refinarias [de petróleo] particulares” – até um fragoroso elogio às “bravas e gloriosas Forças Armadas desta Nação” esteve presente no discurso.

Esse discurso antecede em 2 dias a “mensagem do presidente da República ao Congresso Nacional, na abertura da sessão legislativa de 1964, em 15 de março” (FRANCO, 2008, p. 327). Por afinidade temática com nosso trabalho, destacamos da mensagem apenas a “Parte V” dedicada à “Política externa”. Um misto de resumo, retrospectiva e réquiem da PEI, a mensagem ao Congresso retoma e reitera vários pontos, ideias, ações e posições já discutidos por nós anteriormente.

Temos os “preceitos cristãos”, a subordinação da diplomacia brasileira ao “desenvolvimento nacional”/interesses nacionais, o esforço pela paz, “não-intervenção no processo político dos demais Estados, autodeterminação dos povos, igualdade jurídica dos Estados, solução pacífica das controvérsias, respeito aos direitos humanos e fidelidade aos compromissos internacionais.” (FRANCO, 2008, p. 327). Se coloca ao lado do “desarmamento”, do “desenvolvimento”, da “cooperação das nações capitalistas e socialistas” para o combate à pobreza, da “reestruturação do comércio internacional” e da “descolonização”, e afirma: “Admitindo como única restrição os compromissos livremente assumidos [TIAR/OEA], o Brasil reserva-se completa independência de ação no campo internacional e propõe-se ao diálogo com todos os povos [...]”. (Idem). Também afirma, 16 dias antes de ser derrubado:

O governo está profundamente convencido da legitimidade da linha de independência que adotou na sua política externa e que considera a única em harmonia com as aspirações nacionais e com as exigências de afirmação apresentadas ao país pela comunidade internacional (FRANCO, 2008, p. 327).

O trecho da mensagem presidencial dedicada à política externa subdivide-se em 8 partes principais: “1 – Considerações gerais”, “2 – Política externa para o desenvolvimento”, “3 – Nações Unidas (3.1 Desarmamento, 3.2 Desenvolvimento, 3.3 Descolonização, 3.4 Conselho de Segurança)”, “4 – Política continental”, “5 – Europa Ocidental”, “6 – Países socialistas”, “7 – Ásia”, “8 – África”.

Após ser estrita ao título na parte 1, na parte 2 a mensagem faz uma série de considerações econômicas interessantes, por exemplo, lembrando que “nos últimos dez anos, os recursos líquidos de assistência financeira recebidos, sob qualquer título, pelo Brasil, ficaram aquém de nossas perdas de receita cambial decorrentes da deterioração das relações de troca de nossos produtos” (FRANCO, 2008, p. 331), defendendo a expansão de nossos mercados, uma maior atuação da ONU e depositando grandes expectativas na UNCTAD, inclusive trazendo uma frase que julgamos lapidar, quase profética:

Na mensagem que enviei ao Congresso, no ano passado, já assinalava esse fato, ao dizer que **os resultados da conferência ‘serão o melhor critério para se aferir o espírito de cooperação dos países desenvolvidos na superação do atraso econômico dos povos subdesenvolvidos’**. A nós, interessa que esse espírito de cooperação esteja presente com a máxima intensidade (FRANCO, 2008, p. 333-334, grifos nossos).

Não apenas os “resultados da conferência”, mas, sobretudo, os desenvolvimentos históricos posteriores realmente serviram “para se aferir o espírito de cooperação dos países desenvolvidos na superação do atraso econômico dos povos subdesenvolvidos”, sobretudo para um observador atento localizado em um país ainda subdesenvolvido como o Brasil: o “espírito de cooperação dos países desenvolvidos” era, é, e aparentemente será bastante tímido e insuficiente.

Na parte dedicada à ONU, a mensagem toca nas ações do Brasil quanto ao desarmamento, o desenvolvimento e a descolonização, além de considerações referentes ao CSNU. Quanto ao primeiro tema, temos referências à atuação brasileira na Conferência dos Dezoito Países sobre o Desarmamento em Genebra, na sua possível influência propositiva quanto ao Tratado de Moscou, a proposta de “um tratado multilateral de não-agressão” entre OTAN e Pacto de Varsóvia, e a aprovação de “quatro projetos sobre desarmamento, apresentados com sua assinatura”, além da declaração dos “presidentes do Brasil, do México, do Chile, da

Bolívia e do Equador” em prol de uma “América Latina como área desnuclearizada” (FRANCO, 2008, p. 335-336).

Quanto ao segundo item, retoma-se o argumento de “que é indivisível da idéia de paz, a da segurança econômica”, defende-se uma “ação urgente, sob a égide das Nações Unidas” para os temas de “industrialização, movimento internacional de capitais para o desenvolvimento e comércio internacional”, reafirma-se esperanças quanto à UNCTAD e defende-se “a criação de um órgão especializado, que se ocupe dos problemas da industrialização, como a FAO se ocupa dos da agricultura e a UNESCO dos da educação” (FRANCO, 2008, p. 336).

O terceiro item, com apenas três parágrafos manifesta um anticolonialismo um tanto anódino e quase meramente protocolar. Já o quarto item, sobre a participação brasileira no CSNU, temos uma maior quantidade de comentários, especialmente sobre a questão do apartheid da África do Sul e o colonialismo português. Em ambos vemos um misto de boas intenções e certa pusilanimidade. No primeiro assunto, há uma certa condenação, seguida da lembrança de uma abstenção na votação por um boicote econômico ao país sul-africano. Quanto ao segundo, apesar de uma alegada defesa da “autodeterminação dos territórios” colonizados, o Brasil “Opunha-se, no entanto, a qualquer medida coercitiva” contra Portugal, tendo inclusive admitido que “a delegação do Brasil procurou lançar em evidência **os aspectos construtivos dos contatos havidos entre Portugal e os Estados africanos**, afirmando sua certeza de que uma solução acabará por ser encontrada, graças a negociações e outros meios pacíficos” (FRANCO, 2008, p. 337-338, grifos nossos).

Na parte dedicada à “Política continental”, temos a maior extensão, porém, possivelmente, o menor conteúdo da mensagem. Basicamente platitudes relativamente otimistas quanto à ALPRO e à UNCTAD, sobre Cuba, e sobre os EUA (FRANCO, 2008, p. 339-342), com direito a frases como:

Nossas relações com os Estados Unidos da América, inspiradas por sincera cordialidade mútua, mantiveram em 1963, particularmente, o caráter de diálogo franco e realista, capaz de permitir a compreensão dos problemas que o Brasil defronta nesta fase de seu desenvolvimento econômico e social (FRANCO, 2008, p. 344).

Do longo trecho gostaríamos de destacar os movimentos do Brasil em direção a uma maior aproximação com os demais países latino-americanos, ao citar as

“visitas à República do Chile e à República Oriental do Uruguai” realizadas por Jango, e seus resultados, bem como conversações com os presidentes de Argentina e Bolívia (FRANCO, 2008, p. 342-343). Nesse sentido destacamos o “cordial encontro” com “o presidente do Paraguai, general Alfredo Stroessner”, “sobre o projeto de aproveitamento do potencial energético de Sete Quedas, cuja realização poderá proporcionar à economia da região uma oferta de energia da ordem de dez milhões de kW (FRANCO, 2008, p. 343). Também destacamos o “intercâmbio comercial com o México, tendo chegado a bom termo os entendimentos entre a PETROBRÁS e a PEMEX” e outras iniciativas na área econômica (FRANCO, 2008, p. 344).

O trecho referente à “Europa Ocidental” resume-se a críticas suaves e veladas ao MCE, e esperanças manifestas quanto a possibilidade de uma expansão hipotética das relações econômicas entre ambas as partes (incluindo sugestões de ações para o MCE deixar de ser o que é efetivamente, à saber, um instrumento particularmente protecionista), bem como à UNCTAD e ao GATT (FRANCO, 2008, p. 345-346). Destacamos nesse item considerações suaves quanto à “guerra da Lagosta” contra a França, as conversações com De Gaulle (que viria ao Brasil ainda em 1964), e o seguinte parágrafo, que traz uma certa aproximação econômica entre Brasil e Suécia (e um certo distanciamento desta em relações a práticas comuns do Bloco Capitalista):

Cabe finalmente assinalar, como fato auspicioso, pelo que significa de compreensão das necessidades de expansão de comércio internacional dos países menos desenvolvidos, a decisão **do parlamento sueco de eliminar, a partir de 1º de janeiro de 1964, algumas das taxas internas sobre o café consumido na Suécia.** Essa medida, recomendada pelo GATT e defendida com insistência pelos países em desenvolvimento, o Brasil espera ver adotada também pelos demais países europeus (FRANCO, 2008, p. 347, grifos nossos).

Em nossa opinião, e para os nossos propósitos, o trecho sobre os “Países socialistas” está entre os melhores e mais expressivos da mensagem, bem como de toda a PEI – e um dos principais motivos para o fim desta. Diz a mensagem que:

Durante o ano de 1963, as relações entre o Brasil e os países socialistas, em todos os campos, continuaram a **desenvolver-se em ambiente de completa normalidade.** Fiel às diretrizes e aos objetivos de sua política externa, o Brasil manteve com os países socialistas, em todos os foros e

oportunidades, diálogo positivo e franco em torno dos grandes problemas do mundo **e em busca dos caminhos definitivos da paz e do desenvolvimento** (FRANCO, 2008, p. 347-348, grifos nossos).

E, dando particular destaque às relações com a Iugoslávia, diz a mensagem:

A esse propósito, é importante consignar a vinda, ao Brasil, do presidente Josip Broz Tito, da Iugoslávia, primeiro chefe de Estado socialista a visitar-nos. Durante sua visita, não só foram examinados os assuntos de interesse bilateral, mas também passadas em revista a conjuntura internacional e as perspectivas de consolidação da paz mundial. Dentre os importantes atos então assinados, merece menção especial, por suas benéficas repercussões em nossa economia, o contrato para a utilização do porto iugoslavo de Rijeka, como entreposto de recebimento e distribuição de minério de ferro brasileiro (FRANCO, 2008, p. 348).

Ampliando a abrangência dos países, prossegue a mensagem:

As relações econômicas do Brasil com os países socialistas continuaram em expansão e consolidação. Enquanto o nível total do intercâmbio **apresentava incremento da ordem de 50%, relativamente ao ano anterior**, novos atos foram acrescentados ao instrumental jurídico do comércio, tornando-se mais amplo e atual. Esses atos foram:

- a) Acordo de Comércio e Pagamentos entre o Brasil e a URSS;
- b) Protocolo Brasil-URSS sobre Representações Comerciais;
- c) Acordo de Cooperação Técnica e Científica Brasil-Polônia;
- d) Protocolo Adicional ao Acordo de Comércio e Pagamentos Brasil-Bulgária (FRANCO, 2008, p. 348, grifos nossos).

A mensagem ainda menciona que “O Brasil foi visitado por numerosas missões econômicas de países socialistas”, como Bulgária, Polônia, Hungria, Tchecoslováquia e República Democrática Alemã:

Todas essas missões manifestaram, uma vez mais, interesse em **aumentar seu comércio com o Brasil e reiteraram as ofertas de vultosos créditos ao nosso país, em condições vantajosas, para fornecimento de máquinas e equipamentos** ainda não produzidos pela indústria nacional (FRANCO, 2008, p. 348-349, grifos nossos).

Ou seja, basicamente tudo aquilo que o Bloco Capitalista negava ao desenvolvimento econômico brasileiro, ou oferecia em condições muito precárias e desvantajosas, o Bloco Socialista prometia em condições praticamente opostas. É de se imaginar o pavor estratégico e geopolítico desse tipo de coisa entre os líderes do Bloco Capitalista, e entre os “entreguistas” brasileiros a ele associados.

Estimava-se “que, no ano de 1964, tal intercâmbio experimentará elevação ainda mais significativa.” E comentava-se “o que é mais importante” (FRANCO, 2008, p. 349), isto é, que deveriam:

ser adotadas medidas concretas para o início da cooperação técnico-econômica do Brasil com a União Soviética e outros países socialistas, numa reafirmação da nossa política de entendimento e colaboração com todos os países e da preocupação do governo brasileiro de expandir e diversificar as fontes de ajuda externa ao nosso desenvolvimento (FRANCO, 2008, p. 349).

Na diminuta penúltima parte, dedicada à “Ásia” (e à Oceania), temos basicamente intenções de aproximações econômicas e diplomáticas. Quanto a estas últimas, revela-se sutilmente um certo caráter extremamente pró-Bloco Capitalista que perpassam alguns discursos e ações da PEI: além de não citar a República Popular da China em nenhum momento, cita expressamente aliados muitíssimo próximos aos EUA (Tailândia e Japão, bem como Austrália e Nova Zelândia), apenas dois não-alinhados (Índia e Ceilão) e, sobretudo, cita a República do Vietnã e a República da Coreia, ou seja, as “metades capitalistas” destes dois países e não suas metades “socialistas”, ao norte de ambas. (FRANCO, 2008, p. 249-250).

A última parte é dedicada à África. Um pouco mais de discurso anódino, despolitizado até, mais focado em questões menores de economia e diplomacia, além de algumas iniciativas culturais modestas. A título de exemplo, quanto a Argélia, país recente e heroicamente libertado da França (mesma França do “conflito marítimo” recente do Brasil, mesma França ausente da Conferência de Genebra sobre o desarmamento) a mensagem tem a dizer apenas que:

Em relação ao incremento do intercâmbio comercial com a África do norte, cabe mencionar a venda feita pelo IBC à Argélia, em 1963, de 150.000 sacas de café, que faz surgir o Brasil como fornecedor num mercado até então suprido exclusivamente por produtores africanos. No que diz respeito ainda à Argélia, a PETROBRÁS adquiriu, também, em 1963, 200.000 toneladas de petróleo bruto de Hassi Messaud (FRANCO, 2008, p. 351-352).

No dia seguinte à mensagem ao Congresso, em 16 de março, têm-se o anúncio de greve geral, pelo CGT, pró-reformas de base. Três dias depois, dia 19, tem-se a Marcha da Família com Deus e pela Liberdade, praticamente uma antítese do Comício da Central do Brasil. Em 23 de Março inicia-se em Genebra a tão

aguardada UNCTAD⁴²¹, que, pelos discursos, era alvo de grandes esperanças da PEI da brasileira, mas que, nesse contexto histórico, era tragada no Brasil pelas movediças dinâmicas da política interna nacional. Dia 25, no Rio de Janeiro, estoura a “Revolta dos Marinheiros”, e, no dia 30, o réquiem do governo e, em certo sentido, de toda uma era, com o discurso de João Goulart proferido na Assembleia dos sargentos no Automóvel Clube do Rio de Janeiro.

No dia seguinte, em 31 de março, é desencadeado o Golpe Militar, com as tropas de Olímpio Mourão marchando de Juiz de Fora em direção ao Rio de Janeiro. Simultaneamente uma Força da Marinha dos EUA é enviada em direção à costa brasileira na chamada “Operação Brother Sam”, que acabará por não ser completamente efetivada em toda sua força (GARCIA, 2005, p. 191; BANDEIRA, 2010, p. 313-349; SKIDMORE, 1975, p. 355-366). Jango está no Rio de Janeiro, o dispositivo militar está se decompondo - incluindo a traição de seu compadre, o General Amaury Kruel, e a inépcia do general Assis Brasil - e ele decide ir para Brasília. Era o fim do mês, e o fim da PEI (BANDEIRA, 2010, p. 336-349; SKIDMORE, 1975, p. 355-366).

4.4.2 A PEI dissolvida

O Golpe Militar, com amplo auxílio e legitimação civil (empresariado, congressistas, variados estratos da sociedade civil) derruba João Goulart, que, após périplo entre 31 de março e 2 de abril, por Guanabara, Distrito Federal e Rio Grande do Sul, vai para o exílio no Uruguai (BANDEIRA, 2010, p. 336-349). Tendo o presidente do senado, o senador Auro de Moura Andrade (PSD-SP), declarado vaga a presidência da república, Ranieri Mazzilli (também PSD-SP) volta a assumir o cargo. Pelo Ato Institucional No. 1, de 9 de abril, se suspendem por dez anos os direitos políticos de vários líderes políticos. O general Humberto de Alencar Castelo Branco, chefe do Estado Maior do Exército, torna-se o novo presidente e tem como ministro de Relações Exteriores o embaixador Vasco Tristão Leitão da Cunha em 15 de abril (GARCIA, 2005, p. 191).

Nesse meio tempo temos aquilo que Bogetić (2019, p. 25, grifos nossos) chama de **“O último evento que refletiu as relações políticas e econômicas**

⁴²¹ https://unctad.org/system/files/official-document/econf46d141vol1_en.pdf , p.5

extremamente amistosas e estreitas entre a Iugoslávia e o Brasil durante a primeira metade da década de 1960”: “a visita da delegação parlamentar brasileira à Iugoslávia, de 25 de março a 6 de abril de 1964”.

Ainda de acordo com Bogetić (2019, p. 26, grifos nossos):

Durante as discussões com autoridades iugoslavas, avaliou-se que **seria absurdo não utilizar a evidente complementaridade e compatibilidade das economias dos dois países** para concretizar o interesse vital mútuo na inclusão mais plena e abrangente na divisão internacional do trabalho e tendências econômicas globais. Guiados por este tipo de cálculo econômico, os parlamentares iugoslavos e brasileiros concordaram que **nas próximas reuniões será desenvolvido detalhadamente um programa de cooperação e especialização industrial, o volume e a qualidade do comércio bilateral serão constantemente aumentados e a formulação de estratégias ideais para a participação conjunta nos mercados do ‘Terceiro Mundo’.**

Também trazemos a interpretação da publicação sérvia sobre os acontecimentos internos do Brasil naquele primeiro semestre de 1964:

Imediatamente após esta visita [na verdade, durante esta], em abril de 1964, ocorreu um golpe de Estado no Brasil. O exército depôs e expulsou Goulart e o marechal Castelo Branco foi empossado como o novo presidente, que proclamou uma política de **‘identidade de interesses com os EUA’** e promoveu a ideia de criar uma força militar multilateral interamericana. **Dada esta orientação de política externa, combinada com uma grande dose de anticomunismo, há um esfriamento temporário nas relações iugoslavo-brasileiras** (BOGETIĆ, 2019, p. 26, grifos nossos).

Entendemos que a I UNCTAD mereceria mais atenção, não apenas por reunir entre os dias 23 de março e 16 de junho de 1964, em Genebra, dentre seus 125 participantes, Brasil, Iugoslávia e Suécia (além de EUA e URSS)⁴²², mas também por mostrar os estertores da PEI. Porém foge parcialmente de nosso escopo, pois a PEI efetivamente decompunha-se.

Com base na doutrina Betancourt, em 20 de abril a Venezuela rompe relações diplomáticas com o Brasil por não reconhecer o novo governo militar instituído pela força, inclusive com o embaixador deixando o país (GARCIA, 2005, p. 191). Em 13

⁴²² “Conscientes destas grandes esperanças, os representantes dos seguintes cento e vinte e cinco Estados reuniram-se em Genebra, de 23 de Março a 16 de Junho de 1964, para participar na Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento: [...]”. Disponível em: https://unctad.org/system/files/official-document/econf46d141vol1_en.pdf , p.5. Acesso em: 25 fev. 2024.

de maio o Brasil rompe relações diplomáticas com Cuba, acusada de estar encobrindo “atividades de propaganda de seus agentes” em território nacional (Idem). Os esforços da PEI em se aproximar dos países latino-americanos se esvaíam.

Em 16 de junho termina em Genebra a I UNCTAD, que institucionaliza o foro e na qual, segundo Garcia (2005, p. 191) “O Brasil exerceu um papel ativo na conferência e Araújo Castro reafirmou a necessidade de reformas no comércio internacional”. À margem da I UNCTAD, é criado o Grupo dos 77 entre países em desenvolvimento interessados em coordenar posições em organismos multilaterais, com Brasil e Iugoslávia incluídos, bem como praticamente todos os países não-alinhados participantes da Cúpula de Belgrado de 1961 – Cuba, por exemplo, não assinou a “*Joint Declaration of the Seventy-Seven Developing Countries made at the conclusion of the United Nations Conference on Trade And Development*” de 15 de junho, que fundou o G77⁴²³.

Inclusive, de certo modo, a UNCTAD e o G77 são uma espécie de vitória política e econômica da política externa não-alinhada da Iugoslávia:

Embora o MNA tenha começado como uma organização principalmente política, os países em desenvolvimento também estabeleceram com o Grupo dos 77 um grupo econômico separado para interagir e negociar com os países desenvolvidos. O G77 foi criado durante a primeira Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), em Genebra, em 1964 (DINKEL, 2016, p. 120).

E também não nos parece equivocado caracterizar o G77 como, também, uma vitória da PEI brasileira, visto que meses antes, em seu discurso na AGNU, Araújo Castro já havia mencionado um tipo de comportamento parlamentar no âmbito da ONU, mais econômico do que político, mais voltado ao conflito Norte-Sul do que ao conflito Leste-Oeste, e o G77 é, de certo modo, uma materialização e operacionalização disto - ainda que a política externa, como temos reiterado, já não era mais a mesma de 8 meses antes.

Enquanto o Brasil passa a perseguir um alinhamento aos EUA, é firmado em 23 de junho um acordo de empréstimo de US\$ 50 milhões do governo estadunidense ao país, ao que segue a revogação de medidas do governo anterior,

⁴²³ Disponível em: <https://www.g77.org/doc/Joint%20Declaration.html>. Acesso em: 25 fev. 2024.

o pagamento pelas empresas anteriormente expropriadas e o ingresso de novos recursos da USAID e do Banco Mundial (GARCIA, 2005, p. 192).

Na Europa, Tito realiza mais viagens internacionais: entre 1 e 8 de junho faz sua visita oficial à Finlândia, entre 8 e 9 visita Leningrado, na URSS, em 22 de junho vai à Romênia, e entre 25 de junho e 2 de julho visita a Polônia (ZDUNIC, 1980, p. 399). Também em junho, entre os dias 22 e 24, a Suécia recebe uma impactante visita do ponto de vista da política internacional: Nikita Kruchev visita o país⁴²⁴ e, após uma inusitada conferência reservada em um barco a remo (comandado pelo próprio soviético) em um lago de uma das residências oficiais suecas, cria-se essa tradição política no país escandinavo: outros líderes internacionais, a partir de então, também se farão fotografar navegando com o líder sueco no lago.

Outro marco da dissolução da PEI é a crítica de Castelo Branco ao “neutralismo da Política Externa Independente” e a definição:

em um discurso (31 JUL) [d]as diretrizes da ‘correção do rumo’ que seria dada à política externa, que passaria a se basear no alinhamento ao Ocidente (segundo as fronteiras ideológicas do conflito Leste-Oeste), na defesa do ‘mundo livre’ e na ação baseada nos ‘círculos concêntricos’, começando pelo sistema interamericano liderado pelos EUA (GARCIA, 2005, p. 192).

Retomaremos esse discurso e seus desdobramentos um pouco mais adiante.

O mês de outubro de 1964 ainda vai abrigar quatro acontecimentos de monta. Um deles, de menor importância internacional, é a visita de Charles de Gaulle ao Brasil, em giro pela América Latina. Os outros dois são da maior relevância: a saída de Kruchev da liderança da URSS⁴²⁵ em 14 de outubro e a ascensão de Brejnev ao posto; e a explosão da primeira bomba atômica da República Popular da China dois dias depois (GARCIA, 2005, p. 192). Por último, mas definitivamente não menos importante, tem-se a realização, entre 3 e 16 de outubro, da II Conferência de Chefes de Estado e de Governo dos Países Não-Alinhados – com a presença de Tito, inclusive (ZDUNIC, 1980, p. 399).

⁴²⁴ Disponível em: <https://digitalcollections.hoover.org/objects/44959/nikita-khrushchev-in-scandinavia-1964>. Acesso em: 25 fev. 2024.

⁴²⁵ Não conseguimos deixar de notar que em 11 meses, entre novembro de 1963 e outubro de 1964, três líderes de três importantes países do mundo, Kennedy dos EUA, Jango do Brasil e Kruchev da URSS, deixavam seus postos de liderança de maneira inesperada.

A conferência contou, novamente, com a presença do Brasil na condição de observador (e mais outros 9 países⁴²⁶, isto é, mais que o triplo de observadores que em Belgrado). Porém a situação da degradação brasileira já era tal⁴²⁷, que não abordaremos maiores detalhes, permitindo-nos reproduzir apenas a citação que se segue, e que permite um panorama razoável do evento:

A conferência do Cairo, três anos mais tarde [em relação a de Belgrado], com uma participação muito maior, com observadores de seis países sul-americanos, da Finlândia e dos comunistas do México, pretendia ser o culminar do trabalho árduo, das visitas de intercâmbio e das viagens do Presidente Tito que promoveu o movimento não-alinhado. Na reunião do Cairo, Tito expressou a sua satisfação com os progressos realizados desde a conferência de Belgrado.

‘A Conferência de Belgrado (disse ele) foi realizada num momento em que a situação internacional estava muito tensa. A segunda conferência [no Cairo] realiza-se numa situação um pouco mais favorável, o que, na minha opinião, é resultado da Conferência de Belgrado. Penso que se pode afirmar com razão que a Conferência de Belgrado contribuiu para a obtenção de uma situação mais fácil e para a resolução de condições. No mundo de hoje, já existe uma visão mais séria dos países não alinhados que funcionaram e continuarão a funcionar como um fator político moral.’

Mas as discussões durante a conferência mostraram menos acordo sobre os objetivos do que tinha sido evidente na Conferência de Belgrado. Muitos dos participantes deram maior ênfase à ‘descolonização’ e aos problemas das novas nações da África e da Ásia. O Presidente Sukarno da Indonésia apareceu como porta-voz dos membros mais extremistas destas ‘novas forças emergentes’ que desejavam transformar os métodos essencialmente pacíficos, negociadores e, portanto, lentos de Tito de resolução de disputas internacionais em ações mais agressivas. Numa tentativa de obter apoio ativo, alguns dos oradores dos movimentos de ‘libertação’ africanos expressaram a opinião de que é primeiro necessário existir para coexistir. Embora apoiasse movimentos anticoloniais em princípio, Tito recusou permitir que o seu movimento de não-alinhamento fosse desviado para outros fins. ‘Algumas pessoas’, disse ele, ‘não compreendem que a coexistência é uma alternativa entre a paz e a guerra, e que só na paz podemos resolver todos os problemas.’ (AUTY, 1969, p. 192-193).

Ainda que, em nosso entender, a autora carregue desproporcionalmente nas tintas de um alegado pacifismo exagerado de Tito, o trecho é suficientemente útil para nossos propósitos sintéticos, e demonstra a persistência da Iugoslávia em seu

⁴²⁶ “The Following countries: Argentine, Bolivia, Brazil, Chile, Finland, Jamaica, Mexico, Trinidad and Tobago, Uruguay and Venezuela were represented by observers.” 2nd Summit Conference of Heads of State or Government of the Non-Aligned Movement, p. 1.

⁴²⁷ Inclusive questionamos a qualidade da presença brasileira na Conferência, se um observador realmente interessado, como ainda um produto não completamente eliminado da PEI, ou um mero “cavalo de Troia” dos EUA contra o MNA, ou, ainda, uma outra coisa.

não-alinhamento bastante multilateral, bem como a nova ausência da Suécia numa Conferência dos Não-Alinhados (a despeito da participação, em caráter de observador, de sua vizinha Finlândia), que reforça certo distanciamento das concepções de ambas políticas externas.

Portanto, podemos entender que em 1964, Suécia e Iugoslávia prosseguiram com suas respectivas políticas externas “neutra” e “não-alinhada”, enquanto o Brasil deixava de ser “independente”, com a interrupção do governo Goulart e da PEI. Para exemplificar isso, utilizaremos o discurso de Vasco Leitão da Cunha na “XIX Sessão Ordinária da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas 1964”. De acordo com Corrêa (2007, p. 189, grifos nossos), em elucidativa introdução a este discurso:

As transformações políticas ocorridas em março de 1964 acarretariam importantes conseqüências para a política externa do Brasil. Na visão então prevalecente, **os acontecimentos no Brasil constituíam um sério golpe no movimento comunista internacional e alterariam a correlação de forças da guerra fria.** Novamente o Brasil abrigava expectativas de crescente envolvimento norteamericano no seu projeto de desenvolvimento. As lideranças de 1964 buscariam cooperação, entendimento e assistência, de maneira a constituir o Brasil, nas palavras de então, em baluarte da causa da liberdade no mundo.

Recupera-se na formulação da política externa brasileira uma visão do mundo fundamentalmente diferente da que orientara o período Quadros-Goulart. [...] Para os setores que haviam assumido as responsabilidades de Governo em 1964, porém, o panorama internacional ainda estava dominado pelo bipolarismo, **residindo, portanto, na política de alinhamento as melhores oportunidades de ação externa a que poderia aspirar o Brasil.**

Em discurso pronunciado no Itamaraty em julho de 1964, o Presidente Castello Branco expôs pormenorizadamente a nova doutrina externa do Brasil. **A política externa não deveria mais ser qualificada de ‘independente’, sentenciou o Presidente, pois o conceito de independência adquirira valor terminal e perdera a sua utilidade descritiva num mundo dominado pela confrontação de poder bipolar, com radical divórcio político-ideológico entre os dois respectivos centros.** Nesse contexto, concluiu, tornava-se inevitável a aceitação de um certo grau de interdependência, quer no campo militar, quer no econômico, quer no político. **O nacionalismo, comentaria o Presidente, havia-se transformado em opção disfarçada em favor dos sistemas socialistas.** A posição do Brasil doravante decorreria da fidelidade básica da sociedade ao sistema democrático ocidental.

Vemos aqui, não apenas as linhas gerais da dissolução da PEI como, de forma transversal, a comprovação de que a ideia de “*détente*”, aludida por Popovic em seu discurso na AGNU em 1963, bem como uma percepção de certa

desmobilização da “guerra fria”, presente no discurso de Tito também na XVIII AGNU, definitivamente não se aplicavam ao Brasil de 1964.

Na interpretação do autor referente ao discurso de Catello Branco, presente no excerto acima, também vemos ruir dois dos principais pilares da PEI: a “independência” de não estar automaticamente alinhado, e o “nacionalismo” – o que confirmava, como se veria, que o Golpe Militar era mais uma manobra dos “entreguistas” brasileiros contra os “nacionalistas” do país. E prossegue Corrêa (2007, p. 190-191, grifos nossos):

Em seu discurso [...] Vasco Leitão da Cunha expressa [...] as transformações ocorridas na política externa do Brasil. **Declara superados alguns princípios e algumas posições assumidas anteriormente e torna a privilegiar a adesão irrestrita do Brasil ao campo ocidental** num contexto internacional de confrontação.

Nesse sentido, destacamos, propriamente do discurso do ministro brasileiro do governo golpista, o que consideramos aqui uma figurativa “pá de cal” à PEI. Ainda que tenha mantido em seu discurso certas palavras-chave da PEI referentes ao desenvolvimento, ao desarmamento, à descolonização, à autodeterminação, a um comércio internacional mais justo etc., essas palavras que já pareciam ocas e hipócritas na época, vindas do governo que vinham, se tornam ainda mais vazias, mentirosas e deformadas passados sessenta anos e depois dos acontecimentos que se sucederam, como veremos:

O Brasil retomou o caminho largo de suas mais legítimas tradições, de que se pretendeu um momento afastá-lo. Num grande movimento de renovação nacional, meu País recobrou todas as suas possibilidades de progresso e de ordem, que lhe permitem, uma vez mais, sem renegar o passado, encarar com confiança o futuro.

Na base de nossa política, no campo interno como no internacional, encontramos o mais completo exercício de nosso direito de autodeterminação, pela qual o povo brasileiro fez uma opção básica, que mantém, de fidelidade espiritual e política ao sistema de democracia representativa.

[...]

Já se chamou a Carta de São Francisco de ‘Carta da Descolonização’. O epíteto é justo, mas seria mais exato – e mais rico de sentido – se qualificado pelo **adjetivo pacífico**. Os homens do futuro seguramente se referirão ao Capítulo XI da Carta como ao instrumento político de **libertação, por meios pacíficos, dos povos coloniais**, e prestarão homenagem à sabedoria, à prudência e à visão dos estadistas que redigiram aquele documento. **Através da aplicação paulatina, ordeira e pacífica** da Carta e das resoluções pertinentes desta

organização, mais da metade da humanidade acedeu à independência, mediante a prática do princípio da autodeterminação.
[...]

O exercício do direito de autodeterminação é para nós um conceito amplo, que vai além dos problemas do colonialismo. Esse direito deve poder exercê-lo todos os povos, e **penso particularmente no povo alemão, até hoje dividido por uma fronteira que não tem razão de ser**, sujeito a restrições que não se coadunam com o espírito de nossa Carta (CORRÊA, 2007, p. 193-199, grifos nossos).

Assim encerremos nosso arco de análise da PEI, com um ministro brasileiro, entre outras coisas, admitindo “a adesão irrestrita do Brasil ao campo ocidental [capitalista]”, defendendo uma descolonização “por meios pacíficos” (“paulatina, ordeira e pacífica” até), e não apenas utilizando o conceito de “autodeterminação” para membros de um país europeu que causou duas guerras mundiais, como, ainda, dizendo não haver “razão de ser” para a Alemanha dividida no “pós-guerra”.

4.5 UM BREVE BALANÇO DOS DISCURSOS DE SUÉCIA, IUGOSLÁVIA E BRASIL ENTRE 1961 E 1964

Como dissemos anteriormente, podemos apontar certas convergências e divergências quanto às políticas externas de Brasil, Iugoslávia e Suécia no período por nós abordado, especialmente de levarmos em consideração as teorias e discursos acerca da “neutralidade” sueca, do “não-alinhamento” iugoslavo e da “independência” brasileira. Focando nas convergências, podemos constatar que há uma constante reincidência dos “3Ds” afirmados por Araújo Castro em seu discurso na XVIII AGNU em 1963: desenvolvimento, desarmamento e descolonização. Não parece haver muitas dúvidas que esses três interesses guiaram variados discursos e certas ações dos três países no período analisado. Inclusive as definições e reflexões sobre os três conceitos são semelhantes também.

Contudo uma diferença nada desprezível é a ênfase. Nos parece que o Brasil estava muito mais interessado em desenvolvimento (pois subdesenvolvido, ansioso por se desenvolver e distante dos principais efeitos dos testes e ameaças nucleares) e a Suécia em desarmamento – especialmente o nuclear (pois desenvolvido, literalmente no meio das duas superpotências nucleares, e muitíssimo próxima de uma delas, a URSS). A Iugoslávia parece ter tido a política externa mais equilibrada entre estes três objetivos: se via como país subdesenvolvido o suficiente para

desejar um desenvolvimento maior, bem como se via em condições de cooperar, à partir de seu próprio desenvolvimento do pós-guerra, com o desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo; via o desarmamento como algo importantíssimo, especialmente o nuclear, ao ponto de contribuir para este assunto ser tema central e decisivo da I Cúpula dos Não-Alinhados, em Belgrado, 1961; mas também advogava fortemente pela descolonização, tanto estabelecendo laços políticos e econômicos muito fortes com países recém-independentes, como ajudando efetivamente países a ficarem independentes (o caso da Argélia é paradigmático). Em nosso período foi o país que, dos três, mais se interessou pela descolonização.

Outras ideias que aproximavam as políticas externas dos três países era a paz (ainda que mais agudamente entre os iugoslavos, em um segundo grau, entre os brasileiros e talvez suecos), a coexistência pacífica (também muito forte entre os iugoslavos, e também fundante do MNA), a autodeterminação dos povos (forte entre nos discursos de Brasil e Iugoslávia), a não interferência em assuntos internos dos países (muito presente nos discursos de Brasil e Iugoslávia), a transferência econômica dos recursos economizados pelo desarmamento para o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos (presente nos discursos dos três países) e as críticas à discriminação racial (especialmente contra o apartheid da África do Sul, e também presente nos três). Esse conjunto de ideias, ações e discursos nos permitem propor um quarto D, um tanto transversal: o Desalinhamento. Um desalinhamento franco entre os “alinhamentos” típicos da Guerra Fria (ao Bloco Capitalista ou ao Bloco Socialista), mas também, eventualmente, desalinhamentos entre os três países.

No período os caminhos discursivos e de ações dos três países se cruzaram algumas vezes, como nos casos da UNEF I, da ONUC, da Conferência de Genebra sobre o Desarmamento (que incluía entre os 18 participantes Suécia e Brasil, mas não a Iugoslávia, ainda que a mesma tivesse proximidade ideológica com os debates e alguns participantes não-alinhados), da Conferência de Belgrado (organizada pela Iugoslávia, com a presença do Brasil como observador, apesar do rechaço sueco ao evento). Tivemos ainda um encontro de cúpula entre Brasil e Iugoslávia, quando Tito, em giro pela América, encontrou-se com Goulart.

Tentamos ao longo desse capítulo demonstrar essas e outras semelhanças e convergências entre as políticas externas de Brasil, Suécia e Iugoslávia entre 1961 e 1964, junto com o desenvolvimento histórico dessas três políticas externas durante o período. Contudo reconhecemos que parece haver uma presença maior de Brasil e

Iugoslávia nessas páginas, em relação a Suécia. E a explicação para isso, de acordo com nossa reflexão, pode ser elucidativa. Ainda que, por exemplo, uma eventual maior presença do Brasil possa ser justificada pela nacionalidade do autor, por certo conhecimento prévio do tema pelo mesmo, por uma maior facilidade de acesso a uma grande quantidade de documentos e livros sobre o assunto (bem como a qualidade destes), e, ainda, pela escolha aplicada à pesquisa de usar justamente a duração da PEI como principal recorte temporal, tem uma palavra que é ainda mais relevante que esses argumentos: “atividade”.

O interesse e a busca por Brasil, e, sobretudo, pela Iugoslávia, em conduzir uma política externa ativa, que às vezes transparece em discursos e ações, é fundamental para entendermos a certa predominância destes dois países nessas páginas. O Brasil iniciava com a PEI uma de suas fases mais “ativas” da História, em termos de política internacional. A Iugoslávia usa o termo “ativo” inúmeras vezes em seus discursos, e não raro caracteriza-se o “Não-alinhamento” iugoslavo justamente como “neutralidade ativa”, “coexistência ativa” e similares. Já a Suécia tinha, no período, uma inserção internacional mais discreta, que, ainda que eventualmente em transformação, ainda assim discreta demais – isso mudaria mais para o fim da década de 1960.

Enfim, então após esse panorama histórico do desenvolvimento da “neutralidade” sueca, do “não-alinhamento” iugoslavo e da “PEI” brasileira entre 1961 e 1964, levando em consideração certas ações e discursos realizados pelos representantes destes países e destas políticas, seguimos agora para o capítulo final desta tese: após identificarmos tantas convergências, no limite, tantos alinhamentos entre Iugoslávia, Brasil e Suécia, vamos colocar à prova essas convergências e alinhamentos com o critério prático das votações destes três países nas resoluções da AGNU entre 1961 e 1964.

5 INDEPENDÊNCIA, NÃO-ALINHAMENTO E NEUTRALIDADE NA PRÁTICA: BRASIL, IUGOSLÁVIA E SUÉCIA NAS VOTAÇÕES DA AGNU

“A prática é o critério da verdade.”
Atribuído ao “pensamento marxista”

“O que não se pode medir, não existe.”
Atribuído ao “pensamento cartesiano” e/ou a “Lord Kelvin”⁴²⁸

Após abordarmos, nos capítulos anteriores, a formação das políticas externas de Suécia, Iugoslávia e Brasil, bem como algumas de suas convergências e divergências, e eventuais semelhanças e diferenças entre elas, no que chamamos de “plano teórico-discursivo”, nos propomos neste capítulo, a fazer uma análise do que entendemos ser um possível “plano da prática”. Isto é: o que foi “dito” e “teorizado” pelos corpos diplomáticos, políticos e intelectuais dos respectivos países, se transformou em posicionamentos mais “concretos”? As “ideias” formuladas como “política externa” atuavam na “realidade” das relações internacionais?

Escolhemos como símbolo desse “plano prático” as votações realizadas por Suécia, Iugoslávia e Brasil nas resoluções adotadas nas sessões da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) entre os anos de 1961 e 1964, por julgarmos que os temas das resoluções e as votações dos países nestas conferiam esse critério “prático”, uma oportunidade de pôr em ação aquilo que se anunciava em palavras. Ademais, pelo tamanho da AGNU, por sua representatividade, e por sua certa homogeneidade (afinal, nela todos os membros têm o mesmo “peso” nas votações), ela nos aparecia com uma espécie de laboratório, no qual os “discursos” estavam sujeitos a “testes práticos”.

A ONU e sua AGNU tiveram um início com bastante representatividade, com os “51 membros originais”, e uma expansão lenta⁴²⁹ nos primeiros nove anos, com nove membros adicionados entre 1946 e 1950 (menos de dois membros novos por ano, incluindo um período sem nenhuma expansão entre 1951 e 1954). O ano de

⁴²⁸ Essas duas frases permearam filosoficamente boa parte dessa pesquisa, contudo, elas podem ser consideradas apócrifas. Não encontramos nenhum documento “marxista” que traga objetivamente a frase “A prática é o critério da verdade”, ainda que exista muitas interpretações semelhantes de trechos de obras de Marx, de Lênin e de Mao Tsé-Tung. Também não encontramos precisamente essa frase em obras de Descartes, e, quando encontramos associadas a Lord Kelvin, as fontes também não eram muito consistentes. Contudo, julgamos boas frases, nem que sejam como meros “provérbios populares” ou coisa do tipo.

⁴²⁹ Ver Apêndice – ONU: Membros.

1955 será de grande atipia, ingressando na organização 16 estados – a segunda maior expansão da ONU - no rescaldo da consolidação dos blocos capitalista e socialista⁴³⁰, da “neutralização” de Finlândia e Áustria, e da incorporação de países não necessariamente afeitos à luta antifascista que influenciou a criação da ONU, como Itália, Espanha e Portugal.

Entre 1956 e 1959 teremos a continuação da expansão, com 7 novos membros (uma média superior a 2 por ano entre 1956 e 1958, e descontando o ano de 1959, que não teve nenhum membro novo). Até chegarmos no ano de 1960 quando, no início da 15ª. Sessão da AGNU temos a maior expansão da ONU em sua história, superando 1955: 17 novos estados-membros são adicionados, resultado, sobretudo, dos processos de descolonização afro-asiática⁴³¹. Essa expansão expõe também uma cifra bastante salutar: a ONU praticamente dobrou de tamanho (em termos de membros) em seus primeiros 15 anos, saltando dos 51 originais para 99 em 1960.

Entre 1961 e 1965 teremos mais expansão, com 18 novos membros, uma média superior a 4 novos membros por ano. Ou seja, no período entre as principais Sessões da AGNU analisadas, da 15ª. a 20ª., a ONU saiu de 82 membros (a primeira resolução adotada pela 15ª. Sessão, em 20 de setembro de 1960 é a A/RES/1476(XV), que versa sobre a “Admissão da República dos Camarões como membro das Nações Unidas”) para 117 membros (com a admissão de Singapura através da resolução A/RES/2010(XX) de 21 de setembro de 1965). Totalizando, portanto, uma expansão de 35 membros (ou impressionantes 42,68%) nos 5 anos que separam 19 de setembro de 1960 e 22 de setembro de 1965. Especificamente para as Sessões que nos debruçamos com maiores detalhes, 15ª. e 19ª. (1960-1964), a expansão é de 31 membros (ou 37,8%). E, para os anos de 1961 e 1964 – descontando assim o excepcional ano de 1960 – o aumento é 16 membros (ou peculiares 16,1616%)⁴³².

⁴³⁰ 1955 é um ano-chave para a consolidação do que chamamos de Guerra Fria, como evidenciam três acontecimentos: a incorporação da “Alemanha Ocidental” na OTAN (espécie de braço armado do bloco capitalista), a resposta soviética a isso com a criação do Pacto de Varsóvia (espécie de braço armado do bloco socialista), e a realização da Conferência de Bandung (sob variados aspectos o grande precursor do Movimento dos Países Não-Alinhados).

⁴³¹ Dos 23 novos membros ingressantes no período de 1955-1959, 7 países eram asiáticos (incluindo o Japão) e 6 africanos. Dos 17 países ingressantes em 1960, todos eram africanos.

⁴³² Uma breve curiosidade: observemos que entre 1961 e 1964 a ONU teve o ingresso de 16 membros, totalizando um aumento de 16,1616%. A Sessão da AGNU iniciada em 1961 é a 16ª. E, por fim, “61” é “16” ao contrário. Ou seja, os algarismos 1 e 6 estavam realmente em voga.

Esse aumento considerável e outros elementos da conjuntura mundial da época (como a formação do Movimento dos Países Não-Alinhados, a independência da Argélia, a formação da República Árabe Unida, a construção do muro de Berlim, a crise no Congo, o assassinato do secretário-geral, a Crise dos Mísseis etc.) acabaram pressionando a ONU para algumas importantes reformas normativas e institucionais no período estudado.

Como explicitado na “Nota Introdutória” da versão brasileira da Carta das Nações Unidas:

A 17 de dezembro de 1963, a Assembleia Geral aprovou as emendas aos artigos 23, 27 e 61 da Carta, as quais entraram em vigor a 31 de agosto de 1965. Uma posterior emenda ao artigo 61 foi aprovada pela Assembleia Geral a 20 de dezembro de 1971 e entrou em vigor a 24 de setembro de 1973. A emenda do artigo 109, aprovada pela Assembleia Geral a 20 de dezembro de 1965, entrou em vigor a 12 de junho de 1968.

A emenda ao artigo 23 eleva o número de membros do Conselho de Segurança de onze para quinze⁴³³. O artigo 27 emendado estipula que as decisões do Conselho de Segurança sobre questões de procedimento sejam efetuadas pelo voto afirmativo de nove membros (anteriormente sete) e, sobre todas as demais questões, pelo voto afirmativo de nove membros (anteriormente sete), incluindo-se entre eles os votos dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança.

A emenda ao artigo 61, que entrou em vigor a 31 de agosto de 1965, eleva o número de membros do Conselho Econômico e Social de dezoito para vinte e sete. A emenda subsequente a este artigo, que entrou em vigor a 24 de setembro de 1973, elevou posteriormente o número de membros do Conselho para cinquenta e quatro.

A emenda ao artigo 109, relacionada com o primeiro parágrafo do referido artigo, estipula que uma Conferência Geral de Estados-membros, convocada com a finalidade de rever a Carta, poderá efetuar-se em lugar e data a serem fixados pelo voto de dois terços dos membros da Assembleia Geral e pelo voto de nove membros quaisquer (anteriormente sete) do Conselho de Segurança.

O parágrafo 3 do artigo 109, sobre uma possível revisão da Carta durante a décima sessão da Assembleia Geral, mantém-se em sua forma original, quando se refere a um “voto de sete membros quaisquer do Conselho de Segurança”, havendo o referido parágrafo sido aplicado em 1955 pela Assembleia Geral durante sua décima sessão ordinária e pelo Conselho de Segurança (ONU, 2022, p. 1 e 2, grifos nossos).

⁴³³ Para além do aumento do número de membros rotativos no CSNU houve uma mudança nos “critérios” de escolha para os ocupantes das vagas. Segundo Winkelmann (2010, p.593): “As origens dos grupos regionais de hoje remontam a um acordo de cavalheiros concluído pelos Estados Unidos e a então União Soviética em 1946, relativo à distribuição dos seis assentos não permanentes no Conselho de Segurança entre os 51 (46) membros fundadores da organização. Os “principais grupos” reconhecidos foram América Latina (2 cadeiras), Oriente Médio (1), Europa Oriental (1), Europa Ocidental (1) e Comunidade Britânica (1).” (WINKELMANN, 2010, p. 593)

Ou seja: nos anos entre 1960 e 1965 que abordamos de forma mais elástica, ou nos anos entre 1961 e 1964 que abordamos de forma mais específica, concentram-se mudanças realmente importantes, tanto no tamanho da própria ONU, como no tamanho e no funcionamento de seus principais órgãos, destacadamente, no tamanho e funcionamento da AGNU. E, nesse período (1961-1964), teremos uma AGNU composta por algo entre 99 (15ª. Sessão, entre 1960 e 1961) e 115 membros (19ª. Sessão, 1964)⁴³⁴, e um CSNU com 11 membros, mas em processo de expansão⁴³⁵.

Resumindo de forma panorâmica a evolução dos Estados-Membros na AGNU e no CSNU⁴³⁶, temos, no primeiro caso, a primeira Sessão da AGNU com um total de 51 membros votantes e, após as seguidas ampliações em número de membros, quando da 20ª. Sessão, o total de Estados-Membros era de 115: um crescimento total, entre 1945 e 1965, de 64 membros (125,49%, numa média superior a 3 novos membros por ano).

Em termos de seu funcionamento a AGNU é regida pelo capítulo IV da Carta, e é o “órgão deliberativo por excelência da ONU”, tendo sua composição repousando “sobre o princípio da igualdade jurídica dos Estados”, e sendo “o único órgão plenário da organização, já que todos os Estados membros das Nações Unidas estão representados ali”, possuindo todos o mesmo direito a “um voto durante as votações”. (ONU, 2022, p. 10-14; MESTRE-LAFAY, 2003, p. 26; NEW ZEALAND, 2022 p. 12)

A AGNU funciona seguindo as regras fixadas pela Carta e complementadas pelo regimento interno da própria Assembleia. Certas competências são específicas da AGNU, por exemplo: receber e estudar os relatórios de atividades dos demais órgãos da Organização (Art. 15); estudar os princípios gerais de cooperação para a manutenção da paz e da segurança internacionais e, em particular, os que regem o desarmamento e fazer recomendações sobre esses princípios aos Estados Membros ou ao Conselho de Segurança (art. 11, § 1); fazer também recomendações com vista ao desenvolvimento da cooperação internacional nos domínios político, econômico, social e cultural, e com vista à promoção dos direitos humanos e as

⁴³⁴ Ver Apêndice 00 “Estados-membros da ONU: 1961-1964”.

⁴³⁵ Ver Apêndice 00 “Membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas: 1946-1965”.

⁴³⁶ Ver Apêndice 00 “CSNU no período.”

liberdades fundamentais (ONU, 2022, 10-17; MESTRE-LAFAY, 2003, p. 28-29; SWITZERLAND, 2017, p. 13)

Entre essas atribuições específicas, existe uma de considerável importância prática: a AGNU vota o orçamento da ONU a cada ano, tema bastante polêmico entre 1961 e 1964. O ônus das despesas da Organização é repartido entre os Estados Membros de acordo com uma escala de contribuições que é fixada pela Assembleia, com base em uma resolução separada, e que é revisada regularmente. A contribuição dos EUA sozinha costuma perfazer cerca de 25% dessas despesas. Alguns Estados, inclusive especificamente os EUA, só pagam o valor de sua contribuição de forma muito irregular, embora a obrigação de contribuir anualmente esteja prevista no artigo 17, § 2º da Carta (MESTRE-LAFAY, 2003, p. 29)

Ainda que abordemos com mais detalhes a questão das resoluções da AGNU no item adiante deste capítulo, entendemos ser oportuno ao menos mencionar que estas resoluções têm um valor diferente conforme cada caso. Relativamente aos Estados Membros, a Assembleia apenas emite recomendações, atos sem força vinculativa (exceto os que proclamam princípios jurídicos superiores preexistentes). Por outro lado, na ordem interna da Organização, a AGNU pode tomar decisões mais “reais” (digamos assim), tais como a admissão de um novo Estado-membro, a votação do orçamento e a criação de um órgão subsidiário (MESTRE-LAFAY, 2003, p. 29-30)

Os demais órgãos principais da ONU (o Conselho Econômico e Social, o Conselho de Tutela, a Corte Internacional de Justiça, e o Secretariado) possuem, relativamente, importância e impacto sensivelmente menores que a AGNU e o CSNU⁴³⁷.

5.1 AS SESSÕES ANUAIS DA AGNU E SUAS RESOLUÇÕES

A AGNU tem seus trabalhos organizados em sessões, tendo uma “sessão

⁴³⁷ Ainda que mereça menção o fato de que muitos dos mais amplamente conhecidos órgãos que compõem o chamado “Sistema das Nações Unidas” estejam diretamente vinculados ao Conselho Econômico e Social, tais como: as “Comissões Regionais” (dentre as quais destacamos a CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) e variadas “Agências Especializadas”, como a FAO, a OMS, a UNESCO, o FMI e o Banco Mundial (UN, 2021, s/p). Para maiores detalhes sobre o funcionamento da AGNU e do CSNU, ver Apêndice 03 “Panorama sobre o funcionamento da AGNU e do CSNU”.

ordinária”⁴³⁸ por ano, frequentemente iniciando em meados de setembro até meados de dezembro, reiniciando em meados de janeiro, e finalizando entre maio e julho do ano seguinte – ainda que, “oficialmente”, desde 1981 a sessão anterior só termine um dia antes do início da próxima sessão⁴³⁹.

Nosso trabalho está focado nas seguintes cinco Sessões Ordinárias: XV (1960-1961), XVI (1961-1962), XVII (1962-1963), XVIII (1963-1964) e XIX (1964-1965)⁴⁴⁰, que cobrem, portanto, todo o período entre 1961 e 1964⁴⁴¹.

De acordo com o “*The GA Handbook: A practical guide to the United Nations General Assembly*”, manual produzido e publicado pela “*Permanent Mission of Switzerland to the United Nations*”, e recomendado como “fonte confiável” pela própria ONU⁴⁴², durante as sessões, a AGNU funciona em sessões plenárias ou em comissões, e estas mesmas sessões possuem “eventos chave”.

Esses eventos chave seriam “a semana de abertura”, a “semana de alto-nível”, o “debate geral”, os “encontros de alto-nível”, os “debates temáticos”, as “audiências da sociedade civil” e, por fim, os “encontros comemorativos”. (SWITZERLAND, 2017, p. 5). Destes eventos, merecem especial atenção para o nosso trabalho os 4 primeiros.

Os debates de um item da agenda⁴⁴³ são informados por relatórios apresentados pelo Secretário-Geral, por um órgão subsidiário da AGNU ou por outro

⁴³⁸ As sessões extraordinárias podem ser convocadas pelo Secretário-Geral, sob demanda do Conselho de Segurança e/ou da maioria dos membros da ONU, e com agendas específicas de temas de grande envergadura e relevância. A primeira, convocada em 1947, foi sobre a Palestina. Em 1956, por exemplo, tiveram duas sessões extraordinárias de urgência, uma sobre a crise de Suez e outra sobre os acontecimentos na Hungria. (MESTRE-LAFAY, 2003, p. 26-27)

⁴³⁹ Por exemplo, a 34ª. Sessão, entre 1979 e 1980 foi de 18 de setembro de 1979 a 7 de janeiro de 1980. Já a 35ª. Sessão, entre 1980 e 1981 foi de 16 de setembro de 1980 a 14 de setembro de 1981. (<https://research.un.org/en/docs/ga/quick/regular/35>)

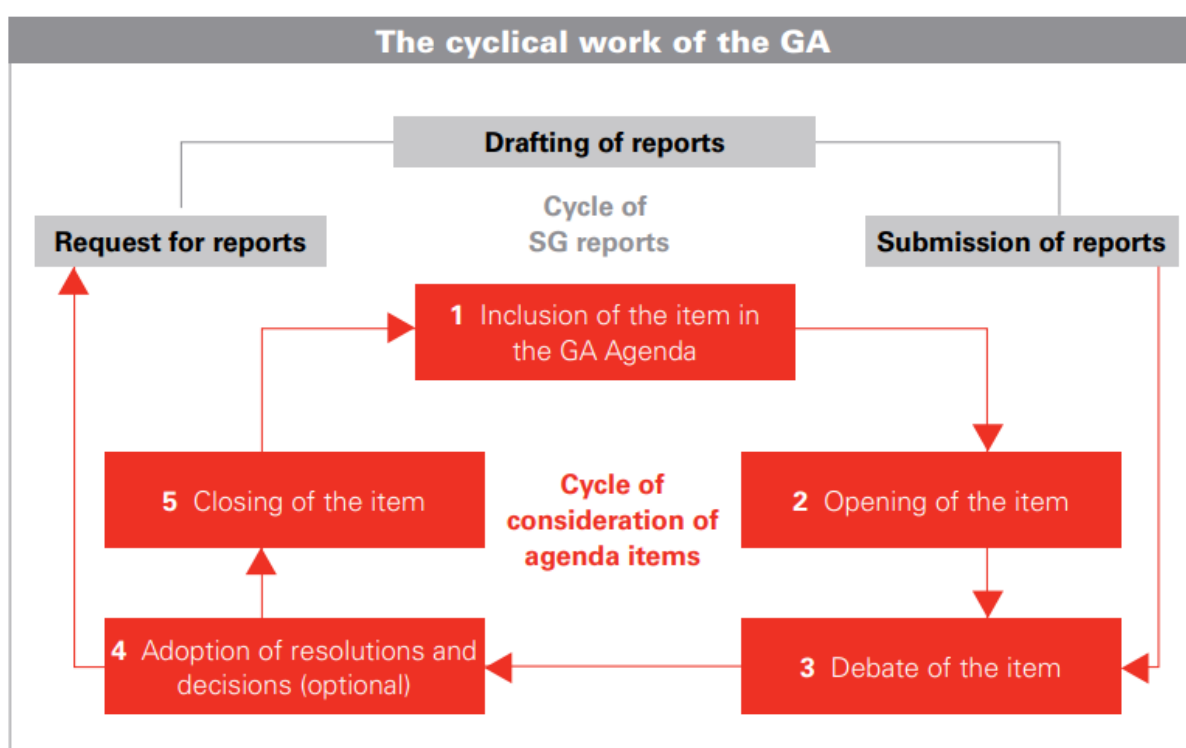
⁴⁴⁰ Para alguns detalhes destas Sessões, ver Apêndice 06 “Sessões da AGNU analisadas”.

⁴⁴¹ Ainda que de modo mais contextual, é possível que façamos referência também às sessões XIV, entre 15 de setembro e 13 de dezembro de 1959 (UN, 1960), e XX, entre 20 de setembro e 20 de dezembro de 1965. (UN, 1967)

⁴⁴² Esse manual, além de nos parecer bastante consistente e didático em si mesmo, ele é referência bibliográfica da própria “*Dag Hamarkjold Library*”, isto é, a “Biblioteca oficial das Nações Unidas”, inclusive de sua sessão de “Ajuda” chamada “*Ask DAG*”, como podemos ver no texto “*What is the mandate of the General Assembly?*”, disponível em: <https://ask.un.org/faq/14344>. Em termos estritos de “fontes primárias” no que tange às funções e funcionamento da AGNU recomendamos o “Capítulo IV: A Assembleia Geral” da “Carta das Nações Unidas”, artigos 9 a 22, bem como os Capítulos IX e X da mesma.

⁴⁴³ “A maioria dos mais de 170 itens da agenda é considerada regularmente, e apenas alguns novos itens são adicionados ou excluídos a cada ano. [...] Os itens obrigatórios da agenda são mencionados na Carta, nas Regras de Procedimento da AG ou nas resoluções da AG que estabelecem órgãos subsidiários. São, por exemplo, relatórios dos principais órgãos da ONU, relatórios dos órgãos subsidiários da AG, eleições a serem realizadas e todos os itens referentes ao orçamento.” (SWITZERLAND, 2017, p. 36-37).

órgão principal. As resoluções ou decisões adotadas podem incluir recomendações de políticas e identificar ações a serem tomadas pelos Estados-Membros e pelos demais órgãos do “Sistema ONU”. As resoluções/decisões podem solicitar relatórios adicionais do Secretário-Geral (SWITZERLAND, 2017, p. 36).



(SWITZERLAND, 2017, p. 36)

Em termos de documentação da AGNU, a própria ONU reafirma que “a Assembleia Geral é o *principal órgão deliberativo* das Nações Unidas. O Capítulo IV, Artigos 9-22, da Carta da ONU diz respeito à Assembleia Geral” e que “todos os Estados membros participam da Assembleia Geral e cada estado tem um voto.” Também afirma que “A Assembleia Geral se reúne de acordo com o Regulamento Interno da Assembleia Geral (A/520/Rev.20)”, sendo que “a cada ano, uma sessão regular é realizada” e “Sessões especiais e especiais de emergência também podem ser convocadas”. (UN, 2023, s/p. Tradução livre. Grifo no original.)

Em termos de organização documental, que foi bastante útil durante nossa pesquisa e também o pode ser na exposição, a ONU explica que “Desde a 1ª sessão (1946) até a 30ª sessão (1975), as reuniões e documentos da Assembleia Geral foram numerados consecutivamente. Na 31ª sessão, os símbolos passaram a

incluir o número da sessão”, possuindo como “formato básico para os símbolos dos documentos da Assembleia Geral” o seguinte (UN, 2023, s/p):

- A partir da 31^a. Sessão, o formato é “A/sessão/número sequencial”
 - Exemplo: A/73/1
- De 1946 a 1975 (que abrange nosso período), o formato é “A/número sequencial”
 - Exemplo: A/9601

Ainda sobre a documentação, “A documentação das Nações Unidas reflete a complexidade da ONU como organização” e “O Regulamento de Controle e Limitação de Documentação, ST/AI/189/Add.3/Rev.2, define documentos e publicações da seguinte forma” (DAG, 2022 (d), s/p):

Um documento é um texto submetido a um órgão principal ou a um órgão subsidiário das Nações Unidas para sua consideração, geralmente em conexão com itens de sua agenda.

O termo 'publicação das Nações Unidas' refere-se a qualquer material escrito que é emitido pelas Nações Unidas para o público em geral." ... As publicações podem incluir estudos, relatórios, compilações estatísticas, anais de certos seminários e simpósios relacionados à ONU, bem como publicações em série da ONU, que incluem os Anuários da ONU, a Série de Tratados da ONU, revistas técnicas e boletins.

Os Registros Oficiais são uma série de publicações impressas relacionadas aos procedimentos dos principais órgãos das conferências das Nações Unidas; eles incluem registros textuais ou resumidos das reuniões do órgão em questão, anexos e suplementos (DAG, 2022 (d), s/p, tradução livre).

Os documentos que mais utilizamos em nossa pesquisa foram as “resoluções”⁴⁴⁴, especialmente as da AGNU. E tanto as resoluções propriamente ditas, como os detalhes das votações e outras informações, estavam disponibilizados tanto nas “publicações das Nações Unidas” (sobretudo nos “Anuários da ONU”/”*Yearbooks of the United Nations*”) quanto nos “Registros

⁴⁴⁴ Ainda que nosso foco sejam as votações das resoluções na AGNU, acreditamos que valha a pena uma breve explicação acerca dos termos “resolução da AGNU” e “decisão da AGNU”. A princípio, as resoluções e as decisões de AGNU têm o mesmo status legal. As resoluções, em tese, “refletem as opiniões dos Estados-Membros, fornecem recomendações de políticas, atribuem mandatos ao Secretariado da ONU e aos órgãos subsidiários do GA e decidem sobre todas as perguntas sobre o orçamento da ONU.” (SWITZERLAND, 2017, p. 52). São as expressões formais da opinião ou vontade dos órgãos da ONU (DAG, 2022 (f), s/p). Já as “decisões”, “frequentemente, dizem respeito a questões processuais, como eleições, nomeações, horário e local de sessões futuras”, e “às vezes também são usados para registrar a adoção de um texto que representa o consenso dos membros de um determinado órgão” como a AGNU (DAG, 2022 (f), s/p).

Oficiais” (em suas formas de “registros textuais” das reuniões da AGNU, “anexos” e “suplementos”)⁴⁴⁵.

Especificamente, uma resolução das Nações Unidas é um texto formal adotado por um órgão das Nações Unidas (ONU) (DAG, 2023, s/d). Embora qualquer órgão da ONU possa emitir resoluções, na prática a maioria das resoluções, bem como as mais relevantes, têm sido emitidas pelo Conselho de Segurança ou pela Assembleia Geral.

As resoluções da Assembleia Geral podem ser interpretadas como a **“expressão dos pontos de vista dos Estados membros”** (SWITZERLAND, 2017, p. 52, grifos nossos) bem como **“expressões formais da opinião ou vontade dos órgãos da ONU”** (DAG, 2023, s/p, grifos nossos), e não são legalmente vinculantes para os Estados membros. Ou seja, exceto no que diz respeito a questões orçamentárias da ONU e instruções para órgãos inferiores da própria ONU, as resoluções da Assembleia Geral não são vinculativas⁴⁴⁶. Já, de acordo com o Artigo 25 da Carta, os estados membros da ONU são obrigados a cumprir "as decisões do Conselho de Segurança de acordo com a presente Carta", ou seja, estas são "vinculativas".

Portanto, foi fundamental para nossa escolha em analisar as resoluções da AGNU e não da CSNU, o caráter mais “democrático” das primeiras, visto que todos os países podem votar e têm o mesmo tipo de voto, enquanto as segundas, ainda que mais fortes e incisivas (pois vinculativas), tendem, teoricamente, a expressar apenas uma fração dos estados-membros.

O quórum para a adoção de resoluções/decisões e eleições é de maioria simples dos Estados Membros. (ONU, 2022, p.15; SWITZERLAND, 2017, p. 45).

Mais detalhadamente, há uma íntima e nada desprezível relação entre a “agenda” de uma sessão da AGNU e as resoluções que são eventualmente adotadas. Seguindo ainda o documento da Missão Suíça na ONU, e que reforça essa relação, entende-se que estabelecer e adotar a agenda é a primeira coisa a ser feita em cada sessão do AGNU, devendo ser feito ainda na primeira semana da

⁴⁴⁵ “As resoluções do Conselho de Segurança, da Assembleia Geral, do Conselho Econômico e Social e do Conselho de Direitos Humanos são emitidas como documentos individuais. As resoluções dos órgãos principais também são emitidas em compilações anuais ou de sessão.” (DAG, 2023, s/p) “Ao contrário das resoluções, as decisões da Assembleia Geral não são publicadas individualmente e não têm nenhum símbolo de documento atribuído a elas.” (DAG, 2022(e), s/p)

⁴⁴⁶ Os artigos 10 e 14 da Carta referem-se às resoluções da Assembleia Geral como “recomendações”.

mesma, para que as reuniões subsequentes possam ocorrer. (SWITZERLAND, 2017, p. 36-37)

O Secretariado da ONU compila uma lista preliminar de itens obrigatórios, recorrentes e novos da agenda, e a maioria dos itens da agenda é considerada regularmente, com apenas alguns itens novos sendo adicionados ou excluídos a cada ano. E, na dinâmica própria da AGNU, a consideração de um item da agenda começa necessariamente com um debate em uma reunião formal, e a duração destes podem variar de “menos de uma reunião completa a vários dias”. (SWITZERLAND, 2017, p. 36-37)

Recapitulamos essa relação “resolução-agenda” pois o “debate de um item da agenda é geralmente seguido pela adoção de resoluções/decisões” e, teoricamente, “as resoluções da AG refletem o grau de acordo intergovernamental, a evolução das ideias políticas e o estado da cooperação global em um determinado tópico”. (SWITZERLAND, 2017, p. 52)

O processo que leva à adoção de uma resolução ou decisão envolve redigir um texto, apresentar um projeto de resolução e decidir (“agir”) sobre ele, envolvendo variadas formas de consultas e negociações durante o processo, na tentativa de chegar a um consenso (ou algo próximo a isto)⁴⁴⁷. (SWITZERLAND, 2017, p. 52)

Em termos mais concretos de “aplicação” de ambas, com exceção das decisões sobre pagamentos aos orçamentos regulares e de manutenção da paz da ONU, as resoluções/decisões da AGNU não são vinculativas, sendo a implementação das recomendações políticas contidas nas resoluções/decisões de responsabilidade de cada Estado-Membro. (SWITZERLAND, 2017, p. 52)

Enfim, podemos dizer que existe uma “hierarquia de normas” nas Nações Unidas, isto é, uma ordem de importância em que uma “norma” seja considerada dentro do sistema jurídico da ONU (DAG, 2023 (c), s/p). Para questões internas à organização, a hierarquia de normas na ONU foi estabelecida em certos julgamentos do Tribunal de Controvérsias da ONU da seguinte forma: Carta das Nações Unidas; Resoluções e decisões; Regulamento do pessoal; Regras da equipe; Boletins do secretário-geral; e instruções administrativas. (DAG, 2023 (c), s/p).

⁴⁴⁷ “As Conclusões da Comissão Especial para a Racionalização dos Procedimentos e Organização da Assembleia Geral, anexas ao Regimento, consideram ‘que a adoção de decisões e resoluções por consenso é desejável quando contribui para a solução efetiva e duradoura das diferenças, fortalecendo assim a autoridade das Nações Unidas’ (A/520/Rev.19).” (DAG, 2023(b), s/p)

De “Villamoran v. Secretário-Geral das Nações Unidas (Julgamento No. UNDT/2011/126), parágrafo 29”, apud DAG (2023 (c), s/p):

No topo da hierarquia da legislação interna da Organização está a Carta das Nações Unidas, seguida pelas resoluções da Assembleia Geral, regulamentos do pessoal, regras do pessoal, boletins do Secretário-Geral e instruções administrativas (ver Hastings UNDT/2009/030, afirmado em Hastings 2011-UNAT-109; Amar UNDT/2011/040). Circulares de informação, diretrizes de escritório, manuais e memorandos estão na base dessa hierarquia e carecem da autoridade legal investida em emissões administrativas devidamente promulgadas. (DAG, 2023 (c), s/p, tradução livre.)

Ou seja, por tudo isso, entendemos que as resoluções da AGNU por nós analisadas constituem uma escolha suficientemente consistente como fontes primárias, bem como indícios pertinentes do que “pensavam” e como “agiam” os formuladores e executores de política externa dos Estados-Membros da ONU em geral, e de Brasil, Suécia e Iugoslávia em particular.

5.2 VOTAÇÃO

O subtítulo acima, simples, curto e direto, é idêntico ao subtítulo que agrupa os Artigos 18 e 19 na Carta (ONU, 2022, p.15), e que versa sobre as votações na AGNU. Como em nosso trabalho utilizamos justamente como um tipo de “unidade de medida” as votações nas Sessões anuais da AGNU, especialmente de suas resoluções, achamos por bem explicar melhor o que são essas votações.

Primeiramente, quanto às votações na ONU “em geral”, achamos importante anotar que os órgãos da ONU podem adotar resoluções e decisões de três formas principais: com voto, sem voto, e por consenso; e “votações” podem acontecer em qualquer órgão ou órgão principal da ONU (DAG, 2023 (d)).

Em geral, uma votação, em qualquer dos órgãos, ocorre (DAG, 2023 (d)).:

- “De acordo com a Carta das Nações Unidas e as Regras de Procedimento do órgão
- Durante reuniões formais
- Sobre projetos de resolução, projetos de decisão ou questões processuais
 - Às vezes, as votações são realizadas parágrafo por parágrafo até que um texto final seja acordado
- Os membros do órgão podem votar
 - Sim, ou A favor

- Não, ou Contra
- Abster-se
- Sem direito a voto
- Só os membros do órgão podem votar
 - O Conselho de Segurança convida regularmente não membros do Conselho de Segurança para participar de reuniões, sem direito a voto”. (DAG, 2023 (d), s/p)

Quanto às votações na AGNU, especificamente, a carta assim as define:

“VOTAÇÃO

Artigo 18

1. Cada membro da Assembleia Geral dispõe de um voto.
2. As decisões da Assembleia Geral sobre questões importantes serão tomadas por maioria de dois terços dos membros presentes e votantes. Essas questões incluirão: recomendações com relação à manutenção da paz e segurança internacionais, eleição dos membros não permanentes do Conselho de Segurança, eleição dos membros do Conselho Econômico e Social, eleição dos membros do Conselho de Tutela de acordo com o parágrafo 1 (c) do Artigo 86, a admissão de novos Membros nas Nações Unidas, a suspensão dos direitos e privilégios de membro, a expulsão de Membros, questões relativas ao funcionamento do sistema de tutela e questões orçamentárias .
3. Decisões sobre outras questões, incluindo a determinação de categorias adicionais de questões a serem decididas por maioria de dois terços, serão tomadas pela maioria dos membros presentes e votantes.

Artigo 19

Um Membro das Nações Unidas que esteja em atraso no pagamento de suas contribuições financeiras à Organização não terá direito a voto na Assembleia Geral se o valor de seus pagamentos em atraso for igual ou superior ao valor das contribuições devidas por ele nos dois últimos anos. A Assembleia Geral pode, no entanto, permitir que tal Membro vote se estiver convencido de que a falta de pagamento se deve a condições fora do controle do Membro.” (ONU, 2022, p.15 e 16)

Além do Artigo 18 da Carta da ONU, as regras 82-95 do Regulamento Interno dizem respeito à votação na Assembleia Geral (UN, 2022, p. 23-27). A maioria das resoluções da Assembleia Geral são **adotadas sem votação**. (DAG, 2022 (f), s/p, grifo nosso.)

Quando uma votação é realizada, ela costuma ser documentada de duas maneiras:

- voto **registrado**, que identifica claramente a posição de cada Estado-Membro

- **Resumo** do resultado da votação, que fornece o número de votos “a favor, contra, abstenção e não-votação”, mas não identifica a posição de cada Estado-Membro. (DAG, 2022 (f), s/p, grifos nossos.)

E as seguintes “notações” são usadas para apresentar os dados, que também utilizamos na confecção de nossas tabelas:

- “Y” para “SIM”
- “N” para “NÃO”
- “A” para “ABSTENÇÃO”
- Um espaço em branco indica que nenhum voto foi registrado.

Ou seja, a votação de uma resolução da AGNU é um momento de relevante importância para qualquer Estado-Membro, visto que é a AGNU, simultaneamente, o principal, maior, mais isonômico e inclusivo dos órgãos principais da ONU. É onde as votações de todos os membros têm o mesmo peso e valor, onde todos votam, e, portanto, é onde é possível vislumbrar “opiniões nacionais”, “alinhamentos internacionais”, e onde podemos vislumbrar variados níveis de aproximações e distanciamentos.

Como visto acima, os Estados-Membros presentes numa votação têm diante de si três possibilidades: votar “Sim”, votar “Não”, e se “Abster”. Como veremos adiante, ao esmiuçarmos os dados das votações, detalharemos como tratamos metodologicamente cada um destes tipos de votação, tentando extrair informações e efetuar análises.

Por fim, a título de nota, para além dessas possibilidades de votação dos membros presentes em uma das reuniões da sessão, há também a possibilidade de o membro não estar presente, isto é, se ausentar. Essa nota pode ser entendida como importante através de um exemplo peculiar: um dos fatos que tornou a “Guerra da Coreia” possível de ser realizada como foi, isto é, com o “aval” do CSNU, foi graças a “ausência” da URSS na votação da resolução 84 da CSNU (S/1588) (UNSC, 1950, p.5), de 7 de julho de 1950⁴⁴⁸. Ausente como forma de “protesto” pelo fato de o “assento chinês” na ONU não ter sido ocupado pelos comunistas vitoriosos a partir de outubro de 1949, o CSNU acabou conseguindo manobrar e aprovar a

⁴⁴⁸ O CSNU já vinha adotando resoluções sobre a Coreia desde a resolução 82 (S/1501) de 25 de junho de 1950, que fazia a “denúncia de agressão contra a República da Coreia”, seguiu pelas resoluções 83 (S/1511) de 27 de junho, e 84, até a 85 (S/1657) de 31 de julho de 1950.

invasão à península coreana pelas forças dos EUA sob as “insígnias legais” da ONU⁴⁴⁹.

5.3 AS RESOLUÇÕES DA AGNU ENTRE 1961 E 1964

De um ponto de vista mais “institucional”, os anos de 1961 e 1964 abarcam as seguintes cinco Sessões da AGNU, da 15^a, iniciada ainda em 1960, à conturbada 19^a, iniciada em 1964, e que não teve votações durante este ano. Portanto, desconsiderando para fins estatísticos, a 19^a, nessas demais sessões (15^a à 18^a) foram adotadas, por votação, 274 resoluções⁴⁵⁰, numa média de 68,5 resoluções por sessão.

Mais precisamente, a 15^a Sessão teve 82 resoluções adotadas por voto, a 16^a, 62 resoluções, a 17^a, 65 resoluções, e a 18^a, 54 resoluções. Contudo, como nosso recorte é mais “cronológico”, pois envolve os anos em que vigorou no Brasil a PEI (1961-1964), do que o “institucional”, isto é, respeitando a periodização por sessões da AGNU, a seguir vamos expor os dados por anos, e não por sessões.

O ano de 1961 teve 77 resoluções adotadas, sendo 20 resoluções ainda referentes à 15^a sessão, 56 resoluções referentes à 16^a sessão, e uma resolução referente à “*3rd session (1961) - Tunisia*”, ou “3^a Sessão Especial - Tunísia”⁴⁵¹. O ano de 1962 teve 71 resoluções adotadas, sendo 6 resoluções referentes ainda à 16^a sessão, e as demais 65 referentes à 17^a sessão. O ano de 1963 teve 62 resoluções adotadas, sendo 8 resoluções referentes à “*4th session (1963) - Financial Situation of the UN*”⁴⁵², e as demais 54 resoluções referentes à 18^a Sessão.

Sendo assim, nosso escopo de análise se reduz para o total de 210 resoluções adotadas por votação pela AGNU entre 16 de março de 1961 (a

⁴⁴⁹ Os itens 3 a 5 da Resolução 84 são particularmente reveladores.

⁴⁵⁰ Aqui estamos incorporando também, a fim de simplificação, onze resoluções adotadas, em tese, à margem das AGNU, porém no período estudado: as duas resoluções adotada na “*4th emergency special session, 17-19 September 1960*” (A/RES/1475(ES-IV) e A/RES/1474(ES-IV)) sobre a “situação do Congo”; a resolução adotada pela “*General Assembly during its 3rd special session, 21-25 August 1961*” (A/RES/1622(S-III)) sobre a “*grave situation in Tunisia obtaining since 19 July 1961*”; e as oito resoluções adotadas pela “*General Assembly during its 4th special session, 14 May-27 June 1963*”, que versavam basicamente sobre o orçamento da ONU para manutenção de forças de paz, no contexto dos gastos da “*United Nations Operation in the Congo*”.

⁴⁵¹ “Special sessions”, disponível em <https://www.un.org/en/ga/sessions/special.shtml>.

⁴⁵² Idem.

resolução A/RES/1593(XV)⁴⁵³, primeira adotada por votação no ano de 1961, ainda durante a 15ª Sessão), e 17 de dezembro de 1963 (sendo a última resolução considerada neste estudo a A/RES/1992(XVIII)⁴⁵⁴, que é a última resolução adotada por votação durante a 18ª Sessão).

Contudo, parte expressiva dessas resoluções foram adotadas, nos dizeres dos próprios arquivos disponibilizados pela ONU, de forma “*NON-RECORDED [...] - No machine generated vote*”, isto é, nós temos os dados gerais e totais das votações, porém não temos os dados específicos. Em outras palavras: sabemos a quantidade de membros que votaram “sim” ou “não”, que se abstiveram e/ou que se ausentaram, mas não temos precisamente os nomes desses membros⁴⁵⁵. Logo, de acordo com os objetivos dessa pesquisa, as resoluções adotadas pela AGNU cujos dados das votações são “NON-RECORDED” não puderam ser aproveitadas.

Entre 1961 e 1963 a ONU nos apresenta 132 resoluções adotadas sem os registros necessários para nossa pesquisa e 78 resoluções adotadas com todos os dados que necessitamos. Então serão estas 78 resoluções que serão analisadas com maior detalhe. Por ano, temos 38 resoluções em 1961, 17 resoluções em 1962, e 23 resoluções adotadas em 1963.

Assim, então, delimitamos finalmente nosso escopo de análise documental mais detalhada: as 78 resoluções adotadas por votação pela AGNU entre 16 de março de 1961 (A/RES/1593(XV), sobre o “Apelo aos Estados Membros que mantêm relações particularmente estreitas e contínuas com o Governo da União da África do Sul, no que diz respeito à situação no Território do Sudoeste Africano”, em tradução livre), e 17 de dezembro de 1963 (A/RES/1992(XVIII), sobre o

⁴⁵³ “1593 (XV). *Appeal to Member States which have particularly close and continuous relations with the Government of the Union of South Africa, with respect to the situation in the Territory of South West Africa.*” (“Apelo aos Estados Membros que mantêm relações particularmente estreitas e contínuas com o Governo da União da África do Sul, no que diz respeito à situação no Território do Sudoeste Africano”, em tradução livre).

⁴⁵⁴ “1992 (XVIII). *Enlargement of the Economic Committee, the Social Committee and the Co-ordination Committee of the Economic and Social Council.*” (“1992 (XVIII). Alargamento do Comitê Econômico, do Comitê Social e do Comitê de Coordenação do Conselho Econômico e Social”, em tradução livre).

⁴⁵⁵ Apenas para fornecer um exemplo, temos a resolução de 1595, de código “A/RES/1595(XV)”, adotada em 03 de abril de 1961 pela AGNU, sobre “*United Nations operations in the Congo: 1961 cost estimates and financing*” (“Operações das Nações Unidas no Congo: estimativas de custo e financiamento de 1961”, em tradução livre), com a seguinte votação: 51 “sim”, 10 “não”, 22 “abstenções” e 16 “ausentes”, dentre os então 99 membros. Porém a informação que temos sobre essa resolução é a seguinte: “*NON-RECORDED based on A/PV.973 - No machine generated vote*”, ou seja, temos os números totais mas não temos os votos especificados por membro.

“Alargamento do Comitê Econômico, do Comitê Social e do Comitê de Coordenação do Conselho Econômico e Social).

5.4 DESALINHADOS?: ANALISANDO AS VOTAÇÕES DE BRASIL, SUÉCIA E IUGOSLÁVIA NA AGNU

Então, se utilizando dos conceitos e metodologias acima expostos, vamos para a análise em si dos dados e números “totais” e “absolutos”, bem como com alguns números “relativos” e algumas classificações e interpretações sobre os votos de Brasil, Iugoslávia e Suécia na AGNU. Dividiremos essa parte do trabalho em duas: uma primeira, que irá expor os dados mais “gerais” e “generalizantes”, e uma outra em que trabalharemos algumas especificidades e tendências que percebemos nas votações.

5.4.1 Visão geral das votações em números: 1961 a 1963

Dentre as tabelas que nós geramos merecem destaque as que realizamos três tipos de *rankings*: uma tabela com um *ranking* de “votos iguais”, isto é, a quantidade de vezes que os 5 atores selecionados tiveram o que consideramos “votos iguais” entre si; uma tabela com um *ranking* de “votos diferentes”, isto é, a quantidade de vezes que os 5 atores selecionados tiveram o que consideramos “votos diferentes” entre si; e uma tabela com um *ranking* de “votos contrários”, isto é, a quantidade de vezes que os 5 atores selecionados tiveram o que consideramos “votos contrários” entre si. Esses três tipos de tabelas geraram outras 9 tabelas, totalizando 12 tabelas, da seguinte forma:

- Uma tabela nomeada “RANKING “VOTOS IGUAIS” 1961 - 38 RESs”, com dados referentes às 38 resoluções votadas na AGNU em 1961;
- Uma tabela nomeada “RANKING “VOTOS IGUAIS” 1962 - 17 RESs”, com dados referentes às 17 resoluções votadas na AGNU em 1961;
- Uma tabela nomeada “RANKING “VOTOS IGUAIS” 1963 - 23 RESs”, com dados referentes às 23 resoluções votadas na AGNU em 1963;
- Uma tabela nomeada “RANKING “VOTOS IGUAIS” 1961-63 - 78 RESs”, com dados referentes às 78 resoluções votadas na AGNU nos três anos abordados;

- Uma tabela nomeada “RANKING "VOTOS DIFERENTES" 1961 - 38 RESs”, com dados referentes às 38 resoluções votadas na AGNU em 1961;
- Uma tabela nomeada “RANKING "VOTOS DIFERENTES" 1962 - 17 RESs”, com dados referentes às 17 resoluções votadas na AGNU em 1961;
- Uma tabela nomeada “RANKING "VOTOS DIFERENTES" 1963 - 23 RESs”, com dados referentes às 23 resoluções votadas na AGNU em 1963;
- Uma tabela nomeada “RANKING "VOTOS DIFERENTES" 1961-63 - 78 RESs”, com dados referentes às 78 resoluções votadas na AGNU nos três anos abordados;
- Uma tabela nomeada “RANKING "VOTOS CONTRÁRIOS" 1961 - 38 RESs”, com dados referentes às 38 resoluções votadas na AGNU em 1961;
- Uma tabela nomeada “RANKING "VOTOS CONTRÁRIOS" 1962 - 17 RESs”, com dados referentes às 17 resoluções votadas na AGNU em 1961;
- Uma tabela nomeada “RANKING "VOTOS CONTRÁRIOS" 1963 - 23 RESs”, com dados referentes às 23 resoluções votadas na AGNU em 1963;
- Uma tabela nomeada “RANKING "VOTOS CONTRÁRIOS" 1961-63 - 78 RESs”, com dados referentes às 78 resoluções votadas na AGNU nos três anos abordados;

Ou seja: temos uma tabela para cada tipo de votos (iguais, diferentes e contrários), para cada um dos anos analisados (1961, 1962 e 1963), além de tabelas que trazem os dados dos três anos somados. E as tabelas, como veremos adiante, seguem a seguinte estrutura⁴⁵⁶: título de uma linha e uma coluna, um cabeçalho com pelo menos 5 colunas, e um corpo com pelo menos 5 colunas e 10 linhas.

Todas as tabelas de *ranking* das relações possuem as colunas “ID” (com uma numeração geral de identificação), “RANK” (com a posição classificatória entre os países, organizado sempre “do maior número para o menor”), “RELAÇÃO” (quais os países envolvidos), “total” (número absoluto de votos), e “%” (número percentual dos votos em relação ao total). As tabelas de “votos iguais” ainda trazem as colunas “Votos sim”, “Votos não” e “Abstenções”, para uma visão um pouco mais detalhada e informativa de quantos e quais votos foram “iguais”.

⁴⁵⁶ Utilizamos as nomenclaturas apresentadas pelo “Manual de Editoração da Embrapa”, que julgamos bastante preciso. Disponível em: <https://www.embrapa.br/manual-de-editoracao/padronizacao-e-estilo/tabela#:~:text=A%20tabela%20%C3%A9%20composta%20dos,notas%20de%20tabela%20e%20fonte>. Acesso em: 27 de junho de 2023.

RANKING "VOTOS IGUAIS" 1961 - 38 RESs							RANKING "VOTOS DIFERENTES" 1961 - 38 RESs					RANKING "VOTOS CONTRÁRIOS" 1961 - 38 RESs					
ID	RANK	RELAÇÃO	Votos sim	Votos não	Abstenções	total	%	ID	RANK	RELAÇÃO	total	%	ID	RANK	RELAÇÃO	total	%
3	1	BRASIL = SUÉCIA	27	0	1	28	73,7	4	1	BRASIL e IUGOSLÁVIA	18	47,37	10	1	EUA x URSS	15	39,5
1	2	BRASIL = EUA	24	0	3	27	71,1	8	2	IUGOSLÁVIA e EUA	16	42,11	2	2	BRASIL x URSS	14	36,8
5	3	SUÉCIA = EUA	26	0	0	26	68,4	2	3	BRASIL e URSS	12	31,58	6	3	SUÉCIA x URSS	12	31,6
7		SUÉCIA = IUGOSLÁVIA	24	1	1	26	68,4	7	4	SUÉCIA e IUGOSLÁVIA	10	26,32	9	4	IUGOSLÁVIA x URSS	5	13,2
9	5	IUGOSLÁVIA = URSS	18	2	3	23	60,5	9		IUGOSLÁVIA e URSS	10	26,32	8	5	IUGOSLÁVIA x EUA	4	10,5
6	6	SUÉCIA = URSS	17	1	0	18	47,4	5	6	SUÉCIA e EUA	9	23,68	1	6	BRASIL x EUA	3	7,89
8		IUGOSLÁVIA = EUA	17	0	1	18	47,4	1	7	BRASIL e EUA	8	21,05	4		BRASIL x IUGOSLÁVIA	3	7,89
4	8	BRASIL = IUGOSLÁVIA	17	0	0	17	44,7	10		EUA e URSS	8	21,05	3	8	BRASIL x SUÉCIA	2	5,26
10	9	EUA = URSS	12	1	2	15	39,5	3	9	BRASIL e SUÉCIA	7	18,42	5		SUÉCIA x EUA	2	5,26
2	10	BRASIL = URSS	11	1	0	12	31,6	6		SUÉCIA e URSS	7	18,42	7	10	SUÉCIA x IUGOSLÁVIA	1	2,63

Exemplo: tabelas com os *rankings* de “votos iguais”, “diferentes” e “contrários” para o ano de 1961.
Elaborado pelo autor.

À seguir, então, falaremos dessas tabelas por ano e comentaremos algumas interpretações possíveis. Dentre estas interpretações, reiteramos nosso foco para os votos que consideramos “iguais” e “contrários” entre os atores selecionados, mais do que os votos “diferentes”, visto o que argumentamos anteriormente. Também alertamos que daremos maior atenção nas análises para os três países principais de nosso trabalho (Brasil, Suécia e Iugoslávia) e para os casos mais “extremos”, isto é, os “primeiros” e os “últimos” colocados em nossos *rankings*.

Para uma análise um pouco mais refinada optamos também por fazer uma série de tabelas que sintetizam esses *rankings*, a fim de que, à partir delas, nós tenhamos uma noção um pouco mais exata de quais países estavam mais alinhados ou menos alinhados. Para a realização dessas “tabelas sintéticas”, separamos as tabelas com os *rankings* anuais dos “votos iguais” e dos “votos contrários” (descartando, portanto, os votos meramente “diferentes”), atribuímos uma pontuação de “1 a 10” para cada uma das posições nos dois *rankings*, e buscamos uma forma de entender, a partir destes dois *rankings* e da pontuação atribuída, quais os maiores níveis de proximidade e distanciamento político, maior ou menor alinhamento, naquelas votações e entre aqueles atores.

A metodologia escolhida foi simples: após atribuímos a pontuação em cada um dos *rankings* anuais (os votos em primeiro lugar teriam um ponto, em segundo lugar dois pontos, e assim sucessivamente, até o décimo lugar com dez pontos) criamos uma tabela com o resultado da subtração entre os pontos das tabelas com “votos iguais” e os pontos das tabelas com “votos contrários”. Ou seja, por exemplo: se “Brasil e Iugoslávia” estivessem em primeiro lugar no *ranking* de votos iguais (totalizando 1 ponto), e estivessem em décimo e último lugar possível no *ranking* de votos contrários (totalizando 10 pontos), realizamos a subtração entre a pontuação da tabela de votos iguais (1 ponto) e a tabela de votos contrários (10 pontos), tendo

“1 - 10 = -9”. Ou seja, a pontuação da relação entre Brasil e Iugoslávia seria de -9 pontos.

Por outro lado: se “Brasil e Suécia” estivessem em décimo (e último) lugar possível no *ranking* de votos iguais (totalizando 10 pontos), e estivessem em primeiro lugar no *ranking* de votos contrários (totalizando 1 ponto), realizamos a subtração entre a pontuação da tabela de votos iguais (10 pontos) e a tabela de votos contrários (1 ponto), tendo “10 - 1 = 9”. Ou seja, a pontuação da relação entre Brasil e Suécia seria de 9 pontos.

Temos, afinal, o que seriam as “pontuações máximas” possíveis dessas tabelas sintéticas: -9 pontos quando a relação entre países envolver, simultaneamente, o topo do *ranking* dos votos iguais e a última posição dos votos contrários; e 9 pontos quando a relação entre países envolver, simultaneamente, a última posição do *ranking* dos votos iguais e a primeira posição dos votos contrários. Com isso, inclusive, desenvolvemos uma espécie de “escala de alinhamento anual”, que vai de “-9” a “9”, sendo a pontuação “-9” o máximo alinhamento possível, e a pontuação “9” o máximo desalinhamento possível, conforme imagem abaixo. Acreditamos que essa “escala” possa nos ajudar a compreender e expor melhor os eventuais “distanciamentos” e “aproximações” nas votações abordadas.

ESBOÇO PARA UMA ESCALA DE ALINHAMENTOS - BRA SUÉ IUG - AGNU 1961-1963																			
Pontuação Anual	-9	-8	-7	-6	-5	-4	-3	-2	-1	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Tipo de alinhamento	ALTO ALINHAMENTO	MÉDIO ALINHAMENTO		BAIXO ALINHAMENTO			NEM ALINHADO, NEM DESALINHADO				BAIXO DESALINHAMENTO				MÉDIO DESALINHAMENTO		ALTO DESALINHAMENTO		

Elaborado pelo autor.

E, já num esforço interpretativo, qualificamos as pontuações em “graus de alinhamento”, isto é, atribuímos que quanto mais próximo da pontuação “-9”, os países estariam “mais alinhados”, e quanto mais próximos da pontuação “9”, os países estariam “menos alinhados” - ou, na terminologia que escolhemos usar, “mais desalinhados”. Isso permite observarmos certas nuances, como por exemplo: se “Iugoslávia e Suécia” ocupassem, eventualmente, a posição número 4 no *ranking* de “votos iguais” e a posição número 6 no *ranking* de votos contrários, efetuando o cálculo proposto ($4 - 6 = -2$) temos a pontuação de “-2”, ou seja: ao ocupar “posições intermediárias” em ambos os *rankings*, a relação “Iugoslávia e Suécia” poderia ser qualificada, de acordo com nossa escala, como “nem alinhada, nem desalinhada”. O mesmo ocorreria se os países ocupassem outras posições também

intermediárias em ambas as tabelas, tais como: posição número 6 no *ranking* de “votos iguais” e a posição número 5 no *ranking* de votos contrários, efetuando o cálculo proposto ($6 - 5 = 1$) teríamos a pontuação de “1”; a posição número 5 em ambos os *ranking* ($5 - 5 = 0$); e assim sucessivamente para as posições mais intermediárias.

Essa escala então varia nos seguintes níveis, em alinhamento decrescente: se a relação entre os dois *rankings* atinge a pontuação “-9”, consideramos ambos os países, naquele ano, com um grau de “alto alinhamento”; se a relação entre os dois *rankings* atinge as pontuações “-8” ou “-7”, consideramos um grau de “médio alinhamento”; se atinge as pontuações entre “-6” e “-3”, um grau de “baixo alinhamento”; se a pontuação for entre “-2” e “2”, consideramos “nem alinhado, nem desalinhado”; se a pontuação for entre “3” e “6”, consideramos uma relação como de “baixo desalinhamento”; se a pontuação for “7” ou “8”, teríamos um “médio desalinhamento”; e, por fim, se a pontuação for “9”, consideramos ambos os países, naquele ano, com um grau de “alto desalinhamento”.

Sendo assim, vamos às análises dos dados das votações concretas em cada ano.

5.4.1.1. 1961

De acordo com os dados analisados, disponíveis nas tabelas a seguir, podemos perceber que, em 1961, no primeiro ano em que passou a vigorar a PEI no Brasil, os países com a maior quantidade de “votos iguais” entre si foram Brasil e Suécia, com 28 votos iguais no total, configurando 73,7% dos votos possíveis. No outro extremo, e diferentemente do que se pensaria no contexto de Guerra Fria, os países com a menor quantidade de “votos iguais” entre si não foram EUA e URSS: foram Brasil e URSS. Brasil e URSS tiveram “votos iguais” em apenas 12 das 78 oportunidades, configurando 31,6%. Neste ano EUA e URSS foram ligeiramente “mais alinhados” (ou “menos desalinhados”) que Brasil e URSS, tendo 15 votos iguais, ou 39,5%. A coincidência entre votos de Suécia e Iugoslávia ocupa uma posição relativamente alta, na 3ª posição (empatado com a quantidade de votos entre Suécia e EUA) com 26 votos (68,4%). Já a coincidência entre votos de Brasil e Iugoslávia ocupa a distante oitava e antepenúltima posição, com 17 votos (44,7%).

RANKING "VOTOS IGUAIS" 1961 - 38 RESs							
ID	RANK	RELAÇÃO	Votos sim	Votos não	Abstenções	total	%
3	1	BRASIL = SUÉCIA	27	0	1	28	73,7
1	2	BRASIL = EUA	24	0	3	27	71,1
5	3	SUÉCIA = EUA	26	0	0	26	68,4
7		SUÉCIA = IUGOSLÁVIA	24	1	1	26	68,4
9	5	IUGOSLÁVIA = URSS	18	2	3	23	60,5
6	6	SUÉCIA = URSS	17	1	0	18	47,4
8		IUGOSLÁVIA = EUA	17	0	1	18	47,4
4	8	BRASIL = IUGOSLÁVIA	17	0	0	17	44,7
10	9	EUA = URSS	12	1	2	15	39,5
2	10	BRASIL = URSS	11	1	0	12	31,6

Elaborado pelo autor.

Quanto aos votos “diferentes”, o primeiro lugar ficou para Brasil e Iugoslávia, com 18 votos diferentes entre si, perfazendo quase metade dos votos (47,37%). A menor quantidade de votos diferentes ficou empatado entre Brasil e Suécia, e Suécia e URSS, ambos com 7 votos diferentes (18,42%). Suécia e Iugoslávia totalizaram 10 votos diferentes entre si (26,32%).

RANKING "VOTOS DIFERENTES" 1961 - 38 RESs				
ID	RANK	RELAÇÃO	total	%
4	1	BRASIL e IUGOSLÁVIA	18	47,4
8	2	IUGOSLÁVIA e EUA	16	42,1
2	3	BRASIL e URSS	12	31,6
7	4	SUÉCIA e IUGOSLÁVIA	10	26,3
9		IUGOSLÁVIA e URSS	10	26,3
5	6	SUÉCIA e EUA	9	23,7
1	7	BRASIL e EUA	8	21,1
10		EUA e URSS	8	21,1
3	9	BRASIL e SUÉCIA	7	18,4
6		SUÉCIA e URSS	7	18,4

Elaborado pelo autor.

E quanto aos votos “contrários”, o topo do *ranking* ficou mais dentro do esperado: os países com a maior quantidade de votos contrários entre si foram EUA e URSS, totalizando 15 votos contrários entre si, ou 39,5%. A menor quantidade de votos contrários ficou com Suécia e Iugoslávia, com apenas um voto contrário entre

si⁴⁵⁷, ou 2,63%. A “contrariedade” entre votos de Brasil e Iugoslávia ocupa uma posição intermediária, mas na “metade de baixo” da tabela, com 3 votos contrários (7,89%, empatado com a quantidade de votos contrários entre Brasil e EUA). E, os votos contrários entre Brasil e Suécia sendo o segundo mais baixo, com 2 votos (5,26%), empatado com os votos entre Suécia e EUA.

RANKING "VOTOS CONTRÁRIOS" 1961 - 38 RESs				
ID	RANK	RELAÇÃO	total	%
10	1	EUA x URSS	15	39,5
2	2	BRASIL x URSS	14	36,8
6	3	SUÉCIA x URSS	12	31,6
9	4	IUGOSLÁVIA x URSS	5	13,2
8	5	IUGOSLÁVIA x EUA	4	10,5
1	6	BRASIL x EUA	3	7,89
4		BRASIL x IUGOSLÁVIA	3	7,89
3	8	BRASIL x SUÉCIA	2	5,26
5		SUÉCIA x EUA	2	5,26
7	10	SUÉCIA x IUGOSLÁVIA	1	2,63

Elaborado pelo autor.

Utilizando a metodologia e a escala propostas, nós temos como resultado de maior nível de alinhamento em 1961, os votos de Brasil e Suécia e de Suécia e Iugoslávia, totalizando, ambas as relações, -7 pontos, merecendo destaque as posições destacadas de Brasil e Suécia no *ranking* de votos iguais (topo) e de Suécia e Iugoslávia no *ranking* de votos contrários (última posição). Ou seja, podemos considerar essas duas relações, Brasil e Suécia, e Suécia e Iugoslávia, como de “médio alinhamento” entre si, e de maior alinhamento no ano.

⁴⁵⁷ “A/RES/1741(XVI) - *Question of Hungary*”. Nessa resolução, em que 49 países votaram “sim”, 17 votaram “não” e 32 se abstiveram (URSS e Iugoslávia votaram “não”, EUA, Brasil e Suécia, “sim”), o neozelandês, ex-presidente da AGNU, Sir Leslie Munro “deplora que a URSS e o atual regime da Hungria sigam fazendo caso omissso das resoluções da AGNU relativas à situação na Hungria” (em tradução livre).

ESCALA DE ALINHAMENTO 1961			
ID	PONTUAÇÃO	RELAÇÃO	RANK
3	-7	BRASIL e SUÉCIA	1
7	-7	SUÉCIA e IUGOSLÁVIA	
5	-5	SUÉCIA e EUA	3
1	-4	BRASIL e EUA	4
8	1	IUGOSLÁVIA e EUA	5
9	1	IUGOSLÁVIA e URSS	
4	2	BRASIL e IUGOSLÁVIA	7
6	3	SUÉCIA e URSS	8
2	8	BRASIL e URSS	9
10	8	EUA e URSS	

Elaborado pelo autor.

Completam a metade superior do *ranking* as relações entre os votos de Suécia e EUA com -5 pontos, e Brasil e EUA, com -4 pontos. Essas duas relações podendo ser classificadas, de acordo com nosso critério, como “baixo alinhamento”.

Na transição da metade superior para a metade inferior do *ranking* nós temos Iugoslávia e EUA, Iugoslávia e URSS, e Brasil e Iugoslávia, relações qualificadas como “nem alinhados, nem desalinhados”, com 1, 1 e 2 pontos, respectivamente. E com os maiores níveis de desalinhamento, Suécia e URSS, com 3 pontos, “baixo desalinhamento”, e empatados na última posição, Brasil e URSS, e EUA e URSS com 8 pontos cada, configurando um “médio desalinhamento”.

Uma interpretação geral possível deste *ranking* para o ano de 1961 é de que a Suécia, de certo modo, polariza alguns alinhamentos, tendo 3 de suas 4 relações possíveis configurando um certo nível de alinhamento nas votações (apenas sua relação com a URSS ficou fora desse padrão). O fato de 2 das 4 relações possíveis dos EUA também indicarem um certo nível de alinhamento entre si (novamente a relação com a URSS fica de fora, no nível de desalinhamento, e a relação com a Iugoslávia, no nível de “nem alinhado, nem desalinhado”) permite inferir algum nível de aproximação maior e subjacente entre Suécia e EUA.

Nossa escala permite que cada relação entre países seja classificada em 7 níveis diferentes. O Brasil chama a atenção pois, em 1961, dos 7 níveis possíveis ele se encaixa em 4 diferentes, um nível diferente para cada uma das relações. Num polo, a relação entre Brasil e Suécia conseguiu -7 de -9 pontos possíveis, sendo qualificada de médio alinhamento. No outro polo, a relação entre Brasil e URSS conseguiu 8 de 9 pontos possíveis, sendo qualificada como de médio

desalinhamento. O Brasil ainda figura na classificação de “baixo alinhamento” com os EUA, e de “nem alinhado, nem desalinhado” com a Iugoslávia. Ou seja, para o Brasil, faltou apenas as duas opções mais extremas de relação (“alto alinhamento” e “alto desalinhamento”) e a opção de “baixo desalinhamento”.

Por fim, a Iugoslávia talvez seja o país que mais chame a atenção. E não apenas por não demonstrar nenhum nível de “desalinhamento” com nenhum dos outros 4 países, e por apresentar um médio alinhamento com a “tradicionalmente neutra” Suécia (-7 pontos). O que mais chama a atenção é que 3 das 4 relações possíveis da Iugoslávia figure no nível “nem alinhado, nem desalinhado”. Numa postura que podemos considerar efetivamente como bastante “independente”, obteve pontuações idênticas em relação à EUA e URSS (1 ponto, empatados precisamente no meio da tabela, na 5ª posição), e 2 pontos com o Brasil. Ou seja, nessa perspectiva, a Iugoslávia mostra-se: bastante comprometida com o diálogo (nenhum desalinhamento), destacada “equidistância” dos líderes dos blocos que polarizavam o mundo, e ainda um certo alinhamento a uma nação, como dito acima, tradicionalmente “neutra”.

De forma ilustrativa, temos 2 das 4 relações possíveis dos EUA com algum nível de “alinhamento” (Suécia e Brasil, sendo sua relação com a URSS, com médio desalinhamento, e com a Iugoslávia de nem alinhado nem desalinhado) e, por outro lado, temos 3 das 4 relações possíveis da URSS com algum nível de desalinhamento (exceto sua relação com a Iugoslávia, considerada “nem alinhada, nem desalinhada”).

Assim, podemos considerar que em 1961, de acordo com as votações das resoluções da AGNU, havia afinidades importantes entre Suécia e Brasil, e entre os dois países e os EUA. A Iugoslávia parecia mediar bastante criteriosamente suas ações e, conseqüentemente, suas relações, não configurando “desalinhamento” com nenhum dos atores, e uma certa equidistância entre a maioria dos demais membros. E apresenta-se um certo isolamento de todos em relação à URSS.

5.4.1.2 1962

Dos três anos que analisamos, 1962 é o ano que teve a menor quantidade de resoluções votadas, adotadas e com os registros detalhados, configurando 17 resoluções. Dessas 17, 4 foram votadas no primeiro semestre, referentes ainda à

16ª Sessão da AGNU, entre os dias 30 de janeiro e 28 de junho, e as demais 13 foram votadas no segundo semestre, entre os dias 21 de setembro e 20 de dezembro, no âmbito da 17ª Sessão.

No segundo ano da PEI no Brasil, e no primeiro ano completo com João Goulart como presidente, novamente os países com a maior quantidade de “votos iguais” entre si foram Brasil e Suécia, com 13 votos iguais no total, configurando 76,5% dos votos possíveis. No outro extremo, um certo tipo de senso comum prevalece: EUA e URSS votaram “iguais” em apenas 3 vezes (17,6%). Inclusive, em termos percentuais, observamos um aumento do “alinhamento” entre Brasil e Suécia e um aumento do desalinhamento entre EUA e URSS.

RANKING "VOTOS IGUAIS" 1962 - 17 RESs							
ID	RANK	RELAÇÃO	Votos sim	Votos não	Abstenções	total	%
3	1	BRASIL = SUÉCIA	10	0	3	13	76,5
5	2	SUÉCIA = EUA	9	1	2	12	70,6
9	3	IUGOSLÁVIA = URSS	10	2	0	12	70,6
1	4	BRASIL = EUA	9	0	0	9	52,9
4		BRASIL = IUGOSLÁVIA	9	0	0	9	52,9
7	6	SUÉCIA = IUGOSLÁVIA	8	0	0	8	47,1
2	7	BRASIL = URSS	6	0	0	6	35,3
8		IUGOSLÁVIA = EUA	6	0	0	6	35,3
6	9	SUÉCIA = URSS	5	0	0	5	29,4
10	10	EUA = URSS	3	0	0	3	17,6

Elaborado pelo autor.

A coincidência entre votos de Suécia e Iugoslávia ocupa agora uma posição intermediária, na 6ª posição, um voto a menos da relação entre Iugoslávia e Brasil, perfazendo, respectivamente: 8 votos (47,1%) e 9 votos (52,9%). Já a coincidência entre votos de Brasil e Iugoslávia agora também ocupa uma posição intermediária no *ranking*, na 4ª posição – posição dividida, inclusive, com os votos coincidentes entre Brasil e EUA. Em números percentuais, a coincidência de votos entre Brasil e Iugoslávia ampliou (de 44,7% para 52,9%), porém, na relação entre Suécia e Iugoslávia houve uma diminuição (de 68,4% para 47,1%).

O *ranking* de “votos diferentes” revela uma curiosa “liderança tripla”, com Brasil e URSS, Brasil e EUA, e Suécia e URSS votando diferente em 8 das 17 vezes (47,1%), seguidos de Brasil e Iugoslávia e Suécia e Iugoslávia, em 7 oportunidades

(41,2%), e empatados na última posição, Brasil e Suécia, e Suécia e EUA, com 4 votos diferentes entre si (23,5%).

RANKING "VOTOS DIFERENTES" 1962 - 17 RESs				
ID	RANK	RELAÇÃO	total	%
1	1	BRASIL e EUA	8	47,1
2		BRASIL e URSS	8	47,1
6		SUÉCIA e URSS	8	47,1
4	4	BRASIL e IUGOSLÁVIA	7	41,2
7		SUÉCIA e IUGOSLÁVIA	7	41,2
10	6	EUA e URSS	6	35,3
8	7	IUGOSLÁVIA e EUA	5	29,4
9		IUGOSLÁVIA e URSS	5	29,4
3	9	BRASIL e SUÉCIA	4	23,5
5		SUÉCIA e EUA	4	23,5

Elaborado pelo autor.

Já no *ranking* de “votos contrários” nós temos, em uma ponta, na liderança, EUA e URSS, que votaram contrários a si em quase metade das vezes (8 das 17 votações, ou 47,1%), confirmando a oposição já apontada pelo *ranking* de votos iguais. E, na outra ponta, compartilhando a última posição, e com chamativos 0 votos contrários (0%): Brasil e EUA, Brasil e Suécia, e Iugoslávia e URSS. A metade de cima da tabela é composta ainda pelos votos contrários entre Iugoslávia e EUA (6, portanto 35,3%), Suécia e URSS (4, portanto 23,5%) e Brasil e URSS (3, portanto 17,6%). Suécia e Iugoslávia, e Brasil e Iugoslávia ocupam as posições intermediárias de 5º e 6º (2 votos, 11,8% e 1 voto, 5,88%), de certo modo, reeditando comportamento semelhante ao *ranking* de votos iguais.

RANKING "VOTOS CONTRÁRIOS" 1962 - 17 RESs				
ID	RANK	RELAÇÃO	total	%
10	1	EUA x URSS	8	47,1
8	2	IUGOSLÁVIA x EUA	6	35,3
6	3	SUÉCIA x URSS	4	23,5
2	4	BRASIL x URSS	3	17,6
7	5	SUÉCIA x IUGOSLÁVIA	2	11,8
4	6	BRASIL x IUGOSLÁVIA	1	5,88
5		SUÉCIA x EUA	1	5,88
1	8	BRASIL x EUA	0	0
3		BRASIL x SUÉCIA	0	0
9		IUGOSLÁVIA x URSS	0	0

Elaborado pelo autor.

Utilizando a metodologia e a escala propostas, nós temos como resultado de maior nível de alinhamento em 1962, novamente, os votos de Brasil e Suécia totalizando, também novamente, -7 pontos.

ESCALA DE ALINHAMENTO 1962			
ID	PONTUAÇÃO	RELAÇÃO	RANK
3	-7	BRASIL e SUÉCIA	1
9	-5	IUGOSLÁVIA e URSS	2
1	-4	BRASIL e EUA	3
5	-4	SUÉCIA e EUA	
4	-2	BRASIL e IUGOSLÁVIA	5
7	1	SUÉCIA e IUGOSLÁVIA	6
2	3	BRASIL e URSS	7
8	5	IUGOSLÁVIA e EUA	8
6	6	SUÉCIA e URSS	9
10	9	EUA e URSS	10

Elaborado pelo autor.

Contudo, aqui julgamos que cabe um breve esclarecimento metodológico. Da forma como construímos o *ranking*, temos um problema sensível, mas que merece menção, à saber: mesmo Brasil e Suécia ocupando a “primeira posição” da tabela de “votos iguais” e a “última posição” da tabela de votos contrários (inclusive com menor quantidade possível de votos contrários, que é 0), a pontuação entre os dois países foi de -7 pontos, e não dos esperados -9 pontos (que viria da subtração entre 1 ponto, relativo à primeira posição no *ranking* de votos iguais, e 10 pontos, relativos à última posição no *ranking* de votos contrários, “ $1 - 10 = -9$ ”).

Isso se dá por uma espécie de deformação estatística pois, como há um “triplo empate” nas últimas colocações do *ranking* de votos contrários, o “último colocado” então não fica com 10 pontos (relacionados à décima posição) e sim com 8 pontos (afinal há 3 relações empatadas em oitava e última posição possível nesse modelo). Tentamos de algumas formas resolver este problema, mas nenhuma dela mostrou-se suficientemente adequada. Então decidimos manter a metodologia, porém com esta ressalva. Logo, a relação entre Brasil e Suécia, que sob certos

aspectos poderia ser considerada de “alto alinhamento” em 1962, repete a qualificação de “médio alinhamento” do ano anterior.⁴⁵⁸

Na última posição de nossa escala, e dessa vez apresentando a maior pontuação possível, temos EUA e URSS atingindo os 9 dos 9 pontos possíveis, ou seja, “alto desalinhamento”.

Na parte de cima da tabela, e apresentando o nível de “baixo alinhamento”, temos a relação entre Iugoslávia e URSS (mudando o status em relação ao ano anterior de “nem alinhado, nem desalinhado” para um “baixo alinhamento”) na segunda posição, e empatados em terceiro (e seguindo os status do ano anterior, de “baixo alinhamento”, bem como quase que repetindo as mesmas pontuações) aparecem Brasil e EUA, e Suécia e EUA, ambas com -4 pontos.

Já na parte de baixo da tabela, e configurando o nível de “baixo desalinhamento”, temos a relação entre Brasil e URSS (mudando o status em relação ao ano anterior de “médio desalinhamento” para um “baixo desalinhamento”, ou seja, de certo modo, se aproximando) na sétima posição (3 pontos), Iugoslávia e EUA (também mudando o status em relação ao ano anterior de “nem alinhado, nem desalinhado” para um “baixo desalinhamento”, ou seja, de certo modo, se distanciando), e uma leve piora relativa das relações entre Suécia e URSS (3 para 6 pontos, 8ª para 9ª posição).

E, precisamente no meio do *ranking*, ocupando as posições intermediárias de 5ª e 6ª, respectivamente, temos Brasil e Iugoslávia (-2 pontos) e Suécia e Iugoslávia (1 ponto). Se a proximidade entre Iugoslávia e Brasil aumentou um pouco, segundo nosso critérios, indo de 2 para -2 pontos (mas ainda mantendo o status de “nem

⁴⁵⁸ Por exemplo: uma das formas que tentamos corrigir essa “deformação” foi usando o *ranking* de “votos diferentes” como “critério de desempate”. Isto é, quando havia empate da lista de “votos iguais”, a menor quantidade de “votos diferentes” agia como critério de desempate, elevando a posição daquela relação que tinha menos votos diferentes entre si. Quando havia empate da lista de “votos contrários”, a maior quantidade “votos diferentes” agia como critério de desempate, elevando a posição daquela relação que tinha mais votos diferentes entre si. Seguindo essa metodologia, Brasil e Suécia liderariam os *rankings* de “votos iguais” em 1961 e 1962 (porém, surpreendentemente não em 1963, quando a liderança ficaria, pelo critério de desempate, com Brasil e Iugoslávia). Bem como a relação Brasil e Suécia ficaria na décima e última posição nos *rankings* de 1962 e 1963, também pelo critério de desempate (em 1961 a última posição ficou a Suécia e Iugoslávia). Sendo assim, as pontuações entre Brasil e Suécia seriam de -8, -9 e -8 pontos para 1961, 1962 e 1963, respectivamente. Ou seja, manteriam a “liderança” nos três anos, atingindo o nível de “alto alinhamento” em 1962. As pontuações entre Suécia e Iugoslávia seriam de -6, 1 e -4 pontos para 1961, 1962 e 1963, respectivamente. E as pontuações entre Brasil e Iugoslávia seriam de 2, -2 e -7 pontos para 1961, 1962 e 1963, respectivamente. Ou seja: Brasil e Iugoslávia quase igualaria a pontuação de Brasil e Suécia.

alinhado, nem desalinhado”), a relação entre Suécia e Iugoslávia sofreu uma certa deterioração, caindo da 1ª para a 6ª posição, e de -7 pontos para 1.

O que podemos perceber acerca do *ranking* para o ano de 1962 é que Suécia e Brasil mantiveram os maiores níveis de alinhamento, reforçando a impressão de certas afinidades. Percebemos também que pode haver uma correlação entre um maior alinhamento entre Iugoslávia e URSS, e um maior desalinhamento entre Suécia e Iugoslávia (bem como entre Suécia e URSS e Iugoslávia e EUA) – talvez, inclusive, um em função do outro.

Novamente o Brasil, em 1962, dos 7 níveis possíveis ele se encaixa em 4 diferentes, um nível diferente para cada uma das relações. Manteve a relação com a Suécia em “médio alinhamento” (podendo, para todos os efeitos, conforme considerado acima, ser interpretado como até de “alto alinhamento”), manteve os status de “baixo alinhamento” com os EUA e “nem alinhado, nem desalinhado” com a Iugoslávia, e se “aproximou” da URSS, chegando ao status de “baixo desalinhamento”. Também novamente, para o Brasil, faltou apenas as opções mais extremas de relação (“alto alinhamento” e “alto desalinhamento”), e desta vez, a de “médio desalinhamento”.

A Iugoslávia chama a atenção mais uma vez, porém. Passa a ter um “baixo desalinhamento” com os EUA, um “baixo alinhamento” com a URSS, e uma relação de “nem alinhado, nem desalinhado” tanto com o Brasil quanto com a Suécia. A certa “equidistância” manifestada em 1961 sofre uma alteração em 1962, à medida que seus status de relação mudaram com as superpotências, pode ter havido um impacto colateral na sua relação com a Suécia. Porém a percepção de “moderação política” da Iugoslávia permanece: suas relações ocupam os 3 dos 7 níveis mais “moderados” possíveis.

Os EUA permanecem com algum nível de “alinhamento” com Suécia e Brasil, porém muda de status para um maior distanciamento com URSS (“alto desalinhamento”) e Iugoslávia (“baixo desalinhamento”). E a URSS mantém 3 de suas 4 relações possíveis com algum nível de desalinhamento, e novamente a exceção é sua relação com a Iugoslávia, agora de “baixo alinhamento”.

As votações do ano de 1962 então reafirmam as eventuais afinidades entre Suécia e Brasil, e entre os dois países e os EUA – mas com avanços do Brasil em uma direção de menor distanciamento com URSS e Iugoslávia. A Iugoslávia mantém ao menos a aparência de sobriedade de suas ações e, conseqüentemente, de suas

relações, manifestando baixos “alinhamento” e “desalinhamento” com as superpotências, ainda que uma relação de estável (com o Brasil) ou até diminuída (com a Suécia) afinidade com os demais países centrais de nossa pesquisa. E, ao menos nesse recorte, a URSS permanece com dificuldades de relacionamento.

5.4.1.3 1963

Em termos de números totais de resoluções votadas e aprovadas, o ano de 1963 sinaliza uma recuperação: 23 resoluções adotadas, ante as 17 de 1962, porém ainda abaixo do das 38 de 1961. Dessas 23 resoluções, 3 foram votadas em 27 de junho, no âmbito da “4ª Sessão Especial – 1963 - Financiamento de operações de manutenção da paz - Convocada pela A/RES/1866 (XVII)” (em tradução livre)⁴⁵⁹, dedicada principalmente, como vimos, ao “financiamento de operações de manutenção da paz” (muito influenciada pela “questão do Congo” e seus custos), mas que também incluiu “admissão do Kuwait como membro das Nações Unidas” (em tradução livre)⁴⁶⁰.

As demais 20 resoluções foram votadas no âmbito da 18ª Sessão da AGNU, entre 11 de outubro e 17 de dezembro.

E, pelo terceiro ano consecutivo, dentro de nosso recorte, o *ranking* de “votos iguais” foi liderado pela relação entre Brasil e Suécia. Inclusive com um incremento percentual em relação aos anos anteriores, atingindo 78,3%, ou 18 votos iguais em 23 possíveis. No outro extremo, na última posição, novamente EUA e URSS, com apenas 4 votos iguais em 23 possíveis, ou 17,4%.

⁴⁵⁹ <https://research.un.org/en/docs/ga/quick/special>

⁴⁶⁰ Essa sessão especial teve 9 resoluções adotadas, sendo as três por nós analisadas, cinco que não tiveram as votações registradas em detalhes (“*non-recorded*”), e uma adotada sem voto, à saber, a da admissão do Kuwait.

RANKING "VOTOS IGUAIS" 1963 - 23 RESs							
ID	RANK	RELAÇÃO	Votos sim	Votos não	Abstenções	total	%
3	1	BRASIL = SUÉCIA	18	0	0	18	78,3
4	1	BRASIL = IUGOSLÁVIA	17	0	1	18	78,3
7	3	SUÉCIA = IUGOSLÁVIA	15	0	0	15	65,2
5	4	SUÉCIA = EUA	13	0	1	14	60,9
1	5	BRASIL = EUA	12	0	1	13	56,5
9	6	IUGOSLÁVIA = URSS	11	1	0	12	52,2
2	7	BRASIL = URSS	10	0	0	10	43,5
6	8	SUÉCIA = URSS	8	0	0	8	34,8
8		IUGOSLÁVIA = EUA	8	0	0	8	34,8
10	10	EUA = URSS	4	0	0	4	17,4

Elaborado pelo autor.

A metade de cima do *ranking* é ainda completada por um fenômeno interessante: ainda que as coincidências de votos entre Brasil e EUA e entre Suécia e EUA estejam em posições altas, em 5ª e 4ª respectivamente, a coincidência de votos entre Suécia e Iugoslávia volta a figurar em uma posição mais alta (3ª, assim como em 1961). Porém o grande destaque se dá pela coincidência de votos entre Brasil e Iugoslávia: depois de ocupar a 8ª posição em 1961, “subir” para a 4ª posição em 1962, em 1963 os dois países votam iguais em 18 das 23 oportunidades, igualando os 78,3% da relação Brasil e Suécia, e, conseqüentemente, também atingindo o topo.

Na metade debaixo do *ranking*, em sexto, nós temos Iugoslávia e URSS com 12 votos iguais (52,2%), seguido de perto por Brasil e URSS (10 votos, 43,5%), e, dividindo a oitava (e no caso, penúltima) posição, Suécia e URSS, e Iugoslávia e EUA, com apenas 8 votos iguais entre si (34,8%). Ou seja, ao menos do ponto de vista dos votos iguais, percebe-se um certo alinhamento entre Brasil, Suécia e Iugoslávia, porém as relações destes com as superpotências (especialmente Suécia com URSS e Iugoslávia com os EUA), aparentemente constitui um elemento de afastamento entre ambos.

No *ranking* de “votos diferentes”, a liderança ficou com a relação Iugoslávia e EUA, com 12 votos diferentes entre si (praticamente metade de todos os possíveis, 52,2%), e nas últimas posições, empatados em 9º, com apenas 4 votos diferentes entre si cada um, temos Brasil e URSS, e Brasil e Iugoslávia. Suécia e Iugoslávia ocupam a parte intermediária do *ranking*, com 7 votos (30,4%, 5ª posição), e Brasil e Suécia aparecem em 7º, com 5 votos diferentes entre si, ou 21,7%.

RANKING "VOTOS DIFERENTES" 1963 - 23 RESs				
ID	RANK	RELAÇÃO	total	%
8	1	IUGOSLÁVIA e EUA	12	52,2
10	2	EUA e URSS	10	43,5
5	3	SUÉCIA e EUA	9	39,1
1	4	BRASIL e EUA	8	34,8
7	5	SUÉCIA e IUGOSLÁVIA	7	30,4
9	6	IUGOSLÁVIA e URSS	6	26,1
3	7	BRASIL e SUÉCIA	5	21,7
6		SUÉCIA e URSS	5	21,7
2	9	BRASIL e URSS	4	17,4
4		BRASIL e IUGOSLÁVIA	4	17,4

Elaborado pelo autor.

Por fim, no *ranking* de “votos contrários”, uma surpresa: o *ranking* é liderado pela relação Suécia e URSS. Em 1963 suecos e soviéticos tiveram votos contrários em 10 das 23 votações, ou seja, quase metade das vezes (43,5%). Em níveis percentuais, os votos contrários não são apenas bem maiores que no ano de 1961 (31,6%), mas são quase o dobro de 1962 (então, 23,5%). Contudo, esse número de votos contrários entre Suécia e URSS é apenas um voto a mais que as duas relações empatadas na segunda colocação: EUA e URSS, e Brasil e URSS, com 9 votos contrários cada (39,1%).

RANKING "VOTOS CONTRÁRIOS" 1963 - 23 RESs				
ID	RANK	RELAÇÃO	total	%
6	1	SUÉCIA x URSS	10	43,5
2	2	BRASIL x URSS	9	39,1
10		EUA x URSS	9	39,1
9	4	IUGOSLÁVIA x URSS	5	21,7
8	5	IUGOSLÁVIA x EUA	3	13
1	6	BRASIL x EUA	2	8,7
4	7	BRASIL x IUGOSLÁVIA	1	4,35
7		SUÉCIA x IUGOSLÁVIA	1	4,35
3	9	BRASIL x SUÉCIA	0	0
5		SUÉCIA x EUA	0	0

Elaborado pelo autor.

A metade de cima da tabela completa-se com as relações da Iugoslávia com a URSS (5 votos contrários, 21,7%) e com os EUA (3 votos contrários, 13%). A metade debaixo da tabela, e indicando uma menor contrariedade, é composta por Brasil e EUA em 6º (2 votos, 8,7%), e empatados em 7º as relações iugoslavas com Brasil e Suécia: apenas um voto contrário cada, ou 4,35%. E na última posição

possível, e com menor número de votos contrários possível (0), Brasil e Suécia e Suécia e EUA.

As imagens das tabelas são eloquentes ao apresentar que, pela primeira vez, no período analisado, as relações entre Brasil, Suécia e Iugoslávia figuram, simultaneamente, nas três primeiras posições do *ranking* de “votos iguais” e em três das 4 mais baixas posições no *ranking* de “votos contrários”. E isso se reflete em nosso *ranking* que apresenta a “escala de alinhamento” para o ano de 1963.

Segundo nossa escala, pela primeira vez, em 1963, todas as relações possíveis entre nossos três países centrais, Brasil, Suécia e Iugoslávia, figuram no campo do “alinhamento”, isto é, superam os “-2 pontos”, figurando entre o “baixo” e o “médio alinhamento”.

ESCALA DE ALINHAMENTO 1963			
ID	PONTUAÇÃO	RELAÇÃO	RANK
3	-8	BRASIL e SUÉCIA	1
4	-6	BRASIL e IUGOSLÁVIA	2
5	-5	SUÉCIA e EUA	3
7	-4	SUÉCIA e IUGOSLÁVIA	4
1	-1	BRASIL e EUA	5
9	2	IUGOSLÁVIA e URSS	6
8	3	IUGOSLÁVIA e EUA	7
2	5	BRASIL e URSS	8
6	7	SUÉCIA e URSS	9
10	8	EUA e URSS	10

Elaborado pelo autor.

O *ranking* é liderado, pelo terceiro ano consecutivo pela relação Brasil e Suécia, com -8 pontos, configurando “médio alinhamento”. Em segundo lugar, saltando da sétima posição em 1961, e passando pela 5ª posição em 1962, agora com -6 pontos, Brasil e Iugoslávia. E na quarta posição, depois de oscilar entre a primeira (1961) e a sexta posição (1962), Suécia e Iugoslávia. Aparecendo como uma espécie de “intruso” nessa parte do *ranking*, a relação entre Suécia e EUA, ocupando a terceira posição também pelo terceiro ano consecutivo. Nestes critérios, e nesse recorte, esse pode ser entendido como o momento de máxima proximidade entre a “independência” da política externa brasileira, a “neutralidade” da política externa sueca, e o “não-alinhamento” da política externa iugoslava, com as relações dos três países ocupando 3 das 4 primeiras posições.

As posições intermediárias são ocupadas pelas relações entre Brasil e EUA (-1 ponto) e Iugoslávia e URSS (2 pontos), desta vez qualificadas como relações “nem alinhadas, nem desalinhadas”. Se a relação entre Iugoslávia e URSS acaba por retornar ao nível de 1961, a relação entre Brasil e EUA chega a um nível inédito: pela primeira vez, Brasil e EUA têm relações – segundo nossa escala – fora do “alinhamento”. Isso pode ser entendido como uma demonstração gráfica e prática das formulações da PEI, na qual muito do que seria a “independência” de nossa política externa dependeria não apenas com a superação dos momentos de “alinhamento automático” com os EUA, mas também de franca divergência em certos assuntos.

Das 5 oportunidades que o Brasil votou “contrário” aos EUA, 2 foram em 1963, nenhuma em 1962 e 3 em 1961, sendo que em números percentuais, 1963 supera ligeiramente 1961: 8,7% ante 7,8%. Destaca-se ainda, para uma melhor contextualização, que em 1963, os votos considerados “diferentes” entre Brasil e EUA (8, 34,8%) são o dobro dos votos diferentes entre Brasil e URSS (4, 17,4%). Sustentando a dificuldade de se aferir se um “voto diferente” é mais um “apoio velado” ou uma “oposição velada”, é certo que fica explícito que ao menos um “alinhamento automático” entre Brasil e EUA realmente não existe, e está até distante.

As 4 últimas posições são novamente protagonizadas pelas relações entre URSS e Brasil (8ª, 5 pontos), URSS e Suécia (9ª, 7 pontos) e URSS e EUA (10ª, 8 pontos). Dessa vez a relação um tanto “intrusa” no *ranking* é Iugoslávia e EUA, em 7º, com 3 pontos.

Em termos de pontuação, 1963 é o único ano em que o último lugar está numa pontuação diametralmente oposta ao do primeiro lugar: 8 pontos para a relação EUA e URSS, e -8 pontos para a relação Brasil e Suécia. O que nos permite dizer, no limite, que neste ano, Brasil e Suécia estavam tão próximos quanto EUA e URSS estavam distantes. E isso é bastante coisa, especialmente se analisarmos especificamente o Brasil: para além desse reiterado alinhamento com a Suécia, o país apresenta um alinhamento ligeiramente superior com a Iugoslávia (-6 pontos) do que o apresentado pela estável relação Suécia e EUA (-4 pontos); mostra-se num nível de “nem alinhamento, nem desalinhamento” com os EUA (-1 ponto) semelhante à historicamente complexa relação Iugoslávia e URSS (2 pontos); e mostra-se menos desalinhado com a URSS (5 pontos) do que a Suécia (7 pontos).

Logo, nestes termos, 1963 apresenta-se como o ano de “maior independência” da política externa brasileira. Uma independência, inclusive, que se assemelha em alguns aspectos com o não-alinhamento iugoslavo: ambos países mostram-se com algum nível de alinhamento com a “neutra” Suécia (-8 e -4 pontos, respectivamente); mostram-se “nem alinhados, nem desalinhados” aos líderes econômicos dos blocos em que se inscrevem suas economias (o capitalista Brasil em relação aos EUA e a socialista Iugoslávia em relação à URSS), e um apenas moderado desalinhamento em relação às superpotências do outro campo econômico: Iugoslávia e EUA com 3 pontos, e Brasil e URSS com 5 pontos, ambos considerados portanto com “baixo desalinhamento”.

5.4.1.4 Visão geral dos dados agregados: 1961 a 1963

Neste subcapítulo objetivamos uma exposição e análise dos dados referentes aos totais das votações realizadas entre 1961 e 1963 na AGNU, com algumas propostas de classificações.

Para tentarmos obter uma visão geral a partir dos dados, fizemos uma opção dupla. A primeira opção foi analisar os dados expostos acima em uma espécie de “totalidade dinâmica”, ponderando esses dados em sua sucessão de anos, em sua evolução, em seu “movimento”. A segunda opção foi analisar os mesmos dados expostos acima em uma espécie de “totalidade estática”, de forma mais agregada, em “totais”, e envolvendo os “saldos finais” dos três anos. Iniciemos pela primeira forma.

Seguindo as tendências apresentadas pelos três anos analisados, as relações entre Brasil e Iugoslávia convergiram progressivamente para uma maior proximidade, para níveis mais consistentes de alinhamento político. Isso é demonstrado pela mudança na pontuação do alinhamento (de 2 pontos em 1961, para -2 pontos em 1962, até -6 pontos em 1963), pela mudança na posição do *ranking* (7º em 1961, 5º em 1962, e 2º em 1963), e pela mudança no status do alinhamento: de “nem alinhado, nem desalinhado” em 1961 e 1962 para um “baixo alinhamento” em 1963.

Observar essa aproximação progressiva entre Brasil e Iugoslávia foi muito importante para considerarmos expor as duas versões de análise dos três anos: a mais “dinâmica” e a mais “estática”. Enquanto uma análise mais dinâmica traz de

forma mais clara esse movimento de aproximação, as análises que fizemos mais estáticas, muito focadas nos resultados “totais” finais, revelam uma relação entre os dois países sensivelmente menos próxima. Nas 4 opções de *ranking* final de alinhamento que testamos (e que explicaremos melhor adiante), Brasil e Iugoslávia ocupam uma persistente posição intermediária na tabela, oscilando entre 5º e 6º, e numa classificação (quando se aplica) de “nem alinhado nem desalinhado”. Esses resultados assim expressos, de modo “estático”, apesar de revelar algo, também esconde tendências e pode distorcer interpretações. Por exemplo: a expressiva maior quantidade de todas as votações analisadas do período (38 das 78, 48,71%, ou seja, praticamente a metade) ocorreram em 1961, num momento em que nossas tabelas dizem que as relações entre os dois países estavam menos próximas. E nos anos em que a referida aproximação se processou, o número de votações foi bastante menor. Ou seja, o fato de nas tabelas “finais” que abarcam e totalizam os 3 anos, Brasil e Iugoslávia manterem uma posição mais intermediária, de “nem alinhado, nem desalinhado”, pode acabar camuflando o que enxergamos ser uma tendência de maior aproximação, e até de algum nível de alinhamento. Importante lembrar que o Brasil já ensaiava aproximações políticas e econômicas com a Iugoslávia desde, ao menos, a visita do então vice-presidente Café Filho ao país socialista em agosto de 1951, e que em setembro de 1963 (concomitante ao início da 18ª Sessão da AGNU) o presidente Tito efetuou uma visita de Estado ao Brasil, inclusive assinando uma “declaração conjunta” em 20 de setembro.

Outro fato que chama a atenção é a quantidade reiterada de vezes que a Iugoslávia aparece qualificada em relações de “nem alinhado, nem desalinhado”. É o país que mais aparece nessa condição, em 6 vezes das 12 possíveis (3 vezes em 1961, com EUA, URSS e Brasil; 2 vezes em 1962, com Brasil e Suécia; e uma vez em 1963 novamente com a URSS). E a Iugoslávia, em nenhum momento, demonstrou algum nível de “alinhamento” com os EUA (diferentemente de Brasil e Suécia), sempre oscilando entre “nem alinhado, nem desalinhado” e “baixo desalinhamento”.

Também chama a atenção o persistente “alinhamento”, ainda que “baixo alinhamento”, entre Suécia e EUA, demonstrado pela sequência ininterrupta de “terceiros lugares” nos *rankings* de 1961 a 1963. Na mesma direção, o também persistente “desalinhamento” em relação à URSS, com “baixo desalinhamento” em

1961 e 1962, e “médio desalinhamento em 1963, indicando uma oscilação entre estabilidade a ampliação do afastamento entre ambos.

Brasil e URSS repetem, de forma semelhante, a relação desta com os suecos. Nos três anos Brasil e URSS aparecem como “desalinhados”, sendo 1961 qualificado como “médio desalinhamento”, e 1962 e 1963 qualificado como “baixo desalinhamento”, indicando, além do desalinhamento contínuo, quem sabe uma sensível aproximação⁴⁶¹. Já a relação entre Brasil e EUA, que em 1961 e 1962 tinha um nível de (“baixo”) “alinhamento” muitíssimo semelhante ao da Suécia com os EUA, migra para um inédito nível de “nem alinhado, nem desalinhado”, indicando um relativo afastamento.

Ou seja, há alguns tipos de tendências gerais, que apesar de já comentadas, merecem ser reafirmadas. A primeira, e até esperada: os três anos consecutivos com EUA e URSS ocupando a última posição do *ranking* de escala de alinhamento, reforçando a ideia de grande afastamento entre os dois países durante a Guerra Fria. A segunda, tão persistente quanto, mas menos esperada: os três anos consecutivos com Brasil e Suécia ocupando a primeira posição do *ranking* de escala de alinhamento, nos permitindo a interpretação de que, na AGNU, e entre os 5 países selecionados, esta relação é a que demonstra maior proximidade, maior nível de alinhamento. Importante lembrar que, como vimos no capítulo anterior, a Suécia estivesse relativamente confortável com o conceito de “neutralidade”/“neutralismo” para sua política externa, enquanto o Brasil, oficialmente, rechaçava tais termos (sobretudo neutralismo), e advogava por sua autonomia e independência em perseguir seus interesses nacionais. De todo modo, ambos, Brasil e Suécia, ocupavam a posição de “não-alinhados” no Comitê de Desarmamento de Genebra, escolhidos na ONU para esta posição, o que pode revelar que a imagem dos outros atores sobre ambas as políticas externas também as aproximava.

A terceira, também tão persistente quanto, e também não necessariamente esperada: os três anos consecutivos com Suécia e EUA ocupando a terceira posição do *ranking* de escala de alinhamento, mostrando uma certa perenidade e consistência na proximidade de ambos os países.

A quarta tendência é o renitente afastamento dos países selecionados em relação à URSS. Exceto pela Iugoslávia, que em nenhum dos anos teve uma

⁴⁶¹ Lembrando que em 1963 Brasil e URSS concluíram um “acordo de comércio e pagamentos”. (FRANCO, 2008, p. 348.)

pontuação de “desalinhamento” com a URSS, e para além da esperada relação “desalinhada” com os EUA, o país socialista também sempre manteve-se em certo nível de “desalinhamento” com Suécia e Brasil – ou vice-versa.

Conforme aventado anteriormente, num esforço para uma visão de conjunto dos três anos, um dos produtos foi uma sequência de três tabelas, novamente ranqueando separadamente “votos iguais”, “votos diferentes” e “votos contrários”, com as somas totais destes três tipos de votos. E, após a soma, o respectivo ranqueamento.

No *ranking* de votos iguais envolvendo as 78 resoluções aprovadas das quais temos as votações detalhadas, o resultado “estático” das somas repete em parte o resultado “dinâmico” descrito acima. A parte de cima da tabela traz, com a maior quantidade de “votos iguais”, a relação Brasil e Suécia, com 59 votos iguais dos 78 possíveis, ou 75,6% (logo, mais de $\frac{3}{4}$). O “pódio” é completado pelas relações Suécia e EUA, e Brasil e EUA, com 52 (66,7%) e 51 (65,4%) respectivamente, ou seja, apenas um voto de diferença em prol da relação dos EUA com os suecos.

RANKING "VOTOS IGUAIS" 1961-63 - 78 RESs							
ID	RANK	RELAÇÃO	Votos sim	Votos não	Abstenções	total	%
3	1	BRASIL = SUÉCIA	55	0	4	59	75,64
5	2	SUÉCIA = EUA	48	1	3	52	66,67
1	3	BRASIL = EUA	45	2	4	51	65,38
7	4	SUÉCIA = IUGOSLÁVIA	47	1	1	49	62,82
9	5	IUGOSLÁVIA = URSS	39	5	3	47	60,26
4	6	BRASIL = IUGOSLÁVIA	43	0	1	44	56,41
8	7	IUGOSLÁVIA = EUA	31	0	1	32	41,03
6	8	SUÉCIA = URSS	30	1	0	31	39,74
2	9	BRASIL = URSS	27	1	0	28	35,9
10	10	EUA = URSS	19	1	2	22	28,21

Elaborado pelo autor.

Nas posições mais “intermediárias” aparecem Suécia e Iugoslávia em 4º (49 votos, ou 62,8%), Iugoslávia e URSS em 5º (47 votos, ou 60,3%), Brasil e Iugoslávia em 6º (44 votos, ou 56,4%), e Iugoslávia e EUA em 7º (32 votos, ou 41%). Aqui destacamos duas coisas: a presença da Iugoslávia nessas 4 posições “intermediárias”, e com votações totais bem próximas entre o país socialista e Suécia, URSS e Brasil (49, 47 e 44 votos iguais respectivamente, entre 2 e 3 votos de diferença entre si); e o “degrau” acentuado quando trazemos sua coincidência de

votos com os EUA, 32, constando nada menos que 12 votos a menos quando comparado com a relação imediatamente acima com o Brasil. É o maior distanciamento entre votos seguidos nesse *ranking*.

Finalmente, ocupando as 3 últimas posições, os distanciamentos com a URSS: Suécia e URSS com 31 votos (39,7%), Brasil e URSS (28 votos, 35,9%), e EUA e URSS com 22 votos iguais, ou 28,2% (pouco mais de $\frac{1}{4}$).

No *ranking* de “votos diferentes” entre 1961 e 1963, temos a liderança de Iugoslávia e EUA, com 33 votos diferentes entre si (42,3%). Brasil e Iugoslávia aparece em 2º, com 29 votos diferentes (37,2%), e Suécia e Iugoslávia (num quádruplo empate com Brasil e EUA, Brasil e URSS, e EUA e URSS) com 24 votos (30,8%). Na última posição, com a menor quantidade de votos diferentes entre si, Brasil e Suécia com 16 votos (20,5%).

RANKING "VOTOS DIFERENTES" 1961-63 - 78 RES				
ID	RANK	RELAÇÃO	total	%
8	1	IUGOSLÁVIA e EUA	33	42,31
4	2	BRASIL e IUGOSLÁVIA	29	37,18
1	3	BRASIL e EUA	24	30,77
2		BRASIL e URSS	24	30,77
7		SUÉCIA e IUGOSLÁVIA	24	30,77
10		EUA e URSS	24	30,77
5	7	SUÉCIA e EUA	22	28,21
9	8	IUGOSLÁVIA e URSS	21	26,92
6	9	SUÉCIA e URSS	20	25,64
3	10	BRASIL e SUÉCIA	16	20,51

Elaborado pelo autor.

E, no *ranking* de “votos contrários”, tão importante quanto o de “votos iguais” para a construção de nosso *ranking* de “escala de alinhamento”, temos a seguinte situação. Nas extremidades da tabela, e exata relação inversa com a do *ranking* de votos iguais. Aqui, a primeira posição, expressando um maior distanciamento, está EUA e URSS, com 32 votos contrários (ou 41%), de certo modo “espelhando” a última posição da tabela de votos iguais. Assim como a 2ª posição, ocupada por Brasil e URSS, empatada com Suécia e URSS, ambas com 26 votos contrários (33,3%).

RANKING "VOTOS CONTRÁRIOS" 1961-63 - 78 RE				
ID	RANK	RELAÇÃO	total	%
10	1	EUA x URSS	32	41
2	2	BRASIL x URSS	26	33,3
6	3	SUÉCIA x URSS	26	33,3
8	4	IUGOSLÁVIA x EUA	13	16,7
9	5	IUGOSLÁVIA x URSS	10	12,8
4	6	BRASIL x IUGOSLÁVIA	5	6,41
1	7	BRASIL x EUA	5	6,41
7	8	SUÉCIA x IUGOSLÁVIA	4	5,13
5	9	SUÉCIA x EUA	3	3,85
3	10	BRASIL x SUÉCIA	2	2,56

Elaborado pelo autor.

Interessante notar que a “distância” entre os votos contrários de Suécia e EUA em relação à URSS é de 6 votos (26 e 32), sensivelmente menor que a distância de votos iguais de Suécia e EUA em relação aos soviéticos (22 e 31). Já o Brasil manteve a discrepância na relação com a URSS nos dois *rankings*: apenas 6 votos a menos que os EUA em ambos.

Na outra ponta o espelhamento praticamente se repete: a relação com a menor quantidade de votos contrários é Brasil e Suécia, com apenas 2 votos contrários entre si em 3 anos e 78 resoluções (2,56%). A segunda menor quantidade, 9ª posição, é entre Suécia e EUA, com 3 votos (3,85%). Em 8º aparece Suécia e Iugoslávia, com 4 votos (5,13%). Por fim, na 6ª posição um interessante e simpático empate: o Brasil teve nos três anos analisados o mesmo número (relativamente baixo) de votos contrários tanto com os EUA quanto com a Iugoslávia, 5 votos, ou 6,41%. Nesse *ranking* é possível inferir, para termos de comparação, que a contrariedade final entre Brasília e Belgrado, ainda que igual à de Brasil e EUA, e ligeiramente superior a Iugoslávia e Suécia, é metade da expressa pela relação entre Iugoslávia e URSS (10 votos), menos da metade quando nos referimos à relação Iugoslávia e EUA (13 votos), e menos de 1/5 se comparada com Brasil e URSS (26).

Terminada essa exposição das tabelas com os *rankings* finais e totais dos anos de 1961 a 1963 para votos iguais, diferentes e contrários, vamos tentar construir nossa escala de alinhamento. Contudo, a tentativa de consolidação dos dados e a produção dessa “escala final” mostraram-se bastante desafiadoras. Então nós decidimos expor as 4 tabelas produzidas, cada uma com um percurso

metodológico um pouco diferente, mas todas com resultados bastante similares. As primeiras duas que explicaremos servem mais como tentativas de “sintetizar” o período do que aplicarmos nossa escala, as duas últimas visam tanto a síntese quanto a classificação dos alinhamentos.

A primeira delas é resultado da subtração entre todos os “votos iguais” dos países nos três anos e todos os “votos contrários”, seguido de um ranqueamento dos mesmos. Ou seja, oscilando entre uma “pontuação máxima” de 78 pontos, que seria possível através (da improbabilidade) de dois países votarem iguais em todas as votações selecionadas ($78 - 0 = 78$), e uma “pontuação mínima” de -78, se dois países votassem contrários em todas as votações selecionadas ($0 - 78 = -78$).

ESCALA DE ALINHAMENTO 1961 a 1963 - D			
ID	TOTAIS	RELAÇÃO	RANK
3	57	BRASIL e SUÉCIA	1
5	49	SUÉCIA e EUA	2
1	46	BRASIL e EUA	3
7	45	SUÉCIA e IUGOSLÁVIA	4
4	39	BRASIL e IUGOSLÁVIA	5
9	37	IUGOSLÁVIA e URSS	6
8	19	IUGOSLÁVIA e EUA	7
6	5	SUÉCIA e URSS	8
2	2	BRASIL e URSS	9
10	-10	EUA x URSS	10

Elaborado pelo autor.

Nessa tabela temos um “pódio” de alinhamento liderado pela relação Brasil e Suécia, cujo resultado dessa subtração foi 57 (de 78 possíveis), bem à frente do 2º lugar, Suécia e EUA (49), e do 3º, Brasil e EUA (46). Novamente a Iugoslávia aparece ocupando as 4 posições intermediárias do *ranking* com suas relações, porém destacando-se as relações com Suécia (4ª posição, 45) e Brasil (5ª, 39), esta seguida de perto com sua relação com a URSS (6ª, 37), e ambas bem à frente da relação de Belgrado com Washington (7ª, 19). A parte final da tabela traz os totais bem diminutos de Suécia e URSS (5, 8ª), Brasil e URSS (2, 9ª), e o total “negativo” de EUA e URSS (-10, 10ª).

A segunda tabela que trazemos é resultado da soma dos três *rankings* anuais de alinhamento, e esses resultados são, por sua vez, ranqueados. Aqui as relações entre os países podem oscilar, de modo crescente, entre uma “pontuação mínima”

de 3 pontos, que seria possível se nos três anos os mesmos dois países fossem os “líderes” (o que de fato ocorreu com a relação Brasil e Suécia), e uma “pontuação máxima” de 30, se os mesmos dois países tivessem ficado na 10ª posição nos três anos.

ESCALA DE ALINHAMENTO 1961 a 1963 - C			
ID	TOTAIS RANK	RELAÇÃO	RANK
3	3	BRASIL e SUÉCIA	1
5	9	SUÉCIA e EUA	2
7	11	SUÉCIA e IUGOSLÁVIA	3
1	12	BRASIL e EUA	4
9	13	IUGOSLÁVIA e URSS	5
4	14	BRASIL e IUGOSLÁVIA	6
8	20	IUGOSLÁVIA e EUA	7
2	24	BRASIL e URSS	8
6	26	SUÉCIA e URSS	9
10	29	EUA e URSS	10

Elaborado pelo autor.

Essa tabela (e portanto, sua metodologia) traz um resultado um pouco diferente da anterior, com 4 relações repetindo suas posições, e 6 relações apresentando pequenas mudanças. As posições que permaneceram inalteradas foram a 1ª, mantida por Brasil e Suécia (3 pontos), a 2ª, com Suécia e EUA (9 pontos), a 7ª, com Iugoslávia e EUA (20), e a 10ª, de EUA e URSS (29). Para além da persistência do “alinhamento” entre Brasil e Suécia, chama a atenção um tipo de “solidez” das relações dos EUA. Das 4 relações possíveis do país americano, 3 mantiveram a mesma posição e apenas uma teve alteração: a com o Brasil (aqui com 12 pontos). Ainda que mínima, a “queda” da terceira para a quarta posição, numa troca com a relação entre Suécia e Iugoslávia (11 pontos), pareceu-nos salutar.

As outras trocas de posição se deram entre Iugoslávia e URSS, e Iugoslávia e Brasil, nesse *ranking* ocupando 5ª (13 pontos) e 6ª (14 pontos) posições respectivamente, além de Brasil e URSS, e Suécia e URSS, ocupando aqui as 8ª (24 pontos) e 9ª (26 pontos) posições, respectivamente. Essa tabela também chama a atenção pela existência do “degrau” entre a primeira e segunda posições (6 pontos), a grande proximidade entre a segunda e a sexta posição (menos de 6 pontos no total delas), e um outro “degrau” (também de 6 pontos) separando a sexta

da sétima posição, seguidas das demais posições também com certo distanciamento (entre 2 e 4 pontos). Isso reforça a ideia de “proximidade” das relações da Iugoslávia com os demais países, numa menor escala, também das relações da Suécia, e o distanciamento das relações com a URSS.

A terceira tabela que trazemos como tentativa de análise final é a mais semelhante com as tabelas de “escala de alinhamento” que vínhamos apresentando até agora. Ela tem a pontuação já utilizada anteriormente, de -9 pontos a 9 pontos, e é resultado da subtração entre o *ranking* da tabela “ranking ‘votos iguais’ 1961-63” e o *ranking* da tabela “ranking ‘votos contrários’ 1961-63”. Para além desse tipo de pontuação, voltamos aqui com a qualificação das relações entre os países com níveis de alinhamento, variando de um “alto alinhamento” com -9 pontos, até um “alto desalinhamento” com 9 pontos.

ESCALA DE ALINHAMENTO 1961 a 1963 - A			
ID	PONTUAÇÃO	RELAÇÃO	RANK
3	-9	BRASIL e SUÉCIA	1
5	-7	SUÉCIA e EUA	2
7	-4	SUÉCIA e IUGOSLÁVIA	3
1	-3	BRASIL e EUA	4
4	0	BRASIL e IUGOSLÁVIA	5
9	0	IUGOSLÁVIA e URSS	
8	3	IUGOSLÁVIA e EUA	7
6	6	SUÉCIA e URSS	8
2	7	BRASIL e URSS	9
10	9	EUA e URSS	10

Elaborado pelo autor.

Em termos de posições, grosso modo, essa tabela reproduz de forma praticamente igual as 5 primeiras posições da segunda tabela e as 5 últimas posições da primeira tabela. Isto é, temos a liderança de Brasil e Suécia, com -9 pontos, configurando um resultado final de “alto alinhamento”, seguido por Suécia e EUA com -7 pontos e qualificados como de “médio alinhamento”. Muito próximos entre si temos Suécia e Iugoslávia, e Brasil e EUA, com -4 e -3 pontos, ocupando a 3ª e 4ª posições, respectivamente, e qualificados como “baixo alinhamento”. Empatados na simbólica 5ª posição, e também com a simbólica pontuação de 0 ponto, duas relações iugoslavas: com o Brasil e com a URSS.

Na parte debaixo da tabela aparecem as relações de Iugoslávia e EUA, e Suécia e URSS, caracterizadas como “baixo desalinhamento”, com 3 e 6 pontos, 7ª e 8ª posições respectivamente; Brasil e URSS, com “médio desalinhamento”, e 7 pontos na 9ª posição; e por fim, EUA e URSS, com “alto desalinhamento”, com 9 pontos na 10ª posição.

Ainda que com pontuais mudanças de posição no *ranking*, em relação às outras tabelas apresentadas, essa tabela confirma algumas das tendências já esboçadas: o forte alinhamento entre Suécia e Brasil, o forte desalinhamento entre EUA e URSS, o consistentemente alinhamento entre Suécia e EUA, e Brasil e EUA (ainda que, no saldo final, e em função dos desenvolvimentos políticos ao longo do tempo, menor), e os consistentes desalinhamentos entre Suécia e URSS, e Brasil e URSS. Também destacamos um certo tipo de “sobriedade” geral das relações da Iugoslávia: um “baixo alinhamento” com a Suécia, um “baixo desalinhamento” com os EUA, e um “nem alinhamento, nem desalinhamento” com Brasil e URSS - ainda que as relações com o Brasil estivessem sendo marcadas por uma progressiva melhora.

Seguindo as metodologias discutidas anteriormente, esse *ranking* que acabamos de apresentar representaria um desfecho bastante condizente e coerente. Contudo, decidimos propor mais um tipo de ranqueamento e classificação, alterando um pouco nossa escala e metodologia. Em termos de metodologia, essa quarta e última tabela em que buscamos sintetizar os três anos, é resultado da soma das pontuações das 3 tabelas anuais que trazem as escalas de alinhamento. Nessa metodologia, a escala de pontuação muda também, agora podendo oscilar entre um máximo de -27 pontos (devido a possibilidade de uma relação obter nos três anos consecutivos a pontuação de -9 pontos – “3 x -9 = -27”) e um máximo de 27 pontos (devido a possibilidade de uma relação obter nos três anos consecutivos a pontuação de 9 pontos – “3 x 9 = 27”). Assim a nossa escala de pontuação para essa tabela ficou assim:

Pontuação Geral	-27	-26	-25	-24	-23	-22	-21	-20	-19	-18	-17	-16	-15	-14	-13	-12	-11	-10	-9	-8	-7	-6	-5	-4	-3	-2	-1	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27
Pontuação Anual	-9	-8	-7	-6	-5	-4	-3	-2	-1	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27																		
Tipo de alinhamento	ALTO ALINHAMENTO			MÉDIO ALINHAMENTO			BAIXO ALINHAMENTO			NEM ALINHADO, NEM DESALINHADO			BAIXO DESALINHAMENTO			MÉDIO DESALINHAMENTO			ALTO DESALINHAMENTO																																				

Elaborado pelo autor.

Essa escolha por testarmos algumas dessas metodologias e introduzir uma nova escala, visa, sobretudo, dar uma matizada nos resultados que supomos pudessem estar muito “brutos”. Por isso o aumento do número de pontos possíveis, e uma readequação das qualificações de alinhamento e desalinhamento em função dessa expansão de nossa “régua”. Em decorrência disto, essa escala de alinhamento apresenta o seguinte *ranking*:

ESCALA DE ALINHAMENTO 1961 a 1963 - B			
ID	PONTUAÇÃO	RELAÇÃO	RANK
3	-22	BRASIL e SUÉCIA	1
5	-14	SUÉCIA e EUA	2
1	-9	BRASIL e EUA	3
7	-9	SUÉCIA e IUGOSLÁVIA	
4	-6	BRASIL e IUGOSLÁVIA	5
9	-2	IUGOSLÁVIA e URSS	6
8	9	IUGOSLÁVIA e EUA	7
2	16	BRASIL e URSS	8
6	16	SUÉCIA e URSS	
10	25	EUA e URSS	10

Elaborado pelo autor.

Em termos de posicionamento no *ranking*, essa tabela é praticamente idêntica à primeira de nossas tabelas síntese, com apenas 2 alterações: se na primeira tabela a relação entre Brasil e URSS aparece em 9º, nessa tabela aqui há um empate com a relação entre Suécia e URSS em 8º; e se nessa tabela as relações de Brasil com EUA e de Suécia com Iugoslávia aparecem empatadas em 3º, naquela, Suécia e Iugoslávia estão em 4º. Nesse quesito percebemos que há uma certa dificuldade em determinar qual dos dois países seria o menos próximo (ou mais distante) politicamente dos soviéticos: o escandinavo ou o latino-americano. E qual das relações é mais próxima: Suécia e Iugoslávia ou Brasil e EUA.

Em termos de qualificação dos níveis de alinhamento, a presente tabela difere da tabela imediatamente anterior por ser um tanto mais matizada, conforme imaginávamos que seria. A liderança dos níveis de alinhamento permanece com Brasil e Suécia, mas os -22 pontos alcançados nessa escala “rebaixou” a relação de “alto” para “médio alinhamento”. Nesse mesmo sentido, a vice-liderança permanece com Suécia e EUA, mas também agora ligeiramente rebaixados ao “baixo alinhamento”, com -14 pontos.

Também gozando de “baixo alinhamento”, empatados na 3ª posição, com -9 pontos, aparecem as relações de Suécia e Iugoslávia e Brasil e EUA. Repetindo as posições intermediárias das outras tabelas, e repetindo a condição de “nem alinhado, nem desalinhado” da tabela anterior, aparecem as relações iugoslavas com Brasil (em 5º com -6 pontos) e com URSS (em 6º, com -2 pontos).

Na parte debaixo, repetindo o “baixo alinhamento” da tabela anterior, as relações de Iugoslávia e EUA, e Suécia e URSS, na 7ª e 8ª posições, e 9 e 16 pontos respectivamente. Subindo um nível em relação à tabela anterior, e agora empatada com a relação sueca-soviética, temos a relação Brasil e URSS, com os mesmos 16 pontos. E na última posição, com 25 dos 27 pontos possíveis, a relação de “alto desalinhamento” entre EUA e URSS.

Ou seja, e como dito acima, conforme o imaginado, essa tabela difere da imediatamente anterior por ser um pouco mais matizada. Elimina o nível de “alto alinhamento”, expande o nível de “baixo alinhamento” de duas para três relações, faz a manutenção do nível de “nem alinhado, nem desalinhado” com as mesmas duas relações anteriores, expande o nível de “baixo alinhamento” de duas para três relações, e faz a manutenção da relação entre EUA e URSS em “alto desalinhamento”. Curiosamente, o principal protagonista desse atenuamento proposto por essa tabela é o Brasil, que tem sua relação com a Suécia “rebaixada” para “médio alinhamento”, e sua relação com a URSS “elevada” a “baixo desalinhamento”.

Essa tabela também confirma a quase totalidade das tendências de aproximação e distanciamento da política externa dos países selecionados, aventadas nos parágrafos anteriores. Brasil e Suécia são, dos 5 países analisados, os que possuiriam as políticas externas mais alinhadas, e EUA e URSS as menos alinhadas (ou mais desalinhadas). Suécia e EUA protagonizam um baixo, porém consistente e constante nível de alinhamento. Brasil e EUA também protagonizam um certo alinhamento, porém, ao longo do período, em sentido declinante. Suécia e Iugoslávia também apresentam um importante nível de alinhamento, confirmando parte de nossa hipótese, acerca da proximidade prática da política de “neutralidade” sueca e a política de “não-alinhamento” iugoslava.

Em um nível inferior ao da relação dos escandinavos com os balcânicos, a relação Brasil e Iugoslávia apresenta-se como uma relação de “nem alinhado, nem desalinhado”, porém em tendência de um progressivo maior alinhamento. Três

fatores concorrem para corroborar com esta ideia. Primeiramente, as semelhanças de ideias embutidas nas formulações então contemporâneas das políticas de “não-alinhamento” da Iugoslávia e de “independência” do Brasil; a presença do Brasil como membro observador na primeira cúpula do Movimento dos Não-Alinhados, realizada em Belgrado em setembro de 1961 (mesmo com o caos da política interna brasileira no período), e a visita de Tito ao Brasil em 1963 representam essa aproximação no movimento “real”; o desejo de expansão das relações comerciais, inclusive em direção aos países socialistas, tão apregoada nos documentos disponíveis sobre a PEI brasileira, e as incisivas ações diplomáticas lideradas por Tito em direção ao “Terceiro Mundo”.

Em segundo lugar, a própria análise mais “dinâmica” que fizemos anteriormente, mostrando uma tendência de aproximação dos votos entre os dois países no período entre 1961 e 1963. O salto “quantitativo” da coincidência dos votos dos dois países na AGNU, e sua constante e progressiva evolução em nossos *rankings* também representam essa aproximação mais especificamente na ONU. E em terceiro lugar, de forma mais indireta, o fato de que a Iugoslávia tenha basicamente uma relação de “alinhamento” com o país que somos “mais alinhados”, a Suécia, tende a reforçar lateralmente essa tendência.

Enquanto a Suécia mantém 3 de suas 4 relações possíveis no campo do “alinhamento” (“médio alinhamento” com Brasil, “baixo alinhamento” com EUA e Iugoslávia), tendo apenas sua relação com a URSS no campo “desalinhado”, e enquanto o Brasil tem suas 4 relações espalhadas por 4 dos 7 níveis diferentes de nossa análise (“médio alinhamento” com Suécia, “baixo alinhamento” com EUA, “nem alinhado, nem desalinhado” com Iugoslávia, e “baixo desalinhamento” com a URSS), salta os olhos a “equidistância” (praticamente uma “neutralidade neutra”) da política externa iugoslava.

Nessa tabela também ocupando as 4 posições mais intermediárias possíveis nela, Belgrado aparece com uma relação de “baixo alinhamento” com Estocolmo, como “nem alinhada, nem desalinhada” com Brasília (apesar da aproximação tendencial afirmada acima) e com Moscou, e com “baixo desalinhamento” com Washington. No saldo final do país, nenhuma posição de alto alinhamento ou alto desalinhamento, sequer de médio alinhamento ou médio desalinhamento. Com nenhum nível de “alinhamento” com nenhuma das duas superpotências de acordo com nossa escala, as duas principais relações do país também não as envolvem:

em nossa lista, é com Suécia e Brasil que a Iugoslávia parece estar mais alinhada (ou menos desalinhada). Para termos de comparação, as duas melhores relações da Suécia são com Brasil e EUA, e as duas melhores relações do Brasil são com Suécia e EUA. Isso tudo talvez qualifique a política externa iugoslava não apenas como realmente “não-alinhada”, mas possivelmente a mais “neutra” e “independente” das três.

Essa tabela também reforça três percepções: do distanciamento de EUA e URSS; do relativo isolamento internacional da URSS; e do distanciamento persistente de Brasil e Suécia com relação à URSS. Esse distanciamento, inclusive, turva algumas de nossas interpretações. Por exemplo, não dá para saber com exatidão, o quanto da proximidade entre Brasil e Suécia é fruto de suas formulações “neutra” e “independente” de suas políticas externas, ou de suas proximidades com os EUA, ou, ainda, de seus distanciamentos com a URSS. Também não dá para precisar se Suécia e Brasil são próximos dos EUA sobretudo porque são distantes da URSS, ou, ao contrário, são distantes da URSS sobretudo porque são próximos dos EUA.

Porém, analisando em retrospecto histórico, dá para apontar com alguma segurança algumas das tendências. A longa tradição diplomática e bélica entre Estocolmo e Moscou, que remete a séculos⁴⁶², nos permite dizer que é o distanciamento da URSS (talvez mais especificamente, da Rússia) que mais favorece a aproximação do país com os EUA. Por outro lado, as constantes pressões de correntes políticas brasileiras desejavam empurrar o Brasil para um “alinhamento automático” com os EUA, como vimos em vários momentos de nossa história, como nos governos Dutra e Café Filho (e como voltaria a ser em 1964), bem como as próprias pressões dos EUA nesse sentido, tanto por suas concepções de “segurança hemisférica” como por pura prática imperialista, e ainda as reincidentes ideias que aparecem nos documentos da PEI, de que o Brasil estaria sempre e completamente comprometido com “seu hemisfério” e com o “Ocidente” (ainda que não necessariamente alinhado)⁴⁶³ nos autorizam afirmar que é a aproximação com

⁴⁶² É possível retrocedermos, com alguma segurança, até a “Guerra da Livônia”, que colocou Rússia e Suécia em campos opostos entre 1558 e 1583, ou até, ainda antes, em fins do século XV, na chamada “Guerra Russo-Sueca”, entre Suécia e Moscúvia.

⁴⁶³ Dois exemplos eloquentes são encontrados no “Relatório do ministro João Augusto de Araújo Castro, observador do Brasil à Reunião Preliminar da Conferência de Chefes de Estado e Governo de Países Não-Alinhados” (FRANCO, 2007, p. 95), e no “Trecho da mensagem do presidente da República ao Congresso Nacional, na abertura da sessão legislativa de 1964, em 15 de março”

os EUA que nos afasta da URSS. E, certamente, variados níveis e tipos de “anticomunismo” se somam a essas tendências e conformam o quadro descrito.

Sendo assim, com quatro “tabelas finais” que sintetizam e apontam coisas muito semelhantes, porém não idênticas, quanto aos níveis de alinhamento das políticas externas de Brasil, Suécia e Iugoslávia nas resoluções votadas e adotadas na AGNU entre os anos de 1961 e 1963, entendemos que faltava uma tabela realmente “final”, não mais “hierarquizando” os “Níveis de alinhamento”, mas entregando o mais próximo que conseguimos de uma “hierarquia” quanto à proximidade das políticas externas dos cinco países analisados, nos utilizando justamente dessas quatro tabelas, e “unificando-as” no sentido do “distanciamento político” da política externa desses países expressas em suas votações da AGNU.

Para formular essa tabela derradeira, somamos as posições dos 4 *rankings* das tabelas anteriores, atribuindo um ponto para cada posição. Logo, nossa tabela pode variar de 4 pontos (caso uma relação de dois países tenha ficado na posição número 1 nas quatro tabelas) a 40 pontos (caso uma relação de dois países tenha ficado na posição número 10 nas quatro tabelas). E o resultado conferimos abaixo:

DISTANCIAMENTOS AGNU 1961 a 1963 - final			
ID	PONTUAÇÃO	RELAÇÃO	RANK
3	4	BRASIL e SUÉCIA	1
5	8	SUÉCIA e EUA	2
7	9	SUÉCIA e IUGOSLÁVIA	3
1	14	BRASIL e EUA	4
4	21	BRASIL e IUGOSLÁVIA	5
9	22	IUGOSLÁVIA e URSS	6
8	28	IUGOSLÁVIA e EUA	7
6	29	SUÉCIA e URSS	8
2	29	BRASIL e URSS	
10	40	EUA e URSS	10

Elaborado pelo autor.

Assim temos como países mais próximos entre si, na AGNU, entre 1961 e 1963, Brasil e Suécia, seguidos de Suécia e EUA, Suécia e Iugoslávia, Brasil e EUA e Brasil e Iugoslávia. A Suécia destaca-se como o país de maior alinhamento

(FRANCO, 2008, p. 339), em que Jango chega a reiterar, a poucos dias do fim da PEI, que as “relações do Brasil com os países do hemisfério sempre se pautaram por **absoluta fidelidade** aos compromissos que **naturalmente** decorrem de sua participação no sistema interamericano.” (grifos nossos).

multilateral entre os países selecionados, com a exceção já abordada de sua relação com a URSS. Os EUA mostram-se bem posicionados na tabela, oferecendo elementos contundentes para a discussão das políticas externas de Suécia e Brasil: afinal, o quão neutras e independentes realmente eram, e o quão alinhadas aos EUA efetivamente estavam. Se é tentador, por esse recorte, já apontar Brasil e Suécia muito mais “alinhados aos EUA” do que efetivamente “neutros e independentes”, o fato das melhores relações de Brasil e Suécia serem entre si não pode ser desprezada. Especialmente quando observamos, de acordo com as “pontuações” das tabelas finais, que a distância entre as relações de Suécia com EUA e com Iugoslávia não eram tão grandes assim. Isto é, como a tabela ilustra, o alinhamento entre Suécia e Iugoslávia no período fica atrás, apenas, do alinhamento entre o país escandinavo e os dois países americanos. E entendendo o período de 1961 e 1964 como de grande força e protagonismo da política externa iugoslava, da construção efetiva do MNA por parte dos iugoslavos e da realização de suas duas primeiras cúpulas, uma relação próxima entre Suécia e Iugoslávia, na ONU, exercendo um “desalinhamento” prático em relação aos blocos, também não deve ser desprezada – apesar da insistência da Suécia em não se envolver diretamente com o MNA.

Algo semelhante pode ser dito da PEI brasileira: a tendência de aproximação com a Iugoslávia revelada no conjunto dos anos analisados apontava para uma possível transformação da relação entre os dois países, na segunda de maior proximidade para ambos – visto que já era a segunda mais próxima para os iugoslavos, e já ocupava a segunda posição em nosso *ranking* de 1963.

O distanciamento trazido por essa tabela entre as relações de Iugoslávia com Brasil e URSS estão entre as menores, e as diferenças dos caminhos socialistas percorridos por Belgrado e por Moscou parecem não ter sido suficientes para manter a relação dos dois países como a mais distante entre as 4 possíveis: a mais distante é a relação entre Iugoslávia e o líder do bloco capitalista, os EUA. Uma distância que se mostrou semelhante, mas ainda assim inferior, que as relações de brasileiros e suecos com os soviéticos.

Compartilhando posições próximas porém alternadas nas 4 tabelas anteriores, essa última tabela traz uma espécie de “empate técnico”: realmente é difícil saber, no período, quem estava menos próximo da URSS. Difícil, ao menos, em números de votos, já que os desenvolvimentos históricos de um passado mais distante, e a proximidade geográfica da Suécia com a URSS nos permita afirmar

que, muito provavelmente, a Suécia estivesse mais distante politicamente dos soviéticos que o Brasil (ou pelo menos tinham melhores motivos) – ainda que houvessem esforços de aproximação entre os dois países, como as visitas do primeiro-ministro sueco Tage Erlander à URSS em 1956, ou a visita de líder soviético Nikita Krushev à Suécia em 1964⁴⁶⁴.

E, na última posição, EUA e URSS. Se em nosso sistema de pontuação para essa tabela, Brasil e Suécia compartilharam não apenas a primeira posição como a melhor pontuação possível, na outra ponta EUA e URSS fizeram o mesmo, confirmando a rivalidade.

Finalizada nossa análise das votações realizadas por Brasil, Suécia e Iugoslávia na AGNU, entre 1961 e 1963 em suas “quantidades”, tratando de “somadas”, “números totais”, “números absolutos”, “percentagens”, etc., e fazendo ranqueamentos, classificações, e qualificações com base nessas “quantidades”, vamos para um outro tipo de análise. Uma análise que, entendemos, poderá revelar melhor os motivos dessas votações em alguns casos, a matéria dessas votações, as tendências dessas votações, inclusive apontando e discutindo algumas das resoluções aprovadas não apenas na “abstração” do “número de votos”, mas também na materialidade de seus textos.

5.4.2 Análise de características e tendências das votações: 1961-1963

Se na parte anterior nós nos dedicamos a análises e interpretações muito baseadas nos “números” das votações das resoluções realizadas na AGNU entre 1961 e 1963, nessa parte nos dedicaremos à análise de certas características e tendências destas votações. Isto é: na construção da tabela geral com todas as resoluções e suas respectivas votações pormenorizadas dos nossos países selecionados, pudemos observar que essas próprias votações podem ser organizadas em certas tendências de votações. Cada vez que Brasil, Suécia e Iugoslávia votaram “sim”, votaram “não”, ou se abstiveram, podem revelar algumas características tanto das próprias resoluções em si quanto da proximidade ou

⁴⁶⁴ Helene Carlback, Alexey Komarov, Karl Molin (ed.). *Peaceful coexistence? Soviet Union and Sweden in the Khrushchev era*. p. 14, p. 19, p. 116-121. Disponível em: <http://sh.diva-portal.org/smash/get/diva2:460469/FULLTEXT02.pdf>.

distanciamento de suas políticas externas na AGNU, tanto entre esses membros, quanto em relação às superpotências.

Para a análise e identificação de características tendências entre os votos nós desenvolvemos um novo banco de dados à partir da tabela com as votações das 78 resoluções passíveis de análise. Depois observamos, resolução por resolução, como tinham sido as votações: quantos e quais países haviam votado “sim”, “não”, ou optaram pela “abstenção”. Depois disso identificamos certas tendências, tais como a expressiva quantidade de resoluções em que os 5 países votaram “sim”, ou o número de resoluções que ao menos 4 países votaram “sim” e uma das superpotências se abstiveram, e assim por diante. Também pudemos observar que alguns países votaram muitas vezes “sim”, enquanto outros países votaram muitas vezes “não”, indicando que há também tendências gerais de que as resoluções aprovadas estejam muito mais em consonância com as políticas de uns países do que com a de outros. Sendo assim, vamos iniciar algumas identificações.

5.4.2.1 Votos “sim”, “não” e “abstenções” dos países selecionados

Primeiramente, vamos expor uma estatística mais básica, mas com algum poder ilustrativo: os *rankings* de países com as maiores quantidade de votos “sim”, “não” e “abstenção”. Em termos de votos “sim” nós temos a seguinte ordem:

RANKING DE VOTOS SIM 1961-63			
PAÍS	VOTOS	%	RANK
Suécia	66	84,62%	1
Brasil	62	79,49%	2
Iugoslávia	56	71,79%	3
EUA	52	66,67%	4
URSS	39	50%	5

Elaborado pelo autor.

Essa tabela ilustra que o país com a maior quantidade de votos “sim”, no período, foi a Suécia, seguida por Brasil, Iugoslávia, EUA e URSS. Isso demonstra que as resoluções aprovadas nos três anos teriam, mais ou menos, essa sequência de concordância, com a Suécia sendo, dos 5, o país mais “contemplado” pelas resoluções aprovadas, visto que votou “sim” em 84,62% das vezes. O Brasil também

aparece bastante contemplado, dizendo “sim” em 79,49% das votações. Sensivelmente mais abaixo, a Iugoslávia se viu contemplada em 71,79% das oportunidades. Por fim, os EUA aprovaram 2/3 das resoluções, bastante à frente da situação soviética, com apenas metade dos votos indo para o “sim”.

Esses dados não apenas reforçam a contabilidade realizada por Kullaa (2016, p. 43) que trouxemos no capítulo anterior, na qual “mostra que o número de estados fora do sistema de bloco [...] ultrapassava facilmente os 78”, e que a maioria dos membros da ONU que eram efetivamente “alinhados”, eram alinhados aos EUA (25 a 9)⁴⁶⁵, como reforça, também, os discursos iugoslavos sobre a ONU, no qual os defensores da “coexistência pacífica” (como os membros do MNA) e de variados outros temas caros então, como o desarmamento, desenvolvimento e a descolonização, bem como os “críticos da guerra fria”, representariam a “maior parte da humanidade”.

Essa tabela, também, acaba por nos permitir esboçar que as resoluções aprovadas no período avançavam em temas que superavam, ou até contrariavam os interesses das superpotências, e contemplavam de forma mais expressiva os países que não estavam exatamente alinhados aos blocos. As últimas posições serem ocupadas pelas superpotências ajudam na direção desse diagnóstico.

Em termos de “abstenções”, esse voto bastante mais “enigmático” e de difícil interpretação, a situação é sensivelmente outra, como vemos na tabela a seguir:

RANKING DE ABSTENÇÕES 1961-63			
PAÍS	VOTOS	%	RANK
EUA	18	23,08%	1
Iugoslávia	17	21,79%	2
Brasil	14	17,95%	3
Suécia	10	12,82%	4
URSS	10		

Elaborado pelo autor.

⁴⁶⁵ “O bloco ocidental em 1961 incluía provavelmente cerca de 25 estados (estados membros da OTAN, CENTO e SEATO juntamente com Taiwan, Japão, Israel, Espanha e África do Sul). O bloco oriental consistia nos oito estados do Pacto de Varsóvia e na Mongólia. Fora disto restavam quatro estados europeus neutros (Finlândia, Suécia, Áustria e Irlanda), 25 estados latino-americanos, 25 estados fora do bloco que não participaram na conferência de Belgrado e 25 estados que participaram na conferência inaugural do Movimento dos Não-Alinhados.” (KULLAA, 2016, p. 43, grifos nossos).

No que passamos a entender, ao menos para o período, a abstenção como uma opção que oscila entre uma “sensibilidade diplomática” quanto aos determinados temas, um interesse em mostrar certa “ambiguidade estratégica” (tida também como uma oposição da “clareza estratégica”, e na qual pode ser considerado mais adequado manter as partes envolvidas numa situação tentando adivinhar se, e até que ponto, pode haver algum tipo de ação mais incisiva)⁴⁶⁶ em outros temas e, também – especialmente para os países menos poderosos – uma opção diante do medo de discordar frontalmente de uma superpotência de modo mais explícito, temendo represálias. Uma opção que seria muito mais do que uma eventual “equidistância de posições”, por exemplo, a abstenção pode ser um tipo de prudência. Chama a atenção o *ranking* de abstenções dos três anos. EUA em primeiro, com 18 votos (23,08%, ou quase uma abstenção a cada 4 votações registradas), Iugoslávia em segundo, bem próximo, com 17 (21,79%, ou praticamente 1 em 5), e Brasil em terceiro, com 14 (17,95%). E empatados na “última” posição, Suécia e URSS com apenas 10 abstenções em 78 resoluções, ou 12,82%.

O desenvolvimento de nossa pesquisa nos permite afirmar com algum nível de precisão que a liderança dos EUA nesse *ranking* envolve uma alta dose de “ambiguidade estratégica” associada a uma certa noção de sensibilidade diplomática. A posição da Iugoslávia pode expressar o resultado do esforço de um “não-alinhamento” mais bem estruturado, evitando apoiar com veemência a posição de alguma das (ou ambas as) superpotências. A posição literalmente intermediária do Brasil (14, entre os 10 e 18 votos das superpotências), pode ser entendida como um misto de medo de contrariar os EUA e os efeitos de uma PEI efetiva.

⁴⁶⁶ Temos encontrado esse “conceito” de “ambiguidade estratégica” muito associado às práticas de política externa dos EUA, especialmente – mas não apenas – em direção à China. Três exemplos que gostaríamos de destacar são: um artigo no Blog da tradicional Rand Corporation, intitulado “‘Strategic Ambiguity’ May Have U.S. and Taiwan Trapped in a Prisoner’s Dilemma”, de Raymond Kuo (“‘Ambiguidade estratégica’ pode deixar EUA e Taiwan presos no dilema do prisioneiro”, em tradução livre. Disponível em: <https://www.rand.org/blog/2023/01/strategic-ambiguity-may-have-us-and-taiwan-trapped.html>, acesso em: 14 ago. 2023); o artigo “How to Avoid a War Over Taiwan Threats, Assurances, and Effective Deterrence”, publicado por cinco autores na também tradicional Foreign Affairs (“Como evitar uma guerra por Taiwan: ameaças, garantias e dissuasão eficaz”, em tradução livre; disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/china/how-avoid-war-over-taiwan>, acesso em 14 ago. 2023); e o documento “Debating on the US Strategy toward Taiwan Strait: Strategic Clarity or Strategic Ambiguity” (“Debatendo a Estratégia dos EUA em relação ao Estreito de Taiwan: Clareza Estratégica ou Ambigüidade Estratégica”, em tradução livre), publicado pelo Institute for National Defense and Security Research que reúne 6 artigos de 7 autores diferentes, e no qual o conceito de “ambiguidade estratégica” aparece já no título de cinco desses artigos. (Disponível em: [https://indsr.org.tw/uploads/Download/%E5%9C%8B%E9%98%B2%E6%83%85%E5%8B%A2%E7%89%B9%E5%88%8A-6%20\(1\).pdf](https://indsr.org.tw/uploads/Download/%E5%9C%8B%E9%98%B2%E6%83%85%E5%8B%A2%E7%89%B9%E5%88%8A-6%20(1).pdf); acesso em 14 ago. 2023)

Já a quantidade diminuta de abstenções de URSS e Suécia, ainda que iguais no tamanho, tendem a diferenciarem-se no conteúdo. Do lado da Suécia, vimos que a altíssima porcentagem de votos “sim” do país necessariamente incidiria sobre uma baixa quantidade de votos “não” e “abstenções”: com 66 votos “sim”, o país só teria no máximo 12 votos para as outras duas opções. Então o caso da Suécia parece misturar mais da sensibilidade diplomática, que caracteriza o país de longa neutralidade, com uma “clareza estratégica” e convergência temática de quem, de certo modo, não precisa mesmo se abster. E por fim a URSS parece ter poucas abstenções devido a sua aparente política de “clareza estratégica”, isto é, ser bastante clara nas suas posições, privilegiando mais os votos “sim” e “não” do que eventuais abstenções e, portanto, em diapasão oposto ao dos EUA.

Por último, o *ranking* de “votos não”, que traz, essencialmente, a posição inversa dos votos “sim”, com Brasil e Suécia empatados na última posição possível, com módicos 2 votos “não” cada um (2,56%), antecidos pelos 5 votos “não” da Iugoslávia (6,41%), e, nas duas posições mais altas, os EUA, com 8 votos (10,26%) e, disparada na primeira posição, com mais votos “não” do que os outros quatro países somados, a URSS com 29 (ou 37,18% dos votos).

RANKING DE VOTOS NÃO 1961-63			
PAÍS	VOTOS	%	RANK
URSS	29	37,18%	1
EUA	8	10,26%	2
Iugoslávia	5	6,41%	3
Suécia	2	2,56%	4
Brasil	2		

Elaborado pelo autor.

As já comentadas proximidades das políticas externas de Brasil e Suécia no período, associadas aos números expressivos de votos “sim” não permitiriam mesmo muitos votos “não” por parte de ambos. Contudo, à seguir, vamos esmiuçar esses 4 “votos discordantes”, explicitando as resoluções em que eles ocorreram.

Faremos isso também com as cinco resoluções “negadas” pela Iugoslávia. Mas aqui chama a atenção duas coisas: não apenas sua reiterada posição “no meio” de várias tabelas apresentadas até agora, mas, e sobretudo, a proximidade numérica de seus votos com os votos dos EUA. No *ranking* de votos “sim”, o país

mais próximo da Iugoslávia são os EUA, com 56 e 52 votos respectivamente, ou apenas 4 votos de diferença. Nesse quesito, o segundo mais próximo é o Brasil, 62 e 56 votos, ou 6 votos de diferença. No *ranking* de abstenções, novamente o país mais próximo da Iugoslávia são os EUA, com 17 e 18 abstenções respectivamente, ou apenas 1 voto de diferença. Aqui também o Brasil é o segundo mais próximo, 17 e 14 votos respectivamente, ou 3 votos de diferença. Por fim, no *ranking* de votos “não”, a Iugoslávia mantém uma equidistância numérica de 3 votos, e está simultaneamente tão próxima em número de votos “não” com (novamente) os EUA (5 e 8 votos, respectivamente) e com os empatados Brasil e Suécia (5 e 2).

Essa proximidade numérica com os EUA, já que como demonstrado anteriormente, não pode ser atribuída à coincidência ou semelhanças de votos, pode, então, revelar a consistência e a coragem da política de não-alinhamento do país socialista. Afinal, o que vemos nessas tabelas é um comportamento que, ao menos nos números, é bastante semelhante ao de uma superpotência.

E a URSS com seus expressivos 37,18% de votos “não” parece confirmar duas coisas: a “clareza estratégica” e a falta de “medo” (ou “delicadeza”) em dizer “não” quando achasse necessário, que guiou parte das ações de política externa de Moscou desde 1917⁴⁶⁷, até depois do incômodo “apelido” de “Mr. No” (ou “Mr. Nyet”, “Senhor Não”) recebido pelo primeiro “Representante Permanente da URSS na ONU” (1946-1948) e longo Ministro de Relações Exteriores da URSS Andrei Gromyko, devido seus constantes vetos, em forma de “votos não”, no CSNU⁴⁶⁸.

⁴⁶⁷ Destacamos o caso em que o governo bolchevique inicia no jornal *Izvestia* (No. 221, 23 de Novembro, 1917, p. 4.) sob orientação de Lênin e Trotsky (este então Comissário do Povo para os Negócios Estrangeiros), a publicação dos documentos diplomáticos secretos da Rússia czarista, entre eles o que viria a ser conhecido como “Acordo Sykes-Picot” de, entre outras coisas, partilha do Império Otomano (*THE BOLSHEVIK REVOLUTION: 1917-1918 -DOCUMENTS AND MATERIALS*; By JAMES .BUNYAN and H. H. FISHER, Stanford University Press, Stanford University, California, 1934, p. 242-244). Ou seja, era a URSS já, em seu nascedouro, dizendo “não” ao “imperialismo”. Inclusive é nesse contexto que Trotsky afirma que “O Governo Soviético comprometeu-se a levar a cabo tal política”, à saber: “uma política externa honrada, popular e verdadeiramente democrática.” (idem, p. 244).

⁴⁶⁸ Três fontes distintas confirmam esse “apelido”: a matéria “*Gromyko: The Man Behind the Mask*” (“Gromyko: o homem por trás da máscara”, em tradução livre), publicada por David Remnick em 7/01/1985 no *Washington Post* (disponível em: <https://www.washingtonpost.com/archive/lifestyle/1985/01/07/gromyko-the-man-behind-the-mask/c51df0a6-b3f1-4fd8-9d90-9f88199e7fc0/>; acesso em: 14 ago. 2023); pela matéria publicada no site *Russia Beyond* (controlado pela estatal russa RT) por Leonid Mlechin intitulada “*The man behind ‘Mr. No’*” (“O homem por trás do ‘Sr. Não’”, em tradução livre; disponível em: https://www.rbth.com/articles/2009/07/01/010709_mrno.html; acesso em 14 ago. 2023); e um post de 18 de julho de 2020 do perfil oficial do “*Ministry of Foreign Affairs of Russia*” na rede social anteriormente conhecida como Twitter, em que relembram o “*legendary Soviet diplomat & statesman*” que foi “*dubbed by Western experts Mr Nyet aka #MrNo for his firm unwavering stance on key*

5.4.2.2 Os votos “não” de Brasil, Suécia e Iugoslávia

Diante da grande expressividade do número de “votos sim” nas 78 resoluções por nós analisadas, oscilando entre os nossos três principais países, Brasil, Suécia e Iugoslávia, de mais de 71% da Iugoslávia a quase 85% da Suécia, então entendemos que as resoluções em que esses países tiveram a “coragem” e/ou a “firmeza” e/ou a “indelicadeza” de votar “não” pudessem ter, elas mesmas, algum tipo de potencial revelador. O total de votos “não” dos três países foi de 9, distribuídos por 8 resoluções: Brasil e Suécia em duas oportunidades cada, e Iugoslávia em 5 votações.

A relação desses votos “não” é a seguinte:

- Brasil, resoluções:
 - A/RES/1608(XV): *“The future of the Trust Territory of the Cameroons under United Kingdom administration”*, durante a “994th plenary meeting” de “21 April 1961”;
 - A/RES/1619(XV): *“United Nations operations in Congo: 1961 cost estimates and financing”*, durante a “995th plenary meeting”, também em “21 April 1961”.
- Suécia, resoluções:
 - A/RES/1668(XVI): *“Representation of China in the United Nations”*, durante a “1080th plenary meeting”, em “15 December 1961”;
 - A/RES/1745(XVI): *“General questions relating to the transmission and examination of information from Non-Self-Governing Territories”*, durante a “1106th plenary meeting” em “23 February 1962”.
- Iugoslávia, resoluções:
 - A/RES/1668(XVI): *“Representation of China in the United Nations”*, durante a “1080th plenary meeting”, em “15 December 1961”;
 - A/RES/1741(XVI): *“Question of Hungary”*, durante “1087th plenary meeting”, em “20 December 1961”;

international issues & adamant defence of Soviet interests” (isto é, o “lendário diplomata e estadista soviético” que foi “apelidado por especialistas ocidentais de Mr Nyet, também conhecido como #Sr.Não , por sua postura firme e inabalável em questões internacionais importantes e defesa inflexível dos interesses soviéticos.”, em tradução livre. Disponível em: https://twitter.com/mfa_russia/status/1284403356119764993, acesso em 14 ago. 2023).

- A/RES/1784(XVII): “*The problem of Chinese refugees in Hong Kong*”, durante a “*1187th plenary meeting*”, em “*7 December 1962*”;
- A/RES/1857(XVII): “*Question of Hungary*”, durante a “*1200th plenary meeting*”, em “*20 December 1962*”;
- A/RES/1967(XVIII): “*Question of methods of fact-finding*”, durante a “*1281st plenary meeting*”, em “*16 December 1963*”.

Os votos negativos do Brasil são um tanto peculiares em si. Primeiramente, porque ocorrem não apenas na mesma “Sessão” da AGNU, ou no mesmo ano: ocorrem no mesmo dia. Os dois únicos votos “não” do Brasil, das 78 votações analisadas entre 1961 e 1963, foram dados na XV Sessão da AGNU, no dia 21 de abril de 1961⁴⁶⁹. Inclusive o dia 21 de abril de 1961 foi particularmente produtivo para a AGNU, tendo sido aprovadas nada menos que 14 resoluções (da A/RES/1604(XV) até a A/RES/1615(XV), e da A/RES/1619(XV) a A/RES/1620(XV)), sendo 10 com votações e 7 com essas votações “*recorded*”, com os votos devidamente registrados.

A primeira negativa brasileira foi para a resolução 1608(XV), que versa sobre “O futuro do Território Fiduciário dos Camarões sob administração do Reino Unido” (em tradução livre), uma longa resolução (quase atinge 4000 caracteres, o que é relativamente incomum) e que, dentre os cinco países que enfocamos, o Brasil é o único que vota “não” – os outros 4 votam sim⁴⁷⁰. Essa resolução versa, basicamente, sobre os resultados dos plebiscitos realizados pelas regiões de “Camarões do Norte” e “Camarões do Sul”, que constituíam o “território fiduciário dos Camarões sob administração do Reino Unido”, realizados entre 1959 e 1961 e que tiveram como desfecho a “independência” de ambos, com a “filiação” do Camarões do Norte “à Federação Independente da Nigéria”, e Camarões do Sul juntando-se à “República

⁴⁶⁹ Curiosa e talvez premonitivamente, é de 21 de abril de 1961 a famosa foto de Jânio Quadros “com um pé para cada lado”, tirada por Erno Schneider, uma foto que costuma ser um “símbolo” de certas divergências, contradições e ambiguidades que permearam o governo Quadros, especialmente quando comparados os perfis de política interna e de política externa do governo. Retratando um momento de ação de política externa, visto que Quadros estava indo se encontrar com seu homólogo argentino, Arturo Frondizi, a “Agência Senado” assim comenta a foto: “Capturada na ponte que liga Uruguaiana (RS) a Libres, na Argentina, em 21 de abril de 1961, quando Jânio se encaminhava para um encontro com o presidente Argentino Arturo Frondizi, a imagem do político brasileiro com as pernas em direções opostas mostra, involuntariamente, o quanto havia de divisão de personalidade em Jânio - e o grau de contradição das forças que então lutavam pelo poder.” (Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2011/08/25/janio-uma-foto-que-interpretou-a-historia>; acesso em: 15 ago. 2023).

⁴⁷⁰ A votação completa foi de 64 “sim”, 23 “não”, 10 “abstenções” e 2 ausências.

dos Camarões”. Confirmando a ideia de que a PEI ambicionava um outro olhar, mais ativo e cooperativo com a África, chama a atenção um dos dois únicos votos “não” do Brasil ser sobre um tema africano, e, mais ainda, em contrário, simultaneamente, com as duas superpotências e com a Suécia, o país que, como vimos, mais coincidimos os votos no período. Portugal, que o Brasil se esforçava tanto para defender em seus discursos “anticoloniais”, se absteve nessa votação. Já a França, outro país com quem o Brasil mantinha um tipo de anticolonialismo amistoso, também votou “não”. A maior parte dos demais votos “não” vieram de alguns países latino-americanos, africanos (Camarões inclusive!) e de europeus bastante suspeitos, como a Bélgica.

A segunda negativa brasileira foi para a resolução 1619(XV) sobre as “Operações das Nações Unidas no Congo: estimativas de custo e financiamento de 1961” (em tradução livre). Essa resolução versa sobre aspectos mais “operacionais” do financiamento das operações no Congo, como a criação de uma conta *ad hoc*, o cálculo de 100 milhões de dólares para 10 meses de operação, pede “contribuições voluntárias adicionais” dos países membros, nomeadamente os integrantes do CSNU e à Bélgica, além da redução da contribuição de alguns membros seguindo determinados critérios. Novamente um tema africano, mas agora pelo ângulo do financiamento. Duas coisas merecem ser reiteradas quanto a esta temática: primeiramente que a “questão do Congo” vai dominar boa parte das discussões internacionais em 1961, inclusive gerando as causas da morte do secretário-geral da ONU, o sueco Dag Hammarskjöld nesse contexto, e o envolvimento de Brasil, Iugoslávia e Suécia na ONU; em segundo lugar, a questão dos “custos e financiamentos”, tida como uma das principais causas a levar o aparente “ocaso” da AGNU no ano 1964. Nessa resolução o voto negativo brasileiro foi acompanhado do voto da URSS, ambos contrários à Suécia e EUA, e diferente de Iugoslávia, que acabou se abstendo⁴⁷¹.

O primeiro dos votos “não” da Suécia no período foi sobre a resolução 1688 (XVI) “Representação da China nas Nações Unidas” (em tradução livre). Tendo seus dois votos concentrados na XVI Sessão da AGNU, porém um em 1961 e o outro em 1962, este voto “não”, de 15 de dezembro de 1961, é compartilhado com Iugoslávia e URSS, e contra Brasil e EUA⁴⁷². Ao tentarmos entender essa configuração de

⁴⁷¹ A votação completa foi de 54 “sim”, 15 “não”, 23 “abstenções” e 7 ausências.

⁴⁷² A votação completa foi de 61 “sim”, 34 “não”, 7 “abstenções” e 2 ausências.

votos tão interessante, afinal Suécia já nos mostrou justamente uma grande proximidade de votos com Brasil e EUA, e uma grande discordância com a URSS, reforçou-nos o interesse em analisar atentamente o conteúdo da resolução.

Compreendendo o contexto político internacional do momento, levando em conta que a representação da China na ONU (a ausência da República Popular da China, socialista, em detrimento da República da China, capitalista) estava no centro de várias questões, especialmente na criação das forças que, usando o nome da ONU e lideradas pelos EUA, haviam conduzido a Guerra da Coreia, decidimos reproduzir abaixo a resolução na íntegra – até como um tipo de “alívio cômico” para este trabalho:

“1668 (XVI). Representação da China nas Nações Unidas
A assembleia geral,

Notando que existe uma séria divergência de pontos de vista entre os Estados Membros sobre a representação de um Membro fundador que é nomeado na Carta das Nações Unidas,

Lembrando que este assunto tem sido repetidamente descrito na Assembleia Geral por todos os segmentos de opinião como vital e crucial e que em inúmeras ocasiões sua inclusão na ordem do dia foi solicitada nos termos do artigo 15 do Regimento da Assembleia como um item de importante e caráter urgente,

Recordando ainda a recomendação contida em sua resolução 396 (V) de 14 de dezembro de 1950 de que, sempre que mais de uma autoridade reivindicar ser o governo habilitado a representar um Estado Membro nas Nações Unidas e esta questão se tornar objeto de controvérsia nas Nações Unidas, a questão deve ser considerada à luz dos propósitos e princípios da Carta e das circunstâncias de cada caso,

Decide, de acordo com o Artigo 18 da Carta das Nações Unidas, **que qualquer proposta para mudar a representação da China é uma questão importante.**” (em tradução livre, grifos nossos)

Ao nos perguntarmos o que pode ter estabelecido esse incomum alinhamento de Suécia com os países socialistas e contra EUA e Brasil, julgamos que o teor da resolução pode ser indicativo. Diante de várias pressões para o reconhecimento da ONU de que a “China verdadeira” fosse a China socialista, com sua tradicional capital em Pequim, seu poderoso exército e suas centenas de milhões de habitantes, e não a China capitalista de improvisada capital em Taipei, com diminutos território e população, pode ter soado aos suecos, se não afrontoso, ao menos improdutivo elaborar, propor, votar e adotar uma resolução, sobre assunto tão candente, com o singelo (e, para muitos, insuficiente) objetivo de decidir “de acordo com o Artigo 18 da Carta das Nações Unidas, que qualquer proposta para

mudar a representação da China é uma questão importante.” Fazia mais de 10 anos que era amplissimamente aceito que “qualquer proposta para mudar a representação da China é uma questão importante” como já protestava a representação soviética ao menos desde 1950⁴⁷³.

O segundo voto “não” da Suécia, em fevereiro de 1962, foi contra a resolução 1745(XVI) sobre “Questões gerais relativas à transmissão e exame de informações de Territórios Não Autônomos” (em tradução livre), que focava sobretudo quanto ao status real de “autogoverno” e “representação adequada” de “indígenas” na “legislatura” e no “governo” do “território da Rodésia do Sul” e pedia um “informe sobre esse assunto por parte do “Comitê Especial estabelecido pela resolução 1652 (XVI)”⁴⁷⁴. Esse voto se deu conjuntamente com os EUA e contra URSS e Iugoslávia – o Brasil se absteve⁴⁷⁵.

Uma interpretação possível dos votos se dá nos constantes apoios que os países socialistas davam aos processos de independência das colônias afro-asiáticas, tornando o “sim” de URSS e Iugoslávia um tanto esperados – e com a Iugoslávia tendo o agravante de liderar a construção do movimento não-alinhado, que possui a autodeterminação dos povos e a descolonização como pedras de toque. A abstenção do Brasil vai na direção de uma PEI também preocupada com a autodeterminação dos povos e com a descolonização, bem como com a demonstrada atenção aos problemas africanos. O voto dos EUA pode ser

⁴⁷³ Inclusive três documentos de 1950 podem ser arrolados, não apenas sobre o protesto da URSS em si, mas sobre a “importância” da questão: o documento “S/1462” de 24 de Fevereiro de 1950 (ou seja, quase cinco meses após o triunfo da revolução em 1 de outubro de 1949), do CSNU, que envolve uma “carta datada de 21 de fevereiro de 1950, do representante da Iugoslávia para o secretário-geral, sobre duas comunicações do ministério do exterior do governo popular central da República Popular da China a respeito da representação da China nas Nações Unidas”, em que a China socialista busca argumentar seu posicionamento através da Iugoslávia; a resolução de 16 de maio de 1950 (E/CN.11/247) da “THE ECONOMIC COMMISSION FOR ASIA AND THE FAR EAST”, na qual a comissão considera “a Resolução da delegação da URSS” que resolvia “excluir de seu seio o representante do Kuomintang e reconhecer como representante legal da China o representante do Governo Popular Central da República da China”, expressou o “desejo desta Comissão que as questões apresentadas na moção da U.R.S.S. sejam decididas por um órgão superior das Nações Unidas.”; e a resolução adotada pela AGNU em 19 de setembro de 1950 (A/1406), sobre a “Questão da representação da China na Assembleia Geral”, na qual estabelece-se a criação de um “Comitê Especial” de sete membros para considerar o assunto, mas defende que a representação da China fique com os representantes do Governo Nacional da China”(capitalista).

⁴⁷⁴ “The Special Committee is composed as follows: AUSTRALIA, CAMBODIA, ETHIOPIA, INDIA, ITALY, MADAGASCAR, MALI, POLAND, SYRIA, TANGANYIKA, TUNISIA, UNION OF SOVIET SOCIALIST REPUBLICS, UNITED KINGDOM OF GREAT BRITAIN AND NORTHERN IRELAND, UNITED STATES OF AMERICA, URUGUAY, VENEZUELA and YUGOSLAVIA” (*Resolutions adopted without reference to a Committee*, p. 65; disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0167/07/pdf/NR016707.pdf?OpenElement>, acesso em: 16 ago. 2023). Ou seja, com a participação de Iugoslávia, EUA e URSS entre os 17 países.

⁴⁷⁵ A votação completa foi de 57 “sim”, 21 “não”, 24 “abstenções” e 2 ausências.

interpretado na direção oposta ao da URSS, e no papel desempenhado pelo país em prejudicar os processos de libertação nacional durante boa parte do século XX. E, finalmente, a Suécia, que julgamos tinha os motivos menos claros para seu voto, que não um eventual alinhamento com os EUA, uma eventual solidariedade monárquica com o Reino Unido (potência colonizadora no caso, e que vai manter o controle do território até 1980) e/ou eventuais interesses econômicos na condição de uma Rodésia submetida colonialmente, portanto não soberana.

Já a Iugoslávia reúne, no período, 5 votos “não”, e portanto, conforme apontado, mais que a soma de Brasil e Suécia, e quase no patamar de votos “não” dos EUA. O primeiro desses votos se deu na peculiar e anteriormente comentada resolução 1688 (XVI) “Representação da China nas Nações Unidas”, e dividiu sua negativa com URSS e Suécia. As demais 4 resoluções em que os iugoslavos votaram “não” também foram acompanhadas pela URSS⁴⁷⁶.

Se o Brasil teve seus votos “não” concentrados na Sessão XV, em abril de 1961, e a Suécia teve seus votos não concentrados na Sessão XVI, em dezembro de 1961 e fevereiro de 1962, a Iugoslávia teve seus votos mais espalhados: 2 em dezembro de 1961, na Sessão XVI, 2 em dezembro de 1962, na Sessão XVII, e 1 em dezembro de 1963 na sessão XVIII.

O segundo voto “não” se refere à resolução 1741(XVI) sobre a “Questão da Hungria”, e vai contra o conteúdo da resolução que, em suma, “lamenta⁴⁷⁷ que a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e o atual regime húngaro continuem a desrespeitar as resoluções da Assembleia Geral relativas à situação na Hungria.” Considerando o contexto dos acontecimentos na Hungria em 1956 e depois, e sabendo que o representante da ONU na Hungria era Leslie Munro, um “*sir*” neozelandês com ligações à direita política de seu país natal⁴⁷⁸, é compreensível que os países socialistas fossem contra esse “lamento”, e os EUA fossem “à favor”. Brasil e Suécia, que também votaram “sim”⁴⁷⁹, podem ter sido levados à reboque na

⁴⁷⁶ Ver nota anterior.

⁴⁷⁷ Optamos pela tradução mais branda da palavra utilizada no original em inglês. Em inglês o termo utilizado é “*Deplores*”, que pode ser traduzido como “lamenta” ou, de modo mais incisivo para a língua portuguesa, “deplora”. Em outras duas línguas oficiais da ONU, francês e espanhol, a resolução também usa o termo “*Déplore*” e “*Deplora*”, respectivamente.

⁴⁷⁸ Munro foi membro fundador do “Partido Nacional da Nova Zelândia”, partido de direita da Nova Zelândia, fundado em 1936 “à partir dos dois principais partidos conservadores da época” e principal rival dos trabalhistas. (<https://teara.govt.nz/en/biographies/5m63/munro-leslie-knox>) (<https://teara.govt.nz/en/national-party/page-4>, acesso em 17 ago. 2023)

⁴⁷⁹ A votação completa foi de 49 “sim”, 17 “não”, 32 “abstenções” e 6 ausências.

votação pela controvérsia de quão democráticos foram os eventos húngaros, seus desdobramentos e governo subsequente. Se quase 70 anos depois esses são tópicos muito polêmicos, imagina-se em menos de dez anos transcorridos até então.

O terceiro voto “não” foi acerca da resolução 1784(XVII), “O problema dos refugiados chineses em Hong Kong” (em tradução livre), que reiterava “a sua preocupação com a situação dos refugiados chineses”, apelava “aos Estados Membros das Nações Unidas e aos membros das agências especializadas e às organizações não governamentais interessadas” para que aumentassem “as suas contribuições” e continuassem “a prestar toda a ajuda possível a esses refugiados”.

Conhecendo a então situação de Hong Kong como ponta-de-lança do imperialismo internacional e ainda colônia britânica, não nos seria vedada a interpretação de que muito da função principal desta resolução era buscar fragilizar a China socialista de algum modo, inclusive perante a chamada opinião pública internacional. Certamente uma das resoluções mais controversas quando analisamos a votação de cada um de nossos principais atores, vimos que Iugoslávia e URSS votaram “não”; Brasil e Suécia se abstiveram; dos cinco, apenas os EUA votaram “sim”. Ou seja: tivemos uma oposição frontal entre EUA de um lado e URSS e Iugoslávia do outro, com Brasil e Suécia numa posição de “neutralidade” e “independência” que transita entre a possível falta de coragem de ir contra os EUA (e outros 57 países que votaram sim)⁴⁸⁰ e uma certa animosidade em se tomar partido mais acentuadamente das críticas socialistas ao tratamento dado por parte de vários membros da ONU à China socialista.

O quarto voto “não” da Iugoslávia foi para a resolução 1857(XVII) “Questão da Hungria”. Apesar do título homônimo da resolução 1741(XVI), seu conteúdo é diferente e um pouco maior. Embasada em resoluções anteriores adotadas pela “Segunda Sessão Especial de Emergência”, entre 4 e 10 de novembro de 1956, e pela XI Sessão da AGNU, entre 1956 e 1957, argumenta que, “tendo considerado o relatório do Representante das Nações Unidas para a Hungria, Sir Leslie Munro” sobre os “desenvolvimentos relativos à implementação das resoluções da Assembleia sobre a Hungria”, expressando “preocupação” com “o fato de que a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e a Hungria não deram ao Representante das Nações Unidas a cooperação necessária para o pleno

⁴⁸⁰ A votação completa foi de 58 “sim”, 22 “não”, 26 “abstenções” e 4 ausências.

cumprimento de suas responsabilidades”, basicamente abandona o caso, solicitando “ao Secretário-Geral que tome qualquer iniciativa que considere útil em relação à questão húngara” e dispensando (de forma agradecida) o sr. Munro de suas funções na Hungria. Novamente o “não” iugoslavo tem companhia da URSS, em expressa contrariedade com EUA, Suécia e Brasil⁴⁸¹.

E o último dos votos “não” da Iugoslávia no período foi para a resolução 1967 (XVIII) sobre a “Questão de métodos de apuração de fatos”. Essa curiosa resolução envolve, basicamente, a hipótese de se:

[...] incluir a viabilidade e conveniência de estabelecer um órgão internacional especial para apuração de fatos ou de confiar a uma organização existente responsabilidades de apuração de fatos complementares aos arranjos existentes e sem prejuízo do direito das partes em qualquer disputa de buscar outros meios pacíficos de solução de sua própria escolha.

A resolução ainda “convida os Estados Membros a apresentarem por escrito ao Secretário-Geral, antes de 1º de junho de 1964, quaisquer opiniões que possam ter sobre este assunto”, “solicita ao Secretário-Geral que comunique esses comentários aos Estados Membros antes do início da Décima Nona Sessão” (que, como vimos, será uma sessão que praticamente não ocorrerá) e que o mesmo “estude os aspectos relevantes do problema sob consideração”, informando “sobre os resultados de tal estudo à Assembleia Geral em sua Décima Nona Sessão e ao Comitê Especial de Princípios de Direito Internacional relativos a Relações Amigáveis e Cooperação entre os Estados”.

Ou seja, uma resolução que parece reunir alguma razoabilidade, especialmente quando sabemos que fazem parte desse “Comitê Especial”, composto por vinte e sete países, quatro dos membros que temos abordado principalmente: Suécia, Iugoslávia, EUA e URSS⁴⁸². Contudo a resolução talvez fosse mais controversa do que parecia, tendo sido aprovada com 65 votos “sim”,

⁴⁸¹ A votação completa foi de 50 “sim”, 13 “não”, 43 “abstenções” e 4 ausências.

⁴⁸² Os países membros do comitê eram: “AFGHANISTAN, ARGENTINA, AUSTRALIA, CAMEROON, CANADA, CZECHOSLOVAKIA, DAHOMEY, FRANCE, GHANA, GUATEMALA, INDIA, ITALY, JAPAN, LEBANON, MADAGASCAR, MEXICO, NETHERLANDS, NIGERIA, POLAND, ROMANIA, SWEDEN, UNION OF SOVIET SOCIALIST REPUBLICS, UNITED ARAB REPUBLIC, UNITED KINGDOM OF GREAT BRITAIN AND NORTHERN IRELAND, UNITED STATES OF AMERICA, VENEZUELA and YUGOSLAVIA. (Resolutions adopted on the reports of the Sixth Conunittee, p. 71. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/186/42/pdf/NR018642.pdf?OpenElement>. Acesso em: 16 ago. 2023).

incluindo Brasil, Suécia e EUA, 15 votos “não”, incluindo como mencionado, Iugoslávia e URSS, 27 “abstenções” e 4 ausências.

Tendo em vista a grande quantidade de votos “sim” de Brasil, Suécia e Iugoslávia, a menor, mas também grande, quantidade de “abstenções” dos três, bem como a opacidade que julgamos haver nesse tipo de voto, nós acabamos escolhendo analisar em maior profundidade os 9 votos “não” que os três deram em 8 das resoluções⁴⁸³ presentes no recorte das 78 resoluções que trabalhamos.

Para além de alguns aspectos que já havíamos identificado antes, como a proximidade entre Suécia e EUA em termos de votações na AGNU, outros aspectos puderam ser melhor apreciados. Destacamos o relativo interesse do Brasil em relação ao continente africano, visto que seus dois votos “não” envolveram, direta ou indiretamente o continente: diretamente Nigéria e Camarões em uma, e indiretamente o Congo (e o financiamento das operações da ONU) em outra.

No “Discurso de posse do ministro das Relações Exteriores, Afonso Arinos” (FRANCO, 2007, p.32) o mesmo já afirmava reiteradamente o interesse em construir uma política externa que envolvesse o “mundo afro-asiático” (FRANCO, 2007, p. 34 e 35). Em entrevista à imprensa, em 24 de fevereiro de 1961, Afonso Arinos chega a considerar “a política do Brasil com relação à África um dos assuntos principais da sua gestão” (FRANCO, 2007, p.44). E, no “texto do capítulo da mensagem presidencial, apresentada ao Congresso Nacional, em 15 do corrente [mês de março de 1961], relativo à política externa do Brasil” (FRANCO, 2007, p. 49), há um tópico exclusivamente dedicado ao “Mundo afro-asiático”, e que pode ser bastante esclarecedor:

[...] Não menos importantes, hoje em dia, do que os laços e pontos que nos ligam à Europa, são os interesses, aspirações e pontos de contato entre o Brasil e os povos da África e da Ásia. Com todos eles, praticamente, estamos irmanados na luta pelo desenvolvimento econômico, pela defesa dos produtos de base, pela industrialização, pela incorporação à vida nacional de todas as camadas da população. [...] Não aceitamos qualquer forma ou modalidade de colonialismo ou imperialismo. Pode-se afirmar, com a sinceridade mais absoluta, que o Brasil se esforçará para que todos os povos coloniais – repetimos, todos, sem exceção – atinjam sua independência, no mais breve prazo possível e nas condições que melhor facultem sua estabilidade e progresso. [...] O nosso esforço em África, por mais intenso que venha a ser, não poderá senão constituir uma modesta retribuição, um pequeno

⁴⁸³ Lembrando que na resolução A/RES/1668(XVI) Iugoslávia e Suécia votaram iguais.

pagamento da imensa dívida que o Brasil tem para com o povo africano. Essa razão, de ordem moral, justificaria por si só a importância que este governo empresta à sua política de aproximação com a África. Mas há mais: queremos ajudar a criar, no hemisfério sul, um clima de perfeito entendimento e compreensão em todos os planos: político e cultural, uma verdadeira identidade espiritual. Se bem que em fases diversas de desenvolvimento, os problemas que nos confrontam – de um e de outro lado do Atlântico – são semelhantes, possibilitando, destarte, o aproveitamento das soluções encontradas.

Uma África próspera, estável, é condição essencial para a segurança e desenvolvimento do Brasil. O governo está estudando a criação de novas missões diplomáticas permanentes em países africanos, que simbolizem, desde já, o respeito em que os temos e a relevância que lhes atribuímos. [...]

[...] O governo aborda o problema de suas relações com os Estados africanos com humildade. Sabemos que não podemos dar-lhes ajuda material significativa. Mas temos a vivência – eles e nós – de luta em meios ecológicos semelhantes, que pode propiciar proveitoso intercâmbio de técnicas e experiências. [...]

A presente situação do Congo contrista a opinião pública e o governo do Brasil. Não poderiam as Nações Unidas ter garantido a ordem e a segurança naquele país, quando os meios e poderes suficientes não lhe foram outorgados em tempo. O Brasil não vê por que deixar de confiar na inteireza e na capacidade do secretariado da organização, seu órgão permanente de contatos e execução. [...]

O Congo é dos congoleses e a tarefa das Nações Unidas é criar condições que [lhes] permitam governar, constitucionalmente e sem ódios, seu próprio país e encaminhá-lo para a plena utilização de suas potencialidades. É preciso impedir que os acontecimentos no Congo sirvam de instrumento para que qualquer país – ou grupo de países – obtenha vantagem para sua posição internacional específica.” (FRANCO, 2007, p. 54 a 56).

Esse trecho da mensagem ao congresso parece-nos bastante ajustada com os dois votos que o Brasil efetuará pouco mais de um mês depois, na AGNU. Se na primeira ele vota basicamente sozinho dentre nosso recorte de cinco países, exibindo efetiva (ainda que questionável) “independência”, na segunda a votação não é menos complexa: sobre o financiamento das operações da ONU, destacadamente no Congo, o Brasil vota junto com o país de menor “alinhamento” (URSS), contra os dois países com que possui maior alinhamento (Suécia e EUA), e diferente do país que ocupa a posição intermediária em termos de alinhamento (Iugoslávia). Ainda sobre África e o exercício da PEI na AGNU, uma das 14 abstenções do Brasil foi sobre o tema, quando esse se absteve na votação da resolução 1745(XVI) que envolvia a Rodésia do Sul.

Suécia, que já foi nesse trabalho considerada o país de maior alinhamento com o Brasil quando olhando os votos totais, ao analisarmos mais detalhadamente por resolução, emerge algo curioso: o país tem a mesma quantidade de votos “não” que o Brasil, mas nenhum deles é coincidente, sendo um voto “não” junto com Iugoslávia e URSS (este último, considerado o país menos alinhado com a Suécia, dos 5), e um voto “não” junto com os EUA – neste voto o Brasil se absteve, votando diferente, portanto.

As negativas foram em direção à questão chinesa, na qual votou contrariamente aos dois países mais alinhados a ela dentro de nosso escopo, e junto com os dois mais distantes; e em direção à África, na questão envolvendo a Rodésia do Sul, desta vez junto com os EUA, diferente do Brasil e contra Iugoslávia e URSS. Isso inclusive parece reforçar os aspectos *sui generis*, tanto do voto sueco na resolução 1668 (XVI), quanto da própria resolução em si e, no limite da própria representação chinesa na AGNU de então, e em seus métodos peculiares de conservar a condição tão questionável da situação. Diante do “absurdo” da resolução (e da situação) até votos improváveis como este da Suécia foram possíveis.

Por fim, a Iugoslávia, ainda que, conforme demonstrado, atuasse de modo efetivamente não-alinhado com nenhuma das superpotências, teve os seus 5 votos “não” em consonância com a URSS, possivelmente exprimindo, além das características expressamente expostas por sua política de não-alinhamento, e que povoa, por exemplo, a “Declaração de Belgrado” emitida após a primeira cúpula do Movimento dos Países Não-Alinhados, como a autodeterminação dos povos, o anticolonialismo e a coexistência pacífica, também uma certa “solidariedade socialista”, visto que dois de seus cinco “nãos” foram para a “Questão da Hungria” e outros dois envolvem direta ou indiretamente a China socialista: tanto sua representação na ONU, quanto certos “refugiados” em uma cidade sua então dominada por uma potência estrangeira e hostil.

5.4.2.3 As principais tendências das votações entre 1961 e 1963

Quando organizamos os dados de nossa tabela geral de votação à partir de cada resolução e à partir de cada votação de cada país, percebemos que surgiam alguns tipos, tendências e padrões. Então, a seguir, explicitaremos esses tipos,

tendências e padrões, com o objetivo de finalizar essa parte do trabalho com um apanhado de análises e interpretações que deem conta minimamente de como se deram as ações de política externa de Brasil, Suécia e Iugoslávia, entre os anos de 1961 e 1964, tendo por base as votações dos países nas resoluções adotadas pela AGNU entre 1961 e 1963.

A primeira coisa que nós fizemos nessa etapa foi descrever as votações de cada resolução. A título de exemplo, peguemos a primeira das resoluções analisadas, a 1593(XV), com o título *“Appeal to Member States which have particularly close and continuous relations with the Government of the Union of South Africa, with respect to the situation in the Territory of South West Africa”* (“Apelo aos Estados Membros que mantêm relações particularmente estreitas e contínuas com o Governo da União da África do Sul, no que diz respeito à situação no Território do Sudoeste Africano”, em tradução livre), adotada durante o *“963rd plenary meeting”*, em *“16 March 1961”*. Na votação da resolução nós tivemos os cinco países selecionados, Brasil, Suécia, Iugoslávia, EUA e URSS, votando de forma igual, optando pelo “sim”. Então nós criamos um campo a mais na tabela de votações, descrevendo esse acontecimento como “concordância completa”.

Depois fomos percebendo que esse padrão de “concordância completa”, isto é, dos cinco países votarem iguais, aconteceu outras vezes. E fomos registrando e quantificando esses acontecimentos. Até terminarmos a análise com a seguinte informação: em 16 das 78 votações que nós selecionamos (ou 20,51%, praticamente 1/5), os cinco países selecionados votaram iguais, ou seja, em concordância completa. Seguindo essa metodologia, nós fomos descrevendo cada uma das votações. Até chegarmos na seguinte listagem abaixo, e que já revela algumas tendências. A lista foi organizada, basicamente, em ordem “decrecente” de repetições das tendências, começando com a característica de votos que mais se repete (16 vezes) até as que menos se repetem, isto é, tipos de votos que só aconteceram 1 vez dentre as 78 possíveis. Também tentamos privilegiar a relação dos nossos três países principais, Brasil, Suécia e Iugoslávia (na lista referidos como **“os 3”**) em relação aos EUA e à URSS. Segue a lista:

1. Em 16 das 78 resoluções (20,51%) os 5 países votaram iguais, todos “sim”, gerando o que chamamos de “coincidência completa”;
2. Em 11 das 78 resoluções (14,10%) Brasil e Suécia votaram igual aos EUA, diferentes da Iugoslávia e contra a URSS;

3. Em 06 das 78 resoluções (7,69%) os 3 votaram alinhados com os EUA, isto é, “iguais”, e diferentes da URSS;
4. Também em 06 das 78 resoluções (7,69%) os 3 votaram alinhados com a URSS, isto é, “iguais”, e diferentes dos EUA;
5. Em 05 das 78 resoluções (6,41%) os 3 votaram alinhados com os EUA e contra a URSS;
6. Em 04 das 78 resoluções (5,13%) o Brasil votou igual aos EUA, ambos se abstendo, e diferente dos demais;
7. Em 03 das 78 resoluções (3,85%) os 3 votaram alinhados entre si, “sim”, diferentes dos EUA e contra a URSS;
8. Em 03 das 78 resoluções (3,85%) Brasil e Suécia votaram iguais aos EUA, e contra Iugoslávia e URSS;
9. Em 03 das 78 resoluções (3,85%) Brasil e Iugoslávia votaram iguais à URSS, e diferentes de Suécia e EUA;
10. Em 03 das 78 resoluções (3,85%) Brasil e Suécia votaram iguais entre si, e diferentes dos demais, a Iugoslávia votou igual à URSS, “sim”, e contra os EUA;
11. Em 02 das 78 resoluções (2,56%) Brasil e Suécia votaram iguais aos EUA, e diferentes de Iugoslávia e URSS;
12. Em 02 das 78 resoluções (2,56%) Brasil e Iugoslávia votaram iguais à URSS, diferentes de Suécia e contra os EUA;
13. Em 02 das 78 resoluções (2,56%) o Brasil votou diferente dos demais;
14. Em 01 das 78 resoluções (1,28%) os 3 votaram alinhados entre si, “sim”, e diferente das potências;
15. Em 01 das 78 resoluções (1,28%) os 3 votaram alinhados entre si, “sim”, e contra as potências;
16. Em 01 das 78 resoluções (1,28%) Brasil e Suécia votaram diferentes de Iugoslávia, EUA e URSS;
17. Em 01 das 78 resoluções (1,28%) Brasil votou diferente dos demais, Suécia e Iugoslávia votaram iguais à URSS e contra os EUA;
18. Em 01 das 78 resoluções (1,28%) o Brasil votou diferente dos demais, Suécia e Iugoslávia votaram iguais aos EUA e contra a URSS;
19. Em 01 das 78 resoluções (1,28%) o Brasil votou diferente dos demais, Suécia votou igual aos EUA, “não”, e contra Iugoslávia e URSS que votaram “sim”;

20. Em 01 das 78 resoluções (1,28%) o Brasil votou contra os demais;
21. Em 01 das 78 resoluções (1,28%) o Brasil votou igual à URSS, “não”, diferente da Iugoslávia e contra Suécia e EUA;
22. Em 01 das 78 resoluções (1,28%) o Brasil votou igual à Suécia, diferente dos demais, a Iugoslávia votou igual à URSS, “não”, contra os EUA;
23. Em 01 das 78 resoluções (1,28%) o Brasil votou igual à Iugoslávia e diferente dos demais, ambos se abstendo, a Suécia votou igual aos EUA, “sim”, e contra a URSS;
24. Em 01 das 78 resoluções (1,28%) o Brasil votou igual aos EUA, “sim”, e contra a URSS; a Suécia votou igual à Iugoslávia e ambos diferentes dos demais A/RES/1616(XV)
25. Em 01 das 78 resoluções (1,28%) o Brasil votou igual aos EUA, “sim”, e contra os demais;

Abaixo uma tabela que traz a lista acima com os tipos e tendências de votos rankeados. Em negrito as tendências que trazem Brasil, Iugoslávia e Suécia votando iguais.

ID	QTDE.	%	TENDÊNCIA/DESCRIÇÃO	RANK
1	16	20,51	os 5 países votaram iguais, todos “sim”, gerando o que chamamos de “coincidência completa”;	1
2	11	14,1	Brasil e Suécia votaram igual aos EUA, diferentes da Iugoslávia e contra a URSS;	2
3	6	7,69	os 3 votaram alinhados com os EUA, isto é, “iguais”, e diferentes da URSS;	3
4	6	7,69	os 3 votaram alinhados com a URSS, isto é, “iguais”, e diferentes dos EUA;	
5	5	6,41	os 3 votaram alinhados com os EUA e contra a URSS;	5
6	4	5,13	Brasil votou igual aos EUA, ambos se abstendo, e diferente dos demais;	6
7	3	3,85	os 3 votaram alinhados entre si, “sim”, diferentes dos EUA e contra a URSS;	7
8	3	3,85	Brasil e Suécia votaram iguais aos EUA, e contra Iugoslávia e URSS;	
9	3	3,85	Brasil e Iugoslávia votaram iguais à URSS, e diferentes de Suécia e EUA;	
10	3	3,85	Brasil e Suécia votaram iguais entre si, e diferentes dos demais, a Iugoslávia votou igual à URSS, “sim”, e contra os EUA;	
11	2	2,56	Brasil e Suécia votaram iguais aos EUA, e diferentes de Iugoslávia e URSS;	11
12	2	2,56	Brasil e Iugoslávia votaram iguais à URSS, diferentes de SUE e contra os EUA;	
13	2	2,56	Brasil votou diferente dos demais	
14	1	1,28	os 3 votaram alinhados entre si, “sim”, e diferentes das potências A/RES/1601(XV);	14
15	1	1,28	os 3 votaram alinhados entre si, “sim”, e contra as potências A/RES/1648(XVI);	
16	1	1,28	Brasil e Suécia votaram diferentes de Iugoslávia, EUA e URSS A/RES/1602(XV);	
17	1	1,28	Brasil votou diferente dos demais, Suécia e Iugoslávia votaram iguais a URSS e contra os EUA A/RES/1807(XVII)	
18	1	1,28	Brasil votou diferente dos demais, Suécia e Iugoslávia votaram iguais aos EUA e contra a URSS A/RES/1739(XVI)	
19	1	1,28	Brasil votou diferente dos demais, Suécia votou igual aos EUA, “não”, e contra Iugoslávia e URSS que votaram “sim”; A/RES/174	
20	1	1,28	Brasil votou contra os demais A/RES/1608(XV);	
21	1	1,28	Brasil votou igual à URSS, “não”, diferente da Iugoslávia e contra Suécia e EUA A/RES/1619(XV);	
22	1	1,28	Brasil votou igual à Suécia, diferente dos demais, a Iugoslávia votou igual à URSS, “não”, contra os EUA A/RES/1784(XVII);	
23	1	1,28	Brasil votou igual à Iugoslávia e diferente dos demais, ambos se abstendo, a Suécia votou igual aos EUA, “sim”, e contra a URSS	
24	1	1,28	Brasil votou igual aos EUA, “sim”, e contra a URSS; a Suécia votou igual à Iugoslávia e ambos diferentes dos demais A/RES/1616	
25	1	1,28	Brasil votou igual aos EUA, “sim”, e contra os demais A/RES/1668(XVI)	

Elaborado pelo autor.

Dessa lista expositiva podemos derivar algumas das principais tendências de votos. A primeira e mais chamativa, é a votação “igual”, dos cinco países, com todos

votando simultaneamente “sim”. A principal tendência de votos nessa classificação, as 16 votações iguais, mostram que em praticamente 1 em cada 5 votações, houve grande concordância. Importante ressaltar que, parte substancial dessas votações foram votações com expressivas quantidades de “votos sim” em toda a AGNU, denotando uma grande convergência geral dos cinco países, talvez mais com a resolução em si ou com uma espécie de opinião pública compartilhada em relação a alguns temas do que eventualmente um mais expressivo alinhamento real entre si.

Por exemplo, das cinco resoluções aprovadas com a maior quantidade absoluta de votos “sim” no período entre 1961 e 1963, todas com 99 votos “sim” ou mais, todas as cinco tiveram votação igual de nossos cinco países abordados. Quando o enfoque é a quantidade relativa de votos “sim”, isto é, em porcentagem, o número se expande para as 7 mais votadas resoluções, tendo estas o voto igual de Brasil, Suécia, Iugoslávia, EUA e URSS, todas com 95 ou mais votos “sim”, e todas acima de 90% de votos “sim”.

Dentre estas resoluções merece destaque a resolução 1598 (XV) que versa sobre a *“Question of race conflict in South Africa resulting from the policies of apartheid of the Government of the Union of South Africa”* (“Questão do conflito racial na África do Sul decorrente das políticas de apartheid do Governo da União da África do Sul”, em tradução livre), adotada na 981ª reunião plenária de 13 de abril de 1961. Essa resolução foi adotada com os votos “sim” não apenas dos nossos cinco países selecionados, mas ainda com outros 90 estados membros votando iguais, nenhuma abstenção, 3 ausências, e apenas um único solitário, sintomático e ilustrativo voto “não”: Portugal, que naquele momento estava ainda sob o jugo de Salazar. Tão sintomático e ilustrativo quanto duas das três ausências: Espanha e, possivelmente sem a coragem de aparecer em plenário, da própria União da África do Sul⁴⁸⁴.

Essa resolução é, basicamente, um libelo antidiscriminação racial, e uma tentativa de convencer, com base em passagens da Carta da ONU e de resoluções adotadas anteriormente, a África do Sul a suspender o apartheid, conforme percebemos nas partes transcritas abaixo:

A Assembleia Geral,
[...]

⁴⁸⁴ A terceira ausência foi a do Nepal.

1. Lamenta o contínuo e total desrespeito por parte do Governo da União da África do Sul e, além disso, o agravamento feroz das questões raciais por meio de leis e medidas mais discriminatórias e sua aplicação, acompanhadas de violência e derramamento de sangue;
2. Deprecia as políticas baseadas na discriminação racial como condenáveis e repugnantes à dignidade humana;
3. Solicita a todos os Estados que considerem a adoção de ações separadas e coletivas que estejam ao seu alcance, em conformidade com a Carta das Nações Unidas, para conseguir o abandono dessas políticas;
4. Afirma que as políticas raciais seguidas pelo Governo da União da África do Sul são uma violação flagrante da Carta das Nações Unidas e da Declaração Universal dos Direitos do Homem e são incompatíveis com as obrigações de um Estado-Membro;
5. Registra com grande preocupação que estas políticas conduziram a atritos internacionais e que a sua continuação põe em perigo a paz e a segurança internacionais;
6. Recorda ao Governo da União da África do Sul o requisito do Artigo 2, parágrafo 2, da Carta de que todos os Membros devem cumprir de boa fé as obrigações por eles assumidas nos termos da Carta;
7. Exorta o Governo da União da África do Sul mais uma vez a colocar suas políticas e conduta em conformidade com suas obrigações decorrentes da Carta.

Chama a atenção alguns aspectos, como algumas palavras escolhidas para a resolução que escapam do tom tido como tipicamente diplomático, tais como “total desrespeito”, “agravamento feroz”, “repugnante”⁴⁸⁵ etc. E, também, chama a atenção que, irmanados na recusa da resolução, seja através do voto “não” sozinho na plenária, seja na fuga covarde da votação, estejam os dois últimos regimes fascistas da Europa de então, Portugal de Salazar e a Espanha de Franco, bem como o regime de um esquizofrênico tipo de “fascismo pós-fascista” levado adiante pelo Partido Nacional na África do Sul.

Essa resolução 1598 (XV), em termos percentuais de votos “sim” fica atrás apenas da resolução “campeã” de votos “sim”, essa sendo a “líder” tanto em números absolutos (111 votos “sim”) quanto em relativos (98,2%, pois houve dois “não-votantes”⁴⁸⁶): a resolução 1990 (XVIII), sobre “*Question of the composition of the General Committee of the General Assembly: amendments to rules 31 and 38 of the Assembly's rules of procedure*” (“Questão da composição da Comissão Geral da Assembleia Geral: alterações aos artigos 31.º e 38.º do Regimento da Assembleia” em tradução livre), adotada em 17 de dezembro de 1963, e que, em suma, visava

⁴⁸⁵ Como vimos no capítulo anterior, esse adjetivo já havia sido utilizado no discurso sueco da XVIII AGNU.

⁴⁸⁶ Quênia e Zanzibar.

adaptar alguns aspectos da AGNU à então nova realidade de grandes quantidades de novos membros ingressando na ONU⁴⁸⁷.

Superada em “consenso internacional” apenas por uma resolução marcadamente burocrática e institucional, a fatídica resolução 1598(XV) supera por pouco, em números relativos (mas não em números absolutos) a terceira colocada desse *ranking*: a resolução 1881 (XVIII), sobre “*The policies of apartheid of the Government of the Republic of South Africa*” (“As políticas de apartheid do Governo da República da África do Sul”, em tradução livre), adotada no “1238th plenary meeting” em “11 October 1963”. Ou seja, novamente a oposição ao apartheid sul-africano aparece unindo não apenas nossos cinco países principais bem como a quase totalidade da AGNU⁴⁸⁸. Nessa resolução as exceções aos 106 votos “sim” (95,5%) foram 5: novamente 1 “não” (0,9%), protagonizado, dessa vez, pela União da África do Sul, e 4 “não-votantes” (3,6%), protagonizadas por Honduras, Paraguai, Portugal (trocando de posição com a África do Sul) e Espanha (repetindo sua ausência).

Top 10: Votos “sim” totais

ID	RANK	DATA	RESOLUÇÃO	TÍTULO	SIM %	NÃO %	ABST%	NÃO-VG %	totais	TOTAL	BRASIL	SUECIA	IUGOSLÁVIA	EUA	URSS			
77	1	17/12/1963	A/RES/1990(XVIII)	Question of the composition of the General Committee of the General Assembly : amendment	111	98,2	0	0	0	2	1,8	113	113	Y	Y	Y	Y	Y
59	2	11/10/1963	A/RES/1881(XVIII)	The policies of apartheid of the Government of the Republic of South Africa : resolution / adop	106	95,5	1	0,9	0	4	3,6	111	111	Y	Y	Y	Y	Y
52	3	17/12/1962	A/RES/1810(XVII)	The situation with regard to the implementation of the Declaration on the granting of indepen	101	91,8	0	0	4,364	5	4,5	110	110	Y	Y	Y	Y	Y
39	4	30/01/1962	A/RES/1742(XVI)	The situation in Angola : resolution / adopted by the General Assembly	99	95,2	2	1,92	1,096	2	1,9	104	104	Y	Y	Y	Y	Y
72	5	16/12/1963	A/RES/1978(XVIII)[B]	The policies of apartheid of the Government of the Republic of South Africa : resolution / adop	99	87,6	2	1,77	0	12	11	113	113	Y	Y	Y	Y	Y
75	6	17/12/1963	A/RES/1991(XVIII)[A]	Question of equitable representation on the Security Council and the Economic and Social Cou	97	85,8	11	9,73	4,354	1	0,9	113	113	Y	Y	Y	Y	N
25	7	28/11/1961	A/RES/1663(XV)	The question of race conflict in South Africa resulting from the policies of apartheid of the Gov	97	94,2	2	1,94	1,097	3	2,9	103	103	Y	Y	Y	Y	Y
24	8	27/11/1961	A/RES/1654(XV)	The situation with regard to the implementation of the Declaration on the granting of indepen	97	94,2	0	0	4,388	2	1,9	103	103	Y	Y	Y	Y	Y
74	9	17/12/1963	A/RES/1991(XVIII)[B]	Question of equitable representation on the Security Council and the Economic and Social Cou	96	85	11	9,73	5,442	1	0,9	113	113	Y	Y	Y	Y	N
67	10	11/12/1963	A/RES/1948(XVIII)	Question of Oman : resolution / adopted by the General Assembly	96	86,5	1	0,9	4,36	10	9	111	111	Y	Y	Y	Y	Y

Elaborado pelo autor.

Top 10: Votos “sim” %

ID	RANK	DATA	RESOLUÇÃO	TÍTULO	SIM %	NÃO %	ABST %	NÃO-VOT %	totais	TOTAL	BRASIL	SUÉCIA	IUGOSLÁVIA	EUA	URSS		
77	1	17/12/1963	A/RES/1990(XVIII)	Question of the composition of the General Committee of the General Assembly : amendment	111	98,2	0	0	0	2	1,77	113	113	Y	Y	Y	
3	2	13/04/1961	A/RES/1580(XV)	Question of race conflict in South Africa resulting from the policies of apartheid of the Govern	95	96	1	1,01	0	0	3	3,03	99	Y	Y	Y	
59	3	11/10/1963	A/RES/1881(XVIII)	The policies of apartheid of the Government of the Republic of South Africa : resolution / adop	106	95,5	1	0,901	0	0	4	3,604	111	111	Y	Y	Y
39	4	30/01/1962	A/RES/1742(XVI)	The situation in Angola : resolution / adopted by the General Assembly	99	95,2	2	1,923	1	0,962	2	1,923	104	104	Y	Y	Y
24	5	27/11/1961	A/RES/1654(XV)	The situation with regard to the implementation of the Declaration on the granting of indepen	97	94,2	0	0	4	3,883	2	1,942	103	103	Y	Y	Y
25	6	28/11/1961	A/RES/1663(XV)	The question of race conflict in South Africa resulting from the policies of apartheid of the Gov	97	94,2	2	1,942	1	0,971	3	2,913	103	103	Y	Y	Y
52	7	17/12/1962	A/RES/1810(XVII)	The situation with regard to the implementation of the Declaration on the granting of indepen	101	91,8	0	0	4	3,636	5	4,545	110	110	Y	Y	Y
41	8	27/06/1962	A/RES/1746(XVI)	The future of Ruanda-Urundi : resolution / adopted by the General Assembly	93	89,4	0	0	10	9,615	1	0,962	104	104	Y	Y	A
72	9	16/12/1963	A/RES/1978(XVIII)[B]	The policies of apartheid of the Government of the Republic of South Africa : resolution / adop	99	87,6	2	1,77	0	0	12	10,62	113	113	Y	Y	Y
12	10	21/04/1961	A/RES/1605(XV)	Question of the future of Ruanda-Urundi : resolution / adopted by the General Assembly	86	86,9	1	1,01	4	4,04	8	8,081	99	99	Y	Y	Y

Elaborado pelo autor.

Brasil, Suécia, Iugoslávia, EUA e URSS votaram ainda igualmente em 7 das 18 resoluções que tiveram 0 votos “não” (0%). Foram elas justamente a resolução

⁴⁸⁷ Lembrando nos 18 anos que separam a criação da AGNU e a adoção da referida resolução, o número de membros mais que dobrou, de 51 para 113.

⁴⁸⁸ 3 das 6 votações da AGNU com a maior quantidade percentual de “votos sim” registradas no período envolvem o apartheid na África do Sul.

1990 (XVIII), recordista em votos “sim” no período e estas outras 6: a resolução 1593(XV) sobre o *“Appeal to Member States which have particularly close and continuous relations with the Government of the Union of South Africa, with respect to the situation in the territory of South West Africa”* (“Apelo aos Estados Membros que mantêm relações particularmente estreitas e contínuas com o Governo da União da África do Sul, no que diz respeito à situação no território do Sudoeste Africano”, em tradução livre), de 16 de março de 1961; a 1596(XV) sobre a *“Question of South West Africa”* (“Questão do Sudoeste Africano”, em tradução livre), de 7 de abril de 1961; a 1607(XV) sobre a *“Dissemination of information on the United Nations and the International Trusteeship System in Trust Territories”* (“Divulgação de informações sobre as Nações Unidas e o Sistema Internacional de Tutela em Territórios Fiduciários⁴⁸⁹”, em tradução livre), de 21 de abril de 1961; a 1654(XVI) sobre *“The situation with regard to the implementation of the Declaration on the granting of independence to colonial countries and peoples”* (“A situação no que diz respeito à implementação da Declaração sobre a concessão de independência aos países e povos coloniais”, em tradução livre), de 27 de novembro de 1961; a 1752(XVII) sobre o *“Agreement between the Republic of Indonesia and the Kingdom of the Netherlands concerning West New Guinea (West Irian)”* (“Acordo entre a República da Indonésia e o Reino dos Países Baixos relativo à Nova Guiné Ocidental (Irian Ocidental)”, em tradução livre), de 21 de setembro de 1962; e a 1810(XVII) sobre *“The situation with regard to the implementation of the Declaration on the granting of independence to colonial countries and peoples”* (“A situação no que diz respeito à implementação da Declaração sobre a concessão de independência aos países e povos coloniais”, em tradução livre), de 17 de dezembro de 1962. Ou seja, um dos temas que mais uniam os membros da AGNU em geral, e nossos cinco países em particular, no período, era a descolonização da África e da Ásia.

⁴⁸⁹ Dentre as traduções possíveis de *“Trust Territories”* está a de “protetorados”.

As 18 resoluções com 0 votos “não”

1	61	16/03/1961	A/RES/1593(XVI)	Appeal to Member States which have particularly close and continuous relations with the Govern	74	74,75	0	0	9	9,0909	16	16,16	99	99	Y	Y	Y	Y	Y
2	62	07/04/1961	A/RES/1596(XVI)	Question of South West Africa : resolution / adopted by the General Assembly	83	83,84	0	0	9	9,0909	7	7,071	99	99	Y	Y	Y	Y	Y
10	63	21/04/1961	A/RES/1607(XVI)	Dissemination of information on the United Nations and the International Trusteeship System in	78	78,79	0	0	9	9,0909	12	12,12	99	99	Y	Y	Y	Y	Y
16	64	25/08/1961	A/RES/1622(VS-III)	Consideration of the grave situation in Tunisia obtaining since 19 July 1961 : resolution / adopte	66	66,67	0	0	30	30,303	3	3,03	99	99	Y	Y	Y	A	Y
21	65	15/11/1961	A/RES/1650(XVI)	The status of Algerians imprisoned in France : resolution / adopted by the General Assembly	62	60,19	0	0	31	30,097	10	9,709	103	103	A	Y	Y	A	Y
22	66	24/11/1961	A/RES/1652(XVI)	Consideration of Africa as a denuclearized zone : resolution / adopted by the General Assembly	55	53,4	0	0	44	42,718	4	3,883	103	103	Y	Y	Y	A	Y
24	67	27/11/1961	A/RES/1654(XVI)	The situation with regard to the implementation of the Declaration on the granting of independ	97	94,17	0	0	4	3,8835	2	1,942	103	103	Y	Y	Y	Y	Y
29	68	19/12/1961	A/RES/1700(XVI)	Question of the renewal of the Committee on Information from Non-Self-Governing-Territorie	77	74,04	0	0	16	15,385	11	10,58	104	104	Y	Y	Y	Y	A
31	69	20/12/1961	A/RES/1724(XVI)	Question of Algeria : resolution / adopted by the General Assembly	62	59,62	0	0	38	36,538	4	3,846	104	104	A	Y	Y	A	Y
34	70	20/12/1961	A/RES/1725(XVI)	Report of the Director of the United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in	62	59,62	0	0	37	35,577	5	4,808	104	104	Y	Y	A	Y	A
41	71	27/06/1962	A/RES/1746(XVI)	The future of Ruanda-Urundi : resolution / adopted by the General Assembly	93	89,42	0	0	10	9,6154	1	0,962	104	104	Y	Y	Y	Y	A
43	72	21/09/1962	A/RES/1752(XVII)	Agreement between the Republic of Indonesia and the Kingdom of the Netherlands concerning	89	82,41	0	0	14	12,963	5	4,63	108	108	Y	Y	Y	Y	Y
48	73	20/11/1962	A/RES/1764(XVII)	Report of the United Nations Scientific Committee on the Effects of Atomic Radiation : resoluti	86	78,18	0	0	11	10	13	11,82	110	110	Y	Y	Y	Y	A
52	74	17/12/1962	A/RES/1810(XVIII)	The situation with regard to the implementation of the Declaration on the granting of independ	101	91,82	0	0	4	3,6364	5	4,545	110	110	Y	Y	Y	Y	Y
64	75	27/11/1963	A/RES/1911(XVIII)	Denuclearization of Latin America : resolution / adopted by the General Assembly	91	81,98	0	0	15	13,514	5	4,505	111	111	Y	Y	Y	A	Y
68	76	11/12/1963	A/RES/1955(XVIII)	The situation with regard to the implementation of the Declaration on the granting of independ	95	85,59	0	0	6	5,4054	10	9,009	111	111	Y	Y	Y	A	Y
77	77	17/12/1963	A/RES/1990(XVIII)	Question of the composition of the General Committee of the General Assembly : amendments	111	98,23	0	0	0	0	2	1,77	113	113	Y	Y	Y	Y	Y
73	78	17/12/1963	A/RES/1992(XVIII)	Enlargement of the Economic Committee, the Social Committee and the Co-ordination Committ	96	84,96	0	0	11	9,7345	6	5,31	113	113	Y	Y	Y	Y	A

Elaborado pelo autor.

Curiosamente, a resolução da AGNU, das que temos os votos registrados em detalhe, que foi aprovada com a menor quantidade de votos “sim”, tanto em números absolutos quanto relativos (37 votos, 37,4% do total), também teve o voto “sim” destes cinco países selecionados. Certamente uma das resoluções aprovadas com maior controvérsia, pois ocupando a 8ª posição dentre as resoluções com o maior número de votos “não” (17) e a 7ª posição em termos relativos (17,17%), e ocupando a 5ª posição em números de abstenções (38) e a 4ª posição em números relativos (38,4%), ou seja, com mais abstenções do que votos “sim”, temos a resolução 1604(XV) sobre o “*Report of the Director of the Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East*” (“Relatório do Diretor da Agência de Socorro e Obras para Refugiados da Palestina no Oriente Próximo”, em tradução livre), de 21 de abril de 1961.

Últimas posições: votos “sim” totais

22	68	24/11/1961	A/RES/1652(XVI)	Consideration of Africa as a denuclearized zone : resolution / adopted by the General Assembly	55	53,4	0	0	44	42,7	4	3,9	103	103	Y	Y	Y	A	Y
15	69	21/04/1961	A/RES/1619(XV)	United Nations operations in the Congo : 1961 cost estimates and financing : resolution / adop	54	54,5	15	15,2	23	23,2	7	7,1	99	99	N	S	A	Y	N
30	70	20/12/1961	A/RES/1731(XVI)	Administrative and budgetary procedures of the United Nations : resolution / adopted by the G	52	50	11	10,6	32	30,8	9	8,7	104	104	Y	Y	A	Y	N
47	71	06/11/1962	A/RES/1762(XVII)	The urgent need for suspension of nuclear and thermo-nuclear tests : resolution / adopted by t	51	46,4	10	9,09	40	36,4	9	8,2	110	110	Y	Y	A	A	N
59	72	12/12/1963	A/RES/1957(XVIII)	Installation of mechanical means of voting : resolution / adopted by the General Assembly	51	45,9	10	9,01	23	20,7	27	24	111	111	Y	Y	Y	A	N
65	73	20/12/1962	A/RES/1857(XVII)	Question of Hungary : resolution / adopted by the General Assembly	50	45,5	13	11,8	43	39,1	4	3,6	110	110	Y	Y	N	Y	N
32	74	20/12/1961	A/RES/1741(XVI)	Question of Hungary : resolution / adopted by the General Assembly	49	47,1	17	16,3	32	30,8	6	5,8	104	104	Y	Y	N	Y	N
7	75	19/04/1961	A/RES/1602(XV)	Admission of new Members to the United Nations : resolution / adopted by the General Assem	47	47,5	13	13,1	34	34,3	5	5,1	99	99	Y	Y	A	A	A
4	76	15/04/1961	A/RES/1601(XV)	The situation in the Republic of the Congo : resolution / adopted by the General Assembly	45	45,5	3	3,03	49	49,5	2	2	99	99	Y	Y	Y	A	A
11	77	21/04/1961	A/RES/1620(XV)	Examination of the administrative and budgetary procedures of the United Nations : resolution	44	44,4	13	13,1	32	32,3	10	10	99	99	Y	Y	A	A	N
13	78	21/04/1961	A/RES/1604(XV)	Report of the Director of the Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East :	37	37,4	17	17,2	38	38,4	7	7,1	99	99	Y	Y	Y	Y	Y

Elaborado pelo autor.

Top 10: Votos “não” totais

ID	RANK	DATA	RESOLUÇÃO	TÍTULO	SIM	NÃO	%	ABSTE	%	NÃO-VC	%	totais	TOTAL	BRASIL	SUÉCIA	IUGOSLÁVIA	EUA	URSS	
26	1	15/12/1961	A/RES/1668(XVI)	Representation of China in the United Nations : resolution / adopted by the General Assembly	61	58,65	34	32,692	7	6,7308	2	1,923	104	Y	N	N	Y	N	
14	2	21/04/1961	A/RES/1608(XV)	The future of the Trust Territory of the Cameroons under United Kingdom administration : reso	64	64,65	23	23,232	10	10,101	2	2,02	99	N	Y	Y	Y	Y	
49	3	07/12/1962	A/RES/1784(XVII)	The problem of Chinese refugees in Hong Kong : resolution / adopted by the General Assembly	58	52,73	22	20	26	23,636	4	3,636	110	110	A	A	N	Y	N
40	4	23/02/1962	A/RES/1745(XVI)	General questions relating to the transmission and examination of information from Non-Self-G	57	54,81	21	20,192	24	23,077	2	1,923	104	104	A	N	Y	N	Y
19	5	06/11/1961	A/RES/1648(XVI)	Continuation of suspension of nuclear and thermo-nuclear tests and obligations of States to rel	71	68,93	20	19,417	8	7,767	4	3,883	103	103	Y	Y	Y	N	N
23	6	24/11/1961	A/RES/1653(XVI)	Declaration on the prohibition of the use of nuclear and thermo-nuclear weapons : resolution /	55	53,4	20	19,417	26	25,243	2	1,942	103	103	A	A	Y	N	Y
65	7	27/11/1963	A/RES/1909(XVIII)	Question of convening a conference for the purpose of signing a convention on the prohibition	64	57,66	18	16,216	25	22,523	4	3,604	111	111	Y	A	Y	N	Y
13	8	21/04/1961	A/RES/1604(XV)	Report of the Director of the Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East :	37	37,37	17	17,172	38	38,384	7	7,071	99	99	Y	Y	Y	Y	Y
32	9	20/12/1961	A/RES/1741(XVI)	Question of Hungary : resolution / adopted by the General Assembly	49	47,12	17	16,346	32	30,769	6	5,769	104	104	Y	Y	N	Y	N
54	10	19/12/1962	A/RES/1854(XVIII)A	Administrative and budgetary procedures of the United Nations : resolution / adopted by the Gi	76	69,09	17	15,455	8	7,2727	9	8,182	110	110	Y	Y	A	Y	N

Elaborado pelo autor.

Top 10: Votos “não” (%)

ID	RANK	DATA	RESOLUÇÃO	TÍTULO	SIM %	NÃO %	ABST %	NÃO-VO %	totais	TOTAL	BRASIL	SUÉCIA	IUGOSLÁVIA	EUA	URSS		
26	1	15/12/1961	A/RES/1668(XVI)	Representation of China in the United Nations : resolution / adopted by the General Assembly	61	58,65	34	32,692	7	1,9231	104	104	Y	N	N	Y	N
14	2	21/04/1961	A/RES/1608(XVI)	The future of the Trust Territory of the Cameroons under United Kingdom administration : resolution / adopted by the General Assembly	64	64,65	23	23,232	10	10,101	2	2,0202	99	N	Y	Y	Y
40	3	23/02/1962	A/RES/1745(XVII)	General questions relating to the transmission and examination of information from Non-Self-Governing Areas	57	54,81	21	20,192	24	23,077	2	1,9231	104	A	N	Y	Y
49	4	07/12/1962	A/RES/1784(XVII)	The problem of Chinese refugees in Hong Kong : resolution / adopted by the General Assembly	58	52,73	22	20	26	23,636	4	3,6364	110	A	A	N	Y
19	5	06/11/1961	A/RES/1648(XVI)	Continuation of suspension of nuclear and thermo-nuclear tests and obligations of States to refrain their right to use nuclear weapons	71	68,93	20	19,417	8	7,767	4	3,8835	103	Y	Y	Y	N
23	6	24/11/1961	A/RES/1653(XVI)	Declaration on the prohibition of the use of nuclear and thermo-nuclear weapons : resolution / adopted by the General Assembly	55	53,4	20	19,417	26	25,243	2	1,9417	103	A	A	Y	N
13	7	21/04/1961	A/RES/1604(XVI)	Report of the Director of the Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East : resolution / adopted by the General Assembly	37	37,37	17	17,172	38	38,384	7	7,0707	99	Y	Y	Y	Y
32	8	20/12/1961	A/RES/1743(XVII)	Question of Hungary : resolution / adopted by the General Assembly	49	47,12	17	16,346	32	30,769	6	5,7692	104	Y	Y	N	Y
65	9	27/11/1963	A/RES/1909(XVIII)	Question of convening a conference for the purpose of signing a convention on the prohibition of the use of nuclear weapons	64	57,66	18	16,216	25	22,523	4	3,6036	111	Y	A	Y	N
5	10	15/04/1961	A/RES/1600(XVI)	The situation in the Republic of the Congo : resolution / adopted by the General Assembly	60	60,61	16	16,162	23	23,232	0	0	99	Y	Y	A	Y

Elaborado pelo autor.

Top 10: Abstenções totais

ID	RANK	DATA	RESOLUÇÃO	TÍTULO	SIM %	NÃO %	ABST %	NÃO-VO %	totais	TOTAL	BRASIL	SUÉCIA	IUGOSLÁVIA	EUA	URSS				
4	1	15/04/1961	A/RES/1601(XVI)	The situation in the Republic of the Congo : resolution / adopted by the General Assembly	45	45,455	3	3,0303	49	49,495	2	2,0202	99	99	Y	Y	Y	A	A
22	2	24/11/1961	A/RES/1652(XVI)	Consideration of Africa as a denuclearized zone : resolution / adopted by the General Assembly	55	53,398	0	0	44	42,718	4	3,8835	103	103	Y	Y	Y	A	Y
55	3	20/12/1962	A/RES/1857(XVII)	Question of Hungary : resolution / adopted by the General Assembly	50	45,455	13	11,818	43	39,091	4	3,6364	110	110	Y	Y		Y	N
47	4	06/11/1962	A/RES/1762(XVII)	The urgent need for suspension of nuclear and thermo-nuclear tests : resolution / adopted by the General Assembly	51	46,364	10	9,0909	40	36,364	9	8,1818	110	110	Y	Y	Y	A	Y
13	5	21/04/1961	A/RES/1604(XVI)	Report of the Director of the Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East : resolution / adopted by the General Assembly	37	37,374	17	17,172	38	38,384	7	7,0707	99	99	Y	Y	Y	Y	Y
31	6	20/12/1961	A/RES/1724(XVI)	Question of Algeria : resolution / adopted by the General Assembly	62	59,615	0	0	38	36,538	4	3,8462	104	104	A	Y	Y	A	Y
34	7	20/12/1961	A/RES/1725(XVI)	Report of the Director of the United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East : resolution / adopted by the General Assembly	62	59,615	0	0	37	35,577	5	4,8077	104	104	Y	Y	A	Y	A
7	8	19/04/1961	A/RES/1602(XVI)	Admission of new Members to the United Nations : resolution / adopted by the General Assembly	47	47,475	13	13,131	34	34,343	5	5,0505	99	99	Y	Y	A	A	A
6	9	15/04/1961	A/RES/1599(XVI)	The situation in the Republic of the Congo : resolution / adopted by the General Assembly	61	61,616	5	5,0505	33	33,333	0	0	99	99	A	Y	Y	A	Y
11	10	21/04/1961	A/RES/1620(XVI)	Examination of the administrative and budgetary procedures of the United Nations : resolution / adopted by the General Assembly	44	44,444	13	13,131	32	32,323	10	10,101	99	99	Y	Y	A	Y	N

Elaborado pelo autor.

Top 10: Abstenções %

ID	RANK	DATA	RESOLUÇÃO	TÍTULO	SIM %	NÃO %	ABSTE %	NÃO-VC %	totais	TOTAL	BRASIL	SUÉCIA	IUGOSLÁVIA	EUA	URSS				
4	1	15/04/1961	A/RES/1601(XVI)	The situation in the Republic of the Congo : resolution / adopted by the General Assembly	45	45,45	3	3,0303	49	49,49	2	2,0202	99	99	Y	Y	Y	A	A
22	2	24/11/1961	A/RES/1652(XVI)	Consideration of Africa as a denuclearized zone : resolution / adopted by the General Assembly	55	53,4	0	0	44	42,72	4	3,8835	103	103	Y	Y	Y	A	Y
55	3	20/12/1962	A/RES/1857(XVII)	Question of Hungary : resolution / adopted by the General Assembly	50	45,45	13	11,818	43	39,09	4	3,6364	110	110	Y	Y	N	Y	N
13	4	21/04/1961	A/RES/1604(XVI)	Report of the Director of the Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East : resolution / adopted by the General Assembly	37	37,37	17	17,172	38	38,38	7	7,0707	99	99	Y	Y	Y	Y	Y
31	5	20/12/1961	A/RES/1724(XVI)	Question of Algeria : resolution / adopted by the General Assembly	62	59,62	0	0	38	36,54	4	3,8462	104	104	Y	Y	Y	A	Y
47	6	06/11/1962	A/RES/1762(XVII)	The urgent need for suspension of nuclear and thermo-nuclear tests : resolution / adopted by the General Assembly	51	46,36	10	9,0909	40	36,36	9	8,1818	110	110	Y	Y	A	Y	N
34	7	20/12/1961	A/RES/1725(XVI)	Report of the Director of the United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East : resolution / adopted by the General Assembly	62	59,62	0	0	37	35,58	5	4,8077	104	104	Y	Y	A	Y	A
7	8	19/04/1961	A/RES/1602(XVI)	Admission of new Members to the United Nations : resolution / adopted by the General Assembly	47	47,47	13	13,131	34	34,34	5	5,0505	99	99	Y	Y	A	A	A
6	9	15/04/1961	A/RES/1599(XVI)	The situation in the Republic of the Congo : resolution / adopted by the General Assembly	61	61,62	5	5,0505	33	33,33	0	0	99	99	A	Y	Y	A	Y
11	10	21/04/1961	A/RES/1620(XVI)	Examination of the administrative and budgetary procedures of the United Nations : resolution / adopted by the General Assembly	44	44,44	13	13,131	32	32,32	10	10,101	99	99	Y	Y	A	Y	N

Elaborado pelo autor.

Ou seja, se a descolonização em geral da África e da Ásia e as críticas ao apartheid sul-africano pareciam unir de forma bastante ampla Brasil, Suécia, Iugoslávia, EUA e URSS e os demais membros da AGNU, certamente o mesmo não se pode dizer sobre a questão palestina e o “Oriente Próximo”. Nessa resolução nossos cinco países representaram praticamente 1/7 dos votos “sim”, suficientes para a aprovação da resolução, porém insuficientes para superar o número de abstenções, se tornando, como dito acima, a resolução aprovada no período com os menores números absolutos e relativos de “votos sim”.

A segunda “tendência de votos” que identificamos como mais recorrente foi a de Brasil e Suécia votando “igual” aos EUA, diferentes da Iugoslávia e contra a URSS, que ocorreu em 11 das 78 resoluções selecionadas, ou 14,1% das vezes. Ou seja, emerge aqui também a ideia de um alinhamento entre Suécia e Brasil, e de ambos com os EUA, e contra a URSS, quase definindo um campo de atuação.

Essa tendência apontada, ocorrida 11 vezes, pode ser reforçada quando percebemos que Brasil e Suécia votaram iguais entre si e com os EUA, e diferente

ou contra a URSS em mais 5 oportunidades: 3 vezes contra URSS e Iugoslávia, e 2 vezes diferentes de URSS e Iugoslávia. Ou seja, esse possível alinhamento mais estrito entre Brasil, Suécia e EUA, em oposição e/ou diferença em relação aos representantes do campo socialista (e, mais especificamente, do líder do Bloco Socialista) chegou a 16 vezes (20,51%), empatando então com a outra tendência já apontada, que se referia a todos os cinco votando juntos.

E em apenas 4 oportunidades Brasil e Suécia votaram iguais entre si, “abstenção”, porém diferentes dos demais (inclusive dos EUA), tendo nessas 4 oportunidades a Iugoslávia votado igual à URSS e contra os EUA (em 3 oportunidades Iugoslávia votando “sim”, e em 1 oportunidade a Iugoslávia votando “não”). A única vez em que Brasil e Suécia votaram juntos contra os EUA foi na resolução 1648 (XVI) sobre a *“Continuation of suspension of nuclear and thermo-nuclear tests and obligations of States to refrain from their renewal”* (“Continuação da suspensão dos testes nucleares e termonucleares e obrigações dos Estados de se absterem da sua renovação”, em tradução livre), de 6 de novembro de 1961, e que detalharemos mais adiante. Por ora, vale ressaltar que nesse voto que Brasil e Suécia tiveram contra os EUA, os dois países tiveram o apoio da Iugoslávia, votando igual, e que este voto também foi contrário ao da URSS. Ou seja, o único voto que Brasil e Suécia efetuaram contra os EUA também acabou sendo contra a URSS, zerando a quantidade de votos contrários dos dois países (os mais alinhados entre si, segundo nossas interpretações) que pudessem ser simultaneamente contra os EUA e à favor da URSS, reforçando a ideia de os dois países desempenharem um perfil realmente mais “alinhado aos EUA” do que efetivamente “neutro” e/ou “independente em termos de política externa.

Contudo esses votos já apontam para um dos pontos principais de nosso trabalho: a proximidade e/ou distanciamento das políticas externas “independente” do Brasil, “neutra” da Suécia, e “não-alinhada” da Iugoslávia, à partir das votações disponíveis nos registros da AGNU entre os anos de 1961 e 1964.

Tendo em vista o que observamos nas tabelas acima, Brasil, Suécia e Iugoslávia votaram juntos em 38 das 78 resoluções estudadas. Ou seja, os países agiram de modo mais ou menos alinhado em quase metade das votações (48,72%). Nesse ponto de vista, então teríamos essa como a maior das tendências de votos no período, ao analisarmos os 5 países: o voto “igual” de Brasil, Suécia e Iugoslávia.

Porém, para refinarmos nossa análise, entendemos ser mais adequado separar esses votos “iguais” em dois grupos: os votos iguais desses três países junto com as superpotências, que como vimos acima, totalizam 16 vezes; e os votos iguais desses países e que mostram algum grau de divergência (diferença ou contrariedade) com uma ou com ambas as superpotências, e que totalizam 22 vezes. Ou seja, esse tipo de voto, de Brasil, Suécia e Iugoslávia, com algum tipo de “alinhamento” entre si e com algum tipo de “desalinhamento” com uma ou ambas as potências, é o que será analisado em maior detalhe a seguir.

Essas 22 oportunidades podem ser subdivididas do seguinte modo, revelando também algumas tendências: em 6 oportunidades (ou 7,69% das vezes) os 3⁴⁹⁰ votaram alinhados com os EUA, isto é, “iguais”, e diferentes da URSS; curiosamente empatado com as mesmas 6 oportunidades (também 7,69% das vezes) os 3 votaram alinhados com a URSS, isto é, “iguais”, e diferentes dos EUA; em 5 oportunidades (6,41%) os 3 votaram alinhados com os EUA e contra a URSS; em 3 oportunidades (3,85%) os 3 votaram alinhados entre si, “sim”, diferentes dos EUA e contra a URSS; 1 vez os 3 votaram alinhados entre si, “sim”, e diferentes das superpotências; 1 vez os 3 votaram alinhados entre si, “sim”, e contra as superpotências; em nenhuma vez os 3 votaram alinhados entre si e contra somente os EUA.

Se adiante abordaremos essas 22 resoluções que apresentam esse “alinhamento” de Brasil, Suécia e Iugoslávia, antes, mais uma coisa. Logo acima nós fizemos um detalhamento das votações em que Brasil e Suécia realizaram em coincidência mútua e com EUA, que totalizaram 16 vezes. Agora falaremos também um pouco das vezes que Brasil e Iugoslávia votaram iguais, e com algum nível de não-coincidência com Suécia, EUA e/ou URSS, e também as vezes que Suécia e Iugoslávia votaram iguais, e com algum nível de não-coincidência com Brasil, EUA e URSS.

Brasil e Iugoslávia votaram iguais, e em não-coincidência com um ou mais dos demais países selecionados, em 6 oportunidades, sendo da seguinte forma: 3 vezes Brasil e Iugoslávia votaram iguais à URSS, “sim”, e diferentes de Suécia e EUA; 2 vezes Brasil e Iugoslávia votaram iguais à URSS, “sim”, diferentes de Suécia

⁴⁹⁰ A partir de agora reforçamos que sempre que parecer este termo, “os 3”, nos referimos a Brasil, Suécia e Iugoslávia.

e contra os EUA; e 1 vez Brasil votou igual à Iugoslávia e diferente dos demais, ambos se abstendo, a Suécia votou igual aos EUA, “sim”, e contra a URSS.

Suécia e Iugoslávia votaram iguais, e em não-coincidência com um ou mais dos demais países selecionados, em 11 oportunidades, sendo as seguintes: em 4 vezes que o Brasil votou igual aos EUA, ambos se abstendo, e diferente dos demais; em 2 vezes que o Brasil votou diferente dos demais, se abstendo enquanto os demais votaram “sim”; 1 vez em que o Brasil votou diferente dos demais, se abstendo, Suécia e Iugoslávia votaram iguais a URSS, “sim”, e contra os EUA; 1 vez em que Brasil votou diferente dos demais, Suécia e Iugoslávia votaram iguais aos EUA, “sim”, e contra a URSS; 1 vez em que o Brasil votou “não”, contra os demais; 1 vez em que o Brasil votou igual aos EUA, “sim”, e contra a URSS, enquanto Suécia e Iugoslávia igualmente se abstiveram; e 1 vez em que Brasil votou igual aos EUA, “sim”, e contra os demais.

Voltando aos votos coincidentes de Brasil, Suécia e Iugoslávia, à seguir abordaremos as 22 resoluções que apresentam esse “alinhamento”.

5.4.2.3.1 Os 3 alinhados com os EUA e diferentes da URSS

Como vimos anteriormente, de 78 votações realizadas e registradas no âmbito da AGNU entre 1961 e 1964, em praticamente metade, 38 vezes, Brasil, Suécia e Iugoslávia votaram de forma igual, isto é, os três países alinhados entre si. Porém, dessas 38 oportunidades, em várias parecia haver tamanho consenso na AGNU que é bastante difícil de discernir entre o que era realmente alinhamento entre os três e o que era um “alinhamento maior” entre os vários membros da AGNU e suas políticas externas mais ou menos alinhadas aos blocos.

Por exemplo, dessas 38 votações, em 16 delas votaram juntos com nossos três países tanto o líder do Bloco Socialista, a URSS, como o seu antagonista líder do Bloco Capitalista, os EUA. Ou seja, entendemos que essas 16 votações poderiam não ser os melhores exemplos de eventuais afinidades entre as políticas externas de Brasil, Suécia e Iugoslávia. Por isso que focaremos nas demais 22 votações em que Brasil, Suécia e Iugoslávia votaram iguais entre si, porém diferentes e/ou contrários aos EUA e/ou à URSS.

E iniciaremos com as 6 oportunidades (ou 7,69% das vezes) em que os três votaram alinhados com os EUA, isto é, “iguais”, e diferentes da URSS. Esse tipo de

votação aconteceu 1 vez em 1961 (Sessão XVI), 3 vezes em 1962 (uma vez ainda na Sessão XVI e duas na XVII), e 2 vezes em 1963 (Sessão XVIII). E, em todas as 6, os 3 votaram “sim” junto aos EUA e diferente da abstenção soviética. Nas 6 votações o número de votos “sim” foi expressivamente alto, oscilando entre 77 e 96 (88 em média), os votos “não” foram muitíssimo baixos (apenas 2 votos “não” em apenas uma das votações), e as abstenções oscilando entre 10 e 16 (12,5 em média).

As 6 Resoluções em que os 3 votaram iguais aos EUA e diferentes da URSS

ID	ID2	ID3	DATA	RESOLUÇÃO	TÍTULO	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	VOT	total	TOTAL DE	BRASIL	SUÉCIA	IUGOSLÁVIA	EUA	URSS
29	29	13	19/12/1961	A/RES/1700(XVI)	Question of the renewal of the Committee on Information from Non-Self-Governing Territories : resolution / adopt	77	0	16	11	104	104	Y	Y	Y	Y	A
41	3	25	27/06/1962	A/RES/1746(XVII)	The future of Ruanda-Urundi : resolution / adopted by the General Assembly	93	0	10	1	104	104	Y	Y	Y	Y	A
48	10	6	20/11/1962	A/RES/1764(XVIII)	Report of the United Nations Scientific Committee on the Effects of Atomic Radiation : resolution / adopted by the	86	0	11	13	110	110	Y	Y	Y	Y	A
50	12	8	14/12/1962	A/RES/1803(XIX)	Permanent sovereignty over natural resources : resolution / adopted by the General Assembly	87	2	12	9	110	110	Y	Y	Y	Y	A
64	9	6	27/11/1963	A/RES/1911(XVIII)	Denuclearization of Latin America : resolution / adopted by the General Assembly	91	0	15	5	111	111	Y	Y	Y	Y	A
73	18	15	17/12/1963	A/RES/1992(XVIII)	Enlargement of the Economic Committee, the Social Committee and the Co-ordination Committee of the Economic	96	0	11	6	113	113	Y	Y	Y	Y	A

Elaborado pelo autor.

Em ordem cronológica, a primeira vez, no período analisado, em que os 3 votaram simultaneamente iguais aos EUA e diferentes da URSS foi na resolução 1700 (XVI) “*Question of the renewal of the Committee on Information from Non-Self-Governing Territories*” (“Questão da renovação do Comitê de Informação dos Territórios Não Autônomos”, em tradução livre), durante a 1083ª reunião plenária, de 19 de dezembro de 1961. A resolução, em suma, defendia a manutenção da existência do “Comitê de Informação dos Territórios Não Autônomos” até que a “concessão de independência aos países e povos coloniais fosse plenamente implementada”, enquanto examinaria “as informações políticas e constitucionais transmitidas pelos Membros Administradores, bem como as informações relativas aos campos funcionais”, submetendo “seus relatórios à Assembleia Geral com suas observações e conclusões sobre isso”. Essa mesma reunião plenária confirmou a eleição de quatro novos membros para esse comitê (Equador, Paquistão, Filipinas e Alto Volta) em substituição a outros quatro membros que tiveram seus mandatos terminados (República Dominicana, Gana, Índia e Iraque).

Observamos que 3 dos 4 países que saíram do comitê estiveram em setembro de 1961 na primeira cúpula do Movimento dos Países Não-Alinhados: Gana, Índia e Iraque. E que 2 dos 4 países que ingressaram eram bastante próximos dos EUA: Filipinas e Paquistão. O Equador esteve em Belgrado também em 1961, mas, assim como o Brasil, na condição de observador. Esse contexto

talvez explique, por exemplo, o “sim” dos EUA, que se verá “melhor representado” no comitê, e a abstenção soviética, que pode demonstrar a percepção de uma sensível mudança ideológica nos membros do comitê, com maior participação dos aliados dos EUA, menor participação dos “não-alinhados” e, nessa nova leva de membros, nenhum país politicamente próximo à URSS.

A segunda resolução em que este tipo de voto se repetiu foi a 1746 (XVI) “*The future of Ruanda-Urundi*” (“O futuro de Ruanda-Urundi”, em tradução livre), durante a 1118ª reunião plenária, de 27 de junho de 1962. Nessa resolução, a AGNU, levando em consideração uma série de iniciativas e documentos anteriores, observa “que os esforços para manter a unidade Ruanda-Urundi não tiveram êxito”, acolhe “com satisfação o Acordo de União Econômica celebrado entre os Governos do Ruanda e do Burundi na Conferência de Adis Abeba”, manifesta “a sua satisfação pelas tendências favoráveis à reconciliação observadas pela Comissão no seu relatório, em particular, em Ruanda, [com] a participação no Governo de dois membros da Oposição”, e lembra que “a maior parte das forças da Autoridade Administradora” ainda permanecia no Território, “apesar do objetivo, declarado no parágrafo 3 (e) da resolução 1743 (XVI), de garantir a rápida retirada das forças militares e paramilitares belgas antes da independência” esperada para “1º de julho de 1962”.

A renitente presença belga em Ruanda-Urundi parecia ser um dos pontos mais sensíveis, de acordo com o relativamente longo texto da resolução (mais de 5700 caracteres), como atestam as passagens em que a AGNU leva “em conta” tanto “a declaração do Governo do Burundi de que a partir da data da proclamação da independência não concordará com a presença de tropas estrangeiras no seu território” quanto “a declaração do Governo do Ruanda que a rescisão do Acordo de Tutela tornará ilegal a presença de tropas belgas no território da República”, e reitera a “declaração da Autoridade Administrativa de que retirará as suas forças do Ruanda e do Burundi de acordo com os desejos da Assembleia Geral e dos Governos envolvidos”, reforçando que “após a independência, o Ruanda e o Burundi gozarão de direitos soberanos”.

Além de manifestar “seu sincero apreço à Comissão das Nações Unidas para Ruanda-Urundi pela forma como desempenhou as suas tarefas”, a resolução reitera a decisão de “rescindir o Acordo de Tutela de 13 de Dezembro de 1946 em relação a Ruanda-Urundi” em 1 de Julho de 1962, data em que Ruanda e Burundi emergirão “como dois Estados independentes e soberanos”, instando “o Governo da Bélgica a

retirar e evacuar as suas forças que ainda permanecem no Ruanda e no Burundi”, e solicitando ao “Secretário-Geral que envie imediatamente ao Ruanda e ao Burundi um representante juntamente com uma equipe de especialistas” para “supervisionar a retirada e evacuação das forças belgas”, para ajudar os “Governos do Ruanda e do Burundi a garantir a implementação do Acordo de União Econômica”, “Estudar [...] a necessidade de assistência técnica e econômica” etc.

Como temos visto, umas das principais pautas da AGNU no início da década de 1960, além das descolonizações, é a questão orçamentária. Quanto a isso a resolução traz o seguinte parágrafo:

5. Autoriza o Secretário-Geral, de acordo com as disposições do parágrafo 1 da resolução 1735 (XVI) da Assembleia Geral de 20 de dezembro de 1961 sobre despesas imprevistas e extraordinárias para o exercício financeiro de 1962, a assumir compromissos não superiores a US\$ 2 milhões para medidas de emergência que possam ser necessárias para garantir a continuação dos serviços essenciais nos dois países [...].

Por fim a resolução 1746 (XVI) ainda “Solicita ao Secretário-Geral que apresente um relatório à Assembleia Geral, na sua décima sétima sessão, sobre a implementação desta resolução” e “Recomenda que, após a proclamação da independência em 1 de Julho de 1962, o Ruanda e o Burundi sejam admitidos como Membros das Nações Unidas nos termos do Artigo 4 da Carta.”

As votações de Brasil, Suécia e Iugoslávia parecem representar bastante o interesse pela descolonização expressas tanto pela ONU em geral, como pelas políticas externas específicas de cada país. O voto dos EUA também traz uma continuidade com outros votos do país nesse sentido. Já o voto da URSS nos parece mais complicado. Levando em consideração as atitudes recorrentes da política externa soviética, dois pontos nos aparecem como possíveis focos para a abstenção do país: o fato de “Ruanda-Urundi” se dividir em dois países diferentes, pois em algumas oportunidades a URSS já havia demonstrado mais interesse pela “união” de países e povos do que por suas “secessões”; e o fato de a resolução permitir que os belgas permanecessem nos territórios africanos até um mês depois da declaração de independência dos dois países. Tendo em vista os problemas criados pelos belgas no Congo naqueles anos, essa preocupação possui certa razoabilidade.

A terceira ocasião em que os três votaram com os EUA e diferentes da URSS foi na resolução 1764 (XVII) "*Report of the United Nations Scientific Committee on the Effects of Atomic Radiation*" ("Relatório do Comitê Científico das Nações Unidas sobre os Efeitos da Radiação Atômica" em tradução livre), adotada na 1171ª reunião plenária, de 20 de Novembro de 1962. A longa resolução, dividida em duas partes, se dedica, na parte "I" a elogiar o "Comitê Científico das Nações Unidas sobre os Efeitos da Radiação Atômica" e a manifestar preocupação quanto aos resultados do então mais recente relatório do comitê, especialmente no que se refere "a exposição da humanidade à radiação proveniente de um número crescente de fontes artificiais, incluindo a contaminação mundial do ambiente com radionuclídeos de vida curta e longa resultantes de testes de armas". Na parte "II", a resolução foca no "relatório da Organização Meteorológica Mundial sobre a proposta de um esquema de monitorização e comunicação mundial dos níveis de radioatividade atmosférica", na cooperação desta organização com a "Agência Internacional de Energia Atômica" e com o "Comitê Científico das Nações Unidas sobre os Efeitos da Radiação Atômica", exortando a Organização Meteorológica Mundial a apressar seus trabalhos.

Como em outras oportunidades no período, Brasil, Suécia e Iugoslávia apostam na crítica aos armamentos nucleares, e os EUA, especialmente após a explosão da Tsar Bomb em outubro de 1961 (como veremos maiores detalhes mais adiante) e da "Crise dos Mísseis" envolvendo Cuba um ano depois, mostravam relevante cautela quanto ao tema. O mesmo se dava com a URSS, porém com sinal trocado: assim como nessa resolução, em outras oportunidades os soviéticos não apoiaram certas resoluções acerca das armas nucleares, seja se abstendo, seja votando "não".

A quarta votação com este tipo de voto se deu no mês seguinte, na resolução 1803 (XVII) "*Permanent sovereignty over natural resources*" ("Soberania permanente sobre os recursos naturais" em tradução livre), adotada na 1194ª reunião plenária, de 14 de Dezembro de 1962. Nessa também relativamente longa resolução (aproximadamente 7000 caracteres), temos a AGNU fazendo um longo preâmbulo, relembrando resoluções anteriores, especialmente a 1314 (XIII), de 12 de dezembro de 1958, para qual dedica grande parte do texto, "tendo em mente" que essa resolução:

[...] criou a Comissão sobre a Soberania Permanente sobre os Recursos Naturais e a instruiu a realizar um levantamento completo da situação da soberania permanente sobre as riquezas e recursos naturais como um constituinte básico do direito à autodeterminação, com recomendações, quando necessário, para o seu fortalecimento, e decidiu ainda que, na condução do levantamento completo da situação da soberania permanente dos povos e nações sobre suas riquezas e recursos naturais, deveria ser dada a devida atenção aos direitos e deveres dos Estados ao abrigo do direito internacional e à importância de incentivar a cooperação internacional no desenvolvimento económico dos países em desenvolvimento,

Também relembra que a resolução 1515 (XV), de 15 de dezembro de 1960 “recomendava que fosse respeitado o direito soberano de cada Estado de dispor de suas riquezas e de seus recursos naturais”, considerando “que qualquer medida neste sentido deve basear-se no reconhecimento do direito inalienável de todos os Estados de disporem livremente das suas riquezas e recursos naturais de acordo com os seus interesses nacionais, e no respeito pela independência económica dos Estados”, ainda que observe “que a questão da sucessão de Estados e Governos está sendo examinada como questão prioritária pela Comissão de Direito Internacional”, especialmente no âmbito da “questão dos direitos e obrigações dos Estados e Governos sucessores em relação à propriedade adquirida antes da adesão à soberania completa de países anteriormente sob domínio colonial”.

Ainda nesse preâmbulo, a resolução traz perspectivas bastante caras aos países em desenvolvimento, e de certo modo vistas como avançadas e progressistas ainda nos anos 2020, como na passagem em que considera:

[...] que é desejável promover a cooperação internacional para o desenvolvimento económico dos países em desenvolvimento e que os acordos económicos e financeiros entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento devem basear-se nos princípios da igualdade e do direito dos povos e das nações à autodeterminação, [...] que a prestação de assistência económica e técnica, os empréstimos e o aumento do investimento estrangeiro não devem estar sujeitos a condições que entrem em conflito com os interesses do Estado beneficiário.

A resolução ainda considera os benefícios que adviriam “do intercâmbio de informações técnicas e científicas susceptíveis de promover o desenvolvimento e a utilização de tais recursos e riquezas”, atribui “especial importância à questão da promoção do desenvolvimento económico dos países em desenvolvimento e da garantia da sua independência económica”, e observa “que a criação e o

fortalecimento da soberania inalienável dos Estados sobre as suas riquezas e recursos naturais reforçam a sua independência econômica”, por fim desejando “que as Nações Unidas considerem mais aprofundadamente a questão da soberania permanente sobre os recursos naturais, no espírito da cooperação internacional no domínio do desenvolvimento econômico, particularmente dos países em desenvolvimento”. Ou seja, uma resolução que, ao menos teoricamente, defende a relação entre soberania dos estados aos seus recursos naturais, interesse nacional, cooperação técnica e independência econômica como meios de se desenvolver os países membros, especialmente os considerados menos desenvolvidos e saídos do jugo colonial.

Após esse interessante preâmbulo, a resolução traz três partes, sendo a parte “I” constituída de 8 itens/parágrafos numerados, e as partes “II” e “III” constituídas de 1 parágrafo cada. A parte “I” se desenvolve em caráter de “declaração”, mantendo o tom do preâmbulo, argumentando que “o direito dos povos e nações à soberania permanente sobre as suas riquezas e recursos naturais deve ser exercido no interesse do seu desenvolvimento nacional e do bem-estar do povo do Estado em causa”. Esse trecho, extraído integralmente do item “1.” da parte “I” nos permite estabelecer, por exemplo, uma forte associação tanto com iniciativas então contemporâneas, como a criação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo em 14 de setembro de 1960⁴⁹¹, quanto com os desenvolvimentos teóricos e práticos da PEI brasileira.

Os itens “2.” e “3.” também seguem essas associações, bem como com parte do pensamento econômico gestado naqueles anos por organização e pensadores, como nos casos dos trabalhos da CEPAL, especialmente de dois de seus expoentes, Raúl Prebisch e Celso Furtado, e as preocupações com “a deterioração dos termos de intercâmbio” – estas também frequentes nos discursos da PEI. A resolução da AGNU traz o seguinte:

⁴⁹¹ A fundação da organização se deu num contexto de disputa entre os países exportadores de petróleo, especialmente os fundadores Irã, Iraque, Kuwait, Arábia Saudita e Venezuela, e as “*International Oil Companies*” (“Companhias Petrolíferas Internacionais”, em tradução livre, ou, basicamente, o chamado “cartel das Sete Irmãs”), que frequentemente baixavam de forma unilateral os preços internacionais do petróleo sem nenhum tipo de consulta aos países produtores e exportadores. (OPEC, 2012, p.1. Disponível em: https://www.opec.org/opec_web/static_files_project/media/downloads/publications/GenInfo.pdf. Acesso em 09 set. 2023).

2. A exploração, o desenvolvimento e a utilização de tais recursos, bem como a importação do capital estrangeiro necessário para esses fins, deverão estar em conformidade com as regras e condições que os povos e nações considerem livremente necessárias ou desejáveis no que diz respeito a autorização, restrição ou proibição de tais atividades.

3. Nos casos em que seja concedida autorização, os capitais importados e os rendimentos desses capitais regem-se pelos seus termos, pela legislação nacional em vigor e pelo direito internacional. Os lucros obtidos deverão ser repartidos nas proporções livremente acordadas, em cada caso, entre os investidores e o Estado beneficiário, tomando-se as devidas precauções para garantir que não haja prejuízo, por qualquer motivo, da soberania desse Estado sobre as suas riquezas naturais e recursos.

Esses itens parecem estar de acordo com “um dos mais famosos e controvertidos componentes do pensamento de Raúl Prebisch”, que “diz respeito à hipótese da tendência secular à deterioração dos termos de intercâmbio entre, por um lado, matérias-primas e alimentos e, por outro, bens industrializados.” (CEPAL, s/d, p.2, e tradução livre)⁴⁹². E, prosseguindo: “Dada a especialização dos países em desenvolvimento na produção de matérias-primas e alimentos, a tendência à deterioração dos preços desses produtos resultaria na tendência à deterioração dos termos de intercâmbio desses países.” (Id., ib.). Ou seja, entendemos haver um diálogo oportuno entre essa teoria e a resolução 1083 (XVII), ainda que a noção de “prejuízo, por qualquer motivo, da soberania desse Estado sobre as suas riquezas naturais e recursos”, presente no item 3, possa merecer uma maior discussão sobre, por exemplo, os conceitos ali referidos de “prejuízo” e “soberania”.

O item 4 reforça o diálogo com a PEI brasileira, em âmbito externo, e com iniciativas e discursos de forças políticas brasileiras em termos de política interna (como nomeadamente, mas não apenas, Leonel Brizola). Esse item diz que:

4. A nacionalização, expropriação ou requisição basear-se-á em motivos ou razões de utilidade pública, de segurança ou de interesse nacional que sejam reconhecidos como superiores a interesses puramente individuais ou privados, nacionais e estrangeiros. Nesses casos, o proprietário receberá uma indenização adequada, de acordo com as regras em vigor no Estado que toma tais medidas no exercício da sua soberania e em conformidade com o direito internacional. Em qualquer caso em que a questão da compensação dê origem a uma controvérsia, a jurisdição nacional do Estado que toma tais medidas será esgotada. Contudo, mediante acordo dos Estados soberanos e

⁴⁹² Disponível em: https://biblioguias.cepal.org/ld.php?content_id=31922063. Acesso em: 09 set. 2023.

de outras partes interessadas, a resolução do litígio deverá ser feita através de arbitragem ou julgamento internacional.

Esse trecho remete facilmente aos brasileiros aos casos mais ou menos contemporâneos da encampação, em 1959, da “Companhia de Energia Elétrica Riograndense, subsidiária da American & Foreign Power (Bond & Share)⁴⁹³” e da “desapropriação dos bens (não das ações) da Companhia Telefônica Nacional, subsidiária da ITT (International Telephone & Telegraph), poucos dias depois do término da Conferência [de Punta del Este, em 1962], pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, cunhado de Goulart” (BANDEIRA, 2010, p.156-7)⁴⁹⁴, e que vão ter parte de suas justificações, justamente, na “utilidade pública, de segurança ou de interesse nacional” explicitadas na resolução⁴⁹⁵.

Inclusive chama a atenção o voto “sim” dos EUA na AGNU enquanto os mesmos EUA julgavam as ações brasileiras quanto à AMFORP e à ITT “um confisco”, e protestavam “energicamente” contra o Brasil (BANDEIRA, 2010, p.157). Inclusive Bandeira (2010, p.157) argumenta que “o Congresso dos Estados Unidos, diante da perspectiva de outras estatizações, votou a emenda Hickenlooper, determinando a suspensão de qualquer ajuda aos países que desapropriassem bens americanos, sem indenização imediata, adequada e efetiva”⁴⁹⁶.

Os demais itens da parte “I” da resolução vão abordar acerca dos “direitos dos povos e nações à soberania sobre as suas riquezas e recursos naturais”, “cooperação internacional”, “independência nacional”, “boa fé” e suas relações “com a Carta e os princípios estabelecidos na presente resolução.”

⁴⁹³ Frequentemente referida como AMFORP.

⁴⁹⁴ Uma ótima exposição destes casos se dá em Bandeira (2010), capítulos 3 e 8.

⁴⁹⁵ Estabelecer uma relação entre essa parte da resolução e o Brasil nos permite também uma menção à “Carta Testamento” de Getúlio Vargas escrita poucos anos antes, especialmente o seguinte trecho: “A campanha subterrânea dos **grupos internacionais** aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar **liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas** através da Petrobrás e, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstaculada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre. **Não querem que o povo seja independente.**” (VARGAS, 1954, s/p, grifos nossos. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/getulio-vargas/carta-testamento-de-getulio-vargas>. Acesso em 09 set. 2023).

⁴⁹⁶ Outros exemplos de incoerência do voto dos EUA e ações anteriores e posteriores dos EUA podem ser encontrados com bastante facilidade na história, como nas quedas dos governos Mossadegh no Irã (1953), Jacobo Árbenz na Guatemala (1954), o próprio João Goulart no Brasil (1964), Salvador Allende no Chile (1973), até, de modo bastante controverso, Manuel Noriega no Panamá (1989).

A parte “II” dedica-se a congratular-se “com a decisão da Comissão de Direito Internacional de acelerar o seu trabalho na codificação do tema da responsabilidade dos Estados para consideração da Assembleia Geral”. E a parte “III” encerra a resolução, solicitando:

[...] ao Secretário-Geral que continue o estudo dos vários aspectos da soberania permanente sobre os recursos naturais [...] incentivando ao mesmo tempo a cooperação internacional no domínio do desenvolvimento econômico, e apresentar relatório ao Conselho Económico e Social e à Assembleia Geral, se possível na sua décima oitava sessão.

Interessante notar que, dessa tipologia de votos, essa resolução foi a única com dois votos contrários, à saber: França e África do Sul.

A quinta votação em que os 3 votaram com os EUA e diferentes da URSS se deu na resolução 1911 (XVIII) “*Denuclearization of Latin America*” (“Desnuclearização da América Latina” em tradução livre), aprovada na 1265ª reunião plenária, de 27 de novembro de 1963. Essa resolução está na origem do “Tratado de Tlatelolco” (ou, mais precisamente, “Tratado para a Proibição de Armas Nucleares na América Latina e o Caribe”) de 1967, e resulta basicamente da proposta de “cinco presidentes latino-americanos - os da Bolívia, Brasil, Chile, Equador, e México” (COBO, 1982, p. 56-58, em tradução livre)⁴⁹⁷ no contexto pós “crise dos mísseis” de Cuba. Ela retoma uma série de outras resoluções, e expressa preocupações com o “flagelo de uma guerra nuclear”, reconhecendo “o perigo que representaria um aumento no número de Estados possuidores de armas nucleares”, recorrentemente expressando temores (talvez não necessariamente sinceros) quanto uma “intensificação da corrida armamentista” que poderia aumentar a dificuldade para a “obtenção de um acordo geral de desarmamento”.

A resolução cita a “declaração” que “os Chefes de Estado das cinco Repúblicas Latino-Americanas emitiram, em 29 de Abril de 1963”⁴⁹⁸ sobre “a desnuclearização da América Latina” na qual, “em nome dos seus povos e governos, anunciaram que estavam preparados para assinar um acordo multilateral latino-americano, acordo pelo qual os seus países se comprometeriam a não fabricar,

⁴⁹⁷ In: IAEA BULLETIN, VOL. 24, No. 2. Disponível em: <https://www.iaea.org/sites/default/files/publications/magazines/bulletin/bull24-2/24203595659.pdf>. Acesso em: 10 set. 2023).

⁴⁹⁸ Os supracitados Bolívia, Brasil, Chile, Equador e México.

receber, armazenar ou testar armas nucleares ou dispositivos de lançamento nuclear". A resolução então "Registra com satisfação a iniciativa de desnuclearização da América Latina tomada na declaração conjunta de 29 de Abril de 1963", manifestando "a esperança de que os Estados da América Latina iniciem estudos [...] relativamente às medidas que deverão ser acordadas com vista a atingir os objetivos da referida declaração", expressando a confiança "em que [...] todos os Estados, especialmente as potências nucleares, prestarão a sua plena cooperação para a realização efetiva dos objetivos pacíficos que inspiram a presente resolução".

Pelos dados das votações, essa resolução pode ser compreendida como de ampla aceitação mundial, especialmente se levarmos em consideração os esforços empreendidos pelo Movimento dos Países Não-Alinhados acerca do desarmamento e a desnuclearização mundial (o que ajuda a explicar o voto iugoslavo), e o receio dos EUA em voltar a ter o risco de armas nucleares próximas às suas fronteiras (o que ajuda a explicar o voto estadunidense).

Entendemos ser possível compreender o voto do Brasil (assim como o do México) através de um duplo aspecto: um interesse genuíno pela paz e desarmamento mundial, que refletem certos princípios tanto da PEI brasileira quanto da política de neutralidade do México, bem como a difundida ideia de que a desnuclearização poderia se iniciar pelos países ainda não nucleares, até chegar às superpotências – um processo que ensinaria também o desarmamento geral e a conversão dos recursos dispendidos na corrida armamentista para o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos. Eventuais pressões dos EUA, também pouco interessados em coexistir com uma segunda potência nuclear no continente não podem ser desconsideradas. Algo semelhante, por extensão, pode ser parcialmente aplicado ao voto sueco.

Já a abstenção da URSS (acompanhada, por exemplo, por Cuba) nos parece um tipo de advertência de quem percebe um fundo de interesse, especialmente por parte dos EUA, de uma América Latina desnuclearizada mais para impedir eventuais relações militares com a URSS e/ou um programa militar efetivamente soberano de um ou mais países da região, que um interesse genuíno pela paz e desarmamento.

Por fim, a última resolução do período que traz os votos alinhados dos três com os EUA e diferentes da URSS, é a resolução 1992 (XVIII) "*Enlargement of the Economic Committee, the Social Committee and the Co-ordination Committee of the Economic and Social Council*" ("Alargamento do Comitê Econômico, do Comitê

Social e do Comitê de Coordenação do Conselho Econômico e Social” em tradução livre), adotada na 1285ª reunião plenária, de 17 de dezembro de 1963. Uma resolução de caráter mais burocrático, ela em suma:

Convida o Conselho Econômico e Social, na sua trigésima sexta sessão, a alargar o número de membros do Comitê Econômico, do Comitê Social e do Comitê de Coordenação e a realizar imediatamente as eleições necessárias para permitir que estes comitês se tornem, sem demora, representante dos membros das Nações Unidas.

Ou seja, uma resolução que, pelos desenvolvimentos políticos da época, representava importante parcela do mundo (a resolução inclusive abre textualmente com os dizeres “Tendo em mente a vontade **esmagadora** dos Estados Membros”, grifo nosso), como atesta a quantidade expressiva de votos “sim” (96, a maior das seis resoluções acima expostas), a ausência de votos “não” (0), a segunda menor quantidade de abstenções (11), e a terceira menor quantidade de “não votantes” (6). Logo, talvez mais importante do que entender os motivos pelos quais Brasil, Suécia e Iugoslávia votaram juntos entre si e com os EUA, merecesse atenção o voto dissonante da URSS, que, mesmo após uma leitura atenta da resolução, pareceu-nos pouco clara.

Algumas percepções emergem como saldo final da análise dessas 6 votações em que os três votaram com os EUA e diferentes da URSS. A primeira é sobre a baixíssima oposição aos temas abordados, representados pela também baixíssima quantidade de votos “não”. Outro aspecto é o grande alinhamento geral da AGNU, representados pela grande quantidade de votos “sim”. Em terceiro lugar, as temáticas: duas resoluções sobre descolonização e duas resoluções sobre armas nucleares, elevando essas temáticas como duas das mais importantes para a AGNU no período. Por fim, as abstenções da URSS, que parecem expressar um certo tipo persistente de cautela, talvez não necessariamente quanto aos temas das resoluções em si, mas com certas partes textuais das resoluções, que muitas vezes abriam espaço para que, por exemplo, a própria lógica imperialista do capitalismo pudesse sabotar a resolução (como na permissão de maior permanência das tropas belgas um mês após a independência de Ruanda e Burundi) e/ou para se opor a determinados interesses soviéticos (como no caso da desnuclearização da América Latina).

5.4.2.3.2 Os 3 alinhados com a URSS e diferentes dos EUA

Agora analisaremos a tendência inversa, isto é, as votações em que Brasil, Suécia e Iugoslávia votaram alinhados entre si e com a URSS, mas diferentes dos EUA. Curiosamente foram também 6 oportunidades (também 7,69% das vezes) que os 3 votaram alinhados com a URSS, e diferentes dos EUA, como foram 6 vezes em que os 3 votaram alinhados com os EUA e diferentes da URSS. Conforme observamos na tabela abaixo, há uma espécie de concentração desse tipo de votação na Sessão XVIII, realizada em 1963, estando nessa Sessão e neste ano, metade das oportunidades (3 de 6). Em todas as 6, os 3 votaram “sim” junto à URSS e diferentes da abstenção estadunidense. Nas 6 votações o número de votos “sim” foi razoavelmente alto, oscilando entre 55 e 96 (81 em média), os votos “não” foram baixos (2 votos “não” em 2 oportunidades, e 1 voto “não” em uma oportunidade), as abstenções oscilaram muitíssimo, entre 4 e 44 (18 em média), e um número relativamente elevado de não votantes, oscilando entre 3 e 13 (7,7 em média).

As 6 Resoluções em que os 3 votaram iguais à URSS e diferentes dos EUA

ID	ID2	ID3	DATA	RESOLUÇÃO	TÍTULO	SIM	NÃO	ABSTEN	NÃO-VOT	TOTAL DE	BRASIL	SUÉCIA	IUGOSLÁVIA	EUA	URSS
16	16	-	25/08/1961	A/RES/1622(S-III)	Consideration of the grave situation in Tunisia obtaining since 19 July 1961 : resolution / adopted by the General Assembly	66	0	30	3	99	Y	Y	Y	A	Y
22	22	6	24/11/1961	A/RES/1652(XVI)	Consideration of Africa as a denuclearized zone : resolution / adopted by the General Assembly	55	0	44	4	103	Y	Y	Y	A	Y
44	6	2	12/10/1962	A/RES/1755(XVII)	Question of Southern Rhodesia : resolution / adopted by the General Assembly	83	2	11	13	109	Y	Y	Y	A	Y
61	6	3	14/10/1963	A/RES/1883(XVIII)	Question of Southern Rhodesia : resolution / adopted by the General Assembly	90	2	13	6	111	Y	Y	Y	A	Y
67	12	9	11/12/1963	A/RES/1948(XVIII)	Question of Oman : resolution / adopted by the General Assembly	96	1	4	10	111	Y	Y	Y	A	Y
68	13	10	11/12/1963	A/RES/1956(XVIII)	The situation with regard to the implementation of the Declaration on the granting of independence to colonial c	95	0	6	10	111	Y	Y	Y	A	Y

Elaborado pelo autor.

A primeira das resoluções com esse tipo de votação foi a 1622 (S-III) “*Consideration of the grave situation in Tunisia obtaining since 19 July 1961*” (“Consideração da grave situação na Tunísia desde 19 de julho de 1961” em tradução livre), adotada na 1006ª reunião plenária, de 25 de agosto de 1961, durante a “3ª Sessão Especial”, portanto após a Sessão XV da AGNU e antes da XVI.

A resolução é basicamente uma crítica contundente à França, o que pode justificar a abstenção dos EUA – e de outros 30 países. A resolução qualifica como “grave” a “situação na Tunísia desde 19 de Julho de 1961” lembrando que a mesma já havia sido “objeto de consideração pelo Conselho de Segurança”, observa “com preocupação e pesar que a França não cumpriu integralmente as disposições da resolução provisória adotada pelo Conselho de Segurança em 22 de Julho de 1961”, e argumenta com contundência que “a presença das forças armadas francesas em

território tunisiano, contra a vontade expressa do governo e do povo tunisiano, constitui uma violação da soberania da Tunísia, é uma fonte permanente de atrito internacional e põe em perigo a paz e a segurança internacionais”. E finaliza instando “o Governo da França a implementar plenamente as disposições” da “resolução provisória do Conselho de Segurança”, reconhecendo “o direito soberano da Tunísia de exigir a retirada de todas as forças armadas francesas presentes no seu território sem o seu consentimento” e apelando aos “governos da França e da Tunísia para que iniciem negociações imediatas para elaborar medidas pacíficas e acordadas”.

Ou seja, uma resolução que se insere no contexto da descolonização africana, e num momento de particular problema com a França, não apenas na Tunísia, mas, sobretudo, na vizinha Argélia. Brasil, Suécia e Iugoslávia seguem adiante com suas votações a favor dos processos de descolonização, assim como a URSS. Os EUA frequentemente se mostram menos dispostos nessa temática.

A segunda oportunidade em que os 3 votaram alinhados com a URSS e diferentes dos EUA foi na resolução 1652 (XVI) “*Consideration of Africa as a denuclearized zone*” (“Consideração de África como uma zona desnuclearizada” em tradução livre), durante a 1063ª reunião plenária, de 24 de novembro de 1961 – portanto já na Sessão XVI.

A resolução se inicia recordando uma série de resoluções envolvendo “o desarmamento geral e completo”, “a questão dos testes nucleares franceses no Sahara”, “a prevenção da propagação mais ampla da disseminação de armas nucleares” e “a suspensão de testes nucleares e termonucleares”, além da “preocupação com o futuro da humanidade” no que tange a problemas radioativos, e com “o atual ritmo de armamento nuclear e com a possível propagação de armas nucleares, bem como com a retomada dos testes nucleares no continente africano que está sendo emancipado”. Reconhece “a necessidade de evitar que África se envolva em qualquer competição associada às lutas ideológicas entre as Potências envolvidas na corrida aos armamentos e, em particular, às armas nucleares” e que “a tarefa do desenvolvimento econômico e social nos Estados africanos requer a atenção ininterrupta desses Estados, a fim de lhes permitir cumprir os seus objetivos e contribuir plenamente para a manutenção da paz e segurança internacionais”. Ao fim “Apela aos Estados-Membros” que se abstenham “de realizar ou continuar a realizar na África testes nucleares sob qualquer forma”, “de utilizar o território, as

águas territoriais ou o espaço aéreo da África para testar, armazenar ou transportar armas nucleares” e apela que os mesmos considerem e respeitem “o continente africano como uma zona desnuclearizada”.

Para além do alinhamento dos 3 com a URSS, e a abstenção dos EUA, chama a atenção na votação dessa resolução a abstenção de outros 43 países, apresentando um quase equilíbrio entre os votos “sim” (55) e abstenções (44). Ao contrário da resolução 1911(XVIII) de 1963 sobre a desnuclearização da América Latina, que obteve uma ampla margem de aprovação, com apoio dos EUA e a abstenção da URSS, a resolução sobre a desnuclearização da África apresenta o mesmo alinhamento de Brasil, Suécia e Iugoslávia, mas com as posições de EUA e URSS desta vez trocadas. Se propostas de desnuclearização parecem fundamentos sólidos dos três países, o mesmo pode ser questionado quanto às superpotências.

A terceira resolução que teve esse tipo de votação foi a 1755 (XVII) “*Cuestión de Rhodesia del Sur*”⁴⁹⁹ (“Questão da Rodésia do Sul” em tradução livre), adotada na 1152a. Sessão Plenária, de 12 de outubro de 1962. A resolução se inicia “lembrando” que o “Território da Rodésia do Sul é um território não autônomo” e informando que a AGNU está “Profundamente preocupada com a situação **deplorável**, crítica e **explosiva** que prevalece” (grifos nossos) no território africano, “na sequência da declaração do estado de emergência, da proibição da União dos Povos Africanos do Zimbábue⁵⁰⁰ e da detenção e prisão de líderes nacionalistas, uma situação que constitui uma negação de direitos políticos e põe em perigo a paz e a segurança na África e no mundo”. Sendo assim a AGNU insta “o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte a tomar urgentemente as medidas mais eficazes” para “Libertar imediata e incondicionalmente o Presidente da União dos Povos Africanos do Zimbábue, Sr. Joshua Nkomo, e todos os outros

⁴⁹⁹ A expressiva maioria das resoluções da AGNU estão disponíveis nas “línguas oficiais da ONU”: inglês, francês, espanhol, russo, chinês e árabe. Contudo essa resolução em específico, por algum motivo, não está disponível em inglês no “OFFICIAL DOCUMENT SYSTEM” da ONU, razão pela qual escolhemos portanto a versão em espanhol da mesma.

⁵⁰⁰ A “União do Povo Africano do Zimbábue” (“*Zimbabwe African People's Union – ZAPU*”) foi um partido político do Zimbábue, de orientação comunista. Em 1987, fundiu-se com a União Nacional Africana do Zimbábue-Frente Patriótica (*Zimbabwe African National Union – Patriotic Front – ZANU – PF*). Uma nota: a resolução em espanhol traz o nome do partido como “la Zimbabwe African Peoples Union”, ou seja, “União dos Povos Africanos do Zimbábue”. Porém em variadas fontes o nome do partido aparece como “*Zimbabwe African People's Union*”, ou seja, “União do Povo Africano do Zimbábue”. Em fontes vertidas ao italiano aparece, ainda, a variação “*Unione Popolare Africana di Zimbabwe*” (“União Popular Africana do Zimbábue”).

líderes nacionalistas confinados, detidos ou presos” e “Levantar imediatamente a proibição imposta à União dos Povos Africanos do Zimbabué”.

Essa resolução foi aprovada com ampla quantidade votos “sim” (83), que incluem Brasil, Suécia, Iugoslávia e URSS, relativamente poucas abstenções (11, dos EUA e mais 10 outros países) e apenas 2 votos “não”: Portugal e África do Sul. Um eventual esperado “voto não” do Reino Unido, para quem de certa forma a resolução é “endereçada” não ocorreu, pois o país é um dos 13 “não votantes”. Aqui destacamos como os EUA apresentam uma certa tendência à “abstenção” quando as resoluções são críticas aos seus aliados mais próximos, especialmente integrantes da OTAN, como vimos também na resolução anteriormente analisada.

A quarta resolução com esse tipo de votos é a homônima, porém posterior, 1883 (XVIII) “*Question of Southern Rhodesia*” (“Questão da Rodésia do Sul” em tradução livre), adotada na 1241ª reunião plenária, de 14 de outubro de 1963. Essa resolução, “Depois de examinar a situação na Rodésia do Sul” e de recordar uma série de outras resoluções, inclusive uma “adotada em 20 de junho de 1963 [...] no que diz respeito à Implementação da Declaração sobre a Concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais”, reconhece uma “deterioração da situação explosiva que prevalece no Território Não Autônomo da Rodésia do Sul”, especialmente no que tange a “prática da discriminação racial”, e que “o [então] atual Governo da Rodésia do Sul chegou ao poder como resultado de uma constituição antidemocrática e discriminatória imposta à população da Rodésia do Sul e contestada pela esmagadora maioria dessa população”. Além disso, considera “que a transferência para aquele Governo dos poderes e atributos de soberania, em particular o controle e operação das forças militares e do armamento, agravaria uma situação já de si explosiva”. Em seguida, convida:

[...] o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte a não transferir para a sua colônia da Rodésia do Sul, tal como é atualmente governada, qualquer dos poderes ou atributos de soberania, mas a aguardar a criação de um governo plenamente representativo de todos os habitantes da colônia; [...] a não transferir forças armadas e aeronaves para a sua colônia da Rodésia do Sul, tal como previsto pela Conferência Centro-Africana realizada em 1963; [e] [...] a pôr em prática as resoluções da Assembleia Geral [...].

Essa resolução novamente reúne uma expressiva maioria de votantes “sim” (oscilando em relação à resolução do ano anterior de 83 para 90), um pequeno

aumento nas abstenções (13, ante os 11 de 1962), a queda para menos da metade de “não votantes” (de 13 para 6), e a manutenção de 2 votos “não”: novamente Portugal, África do Sul, além da ausência do Reino Unido.

Essa resolução traz uma mudança importante quando comparada com a resolução aprovada um ano antes. A Rodésia do Sul, território não autônomo e colonial do Reino Unido está em vias de se tornar autônomo, independente, porém – de acordo com a resolução – com um governo antidemocrático, aparentemente racista e em vias de receber apoio militar do Reino Unido. Tudo isso num contexto de grandes violências operadas pelo regime de apartheid levado a cabo na vizinha África do Sul, além dos problemas do praticamente vizinho “Sudoeste Africano”.

Operando nos marcos da Carta da ONU e de certas particularidades antirracistas e pró-descolonização de Brasil, Suécia, Iugoslávia e URSS, os quatro países votam “sim”. Os EUA, com seus próprios problemas internos quanto ao racismo, e coerente com sua prática de se abster quando a resolução é crítica aos seus aliados, se abstém.

A próxima resolução analisada sai dos temas africanos, que dominou até agora a pauta desses tipos de votos, e vai para o Oriente Médio: é a resolução 1948 (XVIII) “*Question of Oman*” (“Questão de Omã” em tradução livre), adotada na 1277ª reunião plenária, de 11 de dezembro de 1963. Essa curta resolução (menos de 1200 caracteres em seu corpo principal) diz que “Tendo discutido a questão de Omã”, a AGNU está “Profundamente preocupada com a situação existente” no país e, após tomar “nota do relatório do Representante Especial do Secretário-Geral e agradecendo-lhe pelos seus esforços” – e reconhecendo “que no decurso da sua missão o Representante Especial não teve tempo para avaliar as questões territoriais, históricas e políticas envolvidas no problema, nem se considerou competente para o fazer” – a mesma “Decide estabelecer um Comité *Ad Hoc* composto por cinco Estados-Membros nomeados pelo Presidente da Assembleia Geral para examinar a questão de Omã”, e que esse comitê apresentaria “um relatório à Assembleia Geral na sua décima nona sessão”.

Surpreende que um texto tão anódino, sem acusar ou criticar nominalmente nenhum país, não tenha tido a “concordância completa” dos cinco países por nós analisados, visto a abstenção dos EUA diferindo dos “votos sim” dos demais. Essa resolução é a “recordista” de votos “sim” destas seis votações ora analisadas (96), e a de menor número de abstenções (4), com 10 não-votantes e apenas 1 voto “não”:

o Reino Unido – o que talvez explique a abstenção dos EUA. A título de curiosidade sobre atores recorrentes, desta vez Portugal se absteve e África do Sul não votou.

Finalmente, a última das resoluções do período, em que os três votaram com a URSS e diferentes dos EUA: a 1956 (XVIII) “*The situation with regard to the Implementation of the Declaration on the granting of independence to colonial countries and peoples*” (“A situação no que diz respeito à implementação da Declaração sobre a concessão de independência aos países e povos coloniais” em tradução livre), também adotada na 1277ª reunião plenária, de 11 de dezembro de 1963.

Uma das resoluções com o maior título, bem como, dentre as que nós analisamos, a com a maior quantidade de “notas de rodapé” no original (11) e com a maior quantidade de resoluções sendo referidas no corpo (15), a 1956 (XVIII) também figura entre as que tiveram mais votos “sim” (95), menos votos “não” (0), além de relativamente poucas abstenções (6), ainda que com uma expressiva quantidade de “não votantes” (10).

Nessa resolução a AGNU recorda “a Declaração sobre a concessão de independência aos países e povos coloniais” e o “Comitê Especial sobre a Situação no que diz respeito à Implementação da Declaração sobre a Concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais” apresentados em resoluções anteriores, e, considerando “o relatório” e “as observações do Comitê Especial a respeito da lista de territórios a serem examinados por ele”, passa a expor termos bastante duros para textos diplomáticos. O texto diz que a AGNU observa “com profundo pesar que, três anos após a adoção da Declaração, muitos territórios ainda estão sob domínio estrangeiro e que, em alguns casos, nem mesmo medidas preliminares foram tomadas para a aplicação da Declaração”, e deplora⁵⁰¹ tanto “a atitude negativa de certas Potências administradoras e a sua recusa parcial ou total em cooperar com o Comitê Especial na implementação da Declaração”, quanto “a assistência prestada a algumas Potências administradoras por certos Estados, o que permite que essas Potências persistam na sua recusa de aplicar a Declaração”.

Em seguida a resolução cita a adoção de “resoluções sobre a Rodésia do Sul, Sudoeste de África, Territórios sob administração portuguesa, Áden, Malta, Fiji, Rodésia do Norte, Niassalândia, Basutolândia, Bechuanalândia e Suazilândia, e

⁵⁰¹ Novamente a dúvida quanto à tradução do termo “*deploring*”, que pode ser “deplorando” ou “lamentando”.

Guiana Britânica”⁵⁰² e, reafirmando as “resoluções 1514 (XV), 1654 (XVI) e 1810 (XVII)”, “Nota com apreço o trabalho realizado pela Comissão Especial” endossando “os seus métodos e procedimentos”, aprovando seu relatório e apelando “aos Poderes administradores para que implementem as conclusões e recomendações nele contidas”. A resolução ainda:

4. Solicita ao Comitê Especial que continue a procurar as melhores formas e meios para a aplicação imediata e total da Declaração a todos os territórios que ainda não alcançaram a independência, e que apresente um relatório à Assembleia Geral o mais tardar na sua décima nona sessão;
5. Lamenta profundamente a recusa de certas potências administrativas em cooperar com o Comitê Especial e o seu contínuo desrespeito pelas resoluções da Assembleia Geral;
6. Convida o Comitê Especial a informar o Conselho de Segurança sobre quaisquer desenvolvimentos em qualquer território por ele examinado que possam ameaçar a paz e a segurança internacionais;
7. Solicita a todos os Estados que se abstenham de qualquer ação que possa comprometer a implementação das resoluções adotadas pela Assembleia Geral e pelo Comitê Especial para a aplicação da Declaração;
8. Solicita ainda às Potências administrativas que deem a sua plena cooperação ao Comitê Especial e facilitem a tarefa dos subcomitês e grupos visitantes instruídos pelo Comitê Especial para irem aos territórios sob o seu mandato;
9. Solicita ao Secretário-Geral que continue a fornecer ao Comitê Especial todas as instalações e pessoal necessários para a implementação da presente resolução.

Ou seja, uma das resoluções mais contundentes quanto aos processos de descolonização apoiados pela ONU, e que uniu Brasil, Suécia, e Iugoslávia entre si e com a URSS, mais 91 países, não contou com nenhum voto “não”, mas não foi suficiente para garantir o comparecimento de 10 países (basicamente países africanos e centro-americanos, além de Portugal e Arábia Saudita), nem o “sim” dos seguintes 6 países que se abstiveram: EUA, Bélgica, França, África do Sul, Espanha, e Reino Unido. Novamente os EUA se alinhando não apenas às tradicionais e cruéis potências coloniais (Bélgica, França e Reino Unido), bem como os rescaldos fascistas de Portugal, Espanha e África do Sul, o que prejudica a aceitação da ideia do quanto o país apoiava os processos de descolonização.

⁵⁰² No texto original, após o nome de cada um dos territórios mencionados está uma nota de rodapé correspondente, apontando as resoluções adotadas referentes a estes territórios. São elas as seguintes resoluções: 1.883 (XVIII) e 1.889 (XVIII) para a Rodésia do Sul; 1.899 (XVIII), 1.900 (XVIII) e 1.901 (XVIII) para o Sudoeste da África; 1.913 (XVIII) para os Territórios sob administração portuguesa; e as resoluções que vão da 1949 (XVIII) a 1955 (XVIII) para os demais territórios, respectivamente.

Ao final da análise dessas 6 votações, percebemos uma maior incidência das políticas externas de Brasil, Suécia e Iugoslávia quanto aos processos de descolonização, especialmente quanto aos territórios africanos, acompanhados pela URSS e por expressiva parte da AGNU, e mais distantes dos EUA e de seus parceiros com interesses e práticas coloniais e/ou imperialistas e/ou fascistas. Inclusive, levando em consideração essa amostragem, podemos argumentar que além de estabelecer um forte vínculo entre os três, a descolonização do mundo era um dos principais pontos de união entre os três e a URSS – especialmente entre as políticas externas de Brasil e Suécia e a URSS visto que, como observamos anteriormente, os momentos de votos “iguais” entre esses países não foram muito frequentes.

5.4.2.3.3 Os 3 votaram alinhados com os EUA e contra a URSS

Se há um empate entre as vezes que Brasil, Iugoslávia e Suécia votaram alinhados aos EUA e diferentes da URSS, e votaram alinhados à URSS e diferentes dos EUA, quando a votação envolve votar assuntos **contra** uma dessas superpotências, o quadro muda radicalmente: em 5 oportunidades das 78 (6,41%) os três votaram alinhados com os EUA e contra a URSS, porém em nenhuma oportunidade (0%) os três votaram alinhados com a URSS e contra os EUA. Contudo, chama a atenção, como vemos abaixo, uma importante concentração desse tipo de votação no ano de 1961 e na Sessão XVI, 3 das 5 votações. Em 1962 esse tipo de votação não acontece nenhuma vez, e as outras duas irão acontecer em 1963, uma na “4ª Sessão Especial” e a outra na Sessão XVIII. Esses fatos reforçam a percepção que, principalmente no caso brasileiro, ao longo do desenvolvimento da PEI, Brasil e URSS foram ficando menos distantes entre si.

Em todas as votações ora analisadas, os três votaram “sim” junto aos EUA e contra a URSS. Nelas o número de votos “sim” foi relativamente alto, oscilando entre 61 e 87 (74 em média), os votos “não” foram bastante estáveis, oscilando entre 11 e 13 (sendo 13 votos não em apenas uma oportunidade, as outras sendo 11, com a média de 11,4), as abstenções oscilando bastante entre 1 e 24 (15,2 em média), e baixo o número de não-votantes, oscilando entre 4 e 9 (6 em média).

As 5 Resoluções em que os 3 votaram iguais aos EUA e contra a URSS

ID	ID2	ID3	DATA	RESOLUÇÃO	TÍTULO	SIM	NÃO	ABSTEI	NÃO-VOTO	TOTAL	DE	BRASIL	SUÉCIA	IUGOSLÁVIA	EUA	URSS
18	18	2	27/10/1961	A/RES/1632(XVI)	Continuation of suspension of nuclear and thermo-nuclear tests and obligations of States to refrain from their renewal	87	11	1	4	103	103	Y	Y	Y	Y	N
37	37	21	20/12/1961	A/RES/1732(XVI)	United Nations Emergency Force : cost estimates for the maintenance of the force : resolution / adopted by the General Assembly	61	11	24	8	104	104	Y	Y	Y	Y	N
38	38	22	20/12/1961	A/RES/1732(XVI)	United Nations operation in the Congo : cost estimates and financing : resolution / adopted by the General Assembly	67	13	15	9	104	104	Y	Y	Y	Y	N
57	2	-	27/06/1963	A/RES/1875(S-IV)	United Nations Emergency Force : cost estimates and financing for the period 1 July to 31 December 1963 : resolution	80	11	16	4	111	111	Y	Y	Y	Y	N
78	23	20	17/12/1963	A/RES/1983(XVIII)	United Nations Emergency Force : resolution / adopted by the General Assembly	77	11	20	5	113	113	Y	Y	Y	Y	N

Elaborado pelo autor.

Cronologicamente, a primeira das resoluções que traz esse tipo de votação é a 1632 (XVI) “*Continuation of suspension of nuclear and thermo-nuclear tests and obligations of States to refrain from their renewal - The urgent need for a treaty to ban nuclear weapons tests under effective international control*” (“Continuação da suspensão dos testes nucleares e termonucleares e obrigações dos Estados de se absterem da sua renovação - A necessidade urgente de um tratado que proíba os testes de armas nucleares sob controle internacional eficaz” em tradução livre), adotada na 1043ª reunião plenária, de 27 de outubro de 1961.

Apesar do longo título (mais de 200 caracteres) a diminuta resolução (menos de 600 caracteres) é contundente e bastante atinada ao seu tempo histórico:

A Assembleia Geral,
Aproveitando a questão da suspensão dos testes de armas nucleares,
Apela solenemente ao Governo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas para que se abstenha de levar a cabo a sua intenção de explodir na atmosfera uma bomba de 50 megatons antes do final deste mês.

Essa resolução transpõe fortemente os interesses “antinucleares” demonstrados pelas políticas externas de Iugoslávia (como fica explícito na “Declaração de Belgrado”, emitida após a Conferência de Cúpula dos Países Não-Alinhados realizada menos de dois meses antes na capital iugoslava e sob os auspícios do país) e do Brasil (como ficará explícito nas intenções do Brasil em estabelecer na América Latina uma área desnuclearizada, como vimos acima na resolução adotada em 1963). Também atende aos grandes temores suecos quanto aos efeitos radioativos dos testes realizados nas proximidades de seu território pela URSS. E por fim, responde aos temores dos EUA em relação aos consistentes avanços em termos de armas nucleares realizados pela URSS, especialmente após a construção do muro de Berlim, em agosto de 1961.

Três dias depois desta resolução, em 30 de outubro, a URSS detona em Novaya Zemlya, a bomba mais poderosa já testada, a “Tsar Bomb”, superando os 50

megatons comentados na resolução⁵⁰³. A bomba explodiu há, aproximadamente, 2100 km de Moscou (capital da própria URSS), 2200 km de Estocolmo (capital da Suécia), 3700 km de Belgrado (capital da Iugoslávia), 6800 km de Nova York (sede da ONU, especialmente da AGNU e do CSNU), 7000 km de Washington DC (capital dos EUA), e 12100 km de Brasília (capital do Brasil)⁵⁰⁴.

A segunda resolução do período em que os três votaram alinhados aos EUA e contra a URSS foi a 1732 (XVI) “*United Nations operations in the Congo: cost estimates and financing*” (“Operações das Nações Unidas no Congo: estimativas de custos e financiamento” em tradução livre), adotada na 1086a. Sessão Plenária, de 20 de dezembro de 1961. À partir desta resolução temos uma série de resoluções que envolvem questões sobre financiamento de “operações” da ONU e que a URSS votará contra.

Após um longo primeiro parágrafo “recordando” uma série de resoluções do CSNU e da AGNU, bem como “o relatório do Secretário-Geral sobre o custo estimado das operações das Nações Unidas no Congo em 1962 e o relatório do Comitê Consultivo sobre Questões Administrativas e Orçamentais sobre o mesmo”, a resolução argumenta:

[...] que as despesas extraordinárias para as operações das Nações Unidas no Congo são essencialmente de natureza diferente das despesas da Organização no âmbito do orçamento ordinário e que, portanto, é necessário um procedimento diferente daquele aplicado no caso do orçamento ordinário para cobrir essas despesas extraordinárias, [...] [e] que os membros permanentes do Conselho de Segurança têm uma responsabilidade especial pela manutenção da paz e segurança internacionais e, portanto, por contribuir para o financiamento das operações de paz e segurança,

E em seguida prossegue, decidindo “continuar a contabilização *ad hoc* das despesas das operações das Nações Unidas no Congo”, autorizando um limite de gastos mensais para a operação, destinando 80 milhões de dólares para os gastos de novembro de 1961 a junho de 1962, distribuindo as despesas entre os estados-membros, reduzindo a contribuição de uma série de países menos desenvolvidos, e

⁵⁰³ Alex Wellerstein. “AN UNEARTHLY SPECTACLE: The untold story of the world’s biggest nuclear bomb”. Disponível em: <https://thebulletin.org/2021/11/the-untold-story-of-the-worlds-biggest-nuclear-bomb/>. Acesso em: 10 set. 2023.

⁵⁰⁴ Distâncias aproximadas calculadas a partir do local considerado como palco do teste até as respectivas cidades usando a aplicação “Medir Distância” do Google Maps.

exortando “os membros permanentes do Conselho de Segurança a fazerem contribuições adicionais consideráveis”.

Ainda “Apela a todos os Estados-membros que estão em condições de ajudar a fazerem contribuições voluntárias para ajudar a custear os custos das operações das Nações Unidas no Congo”; “Solicita ao Governo da Bélgica, um Estado diretamente preocupado com a situação na República do Congo (Leopoldville), que dê um contributo substancial”; e, por fim, “Decide aplicar as contribuições adicionais dos Estados Membros nos termos dos parágrafos 6 [CSNU], 7 [voluntários] e 8 [Bélgica] acima para compensar o déficit resultante da implementação das disposições do parágrafo 5 [que reduz a contribuição dos países menos desenvolvidos].”

Como já comentado anteriormente, incluindo em outros trabalhos⁵⁰⁵, poucos temas serão mais candentes no início dos anos 1960 do que “a Questão do Congo”. Ainda mais em 1961 em que, para ficar em apenas dois exemplos, têm-se as mortes do líder congolês Patrice Lumumba, e do secretário-geral da ONU, o sueco Dag Hammarskjöld. E as operações das Nações Unidas estão enfrentando vários problemas simultâneos no território, como, também em dois exemplos, a luta pelo comando do país (entre grupos mais próximos ao bloco capitalista, e grupos mais próximos ao bloco socialista), além do seccionismo de Katanga e a renitente presença Belga. Não à toa a Bélgica votar “não” para essa resolução, e Brasil, Iugoslávia, Suécia, além de EUA (e mais 63 países) votarem “sim”⁵⁰⁶.

Ainda tivemos o maior número de “não votantes” das 5 resoluções ora analisadas (9), maior número de votos “não” (13), além de 15 abstenções (basicamente a média de abstenções dessas 5 resoluções, que é de 15,2). Destaca-se aqui o voto “não” da URSS, que parece estar bastante associado não apenas a um pragmatismo econômico imediato (afinal, pela resolução, o país deveria contribuir com mais recursos à partir de então), como a uma leitura de que, após a morte de Lumumba e sem um apoio efetivo da ONU aos aliados deste pela conquista do comando do país (que, eventualmente, eram mais próximos ao bloco

⁵⁰⁵ Em nossa dissertação de mestrado dedicamos aproximadamente uma página à “Crise do Congo”, a qual consideramos um dos acontecimentos mais “relevantes no plano externo em 1961” (ESPOSITO, 2019, p. 42-43) e, possivelmente, do século XX.

⁵⁰⁶ Lembrando que a resolução 1619 (XV) de 21 de abril de 1961 também versava sobre “*United Nations operations in the Congo: 1961 cost estimates and financing*”, e que nessa oportunidade Suécia e EUA já haviam votado “sim”, porém a Iugoslávia havia optado pela “abstenção”, e o Brasil registrava um de seus raros dois votos “não”.

socialista que ao capitalista)⁵⁰⁷, qualquer operação da ONU estaria fadada a ser um ralo de recursos da própria ONU e de vidas congoleas.

Além disso, as operações no Congo envolviam, por exemplo, a “*United Nations Operation in the Congo (Opération des Nations Unies au Congo, or ONUC)*”⁵⁰⁸, que durou de julho de 1960 a junho de 1964, e que teve trinta países contribuindo com pessoal militar, dentre eles nossos três:

Argentina, Áustria, **Brasil**, Birmânia, Canadá, Ceilão, Dinamarca, Etiópia, Gana, Guiné, Índia, Indonésia, Irã, Irlanda, Itália, Libéria, Malásia, Federação do Mali, Marrocos, Países Baixos, Nigéria, Noruega, Paquistão, Filipinas, Serra Leoa, Sudão, **Suécia**, Tunísia, República Árabe Unida e **Iugoslávia** (PEACEKEEPING, s/d, s/p, em tradução livre, grifos nossos)⁵⁰⁹.

Além da participação efetiva dos três, a Suécia ainda atuou como primeiro dos “Oficiais Responsáveis”, com Sture Linner, de maio de 1961⁵¹⁰ a janeiro de 1962, e como o primeiro dos “Comandantes de Força”, com o Tenente-General Carl C. von Horn, de julho a dezembro de 1960. (PEACEKEEPING, s/d, s/p)⁵¹¹. O interesse dos três nas questões relativas ao Congo é, então, ainda mais patente. Além disso, observa-se que dos trinta países, nós temos treze então integrantes do Movimento dos Países Não-Alinhados⁵¹² (Birmânia, Ceilão, Etiópia, Gana, Guiné, Índia, Indonésia, Mali, Marrocos, Sudão, Tunísia, República Árabe Unida e Iugoslávia), três países “neutros” (Áustria, Irlanda, Suécia), cinco países pertencentes à OTAN (Canadá, Dinamarca, Itália, Países Baixos, Noruega), três países de outras alianças capitalistas, como CENTO e SEATO (Irã, Paquistão, Filipinas), dois países “americanos”⁵¹³ (Argentina, Brasil), e nenhum país integrante do Bloco Socialista⁵¹⁴.

⁵⁰⁷ Um certo apreço mútuo entre Patrice Lumumba e a URSS pode ser percebido quando a URSS, após fundar a “Universidade da Amizade dos Povos” em 5 de fevereiro de 1960, dá a essa universidade o nome de Patrice Lumumba em 22 de fevereiro de 1961, ficando “Universidade Patrice Lumumba da Amizade dos Povos”. A universidade é reconhecida por formar vários “especialistas para países da Ásia, África e América Latina”. (История и Наша история, em tradução livre. Disponível em: <https://www.rudn.ru/about/history>. Acesso em: 11 set. 2023).

⁵⁰⁸ <https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/past/onucM.htm>. Acesso em 11 set. 2023.

⁵⁰⁹ <https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/past/onucF.html>. Acesso em 11 set. 2023.

⁵¹⁰ Antes do cargo de “Oficial Responsável”, cujo primeiro ocupante ingressou em maio de 1961, havia o cargo de “Representante Especial do Secretário-Geral”, cargo este ocupado, entre julho de 1960 e maio de 1961 por dois estadunidenses, um indiano e um sudanês (interino).

⁵¹¹ <https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/past/onucF.html>. Acesso em 11 set. 2023.

⁵¹² Ou seja, mais que a metade dos 25 signatários da Declaração de Belgrado.

⁵¹³ Aqui inserimos a categoria “países americanos” devido, entre outras coisas, às constantes investidas para a coesão hemisférica dos países do continente, como a Organização dos Estados

É de se imaginar que essa multiplicidade de representações políticas na ONU, inclusive com ao menos oito países profundamente alinhados aos EUA, e a ausência de qualquer representante do Bloco Socialista, somados aos desenvolvimentos internos da crise no Congo, causasse certo desânimo nos países vinculados ao Bloco liderado pela URSS em considerar financiamentos às operações no território africano.

A terceira resolução do período em que os três votaram alinhados aos EUA e contra a URSS foi a resolução seguinte, a 1733 (XVI) “*Fuerza de Emergencia de las Naciones Unidas: cálculo de los gastos para el mantenimiento de la Fuerza*”⁵¹⁵ (“Força de Emergência das Nações Unidas: cálculo de despesas para manutenção da Força” em tradução livre), também adotada na 1086a. Sessão Plenária, de 20 de dezembro de 1961. Essa resolução, especificamente, terá o menor número de votos “sim” das 5 resoluções analisadas nessa parte do trabalho (61), o maior número de abstenções (24), e o número mais constante de votos “não” (11). Inclusive, das 5 resoluções que analisamos nessa parte da tese, apenas a 1732 (XVI) que analisamos acima teve outra quantidade de votos “não” que não 11⁵¹⁶: foram 13⁵¹⁷.

Essa resolução retoma alguns aspectos da resolução anterior, como um preâmbulo mais longo e embasado em resoluções anteriores, faz um exame da “proposta de orçamento da Força de Emergência das Nações Unidas para 1962 apresentada pelo Secretário-Geral, bem como as observações e recomendações feitas sobre o mesmo pelo Comitê Consultivo para Questões Administrativas e Orçamentais”, e “Decide manter a conta de despesas especiais da Força de

Americanos (OEA, criada em 1948) e o “Tratado Interamericano de Assistência Recíproca” (TIAR, de 1947), fortemente influenciadas pelos EUA.

⁵¹⁴ Uma divisão semelhante é realizada por Steven Holloway, conforme Kim & Russett (1996, p. 631). De acordo com a dupla, Holloway teria analisado cinco sessões da AGNU – 1946, 1955, 1965, 1975 e 1985 – e encontrado, em 1985, três grandes blocos de votação: o mais coeso, que seria o grupo do Pacto de Varsóvia, que incluiria “um pequeno grupo de estados radicais do Terceiro Mundo”; o segundo grupo seria o dos Países Não-Alinhados; e o terceiro seria o da OCDE. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/pdf/2704240.pdf?casa_token=ao7KeLrptaMAAAAA:narnmlcibuCCGZFY-BtgjGG0jdxnRyp3mMC3X9njB77lceFidOC7H_zIFSEkzudreEoqWPIYc29LgEzAw-ZO2IDrU4chexQs75YU9M_iLWYjYzj-Vmhju

Acesso em: 12 set. 2023.

⁵¹⁵ Também, por estar indisponível em inglês optamos pela versão em espanhol.

⁵¹⁶ Esses onze países foram: Albânia, Bulgária, Bielorrússia, Cuba, Tchecoslováquia, Hungria, Mongólia, Polônia, Romênia, Ucrânia e URSS. Ou seja, basicamente os principais representantes do Bloco Socialista, visto que países como Alemanha Oriental, China (socialista), Vietnã e Coreia do Norte ainda não haviam sido aceitos como membros da ONU.

⁵¹⁷ Nessa resolução os países que votaram “não” são basicamente os mesmos da resolução 1733, com a “saída” de Cuba, e as peculiares “entradas” de Bélgica (por motivos bastante compreensíveis, visto que a resolução exigia maiores contribuições financeiras do país e um apoio às operações da ONU no Congo, o que o país não estava disposto a fazer), França e Madagascar (!).

Emergência das Nações Unidas”, autorizando o Secretário-Geral a gastar uma alta quantia mensal média (1.625.000 dólares), além de provisionar as operações da Força com US\$ 9.750.000 para os meses de janeiro a junho de 1962 (notemos que é uma quantia substancialmente menor que a destinada para as operações no Congo).

Assim como na resolução anterior, há uma proposta de redução da contribuição de certos países para as despesas, em moldes semelhantes, mas, para cobrir o déficit surgido dessa redução não aponta países específicos, como os membros do CSNU ou a Bélgica, mas retoma e reforça o apelo a “contribuições voluntárias dos Estados Membros para compensar o déficit causado pela aplicação das disposições” propostas.

A quarta e a quinta resoluções analisadas, ambas de 1963, têm focos semelhantes: a “Força de Emergência das Nações Unidas”. A resolução 1875 (S-IV) “*United Nations Emergency Force: cost estimates and financing for the period 1 July to 31 December 1963*” (“Força de Emergência das Nações Unidas: estimativas de custos e financiamento para o período de 1 de julho a 31 de dezembro de 1963” em tradução livre) foi adotada na 1205ª reunião plenária, de 27 de junho de 1963, no âmbito da “4ª Sessão Especial”, realizada entre 14 de maio e 27 de Junho de 1963, Sessão Especial esta que foi reunida justamente para discutir a “*Financial Situation of the UN*” (“Situação Financeira da ONU” em tradução livre).

Após o início mais ou menos típico, recordando uma série de resoluções e considerando os relatórios do Secretário-Geral e do Comitê Consultivo sobre Questões Administrativas e Orçamentárias sobre “as estimativas de custos da Força de Emergência das Nações Unidas para o período de 1 de janeiro de 1963 a 31 de dezembro de 1963”, a AGNU “Decide continuar a Conta Especial para as despesas da Força de Emergência das Nações Unidas”, autorizando “o Secretário-Geral a gastar até 31 de dezembro de 1963 a uma taxa média mensal não superior a 1.580.000 dólares para o custo contínuo da Força de Emergência das Nações Unidas”, e destinando “9,5 milhões de dólares para as operações da Força de Emergência das Nações Unidas para o período de 1 de julho a 31 de dezembro de 1963”.

A AGNU ainda aponta as formas como serão divididos, entre os membros, esses montantes a serem destinados, com valores bastante menores a serem

desembolsados por países considerados “economicamente menos desenvolvidos”, e:

5. Decide que, para os fins da presente resolução, o termo ‘países economicamente menos desenvolvidos’ significará todos os Estados Membros, exceto Austrália, Áustria, Bélgica, República Socialista Soviética da Bielorrússia, Canadá, Tchecoslováquia, Dinamarca, Finlândia, França, Hungria, Islândia, Irlanda, Itália, Japão, Luxemburgo, Países Baixos, Nova Zelândia, Noruega, Polónia, Romênia, África do Sul, Suécia, República Socialista Soviética Ucraniana, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e Estados Unidos da América;

A resolução prossegue recomendando que “os Estados Membros mencionados no parágrafo 5 acima façam contribuições voluntárias além de suas contribuições sob a presente resolução, a fim de financiar despesas autorizadas que excedam o valor total avaliado sob esta resolução”, explicando alguns detalhes mais técnicos do funcionamento institucional da resolução, e apelando “a todos os outros Estados-membros que estejam em condições de ajudar a fazer contribuições voluntárias semelhantes ou, alternativamente, a renunciarem ao cálculo das suas contribuições” para os fins de financiamento.

Novamente temos Brasil, Iugoslávia e Suécia concordando com a resolução (sendo Brasil e Iugoslávia dois países “beneficiados”, em termos de contribuição financeira, com a classificação de “economicamente menos desenvolvidos”), Suécia e EUA também concordando com a resolução, e URSS indo novamente contra – juntamente com os outros dez membros tidos como participantes do Bloco Socialista, elencados em nota de rodapé anterior.

Chama a atenção a caracterização, feita pela resolução, das condições “de desenvolvimento econômico” de alguns países, tais como Bielorrússia, Japão, Romênia, Ucrânia e, sobretudo, África do Sul, como países que estivessem “fora” da classificação de “economicamente menos desenvolvidos” se levarmos em consideração a condição econômica destes países no início dos anos 1960. Retomando uma análise feita anteriormente em nosso trabalho, em um mapa-múndi publicado em 1966, Yves Lacoste (1966, p.21)⁵¹⁸ considera tanto Romênia (presente na listagem acima) quanto a Bulgária (ausente) como pertencentes ao grupo “país subdesenvolvido”, assim como a África do Sul. O Japão aparece como um “país que

⁵¹⁸ LACOSTE, Yves. Geografia do Subdesenvolvimento. São Paulo: DIFEL, 1966.

apresenta importantes sequelas de situação próxima ao subdesenvolvimento”. Bielorrússia e Ucrânia aparecem como “país desenvolvido”, porém, no mapa, integram a URSS.

Na página anterior da mesma obra (LACOSTE, 1966, p. 20) há uma listagem classificatória relacionada ao “desenvolvimento dos países” chamada “PRODUTO NACIONAL BRUTO (EM DÓLARES) POR HABITANTE E POR ANO”, trazendo variados países classificados em faixas que variam desde “- de 100\$” até “+ de 2000\$” (faixa esta ocupada apenas por EUA e Canadá). Nessa tabela, por exemplo, a Romênia ocupa a mesma “faixa”, “+ de 500\$” (e – de 1000\$) de Itália, Polônia e Áustria (presentes na listagem da resolução) bem como de Israel, Venezuela e Uruguai (ausentes na listagem da resolução). Na faixa imediatamente inferior, “+ de 250\$” (e – de 500\$), o Japão e África do Sul (presentes na listagem da resolução) dividem espaço com Argentina, Bulgária, Iugoslávia e Brasil (ausentes na listagem da resolução).

Em um gráfico do mesmo autor (LACOSTE, 1973, p. 70-1)⁵¹⁹, Japão, Romênia e Hungria (presentes na listagem da resolução) dividem o mesmo “quadrante de subdesenvolvimento” de Iugoslávia, Bulgária, Espanha, Portugal e Grécia (ausentes). Ou seja, se as classificações de “desenvolvimento de um país” tendem a ser polêmicas por si, quando aplicadas em resoluções da ONU é compreensível certos graus de contrariedade, o que pode explicar o voto “não” de URSS e aliados.

Ainda sobre a resolução 1875 um (re)esclarecimento que pode ser importante. Essa “*United Nations Emergency Force*” a que nos referimos, também conhecida pela sigla “UNEF-I” foi “a primeira força de manutenção da paz das Nações Unidas”, criada:

[...] pela primeira sessão especial de emergência da Assembleia Geral, realizada de 1 a 10 de novembro de 1956. O mandato da Força era garantir e supervisionar a cessação das hostilidades, incluindo a retirada das forças armadas de França, de Israel e do Reino Unido do território egípcio e, após a retirada, servir como anteparo entre as forças egípcias e israelenses e fornecer supervisão imparcial do cessar-fogo. A UNEF foi retirada em maio-junho de 1967, a pedido do Egito.” (PEACEKEEPING, s/d, s/p, em tradução livre)⁵²⁰.

⁵¹⁹ LACOSTE, Yves. Perspectivas de Geografia Ativa em País Subdesenvolvido In: GEORGE, Pierre et. al. A Geografia Ativa. São Paulo: DIFEL, 1973.

⁵²⁰ Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/past/unef1mandate.html>. Acesso em 11 set. 2023.

Entendemos ser importante detalhar um pouco do histórico da UNEF-I, pois, além dela ter atravessado todo o período por nós estudado neste trabalho, durando de novembro de 1956 a junho de 1967, ela teve como países “Contribuintes de Pessoal Militar” 10 países, dentre os quais, nossos três principais: “**Brasil**, Canadá, Colômbia, Dinamarca, Finlândia, Índia, Indonésia, Noruega, **Suécia e Iugoslávia**” (PEACEKEEPING, s/d, s/p, em tradução livre, grifos nossos)⁵²¹. Brasil e Iugoslávia (ainda que como interino do Brasil) ainda chegaram a comandar as forças, como exposto a seguir:

Comandantes da Força

Tenente-General ELM Burns (Canadá) - Novembro de 1956 - dezembro de 1959

Tenente-General PS Gyani (Índia) - Dezembro de 1959 - janeiro de 1964

Major-General Carlos F. Paiva Chaves (Brasil) - Janeiro de 1964 - agosto de 1964

Coronel Lazar Musicki (Iugoslávia) (interino) - Agosto de 1964 - janeiro de 1965

Major-General Syseno Sarmento (Brasil) - Janeiro de 1965 - janeiro de 1966

Major-General Indar J. Rikhye (Índia) - Janeiro de 1966 - junho de 1967 (PEACEKEEPING, s/d, s/p, em tradução livre)⁵²².

Interessante observar que dos dez países que forneceram pessoal militar, temos três membros do Movimento dos Países Não-Alinhados (Índia, Indonésia e Iugoslávia), dois países “neutros” (Finlândia e Suécia), três países membros da OTAN (Canadá, que forneceu inclusive o primeiro comandante, Dinamarca e Noruega), dois países “americanos” (Colômbia e Brasil, que assumirá o comando justamente quando o Brasil abandona a PEI em direção ao alinhamento automático com os EUA), e, assim como na ONU, nenhum país aliado e/ou pertencente ao Bloco Socialista. Esses são elementos que merecem ser levados em consideração não apenas para os votos “sim” de Brasil, Suécia e Iugoslávia, como também para a aparente má vontade do Bloco Socialista com o financiamento da UNEF-I.

E, por fim, a última resolução deste recorte, a 1983 (XVIII) “*United Nations Emergency Force*” (“Força de Emergência das Nações Unidas” em tradução livre), adotada na 1285ª reunião plenária, de 17 de dezembro de 1963. Tematizando

⁵²¹ Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/past/unef1facts.html>. Acesso em 11 set. 2023.

⁵²² Id., lb.

novamente a “Força de Emergência das Nações Unidas” e seu financiamento, essa resolução é bastante parecida com a aprovada menos de seis meses antes, na Sessão Especial, tanto em forma, como em conteúdo, e ainda números de votos.

Novamente a resolução se inicia recordando uma série de resoluções anteriores, e considerando os relatórios do Secretário-Geral e do Comitê Consultivo sobre Questões Administrativas e Orçamentárias sobre “as estimativas de custos da Força de Emergência das Nações Unidas”, desta vez “para o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1964”. Porém, nessa resolução, a AGNU diz expressar:

esperança de que esta avaliação ad hoc seja a última a ser apresentada à Assembleia Geral e que o Grupo de Trabalho sobre o Exame dos Procedimentos Administrativos e Orçamentais das Nações Unidas possa recomendar à Assembleia, na décima nona sessão, um método especial para a partilha equitativa dos custos das operações de manutenção da paz que envolvem despesas pesadas,

Essa passagem é muito importante pois, além do que ela traz, devemos lembrar que o número de votações em 1964 será grave e decisivamente prejudicado justamente por desentendimentos quanto ao financiamento da ONU.

Continuando, a resolução ainda retoma a ideia de que

os países economicamente mais desenvolvidos estão em posição de fazer contribuições relativamente maiores e que os países economicamente menos desenvolvidos têm uma capacidade relativamente limitada para contribuir para operações de manutenção da paz que envolvem despesas pesadas,

E, nesse sentido, “Decide dar continuidade à Conta Especial para a Força de Emergência das Nações Unidas”, agora destinando “17.750.000 dólares para as operações da Força de Emergência das Nações Unidas em 1964”, novamente explicando as formas pelas quais os valores seriam rateados entre os membros, promovendo uma menor contribuição por parte dos mesmos membros considerados anteriormente “países economicamente menos desenvolvidos”⁵²³.

⁵²³ Ou como está na própria resolução: “para os fins da presente resolução, o termo ‘países economicamente menos desenvolvidos’ significará todos os Estados Membros, exceto Austrália, Áustria, Bélgica, República Socialista Soviética da Bielo-Rússia, Canadá, Tchecoslováquia, Dinamarca, Finlândia, França, Hungria, Islândia, Irlanda, Itália, Japão, Luxemburgo, Países Baixos, Nova Zelândia, Noruega, Polônia, Romênia, África do Sul, Suécia, República Socialista Soviética Ucraniana, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e os Estados Unidos da América;”

A resolução prossegue novamente recomendando que os membros considerados mais desenvolvidos “façam contribuições voluntárias além de suas contribuições sob a presente resolução”, explicando o funcionamento dos fluxos de financiamento e outros detalhes. Também apela, uma vez mais, aos outros Estados-membros a fazer contribuições voluntárias ou a renunciarem ao cálculo das suas contribuições, e finaliza com mais detalhes burocráticos.

E assim como na maioria das resoluções tratadas nessa parte do trabalho, os votos “sim”, compartilhados por Brasil, Suécia e Iugoslávia, têm a companhia dos EUA e da maioria expressiva dos outros membros (77 no total), a quantidade de não votantes é baixa (5), o Bloco Socialista vota coeso e sozinho na “crítica” (11 votos “não”) e as abstenções superam os 10% dos membros (nesse caso, 20 abstenções ou 17,7%).

Pudemos perceber que a expressiva maioria das vezes (4/5) que os três votaram alinhados entre si e com os EUA, e contra a URSS, a temática envolvia o financiamento da ONU em geral, e de casos de emergência em específico – e dos quais as operações no Congo e a UNEF são exemplos razoavelmente eloquentes, dada a íntima participação dos três em ambos os casos. Os problemas quanto a isso, que já são perceptíveis em 1961, chegam em 1963 e vão comprometer fortemente o funcionamento da ONU em 1964. Também pudemos ver o alinhamento dos três contra a URSS (e, nesses casos, aos membros do Bloco Socialista) quando da votação da resolução 1632(XVI) que basicamente mirava na condenação aos usos (e abusos) de armas nucleares nas vésperas do teste soviético da Tsar Bomb – inclusive essa resolução figura entre as resoluções com menor número de abstenções: 1 apenas, o Mali.

5.4.2.3.4 Os 3 votaram alinhados entre si, diferentes dos EUA e contra a URSS

A partir de agora analisaremos o que entendemos ser cinco dos principais momentos de um eventual alinhamento entre Brasil, Suécia e Iugoslávia: as 5 resoluções (6,41%) em que os três votaram diferentes e/ou contra as superpotências. Em 3 destas oportunidades (3,85%), Brasil, Suécia e Iugoslávia votaram alinhados entre si, “sim”, diferentes dos EUA e contra a URSS. Entendemos que sejam possíveis outras maneiras de se analisar estes votos um tanto mais destoantes, envolvendo outras totalizações, como por exemplo: “Os 3 votaram 9

vezes diferentes dos EUA”, ou “os 3 votaram 8 vezes contra a URSS”, mas para os fins almejados, e pela metodologia utilizada, julgamos essa maneira a mais adequada.

Nestas 3 votações em que Brasil, Suécia e Iugoslávia votaram alinhados entre si, diferentes dos EUA e contra a URSS, há um dado que chama a atenção: todas estão na mesma Sessão e no mesmo ano: Sessão XVIII de 1963. Outro dado é que se percebe que, em termos “numéricos”, foram aprovadas apenas duas resoluções nessa tendência de votação, a 1957(XVIII) e a 1991(XVIII). Porém esta última, apesar do mesmo código e título, passou por duas votações separadas, então sendo contabilizada como duas “oportunidades”: 1991(XVIII)[A] e 1991(XVIII)[B], que detalharemos adiante, mas que explica por que consideramos, então, 3 as votações em que Brasil, Suécia e Iugoslávia votaram diferentes dos EUA e contra a URSS.

Nessas resoluções os votos “sim” variam desde uma das mais baixas quantidades da série (51) até uma das mais altas (97, gerando uma média de 81), os votos “não” foram relativamente baixos, entre 10 para a primeira votação e 11 para as demais (média de 10,7), as abstenções possuem uma grande variação, entre 4 e 23 (média também de 10,7), e os não votantes uma variação maior ainda, entre 1 (as duas últimas votações) e 23 (a primeira delas, média de 9,7). Inclusive, dadas as grandes discrepâncias entre os números de tão poucas votações, as médias se apresentam quase como uma formalidade e não necessariamente algo mais revelador.

As 3 Resoluções em que os 3 votaram iguais entre si, diferentes dos EUA e contra a URSS

ID	ID2	ID3	DATA	RESOLUÇÃO	TÍTULO	SIM	NÃO	ABSTE	NÃO-VOT	total	TOTAL DE	BRASIL	SUÉCIA	IUGOSLÁVIA	EUA	URSS
69	14	11	12/12/1963	A/RES/1957(XVIII)	Installation of mechanical means of voting : resolution / adopted by the General Assembly	51	10	23	27	111	111	Y	Y	Y	A	N
74	19	16	17/12/1963	A/RES/1991(XVIII)[B]	Question of equitable representation on the Security Council and the Economic and Social Council : resolution	96	11	5	1	113	113	Y	Y	Y	A	N
75	20	17	17/12/1963	A/RES/1991(XVIII)[A]	Question of equitable representation on the Security Council and the Economic and Social Council : resolution	97	11	4	1	113	113	Y	Y	Y	A	N

Elaborado pelo autor.

A primeira das resoluções que analisaremos é a 1957 (XVIII) “*Installation of mechanical means of voting*” (“Instalação de meios mecânicos de votação” em tradução livre), adotada na 1278ª reunião plenária, de 12 de dezembro de 1963. Uma das mais enxutas das resoluções até aqui analisadas (menos de 1100 caracteres), essa resolução está entre as mais controversas quando analisamos as

votações. Uma das menores quantidades de votos “sim” (51, sendo a 5º pior em números relativos, pois aprovada com apenas 45,9% dos membros), apesar do alinhamento de Brasil, Suécia e Iugoslávia, e com expressivas quantidades de abstenções (23), aqui simbolizadas pelos EUA, e de não-votantes (27), que, juntos com as abstenções dão quase a mesma quantidade de votos “sim” (50). Os votos “não” são em números reduzidos (10), basicamente circunscritos ao Bloco Socialista – apesar das “ausências” de Albânia e da Cuba não-alinhada, que não votaram, e da “presença” do “Congo (Leopoldville)”, que também votou “não”.

A resolução, curta e relativamente burocrática, e que se inicia considerando “as partes do relatório do Comitê Ad Hoc que dizem respeito à introdução de meios mecânicos de votação” bem como alguns relatórios, basicamente se restringe a autorizar “o Secretário-Geral a providenciar a instalação de equipamento elétrico de votação no Salão da Assembleia Geral, em caráter experimental, durante um ano”, tomando a precaução de “permitir uma eventual expansão do sistema sem **gastos indevidos**, se o experimento for bem-sucedido” (grifos nossos), e solicitando “ao Secretário-Geral que inclua na agenda provisória da décima nona sessão um item intitulado ‘Instalação de meios mecânicos de votação’”.

Nos parece bastante intrigante que os três tenham votado juntos, e diferentes/contra as potências numa resolução que, em termos de votos, tenha sido tão disputada. E mais intrigante ainda que uma resolução, aparentemente tão simples em termos de forma e conteúdo, tenha tido votações tão díspares e, de certo modo, inesperadas. Afinal, é curioso observar que não apenas o considerado Bloco Socialista tenha votado de forma menos coesa, como a presença inusitada do Congo (Leopoldville) junto com a URSS. Também é curioso que Cuba não tenha votado nem junto com o líder do Bloco Socialista (URSS, que votou “não”), nem junto com um dos líderes dos Não-Alinhados (Iugoslávia, que votou “sim”), tampouco junto com o líder do Bloco Capitalista (EUA, que se absteve), pois simplesmente não votou.

Contudo, olhando mais atentamente, especialmente de acordo com certos “grupos” que aventamos mais acima, o Bloco Socialista votou com certa coesão no “não”, deixando o Bloco Capitalista e os Não-Alinhados se subdividindo entre “sim”, abstenções e ausências. Por exemplo, dos principais líderes dos Não-Alinhados, os 4 considerados mais influentes, Iugoslávia, República Árabe Unida, Índia e Indonésia, votaram “sim” – ainda que outros países importantes, como a acima

citada Cuba, Gana e Tunísia não votaram, e Etiópia e Argélia se abstiveram. Quanto ao Bloco Capitalista, em seu núcleo principal, a OTAN, basicamente apenas EUA e Portugal se abstiveram, tendo Grécia e Islândia se ausentado, e os demais votado “sim”.

Portanto, um voto que emerge como interessante é a abstenção dos EUA. Uma suspeita que aventamos, ainda que não tenhamos seguido uma investigação profunda para provar, visto a fuga do escopo, é que muito provavelmente, dados os avanços tecnológicos dos EUA nessa época e nesse campo, o(s) fornecedor(es) do equipamento para as votações talvez seriam os próprios EUA⁵²⁴. Se “votação eletrônica” e sua subsequente apuração causam ressalvas ainda na década de 20 do século XXI, é de se imaginar que temores de sabotagem e trapaças também povoassem certas cabeças, ainda mais levando em conta o histórico político dos EUA – o que muito possivelmente o Bloco Socialista levava em grande consideração.

Isso constitui pistas para explicar tanto a abstenção dos EUA, talvez visando eliminar eventuais suspeitas quanto a um esforço demasiado para a aprovação desse tipo de proposta, quanto a massiva quantidade de votos “sim” por parte dos membros subordinados da OTAN, bem como o voto “não” de URSS e aliados próximos a esta. E, para o nosso trabalho, isso pode significar que a abstenção dos EUA talvez estivesse muito mais próxima do “sim” de Brasil, Suécia e Iugoslávia, do que do “não” da URSS, novamente deixando os três mais distantes dos euroasiáticos e menos distantes dos americanos.

⁵²⁴ Corroborando essa hipótese, a “*Historical Timeline - Electronic Voting Machines and Related Voting Technology*” da “*ProCon/Encyclopaedia Britannica*”, traz, em todo o século XX, apenas desenvolvimentos nessa área realizados nos EUA. (Disponível em: <https://votingmachines.procon.org/historical-timeline/#1900-1999>. Acesso em 12 set. 2023). Nessa “*Timeline*” há um tópico dedicado apenas à “*Votomatic Punch Card Voting System Patented*”, patenteada por Joseph P. Harris, com a ajuda de William Rouverol em 17 de agosto de 1965. Essa máquina também é “celebrada” em página dedicada no site da IBM (disponível em: https://www.ibm.com/ibm/history/exhibits/supplies/supplies_5404PH12.html . Acesso em: 12 set. 2023). E o primeiro registro visual que temos de “votação mecânica” sendo testada é de um vídeo da própria ONU, e do mesmo ano de 1965 da patente acima, chamado: “*Explanation and demonstration of newly installed electronic voting machine in the General Assembly hall*”, de 14 de setembro de 1965. O vídeo de 00:09:04 de duração traz o teste da máquina, porém não é possível identificar o fabricante – especialmente porque o vídeo não tem áudio até 00:03:13. (Disponível em: <https://www.unmultimedia.org/avlibrary/asset/2550/2550346/>. Acesso em: 12 set. 2023). Não é possível afirmar com certeza de que a máquina proposta para o uso da AGNU fosse de origem estadunidense, porém há fortes elementos indicativos nessa direção. Outro exemplo é o tópico “*Historical Review*” da página “*Elections and Technology*” do site da “ACE Electoral Knowledge Network” que também reforça a ideia da relação entre “*mechanical voting machines*” e os EUA ao longo do século XX. (Disponível em: <https://aceproject.org/main/english/et/et60.htm>. Acesso em: 12 set. 2023).

A segunda votação que os três votaram diferentes dos EUA e contra a URSS foi para a resolução 1991 (XVIII) "*Question of equitable representation on the Security Council and the Economic and Social Council*" ("Questão da representação equitativa no Conselho de Segurança e no Conselho Econômico e Social" em tradução livre), adotada na 1285ª reunião plenária, de 17 de dezembro de 1963. E, conforme comentado acima, essa resolução foi dividida e votada em duas partes diferentes, a parte "A" e a "B". Então, primeiramente analisaremos a parte "A" e, em seguida, a parte "B".

A resolução 1991 (XVIII)[A] é dedicada ao Conselho de Segurança, como já fica claro em seu início, quando diz que a AGNU considera "que a atual composição do Conselho de Segurança é desigual e desequilibrada", e reconhece "que o aumento do número de membros das Nações Unidas torna necessário alargar o número de membros" do mesmo, a fim de proporcionar "uma representação geográfica mais adequada dos membros não permanentes e tornando-o um órgão mais eficaz para o desempenho das suas funções ao abrigo da Carta das Nações Unidas".

Dito isto, e "Tendo em mente as conclusões e recomendações do Comitê sobre a organização de uma conferência com o objetivo de rever a Carta", a resolução diz que a AGNU "Decide adotar, em conformidade com o artigo 108.º da Carta das Nações Unidas" uma série de "alterações à Carta e submetê-las à ratificação pelos Estados Membros das Nações Unidas", sendo as principais: aumentar de "onze" para "quinze" a quantidade de membros do CSNU; e aumentar de "seis" para "dez" a quantidade de membros não permanentes – mantendo, portanto, os cinco membros permanentes.

Além disso propõe uma mudança para a "segunda frase" do item 2 do artigo 23, que "passa a ter a seguinte redação": "Na primeira eleição dos membros não permanentes após o aumento do número de membros do Conselho de Segurança de onze para quinze, dois dos quatro membros adicionais serão escolhidos para um mandato de um ano". Ainda, propõe o aumento de "sete" para "nove" membros no número de "votos afirmativos" para que "As decisões do Conselho de Segurança, em questões processuais" sejam tomadas, bem como para "todos os outros assuntos".

Por fim "Apela a todos os Estados-Membros para que ratifiquem as alterações [...] até 1 de Setembro de 1965", e "Decide ainda que os dez membros não

permanentes do Conselho de Segurança” deveriam ser “eleitos de acordo com o seguinte padrão”: “(a) Cinco de Estados africanos e asiáticos; (b) Um dos Estados da Europa Oriental; (c) Dois de Estados Latino-Americanos; (d) Dois da Europa Ocidental e de outros Estados.”⁵²⁵

Até 1964 o CSNU tinha tido como membros apenas 48 dos 113 membros da AGNU, ou seja, menos da metade. Desses 48, 5 são os membros permanentes, e os outros 43 integraram como membros não permanentes. Dentre esses 43, Brasil, Suécia e Iugoslávia aparecem representados, porém em quantidades bastante desiguais. A Suécia havia participado apenas uma vez, no biênio de 1957-58. A Iugoslávia participou duas vezes, porém por apenas 3 anos, no biênio 1951-52 e em 1956⁵²⁶. Por fim, o Brasil, recordista dentre os membros não permanentes (em 2023, com números próximos ao do Japão), e que já o era na década de 1960. Entre 1946 e 1964 o Brasil ocupou um dos dois assentos reservado à América Latina quatro vezes, totalizando 8 anos, nos biênios 1946-47 (o primeiro de existência do CSNU), 1951-52 (aqui, em concomitância com a Iugoslávia), 1954-55, e 1963-64.

A princípio, a ideia exposta pela resolução para a ampliação do CSNU parece bastante razoável. E isso contribui para explicar que essa é uma das resoluções, do período, com maiores número de votos “sim” (97), menores números de “não votantes” (1, Zanzibar), e menores números de abstenções (4, EUA, Reino Unido, Portugal e África do Sul). Contudo o número de votos “não” voltou a ser 11, como em outras vezes, e novamente endossado pela URSS. Os demais 10 votos foram predominantemente do Bloco Socialista (Bulgária, Bielorrússia, Tchecoslováquia, Hungria, Mongólia, Polônia, Romênia e Ucrânia), da socialista não-alinhada Cuba e da capitalista alinhada aos EUA, França. Além da Iugoslávia, outro país socialista que votou “sim” foi a Albânia.

⁵²⁵ O item “a)” na prática acabará sendo desmembrado em “dois grupos”: um “Grupo Africano” composto por três membros, e um “Grupo Ásia-Pacífico” composto por dois membros – e ambos os grupos elegendo, alternadamente países “árabes” em suas composições. Por exemplo: em 1966 (e continuando um mandato iniciado em 1965 pelo “assento Oriente Médio”) nós temos a “árabe” Jordânia no grupo Ásia-Pacífico; para o biênio 1968-69 a “árabe” Argélia integrava o “grupo Africano”.

⁵²⁶ Lembrando que até 1956 a composição do CSNU incluía 6 membros não permanentes, respeitando certas quantidades por “agrupamentos regionais/assentos”: América Latina (que possuía dois “assentos” para dois “membros”), Commonwealth (1 membro), Oriente Médio (1 membro), Europa Ocidental (1 membro), e Europa Oriental (1 membro). À partir de 1956 o assento “Europa Oriental” passou a se chamar “Europa Oriental e Ásia”, e o assento, ao invés de abrigar 1 membro por dois anos, passou a abrigar 2 membros por um ano cada, alternando um ano para um país da Europa Oriental e outro ano para um país da Ásia. Então para o Biênio 1956-57 tivemos o assento ocupado pela Iugoslávia em 1956 e pelas Filipinas em 1957. A exceção será o biênio 1958-59, com o assento ocupado exclusivamente pelo Japão.

Entretanto alguns detalhes merecem ser esmiuçados. Primeiramente, o apoio de Brasil, Suécia e Iugoslávia, integrando, ao que parece, uma “ampla corrente” pró-ampliação do CSNU. Olhando o texto da resolução, o voto “sim” do Brasil não causa muita surpresa: país recorrente no CSNU, viu sua “região geográfica” permanecer com os mesmos dois assentos. O voto da Suécia também era esperado, afinal, ao dobrar de um para dois assentos da Europa Ocidental, mesmo que o novo grupo surgido com o nome “Europa Ocidental e Outros” incorporasse alguns egressos da Commonwealth (Canadá, Austrália e Nova Zelândia), o país viu suas chances de voltar a fazer parte do CSNU aumentarem significativamente – ainda que, na prática, sua segunda participação só irá ocorrer quase 20 anos depois da primeira, no biênio 1975-76. E o voto da Iugoslávia também guarda uma certa previsibilidade, visto que a nova proposta restabelecia um assento exclusivo para representantes da Europa Oriental, o que, ainda que não aumentasse necessariamente a possibilidade de fazer parte do CSNU, ao menos restituía aos países da região a possibilidade de ingressar no órgão por dois anos.

Já as abstenções e votos “não” são mais complexos. Primeiro pelo alinhamento entre, de um lado os constantemente controversos votos de Portugal e África do Sul, e de outro, EUA e Reino Unido - ainda que não deixe de ser revelador de certas proximidades político-ideológicas mais profundas entre os quatro países. O “não” do Reino Unido também pode ser compreendido sob a ótica do desaparecimento do assento exclusivo para a Commonwealth, grupo de países em que o Reino Unido tinha forte influência. O voto dos EUA parece mais “enigmático”, talvez optando pragmaticamente por um voto menos incisivo numa temática que já estava virtualmente decidida pela maioria dos membros.

Outra surpresa é ver a França se juntar à maioria dos países socialistas no voto “não”. E os motivos podem variar, desde o então certo tipo de afastamento existente entre França e os demais membros da OTAN⁵²⁷ (grupo que, apesar da abstenção do “líder”, votou em peso no “sim”), até uma radicalização mais fascista (em direção a uma recusa da ampliação dos assentos para asiáticos e africanos), ou

⁵²⁷ “Em 1966, o Presidente Charles de Gaulle retirou a França da estrutura integrada de comando militar da OTAN (uma decisão que foi revertida em 2009). Charles de Gaulle expressou o desejo de maior independência militar, especialmente em relação aos Estados Unidos.” (NATO, s/d, s/p; Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/declassified_160672.htm. Acesso em: 14 set. 2023).

uma improvável radicalização no sentido oposto, em julgar que o aumento de vagas – inclusive para asiáticos e africanos – fora insuficiente.

Quanto aos votos “não” da maior parte dos socialistas, encabeçados pela URSS, também são possíveis algumas especulações. A primeira delas que nos vem à mente é que temos uma proposta relativamente ousada de mudança no CSNU e mesmo assim a “Questão da China”, isto é, a questão sobre qual China, socialista ou capitalista, deveria estar representada no CSNU, e que povoava seguidas resoluções da AGNU, não é sequer citada. Logo, um processo de mudança do CSNU que carecia de uma questão tão candente como esta poderia mesmo ser objeto de algumas objeções.

Outro ponto interessante, e que pode ser levado em conta, é a proporcionalidade da expansão proposta. Entre a Sessão I e a Sessão XVIII o número de membros da ONU saiu de 51 para 113, ou seja, mais que duplicando (2,22 vezes, para ser mais específico). Sendo assim, quando o CSNU se reuniu pela primeira vez ele era composto, praticamente, por 20% da AGNU, sendo inclusive aproximadamente 10% da AGNU membros permanentes. Se realmente houvesse o interesse em aumentar proporcionalmente o CSNU para garantir representatividade ao menos semelhante ao seu início, após os 20 anos de contínuas expansões da AGNU, o CSNU deveria aumentar não para 15 o número de membros, e sim para, pelo menos, 24, e os membros permanentes para pelo menos 11 (em ambos os casos valores resultantes da multiplicação dos números iniciais de membros pelo fator 2,22 de crescimento de membros no período)⁵²⁸. Ou seja, ainda que uma expansão do número de membros fosse possivelmente bem vista, os métodos, as proporções e a ausência da China socialista⁵²⁹ no debate podem ter contribuído para os votos “não” de URSS e alguns de seus aliados.

⁵²⁸ Sabendo que ainda em 2023 a ideia de uma expansão do CSNU seja polêmica, e a ideia de uma expansão de seus membros permanentes seja mais ainda, caso as forças políticas mantivessem o número de membros permanentes em 5, seria razoável expandir então os membros não permanentes para ao menos 19, isto é, praticamente o dobro do que acabou sendo implementado.

⁵²⁹ Muito embora seja importante ressaltar que o início da década de 1960 marca um expressivo afastamento político entre URSS e Albânia e entre URSS e China socialista. Isso pode ajudar a matizar a nossa hipótese de que a ausência da China socialista teve grande interferência na escolha pelo “não” por parte de expressiva maioria dos países socialistas, inclusive a URSS. Afinal uma certa interpretação do período permite afirmar que o mútuo afastamento de Albânia e China em relação à URSS também foi marcado por uma mútua aproximação entre o país balcânico e o país do extremo oriente. Porém essa eventual aproximação não teria sido capaz de fazer a Albânia votar “não”, em virtual crítica à ausência da China.

A terceira e última das votações em que os 3 votaram diferentes dos EUA e contra a URSS foi a também 1991 (XVIII) só que [B], esta dedicada ao Conselho Econômico e Social. De forma semelhante à “parte A”, a “parte B” inicia com a AGNU “Reconhecendo que o aumento do número de membros das Nações Unidas torna necessário alargar o número de membros do Conselho Econômico e Social”, visando “proporcionar nele uma representação geográfica mais adequada”, bem como “a torná-lo um órgão mais eficaz para o desempenho das suas funções sob Capítulos IX e X da Carta das Nações Unidas”.

E, após recordar “as resoluções 974 B e C (XXXVI) do Conselho Econômico e Social de 22 de Julho de 1963” e “Tendo em mente as conclusões e recomendações do Comitê sobre a organização de uma conferência com o objetivo de rever a Carta”, a AGNU “Decide adotar, em conformidade com o Artigo 108 da Carta das Nações Unidas” alterações à Carta, especialmente no artigo 61, e submetê-las “à ratificação pelos Estados Membros das Nações Unidas”. Em suma, a principal alteração eleva o número de membros do Conselho Econômico e Social de 18 para 27⁵³⁰, e informa outras alterações burocráticas no funcionamento do órgão.

A resolução termina apelando “a todos os Estados-Membros para que ratifiquem a alteração acima, de acordo com os seus respectivos processos constitucionais, até 1 de Setembro de 1965” e decidindo que, “sem prejuízo da atual distribuição de assentos no Conselho Econômico e Social, os nove membros adicionais serão eleitos de acordo com o seguinte padrão: (a) Sete de Estados africanos e asiáticos; (b) Um dos Estados Latino-Americanos; (c) Um da Europa Ocidental e de outros Estados.”

Os números da votação desta parte “B” são bem semelhantes aos da parte anterior. Totalizam 96 votos “sim” (1 a menos), 5 abstenções (1 a mais), e as mesmas quantidades de votos “não” (11) e não votantes (1). Ou seja, novamente uma votação com franca maioria de votos “sim”, parcialmente protagonizada por Brasil, Suécia e Iugoslávia, poucos votos “não” (os mesmos países da “parte A”), mínima quantidade de não votantes (novamente Zanzibar) e, portanto, uma única alteração de voto: a República da China, que votou “sim” na “parte A” agora optava pela abstenção, se juntando a EUA, Reino Unido, Portugal e África do Sul.

⁵³⁰ A emenda subsequente a este artigo, que entrou em vigor a 24 de setembro de 1973, elevou posteriormente o número de membros do Conselho para cinquenta e quatro.

Como o teor, as propostas e as votações da “parte B” são semelhantes às da “parte A”, as ponderações acerca dessas votações também o são. Contudo, o caráter, digamos, mais amplo e democrático do Comitê Econômico e Social em relação ao CSNU, que desde o início já tinha mais membros e não possui membros permanentes (e, conseqüentemente, ninguém com “poder de veto”), e que agora se propunha a ser ainda maior, bem como a considerável menor força e incisão deste comitê em relação ao seu análogo⁵³¹, também nos permite matizar, e diminuir a força e a incisão de nossas conclusões anteriores, mas não uma invalidação.

Primeiro porque chama a atenção que a única mudança de voto seja da China, país que argumentamos que pode estar no centro dos motivos dos votos negativos da maioria dos países socialistas. Em seguida, porque o aumento de 18 para 27 membros no Conselho também não reflete uma proporcionalidade semelhante à aplicação de membros na AGNU. Aplicando novamente o fator 2,22, o aumento deveria ter sido de 22 membros, e não apenas 9, e elevando o número total a 40⁵³².

Enfim, a análise destes três votos em que Brasil, Suécia e Iugoslávia votaram diferentes dos EUA e contra a URSS, nos permite alguns apontamentos. O primeiro é que a votação mais acirrada das três, isto é, onde a votação na qual as posições dos países demonstradas pelos votos “sim”, “não”, abstenções e ausências foram menos distantes entre si, se deu sobre um tema importante para o funcionamento geral da ONU, mas de menor gravidade para a política internacional vista de modo mais amplo. É salutar tamanhos “desalinhamentos” entre os membros da AGNU acerca do “voto mecânico”.

Já as duas votações em temas mais graves, sobre a ampliação do CSNU e do Conselho Econômico e Social, envolvendo inclusive a alteração do principal documento da ONU, sua “Carta”, e com um considerável potencial de impacto na política internacional (especialmente em função do CSNU), com seus altos números de votos “sim”, mostraram muito mais um consenso internacional entre os países membros da AGNU, consenso esse compartilhado pelos 3, do que algum tipo de

⁵³¹ A diferença entre a quantidade e qualidade relativas dos registros, organização e disponibilidade de informações entre o CSNU e o Conselho Econômico e Social é bastante perceptível em favor do CSNU, quase que demonstrando uma maior relevância explícita deste.

⁵³² Como dito acima, esse número será ampliado posteriormente para os atuais 54 membros. Contudo, aplicando à proporção entre os membros do Conselho em 1946 (18 e 51 membros) para hoje (54 de 193 membros), temos hoje um Conselho com menos representação relativa que em 1946. Se o Conselho tivesse aumentado o número de membros na mesma proporção da AGNU, hoje ele deveria ter aproximadamente 68 membros.

enfrentamento ou discordância mais severa entre os três e as superpotências. Isto é, nesses casos, talvez mais do que nos demais, a sentença possa ser invertida: não foram necessariamente Brasil, Suécia e Iugoslávia que votaram diferentes de EUA e contra URSS, e sim que EUA votaram diferente e URSS votaram contra os 3 e uma ampla maioria. Porém, um vaticínio dessa envergadura mereceria uma análise muitíssimo mais minuciosa da elaboração da resolução 1991(XVIII) em si. Isto é: o(s) país(es) que a propôs(propuseram); os debates nos comitês específicos pelos quais a resolução pode ter passado até chegar no plenário da AGNU; averiguar se essa resolução e/ou outras semelhantes já haviam sido negadas e/ou renegadas anteriormente, e por quais votações etc., o que fugiria do escopo de nossa tese.

Mas esses votos “sim”, “alinhados” entre Brasil, Suécia e Iugoslávia, e “desalinhados” entre as superpotências, para além de eventuais valores simbólicos em si, também agem como consistentes reafirmações “práticas” das “ideias” aventadas pelas políticas externas de Brasil, Suécia e Iugoslávia. Por exemplo, expressam, ainda que de maneira geral, um compromisso com a modernização da ONU, tanto técnica quanto politicamente, uma maior democratização dos espaços da organização, com a ampliação de três de seus principais órgãos – AGNU, CSNU e Conselho Econômico e Social – especialmente com a incorporação “garantida”, nestes dois últimos, de representantes dos dois grandes lócus da descolonização: África e Ásia.

Afinal, não é nada desprezível o fato de que em 1946 não havia presença “garantida” de africanos e asiáticos no CSNU (com a exceção do assento permanente chinês) e que, 20 anos depois, africanos e asiáticos irão perfazer um terço dos membros totais (3 assentos africanos e 2 asiáticos em 15 totais, não contando com a China; contando com a China, sobe para 6 em 15 assentos). Essa incorporação dos países africanos e asiáticos, inclusive e especialmente os recém-descolonizados, parece reforçar o compromisso com a descolonização e o antirracismo dos três. E o “desalinhamento” em relação às superpotências, nesse contexto, reforça o caráter “independente”, “neutro” e/ou “não-alinhado” das políticas externas de Brasil, Suécia e Iugoslávia.

5.4.2.3.5 – Os 3 votaram alinhados entre si, “sim”, e diferentes das superpotências

A penúltima votação que analisaremos de forma mais detalhada é a 1601 (XV) “*The situation in the Republic of the Congo*” (“A situação na República do Congo” em tradução livre), adotada na 985ª reunião plenária, de 15 de abril de 1961. Essa é a única votação, no período analisado, em que Brasil, Suécia e Iugoslávia votam alinhados entre si, “sim”, e diferentes de EUA e URSS.

Resolução em que os 3 votam alinhados entre si, “sim”, e diferentes das superpotências

ID	ID2	ID3	DATA	RESOLUÇÃO	TÍTULO	SIM	NÃO	ABSTE	NÃO-VOT/ totais	TOTAL DE	BRASIL	SUÉCIA	IUGOSLÁVIA	EUA	URSS
4	4	4	15/04/1961	A/RES/1601(XV)	The situation in the Republic of the Congo : resolution / adopted by the General Assembly	45	3	49	2	99	99	Y	Y	Y	A A

Elaborado pelo autor.

Essa diminuta resolução (descontadas as referências em nota de rodapé, menos de 600 caracteres) apenas recorda “a parte A, parágrafo 4, da resolução do Conselho de Segurança de 21 de fevereiro de 1961”, toma nota “dos documentos S/4771 e Add.1” e “Decide estabelecer uma Comissão de Investigação [como veremos adiante, acerca da morte de Patrice Lumumba] composta pelos seguintes membros: Juiz U Aung Khine (Birmânia), Sr. Teschome Hailemariam (Etiópia), Sr. Salvador Martinez de Alva (México), Sr. Ayite d'Almeida (Togo);”, solicitando “à Comissão que proceda o mais rapidamente possível à execução da tarefa que lhe foi confiada.” Apenas isso. E “apenas isso” gerou uma votação bastante controversa, na qual, apesar dos baixos números de votos “não” (3, da própria República do Congo, Portugal e Espanha) e não-votantes (2, Peru e Filipinas), de forma surpreendente o número de abstenções (49) superou o de votos “sim” (45). Ou seja, mais países optaram em seguir as abstenções das superpotências do que o voto “sim” de Brasil, Suécia e Iugoslávia.

Apenas para um panorama das abstenções, esse tipo de voto congregou não somente os frequentemente divergentes EUA e URSS, como um dos principais envolvidos no assunto, a Bélgica, e a maior parte dos principais países dos Blocos Capitalista e Socialista. Já quanto aos votos “sim”, interessante notar que dos 28 países que estarão em Belgrado para a Conferência dos Países Não-Alinhados em setembro (os 25 participantes e os 3 observadores), apenas 5 não votaram “sim”: Cuba, Chipre e Somália se abstiveram; a Argélia ainda não era considerada independente – e portanto não integrava a ONU, logo, não votou; e a República do

Congo (Leopoldville), o principal “alvo” da resolução, que votou “não”. Inclusive a companhia do Congo em votos “não”, os fascistoides Portugal – sempre ele – e Espanha, nos dão pistas do tipo de gente que discordava com mais convicção da resolução. Os demais votos “sim”, para além dos supracitados relacionados ao Movimento dos Países Não-Alinhados, vieram de países variados, especialmente os “neutros” Finlândia, Irlanda, México e Suécia – a Áustria se absteve – e de alguns países alinhados aos EUA mais moderados, como os nórdicos Islândia, Dinamarca, e Noruega, além dos “Commonwealth” Nova Zelândia e Canadá.

Como o texto da resolução em si nos pareceu curto e anódino demais para uma votação tão complexa, inclusive não especificando quase nada, decidimos então olhar melhor o “contexto” da adoção da resolução pela AGNU e ver do que se tratava “a parte A, parágrafo 4, da resolução do Conselho de Segurança de 21 de fevereiro de 1961”.

Quanto ao contexto da adoção na AGNU, a resolução 1601(XV) foi a terceira, em sequência, com o mesmo título, *“The situation in the Republic of the Congo”*, e adotada no mesmo dia 15 de Abril de 1961. Contudo as duas anteriores tiveram votações menos “anormais”: a 1599(XV) teve 61 “sim”, 5 “não”, 33 abstenções e nenhuma ausência; a 1600(XV) teve 60 “sim”, 16 “não”, 23 abstenções e também nenhuma ausência.

A resolução 1599(XV) inicia recordando a resoluções da “4ª Sessão Especial de Emergência”⁵³³ (1474 (ES-IV)) e do CSNU “apelando à retirada e evacuação imediata de todos Militares e paramilitares belgas e outros estrangeiros e conselheiros políticos não subordinados ao Comando das Nações Unidas, e mercenários”, e “Lamentando”⁵³⁴ que, apesar de todos estes pedidos, o Governo da Bélgica ainda não tenha cumprido as resoluções e que tal incumprimento tenha contribuído principalmente para uma maior deterioração da situação no Congo”. Em seguida, julgando “que o fator central na atual grave situação no Congo é a presença contínua de pessoal militar e paramilitar belga e de outros estrangeiros, bem como de conselheiros políticos e mercenários, em total desrespeito pelas repetidas resoluções das Nações Unidas”, vai exortar “o Governo da Bélgica a aceitar as suas responsabilidades como Membro das Nações Unidas e a cumprir

⁵³³ Não confundir “Sessão Especial” (*“Special Session”*) com “Sessão Especial de Emergência” (*“Emergency Special Session”*). Até 2023 haviam sido realizadas 32 Sessões Especiais, e 11 Sessões Especiais de Emergência.

⁵³⁴ Novamente o termo *“deploring”*.

plena e prontamente a vontade do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral”, decidindo “que todo o pessoal militar e paramilitar belga e outro estrangeiro, bem como conselheiros políticos que não estejam sob o Comando das Nações Unidas, e mercenários, serão completamente retirados e evacuados”, e finaliza apelando “a todos os Estados para que exerçam a sua influência e alarguem a sua cooperação para concretizar a implementação da presente resolução”.

Nessa resolução com palavras mais duras, e ataques nominais à Bélgica, e menos explícitos a “outros estrangeiros”, vai ter o voto “sim” de Suécia, Iugoslávia e URSS, e a abstenção de EUA e Brasil. É possível que as palavras mais “incisivas” tivessem tido influência da URSS, daí seu “sim”. As posturas anticoloniais de Iugoslávia e Suécia também ajudam a explicar seus votos. Os EUA, uma vez mais, parecem que não quiseram enfrentar desta forma um aliado tão próximo como a Bélgica. Já o Brasil talvez, ainda no início da sua PEI, não estivesse tão confiante de uma divergência maior com os EUA nesse tema. Os 5 votos “não” para essa resolução foram de Bélgica (como poderíamos imaginar, visto que não houve nenhuma ausência), Nepal, Portugal, África do Sul e Uruguai⁵³⁵. Ou seja, essa votação, mesmo com o elevado número de abstenções (próximo à metade dos votos “sim”), segue um padrão mais facilmente compreensível.

Em seguida, a mais longa dessas três resoluções homônimas (quase 2500 caracteres), a 1600(XV) se inicia considerando “a situação na República do Congo”, expressando grave preocupação “com o perigo da guerra civil e da intervenção estrangeira e com a ameaça à paz e segurança internacionais,” toma nota “do relatório da Comissão de Conciliação” e, “Consciente do desejo do povo congolês de uma solução para a crise no Congo através da reconciliação nacional e do regresso imediato à constitucionalidade,” e “Notando com preocupação as muitas dificuldades que surgiram no funcionamento eficaz da operação das Nações Unidas no Congo,” expõe uma série de considerações e apelos, numerados de “1” a “7”.

Nessa parte da resolução há a reafirmação da “resolução 1474 (ES-IV) e [d]as resoluções do Conselho de Segurança sobre a situação no Congo, mais particularmente a resolução do Conselho de 21 de Fevereiro de 1961”; a exortação à “as autoridades congoleas em causa a desistirem de tentar uma solução militar

⁵³⁵ Uma investigação mais aprofundada seria necessária para tentar compreender os inusitados votos de Nepal e Uruguai, visto que os votos de Bélgica, Portugal e África do Sul nos são mais compreensíveis.

para os seus problemas e a resolvê-los por meios pacíficos”; a ideia de que seria “essencial que o Secretário-Geral” tomasse “imediatamente medidas necessárias e eficazes para impedir a introdução de armas, equipamento militar e fornecimentos no Congo, exceto em conformidade com as resoluções das Nações Unidas”. Segue-se instando “à libertação imediata de todos os membros do Parlamento e dos membros das assembleias provinciais e de todos os outros líderes políticos atualmente detidos” e “à convocação do Parlamento sem demora, com salvo-conduto e segurança estendidos aos membros do Parlamento pelas Nações Unidas”, para que este “possa tomar as decisões necessárias relativas à formação de um governo nacional e à futura estrutura constitucional da República do Congo, de acordo com os processos constitucionais estabelecidos na *Loi fondamentale*” (grifo no original).

A resolução termina com a AGNU decidindo “nomear uma Comissão de Conciliação de sete membros a ser designada pelo Presidente da Assembleia Geral para ajudar os líderes congolese a alcançar a reconciliação e a pôr fim à crise política”, e exortando “as autoridades congolese a cooperarem plenamente na implementação das resoluções do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral e a concederem todas as facilidades essenciais ao desempenho pelas Nações Unidas das funções previstas nessas resoluções.”

Nessa resolução, em relação à anterior, há a manutenção do número de não votantes (0), um leve aumento no número de votos “sim” (de 60 para 61), e um expressivo aumento do número de votos “não” (de 5 para 16), concomitante à expressiva redução de “abstenções” (de 33 para 23). Olhando superficial e numericamente, observamos uma sensível queda no “apoio” à resolução de mesmo título, expressos sobretudo na multiplicação de votos “não”. Ficando restritos aos nossos cinco países principais, observa-se que entre a resolução 1599(XV) e 1600(XV) apenas um país mantém seu voto igual: a Suécia com um “sim”. Brasil e EUA mudam suas abstenções para também um “sim”; a Iugoslávia muda seu “sim” para abstenção; e a URSS tem a mudança mais radical, mudando de “sim” para “não.”

Nessa votação voltamos a ter certas complicações. A maior parte destes votos “não” vieram dos países socialistas, com o acréscimo de alguns países africanos como Congo (Brazzaville), Daomé, Gabão, Costa do Marfim, Madagascar e Níger. As abstenções foram protagonizadas, sobretudo, pelos países que

constituíam o MNA, incluindo Iugoslávia, RAU, Índia, Indonésia, Gana e Cuba, por exemplo. Outras abstenções foram dos países já anteriormente implicados, como Bélgica, França, Portugal, Espanha, África do Sul e o próprio Congo (Leopoldville). E os votos “sim”, puxados pelos EUA, e contando com um número expressivo de outros países bem alinhados, como Reino Unido ou Paquistão, os países da América, como o próprio Brasil, mas também Argentina, Chile, Venezuela etc., e alguns futuros fundadores do MNA como Birmânia e Chipre.

A mudança mais profunda da posição da URSS pode ser eloquente para as mudanças dos votos em geral (e da permanência do voto sueco). Se na resolução 1599(XV) temos termos bastante duros contra a Bélgica explicitamente, e contra seus aliados capitalistas de modo mais implícito, parcialmente melindrando alguns países do Bloco Capitalista, a resolução 1600(XV) traz valores mais típicos do que seria o ideal de uma “democracia liberal burguesa”, tais como a crença em uma “constitucionalidade” em abstrato, na possibilidade de um pleno funcionamento de um parlamento democrático em um país recém-saído da violência colonial e em vias de guerra civil, e ainda sob um certo tipo de “ocupação colonial belga”, e, sobretudo, na possibilidade de uma “reconciliação nacional” entre os assassinos de Patrice Lumumba, defensores do colonialismo belga, separatistas de Katanga, grupos aliados do Bloco Capitalista, os aliados do Bloco Socialista e aliados do líder assassinado. Possivelmente, onde os EUA e aliados enxergavam alguma possibilidade, URSS e aliados vissem mais “impossibilidade” e/ou hipocrisia. É de se imaginar que certos grupos desejassem muito mais, por exemplo, uma ampla e justa punição dos assassinos de Lumumba do que uma reconciliação entre “assassinos e assassinados”.

Quanto “a parte A, parágrafo 4, da resolução do Conselho de Segurança de 21 de fevereiro de 1961”, mencionada diretamente pela resolução 1601(XV), ela se refere à decisão de que fosse “realizada uma investigação imediata e imparcial, a fim de apurar as circunstâncias da morte do Sr. Lumumba e dos seus colegas e que os autores destes crimes sejam punidos”.

Essa resolução, cujo nome oficial é “*Security Council resolution 161 (1961) [on the death of Patrice Lumumba and reorganization of Congolese armed forces]*” (“Resolução 161 (1961) do Conselho de Segurança [sobre a morte de Patrice Lumumba e a reorganização das forças armadas congoleesas]” em tradução livre,

com os colchetes no original), foi aprovada com o votos “sim” de 9⁵³⁶ dos 11 membros, tendo apenas duas abstenções: França e URSS. Se a abstenção da França é mais ou menos compreensível, o mesmo não podemos dizer sobre a abstenção da URSS (que tinha uma relação bastante respeitosa com Lumumba, como já demonstrado acima) ou o “sim” dos EUA (visto que a resolução faz apontamentos explícitos à aliada Bélgica). Uma hipótese pode ser que a URSS desejasse possivelmente uma resolução ainda mais explícita e crítica à Bélgica e aliados, e que os EUA acabaram ficando satisfeitos com o tom mais ameno.

Retornando precisamente à resolução 1601(XV), os motivos para uma votação tão estranha para ela, então, podem ser vários. A “Questão do Congo” em geral era muitíssimo complexa mesmo, e suscitava uma miríade de ações e reações entre os países membros da ONU, dentro e fora da organização. As alterações de posições dos países sobre as 3 resoluções homônimas, reiteram essa complexidade. Com exceção da Suécia, que votou “sim” nas três, Brasil, Iugoslávia e EUA tiveram ao menos 2 posições diferentes, ora votando “sim”, ora optando pela abstenção. A URSS foi além e nas três resoluções expressou as três possibilidades de votos: “sim”, “não” e abstenção, respectivamente.

Quando a URSS votou “sim”, foi acompanhada pela Suécia e Iugoslávia, e diferente de Brasil e EUA; quando votou “não”, estava sozinha entre os cinco, diferindo da Iugoslávia, e em contrariedade com Brasil, Suécia e EUA; e quando se absteve, foi acompanhada apenas pelos EUA, e diferindo de Brasil, Suécia e Iugoslávia.

Talvez, na resolução 1601(XV), a escolha da “Comissão de Investigação” também pode ter sido um fator explicativo para o tipo de votação: ainda que aglutinasse um país teoricamente neutro (México) e dois países que em poucos meses estariam na Conferência de Belgrado fundando o Movimento dos Países Não-Alinhados (Birmânia e Etiópia), o baixo poder político do Togo, bem como talvez a ausência de países mais explicitamente associados aos Blocos Capitalista e

⁵³⁶ A saber: Ceylão, Chile, China, Equador, RAU, Libéria, Turquia, Reino Unido e Estados Unidos. Curiosamente, nos dados disponibilizados pela United Nations Digital Library, o Ceylão aparece com seu nome mais moderno “Sri Lanka”, porém respeitando à ordem alfabética dos nomes em inglês pelos quais os votos são sempre apresentados: apesar de aparecer como Sri Lanka, o país encabeça a lista, antes de Chile e China, ou seja, como seria se tivesse grafado Ceylão. Algo semelhante aconteceu com a RAU, que aparentemente ocupa a posição alfabética do Egito (*Egypt* depois de *Ecuador*).

Socialista, podem ter suscitado variações de desconfiança e descrédito, especialmente entre alguns membros, incluindo as superpotências.

E no meio dessa desconfiança e descrédito, chama atenção esse alinhamento de Brasil, Suécia e Iugoslávia, de forma diferente das superpotências, e num momento de início das práticas da PEI brasileira e da conformação institucional do MNA sob forte influência da Iugoslávia⁵³⁷. Um alinhamento entre si e uma diferença em relação às superpotências que se mostraram raras, como observamos, visto que entre 1961 e 1963 só aconteceu nesta vez, e possivelmente prejudicado pela grande proximidade política reiteradamente expressas por Brasil e Suécia em relação aos EUA. Tão raro quanto o que aconteceu na resolução analisada à seguir, na qual os três votaram alinhados entre si, e contra as superpotências.

5.4.2.3.6 – Os 3 votaram alinhados entre si, “sim”, e contra as potências

Finalmente a última das 22 resoluções selecionadas entre 1961 e 1964, e que abordamos com maior detalhe: a resolução 1648 (XVI) “*Continuation of suspension of nuclear and thermo-nuclear tests and obligations of States to refrain from their renewal*” (“Continuação da suspensão dos testes nucleares e termonucleares e obrigações dos Estados de se absterem de retomá-los” em tradução livre), aprovada na 1047ª reunião plenária, de 6 de novembro de 1961. Essa resolução merece destaque por ser a única, de todas as 78 resoluções do período abordado, e que temos o registro dos votos em detalhe, que teve Brasil, Suécia e Iugoslávia votando alinhados entre si, “sim”, e simultaneamente contra as superpotências EUA e URSS. E, dito deste modo, essa resolução então expressa um dos momentos de máximo alinhamento conjunto, porque concomitante com o máximo desalinhamento em relação às superpotências. Sendo assim, vamos aprofundar a análise deste momento tão único e interessante.

Resolução em que os 3 votaram alinhados entre si, “sim”, e contra as superpotências

ID	ID2	ID3	DATA	RESOLUÇÃO	TÍTULO	SIM	NÃO	ABSTINÇÃO	VOT. totais	TOTAL DE	BRASIL	SUÉCIA	IUGOSLÁVIA	EUA	URSS
19	19	3	06/11/1961	A/RES/1648(XVI)	Continuation of suspension of nuclear and thermo-nuclear tests and obligations of States to refrain their renewal : r	71	20	8	4	103	103	Y	Y	Y	N N

Elaborado pelo autor.

⁵³⁷ Lembrando que a “Reunião Preparatória dos Países Não-Alinhados” do Cairo, então República Árabe Unida, realizada para discutir os objetivos do “não-alinhamento” antes da 1ª Cúpula do MNA em Belgrado, se deu menos de dois meses depois, de 5 a 12 de junho de 1961.

E, novamente, a questão debatida é a questão nuclear, mais especificamente dos testes nucleares, retomados efetivamente pela URSS, e com a votação da resolução ocorrendo menos de uma semana depois da explosão da Tsar Bomb soviética – como analisado anteriormente.

Em termos formais, uma resolução relativamente curta (aproximadamente 1400 caracteres) e simples, optamos por reproduzi-la a seguir na íntegra, para a apreciação:

A Assembleia Geral,

Recordando a sua resolução 1577 (XV), de 20 de dezembro de 1960, que instava os Estados envolvidos a continuar a suspensão dos testes de explosões, e também a sua resolução 1578 (XV) da mesma data, Recordando ainda a sua resolução 1379 (XIV) de 20 de novembro de 1959,

Tendo em mente tanto os perigos graves e contínuos, para a humanidade, da radiação resultante das explosões de teste, bem como as suas consequências adversas para as perspectivas de paz mundial através do aumento, em vez de diminuição, das tensões internacionais,

Considerando urgente e imperativo que não sejam realizados mais testes,

1. Manifesta a sua profunda preocupação e o seu profundo pesar pelo fato de os testes de explosão terem sido retomados;

2. Insta veementemente os Estados envolvidos a absterem-se de novas explosões de testes, enquanto se aguarda a conclusão dos acordos internacionalmente vinculativos necessários em matéria de testes;

3. Manifesta confiança em que os Estados envolvidos chegarão a acordo o mais rapidamente possível sobre a cessação dos testes de armas nucleares e termonucleares, sob o controle internacional apropriado;

4. Insta os Estados envolvidos a empenharem-se com urgência e rapidez nos esforços necessários para concluir tais acordos com celeridade.

1047ª reunião plenária,

6 de novembro de 1961 (em tradução livre, grifos no original)

As tensões do período, marcantes da Guerra Fria, e que tiveram na sequência de eventos “Assassinato de Patrice Lumumba” em janeiro de 1961, “Invasão da Baía dos Porcos” em abril, “Construção do Muro de Berlim” em agosto, a “Conferência de Belgrado” e a divulgação da retomada dos testes nucleares pela URSS em setembro, a explosão da Tsar Bomb em outubro, vão apontar para uma escalada relevante das relações entre EUA e URSS, até o ponto da “Crise dos

Mísseis”⁵³⁸ um ano depois. Os receios de uma expansão das tensões militares e dos testes, construções, usos e espalhamento de armas nucleares vão permear inúmeras resoluções da ONU no período, e constituem fundamentos não apenas da “Declaração de Belgrado”, produzida na Primeira Conferência de Cúpula dos Países Não-Alinhados, mas também das cartas, de igual teor entre si, que o movimento irá entregar em mãos para Kennedy e Kruchev⁵³⁹.

Essa resolução teve um alto número de votos “sim”, 71, incluindo Brasil, Suécia e Iugoslávia; baixos números de não votantes (4) e abstenções (8); e uma considerável quantidade de votos “não”, 20, incluindo EUA e URSS. Agora esmiucemos essa votação. Os 4 países não votantes foram: Daomé, Gabão, Costa do Marfim e Níger. As 8 abstenções foram: Afeganistão, Bélgica, Cuba, Haiti, Países Baixos, Nova Zelândia, Espanha e Turquia. Se as ausências são relativamente homogêneas, composta apenas por países da África subsaariana ocidental, ex-colônias francesas, as abstenções já anunciam bastante heterogeneidade. Aliados dos EUA, desde os mais radicais e reacionários no período, como Espanha e Bélgica, até os de outros matizes como Turquia e Nova Zelândia, aparecem lado-a-lado com os não-alinhados Afeganistão e Cuba – esta última também socialista.

Mas é nos votos “não” que podemos ver alinhados contra quem foram os votos “sim” de Brasil, Suécia e Iugoslávia – ou vice-versa. Votaram “não” para a resolução 1648 (XVI) os seguintes países: Albânia, Austrália, Bulgária, Bielorrússia, China, Tchecoslováquia, França, Grécia, Hungria, Itália, Luxemburgo, Mongólia, Polônia, Portugal, Romênia, África do Sul, Ucrânia, União Soviética, Reino Unido e Estados Unidos. Ou seja, basicamente algumas das partes mais substantivas dos Blocos Socialista e Capitalista. Inclusive em pitoresco “meio-a-meio” preciso, 10 países representantes do Bloco Socialista e 10 países representantes do Bloco Capitalista, incluindo seus líderes EUA e URSS.

Se do lado socialista Cuba exerce explicitamente seu não-alinhamento, ao não acompanhar o “não” dos outros congêneres, do lado capitalista chama a atenção a ausência, na lista, de membros plenos da OTAN, como as já citadas

⁵³⁸ Segundo variados autores, e aqui citamos expressamente Timothy Naftali, essa teria sido a “crise nuclear mais perigosa da Guerra Fria” (NAFTALI, 2012, p. 299. Em tradução livre. Disponível em: https://www.wilsoncenter.org/sites/default/files/media/documents/publication/CWHIP_Bulletin_17-18_Cuban_Missile_Crisis_v2_s3_Soviet_Union.pdf . Acesso em 17 set. 2023).

⁵³⁹ Conferir o “Anexo B” de nossa dissertação de mestrado: “Transcrição da ‘Declaração dos Chefes de Estado Ou de Governo dos Países Não Compromissados’ e da ‘Carta da Conferência a Kennedy e a Khrouchtchev’”. No segundo parágrafo dessa “Carta”, temos (ESPOSITO, 2019, p. 350-362).

Turquia, Bélgica e Espanha. Porém chamam menos a atenção as ausências de países como Canadá, Noruega, Dinamarca e Islândia (que optaram pelo “sim”), ou as presenças de Portugal e África do Sul. Demonstrando graficamente a heterogeneidade, a sequência perfeitamente alternada entre socialistas e capitalistas permitida pela ordem alfabética dos votantes, de acordo com seus nomes em inglês, é um tanto desconcertante: “Polônia, Portugal, Romênia, África do Sul, Ucrânia/União Soviética, Reino Unido”.

Também observamos que os votos “não” são marcados pela presença de países que já possuíam armas nucleares, e que, portanto, tinham condições objetivas de realizar testes e escalar o conflito: de um lado Ucrânia e Bielorrússia, em “união” com a URSS, de outro EUA, Reino Unido e França. Isto é, 6 destes 20 votos têm uma justificação mais simples do que os outros 14 – estes últimos com uma votação tendencialmente muito mais vinculada aos seus alinhamentos políticos do que eventuais “interesses nacionais”.

Já os votos “sim” representam bastante as iniciativas de vários países, bem como da própria ONU como instituição, que expressavam reservas, e frequentemente temores, quanto aos usos e abusos das tecnologias e armas nucleares. O “sim” sueco pode ser considerado um exemplo não apenas de confluência com os ideais da própria ONU e de demandas da AGNU, mas também de certas diretrizes de sua própria política externa e “interesses nacionais”. A situação geopolítica da Suécia no período, quando expressa cartograficamente, tem sua eloquência. Junto com a Finlândia no norte da Europa, e com a Áustria e a Suíça na parte central, são países ditos “neutros” e que aparecem premidos (e fronteiriços) entre representantes das alianças militares representativas dos Blocos Capitalista (OTAN) e Socialista (Pacto de Varsóvia). Ou seja, em um eventual conflito militar aberto entre os dois blocos, não apenas a “neutralidade” sueca poderia ser ameaçada, mas, dependendo da escala e das armas utilizadas, a própria existência física do povo sueco e de seu território também estavam ameaçados, visto que havia o potencial de que fosse um dos próprios campos de batalha – nos sentidos figurado e concreto.

O “sim” da Iugoslávia reitera também os interesses relacionados aos expostos acima. O país, que ao menos desde 1948 pode ser considerado como bastante alheio aos Blocos, e que ao longo dos anos 1950 foi constituindo uma “neutralidade ativa”, também se via, em um eventual conflito militar aberto entre os dois blocos,

como tendo fortemente ameaçados a própria existência e território, visto que também teria o potencial de ser um campo de batalha. E, se diferente da Suécia, que basicamente se safou incólume da Segunda Guerra Mundial, a Iugoslávia foi um dos países mais atingidos e devastados. Conhecendo profundamente os riscos de uma nova guerra de grandes proporções (especialmente seus dirigentes políticos), numa evolução contínua de sua política externa em direção a um não-alinhamento em relação aos Blocos, e num aprofundamento de suas relações com os países da África, Ásia e América Latina, a Iugoslávia acabou sendo peça fundamental para a formação do Movimento dos Países Não-Alinhados. E uma das mais importantes demandas do MNA é, desde sua fundação, o binômio desarmamento/desnuclearização.

E o “sim” do Brasil se inscreve no desenvolvimento da PEI brasileira. O aprofundamento das relações exteriores do Brasil com os demais países do chamado “Terceiro Mundo”, bem como sua (re)aproximação diplomática e econômica com os países socialistas⁵⁴⁰, além dos desenvolvimentos políticos e econômicos internos do país, foi moldando, dentre as linhas mestras de nossa política externa, temas como desenvolvimento, descolonização e desarmamento. Conforme já comentado, as iniciativas das “oito potências não-alinhadas”, “contra as explosões atômicas” na “Conferência do Desarmamento” de 1962 em Genebra, é um bom exemplo⁵⁴¹. O discurso do ministro Araújo Castro, na abertura da Sessão XVIII da AGNU em 17 de Setembro de 1963, conhecido como o “discurso dos 3 D’s” (justamente “desarmamento”⁵⁴², “desenvolvimento” e “descolonização”) é outro exemplo. Talvez o mais sintético, explícito e bem acabado discurso produzido no âmbito da PEI e expresso formalmente na AGNU, e o último grande libelo da PEI brasileira na ONU, visto que no ano seguinte a PEI acabaria.

⁵⁴⁰ A ideia de uma “aproximação” com “reaproximação” se dá porque com alguns países o Brasil já tinha relações diplomáticas mas, sobretudo após o estabelecimento do socialismo em alguns países, o Brasil acabou rompendo relações. Um exemplo é a “Rússia”. O Brasil tinha relações com o Império Russo, rompeu durante alguns anos com a Rússia soviética integrada na URSS, reatando no imediato pós-Segunda Guerra, voltando a romper em 1947, e apenas se reaproximando durante a PEI.

⁵⁴¹ Para maiores detalhes, ver “Declaração do senador Afonso Arinos, chefe da delegação do Brasil à Conferência do Desarmamento, contra as explosões atômicas, em nome das oito potências não-alinhadas”. (FRANCO, 2007, p. 333-334).

⁵⁴² E em cuja parte dedicada ao assunto, no discurso, há uma citação explícita da Suécia, justamente em função da participação dos dois países na Conferência das Dezoito Nações sobre o Desarmamento.

Se o “Discurso dos 3D’s” será proferido apenas em setembro de 1963, alguns de seus fundamentos, como o binômio desarmamento/desnuclearização, podem ser localizados desde 1961, em, por exemplo, manifestações textuais de Jânio Quadros, Afonso Arinos e San Tiago Dantas. E entendemos que esse “sim”, fundamentado na PEI, alinhado com Suécia e Iugoslávia, também alinhado com outros países “neutros” e “não-alinhados”, e, sobretudo, contrário às superpotências⁵⁴³, foi um dos mais agudos momentos do exercício da política externa brasileira na AGNU.

É também um momento alto da política externa da “neutra” Suécia e da “não-alinhada” Iugoslávia, especialmente quando julgamos a forte proximidade identificada entre os votos de Suécia e EUA no período. E, para os propósitos do nosso trabalho, um momento realmente simbólico do alinhamento entre a “independência” da política externa brasileira, a “neutralidade” da política externa sueca e o “não-alinhamento” da política externa iugoslava, bem como da independência/neutralidade/não-alinhamento destes países em relação aos blocos e aos seus líderes. Um verdadeiro exemplo dos limites e possibilidade de um alinhamento entre países interessados num tipo de “liberdade” em termos de política internacional num cenário bipolarizado, e de “desalinhamento” em relação às superpotências. De certo modo, um “desalinhamento” que confirma o quarto “D” proposto por nós, ao lado do desarmamento, do desenvolvimento e da descolonização. Um “D” que, apesar do simbolismo, esteve presente numa quantidade tão diminuta de votações quando relacionados simultaneamente a um “alinhamento” entre os 3 e um “desalinhamento” explícito entre as superpotências.

5.4.2.4 – Outros dados interessantes

Durante a escrita desta parte da tese fomos realizando análises que fogem do espoco principal do trabalho, mas que podem se ilustrativas e úteis de algum modo. Então seguem algumas informações interessantes:

⁵⁴³ Ahamos importante lembrar que no mesmo ano de 1961, “O Brasil votou a favor de um projeto sueco, visando à criação de um ‘clube’ de nações que se comprometessem a não adquirir ou fabricar armas nucleares. **Opuseram-se ao projeto algumas nações ocidentais. Votaram a favor soviéticos e neutralistas.**”. Trecho do “DOCUMENTO 24 - Resumo das atividades da delegação do Brasil à XVI sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas - Em 28 de dezembro de 1961.” (FRANCO, 2007, p. 250, grifos nossos). Esse trecho, que remete ao “Plano Undén”, nos lembra ainda que, frequentemente, a posição dos países socialistas era de “desnuclearização”, o mesmo não podendo ser dito do Bloco Capitalista.

- **Ranking das resoluções com a maior quantidade de “sim”;**

ID	RANK	DATA	RESOLUÇÃO	TÍTULO	SIM	NÃO	ABSTI	NÃO-VOTO	totais	TOTAL	BRASIL	SUÉCIA	IUGOSLÁVIA	EUA	URSS				
77	1	17/12/1963	A/RES/1990(XVIII)	Question of the composition of the General Committee of the General Assembly : amendment	111	98,2	0	0	0	2	1,8	113	113	Y	Y	Y	Y	Y	
59	2	11/10/1963	A/RES/1881(XVIII)	The policies of apartheid of the Government of the Republic of South Africa : resolution / adop	106	95,5	1	0,9	0	0	4	3,6	111	111	Y	Y	Y	Y	Y
52	3	17/12/1962	A/RES/1810(XVII)	The situation with regard to the implementation of the Declaration on the granting of indepen	101	91,8	0	0	4	3,64	5	4,5	110	110	Y	Y	Y	Y	Y
39	4	30/01/1962	A/RES/1742(XVI)	The situation in Angola : resolution / adopted by the General Assembly	99	95,2	2	1,92	1	0,96	2	1,9	104	104	Y	Y	Y	Y	Y
72	5	16/12/1963	A/RES/1978(XVIII)	The policies of apartheid of the Government of the Republic of South Africa : resolution / adop	99	87,6	2	1,77	0	0	12	11	113	113	Y	Y	Y	Y	Y
75	6	17/12/1963	A/RES/1991(XVIII)	Question of equitable representation on the Security Council and the Economic and Social Cou	97	85,8	11	9,73	4	3,54	1	0,9	113	113	Y	Y	Y	Y	N

32	74	20/12/1961	A/RES/1741(XVI)	Question of Hungary : resolution / adopted by the General Assembly	49	47,1	17	16,3	32	30,8	6	5,8	104	104	Y	Y	N	Y	N
7	75	19/04/1961	A/RES/1602(XV)	Admission of new Members to the United Nations : resolution / adopted by the General Assem	47	47,5	13	13,1	34	34,3	5	5,1	99	99	Y	Y	A	A	A
4	76	15/04/1961	A/RES/1601(XV)	The situation in the Republic of the Congo : resolution / adopted by the General Assembly	45	45,5	3	3,03	49	49,5	2	2	99	99	Y	Y	Y	A	A
11	77	21/04/1961	A/RES/1620(XV)	Examination of the administrative and budgetary procedures of the United Nations : resolutio	44	44,4	13	13,1	32	32,3	10	10	99	99	Y	Y	A	Y	N
13	78	21/04/1961	A/RES/1604(XV)	Report of the Director of the Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East :	37	37,4	17	17,2	38	38,4	7	7,1	99	99	Y	Y	Y	Y	Y

Elaborado pelo autor.

- **Ranking das resoluções com a maior quantidade de “sim” (%)**

	RANK	DATA	RESOLUÇÃO	TÍTULO	SIM %	NÃO %	ABSTI %	NÃO-VOT? %	totais	TOTAL	BRASIL	SUÉCIA	IUGOSLÁVIA	EUA	URSS					
77	1	17/12/1963	A/RES/1990(XVIII)	Question of the composition of the General Committee of the General Assembly : amendment	111	98,2	0	0	0	2	1,77	113	113	Y	Y	Y	Y	Y		
3	2	13/04/1961	A/RES/1598(XV)	Question of race conflict in South Africa resulting from the policies of apartheid of the Governr	95	96	1	1,01	0	0	3	3,03	99	99	Y	Y	Y	Y	Y	
59	3	11/10/1963	A/RES/1881(XVIII)	The policies of apartheid of the Government of the Republic of South Africa : resolution / adop	106	95,5	1	0,901	0	0	4	3,604	111	111	Y	Y	Y	Y	Y	
39	4	30/01/1962	A/RES/1742(XVI)	The situation in Angola : resolution / adopted by the General Assembly	99	95,2	2	1,923	1	0,962	2	1,923	104	104	Y	Y	Y	Y	Y	
24	5	27/11/1961	A/RES/1654(XVI)	The situation with regard to the implementation of the Declaration on the granting of indepen	97	94,2	0	0	4	3,883	2	1,942	103	103	Y	Y	Y	Y	Y	
25	6	28/11/1961	A/RES/1663(XVI)	The question of race conflict in South Africa resulting from the policies of apartheid of the Gov	97	94,2	2	1,942	1	0,971	3	2,913	103	103	Y	Y	Y	Y	Y	
52	7	17/12/1962	A/RES/1810(XVII)	The situation with regard to the implementation of the Declaration on the granting of indepen	101	91,8	0	0	4	3,636	5	4,545	110	110	Y	Y	Y	Y	Y	
41	8	27/06/1962	A/RES/1746(XVI)	The future of Ruanda-Urundi : resolution / adopted by the General Assembly	93	89,4	0	0	10	9,615	1	0,962	104	104	Y	Y	Y	Y	A	
69	74	12/12/1963	A/RES/1957(XVIII)	Installation of mechanical means of voting : resolution / adopted by the General Assembly	51	45,9	10	9,009	23	20,72	27	24,32	111	111	Y	Y	Y	Y	A	N
4	75	15/04/1961	A/RES/1601(XV)	The situation in the Republic of the Congo : resolution / adopted by the General Assembly	45	45,5	3	3,03	49	49,49	2	2,02	99	99	Y	Y	Y	Y	A	A
55	76	20/12/1962	A/RES/1857(XVII)	Question of Hungary : resolution / adopted by the General Assembly	50	45,5	13	11,82	43	39,09	4	3,636	110	110	Y	Y	N	Y	N	N
11	77	21/04/1961	A/RES/1620(XV)	Examination of the administrative and budgetary procedures of the United Nations : resolution	44	44,4	13	13,13	32	32,32	10	10,1	99	99	Y	Y	Y	A	N	Y
13	78	21/04/1961	A/RES/1604(XV)	Report of the Director of the Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East :	37	37,4	17	17,17	38	38,38	7	7,071	99	99	Y	Y	Y	Y	Y	Y

Elaborado pelo autor.

- **Ranking das resoluções com a maior quantidade de “não”;**

ID	RANK	DATA	RESOLUÇÃO	TÍTULO	SIM	NÃO	ABSTÉ	NÃO-VC	totais	TOTAL	BRASIL	SUÉCIA	IUGOSLÁVIA	EUA	URSS				
26	1	15/12/1961	A/RES/1668(XVI)	Representation of China in the United Nations : resolution / adopted by the General Assembly	61	58,65	34	32,692	7	6,7308	2	1,923	104	104	Y	N	N	Y	N
14	2	21/04/1961	A/RES/1608(XVI)	The future of the Trust Territory of the Cameroons under United Kingdom administration : reso	64	64,65	23	23,232	10	10,101	2	2,02	99	99	N	Y	N	Y	Y
49	3	07/12/1962	A/RES/1784(XVII)	The problem of Chinese refugees in Hong Kong : resolution / adopted by the General Assembly	58	52,73	22	20	26	23,636	4	3,636	110	110	A	A	N	Y	N
40	4	23/02/1962	A/RES/1745(XVI)	General questions relating to the transmission and examination of information from Non-Self-C	57	54,81	21	20,192	24	23,077	2	1,923	104	104	A	N	Y	N	Y
19	5	06/11/1961	A/RES/1648(XVI)	Continuation of suspension of nuclear and thermo-nuclear tests and obligations of States to rel	71	68,93	20	19,417	8	7,767	4	3,883	103	103	Y	Y	N	Y	N
23	6	24/11/1961	A/RES/1653(XVI)	Declaration on the prohibition of the use of nuclear and thermo-nuclear weapons : resolution /	55	53,4	20	19,417	26	25,243	2	1,942	103	103	A	A	Y	N	Y
65	7	27/11/1963	A/RES/1909(XVIII)	Question of convening a conference for the purpose of signing a convention on the prohibition	64	57,66	18	16,216	25	22,523	4	3,604	111	111	Y	A	Y	Y	N
13	8	21/04/1961	A/RES/1604(XV)	Report of the Director of the Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East :	37	37,37	17	17,172	38	38,384	7	7,071	99	99	Y	Y	Y	Y	Y

Elaborado pelo autor.

1	61	16/03/1961	A/RES/1593(XVI)	Appeal to Member States which have particularly close and continuous relations with the Gover	74	74,75	0	0	9	9,0909	16	16,16	99	99	Y	Y	Y	Y	Y
2	62	07/04/1961	A/RES/1596(XVI)	Question of South West Africa : resolution / adopted by the General Assembly	83	83,84	0	0	9	9,0909	7	7,071	99	99	Y	Y	Y	Y	Y
10	63	21/04/1961	A/RES/1607(XVI)	Dissemination of information on the United Nations and the International Trusteeship System i	78	78,79	0	0	9	9,0909	12	12,12	99	99	Y	Y	Y	Y	Y
16	64	25/08/1961	A/RES/1622(5-III)	Consideration of the grave situation in Tunisia obtaining since 19 July 1961 : resolution / adopte	66	66,67	0	0	30	30,303	3	3,03	99	99	Y	Y	Y	Y	A
21	65	15/11/1961	A/RES/1650(XVI)	The status of Algerians imprisoned in France : resolution / adopted by the General Assembly	62	60,19	0	0	31	30,097	10	9,709	103	103	A	Y	Y	Y	A
22	66	24/11/1961	A/RES/1650(XVI)	Consideration of Africa as a denuclearized zone : resolution / adopted by the General Assembly	55	53,4	0	0	44	42,718	4	3,883	103	103	Y	Y	Y	Y	A
24	67	27/11/1961	A/RES/1654(XVI)	The situation with regard to the implementation of the Declaration on the granting of indepen	97	94,17	0	0	4	3,8835	2	1,942	103	103	Y	Y	Y	Y	Y
29	68	19/12/1961	A/RES/1700(XVI)	Question of the renewal of the Committee on Information from Non-Self-Governing-Territorie	77	74,04	0	0	16	15,385	11	10,58	104	104	Y	Y	Y	Y	A
31	69	20/12/1961	A/RES/1724(XVI)	Question of Algeria : resolution / adopted by the General Assembly	62	59,62	0	0	38	36,538	4	3,846	104	104	A	Y	Y	Y	A
34	70	20/12/1961	A/RES/1725(XVI)	Report of the Director of the United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in	62	59,62	0	0	37	35,577	5	4,808	104	104	Y	Y	A	Y	A
41	71	27/06/1962	A/RES/1746(XVI)	The future of Ruanda-Urundi : resolution / adopted by the General Assembly	93	89,42	0	0	10	9,6154	1	0,962	104	104	Y	Y	Y	Y	A
43	72	21/09/1962	A/RES/1752(XVII)	Agreement between the Republic of Indonesia and the Kingdom of the Netherlands concerning	89	82,41	0	0	14	12,963	5	4,63	108	108	Y	Y	Y	Y	Y
48	73	20/11/1962	A/RES/1764(XVII)	Report of the United Nations Scientific Committee on the Effects of Atomic Radiation : resoluti	86	78,18	0	0	11	10	13	11,82	110	110	Y	Y	Y	Y	A
52	74	17/12/1962	A/RES/1810(XVII)	The situation with regard to the implementation of the Declaration on the granting of indepen	101	91,82	0	0	4	3,6364	5	4,545	110	110	Y	Y	Y	Y	Y
64	75	27/11/1963	A/RES/1911(XVIII)	Denuclearization of Latin America : resolution / adopted by the General Assembly	91	81,98	0	0	15	13,514	5	4,505	111	111	Y	Y	Y	Y	A
68	76	11/12/1963	A/RES/1956(XVIII)	The situation with regard to the implementation of the Declaration on the granting of indepen	95	85,59	0	0	6	5,4054	10	9,009	111	111	Y	Y	Y	Y	A
77	77	17/12/1963	A/RES/1990(XVIII)	Question of the composition of the General Committee of the General Assembly : amendments	111	98,23	0	0	0	0	2	1,77	113	113	Y	Y	Y	Y	Y
73	78	17/12/1963	A/RES/1992(XVIII)	Enlargement of the Economic Committee, the Social Committee and the Co-ordination Commi	96	84,96	0	0	11	9,7345	6	5,31	113	113	Y	Y	Y	Y	A

Elaborado pelo autor.

- **Ranking das resoluções com a maior quantidade de “não”; (%)**

ID	RANK	DATA	RESOLUÇÃO	TÍTULO	SIM	NÃO	ABSTI	NÃO-VOTO	totais	TOTAL	BRASIL	SUÉCIA	IUGOSLÁVIA	EUA	URSS				
26	1	15/12/1961	A/RES/1668(XVI)	Representation of China in the United Nations : resolution / adopted by the General Assembly	61	58,65	34	32,692	7	6,7308	2	1,9231	104	104	Y	N	N	Y	N
14	2	21/04/1961	A/RES/1608(XVI)	The future of the Trust Territory of the Cameroons under United Kingdom administration : resolution / adopted by the General Assembly	64	64,65	23	23,232	10	10,101	2	2,0202	99	99	N	Y	N	Y	Y
40	3	23/02/1962	A/RES/1745(XVI)	General questions relating to the transmission and examination of information from Non-Self-Governing Territories : resolution / adopted by the General Assembly	57	54,81	21	20,192	24	23,077	2	1,9231	104	104	A	N	Y	N	Y
49	4	07/12/1962	A/RES/1784(XVII)	The problem of Chinese refugees in Hong Kong : resolution / adopted by the General Assembly	58	52,73	22	20	26	23,636	4	3,6364	110	110	A	N	N	Y	N
19	5	06/11/1961	A/RES/1648(XVI)	Continuation of suspension of nuclear and thermo-nuclear tests and obligations of States to refrain from conducting such tests : resolution / adopted by the General Assembly	71	68,93	20	19,417	8	7,767	4	3,8835	103	103	Y	Y	Y	N	N
23	6	24/11/1961	A/RES/1653(XVI)	Declaration on the prohibition of the use of nuclear and thermo-nuclear weapons : resolution / adopted by the General Assembly	55	53,4	20	19,417	26	25,243	2	1,9417	103	103	A	A	Y	N	Y
13	7	21/04/1961	A/RES/1604(XV)	Report of the Director of the Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East : report / adopted by the General Assembly	37	37,37	17	17,172	38	38,384	7	7,0707	99	99	Y	Y	Y	Y	Y

1	61	16/03/1961	A/RES/1593(XV)	Appeal to Member States which have particularly close and continuous relations with the Gover	74	74,75	0	0	9	9,0909	16	16,162	99	99	Y	Y	Y	Y	Y	Y
2	62	07/04/1961	A/RES/1596(XV)	Question of South West Africa : resolution / adopted by the General Assembly	83	83,84	0	0	9	9,0909	7	7,0707	99	99	Y	Y	Y	Y	Y	Y
10	63	21/04/1961	A/RES/1607(XV)	Dissemination of information on the United Nations and the International Trusteeship System in	78	78,79	0	0	9	9,0909	12	12,121	99	99	Y	Y	Y	Y	Y	Y
16	64	25/08/1961	A/RES/1622(S-III)	Consideration of the grave situation in Tunisia obtaining since 19 July 1961 : resolution / adopte	66	66,67	0	0	30	30,303	3	3,0303	99	99	Y	Y	Y	Y	A	Y
21	65	15/11/1961	A/RES/1650(XVI)	The status of Algerians imprisoned in France : resolution / adopted by the General Assembly	62	60,19	0	0	31	30,097	10	9,7087	103	103	A	Y	Y	Y	A	Y
22	66	24/11/1961	A/RES/1652(XVI)	Consideration of Africa as a denuclearized zone : resolution / adopted by the General Assembly	55	53,4	0	0	44	42,718	4	3,8835	103	103	Y	Y	Y	Y	A	Y
24	67	27/11/1961	A/RES/1654(XVI)	The situation with regard to the implementation of the Declaration on the granting of independ	97	94,17	0	0	4	3,8835	2	1,9417	103	103	Y	Y	Y	Y	Y	Y
29	68	19/12/1961	A/RES/1700(XVI)	Question of the renewal of the Committee on Information from Non-Self-Governing-Territorie	77	74,04	0	0	16	15,385	11	10,577	104	104	Y	Y	Y	Y	Y	A
31	69	20/12/1961	A/RES/1724(XVI)	Question of Algeria : resolution / adopted by the General Assembly	62	59,62	0	0	38	36,538	4	3,8462	104	104	A	Y	Y	Y	A	Y
34	70	20/12/1961	A/RES/1725(XVI)	Report of the Director of the United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in	62	59,62	0	0	37	35,577	5	4,8077	104	104	Y	Y	Y	A	Y	A
41	71	27/06/1962	A/RES/1746(XVII)	The future of Ruanda-Urundi : resolution / adopted by the General Assembly	93	89,42	0	0	10	9,6154	1	0,9615	104	104	Y	Y	Y	Y	Y	A
43	72	21/09/1962	A/RES/1752(XVII)	Agreement between the Republic of Indonesia and the Kingdom of the Netherlands concerning	89	82,41	0	0	14	12,963	5	4,6296	108	108	Y	Y	Y	Y	Y	Y
48	73	20/11/1962	A/RES/1764(XVII)	Report of the United Nations Scientific Committee on the Effects of Atomic Radiation : resoluti	86	78,18	0	0	11	10	13	11,818	110	110	Y	Y	Y	Y	Y	A
52	74	17/12/1962	A/RES/1810(XVIII)	The situation with regard to the implementation of the Declaration on the granting of independ	101	91,82	0	0	4	3,6364	5	4,5455	110	110	Y	Y	Y	Y	Y	Y
64	75	27/11/1963	A/RES/1911(XVIII)	Denuclearization of Latin America : resolution / adopted by the General Assembly	91	81,98	0	0	15	13,514	5	4,5045	111	111	Y	Y	Y	Y	Y	A
68	76	11/12/1963	A/RES/1956(XVIII)	The situation with regard to the implementation of the Declaration on the granting of independ	95	85,59	0	0	6	5,4054	10	9,009	111	111	Y	Y	Y	Y	A	Y
77	77	17/12/1963	A/RES/1990(XVIII)	Question of the composition of the General Committee of the General Assembly : amendments	111	98,23	0	0	0	0	2	1,7699	113	113	Y	Y	Y	Y	Y	Y
73	78	17/12/1963	A/RES/1992(XVIII)	Enlargement of the Economic Committee, the Social Committee and the Co-ordination Committ	96	84,96	0	0	11	9,7345	6	5,3097	113	113	Y	Y	Y	Y	Y	A

Elaborado pelo autor.

- **Ranking das resoluções com a maior quantidade de “abstenção”;**

ID	RANK	DATA	RESOLUÇÃO	TÍTULO	SIM	%	NÃO	%	ABST	%	NÃO-VO	%	total	TOTAL	BRASIL	SUÉCIA	IUGOSLÁVIA	EUA	URSS
4	1	15/04/1961	A/RES/1601(XVI)	The situation in the Republic of the Congo : resolution / adopted by the General Assembly	45	45,455	3	3,0303	49	49,495	2	2,0202	99	99	Y	Y	Y	A	A
22	2	24/11/1961	A/RES/1652(XVI)	Consideration of Africa as a denuclearized zone : resolution / adopted by the General Assembly	55	53,398	0	0	44	42,718	4	3,8835	103	103	Y	Y	Y	Y	A
55	3	20/12/1962	A/RES/1857(XVII)	Question of Hungary : resolution / adopted by the General Assembly	50	45,455	13	11,818	43	39,091	4	3,6364	110	110	Y	Y	N	Y	N
47	4	06/11/1962	A/RES/1762(XVII)	The urgent need for suspension of nuclear and thermo-nuclear tests : resolution / adopted by th	51	46,364	10	9,0909	40	36,364	9	8,1818	110	110	Y	Y	A	N	N
13	5	21/04/1961	A/RES/1604(XVI)	Report of the Director of the Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East :	37	37,374	17	17,172	38	38,384	7	7,0707	99	99	Y	Y	Y	Y	Y
75	69	17/12/1963	A/RES/1991(XVIII)[A]	Question of equitable representation on the Security Council and the Economic and Social Coun	97	85,841	11	9,7345	4	3,5398	1	0,885	113	113	Y	Y	Y	A	N
76	70	17/12/1963	A/RES/1979(XVIII)	Question of South West Africa : resolution / adopted by the General Assembly	89	78,761	2	1,7699	3	2,6549	19	16,814	113	113	Y	Y	Y	Y	Y
27	71	19/12/1961	A/RES/1699(XVI)	Non-compliance of the Government of Portugal with Chapter XI of the Charter of the United Na	90	86,538	3	2,8846	2	1,9231	9	8,6538	104	104	Y	Y	Y	Y	Y
18	72	27/10/1961	A/RES/1632(XVI)	Continuation of suspension of nuclear and thermo-nuclear tests and obligations of States to ref	87	84,466	11	10,68	1	0,9709	4	3,8835	103	103	Y	Y	Y	Y	N
25	73	28/11/1961	A/RES/1663(XVI)	The question of race conflict in South Africa resulting from the policies of apartheid of the Gove	97	94,175	2	1,9417	1	0,9709	3	2,9126	103	103	Y	Y	Y	Y	Y
39	74	30/01/1962	A/RES/1742(XVI)	The situation in Angola : resolution / adopted by the General Assembly	99	95,192	2	1,9231	1	0,9615	2	1,9231	104	104	Y	Y	Y	Y	Y
3	75	13/04/1961	A/RES/1598(XVI)	Question of race conflict in South Africa resulting from the policies of apartheid of the Governm	95	95,96	1	1,0101	0	0	3	3,0303	99	99	Y	Y	Y	Y	Y
59	76	11/10/1963	A/RES/1881(XVIII)	The policies of apartheid of the Government of the Republic of South Africa : resolution / adop	106	95,495	1	0,9009	0	0	4	3,6036	111	111	Y	Y	Y	Y	Y
72	77	16/12/1963	A/RES/1978(XVIII)[B]	The policies of apartheid of the Government of the Republic of South Africa : resolution / adop	99	87,611	2	1,7699	0	0	12	10,619	113	113	Y	Y	Y	Y	Y
77	78	17/12/1963	A/RES/1990(XVIII)	Question of the composition of the General Committee of the General Assembly : amendments	111	98,23	0	0	0	0	2	1,7699	113	113	Y	Y	Y	Y	Y

Elaborado pelo autor.

- **Ranking das resoluções com a maior quantidade de “abstenção”; (%)**

ID	RANK	DATA	RESOLUÇÃO	TÍTULO	SIM	%	NÃO	%	ABSTE	%	NÃO-VO	%	total	TOTAL	BRASIL	SUÉCIA	IUGOSLÁVIA	EUA	URSS
4	1	15/04/1961	A/RES/1601(XVI)	The situation in the Republic of the Congo : resolution / adopted by the General Assembly	45	45,45	3	3,0303	49	49,49	2	2,0202	99	99	Y	Y	Y	A	A
22	2	24/11/1961	A/RES/1652(XVI)	Consideration of Africa as a denuclearized zone : resolution / adopted by the General Assembly	55	53,4	0	0	44	42,72	4	3,8835	103	103	Y	Y	Y	Y	A
55	3	20/12/1962	A/RES/1857(XVII)	Question of Hungary : resolution / adopted by the General Assembly	50	45,45	13	11,818	43	39,09	4	3,6364	110	110	Y	Y	N	Y	N
13	4	21/04/1961	A/RES/1604(XVI)	Report of the Director of the Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East :	37	37,37	17	17,172	38	38,38	7	7,0707	99	99	Y	Y	Y	Y	Y
31	5	20/12/1961	A/RES/1724(XVI)	Question of Algeria : resolution / adopted by the General Assembly	62	59,62	0	0	38	36,54	4	3,8462	104	104	A	Y	Y	Y	A
75	69	17/12/1963	A/RES/1991(XVIII)[A]	Question of equitable representation on the Security Council and the Economic and Social Coun	97	85,84	11	9,7345	4	3,54	1	0,885	113	113	Y	Y	Y	A	N
76	70	17/12/1963	A/RES/1979(XVIII)	Question of South West Africa : resolution / adopted by the General Assembly	89	78,76	2	1,7699	3	2,655	19	16,814	113	113	Y	Y	Y	Y	Y
27	71	19/12/1961	A/RES/1699(XVI)	Non-compliance of the Government of Portugal with Chapter XI of the Charter of the United N	90	86,54	3	2,8846	2	1,923	9	8,6538	104	104	Y	Y	Y	Y	Y
18	72	27/10/1961	A/RES/1632(XVI)	Continuation of suspension of nuclear and thermo-nuclear tests and obligations of States to ref	87	84,47	11	10,68	1	0,971	4	3,8835	103	103	Y	Y	Y	Y	N
25	73	28/11/1961	A/RES/1663(XVI)	The question of race conflict in South Africa resulting from the policies of apartheid of the Gov	97	94,17	2	1,9417	1	0,971	3	2,9126	103	103	Y	Y	Y	Y	Y
39	74	30/01/1962	A/RES/1742(XVI)	The situation in Angola : resolution / adopted by the General Assembly	99	95,19	2	1,9231	1	0,962	2	1,9231	104	104	Y	Y	Y	Y	Y
3	75	13/04/1961	A/RES/1598(XVI)	Question of race conflict in South Africa resulting from the policies of apartheid of the Governm	95	95,96	1	1,0101	0	0	3	3,0303	99	99	Y	Y	Y	Y	Y
59	76	11/10/1963	A/RES/1881(XVIII)	The policies of apartheid of the Government of the Republic of South Africa : resolution / adop	106	95,5	1	0,9009	0	0	4	3,6036	111	111	Y	Y	Y	Y	Y
72	77	16/12/1963	A/RES/1978(XVIII)[B]	The policies of apartheid of the Government of the Republic of South Africa : resolution / adop	99	87,61	2	1,7699	0	0	12	10,619	113	113	Y	Y	Y	Y	Y
77	78	17/12/1963	A/RES/1990(XVIII)	Question of the composition of the General Committee of the General Assembly : amendment	111	98,23	0	0	0	0	2	1,7699	113	113	Y	Y	Y	Y	Y

Elaborado pelo autor.

- **Ranking das resoluções com a maior quantidade de “não votantes”;**

ID	RANK	DATA	RESOLUÇÃO	TÍTULO	SIM	%	NÃO	%	ABST	%	NÃO-VO	%	total	TOTAL	BRASIL	SUÉCIA	IUGOSLÁVIA	EUA	URSS
69	1	12/12/1963	A/RES/1957(XVIII)	Installation of mechanical means of voting : resolution / adopted by the General Assembly	51	45,946	10	9,009	23	20,721	27	24,324	111	111	Y	Y	Y	A	N
53	2	18/12/1962	A/RES/1818(XVII)	The situation in Angola : resolution / adopted by the General Assembly	57	51,82	14	12,727	18	16,364	21	19,091	110	110	A	A	Y	Y	N
76	3	17/12/1963	A/RES/1979(XVIII)	Question of South West Africa : resolution / adopted by the General Assembly	89	78,761	2	1,7699	3	2,6549	19	16,814	113	113	Y	Y	Y	Y	Y
62	4	01/11/1963	A/RES/1889(XVIII)	Question of Southern Rhodesia : resolution / adopted by the General Assembly	73	65,766	2	1,8018	19	17,117	17	15,315	111	111	Y	A	Y	A	Y
1	5	16/03/1961	A/RES/1593(XV)	Appeal to Member States which have particularly close and continuous relations with the Gover	74	74,747	0	0	9	9,0909	16	16,162	99	99	Y	Y	Y	Y	Y
40	72	23/02/1962	A/RES/1745(XVI)	General questions relating to the transmission and examination of information from Non-Self-C	57	54,808	21	20,192	24	23,077	2	1,9231	104	104	A	N	Y	Y	N
77	73	17/12/1963	A/RES/1990(XVIII)	Question of the composition of the General Committee of the General Assembly : amendments	111	98,23	0	0	0	0	2	1,7699	113	113	Y	Y	Y	Y	Y
41	74	27/06/1962	A/RES/1746(XVII)	The future of Ruanda-Urundi : resolution / adopted by the General Assembly	93	89,423	0	0	10	9,6154	1	0,9615	104	104	Y	Y	Y	Y	A
75	75	17/12/1963	A/RES/1991(XVIII)[A]	Question of equitable representation on the Security Council and the Economic and Social Coun	97	85,841	11	9,7345	4	3,5398	1	0,885	113	113	Y	Y	Y	Y	A
74	76	17/12/1963	A/RES/1991(XVIII)[B]	Question of equitable representation on the Security Council and the Economic and Social Coun	96	84,956	11	9,7345	5	4,4248	1	0,885	113	113	Y	Y	Y	A	N
6	77	15/04/1961	A/RES/1593(XV)	The situation in the Republic of the Congo : resolution / adopted by the General Assembly	61	61,616	5	5,0505	33	33,333	0	0	99	99	A	Y	Y	A	Y
5	78	15/04/1961	A/RES/1600(XVI)	The situation in the Republic of the Congo : resolution / adopted by the General Assembly	60	60,606	16	16,162	23	23,232	0	0	99	99	Y	Y	A	Y	N

Elaborado pelo autor.

- **Ranking das resoluções com a maior quantidade de “não votantes”; (%)**

ID	RANK	DATA	RESOLUÇÃO	TÍTULO	SIM	%	NÃO	%	ABST	%	NÃO-VC	%	total	TOTAL	BRASIL	SUÉCIA	IUGOSLÁVIA	EUA	URSS
69	1	12/12/1963	A/RES/1957(XVIII)	Installation of mechanical means of voting : resolution / adopted by the General Assembly	51	45,95	10	9,009	23	20,721	27	24,324	111	111	Y	Y	Y	A	N
53	2	18/12/1962	A/RES/1819(XVII)	The situation in Angola : resolution / adopted by the General Assembly	57	51,82	14	12,727	18	16,364	21	19,091	110	110	A	A	Y	Y	N
76	3	17/12/1963	A/RES/1979(XVIII)	Question of South West Africa : resolution / adopted by the General Assembly	89	78,76	2	1,7699	3	2,6549	19	16,814	113	113	Y	Y	Y	Y	Y
1	4	16/03/1961	A/RES/1589(XVI)	Appeal to Member States which have particularly close and continuous relations with the Government of Southern Rhodesia : resolution / adopted by the General Assembly	74	74,75	0	0	9,9099		16,162	99	99	Y	Y	Y	Y	Y	Y
62	5	01/11/1963	A/RES/1898(XVIII)	Question of Southern Rhodesia : resolution / adopted by the General Assembly	73	65,77	2	1,8018	17	17,117	17	15,315	111	111	Y	Y	A	Y	A
8	6	20/04/1961	A/RES/1603(XVI)	The situation in Angola : resolution / adopted by the General Assembly	73	73,74	2	2,0202	9	9,9099	15	15,152	99	99	Y	Y	Y	Y	Y
6	7	21/04/1961	A/RES/1607(XVI)	Dissemination of information on the United Nations and the International Trusteeship System in the Territory of Southern Rhodesia : resolution / adopted by the General Assembly	78	78,79	0	0	9,9099		12,121	99	99	Y	Y	Y	Y	Y	Y
44	8	12/01/1962	A/RES/1750(XVII)	Question of Southern Rhodesia : resolution / adopted by the General Assembly	83	76,15	1	1,8349	19	10,092	12	11,098	110	110	Y	Y	Y	Y	Y
72	9	12/01/1962	A/RES/1750(XVII)	Report of the United Nations Scientific Committee on the Effects of Atomic Radiation : resolution / adopted by the General Assembly	83	76,15	1	1,8349	19	10,092	12	11,098	110	110	Y	Y	Y	Y	Y
72	10	16/12/1962	A/RES/1828(XVIII)	The policies of apartheid of the Government of the Republic of South Africa : resolution / adopted by the General Assembly	89	87,61	2	1,7699	0	0	12	10,619	113	113	Y	Y	Y	Y	Y

23	68	24/11/1961	A/RES/1653(XVI)	Declaration on the prohibition of the use of nuclear and thermo-nuclear weapons : resolution /	55	53,4	20	19,417	26	25,243	2	1,9417	103	103	A	A	Y	N	Y
24	69	27/11/1961	A/RES/1654(XVI)	The situation with regard to the implementation of the Declaration on the granting of independ	97	94,17	0	0	4	3,8835	2	1,9417	103	103	Y	Y	Y	Y	Y
26	70	15/12/1961	A/RES/1668(XVI)	Representation of China in the United Nations : resolution / adopted by the General Assembly	61	58,65	34	32,692	7	6,7308	2	1,9231	104	104	Y	N	N	Y	N
39	71	30/01/1962	A/RES/1742(XVI)	The situation in Angola : resolution / adopted by the General Assembly	99	95,19	2	1,9231	1	0,9615	2	1,9231	104	104	Y	Y	Y	Y	Y
40	72	23/02/1962	A/RES/1745(XVI)	General questions relating to the transmission and examination of information from Non-Self-C	57	54,81	21	20,192	24	23,077	2	1,9231	104	104	A	N	Y	N	Y
77	73	17/12/1963	A/RES/1990(XVIII)	Question of the composition of the General Committee of the General Assembly : amendments	111	98,23	0	0	0	0	2	1,7699	113	113	Y	Y	Y	Y	Y
41	74	27/06/1962	A/RES/1746(XVI)	The future of Ruanda-Urundi : resolution / adopted by the General Assembly	93	89,42	0	0	10	9,6154	1	0,9615	104	104	Y	Y	Y	Y	A
75	75	17/12/1963	A/RES/1991(XVIII) [A]	Question of equitable representation on the Security Council and the Economic and Social Coun	97	85,84	11	9,7345	4	3,5398	1	0,885	113	113	Y	Y	Y	A	N
74	76	17/12/1963	A/RES/1991(XVIII) [B]	Question of equitable representation on the Security Council and the Economic and Social Coun	96	84,96	11	9,7345	5	4,4248	1	0,885	113	113	Y	Y	Y	A	N
6	77	15/04/1961	A/RES/1599(XV)	The situation in the Republic of the Congo : resolution / adopted by the General Assembly	61	61,62	5	5,0505	33	33,333	0	0	99	99	A	Y	Y	A	Y
5	78	15/04/1961	A/RES/1600(XV)	The situation in the Republic of the Congo : resolution / adopted by the General Assembly	60	60,61	16	16,162	23	23,232	0	0	99	99	Y	Y	A	Y	N

Elaborado pelo autor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A PEI brasileira foi a última das políticas externas “desalinhadas”, por nós analisadas, a se formar, e a primeira a se encerrar, existindo como tal entre a posse de Jânio Quadros em 1961 e a derrubada de João Goulart em 1964. O “não-alinhamento” iugoslavo, segunda a se formar, foi a segunda a ser extinta, com o fim do próprio país ao longo dos anos 1990. A “neutralidade” foi a primeira a se formar dentre as três, ainda no século XIX, e a última das três a ser encerrada, enquanto escrevemos estas linhas em março de 2024, quando o país passa a integrar a OTAN.

Contudo, entre 1961 e 1964, Brasil, Iugoslávia e Suécia compartilharam três tipos diferentes de política externa, porém realmente convergentes em vários aspectos. Do ponto de vista mais discursivo, as três políticas externas se alinhavam, sinteticamente, nos três Ds proclamados por Araújo Castro em 1963: Desarmamento, Desenvolvimento e Descolonização. Cada um ao seu modo, com suas justificativas e motivações específicas, mas ainda assim muito mais próximos do que se poderia supor um olhar menos atento. Afinal, como três países, distantes geograficamente, distantes também culturalmente, politicamente, economicamente, poderiam ter semelhanças? Como três países de “Mundos” diferentes, inscritos nos chamados primeiro, segundo e terceiro “mundo”, poderiam se alinhar entre si num período em que “alinhamentos” eram mais comuns em relação a superpotências específicas e aos seus blocos? Os três Ds nos ajudam.

Seguindo a ordem proposta por Araújo Castro no referido discurso, iniciemos por Desarmamento. Os três países tinham interesses no Desarmamento. A Suécia por temer uma guerra nuclear definitiva, na qual estaria literalmente no meio do conflito, e se vendo como vítima colateral de testes bélicos da URSS, especialmente os nucleares; a Iugoslávia, por conhecer de perto as mazelas indescritíveis da guerra moderna, e não apenas defendendo moralmente uma “coexistência pacífica” baseada inclusive no desarmamento (geral e, principalmente, nuclear), mas também, vislumbrando a possibilidade de poder ver parte dos recursos, dispendidos pelas superpotências na corrida armamentista, irrigar as economias dos países subdesenvolvidos - dentre os quais ela julgava situar, e com os quais havia criado inúmeros e fortes laços políticos e econômicos; e o Brasil, ainda mais interessado (e confiante) que a Iugoslávia quanto às possibilidades de os recursos poupados com

um eventual fim da corrida armamentista, pudessem contribuir para o desenvolvimento dos países do terceiro mundo.

O tema do Desenvolvimento é presente em variados discursos de Suécia, Iugoslávia e Brasil, contudo tido como mais urgente para estes dois últimos que para o primeiro. A Suécia já era, no início da década de 1960, para todos os efeitos, um país desenvolvido, especialmente por ser industrializado (sediava até multinacionais) e ter uma renda per capita alta (aliada a uma desigualdade baixa e a inúmeros esforços socialistas do SAP). A Iugoslávia, mesmo após o expressivo crescimento e desenvolvimento econômicos por ela protagonizado no pós-guerra, ainda se via como insuficientemente industrializado (ainda que industrializado) e com uma renda per capita também insuficiente (apesar do importante aumento desta, bem como os inúmeros reforços socialistas do SKJ). Por vias diferentes, e com uma riqueza absoluta e relativa diferentes, Iugoslávia e Suécia haviam garantido um “Estado de Bem-Estar Social” desenvolvido para suas populações – ainda que a Iugoslávia desejasse mais, especialmente comparando-se a certos números econômicos de países capitalistas desenvolvidos como Alemanha Ocidental e França, ou a própria Suécia. Já no Brasil o desenvolvimento nacional, geralmente pauta da parcela “nacionalista” da sociedade, sofria com vários percalços: a fraqueza teórica e/ou ideológica da maioria dos “nacionalistas” (possivelmente associada à diminuta quantidade de membros de partidos socialistas e comunistas, às ambiguidades e limites do trabalhismo, e aos grandes problemas de educação formal), o raquitismo técnico e tecnológico (também ligado aos problemas de educação formal e à estrutura produtiva), a fortíssima resistência de grupos “entreguistas” e/ou politicamente conservadores e/ou reacionários, e o jugo semicolonial que o país sofria dos EUA (e a relação simbiótica entre esta potência e as frações “entreguistas”). Tudo isso gerava uma ponderável instabilidade política e econômica, bem como uma estranhíssima crença de que os EUA, ao invés de serem objetivamente parte dos problemas políticos e econômicos do Brasil, fossem, na verdade, nossa principal esperança para a resolução destes problemas.

Por fim, a Descolonização. Pauta bastante relegada entre os brasileiros até a instituição da PEI, esta, ao menos passou a propor um olhar e ações mais dinâmicas e originais para a África, para além (ainda que mais discursiva que praticamente) dos tradicionais apoios aos portugueses e suas práticas coloniais. Ao menos no discurso, o Brasil passou a se colocar como um país anticolonialista. A Suécia

também manifestava um discurso marcadamente anticolonial, fortemente antiapartheid, e vai se envolver bastante com a Questão do Congo, mas, ao menos em nosso período de análise, não terá ações mais drásticas. Já a Iugoslávia é diferente. Para além dos discursos anticolonialistas e antirracistas típicos dos países socialistas, a partir dos anos 1950, os países da África e da Ásia recentemente descolonizados (ou ainda em processo de libertação) serão considerados os parceiros políticos e econômicos preferenciais do país. O não-alinhamento iugoslavo estabelece profunda identidade com as propostas de coexistência pacífica, com os princípios de Bandung, e será o grande fiador da criação do principal produto da política de não-alinhamento: o internacional e multilateral Movimento dos Países Não-Alinhados. Se a Suécia tinha tido um passado mais associado a ser colonizador do que colonizado, e se o Brasil tinha uma peculiar relação de amizade com sua ex-potência colonizadora (e admiração por outras, como a França), os povos da Iugoslávia não apenas tinham se livrado do duplo jugo colonial de Áustria-Hungria e Turquia Otomana, bem como da invasão nazifascista (também esta de caráter fortemente colonial), e agora buscavam intercâmbios cada vez maiores e mais intensos com países recém-emersos do colonialismo (na Ásia e na África) quanto parcialmente emersos há muitos anos (na América Latina). E nessas aproximações, a liderança de Tito é realmente exemplar, tendo o líder visitado inúmeros países nos “três continentes do subdesenvolvimento.”

Logo, variados pontos dos discursos e das práticas de Brasil, Suécia e Iugoslávia traziam alinhamentos entre si e, ao fazer isso, provocavam o nosso quarto D: “Desalinhamento”. E esse é um “desalinhamento” dialético, pois observamos que, ao menos discursivamente, havia um expressivo desalinhamento dos três em relação às superpotências (e aos seus blocos), mas às vezes havia também um forte desalinhamento entre os próprios três. Contudo é notório, também ao menos no plano do discurso, o rechaço das três políticas externas ao alinhamento à política de blocos. E se o termo “não-alinhado” acabou sendo parcialmente apropriado pela política externa iugoslava, julgamos que o termo “desalinhados” serviria bem aos propósitos de classificação para as três políticas externas neste trabalho.

A noção de um “alinhamento” entre países “desalinhados” será uma ideia fortemente associada à Iugoslávia. A ideia por trás da promoção da Conferência de Belgrado em 1961 era justamente reunir, numa conferência, países que não fossem

alinhados: não-alinhados, neutros, neutralistas, independentes etc. A Iugoslávia não parecia estar tão interessada em termos e conceitos restritivos (tampouco em criar um movimento mais formalizado, como aconteceria depois), e sim em congregar aqueles países que, como ela, sentiam-se desconfortáveis com a Guerra Fria, o medo nuclear, e a necessidade de se alinhar mais ou menos submissamente ao Bloco Capitalista (e seu líder) ou ao Bloco Socialista (e seu líder). A Iugoslávia desejava unir esses países, bem como os que julgava interessados na paz (e na coexistência pacífica), na autodeterminação dos povos, na não intervenção dos assuntos internos dos países, ou seja: países que não integrassem formalmente as alianças militares existentes e que desejassem defender os princípios da carta da ONU.

A Suécia sustentava uma política diferente, de perfil mais baixo, mais discreto, e que, além de ocultar certas ligações mais “subterrâneas” com os EUA, zelava por uma neutralidade mais restrita. O temor de que, ao se vincular oficial e politicamente com outros países, mesmo que explicitamente “não-alinhados”, pudesse macular a sua imagem de neutralidade frente aos outros países, especialmente às superpotências, influíam numa política externa sueca que evitava lances mais agudos na arena internacional e vínculos políticos com outros países fora do enquadramento da ONU.

E o Brasil vivia mais uma de suas múltiplas e típicas ambiguidades. Dentre estas a de, a partir da PEI, se proclamar “independente”, mas não “neutro”, tampouco “neutralista”. Estimulado a participar da Conferência de Belgrado, vai pela metade: não vai como membro, nem se ausenta, apresentando-se como observador. Em demais manifestações internacionais, enquanto se apresenta como independente, e como não-pertencente a nenhum bloco, reitera com certa veemência (e pedância) que está vinculado ao sistema TIAR/OEA – como se este não fosse uma espécie de “sub-Bloco-sub-Capitalista”. Parecia (e possivelmente era) uma contradição insuperável de dizer não pertencente ao “Bloco Capitalista” liderado pelos EUA, mas se dizer integrante de um arranjo político semelhante a OTAN e liderado pelos mesmos EUA.

Os pontos de vista dos três países entre si e das duas superpotências sobre os três são interessantes. A Suécia se via como neutra, e assim a viam os EUA, ao ponto de mandá-la como representante “neutro” de sua indicação para a fiscalização do armistício coreano. A Iugoslávia, que se via como não-alinhada, convidou Suécia

e Brasil para a Conferência de Belgrado, por identificar semelhanças de pontos de vista, convite recusado por ambos – apesar do “observador” brasileiro. EUA e URSS viam Brasil e Suécia como “não-alinhadas” ao ponto de referendarem a escolha de ambos (mas não da Iugoslávia) como membros das “oito potências não-alinhadas” na Conferência de Genebra. O Brasil, buscando se ver e agir como “independente”, não vai ser muito citado ou considerado pela Suécia em discursos, mas o será pela Iugoslávia: para além do mencionado convite para Belgrado, Tito ainda vai se consultar com Jango quanto à “crise dos mísseis” de Cuba, expressando um julgamento de semelhança de políticas externas e, ainda, visitará o Brasil pessoalmente em 1963. Talvez a Iugoslávia visse no Brasil uma independência da PEI maior do que o próprio Brasil tinha ou via – o que explica talvez o esforço de aproximação da Iugoslávia junto ao Brasil, e a reiteração do Brasil em estar vinculado à TIAR/OEA.

E para ajudar a validar ou invalidar, confirmar ou refutar essa série de impressões, aproximações, distanciamentos, convergências e divergências nas políticas externas de Brasil, Suécia e Iugoslávia que decidimos colocar tudo isso à prova, comparando as votações destes três países na AGNU durante a vigência da PEI no Brasil. E os resultados, quando analisados primeiro através da frieza dos números e depois mais histórica e politicamente contextualizados, foram muito interessantes.

Para essa análise expandimos os dados para além dos três principais países, em direção às superpotências que, em teoria, seriam politicamente opostas: EUA e URSS. Então os dados foram analisados, para além das votações em si, mas também as votações dos três países entre si, e dos três países em relação aos “dois polos” do “mundo bipolar”. Assim teríamos mais gráficas indicações de “alinhamentos” e “desalinhamentos”.

Primeiramente chama a atenção que toda a aparente “frieza” e “distância” em termos de discursos e certas práticas no que tange a relação entre Brasil e Suécia, se tornam o seu oposto quando analisamos os dados das votações: seja qual for o enfoque, entre os cinco países selecionados, os dois países mais alinhados entre si no período, são precisamente Brasil e Suécia. E o são nos três anos analisados, e em quaisquer das abordagens totalizantes. De acordo com nossa escala de alinhamento, esses dois países sempre estiveram no “campo” do alinhamento,

basicamente compartilhando um “médio alinhamento”, mas próximo a um “alto alinhamento”.

No extremo oposto algo que imaginávamos: os países menos próximos entre si, portanto os menos alinhados de acordo com as votações na AGNU, foram EUA e URSS. Contudo, um dado relevante: no ano de 1961, pelos nossos cálculos, o Brasil fora menos alinhado com a URSS que os próprios EUA, sublinhando o caráter “mais real que o rei” tantas vezes expresso pelo Brasil.

A Iugoslávia aparece com frequência e persistência em posições intermediárias quanto a alinhamento ou desalinhamento. E enquanto Brasil e Suécia aparecem em nossos cálculos como tendo segundo maior alinhamento com os EUA, o mesmo não acontece com a Iugoslávia. No geral, a Iugoslávia é mais alinhada à Suécia e ao Brasil, do que às superpotências; é também mais alinhada à URSS que aos EUA. Contudo, com exceção do ano de 1962, no qual a URSS foi o país mais alinhado à Iugoslávia dentre os cinco, nos outros anos o maior alinhamento (ou menor desalinhamento) iugoslavo é justamente com os países “desalinhados” Brasil e Suécia.

Nesse sentido, vemos que, em 1961 a Suécia estava de algum modo “alinhada” aos demais países, com exceção à URSS. O Brasil estava no campo do alinhamento com Suécia e EUA, mas num nível de “nem alinhado, nem desalinhado” com a Iugoslávia. E a Iugoslávia, que partilhava um alinhamento com a Suécia, praticamente tão alto, quanto desta com o Brasil, tinha com o Brasil a relação relativamente distante que compartilhava com as próprias superpotências. Ou seja, em 1961, de acordo com as votações das resoluções da AGNU, havia afinidades importantes entre Suécia e Brasil, e entre os dois países e os EUA. A Iugoslávia parecia mediar bastante criteriosamente suas ações e, conseqüentemente, suas relações, não configurando “desalinhamento” com nenhum dos atores, e uma certa equidistância entre a maioria dos demais membros.

O que podemos perceber, por exemplo, em 1962, é que Suécia e Brasil mantiveram os maiores níveis de alinhamento, reforçando a impressão de alinhamento. Também percebemos uma correlação entre um maior alinhamento circunstancial, nas votações, entre Iugoslávia e URSS, e um maior desalinhamento entre Suécia e Iugoslávia (bem como maior desalinhamento entre Suécia e URSS e Iugoslávia e EUA) – talvez, inclusive, um em função do outro. As votações deste ano então, reafirmam o alinhamento entre Suécia e Brasil, e entre os dois países com os

EUA – mas com avanços do Brasil em uma direção de menor distanciamento com URSS e Iugoslávia. A Iugoslávia mantém uma espécie de sobriedade de suas ações e, conseqüentemente, de suas relações, manifestando baixos “alinhamento” e “desalinhamento” com as superpotências, ainda que uma relação de estável (com o Brasil) ou até diminuída (com a Suécia) afinidade com os demais países centrais de nossa pesquisa.

Em 1963 temos, pela primeira vez, no período analisado, as relações entre Brasil, Suécia e Iugoslávia figurando, simultaneamente, nas três primeiras posições do *ranking* de “votos iguais” e em três das 4 mais baixas posições no *ranking* de “votos contrários”. E isso se reflete em nosso *ranking* que apresenta a “escala de alinhamento” para o ano de 1963. Segundo nossa escala, também pela primeira vez, todas as relações possíveis entre nossos três países selecionados, figuram no campo do “alinhamento”.

Logo, nestes termos, 1963 apresenta-se como o ano de “maior independência” da política externa brasileira, pois, dos três anos é o único em que o Brasil não aparece no campo “alinhado” aos EUA, apresentando-se menos alinhado aos EUA que a “neutra” Suécia, e de modo semelhante ao “não-alinhamento” iugoslavo em relação a URSS. Essa “independência” brasileira se assemelha ao não-alinhamento iugoslavo tanto no nível de alinhamento com Suécia, quanto mostrando-se “nem alinhados, nem desalinhados” com os líderes econômicos dos blocos em que se inscreviam suas economias (o capitalista Brasil em relação aos EUA e a socialista Iugoslávia em relação à URSS), e um apenas moderado desalinhamento em relação às superpotências do outro campo econômico: com as relações Iugoslávia e EUA, e Brasil e URSS, aparecendo como de “baixo desalinhamento”.

Uma forte tendência que percebemos, em todo o período, é o renitente afastamento dos países selecionados em relação à URSS. Exceto pela Iugoslávia, que em nenhum dos anos teve uma pontuação de “desalinhamento” com a URSS, apesar de em variados discursos a política iugoslava ser bastante dura com os soviéticos, e para além da esperada relação “desalinhada” com os EUA, o país socialista também sempre manteve um certo nível de “desalinhamento” com Suécia e Brasil – ou vice-versa.

Seguindo as tendências apresentadas pelos 3 anos analisados, as relações entre Brasil e Iugoslávia aparentemente convergiram, progressivamente, para uma

maior proximidade, para níveis mais consistentes de alinhamento político. Por exemplo, a maior quantidade de todas as votações analisadas do período ocorreu em 1961, ano inicial de implementação da PEI e num momento em que nossas tabelas dizem que as relações entre os dois países estavam menos próximas. E nos anos seguintes, em que a PEI se desenvolveu, e em que a referida aproximação se processou, o número de votações foi bastante menor. Logo, não nos parece equivocado supor que uma maior quantidade de votações registradas em 1962 e sobretudo 1963, trariam um potencialmente maior alinhamento entre os dois. E se em 1964 houvesse votações na AGNU e a continuação da PEI, também poderia haver esse maior alinhamento.

Nossos dados acabam por confirmar que possivelmente a política externa mais aparentemente “neutra”, “não-alinhada”, “independente”, “desalinhada” em relação às potências, e buscando um “alinhamento entre os desalinhados” foi a da Iugoslávia. Reiteradas vezes a Iugoslávia aparece qualificada em relações de “nem alinhado, nem desalinhado”, ou seja, tendo na prática a equidistância que alguns países advogavam na teoria. O país, em nenhum momento, demonstrou algum nível de “alinhamento” com os EUA (diferentemente de Brasil e Suécia), sempre oscilando entre “nem alinhado, nem desalinhado” e “baixo desalinhamento”. No saldo final do país, a Iugoslávia não demonstrou nenhuma posição de “alto alinhamento” ou “alto desalinhamento”, sequer de “médio alinhamento” ou “médio desalinhamento”. Também demonstrou nenhum nível de “alinhamento” com nenhuma das duas superpotências de acordo com nossa escala, e as duas principais relações do país também não as envolvem: em nossa lista, é com Suécia e Brasil que a Iugoslávia parece estar mais alinhada (ou menos desalinhada). Para termos de comparação, as duas melhores relações da Suécia são com Brasil e EUA, e as duas melhores relações do Brasil são com Suécia e EUA.

Brasil e Suécia são, dos cinco países analisados, os que possuíam as políticas externas mais alinhadas nas votações das resoluções na AGNU, e EUA e URSS as menos alinhadas (ou mais desalinhadas). Suécia e EUA protagonizam um baixo, porém consistente e constante nível de alinhamento. Brasil e EUA também protagonizam um certo alinhamento, porém, ao longo do período, em sentido declinante. Suécia e Iugoslávia também apresentam um importante nível de alinhamento, confirmando parte de nossa hipótese, acerca da proximidade prática da política de “neutralidade” sueca e a política de “não-alinhamento” iugoslava. Em

um nível inferior ao da relação dos escandinavos com os balcânicos, a relação Brasil e Iugoslávia apresenta-se como uma relação de “nem alinhado, nem desalinhado”, porém em tendência de um progressivo maior alinhamento.

Assim temos, de forma sucinta, e dentre os cinco países abordados, como países mais próximos entre si, na AGNU, entre 1961 e 1963, Brasil e Suécia, seguidos de Suécia e EUA, Suécia e Iugoslávia, Brasil e EUA e Brasil e Iugoslávia. A Suécia destaca-se como o país de maior alinhamento multilateral entre os países selecionados, com a exceção já abordada de sua relação com a URSS. Os EUA mostram-se relativamente bem posicionados em suas relações, oferecendo elementos contundentes para a discussão das políticas externas de Suécia e Brasil: afinal, o quão neutras e independentes realmente eram, e o quão alinhadas aos EUA efetivamente estavam. Ainda que, se é tentador, por esse recorte, já apontar Brasil e Suécia muito mais “alinhados aos EUA” do que efetivamente “neutros e independentes”, o fato das melhores relações de Brasil e Suécia serem entre si não deve ser desprezada.

Especialmente quando observamos, de acordo com as “pontuações” das tabelas finais, que a distância entre as relações de Suécia com EUA e com Iugoslávia não eram tão grandes assim. Ou seja, o alinhamento entre Suécia e Iugoslávia no período fica atrás, apenas, do alinhamento entre o país escandinavo e os dois países americanos: isto é, um nível que também não pode ser desprezado. E entendendo o período de 1961 a 1964 como de grande força e protagonismo da política externa iugoslava, da construção efetiva do MNA (de certo modo, então, de um “não-alinhamento internacionalizado”) por parte dos iugoslavos e da realização de suas duas primeiras cúpulas, uma relação próxima entre Suécia e Iugoslávia, na ONU, exercendo um “desalinhamento” prático em relação aos blocos, também não deve ser desprezada – apesar da insistência da Suécia em não se envolver diretamente com o MNA.

Algo semelhante pode ser dito da PEI brasileira: a tendência de aproximação com a Iugoslávia, revelada no conjunto dos anos analisados, apontava para uma possível transformação da relação entre os dois países na segunda de maior proximidade para ambos. O distanciamento entre as relações de Iugoslávia com Brasil e URSS estão entre as menores, e as diferenças dos caminhos socialistas percorridos por Belgrado e por Moscou, parecem não ter sido suficientes para manter a relação dos dois países como a mais distante entre as 4 relações

possíveis: a mais distante é a relação entre Iugoslávia e o líder do bloco capitalista, os EUA. Uma distância que se mostrou semelhante, mas ainda assim inferior, que as relações de brasileiros e suecos com soviéticos.

Percebemos que nossa metodologia permite observar, também, uma espécie de “alinhamento coletivo” dos países em função de certas pautas e temas, especificamente quando estes países são membros da ONU, votando em temas e pautas constantes e/ou derivadas da Carta da ONU, que eles assinaram. Então, algumas votações na AGNU já se davam sem muitas polêmicas no geral, esperando-se uma expressiva quantidade de votos “sim” da maioria dos estados-membros, e muitas vezes percebemos que houve um alinhamento de Brasil, Suécia e Iugoslávia em determinadas votações, simplesmente porque o alinhamento era praticamente geral em toda a AGNU. Não à toa, das 78 resoluções adotadas, em aproximadamente 20% tiveram votos iguais entre os “desalinhados” Brasil, Suécia e Iugoslávia, mas também do líder “alinhado” capitalista e do líder “alinhado oposto” socialista.

Isso pode ser considerado um dos resultados do tipo de escolha que fizemos. Ao escolhermos analisar as votações que foram aprovadas pela AGNU, e sabendo que para essa resolução ser aprovada ela precisa de uma maioria de votos sim, muitos votos mais contraditórios e polêmicos possivelmente não foram contemplados. Inclusive entendemos que uma das perspectivas de pesquisa aberta por esta tese seria investigar, também, resoluções que não foram aprovadas, seja no plenário da AGNU (possivelmente mais raras) seja em suas comissões de debate (possivelmente mais comuns). De todo modo, seguindo a escolha adotada, os dados podem ser considerados válidos e eloquentes.

Os votos, no geral, apontam para um dos pontos principais de nosso trabalho: a proximidade e/ou distanciamento das políticas externas “independente” do Brasil, “neutra” da Suécia, e “não-alinhada” da Iugoslávia, a partir das votações disponíveis nos registros da AGNU entre os anos de 1961 e 1964. E Brasil, Suécia e Iugoslávia votaram juntos, iguais, em 38 das 78 resoluções estudadas, ou seja, quase metade das vezes. Assim temos essa como a maior das tendências de votos no período, ao analisarmos os 5 países: o voto “igual” de Brasil, Suécia e Iugoslávia.

Porém, como vimos, 16 desses 38 votos foram compartilhados com as superpotências e, por esse e outros motivos, não são tão expressivos de eventuais alinhamentos específicos entre si, e desalinhamento entre as superpotências. Por

isso focamos nos 22 votos em que Brasil, Suécia e Iugoslávia manifestaram algum tipo de “alinhamento” entre si e algum tipo de “desalinhamento” com uma ou ambas as potências, votando “diferente” e/ou “contrário” a elas.

Vimos também que, levando em consideração a porcentagem de votos “sim” de cada país, dentre os cinco selecionados, o mais contemplado pelas resoluções da ONU foi a Suécia, que votou “sim” em quase 85% das resoluções aprovadas, seguida de Brasil, com 79,5% e Iugoslávia com 71,8%. Isso mostra um pouco daquela impressão de que parte expressiva do alinhamento dos três países se dá em consonância com um tipo de “alinhamento geral” da AGNU em algumas votações. Dos cinco, o menos contemplado (ou mais contrariado) foi a URSS, com apenas 50% - o que não deixa de ser uma contradição, ver um membro fundador da ONU, como a URSS, ser tão contrariado, e um membro que só entrou posteriormente, como a Suécia, ser tão contemplado. Já Brasil, Iugoslávia e Suécia demonstraram contrariedade às resoluções aprovadas em pouquíssimas vezes, tendo os votos “não” dos 3 países totalizando apenas 9, distribuídos por 8 resoluções: Brasil e Suécia em 2 oportunidades cada, e Iugoslávia em 5 votações.

Extraímos das votações 25 diferentes tendências de votos. Destas, vimos que em 7 delas os três países votaram juntos, iguais. Descontando a primeira das tendências, na qual em 16 oportunidades os três votaram iguais às superpotências, nós focamos nas outras 6 tendências de votos (que totalizaram 22 votações): as 6 vezes que os 3 votaram alinhados com os EUA, e diferentes da URSS; as também 6 vezes que os 3 votaram alinhados com a URSS, e diferentes dos EUA; as 5 vezes em que os 3 votaram alinhados com os EUA e contra a URSS; as 3 vezes em que os 3 votaram alinhados entre si, “sim”, diferentes dos EUA e contra a URSS; a vez em que os 3 votaram alinhados entre si, “sim”, e diferente das potências; e a única vez em que os 3 votaram alinhados entre si, “sim”, e contra as potências.

No capítulo 5 exploramos com atenção essas tendências, e das quais emergem, por exemplo, variados temas recorrentes ao processo de descolonização, às propostas de desarmamento e desnuclearização, e de financiamento da ONU e de suas operações. Chama a atenção o “empate” entre as vezes que Brasil, Iugoslávia e Suécia votaram alinhados aos EUA e diferentes da URSS, e votaram alinhados à URSS e diferentes dos EUA. E chama atenção que, quando a tendência envolve votar assuntos **contra** uma dessas superpotências, o resultado é muito diferente, totalmente desigual: se em 5 oportunidades, das 78, os 3 votaram

alinhados com os EUA e contra a URSS, em nenhuma oportunidade os 3 votaram alinhados com a URSS e contra os EUA. Contudo, a concentração desses votos “mais pró-EUA e anti-URSS” ser em 1961, reforça-nos a percepção que, principalmente no caso brasileiro, ao longo do desenvolvimento da PEI, Brasil e URSS foram ficando progressivamente menos distantes entre si. Especialmente quando vemos que a expressiva maioria das vezes (4/5) que os 3 votaram alinhados entre si e com os EUA, e contra a URSS, a temática envolvia o financiamento da ONU em geral, e de casos de emergência em específico – como as operações no Congo e a UNEF nas quais Brasil, Iugoslávia e Suécia eram participantes.

Julgamos as mais interessantes dentre estas 22 votações minuciosamente analisadas aquelas cinco votações em que os três países votaram alinhados entre si e desalinhados, em alguma medida, em relação às superpotências. Nas 3 votações em que Brasil, Suécia e Iugoslávia votaram alinhados entre si, diferentes dos EUA e contra a URSS, há um dado que chama a atenção: todas estão na mesma Sessão e no mesmo ano, Sessão XVIII de 1963, também confirmando a tendência de maior alinhamento entre si, e menores alinhamentos dos três com as superpotências. De acordo com os temas destas três votações, vimos que as mesmas expressam um certo compromisso de Brasil, Suécia e Iugoslávia com a modernização da ONU, tanto técnica quanto politicamente, uma maior democratização dos espaços da organização, com a ampliação de seus principais órgãos e com a incorporação “garantida” e progressiva, de representantes África e Ásia - reforçando o compromisso com a descolonização e o antirracismo dos 3.

A única votação, no período analisado, em que Brasil, Suécia e Iugoslávia votam alinhados entre si, “sim”, e diferentes de EUA e URSS, se deu sobre o contexto da crise no Congo e em meio a uma votação bastante controvertida, na qual o número de abstenções (49) superou o de votos “sim” (45). Ou seja, mais países optaram em seguir as abstenções das superpotências do que o voto “sim” de Brasil, Suécia e Iugoslávia. Um alinhamento entre si e uma diferença em relação às superpotências que se mostraram raras, como observamos, visto que entre 1961 e 1963 só aconteceu nesta vez. E tão raro quanto a única vez em que os 3 votaram alinhados entre si, e contra as superpotências.

Esta, versando sobre a “Continuação da suspensão dos testes nucleares e termonucleares e obrigações dos Estados de se absterem de retomá-los”, constituiu então, uma votação que expressa um dos momentos de máximo alinhamento

conjunto dos três, porque concomitante com o máximo desalinhamento deles em relação às superpotências. Mas isso, esse alinhamento explícito entre Suécia, Brasil e Iugoslávia, simultaneamente a esse desalinhamento explícito dos três em relação à EUA e URSS foi mais raro do que esperávamos, dada a convergência e semelhanças identificadas tanto nos discursos quanto nas práticas das políticas externas de nossos países selecionados. Um tanto inesperado, mas certamente compreensível.

Compreensível, primeiramente, porque o recorte das votações, adotadas por uma maioria de votos “sim”, e da bipolarização ora em voga, já impele a algum tipo de concordância (ou não contrariedade expressa) de ao menos um dos polos com a resolução adotada, diminuindo então a contrariedade simultânea de ambos. Mas há também a afirmada tendência de alinhamento de Brasil e Suécia com os EUA e a tendência de afastamento de ambos em relação a URSS. E os motivos também são relevantes, como aventados anteriormente.

Havia a secular desconfiança sueca em relação a Rússia, então parte da URSS, que possivelmente influenciava, por oposição, a uma maior proximidade aos EUA (sem contar os indícios de contatos militares secretos). A política interna sueca também não pode ser menosprezada: a família real, monárquica, a família Wallenberg (e seus múltiplos negócios capitalistas) e o SAP tinham seus motivos para não se sentirem à vontade com um vizinho relativamente próximo que fosse radicalmente republicano e socialista – e inspiração decisiva para o PC sueco, frequentemente em oposição ao SAP.

Do lado brasileiro, as constantes pressões de correntes políticas internas desejavam empurrar o país para um “alinhamento automático” com os EUA (e que, para elas, inclusive seria o melhor caminho para o nosso desenvolvimento), como visto em vários momentos, bem como as próprias pressões dos EUA nesse sentido, tanto por suas concepções de “segurança hemisférica” como por pura prática imperialista, além de um alardeado sentimento (e propaganda) “anti-soviético/anti-comunista”, e, ainda, as reincidentes ideias da PEI de que o Brasil estaria sempre, e completamente, comprometido com “seu hemisfério” e com o “Ocidente”, nos autorizam afirmar que a aproximação com os EUA nos afastava da URSS.

E do lado Iugoslavo, sua firme desconfiança ante ao Capitalismo e seu Bloco, bem como em relação a certas práticas soviéticas, associada a uma arrojada, ativa, multilateral e internacionalista política externa, manterá o país buscando

efetivamente, sempre um maior alinhamento com potenciais “desalinhados” – nem sempre correspondido - do que com os “alinhados”.

Essa pesquisa, como tendem as pesquisas científicas, também expõe certos pontos cegos, algumas limitações e eventuais aspectos que podem ser melhorados e melhor explorados. Por exemplo: no decorrer da pesquisa percebemos que uma limitação inexorável era o fato de a ONU não ter registrado todos os votos de todas as resoluções adotadas no período. Essa limitação pode parcialmente ser suprida com uma investigação quanto às votações nos “*drafts*” realizados nas comissões, e que podem agregar ainda mais detalhes e nuances aos nossos resultados. Nesse campo de maiores detalhes e nuances, percebemos que algo que poderia enriquecer nossos espectros de alinhamento e desalinhamento, seria se houvessem mais países analisados e ranqueados. Por exemplo: a adição de pelo menos mais dois países integrantes do Bloco Capitalista e mais dois do Bloco Socialista, ampliando para nove o número total em cada tabela, aprimoraria ainda mais a pesquisa. Especialmente se fossem países também com alinhamentos mais matizados, como Reino Unido e Polônia (frequentemente tidos como mais fiéis aos líderes de seus blocos), e França e Romênia (frequentemente tidos como menos fiéis aos líderes). Outro ponto, seria o desenvolvimento de um algoritmo um pouco mais sofisticado e abrangente. Construindo esse algoritmo, não apenas seria mais fácil (e talvez ainda mais rigoroso) o cálculo dos “alinhamentos” entre os países selecionados (cinco, como efetivamente feito, ou mesmo os nove aventados acima), mas também, um cálculo bem mais amplo, podendo chegar até a totalidade dos membros da AGNU. Tudo isso se manifesta como empolgantes caminhos de pesquisa que podem derivar a partir desta tese.

Tese que, com a análise realizada, usando os dados e informações disponíveis, de acordo com o método, as metodologias e os procedimentos utilizados, acaba por defender que sim: nos anos em que vigorou a Política Externa Independente no Brasil, entre 1961 e 1964, as políticas externas de Brasil, Iugoslávia e Suécia eram semelhantes, guardando forte alinhamento entre si, tanto em seus discursos, quanto em variadas práticas, e, inclusive, nas votações das resoluções da AGNU, e apresentando certo e expressivo desalinhamento com as superpotências e seus blocos. Ainda que tenhamos observado forte tendência de alinhamentos de Suécia e Brasil com os EUA, certo desinteresse por parte de Brasil e Suécia em “multilateralizar” suas políticas externas em direção a “alinhamentos”

conscientes e organizados com outros países, e que a Iugoslávia era, dentre os três, o país mais efetivamente “desalinhado” entre as potências, e o mais interessado em um “alinhamento entre os desalinhados”, multilateral e internacional.

Também identificamos a tendência de que estes três países se alinhassem ainda mais em 1964, pois não apenas vinham de uma trajetória de maior alinhamento mútuo, e estiveram já bastante alinhados entre si em 1963, como os três participariam de uma ansiada UNCTAD – e na qual Brasil e Iugoslávia constituíram o G77 – praticamente um “MNA econômico” e muito vinculado à ONU. Mas, ao final da I UNCTAD, em junho de 1964, já não existia mais a PEI, derrubada no Brasil pelo Golpe de 1964. Logo, essa tendência, frustrada pelo golpe e por sua negação da PEI, ficou apenas no plano das ideias. Se entre 1961 e 1964 as políticas externas “neutra” da Suécia, “não-alinhada” da Iugoslávia e “independente” do Brasil, mostraram-se em progressivo alinhamento, o que aconteceu a partir de 1964 necessitaria de outra pesquisa.

Mas o que esta pesquisa tentou mostrar é que Brasil, Iugoslávia e Suécia foram, ao menos por três anos e dois meses, muito alinhados entre si, e muito desalinhados em relação às superpotências e seus blocos, constituindo um momento ímpar em suas histórias nacionais particulares, um momento de grande coragem na história da Guerra Fria, e um momento único na História em geral.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Marcelo de Paiva (org.). **A ordem do Progresso**: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

AGIUS, Christine. **The social construction of Swedish neutrality**: challenges to Swedish identity and sovereignty. Manchester: Manchester University Press, 2006.

AKSU, Eşref. **The UN in the Congo Conflict**: ONUC. In: The United Nations, Intra-State Peacekeeping and Normative Change, 100–129. Manchester University Press, 2003. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/j.ctt155j6v7.9>. Acesso em 12 mar. 2024.

ALBUQUERQUE, Carlos. Volkswagen completa 60 anos de atividades no Brasil. **DW**, 22/03/2013. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/volkswagen-completa-60-anos-de-atividades-no-brasil/a-16648168>. Acesso em: 18 jan. 2024.

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (Org.). **Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)**. São Paulo: Cultura: Annablume: Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP, 1996-2000. 4 v.

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon; SEITENFUS, Ricardo; CASTRO, Sergio Henrique Nabuco de (coord.). **Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990) - Volume 1**: Crescimento, Modernização e Política Externa. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2006.

AMAN, Robert. **Reaktionerna på Tage Erlanders metalltal**: En analys av aktörers identitet och intressen. Historia D-uppsats, Avdelningen för politiska och historiska studier, Karlstads Universitet. Disponível em: <https://www.diva-portal.org/smash/get/diva2:6192/FULLTEXT01.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2024.

AMORIM, Celso. **Breves narrativas diplomáticas**. São Paulo: Benvirá, 2013.

ANDERSEN, Torben M. *et al.* **The Nordic Model**: Embracing globalization and sharing risks. Helsinki: The Research Institute of the Finnish Economy (ETLA)/Taloustieto Oy, 2007.

ARAUJO, Assilio Luiz Zanella; FERRARI FILHO, Fernando. O processo de integração na América do Sul: da ALALC à UNASUL. In: **Ensayos de Economía**, No.46, Enero-Junio de 2015, p. 99-120. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/ede/article/view/53627/53075>. Acesso em 09 fev. 2024.

ARAUJO, Braz José de. A Política Externa no Governo de Jânio Quadros. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon; SEITENFUS, Ricardo; CASTRO, Sergio Henrique Nabuco de (coord.). **Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990) - Volume 1**: Crescimento, Modernização e Política Externa. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2006.

ARAÚJO, Victor Leonardo de; MATTOS, Fernando Augusto Mansor de (Orgs.). **A economia brasileira de Getúlio a Dilma**. Novas interpretações. São Paulo: Hucitec, 2021.

AUTY, Phyllis. Yugoslavia's International Relations (1945–1965). In: VUCINICH, Wayne S. (ed.). **Contemporary Yugoslavia**: Twenty Years of Socialist Experiment. Berkeley: University of California Press, 1969.

BANAC, Ivo. **With Stalin Against Tito**: Cominformist Splits in Yugoslav Communism. Cornell University Press: Ithaca. 1988.

BANAC, Ivo. Yugoslav Communism and the Yugoslav State. In: NAIMARK, Norman; PONS, Silvio; QUINN JUDGE, Sophie (eds.). **The Cambridge History of Communism**. Vol. II: The Socialist Camp and World Power 1941–1960s. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Brizola e o Trabalhismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

BANDEIRA; Luiz Alberto de Vianna Moniz. **O governo João Goulart**: as lutas sociais no Brasil – 1961-1964. 8. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

BENEVIDES, Maria Victoria. **O governo Jânio Quadros**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERDAH, Jean-François. The Triumph of Neutrality: Bernadotte and European Geopolitics (1810-1844). **Revue d'Histoire Nordique**, n. 6-7, pp. 15-78, 2008.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOGETIĆ, Dragan. Diplomatic Relations between Yugoslavia/Serbia and Brazil. In: TEODOSIĆ, Dragan. **Belgrade – Brasília, 80 years of diplomatic relations**: Exhibition Catalogue. Belgrade: The Archives of Yugoslavia, Ministry of Foreign Affairs of the Republic of Serbia, Embassy of the Federal Republic of Brazil in the Republic of Serbia, 2019.

BONANATE, Luigi. Política dos Blocos. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Org.). **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOTT, Sandra; HANHIMÄKI, Jussi M.; SCHAUFELBUEHL, Janick Marina; WYSS; Marco (Eds.). **Neutrality and Neutralism in the Global Cold War**: Between or within the blocs? New York: Routledge, 2016.

BOULDEN, Jane. **Peace Enforcement: The United Nations Experience in Congo, Somalia, and Bosnia**. Westport: Praeger, 2001

BRANDAL, Nik; BRATBERG, Øivind; THORSEN, Dag Einar. **The Nordic Model of Social Democracy**. Basingstoke/New York: Palgrave Macmillan, 2013.

BRANDI, Paulo. VARGAS, Getúlio. In: CPDOC, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Atlas Histórico do Brasil**. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbete/5458>. Acesso em: 16 jan. 2024.

BRANDS JR., Henry W. "Redefining the Cold War: American Policy toward Yugoslavia, 1948–60". **Diplomatic History**. Oxford University Press. Vol. 11, No. 1 (WINTER 1987), pp. 41-53.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. **Relatório do Ministério das Relações Exteriores correspondente ao ano de 1943**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.

BRASIL. **Decreto Nº 33.044, de 15 De Junho de 1953**. Acôrd de Assistência Militar entre os Estados Unidos do Brasil e os Estados unidos da América, firmado no Rio de Janeiro, a 15 de março de 1952. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D33044.htm. Acesso em: 20 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 2.004, de 3 de Outubro de 1953**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-2004-3-outubro-1953-366242-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 9 jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº 211, de 7 de Janeiro de 1948**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1940-1949/lei-211-7-janeiro-1948-367835-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 9 jan. 2024.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Resolução nº 1841**. Processo nº 411/412/DF. Disponível em: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-resolucao-1841-cancelamento-do-registro-do-pcb>. Acesso em: 9 jan. 2024.

BROMMESSON, Douglas; EKENGREN, Ann-Marie; MICHALSKI, Anna. Sweden's Policy of Neutrality: Success Through Flexibility? In: DE LA PORTE, Caroline et al (ed.). **Successful Public Policy in the Nordic Countries: Cases, Lessons, Challenges** (Oxford, 2022; online edn, Oxford Academic, 20 Oct. 2022), <https://doi.org/10.1093/oso/9780192856296.003.0014>, accessed 12 mar. 2023.

BULL, Hedley. **A sociedade anárquica**. Brasília; São Paulo: Ed. UNB/ IPRI: Imprensa oficial do Estado, 2002.

CALIC, Marie-Janine. **A History of Yugoslavia**. Purdue University Press: West Lafayette, 2019.

CARLBÄCK, Helene; KOMAROV, Alexey; MOLIN, Karl. **Peaceful coexistence? Soviet Union and Sweden in the Khrushchev era.** Moscow: Centre for Baltic and East European Studies, 2010.

CARLBÄCK, Helene; MOLIN, Karl. Introduction: Peaceful coexistence? Soviet Union and Sweden in the Khrushchev era. *In*: CARLBÄCK, Helene; KOMAROV, Alexey; MOLIN, Karl. **Peaceful coexistence? Soviet Union and Sweden in the Khrushchev era.** Moscow: Centre for Baltic and East European Studies, 2010.

CARRASCO-GALLEGO, José A. The Marshall Plan and the Spanish postwar economy: a welfare loss analysis. **Economic History Review**, v. 65, n. 1, p. 91–119, 2012. DOI: 10.1111/j.1468-0289.2010.00576.x

CASTRO, Fidel. **Discurso do Comandante-em-chefe Fidel Castro Ruz na Segunda Assembleia Nacional do Povo de Cuba, realizada na Praça da Revolução, a 4 de fevereiro de 1962.** Disponível em: <http://www.fidelcastro.cu/pt-pt/discursos/discurso-do-comandante-em-chefe-fidel-castro-ruz-na-segunda-assembleia-nacional-do-povo-de>. Acesso em 9 jan. 2024.

CASTRO, Flávio Mendes De Oliveira. **Dois Séculos de História da Organização do Itamaraty (1808-2008):** Volume 1 - 1808 – 1979. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. Vol. I e II.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil.** 4. ed. rev. e ampl. Brasília: Ed. da UnB, 2011.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.

CIA. **Yugoslav Foreign Trade in 1949 and 1950.** Belgrado: CIA, 1952. Disponível em: <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP80-00809A000700070149-8.pdf>. acesso em: 20 out. 2023.

CMBEU, Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Relatório da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. *In*: **Memórias do Desenvolvimento.** Ano 2, nº 2. Rio de Janeiro: Centro Internacional celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2008. Disponível em: http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201109231638540.MD2_0_277_1.pdf. Acesso em 20 out. 2023.

COLABORADORES DE ECURED. **1960.** EcuRed, , 26 diciembre 2023b, 10:05 UTC, <https://www.ecured.cu/index.php?title=1960&oldid=4430593>. Acesso em: 27 jan. 2024.

COLABORADORES DE ECURED. **Bloqueo económico de Estados Unidos contra Cuba.** EcuRed,, 2 noviembre 2023a. Disponível em: https://www.ecured.cu/index.php?title=Bloqueo_econ%C3%B3mico_de_Estados_Unidos_contra_Cuba&oldid=4408075. Acesso em: 27 jan. 2024.

CONNORS, Donald S. **The evolution of the Yugoslav policy of nonalignment**. 1972. Masters Theses. 1911 - February 2014. 2471. <https://doi.org/10.7275/m8pr-4b61>

COOK, Chris; STEVENSON, John. **The Routledge Companion to World History since 1914**. London; New York: Routledge, 2015.

CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas (Org.). **O Brasil nas Nações Unidas 1946-2006**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

COSTA, Wanderley Messias. **Geografia Política e Geopolítica: Discursos Sobre o Território e o Poder**. São Paulo: Edusp, 2008.

COTTEY, Andrew (Ed.). **The European Neutrals and NATO: Non-alignment, Partnership, Membership?** London: Palgrave Macmillan, 2018.

CPDOC, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). In: _____. **Juscelino Kubitschek 1902 - 2002**. Disponível em: <https://jk.cpdoc.fgv.br/fatos-eventos/instituto-superior-de-estudos-brasileiros-iseb>. Acesso em: 16 jan. 2024.

CPDOC, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Revolta das Aragarças. In: _____. **Juscelino Kubitschek 1902 - 2002**. Disponível em: <https://jk.cpdoc.fgv.br/fatos-eventos/revolta-aragarcas>. Acesso em: 16 jan. 2024.

CURTIS, Glenn E. **Yugoslavia: a country study**. Washington D.C.: Federal Research Division, Library of Congress, 1992.

D'ARAÚJO, Maria Celina. Acordo Militar Brasil-Estados Unidos (1952). In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/acordo-militar-brasil-estados-unidos-1952>. Acesso em: 14 dez. 2023.

DAG HAMMARSKJÖLD LIBRARY. **Resolutions adopted by the General Assembly at its 16th session**. Disponível em: <http://research.un.org/en/docs/ga/quick/regular/16>. Acesso em: 20 ago. 2019.

DAG, Dag Hammarskjöld Library. **About UN Documents: Resolutions & Decisions**. New York: UN, 2023. Disponível em: <https://research.un.org/en/docs/resolutions>. Acesso em: 10 abr. 2023.

DAG, Dag Hammarskjöld Library. **Ask DAG: What does it mean when a decision is taken "by consensus"?** New York: UN, 2023 (b). Disponível em: <https://ask.un.org/faq/260981>. Acesso em: 10 abr. 2023.

DAG, Dag Hammarskjöld Library. **Ask DAG: What is the hierarchy of norms in the UN legal order?** New York: UN, 2023 (c). Disponível em: <https://ask.un.org/faq/40656>. Acesso em: 10 abr. 2023.

DAG, Dag Hammarskjöld Library. **Ask DAG:** What happened during the 19th session of the General Assembly? New York: UN, 2022. Disponível em: <https://ask.un.org/faq/268504>. Acesso em: 10 abr. 2023.

DAG, Dag Hammarskjöld Library. **Ask DAG:** What is the difference between a um document and umUN publication? New Youm: UN, 2022 (d). Disponível em: <https://ask.un.org/faq/14344>. Acesso em: 10 abr. 2023.

DAG, Dag Hammarskjöld Library. **Ask DAG:** Where can I find General Assembly decisions? New York: UN, 2022 (e). Disponível em: <https://ask.un.org/faq/14344>. Acesso em: 10 abr. 2023.

DAG, Dag Hammarskjöld Library. **Ask DAG:** What is the difference between a resolution and a decision? New York: UN, 2022 (f). Disponível em: <https://ask.un.org/faq/14484#:~:text=Last%20Updated%3A%20Jul%2020%2C%202022,and%20place%20of%20future%20sessions>. Acesso em: 10 abr. 2023.

DAG, Dag Hammarskjöld Library. **UN General Assembly Documentation:** Voting in the General Assembly. New York: UN, 2022 (g). Disponível em: <https://research.un.org/en/docs/ga/voting>. Acesso em: 10 abr. 2023.

DAG, Dag Hammarskjöld Library. **Ask DAG:** What is the mandate of the General Assembly? New York: UN, 2022 (b). Disponível em: <https://ask.un.org/faq/14344>. Acesso em: 10 abr. 2023.

DAG, Dag Hammarskjöld Library. **UN Voting:** Overview of Voting. New York: UN, 2023 (d). Disponível em: <https://research.un.org/en/unvoting>. Acesso em: 10 abr. 2023.

DALSJÖ, Robert. **Förhoppningar och förbud:** En uppdatering av bilden av statsmakternas offentliga linje avseende militär hjälp utifrån under det kalla kriget. In: Kungl Krigsvetenskapsakademiens Handlingar Och Tidskrift, 2002. Disponível em: https://kkrva.se/wp-content/uploads/Artiklar/024/kkrvaht_4_2002_07.pdf. Acesso em: 05 fev. 2024.

DALSJÖ, Robert. Sweden's Squandered Life-Line to the West. In: PHP. **Parallel History Project on Cooperative Security, National Perspectives** - Sweden's Secret Ties to the West, 2007. Disponível em: https://phpisn.ethz.ch/lory1.ethz.ch/collections/coll_sweden/introduction6b9f.html?navinfo=29456. Acesso em: 05 fev. 2024.

DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago. **Política Externa Independente.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

DASSEN, Lars van. **Sweden and the Making of Nuclear Non-Proliferation:** From Indecision to Assertiveness. SKI Report 98:16. Stockholm: Norstedts Tryckeri AB, 1998.

DE LA PORTE, Caroline; and others (eds). **Successful Public Policy in the Nordic Countries:** Cases, Lessons, Challenges. Oxford, 2022; online edn, Oxford

Academic, 20 Oct. 2022. <https://doi.org/10.1093/oso/9780192856296.001.0001>. Acesso em: 02 out. 2023.

DERRY, Thomas Kingston. **A History of Scandinavia**: Norway, Sweden, Denmark, Finland and Iceland. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1979.

DIJK, Ruud van (ed.). **Encyclopedia of the Cold War**. New York: Routledge, 2008.

DIMITRIJEVIĆ, Bojan. **The Trieste Crisis 1953**: the first Cold War Confrontation in Europe. Warwick: Helion & Company Limited, 2019.

DINKEL, Jürgen. “Third world begins to flex its muscles”: The Non-Aligned Movement and the North–South conflict during the 1970s. In: BOTT, Sandra; HANHIMÄKI, Jussi M.; SCHAUFELBUEHL, Janick Marina; WYSS, Marco (Eds.). **Neutrality and Neutralism in the Global Cold War**: Between or within the blocs? New York: Routledge, 2016.

DORN, Walter. The UN’s First “Air Force”: Peacekeepers in Combat, Congo 1960–64. In: **The Journal of Military History** 77 (October 2013): 1399-1425. Disponível em: https://walterdorn.net/pdf/AirForceInCongo-ONUC_Dorn_JMH_old-uncorrected_Oct2013.pdf. Acesso em 12 mar. 2024.

DOWBOR, Ladislau. **A formação do 3º mundo**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DPI, Peace and Security Section of the Department of Public Information. UNEF I: Mandat. In: DPI, Peace and Security Section of the Department of Public Information. **Past Peace Operations**. 2003a. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/past/unef1mandate.html>. Acesso em: 18 jan. 2024.

DPI, Peace and Security Section of the Department of Public Information. UNEF I: Facts and Figures. In: DPI, Peace and Security Section of the Department of Public Information. **Past Peace Operations**. 2003b. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/past/unef1mandate.html>. Acesso em: 18 jan. 2024.

DREYFUSS, René Armand. **1964, a conquista do Estado**: ação política, poder e golpe de classe. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

DUNBABIN, J.P.D. **The Cold War**: The Great Powers and their Allies. Routledge: New York, 2013.

EGLIN, Darrel R. The Economy. In: NYROP, Richard F. (ed.). **Yugoslavia, a Country Study**. Washington, DC: U.S. Government Printing Office, 1982.

EKÉUS, Rolf; MOSSBERG, Mathias; ARVIDSSON, Birgitta. **Rapport “Fred och säkerhet” (SOU 2002:108)**. Stockholm den 20 december 2002. Disponível em: https://www.riksdagen.se/sv/dokument-och-lagar/dokument/statens-offentliga-utredningar/sou-2002-108-d1_GQB3108d1/html/. Acesso em: 10 out. 2023.

ELGSTRÖM, Ole. "Do Images Matter? The Making of Swedish Neutrality: 1834 and 1853." **Cooperation and Conflict**, vol. 35, no. 3, 2000, pp. 243–67. JSTOR, <http://www.jstor.org/stable/45083942>. Accessed 15 Mar. 2023.

ERIXON, Lennart. **The Golden Age of Swedish Model**: the coherence between capital accumulation and economic policy in Sweden in early postwar period. Oslo: Institute for Social Research, 1997.

ERIXON, Lennart. The Rehn-Meidner model in Sweden: its rise, challenges and survival. **Journal of Economic Issues**, vol. 44, n. 3, 677-715, DOI: 10.2753/JEI0021-3624440306, 2010.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. The Making of a Social Democratic Welfare State. In: *In: MISGELD, Klaus; MOLIN, Karl; AMARK, Kias (eds.). Creating Social Democracy: a Century of the Social Democratic Labor Party in Sweden.* Pennsylvania: Pennsylvania State University Press, 1992.

ESPÓSITO, Fábio Adorno. "**Não comprometidos**": o Movimento dos Países Não-Alinhados nas páginas do jornal O Estado de S. Paulo em 1961. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – PUC-SP, São Paulo, 2019.

ESTRADA, Bruna Melo S. Duque. **A Participação da FAB na Missão de Paz da ONU na República Democrática do Congo**. Rio de Janeiro: Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica, 2021. Disponível em: https://www2.fab.mil.br/incaer/images/eventgallery/instituto/Opusculos/Textos/opusculo_congo.pdf. Acesso em 12 mar. 2024.

EUA, Embaixada e Consulados dos EUA no Brasil. **Embaixada dos EUA em Brasília**. Disponível em: <https://br.usembassy.gov/pt/embassy-consulates-pt/brasilia-pt/#:~:text=Os%20Estados%20Unidos%20foram%20o,companhia%20do%20Presidente%20Juscelino%20Kubitschek>. Acesso em 25 jan. 2024.

FAGANELLO, Priscila Liane Fett. **Operações de manutenção da paz da ONU**: de que forma os direitos humanos revolucionaram a principal ferramenta internacional da paz. Brasília: FUNAG, 2013.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930**: historiografia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FAUSTO, Boris. **A concise history of Brazil**. New York: Cambridge University Press, 2014.

FERREIRA, Jorge. **João Goulart**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **GOULART, João**. In: Atlas Histórico do Brasil. FGV/CPDOC, 2023. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbete/2412>. Acesso em: 09 mar. 2024.

FICHER, Sylvia. **Conexões internacionais**: arquiteturas estrangeiras em Brasília. ArchDaily: Artigos, 09 de Agosto de 2014. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/625286/conexoes-internacionais-arquiteturas-estrangeiras-em-brasilia-sylvia-ficher>. Acesso em 25/01/2024.

FOLHA ONLINE. **Volks inaugurou fábrica no ABC em 1959 com presença de JK**. 21/08/2006. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u110391.shtml>. Acesso em: 18 jan. 2024.

FONDAZIONE GIANGIACOMO FELTRINELLI. **The Cominform**: Minutes of the Three Conferences, 1947/1948/1949. Milano: Feltrinelli Editore, 1994.

FONSECA JUNIOR, Gelson (org.). **Política externa brasileira**: história e historiografia. Brasília: FUNAG, 2023.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. In: CALIXTRE, André Bojikian; BIANCARELLI, André Martins; CINTRA, Marcos Antonio Macedo (eds.). **Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro**. Brasília: IPEA, 2014.

FRANCO, Alvaro da Costa (Org.). **Documentos da política externa independente**. Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007. v. 1.

FRANCO, Alvaro da Costa (Org.). **Documentos da política externa independente**. Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. v. 2.

FUNAG, Fundação Alexandre de Gusmão. **Institucional**. Brasília: FUNAG, s/d. Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/funag> . Acesso em 17 dez. 2023.

GARCIA, Eugênio Vargas. **Cronología de las relaciones Internacionales de Brasil**. Rio de Janeiro: Contraponto; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2005.

GEORGE, Pierre; GUGLIELMO, Raymond; LACOSTE, Yves; KAYSER, Bernard. **A Geografia Ativa**. São Paulo: DIFEL, 1973.

GLOVER, Nikolas. Neutrality unbound: Sweden, foreign aid and the rise of the non-aligned Third World. In: BOTT, Sandra; HANHIMÄKI, Jussi M.; SCHAUFELBUEHL, Janick Marina; WYSS, Marco (Eds.). **Neutrality and Neutralism in the Global Cold War**: Between or within the blocs? New York: Routledge, 2016.

GOLSON, Eric B. Did Swedish Ball Bearings Keep the Second World War Going? Re-evaluating Neutral Sweden's Role. **Scandinavian Economic History Review**, 60:2, 165-182, DOI: 10.1080/03585522.2012.693259. Disponível em:

<https://files.ehs.org.uk/wp-content/uploads/2020/11/29060808/GolsonFullPaper.pdf>. Acesso em: 09 out. 2022.

GONÇALVES, Reinaldo. Nacional-desenvolvimentismo às Avessas. *In: Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos*, IPEA, CODE 2011. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area4/area4-artigo19.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2023.

GÖTZ, Norbert. From Neutrality to Membership: Sweden and the United Nations, 1941 to 1946. *Contemporary European History*, v. 25, n. 1, p. 75–95, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1017/S096077731500048X>.

GOULART, João. Discurso de 13 de março. In: MUNTREAL, Oswaldo; VENTAPANE, Jacqueline; FREIXO, Adriano de (Orgs.). **O Brasil de João Goulart**: um projeto de nação. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Contraponto, 2006.

GOZZI, Gustavo. Estado contemporâneo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Org.). **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

GRIMBERG, Carl. **A History Of Sweden**. Rock Island: Augustana Book Concern, 1935.

HAGUE V. Convention respecting the rights and duties of neutral powers and persons in case of war on land; October 18, 1907 . In: BEVANS, Charles I (Dir.). **Treaties and Other International Agreements of the United States of America 1776-1949**. Volume 1 Multilateral 1776-1917. Washington, DC: Government Printing Office, 1968.

HASKIN, Jeanne M. **The tragic State of the Congo**: From Decolonization to Dictatorship. New York: Algora Publishing, 2005.

HAUG, Hilde Katrine. **Creating a Socialist Yugoslavia**: Tito, Communist Leadership and the National Question. London & New York: I.B.Tauris, 2012.

HILSON, Mary. **The Nordic Model**: Scandinavia since 1945. London: Reaktion Books, 2008.

HIPÓLITO, Lúcia. **Partido Social Democrático (PSD-1945-1965)**. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-social-democratico-psd-1945-1965>. Acesso em 25 fev. 2024.

HOBSBAWN, Eric. **A Era dos Extremos**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (introdução geral, vários autores). **O Brasil republicano, v. 10**: sociedade e política (1930-1964). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (introdução geral, vários autores). **O Brasil republicano, v. 11: economia e cultura (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HOPPER, Bruce. Sweden: a case study in Neutrality. **Foreign Affairs**, Vol. 23, No. 3 (Apr., 1945), pp. 435-449. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/20029908>. Acesso em: 16 jul. 2023.

HORVAT, Branko. **An essay on Yugoslav Society**. White Plains: IASP, 1969.

HOWARD. Harry N. Greece and its Balkan Neighbors (1948-1949): The United Nations Attempts at Conciliation. **Journal Balkan Studies**, Vol. 7, No. 1, 1966. Institute for Balkan Studies / University of Macedonia Thessaloniki.

HOXHA, Enver. **Los Titistas**: apuntes históricos. Tirana: Editora 8 Nëntori, 1982.

IBGE. **Série Histórica do PIB**. 2017. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/7531a821326941965f1483c85caca11f.xls. Acesso em: 18 jan. 2024.

IFA, Institute of Foreign Affairs. **Summit Declarations of Non-Aligned Movement (1961-2009)**. Kathmandu: IFA, 2011.

INDIA, External Publicity Division - Ministry of External Affairs - Government of. **Panchsheel**. New Delhi: External Publicity Division - Ministry of External Affairs - Government of India, s/d. Disponível em: https://www.mea.gov.in/Uploads/PublicationDocs/191_panchsheel.pdf. Acesso em: 17 fev. 2024.

ISOF, Institutet för språk och folkminnen. **Om svenska språket**. Disponível em: <https://www.isof.se/lar-dig-mer/kunskapsbanker/lar-dig-mer-om-svenska-spraket/om-svenska-spraket>. Acesso em: 10 out. 2023.

JACKSON, Richard L. **The Non-Aligned, the UN and the Superpowers**. New York: Praeger, 1983.

JAKOVINA, Tvrtko. Yugoslavia on the International Scene: the active coexistence of non-aligned Yugoslavia. *In: HELSINKI COMMITTEE FOR HUMAN RIGHTS IN SERBIA. Yugoslavia from a Historical Perspective*. Belgrade: Helsinki Committee for Human Rights in Serbia, 2017.

JONTER, Thomas. **Sweden and the Bomb**: The Swedish Plans to Acquire Nuclear Weapons, 1945-1972. SKI Report 01:33. SKI Project Number 00084. 2001.

JONTER, Thomas. Sweden Nuclear Acquisition or Disarmament? *In: LOTTAZ, Pascal; IWAMA Yoko (eds.). Neutral Europe and the Creation of the Nonproliferation Regime: 1958–1968*. New York: Routledge, 2024.

JONTER, Thomas. The Swedish Plans to Acquire Nuclear Weapons, 1945–1968: An Analysis of the Technical Preparations. In: **Science & Global Security**, 18:61–86, 2010. Taylor & Francis Group, LLC. DOI: 10.1080/08929882.2010.486722

KAPPES, Sylvio. O Modelo Sueco – uma Narrativa Histórica. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE** - Ano XX – V. 2 - N. 40 – Dezembro de 2018 - Salvador, BA – p. 311 – 331.

KARAVAEV, A. **Brasil**: passado e presente do “capitalismo periférico”. Moscou: Edições Progresso, 1987.

KARLBOM, Rolf. Sweden's iron ore exports to Germany, 1933–1944. **Scandinavian Economic History Review**, 13:1, 65-93, 1965. DOI: 10.1080/03585522.1965.10414365

KAUTTO, Mikko; KUITTO, Kati. The Nordic Countries. In: BÉLAND, Daniel et al (Eds.). **The Oxford Handbook of the Welfare State**. Second edition. Oxford: Oxford University Press, 2021.

KEEFE, Eugene K. *et al.* **Soviet Union**: a country study. 2. ed. Washington: Federal Research Division, Library of Congress, 1991.

KENT, Neil. **A Concise History of Sweden**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

KITZINGER, U. W. **Europe**: The Six and the Seven. *International Organization* 14, no. 1, 1960, p. 20–36. <https://doi.org/10.1017/S0020818300001752>. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/international-organization/article/abs/europe-the-six-and-the-seven/499C4B5A52A617252C1520CD6A9B5747>. Acesso em: 08 fev. 2024.

KRAMER, Mark. The Changing Pattern of Soviet–East European Relations 1953–1968. In: NAIMARK, Norman; PONS, Silvio; QUINN-JUDGE, Sophie (Eds.). **The Cambridge History Of Communism**: Volume II - The Socialist Camp and World Power 1941–1960s. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

KULLAA, Rinna. **Non-Alignment and Its Origins in Cold War Europe**: Yugoslavia, Finland and the Soviet Challenge. London and New York: I.B. Tauris, 2012.

KULLAA, Rinna. Roots of the Non-Aligned Movement in neutralism: Yugoslavia, Finland and the Soviet political border with Europe 1948–61. In: BOTT, Sandra; HANHIMÄKI, Jussi M.; SCHAUFELBUEHL, Janick Marina; WYSS, Marco (Eds.). **Neutrality and Neutralism in the Global Cold War**: Between or within the blocs? New York: Routledge, 2016.

LACOSTE, Yves. **Geografia do subdesenvolvimento**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1966.

LACOSTE, Yves. Perspectivas da Geografia Ativa em país subdesenvolvido. In: GEORGE, Pierre; GUGLIELMO, Raymond; LACOSTE, Yves; KAYSER, Bernard. **A Geografia Ativa**. São Paulo: DIFEL, 1973.

LACOSTE, Yves. **Os países subdesenvolvidos**. São Paulo: DIFEL, 1983.

LAMAZIÉRE, Georges. Apresentação. In: PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Manual do candidato: política internacional**. Brasília: FUNAG, 2012.

LAMPE, John R. **Yugoslavia as History: twice there was a country**. Cambridge University Press: Cambridge, 2000.

LAMPREIA, Luiz Felipe. Uma contribuição de qualidade. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhaon; SEITENFUS, Ricardo; CASTRO, Sergio Henrique Nabuco de (coord.). **Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990) - Volume 1: Crescimento, Modernização e Política Externa**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2006.

LEES, Lorraine M. The American Decision to Assist Tito, 1948–1949. **Diplomatic History**, vol. 2, no. 4, 1978, pp. 407–22. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/24910127>. Acesso em 10 nov. 2023.

LEFEBVRE, Henri. **Marxismo**. Porto Alegre: L&PM, 2010.

LÊNIN, Vladímir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2021.

LEUCHTENBURG, William E. The Great Depression. In: WOODWARD, C. Vann (Ed.). **The Comparative Approach to American History**. New York/Oxford: Oxford University Press, 1997.

LEVINE, Paul A. **Swedish neutrality during the Second World War: tactical success or moral compromise?** In: WYLIE, Neville. **European Neutrals and Non-Belligerents During The Second World War**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

LI, Danhui; XIA, Yafeng. **Mao and the Sino-Soviet Split, 1959-1973: a New History**. Lanham: Lexington Books, 2018.

LILJEBERG, Linus; ROMAN, Sara; ÅSLUND, Olof. **Långsiktig integration bland flyktingbarn Erfarenheter efter krigen i forna Jugoslavien på 1990-talet**. Rapport 2023:12. Uppsala: Institutet för arbetsmarknads- och utbildni, 2023

LIMONCIC, Flávio. **A civilização do automóvel: a instalação da indústria automobilística no Brasil e a via brasileira para uma improvável modernidade fordista 1956-1961**. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. Disponível em: <https://buscaintegrada.ufrj.br/Record/aleph-UFR01-000586962>. Acesso em 18 jan. 2024.

LOTTAZ, Pascal; IWAMA Yoko (eds.). **Neutral Europe and the Creation of the Nonproliferation Regime: 1958–1968**. New York: Routledge, 2024.

LUCA, Tânia Regina de. **Fontes impressas** - História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

LUKÁCS, G. **História e Consciência de Classe** (1923). São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LÜTHI, Lorenz M. Non-Alignment, 1961–74. In: BOTT, Sandra; HANHIMÄKI, Jussi M.; SCHAUFELBUEHL, Janick Marina; WYSS; Marco (Eds.). **Neutrality and Neutralism in the Global Cold War: Between or within the blocs?** New York: Routledge, 2016.

MAGNUSSON, Lars. **An Economic History of Sweden**. London/New York: Routledge, 2003.

MAJSTOROVIĆ, Vojin. The Rise and Fall of the Yugoslav-Soviet Alliance, 1945-1948. **Past imperfect**, Edmonton, vol. 16, p. 132-164, outubro, 2010. Disponível em: <https://journals.library.ualberta.ca/pi/index.php/pi/article/view/9274/7384>. Acesso em 29 abr. 2023.

MALMBORG, Mikael af. **Neutrality and State-Building in Sweden**. New York: Palgrave, 2001.

MARANHÃO, Ricardo. **O governo Juscelino Kubitschek**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MARCELINO, Wanielle Brito (Org.). **Discursos selecionados do presidente João Goulart**. Brasília: FUNAG, 2009.

MARCOLIN, Neldson. Átomos da paz: Ipen completa 50 anos com bons serviços prestados por meio da energia nuclear. **Revista Pesquisa FAPESP**, Edição 129, nov. 2006. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/atomos-da-paz/>. Acesso em: 16 jan. 2024.

MARTIN, Janet. From Kiev to Muscovy: The Beginnings to 1450. In: FREEZE, Gregory L. (Ed.). **Russia: a History**. Second Edition. New York: Oxford University Press, 2002.

MATES, Leo. **Nonalignment: Theory And Current Policy**. Belgrade: The Institute of International Politics and Economics, Belgrade and Oceana Publications, Inc., Dobbs Ferry, New York, 1972.

MEMÓRIA BRASIL. **De Tordesilhas ao Mercosul**: uma exposição da História Diplomática Brasileira. Rio de Janeiro/São Paulo: Itamaraty/ERESP, s/d.

MENEZES, Adolpho Justo Bezerra de. **Ásia, África e a política independente do Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.

MENEZES, Adolpho Justo Bezerra de. **Subdesenvolvimento e política internacional**. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1963.

MESTRE-LAFAY, Frédérique. **L'Organisation des Nations Unies**. 17^a. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 2003.

MIA – Arquivo Marxista na Internet, Seção em Português. **Cominform**. In: MIA. Dicionário Político. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/c/cominform.htm>. Acesso em: 02 nov. 2023.

MISGELG, Klaus; MOLIN, Karl; AMARK, Klas (Ed.). **Creating Social Democracy: A Century of the Social Democratic Labor Party in Sweden**. Pennsylvania: Pennsylvania State University Press, 1992.

MIŠKOVIC, Nataša. Between idealism and pragmatism: Tito, Nehru and the Hungarian crisis, 1956. In: MIŠKOVIC, Nataša; FISCHER-TINÉ, Harald; BOŠKOVSKA, Nada (eds.). **The Non-Aligned Movement and the Cold War**: Delhi, Bandung, Belgrade. New York: Routledge, 2014.

MIŠKOVIĆ, Nataša; FISCHER-TINÉ, Harald; BOŠKOVSKA, Nada (eds.). **The Non-Aligned Movement and the Cold War**: Delhi – Bandung – Belgrade. London and New York: Routledge, 2014.

MNA, Movimento dos Países Não Alinhados. Conferencia de Belgrado (Declaração dos Chefes de Estado ou de Governos dos Países não compromissados). **Revista Brasileira de Política Internacional**, Rio de Janeiro: IBRI, 1962, Ano V, n. 17, mar. 1962,

MOLIN, Karl. Historical orientation. **Creating Social Democracy: A Century of the Social Democratic Labor Party in Sweden**. Pennsylvania: Pennsylvania State University Press, 1992.

MOSCONI, Franco. Neutralismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

MOURA, Gerson. O Brasil na Segunda Guerra Mundial: 1942-1945. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon; SEITENFUS, Ricardo; CASTRO, Sergio Henrique Nabuco de (coord.). **Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990) - Volume 1: Crescimento, Modernização e Política Externa**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2006.

MOURA, Gerson. **Relações exteriores do Brasil 1939-1950**: mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial. Brasília: FUNAG, 2012.

MRE, Ministério das Relações Exteriores. **Relatório**: apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores - 1952. Rio de Janeiro: Serviço de Publicações, 1953.

MÜLLER, Leos. **Neutrality In World History**. New York: Routledge, 2019.

MUNTREAL, Oswaldo; VENTAPANE, Jacqueline; FREIXO, Adriano de (Orgs.). **O Brasil de João Goulart**: um projeto de nação. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Contraponto, 2006.

NAIMARK, Norman; PONS, Silvio; QUINN-JUDGE, Sophie (Eds.). **The Cambridge History Of Communism**: Volume II - The Socialist Camp and World Power 1941–1960s. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

NATO, North Atlantic Treaty Organization. **Neutral European countries**: Austria, Switzerland, Sweden, Finland, Ireland. Disponível em: <
<http://nato.gov.si/eng/topic/national-security/neutral-status/neutral-countries/>>. Consultado em 11 dez. 2018.

NATO; North Atlantic Treaty Organization. **The North Atlantic Treaty**. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_17120.htm. Acesso em: 16 out. 2023.

NE, Nationalencyklopedin. **Saltsjöbadsavtalet**. Disponível em: <https://www.ne.se/uppslagsverk/encyklopedi/l%C3%A5ng/saltsj%C3%B6badsavtalet>. Acesso em: 16 set. 2023.

NE, Nationalencyklopedin. **Stormaktstiden**. Disponível em: <https://www.ne.se/uppslagsverk/encyklopedi/enkel/stormaktstiden>. Acesso em: 12 mar. 2023

NETO, Lira. **Getúlio**: Do Governo Provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945). São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

NEW ZEALAND. **United Nations Handbook**: 2022-23. Wellington: Ministry of Foreign Affairs and Trade/Manatū Aorere, 2022.

NILSSON, Thomas; PERSSON, Jimmy. **Kongokrisen**: FN-insatsen 1960-1964 i analys. Lund: Lunds universitet, s/d. Disponível em: <
<http://lup.lub.lu.se/luur/download?func=downloadFile&recordId=1325876&fileId=1325877>>. Acesso em 16 ago. 2019.

NORDEN, Nordic Council. **The history of the Nordic Council**. Disponível em: <https://www.norden.org/en/information/history-nordic-council>. Acesso em 03 fev. 2024.

NORDEN.ORG, Nordic co-operation. **70 years of the Nordic Council – still delivering Nordic synergies**. Disponível em: <https://www.norden.org/en/news/70-years-nordic-council-still-delivering-nordic-synergies>. Acesso em: 13 out. 2023.

NORDSTROM, Byron J. **Scandinavia since 1500**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2000.

NOVACAP, Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil. **A Novacap**. Disponível em: <https://www.novacap.df.gov.br/a-novacap/>. Acesso em 18 jan. 2024.

NSA, National Security Agency. **TOP SECRET//COMINT//NOFORN National Security Agency/Central Security Service Information Paper (S//REL to USA, FVEY) Subject: NSA Intelligence Relationship with Sweden**. Disponível em: <https://www.documentcloud.org/documents/894384-nsa-internal-pm-on-fra-and-sweden-relations.html>. Acesso em: 13 out. 2022.

ODS, Official Documents System of the United Nations. **General Assembly - Fifteenth Session: Resolutions adopted on the reports of the Fifth Committee**. New York: UN, 1961. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/198/35/pdf/NR019835.pdf?OpenElement>. Acesso em: 09 abr. 2023

ODS, Official Documents System of the United Nations. **General Assembly – Sixteenth Session**. New York: um, 1962. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/199/25/PDF/NR019925.pdf?OpenElement>. Acesso em: 09 abr. 2023

ODS, Official Documents System of the United Nations. **General Assembly - Seventeenth Session**. New York: UN, 1963. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/193/79/pdf/NR019379.pdf?OpenElement>. Acesso em: 09 abr. 2023

ODS, Official Documents System of the United Nations. **General Assembly - Eighteenth Session**. New York: UN, 1964. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/198/35/pdf/NR019835.pdf?OpenElement>. Acesso em: 09 abr. 2023

ODS, Official Documents System of the United Nations. **General Assembly – Nineteenth Session**. New York: um, 1965. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/211/01/PDF/NR021101.pdf?OpenElement>. Acesso em: 09 abr. 2023

ODS, Official Documents System of the United Nations. **General Assembly - Twentieth Session**. New York: UN, 1966. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/218/95/IMG/NR021895.pdf?OpenElement>. Acesso em: 09 abr. 2023

OEA, Organização dos Estados Americanos. **Nossa História**. Disponível em: https://www.oas.org/pt/sobre/nossa_historia.asp. Acesso em: 16 out. 2023.

OLIVEIRA JUNIOR, Almir de; GÓES, Fernanda Lira. **A Presença Brasileira nas Operações de Paz das Nações Unidas**. IPEA: 1516 Texto para Discussão, Rio de Janeiro, dezembro de 2010. Disponível em:

https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_1516.pdf. Acesso em: 12 mar. 2024.

ONU, Organização das Nações Unidas. **A Assembleia Geral**. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/conheca/como-funciona/#verticalTab5>>. Acesso em: 27 out. 2019.

ONU, Organização das Nações Unidas. **Carta das Nações Unidas**. Rio de Janeiro: UNIC Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2022-05/Carta-ONU.pdf>. Acesso em 13 mar. 2023.

OSMAŃCZYK, Edmund Jan. **Encyclopedia of the United Nations and International Agreements**. New York and London: Routledge, 2003.

OSTELLINO, Piero. Não-alinhamento. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

OTAN, Organização do Tratado do Atlântico Norte. **Member countries**. Disponível em: < https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_52044.htm?>. Acesso em 07 maio 2018.

OTTOSEN, Morten Nordhagen. **Mossekonvensjonen**. In: Norgeshistorie.no. Acesso em: 13. mar. 2023. Di<https://www.norgeshistorie.no/grunnlov-og-ny-union/1333-mossekonvensjonen.html>.

PAVLOVIĆ, Vojislav G. (ed). **The Balkans in the Cold War: Balkan Federations, Cominform, Yugoslav-Soviet conflict**. Belgrade: Institute for Balkan Studies, 2011.

PEACEMAKER, United Nations. **Acuerdo de Armisticio Volumen I Texto del Acuerdo**. Disponível em: https://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/KP%20KR_530727_AgreementConcerningMilitaryArmistice%28esp%29.pdf. Acesso em: 13 out. 2023.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Manual do candidato: política internacional**. Brasília: FUNAG, 2012.

PEMBROKE, Michael. **Korea: Where the American Century Began**. Richmond: Hardie Grant Books, 2018.

PEOPLE'S PUBLISHING HOUSE. **"For a Lasting Peace, For a People's Democracy"**. Full and complete Reports submitted to the Nine Communist Parties' Conference held at Warsaw in September 1947", People's Publishing House, Ltd.: Bombay, 1948.

PEROVIĆ, Jeronim. The Tito–Stalin split: a reassessment in light of new evidence. **Journal of Cold War Studies**, 9(2):32-63. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1162/jcws.2007.9.2.32>

PINHEIRO, Leticia. **A política externa independente durante o governo João Goulart**. CPDOC/FGV. < http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/Parlamentarismo_sim_ou_nao > Acesso em: 28 out. 2017.

PISTONE, Sergio. Relações Internacionais. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Org.). **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

POPPER, Steven W. **Conflicts in CMEA science and technology integration policy**. Santa Monica: The RAND Corporation, 1988. Disponível em: [dtic/tr/fulltext/u2/a216957.pdf](http://dtic.tr/fulltext/u2/a216957.pdf). Acesso em 10 maio 2018.

POTTER, Willian; MUKHATZHANOVA, Gaukhar. **Nuclear politics and the Non-Aligned Movement**. London: IISS, 2012.

QUADROS, Jânio. Nova Política Externa do Brasil. In: FRANCO, Alvaro da Costa. **Documentos da Política Externa Independente**. Volume 1. Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

QUINTELLA, Sergio F. A coerência do pensamento. In: **Revista Conjuntura Econômica**, v. 60 n. 11, p. 54-55, 2006. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rce/article/view/27893/26767>. Acesso em: 13 jan. 2024.

RAJAK, Svetozar. "Companions in misfortune": From passive neutralism to active uncommitment – the critical role of Yugoslavia. In: BOTT, Sandra; HANHIMÄKI, Jussi M.; SCHAUFELBUEHL, Janick Marina; WYSS, Marco (Eds.). **Neutrality and Neutralism in the Global Cold War: Between or within the blocs?** New York: Routledge, 2016.

RAJAK, Svetozar. The Cold War in the Balkans, 1945–1956. In M. Leffler & O. Westad (Eds.). **The Cambridge History of the Cold War**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

RAJAK, Svetozar. **Yugoslavia and the Soviet Union in the Early Cold War: Reconciliation, comradeship, confrontation, 1953–1957**. London and New York: Routledge, 2011.

RAMET, Sabrina P. **The Three Yugoslavias: State-Building and Legitimation, 1918–2005**. Bloomington: Indiana University Press, 2006.

REZENDE, Renato Arruda de. **1947, o ano em que o Brasil foi mais realista que o rei: o fechamento do PCB e o rompimento das relações Brasil – União Soviética**. Dourados: UFGD, 2006. Dissertação de mestrado. Disponível em: <https://www.ppghufgd.com/wp-content/uploads/2017/04/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Mestrado-Hist%C3%B3ria-2007-Renato-Arruda-de-Rezende.pdf>. Acesso em 9 dez. 2023.

RICUPERO, Rubens. O Brasil, a América Latina e os EUA desde 1930: 60 anos de uma relação triangular. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon; SEITENFUS,

Ricardo; CASTRO, Sergio Henrique Nabuco de (coord.). **Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990) - Volume 1: Crescimento, Modernização e Política Externa**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2006.

RISTOVIĆ, Milan. **Yugoslav-Greek Relations from the End of the Second World War to 1990**: Chronology, Phases, Problems and Achievements. In: *Balkanica* 2020 Issue 51, Pages: 257-282. <https://doi.org/10.2298/BALC2051257R>.

ROBERTS, Walter R. **Tito, Mihailovic And the Allies, 1941–1945**. New Brunswick, N. J.: Rutgers University Press, 1973.

RODRIGUES, José Honório. **Interesse nacional e política externa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

RODRIGUES, José Honório. **Uma história diplomática do Brasil, 1531-1945**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

ROYAL INSTITUTE OF INTERNATIONAL AFFAIRS. **The Soviet-Yugoslav dispute**: text of the published correspondence. London & New York: Royal Institute Of International Affairs, 1948.

RUBINSTEIN, Alvin Z. **Yugoslavia and the Nonaligned World**. New Jersey: Princeton University Press, 1970.

RUSINOW, Dennison. **The Yugoslav Experiment**: 1948-1974. London/Los Angeles: Royal Institute of International Affairs/University of California Press, 1977/1978.

SABIHA, Hasan. Yugoslavia's Foreign Policy Under Tito (1945-80). **Pakistan Horizon**, Vol. 34, No. 3 (Third Quarter 1981), pp. 82-120. Karachi: Pakistan Institute of International Affairs. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/41393855> . Acesso em: 20 out. 2023.

SANTOS, Mateus José da Silva. **O presidente que conheceu o “outro mundo”**: Jânio Quadros e a proposta de uma Política Externa Independente nas páginas de O Cruzeiro (1959-1961). Repositório de Anais da ANPUH-GO, 624/639. Recuperado de <https://anpuhgoias.com.br/periodicos/index.php/caliandra/article/view/70>. Acesso em: 16 jul. 2023.

SCANIA. **Scania**: história de inovação e pioneirismo no Brasil. 2022. Disponível em: <https://www.scania.com/br/pt/home/about-scania/newsroom/news/2021/news-article-template-simple9.html#:~:text=Em%202%20de%20julho%20de,da%20marca%20em%20S%C3%A3o%20Paulo.&text=%C3%89%20montado%20o%20primeiro%20Scania,nacional%20um%20modelo%20L%2075>. Acesso em: 18 jan. 2024.

SCHWARTZMAN, Simon (sel. e introd.). **O pensamento nacionalista e os “Cadernos de Nosso Tempo”**. Brasília: UNB/Câmara dos Deputados, 1979. (Biblioteca do pensamento político republicano).

SCIARCON, Jonathan. Suez Crisis. In: DIJK, Ruud van (ed.). **Encyclopedia of the Cold War**. New York: Routledge, 2008.

SCOBIE, Irene. **Historical Dictionary of Sweden**. Second Edition. Lanham/Toronto/Oxford: The Scarecrow Press, 2006.

SERVICE, Robert. **Comrades!**: A History of World Communism. Cambridge: Harvard University, 2007.

SILVA, Hélio. **1964**: Golpe ou contragolpe? Porto Alegre: L&PM, 2014.

SIMONSEN, Roberto Cochrane; GUDIN, Eugenio. **A controvérsia do planejamento na economia brasileira**: coletânea da polêmica Simonsen x Gudin, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo. Brasília: Ipea, 2010.

SINGHAM, Archibald W. & HUNE, Shirley. **Non-alignment in an Age of Alignments**. London / Westport / Harare: ZedBooks Ltd. / Lawrence Hill & Co. / The College Press (Pvt) Ltd., 1986.

SINGLETON, Fred. **A short history of the Yugoslav peoples**. Cambridge University Press, 1989.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Getúlio a Castello. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

SMITH. **The Ambassador in the Soviet Union (Smith) to the Secretary of State**. Moscow, February 9, 1948 — 6 p. m. 870.00/2-948: Telegram. Sent Department, Dept repeat Paris as 33, Belgrade as 10, Sofia as 5, London as 12, Bucharest as 5 and Budapest as 7. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1948v04/d210>. Acesso em: 15 abr. 2022.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1970.

STAVRIANOS, Leften Stavros. **Global Rift**: the Third World comes of age. New York: Willian Morrow and Company, 1981.

STEFANIDIS, Ioannis. United States, Great Britain And The Greek Yugoslav Rapprochement, 1949-1950. **Journal Balkan Studies**, Vol. 27, No. 2 (1986). Institute for Balkan Studies / University of Macedonia Thessaloniki.

STREZHNEV, Anton; VOETEN, Erik. **United Nations General Assembly Voting Data**. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1902.1/12379>>. Aceso em 16 ago. 2019.

SVERIGE, Statens offentliga utredningar. **Om kriget kommit... Förberedelser för mottagande av militärt bistånd 1949-1969**. Stockholm: Betänkande av Neutralitetspolitikkommisionen / Göteborg: Graphic Systems AB, 1994.

SWITZERLAND, Permanent Mission of Switzerland to the United Nations. **The GA Handbook: A practical guide to the United Nations General Assembly.** New York: Permanent Mission of Switzerland to the United Nations, 2017.

TEIXEIRA, Aloísio; MARINGONI, Gilberto; GENTIL, Denise Lobato (ensaios e comentários). **Desenvolvimento: o debate pioneiro de 1944-1945.** Brasília: Ipea, 2010.

TEJO, Limeira. **Jango: debate sobre a crise dos nossos tempos.** Rio de Janeiro: Editorial Andes, 1957.

TEODOSIĆ, Dragan. **Belgrade – Brasília, 80 years of diplomatic relations: Exhibition Catalogue.** Belgrade: The Archives of Yugoslavia, Ministry of Foreign Affairs of the Republic of Serbia, Embassy of the Federal Republic of Brazil in the Republic of Serbia, 2019.

THE ECONOMIST. **A Nordic Pyramid: The lessons from 100 years of a family's industrial empire.** The Economist, Mar 10th 2016, Stockholm. Disponível em: <https://www.economist.com/business/2016/03/10/a-nordic-pyramid>. Acesso em: 09 fev. 2024.

THE ROYAL INSTITUTE OF INTERNATIONAL AFFAIRS. Moscow Conference - Declaration of the Four Nations on General Security. In: THE ROYAL INSTITUTE OF INTERNATIONAL AFFAIRS. **United Nations Documents, 1941-1945.** London & New York: Oxford University Press/ The Royal Institute of International Affairs, 1946. Disponível em: <https://archive.org/details/unitednationsdoc031889mbp/page/n3/mode/2up>. Acesso em 30 mar. 2023.

THERBORN, Goran. A Unique Chapter in the History of Democracy: The Social Democrats In Sweden. In: MISGELD, Klaus; MOLIN, Karl; AMARK, Kias (eds.). **Creating Social Democracy: a Century of the Social Democratic Labor Party in Sweden.** Pennsylvania: Pennsylvania State University Press, 1992.

TITO, Josip Broz; NASSER, Gamal Abdel; NEHRU, Jawaharlal. **Joint Statement by the President of the Federal People's Republic of Yugoslavia, the President of the Republic of Egypt and the Prime Minister of India, issued at the Conclusion of their Talks at Brioni, 19th July, 1956.** In: Current notes on international affairs. Vol. 27 No. 8 (August 1956), p. 516-517. Canberra, Australia: Dept. of Foreign Affairs, 1936-1972. Disponível em: <https://nla.gov.au/nla.obj-1231449918/view?sectionId=nla.obj-1260505871&partId=nla.obj-1231591879#page/n57/mode/1up>. Acesso em 11 fev. 2024.

TOLEDO, Caio Navarro de. **O governo Goulart e o golpe de 64.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

TOMUSCHAT, Christian. **Uniting For Peace.** New York: United Nations Audiovisual Library of International Law, 2008. Disponível em: https://legal.un.org/avl/pdf/ha/ufp/ufp_e.pdf. Acesso em: 13 abr. 2023.

TULLBERG, Andreas. **"We are in the Congo now"**: Sweden and the trinity of peacekeeping during the Congo crisis 1960-1964. Lund: Lund University, 2012.

UN, United Nations. **Dag Hammarskjöld**: the UN Years. Disponível em: <https://www.un.org/depts/dhl/dag/bio.htm>. Acesso em: 13 out. 2023.

UN, United Nations. The San Francisco Conference. In: UN, United Nations. **History of the United Nations**. New York: United Nations, s/d(a). Disponível em: <https://www.un.org/en/about-us/history-of-the-un/san-francisco-conference>. Acesso em 30 mar. 2023.

UN, United Nations. Growth in United Nations membership. In: UN, United Nations. **About UN Membership**. New York: United Nations, s/d(b). Disponível em: <https://www.un.org/en/about-us/growth-in-un-membership>. Acesso em 30 mar. 2023.

UN, United Nations. Functions and powers of the General Assembly. In: UN, United Nations. **General Assembly of the United Nations**. New York: United Nations, s/d(c). Disponível em: <https://www.un.org/en/ga/about/background.shtml>. Acesso em 30 mar. 2023.

UN, United Nations. **Introduction to General Assembly Documentation**. New York: United Nations, 2023. Disponível em: <https://research.un.org/en/docs/ga>. Acesso em 14 mar. 2023.

UN, United Nations. **Plenary vs. Committee Meetings**. Disponível em: <<https://outreach.un.org/mun/content/plenary-vs-committee-meetings>>. Acesso em: 28 out. 2019.

UN, United Nations. **Report of the Secretary-General on the withdrawal of the United Nations Emergency Force**. 1967. Disponível em: <https://www.un.org/unispal/document/auto-insert-182090/>. Acesso em: 18 jan. 2024.

UN, United Nations. **Rules of procedure of the General Assembly**. New York: United Nations, 2022. Disponível em: https://www.un.org/en/ga/about/ropga/pdf/A_520_Rev.20.pdfvot. Acesso em: 14 mar. 2023.

UN, United Nations. **The United Nations System Chart**. New York: United Nations Department of Global Communications, 2021. Disponível em: https://www.un.org/en/pdfs/un_system_chart.pdf. Acesso em: 14 mar. 2023.

um, United Nations. **Yearbook of the United Nations 1959**. New York: Office of Public Information United Nations, 1960. Disponível em: <https://www.un-ilibrary.org/content/books/9789210602099/read>. Acesso em: 05 mar. 2023.

UN, United Nations. **Yearbook of the United Nations 1960**. New York: Office of Public Information United Nations, 1961. Disponível em: <https://www.un-ilibrary.org/content/books/9789210602099/read>. Acesso em: 05 mar. 2023.

UN, United Nations. **Yearbook of the United Nations 1961**. New York: Office of Public Information United Nations, 1963. Disponível em: <https://www.un-ilibrary.org/content/books/9789210602082/read>. Acesso em: 05 mar. 2023.

UN, United Nations. **Yearbook of the United Nations 1962**. New York: Office of Public Information United Nations, 1964. Disponível em: <https://www.un-ilibrary.org/content/books/9789210602075/read>. Acesso em: 05 mar. 2023.

UN, United Nations. **Yearbook of the United Nations 1963**. New York: Office of Public Information United Nations, 1965. Disponível em: <https://www.un-ilibrary.org/content/books/9789210602068/read>. Acesso em: 05 mar. 2023.

UN, United Nations. **Yearbook of the United Nations 1964**. New York: Office of Public Information United Nations, 1966. Disponível em: <https://www.un-ilibrary.org/content/books/9789210602051/read>. Acesso em: 05 mar. 2023.

UN, United Nations. **Yearbook of the United Nations 1965**. New York: Office of Public Information United Nations, 1967. Disponível em: <https://www.un-ilibrary.org/content/books/9789210602051/read>. Acesso em: 05 mar. 2023.

UNGARISCHES INSTITUT MÜNCHEN. **Protokoll Über Die Gründung Eines Rates Für Gegenseitige Wirtschaftshilfe Zwischen Den Regierungen Der Udssr, Der Republik Polen, Der Tschechoslowakischen Republik, Der Rumänischen Volksrepublik, Der Ungarischen Republik Und Der Republik Bulgarien, Unterzeichnet Am 18. Januar 1949 In Moskau**. Disponível em: <http://www.forost.ungarisches-institut.de/pdf/19490118-1.pdf>. Acesso em: 16 out. 2023.

UNITED NATIONS DIGITAL LIBRARY. **Voting Data**. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/search?cc=Voting+Data&ln=en&c=Voting+Data>. Acesso em: 20 ago. 2019.

UNITED STATES. **The Warsaw Security Pact**: May 14, 1955. In: American Foreign Policy 1950-1955 Basic Documents Volume 1, Department of State Publication 6446, General Foreign Policy Series 117. Washington, DC: Government Printing Office, 1957. Disponível em: https://avalon.law.yale.edu/20th_century/warsaw.asp. Acesso em: 18 ago. 2019.

UNKOVSKI-KORICA, Vladimir. **The Economic Struggle for Power in Tito's Yugoslavia**: From World War II to Non-Alignment. London & New York: I.B.Tauris, 2016.

UNSC, United Nations Security Council. **Resolution 84** (7 July 1950), S/1588. New York: United Nations, 1950. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/064/97/PDF/NR006497.pdf?OpenElement>. Acesso em: 16 abr. 2023.

URSS, Academia de Ciências da. **História da URSS**: época do socialismo (1917-1957). São Paulo: Editorial Grijalbo, 1960.

USA, United States of America. **82d Congress, 1st Session - House Document No. 112**: Yugoslav Emergency Relief Assistance Letter from the Secretary of State Transmitting the First Report Regarding the Yugoslav Emergency Relief Assistance Program, Pursuant To Section 6 of Public Law 897 (The Yugoslav Emergency Relief Assistance Act Of 1950) April 9, 1951.—Referred to the Committee on Foreign Affairs and ordered to be printed with illustrations. Washington, DC: U.S. Government Printing Office, 1951.

VARGAS, Getúlio. **Mensagem ao Congresso Nacional**: apresentada pelo Presidente da República por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1951. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1951.

VARGAS, Getúlio. **Mensagem ao Congresso Nacional**: apresentada pelo Presidente da República por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1952. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1952.

VARGAS, Getúlio. **Mensagem ao Congresso Nacional**: apresentada pelo Presidente da República por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1953. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1953.

VARGAS, Getúlio. **Mensagem ao Congresso Nacional**: apresentada pelo Presidente da República por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1954. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1954.

VIANNA, Sérgio Besserman. Duas tentativas de estabilização: 1951-1954. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). **A ordem do Progresso**: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

VIDIGAL, Carlos Eduardo; DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **História das relações internacionais do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2014.

VIGEVANI, Tullo. Os militares e a política externa brasileira: interesses e ideologia. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon; SEITENFUS, Ricardo; CASTRO, Sergio Henrique Nabuco de (coord.). **Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990) - Volume 1**: Crescimento, Modernização e Política Externa. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2006.

VIGEVANI, Tullo. **Terceiro Mundo (Conceito e História)**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

VIKTOROV, Ilja. **The Swedish Employers and the Wage-Earner Funds Debate during the crisis of Fordism in the 1970s and 1980s**. Disponível em: <https://citeseerx.ist.psu.edu/document?repid=rep1&type=pdf&doi=cec2995e5c93bd2d61b72dd8c885b437fd7ed9f3>. Acesso em: 16 jul. 2024.

VINHOTE, Ana Luiza. **Embaixadas**: um capítulo importante na construção de Brasília. Agência Brasília, 26/12/19. Disponível em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2019/12/26/embaixadas-um-capitulo-importante-na-construcao-de-brasilia/>. Acesso em: 25 jan. 2024.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações internacionais e desenvolvimento: o nacionalismo e a política externa independente (1951-1964)**. Petrópolis: Vozes, 1995.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. A política externa do governo JK (1956-61). In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon; SEITENFUS, Ricardo; CASTRO, Sergio Henrique Nabuco de (coord.). **Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990) - Volume 1: Crescimento, Modernização e Política Externa**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2006.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A Política Externa Independente (1961-64): história e diplomacia**. In: FRANCO, Alvaro da Costa (Org.). Documentos da política externa independente. Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. v. 2.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações internacionais do Brasil: de Vargas a Lula**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

VOETEN, Erik. **Data and Analyses of Voting in the UN General Assembly**. Disponível em SSRN: <<https://ssrn.com/abstract=2111149>> ou <<http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2111149>>. Acesso em: 13 ago. 2019.

VOLKSWAGEN, Volkswagen do Brasil. **Nossa história**. 2023. Disponível em: <https://www.vw.com.br/pt/volkswagen/70-anos-brasil.html#nossahistoria>. Acesso em: 18 jan. 2024.

VUKMAN, Péter. **The Foreign Office on Yugoslavia and the First Congress of the Non-Aligned Movement (1961)**. Mediterrán Tanulmányok, 21, 41–52. 2012. Disponível em: https://acta.bibl.u-szeged.hu/29300/1/mediterranean_021_041-052.pdf. Acesso em: 15 fev. 2023.

WEST, Richard. **Tito and the Rise and Fall of Yugoslavia**. London: Faber and Faber, 2012.

WINKELMANN, Ingo. Regional Groups in the UN. In: VOLGER, Helmut (ed.). **A Concise Encyclopedia of the United Nations**. Boston: Martinus Nijhoff Publishers, 2010.

WINKELMANN, Ingo. Security Council. In: VOLGER, Helmut (ed.). **A Concise Encyclopedia of the United Nations**. Boston: Martinus Nijhoff Publishers, 2010 (b).

WOODWARD, C. Vann. **The Comparative Approach to American History**. Oxford: Oxford University Press, 1997.

WOODWARD, Susan L. **Socialist Unemployment: The Political Economy of Yugoslavia, 1945–1990**. Princeton: Princeton University Press, 1995.

WYLIE, Neville. **European Neutrals and Non-Belligerents During The Second World War**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

ŽARKOVIĆ, Petar. **Yugoslavia and the USSR 1945 - 1980**: The History of a Cold War Relationship. Disponível em: https://yuhistorija.com/int_relations_txt01c1.html. Acesso em: 11 fev. 2024.

ZDUNIC, Drago (ed.). **Drug Tito**. Zagreb / Rijeka / Ljubljana: Spektar / Otokar Kersovani / Partizanska Knjiga; Mladinska knjiga TOZD Tiskarna, 1980.

ZHDAN, Mykhailo. Kyivan Rus'. In: **The Encyclopedia of Ukraine**, vol. 2 (1988) / Internet Encyclopedia of Ukraine. Disponível em: <http://www.encyclopediaofukraine.com/display.asp?linkpath=pages\K\Y\KyivanRushDA.htm>. Acesso em: 16 jul. 2023.

APÊNDICE 01 – TABELAS RELEVANTES

Quadro geral de votações na AGNU, realizadas entre 1961 e 1963, e com o registro completo dos votantes, com destaque para Brasil, Suécia, Iugoslávia, EUA e URSS.

ID	ID2	ID3	DATA	RESOLUÇÃO	TÍTULO	SIM	NÃO	ABSTE	NÃO-VOT	totalis	TOTAL DE	BRASIL	SUÉCIA	JUGOSLÁVIA	EUA	URSS
1	1	1	16/03/1961	A/RES/1593(XV)	Appeal to	74	0	9	16	99	99	Y	Y	Y	Y	Y
2	2	2	07/04/1961	A/RES/1596(XV)	Question c	83	0	9	7	99	99	Y	Y	Y	Y	Y
3	3	3	13/04/1961	A/RES/1598(XV)	Question c	95	1	0	3	99	99	Y	Y	Y	Y	Y
4	4	4	15/04/1961	A/RES/1601(XV)	The situati	45	3	49	2	99	99	Y	Y	Y	A	A
5	5	5	15/04/1961	A/RES/1600(XV)	The situati	60	16	23	0	99	99	Y	Y	A	Y	N
6	6	6	15/04/1961	A/RES/1599(XV)	The situati	61	5	33	0	99	99	A	Y	Y	A	Y
7	7	7	19/04/1961	A/RES/1602(XV)	Admission	47	13	34	5	99	99	Y	Y	A	A	A
8	8	8	20/04/1961	A/RES/1603(XV)	The situati	73	2	9	15	99	99	A	Y	Y	Y	Y
9	9	9	21/04/1961	A/RES/1616(XV)	Complaint	59	13	24	3	99	99	Y	A	A	Y	N
10	10	10	21/04/1961	A/RES/1607(XV)	Disseminat	78	0	9	12	99	99	Y	Y	Y	Y	Y
11	11	11	21/04/1961	A/RES/1620(XV)	Examinatio	44	13	32	10	99	99	Y	Y	A	Y	N
12	12	12	21/04/1961	A/RES/1605(XV)	Question c	86	1	4	8	99	99	Y	Y	Y	Y	Y
13	13	13	21/04/1961	A/RES/1604(XV)	Report of	37	17	38	7	99	99	Y	Y	Y	Y	Y
14	14	14	21/04/1961	A/RES/1608(XV)	The future	64	23	10	2	99	99	N	Y	Y	Y	Y
15	15	15	21/04/1961	A/RES/1619(XV)	United Nat	54	15	23	7	99	99	N	S	A	Y	N
16	16	-	25/08/1961	A/RES/1622(S-III)	Considerat	66	0	30	3	99	99	Y	Y	Y	A	Y
17	17	1	27/10/1961	A/RES/1631(XVI)	Admission	68	13	20	2	103	103	Y	Y	A	Y	A
18	18	2	27/10/1961	A/RES/1632(XVI)	Continuati	87	11	1	4	103	103	Y	Y	Y	Y	N
19	19	3	06/11/1961	A/RES/1648(XVI)	Continuati	71	20	8	4	103	103	Y	Y	Y	N	N
20	20	4	08/11/1961	A/RES/1649(XVI)	The urgent	71	11	15	6	103	103	Y	Y	A	Y	N
21	21	5	15/11/1961	A/RES/1650(XVI)	The status	62	0	31	10	103	103	A	Y	Y	A	Y
22	22	6	24/11/1961	A/RES/1652(XVI)	Considerat	55	0	44	4	103	103	Y	Y	Y	A	Y
23	23	7	24/11/1961	A/RES/1653(XVI)	Declaratio	55	20	26	2	103	103	A	A	Y	N	Y
24	24	8	27/11/1961	A/RES/1654(XVI)	The situati	97	0	4	2	103	103	Y	Y	Y	Y	Y
25	25	9	28/11/1961	A/RES/1663(XVI)	The questi	97	2	1	3	103	103	Y	Y	Y	Y	Y
26	26	10	15/12/1961	A/RES/1668(XVI)	Represent	61	34	7	2	104	104	Y	N	N	Y	N
27	27	11	19/12/1961	A/RES/1699(XVI)	Non-comp	90	3	2	9	104	104	Y	Y	Y	Y	Y
28	28	12	19/12/1961	A/RES/1719(XVI)	Population	57	11	29	7	104	104	A	Y	Y	Y	Y
29	29	13	19/12/1961	A/RES/1700(XVI)	Question c	77	0	16	11	104	104	Y	Y	Y	Y	A
30	30	14	20/12/1961	A/RES/1731(XVI)	Administra	52	11	32	9	104	104	Y	Y	A	Y	N
31	31	15	20/12/1961	A/RES/1724(XVI)	Question c	62	0	38	4	104	104	A	Y	Y	A	Y
32	32	16	20/12/1961	A/RES/1741(XVI)	Question c	49	17	32	6	104	104	Y	Y	N	Y	N
33	33	17	20/12/1961	A/RES/1723(XVI)	Question c	56	10	29	9	104	104	Y	Y	A	Y	N
34	34	18	20/12/1961	A/RES/1725(XVI)	Report of	62	0	37	5	104	104	Y	Y	A	Y	A
35	35	19	20/12/1961	A/RES/1740(XVI)	The Korea	60	11	27	6	104	104	Y	Y	A	Y	N
36	36	20	20/12/1961	A/RES/1739(XVI)	The Unitec	58	13	24	9	104	104	A	Y	Y	Y	N
37	37	21	20/12/1961	A/RES/1733(XVI)	United Nat	61	11	24	8	104	104	Y	Y	Y	Y	N
38	38	22	20/12/1961	A/RES/1732(XVI)	United Nat	67	13	15	9	104	104	Y	Y	Y	Y	N
39	1	23	30/01/1962	A/RES/1742(XVI)	The situati	99	2	1	2	104	104	Y	Y	Y	Y	Y
40	2	24	23/02/1962	A/RES/1745(XVI)	General qu	57	21	24	2	104	104	A	N	Y	N	Y
41	3	25	27/06/1962	A/RES/1746(XVI)	The future	93	0	10	1	104	104	Y	Y	Y	Y	A
42	4	26	28/06/1962	A/RES/1747(XVI)	The questi	73	1	27	3	104	104	Y	A	Y	A	Y
43	5	1	21/09/1962	A/RES/1752(XVII)	Agreemen	89	0	14	5	108	108	Y	Y	Y	Y	Y
44	6	2	12/10/1962	A/RES/1755(XVII)	Question c	83	2	11	13	109	109	Y	Y	Y	A	Y
45	7	3	31/10/1962	A/RES/1760(XVII)	Question c	81	2	19	8	110	110	Y	A	Y	A	Y
46	8	4	06/11/1962	A/RES/1761(XVII)	The policie	67	16	23	4	110	110	A	A	Y	N	Y
47	9	5	06/11/1962	A/RES/1762(XVII)	The urgent	51	10	40	9	110	110	Y	Y	A	Y	N
48	10	6	20/11/1962	A/RES/1764(XVII)	Report of	86	0	11	13	110	110	Y	Y	Y	Y	A
49	11	7	07/12/1962	A/RES/1784(XVII)	The proble	58	22	26	4	110	110	A	A	N	Y	N
50	12	8	14/12/1962	A/RES/1803(XVII)	Permanen	87	2	12	9	110	110	Y	Y	Y	Y	A
51	13	9	14/12/1962	A/RES/1807(XVII)	Territories	82	7	13	8	110	110	A	Y	Y	N	Y
52	14	10	17/12/1962	A/RES/1810(XVII)	The situati	101	0	4	5	110	110	Y	Y	Y	Y	Y
53	15	11	18/12/1962	A/RES/1819(XVII)	The situati	57	14	18	21	110	110	A	A	Y	N	Y
54	16	12	19/12/1962	A/RES/1854(XVII)(A)	Administra	76	17	8	9	110	110	Y	Y	A	Y	N
55	17	13	20/12/1962	A/RES/1857(XVII)	Question c	50	13	43	4	110	110	Y	Y	N	Y	N

1	-	27/06/1963	A/RES/1877(S-IV)	Payment o	79	12	17	3	111	111	Y	Y	A	Y	N
2	-	27/06/1963	A/RES/1875(S-IV)	United Nai	80	11	16	4	111	111	Y	Y	Y	Y	N
3	-	27/06/1963	A/RES/1876(S-IV)	United Nai	80	12	15	4	111	111	Y	Y	A	Y	N
4	1	11/10/1963	A/RES/1881(XVIII)	The policie	106	1	0	4	111	111	Y	Y	Y	Y	Y
5	2	12/10/1963	A/RES/1885(XVIII)	United Nai	76	11	20	4	111	111	A	Y	A	Y	N
6	3	14/10/1963	A/RES/1883(XVIII)	Question c	90	2	13	6	111	111	Y	Y	Y	A	Y
7	4	01/11/1963	A/RES/1889(XVIII)	Question c	73	2	19	17	111	111	Y	A	Y	A	Y
8	5	13/11/1963	A/RES/1899(XVIII)	Question c	84	6	17	4	111	111	Y	A	Y	N	Y
9	6	27/11/1963	A/RES/1911(XVIII)	Denucleari	91	0	15	5	111	111	Y	Y	Y	Y	A
10	7	27/11/1963	A/RES/1909(XVIII)	Question c	64	18	25	4	111	111	Y	A	Y	N	Y
11	8	03/12/1963	A/RES/1913(XVIII)	Territories	91	2	11	7	111	111	A	Y	Y	A	Y
12	9	11/12/1963	A/RES/1948(XVIII)	Question c	96	1	4	10	111	111	Y	Y	Y	A	Y
13	10	11/12/1963	A/RES/1956(XVIII)	The situati	95	0	6	10	111	111	Y	Y	Y	A	Y
14	11	12/12/1963	A/RES/1957(XVIII)	Installation	51	10	23	27	111	111	Y	Y	Y	A	N
15	12	13/12/1963	A/RES/1964(XVIII)	The Koreae	65	11	24	11	111	111	Y	Y	A	Y	N
16	13	16/12/1963	A/RES/1967(XVIII)	Question c	65	15	27	4	111	111	Y	Y	N	Y	N
17	14	16/12/1963	A/RES/1978(XVIII)[B]	The policie	99	2	0	12	113	113	Y	Y	Y	Y	Y
18	15	17/12/1963	A/RES/1992(XVIII)	Enlargeme	96	0	11	6	113	113	Y	Y	Y	Y	A
19	16	17/12/1963	A/RES/1991(XVIII)[B]	Question c	96	11	5	1	113	113	Y	Y	Y	A	N
20	17	17/12/1963	A/RES/1991(XVIII)[A]	Question c	97	11	4	1	113	113	Y	Y	Y	A	N
21	18	17/12/1963	A/RES/1979(XVIII)	Question c	89	2	3	19	113	113	Y	Y	Y	Y	Y
22	19	17/12/1963	A/RES/1990(XVIII)	Question c	111	0	0	2	113	113	Y	Y	Y	Y	Y
23	20	17/12/1963	A/RES/1983(XVIII)	United Nai	77	11	20	5	113	113	Y	Y	Y	Y	N

Quadro geral de votações na AGNU, realizadas entre 1961 e 1963, e com o registro completo dos votantes, com destaque para Brasil, Suécia, Iugoslávia, EUA e URSS, e com as porcentagens de cada tipo de voto.

ID	DATA	RESOLUÇÃO	TÍTULO	SIM	%	NÃO %	ABSTE %	NÃO-VC %	totais	TOTAL DE	BRASIL	SUÉCIA	IUGOSLÁVIA	EUA	URSS
1	16/03/1961	A/RES/1593(XV)	Appeal to Member States which have particu	74	75	0	0	9	9,09	16	16,162	99	99	Y	Y
2	07/04/1961	A/RES/1596(XV)	Question of South West Africa : resolution /	83	84	0	0	9	9,09	7	7,0707	99	99	Y	Y
3	13/04/1961	A/RES/1598(XV)	Question of race conflict in South Africa resu	95	96	1	1,01	0	0	3	3,0303	99	99	Y	Y
6	15/04/1961	A/RES/1599(XV)	The situation in the Republic of the Congo : r	61	62	5	5,05	33	33,3	0	0	99	99	A	Y
5	15/04/1961	A/RES/1600(XV)	The situation in the Republic of the Congo : r	60	61	16	16,2	23	23,2	0	0	99	99	Y	A
4	15/04/1961	A/RES/1601(XV)	The situation in the Republic of the Congo : r	45	45	3	3,03	49	49,5	2	2,0202	99	99	Y	Y
7	19/04/1961	A/RES/1602(XV)	Admission of new Members to the United Na	47	47	13	13,1	34	34,3	5	5,0505	99	99	Y	Y
8	20/04/1961	A/RES/1603(XV)	The situation in Angola : resolution / adoptec	73	74	2	2,02	9	9,09	15	15,152	99	99	A	Y
12	21/04/1961	A/RES/1604(XV)	Report of the Director of the Relief and Worl	37	37	17	17,2	38	38,4	7	7,0707	99	99	Y	Y
13	21/04/1961	A/RES/1605(XV)	Question of the future of Ruanda-Urundi : re	86	87	1	1,01	4	4,04	8	8,0808	99	99	Y	Y
10	21/04/1961	A/RES/1607(XV)	Dissemination of information on the United I	78	79	0	0	9	9,09	12	12,121	99	99	Y	Y
14	21/04/1961	A/RES/1608(XV)	The future of the Trust Territory of the Came	64	65	23	23,2	10	10,1	2	2,0202	99	99	N	Y
9	21/04/1961	A/RES/1616(XV)	Complaint by the Revolutionary Government	59	60	13	13,1	24	24,2	3	3,0303	99	99	Y	A
15	21/04/1961	A/RES/1619(XV)	United Nations operations in the Congo : 196	54	55	15	15,2	23	23,2	7	7,0707	99	99	N	S
11	21/04/1961	A/RES/1620(XV)	Examination of the administrative and budge	44	44	13	13,1	32	32,3	10	10,101	99	99	Y	Y
16	25/08/1961	A/RES/1622(S-III)	Consideration of the grave situation in Tunisi	66	67	0	0	30	30,3	3	3,0303	99	99	Y	Y
17	27/10/1961	A/RES/1631(XVI)	Admission of the Islamic Republic of Maurita	68	66	13	12,6	20	19,4	2	1,9417	103	103	Y	Y
18	27/10/1961	A/RES/1632(XVI)	Continuation of suspension of nuclear and th	87	84	11	10,7	1	0,97	4	3,8835	103	103	Y	Y
19	06/11/1961	A/RES/1648(XVI)	Continuation of suspension of nuclear and th	71	69	20	19,4	8	7,77	4	3,8835	103	103	Y	Y
20	08/11/1961	A/RES/1649(XVI)	The urgent need for a treaty to ban nuclear w	71	69	11	10,7	15	14,6	6	5,8252	103	103	Y	Y
21	15/11/1961	A/RES/1650(XVI)	The status of Algerians imprisoned in France	62	60	0	0	31	30,1	10	9,7087	103	103	A	Y
22	24/11/1961	A/RES/1652(XVI)	Consideration of Africa as a denuclearized zo	55	53	0	0	44	42,7	4	3,8835	103	103	Y	Y
23	24/11/1961	A/RES/1653(XVI)	Declaration on the prohibition of the use of r	55	53	20	19,4	26	25,2	2	1,9417	103	103	A	Y
24	27/11/1961	A/RES/1654(XVI)	The situation with regard to the implementat	97	94	0	0	4	3,88	2	1,9417	103	103	Y	Y
25	28/11/1961	A/RES/1663(XVI)	The question of race conflict in South Africa	97	94	2	1,94	1	0,97	3	2,9126	103	103	Y	Y
26	15/12/1961	A/RES/1668(XVI)	Representation of China in the United Natio	61	59	34	32,7	7	6,73	2	1,9231	104	104	Y	N
27	19/12/1961	A/RES/1699(XVI)	Non-compliance of the Government of Portu	90	87	3	2,88	2	1,92	9	8,6538	104	104	Y	Y
29	19/12/1961	A/RES/1700(XVI)	Question of the renewal of the Committee o	77	74	0	0	16	15,4	11	10,577	104	104	Y	Y
28	19/12/1961	A/RES/1719(XVI)	Population growth and economic developme	57	55	11	10,6	29	27,9	7	6,7308	104	104	A	Y
33	20/12/1961	A/RES/1723(XVI)	Question of Tibet : resolution / adopted by th	56	54	10	9,62	29	27,9	9	8,6538	104	104	Y	Y
31	20/12/1961	A/RES/1724(XVI)	Question of Algeria : resolution / adopted by	62	60	0	0	38	36,5	4	3,8462	104	104	A	Y
34	20/12/1961	A/RES/1725(XVI)	Report of the Director of the United Nations	62	60	0	0	37	35,6	5	4,8077	104	104	Y	Y
30	20/12/1961	A/RES/1731(XVI)	Administrative and budgetary procedures of	52	50	11	10,6	32	30,8	9	8,6538	104	104	Y	Y
38	20/12/1961	A/RES/1732(XVI)	United Nations operation in the Congo : cost	67	64	13	12,5	15	14,4	9	8,6538	104	104	Y	Y
37	20/12/1961	A/RES/1733(XVI)	United Nations Emergency Force : cost estim	61	59	11	10,6	24	23,1	8	7,6923	104	104	Y	Y
36	20/12/1961	A/RES/1739(XVI)	The United Nations financial position and prc	58	56	13	12,5	24	23,1	9	8,6538	104	104	A	Y
35	20/12/1961	A/RES/1740(XVI)	The Korean question : resolution / adopted b	60	58	11	10,6	27	26	6	5,7692	104	104	Y	Y
32	20/12/1961	A/RES/1741(XVI)	Question of Hungary : resolution / adopted b	49	47	17	16,3	32	30,8	6	5,7692	104	104	Y	Y

39	30/01/1962	A/RES/1742(XVI)	The situation in Angola : resolution / adopted b	99	95	2	1,92	1	0,96	2	1,9231	104	104	Y	Y	Y	Y	Y
40	23/02/1962	A/RES/1745(XVI)	General questions relating to the transmissio	57	55	21	20,2	24	23,1	2	1,9231	104	104	A	N	Y	N	Y
41	27/06/1962	A/RES/1746(XVI)	The future of Ruanda-Urundi : resolution / ac	93	89	0	0	10	9,62	1	0,9615	104	104	Y	Y	Y	Y	A
42	28/06/1962	A/RES/1747(XVI)	The question of Southern Rhodesia : resoluti	73	70	1	0,96	27	26	3	2,8846	104	104	Y	A	Y	A	Y
43	21/09/1962	A/RES/1752(XVII)	Agreement between the Republic of Indones	89	82	0	0	14	13	5	4,6296	108	108	Y	Y	Y	Y	Y
44	12/10/1962	A/RES/1759(XVII)	Question of Southern Rhodesia : resolution /	83	76	2	1,83	11	10,1	13	11,927	109	109	Y	Y	Y	A	Y
45	31/10/1962	A/RES/1760(XVII)	Question of Southern Rhodesia : resolution /	81	74	2	1,82	19	17,3	8	7,2727	110	110	Y	A	Y	A	Y
46	06/11/1962	A/RES/1761(XVII)	The policies of apartheid of the Government	67	61	16	14,5	23	20,9	4	3,6364	110	110	A	A	Y	N	Y
47	06/11/1962	A/RES/1762(XVII)	The urgent need for suspension of nuclear ar	51	46	10	9,09	40	36,4	9	8,1818	110	110	Y	Y	A	Y	N
48	20/11/1962	A/RES/1764(XVII)	Report of the United Nations Scientific Comr	86	78	0	0	11	10	13	11,818	110	110	Y	Y	Y	Y	A
49	07/12/1962	A/RES/1784(XVII)	The problem of Chinese refugees in Hong Kon	58	53	22	20	26	23,6	4	3,6364	110	110	A	A	N	Y	N
50	14/12/1962	A/RES/1803(XVII)	Permanent sovereignty over natural resource	87	79	2	1,82	12	10,9	9	8,1818	110	110	Y	Y	Y	Y	A
51	14/12/1962	A/RES/1807(XVII)	Territories under Portuguese administration :	82	75	7	6,36	13	11,8	8	7,2727	110	110	A	Y	Y	N	Y
52	17/12/1962	A/RES/1810(XVII)	The situation with regard to the implementat	101	92	0	0	4	3,64	5	4,5455	110	110	Y	Y	Y	Y	Y
53	18/12/1962	A/RES/1819(XVII)	The situation in Angola : resolution / adoptec	57	52	14	12,7	18	16,4	21	19,091	110	110	A	A	Y	N	Y
54	19/12/1962	A/RES/1854(XVII)[A]	Administrative and budgetary procedures of t	76	69	17	15,5	8	7,27	9	8,1818	110	110	Y	Y	A	Y	N
55	20/12/1962	A/RES/1857(XVII)	Question of Hungary : resolution / adopted b	50	45	13	11,8	43	39,1	4	3,6364	110	110	Y	Y	N	Y	N
57	27/06/1963	A/RES/1875(S-IV)	United Nations Emergency Force : cost estim	80	72	11	9,91	16	14,4	4	3,6036	111	111	Y	Y	Y	Y	N
58	27/06/1963	A/RES/1876(S-IV)	United Nations Operation in the Congo : cost	80	72	12	10,8	15	13,5	4	3,6036	111	111	Y	Y	A	Y	N
56	27/06/1963	A/RES/1877(S-IV)	Payment of arrears in respect of assessed co	79	71	12	10,8	17	15,3	3	2,7027	111	111	Y	Y	A	Y	N
59	11/10/1963	A/RES/1881(XVIII)	The policies of apartheid of the Government	106	95	1	0,9	0	0	4	3,6036	111	111	Y	Y	Y	Y	Y
61	14/10/1963	A/RES/1883(XVIII)	Question of Southern Rhodesia : resolution /	90	81	2	1,8	13	11,7	6	5,4054	111	111	Y	Y	Y	A	Y
60	12/10/1963	A/RES/1885(XVIII)	United Nations Operation in the Congo : cost	76	68	11	9,91	20	18	4	3,6036	111	111	A	Y	A	Y	N
62	01/11/1963	A/RES/1889(XVIII)	Question of Southern Rhodesia : resolution /	73	66	2	1,8	19	17,1	17	15,315	111	111	Y	A	Y	A	Y
63	13/11/1963	A/RES/1899(XVIII)	Question of South West Africa : resolution /	84	76	6	5,41	17	15,3	4	3,6036	111	111	Y	A	Y	N	Y
65	27/11/1963	A/RES/1909(XVIII)	Question of convening a conference for the	64	58	18	16,2	25	22,5	4	3,6036	111	111	Y	A	Y	N	Y
64	27/11/1963	A/RES/1911(XVIII)	Denuclearization of Latin America : resolutio	91	82	0	0	15	13,5	5	4,5045	111	111	Y	Y	Y	Y	A
66	03/12/1963	A/RES/1913(XVIII)	Territories under Portuguese administration :	91	82	2	1,8	11	9,91	7	6,3063	111	111	A	Y	Y	A	Y
67	11/12/1963	A/RES/1948(XVIII)	Question of Oman : resolution / adopted by t	96	86	1	0,9	4	3,6	10	9,009	111	111	Y	Y	Y	A	Y
68	11/12/1963	A/RES/1956(XVIII)	The situation with regard to the implementat	95	86	0	0	6	5,41	10	9,009	111	111	Y	Y	Y	A	Y
69	12/12/1963	A/RES/1957(XVIII)	Installation of mechanical means of voting : i	51	46	10	9,01	23	20,7	27	24,324	111	111	Y	Y	Y	A	N
70	13/12/1963	A/RES/1964(XVIII)	The Korean question : resolution / adopted b	65	59	11	9,91	24	21,6	11	9,9099	111	111	Y	Y	A	Y	N
71	16/12/1963	A/RES/1967(XVIII)	Question of methods fact-finding : resolutio	65	59	15	13,5	27	24,3	4	3,6036	111	111	Y	Y	N	Y	N
72	16/12/1963	A/RES/1978(XVIII)[B]	The policies of apartheid of the Government	99	88	2	1,77	0	0	12	10,619	113	113	Y	Y	Y	Y	Y
76	17/12/1963	A/RES/1979(XVIII)	Question of South West Africa : resolution /	89	79	2	1,77	3	2,65	19	16,814	113	113	Y	Y	Y	Y	Y
78	17/12/1963	A/RES/1983(XVIII)	United Nations Emergency Force : resolution	77	68	11	9,73	20	17,7	5	4,4248	113	113	Y	Y	Y	Y	N
77	17/12/1963	A/RES/1990(XVIII)	Question of the composition of the General	111	98	0	0	0	0	2	1,7699	113	113	Y	Y	Y	Y	Y
75	17/12/1963	A/RES/1991(XVIII)[A]	Question of equitable representation on the	97	86	11	9,73	4	3,54	1	0,885	113	113	Y	Y	Y	A	N
74	17/12/1963	A/RES/1991(XVIII)[B]	Question of equitable representation on the	96	85	11	9,73	5	4,42	1	0,885	113	113	Y	Y	Y	A	N
73	17/12/1963	A/RES/1992(XVIII)	Enlargement of the Economic Committee, th	96	85	0	0	11	9,73	6	5,3097	113	113	Y	Y	Y	Y	A

Quadro com as 25 tendências gerais de votos observadas entre as 78 resoluções selecionadas.

ID	QUANT.	%	TENDÊNCIA	RANK
1	16	20,51	os 5 países votaram iguais, todos “sim”, gerando o que chamamos de “coincidência completa”;	1
2	11	14,1	Brasil e Suécia votaram igual os EUA, diferentes da Iugoslávia e contra a URSS;	2
3	6	7,69	os 3 votaram alinhados com os EUA, isto é, “iguais”, e diferentes da URSS;	3
4	6	7,69	os 3 votaram alinhados com a URSS, isto é, “iguais”, e diferentes dos EUA;	3
5	5	6,41	os 3 votaram alinhados com os EUA e contra a URSS;	5
6	4	5,13	o Brasil votou igual aos EUA, ambos se abstendo, e diferente dos demais;	6
7	3	3,85	os 3 votaram alinhados entre si, “sim”, diferentes dos EUA e contra a URSS;	7
8	3	3,85	Brasil e Suécia votaram iguais aos EUA, e contra Iugoslávia e URSS;	7
9	3	3,85	Brasil e Iugoslávia votaram iguais à URSS, e diferentes de Suécia e EUA;	7
10	3	3,85	Brasil e Suécia votaram iguais entre si, e diferentes dos demais, a Iugoslávia votou igual à URSS e contra os EUA;	7
11	2	2,56	Brasil e Suécia votaram iguais aos EUA, e diferentes de Iugoslávia e URSS;	11
12	2	2,56	Brasil e Iugoslávia votaram iguais à URSS, diferentes de SUE e contra os EUA;	11
13	2	2,56	o Brasil votou diferente dos demais	11
14	1	1,28	os 3 votaram alinhados entre si, “sim”, e diferente das potências A/RES/1601(XV);	14
15	1	1,28	os 3 votaram alinhados entre si, “sim”, e contra as potências A/RES/1648(XVI);	14
16	1	1,28	Brasil e Suécia votaram diferentes de Iugoslávia, EUA e URSS A/RES/1602(XV);	14
17	1	1,28	Brasil votou diferente dos demais, Suécia e Iugoslávia votaram iguais a URSS e contra os EUA A/RES/1807(XVII)	14
18	1	1,28	o Brasil votou diferente dos demais, Suécia e Iugoslávia votaram iguais aos EUA e contra a URSS A/RES/1739(XVI)	14
19	1	1,28	o Brasil votou diferente dos demais, Suécia votou igual aos EUA, “não”, e contra Iugoslávia e URSS que votaram “sim”; A/RES/1745	14
20	1	1,28	o Brasil votou contra os demais A/RES/1608(XV);	14
21	1	1,28	o Brasil votou igual à URSS, “não”, diferente da Iugoslávia e contra Suécia e EUA A/RES/1619(XV);	14
22	1	1,28	o BRA votou igual à Suécia, diferente dos demais, a Iugoslávia votou igual à URSS, “sim”, contra os EUA A/RES/1819(XVII);	14
23	1	1,28	o Brasil votou igual à Iugoslávia e diferente dos demais, ambos se abstendo, a Suécia votou igual aos EUA, “sim”, e contra a URSS	14
24	1	1,28	o Brasil votou igual aos EUA, “sim”, e contra a URSS; a Suécia votou igual à Iugoslávia e ambos diferentes dos demais A/RES/1616(XV)	14
25	1	1,28	o Brasil votou igual aos EUA, “sim”, e contra os demais A/RES/1668(XVI)	14

APÊNDICE 02 – ONU: NÚMERO DE MEMBROS ENTRE 1945 E 1965

Esse Apêndice é dedicado à evolução do número de membros da ONU. Especificamente quanto à quantidade de membros, os números são eloquentes. Abaixo uma reprodução do site da própria ONU:

“Crescimento no número de membros das Nações Unidas

51 membros originais (1945)

Argentina, Austrália, Bélgica, Bolívia, Brasil, República Socialista Soviética da Bielorrússia, Canadá, Chile, China, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Tchecoslováquia, Dinamarca, República Dominicana, Equador, Egito, El Salvador, Etiópia, França, Grécia, Guatemala, Haiti, Honduras, Índia, Irã, Iraque, Líbano, Libéria, Luxemburgo, México, Holanda, Nova Zelândia, Nicarágua, Noruega, Panamá, Paraguai, Peru, República das Filipinas, Polônia, Arábia Saudita, Síria, Turquia, República Socialista Soviética da Ucrânia, União da África do Sul, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, Reino Unido, Estados Unidos, Uruguai, Venezuela, Iugoslávia

55 membros (1946)

Adicionado: Afeganistão, Islândia, Síria, Suécia

57 membros (1947)

Adicionado: Paquistão, Iêmen

58 membros (1948)

Adicionado: Birmânia

59 membros (1949)

Adicionado: Israel

60 membros (1950)

Adicionado: Indonésia

76 membros (1955)

Adicionado: Albânia, Áustria, Bulgária, Camboja, Ceilão, Finlândia, Hungria, Irlanda, Itália, Jordânia, Laos, Líbia, Nepal, Portugal, Romênia, Espanha

80 membros (1956)

Adicionado: Japão, Marrocos, Sudão, Tunísia

82 membros (1957)

Adicionado: Gana, Federação da Malásia

82 membros (1958)⁵⁴⁴

Adicionado: Guiné

⁵⁴⁴ Apesar do ingresso de Guiné na ONU em 1958 o número de membros não se alterou pois, no mesmo ano, houve a “união” entre Egito e Síria na “República Árabe Unida”.

99 membros (1960)

Adicionado: Camarões, República Centro-Africana, Chade, Congo (Brazzaville), Congo (Leopoldville), Chipre, Daomé, Gabão, Costa do Marfim, República Malgaxe, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Somália, Togo, Alto Volta

104 membros (1961)

Adicionado: Mauritânia, Mongólia, Serra Leoa, Tanganica

110 membros (1962)

Adicionado: Argélia, Burundi, Jamaica, Ruanda, Trinidad e Tobago, Uganda

113 membros (1963)

Adicionado: Quênia, Kuwait, Zanzibar

115 membros (1964)

Adicionado: Malawi, Malta, Zâmbia

117 membros (1965)

Adicionado: Gâmbia, Ilhas Maldivas, Cingapura" (UN, s/p, s/d(b))

APÊNDICE 03 - PANORAMA SOBRE O FUNCIONAMENTO DA AGNU E DO CSNU

A Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) é regida pelo capítulo IV da Carta, e é o “órgão deliberativo por excelência da ONU”, tendo sua composição repousando “sobre o princípio da igualdade jurídica dos Estados”, e sendo “o único órgão plenário da organização, já que todos os Estados membros das Nações Unidas estão representados ali”, possuindo todos o mesmo direito a “um voto durante as votações”. (ONU, 2022, p. 10-14; MESTRE-LAFAY, 2003, p. 26; NEW ZEALAND, 2022 p. 12).

A AGNU funciona seguindo as regras fixadas pela Carta e complementadas pelo regimento interno da própria Assembleia. Seus trabalhos são organizados em sessões, possuindo uma “sessão ordinária”⁵⁴⁵ por ano, tendo quase sempre iniciado em meados de setembro e seguindo até meados de dezembro, depois reiniciando em meados de janeiro, e finalizando, *de facto*, entre maio e julho do ano seguinte – *de jure*, a sessão termina apenas no dia anterior ao início da sessão seguinte. Cada sessão ordinária elege um presidente, 21 vice-presidentes⁵⁴⁶ e os presidentes das seis comissões da AGNU⁵⁴⁷. (MESTRE-LAFAY, 2003, p. 26; NEW ZEALAND, 2022, p. 17; SWITZERLAND, 2017, p. 13-14).

Durante as sessões, a AGNU funciona em sessões plenárias ou em comissões. Na descrição de Mestre-Lafay (2003), são seis as comissões, encarregadas, respectivamente, de “questões políticas” (I), “questões econômicas” (II), “questões sociais, humanitárias e culturais” (III), “questões de tutela e territórios não-autônomos” (IV), “questões administrativas e orçamentárias” (V), e “questões jurídicas” (VI). (MESTRE-LAFAY, 2003, p. 27). Segundo a descrição da própria ONU no site dedicado à AGNU, atual e formalmente, são os seis comitês os seguintes:

⁵⁴⁵ De acordo com a própria ONU: “além de suas sessões ordinárias[regulares], a Assembleia pode se reunir em sessões extraordinárias e extraordinárias de emergência. Até o momento, a Assembleia convocou 32 sessões extraordinárias e 11 sessões extraordinárias de emergência.” (UN, s/d(c), s/p). Segundo a Carta (ONU, 2022, p. 16) a “Assembleia Geral reunir-se-á em sessões anuais regulares e em sessões especiais exigidas pelas circunstâncias. As sessões especiais serão convocadas pelo secretário-geral, a pedido do Conselho de Segurança ou da maioria dos membros das Nações Unidas.” Logo, sessões extraordinárias podem ser convocadas pelo Secretário-Geral, sob demanda do Conselho de Segurança e/ou da maioria dos membros da ONU, e com agendas específicas de temas de grande envergadura e relevância. A primeira, convocada em 1947, foi sobre a Palestina. Em 1956, por exemplo, tiveram duas sessões extraordinárias de urgência, uma sobre a crise de Suez e outra sobre os acontecimentos na Hungria. (MESTRE-LAFAY, 2003, p. 26-27).

⁵⁴⁶ Entre 1961 e 1964 eram eleitos 13 vice-presidentes.

⁵⁴⁷ Ver o organograma da AGNU (SWITZERLAND, 2017, p. 12).

“[...] o Comitê de Desarmamento e Segurança Internacional (Primeiro Comitê); o Comitê Econômico e Financeiro (Segundo Comitê); o Comitê Social, Humanitário e Cultural (Terceiro Comitê); a Comissão Especial de Política e Descolonização (Quarta Comissão); a Comissão Administrativa e Orçamentária (Quinta Comissão); e o Comitê Jurídico (Sexto Comitê).” (UN, s/d(c), s/p.)

Nos termos do artigo 10º da Carta (ONU, 2022, p.10), a Assembleia goza de uma espécie de competência geral, uma vez que, teoricamente, pode discutir quaisquer questões ou assuntos no âmbito da Carta ou relativos aos poderes e funções de qualquer um dos outros órgãos, e fazer recomendações sobre esses assuntos aos Membros das Nações Unidas, ao Conselho de Segurança (CSNU) e/ou a ambos. (MESTRE-LAFAY, 2003, p. 27).

Entre suas funções, há algumas que compartilha com outros órgãos. Por exemplo, a admissão de qualquer novo membro é feita por decisão da AGNU por recomendação do Conselho de Segurança (art. 4). Também compartilha com o CSNU o poder de “discutir todas as questões relativas à manutenção da paz e da segurança internacionais” (art. 11, §2 e 3) (ONU, 2022, p.11). Entretanto, enquanto o CSNU cumprir as funções que lhe são atribuídas pela Carta neste campo, a Assembleia não pode fazer nenhuma recomendação sobre esta questão, a menos que o Conselho assim o solicite. Em todo caso, “qualquer questão desse tipo que exija ação deve ser encaminhada ao Conselho de Segurança pela Assembleia Geral, antes ou depois da discussão”⁵⁴⁸. (MESTRE-LAFAY, 2003, p. 28; SWITZERLAND, 2017, p. 13).

⁵⁴⁸ Contrariando a própria Carta, a Assembleia Geral ampliou seus poderes em matéria de manutenção da paz pela resolução 377 (V) AG de 3 de novembro de 1950, conhecida como a “resolução de Dean Acheson” ou “União para a manutenção da paz”. (MESTRE-LAFAY, 2003, p.28). Segundo Tomuschat (2008, p.1): “A adoção desta resolução veio em resposta à estratégia da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) de bloquear qualquer determinação do Conselho de Segurança sobre medidas a serem tomadas para proteger a República da Coreia contra a agressão lançada contra ela por forças militares da Coreia do Norte.”. “No estágio inicial desse conflito armado, em junho de 1950, o Conselho de Segurança havia recomendado aos Membros das Nações Unidas que ‘fornecessem a assistência necessária à República da Coreia para repelir o ataque armado e restabelecer paz e segurança internacionais na área’ (resolução 83 (1950) de 27 de junho de 1950). A resolução pôde ser aprovada porque a URSS, naquele momento, boicotou as reuniões do Conselho de Segurança com o objetivo de obter a atribuição da cadeira permanente chinesa ao governo comunista em Pequim.” “Dado que seus protestos permaneceram infrutíferos, a URSS voltou a enviar, a partir de agosto de 1950, uma delegação às reuniões do Conselho que deu um voto negativo a um projeto de resolução dos Estados Unidos condenando o contínuo desafio das Nações Unidas por parte das autoridades norte-coreanas. Para superar esse impasse, os Estados Unidos, sob a liderança de seu secretário de Relações Exteriores, Dean Acheson, conseguiram persuadir a Assembleia Geral de que deveria reivindicar para si uma responsabilidade subsidiária em relação à paz e à segurança internacionais, conforme enunciado no artigo 14 da carta. O resultado desses esforços foi a resolução 377 A (V).” “A parte mais importante da resolução 377 A (V) é a seção A, que

Certas competências são específicas da AGNU, por exemplo: receber e estudar os relatórios de atividades dos demais órgãos da Organização (Art. 15); estudar os princípios gerais de cooperação para a manutenção da paz e da segurança internacionais e, em particular, os que regem o desarmamento e fazer recomendações sobre esses princípios aos Estados Membros ou ao Conselho de Segurança (art. 11, § 1); fazer também recomendações com vista ao desenvolvimento da cooperação internacional nos domínios político, econômico, social e cultural e com vista à promoção dos direitos humanos e as liberdades fundamentais. (ONU, 2022, 10-17; MESTRE-LAFAY, 2003, p. 28-29; SWITZERLAND, 2017, p. 13).

Entre essas atribuições específicas, existe uma de considerável importância prática: a AGNU vota o orçamento da ONU a cada ano. O ônus das despesas da Organização é repartido entre os Estados Membros de acordo com uma escala de contribuições que é fixada pela Assembleia com base em uma resolução separada e que é revisada regularmente. A contribuição dos EUA sozinha costuma perfazer cerca de 25% dessas despesas. Alguns Estados, inclusive especificamente os EUA, só pagam o valor de sua contribuição de forma muito irregular, embora a obrigação de contribuir anualmente esteja prevista no artigo 17, § 2º da Carta. (MESTRE-LAFAY, 2003, p. 29).

Ainda que tenhamos abordado com mais detalhes a questão das resoluções da AGNU no capítulo 5, entendemos ser oportuno ao menos mencionar que estas resoluções têm um valor diferente conforme cada caso. Relativamente aos Estados Membros, a Assembleia apenas emite recomendações, atos sem força vinculativa (exceto os que proclamam princípios jurídicos superiores preexistentes). Por outro lado, na ordem interna da Organização, a AGNU pode tomar decisões mais “reais” (digamos assim), tais como a admissão de um novo Estado-membro, a votação do orçamento e a criação de um órgão subsidiário. (MESTRE-LAFAY, 2003, p. 29-30).

Já o Conselho de Segurança (CSNU) é o segundo órgão principal⁵⁴⁹ das Nações Unidas, criado pela Carta e regido por seu Capítulo V (ONU, 2022, p.17 a 22). Como o próprio nome sugere, é o órgão responsável pela manutenção da paz e

declara que quando o Conselho de Segurança, devido à falta de unanimidade dos membros permanentes, deixar de exercer sua responsabilidade primária pela manutenção da paz e segurança internacionais, a Assembleia Geral se ocupará do assunto.” (TOMUSCHAT, 2008, p.1).

⁵⁴⁹ Winkelman (2010b, p. 649) concorda com nossa hierarquização do CSNU, considerando este “o segundo principal órgão das Nações Unidas”, depois da AGNU (WINKELMANN, 2010b, p. 649).

segurança internacionais. Isto não deixa de ter consequências para a sua própria composição que, aliás, sublinhamos, não se baseia no mesmo princípio da AGNU. É um órgão bastante restrito, com apenas quinze estados-membros representados nele - eram onze entre 1946 e 1965. Lembramos que seus membros se dividem em duas categorias, os Estados-Membros permanentes e os Estados-Membros não-permanentes/rotativos. Os primeiros são designados pela Carta (art. 23) e são em número de cinco, tidos como os principais vencedores da Segunda Guerra Mundial: os Estados Unidos, o Reino Unido, a URSS⁵⁵⁰, a França e China⁵⁵¹. Eles têm como outro privilégio o direito de veto. (MESTRE-LAFAY, 0000, p. 30; NEW ZEALAND; 2022; p. 94).

Os membros não-permanentes, ou rotativos, são eleitos para mandatos de dois anos pela AGNU e são parcialmente renovados, pela metade, a cada ano. São escolhidos levando em conta sua contribuição para a manutenção da paz e uma certa “distribuição geográfica equitativa” (art. 23º).

Também sublinhamos que, se em 2023 eram 10 o número de membros rotativos, entre 1945 e 1965 eram apenas 6⁵⁵². Esse aumento de seis para dez se deu na sequência de uma alteração à Carta aprovada pela Resolução da Assembleia Geral 1991 (XVIII) de 17 de dezembro de 1963 e que entrou em vigor em 1966⁵⁵³. Apenas para exemplificar alguns dos possíveis questionamentos acerca da composição do CSNU, podemos destacar que, em 1945, praticamente 20% (11 membros em 51) da AGNU pertencia ao CSNU, sendo praticamente 10% de membros permanentes (5 em 51). Em 1965, antes da reforma, Menos de 10% da AGNU fazia parte do CSNU (11 em 117), e menos de 5% como permanentes (5 em 117). A partir de 1966, com a reforma, subiu para pouco mais de 12% da AGNU

⁵⁵⁰ Que foi sucedida pela Rússia desde dezembro de 1991.

⁵⁵¹ Em 25 de outubro de 1971 a República Popular da China recebeu o assento chinês no Conselho de Segurança no lugar da República da China.

⁵⁵² Entre 1945 e 1965, e, portanto, em nosso período de estudo, o número de assentos no CSNU era apenas 11 (os 5 permanentes mais 6 rotativos).

⁵⁵³ Uma das grandes discussões quanto ao funcionamento e possíveis reformas da ONU se dá justamente na necessidade ou não de maior ampliação dos assentos no CSNU e na qualidade dessa ampliação: se deve-se ampliar o número de assentos rotativos e/ou permanentes, se os eventuais assentos permanentes devem ter ou não o poder de veto etc. Como ilustra Lafay-Mestre: “[...] enquanto se levantam vozes para reivindicar a ampliação de novos membros permanentes, dos privilégios reconhecidos apenas aos vencedores da Segunda Guerra Mundial. Assim a Alemanha, a Itália e o Japão reivindicam o direito de se sentar ao lado deles nessa qualidade, invocando seu poder econômico e político. Fala-se também em ‘democratizar’ esse grupo de membros permanentes, integrando as potências demográficas e regionais do Terceiro Mundo, como Índia, México, Brasil e Nigéria. Mas tal modificação requer o acordo dos atuais membros permanentes.” (LAFAY-MESTRE, 203, p. 30-31, tradução livre).

representada no CSNU, porém apenas 4% representados como permanentes. Em 2023, com a manutenção dos membros do CSNU e o aumento da AGNU para 193 membros, as proporções ficam: menos de 8% da AGNU representada no CSNU, e menos de 3% da AGNU com direito a veto⁵⁵⁴.

O CSNU funciona de acordo com as regras fixadas pela Carta, complementadas por regras de procedimento estabelecidas (art. 30), e realiza reuniões periódicas nas quais cada Estado pode ser representado por um membro de seu governo ou qualquer outra pessoa especialmente designada. Os poderes do CSNU são notáveis ao compararmos com os demais órgãos – inclusive a AGNU.

Possuindo “responsabilidade primária pela manutenção da paz e segurança internacionais” (art. 24 da Carta), desta responsabilidade deduzem-se atribuições específicas que lhe são reconhecidas pela Carta: buscar a solução pacífica de controvérsias; prevenir ameaças (cap. VI da Carta), contra a paz, rupturas da paz e lutar contra qualquer ato de agressão (cap. VII); autorizar e controlar as ações coercitivas das organizações regionais, ou utilizá-las na aplicação das medidas coercitivas (cap. VIII da Carta); pode aprovar acordos de tutela relativos a áreas estratégicas (art. 83); e, também pode criar os órgãos subsidiários necessários ao exercício das suas funções (art. 29)(ONU, 2022, p. 18-32, 49).

Por fim, o CSNU é o único órgão da ONU que pode adotar resoluções e decisões realmente vinculativas para os Estados-Membros, com base no Capítulo VII da Carta – ainda que, na maioria das vezes, aja por meio de recomendações (MESTRE-LAFAY, 2003, p. 31-32).

Os demais órgãos principais da ONU (o Conselho Econômico e Social, o Conselho de Tutela, a Corte Internacional de Justiça, e o Secretariado) possuem, relativamente, importância e impacto sensivelmente menores que a AGNU e o CSNU⁵⁵⁵.

Especificamente quanto às sessões ordinárias anuais da AGNU, atualmente, iniciam-se na terça-feira da terceira semana de setembro, quando é realizada a primeira reunião formal. O dia anterior, segunda-feira, é, em tese, o dia da última

⁵⁵⁴ Se aplicássemos as mesmas proporções em termos de representatividade dos Estados-Membros da ONU no CSNU de 1946 em 2023 teríamos que ter, aproximadamente, 42 assentos no CSNU, sendo 19 assentos permanentes com direito a veto.

⁵⁵⁵ Ainda que mereça menção o fato de que muitos dos mais amplamente conhecidos órgãos que compõem o chamado “Sistema das Nações Unidas” estejam diretamente vinculados ao Conselho Econômico e Social, tais como: as “Comissões Regionais” (dentre as quais destacamos a CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) e variadas “Agências Especializadas”, como a FAO, a OMS, a UNESCO, o FMI e o Banco Mundial (UN, 2021, s/p).

reunião formal da sessão anterior, e, de certo modo, marca uma espécie de “transição” para a “Semana de Abertura”. A última reunião plenária costuma tratar de um grande número de itens da agenda, na qual os projetos de resolução pendentes são tratados, itens da agenda que não foram considerados e que serão incluídos na próxima ordem do dia são formalmente deferidos, itens da agenda que foram considerados, mas permaneceram abertos, são fechados, a Presidência da Assembleia Geral (PAG) que está encerrando seu mandato faz uma declaração final, a nova PGA toma posse, e declara-se formalmente encerrada a sessão. (SWITZERLAND, 2017, p. 84).

No dia seguinte, na terça-feira, há a primeira reunião plenária formal da nova sessão da AGNU, geralmente de forma breve, na qual a nova PAG declara a sessão aberta, faz uma declaração, descrevendo os próximos trabalhos, eventos programados da AGNU, mandatos e prioridades para sua presidência etc. Os Estados-Membros não costumam usar da palavra na primeira reunião. (SWITZERLAND, 2017, p. 84).

Na quarta-feira há as reuniões do “Comitê Geral”, em que se considera todos os assuntos organizacionais da nova sessão. Por fim, na sexta-feira, há a segunda reunião plenária formal da sessão da AGNU, que trata do relatório da Comissão Geral e adota a agenda da nova sessão. No momento em que a agenda é adotada, todos os itens da agenda são formalmente abertos, visto que nenhuma reunião formal da AGNU pode ocorrer antes da adoção da agenda. (SWITZERLAND, 2017, p. 84).

Após a primeira semana, de caráter bastante “formal introdutório” temos a segunda semana da AGNU, muitas vezes descrita como “Semana de alto nível”, quando os Chefes de Estado e de Governo assistem ao “debate geral”. (SWITZERLAND, 2017, p. 85).

Essa semana tem uma série de “eventos tradicionais”, como o almoço oferecido pelo Secretário-Geral para Chefes de Estado e de Governo por ocasião da abertura da Assembleia Geral, e a recepção oferecida pelo Presidente dos Estados Unidos (na condição de “país anfitrião”) na noite do primeiro dia do debate geral. (SWITZERLAND, 2017, p. 85).

Contudo, é o “debate geral”, a reunião anual dos Chefes de Estado e de Governo no início da sessão da AGNU, um dos destaques do ano da ONU. O debate geral se inicia na terça-feira seguinte após a abertura da nova sessão da

AGNU, sendo a abertura do debate geral normalmente a terceira “reunião formal” da AGNU, além de ser geralmente o primeiro debate da sessão e — com exceção das reuniões de alto nível — o único em que os Chefes de Estado e de Governo participam regularmente. De acordo com o Regimento da AGNU, o debate geral decorre ininterruptamente durante nove dias úteis, sendo que, no entanto, sete dias costumam ser suficientes para acomodar todos os “palestrantes”. (SWITZERLAND, 2017, p. 46 e p. 86).

O debate geral possui uma “ordem de fala diferente” da de outros debates da AGNU, sendo aproximadamente da maneira que se segue:

“PAG: O PAG chama a reunião à ordem.

SG: O SG apresenta o ‘Relatório do Secretário-Geral sobre o trabalho da Organização’ (tecnicamente, não faz parte do debate geral).

PAG: O PAG abre o debate geral e faz um discurso.

Brasil: Desde a décima AG, em 1955, o Brasil sempre é o primeiro Estado-membro a se pronunciar no debate geral (independentemente do nível de representação⁵⁵⁶). A prática não se estende a nenhum outro debate da AG.

EUA: Com base na prática estabelecida, os EUA, como país anfitrião, são o segundo Estado-Membro a falar (independentemente do nível de representação).

Estados-membros: Para todos os outros Estados-Membros, a ordem de fala baseia-se no nível de representação, preferência e outros critérios, como o equilíbrio geográfico.

Observadores: Apenas a Santa Sé, o Estado da Palestina e a UE são convidados a participar do debate geral e seus espaços de fala são determinados pelo nível de representação.”⁵⁵⁷ (SWITZERLAND, 2017, p. 87. Tradução livre).

Durante uma sessão, a AGNU considera todos os itens de sua agenda. “Considerar” um item da agenda geralmente inclui debater o item e adotar uma ou mais resoluções e/ou decisões. Grande parte do trabalho da AGNU segue um ciclo de debate, decisão, implementação e relatório. (SWITZERLAND, 2017, p. 36).

⁵⁵⁶ Isto é, se é o presidente, algum ministro, algum embaixador ou outros.

⁵⁵⁷ A “ordem de fala” nas demais “reuniões formais” da AGNU é diferente, sendo a seguinte: primeiro, chefes de estado e de governo ou ministros falam, seguidos por presidentes de grupos de estados membros, falando em nome de todo o grupo (por exemplo, G-77, Movimento dos Países Não-Alinhados etc.), e a UE. Em seguida são os estados membros individuais, por “ordem de chegada”. Com exceção da UE, os observadores falam após os Estados membros. (SWITZERLAND, 2017, p. 47).

APÊNDICE 04 – O CSNU NO PERÍODO 1946-1965

Enquanto a AGNU mais que dobrou, no CSNU, o número de membros permaneceu, teoricamente, o mesmo entre 1945 e 1965: 11, sendo 5 permanentes e 6 não-permanentes/rotativos. Porém, nesse período, dois acontecimentos merecem destaque: a questão do assento referente a China, e a ampliação do número de vagas rotativas.

O primeiro caso se deu pelo desfecho da guerra civil chinesa, com a vitória dos “comunistas” liderados por Mao Tse-tung sobre os “nacionalistas” liderados por Chiang Kai-Shek em outubro de 1949, e a subsequente fuga/transferência de governo destes últimos para a ilha de Taiwan: um caso bastante polêmico na ONU. Grosso modo, de um lado, os EUA defendiam a manutenção dos “nacionalistas” de Taipei (República da China) como representantes políticos da China, enquanto a URSS argumentava que os verdadeiros representantes eram os “comunistas” de Pequim (República Popular da China). Essa contenda, que produzirá coisas como o “*Union Act Dan Acheson*” (que mudará parte das atribuições da AGNU)⁵⁵⁸ e (de certo modo) a “Guerra da Coreia”⁵⁵⁹, será parcialmente equalizada quando a República Popular da China assume o assento chinês em 1971, através da resolução A/RES/2758(XXVI).

O segundo caso envolve polêmicas até hoje⁵⁶⁰. O CSNU é formado em 1945-46 com 11 membros e permanecerá assim até a reforma de 1965-66, quando será ampliado para a composição atual de 15 membros, conforme já comentado acima. Essa mudança envolveu também os critérios para ocupar um assento como membro rotativo – os membros permanentes não foram alterados. Entre 1945 e 1965 os membros não-permanentes eram eleitos se acordo com certa “condição geográfica”

⁵⁵⁸ Conforme visto anteriormente.

⁵⁵⁹ Um entendimento possível acerca do início da chamada “Guerra da Coreia” está na “autorização” para a formação do “Comando das Nações Unidas” e o envio de forças para a Coreia. Como a URSS estava “boicotando” o CSNU por este reconhecer Taiwan (República da China) como “China”, e a República Popular da China não era reconhecida pela ONU, então nenhum dos dois poderia apoiar sua aliada Coreia do Norte na reunião do Conselho de Segurança. Segundo Pembroke (2018) os EUA forneceram cerca de 90% do pessoal militar para esse “Comando das Nações Unidas”. (PEMBROKE, 2018, p.141).

⁵⁶⁰ Há várias iniciativas que debatem uma Reforma no CSNU. Dentre elas podemos destacar a proposta de aceitação do Japão, Alemanha, Índia e Brasil (conhecido como G4) como membros permanentes. Em oposição à possível ampliação de assentos permanentes no CSNU, surgiu o *Uniting for Consensus* (UFC), apelidado de “Coffee Club”, aparentemente liderado pela Itália e com a participação de outros países como Paquistão, México e Egito. Além da proposta do G4, outras propostas foram lançadas por vários grupos e países individuais, mas nenhuma delas obteve resposta positiva do CSNU.

atribuída a ele, com os assentos reservados da seguinte forma: 2 vagas para a “América Latina”, 1 vaga para a “Commonwealth”, 1 vaga para a “Europa Oriental” (à partir de 1956 esse assento será “dividido” com “países da Ásia”, alternando, no biênio, um ano para um país europeu e outro ano para um país asiático), 1 vaga para o “Oriente Médio”, e 1 vaga para a “Europa Ocidental”⁵⁶¹.

Entre 1945 e 1965, 49 países diferentes ocuparam as vagas rotativas, e, entre eles, Brasil, Suécia e Iugoslávia. Destes, certamente o mais destacado é o Brasil, com 4 “participações”, nos biênios 1946-47, 1951-52, 1954-55 e 1963-64, integrando, portanto, o CSNU, em 8 dos 20 primeiros anos do mesmo, inclusive no período abordado por nosso trabalho. Em seguida temos a Iugoslávia, com 2 participações, totalizando apenas 3 anos: biênio 1950-51 e o ano de 1956 (alternando o assento, no ano de 1957, com as Filipinas). Por fim, a Suécia, com apenas 1 participação, totalizando 2 anos no biênio 1957-58. Em nenhum momento, tivemos a participação simultânea de Brasil, Suécia e Iugoslávia no CSNU, ainda que Brasil e Iugoslávia tenham sido “colegas” de Conselho no ano de 1951 (último ano da primeira participação da Iugoslávia e primeiro ano da segunda participação do Brasil)⁵⁶².

Membros permanentes					
1960	Estados Unidos	Reino Unido	França	União Soviética	República da China
1961	Estados Unidos	Reino Unido	França	União Soviética	República da China
1962	Estados Unidos	Reino Unido	França	União Soviética	República da China
1963	Estados Unidos	Reino Unido	França	União Soviética	República da China
1964	Estados Unidos	Reino Unido	França	União Soviética	República da China
1965	Estados Unidos	Reino Unido	França	União Soviética	República da China

Membros Não Permanentes						
Ano	América Latina		Commonwealth	Europa Oriental e Ásia	Oriente Médio	Europa Ocidental
1960	Equador	Argentina	Ceilão	Polônia	Tunísia	Itália
1961	Equador	Chile	Ceilão	Turquia	República Árabe Unida	Libéria
1962	Venezuela	Chile	Gana	Romênia	República Árabe Unida	Irlanda
1963	Venezuela	Brasil	Gana	Filipinas	Marrocos	Noruega
1964	Bolívia	Brasil	Costa do Marfim	Tchecoslováquia	Marrocos	Noruega
1965	Bolívia	Uruguai	Costa do Marfim	Malásia	Jordânia	Países Baixos

⁵⁶¹ A partir de 1966 as vagas para os “assentos regionais” serão ampliadas e a nomenclatura alterada para “grupos”. Assim teremos o “Grupo Africano” com 3 vagas, o “Grupo Ásia-Pacífico” com 2 vagas (por regra, ao menos um dos cinco representantes dos Grupos Africano e Asiático precisa ser necessariamente uma “nação árabe”), o “Grupo América Latina e Caribe” com 2 vagas, o “Grupo Europa Ocidental e Outros” com 2 vagas (por “outros” podemos entender, historicamente, Canadá, Austrália, Nova Zelândia, Grécia e Turquia), e o “Grupo Europa Oriental” com 1 vaga.

⁵⁶² Se as regras do assento referente à “Europa Oriental” não tivesse sido alterada, a Iugoslávia poderia ter estado no CSNU simultaneamente com a Suécia no ano de 1957.

Non-permanent (1946–1965)								
Year	Latin American Seats		Commonwealth Seat	Eastern European & Asian Seat		Middle Eastern Seat	Western European Seat	
1946	Brazil	Mexico	Australia	Poland	Egypt	Netherlands		1946
1947		Colombia			Syria	Belgium		1947
1948	Argentina	Cuba	Canada	Ukrainian SSR	Egypt	Norway		1948
1949			India				Yugoslavia	
1950	Ecuador	Brazil	Pakistan	Greece	Turkey	Netherlands		1950
1951	Chile							
1952	Colombia	Brazil	Pakistan	Greece	Lebanon	Denmark		1952
1953								
1954	Brazil	Peru	New Zealand	Turkey	Iran	Belgium		1954
1955								
1956	Cuba	Colombia	Australia	Yugoslavia	Iraq	Sweden		1956
1957			Philippines					1957
1958	Panama	Argentina	Canada	Japan	Tunisia	Italy		1958
1959								
1960	Ecuador	Chile	Ceylon	Poland	United Arab Republic	Liberia[c]		1960
1961							Turkey	
1962	Venezuela	Brazil	Ghana	Romania	Morocco[d]	Norway		1962
1963								Philippines
1964	Bolivia	Uruguav	Ivory Coast[e]	Czechoslovakia	Jordan	Netherlands		1964
1965							Malavsia	

ID	PAÍS	ANO	ANO	ANO	ANO	VEZES	ANOS
1	BRASIL	46-47	51-52	54-55	63-64	4	8
2	MÉXICO	46				1	1
3	AUSTRÁLIA	46-47	56-57			2	4
4	POLÔNIA	46-47	60			2	3
5	EGITO	46	49-50	61-62*		3	5
6	HOLANDA	46	51-52	65***		3	4
7	COLÔMBIA	47-48	53-54	57-58		3	6
8	CANADÁ	48-49	58-59			2	4
9	UCRÂNIA	48-49				1	2
10	SÍRIA	47-48	61-62*			2	4
11	BÉLGICA	47-48	55-56			2	4
12	ARGENTINA	48-49	59-60			2	4
13	ÍNDIA	50-51				1	2
14	IUGOSLÁVIA	50-51	56			2	3
15	TURQUIA	51-52	54-55	61**		3	5
16	CUBA	49-50	56-57			2	4
17	NORUEGA	59-50	63-64			2	4
18	EQUADOR	50-51	60-61			2	4
19	CHILE	52-53	61-62			2	4
20	PAQUISTÃO	52-53				1	2
21	GRÉCIA	52-53				1	2
22	LÍBANO	53-54				1	2
23	DINAMARCA	53-54				1	2
24	PERU	55-56				1	2
25	NOVA ZELÂNDIA	54-55				1	2
26	IRÃ	55-56				1	2
27	PANAMÁ	58-59				1	2
28	FILIPINAS	57	63			2	2
29	JAPÃO	58-59				1	2
30	IRAQUE	57-58				1	2
31	SUÉCIA	57-58				1	2
32	TUNÍSIA	59-60				1	2
33	ITÁLIA	59-60				1	2
34	CEILÃO	60-61				1	2
35	LIBÉRIA	61				1	1
36	IRLANDA	62				1	1
37	VENEZUELA	62-63				1	2
38	GANÁ	62-63				1	2
39	ROMÊNIA	62				1	1
40	MARROCOS	63-64				1	2
41	BOLÍVIA	64-65				1	2
42	URUGUAI	65***				1	1
43	COSTA DO MARF	64-65				1	2
44	TCHECOSLOVÁQU	64				1	1
45	MALÁSIA	65				1	1
46	JORDÂNIA	65***				1	1

APENDIX I						
ROSTER OF THE UNITED NATIONS						
(As of 31 December 1960)						
MEMBER	DATE OF ADMISSION TO U.N.	TOTAL AREA (Square Kilometers)	ESTIMATED POP Total	Date	GDP per Capita	GDP
Brazil	24 Oct. 1945	8513844	65743000	1 July 1960	3398	223.394.714.000
Sweden	19 Nov. 1946	449682	7471000	31 Dec. 1959	13849	103.465.879.000
Union of Soviet Socialist Republics (USSR)	24 Oct. 1945	22403000	212300000	1 Jan. 1960	6288	1.334.942.400.000
United States	24 Oct. 1945	9363387	180793000	1 Aug. 1960	18057	3.264.579.201.000
Yugoslavia	24 Oct. 1945	255804	18704000	30 Sep. 1960	3779	70.682.416.000
1 Area figures based on information in Demographic Yearbook 1960.						
2 Population figures based on Statistical Papers, Series A, 1 January 1961.						
3 Egypt and Syria, both of which became Members of the United Nations on 24 October, 1945, formed the United Arab Republic as the result of a plebiscite held in Egypt and Syria on 21 February 1958.						

APENDIX I						
ROSTER OF THE UNITED NATIONS						
(As of 31 December 1965)						
MEMBER	DATE OF ADMISSION TO U.N.	TOTAL AREA (Square Kilometers)	ESTIMATED POP Total	Date	GDP per Capita	GDP
Brazil	24 Oct. 1945	8511965	81301000	1 July 1965	3617	294.065.717.000
Sweden	19 Nov. 1946	449793	7773000	31 Dec. 1965	17239	133.998.747.000
USSR	24 Oct. 1945	22402200	229100000	1 Jan. 1965	7387	1.692.361.700.000
United States	24 Oct. 1945	9363353	195627000	1 Dec. 1965	21390	4.184.461.530.000
Yugoslavia	24 Oct. 1945	255804	19632000	30 Sep. 1960	4981	97.786.992.000

GDP PER CAPITA

https://ourworldindata.org/grapher/gdp-per-capita-maddison-2020?tab=chart&time=1960..1966&country=OWID_YGS~BRA~SWE~OWID_USS~USA

Source: Maddison Project Database 2020 (Bolt and van Zanden, 2020)

Note: This data is expressed in international-\$ at 2011 prices.

[GDP per capita, 1960 to 1966](#)

This data is adjusted for inflation and for differences in the cost of living between countries.

APÊNDICE 06 – AS SESSÕES DA AGNU ANALISADAS NESTE TRABALHO

Conforme explicitado anteriormente, a AGNU tem seus trabalhos organizados em sessões, tendo uma “sessão ordinária”⁵⁶³ por ano, frequentemente iniciando em meados de setembro até meados de dezembro, reiniciando em meados de janeiro, e finalizando entre maio e julho do ano seguinte – ainda que, “oficialmente”, desde 1981 a sessão anterior só termine um dia antes do início da próxima sessão⁵⁶⁴.

Nosso trabalho está focado nas seguintes Sessões Ordinárias:

- A Sessão XV, ou 15^a. Sessão, de 20 de setembro de 1960 a 20 de Dezembro de 1960; 7 de março a 21 de abril de 1961, com reuniões que tiveram apresentação de resoluções também entre 20 de setembro e 20 de dezembro de 1960 e de 7 de março a 21 de abril de 1961. O “Debate Geral” ocorreu entre a 868^a. reunião plenária em 22 de setembro até a 907^a. reunião plenária em 17 de outubro de 1960. (UN, 1961, p. 713 e 739)
- A Sessão XVI, ou 16^a. Sessão, de 19 de setembro de 1961 a 23 de fevereiro de 1962, com reuniões que tiveram apresentação de resoluções entre 27 de setembro e 20 de dezembro de 1961 e de 15 de janeiro a 23 de fevereiro de 1962. O “Debate Geral” ocorreu entre a 1011^a. reunião plenária em 22 de setembro até a 1039^a. reunião plenária em 18 de outubro de 1961. (UN, 1963, p. 703 e 741)
- A Sessão XVII, ou 17^a. Sessão, de 18 de setembro de 1962 a 20 de dezembro de 1962, com reuniões que tiveram apresentação de resoluções também somente entre 18 de setembro e 20 de dezembro de 1962. O “Debate Geral” ocorreu entre a 1125^a. reunião plenária em 20 de setembro até a 1155^a. reunião plenária em 18 de outubro. (UN, 1964, p. 697 e 703)
- A Sessão XVIII, ou 18^a. Sessão, de 17 de setembro de 1963 a 17 de dezembro de 1963, com reuniões que tiveram apresentação de resoluções

⁵⁶³ As sessões extraordinárias podem ser convocadas pelo Secretário-Geral, sob demanda do Conselho de Segurança e/ou da maioria dos membros da ONU, e com agendas específicas de temas de grande envergadura e relevância. A primeira, convocada em 1947, foi sobre a Palestina. Em 1956, por exemplo, tiveram duas sessões extraordinárias de urgência, uma sobre a crise de Suez e outra sobre os acontecimentos na Hungria. (MESTRE-LAFAY, 2003, p. 26-27).

⁵⁶⁴ Por exemplo, a 34^a. Sessão, entre 1979 e 1980 foi de 18 de setembro de 1979 a 7 de janeiro de 1980. Já a 35^a. Sessão, entre 1980 e 1981 foi de 16 de setembro de 1980 a 14 de setembro de 1981 (Disponível em: <https://research.un.org/en/docs/ga/quick/regular/35>. Acesso em: 17 jul. 2022).

entre 11 de outubro e 17 de dezembro de 1963. O “Debate Geral” ocorreu entre a 1208^a. reunião plenária em 19 de setembro até a 1240^a. reunião plenária em 14 de outubro. (UN, 1965, p. 726 e 732⁵⁶⁵)

- A Sessão XIX, ou 19^a. Sessão, de 1 de dezembro de 1964 a 18 de fevereiro de 1965⁵⁶⁶, com reuniões que tiveram apresentação de resoluções entre 1 de dezembro de 1964 a 18 de fevereiro de 1965. O “Debate Geral” ocorreu entre a 1289^a. reunião plenária em 3 de dezembro de 1964 até a 1323^a. reunião plenária em 26 de janeiro de 1965. (UN, 1966, p. 624 e 626)

⁵⁶⁵ Curiosidade: no sumário do “Yearbook of the United Nations 1963” (p. xi), no subitem “General Debate”, a página indicada está gravada de forma errada: diz que o item se encontra na página 723, quando o correto seria 732.

⁵⁶⁶ Isso de acordo com o “Yearbook of the United Nations 1964”. Se considerarmos as informações disponíveis em “Resolutions adopted by the General Assembly at its 19th session” (<https://research.un.org/en/docs/ga/quick/regular/19>), no “Supplement No. 15” a 19^a. Sessão encerrou-se apenas em 1 de setembro de 1965.

APÊNDICE 07 – UM BREVE PANORAMA SOBRE A INSTABILIDADE POLÍTICA DO BRASIL ENTRE 1961 E 1964

Entre 1 de janeiro de 1961 e 31 de dezembro de 1964 o Brasil empilhará, por exemplo, 6 mandatos presidenciais, na figura de 5 presidentes diferentes, e alternará entre a (aparentemente consolidada experiência de) República Presidencialista, para uma (altamente contestável e pouco democrática experiência de) República Parlamentarista, e depois retornando para a primeira. E tudo isso encerrado com um Golpe de Estado, a posse de um general do Exército como presidente, e o fim da chamada Quarta República.

Ao longo deste trabalho, quando necessário, focamos no que consideramos figuras políticas chaves de cada país, a saber: chefe de Estado, chefe de governo, ministro das relações exteriores (ou correlatos), ministro da Fazenda (ou correlatos) e ministro da Defesa (ou correlatos). Identificamos, a partir de nossas leituras, que são cargos chave para as relações nacionais e internacionais, e altamente influentes (às vezes determinantes até) nos âmbitos interno e externo de um país. No limite, as formas de permanência e/ou mudança dos ocupantes desses cargos também podem indicar certas qualidades da política de um país, como sua estabilidade. Sendo assim, informamos, ao longo do período analisado, algumas das principais mudanças nestes cargos.

Nesse sentido, vale a pena expor o seguinte. Entre 1961 e 1964, a Suécia teve um chefe de Estado, o Rei Gustavo VI Adolfo⁵⁶⁷ (rei por aproximadamente 23 anos, entre 1950 e 1973), um chefe de governo, Tage Erlander (primeiro-ministro por aproximadamente 23 anos, entre 1946 e 1969), dois ministros das Relações Exteriores, Östen Undén (ministro por aproximadamente 17 anos, entre 1945 e 1962) e Torsten Nilsson (ministro por aproximadamente 7 anos, entre 1962 e 1971), um ministro da Defesa, Sven Andersson (ministro por aproximadamente 16 anos, entre 1957 e 1973), e um ministro das Finanças, Gunnar Sträng (ministro por aproximadamente 12 anos, entre 1957 e 1969).

⁵⁶⁷ Nomes e datas podem ser encontrados, sumarizados em <https://rulers.org/> e, para este trabalho, foram cotejadas as informações do site com documentos oficiais específicos de cada país bem como de Organizações Internacionais.

No mesmo período a Iugoslávia teve um chefe de Estado, o Marechal Tito (“presidente” por aproximadamente 35 anos, entre 1945 e 1980⁵⁶⁸), dois chefes de governo, o próprio Tito (Presidente do Conselho Executivo Federal - análogo a primeiro-ministro – por aproximadamente 10 anos, entre 1953 e 1963) e Petar Stambolic (por aproximadamente 4 anos, entre 1963 e 1969), um ministro das Relações Exteriores, Koča Popović (ministro por aproximadamente 12 anos, entre 1953 e 1965), um ministro da Defesa, Ivan Gosnjak (ministro por aproximadamente 14 anos, entre 1953 e 1967), e dois ministros das Finanças, Nikola Minčev (ministro por aproximadamente 4 anos, entre 1958 e 1962), e Kiro Gligorov (ministro por aproximadamente 5 anos, entre 1962 e 1967).

Já, no Brasil, os dados são muito diferentes⁵⁶⁹. O ano de 1961 se inicia com os últimos dias do governo Juscelino Kubitschek e a posse de Jânio Quadros⁵⁷⁰. E muitos dos aspectos dessa troca de governo, que Skidmore caracteriza como a saída dos “De Dentro” e a assunção dos “De Fora” já se explicitam na formação do governo Quadros. De acordo com Vizontini (1995, p. 180):

“O Ministério composto por Quadros, quando chegou ao poder, caracterizava-se pela dispersão entre grupos políticos e pela pouca representatividade, com raras exceções. O que o mantinha mais ou menos coeso sob o jânismo era seu caráter antigetulista. Para as Forças Armadas, foram indicados elementos ultraconservadores: Mal. Odílio Denys (Guerra), Brigadeiro Gabriel Grün Moss (Aeronáutica) e o

⁵⁶⁸ Tito foi, indubitavelmente, o líder máximo da Iugoslávia entre a libertação completa do país em 1945 e sua morte em 1980. Contudo, os nomes dos cargos em que ele exercia essa liderança variaram. Assim como nos demais países socialistas, a liderança do Partido Comunista era muito associada à liderança do país em si. Dito isto, Tito foi Secretário-geral do Partido Comunista (à partir 7 de novembro de 1952, Liga dos Comunistas) entre 1937 e 1966, e Presidente do Presidium da Liga dos Comunistas entre 1966 e 1980. Foi Primeiro-Ministro entre 1945 e 1953, Presidente da Iugoslávia entre 1953 e 1980 e Presidente do Conselho Executivo Federal (análogo também a primeiro-ministro) entre 1953 e 1963.

⁵⁶⁹ Para efeito de comparação, no mesmo período os EUA tiveram 3 presidentes, concentrando as funções de Chefe de Estado e de Governo (Eisenhower, 1953-1961; Kennedy, 1961-1963; e Johnson, 1963-1969), 2 secretários de Estado (Christian A. Herter, 1959-1961; e Dean Rusk, 1961-1969), 2 secretários de Defesa (Thomas S. Gates, 1960-1961; e Robert McNamara, 1961-1968), e 2 secretários do Tesouro (Robert B. Anderson, 1957-1961; C. Douglas Dillon, 1961-1965). Lembrando que houve uma troca de governo em janeiro de 1961, produto das eleições de 1960, e o assassinato de Kennedy em novembro de 1963. A URSS teve 2 Secretários-gerais do PCUS (Khrushchev, 1953-1964; Brezhnev, 1964-1982), 2 Presidentes do Presidium do Soviete Supremo (Brezhnev, 1960-1964; Mikoyan, 1964-1965), 2 Presidentes do Conselho de Ministros (Khrushchev, 1958-1964; Kosygin, 1964-1980), estes três cargos simbolizando as chefias de Estado e de governo, um Ministro de Relações Exteriores (Andrey Gromyko, 1957-1985), um Ministro da Defesa (Rodion Malinovsky, 1957-1967), e um Ministro das Finanças (Vasily Garbuzov, 1960-1985). Lembrando que houve uma troca de governo em outubro de 1964, em circunstâncias tidas por muitos como um “golpe de Estado”, num curioso caso de “golpe” em que os principais ministros permanecem no cargo.

⁵⁷⁰ Por motivos de espaço e de escopo, não faremos os tradicionais comentários acerca das características pessoais (e psicológicas) de Quadros, nem de sua meteórica, cambaleante e histeriônica trajetória política, tampouco de suas atitudes peculiares. Mas recomendamos a todos uma simples busca, pois é bem interessante.

Vice-Almirante Silvio Heck (Marinha). Para o Ministério da Fazenda, o monetarista Clemente Mariani Bittencourt da UDN da Bahia, amigo e ministro de Dutra e colaborador do Min. Eugênio Gudim, em 1954-55, como presidente do Banco do Brasil. Sem dúvida, tratava-se de nomeações para atender aos grupos conservadores e ao capital estrangeiro. O aparente paradoxo estava na nomeação de Afonso Arinos, conservador e antigetulista da UDN mineira, para o Itamarati, onde deveria executar a Política Externa Independente.”

Contudo, a partir da renúncia de Jânio Quadros, menos de 7 meses após sua posse, a instabilidade (re)instala-se na política interna brasileira. Uma frenética sequência de acontecimentos políticos irá suceder-se. Jânio apresenta a carta-renúncia ao Congresso em 25 de agosto, que a aceita e empossa Ranieri Mazzilli como presidente – em virtude da ausência do vice-presidente, João Goulart, então em viagem à “polêmica” China socialista. Militares e outras hostes desejam negar a óbvia e constitucional posse de Jango quando este retornar. O combativo⁵⁷¹ governador do Rio Grande do Sul, e cunhado de Jango, Leonel Brizola deflagra, a partir de seu Estado, a “Campanha da Legalidade”, com amplos apoios estaduais, regionais e nacionais – incluindo o III Exército. Após a resiliência de Brizola e sua iniciativa, negociações no Congresso irão propor uma reforma constitucional, trocando o Presidencialismo brasileiro por um Parlamentarismo – mas mantendo o mesmo parlamento. Jango, a contragosto de Brizola, aceita a fórmula – tida como provisória e necessária para aplacar os ânimos golpistas dos “entreguistas” de sempre – e, após um lento retorno do oriente, chega ao Brasil, tomando posse como um enfraquecido presidente da República. Ou seja, o Brasil, em 9 meses teve 4 presidentes diferentes, e 2 regimes políticos distintos.

Na sequência, três gabinetes parlamentaristas de três primeiros-ministros diferentes irão ascender e cair entre setembro de 1961 e janeiro de 1963, quando um referendo restabelece o regime presidencialista. Com Jango, agora chefe de governo e chefe de estado, havia perspectivas de melhoras quanto à estabilidade política, ao menos até as eleições previstas para 1965. Porém Jango sofre um golpe de Estado em abril de 1964, quando o Congresso brasileiro declara – ilegalmente – a vacância do cargo de presidente da República, novamente empossando Mazzilli como presidente dia 2. Esse passará o cargo para o primeiro dos cinco presidentes

⁵⁷¹ Autores como Skidmore vão retratá-lo como “radical”, “extremista” e outros adjetivos de semelhante quilate.

militares que marcarão da Ditadura de 21 anos no Brasil, tornando o Marechal Castelo Branco presidente da república em 15 de abril 1964.

Esse breve preâmbulo e resumo serve para uma explicação antecipada e parcial dos números a seguir. Entre janeiro de 1961 e dezembro de 1964 o Brasil teve cinco chefes de Estado, JK (presidente por 5 anos, entre 1956 e 1961), Jânio Quadros (presidente por aproximadamente 7 meses, em 1961), Ranieri Mazzilli (presidente por aproximadamente 12 dias, em 1961), Jango (presidente por menos de 3 anos, entre 1961 e 1964), Mazzilli novamente (presidente por aproximadamente 13 dias, em 1964), e Castello Branco (presidente por aproximadamente 3 anos, entre 1964 e 1967). Oito chefes de governo, sendo os 5 presidentes acima citados nos períodos presidencialistas, além de Tancredo Neves (primeiro-ministro por aproximadamente 10 meses, entre 1961 e 1962), Francisco Brochado da Rocha (primeiro-ministro por aproximadamente 2 meses em 1962), e Hermes Lima (primeiro-ministro por aproximadamente 4 meses entre 1962 e 1963). Sete ministros das Relações Exteriores, Horácio Lafer (ministro por aproximadamente 1 ano e 5 meses, entre 1959 e 1961), Afonso Arinos (ministro por aproximadamente 7 meses, em 1961, e 2 meses em 1962), San Tiago Dantas (ministro por aproximadamente 10 meses, entre 1961 e 1962), Hermes Lima (ministro por aproximadamente 9 meses, entre 1962 e 1963), Evandro Cavalcanti Lins e Silva (ministro por aproximadamente 2 meses, em 1963), Araújo Castro (ministro por aproximadamente 8 meses, entre 1963 e 1964), e Vasco Tristão Leitão da Cunha (ministro por aproximadamente 1 ano e 9 meses, entre 1964 e 1966). Seis ministros da Guerra, Odílio Denys (ministro por aproximadamente 1 ano e 7 meses, entre 1960 e 1961), João de Segadas Viana (ministro por aproximadamente 9 meses, entre 1961 e 1962), Nélon de Melo (ministro por aproximadamente 3 meses, entre 1961 e 1962), Amaury Krueel (ministro por aproximadamente 9 meses, entre 1962 e 1963), Jair Dantas Ribeiro (ministro por aproximadamente 9 meses e meio, entre 1963 e 1964), e Costa e Silva (ministro por aproximadamente 2 anos, entre 1964 e 1966). Por fim, o Brasil teve oito ministros da Fazenda: Sebastião Paes de Almeida (ministro por aproximadamente 1 ano e meio, entre 1959 e 1961), Clemente Mariani (ministro por aproximadamente 7 meses, em 1961), Moreira Salles (ministro por aproximadamente 1 ano, entre 1961 e 1962), Miguel Calmon (ministro por aproximadamente 4 meses, entre 1962 e 1963), San Tiago Dantas (ministro por aproximadamente 5 meses, em 1963), Carvalho Pinto (ministro por aproximadamente 6 meses, em 1963), Ney Galvão (ministro por

aproximadamente 4 meses, entre 1963 e 1964), e Octavio Gouveia de Bulhões (ministro por aproximadamente 3 anos, entre 1964 e 1967).

Dessa longa e um tanto exaustiva exposição podemos depreender que, pela troca e duração dos ocupantes de cargos estratégicos no governo brasileiro, a fase final do governo JK não foi um grande exemplo de estabilidade, o governo Jânio Quadros foi parcialmente sabotado pelo próprio presidente, a presidência e o governo João Goulart “foi obstaculado até o desespero”⁵⁷², e que algum vislumbre de estabilidade política interna só veio com a chaga da ditadura. Também podemos depreender que o Brasil é, de nossos três países estudados, o que passa por maiores e mais decisivas instabilidades políticas internas, se compararmos com Suécia e Iugoslávia.

Os motivos para isso são vários, e oscilam entre os seguintes (ou em combinações de): instabilidades econômicas legadas por JK e por muitos resultados do esgotamento da política de industrialização por substituição de importações; simultâneas explosões demográfica e urbana, fortemente pautada pelo predomínio dos latifúndios nos campos, melhores condições de vida nas cidades, e poucas perspectivas de transformações estruturais em ambos; esgotamento do chamado “populismo” que articulava lideranças carismáticas e populares com iniciativas de conciliação de classes, reformas de alcance limitados, e um sistema político partidário fraco⁵⁷³; influências e “Presença Dos Estados Unidos No Brasil”⁵⁷⁴ bem como de variados capitais e empresas estrangeiras.

Em nossa pesquisa nos deparamos com estas explicações e interpretações e as julgamos, no geral, corretas e pertinentes. Porém acrescentaríamos uma outra, parcialmente derivada e complementar a elas: as características do imperialismo em geral, e do imperialismo dos EUA em particular, no contexto de Guerra Fria. A infiltração dos interesses dos EUA em variados países do mundo na época vai pautar alguns dos principais acontecimentos políticos de então. As interferências reacionárias do país na guerra civil grega, a formulação e execução das políticas de contenção contra a URSS, a formação das alianças militares “regionais”, a recusa

⁵⁷² Referência à passagem da Carta-Testamento de Vargas, na qual ele descreve o que teria acontecido com suas ações em prol da criação da Eletrobrás.

⁵⁷³ Não temos certeza se esse é o adjetivo correto, mas comparando os três principais partidos políticos do Brasil, PSD, PTB e UDN, suas lideranças e seus quadros, com o SAP sueco ou o SKJ iugoslavo, e suas respectivas lideranças e quadros, adjetivos como “fraco”, “raqúitico” e “empobrecido” nos vieram com mais contundência à mente.

⁵⁷⁴ Para ficarmos numa referência de um importante livro de Moniz Bandeira.

em aceitar a China Popular na ONU, a guerra na Coreia, o patrocínio dos golpes no Irã e na Guatemala, seu envolvimento no Vietnã, o pavor em relação a Cuba, e os inúmeros casos de infiltrações e sabotagens patrocinados pelo país norte-americano, são exemplos eloquentes.

Na América Latina, as coisas foram ainda mais intensas. Pressões e manobras de todo o tipo foram realizadas sobre os países da região, frequentemente em prol da vassalagem política no âmbito internacional, e na subordinação econômica no plano regional. Aos países da região – Brasil incluso – durante a Guerra Fria, era permitido uma liberdade econômica internacional mínima, na qual os países deveriam comercializar com os próprios EUA, preferencialmente através de empresas dos EUA e, no máximo, com países capitalistas subordinados (política e/ou economicamente) aos EUA. As principais iniciativas de um desenvolvimento capitalista autônomo, de comércio inter-regional fora dos esquemas propostos e aceitos pelos EUA, ou ainda comércio internacional com países do Bloco Socialista, eram consistentemente desencorajados, sabotados e/ou destruídos. Eventuais iniciativas abertamente socialistas eram “marcadas para morrer”. Logo, o esquema imperialista internacional estabelecido pelos EUA contra URSS ou demais países “desafiantes”, que julgo ser uma forma de descrição da Guerra Fria, e seu subesquema imperialista regional (ou hemisférico, como ao gosto da época) estabelecido pelos EUA contra a América Latina em geral, mas contra os gigantes Argentina, Brasil e México em particular (e depois Cuba) constituem, em nosso entender, o principal fundamento dos problemas políticos e econômicos do Brasil no período, e entendemos que alguns fatos relatados nesse trabalho contribuem com a sustentação dessa ideia.



Mapa da Suécia – 1986. Fonte: The Perry-Castañeda Library (PCL) Map Collection website, The University of Texas at Austin. Disponível em:
<https://maps.lib.utexas.edu/maps/europe/sweden.jpg>



Brasão de Armas da Suécia. Fonte: Stora Riksvapnet, RIKSARKIVET. Disponível em: <https://riksarkivet.se/stora-riksvapnet>.



Bandeira da Suécia. Fonte: Sveriges flagga, RIKSARKIVET. Disponível em: <https://riksarkivet.se/sveriges-flagga>.

ANEXO 02 – MAPAS E SÍMBOLOS NACIONAIS DA IUGOSLÁVIA



96-684084



G6840 1996 .U5

Mapa da “antiga” Iugoslávia – 1996. Fonte: Library of Congress website. Disponível em: <https://tile.loc.gov/image-services/iiif/service:gmd:gmd6:g6840:g6840:ct000960/full/pct:25/0/default.jpg>



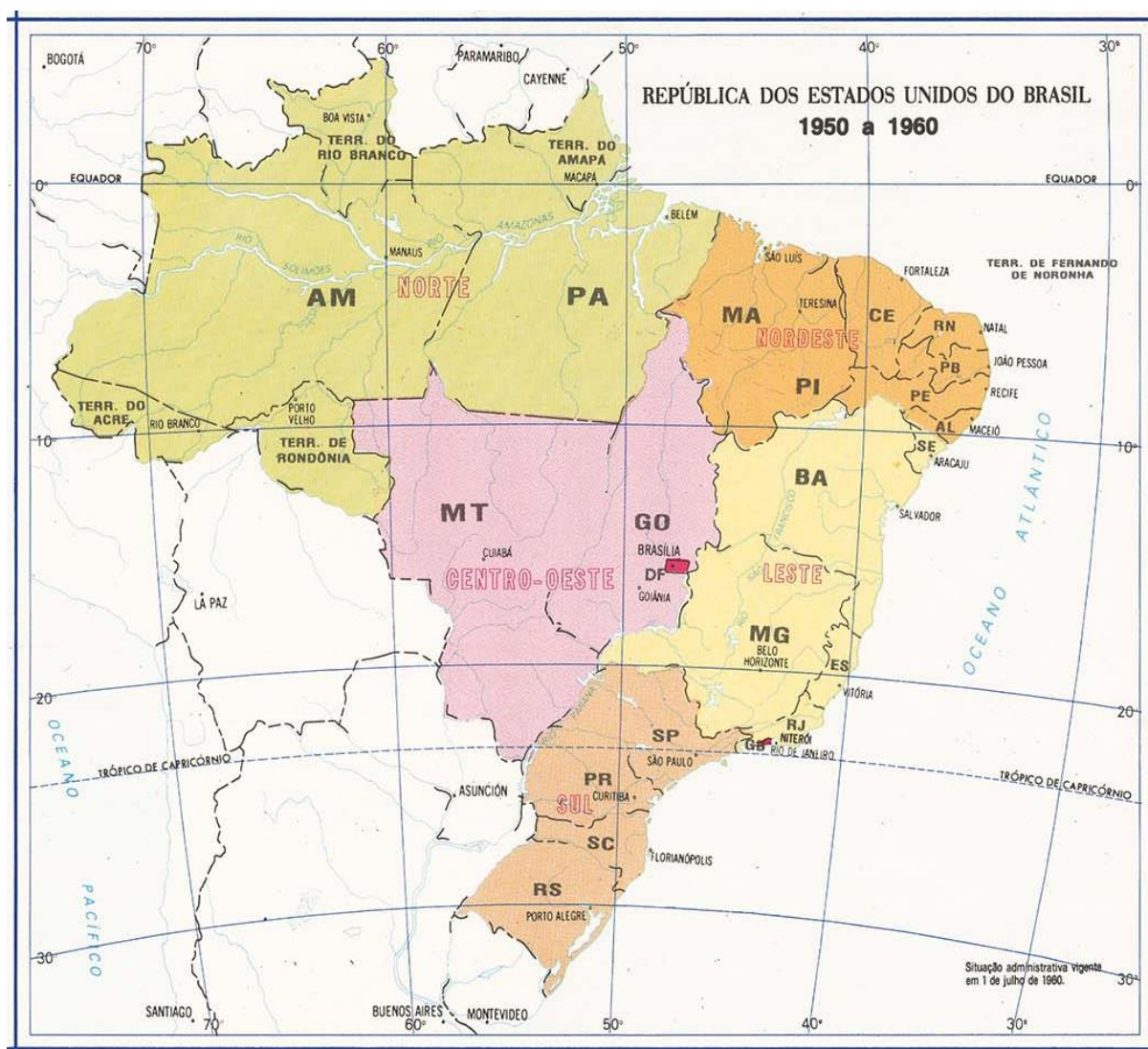
Mapa da Iugoslávia – 1990. Fonte: The Perry-Castañeda Library (PCL) Map Collection website, The University of Texas at Austin. Disponível em: https://maps.lib.utexas.edu/maps/atlas_east_europe/yugoslavia-map.jpg



Brasões de Armas da Iugoslávia: 1945-1963 e 1963-1992. Fonte: State symbols, The Archives of Yugoslavia. Disponível em: https://www.arhivyu.rs/en/leksikon-jugoslavije/drzavni_simboli



Bandeira da Iugoslávia. Fonte: State symbols, The Archives of Yugoslavia. Disponível em: https://www.arhivyu.rs/en/leksikon-jugoslavije/drzavni_simboli



Detalhe do Mapa do Brasil – 1990: Mapa dos Estados Unidos do Brasil entre 1950 e 1960. Fonte: IBGE. Disponível em:
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/mapas/GEBS%20-%20RJ/map6528.jpg>



Brasão de Armas do Brasil, em dois momentos: antes e depois da mudança do nome oficial do país. Fonte: LUZ, Milton. A História dos Símbolos Nacionais. Brasília: Senado Federal, 2005. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1099/729330.pdf>, p. 125 e 126.



Brasão de Armas do Brasil nos anos 1960. Fonte: https://en.wikipedia.org/wiki/Coat_of_arms_of_Brazil#/media/File:Coat_of_arms_of_the_United_States_of_Brazil.svg



Bandeira do Brasil em 2024, com 24 estrelas. Fonte: Bandeira Nacional, Presidência da República. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/conheca-a-presidencia/acervo/simbolos-nacionais/bandeira/bandeira-nacional>



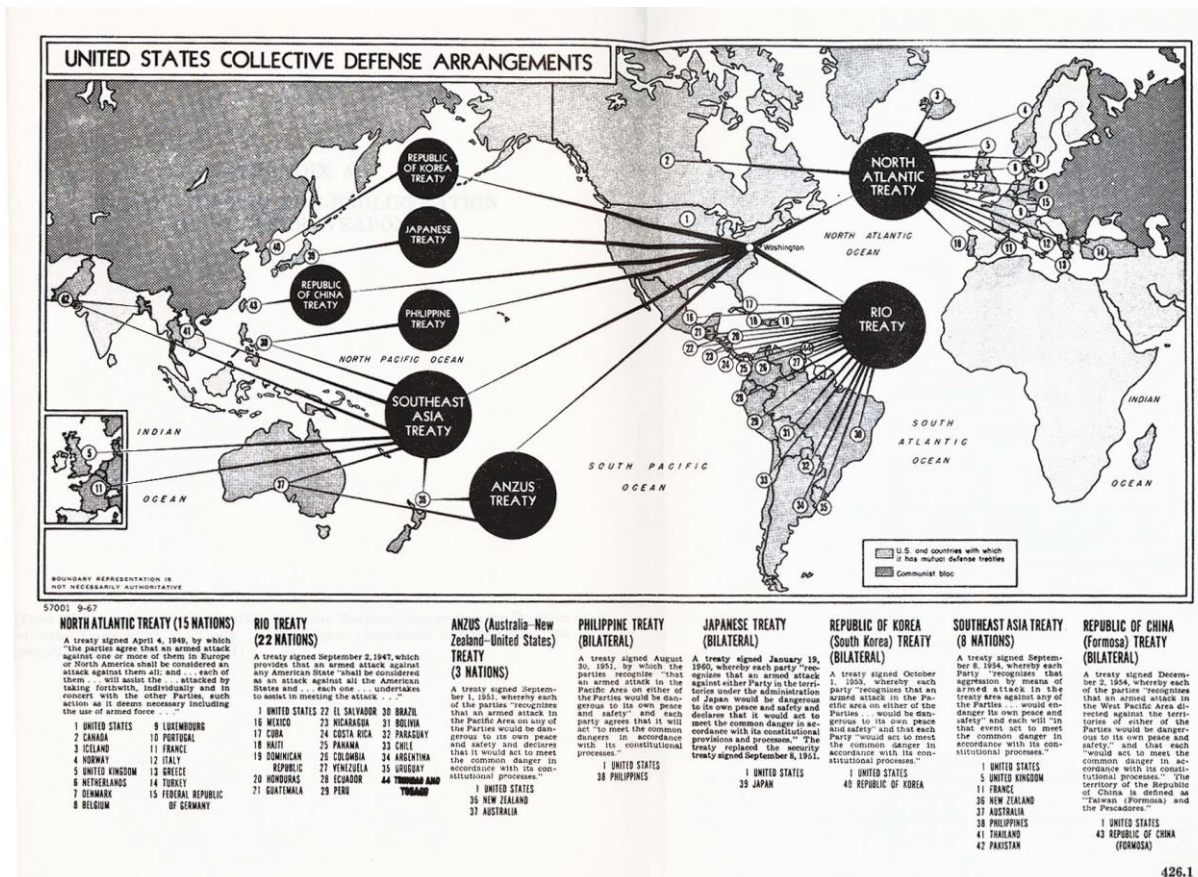
*Bandeira Nacional, conforme o Decreto nº 4,
de 19 de novembro de 1889 – Anexo nº 1*

Bandeira do Brasil em 1889. Fonte: LUZ, Milton. A História dos Símbolos Nacionais. Brasília: Senado Federal, 2005. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1099/729330.pdf>, p. 72.

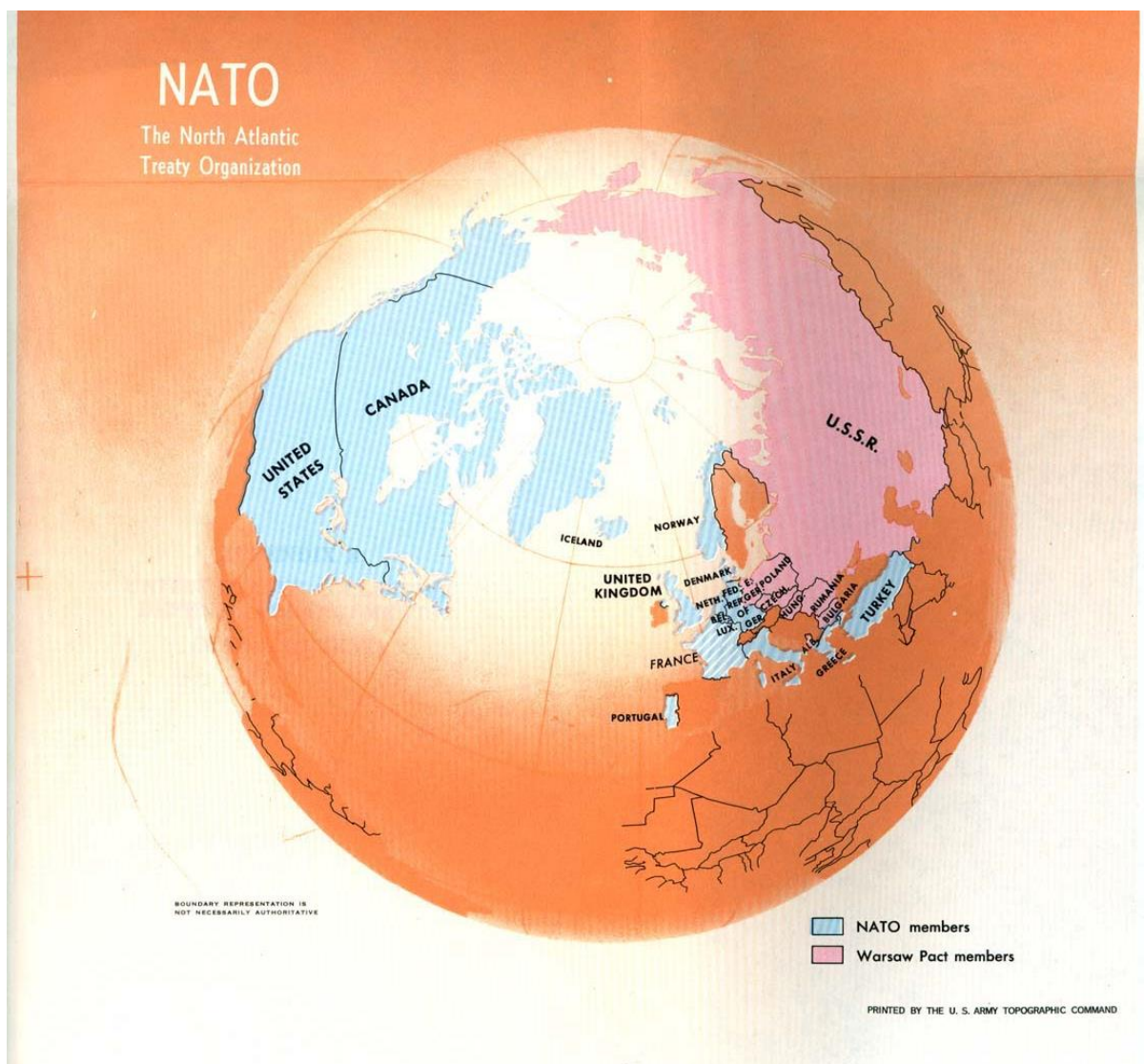


Bandeira do Brasil na década de 1960, com 22 estrelas. Fonte:
[https://en.wikipedia.org/wiki/Flag_of_Brazil#/media/File:Flag_of_Brazil_\(1960%E2%80%931968\).svg](https://en.wikipedia.org/wiki/Flag_of_Brazil#/media/File:Flag_of_Brazil_(1960%E2%80%931968).svg)

ANEXO 04 – MAPAS GEOPOLÍTICOS VARIADOS



"Estados Unidos: Arranjos de Defesa Coletiva – TIAR, OTAN, SEATO, ANZUS e Tratados Bilaterais" – Anos 1970. Fonte: The Perry-Castañeda Library (PCL) Map Collection website, The University of Texas at Austin. Disponível em: https://maps.lib.utexas.edu/maps/historical/uscd_a_1970.jpg



OTAN e Pacto de Varsóvia – Anos 1970. Fonte: The Perry-Castañeda Library (PCL) Map Collection website, The University of Texas at Austin. Disponível em: https://maps.lib.utexas.edu/maps/historical/nato_1970.jpg

As imagens a seguir estão presentes em: SCALZARETTO, Reinaldo; MAGNOLI, Demétrio. Atlas Geopolítica. São Paulo: Scipione, 1996; entre as páginas 20 e 26.

